



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1987

Terça-feira - 03 de Maio de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3	Guaramirim.....	236	Passo de Torres.....	437
Alto Bela Vista.....	18	Guarujá do Sul.....	238	Passos Maia.....	438
Anchieta.....	21	Herval d'Oeste.....	239	Paulo Lopes.....	439
Antônio Carlos.....	22	Ibiam.....	244	Penha.....	440
Arabutã.....	24	Ilhota.....	246	Peritiba.....	446
Ascurra.....	38	Imarui.....	247	Petrolândia.....	448
Balneário Piçarras.....	40	Imbituba.....	260	Pinheiro Preto.....	449
Balneário Rincão.....	42	Indaial.....	266	Planalto Alegre.....	453
Barra Bonita.....	44	Ipumirim.....	267	Pomerode.....	454
Barra Velha.....	47	Iratí.....	270	Ponte Serrada.....	456
Bela Vista do Toldo.....	49	Irineópolis.....	271	Porto União.....	459
Biguaçu.....	50	Itá.....	272	Presidente Nereu.....	532
Blumenau.....	52	Itapema.....	273	Rio das Antas.....	550
Bom Jesus do Oeste.....	61	Itapiranga.....	274	Rio dos Cedros.....	555
Bom Retiro.....	63	Itapoá.....	281	Rio do Sul.....	551
Botuvera.....	65	Ituporanga.....	283	Rio Fortuna.....	556
Brusque.....	67	Jacinto Machado.....	284	Romelândia.....	558
Caçador.....	83	Jaraguá do Sul.....	289	Santa Cecília.....	560
Camboriú.....	85	Joaçaba.....	298	Santa Terezinha do Progresso.....	561
Campo Alegre.....	86	Lages.....	302	São Bento do Sul.....	563
Campo Erê.....	92	Laguna.....	334	São Carlos.....	573
Canelinha.....	94	Lajeado Grande.....	336	São Domingos.....	574
Canoinhas.....	95	Lebon Regis.....	342	São João do Oeste.....	577
Capinzal.....	106	Lindóia do Sul.....	344	São Joaquim.....	578
Catanduvas.....	109	Lontras.....	345	São José.....	579
Caxambu do Sul.....	137	Luzerna.....	346	São José do Cedro.....	595
Celso Ramos.....	141	Mafra.....	347	São Lourenço do Oeste.....	596
Chapadão do Lageado.....	142	Maracajá.....	348	São Miguel do Oeste.....	597
Chapecó.....	146	Maravilha.....	367	São Pedro de Alcântara.....	598
Cocal do Sul.....	152	Massaranduba.....	369	Schroeder.....	599
Concórdia.....	153	Meleiro.....	371	Serra Alta.....	615
Cordilheira Alta.....	183	Modelo.....	373	Siderópolis.....	620
Coronel Freitas.....	186	Mondaí.....	378	Sombrio.....	623
Corupá.....	187	Monte Carlo.....	381	Tigrinhos.....	625
Curitibanos.....	188	Morro da Fumaça.....	382	Timbé do Sul.....	626
Dionísio Cerqueira.....	189	Navegantes.....	383	Timbó.....	628
Flor do Sertão.....	190	Nova Trento.....	384	Treze Tilias.....	631
Forquilha.....	191	Novo Horizonte.....	396	Trombudo Central.....	633
Fraiburgo.....	192	Orleans.....	403	Tunápolis.....	634
Frei Rogério.....	201	Ouro.....	404	Turvo.....	635
Garopaba.....	203	Paial.....	427	União do Oeste.....	637
Garuva.....	205	Palhoça.....	428	Videira.....	648
Gaspar.....	208	Palmitos.....	430	Vitor Meireles.....	664
Grão Pará.....	212	Papanduva.....	431	Xanxerê.....	665
Guaraciaba.....	235	Paraíso.....	436	Xavantina.....	668

### Consórcios

ARIS.....	669	CIMVI.....	684	CIS/AMMVI.....	691
CIGA.....	669	CIS/AMAUC.....	684	CIS/AMOSC.....	692

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1987

Terça-feira - 03 de Maio de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Editais de Notificação

Água Doce.....	695	Itá .....	872	Santa Terezinha do Progresso .....	1013
Alto Bela Vista.....	699	Itaiópolis .....	873	São Bento do Sul.....	1015
Anchieta .....	699	Itapiranga.....	875	São Carlos .....	1022
Arroio Trinta.....	701	Itapoá .....	876	São Domingos.....	1023
Ascurra.....	703	Ituporanga .....	878	São João do Oeste .....	1024
Atalanta.....	705	Jacinto Machado .....	884	São João do Sul .....	1025
Aurora .....	706	Jaraguá do Sul .....	886	São Joaquim .....	1027
Barra Velha.....	707	Joaçaba .....	911	São José.....	1030
Benedito Novo .....	710	José Boiteux .....	917	São José do Cedro.....	1039
Biguaçu .....	712	Lacerdópolis.....	918	São Lourenço do Oeste.....	1041
Blumenau .....	715	Lages .....	919	São Miguel da Boa Vista .....	1042
Bom Jesus do Oeste .....	741	Laguna .....	934	São Miguel do Oeste.....	1043
Bom Retiro .....	743	Lauro Muller .....	938	São Pedro de Alcântara.....	1049
Botuverá.....	744	Lebon Regis .....	940	Schroeder .....	1051
Braço do Trombudo .....	744	Leoberto Leal.....	941	Seara .....	1053
Brusque.....	745	Lindóia do Sul .....	941	Serra Alta .....	1055
Caçador.....	751	Luzerna .....	943	Siderópolis.....	1057
Camboriú.....	755	Macieira.....	944	Sombrio.....	1059
Campo Alegre .....	758	Mafra .....	944	Tigrinhos .....	1061
Campo Erê.....	760	Maracajá .....	948	Timbé do Sul .....	1062
Campos Novos.....	761	Maravilha.....	949	Timbó .....	1063
Canoinhas .....	764	Massaranduba.....	952	Timbó Grande.....	1070
Capinzal .....	768	Meleiro .....	954	Três Barras .....	1072
Catanduvas.....	770	Modelo .....	955	Treze Tilias .....	1073
Chapecó .....	771	Monte Carlo .....	956	Tunápolis.....	1077
Cocal do Sul.....	804	Morro da Fumaça .....	957	Turvo .....	1079
Concórdia .....	806	Navegantes.....	958	União do Oeste .....	1080
Coronel Freitas.....	812	Nova Trento .....	962	Urussanga .....	1081
Correia Pinto.....	813	Orleans .....	964	Vargeão.....	1083
Corupá .....	815	Ouro .....	967	Vargem Bonita .....	1084
Curitibanos .....	817	Ouro Verde .....	969	Vidal Ramos.....	1085
Dionísio Cerqueira .....	821	Palhoça .....	971	Videira.....	1086
Erval Velho .....	822	Palmitos .....	976	Vitor Meireles.....	1090
Faxinal dos Guedes.....	823	Papanduva.....	978	Xanxerê.....	1091
Forquilha.....	824	Passo de Torres.....	980	Xavantina .....	1096
Fraiburgo.....	826	Passos Maia .....	982	Xaxim.....	1097
Garopaba.....	829	Penha.....	983		
Garuva .....	832	Peritiba.....	986		
Gaspar .....	833	Petrolândia .....	987		
Governador Celso Ramos .....	846	Pinheiro Preto .....	987		
Grão Pará .....	847	Pomerode .....	988		
Guaramirim.....	848	Ponte Serrada .....	995		
Herval d'Oeste .....	852	Porto Belo.....	996		
Ibiam .....	854	Porto União.....	999		
Ilhota .....	854	Presidente Castello Branco .....	1003		
Imbituba .....	856	Rio do Sul.....	1005		
Indaial.....	861	Rio dos Cedros.....	1009		
Ipumirim .....	871	Salto Veloso.....	1011		
Irineópolis .....	872	Santa Rosa do Sul .....	1012		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 7/2016 FMS

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 7/2016 DE 29/04/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322, CNPJ n. 11.430.533/0001-20, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. Orlando Fávero, brasileiro, portador do CPF nº. 400.955.259-04, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PFG COMERCIAL LTDA -ME estabelecida na Rua Equador, – nº 635 Bairro: Nações CNPJ n.20.438.684/0001-15, neste ato representado por Adolfo Frederico Grams, brasileiro, portador do CPF nº. 025.663.419-07, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de para AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITE EM PÓ E FÓRMULAS INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, aos munícipes que buscam auxílio junto ao Setor Social e Secretaria de Saúde, em decorrência do Processo Licitatório n. 6/2016, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 2/2016, de 25/04/2016, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do edital, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

O presente Contrato tem por objeto o para AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITE EM PÓ E FÓRMULAS INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, aos munícipes que buscam auxílio junto ao Setor Social e Secretaria de Saúde a seguir relacionados:

Item	Especificação	Unid.	Qtde	Preço Unit.	Preço Total
9	Fórmula infantil para lactentes de zero a seis meses, 400gr, contendo prebióticos e DHA e ARA + nucleotídeos, lactose, protrína do soro de leite, oleina de palma, leite desnatado, galactooligossacarídeos, óleo de palmitase, óleo de canola, óleo de milho, citrato de potássio, citrato de cálcio, sulfato de cálcio, sulfato ferroso, lecitina de soja, vitaminas C, E, B1, A, B6, K, D, B12. Não contendo gluten, VALIDADE: 12 MESES DO ATO DA ENTREGA.	LTA	90	16,39	1.475,10
10	Formula infantil para lactentes a partir do 6º mês, lata com 800gr. Contendo prebióticos e DHA e ARA + nucleotídeos, lactose, proteína do soro de leite, oleina de palma, leite desnatado, galactooligossacarídeos, óleo de palmitase, óleo de canola, óleo de milho, citrato de potássio, citrato de cálcio, sulfato de cálcio, sulfato ferroso, lecitina de soja, vitaminas C, E, B1, A, B6, B2, K, D, B12. Não contendo gluten. VALIDADE: 12 MESE DO ATO DA ENTREGA.	LTA	150,00	12,95	1.942,50
TOTAL					3.417,60

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DOS PRAZOS

##### Das Condições de Entrega

a) Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, sita a Rua Frei Dario – Centro, Água Doce – SC, e que deverá ocorrer até 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria.

Dos Prazos e Validade dos Produtos – A contagem do prazo de validade dos materiais a serem entregues deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses contados da data da efetiva entrega.

Da Vigência do Contrato – A contagem do prazo passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto 12 meses, ou quando terminar a quantidade o que expirar primeiro.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o prazo de 12 meses, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos é de R\$ 3.417,60 (Três mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento conforme descrito na cláusula segunda deste contrato, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA com 30 e 60 dias após o fornecimento dos materiais licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE**

Praça João Macagnan, 322 – Centro

CEP 89654-000 – Água Doce – SC

CNPJ – 11.430.533/0001-20

**CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE**

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

**CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO**

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 6/2016 – Pregão para Registro de Preço n. 2/2016 para o ano de 2016, correrão por conta dos recursos orçamentários:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0002/44 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0000/45 – Aplicações Diretas

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro – Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado;

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato; e

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos materiais com vistas à execução do objeto deste Contrato.

d)

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;

b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;

c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais; e

d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais

e) responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

I – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério do Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da



punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV – Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial para Registro de Preço n. 2/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 29 de abril de 2016

ORLANDO FÁVERO  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

ADOLFO FREERICO GRAMS  
PFG Comercial LTDA - ME  
Contratada

Testemunhas:

Cristiano Savaris da Silva  
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB/SC 27419

### CONTRATO Nº 8/2016 FMS

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 8/2016 DE 29/04/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322, CNPJ n. 11.430.533/0001-20, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. Orlando Fávero, brasileiro, portador do CPF nº. 400.955.259-04, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME estabelecida na Rua Araquari, – nº80 CNPJ nº 18.941.818/0001-74, neste ato representado por Jacques Brião Moreira, brasileiro, portador do CPF nº. 004.287.970-16, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de para AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITE EM PÓ E FÓRMULAS INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, aos munícipes que buscam auxílio junto ao Setor Social e Secretaria de Saúde, em decorrência do Processo Licitatório n. 6/2016, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 2/2016, de 25/04/2016, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do edital, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

O presente Contrato tem por objeto o para AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITE EM PÓ E FÓRMULAS INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, aos munícipes que buscam auxílio junto ao Setor Social e Secretaria de Saúde a seguir relacionados:

Item	Especificação	Unid.	Qtde	Preço Unit.	Preço Total
2	Fraldas descartáveis adulto, tamanho G, cintura 100 a 150 cm, acima de 70kg, com 08 fraldas cada pacote, com abertura interna macia e fitas reposicionáveis, gel ultra-absorvente hipoalergenica, desenho anatômico, múltiplos elásticos.	PCTE	820	8,00	6.560,00
5	Fralda descartáveis infantil com barreiras antivazamento, formato anatômico, superabsorvente, abre e fecha quantas vezes quiser, tamanho P até 5kg, pacotes com 28 fraldas	PCTE	10	9,90	99,00
6	Fraldas descartáveis infantil com barreiras antivazamento, formato anatômico, superabsorvente, abre e fecha quantas vezes quiser, tamanho M de 5kg até 9,5kg, pacotes com 26 fraldas	PCTE	20	9,75	195,00
7	Fralda descartável infantil com barreiras antivazamento, formato anatômico, superabsorvente, abre e fecha quantas vezes quiser, tamanho G de 9kg até 16kg, pacotes com 24 fraldas	PCTE	40	10,08	403,20
TOTAL					7.257,20

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DOS PRAZOS

##### Das Condições de Entrega

a) Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, sita a Rua Frei Dario – Centro, Água Doce – SC, e que deverá ocorrer até 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria.

Dos Prazos e Validade dos Produtos – A contagem do prazo de validade dos materiais a serem entregues deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses contados da data da efetiva entrega.

Da Vigência do Contrato – A contagem do prazo passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto 12 meses, ou quando terminar a quantidade o que expirar primeiro.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o prazo de 12 meses, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos é de R\$ 7.257,20 (Sete mil duzentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento conforme descrito na cláusula segunda deste contrato, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA com 30 e 60 dias após o fornecimento dos materiais licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

##### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

Praça João Macagnan, 322 – Centro

CEP 89654-000 – Água Doce – SC

CNPJ – 11.430.533/0001-20

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

#### CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 6/2016 – Pregão para Registro de Preço n. 2/2016 para o ano de 2016, correrão

por conta dos recursos orçamentários:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0002/44 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0000/45 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato; e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos materiais com vistas à execução do objeto deste Contrato.
- d)

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais; e
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais
- e) responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério do Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV – Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial para Registro de Preço n. 2/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 29 de abril de 2016  
ORLANDO FÁVERO JACQUES  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

BRIÃO MOREIRA  
LITORALM Com. de Prod. Médicos EIRELI ME  
Contratada

## Testemunhas:

Cristiano Savaris da Silva  
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB/SC 27419

**CONTRATO Nº 9/2016 FMS**

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 9/2016 DE 29/04/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322, CNPJ n. 11.430.533/0001-20, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. Orlando Fávero, brasileiro, portador do CPF nº. 400.955.259-04, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -ME estabelecida na Avenida Vinte e Um Abril, – nº515 CNPJ nº 13.229.567/0001-86, neste ato representado por Ivonei Cesar Balbinot, brasileiro, portador do CPF nº. 026.136.680-75, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de para AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITE EM PÓ E FÓRMULAS INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, aos munícipes que buscam auxílio junto ao Setor Social e Secretaria de Saúde, em decorrência do Processo Licitatório n. 6/2016, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 2/2016, de 25/04/2016, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do edital, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

O presente Contrato tem por objeto o para AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITE EM PÓ E FÓRMULAS INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, aos munícipes que buscam auxílio junto ao Setor Social e Secretaria de Saúde a seguir relacionados:

Item	Especificação	Unid.	Qtde	Preço Unit.	Preço Total
1	Fraldas descartáveis adulto, tamango EG, cintura 110 a 165, acima de 90kg, com 07 fraldas cada pacote, com abertura interna macia e fitas reposicionáveis, gel ultra-absorvente hipoalérgica, desenho anatômico, multiplos elásticos.	PCTE	150	7,65	1.147,50
3	Fraldas descartáveis adulto, tamanho M, cintura 80 a 115 cm, peso de 40 a 70kg, com 8 fraldas cada pacote, com abertura interna macia e fitas reposicionáveis, gel ultra-absorvente, hipoalergenica, desenho anatômico, multiplos elásticos.	PCTE	400	7,54	3.016,00
TOTAL					4.163,50

**CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DOS PRAZOS****Das Condições de Entrega**

a) Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, sita a Rua Frei Dario – Centro, Água Doce – SC, e que deverá ocorrer até 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria.

**Dos Prazos e Validade dos Produtos** – A contagem do prazo de validade dos materiais a serem entregues deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses contados da data da efetiva entrega.

**Da Vigência do Contrato** – A contagem do prazo passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto 12 meses, ou quando terminar a quantidade o que expirar primeiro.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o prazo de 12 meses, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos é de R\$ 4.163,50 (Quatro mil cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento conforme descrito na cláusula segunda deste contrato, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA com 30 e 60 dias após o fornecimento dos materiais licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, devidamente atestada pela Secretaria



responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
Praça João Macagnan, 322 – Centro  
CEP 89654-000 – Água Doce – SC  
CNPJ – 11.430.533/0001-20

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

#### CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 6/2016 – Pregão para Registro de Preço n. 2/2016 para o ano de 2016, correrão por conta dos recursos orçamentários:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0002/44 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0000/45 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado;

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato; e

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos materiais com vistas à execução do objeto deste Contrato.

d)

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;

b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;

c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais; e

d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais

e) responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou

irregularidades cometidas na execução do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério do Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da

empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e  
e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV – Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial para Registro de Preço n. 2/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 29 de abril de 2016

ORLANDO FÁVERO IVONEI  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

CESAR BALBINOT  
Veneza Distribuidora de Produtos Hospitalares  
Contratada

Testemunhas:

Cristiano Savaris da Silva  
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB/SC 27419

### **CONTRATO Nº 6/2016 FNS**

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 6/2016 DE 29/04/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322, CNPJ n. 11.430.533/0001-20, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. Orlando Fávero, brasileiro, portador do CPF nº. 400.955.259-04, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA estabelecida na Rua Amazonas de Souza Azevedo, – nº 252 CNPJ n. 05.912.018/0001-83, neste ato representado por Ricardo da Conceição, brasileiro, portador do CPF nº. 026.439.659-65, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de para AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITE EM PÓ E FÓRMULAS INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, aos munícipes que buscam auxílio junto ao Setor Social e Secretaria de Saúde, em decorrência do Processo Licitatório n. 6/2016, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 2/2016, de 25/04/2016, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do edital, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

O presente Contrato tem por objeto o para AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITE EM PÓ E FÓRMULAS INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, aos munícipes que buscam auxílio junto ao Setor Social e Secretaria de Saúde a seguir relacionados:

Item	Especificação	Unid.	Qtde	Preço Unit.	Preço Total
8	Leite em pó desnatado instantâneo (leite em pó desnatado e emulsificante lecitina de soja), maltodextrina, leite em pó integral instantâneo (leite em pó integral e emulsificante lecitina de soja), sacarose, fosfato de magnésio, ascorbato de sódio, sulfato ferroso, inositol, acetato de dl-alfa tocoferol, iodeto de potássio, sulfato de zinco, niacinamida, sulfato de manganês, vitamina K1, sulfato cúprico, pantotenato de cálcio, acetato de retinol, vitamina B12, cloridrato de piridoxina, cloridrato de tiamina, riboflavina, coлекаliferol, ácido fólico, cloreto de cromo, biotina, aromatizante e corante artificiais: tartrazina e amarelo crepúsculo. Não contém glúten. Contém lactose. Embalagem lata 400 gramas. Produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Saúde. VALIDADE: 12 MESES DO ATO DA ENTREGA.	LTA	60	35,00	2.100,00
TOTAL					2.100,00

### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DOS PRAZOS

#### Das Condições de Entrega

a) Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, sita a Rua Frei Dario – Centro, Água Doce – SC, e que deverá ocorrer até 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria.

Dos Prazos e Validade dos Produtos – A contagem do prazo de validade dos materiais a serem entregues deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses contados da data da efetiva entrega.

Da Vigência do Contrato – A contagem do prazo passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto 12 meses, ou quando terminar a quantidade o que expirar primeiro.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o prazo de 12 meses, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos é de R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento conforme descrito na cláusula segunda deste contrato, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA com 30 e 60 dias após o fornecimento dos materiais licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

Praça João Macagnan, 322 – Centro

CEP 89654-000 – Água Doce – SC

CNPJ – 11.430.533/0001-20

### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

### CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 6/2016 – Pregão para Registro de Preço n. 2/2016 para o ano de 2016, correrão por conta dos recursos orçamentários:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0002/44 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0000/45 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato; e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos materiais com vistas à execução do objeto deste Contrato.
- d)

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais; e
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais
- e) responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério do Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante

vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV – Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial para Registro de Preço n. 2/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 29 de abril de 2016

ORLANDO FÁVERO  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

RICARDO DA CONCEIÇÃO  
Merco Soluções Em saúde Ltda  
Contratada



## Testemunhas:

Cristiano Savaris da Silva  
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB/SC 27419

**PORTARIA 120/2016**

PORTARIA Nº 120/2016 de 29 de abril de 2016

“EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

## Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido a servidora, JULIANA TEREZINHA DA SILVA ALVES DE MELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob Nº 055.701.099-35, do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a partir de 29/04/2016, conforme requerimento Protocolo Nº 236/2016 em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 29 de abril de 2016

Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan  
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.190 DE 29 DE ABRIL DE 2016

ESTABELECE ESCALA DE SOBREVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período de 60 dias, conforme segue.

§ 1º - Servidores na função de motorista;

- a) Do dia 30/04 a 06/05 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- b) Do dia 07/05 a 13/05 – Servidores Marcos Finger e Paulo Cesar Brito;
- c) Do dia 14/05 a 20/05 – Servidor Adilson Schwingel;
- d) Do dia 21/05 a 27/05 – Servidores Marinho Sergio Castro e Paulo Cesar Brito;
- e) Do dia 28/05 a 03/06 – Servidor Marcos Finger;
- f) Do dia 04/06 a 10/06 – Servidores Adilson Schwingel e Paulo Cesar Brito;
- g) Do dia 11/06 a 17/06 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- h) Do dia 18/06 a 24/06 – Servidores Marcos Finger e Paulo Cesar Brito;
- i) Do dia 25/06 a 01/07 – Servidor Adilson Schwingel.

§ 2º - Servidores na função de Técnica de Enfermagem;

- a) Do dia 30/04 a 06/05 – Servidora Lisnéia Raquel;
- b) Do dia 07/05 a 13/05 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- c) Do dia 14/05 a 20/05 – Servidora Lisnéia Raquel Pallas;
- d) Do dia 21/05 a 27/05 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- e) Do dia 28/05 a 03/06 – Servidora Lisnéia Raquel Pallas;
- f) Do dia 04/06 a 10/06 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- g) Do dia 11/06 a 17/06 – Servidora Lisnéia Raquel Pallas;
- h) Do dia 18/06 a 24/06 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- i) Do dia 25/06 a 01/07 – Servidora Lisnéia Raquel Pallas.

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 853,08 (oitocentos e cinquenta e três reais com oito centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único – Os servidores relacionados na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberão o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, 29 de abril de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LOTETE CLIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

### DECRETO Nº 2.191 DE 29 DE ABRIL DE 2016

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE ALTO BELA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, no usando da atribuição que lhe confere o art.99 item VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19, de 25 de Maio de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria Nº 024, de 29 de Outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento.

#### DECRETA:

Art.1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de ALTO BELA VISTA a se realizar no dia 20 de Junho de 2016, sob a coordenação do Gabinete da Prefeita Municipal e Gerência de Administração e Finanças.

Art.2º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de ALTO BELA VISTA desenvolverá seus trabalhos a partir do Temário "A função Social da Cidade e da Propriedade" e como Lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art.3º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de ALTO BELA VISTA será presidida pela Prefeita Municipal CATIA TESSMANN REICHERT e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Contador Geral VILMAR JOSÉ ZONTA.

Art.4º A Prefeita CATIA TESSMANN REICHERT expedirá, mediante decreto, a Comissão Preparatória e o Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de ALTO BELA VISTA.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de ALTO BELA VISTA, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art.5º As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de ALTO BELA VISTA ocorrerão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 29 de abril de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.192 DE 29 DE ABRIL DE 2016

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, pela Lei Municipal nº 691, de 29 de abril de 2016;

## DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional especial, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
06	SEGURANÇA PÚBLICA
06.182	Defesa Civil
06.182.0003	Ações de Administração Geral
06.182.0003.1.014	Participação no Consórcio Integrar
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 21.200,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.07	Esportes e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0051	Esportes como Ação de Integração e de Formação
27.812.0051.2.092	Atividades Gerais do Esporte
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras despesas correntes
3.3.90.00.00.1.00	Aplicações Diretas
	R\$ 23.800,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	Assistência Social
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Comunitária e Social
08.244.0023.2.036	Participação em Projetos Comunitários
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transf. Inst. privadas sem fins lucrativos
	R\$ 45.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 29 de abril de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.193 DE 02 DE MAIO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder 15 dias de férias ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, DIEGO MARCIANO FERRARI, ocupante do cargo de GERENTE DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, lotado na Gerência de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Período aquisitivo de 26/01/2015 à 25/01/2016, período de gozo de 02 a 16 de maio de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 02 de maio de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

### PORTARIA Nº 054 DE 29 DE ABRIL DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, DESIGNA MEMBROS PARA SUA COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Comissão de Sindicância com a finalidade de apurar os fatos consistentes na ocultação de documentos e/ou omissão do registro, lançamento e cobrança, de prestação de serviços públicos, relativo a 513 (quinhentos e treze) documentos intitulados "Relatório de Prestação de Serviços" e 47 (quarenta e sete) documentos intitulados "Bilhete de Passagem Hidroviário", datados dos anos de 2010, 2011 e 2012.

Art. 2º Ficam designados os servidores André Luiz Bernardi – Consultor Jurídico, Cassiano Martinazzo – Diretor de Administração, Alvaro Eliseo Hartmann – Operador de Pá Carregadeira, José Luiz Rettore – Agente Administrativo e Jacqueline Milena de Borba Weirich – Tesoureira, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Sindicância instituída no artigo anterior.

Art. 3º A Comissão de Sindicância deverá apresentar suas conclusões no prazo de 30 dias, podendo haver prorrogação de prazo, pelo mesmo período, desde que devidamente justificado.

Art. 4º. As atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão de Sindicância, são aquelas definidas nos arts. 147 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2005.

Art. 5º. Pelo desempenho do presente mandato, os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 29 de abril de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

**PORTARIA Nº 055 DE 02 DE MAIO DE 2016**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 82 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações e ao constante do requerimento protocolado com o nº 086/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal, LAURINDO LAVRENZ, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 46, lotado na Gerência de Transportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 23/08/2010 a 22/08/2015, período de gozo de 02 a 31 de maio de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 02 de maio de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº 056 DE 02 DE MAIO DE 2016**

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do Artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor, IVONE APARECIDA GUILHERME HORN, matrícula nº 567, lotado no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, desta Municipalidade, adicional por interesse de qualificação estabelecidos nos § 5º e § 6º do Art. 14 da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, com a progressão de uma (1) referência pela qualificação em cursos apresentados e deferidos no requerimento 075/2016 de 01 de abril de 2016 de um total de 280 horas.

Art. 2º Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo dispositivo do § 6º do Art.14 da Lei Complementar 012, de 10 de janeiro de 2005.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 02 de maio de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016**

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2016

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de consumo, higiene e limpeza destinados a rede municipal de ensino. Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 17/05/2016.

Abertura: às 09h do dia 17/05/2016.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 27 de abril de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 018\_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 018/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Aquisição de brinquedos educativos (Martela Leãozinho, Ilha das Palmeiras, Mesinha Encantada, Activity House e Arco Baby Gym) para serem utilizados nas Creches Municipais, lotadas no Ensino Infantil. pagos com recursos do Brasil Carinhoso. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 23/05/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 03 de maio de 2016.

Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal

### EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 019\_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 019/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Aquisição de produtos de higiene (Prato Plástico, Copinho, Fralda, Lenço Umedecido, Sabonete Líquido, Shampoo, Repelente, Creme e Papel Higiênico) para serem utilizados nas Creches Municipais, lotadas no Ensino Infantil. Pagos com recursos do Brasil Carinhoso. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 23/05/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 03 de maio de 2016.

Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016

ATA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, REUNIU-SE A COMISSÃO DE LICITAÇÕES, NOMINADA POR PORTARIA Nº 29/2016, PARA APRECIÇÃO E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016, CUJO OBJETO É A PERMISSÃO E USO DE UM QUIOSQUE DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, LOCALIZADO NA RUA JOÃO HENRIQUE PAULI, Nº 220, NESTE MUNICÍPIO, COM ÁREA CONSTRUÍDA APROXIMADA DE 30 (trinta) M², OBJETIVANDO A EXPLORAÇÃO COMERCIAL COM ATIVIDADE DE BAR E LANCHONETE, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, MEDIANTE PAGAMENTO DE LUVA E ALUGUEL.

ABERTA A SESSÃO, A PRESIDENTE DA COMISSÃO DECALOU QUE EM FACE DE AÇÃO JUDICIAL QUE TRAMITA NO FÓRUM DA COMARCA DE BIGUAÇU, SC, EM QUE O USO DO REFERIDO QUIOSQUE, OBJETO DO CERTAME, ESTÁ SOB DEMANDA JUDICIAL, O PRESENTE PROCESSO SEGUIRÁ NOS SEUS TRÂMITES NORMAIS, DEIXANDO CONTUDO, DE SER ADJUDICADO AO VENCEDOR, ATÉ TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO.

APÓS VISTADOS E RUBRICADOS OS ENVELOPES, FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO. VISTADOS POR TODOS OS PARTICIPANTES, A COMISSÃO JULGA TODOS OS PARTICIPANTES HABILITADOS. DESTA FORMA, ABRE-SE O PRAZO DE CINCO DIAS ÚTEIS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO E AGENDA A DATA DE 04/05/2016, ÀS 9:00, PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS.

ELIANE NUNUES DE OLIVEIRA FOLGANES  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE ANTÔNIO CARLOS/SC

### PORTARIA N 180/2016

PORTARIA Nº 180/2016

Concede Licença Premio a servidor efetivo.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

#### RESOLVE:

Art.1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora a MARIA DE FATIMA CRISTOVÃO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUACAO ESPECIALISTA – 40H, a partir de 01 de junho de 2016, referente ao período aquisitivo de março/2007 a março/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de maio de 2016.  
Antonio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de maio de 2016.

### PORTARIA N 181/2016

PORTARIA Nº 181/2016

Concede Licença Premio a servidor efetivo.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

#### RESOLVE:

Art.1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, a servidora a JANICE IVONETE MULLER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 20H, a partir de 02 de maio de 2016, referente ao período aquisitivo de janeiro/2011 a janeiro/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de maio de 2016.  
Antonio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de maio de 2016.

### PORTARIA N 182/2016

PORTARIA Nº 182/2016

Concede Ferias a servidor efetivo.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

#### RESOLVE:

Art.1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidora a APOLONIA SIMONES PAULI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 20H, a partir de 01 de junho de 2016, referente ao período aquisitivo de 01/06/2015 a 31/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de maio de 2016.  
Antonio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de maio de 2016.

### PORTARIA N 183/2016

PORTARIA Nº 183/2016

Dispensa ACT.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º - Dispensar, a pedido, LIAMARA POLETTI, do cargo temporário de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 04 de maio de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de maio de 2016.

Antonio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de maio de 2016.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DO CONTRATO 05/2016****EXTRATO DO CONTRATO 04/2016**

Contrato 04/2016. Origem: Processo Licitatório nº 25/2016 Realizado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos -SC) – Pregão nº 19/2016. Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS-SC – CNPJ: 07.409.010/0001-24, com Sede a Rua Saul Antônio Scherer, 07 – Centro – Antônio Carlos-SC. Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA – CNPJ: 00.456.865/0001-67, com sede Rua João Pessoa, 134 – Centro – Criciúma-SC. Objeto: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidade de usuários previstas no Edital. Bem como farão parte do objeto a prestação de serviços de Migração de dados para funcionamento de aplicativos; Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATADA; Treinamento inicial e acompanhamento para operacionalização dos aplicativos; Suporte Técnico e treinamento reforço, após implantação dos aplicativos; serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados e a manutenção legal, corretiva e evolutiva durante. Prazo: O presente instrumento terá duração de até 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato em 01/04/2016, nos termos do inciso IV, artigo 57 da Lei nº 8.666/93, podendo sofrer acréscimos ou supressões nos termos do art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. Valor: Pelo uso dos aplicativos ativos de Compras e Licitações; Contabilidade Pública; Folha de Pagamento; Patrimônio Público e Portal da Transparência, a Câmara Municipal pagará à CONTRATADA o valor Mensal de R\$ 1.080,00 (Hum mil e oitenta reais).

# Arabutã

## PREFEITURA

### CONVITE PARA 6º CONFERÊNCIA DAS CIDADES DE ARABUTÃ

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÃ

O Município de Arabutã convida todos para a 6ª Conferência da Cidade de Arabutã, que será realizada no dia 01 de junho de 2016, a partir das 08h, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sob a coordenação da Comissão Preparatória Municipal.

A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Arabutã desenvolverá seus trabalhos a partir do temário "A função Social da Cidade e da Propriedade" e como Lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 1870/2016

DECRETO Nº 1.870, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 63.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea "d" do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei nº 852, de 28 de abril de 2016,

DECRETA.

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade:	1	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade:	2004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade:	16	3390000000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
		0000		
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC. IND., COM. SER. E MEIO AMB.		
Unidade:	1	Setor dos Programas, Ações e Atividades da Agricultura e Pecuária		
Projeto Atividade:	2062	Sementes de Pastagens		
Modalidade:	101	3390000000000000	Aplicações Diretas	13.000,00
		0000		
TOTAL .....				R\$ 63.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º desta Lei será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS		
Projeto Atividade:	1059	Obras do Centro Comunitário de Linha Paraíso		
Modalidade:	164	4490000000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
		0000		
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC., IND., COM.SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	1	Setor dos Programas, Ações e Atividades da Agricultura e Pecuária		
Projeto Atividade:	2064	Feiras, Eventos e Capacitação de Agricultores		
Modalidade:	95	3900000000000000	Aplicações Diretas	13.000,00
		0000		
TOTAL .....				R\$ 63.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Arabutã, de 28 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 28 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas Publicações

## DECRETO Nº. 1872/2016

Decreto nº. 1.872, de 02 de maio de 2016.

ALTERA O DECRETO Nº. 1593, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014, QUE CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos II e V, do art. 1º, do Decreto nº. 1593, de 20 de outubro de 2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:

(...)

II – Jair Fassbinder, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Controle Interno, que será o Secretário;

V – Paulo Hassemer, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em efetivo de Auxiliar Administrativo, que atuará como membro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 02 de maio de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

## LEI Nº. 852/2016

LEI Nº 852, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 63.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade:	1	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade:	2004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade:	16	33900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
		0000		
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC. IND., COM. SER. E MEIO AMB.		
Unidade:	1	Setor dos Programas, Ações e Atividades da Agricultura e Pecuária		

Projeto Atividade:	2062	Sementes de Pastagens			
Modalidade:	101	33900000000000	Aplicações Diretas	13.000,00	
		0000			
		TOTAL .....			R\$ 63.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º desta Lei será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO			
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS			
Projeto Atividade:	1059	Obras do Centro Comunitário de Linha Paraíso			
Modalidade:	164	44900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00	
		0000			
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC., IND., COM.SERV.E MEIO AMB.			
Unidade:	1	Setor dos Programas, Ações e Atividades da Agricultura e Pecuária			
Projeto Atividade:	2064	Feiras, Eventos e Capacitação de Agricultores			
Modalidade:	95	39000000000000	Aplicações Diretas	13.000,00	
		0000			
		TOTAL .....			R\$ 63.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Arabutã, de 28 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 28 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas Publicações

## LEI Nº. 853/2016

LEI Nº 853, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre as Políticas Públicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural e a realização de serviços em áreas rurais e urbanas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos art., 126, art. 127 e seus incisos e do art. 131 e seus incisos, em especial seu inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Seção I Dos Objetivos

Art. 1º Inserindo-se numa estratégia de desenvolvimento agropecuário que visa incentivar uma sólida aliança entre a agropecuária, enquanto atividade produtiva moderna e competitiva e o desenvolvimento sustentável das propriedades rurais nos aspectos ambiental, econômica e social, assegurar, a todos, uma existência digna, conforme o ditame da justiça social, fica instituído as Políticas Públicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural e a realização de serviços com máquinas, equipamentos e caminhões do Poder Público Municipal em propriedades rurais e urbanas, que integra quatro eixos prioritários e estratégicos:

I – execução de serviços de máquinas, equipamentos e caminhões de propriedade do Município em propriedades rurais e urbanas;

II – terceirização de serviços de máquinas e equipamentos;

III – incentivos à implantação de novas unidades produtivas rurais.

Art. 2º O Município promoverá as Políticas Públicas estabelecidas no art. 1º desta Lei por meio da prestação de serviços e da concessão de incentivos e gratuidade de serviços, tendo os seguintes objetivos.

I – Objetivos Gerais: Promover o desenvolvimento agropecuário, base da economia do Município, e possibilitar aos agricultores familiares

agregar valor aos seus produtos, bem como melhorar a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, promovendo o desencadeamento de um processo de descentralização do desenvolvimento sustentável e viabilizar a população rural e urbana o acesso aos serviços com máquinas, equipamentos e caminhões do Poder Público Municipal.

II – Objetivos Específicos:

- a) minimizar os custos de produção nas principais atividades agropecuárias, por meio do melhoramento da infraestrutura produtiva e de escoamento da produção;
- b) incentivar à diversificação da produção agrícola;
- c) promover a qualidade e da inovação da produção agropecuária;
- d) valorizar o potencial específico das propriedades rurais;
- e) melhorar as condições de vida do trabalho e do rendimento familiar;
- f) melhorar o manejo das culturas, matéria orgânica e rotação de culturas, visando o aumento da capacidade produtiva do solo;
- g) tornar a qualidade dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano compatíveis com os padrões estabelecidos pelas normas vigentes;
- h) melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e dessa forma incentivar a sua permanência no meio rural;
- i) ampliar a capacidade produtiva, com vistas à contínua agregação de valores à principal fonte financiadora da atividade pública;
- j) promover a concessão de benefícios aos agricultores decorrentes de ações geridas por outras esferas de governos, suas fundações e autarquias, nas quais o município é interveniente ou beneficiário por termos de convênios destinados ao desenvolvimento de ações de apoio ao desenvolvimento agropecuário e estímulo da produção;
- k) incentivar a instalação de novas unidades produtivas;
- l) amenizar os impactos provocados pela produção agropecuária no meio ambiente;
- m) interromper os mecanismos de transmissibilidade das doenças infectocontagiosas, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população;
- n) promover ações de preservação da água;
- o) incentivar a destinação correta dos rejeitos da produção agropecuária;
- p) incentivar a racionalidade na utilização dos recursos hídricos e permitir o acesso à água potável;
- q) incentivar a instalação de cisternas no meio rural; e,
- r) viabilizar o acesso à população urbana aos serviços de máquinas, equipamento e caminhões para melhoria de suas propriedades.

Art. 3º Visando atingir os objetivos da presente Lei, o Município promoverá as seguintes Políticas Públicas e prestação de serviços em propriedades rurais e urbanas:

I – realização de serviços de melhoria dos acessos das propriedades rurais;

II – realização de serviços de nivelamento de terraplenagens;

III – realização de serviços de transporte de calcário;

IV – realização de serviços de recolhimento de cama de aviário, quando for total;

V – realização de serviços voltados à utilização e preservação dos recursos hídricos – abertura de cisternas.

VI – realização de pequenas terraplanagens;

VII – melhorias e/ou construção de acesso a lavoura/roça;

VIII – aterro de pedras;

IX – transporte de adubo líquido com caminhão;

X – cobertura de silagem;

XI – abertura de fossas em residências;

XII – abertura de valas para bueiros nas propriedades.

XIII – transporte de adubo de cama de aviário;

§ 1º Os serviços previstos nos incisos IX e XIII se limitará aos limites das microáreas rurais do Município de Arabutã/SC.

§ 2º As microáreas mencionadas no § 1º do presente artigo estão assim definidas:

I – Microárea 01: Sede do Município de Arabutã, Linha Aurora, Linha Unidos, Linha Capitão, Linha Pintado, Linha Paraíso, Linha Lajeado Quirino, Linha Fazendinha e Linha Pelotas;

II – Microárea 02: Sede do Distrito de Nova Estrela, Linha Schnach, Linha Fritsch, Linha Costa e Silva, Linha Beira Rio, Linha Iracema, Linha Castro Filho, Linha Juriti, Linha Canhada Grande, Linha Guaraipo, Linha São João e Linha Serra Alta.

Art. 4º Para atendimento das Políticas Públicas estabelecidas no art. 3º desta Lei o Município disponibilizará das seguintes máquinas, equipamentos e caminhões, com os respectivos valores por unidade:

MÁQUINA/EQUIPAMENTO/SERVIÇO	UNIDADE	VALOR R\$
Escavadeira Hidráulica	Hora	121,64
Moto-niveladora	Hora	96,81
Caminhão com Tanque – Distribuição de Dejetos de Suínos.	Hora	83,17
Pá Carregadeira	Hora	69,50
Trator de Esteiras – D-51	Hora	121,64
Trator Retroescavadeira Traçada	Hora	58,35
Carregadeira Compacta Bobcat S175	Hora	24,82
Caminhão Caçamba – Transporte Adubo de Aviário	Km	1,62

## Seção II Das Definições

Art. 5º - Para fins dessa Lei, considera-se:

I – produtor rural: pessoa física ou jurídica que atue na exploração agrícola ou pecuária, seja ela comercial ou de subsistência, exceto a manutenção de áreas de reflorestamento.

II – unidade produtiva: Instalação destinada à produção pecuária em escala comercial, tanto para o alojamento e manejo de animais, notadamente aviários, pocilgas e salas de ordenha, assim como instalações de apoio à atividade, tais como esterqueiras, bioesterqueiras, biodigestores, composteiras, sistemas de compostagem de dejetos suínos, silos de armazenamento.

III – propriedade urbana: domínio útil pertencente a pessoa física ou jurídica de bem imóvel, por natureza ou por acessão física como definida na lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.

## Seção III Do Cadastro

Art. 6º Os proprietários rurais e urbanos para terem acesso aos benefícios e serviços previstos nos incisos I à XIII do art. 3º da presente Lei deverão realizar e manter atualizados os respectivos cadastros de suas propriedades.

Art. 7º O cadastro dos interessados deverá ser realizado junto ao Setor de Tributação do Município, mediante a apresentação da seguinte documentação:

I – para os proprietários rurais:

- cópia do último Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);
- cópia do CPF ou CNPJ;
- certidão negativa de débitos municipais.

II – para os proprietários urbanos:

- cópia da Matrícula do Imóvel Urbano ou do último DAM do IPTU quitado;
- cópia do CPF ou CNPJ;
- certidão negativa de débitos municipais;



§ 1º O servidor responsável pelo preenchimento somente deferirá o cadastro se atender todos dos requisitos fixados nas alíneas "a" a "c" do inciso I do caput do presente artigo para os proprietários rurais alíneas "a" a "c" do inciso II do mesmo artigo para os proprietários urbanos.

§ 2º O cadastro, será realizado em ficha específica, numeradas em ordem crescente, conforme modelo a ser aprovado por ato do Executivo Municipal, sendo assinada pelo responsável pelo preenchimento, que atestará, juntamente com os proprietários, o atendimento dos requisitos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo e seu § 1º.

§ 3º No cadastramento das propriedades rurais, o titular do INCRA deve cadastrar todos os produtores inscritos no Cadastro de Produtor Rural da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina, sua dependência e declarar se os mesmo têm poderes de requerer os benefícios previstos nesta Lei.

§ 4º Para o primeiro cadastro dos proprietários rurais além dos documentos previstos nas alíneas do "a" a "c" do inciso I do caput do presente artigo deverão também atender os requisitos dos incisos I a VI do art. 8º da presente Lei.

§ 5º O cadastro e sua atualização poderão ser realizados a qualquer tempo.

§ 6º Realizado o cadastro, será fornecido comprovante do mesmo aos proprietários.

#### Seção IV Dos Requisitos para Usufruírem dos Benefícios e das Inscrições para Execução dos Serviços

Art. 8º Os proprietários rurais para usufruírem os benefícios previstos na presente Lei e execução de serviços deverão atender os seguintes requisitos:

I – estarem inscritos no Cadastro de Produtor Rural da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina como produtor rural de Arabutã/SC;

II – estarem executando atividades produtivas em sua propriedade rural, emitindo as respectivas notas fiscais de produtor rural;

III – não possuírem débitos vencidos, relativo ao titular previsto no inciso V do caput deste artigo;

IV – estarem em dia com a prestação de contas dos blocos de produtor retirados;

V – que a propriedade esteja localizada no território do Município de Arabutã/SC e regularmente cadastrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

VI – que o cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA ou o contrato de arrendamento ou parceria, no caso de arrendatário e o Cadastro de Produtor Rural seja registrado em nome do produtor rural requerente.

VII – estar com o cadastro previsto no art. 7º da presente Lei devidamente atualizado.

§ 1º Nos casos em que o produtor rural requerente for arrendatário ou parceiro, para o cumprimento do requisito insculpido no inciso VI, o número do INCRA deve estar inserido no contrato de parceria ou de arrendamento.

§ 2º Os produtores não titulares previsto no § 1º deste artigo para requererem os benefícios previstos nesta Lei e a realização dos serviços deverão apresentar obrigatoriamente a autorização expressa prevista no § 3º do art. 7º da presente Lei e a inscrição sempre será em nome do titular do INCRA, assim como sua responsabilidade de liquidação dos valores a serem pagos.

Art. 9º Os proprietários urbanos para inscrição de solicitação de execução de serviços deverão estar com o cadastro previsto no inciso II do caput do art. 7º devidamente atualizado.

§ 1º No caso de inquilinos os mesmos deverão apresentar o contrato de aluguel e autorização do titular da propriedade urbana para realização da inscrição.

§ 2º O inquilinos previstos no § 1º deste artigo para requererem a inscrição para realização de serviços previstos nesta Lei, sendo que esta será sempre em nome do titular do da propriedade urbana, assim como sua responsabilidade de liquidação dos valores a serem pagos.

Art. 10. O período de inscrição será estabelecido por Edital baixado pelo Executivo Municipal, com ampla divulgação.

§ 1º Haverá duas ordens de inscrições, sendo uma para os proprietários rurais e outra para os proprietários urbanos.

§ 2º Encerrado o período de inscrição, cuja relação será devidamente publicada na sua ordem, será vedada admissão de novas inscrições na relação, até que sejam atendidos todos os proprietários rurais e urbanos.

§ 3º Mensalmente será publicado os serviços realizados constantes da relação prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º Após encerrado o período de inscrição, os proprietários rurais e urbanos que não o fizeram dentro do prazo estabelecido, poderão efetuar inscrições voluntárias.

§ 5º As inscrições voluntárias previstas no § 4º deste artigo, serão atendidas em ordem cronológica após o atendimento da relação prevista no § 2º deste artigo.

§ 6º O período de inscrição para os serviços previstos nos incisos I, II, III, IV, IX, X e XIII do caput do art. 3º da presente Lei será de forma permanente.

§ 7º O atendimento dos serviços dos inscritos na forma do § 6º do presente artigo será por ordem cronológica de inscrição e por equipamento, máquina ou caminhão.

§ 8º Mensalmente será publicado a lista de inscritos e serviços prestados previstos nos parágrafos 1º e 6º do presente artigo, respectivamente, no órgão oficial do Município, nos termos da Lei Orgânica.

#### Seção V

##### Da Equidade e da Execução dos Serviços

Art. 11. Os proprietários rurais e urbanos inscritos serão atendidos de forma equânime e impessoal nos termos da presente Lei, não podendo serem discriminados por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política nos termos do inciso VIII do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 12. A prestação dos serviços e concessão dos benefícios previstos na presente Lei poderão ser suspensos ou interrompidos em caráter geral e irrestrito ou em serviços e benefícios específicos, quando:

I – sobrevierem situações emergenciais ou de calamidade pública, em que, para atendimento destas, haja a necessidade de remanejamento do efetivo funcional ou do parque de máquinas, ou ainda dos recursos orçamentários alocados para as finalidades da presente lei;

II – ocorrer passivos contingentes previstos na LDO vigente em valores superiores ao estimado na respectiva Lei;

III – ocorrer frustração da arrecadação ou aumento da despesa, decorrente de políticas dos governos federal ou estadual, decisões judiciais ou termos de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público;

IV – cessar a capacidade técnica do Município para a prestação dos serviços;

V – for necessária a mobilização de equipamentos e servidores públicos para atender a serviços de interesse coletivo ou situações emergenciais e de calamidade pública;

VI – não acudirem interessados nas contratações dos serviços terceirizados;

VII – houver necessidade de remanejamento de recursos para atender a outros investimentos ou ações em áreas da saúde, educação, habitação e saneamento básico;

VIII – houver necessidade de limitação de empenhos na forma prevista na LDO;

IX – os dispêndios necessários à execução dos serviços ou concessão dos benefícios colocarem em risco o equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo único. O sobrestamento dar-se-á enquanto persistirem os fatores que o causaram.

Art. 13. Os proprietários rurais e urbanos perderão o direito à prestação dos serviços ou concessão dos benefícios da presente Lei, quando:

I – existirem débitos vencidos, dívida ativa não quitada ou parcelamentos vencidos em nome do proprietário rural e urbano;

II – constatar que houve declaração ou apresentação de documentação falsa;

III – houver inviabilidade técnica de realização do serviço solicitado, inclusive licenças específicas e Anotações de Responsabilidade Técnica – ART;

IV – não adotar as providências sob sua responsabilidade para a realização dos serviços ou concessão dos benefícios.

Art. 14. A execução dos serviços dar-se-á segundo a sua natureza, na forma prevista nesta Lei.

Parágrafo único. Nos serviços em que não haja data certa para execução, serão considerados fatores como localização geográfica do produtor rural e os custos para deslocamento dos equipamentos.

#### CAPÍTULO II

##### DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM REMUNERAÇÃO

#### Seção I

##### Execução de Serviços de Máquinas, Equipamentos e Caminhões de Propriedade do Município

Art. 15. Através desse eixo estratégico visa oportunizar aos produtores rurais melhorar a produtividade através de uma infraestrutura adequada, objetivando otimizar o custo/benefício da propriedade e viabilizar o acesso dos proprietários urbanos aos serviços de máquinas, equipamento e caminhões para melhoria da infraestrutura de suas propriedades.

Art. 16. Para atingir esses objetivos, o Município disponibilizará aos proprietários rurais e urbanos a viabilidade da execução de serviços de máquinas, equipamentos e caminhões de sua propriedade.

Parágrafo único. Para a execução dos serviços estabelecidos no caput deste artigo o Município disponibilizará as máquinas, equipamentos e caminhões estabelecidos no art. 4º da presente Lei.

Art. 17. Os proprietários rurais urbanos para execução dos serviços previstos neste eixo estratégico deverão atender os requisitos previstos nos art. 8º e art. 9º da presente Lei.

Art. 18. Para atendimentos do eixo estratégico previsto no art. 15 da presente Lei o Município promoverá as políticas públicas estabelecidas no art. 3º da desta Lei.

Art. 19. O benefício será concedido ao titular do INCRA, por propriedade rural, com um ou mais cadastro no INCRA, considerado como área de terras contínuas, independentemente do número de produtores rurais que residem na mesma e por propriedade urbana.

§ 1º O produtor rural que possuir mais de uma propriedade, em áreas de terras descontínuas, no Município de Arbutã, na forma estabelecida no presente artigo, com produtor(es) rural(ais) residentes ou não nela, que explorem atividade agropecuária, independente do vínculo, fará jus para cada propriedade, as políticas públicas estabelecidas no art. 3º da presente Lei.

§ 2º A existência de lagos, açudes ou a passagem de rios, riachos, córregos e vias públicas que divide a propriedade não caracterizam a descontinuidade da propriedade prevista no § 1º do presente artigo, exceto se houver produtor (s) rural (ais) residentes em cada uma delas, que explorem atividade agropecuária, independente do vínculo e atenda o disposto no art. 17 desta Lei.

§ 3º Se o titular do INCRA previsto no caput do presente artigo tiver em sua propriedade mais de uma inscrição de Cadastro de Produtor Rural da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina, terá direito de usufruir:

I – acréscimo de 2 (duas) horas/ano para o disposto do inciso I do art. 20 da presente Lei.

II – acréscimo de 1 (uma) hora/ano para o disposto do inciso II do art. 20 da presente Lei.

Art. 20. Para atender o disposto do art. 15 desta Lei, a execução de serviços de máquinas, equipamentos e caminhões de sua propriedade do Município ou terceirizados, será:

I – até 8 (oito) horas/ano com todas máquinas, caminhões e equipamentos estabelecidos no art. 4º da presente Lei ou terceirizadas na forma estabelecida na Seção II do Capítulo II desta Lei, exceto para retroescavadeira de pneus traçada;

II – até 5 (cinco) horas/ano a retroescavadeira de pneus traçada estabelecida no quando art. 4º da presente Lei.

III – até a execução dos serviços, sem cômputo de horas, para os incisos I, II, III, IV IX, X e XIII do caput do art. 3º da presente Lei.

§ 1º Para fim único de realizar término dos serviços agendados poderá haver acréscimo de horas trabalhadas em:

I – em até 25 % (vinte e cinco por cento) para os casos estabelecidos no inciso I do caput do presente artigo.

II – em até 20 % (vinte por cento) para o caso estabelecido no inciso II do caput do presente artigo.

§ 2º Fica expressamente vedado o aumento de horas/ano para realização de novos serviços que não estejam agendados, ressalvado o disposto do § 1º do presente artigo.

§ 3º A quantidade de horas anuais previstas no presente artigo será por INCRA e por propriedade rural com áreas descontínuas e por CPF ou CNPJ para os proprietários urbanos.

Art. 21. O atendimento dos serviços previstos neste eixo estratégico é realizado em uma única vez anualmente, tendo os seguintes princípios balizadores:

I – Se os serviços executados forem em tempo inferior às horas/anos estabelecidas nos incisos I e II do caput art. 20 da presente Lei, o proprietário poderá requerer a diferença posteriormente, para ser executada após a conclusão dos serviços da lista de inscrição pré-estabelecida no §1º e no §2º do art. 10 da presente Lei, desde que seja executada no mesmo ano, perdendo o direito da diferença de horas para serem executadas em anos posteriores.

II – se os serviços executados forem em tempo superior às horas estabelecidas nos incisos I e II do caput do art. 20 da presente Lei, obedecido aos limites estabelecidos no § 1º do mesmo artigo.

Art. 22. O atendimento aos proprietários rurais será efetuado por microáreas rurais, ordem de inscrição e por tipo de máquina, equipamento

e caminhão.

Parágrafo único. Considera-se microárea rural as estabelecidas nos incisos I e II do § 2º do art. 3º da presente Lei.

Art. 23. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para o pagamento dos valores dos serviços realizados pelas máquinas, equipamentos e caminhões estabelecidos no art. 4º e terceirizadas previstas na Seção II do Capítulo II desta Lei.

§ 1º Não ocorrendo o pagamento no prazo estabelecido no caput do presente artigo, sobre o valor lançado haverá correção monetária e sobre o valor corrigido incidirá juros e multas de mora na forma estabelecida na Lei Complementar nº 15/1993, que institui o Código Tributário do Município de Arbutã, e dá outras providências e suas alterações.

§ 2º Após o prazo estabelecido no § 1º do presente artigo, não havendo o pagamento dos valores dos serviços realizados, a qualquer momento e dentro do mesmo exercício financeiro, os valores serão lançados em dívida ativa objetivando a cobrança administrativa ou judicial.

## Seção II

### Terceirização de Serviços de Máquinas e Equipamentos

Art. 24. Através deste eixo estratégico pretende oportunizar aos proprietários rurais e urbanos do Município a realização de serviços de máquinas e equipamentos não de propriedade do Município de Arbutã, em suas propriedades objetivando o atendimento dessa necessidade no momento em que ela ocorre e, em caso, de atendimento a demanda reprimida.

§ 1º O produtor beneficiado com este eixo estratégico terá subsídios estabelecidos no Capítulo III e respectivas Seções da presente Lei, para realização das Políticas Públicas previstas no do art. 3º desta Lei.

§ 2º O valor cobrado pelo Município para execução de serviços de máquinas e equipamentos terceirizados são os constantes do art. 4º desta Lei.

Art. 25. Para atender o princípio da universalização do atendimento dos serviços de terceirização, os processos de licitações desse eixo estratégico serão feitos de acordo com a Lei nº. 8666/93 e a Lei nº. 10.520/2002.

## CAPÍTULO III

### DOS SERVIÇOS PRESTADOS GRATUITAMENTE

## Seção I

### Das Melhorias de Acessos

Art. 26. Desde que não haja prejuízo à manutenção das estradas vicinais, o Município prestará, gratuitamente e sem limitação de horas, os serviços necessários para a melhoria de acessos às residências e unidades produtivas das propriedades rurais, em garantia ao direito constitucional de livre locomoção insculpido no art. 5º, XV da Constituição Federal.

§ 1º Entende-se como melhorias de acessos, previsto no caput do presente artigo as atividades de patrolamento, encascalhamento, compactação, construção de bueiros, inclusive com fornecimento de tubos para tal fim, a serem executados à partir das vias públicas até o pátio das residências e unidades produtivas da propriedade, inclusive os pátios de manobras de veículos e equipamentos de transporte de matéria prima e retirada da produção.

§ 2º Estende-se os serviços previstos no caput do presente artigo, às sedes das entidades sem fins lucrativos, constituídas pelos agricultores das respectivas localidades.

§ 3º Excluem-se do presente artigo, os serviços destinados:

I – A construção de valas e bueiros, como o fornecimento de tubos, destinados ao escoamento de águas pluviais provenientes dos telhados das residências e unidades produtivas da propriedade assim como as provenientes de utilização e escoamento do processo produtivo das mesmas;

II – Aos acessos a paióis e/ou silos para armazenamento de produtos agrícolas, insumos, matéria prima e similares que não estejam no entorno das residências e unidades produtivas da propriedade, exceto se esses necessitam de acesso exclusivo à partir das vias públicas.

§ 4º Os serviços previstos no caput do presente artigo, não compreendem a abertura de novas vias de acesso, alargamento ou modificação de traçados das vias já existentes.

§ 5º Os serviços previstos neste artigo não prescindem de inscrição formal, sendo realizados pela constatação da necessidade de reparos pela Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, a pedido do produtor rural ou das empresas de integração.

Art. 27. Os serviços previstos no art. 26 serão realizados pela Secretaria Infraestrutura e Urbanismo, concomitantemente à manutenção das estradas vicinais, de acordo com o cronograma fixado pela aludida secretaria, exceto:

I – na ocorrência de enxurradas, deslizamentos ou rompimento de bueiros que interrompam o tráfego;

II – na ocorrência de dano à via pelo seu uso normal, que inviabilizem o tráfego e ocasionem prejuízo ao produtor rural.

III – por exigência das empresas integradoras ou de outros organismos, para o alojamento dos animais.

§ 1º A Secretaria da Infraestrutura e Urbanismo poderá fixar cronograma específico para a prestação dos serviços de que trata o art. 26 desta Lei.

§ 2º Nos termos do inciso III do caput do art. 20 da presente Lei o tempo necessário para a melhoria de acessos às residências e unidades produtivas das propriedades rurais é indeterminado.

## Seção II

Dos Serviços de Nivelamento de Terraplanagens e Transporte de Calcário

Art. 28. O Município prestará, gratuitamente, os serviços de:

I – nivelamento em terraplanagens executadas para fins de construção das seguintes obras:

- a) aviários, para produção de frangos de corte ou de postura;
- b) pocilgas, compreendidas as destinadas a Ciclo Completo – CC, Unidade Produtora de Leitões – UPL ou Unidades de Terminação - UT;
- c) estábulos;
- d) outras unidades produtivas de médio porte.

II – transporte de calcário para produtores rurais do Município, provenientes de programas oficiais estabelecidos por órgãos dos governos Municipal, Estadual ou Federal;

Parágrafo único. Os serviços previstos nos incisos I e II não estão sujeitos à limitação de horas, sendo executados pelo Município até a sua conclusão.

Art. 29. O serviço previsto no inciso I do art. 28 compreende os serviços de nivelamento com motoniveladora e rolo compactador sendo que a terraplenagem será de responsabilidade do produtor.

§ 1º A terraplenagem deverá oferecer condições de nivelamento, não sendo realizados serviços de aterramento ou remoção de pedras da mesma.

§ 2º Para obtenção dos serviços previstos neste artigo, deverão ser atendidos os requisitos previstos nos incisos III e V do art. 8º da presente Lei.

§ 3º A inscrição dar-se-á a pedido do produtor rural cadastrado na forma do art. 7º da presente Lei, informando, o local a ser executado o nivelamento e a data aproximada para a sua execução.

§ 4º A inscrição prevista no § 3º do presente artigo ocorrerá a qualquer tempo.

§ 5º O serviço será executado pela ordem de inscrição do produtor rural e de acordo com o cronograma fixado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

Art. 30. O serviço previsto no inciso II do art. 28 será realizado somente se o calcário estiver depositado na Região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC.

§ 1º Não será efetuado o transporte de calcário ou produtos similares adquiridos de empresas privadas.

§ 2º Para obtenção dos serviços previstos neste artigo, deverão ser atendidos os requisitos previstos nos incisos I, III e V do art. 8º da presente Lei e em atendimento ao inciso II do mesmo artigo, deverá ser comprovada a emissão de nota fiscal de produtor no ano imediatamente anterior ao da realização do pedido.

§ 3º A inscrição dar-se-á a pedido do proprietário rural cadastrado na forma do art. 7º da presente Lei, informando, o órgão repassador do calcário e a data aproximada para o transporte.

§ 4º Após a confirmação junto ao órgão repassador do calcário pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviço e Meio Ambiente, o serviço será executado pela ordem de inscrição do produtor rural junto ao órgão que irá fornecer o calcário e de acordo com o cronograma fixado por esta.

## CAPÍTULO IV

DOS INCENTIVOS À IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES PRODUTIVAS

Art. 31. O Município concederá auxílio financeiro com o objetivo de custear parcialmente os gastos de terraplenagens e escavações, aos produtores rurais que implantarem as seguintes unidades produtivas:

I – aviários, para produção de frangos de corte ou de postura;

II – Pocilgas, compreendidas as destinadas a Ciclo Completo – CC, Unidade Produtora de Leitões – UPL ou Unidades de Terminação – UT, incluída nestas, obrigatoriamente as esterqueiras;

III – salas de ordenha, com ou sem estábulo coberto anexo.

§ 1º O incentivo de que trata o caput do presente artigo será concedido na ordem de R\$ 5,00 (cinco reais) para cada metro quadrado de área construída para as unidades previstas nos incisos I, II e III do caput do presente artigo.

§ 2º O incentivo constituirá exclusivamente em repasse de recursos financeiros, não sendo realizados serviços de máquinas ou fornecidos projetos técnicos.

§ 3º O incentivo será concedido somente para unidades produtivas voltadas à pecuária comercial, estando vinculados à empresas de integração ou comercializadas diretamente no âmbito municipal e intermunicipal.

Art. 32. Para habilitar-se ao recebimento do incentivo de que trata o art. 31 desta Lei o proprietário rural, cadastrado ou não, deverá cumprir os requisitos fixados nos incisos III e V do art. 8º desta Lei e apresentar a seguinte documentação:

I – Requerimento identificado solicitando a inscrição, constando no mesmo:

- a) a indicação do endereço da instalação;
- b) tipo da construção realizada com as respectivas metragens;
- c) autorização para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviço e Meio Ambiente realizar a vistoria das construções.
- d) cópia da Nota fiscal dos serviços de escavação ou terraplanagem;
- e) cópia da Nota fiscal dos materiais e serviços para construção da unidade.
- f) cópia do último Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);
- g) Certidão negativa de débitos municipais.

§ 1º No caso da unidade ter sido construída por pessoa física, admitir-se-á nota fiscal de prestação de serviços emitida pela Prefeitura de Arabutã/SC, para atendimento do requisito constante na alínea “d” e “e” do inciso I desde artigo em relação aos serviços.

§ 2º A documentação deverá ser encaminhada após a conclusão das instalações pelo produtor rural.

§ 3º A Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviço e Meio Ambiente, através de servidor designado para tal fim, analisará a conformidade da documentação apresentada com os requisitos fixados neste artigo.

§ 4º Estando incompleta ou em desacordo com o previsto neste artigo, a documentação será devolvida para o produtor rural para que este apresente nova documentação escoimada das causas de sua rejeição.

§ 5º O benefício não se estende às unidades produtivas concluídas anteriormente a vigência da presente lei.

Art. 33. Estando a documentação em conformidade, a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviço e Meio Ambiente, designará servidor para efetuar a fiscalização in loco, o qual emitirá laudo de comprovação, que conterá:

- I – descrição das obras encontradas no local indicado no requerimento;
- II – aferição das dimensões declaradas no requerimento com as medições realizadas pelo servidor;
- III – verificação de que se trata de obra nova;
- IV – registro fotográfico das construções;
- V – parecer conclusivo.

§ 1º O pagamento do incentivo somente será efetuado após o parecer favorável no laudo de comprovação de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Constatada metragem inferior à declarada pelo proprietário rural, o pagamento será efetuado de acordo com o laudo emitido pelo servidor da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviço e Meio Ambiente.

§ 3º Indeferido o pagamento, será dada ciência ao produtor rural requerente, o qual poderá apresentar pedido de reconsideração em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do dia seguintes da notificação.

Art. 34. Constituirá motivo para a perda do direito ao incentivo previsto no art. 31 desta Lei:



I – a apresentação de declaração ou documentação falsa;

II – A constatação de que se trata de unidade produtiva que já estava construída anteriormente à declaração do produtor rural;

III – A apresentação do requerimento em período superior a 4 (quatro) meses após a conclusão da unidade produtiva;

IV – O não cumprimento dos requisitos fixados para a obtenção do benefício.

Art. 35. O pagamento dos incentivos previstos no § 1º do art. 31 da presente Lei será realizado após a expedição do parecer favorável estabelecido no § 1º do art. 33 desta Lei e, em até 60 (sessenta) dias contados após a unidade produtiva entrar em funcionamento.

## CAPÍTULO V

### DO CONTROLE DAS INSCRIÇÕES E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 36. As inscrições serão registradas em livro próprio ou em meio eletrônico a critério do Setor de Tributação do Município, delas sendo extraída em 3 (três) vias a ficha de inscrição, sendo:

I – 1ª Via – para o produtor requerente;

II – 2ª Via – ordem de serviço;

III – 3ª Via – para arquivo do Setor de Tributação.

§ 1º As inscrições serão numeradas em ordem crescente, individualizada por tipo no caso dos serviços previstos no art. 28 desta Lei.

§ 2º O modelo da ficha de inscrição será aprovada por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Deferida a inscrição, a 2ª via será encaminhada ao setor responsável pela execução para a definição do cronograma de atendimento, na forma fixada em cada categoria de serviço.

Art. 37. Executados serviços, a ordem de serviço será assinada pelo produtor rural beneficiado e pelo operador do equipamento, indicando dia, horário de início e horário de término.

§ 1º A ordem de serviço será devolvida ao Setor de Tributação do Município, a qual assentará no registro de inscrições a data da execução do serviço e promoverá o lançamento do DAM, em caso em que houver pagamento dos serviços e arquivamento da mesma em pasta própria.

§ 2º Para os serviços previstos no art. 24 o registro da execução dar-se-á em livro próprio ou em meio eletrônico, indicando o produtor rural beneficiado, o tipo de serviço realizado e a data de execução e o número de horas máquinas utilizadas.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Os valores estabelecidos no art. 4º e § 1º do art. 31 da presente Lei serão corrigidos anualmente por ato do Poder Executivo Municipal através da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, obtido pela variação ocorrida entre os meses de janeiro a dezembro do ano anterior do reajuste.

Art. 39. Fica o Executivo Municipal e os órgãos de controle autorizados a baixar normas regulamentares complementares para o pleno cumprimento da presente Lei.

Art. 40. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de programas específicos constante no Plano Plurianual – PPA e valores fixados anualmente do Orçamento Anual - LOA.

Art. 41. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 42. Fica revogado a alínea o inciso II, a alínea “a” do inciso III, os incisos V, VI, VII, IX e X do art. 1º, § 4º do art. 2º da Lei 024, de 27 de setembro de 1.993, Lei nº 185, de 15 de junho de 2001, Lei nº 648 de 26 de agosto de 2013 e Lei nº 661, de 14 de novembro de 2011.

Arabutã/C, 28 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.  
Em 28 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pelas Publicações

**PORTARIA Nº. 140/2016**

PORTARIA Nº 140/2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando requerimento do interessado, protocolado em 02 de maio de 2016;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR, a partir de 02 de maio de 2016, o servidor PAULO DIETRICH inscrito no CPF sob nº. 044.292.459-32, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de maio de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas publicações

**TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTÁGIO Nº. 007/2016**

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 007/2016

Que firmam de um lado o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante MAICOL HENRIQUE KOPSEL, brasileiro, solteiro, estudante do Curso de Educação Física, da UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UNC, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Junges, Município de Arabutã, inscrito no CPF sob o nº. 087.009.289-84, portador da cédula de Identidade nº. 5.705.959, adiante identificado apenas como ESTAGIÁRIO; com interveniência da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-CONCORDIA, com sede à Rua Victor Sopelsa, 3000, Bairro Salete Concórdia - SC CNPJ/MF nº. 83.395.921/0003-90, celebram o presente, que regea pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:**

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:**

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Grupo Escolar Paulo Freire, com a supervisão da Professora, Senhora Franciele Presato e Sandra Benelli.

O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Educação Física.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:**

O prazo de vigência deste é de 05 de maio de 2016 a 01 de junho de 2016, conforme Cronograma de Aulas apresentado e anexo a este Termo.

**CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:**

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIO;

II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

**CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:**

I – cumprir as determinações do presente;

II – executar as tarefas a ela atribuídas;

III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;

IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho;

V- providenciar seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio.

**CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:**

Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:**

A instituição de ensino, no caso a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-CONCORDIA, com sede à Rua Victor Sopelsa, 3000, Bairro Salete Concórdia - SC, através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

**CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:**

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – unilateralmente:

a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;

b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;

c) pela repetência escolar.

**CLÁUSULA NONA – Do Foro:**

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 02 de maio de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Maicol Henrique Kopsel

Estagiário

Instituição de Ensino

**TESTEMUNHAS:**Leandra Christina Coldebella  
039.438.689-23Carine Altmann Fedrizzi  
058.501.229-66

**HOMOLOGAÇÃO - LICITAÇÃO Nº. 29/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ</b>  CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 29/2016 Processo de Licitação: 29/2016 Data do Processo: 08/04/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 29/2016  
b ) Licitação Nr.: 20/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 02/05/2016  
e ) Data da Adjudicação: 02/05/2016 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Registro de preço para fornecimento de câmeras de monitoramento, incluído fonte, gravador, conversor e cabo de rede, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

					(em Reais R\$)				
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>CONCORDIA MONITORAMENTO LTDA - ME (9031)</u></b>									
1	Câmera infravermelha, tipo bullet, VHD, 720P, 20M IR, 3,6MM. - Marca: INTELBRAS				UN	30,00	0,0000	259,90	7.797,00
2	Câmera infravermelha, tipo bullet, VHD, 720P, 10M IR, 3,6MM. - Marca: INTELBRAS				UN	30,00	0,0000	234,90	7.047,00
3	Cabo de rede CAT 5E - Marca: INTELBRAS				M	6.000,00	0,0000	0,85	5.100,00
4	Gravador HDCVI 1008 c/ HD 1TB - Marca: INTELBRAS				UN	11,00	0,0000	1.930,00	21.230,00
5	Fonte de alimentação FSC CFTV 12V, 5 A. - Marca: INTELBRAS				UN	11,00	0,0000	98,35	1.081,85
6	Balun conversor passivo - Marca: INTELBRAS				UN	60,00	0,0000	66,37	3.982,20
								<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>46.238,05</b>
								<b>Total Geral:</b>	<b>46.238,05</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 2 de Maio de 2016.

# Ascurra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2837, de 14/04/2016

DECRETO Nº 2837, de 14 de Abril de 2016.

Estabelece Novo Horário de Trabalho e Expediente nos órgãos da Administração Direta do Município de Ascurra na forma que menciona.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 51, da Lei Complementar n.º 117, de 19 de dezembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra), e tendo em vista a necessidade de contenção de despesas e o cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal,

CONSIDERANDO, o §3º da LC Nº 163 de 03 de Setembro de 2015, que poderá o Chefe de Poder, no melhor interesse público e de forma fundamentada, alterar a jornada de trabalho dos servidores públicos municipais por Portarias ou Decretos, desde que, pela mudança, não se ultrapasse a jornada máxima de trabalho semanal; CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de forma a garantir a economicidade e eficiência do serviço prestado, consoante preconiza o artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através do número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em Lei e mediante a necessidade da Administração, conforme estabelecido na legislação municipal e artigo 30, inciso I, da Carta Magna;

CONSIDERANDO que a Controladoria Interna desta municipalidade apontou como medida a atender ao princípio da economicidade no serviço público, sem comprometer a sua eficiência aos municípios, a instituição de jornada de trabalho reduzida, nos órgãos do Poder Executivo Municipal de Ascurra, na forma como disciplinado adiante, a exemplo do que ocorre em outras Unidades da Federação; e CONSIDERANDO a necessidade permanente de adoção de medidas que resultem na redução de despesas, buscando zelar pela economia de recursos públicos;

#### DECRETA:

Art.1º - Fica estabelecido até o dia 31/12/2016, o expediente e funcionamento nos órgãos do Poder Executivo Municipal de Ascurra, obedecidos os seguintes turnos de trabalho:

a) Secretaria da Administração e Planejamento e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e suas respectivas Diretorias:

De segunda a sexta-feira: das 08h00min às 14h00min;

b) Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e suas respectivas Diretorias:

De segunda a sexta-feira: das 07h00min às 13h30min, com 00h30 minutos de intervalo, exceto os serviços de Caminhão Pipa e Guarda Municipal;

c) Secretaria de Saúde, apenas para o setor de Assistência Social:

De segunda a sexta-feira: das 08h00min às 14h00min;

d) Procuradoria

De segunda a sexta-feira: das 08h00min às 14h00min;

e) Gabinete do Chefe do Poder Executivo

De segunda a sexta-feira: das 08h00min às 14h00min.

§1º Em caso de excepcional interesse público, o turno de trabalho poderá ser alterado e adequado através de escalas previamente elaboradas e comunicadas aos servidores por intermédio das respectivas Secretarias, respeitados o disposto no artigo 3º.

§2º Ficam excluídos do cumprimento das condições definidas no caput, permanecendo inalterado o horário de expediente e de

atendimento ao público, os serviços considerados essenciais pela legislação.

Art. 2º - O horário especial de trabalho e expediente não se aplica aos servidores públicos da administração direta e indireta que exerçam suas funções em órgãos distintos do mencionado no presente Decreto, bem como aos servidores que, embora lotados nas respectivas secretarias, exerçam dentre suas funções serviços de acompanhamento junto aos expedientes de: Coleta de lixo, Caminhão Pipa e Guarda Municipal ou laborem no exercício das atividades mencionadas no §2º do artigo 1º, os quais permanecerão com os seus horários inalterados.

Art. 3º - Para atender a este novo horário os servidores públicos terão sua jornada diária de trabalho readequada conforme disposto neste Decreto, distribuídos conforme escala a ser elaborada pelos dirigentes de cada unidade.

§1º - A redução da jornada de trabalho não implicará na redução dos vencimentos dos servidores abrangidos pelo presente Decreto.

§2º - Em caso de excepcional interesse público, havendo a necessidade da permanência do servidor no desempenho de suas funções em período superior à jornada definida neste decreto, será respeitado o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre cada jornada de 04 (quatro horas), sem prejuízo à percepção de hora-extra quando a aludida permanência exceder:

I - às 08(oito) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

II - à 8ª (oitava) hora de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 40 (quarenta) horas, e;

III - à 4ª (quarta) hora de trabalho diário para os cargos com jornada semanal de 20 (vinte) horas.

§3º - O cumprimento do horário de trabalho de que trata este artigo será comprovado mediante o registro obrigatório de ponto, o qual servirá inclusive para fins de fiscalização quanto à pontualidade e assiduidade do servidor.

Art. 4º - A inobservância às regras dispostas no presente decreto culminará ao infrator a incidência nas sanções impostas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Ascurra, por desrespeito ao dever funcional.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir de 02 de Maio de 2016.

Município de Ascurra, em 14 de Abril de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 14 de Abril de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

### EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO N. 6/2016 - BANCO BRADESCO SA

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato do credenciamento n. 6/2016

Contratante: Município de Ascurra

CNPJ: 83.102.772/0001-61

Contratado: Banco Bradesco SA

CNPJ: 60.746.948/0001-12

Objeto: O objeto deste contrato consiste na arrecadação, pela Instituição, de tributos municipais, da competência do Município, em documentos não compensáveis, no padrão FEBRABAN, através de

suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, numa estimativa anual de 10.000 (dez mil) documentos, conforme especificações contidas no Credenciamento nº 6 e seus anexos.

Vigência: até 16/2/2017

Ascurra, 3 de maio de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO N. 6/2016 - CECRED**

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato do credenciamento n. 6/2016

Contratante: Município de Ascurra

CNPJ: 83.102.772/0001-61

Contratado: Cooperativa Central de Crédito Urbano - CECRED

CNPJ: 05.463.212/0001-29

Objeto: O objeto deste contrato consiste na arrecadação, pela Instituição, de tributos municipais, da competência do Município, em documentos não compensáveis, no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, numa estimativa anual de 10.000 (dez mil) documentos, conforme especificações contidas no Credenciamento nº 6 e seus anexos.

Vigência: até 16/2/2017

Ascurra, 3 de maio de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO N. 6/2016 - SICOOB**

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato do credenciamento n. 6/2016

Contratante: Município de Ascurra

CNPJ: 83.102.772/0001-61

Contratado: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste – Sicoob São Miguel SC

CNPJ: 81.607.046/0001-75

Objeto: O objeto deste contrato consiste na arrecadação, pela Instituição, de tributos municipais, da competência do Município, em documentos não compensáveis, no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, numa estimativa anual de 10.000 (dez mil) documentos, conforme especificações contidas no Credenciamento nº 6 e seus anexos.

Vigência: até 16/2/2017

Ascurra, 3 de maio de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 01/2016FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo nº: 4/2016

Licitação nº: 1/2016

Modalidade: Pregão

Objeto da Licitação: Registro de preços visando a locação de estruturas de sonorização, iluminação

e palco para realização de eventos no ano de 2016, conforme cronograma da Fundação Municipal de Cultura.

SILVESTRE SOM LTDA ME Total do Fornecedor: R\$56.500,00 Balneário Piçarras/SC, 8 de abril de 2016.

Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

### ATA PREGÃO 08/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 016/2016-FME

Pregão Presencial nº 008/2016-FME – SRP

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material esportivo para as Escolas de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

FOOT COMERCIO E DIST DE ARTIGOS ESPORTIVOS Total do Fornecedor: R\$13.320,00

REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA Total do Fornecedor: R\$11.520,00

BRUNEL DISTRIBUIDORA DE BRINQUEDOS LTDA –ME Total do Fornecedor: R\$19.222,50

L. MOHR LTDA EPP Total do Fornecedor: R\$16.356,00

SL ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME Total do Fornecedor: R\$10.929,50

G T A ATACADO E VAREJO EIRELI – EPP Total do Fornecedor: R\$16.776,80

CELIA REGINA W. SANI ME Total do Fornecedor: R\$12.745,00

JOSE PAULO BITENCOURT ME Total do Fornecedor: R\$5.906,00

IGOR CORREIA DE SIQUEIRA – ME Total do Fornecedor: R\$21.097,00

LBT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS EIRELI EPP Total do Fornecedor: R\$18.776,50

ZERMIANI COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA Total do Fornecedor: R\$16.935,60

Balneário Piçarras(SC), 14 de abril de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

### CONTRATO 18/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 029/2016-PMBP

Inexigibilidade de Licitação 005/2016-PMBP

Objeto: Contratação de serviço de horas técnicas para suporte ao sistema IPM, para as secretarias, fundos e fundações municipais, nas condições estabelecidas no termo de referência, tudo de acordo com a justificativa acostada ao processo administrativo.

Empresas Participantes Habilitadas:

IPM INFORMÁTICA LTDA. - Total do Fornecedor: R\$49.200,00 – Contrato n.º 018/2016PMBP

Balneário Piçarras(SC), 27 de abril de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

### PORTARIA 153/2016

PORTARIA N.º 153/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, ALTERA, o ato instituído pela Portaria nº 084/2007, de 29 de janeiro de 2007, nomeação da servidora SYLVIA MARIAH LEHMKUHL, brasileira, solteira, maior, C.I. nº 3665199-0, CPF nº 008.905.849-66, matrícula nº 3055, ocupante do cargo efetivo de NUTRICIONISTA, CRN-10 1266, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação, em face da promulgação da Lei Complementar nº 110, de 23 de março de 2016, que alterou a redação do item 8.17, do Anexo I, da Lei Complementar nº 19/2005, modificando para 30h (Trinta horas) semanais, a carga Horária do cargo de Nutricionista da Educação, com as prerrogativas e competências que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 28 de abril de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 154/2016

PORTARIA N.º 154/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO PESQUEIRA, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Rurais a Senhora, MARCIA TEREZINHA REIS, brasileira, maior, divorciada, portadora do CPF nº 584.604.119-15 e CI nº. 1.807.618 SSP/SC, com a imediata



posse e com as prerrogativas constitucionais de Agente Político.  
REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de maio de 2016.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 155/2016**

PORTARIA N.º 155/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETORA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Saúde a servidora efetiva Senhora, EUNICE BERNARDINO ROSA DE SOIUA, brasileira, maior, portadora do CPF nº 890.487.259-68 e CI nº. 3.006.282-9 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas constitucionais de Agente Político.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de maio de 2016.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### DECRETO/GP/Nº 388

DECRETO/GP/Nº 388, DE 27 DE ABRIL DE 2016.

RETIFICA O NÚMERO DO DECRETO QUE INSTAUROU PROCESSO ADMINISTRATIVO, NOMEANDO OS MEMBROS DA COMISSÃO PROCES-SANTE, Nº 272 DE 25 DE JANEIRO DE 2016, PASSANDO A CONSTAR NÚMERO 372.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado o número do decreto que Instaurou Processo Administrativo, Nomeando os Membros da Comissão Processante e deu outras providências, datado de 25.01.2016, passando a constar o número 372.

Art. 2º - Revoga as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 27 de abril de 2016.

### TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº. 129/PMBR/2014

TERMO DE RESCISÃO  
DO CONTRATO Nº. 129/PMBR/2014

Termo de Rescisão unilateral, com base no artigo 78, da Lei Nº. 8.666/93 e alterações subsequentes, do Contrato Nº. 129/PMBR/2014, que tem como objeto a execução das Obras de Revitalização com Pavimento Asfáltico da Rua Antônio Pagani, localizada na Zona Sul do Município de Balneário Rincão/SC, oriundo do Processo de Tomada de Preços Nº. 067/PMBR/2014 – Homologado em 01/10/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC, com sede na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, inscrito no CNPJ sob o Nº. 17.243.084/0001-97, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. DECIO GOMES GOES, portador da Cédula de Identidade Nº. 209.353-7, e inscrito no CPF sob o Nº. 344.280.979/72, denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa VOLGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA, estabelecida na Estrada Pirai, nº 3300, Galpão 1, Vila Nova, Joinville - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 05.498.419/0001-39, doravante denominada CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira

Fica rescindido unilateralmente, a partir de 02/05/2016, o Contrato Nº. 129/PMBR/2014, com base no artigo 77 c/c 78, da Lei Nº. 8.666/93 e alterações subsequentes, em face dos motivos elencados na Notificação do Processo Administrativo Nº. 001/2016, e na justificativa técnica anexo ao mesmo processo, emitida pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

#### Cláusula Segunda

Constitui documento anexo a este Termo Aditivo, o Processo Administrativo Nº. 001/2016, justificando tal conduta, em suas integras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

Balneário Rincão - SC, 02 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO DECIO GOMES GOES Prefeito Municipal		
1ª TESTEMUNHA Gisele Pereira Ferreira CPF Nº. 032.955.349-69	2ª TESTEMUNHA Valberto Berkenbrock CPF Nº. 592.122.259-34	

**SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO****AVISO DE PREGAO011/SAMAE/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/SAMAE/2016

Tipo: MENOR PREÇO

Data e horário da sessão de abertura: 16de maio de 2016 as 14hrs

Protocolo até o dia 06 de maio de 2016 às 13:50min

Local: Samae de Balneário Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, locação de caminhões e pá carregadeira para retirada de entulhos, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão SC 2016. durante o ano de 2016.Fone/Fax: (48) 3468- 7800 email:licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão 02 de maio de 2016.

RENATA DAROS TORRES

PREGOEIRA

**RETIFICACAO SO PREGÃO 08/2016**

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/SAMAE/2016

A Pregoeira do Samae de Balneário Rincão e sua Equipe de Apoio tornam público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 008/SAMAE/2016, que tem como objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de materiais de construção para uso Samae do Município de Balneário Rincão - SC, fica retificado os itens 73 e 74, onde se lê:

73	Tubo leve 100mm esgoto 6m	24	M	44,25	1062,00
74	Tubo leve 50 mm esgoto 6 metros	6	m	29,82	178,92

Leia-se:

73	Tubo leve 100mm esgoto 6m	24	UN	44,25	1062,00
74	Tubo leve 50 mm esgoto 6 metros	6	UN	29,82	178,92

Ficam mantidas data e horário de abertura do certame.

Balneário Rincão, 29 de abril de 2016.

RENATA DAROS TORRES

Pregoeira

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### **PORTARIA N.º 121, DE 02 DE MAIO DE 2016. "EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA N.º 121, de 02 de maio de 2016.

"Exonera servidor e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica exonerado o servidor Joao Carlos Bresolin ocupante do cargo de Assessor de Gabinete e Imprensa, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, sob regime Geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de maio de 2016.

Darci João Frizon  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

### **PORTARIA N.º 122, DE 02 DE MAIO DE 2016. "EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA N.º 122, de 02 de maio de 2016.

"Exonera servidor e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica exonerado o servidor Nelcir Antonio Martinelli, ocupante do cargo de Diretor Geral de Departamento, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, sob regime Geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de maio de 2016.

Darci João Frizon  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

### **PORTARIA N.º 123, DE 02 DE MAIO DE 2016. "EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA N.º 123, de 02 de maio de 2016.

"Exonera servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica exonerada a servidora Fransiele Caneppele, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, sob regime Geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data, por tomar posse em outro cargo não acumulável.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de maio de 2016.

Darci João Frizon  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

### **PORTARIA N.º 124, DE 02 DE MAIO DE 2016. "NOMEIA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA N.º 124, de 02 de maio de 2016.

"Nomeia servidor e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº. 039/2012, de 02 de janeiro de 2012, bem como considerando o resultado do concurso público aberto pelo edital nº 001/2014, de 30 de julho de 2014, resolve.

Nomear;

Art. 1º - Por Concurso Público, o senhor Jean Christofoli, portador do CPF nº821.000.200-72 para ocupar o Cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no órgão Central de Administração, para ter exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de maio de 2016.

Darci João Frizon  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor responsável

**PORTARIA N.º 125, DE 02 DE MAIO DE 2016.**  
**"NOMEIA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**  
PORTARIA N.º 125, de 02 de maio de 2016.

"Nomeia servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº. 039/2012, de 02 de janeiro de 2012, bem como considerando o resultado do concurso público aberto pelo edital nº 001/2014, de 30 de julho de 2014, resolve.

Nomear;

Art. 1º - Por Concurso Público, a senhora Fransiele Caneppele, portadora do CPF nº046.833.939-64 para ocupar o Cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no órgão Central de Administração, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de maio de 2016.

Darci João Frizon  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor responsável

**PORTARIA N.º 126, DE 02 DE MAIO DE 2016.**  
**"NOMEIA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**  
PORTARIA N.º 126, de 02 de maio de 2016.

"Nomeia servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº. 039/2012, de 02 de janeiro de 2012, bem como considerando o resultado do concurso público aberto pelo edital nº 001/2014, de 30 de julho de 2014, resolve.

Nomear;

Art. 1º - Por Concurso Público, a senhora Silvana Schuler de Quadros, portadora do CPF nº093.335.779-63 para ocupar o Cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no órgão Central de Administração, para ter exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral

de Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de maio de 2016.

Darci João Frizon  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor responsável

**PORTARIA N.º127 DE 02 DE MAIO DE 2016 "EXONERA SERVIDOR POR CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA N.º127 de 02 de maio de 2016

"Exonera servidor por concessão de aposentadoria e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor Valdecir José Deres, Matrícula nº16501, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, Grupo V, Transporte, Obras e Serviços Gerais - TSG do Quadro de Pessoal da Administração Direta, em função de concessão de aposentadoria pela Previdência Social.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de maio de 2016.

Darci João Frizon  
Prefeito Municipal

Servidor Responsável

**PORTARIA N.º128, DE 02 DE MAIO DE 2016. "EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA N.º128, de 02 de maio de 2016.

"Exonera servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora Josiane de Fatima Kornowski, ocupante do cargo de Instrutor de Informática, do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, sob regime Geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de maio de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 120, DE 02 DE MAIO DE 2016. CONCEDE ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 120, de 02 de maio de 2016.

Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento a Sra. Aline Felipi matrícula nº422001, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$1000,00 (Um mil reais), conforme Memorando nº20/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 02 de maio de 2016.

Darci Joao Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

**QUADRO DE VAGAS 5ª CHAMADA PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015 DE PROFESSORES PARA O ANO DE 2016.**

QUADRO DE VAGAS 5ª CHAMADA

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015 DE PROFESSORES PARA O ANO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita torna público o Quadro de Vagas da 5ª chamada, conforme estabelecido no edital de Processo Seletivo nº. 002/2015 de professores para o ano de 2016.

Unidade Escolar	Disciplina / Turma	Carga horária	Vagas
E.B.M. OLAVO BILAC	Instrutor de informática	40 horas	01 Vaga Excedente Turno matutino e vespertino

A Secretaria Municipal de Educação de Barra Bonita informa aos candidatos inscritos no edital de processo seletivo nº 002/2015 que esta aberta a 5ª chamada para escolha de aula para INSTRUTOR DE INFORMATICA, a escolha da vaga irá ocorrer no dia 04/05 as 08:30h na Secretaria de Educação.

Caso não haja interesse dos inscritos no referido processo seletivo, será realizada a inscrição de novos candidatos nos moldes do mesmo edital.

Barra Bonita, 02 de maio de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeita Municipal

Diana M. W. Caneppele

Secretaria Municipal de Educação



# Barra Velha

## PREFEITURA

### 6º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

6º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após análise pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, conforme 2ª convocação através do Edital nº 03/2016, e itens 17.6, 17.7 e 17.8, do Edital nº. 002/2015, o seguinte:

#### 1. DO COMPARECIMENTO E COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

1.1 NÃO COMPARECERAM à Convocação, para comprovação de requisitos e exames médicos, do 3º Edital de Convocação, do Concurso Público 001/2012, os seguintes candidatos:

##### PREFEITURA

Nível Superior na Área de Saúde  
Médico Pediatra  
2º Elisa Schenkel

Médico Ultrassonografista  
2º Eduardo Rocha Sbrissia

Operador de Máquinas I – Trator de Pneu  
1º Carlos Henrique Correa Pinto  
2º Gilberto Meirelles Da Silva

Nível Fundamental Incompleto  
Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino)  
7º Karina Schermack Taborda

Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino)  
4º Hilario Jose Da Silva

EDUCAÇÃO  
Nível Superior  
Professor de Artes  
21º Ana Lucia Marimon Correa

Nível Fundamental Completo  
Equipe Setorial Técnica Administrativa  
Motorista de Ônibus  
10º Claudenir Radmann Bandeira

Auxiliar de Serviços Gerais  
2º Aurora Antunes De Lima  
5º Carmelita Bruner  
18º Eva Vanderleia Padilha

#### 2. DOS CANDIDATOS INABILITADOS

Nível Fundamental Completo  
Equipe Setorial Técnica Administrativa  
Cozinheiro  
2º Sonia Maria Bortoli (Comprovante de escolaridade apresentado não confere com o Edital)  
10º Alessandra Tavares (Comprovante de escolaridade apresentado não confere com o Edital)  
16º Sidinez Alves Oliveira (Comprovante de escolaridade apresentado não confere com o Edital)

2.1 Os candidatos inabilitados podem apresentar recurso para a Comissão do Concurso, referente a este Edital, a ser protocolado no Setor de Protocolo do Município, sito a Av: Governador Celso Ramos, 200, centro, Barra Velha – SC, no prazo máximo de 02 (dois) dias, após a publicação deste Edital.

#### 3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 002/2015, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

3.2 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

3.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 28 de abril de 2016.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR  
Secretário Municipal de Administração  
e Finanças

### PORTARIA Nº 796, 27 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 796, 27 DE ABRIL DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata HELLEN APARECIDA ARBIGAUS, para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício no CEI Professora Célia Muller Cubas, e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 27 de abril de 2016  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 825, 28 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº 825, 28 DE ABRIL DE 2016

**"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"**

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a candidata MARIA CHRISTINA RIBEIRO BECKER para o cargo efetivo de PSICÓLOGA, Nível II - 1, do Anexo III, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da

Educação e Cultura, com exercício na EBM Manoel Antônio de Freitas, carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 28 de abril de 2016  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA 07/2016**

PORTARIA Nº 6/2016.

**"NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO"**

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e artigo 9º da Lei complementar nº 122/2011,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear RUBENS TIVES, para o cargo de Controlador do Quadro de Provimento Efetivo da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, 29 de abril de 2016.

Marciel Berlin  
Presidente da Câmara Municipal

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2016

EDITAL Nº. 002/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014

O Município de Bela Vista do Toldo, inscrito no CNPJ sob nº01.612.888/0001-86, através do Prefeito Municipal GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, no uso das suas atribuições legais e considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral), bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 232 de 10 de fevereiro de 2015. Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

#### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral), para comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Rua Estanislau Schumann nº 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, no prazo de 2 (dois) dias manifestar seu interesse na vaga, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, e/ou requerer o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia legível autenticada);
- b) Cadastro de Pessoas Físicas - C.P.F (cópia autenticada);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição; (cópia autenticada);
- e) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; (cópia autenticada);
- f) Certidão de Nascimento e/ou Casamento; (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 21 anos); (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente Registro no Conselho de Classe correspondente, se for o caso;
- i) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- j) Declaração de bens que constituem seu patrimônio; ([www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br))
- k) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos a qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitidas pelo respectivo órgão; ([www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br))
- l) 1 Foto 3X4 recente;
- m) Comprovante de residência e contato atualizados; (CÓPIA);
- n) Comprovante oficial de abertura de Conta Bancária junto a Caixa Econômica Federal contendo agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua

automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pelo Médico do Trabalho Dr. José Flavio Benetti, na Rua Barão do Rio Branco, nº 1345. O exame deverá ser agendado pelo candidato através do telefone nº 3622-4234.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para realização do exame pré-admissional deverão os concursados apresentar-se no consultório médico munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Setor de Recursos Humanos a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Setor de Recursos Humanos e, Departamento Jurídico.

Bela Vista do Toldo/SC, 03 de maio de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

EDITAL Nº. 002/2016  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MERENDEIRA  
DANIELI REZENDE SAMPAIO SCHIESSL

# Biguaçu

## PREFEITURA

**DL03/2016-FAMABI**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016-FAMABI  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR-CONDICIONADO PARA USO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAMABI  
EMPRESA CONTRATADA: CLÁUDIO SANTOS DE OLIVEIRA ME  
VALOR: R\$ 1.999,00.  
VIGÊNCIA: 31/12/2016.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17.01.2.078.44.90.52.34.00.00.00  
JUSTIFICATIVA:

Em razão da falta de empresas interessadas em participar do processo de Licitação PP23/2016, o qual foi realizado a repetição do processo mais mesmo não houve interessados, optou-se por dispensa de licitação baseado no art. 24, V da Lei 8.666/93.

**FUNDAMENTO LEGAL:**

Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

V- quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como o valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 02 de maio de 2016.

ANDREA FELIPE

SUPERINTENDENTE - FAMABI

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.066/2016 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 26/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.066/2016

Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 26/2016 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ALMOÇO, DE ACORDO COM O CARDÁPIO EM ANEXO, PARA ATENDER OS FUNCIONÁRIOS DO CAPS - CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: MICHELLE CRISTINA FREITAS RODRIGUES HOFMANN ME

Valor: R\$ 134.100,00 (cento e trinta e quatro mil e cem reais).

Vigência: 18/04/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.067/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 21/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.067/2016

Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 21/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE CABOS PARA APARELHO DE ELETROTÉ-  
RAPIA E PAPEL PARA ULTRASSONOGRAFIA PARA A SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fornecedor: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME

Valor: R\$ 3.838,00 (três mil oitocentos e trinta e oito reais).

Vigência: 19/04/2016 a 30/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.068/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 21/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.068/2016

Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 21/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE CABOS PARA APARELHO DE ELETROTÉ-  
RAPIA E PAPEL PARA ULTRASSONOGRAFIA PARA A SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fornecedor: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMATI-  
VOS LTDA EPP

Valor: R\$ 4.999,94 (quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

Vigência: 19/04/2016 a 30/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.074/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 24/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.074/2016

Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 24/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE FORMULA ALIMENTARES INFANTIL PARA

AS DEMANDAS JUDICIAIS IMPOSTAS AO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA.

Valor: R\$ 16.464,00 (dezesesseis mil quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Vigência: 19/04/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF  
Secretário Municipal de Saúde

### PP 76/2016-PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 76/2016 PMB  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORRO PVC PARA AS CEIM'S PROFESSORA LINDOIA MARIA SOUZA DE FARIA E DONA LILI.  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 23 maio, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 23 maio, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.  
Biguaçu, 2 de maio de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 74/2016 PMB  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA ,PARA SEREM UTILIZADOS NA COZINHA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:15 horas, do dia 23 maio, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 15:30 horas, do dia 23 maio, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.  
Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.  
Biguaçu, 2 de maio de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 098/2016

PORTARIA Nº 098/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, utilizando-se das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, item III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara e art. 54, item VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e, nos termos da Lei Municipal nº 2791/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, RAFAEL DA SILVA SILVELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 628.451.870-68, para exercer o cargo em provimento efetivo de TÉCNICO AUDIOVISUAL, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Biguaçu.

Art. 2º - O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, EM 02/05/2016.

VILSON NORBERTO ALVES  
Presidente



# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.275/2016

LEI N. 8.275, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

ALTERA A DESCRIÇÃO DAS RUAS PERTENCENTES AO LOTEAMENTO HORTO FLORESTAL, DENOMINADAS PELA LEI Nº. 6.416, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2004 E LEI Nº. 3.363, DE 20 DE MAIO DE 1987.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 1º da Lei nº. 6.416, de 09 de fevereiro de 2004, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º. [...]

I - DAS TORRES, com início no lado ímpar da Rua Celso Odelli, distando cerca 20,00 metros da Rua Bahia, descrita como Rua “B” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 3.721, com 260,00 (duzentos e sessenta) metros de extensão;

II - ABACATE, com início no lado ímpar da Rua Das Torres, ao lado da casa nº. 35, descrita como Rua “F” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 3.722, com 135,00 (cento e trinta e cinco) metros de extensão;

III - DOS LIMOEIROS, com início no lado ímpar da Rua Das Torres, ao lado da casa nº. 133, descrita como Rua “H” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 3.723, com 135,00 (cento e trinta e cinco) metros de extensão;

IV - PITANGUEIRAS, com início no lado par da Rua Dos Limoeiros, ao lado da casa nº. 66, descrita como Rua “L” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 3.724, com 40,00 (quarenta) metros de extensão;

V - MARMELEIROS, com início no lado par da Rua Dos Limoeiros, ao lado da casa nº. 110, descrita como Rua “I” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 3.725, com 145,00 (cento e quarenta e cinco) metros de extensão;

VI - DAS LARANJEIRAS, com início no lado par da Rua Das Torres, ao lado da casa nº. 120, descrita como Rua “Q” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 3.726, com 97,00 (noventa e sete) metros de extensão;

VII - LOURO, com início no lado par da Rua Das Torres, ao lado da casa nº. 178, descrita como Rua “M” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 3.727, com 160,00 (cento e sessenta) metros de extensão;

VIII – DOS JASMIN, com início no lado ímpar da Rua Louro, ao lado da casa nº. 55, descrita como Rua “O” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 3.728, com 79,00 (setenta e nove) metros de extensão;

IX - GOIABEIRA, com início no lado ímpar da Rua Louro, ao lado da casa nº. 133, descrita como Rua “P” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 3.729, com 63,00 (sessenta e três) metros de extensão;

X - DAS AÇUCENAS, com início no lado ímpar da Rua Louro, ao lado

da cada nº. 27, descrita como Rua “N” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 3.852, com 25,00 (vinte e cinco) metros de extensão.”

Art. 2º. A descrição da Rua Vitorino Odelli, contida no art. 1º da Lei nº. 3.363, de 20 de maio de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. [...]

[...]”

No Bairro Do Salto  
RUA VITORINO ODELLI, a que tem início no lado par da Rua Celso Odelli, distando cerca de 100,00 metros da Rua Dr. Fritz Mueller, descrita como Rua “C” do Loteamento Horto Florestal, cadastrada sob nº. 2.685, com 189,00 (cento e oitenta e nove) metros de extensão.

[...]”

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de abril de 2016.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.952/2016

DECRETO Nº 10.952, DE 25 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, “c”, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação do Bem Estar Social da Família Blumenauense, por conta do superávit financeiro de exercício anterior, no valor de R\$ 37.230,65 (trinta e sete mil, duzentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE  
2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense  
Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família  
Modalidade 3.3.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 37.230,65  
Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de abril de 2016.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 19.670/2016**

PORTARIA Nº 19.670, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA MARIANA DIAS DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 4º da Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 871, de 1º de janeiro de 2013 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2013, resolve:

EXONERAR

MARIANA DIAS, do cargo em comissão de Assessor de Orientação ao Consumidor, símbolo CC-4, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, nomeada pela Portaria nº 18.095, de 15 de setembro de 2014, no dia 28 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.671/2016**

PORTARIA Nº 19.671, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA VINÍCIUS SANTORO CAMPOS ROSA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 22, da Lei Complementar nº 721, de 21/08/2009, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR,

VINÍCIUS SANTORO CAMPOS ROSA, para o exercício do cargo em comissão de Assessor de Orientação ao Consumidor, símbolo CC-4, na Procuradoria Geral do Município, a contar de 29 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.672/2016**

PORTARIA Nº 19.672, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA MARCOS FERNANDO ZICKA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DO CEPREAD DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de

2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

MARCOS FERNANDO ZICKA, do cargo de provimento em comissão de Gerente do CEPREAD, símbolo CC-3, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, nomeado pela Portaria nº 19.065, de 01 de setembro de 2015, no dia 10 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.673/2016**

PORTARIA Nº 19.673, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA ANNA JULIA GIRARDI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DO CEPREAD, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

ANNA JULIA GIRARDI, para o exercício do cargo em comissão de Gerente do CEPREAD, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, no dia 11 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.674/2016**

PORTARIA Nº 19.674, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA MARIANA DIAS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE OUVIDORIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

MARIANA DIAS, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Ouvidoria, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, no dia 29 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.675/2016**

PORTARIA Nº 19.675, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

**EXONERAR**

RAIMUNDO METTE, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Comunicação Social, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 16.475, de 01 de janeiro de 2013, no dia 02 de maio de 2016;

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Fazenda, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 18.187, de 30 de outubro de 2014, no dia 02 de maio de 2016;

JOSÉ ABEL DO NASCIMENTO, do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, nomeado pela Portaria nº 16.515, de 02 de janeiro de 2013, no dia 02 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.676/2016**

PORTARIA Nº 19.676, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR**

JOSÉ ABEL DO NASCIMENTO, para o exercício do cargo em comissão de Secretário Municipal da Fazenda, símbolo CC-1, no dia 03 de maio de 2016;

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, para o exercício do cargo em comissão de Secretário Municipal de Comunicação Social, símbolo CC-1, no dia 03 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº 076/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 076/16

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA KOREZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

OBJETO: Locação de um prédio de alvenaria, contendo aproximadamente 893,60 m², situado nesta cidade, na Rua XV de Novembro, nº 1.505, Centro, destinado ao funcionamento da sede da Fundação Municipal do Meio Ambiente, mais 22 (vinte e duas) vagas de estacionamento NÃO VIGIADAS, para os funcionários da FAEMA, localizadas no SUBSOLO E NA ÁREA EXTERNA DE UMA EDIFICAÇÃO que fica nos fundos do imóvel locado, com entrada individual pela Rua Getúlio Vargas, nº 210 - FAEMA.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-027/16.

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

PREÇO: R\$ 13.255,00 (treze mil, duzentos e cinquenta e cinco reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 159.060,00 (cento e cinquenta e nove mil e sessenta reais).

DATA: 25 de abril de 2016.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 136/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O CENTRO DE INFORMÁTICA

E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SC – CIASC.

OBJETO: SERVIÇOS DE INFORMÁTICA ATRAVÉS DA CESSÃO DE DIREITO DE USO DO SISTEMA INTEGRADO DE MULTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE NOTIFICAÇÃO E DO RESULTADO DOS JULGAMENTOS E OS SERVIÇOS DE REENVIO DAS NOTIFICAÇÕES JÁ VENCIDAS E NÃO PAGAS POR INFRATORES.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-075/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de maio de 2016 até 30 de abril de 2017.

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato que se mantém em R\$ 625.022,74 (seiscentos e vinte e cinco mil vinte e dois reais e setenta e quatro centavos). E acrescenta a quantia de R\$ 156.255,68 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) em decorrência do aumento do número de infrações registradas/cadastradas.

DATA: 11 de abril de 2016.

**HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 02-026/2015**

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços nº. 02-026-15 - Contratação de empresa para serviços de engenharia na elaboração e aprovação de projetos para fins de Regularização Fundiária, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 06 meses - SEPLAN.

Contratada: SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA.

CNPJ: 05.039.594/0001-68.

Valor total: R\$ 129.928,97 (cento e vinte e nove mil novecentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos).

**HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE Nº 01/2016**

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Carta Convite nº. 01/2016 – Concurso para Eleição da Miss Blumenau 2016, representante da beleza, graça e glamour da juventude feminina, promovendo ainda o incentivo cultural e social da sociedade Blumenauense, a realizar-se no dia 28 de abril de 2016 às 20 horas no Blumenau Norte Shopping – SECTUR. 1ª COLOCADA: ANDRESSA BAMPI DA FONSECA (CPF: 046.521.149-66). VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Base Legal: Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 091/2016 - SEFAZ**

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--	--

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 091/2016**

CONTRIBUINTE : AZ3 REPRESENTAÇÕES LTDA

ENDEREÇO: RUA SÃO PAULO, 1773 - ITROUPAVA SECA

Nº INSCRIÇÃO: 83149 CNPJ.: 05.655.546/0001-02

Processo Fiscal : 2016/128

Sócios: ANDRE LUIZ ZANOELLO e RENATA APARECIDA VIEIRA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou  
b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:	
Base de Cálculo	66.163,11
Imposto a Recolher	1.323,26
Atualização Monetária	420,80
Juros de Mora	759,19
Multa p/ infração	872,03
Total Geral	3.375,28

**DESCRIÇÃO DOS FATOS:**

1)Período Fiscal:03/2011 a 02/2016

2)Documentos examinados: conforme Termo de Encerramento de Fiscalização.

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

3.2)Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

3.2.1)Não localizado o contribuinte em seu endereço cadastral (conforme AR anexo ao processo). Em 23/03/2016 falado com sr. Erickson (contabilidade); que, informou não ter mais contato com os sócios, mas, acrescentou possuir documentos da empresa (livros contábeis - período 2011 a 2014).

Enviado ao mesmo, TIF - Intimação Fiscal n. 035/2016, que, em 04/04/2016 respondeu enviando à Fiscalização Tributária para análise os referidos documentos.

3.2.2)Procedeu-se a Notificação dos valores de ISSQN não recolhidos, através da verificação dos valores nos livros contábeis da empresa; que, registrou a emissão das Notas Fiscais de Prestação de Serviços nsº 002 (05/2011) ... 015 (09/2012). Também, no mesmo ato, notificou-se os valores não recolhidos de ISSQN referente as Notas Fiscais de Prestação de Serviços emitidas no Notablu - NF nº 001 (11/2012) ... 021 (09/2014).

3.3)Diante do exposto, neste ato, envia-se a presente Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município, conforme determinação legal.

#### 4)COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO:

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

Soma dos valores da receita com prestação de serviços referente às Notas Fiscais de Serviços (conforme verificação nos Livros contábeis da empresa); e, soma dos valores da receita com prestação de serviços referente as Notas Fiscais de Prestação de Serviços Eletrônica (Notablu).

#### 5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1)Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 2% (Art. 277 LC 632/2007).

5.2)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

a)Atualização monetária:

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010
- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011
- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012
- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013
- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014
- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

Patrícia Dias

Auditora Fiscal Tributária

Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### TERMO DE FISCALIZAÇÃO

#### MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

#### ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 091/2016 - AZ3 REPRESENTAÇÕES LTDA

Ano 2011	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Maio	3.309,94	66,20	-	66,20	92,78	26,58	54,74	147,53
Julho	4.760,02	95,20	-	95,20	133,43	38,23	76,06	209,49
Setembro	4.286,39	85,73	-	85,73	120,16	34,43	66,09	186,24
Outubro	1.192,07	23,84	-	23,84	33,42	9,57	18,04	51,46
Novembro	7.915,50	158,31	-	158,31	221,89	63,58	117,60	339,49
Dezembro	8.826,10	176,52	-	176,52	247,41	70,89	128,65	376,07
Ano 2012								
Abril	3.014,59	60,29	-	60,29	79,59	19,29	38,20	117,79
Julho	2.656,64	53,13	-	53,13	70,14	17,00	31,56	101,70
Agosto	1.380,00	27,60	-	27,60	36,43	8,83	16,03	52,46
Setembro	1.556,02	31,12	-	31,12	41,08	9,96	17,66	58,74
Novembro	887,01	17,74	-	17,74	23,42	5,68	9,60	33,02
Ano 2013								
Janeiro	1.240,53	24,81	-	24,81	30,91	6,10	12,05	42,96
Maio	660,02	13,20	-	13,20	16,45	3,25	5,76	22,20

Junho	12.536,55	250,73	-	250,73	312,37	61,64	106,21	418,58
Dezembro	2.115,24	42,30	-	42,30	52,71	10,40	14,76	67,46
2014								
Agosto	8.973,47	179,47	-	179,47	211,76	32,29	42,35	254,12
Setembro	853,02	17,06	-	17,06	20,13	3,07	3,82	23,96
TOTAIS	66.163,11	1.323,26		1.323,26	1.744,06	420,80	759,19	2.503,25

Patrícia Dias  
Auditora Fiscal Tributária  
Matrícula nº 21554-6

## TERMO DE ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO AZ3 REPRESENTAÇÕES LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

### TERMO DE ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

Às 16:30 h do dia 26/04/2016 encerrou-se a fiscalização relativa ao contribuinte AZ3 REPRESENTAÇÕES LTDA, estabelecido na RUA SÃO PAULO, 1773 – ITROUPAVA SECA, inscrito na Cadastro Municipal de Contribuintes (CMC) sob o nº 83149 e CNPJ nº 05.655.546/0001-02, referente ao Processo Fiscal nº 2016/128 e sócios os Sr(a-s) ANDRÉ LUIZ ZANO-ELLO e RENATA APARECIDA VIEIRA.

#### DESCRIÇÃO DOS FATOS:

1)Período Fiscal: 03/2011 a 02/2016

2)Documentos examinados:

Contrato Social

Livros Contábeis - Diário - Exerc(s) 2011 a 2014

Livros Contábeis - Razão - Exerc(s) 2011 a 2014

Livro de Reg de Serviços - Exerc(s) 2012 a 2014 (Notablu)

Declaração de Imposto de Renda 2012/2013 (ano calendário)

Notas Fiscais de Serviço 001 ... 021 (Notablu);

Notas Fiscais de Serviço 002 ...015 (valores verificados nos livros contábeis da empresa - cópias relatórios anexas ao processo fiscalizatório).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item: 10.09 – Representações de qualquer natureza, inclusive comercial.

3.2)Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

3.2.1)Não localizado o contribuinte em seu endereço cadastral (conforme AR anexo ao processo). Em 23/03/2016 falado com sr. Erickson (contabilidade); que, informou não ter mais contato com os sócios, mas, acrescentou possuir documentos da empresa (livros contábeis - período 2011 a 2014). Enviado ao mesmo, TIF - Intimação Fiscal n. 035/2016, que, em 04/04/2016 respondeu enviando à Fiscalização Tributária para análise os referidos documentos.

3.2.2)Procedeu-se a Notificação dos valores de ISSQN não recolhidos, através da verificação dos valores nos livros contábeis da empresa; que, registrou a emissão das Notas Fiscais de Prestação de Serviços nsº 002 (05/2011) ... 015 (09/2012). Também, no mesmo ato, notificou-se os valores não recolhidos de ISSQN referente as Notas Fiscais de Prestação de Serviços emitidas no Notablu - NF nº 001 (11/2012) ... 021 (09/2014).

3.3)Diante do exposto, neste ato, envia-se a Notificação Fiscal n. 91/2016, e o presente Termo de Encerramento de Fiscalização para publicação em edital no Boletim Oficial do Município, conforme determinação legal.

4)Observações:

4.1)Face as irregularidades constatadas durante o processo fiscalizatório, foi lavrada a Notificação Fiscal n. 91/2016.

Patrícia Dias  
Auditora Fiscal Tributária  
Matr. 21554-6



**PORTARIA Nº 333/2016 - FUNDAÇÃO CULTURAL**

PORTARIA Nº. 333/2016

Nomeia Dalva Aparecida Rodrigues da Silva, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Arquivos Históricos, Símbolo, CC-3.

RODRIGO ROGERIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704, de 29 de janeiro de 2009, acrescido pela LC nº. 710, de 06 de abril de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR

DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Arquivos Históricos, Símbolo CC-3, lotada no Departamento de Cultura, a partir do dia 20 de abril de 2016

Blumenau, 20 de abril de 2016  
RODRIGO ROGERIO RAMOS  
Presidente

**EXTRATO CONTRATO Nº 098/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 098/2016  
Dispensa de Licitação nº. 041/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de central telefônica, com serviços de instalação, manutenção e suporte para o Hospital Escola Veterinário (HEV) da Universidade. Contratada: Integrasul Sistemas de Software LTDA. – ME. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga e instalação) da central e, mensalmente, em prazo idêntico, contado a partir da prestação dos serviços de manutenção e suporte da mesma, desde que a central esteja em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Mensal/Programa de Trabalho/Elementos de Despesa: R\$ 8.106,38 (oito mil, cento e seis reais e trinta e oito centavos)/01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/4.4.90.52.00/3.3.90.39.00.

Blumenau, 19 de abril de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**MD 2487**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.487

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 15 de abril de 2016, o servidor público Celso Mario Ottiquir, do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 14 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente



MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

**MD 2488**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.488

DETERMINA PONTOS FACULTATIVOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam determinados pontos facultativos, nos dias 22 de abril e 27 de maio de 2016, na Câmara Municipal de Blumenau, como medida de economicidade.

Parágrafo único. O expediente de trabalho dos dias de ponto facultativo determinados nesta Resolução será compensado pelo servidor público, mediante controle da chefia imediata.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

**MD 2489**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.489

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 17 de abril de 2016, a servidora pública Franciele Raulino, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

**MD 2490**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.490

NOMEIA FRANCIELE RAULINO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 18 de abril de 2016, Franciele Raulino, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 073/2016 DE 29 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 073/2016, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde de pessoa da Família ao Servidor Municipal Sr. GILSON MENEGOTTE, inscrito na matrícula sob nº 526-6, ocupante do cargo de Inseminador, conforme Atestado Médico, no período de 13 de abril de 2016 a 27 de abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 29 de Abril de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 074/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 074/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR Comissão para Avaliação de Estágio Probatório de Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme preceitua o artigo 18 da lei Municipal nº 542/2006 de 18 de outubro de 2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 2º. Fica Nomeada a Comissão responsável pela Avaliação do Estágio Probatório, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Elisandra Ceschini Senhor (Secretária Educação, Cultura e Esportes)

Secretário: Eni Ranzolin Wesner (Professora)

Membros: Cleusa Brietembach Mossmann (Professora)

Vera Lucia Cherzoli (Professora)

Adriane Baumbach (Professora)

Art. 3º. A comissão responsável terá prazo de 45 (quarenta e cinco) para fazer a avaliação do Estágio Probatório e apresentar ao Poder Executivo Municipal, para Homologação.

Art. 4º. Serão Avaliados os seguintes servidores Municipais

Funcionário	Admissão	Nº Avaliação
Daniely Lunardi	02/06/2014	3ª
Angelita Schmitt	18/06/2014	3ª
Sonia Souza Gonçalves	01/07/2014	3ª
Tatiane Ribeiro Lopes	01/07/2014	3ª
Fernando Melchior	01/07/2014	3ª
Fabricio Scapin	01/07/2014	3ª
Alexandra dos Santos Vargas	01/07/2014	1ª
Eleni Pereira Schmitt	08/06/2015	1ª
Fabiane Regina Brambilla Nascimento	01/03/2016	1ª
Adriane Weber dos Santos	01/03/2016	1ª

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de maio de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 075/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 075/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR Comissão para Avaliação de Estágio Probatório de Servidores Públicos Municipais, conforme preceitua o artigo 18 da lei Municipal nº 542/2006 de 18 de outubro de 2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 2º. Fica Nomeada a Comissão responsável pela Avaliação do Estágio Probatório, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Walter Naujorks (Secretario Administração e Fazenda)

Secretário: Cleide Fachini Senger (Auxiliar de Esportes)

Membros: Irineo Ceschini (Secretario Estradas e Rodagem)

Valdir Becker (Auxiliar de Administração)

Silvia S. M. Schwertz (Auxiliar de Enfermagem)

Art. 3º . A comissão responsável terá prazo de 45 (quarenta e cinco) para fazer a avaliação do Estágio Probatório e apresentar ao Poder Executivo Municipal, para Homologação.

Art. 4º . Serão Avaliados os seguintes servidores Municipais

Funcionário	Admissão	Nº Avaliação
Marisete Chavier da Rosa	04/03/2013	4ª
Clevio Antonio Rossi	16/05/2014	3ª
Marcia Maria Cecon	16/05/2014	3ª
Loreni Seider	16/05/2014	3ª
Fabio Alexsandro Kohn	09/06/2014	3ª
Evandro Boyaski	09/06/2014	3ª
Elisandra Neu	09/06/2014	3ª
Claiza Roessler Bohrer	01/07/2014	3ª
Fernanda Borghetti	21/07/2014	3ª
Ademir de Souza Leite Turmina	01/09/2014	3ª
Sirlei Cantele Schmitz	04/11/2014	3ª
Marise Lucia Halberstadt	11/02/2015	2ª
Jucele Carla Suckow	18/02/2015	2ª
Fabiane S. Garmatz Jacoby	03/07/2015	1ª

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de maio de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 35.16 - DEC. DELEGA PODERES MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Decreto Nº 35/16 de 02.05.16

DELEGA PODERES AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado poderes a Secretária Municipal de Administração e Fazenda Sandra Mara Vieira Prá, juntamente com o Prefeito Municipal Albino Gonçalves Padilha, o ato de assinar as movimentações financeiras e bancárias do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Bom Retiro.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 76/15 de 09 de outubro de 2015.

Bom Retiro/SC, 02 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

CLEIZE ALMEIDA DE SOUZA LICHESKI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

### 435.04.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA AP. S. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 435/16 de 29.04.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de abril de 2016, a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão 1 – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
29 de abril de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

### 436.05.16 - P. APOSENTADORIA PEDRO P. BORBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 436/16 de 02.05.16

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC;

RESOLVE:

Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, conforme Benefício 153.967.964-8, Espécie: 42 ao servidor municipal Pedro Pessoa Borba - ocupante do cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias - Padrão I – Nível 05, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social Cfe. Leis Municipais n.ºs 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data 02.05.2016, bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
02 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

### 437.05.16 - P. PROM. HABILITAÇÃO ELI T. P. HEMCKMAIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 437/16 de 02.05.16

Concede Promoção por Nova Habilitação

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 13 e 14 da Lei Complementar n.º 03/04 de 31.03.04 (Dispõe Sobre o Novo Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo) e alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006 (Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar 03/04 que trata de Cargos e Salários, Reestrutura do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e dá Outras Providências):

RESOLVE:

Conceder promoção por nova habilitação, com percentual de 20% sobre o seu padrão de vencimentos de acordo com o que determina o artigo 13 e 14 da Lei Complementar 03/04 de 31 de Março de 2004, alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006, a funcionária Eli Terezinha Perroni Hemckmaier, ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1 em virtude da conclusão do Curso de Ensino Fundamental no SESI – Educação de Jovens e Adultos em Bom Retiro, SC, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento datado de 12 de abril de 2016 e despacho em 02 de maio de 2016 de acordo com parecer jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
02 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Prefeito Municipal

Sec. Mun. Adm. Fazenda

### **EXTRATO CONTRATO 107/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 107/2016 Tomada de Preço 01/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: DML – Coleta e Transporte de Resíduos Ltda.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia sanitária, legalmente estabelecida com conhecimento comprovado na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos e rurais gerados pelo município de Bom Retiro/SC. Valor Mensal: R\$ 27.125,05 (vinte e sete mil cento e vinte e cinco reais e cinco centavos).

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 139/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Base Pré-Fabricados Ltda. ME

Objeto: Contratação de empresa para Reforma Geral dos Banheiros, reforma das Churrasqueiras e reforma geral do Salão de Exposições, com recursos oriundos do Ministério do Turismo, do tipo menor preço global. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência) prorrogando-se a vigência do contrato para 21 de outubro de 2016, conforme faculta a legislação vigente Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº139/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 31/2016 do FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)

Contratada: Base Pré-Fabricados Ltda. ME

Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016. Fica alterada a Clausula Terceira (Do Preço) reajustando o valor do item 94, no percentual de 17,40%, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº31/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 02 de maio de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal



# Botuvera

## PREFEITURA

### GABARITO PROVISÓRIO - PROCESSO SELETIVO EDITAL - 01.2016

GABARITO PROVISÓRIO

PROCESSO SELETIVO EDITAL – 01/2016

1.	D
2.	C
3.	B
4.	D
5.	A
6.	A
7.	D
8.	A
9.	B
10.	B
11.	B
12.	C
13.	A
14.	D
15.	A
16.	B
17.	C
18.	B
19.	D
20.	D

### PL 34/2016 PP 22/2016-S.R.P. - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA, LIMPEZA E HIGIENE

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016- SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 34/2016 na Modalidade Pregão Presencial Nº 22/2016 - SRP, para GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA, LIMPEZA E HIGIENE. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 18/05/2016. Abertura da sessão: dia 18/05/2016 às 14:15 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 03 de Maio de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

### PL35/2016-DISP 05/2016-PROJETO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 35/2016

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público o Processo Licitatório Nº 35/2016, Termo Dispensa de Licitação Nº 05/2016 referente

a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ de acordo com fundamento legal do Artigo 24, Inciso I, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações. Contratado: INOVA ENGENHARIA SS LTDA, CNPJ nº 11.552.792/0001-23, Valor: R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). Informações no Departamento de licitações, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail compras@botuvera.sc.gov.br, licitacao@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br BOTUVERÁ-SC, 02 de Maio de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 059/2016

PORTARIA Nº 059/2016

“Determina abertura de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências”.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 104, II, c da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1 - Determino a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a prática de supostos atos ilícitos do Senhor Benoni Sidinei Brizola, que ocupou o cargo de Secretário Municipal de Saúde no período compreendido entre 19 de maio de 2.014 a 22 de março de 2015, pelos fatos conforme descritos na denúncia:

Inúmeras irregularidades foram detectadas e estão sendo apuradas mediante processos administrativos independentes, envolvendo supostos atos do Sr. Sidinei Benoni Brizola, sendo que finalmente foi possível apurar valores e credores cujos pagamentos encontravam-se em aberto face irregularidades nas contratações dos serviços.

Não obstante a imediata providência no sentido de exonerar o ex-secretário, bem como a realização de processos administrativos consequentes, faz-se necessário providenciar Processo Administrativo Disciplinar, apesar de o Secretário já ter sido exonerado, buscando apurar responsabilidades em especial no que se trata de eventuais prejuízos causados ao erário público, com o objetivo de aplicar eventuais sanções e providenciar possível restituição de valores.

Portanto, considerando:

1. A apreensão de medicamentos controlados em poder do gestor da saúde sem comprovação de procedência e sua utilização, objeto de inquérito policial sob suspeita de tráfico de entorpecentes (Inquérito Policial 282.15.00004 anexo), motivo pelo qual se faz necessária a verificação de procedência de tais medicamentos, caso tenham sido adquiridos com recursos públicos, eis que não obstante tais apurações serem de competência da Polícia Civil e Federal, as consequências, especificamente o possível ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao erário mediante aquisição e distribuição de medicamentos de forma irregular é de competência da Administração Pública Municipal;

2. Apreensão de documentos e computadores utilizados pelo gestor

(computadores apreendidos e devolvidos pela Polícia Civil em 03 de março de 2.016); (Inquérito Policial 282.15.00004 anexo). É de competência da Administração Pública Municipal apurar a responsabilidade, causas e possíveis prejuízos causados face a apreensão de equipamentos que permaneceram por meses em poder da Polícia Civil e providenciar o ressarcimento aos cofres públicos.

3. A suposta utilização de autorizações de internações hospitalares para moradores de outras cidades, diminuindo o acesso dos munícipes de Botuverá e prejudicando as filas de espera reguladas dos demais municípios; (depoimentos em Inquérito Policial em anexo). Não obstante os supostos crimes cometidos, cuja competência de apuração é da Polícia Civil, faz-se necessária a apuração de eventuais prejuízos ao município e munícipes.

4. A suposta realização de procedimentos e exames em Clínicas e laboratórios sem licitações, contratos, convênios, ferindo a Lei 8.666 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de exames de análises clínicas, em serviços de diagnóstico por Imagem, além de procedimentos realizados através do Consórcio de Saúde CIS-AMMVI no valor de R\$ 23.156,58, esclarecendo que estes valores estão sendo apurados e poderão sofrer alterações para mais ou para menos, sendo que alguns destes mesmos valores permanecem em débito com os prestadores. O Consórcio CIS-AMMVI é o único realizado de forma legal e transparente, mas o débito ultrapassa os valores designados no orçamento da saúde para 2015. (Processo Administrativo em anexo)

5. A injustificada não apresentação do Plano Municipal de Saúde, SISPACTO e Relatório de Gestão aos órgãos competentes (fato apurado pelos servidores da saúde).

6. A suposta realização de procedimentos sem a mínima regulação dos serviços, não havendo respeito pela ordem das Filas de Espera, sendo "escolhidas" as pessoas para realização dos mesmos (fato apurado pelos servidores da saúde).

7. O suposto encaminhamento de usuários para realização de cirurgias eletivas, através de consultórios particulares e com pagamento de valores aos profissionais pelos próprios usuários, afim de emitirem laudos pelo SUS – Sistema Único de Saúde, confirmando fraude ao SUS (fato apurado pelos servidores da saúde);

8. A apreensão de Declaração de Óbito e outros documentos com assinaturas supostamente falsas, que está sendo investigado pelo IGP, através da Polícia Civil, no sentido de apuração de eventuais prejuízos causados ao município ou aos munícipes;

9. A suposta entrega de medicamentos fora da Relação Municipal de Medicamentos sem critérios, desrespeitando as diretrizes do SUS e o Decreto 7508 (fatos apurados em inquérito policial e pelos servidores da saúde), em especial a forma de aquisição destes medicamentos, sua procedência, custos e suposta ausência de procedimentos licitatórios.

10. A ausência de prestação de contas de adiantamento de despesas (processo administrativo PMB 011/2015).

11. Os fatos narrados no Inquérito Policial 0006020-09.2015.8.24.0011, que tramita na Vara Criminal de Brusque acerca de Associação para a produção e tráfico e condutas afins, crimes contra a ordem tributária, exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica, prevaricação, tráfico de drogas e condutas afins, atualmente com a Terceira Promotoria para Denúncia, restringindo a esta Administração as consequências dos supostos atos praticados, em especial eventuais prejuízos causados ao município e aos munícipes.

Diante do acima exposto, considera-se que o empregado público

citado aparentemente descumpriu as obrigações para as quais foi contratado, com agravantes de atos de indisciplina e insubordinação que supostamente podem ter gerado prejuízos ao erário, motivos pelos quais recomenda por dever de ofício abertura de processo administrativo disciplinar para apurar a veracidade dos fatos narrados, oportunizando o contraditório e a ampla defesa do empregado público para ao final, se for o caso, aplicar as sanções cabíveis, em especial o ressarcimento de eventuais prejuízos causados.

As provas existentes em desfavor ao Empregado Público são os depoimentos, documentos, perícias e conclusões já realizadas no inquérito policial 282.15.00004 (anexo), Processo Administrativo PMB 017/2015 (anexo), Processo Administrativo PMB 011/2015 (anexo), Pedido de Busca e Apreensão 0001042.86.2015.8.24.0011 (anexo) e Processo Administrativo 025/2016 (anexo).

Os atos supostamente cometidos pressupõe improbidade administrativa, conforme dispõe a Lei n.º 8.249/92: em especial os que importam enriquecimento ilícito – art. 9º; os que causam prejuízo ao erário – art. 10; e os que atentam contra os princípios da administração pública – art. 11.

Art 2º - O presente processo administrativo disciplinar será coordenado e julgado pela Comissão instituída por portaria municipal.

Art 3º - Considerando as particularidades do caso, a Comissão terá autonomia para requisitar servidores, documentos e convidar pessoas externas para prestar depoimentos, bem como realizar todos os atos necessários para o bom deslinde do processo.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 02 de maio de 2016.

José Luiz Colombi  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 060/2016**

PORTARIA Nº 060/2016

"Nomeia Membros da Comissão de Processo Administrativo para apurar conduta do empregado público Benoni Sidinei Brizola".

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º - Nomear os seguintes membros para formar a Comissão de Sindicância para apurar conduta de relação empregatícia envolvendo o empregado público Benoni Sidinei Brizola:

Presidente: Maicon Everton dos Santos – matrícula 414-600  
Secretário: Ana Cláudia Victorino – matrícula 169-400  
Membro: Edson Silva da Costa – matrícula 380-800

Art 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 02 de maio de 2.016  
José Luiz Colombi  
Prefeito Municipal

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 866/2016

PORTARIA Nº 866/2016

Considerando a Resolução TSE nº 20.753 de 07/12/2001, que em seu Art. 1º diz que o serviço eleitoral prefere a qualquer outro, é obrigatório e não interrompe o interstício de promoção dos funcionários para ele requisitados (Código Eleitoral Art. 365) e em seu Art. 2º diz que, os servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das autarquias poderão ser requisitados para prestar serviços à Justiça Eleitoral, com ônus para o órgão de Origem do servidor requisitado;

Considerando o Ofício ZE 086 nº 011/2015, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque, que requisita funcionários públicos para prestarem serviços a Justiça Eleitoral;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a cessão da servidora MIRIAM RIBEIRO VIA-MONTE, matrícula nº 16489, ocupante do cargo efetivo, de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, para a 86ª Zona Eleitoral de Brusque, a partir de 02/05/2016;

Parágrafo Primeiro: A cessão supracitada, se dá, com base na Resolução TSE nº 20.753 de 07/12/2001 c/c Ofício ZE 086 nº 011/2015, expedido pelo Tribunal Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque;

Parágrafo Segundo: A cessão se dá pelo prazo de até 31 de dezembro de 2016, conforme solicitado no ofício ZE 086 nº 011/2015, com base no § único do Art. 7º da Resolução TSE nº 20.753 de 07/12/2001.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/05/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Maio de 2016

CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER  
Diretor de Recursos Humanos

### DECRETO Nº 7.793, DE 15 DE ABRIL DE 2016

DECRETO nº 7.793, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Regulamenta disposições da Lei nº 3.918, de 19 de outubro de 2015, que Dispõe sobre a sinalização de logradouros no âmbito do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, considerando o art. 3º da Lei nº 3.918, de 19 de outubro de

2015, que determina a regulamentação por decreto da forma, modelo e características técnicas em que a sinalização de logradouros no Município de Brusque será veiculada;

#### DECRETA:

Art. 1º A padronização das placas indicativas nas vias de circulação municipal, obedecerá ao anexo único deste decreto, bem como as seguintes características e dimensões:

I) Material: Aço nº 18 galvanizado;

II) Dimensões: 30 cm X 60 cm;

III) Tipo de Logradouro: Cor branca e Fonte tipográfica Swiss 721 Hv BT;

IV) Nome do Logradouro: Cor branca e Fonte tipográfica Swiss 721 Hv BT;;

V) Nome do Bairro: Cor Branca e Fonte tipográfica Swiss 721 Hv BT;

VI) CEP: Cor Branca e Fonte tipográfica Swiss 721 Hv BT;

VII) Fundo da Placa na cor pantone solid coated 285C;

VIII) Fundo da Placa onde contém o Nome do Bairro e o CEP na cor pantone solid coated 2925C.

Art. 2º Poderá ser admitida a publicidade nas placas, desde que seja atendida o projeto e dimensionamento do espaço previsto para tal uso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
------------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 7.801, DE 02 DE MAIO DE 2016

DECRETO nº 7.801, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei nº 3.990/16,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 600.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º deste Decreto, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 150.000,00

0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana, Projeto Tapete Preto

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 450.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
------------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

#### **EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 001/2016**

EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 001/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E A INSTITUIÇÃO MAÇONICA LOJA ORVALHO DO HERMON Nº 2.859. Objeto: Autoriza o uso, à título precário e gratuito, da escultura "O Aprendiz", de David Rodrigues, parte do acervo das esculturas do Município de Brusque, para compor o portal da Loja Maçônica, na Rua geral da Varginha, bairro Rio Branco, no Município de Brusque – SC. Prazo de vigência: Início em 28/04/2016 e término em 28/04/2021. Pelo Município de Brusque, Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito Municipal. Pela Instituição Maçônica Loja Orvalho do Hermon nº 2.859, Venerável Mestre. Data: 28 de abril de 2016

#### **EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2016/FMAS**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2016/FMAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS E O LAR SAGRADA FAMÍLIA. Objeto: transferência de recursos destinados à aquisição de materiais de consumo e manutenção das atividades da entidade. Valor: R\$84.000,00. Prazo de vigência: Início em 29/04/2016 e término em 31/12/2016. Pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito Municipal. Pelo Lar Sagrada Família, Inge Borg Civinski, Presidente. Data: 29 de abril de 2016

#### **EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2016/FMAS**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2016/FMAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS E O LAR MENINO DEUS. Objeto: transferência de recursos destinados à aquisição de materiais de consumo e manutenção das atividades da entidade. Valor: R\$80.000,00. Prazo de vigência: Início em 29/04/2016 e término em 31/12/2016. Pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito Municipal. Pelo Lar Menino Deus, Helena Dias, Diretora-Geral. Data: 29 de abril de 2016

#### **EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2016/FMAS**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2016/FMAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS E A APAE. Objeto: transferência de recursos destinados à aquisição de materiais de consumo e manutenção das atividades da entidade. Valor: R\$270.000,00. Prazo de vigência: Início em 29/04/2016 e término em 31/12/2016. Pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito Municipal. Pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brusque – APAE, Sebastião Ernani Póia, Presidente. Data: 29 de abril de 2016

#### **EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2016/FMAS**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2016/FMAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS E a CHARLOTE. Objeto: transferência de recursos destinados à aquisição de materiais de consumo e manutenção das atividades da entidade. Valor: R\$60.000,00. Prazo de vigência: Início em 29/04/2016 e término em 31/12/2016. Pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito Municipal. Pela Charlotte Associação de Atividades Psicofísicas, Susana Erthal Fischer, Presidente. Data: 29 de abril de 2016

#### **LEI Nº 3.990, 02 DE MAIO DE 2016**

LEI Nº 3.990, 02 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 600.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:



13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 150.000,00  
 0015.0451.0310.1001Obras de Infra Estrutura Urbana, Projeto Tapede Preto  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 450.000,00

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
 Procurador-Geral do Município  
 Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
 Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.696, DE 22 DE MARÇO DE 2016**

PORTARIA nº 10.696, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Carlos Alberto Batisti para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18.01.2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de março de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
 Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JÚNIOR  
 Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
 Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.805, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.805, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Substitui membro titular, representante da UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque, no Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, nomeado por meio da Portaria nº 8.686, de 19 de julho de 2013.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro titular Dr. Günther Lothar Pertschy por Rosemari Glatz, no Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, nomeado por meio da Portaria nº 8.686, de 19 de junho de 2013, representante da UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
 Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
 Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
 Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.806, DE 20 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA nº 10.806, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidores para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações, considerando o término do mandato dos diretores de escola, eleitos em 28 de novembro de 2013, nos termos do Decreto nº 7.318, de 11 de outubro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, os servidores abaixo relacionados, fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 146/2009 e alterações:

Nome do servidor	Lotação
Alessandra Nolli da Silva	Escola de Ensino Fundamental Professora Augusta Knorring
Alexandre Melzzi Witkowsky	Escola de Ensino Fundamental Alberto Pretti
Ana Maria Basso dos Santos	Escola de Ensino Fundamental Rio Branco
Andrea da Rosa da Luz	Escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche
Celerino Rauber	Escola de Ensino Fundamental Rotary Club Companheiro Ayres Gevaerd
Cristina Knihs Zierke	Escola de Ensino Fundamental Augusta Dutra de Souza

Eliete Lopes Valério e Silva	Escola de Ensino Fundamental Cedro Alto
Fernando Cezar Sapata	Escola de Ensino Fundamental Georgina de Carvalho Ramos da Luz
Geovani Garcia	Escola de Ensino Fundamental Luiz Gonzaga Steiner
Giovana Coutinho Venske	Escola de Ensino Fundamental Padre Vendelino Wiemes
Itamara Paulini	Escola de Ensino Fundamental Professora José Vieira Corte
Janaina Paschoal Alves	Escola de Educação Básica João Hassmann
Lurde Popenga Bianchessi	Escola de Ensino Fundamental Isaura Gouvêa Gevaerd
Maria Vanete Pieper	Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de dezembro de 2015, em razão do término de mandato dos diretores eleitos, ocorrido em 16 de dezembro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.807, DE 20 DE ABRIL DE 2016**  
PORTARIA nº 10.807, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia Diretora de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Caroline Cardoso dos Santos para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Diretora de Escola, lotada na Escola de Ensino Fundamental Padre Carlos Fuzão, fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 146/2009 e alterações, a partir de 14 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/03/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.808, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.808, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Sabrina Abramovicz do cargo de Educador Social, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.809, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.809, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Fabiane Noemia Lemos do cargo de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 10.810, DE 20 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA nº 10.810, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Nadine Iolanda da Cunha do cargo de Agente Administrativo, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.811, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.811, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Sandra Elisa Minella do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.812, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.812, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Declara a vacância de cargo público por morte do servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de motorista, em razão do falecimento do servidor Marcio Vinotti, ocorrido em 20 de março de 2016, nos termos do inciso VI do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.813, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.813, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Deise Jenifer Lima de Lima, matrícula 907839, do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.814, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.814, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Cintia Fabiana Franca Maia, matrícula 1044664, do cargo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.815, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.815, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, por aposentadoria, Terezinha de Souza da Silva, matrícula 443514, do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.816, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.816, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Rosane Amaral Couto, matrícula 1024299, do cargo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.817, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.817, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Declara a vacância de cargo público por morte do servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Agente de Serviços Especiais, em razão do falecimento do servidor Aldeni Dias de Oliveira, ocorrido em 11 de abril de 2016, nos termos do inciso VI do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.818, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.818, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Valmir Jeske, matrícula 11380, do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.819, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.819, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Antônio Carlos Tillmann, matrícula 673226, do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, Diretor, lotado na Controladoria-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.820, DE 20 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA nº 10.820, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Substitui membros representantes de entidades governamentais e não-governamentais, no Conselho Municipal do Idoso – CMI, nomeados por meio da Portaria nº 10.327, de 02 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes de entidades governamentais e não-governamentais, no Conselho Municipal do Idoso – CMI, nomeados por meio da Portaria nº 10.327, de 02 de outubro de 2015, conforme segue:

I – Representante da Secretaria de Turismo:

Titular: Luciana Gomes

Suplente: Mariana Schlindwein Brandt

II – Representante dos profissionais de assistência ao idoso:

Titular: (...)

Suplente: Cristiane Schlindwein (Casa de Assistência Dilony Ltda. - EPP)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.821, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.821, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Substitui membros representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores de Brusque, no Conselho Municipal do Transporte Coletivo, nomeados por meio da Portaria nº 10.658, de 11 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores de Brusque, no Conselho Municipal do Transporte Coletivo, nomeados por meio da Portaria nº 10.658, de 11 de março de 2016, conforme segue:

- 02 (dois) representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores de Brusque:

Titular: Rogério Reis

Suplente: Paulo Cesar Sedrez

Titular: Jean Carlo Dalmolin

Suplente: Joci Luz de Souza

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.822, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.822, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Substitui membro representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação no Conselho Municipal de Esportes - CME, nomeado por meio da Portaria nº 9.843, de 14 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir Silvia Kuhnen por Janaina Xudré da Luz Zen no Conselho Municipal de Esportes - CME, como representante titular da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.823, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.823, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Substitui membros representantes da Secretaria de Turismo no Conselho Municipal da Cidade - COMCIDADE, nomeado por meio da Portaria nº 10.237, de 12 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membros representantes da Secretaria de Turismo no Conselho Municipal da Cidade - COMCIDADE, nomeado por meio da Portaria nº 10.237, de 12 de agosto de 2015, conforme segue:

- Secretaria de Turismo  
Titular: Luciana Gomes  
Suplente: Mariana Schlindwein Brandt

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.824, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.824, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Substitui membros suplentes, representantes da UNIFEBE e da Fundação Municipal de Esportes, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, nomeados por meio da Portaria nº 10.037, de 22 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membros suplentes, representantes da UNIFEBE e da Fundação Municipal de Esportes, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, nomeados por meio da Portaria nº 10.037, de 22 de maio de 2015, conforme segue:

**I – Representante da UNIFEBE:**

Titular: (.....)  
Suplente: Gislaine Carpena

**II – Representantes da Fundação Municipal de Esportes:**

Titular: (.....)  
Suplente: Marcel Laurence Paza

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.825, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.825, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Gladismar Garcia Barbosa Melquiades Elias, matrícula 896551, do cargo de Educador Social, lotada na

Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.826, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.826, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Fernando Perazolo de Lima, matrícula 4170253, do cargo de Médico, lotado na Secretaria de Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.827, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.827, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Valmir Nicolao Bittencourt, matrícula 507628, do cargo de Servente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da

Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.828, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.828, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Substitui membros, titular e suplente, representantes da UNIASSELVI/ASSEVIM, no Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, nomeados por meio da Portaria nº 8.686, de 19 de julho de 2013.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros, titular e suplente, representantes da UNIASSELVI/ASSEVIM, no Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, nomeados por meio da Portaria nº 8.686, de 19 de julho de 2013, conforme segue:

- Representantes da UNIASSELVI/ASSEVIM:

Titular: Grazielle Beiler

Suplente: Priscila Pereira

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 9.431/2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.829, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.829, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Julio Cesar dos Santos do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Obras



e Serviços Públicos/DGI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.830, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.830, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Maicon Anderson de Souza do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, Chefe Operacional, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.831, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.831, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Julio Cesar dos Santos para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-III, como Diretor-Geral, lotado

na Secretaria de Obras e Serviços Públicos/DGI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.832, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.832, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, para fins de liquidação de despesa alusiva a Ata de Registro de Preços nº 052/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea c do art. 111 da Lei Orgânica do Município, considerando a solicitação formulada pela Secretaria de Orçamento e Gestão, por meio do Memorando nº 095, de 18 de abril de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA, para fins de liquidação de despesa alusiva a Ata de Registro de Preços nº 052/2014, no valor total de R\$ 22.451,07 (vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sete centavos), afeta à empresa Elesul Eletro Eletrônica Ltda. EPP.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores:

- Rafael Lopes de Lima.
- Diego Augusto Martins Siqueira.
- Gilson Machado.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 10.833, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.833, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Substitui membros representantes de entidades governamentais, no Conselho Municipal da Juventude – COMJUV, nomeados por meio das Portarias nº 10.409/15 e 10.244/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir os membros representantes de entidades governamentais, no Conselho Municipal da Juventude – COMJUV, nomeados por meio das Portarias nº 10.409/15 e 10.244/15, conforme segue:

- Representantes da Fundação Municipal de Esportes:

Titular: Amandos Otávio Eggert Junior

Suplente: Rosnei Hoffmann Scherer

- Representante da Fundação Cultural de Brusque:

Titular: (.....)

Suplente: Maicon Rodrigo Zibell

- Representante da Secretaria da Educação:

Titular: (.....)

Suplente: Valzete Maria Maestri

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.834, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.834, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Substitui membros representantes da Secretaria de Trânsito e Mobilidade no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF, nomeados por meio da Portaria nº 10.693/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir os membros representantes da Secretaria de Trânsito e Mobilidade no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF, nomeados por meio da Portaria nº 10.693/2016, conforme segue:

- Representantes da Secretaria de Trânsito e Mobilidade:

Titular: Leonel Peralta de Moura

Suplente: Antônio Sérgio da Rosa

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.836, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.836, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Tiago Coradini para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Comunicação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.837, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.837, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Florentina Luiza Bertotti Vicentini para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.838, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.838, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Estevão Antonio da Silva Neto para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.839, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.839, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear José Zen para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.840, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.840, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica

do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Antonio Bernardino da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.841, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.841, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Karine Bósio para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.842, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.842, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Paulo Dittrich para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Defesa Civil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.843, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.843, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 154, de 18 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Eduardo Henrique Gohr para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Guarda de Trânsito de Brusque - GTB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.844, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.844, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jone João Piazza para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.845 DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.845 DE 22 DE ABRIL DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Leila Patricia Cipriani do cargo de provimento em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.846 DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.846 DE 22 DE ABRIL DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Karlos Victor Zancanaro Oppermann Moura do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviço Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.847, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.847, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Karlos Victor Zancanaro Oppermann Moura para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviço Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.850, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.850, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Ana Roberta Eccel Venturelli Costa para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora Geral, Padrão CC -III, lotada na Secretaria de Comunicação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.851, DE 22 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.851, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica

do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Adão dos Santos Cintra para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Defesa Civil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.853 DE 25 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.853 DE 25 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia Grupo de Trabalho no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 3º do art. 20 da Lei nº 3.550, de 29 de novembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear para compor o Grupo de Trabalho no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, os seguintes membros:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Joelma Sidneia Zaclickiwicz Redel

II - 01 (um) representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS:

Sara Alves Raquel

III - 01 (um) representante da Secretaria de Educação:

Sônia Maria da Silva

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Saúde:

Maritza Sartori Bohn

V – 02 (dois) representantes do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora:

Amanda Barilli

Ionara Marques de Oliveira Ceron Riciatti

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/



SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.855, DE 26 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.855, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo III-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Max Alexandre Teske para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Fundação Cultural de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.856, DE 26 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA nº 10.856, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Darci Romeo Reale Junior para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 812/2016**

PORTARIA Nº 812/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MIRIAM RIBEIRO VIAMONTE, matrícula nº 16489, nomeada pela Portaria nº 8.540/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 867/2016**

PORTARIA Nº 867/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Retificar em parte a Portaria nº 462/2005, que concedeu licença sem vencimentos a servidora CLAUDETE ROSELI SAURES-SIG BORGES, matrícula nº 342491, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, transformado pela LC 143/2009 em Agente de Serviços Especiais, efetiva por concurso, lotada na Secretaria Municipal de Saúde por 01 (um) ano a contar de 26/02/2006, para tratar de assuntos particulares.

ONDE SE LÊ: " ..... PORTARIA Nº 462/2005 ..... "

LEIA-SE: " ..... PORTARIA Nº 462/2006 ..... "

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Maio de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2016 SAMAE**

SAMAE DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO n° 007/2016

Concorrência

OBJETO: Serviços de agência de publicidade para o SAMAE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: após sorteio, a subcomissão técnica ficou assim constituída: Bruna Beuting de Souza, Regina Alpini Rosa e Olga Luisa dos Santos e como suplente Suellen Pereira Rodrigues.

Publique-se

02/05/2016

Silviane Studnicka

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**RESOLUÇÃO N° 02 DE 28 DE ABRIL DE 2016 - CMTC**

RESOLUÇÃO N° 02 DE 28 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial Temporária para elaboração de Regimento Interno.

O Conselho Municipal de Transporte Coletivo de Brusque-SC, em reunião ordinária, realizada no dia 28 de abril de 2016, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal Complementar n.º 252 de 18 de dezembro de 2015, que dispõem sobre o Conselho Municipal do Transporte Coletivo de Brusque/SC,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Criar Comissão Especial Temporária para elaboração do Regimento Interno do CMTC, constituída pelos seguintes conselheiros: Luiz Henrique Blumer, Heloisa Fernandes Almeida, Bráulio Rodrigues Rocha e Artur Klann.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ADEMIR JOSÉ JORGE

Vice-presidente do Conselho Municipal  
do Transporte Coletivo de Brusque/SCPraça das Bandeiras, n.º 77 – Centro / CEP 88350-051 – Brusque – SC  
cmtcbrusque@gmail.com – 3251-1833 ramal 1967



# Caçador

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 24 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46 - 2016 – Pregão Presencial – 24 - 2016 – PREFEITURA, TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS HIDRAULICAS E TERMINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DA INFRA ESTRUTURA - MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/05/2016 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 18/05/2016 às 14h10min. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone, Caçador, 02 de maio de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

### REPUBLICA - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10 - 2016 – PREFEITURA

REPUBLICA - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10 - 2016 – PREFEITURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS PARA COPA CAÇADOR 82 ANOS – CAMPEONATO AMADOR CONTRATADA: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.525.422/0001-98, com sede na cidade de Mafra/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 06 (seis) meses, iniciando com a assinatura e findando em 23 (Vinte três) de agosto, conforme segue:

Obs : valores unitários com incorreção. Sem alteração do valor total.

ITEM	QUANT.	U.M	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	R\$VALOR UNI-TÁRIO	VALOR TOTAL R\$
2	1.220	PAR	Par (2 unidades) de meiao esportivo para futebol de campo, tamanho único, confeccionado em 52% poliamida, 31% algodão, 11% poliéster e 6% elastano, na cor branca.	KANXA	16,00	19.520,00
3	10	KIT	Cartões para arbitragem Oficial; 3 unidades nas cores, amarelo, azul e vermelho em PVC possível marcar o nº de gols e nº de jogadores.	STAR FLEX	10,00	100,00
4	10	UN	Apito esportivo de plástico profissional de alta resistência com cordão, amplitude mínima de 90 decibéis.	FOX	20,00	200,00
5	05	UN	Cronometro digital progressivo de mão com relógio, calendário e alarme.	VOLLO	25,00	125,00
6	40	UN	Bola de Futebol de campo oficial; confeccionada em PU ultra, com camada NeoGel. Circunferência: de 68-70cm. Peso: de 420g - 445g; 08 gomos.	KAGIVA	50,00	2.000,00
7	05	UN	Bomba de ar utilizado para encher bola; tipo (vai e volta) enche nos dois sentidos (Double action);	PENALTY	22,00	110,00
11	04	UN	Troféu de 1º Lugar, confeccionado em MDF, conforme especificações anexas.	PELIZARRI	300,00	1.200,00
12	04	UN	Troféu de 2º Lugar, confeccionado em MDF, conforme especificações anexas.	PELIZARRI	200,00	800,00
13	04	UN	Troféu de 3º Lugar, confeccionado em MDF, conforme especificações anexas.	PELIZARRI	100,00	400,00
TOTAL						24.455,00

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 027, DE 02 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 027, de 02 de maio de 2016.

Concede licença-maternidade pelo período de 180 dias à servidora Franciele de Matias.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 114 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme requerimento atestado por médico apresentado no dia 29/04/2016, licença-maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias à servidora Franciele de Matias, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista, tendo como termo inicial o dia 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de maio de 2016.

Ricardo Pelegrinello,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

**PORTARIA Nº 028, DE 02 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 028, de 02 de maio de 2016.

Nomeia Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLAUDETE TEREZINHA MARAFON LEIDENS, para o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para prestar assessoramento à vereadora Cleony Lopes Barboza Figur.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de maio de 2016.

Ricardo Pelegrinello,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 - FME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 015/2016 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 015/2016- FME - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICRO-COMPUTADORES PARA REPOSIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/05/2017

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 015/2016 - FMS - Atas do Sistema de Registro de Preços 25 A 27/2016- FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO IMPRESSO, PARA SER UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 29/04/2017

1ª Publicação.

### CHAMAMENTO PÚBLICO 04/16 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2016 - FMS

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS OU PESSOAS FÍSICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA OS PROCEDIMENTOS DESCRITOS NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA, CUJA DISCRIMINAÇÃO FOI BASEADA NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM), DISPONÍVEL

ATRAVÉS DO SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993 e as respectivas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 17 (Dezessete) de Maio de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 02 de Maio de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### DL 01/16 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 001/2016 - FMS

Data: 02/05/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA E CUMPRIR AS AÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, TENDO EM VISTA QUE FOI REALIZADO PROCESSO PR 11/2016 PARA AQUISIÇÃO DESTES MEDICAMENTOS PORÉM NÃO HOVE PARTICIPANTES FICANDO ESTES DESERTOS. AUTOS Nº 0900006-32.2016.8.0113-KAIO ANTONIO, AUTOS Nº 5002279-09.2012404.7208 - ANTONINHA DOS SANTOS NUNES, AUTOS Nº 0900135-71.2015.824.0113-BERNARDO ANTONIO MARTINS, AUTOS Nº 113.10.004647-0 CATARINA VECKI FORBICI E DEMAIS.

Valor total: R\$ 15.748,00 (Quinze Mil Setecentos e Quarenta e Oito Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: B.E NOLDIN & CIA LTDA ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "V" da lei Federal 8666/1993. Camboriú SC, 02 de Maio de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 025/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 025/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CLAUDINEIA GONÇALVES DE ABREU, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 070.638.629-95, residente e domiciliada na Rua Julia Pazda, snº, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002. Contratação temporária para atuar em substituição a Servidora Pública Bruna Schwarz, que encontra-se em licença saúde, conforme ofício nº 068/SEDUC/15.

PRAZO: Início: 03 de maio de 2016;

Término: 21 de dezembro de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 823,31 (Oitocentos e vinte e três reais e trinta e um centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato. Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 03 de maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CLAUDINEIA GONÇALVES DE ABREU Contratada
--	---

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 9.742 DE 02 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.742 DE 02 DE MAIO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura.		

13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura.		
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
02 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 03/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 9.743 DE 02 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.743 DE 02 DE MAIO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração		
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 700,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 700,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
02 de maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 03/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 9.744 DE 02 DE MAIO DE 2016**

### **GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.744 DE 02 DE MAIO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV e VII do Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar SUELEN GARAY FIGUEIREDO JORDÃO, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955603, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.154,25 (um mil, cento e cinquenta e quatro reais, vinte e cinco centavos) mensais, pelo período de 02 de maio de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 001/2016, e 1º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.732 de 15 de abril de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
02 de maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 03/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 9.745 DE 02 DE MAIO DE 2016**

### **GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.745 DE 02 DE MAIO DE 2016  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a CLAUDINÉIA GONÇALVES DE ABREU, do Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais/Comunitário de Saúde, Registro no Sistema sob o nº 955536, partir de 29 de abril de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de abril de 2016.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
02 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 03/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 9.746 DE 02 DE MAIO DE 2016**

### **GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.746 DE 02 DE MAIO DE 2016  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a FRANKLIN ADEMAR DORN, do Cargo Público e na Função de Odontólogo, Registro no Sistema sob o nº 955540, partir de 02 de maio de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
02 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 03/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 9.747 DE 02 DE MAIO DE 2016**

### **GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.747 DE 02 DE MAIO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar MARIA SOFIA CUBAS MACHADO, para exercer o cargo de Professor VII, para exercer a Função de Professor de Geografia, Registro no Sistema sob o nº 955604, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos, Código P1 Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.308,51 (dois mil trezentos e oito reais e cinquenta e um centavos), pelo período de 02 de maio de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 01/2016, em 1º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.732 de 15 de abril de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
02 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 03/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 9.748 DE 03 DE MAIO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.748 DE 03 DE MAIO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, Incisos IV e VII do Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. CLAUDINÉIA GONÇALVES DE ABREU, para exercer o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Registro no Sistema sob nº 955606, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo, pelo período de 03 de maio de 2016 a 21 de dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o Nível 1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 823,31 (oitocentos e vinte e três reais, e trinta e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. CLAUDINÉIA GONÇALVES DE ABREU, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
03 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 03/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2016**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: CLAUDINÉIA GONÇALVES DE ABREU

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de maio de 2016 a 21 de dezembro de 2016

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 823,31 (oitocentos e vinte e três reais e trinta e um centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 03 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO ELETRÔNICO 17/2016 FMS - PARECER IMPUGNAÇÃO**

DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO

(Processo Licitatório n.º 17/2016)

IMPUGNANTE: VITAL PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA  
ATO IMPUGNADO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2016

PARECER REFERENTE AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA VITAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA. REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 17/2016.

Segue abaixo considerações:

ENTRE 10 a 600

Quer dizer que todos podem participar, os que tem a faixa de medição 20 a 500 estão dentro da faixa, por isto diz ENTRE.

Glicose desidrogenase:

Ao alterar o descritivo para glicose por oxidase, o ente público estará colocando em risco à saúde dos pacientes que utilizarão este produto, uma vez que pacientes com distúrbios circulatórios ou respiratórios, uma das razões mais comuns à hospitalização, ou com anemia grave, a qual afeta mais de 30% dos pacientes gravemente doentes, podem apresentar pressões de oxigênio extremamente baixas no sangue e as tiras de glicemia que utilizam a glicose oxidase nos testes realizados possuem grande interferência com o oxigênio, ocasionando sérios riscos aos pacientes.

Destaca-se ainda que em caso de pressões de oxigênio baixas no sangue, conforme supramencionado, as tiras de teste à base de glicose oxidase podem produzir resultados FALSAMENTE ALTOS e uma tira de teste à base de glicose desidrogenase (GDH) não apresentará esse tipo de sensibilidade ao oxigênio. As tiras de teste à base de GDH minimizam os efeitos da variação dos níveis de oxigênio para que o paciente possa receber avaliações confiáveis da glicose, independente da pressão de oxigênio no sangue dos pacientes.

Sendo assim, os pacientes submetidos à cirurgia de revascularização cardiopulmonar, à terapia com oxigênio ou à ventilação mecânica, podem apresentar pressões de oxigênio no sangue extremamente altas.

A terapia com oxigênio é um tratamento para doença pulmonar obstrutiva crônica (COPD) grave e é administrada em mais de 30% das situações de emergência. Nesses pacientes com altos níveis de oxigênio no sangue, os resultados podem ser FALSAMENTE BAIXOS se as tiras de teste à base de glicose oxidase forem usadas para o teste da glicose sanguínea. Novamente, as tiras de teste à base de GDH não apresentarão esse tipo de sensibilidade ao oxigênio.

Estudos realizados para investigar o erro nas amostras de sangue do paciente com variados níveis de oxigênio que utilizam as tiras de teste à base de glicose oxidase versus as tiras de teste à base de glicose desidrogenase (GDH), mostraram que o número de testes com erros significativos foi de 20 a 32% para uma tira de teste à base de glicose oxidase específica em comparação a 5 a 6% para as tiras de teste à base de glicose desidrogenase. Essa grande diferença pode causar um impacto significativo no tratamento do paciente.

Já as tiras de teste à base de GLICOSE DESIDROGENASE oferecem resultados precisos em uma ampla faixa de pressões parciais de oxigênio encontradas nos hospitais. Os medidores hospitalares que utilizam essa glicose demonstram que as pressões parciais de oxigênio de 45 a 350 mmHg (6,0 a 46,6 kPa) não apresentam nenhum efeito clinicamente significativo nos resultados, proporcionando ao paciente e aos profissionais da saúde maior segurança quanto a eficácia deste.

Outrossim, resta comprovado que a glicose oxidase interage com o oxigênio que está presente na amostra de sangue, sendo que quanto maior a quantidade de oxigênio, maior será o resultado, assim como quanto menor a quantidade de oxigênio, menor o resultado, com isso ocorre o falso resultado, prejudicando o monitoramento da glicemia, ao contrário da tecnologia utilizada na glicose desidrogenase, onde a mesma no momento em que é realizado o teste, utiliza apenas a glicose para leitura, não obtendo interferências de outros reagentes.

### **DECISÃO**

Diante do exposto, na qualidade de Gestor do Fundo Municipal de Saúde e ordenador da despesa com a aquisição de materiais odontológicos e tiras reagentes e lancetas para medição de nível de glicemia, para uso no Serviço de Saúde deste Município, no uso de minhas atribuições conferidas pela Lei n.º 8.666/93 e pela legislação aplicável à espécie, DECIDO indeferir o pedido formulado pela empresa VITAL PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA, apresentado sob a forma de impugnações ao Edital de Pregão 17/2016, razão pela qual MANTENHO INALTERADO o referido edital em todos os seus termos e cláusulas, inclusive quanto a realização da sessão.

Intime-se a Impugnante da presente decisão.

Publique-se.

Campo Alegre - SC, 02 de maio de 2016.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA RP 29/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 29/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 789/2016

Pregão Presencial FMS nº 14/2016

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa GRAFSUL COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 09.050.478/0001-09, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr Unitário	Vlr Total Item
1	UN	3,00	Fabricação e instalação de Totem com estrutura metálica com pintura, revestido com chapa Galv. e Lona Back c/ impressão digital e verniz conforme modelo solicitado. Acabamento com cantoneira em alumínio. Tam. 2,30 X 0,80 X 0,20. Sapata em concreto para instalação de Totem, com parafusos de espera	3.000,00	9.000,00
2	UN	1,00	Reforma completa de Totem com estrutura metálica com pintura, revestido com chapa Galv. e Lona Back c/ impressão digital e verniz conforme modelo solicitado. Acabamento com cantoneira em alumínio. Tam. 2,30 X 0,80 X 0,20. Sapata em concreto para instalação de Totem, com parafusos de espera	1.400,00	1.400,00
3	UN	1,00	Fabricação e instalação de Front com estrutura metálica com pintura, revestido com Lona Front 440g impressão digital c/ verniz. Acabamento com cantoneira em alumínio. Tam. 6,00 X 1,00m	850,00	850,00
4	UN	3,00	Fabricação e instalação de Front com estrutura metálica com pintura, revestido com Lona Front 440g impressão digital c/ verniz. Acabamento com cantoneira em alumínio. Tam. 1,50 X 1,00m	260,00	780,00
5	UN	3,00	Fabricação e instalação de mural com estrutura metálica com pintura, revestido em chapa galvanizada nº 24 com aplicação de adesivo impressão digital e verniz. Tam. 1,50 X 1,20m	490,00	1.470,00
6	UN	7,00	Placa em PVC com aplicação de adesivo. "Ouvidoria" Tam. 0,60 X 0,40m	45,00	315,00
7	UN	7,00	Adesivo com aplicação na porta "Horário de Atendimento" Tam. 0,60 X 0,40m	30,00	210,00
8	UN	6,00	Placa em PCV com aplicação de adesivo. "PMAQ" Tam. 0,60 X 0,40m	45,00	270,00
9	UN	7,00	Fabricação e instalação de painel fluxograma com estrutura metálica com pintura, revestido em chapa galvanizada nº 24 com aplicação de adesivo impressão digital e verniz. Tam. 1,20 X 1,00m	260,00	1.820,00
10	UN	4,00	Fabricação e instalação de frente com estrutura metálica com pintura, revestido em chapa galvanizada nº 24 com aplicação de adesivo impressão digital e verniz. Tam. 1,20 X 1,00m	350,00	1.400,00
11	UN	3,00	Fabricação e instalação de front com estrutura metálica com pintura, revestido em chapa galvanizada nº 24 com aplicação de adesivo impressão digital e verniz. Tam. 1,50 X 1,20m	490,00	1.470,00
12	UN	3,00	Fabricação e instalação de mural de recados com estrutura metálica com pintura, revestido em chapa galvanizada nº 24 com aplicação de adesivo impressão digital e verniz. Tam. 1,00 X 0,80m	270,00	810,00
13	UN	6,00	Fabricação e instalação de mapas município com estrutura metálica com pintura, revestido em chapa galvanizada nº 24 com aplicação de adesivo impressão digital e verniz. Tam. 1,20 X 1,00m	345,00	2.070,00
14	UN	4.200,00	Imã para os mapas. Tam. 1,5cm X 1,5cm	0,14	588,00

VALOR TOTAL R\$ 22.453,00

Campo Erê, Quinta-Feira, 28 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal		GRAFSUL COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME CNPJ Nº 09.050.478/0001-09
DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde		



**SUSPENDE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL FMS 16/2016**

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 841/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016

REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA

Suspende a abertura do:

Processo Licitatório n.º 841/2016 – Pregão Presencial FMS n.º 16/2016 – Ata de Registro de Preços, do tipo Menor Preço Global cujo objeto é Contratação de empresa para Prestação de Serviço de Procedimentos Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares para Pacientes do Município de Campo Erê, conforme especificado neste Edital. Justificativa: suspende de Ofício por interesse público. O Município Campo Erê, através de seu representante legal resolve: SUSPENDER a abertura do Processo Licitatório 841/2016 por prazo indeterminado. Informações complementares poderão ser obtidas no Tel. \*\*\*49 36553035, e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê (SC), em 02 de Maio de 2016. Rudimar Borcioni – Prefeito Municipal.

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 35/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 35/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço 03/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para drenagem e pavimentação do 7º trecho da rua Leonel Marcelino Pereira, da estaca 06 a estaca 13+1,645 metros, em lajota sextavada de concreto, medindo 25x25x8, e meio fio de concreto medindo 12x30, Bairro Índia, Canelinha/SC, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 18 de maio de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 02 de maio de 2016. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

### EXTRATO EDITAL 36/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 36/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço 04/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para pavimentação asfáltica das ruas e avenidas centrais do Município, da estaca 30=PP até a estaca 122+10,00metros. O trecho compreende parte da rua João Vicente de Souza (estaca 30 até estaca 38+11,50metros), toda a extensão da Avenida Cantório Florentino da Silva (estaca 38+11,50 até estaca 90) e parte da avenida Joaquim José de Santana (estaca 90 até a estaca 122+10,00metros), conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 18 de maio de 2016, às 10:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 02 de maio de 2016. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município



# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 105/2016

DECRETO Nº. 105/2016

"RETIFICA DECRETO Nº. 085/2016 QUE APROVOU DESMEMBRAMENTO".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º do Decreto nº. 085/2016, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00 m² (Seiscentos metros quadrados), procedido por LUCIANO MARCOS KARPEN, situado na Rua Francisco de Paula Pereira, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 8.858 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 15 com área de 325,43 m² e lote nº 16 com área de 274,57 m², todos pertencentes à quadra nº 685, conforme requerimento protocolado sob nº. 3056/2016."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As demais disposições do decreto municipal nº 086/2016 permanecem inalteradas.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº. 393/2016

PORTARIA Nº. 393/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, com base no §4º e §5º do art. 55º da Lei 2.305/1990, resolve:

CONCEDER PENSÃO POR MORTE

Art. 1º - Fica concedida Pensão por Morte a partir de 18/03/2016, para a Sra. MARIA CINILA DE SOUZA SIMÕES DE OLIVEIRA, em decorrência do falecimento de seu esposo, servidor inativo do Município de Canoinhas, Sr. GUMERCINDO SIMÕES DE OLIVEIRA, matriculado sob o nº 396, no valor dos proventos auferidos pelo servidor falecido.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº. 394/2016

PORTARIA Nº. 394/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, com base no §4º e §5º do art. 55º da Lei 2.305/1990, resolve:

CONCEDER PENSÃO POR MORTE

Art. 1º - Fica concedida Pensão por Morte a partir de 01/04/2016, para o Sr. JOÃO ALVES DOS SANTOS, em decorrência do falecimento de sua esposa, servidora inativa do Município de Canoinhas, Sra. ELVIRA LICÉRIA BOSKA DOS SANTOS, matriculada sob o nº 422, no valor dos proventos auferidos pela servidora falecida.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº. 395/2016

PORTARIA Nº. 395/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido FERNANDO LUIS TOKARSKI, efetivo no cargo de Fotógrafo, junto ao Gabinete, a partir de 30/04/2016, por motivo de aposentadoria junto ao INSS, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 396/2016**

PORTARIA Nº. 396/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora ROSANGELA APARECIDA PADILHA, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/04/2016, conforme Comunicação Interna nº 195/DP/2016, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença à servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 397/2016**

PORTARIA Nº. 397/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à servidora MARINES FERREIRA HOLLER, efetiva no cargo Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, a desfrutar no período de 25/04/2016 a 24/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 398/2016**

PORTARIA Nº. 398/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

#### **RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 378/2016, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica nomeado RICARDO SOUZA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, a partir de 14/04/2016, exercendo as suas funções junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme Comunicação Interna nº 170/ SMAFO/2016.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 399/2016**

PORTARIA Nº. 399/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 038/2011, de acordo com a Lei nº 4.851/2011 de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME;

CONSIDERANDO; a expansão das instituições de ensino;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença Maternidade;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional FABIANE APARECIDA COLAÇO, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 04/05/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais, conforme Comunicação Interna nº 125/SME/2016.

Art. 2º - Fica contratada a profissional JOSIANE VAZ, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 40 horas semanais, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 04/05/2016 a 02/10/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Monitora de Educação Especial Elli Leonilda Beije Burzi, a qual está em Licença Maternidade, conforme Comunicação Interna nº 125/SME/2016.

Art. 3º - Fica contratada a profissional MARIA CLAUDETE ZALEWSKI DE PAULA, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 40 horas semanais, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 04/05/2016 a 13/07/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Monitora de Educação Especial Maria Claudinéia Randing, a qual está em Licença Maternidade, conforme Comunicação Interna nº 125/SME/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 400/2016**

PORTARIA Nº. 400/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997 e Lei Municipal nº 3.795/2005;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

#### **ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o cargo do profissional RENATO LEANDRO, para atuar como Diretor Técnico, a partir de 01/05/2016, exercendo as suas funções junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna nº. 084/SMS/2016.

Art. 2º - Permanece o adicional de tempo integral de 30% concedido ao servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 401/2016**

PORTARIA Nº. 401/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora PRISCILA DAUM ALVES DELBEM, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 04/04/2016, conforme Comunicação Interna nº 199/DP/2016, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença à servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 402/2016**

PORTARIA Nº. 402/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido MARIA VALDIRENE KRAUSE FRANCISCO, contratada na função de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, no CEI Fernando Pessoa, junto à Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo à 20/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Fica exonerada a pedido JULIANA POGOGELSKI REALI, contratada na função de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo à 01/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 403/2016**

PORTARIA Nº. 403/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL**

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Abril/2016, ao servidor ALMIR ROGÉRIO GONÇALVES DA ROCHA, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna Nº 021/SMDR/2016.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Abril/2016, ao servidor GERSON LUIS FERNANDES, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna Nº 023/SMDR/2016.

Art. 3º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Abril/2016, ao servidor RUBENS SCHPANSKI, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna Nº 022/SMDR/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 404/2016**

PORTARIA Nº. 404/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio à servidora TELMA REGINA BLEY, efetiva no cargo Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, a desfrutar no período de 25/04/2016 a 04/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 405/2016**

PORTARIA Nº. 405/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL**

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Abril/2016, ao servidor ADOLFO LOPES MAGALHÃES, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna Nº 200/DP/2016.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Abril/2016, ao servidor FRANCISCO DE ASSIS CORREA, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna Nº 200/DP/2016.

Art. 3º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Abril/2016, ao servidor SIOMAR JOSÉ DIAS MACHADO, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna Nº 200/DP/2016.

Art. 4º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Abril/2016, ao servidor EVERTON RANTHUM, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna Nº 200/DP/2016.

Art. 5º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Abril/2016, ao servidor ADRIANO THIAGO MROSOWSKI, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna Nº 200/DP/2016.

Art. 6º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Abril/2016, ao servidor JOSÉ ALTAIR CARVALHO, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna Nº 200/DP/2016.

Art. 7º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Abril/2016, ao servidor ADELMO CARVALHO, efetivo no



cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna Nº 200/DP/2016.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 406/2016**

PORTARIA Nº. 406/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90;

CONSIDERANDO o Julgamento de Sindicância, referente ao processo de sindicância instaurado pela Portaria nº 962/2015, resolve:

**INSTAURAR COMISSÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 168 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 321/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ;
2. NELSON VARELA DE OLIVEIRA;
3. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos conforme Comunicação Interna nº 221/DJ/201 e seus respectivos anexos.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 407/2016**

PORTARIA Nº. 407/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011, da Lei Municipal nº 5.454/2014 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

**NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, matutino e vespertino, lotado junto à Secretaria Municipal de Educação, designado para o ano letivo de 2016 para a EBM Evaldo Dranka, o profissional CASSIO WESLEY GABRIEL HERZINGER, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014, conforme Edital de Convocação nº 013/2016, iniciando as suas atividades a partir de 04/05/2016, conforme comunicação interna nº 128/SME/2016.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 408/2016**

PORTARIA Nº. 408/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido JOSÉ OSCAR SIMÕES DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Motorista de Caminhão, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 30/04/2016, por motivo de aposentadoria junto ao INSS, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 409/2016**

PORTARIA Nº. 409/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido VERIDIANA DOS SANTOS FRANCO DE LIMA, contratada na função de Servente Feminino, no CEI Nathan Zugmann, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 410/2016**

PORTARIA Nº. 410/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

**DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional PAMELA REGINA LOURENÇO VIEIRA DE MORAES, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/04/2016, conforme Comunicação Interna nº 205/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 411/2016**

PORTARIA Nº. 411/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**ALTERAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica alterada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, instaurada pela Portaria nº 128/2016, e, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 321/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, passando a vigorar da seguinte:

1. ROSELI DOBROSHINSKEI;
2. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA;
3. FRANCIELI JOANA BIALESKI.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos ocorridos com a servidora ELAINE LUCIA DE PAULA, efetiva no cargo de Servente Feminino, conforme Comunicação Interna nº 424/SME/2015 e Comunicação Interna nº 003/Gabinete/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Fica a funcionária, nos termos do artigo 167 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas, da Lei nº 2.305/90, por medida cautelar, afastada do exercício do cargo, pelo prazo inicial de 60 (sessenta) dias a partir da presente data, sem prejuízo da remuneração.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**PORTARIA Nº. 412/2016**

PORTARIA Nº. 412/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora PAMELA REGINA LOURENÇO VIEIRA DE MORAES, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 27/04/2016 a 26/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 413/2016**

PORTARIA Nº. 413/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

**DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do profissional GASPAS SOARES, efetivo no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/04/2016, conforme Comunicação Interna nº 207/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 414/2016**

PORTARIA Nº. 414/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90;

CONSIDERANDO o disposto nas Leis nº 5.556/2015, 5.574/2015 e 5.819/2016, que instituem a comissão permanente de sindicâncias e processos administrativos; resolve:

**ALTERAR COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 1º, §3º e 3º, ambos da Lei nº 5.556/2015, fica alterada a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, conforme abaixo relacionados:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI
3. MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ
4. VANESSA LANGER
5. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
6. ROSELI DOBROSHINSKEI
7. JOSÉ MARCOS CARVALHO
8. IARA LÚCIA ARTNER LEANDRO LEITE
9. RITA ROSÉLIS SCHULKA VICENTE DE SOUZA
10. SIMONE MARIA WENDT
11. DANIELLE LUDKA
12. CARINNE CORREA CHAVES

Art. 2º - Nos termos do §4º do artigo 1º da Lei nº 5.556/2015, caberá aos participantes da comissão de sindicância e processos administrativos a escolha do presidente e secretário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 415/2016**

PORTARIA Nº. 415/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; CONSIDERANDO, a necessidade da prorrogação; resolve:

**PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional ANDRÉA ALVES FERREIRA DE FREITAS PADILHA, na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25%

de regência, para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Professora de Educação Infantil Maria Noeli Chimangosewski, a qual está em licença tratamento de saúde, no período de 04/05/2016 a 31/07/2016, conforme comunicação interna nº 132/SME/2016.

Art. 2º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional VÂNIA MARIA WILLE DE SOUZA, na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Professora de Educação Infantil Maria Noeli Chimangosewski, a qual está em licença para tratamento de saúde, no período de 04/05/2016 a 31/07/2016, conforme comunicação interna nº 133/SME/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 416/2016**

PORTARIA Nº. 416/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 038/2011, de acordo com a Lei nº 4.851/2011 de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME;

CONSIDERANDO; a expansão das instituições de ensino;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em Processo de Extensão de Jornada;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratada a profissional PRISCILA VANESSA DOS SANTOS, na função de Professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE, MAG I, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade, no período de 04/05/2016 a 03/06/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora de AEE Marizete Darmorus Pereira, a qual está em Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Comunicação Interna nº 134/SME/2016.

Art. 2º - Fica contratada a profissional MARLENE MARSCHNER, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 40 horas semanais, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 04/05/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de servidor para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais, anteriormente estava na referida vaga Juliana Pogogelski Reali, a qual pediu demissão, conforme Comunicação Interna nº 134/SME/2016.

Art. 3º - Fica contratada a profissional NEUSA WITT, na função de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Vinicius de Moraes, no período de 04/05/2016 a 02/06/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da monitora de Educação Infantil Jaqueline de Fátima Gonçalves, a qual está em férias, conforme Comunicação Interna nº 134/SME/2016.

Art. 4º - Fica contratada a profissional JOCIANE MARIA GONÇALVES DE LIMA, na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Fernando Pessoa, no período de 04/05/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de servidor para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais, na vaga vinculada da professora Marizete Krauss de Castro, a qual está em Extensão de Jornada de Trabalho no CEI Fernando Pessoa – extensão Encruzilhada. Anteriormente estava na referida vaga Maria Valdirene Krause Francisco, a qual pediu demissão, conforme Comunicação Interna nº 134/SME/2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 417/2016**

PORTARIA Nº. 417/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90; resolve:

#### **INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 414/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. IARA LÚCIA ARTNER LEANDRO LEITE
2. RITA ROSÉLIS SCHULKA VICENTE DE SOUZA
3. SIMONE MARIA WENDT

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº 227/DJ/2016 e respectivos documentos em anexo.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 418/2016**

PORTARIA Nº. 418/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

##### **DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional SABRINA SCHWED LINZMEIER, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/04/2016, conforme Comunicação Interna nº 208/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 419/2016**

PORTARIA Nº. 419/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Licença Prêmio à servidora ELOIR HELENE PATRUNI, efetiva no cargo Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 02/05/2016 a 21/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 420/2016**

PORTARIA Nº. 420/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

##### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à ELIANE MARIA MUHLMANN, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/05/2016 a 30/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à PATRÍCIA SZUCK, efetiva no cargo de Nutricionista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 11/05/2016 a 25/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à KARINA DUBENA MELNECENKO, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 4º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à SANDRA NUNES, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/05/2016 a 20/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 421/2016**

PORTARIA Nº. 421/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 103 da Lei n.º2.305/1990, resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

Art. 1º - Fica concedido Licença Sem Vencimento para Tratar de Interesses Particulares à servidora NADINY DE AGOSTINHO PAES DE FARIAS, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais no CEI Landi Ama Neppel, junto à Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 16/06/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DO PREGÃO Nº PMC 46/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 69/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 46/2016 (PRESENCIAL)  
ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA, - COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 20/05/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 08h55min (entrega) e 09h00min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 50/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 73/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 50/2016 (PRESENCIAL)  
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TAIS COMO: CONJUNTO DE MESA E BANCO PARA REFEITÓRIO INFANTIL, BALCÕES E ARMÁRIOS PLANEJADOS PARA COZINHA, ESTANTE 03 PRATELEIRAS, CONJUNTO DE MESA COM CADEIRAS, MAQUINA DE LAVAR ROUPA E OUTROS, DESTINADOS AO NOVO PRÉDIO DO C.E.I RUTH ROCHA. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 19/05/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 13h55min (entrega) e 14h00min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 10/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 68/2016  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 10/2016  
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A IMPLANTAÇÃO DE DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE, SENDO UMA NA LOCALIDADE DE PACIÊNCIA DOS NEVES E OUTRA NA RUA CASSEMIRO KWIECIEN, NO BAIRRO COHAB II, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 24/05/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 33/2016 (PRESENCIAL)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 55/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2016  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B, Nº 107, ANO 2007, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito



**PULICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 60/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 85/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 60/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/05/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE CONSERVATO, TROCA, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 18/05/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 47/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 70/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 47/2016 (PRESENCIAL)  
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/05/2016, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 15 METROS CÚBICOS DE PRANCHÕES DE EUCALÍPTO E 05 METROS CÚBICOS DE PRANCHINHA DE EUCALÍPTO, PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 19/05/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 24/2016 - CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

PORTARIA Nº 24/2016  
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

CONSIDERANDO o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, foi atestado que a Auxiliar de Serviços Gerais está exposto aos riscos químicos e biológicos de modo habitual e permanente, conforme laudo elaborado pelo engenheiro de segurança no trabalho, fatores que justificam ao adicional de Insalubridade de Grau Máximo. Ficando assim com direito a receber o adicional na proporção de 4% (quarenta por cento), sobre o salário mínimo vigente. (NR15, anexo 14- Agentes Biológicos).

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder 40% (quarenta por cento), de Adicional de Insalubridade sobre o salário mínimo vigente referente ao LTCAT, a servidora público efetivo Marlene Emmer Ferreira, ocupante de cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 02 de maio de 2016.

Célio Galeski  
Presidente

Chiquinho da Silva  
1º Secretário

João Grein  
2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 02 de maio de 2016.

# Capinzal

## PREFEITURA

### PORTARIA 357/2016

PORTARIA Nº 357, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 541/2016, à servidora Arilde Maria Pereira de Moraes, matrícula nº 321745/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Enfermagem, nível 58, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 06 de março de 2011 a 05 de março de 2016, pelo período de 01 de março a 31 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Capinzal - SC, em 01 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 358/2016

PORTARIA Nº 358, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 528/2016, Claudia de Jesus Bof, matrícula nº 187321/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 359/2016

PORTARIA Nº 359, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 615/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional ao servidor Jose Gabriel Casagrande Dambros, matrícula nº 398519/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Farmacêutico Bioquímico, nível 156, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 156, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 360/2016

PORTARIA Nº 360, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 635/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Luana Cristina Baldo, matrícula nº 188468/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 361/2016

PORTARIA Nº 361, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 636/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Luana Cristina Baldo, matrícula nº 188468/01.



Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência D, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 363/2016**

PORTARIA Nº 363, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 687/2016, Lilian de Fatima Inacio, matrícula nº 330710/04, ocupante do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 364/2016**

PORTARIA Nº 364, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 677/2016, Luciana Cristina Toaldo Baretta, matrícula nº 330906/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 365/2016**

PORTARIA Nº 365, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Altera redação de portaria, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições, conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da portaria nº 295/2016, do servidor Celito Pereira, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 295/2016, Celito Pereira, matrícula nº 407459/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 366/2016**

PORTARIA Nº 366, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Elena Aparecida de Oliveira Menegazzo, matrícula nº 328030/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 14 de dezembro de 2016, em substituição a titular Andrea Aparecida de Oliveira Scheuermann, que está à disposição da Coordenação da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 367/2016**

PORTARIA Nº 367, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Roselaine Hoffmã, matrícula nº 332992/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 01 de março a 14 de dezembro de 2016, em substituição a titular Andrea Aparecida de Oliveira Scheuermann, que está à disposição da Coordenação da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de março de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 368/2016**

PORTARIA Nº 368, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Marilei da Silva Pinto Bergamo, matrícula nº 315290/11, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 01 de março a 14 de dezembro de 2016, em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de março de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

# Catanduvás

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.160 DE 29 DE ABRIL DE 2016

DECRETO nº 2.160 de 29 de abril de 2016.

“CONVOCA A ETAPA MUNICIPAL DA 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CRIA COMISSÃO PREPARATÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás -SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades, parte integrante do Ministério das Cidades,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica Convocada a Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada no dia 25 de maio de 2016, a partir das 08h30min em local a ser definido pela Comissão, ora constituída e designada, composta pelos seguintes membros:

- I – Caroline Joana Lesnieski Johann;
- II – Diego Grezelle;
- III – Valdemir Bogoni;
- IV – Indianara Sílvia Lazarotto;
- V – Rosimeri Fátima Spazini.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, do Município de Catanduvás, desenvolverá seus trabalhos a partir da temática “A Função Social da Cidade e da Propriedade”, e será presidida pela Prefeita.

Art. 3º A Comissão Preparatória Municipal expedirá o regimento da Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência das Cidades, do Município de Catanduvás.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das cidades, do Município de Catanduvás, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art. 4º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência das Cidades, do Município de Catanduvás correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás/SC, 29 de abril de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 125/2016, DE 28 DE ABRIL DE 2016

#### ÍNDICE

LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 28 DE ABRIL DE 2016.  
INSTITUI A LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC.

Gisa Aparecida Giacomini, prefeita do Município de Catanduvás, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, submete a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar.

#### TÍTULO I

#### DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO

#### CAPÍTULO I

#### DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º. O controle do uso e da ocupação do solo municipal visa promover a redução das desigualdades territoriais garantindo a função social da Cidade e da propriedade entendendo-se como tal, a distribuição equitativa dos equipamentos urbanos e comunitários e sua articulação com a área rural, visando sempre o equilíbrio entre os setores econômicos, sociais, culturais e ambientais.

§ 1º Zoneamento é a divisão da área do Perímetro do Município, em zonas, para as quais são definidos os usos e os parâmetros de ocupação do solo.

I – Uso do Solo é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona, podendo esses usos ser definidos como: permitidos, permissíveis e proibidos;

II – Ocupação do Solo é a maneira que a edificação ocupa o lote, em função das normas e parâmetros urbanísticos incidentes sobre os mesmos, que são: índice de aproveitamento, número de pavimentos / gabarito, recuo, taxa de ocupação e taxa de permeabilidade.

§ 2º Dos índices urbanísticos:

I – Índice de Aproveitamento: é o valor que se deve multiplicar pela área do terreno para se obter a área máxima a construir, variável para cada Zona. No cálculo do índice de aproveitamento, conforme a fórmula abaixo, não serão computados os seguintes elementos:

- a) hall de entrada e área de escadaria;
- b) área de estacionamento/garagens obrigatórias;
- c) área de recreação e lazer comum com no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do pavimento tipo coberto;
- d) floreiras;
- e) caixa d'água;
- f) poço de elevador e casa de máquinas;
- g) sacadas, desde que não vinculadas a área de serviço.

II – Número de Pavimentos/gabarito: é a altura medida em pavimentos, contados a partir do pavimento térreo. Será considerado como pavimento térreo o pavimento mais próximo do nível da rua;

III – Recuo: é a distância entre o limite extremo da área ocupada por edificação e a divisa do lote;

IV – Taxa de Ocupação: é a proporção entre a área máxima da edificação projetada sobre o lote e a área deste mesmo lote, a ser calculada conforme a fórmula abaixo, sendo que não serão computados para efeito de cálculo da taxa de ocupação:

- a) hall de entrada, área de escadaria e poço de elevador;

- b) sacadas não vinculadas a área de serviço;
- c) beiral com até 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- d) marquises;
- e) pérgulas de até 5,00m (cinco metros) de largura;
- f) áreas destinadas obrigatoriamente à circulação e estacionamento de veículos;

V – Taxa de Permeabilidade: é a proporção de área do lote que não recebe pavimentação para absorção de águas pluviais.

§ 3º Dos usos do solo urbano:

- I – Uso Permitido: é o uso adequado às zonas, sem restrições;
- II – Uso Permissível: é o uso passível de ser admitido nas zonas, a critério do órgão responsável do Município e do Conselho de Desenvolvimento Municipal.
- III – Uso Proibido: uso inadequado às zonas.

§ 4º Da terminologia:

- a) Alvará de Construção: documento expedido pelo Município que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização;
- b) Consulta de Viabilidade Técnica: documento indispensável, prioritário de encaminhamento à municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona;
- c) Alvará de Localização e Funcionamento: documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade, sujeita à regulação por Lei;
- d) Habite-se: autorização concedida pelo Município para utilização de uma edificação;
- e) Ampliação ou Reforma em Edificações: obra destinada a benfeitorias em edificações já existentes, sujeitas também a regulamentação pelo Código de Obras do Município;
- f) Equipamentos Comunitários: são os equipamentos de uso público de educação, cultura, saúde, lazer, segurança, assistência social, treinamento profissional, associativismo e similares, quando pertencentes ao Poder Público;
- g) Equipamentos Urbanos: são os equipamentos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica, coleta de lixo, gás canalizado, estações de abastecimento e de tratamento de efluentes domésticos e industriais;
- h) Faixa de Proteção e Drenagem: faixa paralela a um curso d'água medida a partir de sua margem, destinada à proteção de erosão e a amenizar o problema das cheias;
- i) Regime Urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno;
- j) Faixa de Domínio: área contígua marginal às vias de tráfego intermunicipal e interestadual, e paralelas às redes de energia de alta tensão, sendo vedada a construção, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 2º. O controle do uso e da ocupação do solo tem por objetivos:

- I – estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência nas relações do homem com o ambiente, e das atividades que os permeia;
- II – promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético, paisagístico, naturais ou culturais;
- III – prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com a necessidade de crescimento ordenado;
- IV – compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;
- V – aplicar os instrumentos jurídicos da Outorga Onerosa, do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir, IPTU Progressivo, Estudo do Impacto de Vizinhança, Direito de Preempção e outros previstos na Lei do Plano.

## CAPÍTULO II DO ZONEAMENTO

Art. 3º. O Zoneamento consiste na divisão do território em macrozonas e zonas, estabelecendo as diretrizes para o uso e ocupação do solo do município, tendo como referência as características dos ambientes natural e construído.

§ 1º As macrozonas são unidades territoriais contínuas que fixam os princípios fundamentais do uso e ocupação do solo em concordância com a política do desenvolvimento físico-territorial, definido uma visão de conjunto que integra todo o município.

§ 2º As zonas são subdivisões das macrozonas em unidades territoriais que servem como referencial mais detalhado para a definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, definindo as áreas de interesse de uso onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação.

### SEÇÃO I DAS MACROZONAS

Art. 4º. O território do município de Catanduvas fica dividido em cinco macrozonas:

- I – MU: Macrozona Urbana, que corresponde à porção urbanizada do território com ocupação mais densa e consolidada;
- II – MR: Macrozona Rural, que corresponde às áreas localizadas fora do perímetro urbano com característica agropecuária;
- III – MEUM: Macrozona de Expansão Urbana Mista, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de uso misto, localizada na região de entorno da nova proposição de perímetro urbano, conforme Mapa de Macrozoneamento;
- IV – MEUR: Macrozona de Expansão Urbana Residencial, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de uso residencial, localizada na região do entorno da nova proposta do Perímetro Urbano;
- V – MUI: Macrozona Urbana Industrial, que corresponde à áreas passíveis de expansão urbana, como áreas especificamente industriais, definidas por uma porção de área a Sudoeste do Perímetro Urbano.

**A. P.**

§ 1º Os perímetros dos elementos do Zoneamento estão definidos nos Mapas de Macrozoneamento constante do Anexo III e Mapa de Zoneamento constante no Anexo IV, parte integrante desta lei.

Art. 5º. São objetivos da Macrozona Urbana:

- I – controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas com melhores condições de urbanização, adequando-o à infraestrutura disponível;
- II – possibilitar a instalação de uso misto;
- III – orientar os planos, projetos e ações, relacionados à implantação e manutenção da infraestrutura;
- IV – implantar novos usos e atividades, inclusive o habitacional de interesse social;
- V – incrementar a capacidade da infraestrutura de saneamento;
- VI – implantar os espaços de lazer, preferencialmente de uso público;
- VII – melhorar a integração as áreas consolidadas e demais;
- VIII – reordenar os usos e atividades existentes a fim de evitar conflitos;
- IX – incentivar a ocupação de vazios urbanos.

Art. 6º. A Macrozona Urbana é delimitada pela área do novo perímetro urbano definido neste Plano Diretor, sendo subdividida nas seguintes Zonas:

- ZCP – Zona Comercial Predominante
- ZCC – Zona de Corredor Comercial



ZMD1 – Zona Mista Diversificada 1  
ZMD2 – Zona Mista Diversificada 2  
ZII – Zona de Interesse Industrial  
ZIR1 – Zona de Interesse Residencial 1  
ZIR2 – Zona de Interesse Residencial 2  
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social  
ZPP – Zona de Preservação Permanente – Áreas não Consolidadas

§ 1º As zonas são delimitadas por limites do perímetro urbano, vias e por divisa de lotes e cursos d'água.

§ 2º O Regime Urbanístico para os lotes de ambos os lados das vias que limitam zonas diferentes, serão os da Zona de Parâmetro Urbanístico menos restritivo.

§ 3º Para efeito do parágrafo anterior, a profundidade considerada não será superior à profundidade média dos lotes da zona.

Art. 7º. A Zona Comercial Predominante tem por objetivo incentivar a instalação de atividades comerciais e de prestação de serviços, fortalecendo a área comercial existente, compatibilizando com a infraestrutura e sistema viário existente, viabilizando maior adensamento. A Zona Comercial Predominante é delimitada pela área central da cidade, conforme delimitações do Mapa de Zoneamento, Anexo IV, desta Lei.

Parágrafo Único. As empresas de grande e médio porte instaladas nesta zona, terão um prazo de 20(vinte) anos para sair da mesma.

Art. 8º. A Zona de Corredor Comercial tem por objetivo incentivar a instalação de atividades comerciais e de prestação de serviços, nas ruas que servem de ligação entre bairros, compatibilizando com a infraestrutura e sistema viário existente, viabilizando maior adensamento, possibilitando uma maior independência dos bairros em relação a área central, servindo como eixos de mobilidade urbana. A Zona de Corredor Comercial é delimitada pelos lotes que fazem frente para as ruas: Duque de Caxias, Celina Leon Carl, Santa Catarina e parte da SC 355.

Art. 9º. A Zona Mista Diversificada tem por objetivo concentrar atividades de uso misto e diverso de natureza comercial, prestação de serviços e indústrias de baixo impacto ambiental e outros compatíveis, toleráveis e admissíveis, dadas as condições de acessibilidade.

Parágrafo Único. A Zona Mista Diversificada, subdivide-se em:  
ZMD 1 – Zona Mista Diversificada 1 – que corresponde a uma faixa urbanizada para cada lado do eixo da BR 282 a partir do trevo da ZII (BRF Foods – Perdigão) até a ZPP-I que faz divisa com a Ervateira Regina LTDA, conforme Mapa de Zoneamento, Anexo IV.  
ZMD 2 – Zona Mista Diversificada 2 – que corresponde a uma faixa de 160,00m para cada lado do eixo da BR 282, no sentido Noroeste no trevo da ZII (BRF Foods – Perdigão) até o limite do perímetro urbano sentido Vargem Bonita, e uma faixa de 160,00m para cada lado do eixo da BR 282, no sentido Sudeste, a partir da ZPP-I que faz divisa com a Ervateira Regina LTDA até o limite do Município no sentido para Joaçaba. A ZMD-II também compreende uma faixa de 160,00m ao longo da SC 355, delimitada a partir do terreno do Distrito Industrial 01 até o limite do perímetro urbano no sentido para Água Doce, conforme Mapa de Zoneamento, Anexo IV.

Art. 10. A Zona de Interesse Industrial tem por objetivos estabelecer normas para construção de indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais Zonas. A ZII é delimitada por quatro áreas distintas: a primeira delimitada pelo terreno pertencente a BRF Foods – Perdigão, a segunda delimitada no sentido Sudeste do município, no Condomínio Industrial particular, próximo ao trevo de Jaborá e SC 355 delimitada a partir da faixa da ZMD-I até o limite do perímetro urbano, a terceira ZII é a área do Distrito Industrial 01,

na SC 355, sentido Água Doce e, a quarta ZII é a área do Distrito Industrial 02, próximo a divisa com Joaçaba.

Art. 11. A Zona de Interesse Residencial tem por objetivo destinar prioritariamente a instalação de residências visando um adensamento baseado no dimensionamento das redes de infraestrutura urbana, do sistema viário e configuração da paisagem.

Parágrafo Único. A Zona de Interesse Residencial, subdivide-se em:  
ZIR 1 – Zona de Interesse Residencial I – que corresponde as áreas compreendidas pelo traçado original do Município, ao entorno da ZCP, sendo limitadas pelos lotes que fazem frente pelas ruas: no sentido Leste, Rua Estelita Dias de Castro Grotto. No sentido Norte, divisa com a ZIR2 e SERP, Rua Otília Bittencourt, parte da Estrada Municipal que vai para Pedra Lisa, Rua Valentim Bittencourt e Rua Venceslau Braz. No sentido Oeste, Rua Senador Feijó e no sentido Sul, Rua Júlio de Castilhos.

ZIR 2 – Zona de Interesse Residencial II – que corresponde as áreas compreendidas pelo restante do atual proposta do Perímetro Urbano, excetuando as demais zonas, conforme Mapa de Zoneamento, Anexo IV, parte integrante desta Lei.

Art. 12. A Zona de Especial de Interesse Social tem por objetivo destinar prioritariamente a produção de Habitações de Interesse Social e ampliação de equipamentos urbanos beneficiando a população de menor renda. A ZEIS é delimitada no sentido Leste com a Estrada Municipal que vai para Pedra Lisa e terreno pertencente à família Broll, a Oeste com o Limite do do perímetro urbano. No sentido Norte faz divisa com a ZPP, e ao Sul com terras pertencentes à C. H. Sebaldo Knuz.

Parágrafo Único – Novas ZEIS poderão ser demarcadas sempre que necessário, em qualquer área, sem Audiência Pública, porém, estas novas áreas deverão ser aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 13. A Zona de Preservação Permanente tem por objetivo proteger as áreas definidas como preservação ao longo dos rios, nascentes e encostas. A Zona de Preservação Permanente é delimitada por uma faixa de 30,0(trinta) metros para cada lado dos rios e córregos, e um raio de 50,0 (cinquenta) metros nas nascentes, salvo legislações superiores.

§ 1º Ficam proibido qualquer uso, salvo a execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de Interesse Social, com prévia autorização de órgão ambiental, após realização de estudos ambientais pertinentes nas áreas:

§ 2º Serão permitidas reformas em prédios existentes nesta zona, sem acréscimo de área.

§ 3º Os rios canalizados deverão respeitar uma faixa de 5,0 (cinco) metros de preservação permanente.

§ 4º Considera-se canalizados os rios que tem fechamento lateral e superior.

Art. 14. São objetivos da Macrozona Rural:

I – garantir o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos;

II – garantir a proteção dos mananciais;

III – garantir a preservação ambiental e o uso cuidadoso dos recursos naturais;

IV – promover o desenvolvimento econômico sustentável;

V – incentivar o desenvolvimento das atividades agropecuárias;

VI – promover e incentivar a diversificação da Propriedade Rural;

VII – dotar a Macrozona Rural de infraestrutura básica;

VIII – incentivar o desenvolvimento do turismo rural.

IX – na Macrozona Rural será incentivado a construção de cisternas,



para aproveitamento da água da chuva.

Art. 15. A Macrozona Rural é delimitada pela área rural do município, com características de desenvolvimento de atividade agropecuária.

Art. 16. São objetivos da Macrozona de Expansão Urbana Mista:  
I - Direcionar e incentivar o adensamento, após a ocupação da zona urbana consolidada;  
II - Promover ações de estruturação viária com vistas a propiciar o desenvolvimento ordenado;  
III - Viabilizar a regularização urbanística e fundiária de área irregulares;  
IV - Implantação e qualificar a infraestrutura urbana;  
V - Conservar os recursos naturais;  
VI - Implantar novos usos e atividades, incentivando o uso misto.

Art. 17. A Macrozona de Expansão Urbana Mista é delimitada por parte da diferença entre a área do perímetro urbano atual do município e a sua nova delimitação de perímetro urbano pós aprovação do Plano Diretor, sentido sudoeste, até a SC 355, sentido Jaborá. E, uma faixa de 160,0m para cada lado do eixo da Estrada Municipal que vai até o Distrito Industrial 02.

Parágrafo Único. Na Macrozona de de Expansão Urbana Mista, ficam proibidos o aumento das atividades agropecuárias, tendo as existentes, seu direito adquirido.

Art. 18. São objetivos da Macrozona de Expansão Urbana Residencial:  
I - Direcionar e incentivar o adensamento, após a ocupação da zona urbana consolidada;  
II - Promover ações de estruturação viária com vistas a propiciar o desenvolvimento ordenado;  
III - Viabilizar a regularização urbanística e fundiária de área irregulares;  
IV - Implantação e qualificar a infraestrutura urbana;  
V - Conservar os recursos naturais;  
VI - Implantar novos usos e atividades, incentivando o uso residencial.

Art. 19. A Macrozona de Expansão Urbana Residencial é delimitada por áreas localizadas na região do entorno da nova proposta do perímetro urbano à Norte, Leste e Oeste.

Parágrafo Único. Na Macrozona de de Expansão Urbana Residencial, ficam proibidos o aumento das atividades agropecuárias, tendo as existentes, seu direito adquirido.

Art. 20. São objetivos das Macrozonas Urbana Industrial:  
I - Promover o Desenvolvimento Econômico e social sustentável;  
II - Conservar os Recursos Naturais;  
III Ampliar a infraestrutura, incentivando a instalação de novas empresas de uso industrial.

Art. 21. A Macrozona Urbana Industrial é delimitada por áreas localizadas na região do entorno da nova proposta do perímetro urbano à Sudoeste.

Parágrafo Único. Na Macrozona de de Expansão Urbana Industrial, ficam proibidos o aumento das atividades agropecuárias, tendo as existentes, seu direito adquirido.

### CAPÍTULO III DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Art. 22. Em todo o edifício ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

I – quota de 6,0m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) por unidade de moradia, nunca menor que 40,0m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), podendo ser subdividida em no máximo 02 (duas) áreas;  
II – localização em área isolada sobre os terraços, ou no térreo, desde que protegidas de ruas, locais de acesso a veículos e de estacionamento;  
III – superfície permeável com areia ou grama de no mínimo de 12m<sup>2</sup> (doze metros quadrados), incluída na quota estipulada no inciso I.

Art. 23. As áreas mínimas destinadas ao estacionamento de veículos estão estabelecidas em função do uso da Tabela II - Garagem / Vagas de Estacionamento, Anexo VII, parte integrante a esta Lei.

Art. 24. A fim de garantir o estacionamento dos veículos particulares fora das vias públicas, serão exigidas vagas de estacionamento em garagens, abrigos ou áreas descobertas, de conformidade com a Tabela II - Garagem / Vagas de Estacionamento, Anexo VII parte integrante desta Lei.

§ 1º As vagas devem possuir dimensões mínimas de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) x 5,00m (cinco metros), devidamente demonstrados no projeto, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo, ou equivalente a 12,50m<sup>2</sup> (doze e cinquenta metros quadrados) por vaga, incluindo área necessária à manobra.

§ 2º Nas garagens ou estacionamentos de usos coletivos, será admitido que as vagas sejam vinculadas entre si, quando se tratar das vagas da mesma unidade.

§ 3º O número de vagas para o uso de atividades não especificadas na Tabela II – Garagens / Vagas de Estacionamento, Anexo VII será calculado por analogia.

§ 4º Deverão ser demarcados os acessos por meio de rebaixo de meio fio, admitindo-se, no máximo 2 (dois) acessos, entrada e saída, com no mínimo 3,00 m (três metros) de largura cada um.

§ 5º Os espaços destinados aos estacionamentos e pátios de carga e descarga, deverão estar situados totalmente dentro dos limites do lote.

Art. 25. Os espaços destinados à garagem ou estacionamento não poderão sofrer modificações de uso.

Art. 26. No cálculo do número mínimo de vagas de estacionamento deverão ser reservadas vagas para deficientes físicos, localizadas próximo das entradas dos edifícios destinados aos usos comerciais e de serviços públicos, com largura mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) e comprimento de 5,00m (cinco metros), nas seguintes proporções:  
I – até 25 vagas: 1 vaga;  
II – de 25 a 50 vagas: 2 vagas;  
III – de 51 a 75 vagas: 3 vagas;  
IV – de 76 a 100 vagas: 4 vagas;  
V – de 101 a 150 vagas: 5 vagas;  
VI – de 151 a 200 vagas: 6 vagas;  
VII – de 201 a 300 vagas: 7 vagas;  
VIII – mais de 300 vagas: 8 vagas e mais uma para cada 100 (cem) vagas ou fração.

Art. 27. Para as edificações já existentes até a data de aprovação desta Lei, que forem objeto de obras de reforma, sem ampliação da área construída, mesmo com mudança de uso não será exigido o provimento de vagas de estacionamento, devendo permanecer as vagas de garagem pré-existentes.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no artigo anterior, não se aplica para os usos: Uso 5B, Uso 6, Uso 7 e especificamente para

bancos.

§ 2º As edificações de que trata o caput deste artigo, que recebam obras de ampliação da área construída, será exigido o provimento de vagas de estacionamento, calculado sobre a área acrescida, na proporção estabelecida na Tabela II - Garagem / Vagas de Estacionamento, Anexo VII, parte integrante desta Lei.

§ 3º As vagas de estacionamento de que trata o parágrafo anterior, poderá localizar-se em outro imóvel, a uma distância máxima de 100,00m (cem metros), desde que vinculada à edificação, por intermédio de averbação na escritura pública anterior ao registro da ampliação.

#### CAPÍTULO IV DA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 28. A classificação e a relação dos usos do solo do município de Catanduvas constam no Anexo VI, parte integrante desta Lei.

#### CAPÍTULO V DOS RECUOS E AFASTAMENTOS

Art. 29. Os recuos frontais e afastamentos laterais e de fundos mínimos de cada edificação, com relação ao alinhamento predial e às divisas laterais e de fundos, serão sempre tomadas perpendicularmente em relação às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação, devendo ser respeitados, conforme Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Anexo V desta Lei.

§ 1º Em terrenos com alicve/declive maior que 30%(trinta por cento), não terão obrigatoriedade de respeitar os recuos frontais, desde que respeitados as declividades máximas permitidas.

§ 2º Os proprietários de terras fronteiriças as estradas municipais, terão um prazo de 4 (quatro) anos para se adequarem aos recuos estabelecidos no Mapa dos Eixos de Desenvolvimento, para as estradas municipais.

Art. 30. Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, devendo ser tratados como áreas verdes conforme taxa de permeabilidade especificada na Tabela I – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, desta lei, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I – muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;

II – garagem ou estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampas de acesso no afastamento frontal com declividade de até 30% (trinta por cento), sendo vedada qualquer edificação sobre a mesma;

III – varandas ou coberturas para abrigos, no recuo de fundos e/ou num dos afastamentos laterais, vedado, porém, o seu fechamento frontal, podendo a cobertura ser utilizada como terraço, vedada qualquer edificação sobre a mesma;

IV – central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

V – edícula ocupando os recuos laterais e de fundos,

VI – poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

VII – sacadas desde que não vinculadas à área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da(s) divisa(s).

Art. 31. Nos terrenos de esquina deverão ser respeitados os recuos frontais, nas duas vias de acordo com a Tabela I- De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Anexo V desta Lei.

#### CAPÍTULO VI DOS ALVARÁS

Art. 32. Nos casos de edificações irregulares, antigas ou não, sua regularização se fará mediante a apresentação de documentos exigidos pelos órgãos federais, estaduais competentes, documento de posse do imóvel, projeto arquitetônico e hidrosanitário da edificação e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de profissional habilitado:

I – o setor competente do Município emitirá parecer favorável ou não à regularização da edificação com base nos projetos e laudos técnicos apresentados;

II – no caso de parecer desfavorável à regularização, o Município exigirá as adequações necessárias, as quais deverão ser executadas e vistoriadas para a emissão do habite-se.

Art. 33. Para as edificações existentes que contrariam as disposições de permeabilidade, taxa de ocupação e índice de aproveitamento, poderão ser aprovados mediante apresentação de laudo técnico que comprove a existência da edificação em data anterior à aprovação desta Lei.

§ 1º Será proibida a ampliação nas edificações cujos usos contrariem as disposições desta Lei.

§ 2º A concessão de alvará para construir ou ampliar obra residencial, comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente poderá ocorrer com observância das normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidos na Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, parte integrante desta Lei.

Art. 34. Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 06 (seis) meses, a partir da data de publicação desta Lei.

§ 1º Uma construção é considerada iniciada se as fundações e baldrames estiverem concluídos.

§ 2º Todos projetos protocolados até publicação desta Lei, para sua aprovação, serão levados em consideração as regras da Lei vigente na época do protocolo.

Art. 35. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente serão concedidos desde que observadas as normas estabelecidas nesta Lei, quanto ao uso do solo previsto para cada zona.

Art. 36. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, serão concedidos sempre a título precário.

Parágrafo único. Os alvarás a que se refere o presente artigo poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes, contrariando as disposições desta Lei, ou demais Leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

Art. 37. A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Para as mudanças de ramo, poderão ser dispensadas, desde que plenamente justificadas, as vagas de garagem/estacionamento.

Art. 38. A permissão para a localização de qualquer atividade

considerada como perigosa, nociva ou incômoda, dependerá da aprovação do projeto completo, se for o caso, pelos órgãos competentes da União, do Estado e do Município, além das exigências específicas de cada caso, podendo ser aplicado o instituto legal da Outorga Onerosa do Direito de Construir, Estudo de Impacto de Vizinhança e de alteração de uso, conforme Lei Municipal específica baseada neste Plano Diretor.

Parágrafo único. São consideradas perigosas, nocivas e incômodas aquelas atividades que por sua natureza:

- I – coloquem em risco pessoas e propriedades circunvizinhas;
- II – possam poluir o solo, o ar e os cursos d'água;
- III – possam dar origem a explosão, incêndio e trepidação;
- IV – produzam gases, poeiras e detritos;
- V – impliquem na manipulação de matérias-primas, processos e ingredientes tóxicos;
- VI – produzam ruídos e conturbem o tráfego local.

Art. 39. Toda a atividade considerada de grande porte dependerá de aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal para a sua localização.

Parágrafo único. É atribuição do Conselho, estabelecer, por resolução, quanto ao Porte Pequeno, Médio ou Grande, as atividades comerciais, prestação de serviços ou industriais.

## TÍTULO II

### DO PARCELAMENTO DO SOLO

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. As normas de parcelamento do solo prevista nesta Lei são de cumprimento obrigatório por todos os proprietários de imóveis, sejam estas pessoas de direito público ou de direito privado, sem prejuízo da observância à Legislação superior vigente que regule a matéria, seja em âmbito federal ou estadual, em especial a Lei Federal N.º 6766/79 com alterações dadas pela Lei 9785/99, e Lei Estadual 6063/82 e suas alterações, bem como, ainda as demais normas que as substituam ou complementarem.

§ 1º A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos, no âmbito do Município, depende de aprovação pelo Poder Público.

§ 2º As normas de parcelamento do solo estarão submetidas à regulamentação própria nos casos de regularização de parcelamentos clandestinos ou irregulares implantados no Município, bem como nos casos de empreendimentos de habitação de interesse social com intervenção do Poder Público Municipal.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

- a) Loteamento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos, ou prolongamento, modificação, ou ampliação das vias existentes;
- b) Desmembramento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;
- c) Remembramento é a junção de dois ou mais lotes para formar apenas um imóvel;
- d) Desdobro é a divisão de um lote urbano destinado e já individualizado em dois ou mais lotes, em unidades autônomas, desde que cumpridos os requisitos de metragem total e de testadas previstas no artigo 64 desta Lei.

§ 4º Os loteamentos e desmembramentos somente serão admitidos se deles resultarem lotes edificáveis, de acordo com o estabelecido

nas Macrozonas de Expansão Urbana e Zonas Urbanas estabelecidas na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 41. Os Parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona de Expansão Urbana de acordo com os Limites e Parâmetros fixado na Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo IV e nos Mapas de Macrozoneamento e Zoneamento, constante nos Anexos II e III da presente Lei.

Art. 42. Os Loteamentos serão divididos em três categorias:

- I – Loteamentos Convencionais;
- II – Loteamentos Populares;
- III – Loteamentos de Interesse Social.

§ 1º Loteamentos Convencionais são aqueles em que se exige a implantação de infraestrutura completa, sendo os mesmos realizados por particulares.

§ 2º Loteamentos Populares são aqueles em que são feitas exigências menores no tamanho dos lotes, visando o barateamento do custo da terra para classes menos favorecidas, devendo ter a participação do Poder Público, através dos Instrumentos de Consórcio Imobiliário e da Operação de Interesse Social e Operações Urbanas Consorciadas, conforme estabelecido na Lei do Plano Diretor, Capítulos VIII e IX, podendo ser vendido somente para pessoas de baixa renda e que não possuam outra propriedade, devendo para tanto ter anuência do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 3º Loteamentos de Interesse Social são aqueles executados pelo Poder Público ou com promoção a ele vinculada, que deverá providenciar a implantação da infraestrutura, com o fim de resolver problemas de assentamento de populações de baixa renda.

§ 4º Os Loteamentos de Interesse Social e os Loteamentos Populares só poderão ser realizados nas Zonas Especiais de Interesse Social.

§ 5º Lei Municipal específica tratará da concessão de incentivos fiscais ao empreendedor que prover o Loteamento Popular com infraestrutura mínima ( vias de circulação, com meio fio, rede de escoamento de águas pluviais, rede de abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar, rede de esgoto, iluminação pública, pavimentação no mínimo calçamento)

#### CAPÍTULO II

#### DAS DEFINIÇÕES E OBJETOS

Art. 43. Para efeito de aplicação das normas de parcelamento são adotadas as seguintes definições:

- I – área Total do Parcelamento é a área que o loteamento, desmembramento ou remembramento abrange;
- II – área de Domínio Público é a área ocupada pelas vias de circulação, ruas, avenidas, praças, jardins, parques e bosques. Estas áreas, em nenhum caso poderão ter seu acesso restrito;
- III – área Total de Lotes é a resultante da diferença entre a área do parcelamento e a área de domínio público;
- IV – arruamento é o ato de abrir via ou logradouro destinado à circulação ou utilização pública;
- V – desmembramento é a subdivisão de áreas em lotes com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;
- VI – equipamentos comunitários são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;
- VII – equipamentos urbanos são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;
- VIII – faixa não edificável, área do terreno onde não será permitida

qualquer construção;

IX – loteamento é a subdivisão de áreas em lotes, com abertura e efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento ou modificação das vias existentes;

X – remembramento é a fusão de lotes com aproveitamento do sistema viário existente;

XI – via de circulação, é a via destinada a circulação de veículos e pedestres.

Art. 44. As normas de Parcelamento do Solo têm como objetivos:

I – orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique parcelamento do solo para fins urbanos;

II – prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;

III – evitar a comercialização de lotes desprovidos de condições para o desempenho de atividades urbanas;

IV – assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos.

### CAPÍTULO III

#### DAS ÁREAS PARCELÁVEIS E NÃO PARCELÁVEIS

Art. 45. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas definidas em Lei Municipal de Perímetro Urbano e na Macrozonas de Expansão Urbana.

Parágrafo Único. Na Zona Rural, só será admitido o parcelamento com a prévia anuência do Município e aprovação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ou dos órgãos Estadual e Federal de controle do meio ambiente, conforme Legislação Federal.

Art. 46. Não será permitido o parcelamento do solo:

I – em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;

II – nas nascentes, mesmo os chamados “olhos d’água”, seja qual for a sua situação topográfica;

III – em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;

IV – nas partes do terreno com declividade acima de 30% (trinta por cento), salvo nas condições onde o terreno for superior a 600,00 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados) limitada a declividade de até 40% (quarenta por cento), com uso limitado, conforme regulamentação posterior;

V – em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo o Município exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;

VI – em terrenos situados em fundos de vale essenciais para o escoamento das águas e abastecimento público, a critério do órgão estadual competente e a anuência do Município;

VII – em terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológicas, de acordo com a resolução da Legislação Federal e Estadual;

VIII – em terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;

IX – em faixa de 15,00m (quinze metros) para cada lado das redes de alta tensão, rodovias, ferrovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos competentes;

X – em terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana;

XI – em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas exigências específicas dos órgãos competentes;

XII – em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;

XIII – em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais;

XIV – em distância mínima de 50,00m (cinquenta metros) das

estações de tratamento de esgoto.

### CAPÍTULO IV

#### DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS

Art. 47. Os loteamentos deverão atender os seguintes requisitos:

I – só poderão ser loteadas áreas com acesso direto a via pública em boas condições de trafegabilidade a critério do Município;

II – o proprietário cederá ao Município, sem ônus para este, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área utilizável à lotear e, destes, devem ser destinadas, no mínimo, 8% para uso institucional, bem como a espaços livres de uso público, salvo loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores que 1.000m<sup>2</sup> (um mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida, assim distribuídas:

III – em loteamentos industriais quando se tratar de interesse público, a porcentagem cedida ao Município poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) com mínimo de 20% (vinte por cento) após análise e aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

IV – as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local;

V – todo o projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que o Município indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da cidade;

VI – os parcelamentos situados ao longo de Rodovias Federais e Estaduais, deverão conter ruas marginais paralelas a faixa de domínio das referidas estradas com largura mínima de 12,00m (doze metros);

VII – as áreas mínimas dos lotes bem como as testadas, válidas para lotes em novos loteamentos e para desmembramentos e remembramentos, são as estipuladas na Tabela I De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano - Anexo V, parte integrante desta lei;

VIII – os requisitos mínimos de acessibilidade às áreas de uso público estão determinados no Código de Edificações do Município.

§ 1º O Município para aprovação do loteamento a reserva de faixa não edificável, quando conveniente e necessário na frente, lado ou fundo do lote para rede de água e esgoto e outros equipamentos urbanos.

§ 2º Os lotes de esquina terão obrigatoriedade de acréscimo em sua área de 25% (vinte e cinco por cento) e testada de, no mínimo, 15m (quinze metros).

§ 3º Nos desmembramentos dos quais resultem até 5 (cinco) lotes, fica o proprietário isento da obrigação da cessão de áreas públicas ao município.

### CAPÍTULO V

#### DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO

Art. 48. A abertura de qualquer via ou logradouro público deverá obedecer às normas desta Lei e dependerá de aprovação prévia do Município.

Art. 49. Na área urbana as seções transversais, longitudinais e dimensionamento das ruas serão definidas conforme hierarquização viária definida nos Artigos 47 e 48 desta Lei.

Art. 50. As vias que integram o sistema viário do Município de Catanduvas ficam assim classificadas funcionalmente de acordo com suas características:

I – Avenida Principal;

II – Avenidas;

III – Vias Arteriais;

IV – Vias Locais.



Art. 51. As vias a que se refere o artigo anterior deverão respeitar as seguintes dimensões:

§ 1º Na Sede do Município, as vias deverão ser classificadas como:  
I – AVENIDA PRINCIPAL: Não menos que 50,00m (cinquenta metros), sendo o canteiro central 24,00m (vinte e quatro metros), 7,00m (sete metros) de pista para cada lado do canteiro, 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) de estacionamento para cada lado da avenida, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de ciclovia e 2,00m (dois metros) de passeio público para cada lado, devendo nesta, mesmo afastada da área urbanizada, manter a metragem, em novos loteamentos;

II – AVENIDAS: Não menos que 26,00m (vinte e seis metros), sendo o canteiro central 2,00m (dois metros), 7,00m (sete metros) de pista para cada lado do canteiro, 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) de estacionamento para cada lado da avenida, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de ciclovia e 2,00m (dois metros) de passeio público para cada lado;

III – VIAS ARTERIAIS: Não menos que 17,50m (dezeete metros e cinquenta centímetros), sendo 7,00m (sete metros) de pista, 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) de estacionamento para cada lado e 2,00m (dois metros) de passeio público para cada lado;  
IV – VIAS LOCAIS: Não menos que 15,00m (quinze metros), sendo 6,00m (seis metros) de pista, 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) de estacionamento para cada lado e 2,00m (dois metros) de passeio público para cada lado.

§ 2º Os loteamentos novos que não estão na continuidade do traçado original da cidade, deverão segui-los, porém, deverão utilizar a metragem citada acima.

§ 3º Por sua peculiaridade, na Avenida Principal, a área do canteiro central pode entrar no cômputo dos 8% para uso institucional, bem como à espaços livres de uso público, nos novos loteamentos.

Art. 52. As vias de circulação só poderão terminar nas divisas da gleba a lotear, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo ou interessar ao desenvolvimento urbano do Município.

Parágrafo único. Quando não houver previsão de continuidade da estrutura viária pelo Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, esta deverá terminar em praça de retorno.

Art. 53. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de praça de retorno com raio igual ou superior a largura da caixa de rua.

Art. 54. As vias projetadas e previstas serão definidas em Lei Complementar, e deverão ser observadas quando da aprovação de um projeto de parcelamento.

Art. 55. Os loteamentos com testada para a Rodovia Federal e Estadual deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo órgão competente, sob pena de serem indeferidos. Parágrafo único. Os acessos de que trata este artigo deverão ser sinalizados, e terem tratamento paisagístico conforme normas estabelecidas pelo Município.

Art. 56. Todas as vias de circulação a serem projetadas e construídas devem atender os seguintes requisitos:

I – a declividade longitudinal máxima permitida será de 25% (vinte cinco por cento) e a mínima não poderá ser inferior a 1% (um por cento);

II – a declividade transversal máxima permitida será de 4% (quatro por cento) e a mínima de 2% (dois por cento) e esta poderá ser do centro da caixa de rua para as extremidades, ou de uma extremidade da caixa para outra.

§ 1º Nos movimentos de terra ocasionados pela implantação das vias, deverão ser previstas obras e tratamentos de superfície para conter a erosão.

§ 2º Nas áreas onde houver necessidade da retirada da cobertura vegetal existente, deverão ser projetadas obras de contenção de erosão.

Art. 57. A largura da via que constituir prolongamento de outra já existente, ou constante de plano de loteamento já aprovado pelo Município, não poderá ser inferior a largura desta, ainda que pela função e características possa ser considerada de categoria inferior.

Art. 58. Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de raio mínimo.

Art. 59. A identificação das vias e logradouros públicos, antes de sua denominação oficial, poderá ser feita por meio de números.

Art. 60. Os passeios públicos, vias destinadas a circulação exclusiva de pedestres deverão possuir largura mínima de 2,0m (dois metros) de cada lado e declividade máxima de 25% (vinte e cinco por cento), a partir desta inclinação deverão ser utilizadas escadas de acordo com projeto e/ou normas estabelecidas pelo Município.

Art. 61. Quando da ocupação de terrenos lindeiros as vias do sistema viário básico, com previsão de alargamento, deverá ser observado o nível do pavimento futuro da via para definição dos acessos da edificação, uma vez que estes não poderão ter rampas ou escadas dentro da área de alargamento da via.

Art. 62. A colocação de postes e caixas de passagem das vias com previsão de alargamento deverão ocorrer fora da área de alargamento da via, sempre que viável, ficando assim localizados dentro do passeio oficial previsto para esta via.

## CAPÍTULO VI DAS QUADRAS E LOTES

Art. 63. Na área urbana, as quadras normais não poderão ter comprimento superior a 140,00 m (cento e quarenta metros), salvo quando para incorporar no traçado do sistema viário existente, desde que não ultrapasse o dobro desta exigência e determinado pelo Município.

Art. 64. Para efeito desta lei, os parâmetros para o dimensionamento dos lotes na área urbana, sejam eles de propriedade pública ou privada, deverão observar o estabelecido na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei.

Art. 65. O lote mínimo para efeito de novas aprovações de parcelamento no Município é de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados) de área com testada mínima de 12,00 m (doze metros) e profundidade mínima de 30,00 m (trinta metros).

§ 1º Os parâmetros de que trata este artigo poderão ser alterados em casos de lotes com figura geométrica de forma irregular, desde que, possuam testada não inferior a 12,00 m (doze metros) e profundidade média de 16,00 m (dezesseis metros).

§ 2º As ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, terão lote mínimo de 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) de área com testada mínima de 10,00m (dez metros).

Art. 66. Serão permitidas construções ou edificações em lotes existentes que não se encontram nos parâmetros estabelecidos nesta Lei, devendo ser respeitados os índices de aproveitamento



e gabarito estabelecidos na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei, para os lotes mínimos da respectiva zona.

Art. 67. Quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, poderá haver redução das exigências das Normas Técnicas desta Lei Complementar, sendo que:

I – o lote poderá ter a área reduzida para no mínimo 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) e testada mínima de 10,00m (dez metros);

II – a localização deste deverá obedecer ao mapa de Zoneamento, Anexo IV desta Lei, bem como ser aprovado pelo Município.

Art. 68. Para locação de equipamentos urbanos e serviços públicos será permitido o Parcelamento do Solo com áreas inferiores às fixadas por esta Lei, desde que com aprovação de uso pelo Município.

Art. 69. Nenhum lote terá como testada principal, vias de circulação exclusiva para pedestres.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica as ruas existentes por ocasião da aprovação desta Lei, que venham a ser transformadas pelo poder público em vias exclusivas para pedestres.

## CAPÍTULO VII DA INFRAESTRUTURA

Art. 70. Para os efeitos desta lei, a infraestrutura será composta por:

I – vias de circulação, com meio-fio;

II – escoamento das águas pluviais;

III – rede para abastecimento de água potável;

IV – energia elétrica pública e domiciliar;

V – rede coletora de esgoto e estação de tratamento, quando não houver possibilidade, de ligação da rede à rede municipal existente ou em projeto, sendo possível a instalação de tratamento individual, com fossa, filtro e sumidouro, até haver volume suficiente para uma estação de tratamento ou ligação a rede pública;

VI – iluminação pública, com lâmpadas de LED, conforme padrão da concessionária vigente;

VII – pavimentação asfáltica das vias de circulação com sinalização;

VIII – Passeio público pavimentado, com no mínimo, base de concreto para receber o revestimento padrão.

Art. 71. Enquanto o parcelamento do solo estiver em fase de implantação da infraestrutura, será dever e responsabilidade do promotor do parcelamento do solo urbano a conservação das vias de circulação.

## CAPÍTULO VIII DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 72. O interessado em elaborar projeto de loteamento deverá solicitar ao Município, em consulta prévia, a viabilidade do mesmo e as diretrizes para uso do solo urbano e sistema viário, apresentando para este fim os seguintes elementos:

I – requerimento assinado pelo proprietário da área ou seu representante legal;

II – planta planialtimétrica da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), dependendo do tamanho da área, assinada pelo responsável técnico e pelo proprietário ou seu representante, indicando:

a) divisas da propriedade perfeitamente definidas;

b) localização dos cursos d'água, áreas sujeitas a inundação, bosques, árvores de grande porte e construções existentes;

c) arruamentos contíguos a todo perímetro, a localização de vias

de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências num raio de 500m (quinhentos metros) com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

d) esquema do loteamento pretendido, onde deverá constar a estrutura viária básica e as dimensões mínimas dos lotes e quadras.

III – o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

IV – planta de situação da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), com indicação do norte magnético, da área total e dimensões dos terrenos e seus principais pontos de referência.

Parágrafo único. As pranchas de desenho devem obedecer a normatização estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 73. Havendo viabilidade de implantação, o Município, de acordo com as diretrizes de planejamento do Municipal e demais legislações superiores, após consulta aos órgãos setoriais responsáveis pelos serviços e equipamentos urbanos, indicará na planta apresentada na consulta prévia:

I – as vias de circulação existentes ou projetadas que compõe o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido, a serem respeitadas;

II – a fixação da zona ou zonas de uso predominante de acordo com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação de Solo Urbano;

III – localização aproximada dos terrenos destinados a equipamentos urbanos e comunitários, das áreas livres de uso público e das áreas verdes;

IV – as faixas sanitárias do terreno para o escoamento de águas pluviais e outras faixas não edificáveis;

V – relação dos equipamentos urbanos que deverão ser projetados e executados pelo interessado.

§ 1º O prazo máximo para estudos e fornecimento das diretrizes será de 45 (quarenta e cinco) dias, neles não sendo computados, o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada.

§ 2º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de um ano, após o qual deverá ser solicitada nova Consulta Prévia.

§ 3º A aceitação da consulta prévia não implica em aprovação da proposta de loteamento.

## CAPÍTULO IX DO ANTEPROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 74. Cumpridas as etapas do Capítulo anterior e havendo a viabilidade da implantação do loteamento, o interessado apresentará anteprojeto, de acordo com as diretrizes definidas pelo Município, composto de:

§ 1º Planta de situação da área a ser loteada em 02 (duas) vias com as seguintes informações:

I – orientação magnética;

II – equipamentos públicos e comunitários existentes num raio de 500m (quinhentos metros).

§ 2º Os desenhos do anteprojeto de loteamento, na escala de 1:1000 (um por mil), em duas vias, com as seguintes informações:

I – orientação magnética;

II – subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas numerações e dimensões;

III – dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais das vias e cotas do projeto;

IV – sistema de vias com as respectivas larguras;

V – curvas de nível, atuais e projetadas, com equidistância de 1,00m (um metro);

VI – perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, sendo que os perfis transversais serão apresentados na escala mínima de 1:500 (um por quinhentos) e as longitudinais na escala de 1:2000 (um por dois mil);

VII – indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

VIII – a indicação das áreas que perfazem no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área total loteada e que passarão ao domínio do Município, e outras informações, em resumo, sendo:

- a) área total do parcelamento;
- b) área total dos lotes;
- c) área institucional;
- d) áreas destinadas à circulação;
- e) áreas verdes;
- f) áreas destinadas a equipamentos comunitários;
- g) praças e jardins.

§ 3º As pranchas de desenho devem obedecer a normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 4º O prazo máximo para estudos e aprovação do anteprojeto, após cumpridas todas as exigências do Município pelo interessado, será de 60 (sessenta) dias.

#### CAPÍTULO X DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 75. Aprovado o anteprojeto, o interessado apresentará o projeto definitivo, contendo:

§ 1º Plantas e desenhos exigidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 69 desta Lei, em 04 (quatro) vias;

§ 2º Memorial Descritivo, em 04 (quatro) vias contendo obrigatoriamente:

- I – denominação de loteamento;
- II – a descrição sucinta do loteamento com suas características;
- III – as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
- IV – indicação das áreas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento;
- V – a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências, e dos que serão implantados;
- VI – limites e confrontações, área total do loteamento, área total dos lotes, área total do destinado ao domínio público, discriminando as áreas de sistema viário, área das praças e demais espaços destinados a equipamentos comunitários, total das áreas de utilidade pública, com suas respectivas percentagens.

§ 3º Deverão, ainda, fazer parte do projeto de loteamento, as seguintes peças gráficas referentes a obras de infraestrutura exigida, que deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes:

- I – anteprojeto da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais, canalização em galerias ou canal aberto, com indicação das obras de sustentação, muros de arrimo, pontilhões e demais obras necessárias a conservação dos novos logradouros;
- II – anteprojeto da rede de abastecimento d'água;
- III – anteprojeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
- IV – anteprojeto do sistema de esgotamento sanitário;
- V – anteprojeto da pavimentação de ruas, com no mínimo calçamento e meio-fio;
- VI – anteprojeto de outras infraestruturas que a Município Municipal julgar necessárias.

§ 4º As pranchas devem obedecer às características indicadas pela

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

§ 5º Todas as peças do projeto definitivo deverão ser assinadas pelo requerente e responsável técnico devendo o último mencionar o número de seu registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU desta região, e o número de seu registro no Município.

§ 6º Documentos relativos à área em parcelamento a serem anexados ao projeto definitivo:

- I – título de propriedade;
- II – certidões negativas de tributos municipais.

§ 7º O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, após cumpridas pelo interessado todas as exigências do Município, será de 60 (sessenta) dias.

#### CAPÍTULO XI DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

Art. 76. O pedido de desmembramento, remembramento e/ou desdobro será feito mediante requerimento do interessado ao Município, acompanhado de certidão atualizada da matrícula da área, certidões negativas de débitos perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e da planta do imóvel a ser desmembrado e/ou lembrado na escala até 1:1000 (um por mil), contendo as seguintes indicações:

- I – situação do imóvel, com as vias existentes e loteamento próximo;
- II – áreas e testadas mínimas, determinadas por esta Lei, válidas para a(s) zona(s) a qual esta afeta o imóvel;
- III – divisão ou agrupamento de lotes pretendido, com respectivas áreas;
- IV – dimensões lineares;
- V – perfis do terreno;
- VI – indicação das edificações existentes.

Parágrafo único. Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos terão a(s) assinatura(s) do(s) responsável(veis) e deverão estar dentro das especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 77. Após examinada e aceita a documentação, será concedida "licença de desmembramento, remembramento e desdobro" para averbação no registro de imóveis.

Parágrafo único. Somente após averbação dos novos lotes no registro de imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação dos mesmos.

Art. 78. A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior, só poderá ser permitida quando:

- I – os lotes desmembrados, lembrados e/ou desdobrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Anexo IV da presente Lei.
- II – a parte restante do lote ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 79. Será permitido servidão, com largura mínima de 5,0 m (cinco metros), apenas para o desmembramento de dois lotes, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 80. O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo pelo interessado, após cumpridas todas as exigências pelo interessado, será de 30 (trinta) dias.

#### CAPÍTULO XII

**DA APROVAÇÃO E DO REGISTRO DE LOTEAMENTO**

Art. 81. Recebido o projeto definitivo de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, o Município procederá:

- I – exame de exatidão da planta definitiva com a aprovada como anteprojeto;
- II – exame de todos os elementos apresentados, conforme exigência.

§ 1º O Município poderá exigir as modificações que se façam necessárias.

§ 2º O Município disporá de 90 (noventa) dias para pronunciar-se ouvidas as autoridades competentes, no que lhes disser respeito, importando o silêncio na aprovação, desde que o projeto satisfaça as exigências e não prejudique o interesse público (Decreto Federal nº 3.079 de 15/09/38) e Lei nº 6.766/79 com alterações inseridas pela Lei nº 9.785/99.

Art. 82. Aprovado o projeto de loteamento e deferido o processo, o Município baixará decreto de aprovação de loteamento e expedirá o alvará de loteamento.

Parágrafo único. No decreto de aprovação do projeto deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado e as obras a serem realizadas, o prazo de execução, bem como a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do Município no ato de seu registro.

Art. 83. O loteador deverá apresentar ao Município antes da liberação do alvará de loteamento, os seguintes projetos de execução, previamente aprovados pelos órgãos competentes, sob pena de caducar a aprovação do projeto de loteamento.

- I – projeto detalhado de arruamento, incluindo planta com dimensões angulares e lineares dos traçados, perfis longitudinais e transversais e detalhes dos meios-fios e sarjetas;
- II – projeto detalhado da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais e das obras complementares necessárias;
- III – projeto de abastecimento de água potável;
- IV – projeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
- VI – projeto da rede de distribuição de gás, quando este conste do memorial descritivo ou do anteprojeto;
- VI – projeto do sistema de esgotamento sanitário;
- VII – projeto da pavimentação de ruas, sendo no mínimo calçamento com meio-fio;
- VIII – os projetos de execução, citados neste artigo, deverão ser acompanhados de:
  - a) Orçamentos;
  - b) Cronograma Físico-financeiro.

Parágrafo único. Deverá ser apresentado em meio magnético todo o projeto do loteamento.

Art. 84. No ato de recebimento do Alvará de Loteamento e da cópia do projeto aprovado pelo Município, o interessado outorgará Escritura Pública de Caução, no qual se obrigará:

- I – executar as obras de infraestrutura referidas nos Art. 70 e 71 desta Lei, conforme cronograma, observando o prazo máximo disposto no § 2º deste artigo;
- II – executar as obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis a vista das condições viárias, de segurança e sanitárias do terreno a arruar;
- III – facilitar a fiscalização permanente do Município durante a execução das obras e serviços;
- IV – não efetuar venda de lotes antes da apresentação dos projetos

definitivos da infraestrutura e da assinatura da caução, a que se refere o Art. 86, para garantia da execução das obras;

V – não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras previstas nos incisos I e II deste artigo e de cumpridas as demais obrigações exigidas por esta Lei ou assumidas no Termo de Compromisso.

§ 1º As obras que constam no presente artigo deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes.

§ 2º O prazo para a execução das obras e serviços a que se referem os incisos I e II deste artigo a partir da aprovação do projeto de loteamento, não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

Art. 85. No Termo de Compromisso, Anexo IX, desta Lei deverão constar especificamente as obras e serviços que o loteador é obrigado a executar e o prazo fixado para sua execução.

Art. 86. Para fins de garantia da execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigida para o loteamento, antes da sua aprovação, deverá ser firmado a Escritura de Caução, onde ficará caucionada a quantidade de lotes necessários, cujo valor corresponda ao custo dos serviços e obras.

Parágrafo único. O valor dos lotes será calculado, para efeito deste artigo, pelo preço da área sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado.

- I – o Município poderá liberar proporcionalmente a garantia da execução, à medida que os serviços e obras forem concluídos;
- II – concluídos todos os serviços e as obras de infraestrutura exigidas para o loteamento, o Município liberará as garantias de sua execução.

Art. 87. Após a aprovação do projeto definitivo, o loteador deverá submeter o loteamento ao registro de imóveis, apresentando:

- I – título de propriedade do imóvel;
- II – histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhados dos respectivos comprovantes;
- III – certidões negativas:
  - a) de tributos Federais, Estaduais e Municipais incidentes sobre o imóvel; em nome do proprietário (do casal, se for o caso);
  - b) de ações reais referentes ao imóvel pelo período de 10 (dez) anos;
  - c) de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a administração pública;
- IV – certidões:
  - a) dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, (do casal se for o caso) e em nome de todos os que tenham sido proprietários do imóvel nos últimos dez (10) anos;
  - b) de ações pessoais relativa ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos;
  - c) de ônus reais relativos ao imóvel;
  - d) de ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos.
- V – cópia do ato de aprovação do loteamento;
- VI – cópia do termo de compromisso e cronograma de execução das obras exigidas;
- VII – exemplar do modelo de contrato de compra e venda;
- VIII – declaração do cônjuge do requerente de que consente o registro do loteamento.
- IX – Planta do Loteamento, assinada por profissional habilitado;
- X – Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissional habilitado.
- XI – Licença Ambiental Prévia - LAP, e a licença Ambiental de Instalação LAI, expedidas pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, sendo facultada a apresentação da segunda quando expressamente dispensada pela primeira (Provimento 75/98).

XII – Cópia do Edital de Publicação (os desmembramentos até dez terrenos são dispensados de publicação de edital), conforme art. 6º do provimento nº 75/98 c/c as disposições da Circular 145/98 de 17/12/98, da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina.  
XIII – parecer favorável do Ministério Público;  
XIV – demais exigências legais.

§ 1º No ato do registro do projeto de loteamento, o loteador transferirá ao Município, mediante escritura pública e sem qualquer ônus ou encargo para este, o domínio das vias de circulação e das demais áreas, conforme inciso II do Artigo 47 desta Lei.

§ 2º O prazo máximo para que o loteamento seja submetido ao registro de imóveis é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da aprovação do projeto definitivo.

Art. 88. Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal requererá ao Município, que seja feita a vistoria através de seu órgão competente.

§ 1º O requerimento do interessado deverá ser acompanhado de uma planta retificada do loteamento, que será considerada oficial para todos os efeitos.

§ 2º Após a vistoria, o Município expedirá um laudo de vistoria e caso todas as obras estejam de acordo com as exigências municipais baixará também decreto de aprovação de implantação do traçado e infraestrutura do loteamento.

§ 3º O loteamento poderá ser liberado em etapas, desde que na parcela, em questão, esteja implantada e em perfeito funcionamento toda a infraestrutura exigida por Lei.

§ 4º Não poderá ser efetuada a comercialização de lotes sem a averbação no Registro Imobiliário da Licença Ambiental de Operação – LAO, expedida pela FATMA.

Art. 89. Esgotados os prazos previstos, caso não tenham sido realizadas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o Município executá-los-á e promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio os lotes caucionados na forma do artigo 84, que se constituirão em bem público do Município.

Art. 90 Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação do Município, e deverão ser averbados no registro de imóveis, em complemento ao projeto original.

§ 1º Em se tratando de simples alteração de perfis, o interessado apresentará novas plantas, de conformidade com o disposto na Lei, para que seja feita a anotação de modificação no Alvará de Loteamento pelo Município.

§ 2º Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado no todo ou na parte alterada observando as disposições desta Lei e aquelas constantes do alvará ou do decreto de aprovação expedindo-se então novo alvará e baixando-se novo decreto.

Art. 91. A aprovação do projeto de arruamento, loteamento ou desmembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte do Município, quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação à área arruada, loteada ou desmembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedecem aos arruamentos de plantas limítrofes mais antigas ou as disposições legais aplicáveis.

### CAPÍTULO XIII

### DAS SANÇÕES

Art. 92. Fica sujeito a cassação do alvará, embargo administrativo da obra e a aplicação de multa, todo aquele que, a partir da data de publicação desta Lei:

I – der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do Município ou em desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda das normas federais e estaduais pertinentes;

II – der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações do projeto aprovado e do ato administrativo de licença;

III – registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direito ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não aprovado.

§ 1º A multa a que se refere este artigo corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor total do investimento (loteamento, desmembramento ou remembramento).

§ 2º O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais obrigações legais, ficando o infrator na obrigação de executar as obras de acordo com as disposições vigentes.

§ 3º A reincidência específica da infração acarretará, ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial, além da suspensão da sua licença para o exercício de suas atividades para construir no Município pelo prazo de dois anos.

Art. 93. Tão logo chegue ao conhecimento do Município após a publicação desta Lei, a existência de arruamento, loteamento ou desmembramento do terreno, construído sem autorização municipal, o responsável pela irregularidade será notificado pelo Município para pagamento da multa prevista e terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para regularizar a situação do imóvel, ficando proibida a continuação dos trabalhos.

Parágrafo único. Não cumpridas as exigências constantes da notificação de embargo, será lavrado o auto de infração, podendo ser solicitado, se necessário, o auxílio das autoridades judiciais e policiais do Estado.

Art. 94. São passíveis de punição a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores do Município que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para que sejam concedidas licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

### TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 95. O Poder Executivo poderá baixar normas complementares a execução da presente Lei Complementar, com parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 96. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei integram os seguintes anexos:

- I – Anexo I: Mapa dos Eixos de Desenvolvimento Municipal
- II – Anexo II: Recuos de Propriedades Rurais e Estradas Municipais
- III – Anexo III: Mapa de Macrozoneamento
- IV – Anexo IV: Mapa de Zoneamento
- V – Anexo V: Tabela I – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
- VI – Anexo VI: Classificação dos Usos
- VII – Anexo VII: Tabela II – Garagens / Vagas de Estacionamento
- VIII – Anexo VIII: Gabarito e Hierarquia das Vias
- IX – Anexo IX: Termo de Compromisso – Loteamentos



X – Anexo X: Escritura de Caução – Loteamentos  
Art. 97. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 98. Ficam revogadas as demais Leis pertinentes a matéria.

Catanduvas/SC, 28 de abril de 2016.

Gisa Aparecida Giacomini  
Prefeita

Davi Pecinato  
Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

## ANEXOS

ANEXO I - MAPA DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

ANEXO II - MAPA DE MACROZONEAMENTO

ANEXO III - MAPA DE ZONEAMENTO

ANEXO IV - TABELA I – DO PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ANEXO V - TABELA II – DAS GARAGENS E ESTACIONAMENTOS

TABELA II  
DAS GARAGENS E ESTACIONAMENTOS

PADRÕES PARA GARAGENS RESIDENCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
1*	Unifamiliar	1 vaga p/ unidade
2*	Multifamiliar até 180m <sup>2</sup> de área constr. p/ apto.	1 vaga p/ unidade habitacional
-	Multifamiliar acima de 180m <sup>2</sup> de área constr. p/ apto.	2 vagas p/ unidade habitacional

PADRÕES P/ GARAGENS COMERCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Comércio Varejista até de 150m <sup>2</sup>	1 vaga p/ 150m <sup>2</sup> ou fração de área adicionada
-	Centro Comercial, Loja de Departamento.	1 vaga p/ 50m <sup>2</sup> de área constr.
-	Supermercados acima de 150m <sup>2</sup>	1 vaga p/ cada 50m <sup>2</sup> área de área constr. 1 vaga p/ caminhões p/ área constr. Acima de 500m <sup>2</sup> .
-	Comércio de Materiais de Constr.	1 vaga p/ 150m <sup>2</sup> de área constr.
-	Depósitos acima de 250m <sup>2</sup>	1 vaga p/ 250m <sup>2</sup> de área constr.; 1 vaga p/ caminhões 250m <sup>2</sup>
-	Comércio Atacadista acima de 500m <sup>2</sup>	1 vaga p/ 200m <sup>2</sup> ou fração de área adicionada; 1 vaga p/ caminhão/500m <sup>2</sup> área constr.

1\* Para unidades habitacionais unifamiliares populares/ZEIS não será exigido vaga de estacionamento.

2\* Para os conjuntos habitacionais populares multifamiliares será reduzido em 50%.

PADRÕES P/ GARAGENS SERVIÇOS		
NOTA	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO
-	Consultórios e Escritórios em geral	1 vaga p/ 100m <sup>2</sup> de área constr.
-	Oficinas de reparos e Serviços de manutenção em veículos	1 vaga p/ 50m <sup>2</sup> de área constr.
-	Oficina de Reparos em geral	1 vaga p/ 100m <sup>2</sup> de área constr.
-	Laboratórios, Casas de Repouso, Ambulatórios, Clínica, Policlínica, Hospital, Maternidade e Similares	1 vaga p/ 100m <sup>2</sup> de área constr.
-	Hotéis e demais meios de hospedagem	1 vaga p/ cada unid. de alojamento; 1 vaga p/ ônibus/ 40 unid. alojamento.
-	Transportadoras com coleta e distribuição de mercadorias	1 vaga p/ caminho 200m <sup>2</sup> de área constr.
-	Motéis	1 vaga p/ cada unid. Alojamento
-	Quadras para Esporte, Estádios, Ginásios Cobertos e Similares	1 vaga p/ cada 10m <sup>2</sup> de arquibancada
-	Bancos e demais serviços de crédito	1 vaga p/ 50m <sup>2</sup> de área constr.
*	Ensino de 3º Grau, 2º Grau, Particular e Cursinhos	1 vaga p/ 100m <sup>2</sup> de área constr.
-	Cemitérios	1 vaga p/ 300m <sup>2</sup> de terreno com o mínimo de 10 vagas

\* Para os estabelecimentos públicos será reduzido em 30%.

PADRÕES P/ GARAGENS INDÚSTRIAS		
NOTA	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO
-	Atividades industriais acima de 250m <sup>2</sup>	1 vaga p/ 250m <sup>2</sup> de área constr.; 1 vaga p/ caminho/500m <sup>2</sup> de área constr.

## ANEXO VI – CLASSIFICAÇÃO DE USO

USO 1 - RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES

USO 2 - RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES

USO 3 - CONJUNTOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA

USO 4 - COMÉRCIO VICINAL

Mini Mercados até 200m<sup>2</sup>  
Feiras-Livres  
Banca de revista  
Padarias  
Farmácias  
Aviamentos  
Sapatarias  
Bares / Lanchonetes / Sorveterias, restaurantes  
Escritórios Profissionais  
Salão de Beleza  
Ateliês Profissionais  
Quitanda  
Açougue  
Mercearia  
Peixaria e Similares  
Informática

USO 5. A - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Lojas/Butiques  
Butiques



Vidraçarias  
 Confeitarias  
 Academias  
 Auto Peças  
 Lotéricas / Jogos Eletrônicos / Lan House  
 Floriculturas  
 Bancos  
 Ópticas/Joalherias  
 Joalherias  
 Restaurantes  
 Escritórios  
 Imobiliária  
 Reparo de Eletrodomésticos  
 Vídeos Locadoras  
 Livrarias  
 Representações Comerciais  
 Centro de Treinamento de Condutores (Auto escola)  
 Estacionamento Comércio Varejista de Extintores  
 Comércio Varejista de Gás GLP

#### USO 5. B - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2

Lojas de Departamentos  
 Supermercados  
 Centros Comerciais  
 Lojas de Material de Construção  
 Construtoras  
 Distribuidora de Peças

#### USO 6 - COMÉRCIO ATACADISTA

Deposito de Materiais de Construção e Ferragens  
 Armazéns gerais de estocagem  
 Distribuidoras  
 Armazém de GLP  
 Depósito de Plásticos

#### USO 7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIAIS

Postos de Serviços Pesados  
 Depósitos Pesados (sucatas)  
 Transportadoras  
 Oficinas de Máquinas Pesadas  
 Revenda de Caminhões e Máquinas Pesadas  
 Guinchos  
 Terminal Rodoviário  
 Prédio de Garagens  
 Garagens de empresa de ônibus

#### USO 8 - PARA VEÍCULOS

Postos de Serviços Leves (Abastecimentos, Lubrificação, Borracharia e Lavação)  
 Oficina Mecânica  
 Chapeação e Pintura  
 Retífica de automóveis/motores

#### USO 9 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LEVES

Agência de Automóveis  
 Revenda de Automóveis  
 Agência de Motocicletas  
 Revenda de Motocicletas

#### USO 10 - EDUCACIONAL

Creche  
 Estabelecimento de Ensino ( 1º / 2º e 3º Graus e Específicos)  
 Centros Comunitários

#### USO 11 - INSTITUCIONAL

Sede de Órgãos Públicos e Autarquias  
 Correios  
 Telecomunicações  
 Fórum de Justiça

#### USO 12.A - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 1

Quartéis  
 Bombeiros  
 Delegacias

#### USO 12.B - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 2

Cemitério  
 Capela Mortuária

#### USO 13 - SAÚDE / ASSISTÊNCIA SOCIAL

Asilos  
 Hospitais  
 Casas de Saúde  
 Postos Assistenciais / Unidades Sanitárias  
 Clínicas  
 Abrigos/Albergues

#### USO 14 - RELIGIOSOS

Templos  
 Igreja  
 Salões Paroquiais

#### USO 15 - RECREAÇÃO E LAZER

Clubes  
 Museus  
 Teatro  
 Cinema  
 Auditórios

#### USO 16.A - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 1

Ginásios  
 Pequenas Feiras (Eventuais)  
 Parques Ambientais  
 Praças e Áreas de Lazer

#### USO 16.B - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 2

Camping  
 Parques de Diversão  
 Circos  
 Associações de Funcionários (Sede Campestre)  
 Parques de Exposições e Feiras de Evento

#### USO 17 - ATIVIDADES NOTURNAS

Boates  
 Discotecas  
 Danceterias  
 Casas de Espetáculos  
 Salões de Bailes e Similares

#### USO 18 - HOTÉIS E Pousadas

#### USO 19 – MOTÉIS

#### USO 20 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 1

Indústria de materiais elétricos e de comunicações com exceção de pilhas, baterias e acumuladores  
 Fabricação de artigos de madeiras para uso residencial, comercial ou industrial  
 Fabricação de artefatos de papel ou papelão não associados a produção de papel ou papelão  
 Indústrias de artigos do vestuário, artefatos de tecidos e acessórios do vestuários  
 Fabricação de massas alimentícias, doces em geral, balas, biscoitos e produtos de padaria  
 Indústrias Editoriais e Gráficas  
 Fabricação de Produtos de Perfumaria  
 Fabricação de Velas  
 Vidraçaria

**USO 21 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 2**

Todas as atividades de extração de produtos vegetais;  
Fabricação de peças, ornamentais e ou estruturais de cimento, gesso e /ou amianto;  
Fabricação de máquinas de artigos de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação;  
Fabricação de máquinas com tratamento galvanotécnico ou fundição;  
Desdobramentos de madeiras, inclusive serralha;  
Fabricação de madeira aglomerada ou prensada;  
Fabricação de artigos de borracha em geral;  
Fiação ou tecelagem;  
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares;  
Usina de produção de concreto;  
Indústrias que produzem artigos de material plástico, exceto fabricação de resinas plásticas, fibras artificiais e matérias plásticas;  
Fabricação de móveis e artigos de mobiliário;  
Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, granito e outras pedras;  
Fabricação de artigos de metal, sem tratamento químico superficial e / ou galvanotécnico e / ou pintura de aspersão e / ou aplicação de verniz e / ou esmaltação;  
Fabricação de máquina sem tratamento galvanotécnico e fundição;  
Fabricação de cerveja, chopes, maltes e bebidas;  
Fabricação de artefatos de couro e peles, calçados em geral;  
Ferro Velho;  
Jato de Areia.

**USO 22 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 3**

Fabricação de Papel e Pasta Mecânica;  
Fabricação de Carvão Vegetal;  
Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido;  
Secagem e salga de couros e peles;  
Produção de fundidos ou forjados de ferro e aço com tratamento superficial e/ou galvanotécnico;  
Metalúrgica dos metais não ferrosos em forma primária;  
Produção de formas, moldes e peças de metais não ferrosos, com fusão e tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico;  
Fabricação de Celulose;  
Curtimento e outras preparações de couros ou peles;  
Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais;  
Britamento de pedra / extração mineral;  
Abate e industrialização de produtos animais;  
Fabricação de Baterias;  
Frigoríficos e Laticínios.

**USO 23 – COMÉRCIO PERIGOSO**

Produtos tóxicos e químicos  
Explosivos

**ANEXO VII - TERMO DE COMPROMISSO – LOTEAMENTOS****TERMO DE COMPROMISSO****A QUE SE REFERE O ARTIGO 85 DESTA LEI COMPLEMENTAR**

**TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA EM LOTEAMENTO, QUE PERANTE O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS SC SE OBRIGA** \_\_\_\_\_

(Nome do Proprietário e/ou Responsável)

**I - Partes, Fundamental Legal, Local e Data**

01. Partes: De um lado, o Município de Catanduvas/SC, neste termo simplesmente nomeada Município, representada por seu Prefeito

Municipal, \_\_\_\_\_, e o Secretário Municipal Responsável, \_\_\_\_\_, e por outro lado, \_\_\_\_\_, doravante designado Loteador, proprietário e/ou responsável pelo Loteamento \_\_\_\_\_, constante do Processo Nº. \_\_\_\_\_ /\_\_\_\_\_.

02. Fundamento Legal: Este termo de Compromisso tem seu fundamento legal no artigo 80 da Lei Municipal Nº. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, de Parcelamento do Solo.

03. Local e Data: Lavrado e Assinado aos \_\_\_\_\_ Dias do Mês de \_\_\_\_\_ do Ano de \_\_\_\_\_.

**II - Finalidade e Objeto**

04. Finalidade: O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o loteador de executar, sem quaisquer ônus para o Município, das obras de infraestrutura em Loteamento por ela aprovado.

05. Objeto: É objeto deste Termo de Compromisso a execução das Obras de Infra-Estrutura do Loteamento \_\_\_\_\_ (Nome do Loteamento) Requerido pelo Processo Nº. \_\_\_\_\_ /\_\_\_\_\_.

**III - Obrigações e Prazos**

06. Obrigações e Prazos: Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se o loteador, concomitantemente ao cumprimento de todas as disposições legais pertinentes, a:

a) Executar, no prazo de 2 (dois) anos e consoante cronograma aprovado, os seguintes serviços:

- Abertura das vias e praças, com respectivos marcos de alinhamento e nivelamento;
- Movimento de terra previsto;
- Rede de distribuição de água;
- Rede de energia elétrica;
- Rede de esgoto pluvial;
- Rede de esgoto sanitário ou delimitar e reservar faixa de domínio necessário à sua posterior implantação;
- Sistema de drenagem;
- Pavimentação das ruas.

b) Facilitar a fiscalização permanente por parte do Município durante a execução das obras e serviços;

c) Fazer constar dos compromissos e/ou escrituras de compra e venda de lotes a condição de que estes só poderão receber construções depois da execução das obras de infra-estrutura, ao menos em toda a extensão do logradouro onde estiverem localizados, sob vistoria e recebimento pela Municipalidade, consignando inclusive a responsabilidade solidária dos compromissários compradores ou adquirentes, na proporção da área de seus respectivos lotes;

d) Requerer, contando da data do Alvará de Licença para a execução das obras, a inscrição do loteamento no Registro de Imóveis no prazo de 90 (noventa) dias;

e) Solicitar, caso não concluídos os serviços no prazo estipulado, a prorrogação deste, antes do seu término, mediante ampla justificativa que não sendo aceita pela Municipalidade, sujeitá-lo-á a multa no valor de 1000 UFRM por dia útil de atraso seguinte.

f) Requerer, tão logo concluída a execução dos serviços, a entrega, total ou parcial, e sem quaisquer ônus para o Município, das vias, logradouros e áreas reservadas ao uso público, após vistoria que os declare de acordo, através do termo de cessão, recebimento e homologação.

**IV - Eficácia, Validade e Revogação**

07. Eficácia e Validade: O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura, adquirindo eficácia e validade na data de expedição do Alvará de licença pelo órgão competente do Município e terá seu encerramento após verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

08. Rescisão: São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em consequência, na cassação do Alvará de Licença para a execução das obras constantes do seu Projeto.

**V- Foro e Encerramento**

09. Foro: Para as questões decorrentes deste Termo é competente o foro legal da Comarca de Catanduvas – SC.

10. Encerramento: E por estarem acordes, assinam este Termo de Compromisso os representantes das partes e das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Catanduvas/SC \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Prefeito(a) Municipal Loteador e/ou Proprietário

**ANEXO X - ESCRITURA DE CAUÇÃO – LOTEAMENTOS****ESCRITURA DE CAUCIONAMENTO  
A QUE SE REFERE O ARTIGO 86 DESTA LEI**

**TERMO DE CAUCIONAMENTO GARANTIA E TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E POSSE DAS ÁREAS PÚBLICAS, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E (Nome do Proprietário e/ou Responsável) CONSTANTE DO PROCESSO Nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_, APROVADO EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.**

A partir do Dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, (Data de inscrição do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis) passarão ao domínio do Município de Catanduvas, as áreas destinadas a uso público. A venda de lotes, bem como a concessão do “Habite-se” para qualquer construção existente nos lotes, ficam condicionados à expedição, por parte do Poder Público Municipal, de certidão de aprovação do loteamento e aceitação definitiva das obras a serem realizadas, constantes do ato de aprovação do projeto de loteamento conforme Processo \_\_\_\_/\_\_\_\_. Como garantia ficam caucionados os Lotes \_\_\_\_\_, averbados no Registro de Imóveis por ocasião do registro de loteamento, que não poderão em hipótese alguma ser vendidos antes da aceitação, por escrito, pelo Município.

Catanduvas/ SC \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Representante Município Ass. Loteador

Prefeito Municipal Loteador e/ou Proprietário

**LEI COMPLEMENTAR Nº 126/2016, DE 27 DE ABRIL DE 2016  
ÍNDICE**

LEI COMPLEMENTAR Nº 126, DE 27 DE ABRIL DE 2016.

INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomi, prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, em uso de suas atribuições e na forma da Lei

Orgânica Municipal, submete a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar.

**TÍTULO I  
CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS  
CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Fica instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas, que obedecerá aos objetivos e às diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas, visa ordenar o espaço urbano ou de fins urbanos e de expansão urbana, com o objetivo de propiciar um desenvolvimento integrado e abrange as funções da vida coletiva, em que incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, visando à melhoria de qualidade de vida da população, dando melhores condições de desempenho às funções urbanas, com menor custo social e ambiental.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como, os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º. Este Plano Diretor abrange todo o território do Município de Catanduvas, adequando sua política de desenvolvimento urbano de acordo com a Lei Federal N.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, definindo:

- I – a Política e as estratégias de desenvolvimento físico-territorial do Município;
- II – os critérios para garantir que a Cidade cumpra com sua função social;
- III – os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;
- IV – as regras orientadas do uso e da ocupação do solo;
- V – o planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento físico-territorial.

§ 1º A interpretação da presente Lei, será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos com as disposições da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Código de Posturas Municipais, Código de Edificações e Lei de Criação dos Bairros.

§ 2º Visando a consecução da interpretação a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser rigorosamente observado o significado dos conceitos, termos técnicos e expressões utilizados na presente Lei, que se encontram formalizados do Glossário anexo.

Art. 3º. O Plano Diretor de Desenvolvimento consolida as normas gerais, os objetivos e as diretrizes técnicas urbanísticas aplicáveis ao Município de Catanduvas, observando-se o disposto na sua Lei Orgânica, na legislação urbanística citada ao longo dessa lei, podendo, ainda, ser integrado por outras normas regulamentares.

Parágrafo único. A presente Lei é denominada: “Lei do Plano Diretor”, dispondo sobre os objetivos, as diretrizes e as estratégias de desenvolvimento do Município.

**CAPÍTULO II  
DOS OBJETIVOS**

Art. 4º. Constituem objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas:

- I – garantir o direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e equipamentos urbanos, ao transporte, aos serviços públicos,

à segurança, ao trabalho e ao lazer;

II – orientar as ações dos diversos agentes, públicos ou privados, que intervêm sobre o território do Município;

III – garantir a participação de toda a população e setores da sociedade na tomada de decisões inerentes aos processos de planejamento e gestão urbanos, sempre observando critérios de transparência e legitimidade;

IV – orientar os investimentos do Poder Público de acordo com os objetivos estabelecidos neste Plano Diretor, visando aproximar o planejamento realizado da gestão urbana cotidiana;

V – promover a justiça social e reduzir as desigualdades no Município, buscando a reversão do processo de segregação sócio espacial e o impedimento da prática da especulação imobiliária, por intermédio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais;

VI – elevar a qualidade do ambiente do Município, por meio da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico;

VII – fortalecer a regulação pública sobre o solo urbano, mediante controle e fiscalização sobre o uso e ocupação do espaço do Município;

VIII – racionalizar o uso da infraestrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade, por meio do controle sobre o adensamento urbano;

IX – garantir a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes das obras e dos serviços de infraestrutura urbana;

X – garantir acessibilidade universal para toda a população, entendida como a facilidade de acesso a qualquer ponto do território, com atenção aos portadores de necessidades especiais.

### **CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES**

Art. 5º. Para que se atinjam os objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I – dotar o Município de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano para o futuro, e, ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais;

II – dotar o Município de instrumentos jurídicos adequados, norteadores da política urbana municipal;

III – dotar o Município de bases técnicas adequadas para servir como fundamento de tomadas de decisões futuras;

IV – implantar as Políticas de Desenvolvimento priorizadas e definidas com a participação popular, quais sejam:

Desenvolvimento Ambiental;

Desenvolvimento Socioeconômico;

Desenvolvimento Habitacional;

Desenvolvimento de Infraestrutura;

### **TÍTULO II DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS**

Art. 6º. O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao saneamento básico, recursos naturais e disciplina da ocupação e uso do solo.

Art. 7º. A política tem por objetivo:

I – compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;

II – aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;

III – articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com as

ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;

IV – dar continuidade aos programas preventivos do uso de agrotóxicos;

V – monitorar e avaliar o Plano Municipal de Saneamento Básico.

### **CAPÍTULO II DOS PROJETOS**

Art. 8º. A política de desenvolvimento ambiental será implantada através dos projetos:

I – incentivo a reutilização das águas servidas e captação das águas pluviais, através de cisternas;

II – definição de taxa de permeabilidade para armazenamento e infiltração das águas pluviais;

III – recuperação e preservação das áreas de APP;

IV – legislação e fiscalização para proteção ambiental nas áreas de preservação permanente;

V – preservação e recuperação da mata ciliar;

VI – implementar coleta seletiva dos resíduos sólidos.

### **TÍTULO III DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS**

Art. 9º. A política tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da pequena propriedade rural, fortalecimento da indústria e do comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Art. 10. A política tem por objetivo:

I – qualificar a mão-de-obra;

II – fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;

III – apoiar o fortalecimento das empresas instaladas;

IV – melhorar a acessibilidade e facilitar o escoamento da produção;

V – agregar valor a produção rural;

VI – diversificar as atividades econômicas;

VII – dotar a área rural de oportunidades;

VIII – diversificar a atividade industrial;

### **CAPÍTULO II DOS PROJETOS**

Art. 11. A política de desenvolvimento socioeconômico será implantada através dos projetos:

I – ampliação de parcerias para implantação de cursos profissionalizantes e técnicos;

II – diversificação da atividade industrial e viabilização da implantação de novas empresas;

III – promoção do adensamento e diversificação do comércio e prestação de serviço local;

IV – promoção do adensamento e diversificação do comércio local;

V – incentivo para ampliação da oferta de imóveis comerciais;

VI – instalação e/ou fortalecimento de programas de incentivo à implantação de agroindústrias;

VII – ampliação e fortalecimento de programas de assistência técnica às propriedades rurais;

VIII – projeto de alargamento e melhoria das principais estradas municipais para facilitar o escoamento da produção.

### **TÍTULO IV DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS**



Art. 12. A política tem por definição promover o direito à moradia como direito social básico incorporando o direito a infraestrutura e serviços, através de diretrizes locais de política habitacional, definidas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, destinando áreas infraestruturadas na cidade para provisão de habitação de interesse social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 13. A política habitacional tem por objetivos:

- I – facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a aquisição de imóveis à população de baixa renda;
- II – monitorar e avaliar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
- III – combater os fenômenos de segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

## CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 14. A política habitacional será implantada através dos projetos:

- I – implantação de programa de construção e reforma de unidades habitacionais;
- II – incentivo a criação de novos loteamentos populares;
- III – aquisição de áreas para programas habitacionais;
- IV – implantação de programa de regularização fundiária.

## TÍTULO V DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETOS

Art. 15. A Política tem por definição promover a melhoria da infraestrutura urbana e rural visando a melhoria da qualidade de vida da população, buscando a integração da área urbana com a área rural.

Art. 16. A Política tem por objetivos:

- I – dotar com infraestrutura as estradas municipais;
- II – promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infraestrutura na área rural;
- III – garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;
- IV – melhorar a acessibilidade.

## CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 17. A política de Infraestrutura será implantada pelos projetos:

- I – ampliação da pavimentação das ruas e alargamento das estradas municipais;
- II – implantação de passeios públicos e adequação dos espaços públicos de acordo com a Lei de Acessibilidade;
- III – ampliação do adensamento das áreas com infraestrutura;
- IV – implantação de placas de identificação nas vias públicas e comunidades ;
- V – elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- VI – construção de novos pontos de ônibus;
- VII – implementação dos programas e projetos do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- VIII – articulação para ampliação dos serviços de internet;
- IX – melhoria e manutenção da iluminação pública;
- X – articulação para melhoria da telefonia fixa e móvel;
- XI – melhoria e ampliação da distribuição de energia elétrica;
- XII – articulação para ampliação do efetivo policial;
- XIII – instalação de câmeras de monitoramento;
- XIV – recuperação e ou criação de áreas de lazer com equipamentos urbanos;
- XV – construção e ampliação de vagas nas creches;

- XVI – ampliação e manutenção do atendimento a saúde básica;
- XVII – ampliação dos programas de prevenção a doenças;
- XVIII – ampliação dos programas sociais voltados ao atendimento da população idosa;
- XIX – ampliação de programas voltados à educação de jovens e adultos;
- XX – ampliação da capacidade ou implantação de áreas para cemitérios municipais;
- XXI – ampliação das áreas públicas municipais para a implantação de equipamentos urbanos comunitários.

## TÍTULO VII DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO CAPÍTULO I CONJUNTO DOS INSTRUMENTOS

Art. 18. Compõem o conjunto de instrumentos disponibilizado ao Município de Catanduvas, além de outros indicados pelo Estatuto da Cidade:

- I – do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;
- II – do Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo;
- III – da Desapropriação por Títulos da Dívida Pública;
- IV – do Direito de Preempção;
- V – da Outorga Onerosa do Direito de Construir- Solo Criado;
- VI – da Transferência do Direito de Construir;
- VII – do Consórcio Imobiliário e da Operação de Interesse Social;
- VIII – das Operações Urbanas Consorciadas;
- IX – das Zonas Especiais de Interesse Social;
- X– do Estudo de Impacto de Vizinhança;
- XI – da Contribuição de Melhoria;
- XII – da Gestão Orçamentária Participativa.

## CAPÍTULO II CONJUNTO DOS INSTRUMENTOS DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 19. O Poder Público Municipal poderá utilizar o instrumento de parcelamento, edificação ou utilização compulsória como forma de induzir a ocupação de imóveis urbanos, providos de infraestrutura e equipamentos, que não estão edificados, que estão sendo subutilizados ou não utilizados.

Parágrafo único. Estarão isentos da aplicação deste instrumento os imóveis localizados em áreas de proteção ambiental.

Art. 20. Para a utilização deste instrumento o Município identificará os imóveis que não estejam cumprindo a função social da propriedade urbana e deverá notificar os seus proprietários para que promovam no prazo de um ano o parcelamento, edificação e utilização adequadas.

Parágrafo único. Os critérios de aplicação deste instrumento e os procedimentos para sua efetivação serão estabelecidos em lei específica.

## CAPÍTULO III DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 21. Nos casos do não atendimento dos prazos para o cumprimento da função social da propriedade através do parcelamento, edificação ou utilização compulsório, o município poderá aplicar o IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, podendo a alíquota máxima atingir a 15% (quinze por cento) do valor do lançamento fiscal do imóvel, até que o proprietário cumpra a obrigação de dar uso ao mesmo.



Art. 22. O valor da alíquota será estabelecido em lei específica, e, será calculado através da Planta Genérica de Valores do Município em consonância com os valores do mercado imobiliário.

Art. 23. No caso do descumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, no prazo de cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, ficando garantida a posterior aplicação do instrumento de desapropriação do imóvel com pagamento em título da dívida pública.

#### CAPÍTULO IV DA DESAPROPRIAÇÃO POR TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 24. O Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, caso não tenha sido cumprida a função de parcelar, edificar e dar uso ao referido imóvel após o prazo de cinco anos de cobrança do IPTU progressivo.

Art. 25. Cabe ao Município, mediante prévia autorização do Senado Federal, emitir títulos da dívida pública com prazo de resgate de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

Art. 26. Os imóveis desapropriados serão utilizados para construção de habitações populares ou equipamentos urbanos, podendo ser alienados a particulares, mediante prévia licitação.

#### CAPÍTULO V DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 27. Através do direito de preempção o Poder Público Municipal terá a preferência para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares.

Art. 28. O objetivo do direito de preempção é facilitar a aquisição de imóveis por parte do Poder Público para fins de:

- I – regularização fundiária;
- II – execução de programas e projetos habitacionais;
- III – constituição de reserva fundiária;
- IV – ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;
- V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII – preservação de área de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 29. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidos em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

#### CAPÍTULO VI DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 30. A outorga onerosa do direito de construir é a permissão onerosa, que o Poder Público confere ao empreendedor, para que este construa além dos coeficientes urbanísticos permitidos.

§ 1º Lei específica de concessão da outorga onerosa do direito de construir estabelecerá as bases de cálculo, a contrapartida, os casos passíveis da isenção ou redução de contrapartida e condições relativas à aplicação deste instrumento, estando determinados os limites máximos de coeficiente de aproveitamento e número de pavimentos, em relação à infraestrutura implantada.

§ 2º A aplicação da outorga onerosa em determinadas áreas da

cidade poderá ser limitada.

§ 3º As vendas de áreas construtivas (solo criado) serão imediatamente suspensas mediante Decreto do Poder Executivo nos seguintes casos:

- I – em caso de se constatar impacto negativo não suportável pela infraestrutura decorrente da aplicação do solo criado;
- II – quando se verifique o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. 31. Os recursos arrecadados com a venda do direito de construir a mais serão destinados para obras e fundos definidos em lei específica, referente à regulamentação deste instrumento.

Art. 32. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

#### CAPÍTULO VII DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 33. A transferência do potencial construtivo ou do direito de construir é um instrumento que permite aos proprietários de imóveis urbanos preservados em áreas de interesse cultural, o direito de edificar em outro local a área construída não utilizada em seu imóvel, segundo autorização do Município, ou alienar mediante escritura pública o potencial construtivo de determinado lote que tenha interesse para:

- I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- II – preservação histórica, artística, arquitetônica, arqueológica, ambiental e paisagística;
- III – regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda em habitação de interesse social.

Art. 34. O proprietário de um imóvel de valor cultural ou localizado em área de proteção ambiental, impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo devido às limitações de usos definidos na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial construtivo desse imóvel.

Art. 35. Ao proprietário que conceder ao Município o seu imóvel ou parte dele para fins descritos acima será concedido o benefício de transferência do potencial construtivo.

Art. 36. Os critérios de aplicação deste instrumento e os procedimentos para sua efetivação serão estabelecidos em lei complementar específica, que também operacionalizará os certificados para transferência do direito de construir, os prazos, os registros e as obras de restauro e conservação do imóvel que transfere.

Art. 37. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

#### CAPÍTULO VIII DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO E DA OPERAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 38. Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. 39. O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.

Art. 40. O valor real desta indenização deverá:

I – refletir o valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, na área onde o mesmo se localiza;

II – excluir do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

Art. 41. Os consórcios imobiliários deverão ser formalizados por termo de responsabilidade e participação, pactuados entre o proprietário urbano e a Municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

Art. 42. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidos em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

## CAPÍTULO IX

### DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 43. A operação urbana consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infraestrutura, sistema viário e de habitações de interesse social, num determinado perímetro contínuo ou descontinuado.

Parágrafo único. Cada operação urbana consorciada será efetivada através de um plano de operação urbana específico, criado por lei, de acordo com o previsto neste Plano Diretor e com as disposições dos arts. 32, 33 e 34, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 44. As Operações Urbanas Consorciadas têm como finalidades:

- I – implantação de espaços e equipamentos públicos estratégicos para o desenvolvimento urbano;
- II – otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas;
- III – implantação de programas de habitação de interesse social;
- IV – ampliação e melhoria do sistema de transporte público coletivo;
- V – proteção e recuperação de patrimônio ambiental e cultural;
- VI – melhoria e ampliação da infraestrutura e da rede viária;
- VII – reurbanização e tratamento urbanístico de áreas;
- VIII – dinamização de áreas visando à geração de empregos.

Art. 45. As operações urbanas consorciadas se fazem necessárias para viabilizar intervenções urbanísticas de grande porte, que exijam a cooperação entre o Poder Público, os interesses privados e da população envolvida, e que possam implicar entre outras medidas:

- I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente ou o impacto de vizinhança;
- II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente;
- III – a ampliação dos espaços públicos e implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- IV – a oferta de habitação de interesse social.

Art. 46. A lei específica, que regerá o Plano de Operação Urbana Consorciada, deverá conter no mínimo:

I – delimitação da área de abrangência;

II – finalidades da operação;

III – programa básico de ocupação e intervenções previstas;

IV – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

V – estudo prévio de impacto de vizinhança;

VI – contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos;

VII – forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhada com representação da sociedade civil;

VIII – garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou por lei;

IX – conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.

Parágrafo único. Os recursos obtidos pelo Poder Público serão aplicados exclusivamente no programa de intervenções, definido na lei de criação de cada plano de operação urbana consorciada.

## CAPÍTULO X

### ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

Art. 47. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas ocupadas por habitações subnormais e loteamentos irregulares de baixa renda ou áreas onde haja concentração de imóveis desocupados ou deteriorados, e vazios urbanos dotados de infraestrutura com potencial de implantação de lotes urbanizados e/ou novas moradias populares.

Art. 48. São objetivos das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS):

- I – estabelecer condições especiais para a regularização fundiária de assentamentos subnormais e ampliar a oferta de moradia;
- II – estimular a permanência da população de baixa renda das áreas regularizadas e/ou beneficiadas com investimentos públicos.

## CAPÍTULO XI

### DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 49. O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV é um instrumento a ser exigido para a concessão de licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos e atividades que possam causar impacto afetando a qualidade de vida da população residente na área ou nas proximidades.

Art. 50. Deverá alertar e precaver quanto à repercussão do empreendimento no que se refere às questões ligadas a visibilidade, acesso, uso e estrutura do meio ambiente natural ou construído evitando o desequilíbrio no crescimento urbano e garantindo condições mínimas de ocupação dos espaços habitáveis.

Art. 51. Os empreendimentos e atividades, privados ou públicos que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal, serão definidos em legislação específica, a ser editada no prazo de um ano a partir da aprovação deste Plano Diretor.

Art. 52. O EIV será elaborado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades. Os critérios de análise para elaboração do EIV estarão estabelecidos em lei específica.

## CAPÍTULO XII

### DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 53. O município poderá instituir contribuição de melhoria sobre os imóveis que forem beneficiados e/ou tiverem o seu valor venal acrescido em decorrência de obra e/ou serviço realizado pelo Poder Público Municipal.

### CAPÍTULO XIII DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 54. Visando promover um processo contínuo de Gestão compartilhada do Plano Diretor, atualizado e democrático, fica instituído o Sistema de Gestão Urbana, composto por:

- I – Poder Executivo Municipal;
- II – Participação Popular.

Art. 55. O Sistema de Gestão Urbana terá como objetivos:

- I – viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;
- II – promover o processo educativo e de capacitação da população para que possa participar dos processos decisórios concernentes à política urbana;
- III – tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;
- IV – identificar as prioridades sociais do Município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;
- V – implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste Plano Diretor;
- VI – gerenciar e atualizar permanentemente este Plano Diretor;
- VII – evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbana e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para a política urbana do Município através da gestão democrática.

#### SEÇÃO I DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 56. São atribuições do Poder Executivo Municipal, no que compete ao Sistema de Gestão Urbana:

- I – promover a articulação entre Poder Executivo Municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;
- II – implantar e gerenciar o Sistema de Informações Municipais proporcionando acesso amplo a todos os interessados, indistintamente;
- III – adequar a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana;
- IV – formular políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas de acordo com as diretrizes deste Plano Diretor;
- V – executar políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não-governamentais seja no âmbito estadual e federal;
- VI – promover a realização de audiências públicas;
- VII – elaborar e submeter à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Municipal as ações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor.

#### SEÇÃO II DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 57. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão política urbana do Município, mediante as seguintes instâncias de participação:

- I – Conselho de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas;
- II – Conferência Municipal de Política Urbana;
- III – Audiência Pública;
- IV – Gestão Orçamentária Participativa.

Art. 58. A participação dos munícipes em todas as fases do processo de gestão da política urbana do Município deverá basear-se

na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com antecedência.

Art. 59. O Poder Executivo apresentará bianualmente à Câmara Municipal e ao Conselho de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas relatório de Gestão Urbana e Plano de Ação para o próximo período.

#### Subseção I Do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas

Art. 60. O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas é órgão integrante do Sistema de Gestão Urbana e tem, além das atribuições a ele conferidas pela Lei 2257/2005, como atribuições:

- I – emitir parecer sobre todo projeto de Lei de caráter urbanístico do Município e naqueles casos cuja solução esteja omissa na Legislação ou, se prevista nesta, suscite dúvidas;
- II – promover estudos e divulgações de conhecimento relativo a áreas urbanas, especialmente no que se refere ao Uso e Ocupação do Solo;
- III – colaborar com a equipe técnica encarregada de aplicar o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, encaminhando críticas, sugestões, reivindicações e problemas urbanos e emitir pareceres sobre os mesmos;
- IV – zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;
- V – realizar bianualmente a Conferência Municipal de Política Urbana para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Diretor e da Política Urbana Municipal revendo as diretrizes e os rumos da política para:
  - enfrentar a diminuição de emprego e renda;
  - garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;
  - integrar as diferentes políticas sociais.
- VI – propor, discutir, promover debates, e deliberar sobre projetos de empreendimentos de grande impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas, submetendo-os à consulta popular, na forma prevista nesta Lei;
- VII – emitir parecer sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do Poder Público que versem sobre planejamento urbano;
- VIII – aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- IX – aprovar a metodologia para a definição dos valores anuais da Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- X – apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor;
- XI – definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;
- XII – elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;
- XIII – assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;
- XIV – analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, desde que estejam de acordo com a política habitacional do Município;
- XV – promover o desenvolvimento harmonioso e sustentável, através da integração das ações do Poder Público e organizações privadas, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

§ 1º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso XI deste artigo.

Art. 61. O Conselho será formado por Membros Representativos da Sociedade e Poder Público, com respectivos Titulares e Suplentes, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação bienal.

#### Subseção II Da Conferência Municipal De Política Urbana

Art. 62. A Conferência Municipal de Política Urbana é instância máxima deliberativa do Sistema de Gestão Urbana, constituindo espaço público privilegiado para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar ações e medidas referentes ao Plano Diretor, devendo ser realizada bianualmente.

Art. 63. São objetivos da Conferência Municipal de Política Urbana:  
I – assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o Município;

II – mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas do Município;

III – sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV – integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V – avaliar a atividade do Conselho de Desenvolvimento Municipal visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;  
VI – definir uma agenda do Município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.

Art. 64. A Conferência Municipal de Política Urbana terá regimento próprio, a ser elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas, por este revisado sempre que necessário.

§ 1º. O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática estabelecidos pela Lei Federal N.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

§ 2º. No regimento da Conferência Municipal de Política Urbana deverá estar previsto, no mínimo:

I – as competências e matérias de deliberação;

II – os critérios e procedimentos para a escolha dos delegados;

III – a forma de organização e funcionamento da Conferência;

IV – a previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

#### Subseção III Das Audiências Públicas

Art. 65. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas no inciso I do § 4º do artigo 40 da Lei Federal N.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:

I – a cooperação entre diversos agentes sociais do Poder Executivo e Poder Legislativo de Catanduvas;

II – promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III – garantir o direito político de participação do cidadão,

individualmente considerado;

IV – possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

organizações e movimentos populares;

associações representativas dos vários segmentos das comunidades;

associações de classe;

fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Art. 66. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no processo de sua implantação.

Parágrafo único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Diretor configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Diretor.

Art. 67. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura do Município.

Art. 68. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

#### Subseção IV Da Gestão Orçamentária Participativa

Art. 69. No âmbito do Município de Catanduvas, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa de que trata o art. 4º, inciso III, alínea f da Lei Federal n.º 10.257/01 - Estatuto da Cidade, tendo por objetivos:

I – propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;

II – possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 70. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

#### TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 71. Toda atividade que esteja em desacordo com este Plano Diretor será considerada atividade desconforme, podendo ser classificada em:

I – Atividade Compatível: aquela que, embora não se enquadrando nos parâmetros estabelecidos para a unidade territorial em que está inserida, tem características relativas às suas dimensões e funcionamento que não desfiguram a área, e que não tenha reclamações



registradas por parte dos moradores do entorno;  
II – Atividade Incompatível: aquela que está comprovadamente em desacordo com as diretrizes estabelecidas para a unidade territorial na qual está localizada.

§ 1º Fica permitida, a critério Conselho de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas, a ampliação da atividade considerada compatível, desde que não descaracterize a área onde esta se encontra.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vedadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da ocupação do solo a ela vinculada.

Art. 72. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação da presente Lei:

I – de um ano, para que o Poder Executivo Municipal promova as reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Diretor, bem como dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e de gestão democrática nos termos da Lei n.º 10.250/01 - Estatuto da Cidade;

II – de um ano, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo, as modificações na Legislação Municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;

III – de meio ano para que se propicie as condições para início das atividades do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas, com as atribuições previstas no Art. 60 da presente Lei.

§ 1º O início das atividades do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Catanduvas, não poderão exceder trinta dias após o transcurso do prazo de cento e oitenta dias a que se refere o inciso III do presente artigo.

§ 2º As medidas previstas nos incisos I, II e III do presente artigo não prejudicarão os dispositivos autoaplicáveis deste Plano Diretor.

Art. 73. Este Plano Diretor deverá ser revisto pelo menos a cada 10 anos, na forma do § 3º, do artigo 40, do Estatuto da Cidade.

Art. 74. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 75. Faz parte desta Lei o Anexo - Glossário.

Art. 76. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 27 de abril de 2016.

Gisa Aparecida Giacomini  
Prefeita

Davi Pecinato  
Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

ANEXO

GLOSSÁRIO

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

Acesso Particular - Acesso destinado ao atendimento de um lote.

Aclividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está acima do ponto de referência.

Afastamento - Distância entre o limite externo da projeção

horizontal da edificação e as divisas do lote, não considerada a projeção dos beirais podendo ser:

- Frontal
- Lateral
- Fundos

Afastamento do Eixo da Via - É a distância entre a edificação e o eixo da via.

Água Potável - Água própria para consumo humano proveniente de uma origem que permanentemente garante sua qualidade, atendendo a parâmetros físicos e químicos estabelecidos por autoridades sanitárias.

Alimento Perecível - Aquele que está sujeito a deterioração caso não seja mantido em condições especiais de armazenamento.

Alinhamento - A linha divisória legal entre o lote e a via ou logradouro público.

Alpendre - Área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares, consolos ou em balanço.

Altitude - Distância vertical de um ponto da superfície da terra em relação ao nível zero ou nível dos oceanos.

Alvará - É o instrumento da licença ou da autorização para construir ou lotear.

Alvará de Construção - Documento expedido pelo Município que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização;

Alvará de Localização e Funcionamento - Documento expedido pelo Município que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço.

Alvará de Obra - Ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra.

Alvará Sanitário - Documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém-construído ou reformado e/ou o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de saúde, de educação pré-escolar e outros, após a vistoria prévia das condições físico-sanitárias do mesmo.

Ampliação - Alteração no sentido de tornar maior a construção.

Andaime - Obra provisória destinada a sustentação de operários e materiais durante a execução da obra.

Antessala - Compartimento que antecede a uma sala; sala de espera.

Apartamento - Unidade autônoma de moradia.

Aprovação do Projeto - Ato administrativo que precede o licenciamento das obras.

Aprovação de Obra (habite-se) - Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação.

Área Total Construída - Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares;

Área Ocupada - Projeção, em plano horizontal, da área construída.

Áreas Institucionais - Parcela do terreno destinado às edificações



ou usos com fins comunitários ou de utilidade pública.

Área Rural - Toda a área do município, excluída a zona urbana.

Área sob Pilotis - Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.

Área Urbanizada - Compreende as áreas caracterizadas pela contiguidade das edificações e pela existência de equipamentos públicos, urbanos e comunitários, destinados às funções urbanas de habitação, recreação e circulação.

Área Útil - Área que corresponde a área utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho Regional Engenharia, Arquitetura, e Agronomia – CREA.

Aterro Sanitário - É uma forma de dispor adequadamente o lixo sobre o solo, compactando-o com um trator, recobrando-o diariamente com camadas de terra de modo a não causar prejuízos ao meio ambiente.

Ático - Pavimento no topo do edifício, cuja área não poderá exceder a 30% da área do pavimento inferior.

Átrio - Pátio interno, de acesso a uma edificação.

Auto de Infração - É o instrumento por meio do qual a autoridade apura a violação das disposições das Leis, Decretos e Regulamentos Municipais.

Autorização - É ato administrativo discriminatório e precário.

Balanço - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.

Balão de Retorno - Alargamento dos logradouros sem saída (becos) para manobras de veículos.

Balcão - Varanda ou sacada guarnecida de peitoril.

Baldrame - Viga de concreto, madeira, pedra ou similar que corre amarrando as fundações.

Beiral - Prolongamento do telhado, além da prumada das edificações.

Benfeitoria - Obra de infra-estrutura ou melhoramento feito em determinado local.

Brise - Conjunto de placas ou chapas de material variável que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação.

Caixa de Escada - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

Caixa da Via - É a medida da via, em seção transversal, incluindo as pistas de rolamento, os canteiros centrais e as calçadas.

Caixilho - Parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.

Calçada - Parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada a circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins.

Canteiro - Área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos.

Caramanchão - construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação.

Casa Geminada - Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única.

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Caução - Depósito de valores ou bens aceitos para tornar efetiva a responsabilidade de um ato.

Centro Comercial - Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte.

Certificado de Conclusão de Obra - Documento expedido pelo Município que autoriza a ocupação de uma edificação (Habite-se).

Cisterna - Reservatório de água inferior.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Compartimento - Cada uma das divisões de uma edificação.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Cone de Sombreamento - Linha de projeção de um ângulo de 70º (setenta graus) medindo a partir do eixo da via até o ponto mais elevado da fachada.

Conservação - Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.

Construção - É de modo geral, a realização de qualquer obra.

Construção Clandestina - Obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença.

Consulta Prévia de Viabilidade - Documento fornecido pela Municipalidade informando os usos e parâmetros de construção vigentes em determinado imóvel.

Corrimão - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada ou rampa, e que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe e desce.

Cota Emergencial - Cota determinada em metro em relação ao nível do mar, que é facilmente alagável.

Cota Inundável de Máxima Cheia - Área sujeita a inundação, acima da cota emergencial constante do levantamento do órgão local de defesa civil.

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Croqui - Esboço preliminar de um projeto.

Cumeeira - A parte mais alta do telhado de uma edificação.

Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência.

Decibel(dB) - Unidade de intensidade física relativa ao som.

Degradação Ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de

elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes de níveis capazes de direta ou indiretamente:  
Prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população;  
Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;  
Ocasionalmente danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

Dejetos - Resíduos, excrementos, restos.

Demolição - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

D.E.R - Departamento de Estradas de Rodagem.

DEINFRA - Departamento Estadual de Infraestrutura.

CNP - Conselho Nacional do Petróleo.

DNC - Departamento Nacional de Combustíveis.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento, órgão extinto, sucedido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral.

Dependência de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por partes dos titulares de direito das unidades de moradia.

Dependência de Uso Privativo - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

Desmembramento - É a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura, prolongamento ou modificação de vias existentes.

Divertimento Público - São os realizados em vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Duto de Ventilação - Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 70 cm (setenta centímetros), destinado a ventilar somente compartimentos de utilização transitória.

Economia - Unidade autônoma de uma edificação, passível de tributação.

Edícula - Denominação genérica para compartimento acessório de habitação, separado da edificação principal.

Edificação de Ocupação Mista - Possui caracterizado mais de um tipo de uso.

Edifícios garagens - Construção destinada ao estacionamento de veículos.

Elevador - Máquina que executa o transporte em altura de pessoas e mercadorias.

Embargo de Obra - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.

Equipamentos Comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

Equipamentos Urbanos - São os equipamentos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado.

Escala - Relação das dimensões do desenho e a do que ele representa.

Especificação - Discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção.

Estabelecimento - Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.

Estacionamento - Espaço reservado para um ou mais veículos.

Explosivos - Consideram-se explosivos:  
Cartuchos de guerra, caça e mina;  
Fogos de artifício;  
Nitroglicerina, seus componentes e derivados;  
Pólvora e algodão-pólvora;  
Fulminatos, cloros, forminatos e congêneres.

Fachada - Elevação das paredes externas de uma edificação.

Faixa de Domínio - É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e de seus acessórios.

Faixa "non aedificandi" - Área do terreno onde não é permitida a construção.

Faixa de Proteção - Faixa paralela a um curso d'água, medida a partir da sua margem e perpendicular a esta, destinada a proteger as espécies vegetal e animal desse meio, e da erosão.

Faixa de Rolamento - É a subdivisão longitudinal de uma pista de rolamento, por onde flui uma única fila de veículos;

Faixa Sanitária - Área do terreno onde não é permitida qualquer construção, e cujo uso está vinculado à servidão de passagem, para efeito de drenagem, captação de águas pluviais, ou colocação de redes de esgotos.

FATMA - Fundação do Meio Ambiente.

Feira Livre - Local ao ar livre que funciona com o objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.

Festejos Públicos - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.

Fiança - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor, caso este não cumpra a obrigação.

Filtro Anaeróbico - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbicas, cujo meio filtrante mantém-se afogado.

Fossa Séptica - Unidade de sedimentação e digestão, de fluxo horizontal e funcionamento contínuo, destinado ao tratamento primário de esgotos sanitários.

Fundações - Parte da construção destinada a distribuir as cargas de edificação sobre um terreno.

Gabarito - É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.

Galeria - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, um comércio.

Galeria Comercial - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas.

Galpão - Construção constituída por uma cobertura fechada total ou parcialmente, pelo menos em três das suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial;

Garagem Bloqueada - Garagem ligada a circulação de veículos através de outra garagem.

Garagem Livre - Garagem ligada diretamente a circulação interna de veículos.

Gêneros Alimentícios - Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento.

Guarda Corpo - É a vedação de proteção contra quedas.

Habitação - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.

Habite-se - Documento expedido pelo Município que autoriza a ocupação de uma edificação.

Hachura - Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio-tom.

Hall - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.

Índice de Aproveitamento - É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área escriturada deste mesmo terreno.

Infração - Violação da Lei.

Infrator - Todo aquele que cometer mandar ou auxiliar a praticar infração.

Jusante - Para o lado que vaza a maré, ou um curso de água.

Interdição - Determinação da proibição de uso de parte ou da totalidade de uma obra ou edificação quando constituir ameaça a segurança de pessoas, bens ou equipamentos, a estabilidade das construções próximas ou quando houver prejuízo a higiene e a saúde pública.

Jirau - Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até ¼ da área do compartimento.

Kit - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada pavimento nas edificações comerciais.

Kitchenete - Unidade residencial formada de sala e quartos conjugados, banheiro e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala.

Ladrão - Tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiro, pias etc., para escoamento automático do excesso de água.

Lavabo - Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário.

Lavatório - Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto

pluvial.

Licença - É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.

Licenciamento da Obra - Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.

Lindeiro - Limítrofe.

Logradouro Público - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.

Loja - Espaço reservado a comercialização de produtos.

Lote - Porção de terreno com testada para logradouro público.

Loteamento - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.

Lote Mínimo - Porção mínima permitida de um terreno líquido como resultado de processos de parcelamento do solo (loteamento, desmembramento e remembramento), representado em metros quadrados.

Manancial - Qualquer corpo d'água, superficial ou subterrâneo, utilizado para abastecimento humano, industrial, animal ou irrigação.

Marquise - Cobertura em balanço sobre o logradouro.

Meio-fio - Peça de pedra ou de concreto que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.

Memorial Descritivo - Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo.

Mezanino - Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido.

Montante - Para o lado da nascente de um rio.

Nível de SomdB (A) - Intensidade do som medido na curva de ponderação "A" definido na NBR 10.151-ABNT.

N.D.A. - Nível de Degradação Ambiental, estabelecido pela FATMA. Classifica-se em:

Pequeno,  
Médio,  
Alto.

Olho d'água / Nascente - Local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento lençol freático.

Parapeito - É a vedação de proteção de sacadas.

Pára-Raios - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

Parede Cega - Parede sem abertura.

Pavimento - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação; entepiso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos e sobrelojas.

Pavimento Térreo - Piso ao nível da rua.

Passeio - Parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres; parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último

caso, separado por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas.

Patamar - Superfície intermediária entre dois lances de escada.

Pé-Direito - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei.

Perímetro Urbano - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural.

Pista de Rolamento - Parte da via pública destinada a circulação e estacionamento de veículos.

Plano Diretor - Conjunto de leis urbanísticas, definidas pelas Leis de Zoneamento de Uso e Ocupação de Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações.

Play-Ground - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

Poço de Iluminação - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos.

Poluição Ambiental - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.

Posto de Abastecimento - É o estabelecimento que se destina à venda no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes.

Posto de Serviço - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, oferece ainda serviços de lavagens, lubrificações de veículos e outros serviços correlatos.

Posto Garagem - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento e Posto de serviço, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos.

Prisma de Iluminação e Ventilação: é o espaço "non edificandi" mantido livre, dentro do lote, em toda a altura de uma edificação destinada a garantir, obrigatoriamente, a iluminação e ventilação dos compartimentos habitáveis que com ele se comuniquem.

Prisma de Ventilação: é o espaço "non edificandi" mantido livre, dentro do lote, em toda a altura de uma edificação destinada a garantir a ventilação dos compartimentos não habitáveis que com eles se comuniquem.

Produto Perigoso - Toda substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa.

Profundidade de um Compartimento - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.

Reconstrução - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou em todo.

Recuo - É a incorporação ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro.

Reforma - Fazer obra que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação.

Reincidente - É quem violar os preceitos da Lei, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.

Remembramento - A junção de dois ou mais lotes formando um novo lote.

RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Ruído - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

Sacada - Construção que avança da fachada de uma parede.

Saguão - Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal.

Sala Comercial - Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços.

Sarjeta - Escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas da chuva.

Sobreloja - Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente.

Sótão - Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45° (quarenta e cinco graus).

Subsolo - Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior ao pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível.

Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar a sua infiltração.

Tapume - Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras.

Talvegue - Linha de maior profundidade no leito fluvial. Resulta da intersecção dos planos das vertentes com dois sistemas de declives convergentes; é o oposto de crista.

Taxa de Ocupação - A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno.

Telheiro - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

Terraço - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Terreno Baldio - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido.

Testada - É a linha que separa o logradouro público da propriedade particular.

Tombamento - É a declaração, pelo Poder Público, do valor histórico, paisagístico, artístico ou científico de coisas que, por essa razão, devem ser preservadas; o tombamento pode acarretar uma restrição individual, reduzindo os direitos do proprietário, ou uma limitação geral, quando abrange uma coletividade, obrigando-a a respeitar padrões urbanísticos e arquitetônicos, como ocorre com o tombamento de núcleos históricos.

URFM – Unidade de Referência Fiscal Municipal;

Unidade de Moradia - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com o apartamento.

Uso Permitido - forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza.

Uso Inadequado - Usos incompatíveis com o zoneamento.

Uso Tolerado - Permitido somente se ouvido o Órgão de Planejamento Municipal e com exigências extremamente rigorosas.

Valas de Filtração - Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de tubulação e leito filtrante.

Valas de Infiltração - Valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica, através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno.

Varanda - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação.

Vazio Urbano - Lotes não edificadas servidos de infra-estrutura urbana; Vazios urbanos são áreas não ocupadas por atividades urbanas, encravadas no interior da estrutura da cidade, cujas dimensões permitem o parcelamento na forma de loteamentos médios e pequenos (áreas públicas: terrenos militares, terrenos do INCRA; áreas privadas: antigos sítios; propriedades rurais desativadas).

Vestíbulo - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.

Vistoria - Diligência efetuada pela municipalidade tendo por fim verificar as condições de uma construção ou obra.

Zoneamento - Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região a utilização mais adequada em função do sistema viário, recursos naturais, topografia e a infra-estrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### AVISO ANULAÇÃO 26/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
NOTA ANULAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 26/2016
Edital: Pregão Presencial Nº.: 15/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ALUNOS DA APAE, NO PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2016.
Motivo: Não houve interessados em participar do certame.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av Presidente Getúlio Vargas, nº 615, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0433, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 02 DE MAIO DE 2016.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Nomeado para o Cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, o Senhor Elio Vedovatto, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob nº 400.465.919-15 e da Cédula de Identidade sob o nº 12R. 946.407, residente e domiciliado na Linha Dom José, Interior no Município de Caxambu do Sul.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 02 de maio de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### DECRETO 49/2016

DECRETO N. 049/2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso II, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Nomeada para o Cargo de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, a Senhora Ivana Maria Cavalli, brasileira, casada, portadora do CPF/MF sob nº 019.281.189-41 e da Cédula de Identidade sob o nº 2.996.779-1, residente e domiciliada na Rua Duque de Caxias, Centro no Município de Caxambu do Sul.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 02 de maio de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 29/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 29/2016
Pregão Presencial Nº.: 18/2016
Tipo: Menor Preço / Por Item.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EM TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 16 de Maio de 2016.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 16 de Maio de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Presidente Getúlio Vargas, nº 615, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs ou pelo fone (49) 3326-0433, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 29 de Abril de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

### DECRETO 48/2016

DECRETO N. 048/2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso II, da Lei Orgânica do Município;

**EXTRATO ATA RP 14/2016**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº: 14/2016

DETENTORA: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Item	Descrição	Unid	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
2	AMACIANTE DE ROUPAS 2 L	un	clean	40,000	4,9500	198,00	
9	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML	un	gota limpa	265,000	1,8000	477,00	
11	ESPONJA DE LAVAR LOUÇA C/ 4 UNID	pt	esfrebom	115,000	3,7500	431,25	
12	LUVA DE BORRACHA TAM G	pr	sanro	5,000	6,1000	30,50	
13	LUVA DE BORRACHA TAM M	pr	sanro	52,000	6,1000	317,20	
14	LUVAS DESCARTAVEIS TAM M CX C/100	cx	talge	7,000	33,0000	231,00	
15	PANO CRU 80X90 CM	un	bellei	140,000	8,7000	1.218,00	
17	PAPEL TOALHA BRANCO PCT C/ 2 RL 20X22CM - 55 FL CADA ROLO	pt	stilus	70,000	4,4500	311,50	
20	SABÃO EM BARRA 5 X 200G	un	guaira	71,000	7,4300	527,53	
21	SABÃO EM PÓ 01 KG DE PRIMEIRA QUALIDADE - IGUAL OU SUPERIOR A BRILHANTE, YPÊ OU GIRANDO SOL.	un	girando sol	228,000	7,3200	1.668,96	
23	SACO DE LIXO 100 LTS C/ 25 UNID	pt	star	196,000	12,1500	2.381,40	
24	SACO DE LIXO 15 LTS C/ 50 UNID	pt	star	20,000	11,3500	227,00	
25	SACO DE LIXO 30 LTS C/ 50 UNID	pt	star	92,000	11,4000	1.048,80	
26	SACO DE LIXO 50 LTS C/ 50 UNID	pt	star	117,000	11,5500	1.351,35	
27	SAPÓLIO LÍQUIDO 300ML	un	sani brio	115,000	4,3300	497,95	
29	VASSOURA COM CERDAS DE PLÁSTICO	un	desafio	65,000	10,0000	650,00	
30	VASSOURA DE PALHA RESISTENTE COM 4 FIOS	un	colonial	69,000	17,9000	1.235,10	

Vigência ..... : Início : 28/04/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 14/2016.

CAXAMBU DO SUL, 28 de Abril de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA RP 15/2016**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº: 15/2016

DETENTORA: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Item	Descrição	Unid	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	ÁGUA SANITÁRIA EMBAL. 2 LITROS - Composição: Hipoclorito de sódio e água; Princípio Ativo: Hipoclorito de sódio; Teor de cloro ativo: 2.0% a 2,5% p/p.	un	4435 BRILHA	215,000	5,5900	1.201,85	
6	DESINFETANTE EMB. 2 LITROS	un	BRILHA SUL	283,000	6,2800	1.777,24	
8	DETERGENTE EMB. COM 5 LITROS	un	4771 BRILHA	60,000	11,4400	686,40	

18	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO 2400 FLS, folhas 100% celulose	un	3986 GUIPEL	225,000	54,0000	12.150,00	
	virgem, acondicionados em caixas de papelão com 2400 folhas e						
	embaladas em pacotes plásticos de 200 unidades. Gramatura 32 g/m2. Apresentar ficha técnica no produto						
	g/m2. Apresentar ficha técnica no produto.						

Vigência ..... : Início : 28/04/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 14/2016.

CAXAMBU DO SUL, 28 de Abril de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA RP 16/2016

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº: 16/2016

DETENTORA: SCS COMERCIO LTDA ME.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Item	Descrição	Unid	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
3	CERA LIQUIDA INCOLOR P/ MADEIRA - Composição: Agente de polimento, formador de filme, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência e veículo.	tb	GIOCA	110,000	7,4000	814,00	
4	CERA LIQUIDA VERMELHA 750ML P/ MADEIRA - Composição: Carnauba , dispersões acrílicas metálicas, emulsificante, agente nivelador, agente formador de filme, alcalinizante, plastificante,	tb	GIOCA	60,000	5,9000	354,00	
5	conservante, fragância, corante e água. CERA LIQUIDA VERMELHA 750ML P/ PISOS E AZULEJOS - Composição: Carnauba , dispersões acrílicas metálicas, emulsificante, agente nivelador, agente formador de filme,	un	GIOCA	130,000	6,8500	890,50	
7	alcalinizante, plastificante, conservante, fragância corante e água. DESODORIZANTE DE AMBIENTE 360 ML AEROSOL	un	ULTRA FRES	43,000	9,6000	412,80	
10	ESFREGÃO DE AÇO 10GR	un	ZAVASKI	80,000	1,5000	120,00	
16	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO PICOTADO, 100% DE FIBRAS NATURAIS ROLO COM 60 MT, PACTO COM 04 ROL, FARDO COM 16 PACOTE	fd	HOLLY	155,000	73,0000	11.315,00	

19	PEDRA SANITÁRIA 35G	un	GIOCA	160,000	0,9700	155,20	
22	SABONETE 90 GR	un	SENSUS	5,000	2,7500	13,75	
28	TOUCA DESCARTÁVEL PCT C/100 UND	pt	TALGE	12,000	11,5000	138,00	

Vigência ..... : Início : 28/04/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 14/2016.

CAXAMBU DO SUL, 28 de Abril de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**Celso Ramos****PREFEITURA****CONTRATO 73/2016**

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS**

## Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
354	73/2016	02/05/2016	31/12/2016	31/2016	Não	39.500,00		RECUPERAÇÃO CAÇAMBA	IRMAOS GRASSI LTDA - ME
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR REFORMA NO CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2423, DA SECRETARIA DE OBRAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.									
<b>Total: 1</b>									



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 039, DE 02.05.2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 039, DE 02.05.2016

Anula dotação orçamentária, abre crédito adicional suplementar dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 0650, de 22.12.2015, com as disposições da Lei nº 0656 de 23.03.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Social

10 – Desenvolvimento Social

90 – Recurso Ordinário – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Assistência Social ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art.1º, fica aberto um Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação de despesas:

Órgão	09 – Secretaria de Assistência Social
Unidade	04 – Divisão do Fundo Municipal do Idoso
Função	08 – Assistência Social
Sub-função	241 – Assistência ao Idoso
Programa	100 – Fundo Municipal do Idoso
Recurso	90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
Projeto/Atividade	2.087 – Manutenção e Desenvolvimento das Ações do CMI
Modalidade de Aplicação	3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor	R\$ 9.999,00 (nove mil, novecentos e noventa e nove reais)
Modalidade de Aplicação	4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor	R\$ 1,00 (um real)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de maio de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 040/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 040/2016

Altera parcialmente o anexo I, inciso IV, do art. 1º do Decreto 025 de 28.03.2016 e estabelece outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as disposições do art.3º, da Lei Complementar nº 079 de 23.03.2016,

DECRETA:

Art. 1º Altera parcialmente o anexo I, inciso IV, do art. 1º do Decreto nº 025 de 28.03.2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:  
IV - Anexo I da Lei Complementar nº 030/07

Tabela Salarial do PSF e PACS (Emprego Público)

## ANEXO I

EMPREGOS PÚBLICOS  
GRUPO OCUPACIONAL, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTO  
GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Nº de Empregos	Emprego	C.Horária	Vencimento (R\$)
01	Odontologo do PSF	40	5.126,24
01	Enfermeiro Padrão do PSF	40	2.894,44

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de maio de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**PORTARIA 179/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

## PORTARIA N° 179/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar n° 008/99;

## RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 02.02.2015 à 01.02.2016, a ELOI MOMM, matriculado sob o n° 255303, ocupante do cargo efetivo de Operário, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 02.05.2016 a 31.05.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC n° 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de maio de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria 180/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

## PORTARIA N° 180/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar n°. 008/99,

## RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 17/07/2014 à 16/07/2015, a OSMAR ABREU, Matriculado sob o n° 2075/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 02.05.2016 a 31.05.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC n° 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria 182/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 182/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 29/03/2015 à 28/03/2016, a MAICON SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 03.05.2016 à 01.06.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de maio de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0181/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 0181/2016

DESIGNA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora pública municipal abaixo relacionada para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas, atuar como Fiscal de Contrato Administrativo celebrado no âmbito da Administração Municipal, em obediência ao art. 67 da Lei 8.666/93:

I- ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016, PREGÃO Nº 22/2016 - SRP

OBJETO: Aquisição de cestas básicas

FISCAL: Claudirene Ferreira

Art. 2º O Fiscal ora designado deverá observar as disposições no Decreto nº 029 de 04.04.2016, para o desempenho da função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 02 de maio de 2016.

José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**LEI N.º0657, DE 20.04.2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI N.º0657, de 20.04. 2016.

Acresce dispositivos a lei nº508 de 27.05.2011 que alterou, acresceu e excluiu dispositivos a lei n.º0420 e lei n.º0294.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL na composição do Quadro de servidores Comissionados constante no anexo II da Lei nº508 de 27.05.2011.

Art. 2º Por conta das mudanças feitas pelo Art. 1º desta Lei, fica incluído no quadro de servidores Comissionados constante no anexo II da Lei nº508 de 27.05.2011, o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comunicação Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II

## QUADRO DE SERVIDORES COMISSIONADOS

CARGO	N.º VAGAS	CH	VENCIMENTO
.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	01	10	R\$1.050,00

Art. 3º Fica incluído na descrição específica dos cargos comissionados constante no anexo IV da Lei nº508 de 27.05.2011, a descrição do cargo de provimento em comissão de Assessor de Comunicação Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## ANEXO IV

## DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DOS CARGOS COMISSIONADOS

.....

a) .....

b) .....

c) .....

.....

a) .....

b) .....

c) .....

.....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

f) .....

g) .....

## ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

a) Formação: Nível Superior em Comunicação Social.

b) Compete à Assessoria de Comunicação:

- coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relacionadas à Assessoria de Comunicação;

- coordenar as relações com os demais setores e veículos de comunicação e assessorá-lo quanto ao processo de funcionamento dos veículos de comunicação;

- promover a divulgação dos assuntos de interesse do Poder Legislativo, mantendo atualizadas as informações no site institucional.

- manter constante contato com órgãos de imprensa, a fim de divulgar as ações institucionais do Poder Legislativo;

- providenciar e supervisionar a elaboração de material informativo de interesse do Poder Legislativo, a ser divulgado pela imprensa, em observância aos princípios da publicidade e da transparência;

- pesquisar matérias veiculadas pela mídia, de interesse do Poder Legislativo;

- manter arquivo de documentos, matérias, reportagens, fotografias e informes publicados na imprensa local e nacional e em outros meios de comunicação social;

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 20 de abril de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

# Chapecó

## PREFEITURA

**ATO 005/CP/ED/002/16**

Ato 005/CP/ED/002/16

DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES  
DO EDITAL N° 002/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o julgamento dos recursos contra o indeferimento das inscrições divulgadas no ato 003/2016, do edital 002/2016, conforme que segue:

Nº INSC	CANDIDATO	Cargo
324937	Camila Bezerra De Sousa	Instrutor de Artes Visuais: Desenho Artístico/Expressão Visual/Pintura   Ensino Superior
Alegação: Paguei meu comprovante por internet banking no dia 22, porém só no dia 23 vi que o meu banco não tinha autorizado a transação. Peço que por gentileza, deixem eu pagar novamente o comprovante. Grata, Camila Sousa.		
Decisão: INDEFERIDO  Não há possibilidades de efetuar pagamento do boleto da taxa de inscrição do presente concurso fora dos prazos estabelecidos no edital.		

Chapecó (SC), 02 de Maio de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

**ATO 006/CP/ED/001/16**

Ato 006/CP/ED/001/16

DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES  
DO EDITAL N° 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o julgamento dos recursos contra o indeferimento das inscrições divulgadas no ato 003/2016, do edital 001/2016, conforme que segue:

Nº INSC	CANDIDATO	Cargo	Alegação
347331	Gabrielle Toledo Cordova	Arquiteto	Antes de fazer a inscrição fiz o cadastro no site, quando faço cadastro em sites não coloco meu nome completo. Como fiz a inscrição depois do cadastro não aparecia campo para eu preencher alguns dos meus dados que já haviam sido colocados. Coloquei somente Gabrielle Cordova anteriormente na data de cadastro do site, sendo que o nome completo seria Gabrielle Toledo Cordova.
Decisão: DEFERIDO  O nome da candidata encontra-se retificado. Qualquer outra alteração deve ser feita pela candidata com o acesso a área do candidato no site, caso contrário seus dados sairão incompletos em todas as listas de divulgação do concurso.			

Nº INSC	CANDIDATO	Cargo	Alegação
317215	Caroline Barboza Kuhn	Cirurgião Dentista	O boleto do pagamento da inscrição foi pago, mas não consta na lista de inscritos.
317215	Caroline Barboza Kuhn	Cirurgião Dentista	Foi pago o boleto, porém meu nome não está nos inscritos. Está anexo o comprovante de pagamento e o boleto.



Decisão: INDEFERIDO

Infelizmente observa-se que o boleto da candidata se trata de um boleto clonado.

Os boletos do concurso de Chapecó têm como agência de emissão o Banco do Brasil.

Observa-se que a candidata efetuou o pagamento em uma agência do banco do brasil de acordo com os comprovantes anexados ao recurso, porém no comprovante de pagamento aparece como favorecido alguém com conta na agência do Bradesco, e comparando ao boleto pago pela candidata o código inicial dele é 237, ou seja, agência do Bradesco, sendo que do banco do brasil e do concurso de Chapecó inicia pelo (001).

Muito provavelmente o computador em que a candidata imprimiu este boleto está danificado por um vírus de algum estelionatário. O IOBV sugere que a candidata faça um registro de B.O

O edital prevê esta situação:

4.15 O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, devido vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.

Situação mantida.

Segue reportagem divulgada pelo site do G1 a título de informações complementares: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/02/policia-investiga-golpe-que-altera-boletos-bancarios-em-erechim-rs.html>

A pessoa imprime o documento, mas nem percebe que ele teve dados alterados. O dinheiro acaba parando na conta de golpistas.

Ao olhar o boleto, a fraude é praticamente imperceptível. A questão é que alguns números mudam todo o processo. Todos os bancos têm um código específico. O da Caixa Econômica Federal, por exemplo, é o 104. Porém, em um boleto fraudado, o número que consta é o 033. Segundo especialistas em computação, na maioria dos casos, isso ocorre porque o usuário clica em endereços com vírus, e acaba instalando um programa que acessa todas as informações do computador.

"Com base nessas informações, essas entidades fraudulentas acabam gerando um outro boleto. O fato de você clicar num site permite a eles interceptar essa informação e te redirecionar a outro site, e assim você acaba baixando um boleto que não é realmente o real", explica Neilor Tonin, coordenador de ciências da computação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

Ou seja, o valor vai para uma conta fantasma.

Nº INSC	CANDIDATO	Cargo	Alegação
327645	Rita De Cassia Farias De Oliveira	Enfermeiro	O pagamento da Inscrição nº 327645 foi realizado na data de 11/04/2016 às 12:48:21, no autoatendimento, terminal 04145042 da Caixa econômica Federal. Valor pago R\$150,00 que foi debitado na conta 0414 001 00044431-5.
327645	Rita De Cassia Farias De Oliveira	Enfermeiro	O pagamento da Inscrição nº 327645 foi realizado na data de 11/04/2016 às 12:48:21, no autoatendimento, terminal 04145042 da Caixa econômica Federal. Valor pago R\$150,00 que foi debitado na conta 0414 001 00044431-5.

Decisão: DEFERIDO

Assiste razão à candidata, em análise aos comprovantes enviados pela candidata a banca constatou o pagamento do boleto em tempo hábil e de acordo com os prazos e normas estabelecidos no edital.

Inscrição Homologada.

Chapecó (SC), 02 de maio de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

## **ATO 006/CP/ED/002/16**

Ato 006/CP/ED/002/16

### **DIVULGA LOCAL E HORÁRIOS DE PROVA DO EDITAL Nº 002/2016 DE CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam Convocados os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 08 de maio de 2016 para a prova escrita objetiva no seguinte local e horários:

1.2 Local de Prova em Chapecó – SC:

UNOCHAPECO

Av. Senador Attílio Fontana, 591-E Efapi  
Chapecó - SC

1.3 Horários:

Evento	Horários	
	MATUTINO Ensino Superior	VESPERTINO Ensino Médio
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	7h15	13h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	7h50	13h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequência início das provas.	7h52	13h52
Início da resolução da prova.	8h00	14h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e/ou retirar-se do local de prova.	9h00	15h00
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	12h00	18h00

1.4. Esteja no local com pelo menos uma hora de antecedência, portando obrigatoriamente documento de identificação com foto e caneta esferográfica de tubo transparente de tinta preta (de preferência) ou azul.

2. Segue tabela de cargos por ordem alfabética com a distribuição por período, bloco e andar:

CARGOS	Período	Local	Bloco	Andar
Instrutor de Artes Cênicas: Balé Clássico/Teoria da Dança  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Artes Cênicas: Jazz e Dança Contemporânea  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Artes Cênicas: Jazz/Dança Contemporânea/Balé Clássico  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Artes Cênicas: Teatro  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Artes Visuais: Desenho Artístico/Expressão Visual/Pintura  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Acordeão/Técnica Vocal/Canto Coral  Ensino Médio	Vespertino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Acordeão/Técnica Vocal/Canto Coral  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Piano Clássico/Teclado  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Piano Clássico/Teoria e Percepção Musical/História da Música  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Preparação Vocal/Regência Coral/Teoria e Percepção Musical  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Regência Coral/Arranjo/Piano  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Sopros Madeira/Musicalização  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Técnica Vocal/Canto Coral  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Teoria e Percepção Musical/Sopros Metais/Percussão Sinfônica  Ensino Médio	Vespertino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Teoria e Percepção Musical/Sopros Metais/Percussão Sinfônica  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Violão Popular  Ensino Médio	Vespertino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Violão Popular  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Violino/Viola de Arco  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Violino/Viola e Arco  Ensino Médio	Vespertino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)
Instrutor de Música: Violoncelo/Violino  Ensino Superior	Matutino	Unochapeco	R3	1º piso (térreo)

Chapecó (SC), 02 de Maio de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

**ATO 007/CP/ED/001/16**

Ato 007/CP/ED/001/16

DIVULGA LOCAL E HORÁRIOS DE PROVA

DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam Convocados os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 08 de maio de 2016 para a prova escrita objetiva no seguinte local e horários:

1.2 Local de Prova em Chapecó – SC:

UNOCHAPECÓ
Av. Senador Attílio Fontana, 591- E Efapi
Chapecó - SC

1.3 Horários:

Evento	Horários	
	MATUTINO Ensino Superior	VESPERTINO Ensino Fundamental e Médio
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	7h15	13h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	7h50	13h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	7h52	13h52
Início da resolução da prova.	8h00	14h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e/ou retirar-se do local de prova.	9h00	15h00
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	12h00	18h00

1.4. Esteja no local com pelo menos uma hora de antecedência, portando obrigatoriamente documento de identificação com foto e caneta esferográfica de tubo transparente de tinta preta (de preferência) ou azul.

2. Segue tabela de cargos por ordem alfabética com a distribuição por período, bloco e andar:

CARGOS	Período	Local	Bloco	Andar
Agente de Defesa Civil - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	R3	1º piso (térreo)
Agente Municipal de Trânsito - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	G	3º piso
Analista Administrativo - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	2º piso
Arquiteto - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	G	2º piso
Arquivista - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R3	1º piso (térreo)
Assistente Social - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R3	3º piso
Auxiliar de Consultório Dentário - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	R3	2º piso
Auxiliar de Enfermagem - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	G	3º piso
Auxiliar de Serviços Externos - Ensino Fundamental Completo	Vespertino	Uno Chapecó	R	2º piso
Bibliotecário - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R3	1º piso (térreo)
Biólogo - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R3	2º piso
Cirurgião Dentista - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Cuidador Social - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	R3	2º piso
Encanador - Ensino Fundamental Completo	Vespertino	Uno Chapecó	R	3º piso
Enfermeiro - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	G	1º piso (térreo)
Engenheiro Agrônomo - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R3	2º piso
Engenheiro de Alimentos - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	G	3º piso
Engenheiro de Segurança do Trabalho - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R3	2º piso
Engenheiro de Trânsito - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Engenheiro Eletricista - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R3	2º piso
Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	G3	3º piso

Farmacêutico - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	G	2º piso
Fiscal de Defesa do Consumidor - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	G3	2º e 3º piso
Fiscal de Obras e Posturas - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	R3	1º piso (térreo)
Fiscal de Serviços Públicos Concedidos - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	G	2º piso
Fiscal de Vigilância Sanitária - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	3º piso
Fiscal do Meio Ambiente - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R3	3º piso
Fisioterapeuta - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R3	3º piso
Mecânico Ajustador - Ensino Fundamental Completo	Vespertino	Uno Chapecó	R	3º piso
Médico Clínico Geral - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico do Trabalho - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico ESF - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico Hematologista - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico Infectologista - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico Neuropediatra - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico Ortopedista - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico Pediatra - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico Proctologista - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico Psiquiatra - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico Reumatologista - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo)
Médico Veterinário - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	G3	3º piso
Monitor Social Desportivo - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	G3	2º piso
Motorista - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	R3	2º piso
Nutricionista - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	G3	3º piso
Operador de Máquinas (Retroescavadeira) - Alfabetizado	Vespertino	Uno Chapecó	R	2º piso
Pedreiro - Ensino Fundamental Completo	Vespertino	Uno Chapecó	R	3º piso
Procurador Municipal - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	G	3º piso
Psicólogo - Ensino Superior	Matutino	Uno Chapecó	G3	2º piso
Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	R3	1º piso (térreo)
Técnico em Administração - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	G	1º piso (térreo)
Técnico em Agropecuária - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	G3	3º piso
Técnico em Laboratório - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	R3	1º piso (térreo)
Técnico em Segurança do Trabalho - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	G	3º piso
Técnico em Vigilância Sanitária - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	G3	3º piso
Telefonista - Ensino Médio	Vespertino	Uno Chapecó	G	3º piso
Vigia Ensino Fundamental Completo	Vespertino	Uno Chapecó	R	1º piso (térreo) e 2º piso

Chapecó (SC), 02 de maio de 2016

Luciano José Buligon  
Prefeito Municipal

**ATO 008/CP/ED/001/16**

Ato 008/CP/ED/001/16

DIVULGA DECISÃO DOS PEDIDOS REMANESCENTES DE BENEFÍCIO SOB A LEI 11.689/2008  
EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE JURADO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, divulga a decisão dos pedidos remanescentes de benefício da lei 11.689/2008 de exercício da função de jurado para utilização no critério de desempate da Classificação Final, conforme segue:

**CIRURGIÃO DENTISTA |**

Nº INSC	CANDIDATO	DECISÃO
321404	Juan Francisco Navarro Perez	DEFERIDO, nos termos do edital de acordo com o item 8.3

**PROCURADOR MUNICIPAL |**

Nº INSC	CANDIDATO	DECISÃO
324540	Vinicius Nahan dos Santos	DEFERIDO, nos termos do edital de acordo com o item 8.3

Chapecó (SC), 02 de Maio de 2016  
Luciano José Buligon  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 004 DE 27 DE ABRIL DE 2016**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ/SC - CMAS

Resolução nº 004 de 27 de abril de 2016.

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira do SUAS no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS .

O Conselho Municipal de Assistência Social de Chapecó - CMAS, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 8.742/93 de 07 de Dezembro de 1993, e Lei Municipal nº. 6565 de 27 de Março de 2014,

Resolve:

Art. 1º Tornar público que em reunião Ordinária realizada em 27 de abril de 2016 deliberou por APROVAR o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira do SUAS, com o cofinanciamento Federal pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, exercício de 2015.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó/SC, 27 de abril de 2016.

Cristiane Regina Seben

Presidente do CMAS

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓProcesso Administrativo nº 13/2016  
Carta-convite nº1/2016

Objeto: Aquisição de materiais de expediente

Entrega dos envelopes: até às 14h do dia 11/05/2016.

Abertura dos envelopes: às 14h do dia 11/05/2016.

A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço da Câmara Municipal, na Rua Marechal Bormann, nº 320-E, centro, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 13h30 às 19h30 ou pelo fone (49) 3361-1400.

Chapecó, 02 de maio de 2016.

João Marques Rosa

Presidente



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 33/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: LIPAPER LIVRARIA, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de aparelhos telefônicos, descartáveis, material de expedientes e afins, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 28/04/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 40.264,80 (quarenta mil duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 35/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI - EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de aparelhos telefônicos, descartáveis, material de expediente e afins, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 28/08/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 21.750,57 (vinte um mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2016-PMC

Contrato Nº : 129/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CRISTIANO NARDI ME

Licitação : Pregão Presencial 5/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra comum, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de muros de contenção em pedras argamassadas, em diversos pontos do município.

Vigência : Início: 18/04/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 18/04/2016

Valor R\$: 29.900,00 (Vinte e Nove Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2016-PMC

Contrato Nº : 130/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONCORDIA MONITORAMENTO LTDA-ME

Licitação : Pregão Eletrônico 8/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e fornecimento de equipamentos em comodato para as unidades escolares, 14ª DRP/CIRETRAN, Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, Centros de Convivência e Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, com recursos federais, estaduais e próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 19/04/2016 Término: 19/04/2017

Assinatura : 19/04/2016

Valor R\$: 40.697,88 (Quarenta Mil, Seiscentos e Noventa e Sete Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Dotação : 71 - 06.004.2018.333903977000000.01010000

Dotação : 83 - 06.004.2608.333903977000000.01190000

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903977000000.01000001

Dotação : 240 - 15.001.2201.333903977000000.01000001

Dotação : 249 - 15.001.2202.333903977000000.01000001

Dotação : 250 - 15.001.2202.333903977000000.01350004

Dotação : 251 - 15.001.2202.333903977000000.01350006

Dotação : 256 - 15.001.2202.333903977000000.01610002

Dotação : 336 - 12.001.2043.333903977000000.03110000

Dotação : 394 - 06.002.2013.333903977000000.03010000

### APLICAÇÃO DE SANÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2015-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

APLICAÇÃO DE SANÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2015-1

Processo Licitatório nº 64/2015

Pregão Eletrônico nº 1/2015

Ata de Registro de Preço nº 60/2015

Contratada: LOTINU UNIFORMES PROFISSIONAIS EIRELI.

APLICA-SE à empresa LOTINU UNIFORMES PROFISSIONAIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 10.408.215/0001-08, com sede na Rua Carlos Drumond de Andrade nº 140, Toledo-PR, representada neste ato, pelo sua Sócia Administradora, Senhora TATIANE ALINE RIBEIRO VIDAL, portadora da Cédula de Identidade nº 12.341.493-4 e inscrita no CPF sob nº 071.522.319-40, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

- Pagamento de multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor contratual não cumprido, ou seja, a não entrega dos materiais do item 30 – jalecos de brim - no valor de R\$ 1.119,60 (um mil, cento e dezenove reais e sessenta centavos), correspondendo ao valor ordinário de R\$ 223,92 (duzentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos), conforme previsto na Cláusula Oitava, item 8.1.3;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por dois anos, conforme Cláusula Décima Quarta, item 8.6.1

Concórdia, SC, 02 de maio de 2016

Mauri Maran

Secretario Municipal de Urbanismo e Obras

### DECRETO Nº 323/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 323/2016, DE 8 DE ABRIL DE 2016.

Concede promoção vertical à servidora VIVIANE ZANINI VENDRUSCOLO DEZEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS.

DECRETA :

Art. 1º Fica concedida à servidora VIVIANE ZANINI VENDRUSCOLO DEZEN, ocupante do cargo de provimento estável de Fiscal de Tributos, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 8 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 324/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 324/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.  
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ARLETE ANA FORNARI WARKEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, à servidora ARLETE ANA FORNARI WARKEN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 325/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 325/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.  
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ADRIANA CARLET.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, à servidora ADRIANA CARLET, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 326/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 326/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.  
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora JULYANA APARECIDA PETRY.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, à servidora JULYANA APARECIDA PETRY, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104264-01, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 327/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 327/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, à servidora MICHELE GALEAZZI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, a servidora integra a Comissão Permanente de Licitações do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, com a incumbência de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MICHELE GALEAZZI, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 328/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 328/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia LUIZ GUSTAVO DA SILVA no cargo de Encarregado da Seção de Convênios.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 121, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor LUIZ GUSTAVO DA SILVA, para exercer o cargo de Encarregado da Seção de Convênios – Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 12 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LEONICE PARIZOTTO CAMARGO Secretária Municipal de Educação, em exercício
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 329/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 329/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor RAFAEL SUZIN MARINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, no mês de abril de 2016, ao servidor RAFAEL SUZIN MARINI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 90344-01, dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração dos cargos efetivos, na forma abaixo:

I – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de julho de 2005 a 2 de julho de 2010;

II – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de julho de 2010 a 2 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de Saúde
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 330/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 330/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ELIANE FRANCHINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, à servidora ELIANE FRANCHINI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 41149-07, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de abril de 2011 a 2 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 331/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 331/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora IZABEL COSTA CEREZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2016, à servidora IZABEL COSTA CEREZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 17 de abril de 2005 a 16 de abril de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 332/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 332/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.  
Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionadas, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B:

I – JAIME SAVOLDI, ocupante do cargo de Engenheiro, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2016;

II – SADI DOMINGOS ALBIERO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com efeitos retroativos a 1º de outubro de 2015;

III – VIVIANE ZANINI VENDRUSCOLO DEZEN, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, com efeitos retroativos a 2 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 333/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 333/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Constitui e designa Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e Instrumentos Complementares para Urbanização do Entorno do Lago em Concórdia, SC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e Instrumentos Complementares para Urbanização do Entorno do Lago em Concórdia, SC – PDULC.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, os seguintes servidores:



I – presidente: LEONIR GRIGOLLO, da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – SEMADRA;

II – membros:

a) CARLOS FERNANDO COMASSETTO, da Assessoria de Planejamento;

b) CRISTIANO PASTERNAK, da SEMADRA;

c) DANIELA STRINGHINI, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

d) LETICIA MARIA SIMIONI, da Assessoria Jurídica;

e) SANDRA MIWA WRONKA VAZ, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 334/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 334/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor ELISANDRO JULIO LEIDOW.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor ELISANDRO JULIO LEIDOW, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Planejamento e Qualidade, a partir de 11 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 335/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 335/2016, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SALETE MARIA SICHELERO CALVI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2016, à servidora SALETE MARIA SICHELERO CALVI, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 336/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 336/2016, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ANA PAULA DA SILVA DUARTE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2016, à servidora ANA PAULA DA SILVA DUARTE, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2009 a 3 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 12 de abril de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 337/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 337/2016, DE 12 DE ABRIL DE 2016.  
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor CHARLES EDUARDO  
TIEMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei  
Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2016, ao servidor CHAR-  
LES EDUARDO TIEMANN, ocupante do cargo de Almoxarife, o gozo  
de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a  
remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período  
aquisitivo de 13 de maio de 2010 a 12 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 12 de abril de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 338/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 338/2016, DE 12 DE ABRIL DE 2016.  
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor CLO-  
VIS BONASSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complemen-  
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, ao servidor CLOVIS  
BONASSI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 87793-00,  
um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido  
em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa  
ao quinquênio – período aquisitivo de 16 de janeiro de 2010 a 15  
de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 12 de abril de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 339/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 339/2016, DE 13 DE ABRIL DE 2016.  
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SIL-  
VANA ZANCHETT DALLA COSTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complemen-  
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, à servidora SIL-  
VANA ZANCHETT DALLA COSTA, ocupante do cargo de Técnico  
em Enfermagem, um mês de licença, a título de prêmio por as-  
siduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do  
cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de  
fevereiro de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 13 de abril de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 340/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 340/2016, DE 13 DE ABRIL DE 2016.  
Dispõe sobre o desligamento da servidora SALETE BENELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâni-  
ca do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318, da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 63 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, a servidora SALETE BENELLI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, função: Auxiliar de Limpeza, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 341/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 341/2016, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia NELSO PAULO MINKS no cargo de Responsável do Setor de Peças, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor NELSO PAULO MINKS, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Peças – Secretaria Municipal de Transportes, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 13 de abril de 2016.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado o servidor NELSO PAULO MINKS, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor da Fábrica de Artefatos de Cimento, a partir de 13 de abril de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA  
ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI  
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 342/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 342/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre o desligamento da servidora SALETE VOLPATO WOLOSZYN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a servidora SALETE VOLPATO WOLOSZYN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 40983-06, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 343/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 343/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre o desligamento da servidora LIBERA VANDA BEE TIBOLLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 63 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, a servidora LIBERA VANDA BEE TIBOLLA, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, função: Recepcionista, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

#### **DECRETO Nº 344/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 344/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Dá nova redação à alínea “d” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 548/2015, de 9 de junho de 2015, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 11, III e 18 a 20 da Lei Complementar nº 661, de 26 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “d” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 548/2015, de 9 de junho de 2015, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

d) RAFAEL LEÃO, representante do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

#### **DECRETO Nº 345/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 345/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Exonera a servidora LIBERA VANDA BEE TIBOLLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora LIBERA VANDA BEE TIBOLLA, do cargo de provimento em comissão de Encarregada da Seção de Desenvolvimento Industrial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

#### **DECRETO Nº 346/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 346/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia LIBERA VANDA BEE TIBOLLA no cargo de Encarregada da Seção de Transporte Escolar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora LIBERA VANDA BEE TIBOLLA, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Transporte Escolar – Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 18 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal



BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA  
ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Secretária Municipal de Educação,  
em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 347/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 347/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Revoga o inciso II do art. 1º do Decreto nº 1.052/2015, de 28 de dezembro de 2015, que designa membros para compor Comissão de Seleção.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso X do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

DECRETA :

Art. 1º Fica revogado o inciso II do art. 1º do Decreto nº 1.052/2015, de 28 de dezembro de 2015, que designa membros para compor Comissão de Seleção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 348/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 348/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor SIANDRO DE AZEREDO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor SIANDRO DE AZEREDO, do cargo de provimento efetivo de Motorista.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 349/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 349/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSELAINE SOARES DA SILVEIRA SPAGNOL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2016, à servidora ROSELAINE SOARES DA SILVEIRA SPAGNOL, ocupante dos cargos de Odontólogo, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 12 de janeiro de 2008 a 11 de janeiro de 2013, matrícula 89966-00;

II – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2008 a 2 de fevereiro de 2013, matrícula 89966-03.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 350/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 350/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARGARETE D'AGHETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.



No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, à servidora MARGARETE D'AGHETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 96210-02, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 351/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 351/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.  
Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, à servidora WALI SCHOENELL ASEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, a servidora integra a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde – FMS, que tem a incumbência de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida à servidora WALI SCHOENELL ASEN, ocupante do cargo de Escrivão, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 352/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 352/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.  
Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, à servidora SIMONE CRISTINA DALBELLO DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, a servidora integra a Comissão de Monitoramento e Avaliação, da Secretaria Municipal de Saúde, com a incumbência de monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, através de parcerias voluntárias, inclusive encargos especiais, com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida, à servidora SIMONE CRISTINA DALBELLO DA SILVA, ocupante do cargo de Assistente Social, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de Saúde
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de abril de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 353/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 353/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 290/2016, de 31 de março de 2016, que designa JOSE ALBERTO MAZOCCO, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Cultura.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura – FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterada a expressão: "4 a 20 de abril de 2016" para: "4 a 24 de abril de 2016", constante no art. 1º do Decreto nº 290/2016, de 31 de março de 2016, que designa JOSE ALBERTO MAZOCCO para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 354/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 354/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016.  
Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 2/2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 2/2014, de 25 de junho de 2014;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, objeto do Edital nº 2/2014, fica ampliado o número de vagas disponibilizadas, para os cargos abaixo:

I – Agente da Autoridade de Trânsito: "3" (três) vagas;

II – Professor – Educação Infantil: "19" (dezenove) vagas.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 355/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 355/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016.  
Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 2/2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 2/2014, de 25 de junho de 2014;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "14" (catorze) o número de vagas para o cargo de Agente Administrativo, disponibilizadas no Edital nº 2/2014.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 356/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 356/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Dá nova redação ao inciso I do art. 1º do Decreto nº 1.053/2015, de 28 de dezembro de 2015, que designa membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 1.053/2015, de 28 de dezembro de 2015, que designa membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

I – HAIDE GOSSENHEIMER;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 357/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 357/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Dá nova redação ao inciso VI do art. 1º do Decreto nº 124/2013, de 15 de janeiro de 2013 e alterações, que designam servidores responsáveis pela realização de despesas sob os regimes de adiantamento e autonomia de gestão financeira.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 4º da Instrução Normativa nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O inciso VI do art. 1º do Decreto nº 124/2013, de 15 de janeiro de 2013 e alterações, que designam servidores responsáveis pela realização de despesas sob os regimes de adiantamento e autonomia de gestão financeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

VI – ELISANGELA DE SOUZA STRINGHINI, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 359/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 359/2016, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

Designa a servidora ROSELI BUSSOLARO MAGRO como Gestora da Parceria celebrada com a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora ROSELI BUSSOLARO MAGRO, ocupante do cargo de Enfermeiro, como Gestora da Parceria celebrada com a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco, com poderes de controle e fiscalização, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 6103**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.103, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.856, de 11 de abril de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.0131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de Comunicação Social

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 45.000,00

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0019.2015 Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.180000 Transferências do FUNDEB 60% R\$

387.000,00

**Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.0695.0052.2039 Manutenção das Atividades Voltadas

ao Turismo – SEDET

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 120.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 60.000,00

**Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes

Projeto/Atividade 26.0782.0056.1013 Modernização e Organização do Transporte – SEMUT

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários R\$ 500.000,00

TOTAL ANULADO .....  
..... R\$ 1.112.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.0361.0019.2013 Ações da Administração Escolar – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferências de

Impostos da Educação R\$ 45.000,00

Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB 40% R\$ 125.000,00

Projeto/Atividade 12.361.0019.2015 Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB 40% R\$ 200.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0021.2608 Ações de Educação Infantil para Pré-Escola – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB 40% R\$ 62.000,00

**Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET

Projeto/Atividade 22.0661.0051.2037 Ações da Produção Industrial – SEDET

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 180.000,00

**Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes – SEMUT

Projeto/Atividade 26.0782.0055.2041 Ações Transporte Rodoviário – SEMUT

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 500.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO .....  
..... R\$ 1.112.000,00.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Projeto/Atividade 12.0122.0018.2012 Manutenção das Atividades – Meio SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 70.000,00

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.0361.0019.2013 Ações da Administração Escolar – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 293.000,00

Projeto/Atividade 12.0361.0019.2017 Ações do Ensino Fundamental – SEMED

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 63.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.0365.0025.1007 Modernização e Organização Administrativa – CMEIs

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 325.500,00

Projeto/Atividade 12.0365.0021.2018 Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 330.000,00

Projeto/Atividade 12.365.0021.2608 Ações de Educação Infantil para Pré-Escola – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 68.000,00

**Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.0301.0061.2102 Ações de Atenção Básica – FMS



Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.890000 Alienações de Bens Destinados a Outros Programas – Superávit do Exercício Anterior R\$ 310.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 1.459.500,00.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

## DECRETO Nº 6104

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.104, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Altera o vencimento do cargo de Médico Comunitário – Clínico Geral, constante no Anexo VIII do Decreto nº 6.099, de 22 de março de 2016, que estabelece Tabelas de Vencimentos e Salários do Pessoal do Poder Executivo, Fundações e Autarquia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando o disposto na CI DRH nº 227/2016, de 13 de abril de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado para R\$ 15.847,03, o vencimento do cargo de Médico Comunitário – Clínico Geral, constante no Anexo VIII – Tabela de Vencimentos dos Cargos do Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, do Decreto nº 6.099, de 22 de março de 2016, que estabelece Tabelas de Vencimentos e Salários do Pessoal do Poder Executivo, Fundações e Autarquia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 5/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 5/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.  
Convoca Audiência Pública.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.818, de 24 de novembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Audiência Pública Municipal para discussão e revisão do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

Art. 2º A Audiência de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 25 de maio de 2016, às 8h30min, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Rua Leonel Mosele, 96, Centro, Concórdia, SC.

Art. 3º Fica constituída Comissão Organizadora com a incumbência de viabilizar os procedimentos necessários à realização da Audiência Pública.

Art. 4º Ficam designadas, para integrar a Comissão de que trata o art. 3º deste Edital, as seguintes pessoas:

I – ANI CARINA DOSS GIRARDI;

II – RAFAELA COSTA MARTINS;

III – ROZANA ORSOLIN;

IV – SILVANA CASAGRANDE.

Art. 5º Cópia deste Edital, bem como quaisquer esclarecimentos, poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, situada na Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, 511, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3442 0118.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

## EXTRATO DA SESSÃO COMPLEMENTAR DE CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 1/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 1/2016 - PMC

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoramento em mobilidade urbana no Município de Concórdia, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

### EXTRATO DA SESSÃO COMPLEMENTAR DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações e, em atenção ao disposto nos subitens 8.3 e 8.3.1 do Edital que prevê o seguinte: após a divulgação do vencedor se esse não for uma ME ou EPP (como é o caso do vencedor deste certame – TC URBES ARQUITETURA E URBANISMO LTDA), e se houver proposta apresentada por ME ou EPP igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais



bem classificada, (como também é o caso, já que a empresa CONSULTRAN ENGENHARIA LTDA, na fase de habilitação comprovou através de competente Certidão, ser Empresa de Pequeno Porte, e com isso, após efetuarmos o cálculo previsto no subitem 8.3 do Edital, verificamos que a licitante possui o direito de preferência, já que o valor de sua proposta de preços está dentro dos 10% previsto na Lei 123/2006. Assim, a Presidente da Comissão de licitações procede da seguinte forma: a licitante CONSULTRAN ENGENHARIA LTDA, classificada em seu direito a preferência, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, por escrito, possuindo para tanto o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da remessa do ofício ou da publicação legal. Portanto, fica o representante legal da empresa CONSULTRAN ENGENHARIA LTDA, intimado se assim tiver interesse, a protocolizar nova proposta de preço (em envelope identificado conforme edital), sendo aberta nova sessão de classificação após o recebimento do envelope ora citado. Devido à ausência dos representantes legais de todas as licitantes a Presidente solicitou que fosse registrado que o resultado da presente licitação será publicado em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que o consequente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data desta veiculação. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório para interposição de recurso. Concórdia, SC, 02 de maio de 2016.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da C.P.L

#### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2016-PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2016

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna público que ratificou o ato do Senhor Orelcio Storchio, Diretor de Urbanismo e Obras, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 29 de abril de 2016, para Conserto do abrigo de passageiros localizado na Rua José Luiz de Castro, nº540, bairro dos industriários, danificado pela empresa Hodierna Transportes, conforme boletim de ocorrência registro nº: 02460-2016-00683, protocolo nº: 2229120637, a favor da empresa: IVAN CARLOS ANDRIOLLI & CIA LTDA - ME no valor total de R\$ 2.764,00 (dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais).

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2016-PMC**

Contrato Nº : 119/2016  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : NEO DIAGNÓSTICO LTDA - EPP  
Licitação : Inexigibilidade 22/2016  
Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.  
Vigência : Início: 01/04/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 01/04/2016  
Valor R\$: 40.000,00 (Quarenta Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2016-PMC**

Contrato Nº : 120/2016  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP  
Licitação : Pregão Presencial 33/2016  
Objeto : Contratação de empresa para confecção e instalação de móveis sob medida, visando ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e 14ª DRP - Concórdia.  
Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 01/12/2016  
Assinatura : 05/04/2016  
Valor R\$: 5.224,00 (Cinco Mil e Duzentos e Vinte e Quatro Reais)

Dotação : 91 - 07.001.1008.344905242000000.01000001

Dotação : 199 - 12.001.2043.344905242000000.01110000

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2016-PMC**

Contrato Nº : 125/2016  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : J. GAMBATTO MOTOS LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 40/2016  
Objeto : Aquisição de duas motocicletas equipadas com Sinalizadores visuais em Led e acústico para o serviço de Policiamento de trânsito no Município de Concórdia, com recursos oriundos de Convênio com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.  
Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 08/06/2017  
Assinatura : 08/04/2016  
Valor R\$: 47.600,00 (Quarenta e Sete Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 198 - 12.001.2043.344905252000000.01100000

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2016-PMC**

Contrato Nº : 126/2016  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA  
Licitação : Tomada de Preços para Compras e Serviços 3/2015  
Objeto : contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, customização, migração, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas, específicos para seleção de professores e controle e impressão de certificados, a ser utilizado pelo Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação do Município de Concórdia, INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO.  
Vigência : Início: 11/04/2016 Término: 10/04/2017  
Assinatura : 11/04/2016  
Valor R\$: 17.220,00 (Dezessete Mil e Duzentos e Vinte Reais)

Dotação : 48 - 06.002.2013.333903911000000.01010000

Dotação : 48 - 06.002.2013.333903948000000.01010000

Dotação : 48 - 06.002.2013.333903957000000.01010000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2016-PMC**

Contrato Nº : 127/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 39/2016

Objeto : Contratação de empresa para confecção e instalação (material e mão de obra) de toldo em lona nas escolas EBM Maria Petrolí, Nova Brasília e EMC de Lageado dos Pintos, com recursos oriundos do convênio Salário educação e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 14/04/2016 Término: 13/06/2016

Assinatura : 14/04/2016

Valor R\$: 11.170,00 (Onze Mil e Cento e Setenta Reais)

Dotação : 343 - 06.002.1004.344905192000000.03360000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2016-PMC**

Contrato Nº : 128/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ELEVTEC MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 41/2016

Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de inspeção, manutenção preventiva e corretiva, além de assistência técnica para elevadores e plataformas elevatórias instaladas no Centro Cultural Concórdia e nas Unidades Escolares Municipais, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 14/04/2016 Término: 13/04/2017

Assinatura : 14/04/2016

Valor R\$: 9.948,00 (Nove Mil e Novecentos e Quarenta e Oito Reais)

Dotação : 48 - 06.002.2013.333903916000000.01010000

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903916000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2016-PMC**

Contrato Nº : 131/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DETECTOR MONITORAMENTO LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 8/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e fornecimento de equipamentos em comodato para as unidades escolares, 14ª DRP/CIRETRAN, Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, Centros de Convivência e Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, com recursos federais, estaduais e próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 19/04/2016 Término: 18/04/2017

Assinatura : 19/04/2016

Valor R\$: 33.431,40 (Trinta e Três Mil, Quatrocentos e Trinta e Um Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 71 - 06.004.2018.333903977000000.01010000

Dotação : 83 - 06.004.2608.333903977000000.01190000

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903977000000.01000001

Dotação : 240 - 15.001.2201.333903977000000.01000001

Dotação : 249 - 15.001.2202.333903977000000.01000001

Dotação : 250 - 15.001.2202.333903977000000.01350004

Dotação : 251 - 15.001.2202.333903977000000.01350006

Dotação : 256 - 15.001.2202.333903977000000.01610002

Dotação : 336 - 12.001.2043.333903977000000.03110000

Dotação : 394 - 06.002.2013.333903977000000.03010000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2016-PMC**

Contrato Nº : 132/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANGELO GILMAR LORENZETTI &amp; CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 42/2016

Objeto : Aquisição de hortifrutigranjeiros visando ao preparo de alimentos nas Escolas Básicas Municipais e nos Centros Municipais de Educação Infantil, com recursos oriundos do convênio PNAE/PNAC e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 20/04/2016 Término: 30/09/2016

Assinatura : 20/04/2016

Valor R\$: 211.700,46 (Duzentos e Onze Mil, Setecentos Reais e Quarenta e Seis Centavos)

Dotação : 77 - 06.004.2019.333903007000000.01370002

Dotação : 85 - 06.004.2609.333903007000000.01370002

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 1/2016-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS C&amp;S Nº 1/2016 - PMC

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoramento em mobilidade urbana no Município de Concórdia, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante IMTRAFF CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço Global de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo); a licitante TC URBES ARQUITETURA E URBANISMO LTDA ficou na segunda colocação, com o preço Global de R\$ 153.531,50 (Cento e cinquenta e três mil quinhentos e trinta e um reais e cinquenta centavos); a licitante CONSULTRAN ENGENHARIA LTDA ficou na terceira colocação com o preço global de R\$ 157.700,00 (cento e cinquenta e sete mil e setecentos reais); a licitante VIA 11 ENGENHARIA DE SEGURANÇA VIÁRIA LTDA, ficou na quarta colocação com o preço Global de R\$ 161.876,10 (cento e sessenta e um mil oitocentos e setenta e seis reais e dez centavos); a licitante PROCIDADES CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO URBANO S/S ficou na quinta colocação com o preço Global de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais); a licitante MATRICAL ENGENHARIA CONSULTIVA -EPP, ficou na sexta colocação com o preço Global de R\$ 177.500,00 (cento e setenta e sete mil e quinhentos reais) e a licitante PULLIN

E CAMPANO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, ficou na sétima colocação com o preço Global de R\$ 177.650,00 (cento e setenta e sete mil seiscentos e cinquenta reais );e a licitante COMAP CONSULTORIA MARKETING, PLANEJAMENTO E REPRESENTAÇÕES LTDA, ficou na oitava colocação com o preço Global de R\$ 180.500,00 (cento e oitenta mil e oitocentos reais);e a licitante LOGITRANS LOGISTICA ENGENHARIA E TRASPORTE LTDA, ficou na nona colocação com o preço Global de R\$ 198,494,00 (cento e noventa e oito mil quatrocentos e noventa e quatro reais);.Após verificação dos valores apresentados pelas licitantes, e em respeito ao previsto no edital e na lei licitatória, no que se refere aos preços manifestamente inexequíveis, a Comissão suspendeu a sessão para diligências. Assim, o processo foi tramitado para Auditoria do Município, a qual expediu seu parecer através do Auditor Interno, senhor Alceone José Muller, manifestando-se da seguinte forma: "...fica demonstrado que a proposta da licitante Imtraff Consultoria, no valor de R\$ 100.000,01, é manifestamente inexequível, devendo portanto, ser desclassificada...", sendo assim, a Presidente resolveu DESCLASSIFICAR a proposta de preços da licitante IMTRAFF CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA. Desta forma, e ainda com base no parecer do Auditor Interno o qual se manifesta: "Do exposto, opinamos no sentido de que a proposta apresentada pela empresa licitante Imtraff Consultoria, no valor de R\$ 100.000,01, por ser manifestamente inexequível, deva ser desclassificada, sendo considerada como vencedora a proposta apresentada pela empresa TC Urbes Arquitetura.", a Presidente declarou a licitante TC URBES ARQUITETURA E URBANISMO LTDA, segunda colocada, com o preço Global de R\$ 153.531,50 (cento e cinquenta e três mil quinhentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), vencedora do certame. Ressalva-se que o preço cotado pela licitante vencedora ficou abaixo do preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Importante destacar que o parecer do auditor interno foi anexado ao processo licitatório. Em decorrência da ausência dos representantes legais das licitantes CONSULTRAN ENGENHARIA LTDA, EPP VIA 11 ENGENHARIA DE SEGURANÇA VIÁRIA LTDA, COMAP CONSULTORIA MARKETING, PLANEJAMENTO E REPRESENTAÇÕES LTDA, IMTRAFF CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA, MATRICAL ENGENHARIA CONSULTIVA -EPP, LOGITRANS LOGISTICA ENGENHARIA E TRASPORTE LTDA, TC URBES ARQUITETURA, URBANISMO LTDA, PROCIDADES CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO URBANO S/S, PULLIN E CAMPANO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA o resultado da presente licitação será publicado em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que o consequente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data desta veiculação. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 29 de abril de 2016.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da C.P.L

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 722** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 722, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Dá nova redação ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 712, de 17 de dezembro de 2015, que autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito e/ou vender imóveis, de forma subsidiada.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 712, de 17 de dezembro de 2015, que autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito e/ou vender imóveis, de forma subsidiada, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

I – área de terras de 21.653,73m2, destinada para instalação de empreendimentos dos ramos industrial, comercial e serviço, com as seguintes medidas e confrontações: ao leste, na extensão de 188,02m, com terras de propriedade da Sadia Concórdia S/A Indústria e Comércio; ao sul, na extensão de 147,55m, com área remanescente; ao oeste, na extensão de 105,54m, com área remanescente; ao noroeste, em linhas retas e contínuas, na extensão de 88,35m, com terras de propriedade de Luis Bison, Ivone Warken Bison, Selvino Bison e Lucia Lourdes Bison e na extensão de 79,46m, com terras de propriedade de Syrio Bison e Lourdes Bison." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **LEI ORDINARIA Nº 4856** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.856, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

### **Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO**

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito  
Projeto/Atividade 04.0131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de Comunicação Social  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 45.000,00

### **Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade 12.361.0019.2015 Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB  
Elemento 3.1.90.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 01.180000 Transferências do FUNDEB 60% R\$ 387.000,00



**Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.0695.0052.2039 Manutenção das Atividades Voltadas

ao Turismo – SEDET

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 120.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 60.000,00

**Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes

Projeto/Atividade 26.0782.0056.1013 Modernização e Organização do Transporte – SEMUT

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários R\$ 500.000,00

TOTAL ANULADO .....

..... R\$ 1.112.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.0361.0019.2013 Ações da Administração Escolar – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferências de

Impostos da Educação R\$ 45.000,00

Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB 40% R\$ 125.000,00

Projeto/Atividade 12.361.0019.2015 Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB 40% R\$ 200.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0021.2608 Ações de Educação Infantil para Pré-Escola – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB 40% R\$ 62.000,00

**Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET

Projeto/Atividade 22.0661.0051.2037 Ações da Produção Industrial – SEDET

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 180.000,00

**Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes – SEMUT

Projeto/Atividade 26.0782.0055.2041 Ações Transporte Rodoviário – SEMUT

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 500.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO .....

..... R\$ 1.112.000,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Projeto/Atividade 12.0122.0018.2012 Manutenção das Atividades – Meio SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 70.000,00

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.0361.0019.2013 Ações da Administração Escolar – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 293.000,00

Projeto/Atividade 12.0361.0019.2017 Ações do Ensino Fundamental – SEMED

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 63.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.0365.0025.1007 Modernização e Organização Administrativa – CMEIs

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 325.500,00

Projeto/Atividade 12.0365.0021.2018 Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 330.000,00

Projeto/Atividade 12.365.0021.2608 Ações de Educação Infantil para Pré-Escola – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior

..... R\$ 68.000,00

**Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.0301.0061.2102 Ações de Atenção Básica – FMS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.890000 Alienações de Bens Destinados a Outros Programas – Superávit do Exercício Anterior R\$ 310.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO .....  
..... R\$ 1.459.500,00.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.766, de 1º de junho de 2015; 4.835, de 18 de dezembro de 2015, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
---	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

#### **LEI ORDINARIA Nº 4857** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.857, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

Autoriza a doação de bens do Município, pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD, à Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD, autorizado a efetuar doação à Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, pelo Fundo de Melhoria da Polícia Civil, inscrito no CNPJ sob nº 07.188.579/0001-07, dos bens abaixo descritos:

I – 6 (seis) câmeras de vídeo-monitoramento com recurso para identificação de código de placas de veículos em movimento, acompanhadas de software para gerenciamento das informações, códigos patrimoniais 61.008 a 61.013;

II – 3 (três) quadros de comando Outdoor Plus, responsável pelo processamento OCR e remessa de registros ao servidor de aplicação, códigos patrimoniais 61.014 a 61.016.

Parágrafo único. Os bens são de uso exclusivo do referido Órgão, com sede no Município de Concórdia, devendo os mesmos permanecerem neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

#### **LEI ORDINARIA Nº 4860** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.860, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Dá nova redação à Lei nº 4.579, de 25 de setembro de 2013 e alteração, que instituem e implementam o Programa de Aluguel Social, no âmbito do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 4.579, de 25 de setembro de 2013 e alteração, que instituem e implementam o Programa de Aluguel Social, no âmbito do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído e implementado, no Município de Concórdia, o Programa de Aluguel Social, benefício destinado ao subsídio financeiro para pagamento de aluguel às famílias de baixa renda, que estejam em situação habitacional de emergência e/ou de risco social, que não possuam outro imóvel próprio, no Município ou fora dele, e que não tenham sido beneficiadas com moradia em Programas Habitacionais, salvo em situação de risco, de emergência, catástrofe natural/climática, e ou por determinação judicial.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – família em situação de emergência: aquela cuja moradia foi destruída ou interditada em função de deslizamentos, inundações, incêndio, insalubridade habitacional ou outras condições que impeçam o uso seguro da moradia a qual esteja residindo; catástrofes naturais com laudo da Defesa Civil e registro de Boletim de Ocorrência na delegacia;

II – família em situação de risco social: aquela que, sob a avaliação de Assistente Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, tenha algum direito ameaçado ou violado, não possuindo condições de arcar temporariamente com as despesas do aluguel;

III – família de baixa renda: aquela com renda mensal bruta de até 1/2 (meio) salário mínimo per capita;

IV – família: 1 (uma) ou mais pessoas com grau de parentesco entre si e que residam sob o mesmo teto.

§ 2º O subsídio de Aluguel Social será destinado exclusivamente ao amparo da família desabrigada ou em situação de risco ou emergência, por meio de pagamento de locação residencial ou equivalente, nos termos desta Lei.

§ 3º Na composição da renda familiar deverá ser levada em consideração a totalidade da renda bruta dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de qualquer natureza, exceto as procedentes de programas sociais.

Art. 2º A interdição do imóvel será reconhecida por ato da Comissão



Municipal de Defesa Civil – COMDEC, ou outro órgão competente. A condição social da família será avaliada por Assistente Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – SEDES.

Parágrafo único. No ato da interdição de qualquer imóvel, deverá ser realizado cadastro dos respectivos moradores, no qual será identificado um responsável pela moradia, preferencialmente a mulher.

Art. 3º O valor máximo do Aluguel Social corresponderá a 1/2 (meio) salário mínimo vigente.

Parágrafo único. O auxílio financeiro para Aluguel Social refere-se a um benefício que será utilizado para o pagamento integral ou parcial do aluguel, sendo que, neste último caso, caberá ao beneficiário o complemento do valor remanescente. Bem como pagamento de luz, água, IPTU, além de todo e qualquer dano causado às dependências do imóvel.

Art. 4º As diretrizes de inclusão de beneficiários no Programa de Aluguel Social são as seguintes:

I – ser morador e estar residindo em imóvel no Município de Concórdia, mediante comprovação;

II – encontrar-se desabrigado ou estar em situação de risco de habitabilidade, indicando a remoção, conforme parecer técnico da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC;

III – encontrar-se em situação de risco social que justifique a inclusão no Programa de aluguel social.

Art. 5º O aluguel social será concedido mediante parecer aprovado pela SEDES, e aprovação por parte do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.

Parágrafo único. É vedada a adoção do Programa de habitação nos casos de ocupação de áreas públicas e privadas ocorridas após a edição desta Lei, ou ocupações que não se enquadrem no atendimento das Políticas Públicas de Assistência Social e Habitação.

Art. 6º Caberá à SEDES:

I – providenciar cadastro único, que centralizará as informações sociais dos beneficiários do Programa, elaborado com base em dados disponíveis nos órgãos municipais envolvidos e, caso necessário, em novos levantamentos e pesquisas;

II – diligenciar a fim de obter os demais dados necessários à inclusão das famílias no Programa;

III – reconhecer o preenchimento das condições por parte das famílias, considerando as disposições desta Lei e de seu regulamento;

IV – fiscalizar o cumprimento desta Lei e sua execução, através de acompanhamento do beneficiário a ser realizado pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS de sua região.

Art. 7º Somente poderão ser objeto de locação para o Programa de Aluguel Social os imóveis localizados no Município de Concórdia que estejam situados fora de áreas de risco e Área de Preservação Permanente – APPs, com IPTU e alvará (habite-se) em dia e não conter débitos tributários, junto à municipalidade.

Art. 8º A localização do imóvel, a negociação de valores, a contratação da locação, o pagamento mensal aos locadores, água e energia elétrica e os possíveis danos ao imóvel, serão de inteira

responsabilidade do titular do benefício.

Parágrafo único. O contrato deverá ter assinatura do Locador e do Locatário, reconhecida em cartório.

Art. 9º A Administração Pública Municipal não se responsabilizará por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador e, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual, por parte do beneficiário.

Art. 10. O benefício será concedido em prestações mensais mediante crédito em conta-corrente, em nome do beneficiário.

Art. 11. São obrigações do beneficiário do Programa de Aluguel Social, junto à SEDES:

I – apresentar documento original, que promova a relação locatícia;

II – assinar o termo de compromisso, conforme modelo constante no Anexo Único desta Lei;

III – apresentar original do recibo de pagamento do aluguel em até 10 (dez) dias após o recebimento do benefício;

IV – arcar com as despesas de água, energia elétrica, condomínio, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, bem como promover eventuais reparos necessários para a manutenção do imóvel nas condições em que foi recebido, conforme for definido no contrato locatício;

V – apresentar comprovante de procura de emprego ou curso profissionalizante;

VI – prestar as informações e realizar as providências solicitadas, para boa execução do Programa;

VII – participar e ser frequente nas atividades e encaminhamentos propostos pela SEDES, quando for o caso.

§ 1º O não atendimento das obrigações contidas neste artigo, sem prejuízo de outras previstas em contrato ou regulamento do órgão executor, ensejará:

I – advertência por escrito; com prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de documentos solicitados e realizar as providências necessárias;

II – exclusão do Programa de Aluguel Social.

§ 2º O setor de habitação da SEDES atuará a fim de verificar a devida utilização do benefício objeto desta Lei para o pagamento de aluguel, sendo imediatamente cessado o auxílio, caso verificada sua indevida destinação, sem prejuízo do ressarcimento dos eventuais valores indevidamente concedidos.

Art. 12. É vedada a concessão do benefício a mais de 1 (um) membro da mesma família cadastrada, sob pena de cancelamento.

Parágrafo único. O não atendimento por parte do beneficiário de qualquer comunicado emitido pelo Poder Público Municipal implicará em seu desligamento do Programa de Aluguel Social.

Art. 13. Cessará o benefício, perdendo o direito a família que:

I – deixar de atender, a qualquer tempo, os critérios estabelecidos nesta Lei;

II – prestar declaração falsa ou empregar os valores recebidos para

fim diferente do proposto nesta Lei.

Art. 14. O benefício será concedido por um período de 6 (seis) meses, sendo que o prazo poderá ser aumentado e/ ou prorrogado, mediante prévia justificativa, baseada em razões de interesse público e social devidamente fundamentada e emitida pela SEDES e aprovado pelo CMHIS.

Parágrafo único. A concessão de aluguel social solicitado deverá ser aprovado pelo CMHIS.

Art. 15. Esta Lei será implementada em consonância com a Política de Habitação dos 3 (três) Entes Federados e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 16. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

NEUSA APARECIDA DAHMER  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício  
ANEXO ÚNICO

Termo de Compromisso nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Protocolo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO, consoante previsão contida na Lei nº 4.579, de 25 de setembro de 2013 e alteração, que instituem e implementam o Programa de Aluguel Social, no âmbito do Município de Concórdia, eu \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, portador da carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, assumo os seguintes compromissos legais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Em virtude da concessão do benefício do aluguel social, no valor de R\$ \_\_\_\_\_( \_\_\_\_\_ ), comprometo-me:

I – apresentar documento original, que promova a relação locatícia, quando houver, ou declaração do locador atestando a relação locatícia;

II – apresentar original do recibo de pagamento do aluguel do mês anterior, até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao vencimento;

III – arcar com as despesas de água, energia elétrica, condomínio, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, bem como promover eventuais reparos necessários para a manutenção do imóvel nas condições em que foi recebido, conforme for definido no instrumento locatício;

IV – prestar as informações e realizar as providências solicitadas, para boa execução do Programa;

V – participar e ser frequente nas atividades e encaminhamentos propostos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – SEDES, quando for o caso.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O prazo de vigência deste Termo é de 6 (seis) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante prévia justificativa, baseada em razões de interesse público e social, devidamente fundamentada, emitida pela SEDES.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

Declaro ter conhecimento da legislação aplicável, a qual ficará fazendo parte deste Termo, como se transcrita estivesse, comprometendo-se a cumprir o previsto na Lei nº 4.579/2013 e alteração, bem como o contido no presente Termo, sob pena de advertência por escrito ou mesmo exclusão do Programa de Aluguel Social, a critério da SEDES, sem prejuízo do ressarcimento dos valores indevidamente recebidos e, imediato cancelamento do benefício, independentemente de qualquer comunicação prévia.

Concórdia, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Beneficiário

Testemunhas:

1.  
Nome:  
CPF:

2.  
Nome:  
CPF:

#### LEI ORDINARIA Nº 4861 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.861, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Denomina via pública do Loteamento Sintrial II de Rua Ineias Pereira da Silva.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A estrada municipal que parte da Rua 29 de Julho até o final do perímetro urbano, passando pelo Loteamento Sintrial II, entre as quadras A, B e C, passa a denominar-se de Rua Ineias Pereira da Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**PORTARIA Nº 64/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 64/2016, DE 8 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.  
RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário Fiscal para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação asfáltica em trechos das Ruas Rosa Chiossi, Angelo Antonio Stuani, Domingos Casagrande, Ipiranga, Massimiliano de Franceschi, Waldemar Honório Poletti e Travessa Amazonas, de que tratam os Editais nºs. 5/2015 e 1/2016, conforme previsto no art. 130 e seguintes do Código Tributário Municipal, de acordo com a tabela abaixo:

Parcelas	Única	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
Vencimentos	10.5.2016	10.5.2016	10.6.2016	10.7.2016	10.8.2016	10.9.2016
6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	10ª parcela	11ª parcela	12ª parcela
10.10.2016	10.11.2016	10.12.2016	10.1.2017	10.2.2017	10.3.2017	10.4.2017
13ª parcela	14ª parcela	15ª parcela	16ª parcela	17ª parcela	18ª parcela	19ª parcela
10.5.2017	10.6.2017	10.7.2017	10.8.2017	10.9.2017	10.10.2017	10.11.2017
20ª parcela	21ª parcela	22ª parcela	23ª parcela	24ª parcela	25ª parcela	26ª parcela
10.12.2017	10.1.2018	10.2.2018	10.3.2018	10.4.2018	10.5.2018	10.6.2018
27ª parcela	28ª parcela	29ª parcela	30ª parcela	31ª parcela	32ª parcela	33ª parcela
10.7.2018	10.8.2018	10.9.2018	10.10.2018	10.11.2018	10.12.2018	10.1.2019
34ª parcela	35ª parcela		36ª parcela			
10.2.2019	10.3.2019		10.4.2019			

Parágrafo único. Quando o vencimento da parcela ocorrer em dia não útil, será prorrogado para o primeiro dia útil posterior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 65/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 65/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	102148-01	Daiane Frigo	Professor, código 10.12
2	50490-05	Dilvana Albiero Giacomini	Professor, código 10.12

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
3	95060-04	Eliane Mattiello Rossetto	Professor, código 10.12
4	102750-05	Elizangela Salete Carissimi	Professor, código 10.12
5	94978-01	Ivete Cechin	Professor, código 10.12
6	45039-04	Maritania da Silva	Professor, código 10.12
7	45039-02	Maritania da Silva	Professor, código 10.12
8	59072-00	Nauri Martini Merlini	Professor, código 10.12
9	88706-08	Neuza Maria Antonioli Gonçalves	Professor, código 10.12
10	52450-05	Rejane Basseggio Nesi	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 66/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 66/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando a CI DRH 228/2016, de 13 de abril de 2016, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o Adicional de Insalubridade concedido à servidora MELANIA BELLAN, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 67/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 67/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por um ano, a partir de 4 de maio de 2016, o prazo da licença para acompanhamento de excepcional, objeto da Portaria nº 114/2014, de 9 de junho de 2014, concedida à servidora MARIA SALETE TROMBETA MAZIERO, ocupante do cargo de Enfermeiro, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 68/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 68/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente designada.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora JANE BOTTEGA CENTOFANTE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 90743-01, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 69/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 69/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 29/2016, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;
- a CI DRH 229/2016, de 13 de abril de 2016, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 6 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 70/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 70/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – Plantão Social;
- a CI DRH 232/2016, de 15 de abril de 2016, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre



o salário mínimo, no mês de setembro de 2015:

- I – AGENOR NEOTTI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos;
- II – ANGELA GOSENHEIMER KROMBAUER, ocupante do cargo de Psicólogo;
- III – ARI DOS SANTOS, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos;
- IV – CLAIR SALETE POLETO, ocupante do cargo de Pedagogo;
- V – DANIEL BRUSCO, ocupante do cargo de Motorista;
- VI – DANIELLE TIETZMANN HENTZ, ocupante do cargo de Psicólogo;
- VII – EDIANE MARI BIASI, ocupante do cargo de Assistente Social;
- VIII – ELSIO JOSE LUCHETTA, ocupante do cargo de Motorista;
- IX – GIANE MARTELLO, ocupante do cargo de Pedagogo;
- X – GILSON LUIZ DEL POSSO, ocupante do cargo de Motorista;
- XI – JOSE LUIS FANTIN, ocupante do cargo de Motorista;
- XII – KELLI SALES SCARIOT HELLER, ocupante do cargo de Assistente Social;
- XIII – LEONARDO VARGAS OLIVA NETTO, ocupante do cargo de Motorista;
- XIV – SERGIO ANGELO RAINERI, ocupante do cargo de Motorista.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 71/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 71/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento) sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação, pós-graduação, na área específica de atuação:

- I – DENISE CLARA SCHUCK, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104353-08;
- II – PATRICIA LUANA ZAIONS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104698-07;
- III – ZENILDA VICENTE RIBEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 1140361-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 72/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 72/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – GILMAR LUIZ MONTICELLI, ocupante do cargo de Diretor-Geral, a partir de 25 de abril de 2016;

II – JETER LEOPOLDO SLOGO, ocupante do cargo de Farmacêutico, a partir de 18 de abril de 2016;

III – VANDERLEI TIECHER, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 18 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 73/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 73/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a CI SEMED 688, protocolizada em 12 de abril de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a senhora SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN, Secretária Municipal de Educação, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 18 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 74/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 74/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

RESOLVE :

Art. 1º Conceder à servidora NEIDE TERESINHA RITTER VENDRUSCOLO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, licença para acompanhamento de excepcional, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 18 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 75/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 75/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 06/2016 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB;
- a CI DRH 260/2016, de 19 de abril de 2016, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar o inciso IV do art. 1º da Portaria nº 200/2014, de 10 de novembro de 2014, que concede Adicional de Periculosidade ao servidor PAULO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 6 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 76/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 76/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 238, 250, 261, 266/2016, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;
- os Adendos nºs. 28 e 30/2016, ao LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;
- as CIs DRH 258 e 261/2016, emitidas pela Diretoria de Recursos Humanos.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, ocupantes do cargo de Agente de Serviços Gerais, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I – DIRLEI TEREZINHA BONASSI DOS SANTOS, com efeitos retroativos a 6 de abril de 2016;

II – LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS, com efeitos retroativos a 6 de abril de 2016;

III – MARINA ZAGO, com efeitos retroativos a 6 de abril de 2016;

IV – NEIDE TERESINHA RITTER VENDRUSCOLO, com efeitos retroativos a 6 de abril de 2016;

V – RENATA VALERIUS, com efeitos retroativos a 6 de abril de 2016;

VI – SANDRA MARIA CARNIEL GONÇALVES, com efeitos retroativos a 1º de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 77/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 77/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando a CI SEMUF 67/2016, de 18 de abril de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o Calendário Fiscal para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação asfáltica em trechos da Rua Rosa Chiossi, de que trata o Edital nº 1/2016, prevista no art. 130 e seguintes do Código Tributário Municipal, conforme tabela abaixo:

Parcelas	Única	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
Vencimentos	10.5.2016	10.5.2016	10.6.2016	10.7.2016	10.8.2016	10.9.2016
6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	10ª parcela	11ª parcela	12ª parcela
10.10.2016	10.11.2016	10.12.2016	10.1.2017	10.2.2017	10.3.2017	10.4.2017
13ª parcela	14ª parcela	15ª parcela	16ª parcela	17ª parcela	18ª parcela	19ª parcela
10.5.2017	10.6.2017	10.7.2017	10.8.2017	10.9.2017	10.10.2017	10.11.2017
20ª parcela	21ª parcela	22ª parcela	23ª parcela	24ª parcela	25ª parcela	26ª parcela
10.12.2017	10.1.2018	10.2.2018	10.3.2018	10.4.2018	10.5.2018	10.6.2018
27ª parcela	28ª parcela	29ª parcela	30ª parcela	31ª parcela	32ª parcela	33ª parcela
10.7.2018	10.8.2018	10.9.2018	10.10.2018	10.11.2018	10.12.2018	10.1.2019
34ª parcela	35ª parcela			36ª parcela		
10.2.2019	10.3.2019			10.4.2019		

Parágrafo único. Quando o vencimento da parcela ocorrer em dia não útil, será prorrogado para o primeiro dia útil posterior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 64/2016, de 8 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 78/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 78/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o Calendário Fiscal para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação asfáltica em trechos das Ruas Angelo Antonio Stuan, Domingos Casagrande, Ipiranga, Massimiliano de Franceschi, Waldemar Honório Poletti e Travessa Amazonas, de que trata o Edital nº 5/2015, prevista no art. 130 e seguintes do Código Tributário Municipal, conforme tabela abaixo:

Parcelas	Única	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
Vencimentos	10.6.2016	10.6.2016	10.7.2016	10.8.2016	10.9.2016	10.10.2016
6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	10ª parcela	11ª parcela	12ª parcela
10.11.2016	10.12.2016	10.1.2017	10.2.2017	10.3.2017	10.4.2017	10.5.2017

13ª parcela	14ª parcela	15ª parcela	16ª parcela	17ª parcela	18ª parcela	19ª parcela
10.6.2017	10.7.2017	10.8.2017	10.9.2017	10.10.2017	10.11.2017	10.12.2017
20ª parcela	21ª parcela	22ª parcela	23ª parcela	24ª parcela	25ª parcela	26ª parcela
10.1.2018	10.2.2018	10.3.2018	10.4.2018	10.5.2018	10.6.2018	10.7.2018
27ª parcela	28ª parcela	29ª parcela	30ª parcela	31ª parcela	32ª parcela	33ª parcela
10.8.2018	10.9.2018	10.10.2018	10.11.2018	10.12.2018	10.1.2019	10.2.2019
34ª parcela	35ª parcela		36ª parcela			
10.3.2019	10.4.2019		10.5.2019			

Parágrafo único. Quando o vencimento da parcela ocorrer em dia não útil, será prorrogado para o primeiro dia útil posterior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 79/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 79/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento) sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação, pós-graduação, na área específica de atuação:

I – DARLEIA PRIAMO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 961523-04;

II – FERNANDA DE CARVALHO BISOLO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 1143174-01;

III – JAILU CINTIA GOLLO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 1045440-00;

IV – JAIRA ZAMPIERON, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104132-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 80/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 80/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 177 e seguintes, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 4528/2016, em 9 de março de 2016, acerca de denúncias de ineficiência na gestão da Escola Básica Municipal Elizabetha Pavan;
- que a servidora VANUSA APARECIDA HIRT ZOTTIS, não teria cumprido os deveres de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, de zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público e de tratar com urbanidade as pessoas; infringindo, em tese, o disposto no art. 151, I, VII e XI, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;
- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma poderá sujeitar-se à penalidade de advertência, prevista no art. 165 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações, sem prejuízo de ressarcimento ao Erário Público Municipal.



**RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora VANUSA APARECIDA HIRT ZOTTIS, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 3081370-08 e 308137-09, exercendo a função de Diretora Escolar da Escola Básica Municipal Elizabetha Pavan.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogais:

a) LOURDES CADORIN, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno;

b) MIRNA GAUGER, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 81/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 81/2016, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- a CI SEMUS 233/2016, da Secretaria Municipal de Saúde, protocolizada sob nº 6270/2016, em 6 de abril de 2016;

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar horário especial de trabalho aos servidores abaixo relacionados, que compõem a equipe da Estratégia Saúde da Família do Bairro Nossa Senhora da Salete, de segunda a sexta-feira, em turno único, no horário das 13h às 19h, pelo período de sete meses:

I – CELSA TERESINHA MARTELLO, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Comunitário;

II – DENISE HERINGER FIUZA, ocupante do cargo de Enfermeiro Comunitário;

III – GIOVANA MIOTTO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde;

IV – ILOISE STOCKMANN CASAGRANDE, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Comunitário;

V – IVANILDE GALLAS HERPICH, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde;

VI – MARCELA OLIVEIRA CAMPOS, ocupante do cargo de Médico Comunitário;

VII – MARLI FALLER GALVÃO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde;

VIII – SILVANA RESMINI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de março de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 275/2016

DECRETO Nº275/2016 DE 29 DE ABRIL DE 2016.

“REVOGA DECRETO Nº 274/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 274/2016, que demite, a partir de 29 de abril do corrente ano, a Sra. JANINE ELUIZA LAUERMANN KAPPAUM, do cargo de Professora (ACT), lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Abril de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO N. 276/2016

DECRETO Nº 276/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 02/05/2016, a Sra. LUCIANA POZZEBON, para exercer o cargo de Nutricionista, com carga horária de 20h (vinte horas) semanais, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A servidora nomeada pelo presente sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei Complementar n. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei Complementar n. 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO N. 277/2016

DECRETO Nº 277/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 004/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica admitido, a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. VANDERLEI DO ROSÁRIO, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e alterações vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO N. 278/2016

DECRETO Nº 278/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 004/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido, a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. RUDINEI CORADI, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e alterações vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

#### **DECRETO N. 279/2016**

DECRETO Nº 279/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 004/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. LIGIA CARLA PEDROSO, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e alterações vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

#### **DECRETO N. 280/2016**

DECRETO Nº 280/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 004/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido, a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. CLAUDEMIR VILANI, no cargo de Operador de Máquinas – 40h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e alterações vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

#### **DECRETO N. 281/2016**

DECRETO Nº 281/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 004/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido, a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. LEANDRO SALVADOR, no cargo de Operador de Máquinas – 40h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e alterações vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 282/2016**

DECRETO Nº 282/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 004/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido, a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. EDSON MIORELLI, no cargo de Operador de Máquinas – 40h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e alterações vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 283/2016**

DECRETO Nº 283/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. ANA PAULA DAL SANTO, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01/05/2016.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS N° 04/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação N° 04/2016  
Contratado:MS SERVIÇOS MEDICOS EIRELI-ME .  
Valor total: R\$ 167.736,00 (CENTO E SESENTA E SETE MIL SETECENTOS E TRINTA E SEIS REAIS)  
Vigência: 31/12/2016  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL  
Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:  
V - quando não acudirem interessados á licitação anterior e esta justificadamente não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.  
Coronel Freitas (SC), 29 De Abril de 2016  
Mauri J. Zucco  
Prefeito Municipal



# Corupá

## CÂMARA MUNICIPAL

**EXTRATO CONTRATO 001-16**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 001/16

Processo Licitatório nº 001/16

Dispensa de licitação nº 001/16

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: TJB COMUNICAÇÃO LTDA-ME, com sede à Avenida Getúlio Vargas, n.º 538, sala 10, Centro, na cidade de Corupá (SC), CEP 89.278-000, registrada no CNPJ sob o nº 18.101.952/0001-67.

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa jornalística para a prestação de serviços de assinatura mensal de jornal de circulação local, com periodicidade semanal e ininterrupta, edição lançada às sextas-feiras, pelo período de 10 (dez) meses, fornecendo 58 (cinquenta e oito) exemplares semanais ou totalizando a quantidade 232 (duzentos e trinta e dois exemplares) mensais, entregues e destinadas a Câmara de Vereadores de Corupá.

VALOR: R\$ 696,00 (seiscentos e noventa e seis reais) mensais

Data da Assinatura: 17/02/2016

Data da Vigência: 17/12/2016

CLÁUDIO FINTA

PRESIDENTE

**EXTRATO CONTRATO 002-16**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 002/16

Processo Licitatório nº 002/16

Dispensa de licitação nº 002/16

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: JORNAL DE CORUPÁ LTDA- ME, com sede à Avenida Getúlio Vargas, n.º 539, sala 04, Ed. Bella Flor, na cidade de Corupá (SC), CEP 89.278-000, registrada no CNPJ sob o n.º 05.565.000/0001-52 .

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DIVULGAR OS ATOS, PROGRAMAS EDUCATIVOS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, com vigência de 10 (dez) meses

VALOR DO CONTRATO: R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais .

Data da Assinatura: 26/02/2016

Data da Vigência: 26/12/2016

CLÁUDIO FINTA

PRESIDENTE CÂMARA DE VEREADORES

# Curitibanos

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº38/2016

#### REPUBLICAÇÃO

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº38/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) ELETRODOS ADESIVOS PARA USO NO APARELHO DE DESFIBRILAÇÃO AUTOMÁTICA EXTERNA (DEA), NOS ATENDIMENTOS PRÉ HOSPITALARES, DO 2ºBBM/SEDE CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 12/05/2016, às 09:30h, e início da sessão do Pregão no dia 12/05/2016, às 10h00 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376. Curitibanos, 02 de maio de 2016.

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário Mun. Saúde

Gabriela Q. Almeida Martarello  
Pregoeira

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2016

#### REPUBLICAÇÃO

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE UM ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 16/05/2016, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 16/05/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 02 de Maio de 2016.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 02/2016 CMDCA

RESOLUÇÃO 02/2016

Dispõe sobre a regulamentação quanto a utilização do veículo adquirido para o 'Resgatando Vidas'.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Dionísio Cerqueira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - ECA e Lei Municipal 4.410/2015 de Dionísio Cerqueira, Considerando reunião extraordinária realizada em 20 de abril de 2016,

Resolve:

Art. 1º Autorizar que o veículo adquirido pelo FIA e designado ao Programa Resgatando vidas, seja utilizado pela equipe técnica e oficinairos do programa.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dionísio Cerqueira – SC define que o veículo será utilizado somente para fins de desenvolvimento do projeto, pela equipe técnica responsável e oficinairos do Programa resgatando vidas, vedando o empréstimo para outros fins.

Art. 3º Todos os assuntos inerentes a utilização do veículo serão deliberadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dionísio Cerqueira.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 20 de abril de 2016.

Taíse Bortoluzzi Piasecki

Presidente do CMDCA

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 124/2016

	PORTARIA Nº 124/2016
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal LIANE MARIA SILVEIRA RAMOS, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, relativo ao período aquisitivo 05/15 a 05/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Maio de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Forquilha

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 24/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 24/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 63/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BROCCAR IND. E COM. DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA EPP

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para Locação de estrutura completa para realização da XX Festa do Colono e VIII do Motorista no município de Forquilha/SC, compreendendo tendas, tablad0s, banheiros químicos, conjuntos de mesas e cadeiras plásticas, entre outros, de acordo com a proposta da contratada

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 63/PMF/2016 o valor de R\$ 9.971,13 (nove mil novecentos e setenta e um reais e treze centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de abril de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003\_2016-FMS**

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003/2016 – FMS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO nº 00023/2016-FMS  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Prefeito, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0003/2016-FMS, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 0001/2016 – FMS e a Deliberação Nº 02/CMS/2016 do Conselho Municipal de Saúde, a habilitação da empresa “CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM FRAIBURGO LTDA”, inscrita no CNPJ sob nº 21.841.185/0001-34, para prestação de serviços relativos a exames de mamografia bilateral para rastreamento e mamografia unilateral aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residentes no Município de Fraiburgo, para o período de maio a dezembro de 2016.

Fraiburgo (SC), 02 de maio de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito de Fraiburgo/SC

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0030\_2016 PMF**

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0030/2016 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0129/2016 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Inexigibilidade com a inscrição da servidora Sra. Francine de Souza Correia, referente ao II encontro estadual de gestores municipais de convênios, na cidade de Florianópolis, nos dias 07 e 08 de junho de 2016.. CONTRATADA: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – EGEM CNPJ: 08.940.383/0001-90 VALOR: R\$ 200,00 (duzentos reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 “caput” Da Lei Nº 8.666/93 E Alterações.

Fraiburgo(Sc), 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO – PREFEITO

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0031\_2016 PMF**

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0031/2016 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0131/2016 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Inscrições para participação da Sra. Maria Barros Balestrin e Rose Mari Bianchi, no IX fórum extraordinário da Undime/SC a realizar-se em Florianópolis/SC dias 17 e 18 de maio de 2016, tema “Educação Infantil e Fundamental para o Mundo de Amanhã”. CONTRATADA: UDIME/SC CNPJ: 79.363.123/0001-47 VALOR: R\$ 500,00 (quinhentos reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 “caput” Da Lei Nº 8.666/93 E Alterações.

Fraiburgo(Sc), 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO – PREFEITO

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024\_2016-SF-RP 0014**

Aviso do Pregão Presencial nº 0024/2016– SF

Registro de Preços nº 0014/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de refeições para os servidores da SANEFRAI, durante o período de maio a

dezembro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 18.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. ABERTURA DO CERTAME: no mesmo dia às 09:15. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 02 de maio de 2016.

João Albino de Barros – Presidente da SANEFRAI.

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0064\_2016-PMF RP 0037**

Aviso do Pregão Presencial nº 0064/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0037/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de recargas e retestes de extintores e compra de extintores novos, para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período Maio a Dezembro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 17.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 28 de abril de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0067\_2016-PMF RP 0039**

Aviso do Pregão Presencial nº 0067/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0039/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de materiais de construção e lona plástica preta, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 17.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 02 de maio de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0068\_2016-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0068/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, tipo furgão, com transformação para ambulância, para uso do Fundo Municipal de Saúde Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 19.05.2016 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 09:15 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Fraiburgo(SC), 02 de maio de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

**DECRETO Nº 116/2016**

DECRETO Nº 116, DE 02 DE MAIO DE 2016.

ALTERA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 328, de 09 de Dezembro de 2014, que nomeou os integrantes do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, do Município de Fraiburgo:

**a) – Representantes do Poder Executivo:**

- Ruthnea Bernadete Fernandes Fritzen – Titular;
- Simone Patrícia Hepp – Suplente;

**b) – Representantes dos Professores da Educação Básica Pública Municipal:**

- Iluir Thibes dos Santos - Titular;
- Deonir Aparecida da Rosa – Suplente;

- Tatiana Rezzadori – Titular;
- Maria da Glória Palhano – Suplente;

**c) - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal:**

- Carolini Frigotto Antunes – Titular;
- Andréa Garcez de Lorenzi – Suplente;
- Sandro Morando – Titular;
- Rosenilda Gonçalves Ferreira – Suplente.

**e) - Representantes de Entidades Cívicas:**

- Aline Ullir Calliani – Titular;
- Fabiane Lazzaretti – Suplente;
- Elinilce Dalagnol - Titular;
- Anilson Miguel Pires – Suplente.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 02 DE MAIO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 117/2016**

DECRETO Nº 117, DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	20.000,00
0.1.0300 (86)		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	20.000,00
0.1.0323 (89)		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	20.000,00
0.1.0300 (63)		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	20.000,00
0.1.0323 (65)		
TOTAL	R\$	80.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	20.000,00
0.1.0300 (90)		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	20.000,00
0.1.0323 (92)		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	20.000,00
0.1.0300 (66)		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	20.000,00
0.1.0323 (68)		
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 02 DE MAIO DE 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0826/2016**

PORTARIA Nº 0826, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Revoga Portaria 2119/2013

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 2119 de 11 de setembro de 2013, da servidora ROSANA ETELVINA DA ROSA CAMARGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 552.260.789-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, que designou a servidora para atuar junto ao posto de atendimento de Fraiburgo da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUDESC, localizado na Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Fraiburgo – ACIAF, desempenhando a função de fiscalizadora dos livros contábeis, ao a partir de 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0827/2016**

PORTARIA Nº 0827, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 2191 de 03 de outubro de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível 1, à servidora ROSANA ETELVINA DA ROSA CAMARGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 552.260.789-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, a partir de 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0828/2016**

PORTARIA Nº 0828, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, o servidor GERSON DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 066.474.149-59, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0829/2016**

PORTARIA Nº 0829, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0010 de 22 de fevereiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0574/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GERSON DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.474.149-59, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA – GINÁSTICA RÍTMICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 03 de maio de 2016 até 03 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0830/2016**

PORTARIA Nº 0830, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0516/2016, da Secretaria de Educação,

Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOSIELI MATTEUCCI, brasileira, solteira, inscrito no CPF sob o nº 081.816.139-61, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR – NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0831/2016**

PORTARIA Nº 0831, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0565/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear TATIANE GONÇALVES MATEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 042.120.609-81, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR – NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0832/2016**

PORTARIA Nº 0832, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0514/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROSEMARY DE OLIVEIRA DE LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 943.777.821-34, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR – NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0833/2016**

PORTARIA Nº 0833, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0510/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ADRIANA FÁTIMA DE LARA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 051.696.389-90, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR – NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0834/2016**

PORTARIA Nº 0834, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0508/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DAIANE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 011.512.279-60, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR – NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 0835/2016**

PORTARIA Nº 0835, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0512/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear VERÔNICA DE OLIVEIRA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº 043.539.109-73, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR – NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0836/2016**

PORTARIA Nº 0836, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0593/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLARICE INES DE MELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.302.779-63, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2016 até 04 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0837/2016**

PORTARIA Nº 0837, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em

conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0591/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA LOPES DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.661.249-50, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2016 até 06 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0838/2016**

PORTARIA Nº 0838, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0591/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora JULIANA LOPES DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.661.249-50, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 03 de maio de 2016 até 06 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0839/2016**

PORTARIA Nº 0839, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de DANIELE DA SILVA XAVIER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 051.266.009-31, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2016.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 0840/2016**

PORTARIA Nº 0840, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0584/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 34 (trinta e quatro) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor JEAN CARLOS LIESCH, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 085.978.929-27, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 03 de maio de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 115/2016****DECRETO Nº 115, DE 02 DE MAIO DE 2016.**

**HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0004, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologado o resultado da prova prática do código 3 e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0004, de 12 de janeiro de 2016, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 02 DE MAIO DE 2016.

**IVO BIAZZOLO**

Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0004 DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Rolo Compactador**

**Critérios de Desempate**

1º 2º 3º 4º 5º

Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	2	0	NÃO	15/12/1957
4	5	2	NÃO	04/02/1982
2	0	0	NÃO	06/06/1980
0	0	0	NÃO	13/09/1957
0	0	0	NÃO	28/10/1962

Ordem Classif.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Pontos de Títulos
1	3	RUDE RICHTER	51,00	47,00	4,00
2	7	ELIZANDRO COSTA	27,66	18,66	9,00
3	14	DILSON RIBEIRO DE OLIVEIRA	19,33	15,33	4,00
4	2	ARLINDO MARTINELLO	14,66	14,66	0,00
5	12	PEDRO TADEU DE OLIVEIRA	13,00	13,00	0,00

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 07/2016**

PORTARIA Nº 07/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO.

ORACIR FERREIRA DE DEUS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica Municipal; artigo 34, incisos II, XI, XXV do Regimento Interno da Câmara Municipal c/c a Lei Municipal nº 1220/1997 e alterações posteriores e Contrato Administrativo.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar, em caráter temporário, ADRIELI CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 092.533.669-66, na função de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 02 de maio de 2016.

ORACIR FERREIRA DE DEUS

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 065 / 2016

CONTRATO Nº 065/2016

#### CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.616.039/0001-09, com sede à Rua Adolfo Soletti, n. 750 – centro, Frei Rogério/SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. OSNY BATISTA ALBERTON, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 122.776.730 – 72, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominado LOCATÁRIO, e MAYRA FAQUIM, brasileira, comerciante, inscrita no CPF/MF sob o nº 086. 412 289 69, residente e domiciliado na Rua José Darol, nº 400, centro do município de Frei Rogério/SC., doravante denominado LOCADORA, sob as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, em conformidade com o Art. 15, §2º da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, e pela conveniência e necessidade administrativa, devidamente demonstradas em procedimento interno próprio, contratam a locação de bem imóvel, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente contrato tem por objeto a locação de uma sala comercial com área superficial de 110 m<sup>2</sup> (cento e dez), localizada na Rua José Darol, nº 400, centro, na cidade de Frei Rogério, com registro no Cartório de Registro de Imóveis de Curitiba sob o n. de matrícula 14.15 500, dentro das seguintes confrontações: ao Norte, 30ms com a Rua José Darol, ao Sul, 30ms com lote da Celesc; ao Leste, 20ms com Flavio Theobaldo Machry; ao Oeste, 20ms com a Rua Luiz Darol, conforme matrícula atualizada constante do procedimento interno próprio, com a finalidade exclusiva de atender as instalações e acomodações do Conselho Tutelar do município de Frei Rogério.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O prazo de duração do contrato é de 08 (oito) meses, com início em 01 de maio de 2016 até o dia 31 de dezembro do mesmo ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, havendo interesse da Administração, mediante a formalização de novo instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – Havendo conveniência administrativa, antes mesmo do prazo de doze meses o LOCATÁRIO poderá declarar a rescisão do contrato ora firmado, bastando, para tanto, notificação expressa ao LOCADOR com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo qualquer imposição de multa ou obrigação de indenização ao LOCATÁRIO.

**Parágrafo Segundo** – Além do locativo mensal, o LOCATÁRIO compromete-se ao pagamento de taxas de luz e água, durante o período da locação, recebendo o imóvel livre das despesas acima arroladas, na data da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O preço global anual da contratação é de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais), a serem pagos pelo LOCATÁRIO em parcelas mensais de R\$ 987,50 (novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) cada.

**Parágrafo primeiro** – Os valores referidos nesta cláusula serão pagos ao LOCADOR, através de depósito na conta corrente de titularidade deste.

**Parágrafo segundo** – O pagamento das parcelas se efetuará até o último dia útil de cada mês, mediante a apresentação de recibo pelos LOCADORES.

**Parágrafo terceiro** – O valor fixado no caput desta Cláusula não sofrerá atualização monetária ou qualquer outra forma de correção.

**Parágrafo quarto** – As despesas decorrentes do presente contrato

serão lançadas por conta do LOCATÁRIO no Projeto/Ativ- 2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças, elemento de Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0110 do orçamento vigente e subsequente, se for o caso

**CLÁUSULA QUARTA** – Em face da destinação do objeto da presente locação ser para atender as instalações do conselho tutelar, do Município de Frei Rogério, com fundamento no art. 24, X da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, fica dispensada a licitação.

**CLÁUSULA QUINTA** – O imóvel locado encontra-se em boas condições de conservação, não necessitando de reformas para o tipo de uso pretendido, a não ser adaptações para o melhor uso por parte da Administração. Faz parte integrante do contrato a vistoria realizada conjuntamente pelas partes, devendo ser o imóvel restituído, findo a locação nas mesmas condições, zelando pelo bom uso do mesmo, reparando os danos ocorridos por culpa do LOCATÁRIO.

**CLÁUSULA SEXTA** – Constitui motivo de rescisão a falta de pagamento do principal e acessórios, desapropriação ou incêndio que impeça o regular uso, abandono do imóvel por parte do LOCATÁRIO, impedimento de vistoria para eventual venda do imóvel (respeitado o prazo final do contrato), pelo que se ressalva o LOCADOR.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Finda a locação o LOCATÁRIO deve comprovar de forma documental o cumprimento de todas as obrigações de ordem monetária derivada do presente contrato, bem como realizar os reparos de modo que possa devolver o imóvel no estado que recebeu, cessando a fluência de aluguéis e encargos, na efetiva entrega do imóvel.

**CLÁUSULA OITAVA** – Aplicam-se todas as disposições da Lei das Licitações cabíveis ao presente contrato, fixando-se competente o Foro da Comarca de Curitiba/SC., por força da disposição do Art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, para dirimir questões advindas da presente relação jurídica.

Por estarem as partes, justas e contratadas, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente na presença de duas testemunhas.

Frei Rogério, 29 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Osny Batista Alberton

Prefeito Municipal

MAYRA FAQUIM

Locadora

Testemunhas:

1)

2)



**PRAZO DE VALIDADE DAS ATAS 17 E 18/2015 = PUBLICAÇÃO MAIO DE 2016**

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que as atas de nº 17 e 18/2015, provenientes do processo licitatório n.º 022/2015, na modalidade de Pregão Presencial n.º 013/2015, Registro de Preços n.º 05/2015, da prefeitura municipal de Frei Rogério firmadas no dia 03/08/2015, com os seguintes fornecedores:

CESCA & CIA LTDA E

JOSÉ VALDERI DA SILVA 99836807934, respectivamente, encontram-se dentro de seu prazo de validade, cujo vencimento final ocorre somente no dia 03 de agosto de 2016.

Frei Rogério, 02 de Maio de 2016

Cópias das atas em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, n.º 750, ou através do fone 49 3257 0000 e do e-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br); e ou [licitacao@freirogerio.sc.gov.br](mailto:licitacao@freirogerio.sc.gov.br)

OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 075/2016

DECRETO N.º 075, DE 02 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 479, de 21 de fevereiro de 1994 e alterações,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Educação, composição para 2016 - 2018:

#### I – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Rosiane Marli Antonio Damásio – Vice-Presidente

Suplente: Rosilene Pacheco de Lima

#### II – PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL E OUTRO ESTADUAL OU PARTICULAR

Titular: Celso José Barbosa de Souza

Suplente: Simone Rogalsky

Titular: Mauricelia Albuquerque

Suplente: Elaine Coelho da Luz

#### III – DIRETOR DA REDE MUNICIPAL

Titular: Kelly Fernanda de Oliveira

Suplente: Rosa Maria de Souza Bento

#### IV – ENTIDADES DE ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Titular: Rui Carlos Marques de Barcellos - Presidente

Suplente: Suelen Maria de Souza

#### V – PAIS DE ALUNOS MATRICULADOS EM ESCOLAS MUNICIPAIS

Titular: Betina Lorensi Lopes

Suplente: Felipe Nascimento da Silva

#### VI – PAIS DE ALUNOS MATRICULADOS EM ESCOLA PARTICULAR OU ESTADUAL

Titular: Edizia Inácia Pereira - Secretaria

Suplente: Sonia Gonçalves

#### VII – SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Titular: Luiz Fernando Alves Bitencourt

Suplente: Sandra Antunes Severo

Titular: Zulmar Corrêa

Suplente: Glaucete Martins

#### VIII – DIRIGENTES DAS ESCOLAS PARTICULARES

Titular: Victor Alexandre da Costa Ribeiro

Suplente: Juliana Alcides Pereira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 067, de 19 de abril de 2016.

Garopaba, 02 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 076/2016

DECRETO N.º 076, DE 02 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.095.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.095.000,00 (Hum milhão, noventa e cinco mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.095.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	1.045.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.000.000,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.0.2.14.000070 - Aplicações Diretas	25.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	50.000,00
3.3.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 1.095.000,00 (Hum milhão, noventa e cinco mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.095.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	1.045.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000.000,00
3.3.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.0.2.14.000070 - Aplicações Diretas	25.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	50.000,00
3.1.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

# **HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016**

## **HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO PARCIAL DO**

### **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2016**

FICAM HOMOLOGADO o Resultado Parcial do Processo Seletivo, Edital n.º 001/2016, para os seguintes cargos:

#### **CARGO: Médico ESF**

POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Luciano Raymundo Huber
002	Thales Simões Pires de Almeida
003	Peter Maciel Haberlehner
004	Ana Paula Dias Barbosa

#### **CARGO: Médico Clínico Geral**

POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Ana Paula de Abreu Bastos
002	Daniel Rech Rodrigues
003	Vanessa Dal Bó de Carvalho
004	Christofer Moraes Balen
005	Pedro Henrique Capoani Hilgert
006	Márcio Schafer
	Aline Novaes da Rosa (DESClassificada)

#### **CARGO: Enfermeiro ESF**

POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Celita Bregue Daniel
002	Ângela Regina Monteiro
003	Vivian de Oliveira Barbosa
004	Vanessa Márcia Ragievicz Tabaczinski
005	Tania Regina Almeida de Oliveira
006	Mariana Cholet de Souza
007	Lizandra Chane
008	Valkiria Sanches Pereira Tolentino
009	Ludmila Ébia dos Santos Bineck
010	Danúbia Cascaes Lopes
011	Maria Teresa Bertoncini Mendes
012	Paula Elias de Souza
013	Renata Damasio Fernandes
014	André Luiz Quevedo de Freitas

#### **CARGO: Educador Físico NASF**

POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Maike Mansur Moussalle
002	Fernando Mariante Mincarone
003	José Gustavo de Azevedo Misurelli
004	Marina Solé Corrêa
005	Lucas Teixeira Puchalski
006	André Luiz Schardong
007	Luisa Berthur Araújo
008	Lisiane Marques
	Mauro Sampaio Bortolotto ( DESCClassificado )
	Diego Pinto Santos ( DESCClassificado )

#### **CARGO: Médico Veterinário NASF**

POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Carmen Luisa Noal Henrique
002	Janaina Tais da Rocha da Silva
003	Fabiane Alexandra Ramos Bottini
004	Airon Henrique

#### **CARGO: Auxiliar de Saúde Bucal**

POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Telma da Silva Gonçalves
002	Silvana Rosa de Souza
003	Leni Santos de Lima
004	Luana Tereza Silvano
005	Viviane Maria Raulino
006	Edna Vignol de Andrade
007	Miriane do Nascimento Schaurich
008	Samara Rodrigues

#### **CARGO: Agente de Combate as Endemias**

POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Paula Soares
002	Roziméia dos Santos Pires
003	Rita Nazário Vieira
004	Luiz Henrique Batista
005	Indiara Braz Borges
006	Giovane Gonçalves Santana
007	Cauê Santini Dias Wahl
008	Shaiane Almeida Da Silva
009	Karina Martinez Querino
010	Aniversina Lopes Amorim

Garopaba, 27 de abril de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 03/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### QUADRO DE VAGAS 14ª CHAMADA EDITAL-009/2015-ACT ANOS INICIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE VAGAS 14ª CHAMADA EDITAL-009/2015-ACT ANOS INICIAIS

LOCAL-PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA – DATA 04/05/2016 – HORÁRIO: 8h

NOME DA ESCOLA	CH	TURNO	TURMA	TIPO DE VAGA	NOME E ASSINATURA SERVIDOR
EM DUQUE DE CAXIAS	40	INTEGRAL	2º ANO	EXCEDENTE	

Garuva, 02 de maio de 2016

Jucilene Furlan

Presidente da Comissão

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO 002/2016

CONTRATO Nº 002/2016

CONTRATO EMERGENCIAL DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA - CÂMARA DE VEREADORES DE GARUVA - ESTADO DE SANTA CATARINA E IPM SISTEMAS LTDA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ nº 81.144.610/0001-60, com sede na Rua Castro Alves, nº 44, Bairro Centro, CEP 89248-000 na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente sr.: REGINALDO MEWS ROSA, portador do CPF 006.063.009-45, RG 4354010 SSP-SC, residente e domiciliado na cidade de Garuva/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e IPM SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowsky, nº 354, 7º andar, Edifício Centro Administrativo Ferreira Lima, CEP 88.015-300 – Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato representado por seu sócio administrador, senhor Aldo Luiz Mees, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, doravante denominada CONTRATADA, promovem entre si, o presente Contrato Emergencial com fulcro no artigo 24, inciso IV da Lei de Licitações, tendo em vista o do término do CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA, oriundo da Tomada de Preços n. 001/2011, firmado em 02 de janeiro de 2012, servindo este contrato emergencial para regulamentar o período necessário para término de processo licitatório e implantação de sistema a ser contratado, visando nova contratação e assim dar solução de continuidade na prestação do serviço público objeto do contrato, sendo para tanto as cláusulas definidoras do presente, as que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

1.1 - O presente instrumento tem por objeto dar continuidade ao licenciamento de softwares de autoria da IPM com serviços de atualizações tecnológicas e suporte técnico, nas condições adiante estabelecidas, conforme CONTRATO 002/2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Dos módulos implantados e licenciados:

2.1 – PROGRAMAS DE GESTÃO CONTÁBIL, COMPRAS E LICITAÇÕES, RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO, CONTROLE DE ATENDIMENTO E PORTAL DE SERVIÇOS.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Dos preços e condições de pagamento:

3.1 - A Contratada pagará mensalmente a Contratante o valor de R\$ 1.293,47 (um mil duzentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos) referentes ao licenciamento de softwares de autoria da IPM com serviços de atualizações tecnológicas e suporte técnico

3.2 - O valor constante na cláusula anterior poderá ser acrescido dos custos pela realização dos serviços de customizações, intervenções técnicas remotas e locais.

3.3 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o trigésimo dia do mês da realização dos serviços, tomando por termo inicial a assinatura deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - Da dotação:

4.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

33903911000000

LOCAÇÃO DE SOFTWARES

#### CLÁUSULA QUINTA - Do prazo:

5.1 - O prazo estimado para execução dos serviços é de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura deste contrato, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, conforme prevê o artigo 24, IV da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA SEXTA - Dos serviços:

##### 6.1. Suporte técnico:

6.1.1. O suporte técnico se dará ao cliente através de central de atendimento especializada da contratada, com técnicos habilitados com o objetivo de esclarecer dúvidas operacionais;

6.1.2. Os serviços de suporte técnicos serão desenvolvidos pela equipe técnica da central de atendimento da IPM, através de telefone, MSN, chat e/ou voip;

6.1.3. Caberá a contratante, por intermédio de sua equipe de help desk, chamar pelos serviços, sendo vedado o atendimento a usuários finais;

##### 6.2. Atualização de versões e instalações de novas versões:

6.2.1. Objetivam manter o software em conformidade com as leis vigentes nas esferas, federal e estadual; pelas normas e

procedimentos do Tribunal de Contas.

6.2.2. A Contratada disponibilizará releases de novas versões em seu datacenter, mediante o recebimento dos valores das mensalidades, sendo responsabilidade da Contratante a sua baixa e manuseio.

6.1.6. Os custos dos serviços de suporte técnico relacionados nos itens "6.1.1 à 6.1.3" estão inclusos nas mensalidades.

6.2.3. Eventuais custos para realização de serviços de atendimento técnico local para instalação de novas versões serão cobrados em separado.

6.3. Customizações:

6.3.1. Não estão inclusos nos valores contratados, devendo ser pagos em separado;

6.3.2. Os serviços de customizações serão prestados nas dependências do Contratante ou da Contratada;

6.3.3. Serão considerados serviços de customizações entre outros:

6.3.3.1. Alterações diversas no software utilizado pela Contratada que impliquem em mudanças nos arquivos, novas funções/rotinas/relatórios, ainda que exigidas pela legislação local e demais alterações que impliquem na adaptação do software IPM às especificações e desenvolvimentos personalizados ao Contratante.

6.4. Consultoria e atendimento técnico local:

6.4.1. Não estão inclusos nos valores contratados, devendo ser pagos em separado;

6.4.2. Os serviços de consultoria e atendimento técnico local serão prestados nas dependências do Contratante (atendimento técnico local) ou da Contratada (intervenção técnica remota);

6.4.3. A consultoria será prestada por técnicos capacitados e específicos para cada módulo ou área atendida;

6.4.4. São serviços de consultoria, entre outros, migrações, geração e incorporação de arquivos, prestações de contas, configurações, ajustes em banco de dados, operação de software, capacitação de usuários, reorganização e reestruturação da base de dados e tabelas, diagnóstico de situações fáticas incluindo análise de hardware, equipamentos e ambiente tecnológico.

6.5. Os serviços de customização, atendimento técnico local, intervenções técnicas remotas e outros não abrangidos nos custos da mensalidade somente poderão ser realizados a partir de solicitação da Contratante, após conhecimento e aprovação de orçamento específico, apresentável caso a caso.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Da responsabilidade do contratante:**

7.1. Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários à prestação dos serviços.

7.2. Notificar à Contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma estabelecida na Cláusula Terceira

7.4. Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela Contratada.

7.5. Facilitar o acesso dos técnicos da Contratada devidamente identificados e credenciados, às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções, desde que estes identificados por suas credenciais.

7.6. Designar um técnico devidamente capacitado para acompanhar a implantação dos sistemas e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa do projeto.

7.7. Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas, incluindo:

7.7.1. Assegurar a configuração adequada de máquina e instalação dos sistemas;

7.7.2. Manter backup adequado para satisfazer às necessidades de segurança, assim como "restart" e recuperação no caso de falha de máquina.

7.7.3. Dar prioridade aos técnicos da Contratada para utilização do equipamento do Contratante quando da visita técnica dos mesmos.

7.8. Caberá ao Contratante solicitar formalmente à Contratada os serviços de assistência técnica necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas;

7.9. Dispor de equipamentos de informática adequados para realização dos serviços;

7.10. Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus servidores ou pessoas às quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que as informações e softwares sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança.

7.11. Competirá ao Contratante alocar pessoas do seu quadro permanente para fornecer informações e conferir os resultados dos serviços / softwares.

**CLÁUSULA OITAVA - Da responsabilidade da contratada:**

8.1. Prestar os serviços contratados na Cláusula Segunda com técnicos habilitados, para esclarecer dúvidas que surgirem na operação e utilização do software licenciado através da central de atendimento da IPM, por telefone, fac-símile, VOIP/chat, MSN, ou através de serviços de suporte remoto.

8.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

8.3. Executar satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais o serviço ajustado nos termos da Cláusula Primeira.

8.4. Utilizar na execução do serviço contratado pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.

8.5. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.

8.6. Manter o (s) servidor (es) do Contratante, encarregado (s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe (s) as informações necessárias.

8.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.

8.8. Prestar suporte técnico na forma e nos prazos estabelecidos.

8.9. Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas, guardando total sigilo perante terceiros.

**CLÁUSULA NONA – Das penalidades:**

9. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios da CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

9.1. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das cláusulas contratuais, pagamento de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

9.2. Advertência escrita.

9.3. A multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

9.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Rescisão:**

10. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato.

10.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

10.3. Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Foro:**

Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o foro da comarca da contratante com renúncia expressa a qualquer outro.



E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Garuva/SC, 03 de maio de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA	IPM SISTEMAS LTDA
REGINALDO MEWS ROSA	Aldo Luiz Mees
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome: José Carlos Schutz	Nome: Jayson Edgar Correa
CPF: 420.240.999-04	CPF: 001.246.149-06

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.944, DE 02 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.944, DE 02 DE MAIO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA JANICE MAY DE OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora JANICE MAY DE OLIVEIRA, CPF nº 614.347.879-15, nomeada através do Decreto 6.876/2016 no cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, por força de atribuição de efeito suspensivo de decisão liminar, obtida no agravo de instrumento nº 2016.021634-1, a partir de 02/05/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/05/2016.

Gaspar, 02 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 6.949, DE 02 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.949, DE 02 DE MAIO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA DULCINEIA RAMOS MICHELS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 02/05/2016, DULCINEIA RAMOS MICHELS, inscrita no CPF sob o nº 823.636.769-04 e do RG nº. 693860, do cargo em comissão de COORDENADOR GERAL SAÚDE MENTAL, nomeada pelo Decreto nº 6796/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de maio de 2016.

Gaspar, 02 de maio de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

### PORTARIA RH 19/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 19/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MARILDA SPENGLER, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/10/2003 a 03/04/2009, devendo folgar a partir de 04/02/2016 a 03/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

### PORTARIA RH 20/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 20/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) Giana da Costa, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/02/2011 a 04/02/2016, devendo folgar a partir de 10/05/2016 a 07/08/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

### PORTARIA RH 21/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 21/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) Rita Teresinha Cardoso, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 11/02/1998 a 10/02/2003, devendo folgar a partir de 12/05/2016 a 09/08/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**PORTARIA RH 22/2016**

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 22/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) GRAZIELE BONETTI MANERICH, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 08/04/2008 a 16/05/2013, devendo folgar a partir de 11/05/2016 a 08/08/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**PORTARIA RH 23/2016**

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 23/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) VALCY MAY GRACIOLO, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 11/10/2008 a 29/12/2013, devendo folgar a partir de 04/05/2016 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**PORTARIA RH 24/2016**

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 24/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) NILSA GERTRUDES SABEL, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/10/1998 a 04/10/2003, devendo folgar a partir de 05/05/2016 a 02/08/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**SAMAE - GASPAR****PORTARIA N. 48 DE 29 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº 48 DE 29 DE ABRIL DE 2016

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR SERLAU ANTUNES, MATRÍCULA Nº 270, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146 de 15 de outubro de 2009, e no com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância instaurada para apurar as informações descritas no Memorando Interno datado de 16 de fevereiro de 2016, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo.

. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 29 de abril de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. 49 DE 29 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº 48 DE 29 DE ABRIL DE 2016

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR SERLAU ANTUNES, MATRÍCULA Nº 270, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146 de 15 de outubro de 2009, e no com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância instaurada para apurar as informações descritas no Memorando Interno datado de 16 de fevereiro de 2016, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo.

. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 29 de abril de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. 50 DE 29 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº 49 DE 29 DE ABRIL DE 2016

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DOS SERVIDORES VANILDO DE OLIVEIRA E DÁRIO SANSÃO.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146 de 15 de outubro de 2009, e no com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância instaurada para apurar as informações descritas no Memorando Interno datado de 17 de fevereiro de 2016, subscrito pelo Diretor de Faturamento José Lana, onde extrai-se que os servidores Vanildo de Oliveira e Dário Sansão não cumpriram as ordens de serviço de corte do fornecimento de água expedidos pelo setor competente

. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 29 de abril de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. 51 DE 29 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº 50 DE 29 DE ABRIL DE 2016

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR ROBERTO DE SOUZA, MATRÍCULA 328, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ENCANADOR

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146 de 15 de outubro de 2009, e no com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância instaurada para apurar as informações descritas no Memorando Interno datado de 16 de fevereiro de 2016, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo, onde extrai-se que o servidor Roberto de Souza vem apresentando muitas faltas no decorrer do ano.

. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 29 de abril de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. 52 DE 29 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº 52 DE 29 DE ABRIL DE 2016

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A AUTORIA DOS DANOS CAUSADOS EM UM EDREDOM, DE PROPRIEDADE DE SEBASTIÃO MITTERSTEINER

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146 de 15 de outubro de 2009, e no com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância instaurada para apurar as informações descritas no corpo do Requerimento datado de 05 de fevereiro de 2016 subscrito pelo Assessor Administrativo Aldo Avosani.

. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 29 de abril de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. 53 DE 02 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA N. 53 DE 02 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR EDSON HERMINIO FACHINI

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor Edson Herminio Fachini, ocupante do cargo efetivo de Eletricista, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 30/06/2013, que será gozada a partir de 02/05/2016 a 30/07/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 02 de maio de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente



# Grão Pará

## PREFEITURA

### CONTRATO N 30-2016 BETHA FAMGP

CONTRATO N. 30/2016  
(de 1º de março de 2016)

#### MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC do , neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Amilton Ascari, doravante denominado de CONTRATANTE

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, situada na Rua João Pessoa, 134, 1º Andar, Centro Criciúma/SC, nesta ato, representada por seus Procuradores Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior, portador do CPF n. 004.770.259-19, e Daniela Ramos da Silva, portadora do CPF n. 007.395.609-05, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.

0. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

- v. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
- a. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.
- b. Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.
- c. Suporte Técnico e Treinamento reforço, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.
- d. Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

0. A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1. O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

2. Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato "txt".

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

2. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

3. O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

4. Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário, em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

5. O pagamento dos serviços técnicos eventuais de suporte técnico, treinamento de reforço ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

6. Os pagamentos dos serviços de implantação do sistema gerenciador de banco de dados serão efetuados em parcela única, com vencimento do boleto bancário programado para 15 (quinze) dias da emissão da nota fiscal devidamente liquidada pelo setor responsável.

7. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

8. Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice IGP-M acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecidos.

Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até 10 (dez) dias após sua regular execução e liquidação, desde

que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

1. As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:  
18.01.2.050.3.3.90.39.11.00.00.00.0177 – código reduzido (2)
2. O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório 29/2016, PR n.º 11/2016 de 11 de fevereiro de 2016, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

1. A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.
2. A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.
3. Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).
4. Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Caberá a CONTRATANTE:
  - a. Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no prazo avençado.
  - b. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.
  - c. Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.
  - d. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.
  - e. Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.
  - f. Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.
  - g. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.
  - h. Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.
  - i. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.
  - j. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Caberá a CONTRATADA:
  - a. Quando contratados, conforme valores dispostos no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
  - b. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.
  - c. Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.
  - d. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
  - e. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços, caso viável.
  - f. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

1. O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.
2. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.
3. O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.
4. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.
5. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e sim como Treinamento de Reforço deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA NONA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO**

1. As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.
2. As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.
3. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.
4. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.
5. As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.
6. As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.
7. As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.
8. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.
9. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO**

1. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.
2. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:
3. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos
4. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.
5. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.
6. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.
7. Desenvolver relatórios específicos.
8. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.
9. O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
10. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.
2. A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO**

1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
2. A rescisão contratual poderá ser:
  - a. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
  - b. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 10% sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.
2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
3. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 0,5% do total estimado para a contratação por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias).
4. Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
5. A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
6. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
7. Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
  - a. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.
  - b. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Braço do Norte/SC. Para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.
2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Grão-Pará/SC, 1º de março de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR  
Procurador da Contratada

DANIELA RAMOS DA SILVA  
Procuradora da Contratada

Testemunhas

#### ANEXO I

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 30/2016

MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

#### 15. Licenciamento de uso dos aplicativos: Fundação Ambiental Municipal Grão Pará

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$	
1.	10	Mês	Aplicativo de Contabilidade Pública	01	R\$ 330,00	R\$ 3.300,00	
2.	10	Mês	Aplicativo de Compras e Licitações	01	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00	
3.	10	Mês	Aplicativo de Patrimônio	01	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00	
4.	10	Mês	Aplicativo de Tributação Pública	01	R\$ 240,00	R\$ 2.400,00	
5.	10	Mês	Aplicativo de Almoxarifado	01	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00	
6.	10	Mês	Aplicativo de Protocolo via internet	04	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00	
VALOR TOTAL R\$				R\$ 13.100,00			

#### 0. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	01	R\$ 8.714,00	R\$ 8.714,00
2.	01	Serv.	Implantação e licenciamento de sistema gerenciador de Banco de Dados	01	R\$ 236,00	R\$ 236,00
3.	80	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	01	R\$ 70,50	R\$ 5.640,00
4.	1500	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	01	R\$ 0,71	R\$ 1.065,00
5.	10	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	01	R\$ 135,00	R\$ 1.350,00
VALOR TOTAL R\$				R\$ 17.005,00		

Total do Contrato: Licenciamento de uso dos aplicativos + Serviços Técnicos = R\$ 30.105,00 (Trinta mil, Cento e cinco reais)

Grão-Pará/SC 1º de março de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR  
Procurador da Contratada

DANIELA RAMOS DA SILVA  
Procuradora da Contratada

TESTEMUNHAS



**CONTRATO N 31-2016 COLTRANS**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE N. 31/2016

Contrato, que entre si celebram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob o n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa COLTRANS COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DA SAÚDE LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n. 12.112.427/0001-60, estabelecida na Rua Alexandrino Barreto, 86, Centro, Tubarão, SC, ora representada por seu Sócio Administrador, ROGER FERNANDO MICHELS, CPF n. 674.069.129-00, doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato consiste em COLETAR, TRANSPORTAR E DAR DESTINO FINAL AOS RESÍDUOS PROVENIENTES DE SERVIÇOS DE SAÚDE, POR MEIO DO SISTEMA DE AUTOCLAVE A VAPOR, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO RDC – 306 07/12/2004 ANVISA (AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA) E A LEI ESTADUAL N. 5.793/80, REGULAMENTADA PELO DECRETO 14.250/81.

§ 1º. A coleta será realizada 02 (duas) vezes ao mês.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obriga-se:

§ 1º. A realizar, por sua conta e risco e com equipamentos adequados, todos os serviços necessários ao objeto do presente contrato, objetivando a perfeita destinação, da totalidade do resíduo de serviço de saúde entregue pela CONTRATANTE, tudo de acordo com as especificações das autoridades ambientais competentes.

§ 2º. Fornecer à CONTRATANTE embalagens adequadas (bombonas de pvc rígido), conforme normas da ABNT, onde serão acondicionados pela CONTRATANTE os resíduos provenientes dos seus serviços de saúde.

§ 3º. Estar técnica e juridicamente capacitada para desenvolver as atividades a que se propõe, bem como possuir todas as licenças de órgãos públicos e fiscalizadores, necessárias a desenvolver suas atividades com segurança para seus funcionários e clientes e ao meio ambiente.

§ 4º. Disponibilizar funcionários e/ ou prepostos, devidamente uniformizados e com identidade funcional (crachá), para a prestação dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obriga-se a:

§ 1º. Responsabilizar-se pelo material entregue citado no caput da Cláusula Primeira, no caso de furto ou perda, responsabilizar-se, também, pelo acondicionamento dos seus resíduos de serviço de saúde na bombona.

§ 2º. Não depositar os resíduos recicláveis cujo depósito não seja autorizado pelas autoridades competentes ou que prejudiquem ou danifiquem os equipamentos e/ ou coloquem em risco a integridade física dos funcionários da CONTRATADA, tais como inflamável, explosivos, corrosivos, radioativos.

§ 3º. Caso seja detectada diferença significativa entre a informação prestada pela CONTRATANTE e o resíduo entregue, principalmente que implique em alteração de classe do resíduo, a CONTRATADA manterá o resíduo em quarentena e comunicará o fato a CONTRATANTE por escrito.

§ 4º. Preservar as embalagens fornecidas pela CONTRATADA, para o acondicionamento dos Resíduos Serviços de Saúde.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

Pela prestação dos serviços objeto desta avença, a CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA a importância de R\$ 78,82 (setenta e oito reais e oitenta e dois centavos) por bombona de lixo hospitalar recolhido e R\$ 3,15/ kg (três reais e quinze centavos por quilo) de resíduos químicos recolhidos, referentes aos serviços descritos nas cláusulas deste contrato, devendo ser pagos os valores até o 10º décimo dia do mês subsequente ao mês vencido.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VALIDADE E RESCISÃO DO CONTRATO**

O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo vigor até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente, como segue:

04.03.2.008.3.3.90.39.28.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 29).

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irreajustável.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 33/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 18/2016-DL, de 1º de março de 2016.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- Advertência escrita;
- Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 1º de março de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal



ROGER FERNANDO MICHELS  
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### **CONTRATO N 32-2016 MADEIRA**

CONTRATO N. 32/2016  
(de 04 de março de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e MADEIREIRA BUSSOLO LTDA ME, empresa estabelecida Estrada Geral Braço Esquerdo, 801 km08, Braço Esquerdo, Grão Pará, inscrita no CNPJ/MF sob n. 06.555.631/0001-65, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador Sr VALÍRIO HERT BUSSOLO, brasileiro, casado, inscrito no CPF n. 460.902.159-53, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### **CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MADEIRA DESTINADA À MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016, de acordo com as especificações técnicas, espécies e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

#### **CLÁUSULA II - DO VALOR**

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 30/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 12/2016-PR, de 18 de fevereiro de 2016, no valor total de R\$ 94.180,00 (noventa e quatro mil, cento e oitenta reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

#### **CLÁUSULA III - DA ENTREGA**

A madeira será fornecida, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma, e deverá ser entregue nos respectivos locais indicados pela Secretaria Municipal dos Transportes e Obras.

#### **CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 180 (cento e oitenta) dias após a entrega da madeira e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

#### **CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor em 04 de março de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

#### **CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- I. Efetuar os pagamentos referentes à madeira adquirida;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega da madeira licitada.

#### **CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I. Não fornecer a madeira sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque da madeira, para entrega imediata

quando da necessidade da contratante;

III. Não fornecer a madeira fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

10.01.2.029.3.3.90.30.51.00.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código reduzido: 144);

10.01.2.029.3.3.90.30.51.00.00.00.0025- Aplicações Diretas (Código reduzido: 146);

10.01.2.029.3.3.90.30.51.00.00.00.0044- Aplicações Diretas (Código reduzido: 147).

#### **CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

#### **CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 30/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 12/2016-PR, de 18 de fevereiro de 2016.

#### **CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 04 de março de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VALÍRIO HERT BUSSOLO  
Sócio Administrador da Vendedora

TESTEMUNHAS

## **CONTRATO N 33-2016 CONJUNTO GERAÇÃO CATARINENSE**

CONTRATO N. 33/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o CONJUNTO MUSICAL GERAÇÃO CATARINENSE LTDA, com sede na Rua André Spricigo, 490, Bairro Lomba, Município de Orleans/ SC, inscrito no CNPJ sob o n. 04.617.640/0001-04, neste ato, representado pelo Sócio Administrador, Sr. CLEITON COELHO CARRER, brasileiro, solteiro, músico, portador do CPF 036.315.529-55 e do RG 6/R 4.367.949, doravante denominada de CONTRATADO, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

### **CLÁUSULA I – DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE AULA DE MÚSICA PARA AULAS DE ACORDEOM E TECLADO PARA PESSOAS INTERESSADAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

Parágrafo Único. As aulas objeto deste Contrato deverão ocorrer nas quartas-feiras (das 18:00h às 21 h), na Escola Municipal “Prof. Gregório Wessler”, situada no Centro da Cidade de Grão-Pará.

### **CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula I, o CONTRATADO receberá o Valor Global de R\$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais), sendo, subdivido em 9 (nove) parcelas mensais de R\$ 700,00 (setecentos reais), até 30/11/2016.

### **CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal do “caput” da Cláusula II será efetuado até o dia 10 do mês subsequente.

### **CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato entrará em vigor a partir de 04 de março de 2016 e o seu término será em 30 de novembro de 2016.

### **CLÁUSULA V – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

A contratação dos serviços objeto deste contrato não gera vínculo empregatício.

### **CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES**

O contratado obriga-se a prestar os serviços nos dias e locais ora contratados, sob pena de desconto no pagamento dos dias em que não efetuar os serviços contratados.

### **CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente, como segue:

06.01.2.024.3.3.90.39.99.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 118).

### **CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE**

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

### **CLÁUSULA IX – DA DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 35/2016 – Edital

de Dispensa de Licitação n. 19/2016-DL, de 04 de março de 2016.

### **CLÁUSULA X – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo Único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

### **CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o CONTRATADO sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, podendo a contratante rescindir unilateralmente este contrato e aplicar outras sanções;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

### **CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

### **CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 04 de março de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

CLEITON COELHO CARRER  
Sócio Administrador do Contratado

TESTEMUNHAS

## **CONTRATO N 34-2016 VALDAIR FRANÇA CLAUDINO**

CONTRATO N. 34/2016

(07 de março de 2016)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO N. 01/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA . VALDAIR FRANÇA CLAUDINO ME, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N. 1.666, DE 15 DE JUNHO DE 2012, E CONFORME PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 23/2016, EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO N. 01/2016.

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 82.558.149/0001-55, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, doravante denominada simplesmente de CONCEDENTE, e a Empresa VALDAIR FRANÇA CLAUDINO ME, empresa estabelecida na Estrada Geral Morro São João, s/n, na Localidade de Ilha Grande, Município de Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.683.586/0001-90, doravante

denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Proprietário, Senhor VALDAIR FRANÇA CLAUDINO, brasileiro, casado, inscrito no CNPF n. 506.939.569-68, doravante denominada simplesmente de CONCESSIONÁRIA, em decorrência do Processo de Licitação n. 23/2016, Concorrência/Concessão n. 01/2016, homologado em 07 de março de 2016 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n. 8.666, de 21/06/93, Lei Municipal 1.666, de 15/06/2012, em conformidade com o Edital Licitatório e demais legislação pertinente:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O objeto do presente contrato é a:

Concessão dos serviços de separação do lixo coletado pela Prefeitura Municipal de Grão-Pará (compreendendo o material seco, orgânico e rejeito), prensa do lixo reciclável, compostagem do material orgânico coletado, carregamento do rejeito e manutenção e conservação do imóvel, benfeitorias e equipamentos existentes no Centro de Triagem.

Parágrafo Primeiro. O Município de Grão-Pará cede, através deste Contrato, todos os bens móveis e imóveis elencados no Anexo deste Contrato, bem como permite o aproveitamento do lixo reciclável e do adubo orgânico produzido no Centro de Triagem à CONCESSIONÁRIA, sendo esta a responsável pela manutenção e conservação dos bens relacionados no Anexo deste Contrato

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, todos os documentos integrantes do Processo de Licitação que origina este Contrato, cujo teor é de conhecimento de ambas as partes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A CONCEDENTE pagará à CONCESSIONÁRIA o preço proposto que é de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) mensais.

3.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONCESSIONÁRIA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 - Os documentos hábeis contendo os valores mensais serão emitidos pela CONCESSIONÁRIA até o dia 30 de cada mês, ficando a CONCEDENTE desde já obrigada a efetuar o pagamento até o dia 10 do mês subsequente.

3.4 - O pagamento será efetivado na Tesouraria Municipal da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, no horário compreendido das 12h30min às 18h30min, ou será realizado por depósito bancário.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4 - Os preços serão fixos e irrevogáveis. Porém, se houver prorrogação da vigência contratual, poderão os preços ser reajustados, após cada ano de prestação de serviços, tendo por base o índice IGPM-FGV acumulado dos últimos (12) doze meses.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de execução é de 07 de março de 2016 até 31/12/2016, contado da homologação, adjudicação e assinatura deste contrato, podendo a vigência contratual ser prorrogada na forma da Lei 8.666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse entre as partes.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

04.03.2.008.3.3.90.39.28.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 29).

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

7.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes,

de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONCEDENTE, especialmente designado.

7.3 - A CONCESSIONÁRIA deverá manter preposto, aceito pela CONCEDENTE, no local do serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

7.4 - A CONCESSIONÁRIA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.5 - A CONCESSIONÁRIA é responsável pelos danos causados diretamente à CONCEDENTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

8.1.1 - Unilateralmente pela CONCEDENTE:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei n. 8.666/93.

8.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

8.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei n. 8.666/93.

9.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

9.1.2 - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 9.1.1.

9.1.3 - Advertência.

9.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ.

9.1.5 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal Sr. AMILTON ASCARI, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos da punição.

9.2 - O atraso, para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 9.1.1. e 9.1.2., será contado em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

9.3 - Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da CONCEDENTE:

10.1.1 - A CONCEDENTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONCESSIONÁRIA



sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

- a) o não cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o desatendimento pela CONCESSIONÁRIA das determinações regulares da pessoa designada pela CONCEDENTE para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- c) razões de interesse do serviço público.

10.1.2 - A CONCEDENTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONCESSIONÁRIA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à CONCEDENTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONCEDENTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

10.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONCESSIONÁRIA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONCESSIONÁRIA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONCEDENTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONCESSIONÁRIA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONCEDENTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à CONCESSIONÁRIA;
- c) em qualquer caso, a CONCEDENTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) caso a CONCEDENTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONCEDENTE cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.2 - A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

10.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei n. 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONCEDENTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONCEDENTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) a não liberação, por parte da CONCEDENTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

10.2.2 - Nesses casos, a CONCEDENTE deverá pagar a CONCESSIONÁRIA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

10.3 - A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de

Força Maior:

10.3.1 - Tanto a CONCEDENTE como a CONCESSIONÁRIA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a CONCEDENTE pagará a CONCESSIONÁRIA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

10.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1 - O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

12.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONCESSIONÁRIA.

12.1.1 - Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da CONCESSIONÁRIA, fica a CONCEDENTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a CONCESSIONÁRIA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

12.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONCESSIONÁRIA e a CONCEDENTE.

12.3 - A CONCESSIONÁRIA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONCEDENTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONCESSIONÁRIA empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

12.3.1 - Caso haja condenação da CONCEDENTE, inclusive como responsável solidária, a CONCESSIONÁRIA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - NOVAÇÃO

13 - A não utilização por parte da CONCEDENTE de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONCEDENTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SEGURO

14 - A CONCESSIONÁRIA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, as partes assinam o presente

termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 de março de 2016.

AMILTON ASCARI

CONCEDENTE

Prefeito Municipal de Grão-Pará

VALDAIR FRANÇA CLAUDINO

CONCESSIONÁRIA

Proprietário da Concessionária

TESTEMUNHAS:

## **CONTRATO N 35-2016 ENEDINO E SILVINA**

CONTRATO N. 35/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e Senhor ENEDINO STANG JUNKES, portador do CPF n. 343.414.399/87, e sua Esposa Senhora SILVINA PAZZETO JUNKES, portadora do CPF n. 950.933.899/00, doravante denominado LOCADORES, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

### **CLÁUSULA I – DO OBJETO**

LOCAÇÃO DA ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NA RUA LEOBERTO LEAL, LOTE N. 749, QUADRA 06, SETOR 1, COM ÁREA TOTAL DE 3.364,00M², PARA A INSTALAÇÃO DA GARAGEM, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

### **CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pela locação, os locadores receberão a importância de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) mensais, totalizando o valor global deste Contrato R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

### **CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

### **CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor a partir de 09 de março de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

### **CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA**

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica;
- III. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso dos locadores;
- IV. manter em perfeitas condições de higiene e conservação o a área ora locada e, assim, restituí-la aos locadores quando do término ou rescisão do presente contrato;
- V. Será de responsabilidade da locatária, as melhorias as serem realizadas na área locada, podendo a mesma, retirar as melhorias ao término do contrato.
- VI.

### **CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES**

- I. Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;
- II. efetuar o pagamento de impostos, taxas;
- III. em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato,

ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

### **CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

10.01.2.029.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 144).

### **CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE**

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irreajustável.

### **CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

### **CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 37/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 20/2016-DL, de 09/03/2016.

### **CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, os locadores sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, podendo a locatária rescindir unilateralmente este contrato e aplicar outras sanções;
  - b) Advertência escrita;
  - c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a locatária pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.
- Parágrafo Único. Os locadores não estarão sujeitos às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

### **CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

### **CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 09 de março de 2016..

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ENEDINO STANG JUNKES

Locador

SILVINA PAZZETO JUNKES

Locadora



## TESTEMUNHAS

**CONTRATO N 36-2016 ASSOCIAÇÃO XIS PITT BULL**

CONTRATO N. 36/2016

(de 09 de março de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e A ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRÃOPARAENSE DE ARTES MARCIAIS XIS PIT BULL, empresa com sede na Rua Jorge de Oliveira Souza, 320, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 14.277.535/0001-19, representada, neste ato, pela Srª Samara da Silva, brasileira, solteira, portadora do CPF n. 080.738.369-47 e Carteira de Identidade n. 6.014.995, mediante sujeição mútua à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Cláusula Primeira – CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AULAS DE MUAY THAY, PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - SCFV DE GRÃO-PARÁ.

**CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO:**

2.1 - Os serviços serão executados em conformidade com a proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante deste Contrato como se aqui estivessem transcritos, bem como as instruções por escrito do CONTRATANTE.

2.2 - A CONTRATADA colocará como pessoas para a execução do objeto deste contrato profissional devidamente treinada e habilitada.

2.3 - A CONTRATADA se obriga a respeitar, rigorosamente, na execução deste contrato, a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, por cujos encargos responderá unilateralmente.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

3.1 - As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta do orçamento-programa anual do CONTRATANTE na seguinte dotação orçamentária:

15.02.2.032.3.3.90.39.99.00.00.00.0000 (Código Reduzido: 176).

**CLÁUSULA QUARTA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

4.1 – Faz parte deste Contrato o Processo Licitatório n. 38/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 21/2016-DL, 11/03/2016

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

5.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela integral e satisfatória execução dos serviços, o valor total de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), sendo:

5.1.1 - Pelo serviço mensal de aulas de MUAY THAI, será pago R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, até 30 de novembro de 2016.

5.2 - O pagamento da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos será efetuado, mensalmente, em até 10 (dez) dias úteis posteriores à apresentação do respectivo documento fiscal,

mediante depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS:**

6.1 - O prazo de execução do contrato vigora até 30/11/2016, contado a partir da data de assinatura do contrato.

6.2 - A vigência do contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

7.1 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

7.1.1 - pelas despesas de viagem, deslocamento, hospedagem e alimentação de seus funcionários envolvidos na execução dos serviços objeto deste contrato;

7.1.2 - ceder espaço físico e equipamentos necessários à realização do objeto;

7.1.3 - em executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as melhores técnicas e com pessoal qualificado;

7.1.4 - por não ceder ou transferir, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

7.1.5- em zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento dos documentos fiscais e outros relativos ao presente Contrato, de forma a evitar extravios que possam implicar em morosidade no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATANTE;

7.1.6 - por manter completo sigilo sobre as informações que lhe forem confiadas, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se por seus empregados e prepostos a tê-las sob sua guarda;

7.1.7 - em fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, amplos esclarecimentos sobre o andamento dos serviços;

7.1.8 – emitir nota fiscal, mensalmente, dos serviços prestados;

7.1.9 – prestar o serviço uma vez por semana, totalizando 6 horas, sendo 3 horas no período matutino e 3 horas no período vespertino.

7.2 - O CONTRATANTE responsabilizar-se-á por:

7.2.1 - pagar à CONTRATADA os valores ajustados, na forma e condições avançadas;

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:**

8.1 - A CONTRATADA ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à Legislação Fiscal, Social, Tributária, Civil e Comercial, respeitadas todas as Leis vigentes e, ainda, por todos os danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar à CONTRATANTE ou a Terceiros, em virtude da inexecução do Contrato, respondendo por si e seus sucessores.

8.2 - A multa que alude os subitens a seguir não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

8.3 - Pela não execução total ou parcial do objeto deste instrumento, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.3.1 - Advertência;

8.3.2 - Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor global deste Contrato;

8.3.3 - Suspensão do direito de licitar e contratar junto ao CONTRATANTE, de acordo com a Lei n. 8.666/93;

8.3.4 - Declaração de Inidoneidade, de acordo com a mesma Lei.

8.4 - As sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem o contraditório e a ampla defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa,

no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente, amigavelmente ou judicialmente, nos seguintes casos:

9.1.1 - A decretação da falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da CONTRATADA, ou falecimento, no caso de firma individual;

9.1.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, em forma que prejudique a execução do contrato, a juízo do CONTRATANTE;

9.1.3 - Não cumprir qualquer uma das obrigações aqui assumidas.

9.2 - A rescisão unilateral do contrato será formalizada por ato do CONTRATANTE.

9.3 - Da rescisão unilateral, não caberá qualquer indenização à CONTRATADA, cabendo somente ao CONTRATANTE o pagamento dos serviços prestados até a data do Termo da Rescisão, que ainda não foram faturadas pela mesma, não cabendo à CONTRATADA qualquer valor adicional de indenização ou a qualquer título.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS EMPREGADOS:

10.1 - A CONTRATADA obrigar-se-á a observar, quanto ao pessoal empregado, que trata este contrato, quanto à legislação pertinente, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA tais obrigações.

10.2 - O CONTRATANTE não possui qualquer vínculo empregatício com os empregados da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 - A CONTRATADA obriga-se por todos os itens deste contrato e da sua proposta apresentada.

11.2 - A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 09 de março de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

SAMARA DA SILVA  
Presidente da associação

TESTEMUNHAS

### CONTRATO N 37-2016 COPA E HIG (LIDER)

CONTRATO N. 37/2016

(de 24 de março de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, 1473, Rio Bonito, Braço do Norte / SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.605.075/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor ROBSON INACIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n. 087.624.369-375, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA E HIGIENE PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 36/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2016-PR, de 07 de março de 2016, no valor total de R\$ 44.247,40 (quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os produtos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os produtos deverão ser entregues nas unidades especificadas na solicitação de ordem de compra expedida.

#### CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

#### CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 24 de março de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos produtos adquiridos;  
II. Emitir ordem de compra à contratada para entrega dos produtos licitados;  
III. Realizar a vistoria e a fiscalização da entrega dos produtos, conferindo, inclusive, no ato da entrega, se os produtos entregues são os correspondentes às marcas licitadas.

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os produtos sem a devida ordem de compra;  
II. Manter em dia estoque dos produtos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;  
III. Não fornecer os produtos fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;  
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.  
V. Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial n.º 13/2016,

Processo de Licitação nº 36/2016;  
VI. emitir nota fiscal dos produtos a serem entregues, de acordo com a Entidade que solicitou.

#### CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

03.01.2.003.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 6);  
03.01.2.009.3.3.90.30.22.00.00.00.0354- Aplicações Diretas (Código reduzido: 200);  
05.01.2.011.3.3.90.30.22.00.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);  
06.01.2.013.3.3.90.30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 60);  
06.01.2.013.3.3.90.30.22.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 61);  
06.01.2.014.3.3.90.30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 72);  
06.01.2.015.3.3.90.30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 82);  
06.01.2.015.3.3.90.30.22.00.00.00.0059 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 84);  
06.01.2.021.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 105);  
06.01.2.022.3.3.90.30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 110);  
06.01.2.025.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 120);  
07.01.2.027.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 130);  
15.01.2.030.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 159);  
15.02.2.010.3.3.90.30.22.00.00.00.0201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 215);  
15.02.2.031.3.3.90.30.22.00.00.00.3201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 216);  
15.02.2.032.3.3.90.30.22.00.00.00.3203 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 219);  
14.02.2.034.3.3.90.30.22.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11);  
14.02.2.034.3.3.90.30.22.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);  
14.02.2.034.3.3.90.30.22.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 15);

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

#### CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 36/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2016-PR, de 07 de março de 2016.

#### CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
  - II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
  - III. cometer fraude fiscal;
  - IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
  - V. fornecer os produtos em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
  - VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.
- Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda,

ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 24 de março de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

ROBSON INACIO DA SILVA  
Procurador da Vendedora

#### TESTEMUNHAS

CLAYTON BIANCO  
OAB/SC 15.174  
Assessor Jurídico

#### CONTRATO N 38-2016 COPA E HIG (MS MAT. LIMPEZA)

CONTRATO N. 38/2016  
(de 24 de março de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e MS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA ME, estabelecida na Rua Luiz Guizoni, nº 291, Bairro Santa Augusta, Braço do Norte / SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.902.973/0001-65, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por sua Sócia Administradora Sr. MAIARA SPERFELD MEDEIROS, brasileira, solteira, inscrito no CPF n. 055.442.019-86, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA E HIGIENE PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante



deste contrato.

#### CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 36/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2016-PR, de 07 de março de 2016, no valor total de R\$ 38.364,40 (Trinta e oito mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os produtos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os produtos deverão ser entregues nas unidades especificadas na solicitação de ordem de compra expedida.

#### CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

#### CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 24 de março de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos produtos adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à contratada para entrega dos produtos licitados;
- III. Realizar a vistoria e a fiscalização da entrega dos produtos, conferindo, inclusive, no ato da entrega, se os produtos entregues são os correspondentes às marcas licitadas.

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os produtos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos produtos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os produtos fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- V. Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial n.º 13/2016, Processo de Licitação nº 36/2016;
- VI. emitir nota fiscal dos produtos a serem entregues, de acordo com a Entidade que solicitou.

#### CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.º:

- 03.01.2.003.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 6);
- 03.01.2.009.3.3.90.30.22.00.00.00.0354- Aplicações Diretas (Código reduzido: 200);
- 05.01.2.011.3.3.90.30.22.00.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
- 06.01.2.013.3.3.90.30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 60);
- 06.01.2.013.3.3.90.30.22.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 61);
- 06.01.2.014.3.3.90.30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 72);
- 06.01.2.015.3.3.90.30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 82);
- 06.01.2.015.3.3.90.30.22.00.00.00.0059 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 84);

- 06.01.2.021.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 105);
- 06.01.2.022.3.3.90.30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 110);
- 06.01.2.025.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 120);
- 07.01.2.027.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 130);
- 15.01.2.030.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 159);
- 15.02.2.010.3.3.90.30.22.00.00.00.0201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 215);
- 15.02.2.031.3.3.90.30.22.00.00.00.3201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 216);
- 15.02.2.032.3.3.90.30.22.00.00.00.3203 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 219);
- 14.02.2.034.3.3.90.30.22.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11);
- 14.02.2.034.3.3.90.30.22.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
- 14.02.2.034.3.3.90.30.22.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 15);

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

#### CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 36/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2016-PR, de 07 de março de 2016.

#### CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
  - II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
  - III. cometer fraude fiscal;
  - IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
  - V. fornecer os produtos em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
  - VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.
- Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 24 de março de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

MAIARA SPERFELD MEDEIROS  
Sócia Administradora da Vendedora

**TESTEMUNHAS**

CLAYTON BIANCO  
OAB/SC 15.174  
Assessor Jurídico

**CONTRATO N 39-2016 COPA E HIG (T M SCHLICKMANN)**

CONTRATO N. 39/2016  
(de 24 de março de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME, empresa estabelecida na Rua João Wessler, 150, Bairro Centro, Município de São Ludgero/SC, CEP 88.730-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.865.917/0001-06, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por sua Sócia Administradora, Senhora TATIANA MACHADO SCHLICKMANN, brasileira, casada, inscrita no CPF n. 987.546.029-04, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA E HIGIENE PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA II - DO VALOR**

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 36/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2016-PR, de 07 de março de 2016, no valor total de R\$ 27.075,20 (Vinte e sete mil, setenta e cinco reais e vinte centavos). Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

**CLÁUSULA III - DA ENTREGA**

Os produtos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os produtos deverão ser entregues nas unidades especificadas na solicitação de ordem de compra expedida.

**CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

**CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor em 24 de março de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

I. Efetuar os pagamentos referentes aos produtos adquiridos;  
II. Emitir ordem de compra à contratada para entrega dos produtos licitados;  
III. Realizar a vistoria e a fiscalização da entrega dos produtos, conferindo, inclusive, no ato da entrega, se os produtos entregues são os correspondentes às marcas licitadas.

**CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I. Não fornecer os produtos sem a devida ordem de compra;  
II. Manter em dia estoque dos produtos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;  
III. Não fornecer os produtos fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;  
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.  
V. Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial n.º 13/2016, Processo de Licitação nº 36/2016;  
VI. emitir nota fiscal dos produtos a serem entregues, de acordo com a Entidade que solicitou.

**CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.º:

03.01.2.003.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 6);  
03.01.2.009.3.3.90. 30.22.00.00.00.0354- Aplicações Diretas (Código reduzido: 200);  
05.01.2.011.3.3.90. 30.22.00.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);  
06.01.2.013.3.3.90. 30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 60);  
06.01.2.013.3.3.90. 30.22.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 61);  
06.01.2.014.3.3.90. 30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 72);  
06.01.2.015.3.3.90. 30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 82);  
06.01.2.015.3.3.90. 30.22.00.00.00.0059 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 84);  
06.01.2.021.3.3.90. 30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 105);  
06.01.2.022.3.3.90. 30.22.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 110);  
06.01.2.025.3.3.90. 30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 120);  
07.01.2.027.3.3.90. 30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 130);  
15.01.2.030.3.3.90. 30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 159);  
15.02.2.010.3.3.90. 30.22.00.00.00.0201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 215);  
15.02.2.031.3.3.90. 30.22.00.00.00.3201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 216);  
15.02.2.032.3.3.90. 30.22.00.00.00.3203 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 219);  
14.02.2.034.3.3.90. 30.22.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido:11);  
14.02.2.034.3.3.90. 30.22.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido:12);  
14.02.2.034.3.3.90. 30.22.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas (Código reduzido:15);



**CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

**CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 36/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2016-PR, de 07 de março de 2016.

**CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
  - II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
  - III. cometer fraude fiscal;
  - IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
  - V. fornecer os produtos em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
  - VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.
- Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 24 de março de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

TATIANA MACHADO SCHLICKMANN  
Sócia Administradora da Vendedora

**TESTEMUNHAS**

CLAYTON BIANCO  
OAB/SC 15.174  
Assessor Jurídico

**CONTRATO N 40-2016 SETEP CONT. BARÃO DO RIO BRANCO**

CONTRATO N. 40/2016  
(de 29 de março de 2016)

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A, NOS TERMOS DA LEI N. 8.666, DE 21/06/1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, E NOS TERMOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N. 02/2016-TP, PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 32/2016, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, COM A EXTENSÃO DE 280,00M, NO TOTAL DE 2.059,31M², NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

**PREÂMBULO**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, doravante denominada CONTRATADA.

ADJUDICAÇÃO: O presente Contrato decorre do Processo de Licitação n. 32/2016, Edital de Tomada de Preço n. 02/2016-TP, homologado em 29 de março de 2016, que passa a integrar este Contrato independentemente de transcrição, juntamente com a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, COM A EXTENSÃO DE 280,00M, NO TOTAL DE 2.059,31M², NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, com vistas à execução das obras conforme convênio n. 816608/2015, Ministério das Cidades, este deverá, obedecer integralmente às especificações e determinações previstas nos Projetos Técnicos de Engenharia (Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico e Complementares, Planilha Orçamentária e outros) que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Edital como se aqui estivessem transcritos.

1.1.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de introduzir modificações no projeto arquitetônico, mesmo durante a execução dos serviços, sempre que julgar necessários.

1.1.1.2. No exercício desse direito, porém, o CONTRATANTE se empenhará no sentido de evitar prejuízos à CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

2.1. Contactar com o Setor de Engenharia do CONTRATANTE, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar, nos locais das obras, os detalhes da execução, como também, providenciar as licenças, as aprovações e os registros específicos junto aos órgãos

e entidades federais, estaduais ou municipais competentes.

2.2. Executar os serviços conforme projeto, observando rigorosamente aos princípios básicos de engenharia, as normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e outras aplicáveis, independentemente de transcrição, além de representar o conhecimento do objeto deste Contrato, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

2.3. Elaboração e aprovação dos projetos complementares nos órgãos competentes e na forma exigida em normas legais vigentes.

2.4. Providenciar, às suas expensas, a partir dos pontos iniciais que lhes sejam indicados, as instalações e rede provisória de energia elétrica, água potável e esgotos, quando necessárias à execução de seus trabalhos.

2.5. Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas, ferramentas normais e especiais, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos.

2.5.1. Os materiais a serem empregados deverão receber prévia aprovação do Setor de Engenharia responsável pela Fiscalização, ao qual se reservam os direitos de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados.

2.6. Substituir/Corrigir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada nos materiais empregados na execução da obra.

2.7. Refazer, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.

2.8. Assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto deste Contrato, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados ou prepostos e, ainda, de culpa ou dolo de eventuais subcontratadas ou qualquer de seus empregados ou prepostos.

2.9. Utilizar um engenheiro responsável técnico, uma equipe de operários, além de, no mínimo, um mestre de obras de comprovada experiência, para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para ao CONTRATANTE.

2.10. Utilizar apenas profissionais qualificados, devidamente uniformizados, identificados individualmente (crachá), se necessário, munidos dos equipamentos de proteção individual e coletivo, conforme exigências legais, bem como os demais equipamentos e materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

2.11. Não substituir o engenheiro responsável técnico, salvo casos de força maior e mediante prévia concordância do Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, apresentando, para tal fim, o acervo técnico do novo técnico, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

2.12. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's) a todos que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

2.13. Arcar com as despesas de estada, locomoção, refeições e horas de trabalho de seus funcionários que prestarem serviços durante a execução deste Contrato.

2.14. Arcar, com exclusividade, pelos ônus salariais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais etc decorrentes da relação contratual.

2.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE, a cujas reclamações fica obrigado atender no prazo máximo que for concedido por escrito.

2.16. Manter permanentemente nos locais das obras o Diário de Obra, onde, tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão realizar anotações diárias, visando à comprovação real do andamento da obra, bem como, todo e qualquer fato que mereça registro, o qual será entregue à Secretaria de

Administração do CONTRATANTE após medição final das obras.

2.16.1. O Diário de Obra deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa contratada iniciar as obras.

2.17. Apresentar à Tesouraria do Município, juntamente com os documentos de cobrança, a folha de pagamento e as guias de recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas, devidamente quitadas, de seus empregados e subcontratados, pertinente ao objeto deste Contrato e ao mês de referência.

2.18. Diligenciar para que as medições sejam, de pronto, processadas e, logo após, emitir corretamente a documentação fiscal e faturas, encaminhando-as à fiscalização do CONTRATANTE, juntamente com o Diário de Obra.

2.19. Responsabilizar-se por eventual acréscimo dos custos deste Contrato, quando, por determinação da autoridade competente, os serviços forem embargados ou tiverem a sua execução suspensa, por ela motivada.

2.20. Confeccionar e colocar placas de identificação do objeto deste Contrato, inclusive as exigidas pelo órgão conveniado, conforme modelos fornecidos pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE, as quais deverão ser fixadas dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o início das obras, sob pena de incorrer em multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global deste por dia de atraso na colocação, permanecendo no local das obras por prazo indeterminado.

2.21. Permitir e facilitar a inspeção das obras pela Fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos do Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

2.21.1. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais.

2.22. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a prestação dos serviços no regime contratado, sem paralisação, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, atraso, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, arcando exclusivamente com este ônus.

2.23. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre seus empregados ou de seus subcontratados, cabe à CONTRATADA resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do trabalho.

2.24. Assumir a defesa nas ações propostas por terceiros contra o CONTRATANTE relativas à execução dos serviços contratados e ações trabalhistas, arcando com os ônus delas decorrentes.

2.25. Providenciar, às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

2.26. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização do CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por essa rejeição.

2.26.1. Retirar do canteiro das obras todo e qualquer material, peças ou equipamento que for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE.

2.27. Restringir ao interior do Canteiro de Obras a estocagem e guarda de todos os materiais, equipamentos, máquinas, carregamento e descarga, assim como todas as atividades normais de seus empregados e/ou prepostos, durante execução dos serviços contratados.

2.28. Responsabilizar-se pela instalação de tapume nos limites do canteiro de obras, se necessário.

2.29. Colocar, em lugar visível, a placa de obra da empresa com o nome do técnico responsável.

2.30. Apresentar, junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS, se for o caso.

2.31. Apresentar, junto às parcelas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

2.32. Apresentar, junto com a última fatura dos serviços, a Certidão

Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula acima mencionada.

2.33. Entregar ao Setor de Engenharia do CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias corridos após a data da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada, devidamente assinada pelo Engenheiro responsável e registrada junto ao CREA, abrangendo toda a execução contratual.

2.34. Responsabilizar-se pelo pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA ou qualquer entidade em decorrência da execução deste Contrato.

2.35. Atender ao que dispõe o artigo 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII, que assim determina: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos".

2.36. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

2.37. Proceder, ao final dos serviços, a limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamentos, máquinas e outros seus pertences, incluindo entulhos e materiais remanescentes, sendo esses serviços considerados incluídos no valor deste Contrato.

2.38. Manter as obras em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

3.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações decorrentes da execução do presente Contrato, de acordo com as normas nele estabelecidas.

3.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de funcionários por ela credenciados.

3.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA, por técnicos especialmente designados, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

3.4. Prestar, aos empregados da CONTRATADA, informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenha que executar a CONTRATADA.

3.5. Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos Documentos Técnicos e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.

3.6. Acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato.

3.7. Solicitar, nos prazos previstos, toda a documentação legal referente à prestação de serviços e de funcionários da CONTRATADA, inclusive solicitando a substituição de qualquer funcionário que não atenda aos interesses dos serviços ou do CONTRATANTE.

3.8. Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento das obras.

3.9. Notificar a CONTRATADA da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento da Obra.

3.10. Atestar e efetuar à CONTRATADA os devidos pagamentos e respectivos reajustes, quando for o caso, nas condições estabelecidas neste Contrato.

3.11. Efetuar a devolução da garantia à CONTRATADA após o recebimento definitivo da obra.

#### CLÁUSULA QUARTA DO CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E DO LOCAL DOS

#### SERVIÇOS

4.1. Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pelo CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação, por parte da CONTRATADA, fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

4.2. Dessa forma, a assinatura deste Contrato é considerada como reconhecimento tácito de que a CONTRATADA realizou investigações, no local dos serviços, suficientes para o reconhecimento das condições que encontrará durante a execução dos serviços.

#### CLÁUSULA QUINTA DO PREÇO GLOBAL

5.1. O preço global para a execução dos serviços deste Contrato é o apresentado na Planilha Orçamentária, no valor de R\$ 254.703,93 (duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e três reais e noventa e três centavos), constante da proposta vencedora da licitação aceita pelo CONTRATANTE, entendido este como valor justo e suficiente para a total execução do objeto licitado.

5.1.1. O preço proposto é considerado completo, incluindo o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas e abrange todos os custos necessários para a realização do objeto deste Contrato, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços.

5.2. É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que, porventura, venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas no Parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA SEXTA DO BOLETIM DE MEDIÇÃO

6.1. Para efeito de boletim de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados, elaborado pela CONTRATADA, mediante carta dirigida ao Engenheiro Fiscal do CONTRATANTE, sendo que o mesmo terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisá-los e aprová-los.

6.1.1. Findo este prazo e não havendo manifestação do Engenheiro Fiscal, a CONTRATADA estará autorizada a emitir a respectiva nota fiscal/fatura.

6.1.2. Caso o Engenheiro Fiscal venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito à CONTRATADA, a qual deverá apresentar novo boletim de medição corrigido, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

6.1.3. A aprovação do boletim de medição se dará com o CERTIFICADO do Engenheiro Fiscal das obras na nota fiscal/fatura devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional.

6.2. Os boletins de medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados até o final de cada mês, compreendendo períodos correspondentes a 30 (trinta) dias consecutivos, exceto o inicial e o final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias.

6.3. A CONTRATADA deverá destacar, na nota fiscal/fatura, o número e a data de assinatura deste Contrato, o mês da execução do serviço, o número do boletim de medição dentre outros elementos de suma relevância.

6.4. Os quantitativos dos serviços relacionados na planilha orçamentária, para efeito de pagamento, deverão ser considerados como certos, observando-se sempre as quantidades previstas nos Projetos de Engenharia e respeitados sempre o regime de execução e os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei n. 8.666/93 e demais alterações



subsequentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, ou conforme liberação do Ministério da Integração Nacional, contados da data do empenho dos documentos hábeis por meio de depósito bancário ou na Tesouraria Municipal.

7.1.1. O prazo de pagamento previsto no item acima só vencerá em dia de expediente normal na Cidade de GRÃO-PARÁ/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

7.2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos recolhimentos relativos à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena de o órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, obrigando-se, ainda, a CONTRATADA a apresentar:

- a) guia de recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social – GFIP;
- b) relação de Empregados – RE;
- c) cópia da GPS – Guia da Previdência Social com o número do CEI da obra, devidamente recolhida a respectiva folha de pagamento;
- d) a empresa contratada deverá observar no corpo da Nota Fiscal/Fatura a retenção para a seguridade social, (11%), destacando no corpo da nota fiscal a base de cálculo e o respectivo valor a ser retido;
- e) junto com a primeira fatura, apresentar cópia da matrícula, CEI – Cadastro Específico Individual das obras/serviços perante o INSS;
- f) junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débito do INSS referente à matrícula acima mencionada.

7.2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, não cabendo ao CONTRATANTE quaisquer ônus.

7.3. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se índices econômicos oficiais de acordo com as normas legais e de mercado, tais como INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, na falta deste, será aplicado o IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, ou, ainda, em conformidade com o índice específico eleito pelo Governo Federal que regula a variação de valor dos serviços no período.

7.4. No caso de pagamento antecipado, haverá desconto financeiro compensatório com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, na falta deste, será aplicado o IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas.

7.5. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas, responsabilizando-se a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

7.6. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Contrato.

7.7. Mediante o pagamento do valor total das obras, a CONTRATADA dará total, geral e irrevogável quitação à CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Os preços contratuais serão reajustáveis com periodicidade anual, tomando-se por base a data de apresentação das ofertas, pela variação verificada nos índices de obras, fornecidos para cada tipo de acordo com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, índice médio da unidade

geográfica, quando se tratar de construção, reforma e ampliação de edificação e, pela variação do índice da Coluna 2 –Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, para os demais serviços. Os montantes dos pagamentos serão reajustados na forma da Lei com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

Em que:

R = Valor de reajustamento

I1 = Índice do 12. mês após a apresentação de ofertas

I0 = Índice do mês de apresentação de ofertas

V = Valor das obras e/ou serviços realizados a preços iniciais

8.2. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

8.3. Nos atrasos por culpa e responsabilidade da CONTRATADA, os índices de reajustes serão aplicados até as datas contratuais previstas para o efetivo faturamento. Sendo injustificáveis esses atrasos ao prazo contratual das obras e serviços, não caberá qualquer reajuste.

8.4. As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alteradas, caso ocorra superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

#### CLÁUSULA NONA

##### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas do objeto deste contrato correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.03.1.002.4.4.90.51.98.00.00.00.0024 (20) – R\$ 245.850,00

04.03.1.002.4.4.90.51.98.00.00.00.0000(19) – R\$ 8.853,93

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DO VALOR GLOBAL

10.1. O valor global deste contrato é de R\$ 254.703,93 (duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e três reais e noventa e três centavos).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

11.1. DE INÍCIO: As obras contratadas deverão ser iniciadas, no máximo, dentro de 05 (cinco) dias úteis após data de expedição da Ordem de Serviço.

11.2. DE CONCLUSÃO: O prazo máximo para a conclusão das obras será de 03 (três) meses, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.

11.3. PRORROGAÇÃO: Os prazos de início e conclusão poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, a critério do Setor de Engenharia do CONTRATANTE, mantidas as circunstâncias apontadas no artigo 57, parágrafo 1º, incisos I a VI, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

11.3.1. Os atrasos na execução das obras, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do CONTRATANTE, desde que comprovados na época oportuna e devidamente anotados no Diário de Obras.

11.3.1.1. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito ao Setor de Engenharia do CONTRATANTE, 01 (um) dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 20 (vinte) dias antes de expirar o prazo contratual e, em ambos os casos, com justificação

circunstanciada, com documentos comprobatórios, análises e justificativa da fiscalização.

11.3.1.2. As prorrogações autorizadas e devidamente justificadas serão anotadas e expedidas por escrito pelo órgão competente do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXECUÇÃO

12.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

12.3. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com os Projetos de Engenharia, especificação e demais elementos técnicos, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas e apresentadas por escrito e aprovadas pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

12.4. Poderá o CONTRATANTE por meio do Setor de Engenharia, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada ou em desacordo com as normas, projetos, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do artigo 69, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

12.5. Todos os materiais a serem empregados na execução da obra deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como todos os custos de aquisição e transporte. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização das obras executadas, objeto deste Contrato, será de competência e responsabilidade do Setor de Engenharia do CONTRATANTE, a quem cabe verificar se, no desenvolvimento das obras, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alterações de projetos e solucionar eventuais problemas de ordem técnica e, ainda, o que segue:

13.1.1. determinar à CONTRATADA um reforço do equipamento ou substituição de unidades defeituosas, caso venha a constatar que o(s) mesmo(s) é(são) insuficiente(s) para dar aos serviços o andamento normal previsto;

13.1.2. exercer rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas;

13.1.3. exigir o imediato afastamento de quaisquer empregados ou prepostos da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização e, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito;

13.1.4. agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeição, conforme as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

13.1.5. transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da Fiscalização, por escrito, a posterior confirmação das ordens ou instruções verbais recebidas.

13.2. A fiscalização se efetuará no local das obras.

13.3. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o

recebimento definitivo da obra, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

13.4. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras será o DIÁRIO DE OBRA, onde tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão proceder às anotações visando à comprovação real do andamento das obras e execução dos termos de Contrato, sendo verificado, diariamente, por profissionais credenciados por ambas as partes.

13.5. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

14.1. Não serão aceitos acréscimos ou supressões, conforme assim faculta os termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21/06/1993, e alterações subsequentes. Essas alterações somente poderão ser efetuadas comprovados a necessidade de melhor qualidade da obra e/ou aumento de meta, em total conformidade com a Lei de Licitações vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA

15.1. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariem a boa técnica ou desobedeçam aos projetos e/ou especificações.

15.1.1. O prazo de garantia da obra iniciar-se-á a partir da data da sua entrega definitiva, nos termos do disposto no Código Civil, sem prejuízo das garantias especiais estabelecidas em Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO SEGURO CONTRA RISCOS DE ENGENHARIA

16.1. A CONTRATADA se obriga a contratar, com seguradora idônea, a partir da data de expedição da Ordem de Serviço, Seguro Contra Riscos de Engenharia, cobrindo incêndio e responsabilidade civil contra terceiros e danos físicos, referentes às obras objeto deste Contrato, com vigência até a data de recebimento provisório das mesmas, em que deverá a CONTRATADA figurar como PropONENTE ou Estipulante, e o CONTRATANTE, como Segurado.

16.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da expedição da Ordem de Serviço, a apólice do referido seguro.

16.3. Na impossibilidade de obter a referida apólice no prazo estipulado no item anterior, será aceito o protocolo de contratação do seguro, ficando obrigada a apresentação da mesma quando do pagamento da segunda parcela do Cronograma Físico-financeiro da obra.

16.4. Caso o seguro contratado seja pago em parcelas, a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, a cada vencimento e todas as vezes em que for solicitado, o comprovante de pagamento de cada parcela.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, sempre através de Termo Aditivo em ordem crescente.

17.1.1. Será observado o item anterior quando ocorrer acréscimo ou supressão de obras/serviços, por conveniência do projeto



original ou do interesse público, respeitado os termos do Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

17.1.2. Também será observado o disposto no item 17.1, para estabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE, para a justa remuneração das obras/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores e impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DAS PENALIDADES E SANÇÕES

18.1. Em conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, no caso de inadimplência das condições estabelecidas neste Contrato, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

18.1.1. multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma ou entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos à CONTRATADA, mediante requerimento;

18.1.2. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia que exceder o prazo para início das obras;

18.1.3. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia que exceder o prazo para conclusão das obras.

18.1.3.1. A multa a que se refere o subitem 18.1.2. será devolvida à CONTRATADA desde que ela termine os serviços rigorosamente dentro do prazo estipulado.

18.1.4. As penalidades estabelecidas nos itens 18.1.2. e 18.1.3. poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

18.1.5. Poderá ser aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo deste Contrato, em caso de rescisão motivada pela CONTRATADA ou por iniciativa da mesma, sem justo motivo.

18.2. Pela inexecução, parcial ou total deste Contrato, o órgão competente do CONTRATANTE poderá, garantindo-se o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

18.2.1. advertência verbal ou escrita quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula deste Contrato e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução deste Contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

18.2.2. multa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor não executado deste Contrato pela inexecução parcial e na ordem 10% (dez por cento) sobre o valor deste Contrato pela inexecução total;

18.2.3. multa na ordem de 2% (dois por cento) do valor deste Contrato, a critério do órgão competente do CONTRATANTE, quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso e quando a CONTRATANTE através do seu órgão fiscalizador for erroneamente informada;

18.2.4. suspensão por até 02 (dois) anos de participação em licitações do Município de GRÃO-PARÁ/SC, no caso de inexecução parcial ou total deste Contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

18.2.5. declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com as Administrações Públicas Federais, Estaduais e Municipais, quando a inexecução decorrer de violação dolosa da CONTRATADA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor.

18.3. Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei.

18.4. A aplicação das penalidades estabelecidas neste Contrato é de competência exclusiva do Sr. Prefeito Municipal.

18.5. Não serão aplicadas as multas decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

18.6. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, o órgão competente do CONTRATANTE recorrerá às garantias constituídas, se houver, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes deste Contrato e promover a cobrança judicial por perdas e danos.

18.7. Na hipótese de não correção pela CONTRATADA de anormalidade verificada nas obras pela Comissão de Vistoria e atestadas no Termo de Recebimento Provisório, o órgão competente do CONTRATANTE descontará da garantia contratual as importâncias correspondentes àqueles serviços cuja execução providenciará.

18.8. Da aplicação das multas, a CONTRATADA terá o direito ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, para recolhimento dos valores junto à Tesouraria do CONTRATANTE.

18.9. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA que tenha sido multada antes de paga ou relevada a multa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA VIGÊNCIA

19.1. O presente Contrato terá como termo inicial de vigência a data da assinatura deste Instrumento e vigorará por 12 (doze) meses consecutivos ou até o recebimento definitivo da obra, o que ocorrer primeiro.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Como Garantia da fiel execução deste Contrato, a CONTRATADA, de acordo com a legislação em vigor, prestou GARANTIA correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Contrato, a importância de R\$ 12.735,20 (doze mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), conforme Artigo 56, Parágrafo 1º, Incisos I, II, III, e Parágrafo 2º, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

20.1.1. A garantia prestada será liberada ou restituída à empresa contratada pela Tesouraria do Município, em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data do termo de Recebimento Definitivo da obra, acompanhado da Certidão Negativa de Débito – CND com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação – CRS perante o FGTS e o habite-se da obra concluída, se for o caso.

20.2. Em caso de rescisão deste Contrato e/ou interrupção dos trabalhos, a garantia não será devolvida, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o órgão responsável do CONTRATANTE.

20.3. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzidos em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada pelo órgão responsável do CONTRATANTE.

20.4. Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado automaticamente.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO

21.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua

execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no artigo 79 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.5. Em caso de rescisão do presente Contrato por parte do CONTRATANTE, não caberá à CONTRATADA direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo 2º, da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.6. A rescisão deste Contrato sujeita a CONTRATADA à multa rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do Contrato existente na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

21.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

21.8. Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior.

21.8.1. Tanto o CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção total na execução dos serviços por um período maior que 15 (quinze) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

21.8.1.1. No caso acima, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

21.8.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 30 (trinta) dias da data de seu recebimento, para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

21.9. Nos demais casos previstos na legislação vigente, poderá ser aplicado o motivo de força maior.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

22.1. Da penalidade aplicada, caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO

23.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente Contrato, os fatos fora de seu controle, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que afetem, diretamente, os serviços contratados.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

24.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato ou da sua execução correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

24.1.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE desde já autorizado a suspender os pagamentos

devidos à CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

24.2. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

24.3. A CONTRATADA responderá a todas as ações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

24.3.1. Caso haja condenação do CONTRATANTE, inclusive como responsável solidário, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência de decisão judicial.

24.4. Na hipótese de qualquer ação trabalhista proposta contra o CONTRATANTE pelos empregados da CONTRATADA, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir o CONTRATANTE no processo até a sentença final, respondendo pelo ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa após o término ou rescisão deste Contrato.

24.5. A CONTRATADA se obriga a registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de todos os seus empregados.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar o total dos serviços contratados. Entretanto, é permitido fazê-la parcialmente e no caso de prévia e comprovada necessidade, mediante autorização do órgão responsável do CONTRATANTE.

25.1.1. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação ao CONTRATANTE, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato.

25.2. A CONTRATADA deverá comunicar os serviços optados pela subcontratação à fiscalização do Município, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los.

25.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do CONTRATANTE será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

25.4. A CONTRATADA deverá exigir de seus subcontratados cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-as ao Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, quando solicitado, sob pena de incorrer nas cominações estabelecidas em Contrato.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA DO RECEBIMENTO DAS OBRAS

26.1. Concluídas as obras objeto deste Contrato ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização do CONTRATANTE o seu recebimento provisório, após e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

26.1.1. O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, sem ônus para o CONTRATANTE, observado o disposto no artigo 69 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

26.1.2. Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, se os serviços de correção das anormalidades, porventura verificadas, forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento da contribuição devida a Previdência Social relativa ao período de execução das obras, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que consignará quitações gerais, plenas e recíprocas entre as partes.

26.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança da obra nem a Ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados, na forma

da Lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA NOVAÇÃO

27.1. A não utilização, por parte do CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ele assegurados neste Contrato ou na Lei em geral ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA DOS SEGUROS E ACIDENTES

28.1. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e serviços contratados, uso indevido de patentes registradas e, ainda, que resultante de caso fortuito e por qualquer causa a destruição ou danificação da obra em execução até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como as identificações que possam a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA PARTES INTEGRANTES

29.1. Fazem parte integrante e inseparável do presente Contrato, como aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Tomada de Preço n. 02/2016, do Município de GRÃO-PARÁ/SC, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

29.1.1. Ficam, também, fazendo parte deste Contrato as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e, mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA DO FORO

30.1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente neste Contrato e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

30.2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

30.3. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

GRÃO-PARÁ/SC, 29 de março de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE SOUZA  
Diretor Comercial da CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS

CLAYTON BIANCO  
OAB/SC 15.174  
Assessor Jurídico

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATOS CONTRATOS 72 E 73.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 72/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: MECANICA E INDUSTRIA BR 158 LTDA. - ME

Valor ..... : 7.100,00 (sete mil e cem reais)

Vigência ..... : Início: 02/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (BUCHA CENTRAL DOS TIRANTES, EMBUCHAMENTO DOS TIRANTES, SUPORTE BATENTE MOLAS, EMBUCHAMENTO PISTÕES E OUTROS) E SERVIÇOS (RECUPERAÇÃO DO CHASSI DO CAMINHÃO E DA CAÇAMBA, SOLDA E OUTROS) PARA RECUPERAR E ALINHAR CHASSI DO CAMINHÃO E CAÇAMBA VW 26.220 MDH5832 CHASSI 9BWM82U82R224688.

-----  
Contrato Nº.: 73/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: GL-LISMOTOR RETIFICA DE MOTORES LTDA

Valor ..... : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência ..... : Início: 02/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (COROA E PINHÃO, ROLAMENTOS, CAIXA SATELITE E OUTROS) E SERVIÇOS (SUBSTITUIR PEÇAS DO DIFERENCIAL E MONTAR DIFERENCIAL NO CAMINHÃO) PARA DIFERENCIAL DO CAMINHÃO VW26.220 MDH5832.

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 80.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

PROCESSO Nº 80/2016 HOMOLOGAÇÃO: 02/05/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS (BUCHA CENTRAL DOS TIRANTES, EMBUCHAMENTO DOS TIRANTES, SUPORTE BATENTE MOLAS, EMBUCHAMENTO PISTÕES E OUTROS) E SERVIÇOS (RECUPERAÇÃO DO CHASSI DO CAMINHÃO E DA CAÇAMBA, SOLDA E OUTROS) PARA RECUPERAR E ALINHAR CHASSI DO CAMINHÃO E CAÇAMBA VW 26.220 MDH5832 CHASSI 9BWM82U82R224688 E AQUISIÇÃO DE PEÇAS(COROA E PINHÃO, ROLAMENTOS, CAIXA SATELITE E OUTROS) E SERVIÇOS (SUBSTITUIR PEÇAS DO DIFERENCIAL E MONTAR DIFERENCIAL NO CAMINHÃO) PARA DIFERENCIAL DO CAMINHÃO VW26.220 MDH5832,

-----  
CONTRATADO: GL-LISMOTOR RETIFICA DE MOTORES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

-----  
CONTRATADO: MECANICA E INDUSTRIA BR 158 LTDA. - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais)

=====



# Guaramirim

## PREFEITURA

### **AVALIAÇÃO 3ª CHAMADA AMOSTRAS - LICITAÇÃO Nº 21/2016**

3ª Chamada- Avaliação das amostras entregues pelas empresas  
Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar/2016

Data: 26/04/2016

Item Gênero Alimentício Empresa vencedora Marca da amostra  
Marca da proposta Conformidade das características da amostra  
em relação a descrição do edital

#### **Avaliação**

18 Cacau em pó (pct 200g) Frontal Distribuidora Garoto Garoto  
Adequada Positiva

49 Fermento biológico seco instantâneo (pct 500g) Frontal Distri-  
buidora Fleischmann Fleischmann Adequada Positiva

94 Sopa de peixe congelada (pct 1kg) Josué Fernando Reinke  
(Onivita)  
Onivita Onivita Inadequada (não apresenta registro em órgão com-  
petente) Negativa

Giane Seemann Nass e Juliana B. Antoniutti (Nutricionistas) e Ce-  
nira Telma Weber Hohl (Diretora Administrativa)

### **AVISO ABERTURA ENVELOPES HABILITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016**

Prefeitura Municipal de Guaramirim

PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MEREN-  
DA ESCOLAR

Diante da análise das amostras pela equipe técnica da Secretaria da Educação, bem como, considerando a revogação parcial (item 94) exarada pelo Prefeito Municipal, fica designado o dia 05 de Maio de 2016 no horário das 09:00 (nove) horas, no setor de Licitações da Prefeitura de Guaramirim - sito a Rua 28 de Agosto, 2042, Centro, Guaramirim (SC) – (alteração de endereço em razão da substituição de pregoeiro decorrente de férias), para abertura dos envelopes de Habilitação dos Licitantes classificados.

Carlos Felipe Fischer  
Pregoeiro-substituto para o ato  
Portaria 67/2016

### **I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2016 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SETOR DE LICITAÇÕES  
ERRATA I:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2016 – PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CALCETEIRO.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC) torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial nº 046/2016 – PMG.

1. ALTERAÇÃO DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO PARA

#### **HABILITAÇÃO**

1.1. Acrescenta-se a alínea "d" no item 10.6.4, com a seguinte exigência:

"d) Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Poder Público em qualquer esfera ou pela iniciativa privada, de que a empresa executou serviço de mesma natureza."

#### **2. ALTERAÇÃO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

2.1. No Anexo II – Proposta Comercial, onde lê-se:

"OBS.: O julgamento da proposta será pelo valor total de cada item."

Passa-se a ler:

"OBS.: O julgamento da proposta será pelo valor unitário de cada item."

#### **3. ALTERAÇÃO DA DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO**

3.1. A data e horário limite de entrega dos envelopes e a abertura ficam marcadas para o dia 16 de maio de 2016, às 9h.

Os outros itens do Edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim, Santa Catarina, nos dias úteis, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 2 de maio de 2016.

LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **REVOGAÇÃO - ITEM 94 DO PROCESSO LICITATÓRIO 21/2016 - PMG**

PROCESSO LICITATORIO N.º 021/2016- PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2016 – PMG

REVOGAÇÃO – ITEM 94

Considerando que não foi aprovada a amostra na terceira avaliação do item 94 (este da empresa Josué Fernando Reinke), em razão do produto não apresentar registro no órgão competente.

Considerando o e-mail da empresa alegando que o produto é dispensado do selo de inspeção e solicitando a reavaliação da amostra.

Considerando a dúvida existente quanto a necessidade ou não da exigência do selo de inspeção no produto e que tal situação pode atrasar o procedimento licitatório, caracterizando inconveniência superveniente.

Considerando a possibilidade de que discussões ulteriores em âmbito judicial podem gerar a suspensão de todo o presente processo licitatório e, por consequência, prejuízos ao interesse público, especialmente pela natureza do objeto licitado (Merenda Escolar).

E considerando o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade,



respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

REVOGA-SE o item 94 processo licitatório em epígrafe.

Guaramirim (SC), 02 de maio de 2016.  
PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
LAURO FRÖHLICH

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - FMAS 05/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº. 05/2016 - Pregão Presencial Nº. 03/2016.

Objeto: Aquisição de Produtos de Panificação para atender ao CRAS ( Centro de Referencia da Assistência Social ), Centro de Convivência do Idosos, e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul

Propostas e Habilitação: 18/05/2016 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 02 de maio de 2016.

Adelise de Oliveira;

Gestora do FMAS.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 574/2016**

PORTARIA Nº 574/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 15 de abril de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora LURDES TERESINHA CESA (Matr. 4302), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Programas Sociais, Nível – DAS-1, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 575/2016**

PORTARIA Nº 575/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor CLEIMAR PIOVE-SAN (Matr. 11), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, Nível – 12/3, Referência "P", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de outubro de 2014 e 30 de setembro de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 576/2016**

PORTARIA Nº 576/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SUSANA RODRIGUES BARBOSA (Matr. 3058), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 6/2, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de julho de 2014 e 12 de julho de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 577/2016**

PORTARIA Nº 577/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 09 (nove) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 773/2015, da Servidora VERA LÚCIA RODRIGUES (Matr. 3690), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Turismo, Com. Ind. e Serviços, Nível – DAS-2, 40 horas semanais, Anexo II da Lei Complementar Nº. 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de junho de 2013 e 16 de junho de 2014, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 10 de maio de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 578/2016**

PORTARIA Nº 578/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, ao servidor AVELINO RUPPENTHAL (Matr. 175), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível – 5, Referência "N", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº 191/2005, corroborada pelo artigo Nº 104 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 579/2016**

PORTARIA Nº 579/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor IGOR FONTANA DARONCO (Matr. 2786), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de junho de 2014 e 22 de junho de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 580/2016**

PORTARIA Nº 580/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor WILLIAN CÉSAR GAVASSO (Matr. 2751), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "C", 40 horas semanais,

Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2014 e 05 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 581/2016**

PORTARIA Nº 581/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ELTON MASCARELLO (Matr. 2785), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de junho de 2014 e 22 de junho de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 582/2016**

PORTARIA Nº 582/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LUCIANE APARECIDA FERRARI (Matr. 2827), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2014 e 30 de junho de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 583/2016**

PORTARIA Nº 583/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MÁRCIA APARECIDA CAVALHEIRO (Matr. 2829), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2014 e 30 de junho de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 584/2016**

PORTARIA Nº 584/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora JUSSARA DE FÁTIMA FABRÍCIO BETTONI (Matr. 2873), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2014 e 16 de dezembro de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 585/2016**

PORTARIA Nº 585/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor DIRCEU ADÃO FELINI (Matr. 952), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Operador de Máquinas I, Nível – 7, Referência "F", 40 horas semanais,

Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de maio de 2014 e 28 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 586/2016**

PORTARIA Nº 586/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JAIR FRANCISCO ANTUNES (Matr. 508), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Agente de Serviços Gerais– 3, Referência "I", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de março de 2014 e 09 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 587/2016**

PORTARIA Nº 587/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SEBASTIÃO LOPES DE ANDRADE (Matr. 965), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Agente de Serviços Gerais– 3, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2014 e 14 de abril de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 588/2016**

PORTARIA Nº 588/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor VALDIR MARTINI (Matr. 3208), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Manutenção de Estradas e Equipamentos, Nível – DAS-2, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14 de junho de 2014 e 13 de junho de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 589/2016**

PORTARIA Nº 589/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor WALDIR REKSHAUSE (Matr. 115), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais – 3, Referência "N", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21 de maio de 2014 e 20 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 590/2016**

PORTARIA Nº 590/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SOLIDÉIA MARIA DA SILVA (Matr. 65), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "N", 40 horas

semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de maio de 2014 e 26 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 591/2016**

PORTARIA Nº 591/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JOÃO BATISTA TÊNCIO DA SILVA (Matr. 169), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível – 8, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de maio de 2014 e 22 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 592/2016**

PORTARIA Nº 592/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor LUIZ FRANCISCO FERREIRA LIRA (Matr. 171), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Manutenção de Máquinas e Veículos, Nível – 8, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de maio de 2014 e 21 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal

TIPO: Menor Preço Unitário

**OBJETO**

Aquisição de 03 veículos automotores terrestres, zero quilômetro, ano de fabricação-modelo 2016/2016 com capacidade mínima de 07 (sete lugares) nacional e/ou importado para uso das Secretarias Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 16:00 horas do dia 13/05/2016.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922

Herval d'Oeste, 02 de maio de 2016

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor preço por item

**OBJETO**

Aquisição de equipamentos médico hospitalares e odontológicos para diversas ESFs da Secretaria Municipal de Saúde.

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 14h00min horas do dia 16/05/2016

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922

Herval d'Oeste, 02 de maio de 2016.

NELSON GUINDANI

PREFEITO MUNICIPAL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Unitário

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de motoboy para o transporte de Material Biológico para a realização de Exames de Laboratório e outros, nos município de Herval d'Oeste e Joaçaba, da Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24HS de Herval d'Oeste.

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 14:00 horas do dia 13/05/2016.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 02 de maio de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### ADITIVO 001/2016 ATA 004-2016

ATA COMPLEMENTAR – REAJUSTE DE PREÇOS - COMBUSTÍVEIS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 04/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 007/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N. 005/2016  
SRP Nº 002/2016

Aos dois dias do mês maio de dois mil e dezesseis, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. GILMAR FONTANA, RESOLVE: conceder o reajuste legal dos combustíveis registrados pelo processo licitatório acima mencionado, resultante do aumento praticado pela PETROBRÁS nas refinarias.

Segundo requerimento protocolizado pela empresa vencedora do Certame (SAFRA DIESEL LTDA), os novos preços a serem praticados serão:

Combustível	Preço Anterior	Preço Novo	% de aumento
Diesel S-10	R\$ 3,000	R\$ 3,063	2,1

Neste sentido, visando manter o equilíbrio financeiro entre as partes, a administração municipal consolida a recomposição dos valores acima mencionados, mantendo-se inalteradas as demais condições estabelecidas entre as partes.

GILMAR FONTANA  
Prefeito Municipal em exercício

### PORTARIA Nº 084/2016

PORTARIA Nº 084, DE 25 DE ABRIL DE 2016  
"CONCEDE FÉRIAS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a membro do Conselho Tutelar, vinculada Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Debora Rossatto	07.06.2014 a 06.06.2015	25.04.2016 a 24.05.2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 25 DE ABRIL DE 2016.  
GILMAR FONTANA  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### PORTARIA Nº 085/2016

PORTARIA Nº 085, DE 29 DE ABRIL DE 2016  
"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor público abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

a) Janete Terres – Carteira Nacional de Habilitação nº 625596721, nº registro 04347891521, categoria "B", com validade até 19.09.2017.

Art. 2º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 29 DE ABRIL DE 2016.  
GILMAR FONTANA  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### PORTARIA Nº 086/2016

PORTARIA Nº 086, DE 29 DE ABRIL DE 2016  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ivair Zeno Micheluzzi	06.07.2014 a 05.07.2015	30.05.2016 a 08.06.2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 29 DE ABRIL DE 2016.  
GILMAR FONTANA  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### PORTARIA Nº 087/2016

PORTARIA Nº 087, DE 29 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ivete Ceron	19.06.2014 a 18.06.2015	11.05.2016 a 20.05.2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 29 DE ABRIL DE 2016.  
GILMAR FONTANA  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### RESOLUÇÃO Nº 019 2016 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 19 / 2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), em reunião Ordinária no dia 26 de abril de 2016 e Ata nº 107/2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 551 de 25 de agosto de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de IBIAM – CMAS e

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a avaliação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social relativo ao período financeiro do exercício de 2015.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IBIAM, 29 Abril de 2016.

EDIR ROMANATTO DANI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Homologada em: \_02\_/\_05\_/\_2016\_

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal de Ibiã

### RESOLUÇÃO Nº 03 2016 - CMIDOSO

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE IBIAM –SC

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 570 de Abril de 2016, que dispõe sobre o FMI, CMI e outros.

Considerando:

-A deliberação da reunião ordinária do dia 26 de Abril de 2016 e Ata de nº 05/2016;

- Estatuto do Idoso;

Resolve

Art.1º Aprovar o relatório de avaliação das contas do Fundo Municipal do Idoso, relativo ao exercício financeiro de 2015.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada, publicada, CUMpra-SE.

IBIAM, 26 de Abril de 2015.

Sandro Tonello Possa

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

Homologada em: \_28\_/\_04\_/\_2016\_.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiã

### RETIFICAÇÃO EDITAL 015-2016

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO LITATÓRIO Nº 030-2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015-2016

Fica retificado o item 03 e 08, passando para a seguinte redação;

3	70	9,72	Balas sortidas, embalagem com 1 kg, consistência macia.	kg
8	8	11,50	Garrações de água sem gás de 20 litros	UN

Fica suprido o Item 24 do edital.

Ibiã, 02 de Maio de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO PRG 012 - 2016 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - TUBOS

PROCESSO Nº. 87/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2016 – MULTIENTIDADES

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

Fundo Municipal de Educação

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, conforme Anexo I do Edital.
--------	---

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 16/05/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16/05/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 03 de maio de 2016.



# Imarui

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 037/2015

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 037/2015

Contratado: Castelo Engenharia LTDA - EPP (07.185.611/0001-09)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Terceira que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo para a conclusão dos serviços será de 90 (noventa), estendendo-o ate 26/07/2016, a contar da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato PMI 037/2015".

Data da Assinatura: 27/04/2016

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 004/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo FMS Nº 004/2016

Origem: Dispensa de Licitação

Objeto: prestação de serviço de assessoria técnica na orientação e acompanhamento das demandas do Município junto ao Governo Federal no âmbito do Distrito Federal, na área de captação de recursos federais, com o objetivo de proporcionar melhorias nos serviços públicos municipais, encurtando caminho entre os Poderes Municipal e Federal, com ênfase junto ao Fundo Nacional de Saúde - FNS

Contratante: Município de Imaruí (82.538.851/0001-57)

Contratada: Santa Catarina Consultores Associados LTDA - EPP (05.568.964/0001-54)

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.100 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Código Resumido: 5

Elemento Desp. 3.3.90.00.00.00.00.00 (Aplicações Diretas)

Valor Total do Contrato: R\$ 4.448,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta e oito reais)

Assinatura: 04/03/2016

Signatário:

Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa

Pela contratada, o Senhor(a) Lilio Chaves Cabral

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 005/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo FMS Nº 005/2016

Origem: Pregão Presencial

Processo Licitatório FMS 009/2015

Objeto: Aquisição de medicamentos.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde (10.631.880/0001-58)

Contratada: Clodoaldo Martins Medicamentos - ME (18.686.689/0001-15)

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj. Ativ.: 2.100 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Código Resumido: 5

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 02 - Atenção Básica

Proj. Ativ.: 2.104 - Manutenção do PAB Fixo

Rubrica: 13

Valor Total do Contrato: 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)

Assinatura: 04/03/2016

Signatário:

Pelo Município, o Senhor André Poluceno Viana

Pela contratada, o Senhor(a) Clodoaldo Martins

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO PMI Nº 011/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo PMI Nº 011/2016

Origem: Dispensa de Licitação

Objeto: Prestação de serviço de assessoria técnica na orientação e acompanhamento das demandas do Município junto ao Governo Federal no âmbito do Distrito Federal, na área de captação de recursos federais, com o objetivo de proporcionar melhorias nos serviços públicos municipais, encurtando caminho entre os Poderes Municipal e Federal.

Contratante: Município de Imaruí (82.538.851/0001-57)

Contratada: Santa Catarina Consultores Associados LTDA - EPP (05.568.964/0001-54)

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Proj./Ativ. 2.020 - Manutenção da Secretaria de Educação

Código Resumido: 34

Elemento Desp. 3.3.90.00.00.00.00.00 (Aplicações Diretas)

Valor Total do Contrato: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Assinatura: 04/03/2016

Signatário:  
Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa  
Pela contratada, o Senhor(a) Lilio Chaves Cabral

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015  
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO PMI Nº 012/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato Administrativo PMI Nº 012/2016

Origem: Pregão Presencial  
Processo Licitatório PMI 007/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar no ano letivo de 2016.

Contratante: Município de Imaruí (82.538.851/0001-57)  
Contratada: Laudemir José de Sousa - ME (14.937.725/0001-15)

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude  
Unidade: 02 - Diretoria de Ensino  
Proj. Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar  
Código Resumido: 75  
Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude  
Unidade: 02 - Diretoria de Ensino  
Proj. Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar  
Código Resumido: 76  
Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude  
Unidade: 02 - Diretoria de Ensino  
Proj. Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar  
Código Resumido: 77  
Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Valor Total do Contrato: R\$ 188.779,90 (cento e oitenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e noventa centavos).  
Assinatura: 06/04/2016

Signatário:  
Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa  
Pela contratada, o Senhor(a) Laudemir José de Sousa

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015  
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO PMI Nº 013/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato Administrativo PMI Nº 013/2016

Origem: Pregão Presencial  
Processo Licitatório PMI 007/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar no ano letivo de 2016.

Contratante: Município de Imaruí (82.538.851/0001-57)  
Contratada: Oséias de Oliveira Transportes - ME (24.168.522/0001-65)

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude  
Unidade: 02 - Diretoria de Ensino  
Proj. Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar  
Código Resumido: 75  
Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude  
Unidade: 02 - Diretoria de Ensino  
Proj. Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar  
Código Resumido: 76  
Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude  
Unidade: 02 - Diretoria de Ensino  
Proj. Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar  
Código Resumido: 77  
Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Valor Total do Contrato: R\$ 84.745,00 (oitenta e quatro mil setecentos e quarenta e cinco reais).  
Assinatura: 06/04/2016

Signatário:  
Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa  
Pela contratada, o Senhor(a) Oséias de Oliveira

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015  
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO PMI Nº 014/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato Administrativo PMI Nº 014/2016

Origem: Pregão Presencial  
Processo Licitatório PMI 007/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de materiais/correlatos no ano letivo de 2016.

Contratante: Município de Imaruí (82.538.851/0001-57)  
Contratada: Oséias de Oliveira Transportes - ME (24.168.522/0001-65)

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude  
Unidade: 01 - Secretaria de Educação  
Proj. Ativ.: 2.020 - Manutenção da Secretaria de Educação  
Código Resumido: 34  
Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Valor Total do Contrato: R\$ 52.200,00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais).  
Assinatura: 06/04/2016

Signatário:  
Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa  
Pela contratada, o Senhor(a) Oséias de Oliveira

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015  
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO PMI Nº 015/2016**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo PMI Nº 015/2016

Origem: Pregão Presencial

Processo Licitatório PMI 009/2016

Objeto: Contratação de empresa que preste serviço de assessoria a Prefeitura de Imaruí na elaboração, execução, monitoramento e prestação de contas dos programas do FNDE.

Contratante: Município de Imaruí (82.538.851/0001-57)

Contratada: Ailton Silveira Junior - ME (21.649.638/0001-28)

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude

Unidade: 02 - Diretoria de Ensino

Proj. Ativ.: 2.031 - Manutenção do FUNDEB

Código Resumido: 80

Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Valor Total do Contrato: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Assinatura: 07/04/2016

Signatário:

Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa

Pela contratada, o Senhor(a) Ailton Silveira Junior

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

**LEI Nº. 1.928, DE 26 DE ABRIL DE 2016**

LEI Nº. 1.928, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial para o corrente exercício na importância de R\$ 120.000,00 conforme segue:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00		1.000	Aplicações Diretas	120.000,00
Total				120.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.71.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	120.000,00
Total				120.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 26 de abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

**PORTARIA GP Nº 300/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 300/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016

Remoção de Servidor Público Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com o Art. 34 da Lei nº 003/2007, de 26 de dezembro de 2007, resolve,

**REMOVER:**

JOSIANE JOSÉ GONÇALVES PLÁCIDO, da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Juventude para as dependências da Prefeitura Municipal, para a Secretaria de Administração e Finanças, de acordo com a C.I nº 100/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 301/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 301/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Médico Ginecologista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido, RESOLVE:  
EXONERAR:

VILBERTO ANTONIO FELIPPE do Cargo de Médico Ginecologista, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com o requerimento.

Imaruí, 01 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 302/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 302/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Procuradora Jurídica

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido, RESOLVE:  
EXONERAR:

EVELYN SCAPIN do Cargo de Procuradora Jurídica, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 303/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 303/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Psicólogo do CRAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:  
EXONERAR:

MARIA CECILIA MARTINS do Cargo de Psicóloga do CRAS, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 304/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 304/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Designa Servidor Municipal para Coordenação da Festa de Final do Ano de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**DESIGNAR:**

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR, CPF nº 070.982.079-85, para Coordenação da Festa de Final do Ano de 2015.

Imaruí, 01 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 305/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 305/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Secretario de Governo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:  
EXONERAR:

ANDRÉ POLUCENO VIANA do Cargo de Secretario de Governo, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 306/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 306/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 492/2015 do ANDRÉ POLUCENO VIANA como Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Geral da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 307/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 307/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 505/2014 do ANDRÉ POLUCENO VIANA como Responsável pelo Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto-SAMAE.

Imaruí, 01 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 308/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 308/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016

Nomeação para o Cargo de Assistente de Iluminação Publica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

RONALDO ALEXANDRE FRAGA com CPF: 037.590.499-90 para exercer do Cargo de Assistente de Iluminação Publica, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 309/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 309/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Coordenador de Pesca.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

MARCIANO RIBEIRO DA SILVA do Cargo de Coordenador de Pesca, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 310/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 310/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016

Designação como Responsável pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto- SAMAE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

DESIGNAR:

EMANOEL MATOS, CPF: 075.092.059-99, como responsável pelo Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto- SAMAE.

Imaruí, 04 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 04/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 311/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 311/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Designa Servidor Municipal para exercer a função de Responsável pelo Portal de Transparência, e site da Prefeitura Municipal de Imaruí.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:



**DESIGNAR:**

SERGIO LUIZ ALBINO JUNIOR, CPF nº 097.602.409-80 para exercer a função de Responsável pelo Portal de Transparência, e site da Prefeitura Municipal de Imaruí.

Imaruí, 04 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 04/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 312/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 312/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016

Nomeação para o Cargo de Secretario de Pesca e Aquicultura

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

**NOMEAR:**

MARCIANO RIBEIRO DA SILVA com CPF: 030.441.159-06 para exercer do Cargo de Secretario de Pesca e Aquicultura, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 04 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 04/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 313/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 313/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Nomeação para o cargo de Procurador Jurídico.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005, e posteriores alterações.

**NOMEAR:**

ALINE CRISTIANE CORREA DOS SANTOS, com CPF: 046.124.379-26, para exercer o cargo de Procurador Jurídico, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 04 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 04/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 314/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 314/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Designa Servidor Municipal para exercer a função de Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**DESIGNAR:**

MARIO JOSÉ CARDOSO, CPF nº 863.873.759-91 para exercer a função de Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde.

Imaruí, 04 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 04/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 315/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 315/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

**REVOGAR:**

A Portaria GP Nº 362/2015, que concede a Licença sem Vencimento ao funcionário ALISSON VICENTE, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I, de acordo com o Requerimento, partir do dia 01 de Abril de 2016.

Imaruí, 04 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 04/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 316/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 316/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, e posteriores alterações, resolve:

**NOMEAR:**

SANDRA MACHADO ALEXANDRE com CPF: 043.522.829-36 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para a e E.E.F.M. Vereador Osvaldo de Souza Siqueira, conforme a C.I nº 0107/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 04 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 04/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 317/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 317/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016.  
Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, e posteriores alteração, resolve:

NOMEAR:

CAMILA LAUDECI DO NASCIMENTO com CPF: 082.653.479-10 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para a E.E.F.M. Vereador Osvaldo de Sousa Siqueira, para o EJA, conforme a C.I nº 0107/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 04 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 04/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 318/2016 DE 05 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 318/2016, DE 05 DE ABRIL DE 2016.  
Exoneração do Cargo de Professor de Artes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

JOSILANE DA ROSA MACIEL do Cargo de Professor de Artes na carga horária de 30h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I n 107/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 05 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 319/2016 DE 05 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 319/2016, DE 05 DE ABRIL DE 2016.  
Exoneração do Cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

GRAZIELI FERNANDES DA ROCHA FAUST do Cargo de Professor de Educação Infantil na carga horária de 10h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I n 107/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 05 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 320/2016 DE 06 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 320/2016 DE 06 DE ABRIL DE 2016.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Artes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, e posteriores alteração, resolve:

NOMEAR:

JOSILANE DA ROSA MACIEL com CPF: 054.078.2459-40 para exercer o Cargo de Professor de Artes, com carga horária de 20h semanais com regência de classe para a E.E.F.M. Vereador Osvaldo de Souza Siqueira, conforme a C.I nº 0107/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 06 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 321/2016 DE 06 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 321/2016 DE 06 DE ABRIL DE 2016.  
Nomeação para o Cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, e posteriores alteração, resolve:

NOMEAR:

ANA PAULA RAMOS com CPF: 103.977.649-54 para exercer o Cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial, com carga horária de 20h semanais com regência de classe para a E.E.F.M. José Tomás Ribeiro, conforme a C.I nº 0107/2016 da Secretaria da Educação,

Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 06 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA GP Nº 322/2016 DE 06 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 322/2016 DE 06 DE ABRIL DE 2016.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Língua Portuguesa

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, e posteriores alteração, resolve:

NOMEAR:

SILVANA DA SILVA PAULO com CPF: 031.992.189-11 para exercer o Cargo de Professor de Língua Portuguesa, com carga horária de 20h semanais com regência de classe para o EJA na E.E.F.M. Portinho Bittencourt, conforme a C.I nº 0107/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 06 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA GP Nº 323/2016 DE 06 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 323/2016, DE 06 DE ABRIL DE 2016.  
Exoneração do Cargo de Secretária de Promoção Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

SABRINA FELICIANO DA CONCEIÇÃO do Cargo de Secretaria de Promoção Social, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 028/2016 da Secretaria Municipal de Promoção Social.

Imaruí, 06 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA GP Nº 324/2016 DE 07 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 324/2016 DE 07 DE ABRIL DE 2016  
Nomeação para o Cargo de Secretaria de Governo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

SABRINA FELICIANO DA CONCEIÇÃO com CPF: 037.590.499-90 para exercer do Cargo de Secretaria de Governo, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com C.I nº028/2016 da Secretaria Municipal de Promoção Social.

Imaruí, 07 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA GP Nº 325/2016 DE 07 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 325/2016, DE 07 DE ABRIL DE 2016.  
Exoneração do Cargo de Agente Comunitária de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

SALETE ALVES do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, de acordo com a carta de concessão do INSS de aposentadoria por Invalidez.

Imaruí, 07 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA GP Nº 326/2016 DE 08 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 326/2016, DE 08 DE ABRIL DE 2016.  
Designa Servidor Municipal para exercer a função de Responsável pela Secretaria Municipal de Promoção Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:

DAIANE BARBOSA DE BARBOSA, CPF nº 808.389-520-20 para exercer a função de Responsável pela Secretaria Municipal de Promoção Social.

Imaruí, 08 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 08/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 327/2016 DE 08 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 327/2016, DE 08 DE ABRIL DE 2016.  
Exoneração do Cargo de Diretor Geral da Região Sul.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:  
EXONERAR:

ALESSANDRO RESENDE do Cargo de Diretor Geral da Região Sul, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 08 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 08/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 328/2016 DE 11 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 328/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.  
Exoneração do Cargo de Chefe de Oficina

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:  
EXONERAR:

BATISTA DEMETRIO do Cargo de Chefe de Oficina, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 11 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 11/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 329/2016 DE 11 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 329/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.  
Exoneração do Cargo de Professor de Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido, RESOLVE:  
EXONERAR:

LUCIMAR DE SOUSA VIEIRA do Cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 20h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 11 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 11/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 330/2016 DE 11 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 330/2016, DE 11 DE ABRIL DE 2016.  
Exoneração do Cargo de Professor de Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido, RESOLVE:  
EXONERAR:

LUCIMAR DE SOUSA VIEIRA do Cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 20h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 11 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 11/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 331/2016 DE 11 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 331/2016 DE 11 DE ABRIL DE 2016  
Nomeação para o Cargo de Diretor Geral Região Sul

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:  
EDSON SANTO DE SOUZA com CPF: 455.096.039-68 para exercer do Cargo de Diretor Geral Região Sul, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 11 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 11/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 332/2016 DE 12 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 332/2016, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Assistente Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido, RESOLVE:

EXONERAR:

JANDIRA PEREIRA DOS SANTOS do Cargo de Assistente Social, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 12 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 12/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 333/2016 DE 12 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 333/2016, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:

EXONERAR:

DIEGO POSTAI do Cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 12 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 12/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 334/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 334/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016

Nomeação para o Cargo de Diretor Geral de Informática

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

DIEGO POSTAI com CPF: 100.871.909-51 para exercer do Cargo de Diretor Geral de Informática, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 13 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 13/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 335/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 335/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016

Nomeação para o Cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

FRANCISCO HECK NETO com CPF: 094.270.389-85 para exercer do Cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 13 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 13/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 336/2016 DE 15 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 336/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Coordenadora de Promoção Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:

EXONERAR:

DAIANE BARBOSA DE BARBOSA do Cargo de Coordenadora de Promoção Social, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 15 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 15/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 337/2016 DE 15 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 337/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Diretor Geral

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:

EXONERAR:

MARIO JOSÉ CARDOSO do Cargo de Diretor Geral, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 15 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 15/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão



**PORTARIA GP Nº 338/2016 DE 15 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 338/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 326/2016 da DAIANE BARBOSA DE BARBOSA como responsável pela Secretaria de Promoção Social.

Imaruí, 15 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 15/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 339/2016 DE 15 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 339/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 314/2016 do MARIO JOSÉ CARDOSO como responsável pela Secretaria de Municipal de Saúde.

Imaruí, 15 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 15/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 340/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 340/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016

Nomeação para o Cargo de Secretario Municipal de Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

MARIO JOSÉ CARDOSO com CPF: 863.873.759-91 para exercer do Cargo de Secretario Municipal de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 18 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 341/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 341/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016

Nomeação para o Cargo de Secretaria Municipal de Promoção Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

DAIANE BARBOSA DE BARBOSA com CPF: 808.389.520-20 para exercer do Cargo de Secretaria Municipal de Promoção Social, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 18 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 342/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 342/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Diretor de Serviço de Manutenção de Iluminação Publica

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

REGINALDO DEMETRIO DOMINGOS do Cargo de Diretor de Serviço de Manutenção de Iluminação Publica, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 18 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 343/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 343/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Diretor Geral de Serviço de Manutenção de Iluminação Publica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

JAILSON DA ROSA DOS PASSOS do Cargo Diretor Geral de Serviço de Manutenção de Iluminação Publica, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 18 de Abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 344/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 344/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016

Nomeação para o Cargo de Diretor Geral de Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

IVAN LUIZ DA SILVA ROSALINO com CPF: 822.481.689-34 para exercer do Cargo de Diretor geral de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 18 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 345/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 345/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Professora de Anos Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

MARIA SALETE ROSA DA SILVA do Cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horário de 40 horas semanais do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 122/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 346/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 346/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Professor de Anos Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

DANIELA CUNHA DA SILVA CARDOZO do Cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horário de 20 horas semanais do Quadro

Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 122/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 347/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 347/2016, DE 25 DE ABRIL DE 2016.

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 075/2013 da VANESSA OSVALDO FAUST como Diretora da E.E.F.M Prof. Larice Cavalcante Caldas, conforme a C.I nº 122/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude

Imaruí, 25 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 25/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 348/2016 DE 25 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 348/2016 DE 25 DE ABRIL DE 2016

Nomeação para o Cargo de Procurador Jurídico

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

TCHALLES CORREA LINO com CPF: 853.737.109-20 para exercer do Cargo de Procurado Jurídico, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 25 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 25/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 349/2016 DE 26 DE ABRIL DE 2016**  
PORTARIA GP Nº 349/2016, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

Ampliação de carga horária de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve,

**AMPLIAR:**

A carga horária do (a) Professor (a) VANESSA OSVALDO FAUST de 20 horas para 40 horas semanais, com regência de classe na E.E. F.M. Prof. Larice Cavalcante Caldas, conforme C.I nº 122/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 26 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 26/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 350/2016 DE 26 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 350/2016, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com R. decisão c concedida no Processo nº 0000640-58.2009.8.24.0029, (029.09.000640-0) Ação Civil Publica sobre a anulação do Concurso Público de 2009.

**EXONERAR:**

GUNTHER ALDRIN HAMES do Cargo de Motorista, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 26 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 26/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 351/2016 DE 27 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 351/2016 DE 27 DE ABRIL DE 2016

Nomeação para o Cargo de Diretor de Transporte

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

**NOMEAR:**

GUNTHER ALDRIN HAMES com CPF: 038.625.489-37 para exercer do Cargo de Diretor de Transporte, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C. I nº 124/2016 da Secretária Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 27 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 27/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 352/2016 DE 27 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 352/2016, DE 27 DE ABRIL DE 2016.

Exoneração do Cargo de Coordenador de Divisão- FUNDEMA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

RONAN FARIAS DE SOUZA do Cargo de Coordenador de Divisão- FUNDEMA, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 27 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 27/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 353/2016 DE 28 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA GP Nº 353/2016 DE 28 DE ABRIL DE 2016

Nomeação para o Cargo de Diretor Administrativo e Financeiro- FUNDEMA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar nº 023 de 21 de Maio de 2013 e posteriores alterações, resolve:

**NOMEAR:**

RONAN FARIAS DE SOUZA com CPF: 080.746.269-11 para exercer o Cargo de Diretor Administrativo e Financeiro- FUNDEMA, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 28 de Abril de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 28/04/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 73, DE 2 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 73, DE 2 DE MAIO DE 2016.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEAST e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, conforme disposto neste Decreto.

#### CAPÍTULO I

##### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:

- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
- b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;
- c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
  1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
  2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
  3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta.
- d) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
- e) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
- f) promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;
- g) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:

- a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;
- b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;
- c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;
- d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;
- e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador; e
- f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.

III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

#### CAPÍTULO II

##### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica Estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Gerência de Proteção Básica
  1. Coordenadoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
    - 1.1. Unidade Gestora de Transferência e Complementação de Renda
    - 1.2. Unidade Gestora de Segurança Alimentar e Nutricional
    - 1.3. Unidade Gestora de Proteção e Atenção Integral à Família
  2. Coordenadoria do Programa ACALENT0
  3. Departamento de Inclusão da Pessoa Idosa
- b) Gerência do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente

- c) Gerência de Trabalho e Renda  
 1. Unidade Gestora de Capacitação para o Emprego e Geração de Renda  
 d) Gerência do Centro Dia do Idoso Izabel Pires Elias  
 e) Departamento Administrativo-Financeiro  
 1. Unidade Gestora do Controle Administrativo  
 2. Unidade Gestora do Controle Social  
 3. Unidade Gestora de Programas, Serviços e Projetos  
 f) Departamento de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Assistência Social;  
 b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
 c) Conselho Gestor do Telecentro Comunitário;  
 d) Conselho Municipal do Idoso;  
 e) Conselho Municipal Antidrogas;  
 f) Conselho Municipal da Juventude; e  
 g) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art.4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda ficam atribuídos os (as) seguintes:

I – Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	900,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	4	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	3	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	7	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 044, de 30 de março de 2016, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 3 de maio de 2016.

Imbituba, 2 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
 Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
 Chefe de Gabinete



**ERRATA LEI Nº 4.705****ERRATA**

Publica-se a presente errata para re-ratificar a publicação originalmente efetuada na Edição nº 1973, p. 250 e 251, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, de 11 de abril de 2016.

Onde se lê “LEI COMPLEMENTAR Nº 4.705, DE 08 DE MARÇO DE 2016”, leia-se “LEI COMPLEMENTAR Nº 4.705, DE 8 DE ABRIL DE 2016”.

Imbituba, 2 de maio de 2016.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

CADIR GARBELOTO CARGNIN  
Chefe de Gabinete

**ERRATA LEI Nº 4.706****ERRATA**

Publica-se a presente errata para re-ratificar a publicação originalmente efetuada na Edição nº 1973, p. 251, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, de 11 de abril de 2016.

Onde se lê “LEI Nº 4.706, DE 08 DE MARÇO DE 2016”, leia-se “LEI Nº 4.706, DE 8 DE ABRIL DE 2016”.

Imbituba, 2 de maio de 2016.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

CADIR GARBELOTO CARGNIN  
Chefe de Gabinete

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO SRP Nº 08/2016**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 08/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 13 de Maio de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível “aquisição de materiais de expediente para uso da delegacia de polícia civil da comarca de Imbituba”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 03 de Maio de 2016.  
Raphael Johann Giordani  
Delegado de Polícia

**PORTARIA PMI/GGP Nº 249/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 249, de 02 de maio de 2016.  
Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Shirlei Silva da Silva	Técnica em Enfermagem 40h	810.986.340-04	02/05/2016

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, em substituição a servidora Sra. Maria Luiza Speck de Souza, Técnica em Enfermagem, matrícula nº 4524, inscrita no CPF sob o nº 290.198.349-91, que encontra-se afastada de suas atividades de origem, no exercício de cargo em comissão, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de maio de 2016.

Imbituba, 02 de maio de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 250/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 250, de 02 de maio de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. VICTOR CRISPIM ALVES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 074.294.789-05, para exercer o cargo de Assessor II junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de maio de 2016.

Imbituba, 02 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 251/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 251, de 02 de maio de 2016.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 02 de julho de 2012, através do Concurso Público Edital - 02/2011 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 168/2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Oínia Cândido Rodrigues Pires	Técnica em Enfermagem - 40h	056.024.969-12	02/05/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 02 de maio de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 252/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 252, de 02 de maio de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a Sra. TAMIRES DIAS VIEGAS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 058.975.009-75, do cargo/função de Assessora IV, junto a Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 603/2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de maio de 2016.

Imbituba, 02 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 253/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 253, de 02 de maio de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, a Sra. IARA MARTINS MENESES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 042.339.659-59, para exercer o cargo de Assessora II junto a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de maio de 2016.

Imbituba, 02 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 57/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas do dia 19 de maio de 2016, licitação na modalidade de Tomada de Preços, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Contratação de empresa para implantação de drenagem pluvial, pavimentação com peças pré-moldadas de concreto – PCC e sinalização viária, na rua Pedro de Mello, situada no bairro de Vila Nova - Imbituba/SC. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 03 de maio de 2016

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal Agricultura, Pesca e Infraestrutura

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA CMI Nº 043/2016**

PORTARIA CMI Nº 043/2016

"Concede Férias ao Servidor Lennon Barreiros"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, ao Senhor Lennon Barreiros, Zelador nomeado pela Portaria CMI nº 051/2014, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 20 (vinte) dias no período entre 06/05/2016 e 24/05/2016, com retorno ao trabalho no dia 30/05/2016.

II- 10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de maio de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 02/05/2016.

**PORTARIA CMI Nº 044/2016**

PORTARIA CMI Nº 044/2016

"Concede Férias à Servidora Terezinha de Freitas Celestino"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Terezinha de Freitas Celestino, Assessora Parlamentar Especial nomeada pela Portaria CMI nº 042/2013, com alteração dada pela Portaria CMI nº 008/2014, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016, a serem usufruídas no período entre 09/05/2016 e 07/06/2016, com retorno ao trabalho no dia 08/06/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de maio de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 02/05/2016.

# Indaial

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO Nº 015 AO CONTRATO Nº 211/2011

TERMO ADITIVO Nº 015 AO CONTRATO 211/2011

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.094.629/0001-36, com sede na Rua Lages, nº 323, bairro Centro, na cidade de Joinville - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Jurandir José da Silva, brasileiro, casado, Engenheiro de Minas, inscrito no CPF sob nº 084.594.104-63 e Cédula de Identidade nº 1.524.298-SC, residente e domiciliado na Rua Fernando de Noronha, nº 75, bairro Atiradores, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo (CI nº 101/2016), foi encerrada a suspensão temporária dos serviços, objeto do Termo Aditivo nº 006. Sendo assim, as cláusulas quarta itens 4.1, 4.1.1 e oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a execução dos serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Urbana, compreendendo os Serviços Gerais de Limpeza, passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor total estimado do presente contrato é de R\$963.672,32 (novecentos e sessenta e três mil e sessentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos), conforme Proposta de Preço, sendo:

4.1.1. R\$82.073,98 (oitenta e dois mil e setenta e três reais e noventa e oito centavos), nos meses de maio/2016 e junho/2016, e R\$66.627,03 (sessenta e seis mil e seiscentos e vinte e sete reais e três centavos), por equipe, por mês, para os Serviços Gerais de Limpeza, compreendendo a capina manual, raspagem, varrição, limpeza de bocas-de-lobo, pintura de meio-fio e roçada de passeios não pavimentados, em vias pavimentadas.

#### CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

8.1. O prazo para execução dos serviços objetivados nesta licitação é de 16 de maio de 2016 até 18 de julho de 2017, com a assinatura da respectiva ORDEM DE SERVIÇO.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 02 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA Jurandir José da Silva Contratada
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Interino	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

#### Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 09/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2016, Processo de Licitação nº 11/2016, homologado em 12 de abril de 2016.

Objeto: estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o Município de Ipumirim e o Hospital São Francisco, objetivando o atendimento de urgência e emergência aos habitantes do Município, no Pronto Socorro do Hospital São Francisco, através de escala de sobreaviso, para o exercício de 2016.

Valor: R\$ 36.859,80 (Trinta e Seis Mil Oitocentos e Cinquenta e Nove Reais e Oitenta Centavos)

Assinatura: 12/04/2016 Vigência: 01/01/2016 À 31/12/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFIC. CAMILIANA. DO SUL- H. S. FRANC., situada na RUA MARECHAL DEODORO, 915, Bairro: CENTRO, Cidade de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0002-82.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 35/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2016, Processo de Licitação nº 25/2016, homologado em 13 de abril de 2016.

Objeto: Contratação de apólice de seguros, para veículos da frota do Município.

Valor: R\$ 7.999,00 (Sete Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais)

Assinatura: 13/04/2016 Vigência: 08/05/2016 À 08/05/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, situada na AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 11.711, AN, BAIRRO BROOKLIN, CIDADE DE SÃO PAULO-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 36/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 04/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES POZZA LTDA ME.

Valor: 22.840,00 (vinte e dois mil, oitocentos e quarenta reais)

Assinatura: 15/04/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES POZZA LTDA ME, situada na BOM SUCESSO, BAIRRO RURAL, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.447.836/0001-39.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 10/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2016, Processo de Licitação nº 4/2016, homologado em 20 de abril de 2016.

Objeto: Outorga, nos termos da Lei Complementar 62 de 05 de maio de 2009, de concessão de direito real de uso de imóvel público, atualmente utilizado como unidade básica de saúde, cuja destinação deverá ser a implantação de unidade hospitalar e contratualização de serviços de saúde nos termos da Portaria 1.034 de 05 de maio de 2010 expedida pelo Ministério da Saúde e respectivo Plano Operativo.

Valor: R\$ 7.440.000,00 (Sete Milhões Quatrocentos e Quarenta Mil Reais)

Assinatura: 20/04/2016 Vigência: 20/04/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL- HOSP. SÃO CAMILO, situada na RUA BENTO GONÇALVES 445, Bairro: CENTRO, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0012-54.

**PORTARIA Nº. 175/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

NOMEIA SERVIDORA EFETIVA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE DIRETORA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 e seu § 2º da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2.005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

**NOMEIA**

ADRIANA ONGARATTO HILLESHEIN, Matrícula 2550, brasileira, portadora da Carteira de Identidade sob o nº. 3.922.049 e CPF sob o nº. 053.858.439-46, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETORA TECNICO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES – DIRE – CC-030, constante do Anexo I -C, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, da Lei Complementar nº 18/2005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do Quadro de Pessoal e dá outras providências.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02 de Maio de 2016.

Ipumirim - SC, 02 de Maio de 2016.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 168/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A DIOGO WEIMER, matrícula 1996, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 05/2013 a 05/2014 e gozo de 04/05/2016 a 02/06/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 02 de Maio de 2016.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski  
Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 169/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

EXONERA SERVIDORA NOMEADA EM CARGO COMISSIONADO DE DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

ELI SUELI DOS SANTOS PELLIN, Matrícula 2416-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 37817639 e do CPF 036.704.669-59, com nomeação para o cargo de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, constante no , nível salarial CC - 030, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 232/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

Ipumirim - SC, 02 de maio de 2016.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski  
Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 170/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

EXONERA SERVIDOR NOMEADO EM CARGO COMISSIONADO DE GERENTE DE ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

EDUARDO BONISSONI CAGOL, Matrícula 2300-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5336264 e do CPF 087.741.159-01, com nomeação para o cargo de GERENTE DE ESPORTES, constante no , nível salarial CC - 020, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 254/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

Ipumirim - SC, 02 de maio de 2016.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski  
Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 171/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

EXONERA SERVIDOR NOMEADO EM CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE EDUCAÇÃO DA SMECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

JOÃO BATISTA REUS DE MELLO, Matrícula 2249-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 843.931 e do CPF 542.493.419-68, com nomeação para o cargo de DIRETOR DE EDUCAÇÃO DA SMECE, constante no , nível salarial CC - 030, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 129/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

Ipumirim - SC, 02 de maio de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 172/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

EXONERA SERVIDORA EFETIVA NO EXERCÍCIO DE CARGO POLITICO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

ADRIANA ONGARATTO HILLESHEIN, Matrícula 2474-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.922.049 e do CPF 053.858.439-46, com nomeação para o cargo de Secretário, constante no , nível salarial , com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 037/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

Ipumirim - SC, 02 de maio de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar administrativo.

**PORTARIA Nº. 173/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

EXONERA SERVIDORA COMISSIONADA NO CARGO DE DIRETORA TÉCNICA ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

MARIZETE BONISSONI CAGOL, Matrícula 2476-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1553126 e do CPF 486.545.409-82, com nomeação para o cargo de DIRETOR TÁC. ADM. SMECE, constante no , nível salarial CC - 030, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 041/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

Ipumirim - SC, 02 de maio de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 174/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

NOMEIA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO POLITICO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 9º, da Lei Complementar nº 001/2002 de 27 de setembro de 2.002, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, da administração direta e indireta e dá outras providências,

**NOMEIA**

MARIZETE BONISSONI CAGOL, sob a Matrícula 2549-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1553126 e do CPF 486.545.409-82, para ocupar o cargo em caráter temporário de Secretário, constante no , nível salarial SECRETÁRIO MUNICIPAL, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Departamento de Ensino, para o período de 02/05/2016 a 30/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02/05/2016.

Ipumirim - SC, 02 de maio de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 176/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

EXONERA SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

LUCIANO BARBOSA LIZZI, Matrícula 2540-2, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 40346099 e do CPF 055.448.419-69, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 139/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

Ipumirim - SC, 02 de maio de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

# Irati

## PREFEITURA

### ERRATA PREGÃO 27

Estado de Santa Catarina  
Fundo Municipal de Saúde de Irati  
Processo N.º 040/2016 – Pregão Presencial 027/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO ERRATA

O Fundo Municipal de Saúde de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o Processo 040/2016, Pregão Presencial 027/2016, visando a realização de REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIOS PARA A CONFECÇÃO DE PROTESES DENTÁRIAS PARCIAIS E TOTAIS. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 14:00MIN do dia 13 DE MAIO DE 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 14:00MIN do dia 13 DE MAIO DE 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Irati. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente ou pelo fone (49) 3349.0010, ou diretamente no Setor Administrativo de Prefeitura Municipal de Irati, Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro e ainda no site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br). Irati – SC, 26 de abril de 2016. Alcir Bergamaschi – Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati.

### ERRATA PREGÃO 28

Estado de Santa Catarina  
Município de Irati  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Aviso de Licitação

ERRATA  
Processo 041/2016  
Pregão Presencial 028/2016 – Registro de Preços

O Município de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o Pregão Presencial 028/2016– decorrente do Processo 041/2016, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MEDICAMENTOS DA FARMACIA BÁSICA PARA ATENDER OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br) ou a ser retirado no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 15:45MIN DO DIA 13 DE MAIO DE 2016, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 16:00MIN DO DIA 13 DE MAIO DE 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Irati. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3349.0010, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro, Irati – SC, 02 de maio de 2016. Alcir Bergamaschi - Gestor Municipal de Saúde.

### PREGÃO 25/2016 - ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARNA  
MUNICÍPIO DE IRATI  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Aviso de Licitação  
Licitação Nº 038/2016  
Processo N.º 382016  
Pregão Presencial 025/2016

ERRATA  
(Alteração no descritivo do Objeto e data de abertura)

O Município de Irati – SC, Através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 025/2016 – decorrente do PROCESSO 038/2016, visando a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO (AMBULANCIA), de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br) ou a ser retirado no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 07:45MIN DO DIA 16 DE MAIO DE 2016, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08:00MIN DO DIA 16 DE MAIO DE 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Irati. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3349.0010, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro, Irati – SC, 02 de maio de 2016.. Alcir Bergamaschi – Gestor do FMS

# Irineópolis

## PREFEITURA

### ATA RP PROC 60/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 60/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 33/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 60/2015, Pregão Presencial nº 33/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak, - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Sr. Valter Cano - representante da empresa Revestical Extração e Comercio de Pedras Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Revestical Extração e Comercio de Pedras Ltda, segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 60/2015, Pregão Presencial nº 33/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak, - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Sr. Valter Cano - representante da empresa Revestical Extração e Comercio de Pedras Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Revestical Extração e Comercio de Pedras Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Revestical – Extração e Comércio de Pedras Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	30.000	Tonelada	Pedra Brita Tipo bica corrida	Revestical	40,00	1.200.000,00
TOTAL						

Irineópolis, 02 de maio de 2016.  
Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal



# Itá

## PREFEITURA

### EDITAL 003 - PROCESSO SELETIVO 002/2016

Edital 003 do Processo Seletivo 002/2016

#### CONVOCAÇÃO

Fica convocada a classificada no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecer dia 02 de maio de 2016 às 14h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasul..

Estagiário

Posição	Nome	Assinatura
04	Samira Hipolito Ambrosio	

Itá, 02 de maio de 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

### EDITAL 004 - PROCESSO SELETIVO 002/2016

Edital 004 do Processo Seletivo 002/2016

#### CONVOCAÇÃO

Fica convocado o classificado no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecer dia 03 de maio de 2016 às 14h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasul..

Estagiário

Posição	Nome	Assinatura
05	Rafael Fernando Soares De Lima Gomes De Souza	

Itá, 02 de maio de 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

# Itapema

## PREFEITURA

**PROCESSO Nº 64 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.039.2016 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DA DELEGACIA DE POLICIA E CIRETRAN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA E QUADRO DE ÁREAS, ANEXOS AO PROCESSO.**

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 64 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.039.2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de reforma da Delegacia de Policia e Ciretran, conforme especificações constantes no memorial descritivo, orçamento, cronograma e quadro de áreas, anexos ao processo.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catroze) horas do dia 13 de maio de 2016.

Abertura do Pregão: 13 de maio de 2016, às 14:00(catorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "serviços – fornecedores – modalidades – pregão – 04.039.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 2 de maio de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

# Itapiranga

## PREFEITURA

### ATA DE PREGÃO 71/2016 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 71/2016

Às catorze horas do segundo dia do mês de maio de dois mil e dezesseis, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu - se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 02/2016, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 71/2016, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE DETERGENTES E SHAMPOO PARA LAVAÇÃO DE VEICULOS E MAQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Adriano Karal  
Pregoeiro Suplente

Thiago Rohden  
Membro

Diego Zampiva  
Membro

### ATA DE PREGÃO 72/2016 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 72/2016

Às quinze horas do segundo dia do mês de maio de dois mil e dezesseis, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu - se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 02/2016, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 72/2016, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE CAMISETAS EM MALHA PARA CAMPANHA SOCIOEDUCATIVA, REALIZADA PELA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, DESTA MUNICIPALIDADE.. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Adriano Karal  
Pregoeiro Suplente

Thiago Rohden  
Membro

Diego Zampiva  
Membro

### DECRETO Nº 55 DE 2/5/2016

DECRETO 55 DE 2 DE MAIO DE 2016.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2016

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos do Concurso Público nº 02/2016, da Prefeitura Municipal de Itapiranga – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)   Modalidade B			
Nº	Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	332947	Ivanice Teresa Rambo	HOMOLOGADA
2	337345	Patricia Crespan Mantelli	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE MATEMÁTICA   Modalidade B			
Nº	Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	318195	Andressa Arnemann Caneppele	HOMOLOGADA
2	312919	Cristiane Birk	HOMOLOGADA
3	317371	Eder Weber Alvarenga	HOMOLOGADA
4	312637	Eduardo Hinterholz	HOMOLOGADA
5	333456	Fabiane Theobald	HOMOLOGADA
6	312574	Francisco Rother	HOMOLOGADA
7	313256	Gabriela Staub	HOMOLOGADA
8	333130	Giancarlo Coleraus Negri	HOMOLOGADA

9	312256	Jussara Karal	HOMOLOGADA
10	325826	Lidiane Altenhofen	HOMOLOGADA
11	313365	Lilian Wecker	HOMOLOGADA
12	335117	Lovane Machado	HOMOLOGADA
13	326856	Marcia Bruggeemann Rohden	HOMOLOGADA
14	317402	Marcia Jorgina Casagrande	HOMOLOGADA
15	318140	Monica Alexandra Sartori Rovani	HOMOLOGADA
16	331207	Orli Cesar Da Cruz	HOMOLOGADA
17	324697	Patricia Dill	HOMOLOGADA
18	316980	Patricia Mees	HOMOLOGADA
19	337159	Raquel Klein	HOMOLOGADA
20	336102	Rosanete De Souza	HOMOLOGADA
21	326681	Tatiana Mees	HOMOLOGADA

## AUXILIAR DE MANUTENÇÃO HIDRÁULICA | Modalidade A

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	313072	Anderson Koerbes	HOMOLOGADA
2	335612	Andre Batista Schrippe	HOMOLOGADA
3	335159	Balduino Bloemer	HOMOLOGADA
4	330730	Bruno Melz	HOMOLOGADA
5	312929	Calixto Habacuc Wolfart	HOMOLOGADA
6	313683	Charles Cristiano Schneiders Bernardi	HOMOLOGADA
7	336957	Charles Roden	HOMOLOGADA
8	330197	Cleocir Lottermann	HOMOLOGADA
9	324652	Cristiano Schneider	HOMOLOGADA
10	312994	Daniel Sehn	HOMOLOGADA
11	315587	Daniel Soares Welter	HOMOLOGADA
12	334497	Daniela Mueller	HOMOLOGADA
13	318437	Douglas Immig	HOMOLOGADA
14	329582	Dyonatan Lasie Pereira	HOMOLOGADA
15	337563	Ederson Luis Kuhn Soehn	HOMOLOGADA
16	334506	Ediane Ripplinger Melz	HOMOLOGADA
17	336959	Elias Fuhr	HOMOLOGADA
18	338096	Elise Fath	HOMOLOGADA
19	334779	Evando Alencar Rohden	HOMOLOGADA
20	334515	Evandro Reis	HOMOLOGADA
21	332123	Evandro Zulian	HOMOLOGADA
22	334570	Fernando De Souza	HOMOLOGADA
23	334538	Fernando Melz	HOMOLOGADA
24	332201	Francisco Jose Kich	HOMOLOGADA
25	337984	Genesio Domingos Soares	HOMOLOGADA
26	312902	Geovan Meurer	HOMOLOGADA
27	337484	Gilmar Eidt	HOMOLOGADA
28	325318	Gilmar Kern	HOMOLOGADA
29	332752	Irineu Dobner	HOMOLOGADA
30	333126	Ivan Roberto Pauli	HOMOLOGADA
31	312398	Jaime Rother	HOMOLOGADA
32	326237	Jair Schmidt	HOMOLOGADA
33	321486	Jean Carlos Christ Rohden	HOMOLOGADA

34	326272	Jean Carlos Meurer	HOMOLOGADA
35	337314	Joao Marcos Pereira	HOMOLOGADA
36	326683	Jose Auri Muneveck	HOMOLOGADA
37	337581	Juliano Andre Grutzmann	HOMOLOGADA
38	336243	Leandro Welchen	HOMOLOGADA
39	319526	Liandro Haag	HOMOLOGADA
40	336486	Luiz Fernando Schaefer	HOMOLOGADA
41	319879	Maikel Miguel Ripplinger	HOMOLOGADA
42	332137	Mara Andreia Kern	HOMOLOGADA
43	337309	Marcelino Schmitz	HOMOLOGADA
44	316151	Marcelo Sgarabotto	HOMOLOGADA
45	335319	Marcia Meurer Vogel	HOMOLOGADA
46	336398	Marco Antonio Soares Pernambuco	HOMOLOGADA
47	337499	Marlova Aparecida Rossi Bernardi	HOMOLOGADA
48	320699	Mauricio Busatto Cavalheiro	HOMOLOGADA
49	328423	Mauro Cezar Gervasoni	HOMOLOGADA
50	337406	Nadir Deters	HOMOLOGADA
51	332784	Paulo Antonio Vollmer	HOMOLOGADA
52	329829	Paulo Henrique Wink Kauppaun	HOMOLOGADA
53	331283	Paulo Roberto Dorneles	HOMOLOGADA
54	317994	Paulo Roberto Schenkel	HOMOLOGADA
55	315783	Raquel Paulus	HOMOLOGADA
56	313171	Ricardo Eliseu Buchner	HOMOLOGADA
57	332303	Rogério Lissarassa Bartz	HOMOLOGADA
58	330957	Roselei Wermuth	HOMOLOGADA
59	337651	Sandro Heck	HOMOLOGADA
60	337452	Sergio Berger Schmidt	HOMOLOGADA
61	312936	Thiago Caspers	HOMOLOGADA
62	331583	Tiago Luis Schwab	HOMOLOGADA
63	330455	Tiago Roden	HOMOLOGADA
64	330601	Valdinei Roger Kunz	HOMOLOGADA
65	335275	Wellerson Matheus Steinhaus	HOMOLOGADA
66	331524	Weslei Luis Hammerschmitt	HOMOLOGADA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 2 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antônio Scalon

Secretário Municipal de Administração.



**DECRETO Nº 56 DE 2/5/2016**

DECRETO 56 DE 2 DE MAIO DE 2016.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 03/2016

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos do Concurso Público para Emprego Público Nº 03/2016, da Prefeitura Municipal de Itapiranga – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (MICRO ÁREA 10)   Modalidade A			
Nº	Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	337843	Ana Paula Weizemann Jardim	HOMOLOGADA
2	318771	Cleide Meier	HOMOLOGADA
3	336850	Daniela Fernanda Neckel Paschoali	HOMOLOGADA
4	322191	Josiane Brizola	HOMOLOGADA
5	326751	Juliana Maria Lourenco Silva	HOMOLOGADA
6	337469	Karla Lais Borscheid	HOMOLOGADA
7	334854	Rosangele Becker	HOMOLOGADA
8	337512	Simone Rodrigues Zardo	HOMOLOGADA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (MICRO ÁREA 12)   Modalidade A			
Nº	Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	329686	Andressa Mallmann	HOMOLOGADA
2	331190	Asteria Christ Orth	HOMOLOGADA
3	319694	Fabiana Bogorni Ciepielewski	HOMOLOGADA
4	336552	Franciele Thome	HOMOLOGADA
5	337871	Gabriela Philipsen	HOMOLOGADA
6	317244	Janice Fabiane Boesing	HOMOLOGADA
7	320803	Jaqueline De Lima	HOMOLOGADA
8	320827	Jean Olivio Marques	HOMOLOGADA
9	323803	Jessica Barbon Paul	HOMOLOGADA
10	312636	Keli Cristine Kern	HOMOLOGADA
11	328644	Monique Bianca Specht	HOMOLOGADA
12	312780	Raquel Klein	HOMOLOGADA
13	312344	Regiane Andreia Rodrigues Kessler	HOMOLOGADA
14	331970	Vanessa Kieling	HOMOLOGADA
15	326374	Vanilda Alves De Oliveira Strohschein	HOMOLOGADA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 2 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antônio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2016**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2016
ASSUNTO: CONTROLE DE UTILIZAÇÃO E GASTOS COM FROTA OFICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS QUE POSSUAM NO SEU PATRIMÔNIO VEÍCULOS E/OU EQUIPAMENTOS QUE UTILIZEM COMBUSTÍVEIS

Considerando o disposto na Lei Complementar n. 47/2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de Instruções Normativas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando a necessidade de disciplinar e normatizar o uso da frota de veículos e máquinas do Município, principalmente no que tange ao preenchimento correto do Diário de Bordo;

Considerando uma necessidade de maior agilização, transparência, eficiência e eficácia quando do acompanhamento das ações do sistema de transporte municipal pela Controladoria Municipal.

**RESOLVE:****CAPÍTULO I****DOS OBJETIVOS**

Art. 1º. Esta normativa tem como objetivo:

I - disciplinar e normatizar o controle de abastecimento e manutenção das máquinas e veículos do Município;

II - permitir uma análise detalhada dos gastos com o abastecimento e manutenção da frota;

III - orientar ações no sentido de reduzir e/ou otimizar os gastos com a frota;

IV - possibilitar a identificação das máquinas e veículos que deverão ser examinadas quando do consumo excessivo de combustíveis;

V - conscientizar os motoristas e operadores de suas responsabilidades como condutores de veículos e máquinas.

**CAPÍTULO II****DOS PROCEDIMENTOS**

Art. 2º. Sem prejuízos das atribuições estabelecidas por normas organizacionais do município, o Sistema de Controle Interno recomenda a todas as Secretarias Municipais, aos operadores e condutores de veículos e máquinas adoção dos seguintes procedimentos:

**I - Da compra de combustível**

A compra de combustíveis (óleo diesel e gasolina) deverá ser procedida de uma solicitação de cada Secretaria ao Departamento de Compras e Licitações.

O Departamento de Compras e Licitações fará a aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), através de processo licitatório, obedecendo a modalidade estabelecida na Lei Federal nº 8.666/1993 e n. 10.520/02.

Obs.: A aquisição de combustíveis deverá ser com base no gasto do ano anterior, considerando o aumento ou redução da frota.

**I - Do abastecimento e preenchimento do diário de bordo**

a) Todo o veículo deverá abastecer somente nos postos contratados pelo Município. Sempre que os veículos forem abastecidos, o motorista deverá apresentar a Requisição de Abastecimento assinada pelo (a) Secretário (a) ou pessoa designada.

b) Os abastecimentos em viagens deverão ser feitos com a emissão de Nota ou cupom Fiscal que deverá ser nominal ao Município de Itapiranga e com descrição do produto, litragem, valor, placa, quilometragem, veículo e assinatura do motorista.

c) O abastecimento das máquinas e veículos somente poderá ser realizado com Requisição de Abastecimento, exceto quando

necessitar de abastecimento fora do Município.

d) Sempre que o motorista for abastecer, o mesmo deverá descer do veículo e verificar se o frentista do posto zerou a bomba antes de iniciar o abastecimento.

e) Após abastecer o veículo, o motorista deverá conferir a Nota Fiscal, verificando o correto preenchimento quanto ao produto, litragem, valor, placa, quilometragem e veículo e após a conferência o motorista deverá assinar a Nota Fiscal.

f) Os abastecimentos realizados com o caminhão tanque do Município nas máquinas que estão trabalhando no interior, deverão ter registro dos abastecimentos através de requisição assinada pelo operador ou motorista da máquina ou veículo.

g) O motorista do caminhão tanque do Município deverá encaminhar as requisições mensalmente juntamente com os diários de bordo ao Setor de Controle Interno para lançar os dados no Sistema de Frotas.

h) Nenhum veículo, máquina ou equipamento deverá circular sem o Diário de Bordo, identificado como ANEXO I a esta Instrução.

i) Toda vez que veículo, máquina ou equipamento for deslocado deverá ser preenchido o Diário de Bordo constando:

- Data;

- Hora de saída;

- Velocímetro/km na saída ou horímetro de saída;

- Hora de chegada;

- Velocímetro/km chegada ou horímetro de chegada;

- Local de Trabalho ou destino da viagem;

- Assinatura do motorista ou operador identificada.

j) A Ficha do Diário de Bordo deverá ser identificada com:

- o Nome do motorista ou operador;

- Mês e ano;

- Placa do Veículo ou identificação da máquina ou equipamento.

l) Toda vez que uma máquina ou veículo for abastecido, deverá ser preenchida a planilha de controle de abastecimento (verso do Diário de Bordo) com os seguintes itens:

a. Identificação da máquina ou veículo, placa, quilometragem ou respectiva leitura de horímetro, litros e assinatura do operador ou motorista.

m) Toda a máquina, veículo ou equipamento que for abastecido, independentemente do local de abastecimento, deverá ter o registro efetuado no Diário de Bordo.

n) Sempre que o motorista ou operador abastecer, trocar peças, se deslocar de um lugar para outro ou qualquer gasto como o seu veículo ou máquina, deverá ser preenchido o Diário de Bordo no campo específico.

**III – Do controle dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal**

a) Os veículos e máquinas do Município de Itapiranga terão identificação própria e personalizada.

b) A guarda dos veículos e máquinas será de responsabilidade dos motoristas e operadores, que deverão recolher os veículos no final do expediente ao pátio da Prefeitura ou no pátio da Oficina Mecânica do Município sita na Linha Chácara.

Obs.: Excetuam-se as ambulâncias da Secretaria de Saúde que estiverem de plantão ou sobreaviso e as máquinas que estiverem a serviço no interior do Município.

**IV - Dos critérios de uso dos veículos e máquinas**

a) O uso dos veículos e máquinas somente poderá ser realizado mediante o cumprimento dos seguintes critérios:

a.1) Restrito ao atendimento dos serviços do Município de Itapiranga.

a.2) As viagens deverão ser agendadas com antecedência para a vistoria do veículo e abastecimento, com a finalidade de garantir a segurança no percurso da viagem.

a.3) A autorização para uso dos veículos e máquinas somente poderá ser concedida pelo Secretário da pasta onde estiver lotado.

a.4) Fica expressamente proibido o uso dos veículos e máquinas do

Município para serviços particulares.

V- Da habilitação para conduzir os veículos e máquinas

a) Somente poderão conduzir os veículos e máquinas os motoristas, operadores e servidores com Carteira Nacional de Habilitação. Obs.: Fica de responsabilidade do Setor de Frotas o controle de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação dos motoristas e operadores concursados.

VI - Da definição das responsabilidades

a) Será de responsabilidade do condutor do veículo ou máquina:

I - preencher corretamente o instrumento de controle, Diário de Bordo, realizar o transporte com segurança, obedecendo as normas de trânsito, de conservação, limpeza e economia do veículo;

II - proceder a inspeção periódica dos veículos e máquinas, verificando seu estado de conservação, e comunicar a chefia responsável, para que este solicite os reparos que se fizerem necessários;

III - conferir a existência dos acessórios e ferramentas de porte obrigatório no veículo, tais como macaco, chave de rodas, triângulo, extintor, cinto de segurança, sempre antes de movimentar o veículo, notificando a chefia responsável sobre qualquer ausência dos mesmos ou sobre quaisquer problemas que possam causar multas de trânsito;

IV - verificar níveis de água, óleo e pressão dos pneus periodicamente;

V - respeitar as Leis de Trânsito, responsabilizando-se pelo pagamento imediato de multas a que der causa;

VI - não fumar e não permitir que outros fumem no interior do veículo;

VII - não falar ao telefone celular quando o veículo ou máquina estiver em movimento;

VIII - ter zelo pelos veículos e máquinas, cuidando do mesmo como se fosse de sua propriedade e se responsabilizando por danos ocorridos por mal uso, imprudência ou desleixo;

IX - usar sempre o cinto de segurança, exigindo que todos os demais passageiros também usem;

X - preencher quilometragem de saída e retorno registrada no hodômetro do veículo (ou hora inicial e final das máquinas), nas autorizações de saída e diário de bordo;

XI - nunca exceder o número de passageiros permitidos para o veículo, salvo emergência.

b) No final de cada mês o motorista ou operador deverá encaminhar o Diário de Bordo, devidamente preenchido por completo ao Secretário responsável da pasta e retirar outra ficha de controle em branco, para o uso no mês seguinte.

c) O Secretário, após recolher todos os Diários de Bordo e verificar o preenchimento dos mesmos, deve vista-los e encaminhá-los ao Setor de Controle Interno para que os dados sejam lançados no Sistema de Frotas.

d) Será de responsabilidade do Secretário da pasta onde o veículo estiver lotado, solicitar os reparos, a manutenção e abastecimento do veículo, manter o veículo em bom estado de limpeza e conservação, observar e cumprir os prazos de manutenção preventiva, lubrificação e outros reparos, informando o Prefeito para as devidas providências.

e) Será proibido conduzir pessoas estranhas ao quadro de servidores do Município de Itapiranga (caronas).

f) Será de responsabilidade do condutor do veículo ou máquina manter-se atualizado com as normas e regras de trânsito, acompanhando as modificações introduzidas.

g) O condutor responde pelo veículo ou máquina que está sob a sua responsabilidade, inclusive nos casos de avarias por uso inadequado, quando o mesmo for considerado responsável pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

h) No caso de acidente com veículos e máquinas do Município o condutor deverá realizar de imediato o Boletim de Ocorrências e encaminhar uma cópia ao Secretário da pasta onde o veículo ou máquina estiver lotado.

i) Será de responsabilidade do condutor as penalidades a que tiver

dado causa.

VII - Da manutenção das máquinas e veículos

a) Os problemas esporádicos, fora do período de revisão, serão solucionados após a constatação, ficando proibido o uso dos veículos e máquinas, caso o problema apresente risco de segurança.

b) As manutenções e consertos serão registradas no Sistema de Frota, facilitando determinar os períodos de manutenção e a depreciação do bem nos casos de inventário e de análise de economicidade.

c) Será de responsabilidade de cada Secretário, ou servidor designado por este, acompanhar e aprovar orçamentos prévios fornecidos pela empresa contratada para manutenção da frota e acompanhar a execução dos trabalhos quanto à quantidade, prazos, eficiência e garantia, emitir solicitação de empenho, sempre que aprovar orçamento de reparos nos veículos, anexando cópia do respectivo orçamento junto ao processo de empenho. Conferir as peças substituídas nos veículos e máquinas.

VIII - Do acompanhamento da emissão do licenciamento e apólice de seguro

a) Será de responsabilidade de servidor designado para este fim, providenciar o licenciamento dos veículos, reservando cópia em pasta própria e assegurando que o original de porte obrigatório esteja no veículo, bem como, acompanhar o vencimento das apólices de seguro e solicitar a sua renovação com antecedência necessária.

VIII - Da análise dos relatórios

a) No final de cada mês, o servidor responsável pelo lançamento dos dados no Sistema de Frotas disponibilizará um relatório de gasto da frota para cada Secretário da pasta efetuar a análise.

b) O Secretário da pasta após ter analisado os relatórios de gasto da frota, encontrando alguma variação relevante, encaminhará relatório específico ao Secretário de Administração a fim de discutir as providências necessárias a serem tomadas, com cópia para a Controladoria do Município.

Obs.: A medida referenciada no item acima, tem como objetivo principal a manutenção preventiva e consequente redução de gastos.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Todas aquelas máquinas ou veículos que apresentarem excesso de gastos (fora da normalidade) deverão ser analisados para identificar as causas, por exemplo: o mesmo problema de manutenção acontecendo repetidamente, alto consumo médio de combustível, etc.

Art. 4º No final de cada ano deverá ser somado o custo de manutenção de cada máquina e veículo. A partir desse comparativo deverão ser tomadas as providências obedecendo o princípio da economicidade.

Art. 5º Os procedimentos instituídos por esta Instrução Normativa se sujeitam a fiscalização in loco realizados periodicamente pelo Sistema de Controle Interno do Município

Art. 6º As dúvidas ou omissões geradas por esta Norma Interna, deverão ser esclarecidas junto a Controladoria do Município.

Art. 7º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições constantes na Instrução Normativa n. 02/2013.

Itapiranga(SC), 28 de abril de 2016.

Nadir T. Etges

Coordenadora de Controle Interno

CPF: 831.973.899-72 Mat: 1455/05

Aprovado:

Milton Simon  
Prefeito Municipal  
DIÁRIO DE BORDO

**PORTARIA Nº 41/2016**

Portaria nº 41 de 2 de maio de 2016

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e alterações;

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar a pedido, a partir do dia 1º de maio de 2016, Verenes Fátima Preuss matrícula nº 14618/01, do cargo de provimento efetivo de Servente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 2 de maio de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

# Itapoá

## PREFEITURA

### OFÍCIO CIRCULAR Nº 02/2016/CPPM-BM - CADASTRO JUNTO À COMISSÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL

Ofício Circular nº 02/2016/CPPM-BM

Itapoá (SC), 25 de abril de 2016.

Assunto: Cadastro junto à Comissão de Patrimônio Público Municipal - C.P.P.M./B.M. – alienação de bens públicos inservíveis.

Prezados Senhores,

1. A CPPM/BM, visando dar mais uniformidade à alienação dos bens públicos avaliados como inservíveis, está efetuando um cadastro com as associações, entidades, grupos, fundações, etc. consideradas de utilidade pública que tiverem interesse em receber as doações destes bens pertencentes à Prefeitura de Itapoá.

2. Num primeiro momento vale apontar que a competência para alienar qualquer bem público do município compete ao chefe do Poder Executivo, no momento representado pelo Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar, conforme consta na Lei Orgânica deste Município nos artigos 13, VIII, 138 e 139.

Art. 13. Compete ao Município:

(...)

VIII - dispor sobre a administração, utilização e alienação dos bens públicos;

Art. 138. Compete ao Prefeito Municipal, a administração dos bens municipais, compreendendo como tal, todas as coisas móveis e imóveis, direito e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município, respeitada a competência da Câmara, quanto àqueles empregados a serviços desta.

Art. 139. A alienação de bens municipais se fará de conformidade com a legislação pertinente. (sem grifos no original).

3. Feito o apontamento quanto ao responsável legal para alienar os bens públicos, destaca-se que com a finalidade de que fosse regulamentado o tema, a controladoria interna deste município editou Instrução Normativa CI nº 04/2012, aprovada pelo decreto número 1629/2012, que versa sobre os procedimentos da divisão de Patrimônio, em cumprimento à Lei Federal 4.320/64, às Portarias nº 448/2002 e 828/2011, ambas do STN e a Lei Federal nº 8.666/1993 e estabelece normas de administração de Bens Patrimoniais a ser seguida por todas as Secretarias.

4. Ainda, sobre a alienação dos bens públicos, destacam-se os artigos 22, §1º e 23 da Lei Orgânica Municipal, a seguir transcritos.

Art. 22. A alienação de bens móveis se processará sob forma de venda, doação ou permuta nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Orgânica do Município. § 1º A alienação de qualquer bem móvel dependerá de autorização do Chefe do Poder Executivo, em processo devidamente instruído com laudo de avaliação e parecer da Comissão de Patrimônio Público Municipal;

Art. 23. Após as devidas avaliações e confirmação que um bem móvel está em mau estado de conservação e que sua recuperação será antieconômica aos cofres públicos, a Divisão de Patrimônio deverá relacioná-los e encaminhar listagem deste à Comissão de Patrimônio Público para confecção de Processo de Baixa e, com a Laudo de Avaliação Patrimonial desta e anuência do Chefe do Executivo, providenciar a baixa dos registros dos bens no Sistema de Controle de Patrimônio.

5. Sendo assim, a CPPM/BM efetuará uma relação de bens inservíveis esporadicamente, conforme se derem as solicitações de baixa patrimonial por parte das secretarias municipais, e, após o procedimento adequado da baixa patrimonial, convocará as entidades

participantes do cadastro para participar do ato de doação.

6. Salienta-se que as regras que regerão as doações serão discutidas após a conclusão dos cadastros.

7. Portanto, a CPPM/BM solicita aos representantes das associações, entidades, grupos, fundações, etc. de utilidade pública, que tiverem interesse em fazer parte desse cadastro, que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento deste, através dos telefones (47) 3443-8809/(47) 3443-8813 ou diretamente na Rua 960, nº 201, Itapema do Norte – Prefeitura de Itapoá/SC, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 12h00min, procurando falar com Maurício D. Olkoski ou Daiane Batista.

Atenciosamente,

Cenita Schizzi Dani  
Membro da CPPM/BM

Suzinei Ribeiro Schultz  
Membro da CPPM/BM

Maristela de Souza  
Membro da CPPM/BM

Daiane Batista  
Secretária CPPM/BM

Mauricio Deunio Olkoski  
Presidente CPPM/BM

### PREGÃO Nº31/2016- AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO ESPORTE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº31/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2016

PROCESSO Nº38/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 19 de maio de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DA SEDE, CAMPOS DE FUTEBOL MUNICIPAIS, GINÁSIO MUNICIPAL, PISTA DE SKATE, CONTINUIDADE DA CONSTRUÇÃO DO MURO DA SEDE, E MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO CONVENIADO COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 02 de maio de 2016.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL



WALTER GOMES DE ALMEIDA  
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER  
DIRETOR DE ESPORTE

**PRORROGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 02/2016**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -  
DATA: 17 de maio de 2016 – Horário de entrega de envelopes até:  
09h:00m e abertura de sessão pública às 09h:30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 02/2016 -  
PROCESSO Nº 33/2016 – OBJETO: Contratação de empresa de  
construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de  
materiais para construção de decks de madeira tipo passarela e  
mirante, localizado no Balneário Itapema do Norte - Gleba 1, Rua  
Bento Francisco da Silva, s/nº, 1º Pedra, conforme projeto, memo-  
rial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital.  
AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá a alteração no edital de licitação em epígra-  
fe com a finalidade de PRORROGAR a DATA DE RECEBIMENTO E  
ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 20/05/2016  
mantendo-se os mesmos horários: até 09h:00m para recebimento  
de envelopes dos possíveis interessados em participar do certame,  
e às 09h:30m a Sessão Pública de abertura de envelopes.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edi-  
tal.

Itapoá, 02 de maio de 2016.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
PREFEITO MUNICIPAL

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE HORTIFRÚTIS PARA A ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº15/2016

Processo: 19/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE HORTIFRÚTIS PARA A ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV). FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 13 de maio de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 13 de maio de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 03 de maio de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 058, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 058, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

HOMOLOGA A ESCALA DE FUNCIONAMENTO DO PLANTÃO, PELO SISTEMA DE RODÍZIO, NAS FARMÁCIAS E DROGARIAS LOCALIZADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com a Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Jacinto Machado, datada de 28/04/2016, combinada com o Art. 4º da Lei nº 784 de 25 de agosto de 2015;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a escala de funcionamento do plantão, pelo sistema de rodízio, nas farmácias e drogarias localizadas no perímetro urbano do município de Jacinto Machado – SC no período de 01 de maio de 2016 a 24 de outubro de 2016 (de segunda-feira à segunda-feira), sendo que a troca dos plantões ocorrerá sempre as 07:00h da manhã:

PERÍODO DE PLANTÃO	FARMÁCIA
01/05/16 (07:00h) a 02/05/16 (06:59h)	Farmácia Gávea
02/05/16 (07:00h) a 09/05/16 (06:59h)	Farmácia Bem Popular
09/05/16 (07:00h) a 16/05/16 (06:59h)	Pelucia's Farma
16/05/16 (07:00h) a 23/05/16 (06:59h)	Farmácia Antonelli
23/05/16 (07:00h) a 30/05/16 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
30/05/16 (07:00h) a 06/06/16 (06:59h)	Farmácia São Roque
06/06/16 (07:00h) a 13/06/16 (06:59h)	Drogaria Cararo
13/06/16 (07:00h) a 20/06/16 (06:59h)	Farmácia Gávea
20/06/16 (07:00h) a 27/06/16 (06:59h)	Farmácia Bem Popular
27/06/16 (07:00h) a 04/07/16 (06:59h)	Pelucia's Farma
04/07/16 (07:00h) a 11/07/16 (06:59h)	Farmácia Antonelli
11/07/16 (07:00h) a 18/07/16 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
18/07/16 (07:00h) a 25/07/16 (06:59h)	Farmácia São Roque
25/07/16 (07:00h) a 01/08/16 (06:59h)	Drogaria Cararo
01/08/16 (07:00h) a 08/08/16 (06:59h)	Farmácia Gávea
08/08/16 (07:00h) a 15/08/16 (06:59h)	Farmácia Bem Popular
15/08/16 (07:00h) a 22/08/16 (06:59h)	Pelucia's Farma
22/08/16 (07:00h) a 29/08/16 (06:59h)	Farmácia Antonelli
29/08/16 (07:00h) a 05/09/16 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
05/09/16 (07:00h) a 12/09/16 (06:59h)	Farmácia São Roque
12/09/16 (07:00h) a 19/09/16 (06:59h)	Drogaria Cararo
19/09/16 (07:00h) a 26/09/16 (06:59h)	Farmácia Gávea
26/09/16 (07:00h) a 03/10/16 (06:59h)	Farmácia Bem Popular
03/10/16 (07:00h) a 10/10/16 (06:59h)	Pelucia's Farma
10/10/16 (07:00h) a 17/10/16 (06:59h)	Farmácia Antonelli
17/10/16 (07:00h) a 24/10/16 (06:59h)	Farmácia Fortaleza

Art. 2º - As farmácias e drogarias que iniciarem suas atividades após a data de publicação deste Decreto somente poderão ser incluídas no plantão da próxima escala, mediante manifestação de interesse através de requerimento protocolado junto à Administração Municipal.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 29 de abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### **PORTARIAS Nº. 135 A 176 DE 2016**

PORTARIA Nº. 135 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de aposentadoria de IVONETE ANGELINA MARTIGNAGO GUELERE, matrícula nº. 160 do cargo de Professora, conforme Benefício no. 155.895.267-2, parte integrante desta portaria.

PORTARIA Nº. 136 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR o servidor VANDERLEI MOTA, portador do CPF nº. 557.772.879-72, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 137 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR o servidor ADAIR DE ALMEIDA, portador do CPF n.º 469.484.819-49, matrícula 4060, do cargo de Diretor Geral de Obras e Serviços Públicos, nível DAS-4, lotado junto a Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 138 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a servidora CINTIA POSSAMAI BOTEON, portadora do CPF n.º 060.810.469-82, matrícula 3433, do cargo de Diretor de Saúde e Enfermagem, nível DAS-3, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 139 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a servidora SIMONICA SERAFIM, portadora do CPF n.º 946.585.609-68, matrícula 4013, do cargo de Chefe de Divisão Adjunto de Saúde, nível DAS-1, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 140 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR o servidor VALMIR POSSAMAI, portador do CPF nº. 636.973.199-49, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 141 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora MICHELE MEZZARI LUCIETTI do cargo em (ACT) de Especialista em Assuntos Educacionais, matrícula nº 4054, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 142 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor EVILASIO PEREIRA, matrícula nº. 2172, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, a ser gozada no período de 01/04/2016 à 30/04/2016, período aquisitivo 01/03/2011 à 28/02/2016.

PORTARIA Nº. 143 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora GRAZIELA ROCHA CAMARGO RANAKOSKI do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4065, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 144 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Ficam enquadrados no novo nível, os servidores abaixo relacionados que foram atingidos pelo Art. 8º, da Lei 809, de 31 de março de 2016, a saber:

#### **REENQUADRAMENTO POR NOVO NÍVEL**

Matr	Nome	Cargo	Nível	Novo Nível
3973	ANDERSON FERNANDO ROCHA	Engenheiro Agrimensor	9E	12G
3907	EVANDRO BOFF DE MELLO	Engenheiro Civil	9E	12G

PORTARIA Nº. 145 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - NOMEAR, ADAIR DE ALMEIDA, portador do CPF nº. 469.484.819-49, no cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e

Serviços Públicos, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 146 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - NOMEAR, VANDERLEI MOTA, portador do CPF nº. 557.772.879-72, no cargo em comissão de Diretor Geral de Obras e Serviços Públicos, nível DAS-4, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 147 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - NOMEAR, MICHELE MEZZARI LUCIETTI, portadora do CPF nº. 063.324.249-74, no cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 148 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Fica ampliada a jornada de trabalho da Professora KARINA PEREIRA BOTEON, matrícula nº. 4067, de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais, em observância ao determinado no art. 39, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 149 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Auxiliar de Ensino MARIZA POSSAMAI CANTELI, portadora do CPF nº. 019.295.329-03, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 04/04/2016 à 16/12/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 150 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Professora de Educação Física SHEILA DE FAVERI DAROS, portadora do CPF nº. 064.852.179-67, nível MAG LP 1A, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 04/04/2016 à 16/12/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 151 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Professora de Inglês BRUNA APARECIDA DE BRITTO GUETNER, portadora do CPF nº. 091.529.859-70, nível MAG ST 1A, para atuar na EMEB Mario Gomes Colares, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 04/04/2016 à 16/12/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 152 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Professora de Artes JORDANA SARTOR GABRIEL, portadora do CPF nº. 051.105.399-10, nível MAG LP 1A, para atuar no CEI Ana Paula, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 04/04/2016 à 16/12/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 153 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Professora de Artes TANYA RIBEIRO SCHAUKOSKI, portadora do CPF nº. 072.597.779-58, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 04/04/2016 à 16/12/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 154 DE 05 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ANA PAULA LAUREANO RICARDO do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4018, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 155 DE 06 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Professora de Atendimento Educacional Especializado ANA PAULA LAUREANO RICARDO, portadora do CPF nº. 033.257.739-23, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 06/04/2016 à 16/12/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 156 DE 06 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Professora de Atendimento Educacional Especializado MARIA CONCEIÇÃO MATIAS BADA, portadora do CPF nº. 713.302.919-72, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 06/04/2016 à 16/12/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.



PORTARIA Nº. 157 DE 06 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Nomear ANITA CRISTINA NEOTTI MAIA, CPF nº. 769.765.219-68, no cargo de SERVENTE, nível SGM, 03I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 158 DE 07 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Nomear ADRIANA DE SOUZA DA ROSA, CPF nº. 009.779.629-89, no cargo de SERVENTE, nível SGM, 03I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 159 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Remover a pedido a Servidora SALETE POSSAMAI DELLA FURLANETO, matrícula nº. 1236, cargo de Professora de Educação Infantil, nível MAG-LP – 5D, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da EMEB Figueira para a EMEB Arizona.

PORTARIA Nº. 160 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora ANDREIA REGINA ROSA DA SILVA, matrícula nº. 2350, ocupante do cargo de Professora, a ser gozada no período de 11/04/2016 à 10/05/2016, período aquisitivo 08/03/2007 à 07/03/2012.

PORTARIA Nº. 161 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora PATRICIA BOFF GRAEFF, matrícula nº. 151, ocupante do cargo de Professora, a ser gozada no período de 11/04/2016 à 10/05/2016, período aquisitivo 31/07/2000 à 30/07/2005.

PORTARIA Nº. 162 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Ciências FABIANA MANENTI TOMMASI, portadora do CPF nº. 906.771.379-15, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 11/04/2016 à 10/05/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 163 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino MARISA NART, portadora do CPF nº. 001.092.809-03, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Ana Paula, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 11/04/2016 à 16/12/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 164 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - NOMEAR, GÉCICA ALEXANDRINO BETTIOL GHIZZO, portadora do CPF nº. 078.019.039-43, no cargo em comissão de Diretor de Saúde e Enfermagem, nível DAS-3, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 165 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Nomear RENATA VICENTE AGOSTINHO, CPF nº. 068.330.369-42, no cargo de SERVENTE, nível SGM, 03I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 166 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Designar a servidora GISLENE RECCO ARAUJO ONÓRIO, matrícula nº. 3892, ocupante do cargo Auditor Fiscal, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento Municipal, no município de Jacinto Machado.

PORTARIA Nº. 167 DE 13 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Redistribuir a Servidora IONIR TEREZINHA BRATTI SARTOR, matrícula nº 3831, CPF nº 015.359.109-92, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças para Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente.

PORTARIA Nº. 168 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Designar os servidores SUSANA CASAGRANDE, matrícula nº 3866 e TIAGO MATIAS VITALI, matrícula nº 3904 para compor o Conselho Deliberativo do Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde.

Art. 2º - Designar os servidores KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI, matrícula nº 3786 e FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE, matrícula nº 3776 para compor o Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde.

PORTARIA Nº. 169 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Fica o servidor Valmir Possamai lotado para atribuir exercício na EMEB Figueira, estando a disposição do referido estabelecimento de ensino.

PORTARIA Nº. 170 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora DELI DE NONI FERREIRA do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4046, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 171 DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Auxiliar de Ensino MARIELI TUON PERUCHI, portadora do CPF nº. 060.842.239-82, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 15/04/2016 à 16/12/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 172 DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, MARISANE ANELLI DAL MOLIN, portadora do CPF nº. 966.616.909-68, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM, 03I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 18/04/16 a 31/12/2016, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2015 de 30 de dezembro de 2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 173 DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Redistribuir a Servidora SALETE LUCIANO, matrícula nº 1449, CPF nº 034936589-07, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento para Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

PORTARIA Nº. 174 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino EVANILDA DOS SANTOS BARCELOS CASAGRANDE, portadora do CPF nº. 801.214.469-72, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 19/04/2016 à 19/12/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 175 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ANALICE ALVES, portadora do CPF nº. 004.655.039-93, no cargo de Servente, nível SGM, 03I, em vaga vinculada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB Arizona, no período de 19/04/2016 à 19/06/2016, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2015 de 30 de dezembro de 2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 176 DE 25 DE ABRIL DE 2016.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
JANETE ZAUER TOMASI	112	31/07/14 à 30/07/15	02/05/16 à 31/05/16
JOSÉ JOÃO ELIAS	2398	01/03/15 à 29/02/16	02/05/16 à 31/05/16
LAUDIR GABRIEL	2399	05/04/15 à 04/04/16	02/05/16 à 31/05/16
THAYSE BROVEDAN PIAZZA MANENTI	3971	10/04/15 à 09/04/16	02/05/16 à 31/05/16
WILLIANS PEREIRA DAL PONT	3959	01/04/15 à 31/03/16	02/05/16 à 31/05/16

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.836/2016

D E C R E T O Nº 10.836/2016

Reajusta o "Vale Cidadão".

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 114/2016 - Semascri, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, que solicita a atualização dos valores do benefício "Vale Cidadão";

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os valores do benefício "Vale Cidadão" a fim de evitar as perdas decorrentes da inflação;

CONSIDERANDO que a União Federal vem adotando o INPC como índice de atualização de benefícios assistenciais, e que o índice do INPC acumulado de maio de 2015 a dezembro de 2015 corresponde a 6,03%;

CONSIDERANDO que o disposto no §2º, do artigo 4º, do Decreto Municipal Nº 9.932/2014, de 28/05/2014, prevê o dia 1º de maio como a data do reajuste anual dos valores dos benefícios abrangidos pelo "Vale Cidadão";

DECRETA :

Art.1º Fica reajustado, a partir de 1º de maio de 2016, o "Vale Cidadão" concedido aos beneficiários nas situações de vulnerabilidade e risco social devidamente apontadas em laudo técnico, elaborado por assistente social, do serviço de proteção básica ou proteção especial, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, na seguinte forma:

I - famílias com até 4 (quatro) pessoas: R\$ 78,58 (Setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos);

II - famílias com mais de 4 (quatro) pessoas: R\$ 122,24 (Cento e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos).

Art.2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2016, revogado o Decreto Municipal Nº 10.377/2015, de 30/04/2015.

Jaraguá do Sul, 28 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

JEAN CARLO LEUTPRECHT

Secretário Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente

### DECRETO Nº 10.837/2016

D E C R E T O Nº 10.837/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 448/2016/Cogem, de 26/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal VIVIANE STOLF, matrícula 8220-1, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, para compor a SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, constituída pelo Decreto Municipal Nº 8.539/2012, de 09/04/2012, em substituição a Bárbara Schappo Engelhardt.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 8.958/2012, de 24/10/2012.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### DECRETO Nº 10.838/2016

D E C R E T O Nº 10.838/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 125.228,41 (Cento e vinte e cinco mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal do Urbanismo (Semur), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.01.15.452.04002.200 - Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública

pública

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.01.250 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 125.228,41

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal do Urbanismo (Semur), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.01.15.452.04002.200 - Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública

pública

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.01.251 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 125.228,41

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de maio de 2016.  
DIETER JANSSEN ADEMAR POSSAMAI  
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016 PROCESSO: 007/2016-FMS**

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016  
Processo: 007/2016-FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXCLUSIVO PARA ME/EPP  
TIPO: menor preço POR ITEM

**OBJETO:** Este edital tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em bombonas de 20(vinte) litros cada, em conformidade com as especificações e quantidades - Anexo I e locais para entregas - Anexo IX deste Edital.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

**DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO:** Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

**DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** Até às 08:30 horas do dia 16 de maio de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes será às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

**ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 101.250,00 (cento e um mil duzentos e cinquenta reais).

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 13 de abril de 2016.  
ADEMAR POSSAMAI  
Secretário de Administração

DALTON FERNANDO FISCHER  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## **FME - EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016 EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016**

**PROCESSO:** Dispensa de Licitação n.º 014/2016  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**LOCATÁRIA:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO  
**LOCADORA:** SOCIEDADE DE DESPORTOS ACARAÍ

**OBJETO:** O objetivo do presente contrato é a locação das seguintes dependências esportivas da LOCADORA, localizada na Rua João Manoel Lopes Braga nº 315, bairro Jaraguá Esquerdo, no Município de Jaraguá do Sul-SC, compreendendo: Piscina térmica semiolímpica – 05 raias 24mx12m e vestiários feminino e masculino, no

período de segunda a sexta feira, das 5h às 11h e 13h às 18h e, sábado das 7h às 11h. A presente locação destina-se ao treinamento das modalidades de Natação Feminino e Masculino e eventos esportivos da Fundação Municipal de Esportes e Turismo. A utilização das dependências esportivas se dará nos períodos e horários acima mencionados, em regime de exclusividade à Fundação Municipal de Esportes e Turismo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução da locação será de 8 (oito) meses, compreendendo o período de 01/04/2016 com término em 30/11/2016, ficando convalidada a locação durante o período de 01/04/2016 a 15/04/2016, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, com fundamento na Lei Federal nº 8245/91, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, com fundamento na Lei Federal nº 8245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE:** A LOCATÁRIA pagará à LOCADORA mensalmente, a importância de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) totalizando o valor de R\$ 60.800,00 (sessenta mil e oitocentos reais), que a LOCATÁRIA se compromete a pagar até 10 (dez) dias do mês vencido, mediante a apresentação de recibo pela LOCADORA. Em caso de prorrogação deste contrato e depois de decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, o preço poderá ser reajustado, estabelecendo-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, verificado o índice nos últimos 12 (doze) meses.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
27.811.1002.4.006.3.3.90	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – aplicações diretas	21	Próprios

**DATA DA ASSINATURA:** 19/04/2016.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC

**SIGNATÁRIOS:** Jean Carlo Leutprecht e Pedro Maba

Jean Carlo Leutprecht

Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo

## **LEI Nº 7.217/2016**

LEI Nº 7.217/2016

Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 7.180/2015, de 18 de Dezembro de 2015, que Cria o Parque Natural Municipal Morro dos Stinghen, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O artigo 2º, caput, da Lei Municipal Nº 7.180/2015, de 18/12/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º Entende-se por Parque Natural Municipal Morro dos Stinghen a área localizada no território rural municipal, no bairro Barra do Rio Cerro, com coordenadas 26°31'16.75"S e 49°6'16.34"O, distando cerca de 4,2km da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC, na localidade popularmente conhecida como “Morro dos Stinghen”, com superfície de 41,129 hectares, representada por uma poligonal definida pelas coordenadas geográficas descritas no diagnóstico de caracterização da área, no memorial descritivo e representada no mapa na escala 1:5.000, respectivamente, Anexo



1 e Anexo 2, partes integrantes desta Lei.

..."

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

LEOCÁDIO NEVES E SILVA

Presidente

Fundação Jaraguense de Meio Ambiente

### **LEI Nº 7.218/2016**

LEI Nº 7.218/2016

Denomina Próprio Municipal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), localizado à Rua Adão Noroschny, Nº 444, bairro Vila Lenzi, neste Município, passa a denominar-se "MESTRE MANEQUINHA".

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 302/2016**

PORTARIANº 302/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 453/2016/Cogem, de 26/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 27/04/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 009/2014, instaurado pela Portaria Nº 1155/2014, de 30/06/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 303/2016**

PORTARIANº 303/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria por invalidez da servidora pública municipal ZELMA DA SILVA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 707/2015;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 146/2016/Sema-DGP, de 28/04/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, em virtude da aposentadoria por invalidez da servidora pública municipal ZELMA DA SILVA, concedida através da Portaria Nº 186/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 18/04/2016. Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 304/2016**

PORTARIANº 304/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - da servidora pública municipal SUELI NATALIA TYSKI DE OLIVEIRA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 710/2015;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 146/2016/Sema-DGP, de 28/04/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - da servidora pública municipal SUELI NATALIA TYSKI DE OLIVEIRA, concedida através da Portaria Nº 198/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 25/04/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito



**PORTARIA Nº 305/2016**

PORTARIANº 305/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARIA OSMARINA BELARMINO, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 709/2015; CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 146/2016/Sema-DGP, de 28/04/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARIA OSMARINA BELARMINO, concedida através da Portaria Nº 192/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 25/04/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 306/2016**

PORTARIANº 306/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal JOÃO MILTON DE TOFFOL, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 524/2013; CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 146/2016/Sema-DGP, de 28/04/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de ENCANADOR, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal JOÃO MILTON DE TOFFOL, concedida através da Portaria Nº 210/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 27/04/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 307/2016**

PORTARIANº 307/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal CARLA GUIDUGLI JORGE, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 711/2015; CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 146/2016/Sema-DGP, de 28/04/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de ARQUITETA E URBANISTA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal CARLA GUIDUGLI JORGE, concedida através da Portaria Nº 211/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 28/04/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 308/2016**

PORTARIANº 308/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso V, do artigo 38, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 146/2016/Sema-DGP, de 28/04/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º DECLARAR vago um cargo efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, retroativo a 27/04/2016, em razão do falecimento de PRISCILA MARA SCHNAIDER.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1210/2008, de 12/09/2008.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 309/2016**

PORTARIANº 309/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 147/2016/Sema-DGP, de 28/04/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 25/04/2016, SAMANTA PATRICIA DORING SIEVERS do cargo efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 325/2015, de 10/03/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 310/2016**

PORTARIANº 310/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 147/2016/Sema-DGP, de 28/04/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 26/04/2016, PAULA CRISTINA DOS SANTOS LIMA do cargo efetivo de MÉDICA ESPECIALISTA, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1943/2013, de 18/12/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 311/2016**

PORTARIANº 311/2016

Substitui Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (Cmdijs).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 006/2016/Controle Social, de 28/04/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR ANA MARIA CEPELIN, como conselheira titular, em substituição à Lúcia Decker Floriani, para representar as Entidades e Associações com propostas de trabalhos direcionados ao Idoso, na qualidade de Representante de Entidades Não-Governamentais, no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (Cmdijs).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 558/2014, de 26/03/2014, no que se refere a designação de Lúcia Decker Floriani.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 31/03/2018.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 116/2016 A EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2016 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2014**

EXTRATO DO CONTRATO 116/2016

Processo: Pregão nº 58/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Eletronema Serviços e Materiais Elétricos Ltda. EPP; Objeto: Inversores de Frequência; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 54.475,00 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total de todos os itens dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do ano de 2016: 25.02.4.408.4.4.90.52.39.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente; Prazo de Fornecimento: Até 09/05/2016; Data da assinatura: 14/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Fabiola de Oliveira Lehmkuhl.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 117/2016**

Processo: Pregão nº 58/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: SDS Manutenção Eletrônica Ltda.; Objeto: Inversores de Frequência; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total de todos os itens dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do ano de 2016: 25.02.4.408.4.4.90.52.39.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente; Prazo de Fornecimento: Até 09/05/2016; Data da assinatura: 14/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Carlos Alberto Silva da Silva.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2016**  
**10º ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2012**

Processo: Concorrência 144/2012; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Construtora AJM Ltda.; Objeto: Reajustar em 4,1041% (baseado na variação do IGPM do período de jun/2014 a mai/2015), o referido contrato, com base no art. 40, inc. XI e art. 65, inc. II, letra “d” da Lei 8.666/1993, bem como na Lei 10.192/2001 e Memorando 165/2016 Samae/DO; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 15/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Carine Eliza Picoli Marcatto.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2016**  
**11º ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2012**

Processo: Concorrência 144/2012; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Construtora AJM Ltda.; Objeto: Estabelecer reequilíbrio econômico-financeiro de 37,97% ao item “Execução de pavimento asfáltico, espessura 5cm, base brita graduada 20cm” do referido contrato, com base no art. 40, inc. XI e art. 65, inc. II, letra “d” da Lei 8.666/1993, bem como na Lei 10.192/2001 e Memorando 166/2016 Samae/DO; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 15/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Carine Eliza Picoli Marcatto.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO 120/2016**

Processo: Pregão nº 64/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Comercial Vitória Ltda.; Objeto: Equipamentos e Ferramentas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 6.242,43 (seis mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.01.4.402.3.3.90.30.25.00.00.00 – 07 - Manutenção patrimonial - Div. Adm. Samae ; 25.02.4.406.3.3.90.30.99.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 16/05/2016; Data da assinatura: 19/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Verônica Solange Rigo Scheer.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 121/2016**

Processo: Pregão nº 64/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli ME; Objeto: Equipamentos e Ferramentas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 6.041,92 (seis mil, quarenta e um reais e noventa e dois reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.01.4.402.3.3.90.30.25.00.00.00 – 07 - Manutenção patrimonial - Div. Adm. Samae ; 25.02.4.406.3.3.90.30.99.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 16/05/2016; Data da assinatura: 19/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 122/2016**

Processo: Pregão nº 64/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Difuso Indústria e Comércio de Parafusos Ewald Ltda.; Objeto: Equipamentos e Ferramentas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.323,00 (hum mil, trezentos e vinte e três reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.01.4.402.3.3.90.30.25.00.00.00 – 07 - Manutenção patrimonial - Div. Adm. Samae ; 25.02.4.406.3.3.90.30.99.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 16/05/2016; Data da assinatura: 19/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Silvio Ewald.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 123/2016**

Processo: Pregão nº 64/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Jamail Máquinas e Ferramentas Ltda.; Objeto: Equipamentos e Ferramentas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 11.891,09 (onze mil, oitocentos e noventa e um reais e nove centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.



407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.01.4.402.3.3.90.30.25.00.00.00 – 07 - Manutenção patrimonial - Div. Adm. Samae ; 25.02.4.406.3.3.90.30.99.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 16/05/2016; Data da assinatura: 19/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Sebastião Leite de Oliveira.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 124/2016

Processo: Pregão nº 64/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: K & P Construtora Ltda.; Objeto: Equipamentos e Ferramentas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.499,98 (dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.01.4.402.3.3.90.30.25.00.00.00 – 07 - Manutenção patrimonial - Div. Adm. Samae ; 25.02.4.406.3.3.90.30.99.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 16/05/2016; Data da assinatura: 19/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Murilo Alves.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 125/2016

Processo: Pregão nº 64/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Kafer Comércio Ltda. EPP; Objeto: Equipamentos e Ferramentas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 901,56 (novecentos e um reais e cinquenta e seis centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.01.4.402.3.3.90.30.25.00.00.00 – 07 - Manutenção patrimonial - Div. Adm. Samae ; 25.02.4.406.3.3.90.30.99.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 16/05/2016; Data da assinatura: 19/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Oswaldo de Oliveira Cercal.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 126/2016

Processo: Pregão 57/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Hexis Científica Ltda.; Objeto: Reagentes; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 93.436,80 (noventa e três mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.39.30.11.00.00 – 20 e 38 - Manutenção das atividades administrativas - Samae; Prazo de Fornecimento: Conforme Cláusula 7.1 do contrato; Data da assinatura: 25/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Conceição de Oliveira Medeiros.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 127/2016

Processo: Pregão 57/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Metro-lógica Equip. e Prod. para Laboratórios Ltda. EPP; Objeto: Reagentes; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 15.856,10 (quinze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e dez centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.39.30.11.00.00 – 20 e 38 - Manutenção das atividades administrativas - Samae; Prazo de Fornecimento: Conforme Cláusula 7.1 do contrato; Data da assinatura: 25/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Paulo Henrique Aranha Pacheco.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 128/2016

Processo: Pregão 57/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Pró-Análise Química e Diagnóstica Ltda.; Objeto: Reagentes; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.542,36 (dois mil, quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.39.30.11.00.00 – 20 e 38 - Manutenção das atividades administrativas - Samae; Prazo de Fornecimento: Conforme Cláusula 7.1 do contrato; Data da assinatura: 25/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Hilton Hassmann.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 129/2016**

Processo: Pregão 57/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Sovereign Com. Prod. para Laboratório Ltda.; Objeto: Reagentes; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 41.125,00 (quarenta e um mil, cento e vinte e cinco reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.39.30.11.00.00 – 20 e 38 - Manutenção das atividades administrativas - Samae; Prazo de Fornecimento: Conforme Cláusula 7.1 do contrato; Data da assinatura: 25/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Juan Rodrigues Sagardoy.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 130/2016**

Processo: Pregão 60/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Hexas Científica Ltda.; Objeto: Equipamentos de dosagem e vidrarias para laboratórios; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 27.485,70 (vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.39.30.11.00.00 – 20 e 38 - Manutenção das atividades administrativas; 25.02.4.408.4.4.90.52.04.00.00 – 23 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 25.03.4.413.4.4.90.52.04.00.00.00 – 41 - Aquisição de equipamentos e material permanente;; Prazo de Fornecimento: Até 13/06/2016; Data da assinatura: 25/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Conceição de Oliveira Medeiros.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 131/2016**

Processo: Pregão 60/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Metrológica Equip. e Prod. para Laboratórios Ltda. EPP.; Objeto: Equipamentos de dosagem e vidrarias para laboratórios; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 21.605,00 (vinte e um mil, seiscentos e cinco reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.39.30.11.00.00 – 20 e 38 - Manutenção das atividades administrativas; 25.02.4.408.4.4.90.52.04.00.00 – 23 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 25.03.4.413.4.4.90.52.04.00.00.00 – 41 - Aquisição de equipamentos e material permanente;; Prazo de Fornecimento: Até 13/06/2016;

Data da assinatura: 25/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Paulo Henrique Aranha Pacheco.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 132/2016**

Processo: Pregão 60/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Pró-Análise Química e Diagnóstica Ltda.; Objeto: Equipamentos de dosagem e vidrarias para laboratórios; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 4.989,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e nove reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.39.30.11.00.00 – 20 e 38 - Manutenção das atividades administrativas; 25.02.4.408.4.4.90.52.04.00.00 – 23 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 25.03.4.413.4.4.90.52.04.00.00.00 – 41 - Aquisição de equipamentos e material permanente;; Prazo de Fornecimento: Até 13/06/2016; Data da assinatura: 25/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Hilton Hassmann.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 133/2016**

Processo: Pregão nº 67/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Pereira e Souza Informática Ltda.; Objeto: Equipamentos e Acessórios de Informática e Áudio Visual; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 6.360,00 (seis mil, trezentos e sessenta reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber- 25.01.4.402.3.3.90.30.17.00.00.00 – 07 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; - 25.01.4.403.4.4.90.52.30.00.00.00 – 09 – Aquisição de equipamentos e material permanente - Div.Adm.Samae; Prazo de Fornecimento: Até 17/05/2016; Data da assinatura: 29/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidor, Luis Fernando Pereira e Fábio Alexandre Pereira.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 134/2016**

Processo: Pregão nº 67/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Top Center Comercial Ltda.; Objeto: Equipamentos e Acessórios de Informática e Áudio Visual; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 8.895,00 (oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital.



O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber- 25.01.4.402.3.3.90.30.17.00.00.00 – 07 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; - 25.01.4.403.4.4.90.52.30.00.00.00 – 09 – Aquisição de equipamentos e material permanente - Div.Adm.Samae; Prazo de Fornecimento: Até 17/05/2016; Data da assinatura: 29/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Roberto Tromm.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2016  
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2014

Processo: Pregão 61/2014; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Mecânica de Tratores Dois Antônio Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de execução dos serviços para 25/04/2017; O aditivo passa a vigorar a partir de 25/04/2016; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 29/04/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ivone Aparecida Pinheiro da Silva.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

## **SEMASCRI - PORTARIA Nº 12/2016**

PORTARIA Nº 12/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, levando em consideração a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 028/2013/SEMASCRI/PMJS

RESOLVE:  
PRORROGAR A PORTARIA Nº 046/2014, de 30.10.2014, que admitiu, ELUCILENE MARI STINGHEN KUSZ em Caráter Temporário para atuar como Cuidadora Social junto ao Abrigo Provisório da Criança e Adolescente, a partir de 03.05.2016 até 02.11.2016.

Jaraguá do Sul, 02 de maio de 2016.  
Jean Carlo Leutprecht  
Secretário Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente

# Joaçaba

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA DE PROFESSORES - RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 06/2016

RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 06/2016 DE CHAMADA PÚBLICA DE PROFESSORES

O Município de Joaçaba, através do Sr. Prefeito, Rafael Laske torna público:

Art. 1º - Consta no ANEXO I a classificação final do Edital de Chamada Pública de Professores.

Art. 2º - Em consonância com a legislação vigente, à vista do resultado final do Edital de Chamada Pública nº 06/2016, considerando que foram aplicados todos os princípios constitucionais, tais quais a publicidade e a isonomia, inerentes à todo processo. Fica HOMOLOGADO o Resultado do Edital nº 06/2016 de Chamada Pública, surtindo todos os efeitos legais.

Art. 3º - As Convocações serão realizadas por todos os meios disponíveis, conforme a necessidade da Administração Pública e na Ordem de Classificação em Anexo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será publicado no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Joaçaba, 02 de Maio de 2016.

Marilde Terezinha Bittencourt  
Secretário de Educação

Rafael Laske  
Prefeito

#### ANEXO I

Língua Portuguesa	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
NÃO HOUVERAM INSCRITOS.	

### EXTRATO CONT. 311/2016 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 311/2016/PMJ  
PROVENIENTE DO PL 28/2016/PMJ – PP 19/2016/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE

OBJETO: a prestação pela CONTRATADA de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos e/ou apoiados pelo Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 28.900,00(vinte e oito mil e novecientos reais)

DOTAÇÃO :

2.128 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

211- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: NEI TESSER

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016, a contar da data de sua assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 29.04.2016

Joaçaba – SC, 29 de abril de 2016.

Anderson Andres

Diretor do Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba

### EXTRATO PP 06/2016/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016/FMS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 17/05/2016, a partir das 9 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 9 horas do dia 17/05/2016, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 29 de abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PAULA GIOVANA KLEBER  
Secretária

### HOMOLOG PL 28/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016/PMJ

O Diretor do Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, Anderson Andres, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 28/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 19/2016/PMJ.

Objeto: a contratação de pessoa jurídica especializada para a realização de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos e/ou apoiados pelo Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, SC.

-Empresas Vencedoras:

ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE

VALOR R\$ 28.900,00

FISCAL: NEI TESSER

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 29 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Fundo Municipal de Esportes

Anderson Andres

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DIVIDA ATIVA - 2****Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DIVIDA ATIVA**

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
49393	ADELIR DE JESUS RODRIGUES DE OLIVEIRA
49397	ADRIANA APARECIDA DA SILVA
50146	ANA ALICE MOREIRA BRANCO
18514	CELITA SALETE MAFFESSONI
50153	DIVA DE LOURDES DA SILVA
48672	DULCINEIA CATARINA BIAZOTTO
50155	ELIANE APARECIDA DA SILVA
32496	EVANI FLORES
51567	GISELE CARDOZO HILA
43559	JAIR MACHADO
20018	JOSE RAMOS
50052	JOSE VALTAIR GROSS
50099	JUCIMARA VELOSO ANTUNES
51577	LEANDRO DA SILVA
50059	MARIA DA SILVA
45652	MARIA INES THOMAZI
50063	MARISA ANTUNES
50108	MARIZETE DE FÁTIMA NUNES
50065	MARLI APARECIDA BANDEIRA DE SOUZA
50087	ROSENIR ANTUNES
50093	VERA LUCIA TELES
51568	VERONICA ALEXANDRINO DE ARAUJO

Joaçaba(SC), 2 de Maio de 2016.

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 030/2016- NOMEAÇÃO LINEU - ASSESSOR**

RESOLUÇÃO Nº 030/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - NOMEAR o Senhor LINEU LUIZ SCHLINDWEIN para exercer o Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, nível CC-2, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 321 de 04 de janeiro de 2016 e alterações.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 02 de maio de 2016.

Joaçaba, 02 de maio de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**TERMO DE RESCISÃO 01/2016 - FAE**

TERMO DE RESCISÃO N.º 01/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 005/2013

TERMO DE RESCISÃO do contrato de prestação de serviços celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA e a empresa FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Tiradentes, 872, Bairro Vila Pedrini, inscrita no CNPJ sob o número 78.491.230/0001-98, doravante denominada CONTRATANTE, nesse ato representada por seu presidente, Sr. Jucelino Jorge Ferraz, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL, relativo ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 005/2013, firmado em 09 de maio de 2013 com a empresa FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, com sede administrativa na Rua da Consolação, n.º 317, Bairro Matinho, na cidade de Xanxerê - SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.753.029/0001-93, doravante denominada CONTRATADA, na pessoa de seu representante legal, conforme cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços nº 005/2013 firmado em 09 de maio de 2013, com fundamento no art. 78, XII da Lei n. 8.666/1993 e Cláusulas 9.1 "a" e 9.3 do Contrato ora rescindido, cujo objeto era "Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecer licença de uso de Sistema de Controle Interno para a Câmara de Vereadores de Joaçaba. Além do Licenciamento dos softwares, a empresa deverá efetuar os serviços de instalação, importação de dados, customização, treinamento, consultoria em gestão de controle interno, suporte operacional, atualizações legais e tecnológicas, bem como serviços técnicos adicionais necessários ao perfeito funcionamento da solução contratada, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos".

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento conforme art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As partes ficam desobrigadas do cumprimento do pactuado no Contrato, pelo que dá a CONTRATADA ao CONTRATANTE a mais ampla, rasa, geral e irrestrita quitação das cláusulas do contrato rescindido, para nada mais reivindicar em juízo ou fora dele, a que título for.

**CLÁUSULA QUARTA**

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 27 de abril de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Edson Antonio Valgoi - Administrador

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_  
CPF n. \_\_\_\_\_ CPF n. \_\_\_\_\_

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****CONTRATO 0028/2016**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0028/2016  
TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0032/2014  
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0006/2014  
PROTOCOLO JHL 0245/2014  
PROCESSO 0009/2014

Data: 02/05/2016

Objeto: Renovação de prazo e reajuste de valor referente prestação de serviço de Perícias Médicas e Realização de Exames em Servidores do SIMAE, de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 2.920/07, 3.054/07 e PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

Contratado: AMETTRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA-ME

Valor Total do Contrato: R\$ 36.401,25 (Trinta e seis mil, quatrocentos e um reais e vinte e cinco centavos).

Programa: 04.122.0028.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.56.00

Prazo de vigência: 07/05/2016 a 06/05/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

**PORTARIA JHL 145/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 145/2016 03.05.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 001/2015 e a classificação em terceiro lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Eduardo Borges da Silva, para o Cargo de Auxiliar de Operações, Padrão-2, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

Joaçaba-SC, 03 de maio de 2016.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 3º Lugar de Eduardo Borges da Silv no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 001/2015, para o Cargo de Auxiliar de Operações de acordo com a Portaria JHL-064/2015 de 26/03/2015, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.



# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 313/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 313/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: STELA MARIS BORGHEZAN ANDRADE ME, inscrita no CNPJ sob n.º 72.395.635/0001-46, estabelecida a Rua Terezi-nha Amaral Diehl, 80 – Bairro Vila Mariza, CEP 88524-610 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2015, correlato a Concorrência 05/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa/Autônomo para a Prestação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos do Sistema Municipal de Educação de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até 31/12/201, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 29 de abril de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO 30/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 30/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: BANXAP BANHEIROS MÓVEIS LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob nº 07.341.479/0001-79, estabelecida na Avenida São Pedro D 770 – D Térreo Sala A Bairro Presidente Medice Chapecó/SC CEP 89.6000-000.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2016, correlato ao pregão Presencial nº 37/2016, aberta em 02/05/2016 e homologada em 02/05/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação de Sonorização, Iluminação, Palco, Telão, Estandes, Tendões e Banheiros Químicos para o Recanto do Pinhão, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato até 31/12/2016;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Presente Contrato até 31/12/2016;

2.3 De Entrega, impreterivelmente até 12/05/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da

CONTRATADA, de R\$ 15.949,44 (quinze mil novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Lages, 02 Maio de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO 31/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 31/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: LIND GUIMAR MACHADO ME, inscrito no CNPJ sob nº 18.010.737/0001-50, estabelecida na Rua Rodolfo Engelhardt 162.Salto Blumenau/SC CEP 89.031-118.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2016, correlato ao pregão Presencial nº 37/2016, aberta em 02/05/2016 e homologada em 02/05/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação de Sonorização, Iluminação, Palco, Telão, Estandes, Tendões e Banheiros Químicos para o Recanto do Pinhão, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato até 31/12/2016;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Presente Contrato até 31/12/2016;

2.3 De Entrega, impreterivelmente até 12/05/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 65.640,00 (sessenta e cinco mil seiscentos e quarenta reais).

Lages, 02 Maio de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO 33/2016

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 33/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: GPS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº 15.512.426/0001-00, estabelecida na Rua Gonçalves Dias, 705. Caçador Capivari de Baixo/SC CEP 88.745-000.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2016, correlato ao pregão Presencial nº 37/2016, aberta em 02/05/2016 e homologada em 02/05/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação de Sonorização, Iluminação, Palco, Telão, Estandes, Tendões e Banheiros Químicos para o Recanto do Pinhão, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato até

31/12/2016;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Presente Contrato até 31/12/2016;

2.3 De Entrega, impreterivelmente até 12/05/2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 4.949,92 (quatro mil novecentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Lages, 02 Maio de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 314/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 314/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: PAULO ZARAMBA DE SOUZA, inscrito no CPF sob n.º 480.020.979-04, residente e domiciliado na Rua Bahia, 533 – Bairro São Cristóvão –Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2015, correlato a Concorrência 05/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de Empresa/Autônomo para a Prestação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos do Sistema Municipal de Educação de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL**

Fica prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares. As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 29 de abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 315/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 315/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RAMOS & ATANÁZIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.566.165/0001-86, com sede a Avenida Lambari, 461 – Distrito de Santa Terezinha do Salto, CEP 88502-970 – Lages/SC

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito e, o Sr. Elizeu Mattos, doravante denominado CONTRATANTE, a o Sr. RAMOS & ATANÁZIO LTDA, neste ato representado pelo Sr. Hildegard Apolinário Ramos, inscrito no CPF sob n.º 007.232.959-99, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2015, correlato a Concorrência 05/2015, aberta em 05/05/2015 e homologada em 17/06/2015, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de Empresa/Autônomo para a Prestação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos do Sistema Municipal de Educação de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL**

Fica prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 29 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS IMOBILIÁRIAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSF. DE PESSOAS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITA DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	504.910.000,00 457.380.000,00 54.959.750,00 51.100.000,00 3.632.850,00 226.900,00 25.447.000,00 13.997.000,00 11.450.000,00 7.581.680,00 877.380,00 6.656.300,00 48.000,00 60.684.980,00 281.950.748,00 281.471.748,00 160.000,00 110.000,00 209.000,00 26.755.842,00 8.289.298,00 1.681.100,00 12.446.580,00 4.338.864,00 47.530.000,00 7.400.000,00 7.400.000,00 40.130.000,00 10.000,00 40.120.000,00	504.910.000,00 457.380.000,00 54.959.750,00 51.100.000,00 3.632.850,00 226.900,00 25.447.000,00 13.997.000,00 11.450.000,00 7.581.680,00 877.380,00 6.656.300,00 48.000,00 60.684.980,00 281.950.748,00 281.471.748,00 160.000,00 110.000,00 209.000,00 26.755.842,00 8.289.298,00 1.681.100,00 12.446.580,00 4.338.864,00 47.530.000,00 7.400.000,00 7.400.000,00 40.130.000,00 10.000,00 40.120.000,00	69.045.488,69 68.742.776,83 7.531.549,43 6.801.241,82 730.307,61 0,00 4.237.224,97 2.337.383,64 1.899.841,33 1.048.690,67 64.547,86 983.710,97 431,84 7.447.769,27 45.180.370,89 45.138.841,55 3.250,00 0,00 38.279,34 3.297.171,60 1.357.082,14 423.593,79 1.321.546,23 194.949,44 302.711,86 79.133,29 79.133,29 223.578,57 138.653,23 84.925,34	13,67 15,03 13,70 13,31 20,10 0,00 16,65 16,70 16,59 13,83 7,36 14,78 0,90 12,27 16,02 16,04 2,03 0,00 18,32 12,32 16,37 25,20 10,62 4,49 0,64 1,07 1,07 0,56 1,386,53 0,21	69.045.488,69 68.742.776,83 7.531.549,43 6.801.241,82 730.307,61 0,00 4.237.224,97 2.337.383,64 1.899.841,33 1.048.690,67 64.547,86 983.710,97 431,84 7.447.769,27 45.180.370,89 45.138.841,55 3.250,00 0,00 38.279,34 3.297.171,60 1.357.082,14 423.593,79 1.321.546,23 194.949,44 302.711,86 79.133,29 79.133,29 223.578,57 138.653,23 84.925,34	13,67 15,03 13,70 13,31 20,10 0,00 16,65 16,70 16,59 13,83 7,36 14,78 0,90 12,27 16,02 16,04 2,03 0,00 18,32 12,32 16,37 25,20 10,62 4,49 0,64 1,07 1,07 0,56 1,386,53 0,21	
	23.090.000,00	23.090.000,00	2.783.328,24	12,05	2.783.328,24	12,05	
	528.000.000,00	528.000.000,00	71.828.816,93	13,60	71.828.816,93	13,60	
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)						
	456.171.183,07						

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas							
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas							
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>528.000.000,00</b>	<b>528.000.000,00</b>	<b>71.828.816,93</b>	<b>13,60</b>	<b>71.828.816,93</b>	<b>13,60</b>	<b>456.171.183,07</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>528.000.000,00</b>	<b>528.000.000,00</b>	<b>71.828.816,93</b>	<b>13,60</b>	<b>71.828.816,93</b>	<b>13,60</b>	<b>456.171.183,07</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>							
Superávit Financeiro	—	2.770.351,98	—	—	2.770.351,98	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	2.770.351,98	—	—	2.770.351,98	—	—
		0,00			0,00		

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>507.458.000,00</b>	<b>523.111.038,79</b>	<b>211.709.957,35</b>	<b>211.709.957,35</b>	<b>311.401.081,44</b>	<b>65.407.890,39</b>	<b>65.407.890,39</b>	<b>457.703.148,40</b>	<b>52.824.485,95</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>420.884.218,00</b>	<b>423.653.599,81</b>	<b>170.080.687,14</b>	<b>170.080.687,14</b>	<b>253.572.912,67</b>	<b>56.448.116,34</b>	<b>56.448.116,34</b>	<b>367.205.483,47</b>	<b>48.499.624,71</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	191.451.690,00	191.451.690,00	27.830.663,97	27.830.663,97	163.621.026,03	27.826.393,11	27.826.393,11	163.625.296,89	26.946.832,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.500.000,00	2.500.000,00	2.265.644,73	2.265.644,73	234.355,27	607.967,23	607.967,23	1.892.032,77	607.967,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	226.932.528,00	229.701.909,81	139.984.378,44	139.984.378,44	89.717.531,37	28.013.756,00	28.013.756,00	201.688.153,81	20.944.824,64
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>86.545.482,00</b>	<b>99.429.138,98</b>	<b>41.629.270,21</b>	<b>41.629.270,21</b>	<b>57.799.868,77</b>	<b>8.959.774,05</b>	<b>8.959.774,05</b>	<b>90.469.364,93</b>	<b>4.324.861,24</b>
INVESTIMENTOS	72.045.482,00	84.929.138,98	27.580.553,23	27.580.553,23	57.348.585,75	7.293.217,07	7.293.217,07	77.635.921,91	2.698.536,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	14.500.000,00	14.500.000,00	14.048.716,98	14.048.716,98	451.283,02	1.666.566,98	1.666.566,98	12.833.443,02	1.626.325,11
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>28.300,00</b>	<b>28.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>28.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>28.300,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	28.300,00	28.300,00	0,00	0,00	28.300,00	0,00	0,00	28.300,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>20.542.000,00</b>	<b>20.542.000,00</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>18.098.894,07</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>18.098.894,07</b>	<b>2.443.105,93</b>

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>20.542.000,00</b>	<b>20.542.000,00</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>18.098.894,07</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>18.098.894,07</b>	<b>2.443.105,93</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>528.000.000,00</b>	<b>543.653.038,79</b>	<b>214.153.063,28</b>	<b>214.153.063,28</b>	<b>329.499.975,51</b>	<b>67.850.996,32</b>	<b>67.850.996,32</b>	<b>475.802.042,47</b>	<b>55.267.591,88</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)</b>	<b>528.000.000,00</b>	<b>543.653.038,79</b>	<b>214.153.063,28</b>	<b>214.153.063,28</b>	<b>329.499.975,51</b>	<b>67.850.996,32</b>	<b>67.850.996,32</b>	<b>475.802.042,47</b>	<b>55.267.591,88</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.977.820,61</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>528.000.000,00</b>	<b>543.653.038,79</b>	<b>214.153.063,28</b>	<b>214.153.063,28</b>	<b>—</b>	<b>67.850.996,32</b>	<b>71.828.816,93</b>	<b>—</b>	<b>55.267.591,88</b>

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>23.090.000,00</b>	<b>23.090.000,00</b>	<b>2.783.328,24</b>	<b>12,05</b>	<b>2.783.328,24</b>	<b>12,05</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>23.090.000,00</b>	<b>23.090.000,00</b>	<b>2.783.328,24</b>	<b>12,05</b>	<b>2.783.328,24</b>	<b>12,05</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	23.090.000,00	23.090.000,00	2.783.328,24	12,05	2.783.328,24	12,05
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.090.000,00	23.090.000,00	2.783.328,24	12,05	2.783.328,24	12,05

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>20.542.000,00</b>	<b>20.542.000,00</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>18.098.894,07</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>2.443.105,93</b>	<b>18.098.894,07</b>	<b>2.443.105,93</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.542.000,00	20.542.000,00	2.443.105,93	2.443.105,93	18.098.894,07	2.443.105,93	2.443.105,93	18.098.894,07	2.443.105,93

FONTE:

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 5.844.943,69  
LAGES , 20/04/2016

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

## CONTAS PÚBLICAS Nº02

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	507.458.000,00	523.111.038,79	211.709.957,35	211.709.957,35	311.401.081,44	65.407.890,39	65.407.890,39	457.703.148,40
Legislativa	12.270.000,00	12.270.000,00	2.239.299,68	2.239.299,68	10.030.700,32	1.247.137,01	1.247.137,01	11.022.862,99
Ação Legislativa	12.270.000,00	12.270.000,00	2.239.299,68	2.239.299,68	10.030.700,32	1.247.137,01	1.247.137,01	11.022.862,99
Judiciária	2.758.150,00	2.805.150,00	454.777,31	454.777,31	2.350.372,69	385.716,74	385.716,74	2.419.433,26
Defesa do Interesse Público	2.758.150,00	2.805.150,00	454.777,31	454.777,31	2.350.372,69	385.716,74	385.716,74	2.419.433,26
Administração	40.323.380,00	40.323.380,00	8.572.600,22	8.572.600,22	31.750.779,78	4.870.743,06	4.870.743,06	35.452.636,94
Planejamento e Orçamento	2.895.600,00	2.895.600,00	537.977,27	537.977,27	2.357.622,73	428.972,76	428.972,76	2.468.627,24
Administração Geral	19.735.880,00	19.735.880,00	4.371.897,15	4.371.897,15	15.363.982,85	2.357.309,03	2.357.309,03	17.378.570,97
Administração Financeira	2.511.300,00	2.511.300,00	1.310.282,81	1.310.282,81	1.201.017,19	61.609,06	61.609,06	2.449.690,94
Controle Interno	666.000,00	666.000,00	93.485,38	93.485,38	572.514,62	88.835,38	88.835,38	577.164,62
Normalização e Fiscalização	5.600.000,00	5.600.000,00	696.626,45	696.626,45	4.903.373,55	691.202,31	691.202,31	4.908.797,69
Administração de Receitas	6.492.000,00	6.492.000,00	1.253.311,27	1.253.311,27	5.238.688,73	1.157.778,62	1.157.778,62	5.334.221,38
Comunicação Social	2.422.600,00	2.422.600,00	309.019,89	309.019,89	2.113.580,11	85.035,90	85.035,90	2.337.564,10
Segurança Pública	2.160.000,00	2.160.000,00	316.290,80	316.290,80	1.843.709,20	82.526,95	82.526,95	2.077.473,05
Policimento	450.000,00	450.000,00	72.468,52	72.468,52	377.531,48	33.673,57	33.673,57	416.328,43
Defesa Civil	1.710.000,00	1.710.000,00	243.822,28	243.822,28	1.466.177,72	48.853,38	48.853,38	1.861.146,62
Assistência Social	16.782.100,00	17.639.100,00	4.565.933,49	4.565.933,49	13.073.166,51	2.316.409,57	2.316.409,57	15.322.690,43
Assistência ao Idoso	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	282.100,00	282.100,00	14.114,00	14.114,00	267.986,00	13.623,00	13.623,00	268.477,00
Assistência Comunitária	16.455.000,00	17.312.000,00	4.551.819,49	4.551.819,49	12.760.180,51	2.302.786,57	2.302.786,57	15.009.213,43
Previdência Social	45.336.000,00	45.336.000,00	31.514.313,33	31.514.313,33	13.821.686,67	6.074.507,18	6.074.507,18	39.261.492,82
Previdência do Regime Estatutário	45.336.000,00	45.336.000,00	31.514.313,33	31.514.313,33	13.821.686,67	6.074.507,18	6.074.507,18	39.261.492,82
Saúde	115.200.000,00	118.613.397,84	59.425.466,50	59.425.466,50	59.187.931,34	15.023.341,09	15.023.341,09	103.590.056,75
Atenção Básica	62.181.472,00	63.827.472,00	15.280.990,37	15.280.990,37	48.546.481,63	7.941.338,23	7.941.338,23	55.886.133,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	48.868.808,00	50.636.205,84	43.432.088,48	43.432.088,48	7.204.117,36	6.919.070,05	6.919.070,05	43.717.135,79
Suporte Profilático e Terapêutico	3.218.000,00	3.218.000,00	646.484,02	646.484,02	2.571.515,98	134.118,73	134.118,73	3.083.881,27
Vigilância Sanitária	931.720,00	931.720,00	65.903,63	65.903,63	865.816,37	28.814,08	28.814,08	902.905,92
Educação	111.870.530,00	111.870.530,00	24.362.725,33	24.362.725,33	87.507.804,67	13.741.631,58	13.741.631,58	98.128.898,42
Ensino Fundamental	109.050.530,00	109.050.530,00	23.171.637,08	23.171.637,08	85.878.892,92	13.601.705,11	13.601.705,11	95.448.824,89
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Educação Infantil	2.770.000,00	2.770.000,00	1.191.088,25	1.191.088,25	1.578.911,75	139.926,47	139.926,47	2.630.073,53
Cultura	3.025.400,00	3.025.400,00	558.588,97	558.588,97	2.466.811,03	324.810,76	324.810,76	2.700.589,24
Diffusão Cultural	3.025.400,00	3.025.400,00	558.588,97	558.588,97	2.466.811,03	324.810,76	324.810,76	2.700.589,24
Direitos da Cidadania	195.200,00	195.200,00	3.652,00	3.652,00	191.548,00	2.091,90	2.091,90	193.108,10
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	195.200,00	195.200,00	3.652,00	3.652,00	191.548,00	2.091,90	2.091,90	193.108,10

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	507.458.000,00	523.111.038,79	211.709.957,35	211.709.957,35	311.401.081,44	65.407.890,39	65.407.890,39	457.703.148,40
Urbanismo	7.900.000,00	7.900.000,00	6.757.176,46	6.757.176,46	1.142.823,54	2.289.141,00	2.289.141,00	5.610.859,00
Serviços Urbanos	7.900.000,00	7.900.000,00	6.757.176,46	6.757.176,46	1.142.823,54	2.289.141,00	2.289.141,00	5.610.859,00
Habituação	1.874.350,00	1.972.333,97	382.337,42	382.337,42	1.589.996,55	193.628,16	193.628,16	1.778.705,81
Habituação Urbana	1.874.350,00	1.972.333,97	382.337,42	382.337,42	1.589.996,55	193.628,16	193.628,16	1.778.705,81
Saneamento	84.915.000,00	89.910.800,00	34.465.963,08	34.465.963,08	55.444.836,92	10.488.590,36	10.488.590,36	79.422.209,64
Saneamento Básico Rural	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00
Saneamento Básico Urbano	83.515.000,00	88.510.800,00	34.465.963,08	34.465.963,08	54.044.836,92	10.488.590,36	10.488.590,36	78.022.209,64
Gestão Ambiental	8.327.000,00	8.327.000,00	2.143.659,94	2.143.659,94	6.183.340,06	1.252.065,93	1.252.065,93	7.074.934,07
Preservação e Conservação Ambiental	8.327.000,00	8.327.000,00	2.143.659,94	2.143.659,94	6.183.340,06	1.252.065,93	1.252.065,93	7.074.934,07
Agricultura	5.000.000,00	5.000.000,00	2.218.096,33	2.218.096,33	2.781.903,67	467.206,99	467.206,99	4.532.793,01
Extensão Rural	5.000.000,00	5.000.000,00	2.218.096,33	2.218.096,33	2.781.903,67	467.206,99	467.206,99	4.532.793,01
Indústria	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Produção Industrial	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Comércio e Serviços	8.928.490,00	8.928.490,00	602.095,47	602.095,47	8.326.394,53	323.262,52	323.262,52	8.605.227,48
Promoção Comercial	7.361.900,00	7.361.900,00	327.589,99	327.589,99	7.034.310,01	173.964,07	173.964,07	7.187.935,93
Comercialização	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	1.546.590,00	1.546.590,00	274.505,48	274.505,48	1.272.084,52	149.298,45	149.298,45	1.397.291,55
Transporte	15.344.100,00	21.175.700,96	11.342.413,88	11.342.413,88	9.833.287,08	2.775.456,69	2.775.456,69	18.400.244,27
Transporte Aéreo	250.000,00	250.000,00	199.073,65	199.073,65	50.926,35	66.894,57	66.894,57	183.105,43
Transporte Rodoviário	15.094.100,00	20.925.700,96	11.143.340,23	11.143.340,23	9.782.360,73	2.708.562,12	2.708.562,12	18.217.138,84
Desporto e Lazer	3.370.000,00	3.780.256,02	1.732.280,88	1.732.280,88	2.047.975,14	378.866,22	378.866,22	3.401.389,80
Desporto Comunitário	3.370.000,00	3.780.256,02	1.732.280,88	1.732.280,88	2.047.975,14	378.866,22	378.866,22	3.401.389,80
Encargos Especiais	21.650.000,00	21.650.000,00	20.052.286,26	20.052.286,26	1.597.713,74	3.170.756,68	3.170.756,68	18.479.243,32
Serviço da Dívida Interna	17.000.000,00	17.000.000,00	16.314.361,71	16.314.361,71	685.638,29	2.274.524,21	2.274.524,21	14.725.475,79
Outras Transferências	2.950.000,00	2.950.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	550.000,00	388.858,64	388.858,64	2.561.141,36
Outros Encargos Especiais	1.700.000,00	1.700.000,00	1.337.924,55	1.337.924,55	362.075,45	507.373,83	507.373,83	1.192.626,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.300,00	28.300,00	0,00	0,00	28.300,00	0,00	0,00	28.300,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	20.542.000,00	20.542.000,00	2.443.105,93	2.443.105,93	18.098.894,07	2.443.105,93	2.443.105,93	18.098.894,07
Legislativa	230.000,00	230.000,00	21.519,36	21.519,36	208.480,64	21.519,36	21.519,36	208.480,64
Ação Legislativa	230.000,00	230.000,00	21.519,36	21.519,36	208.480,64	21.519,36	21.519,36	208.480,64
Judiciária	140.000,00	140.000,00	14.357,13	14.357,13	125.642,87	14.357,13	14.357,13	125.642,87
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	140.000,00	140.000,00	14.357,13	14.357,13	125.642,87	14.357,13	14.357,13	125.642,87
Administração	2.575.000,00	2.575.000,00	283.855,19	283.855,19	2.291.144,81	283.855,19	283.855,19	2.291.144,81
Planejamento e Orçamento	500.000,00	500.000,00	33.551,79	33.551,79	466.448,21	33.551,79	33.551,79	466.448,21

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	20.542.000,00	20.542.000,00	2.443.105,93	2.443.105,93	1,14	2.443.105,93	2.443.105,93	3,60
Administração	2.575.000,00	2.575.000,00	283.855,19	283.855,19	0,13	283.855,19	283.855,19	0,42
Administração Geral	920.000,00	920.000,00	96.112,88	96.112,88	0,04	96.112,88	96.112,88	0,14
Controle Interno	55.000,00	55.000,00	5.821,66	5.821,66	0,00	5.821,66	5.821,66	0,01
Normalização e Fiscalização	400.000,00	400.000,00	64.163,44	64.163,44	0,03	64.163,44	64.163,44	0,09
Administração de Receitas	700.000,00	700.000,00	84.205,42	84.205,42	0,04	84.205,42	84.205,42	0,12
Assistência Social	500.000,00	500.000,00	60.672,04	60.672,04	0,03	60.672,04	60.672,04	0,09
Assistência Comunitária	500.000,00	500.000,00	60.672,04	60.672,04	0,03	60.672,04	60.672,04	0,09
Saúde	2.800.000,00	2.800.000,00	400.012,49	400.012,49	0,19	400.012,49	400.012,49	0,59
Atenção Básica	2.800.000,00	2.800.000,00	400.012,49	400.012,49	0,19	400.012,49	400.012,49	0,59
Educação	13.065.000,00	13.065.000,00	1.508.980,92	1.508.980,92	0,70	1.508.980,92	1.508.980,92	2,22
Ensino Fundamental	13.065.000,00	13.065.000,00	1.508.980,92	1.508.980,92	0,70	1.508.980,92	1.508.980,92	2,22
Cultura	120.000,00	120.000,00	13.055,43	13.055,43	0,01	13.055,43	13.055,43	0,02
Divulgação Cultural	50.000,00	50.000,00	8.860,53	8.860,53	0,00	8.860,53	8.860,53	0,01
Habitação	50.000,00	50.000,00	8.860,53	8.860,53	0,00	8.860,53	8.860,53	0,01
Habitação Urbana	50.000,00	50.000,00	8.860,53	8.860,53	0,00	8.860,53	8.860,53	0,01
Gestão Ambiental	525.000,00	525.000,00	72.287,43	72.287,43	0,03	72.287,43	72.287,43	0,11
Preservação e Conservação Ambiental	525.000,00	525.000,00	72.287,43	72.287,43	0,03	72.287,43	72.287,43	0,11
Agricultura	80.000,00	80.000,00	9.797,18	9.797,18	0,00	9.797,18	9.797,18	0,01
Extensão Rural	80.000,00	80.000,00	9.797,18	9.797,18	0,00	9.797,18	9.797,18	0,01
Comércio e Serviços	77.000,00	77.000,00	6.190,60	6.190,60	0,00	6.190,60	6.190,60	0,01
Promoção Comercial	50.000,00	50.000,00	4.024,24	4.024,24	0,00	4.024,24	4.024,24	0,01
Turismo	27.000,00	27.000,00	2.166,36	2.166,36	0,00	2.166,36	2.166,36	0,00
Transporte	300.000,00	300.000,00	37.814,26	37.814,26	0,02	37.814,26	37.814,26	0,06
Transporte Rodoviário	300.000,00	300.000,00	37.814,26	37.814,26	0,02	37.814,26	37.814,26	0,06

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Desporto e Lazer	20.542.000,00	20.542.000,00	2.443.105,93	2.443.105,93	18.098.894,07	2.443.105,93	2.443.105,93	18.098.894,07
Desporto Comunitário	80.000,00	80.000,00	5.703,37	5.703,37	74.296,63	5.703,37	5.703,37	74.296,63
	80.000,00	80.000,00	5.703,37	5.703,37	74.296,63	5.703,37	5.703,37	74.296,63
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	528.000.000,00	543.653.038,79	214.153.063,28	214.153.063,28	329.499.975,51	67.850.996,32	67.850.996,32	475.802.042,47

FONTE:

LAGES , 25/04/2016

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



## CONTAS PÚBLICAS Nº03

**Município de LAGES - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>34.436.146,75</b>	<b>41.995.395,55</b>	<b>37.397.008,59</b>	<b>35.920.669,09</b>	<b>35.831.528,83</b>	<b>34.942.044,02</b>	<b>35.148.344,75</b>	<b>35.735.414,31</b>	<b>35.320.599,52</b>	<b>41.522.466,94</b>	<b>36.043.814,44</b>	<b>38.047.141,05</b>	<b>485.842.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.532.132,89	8.927.133,86	4.917.164,61	3.982.576,72	3.738.974,20	3.897.383,84	3.923.512,00	3.897.955,49	3.238.475,43	4.402.389,27	3.841.653,53	3.889.885,90	54.958.750,00
IPTU	462.012,55	5.684.411,31	328.028,64	324.255,06	349.020,66	273.000,09	232.953,31	105.700,76	52.244,13	91.326,52	11.049,67	15.776,99	7.940.494,69
IPI	373.203,84	395.987,67	891.611,07	869.868,70	626.732,41	823.662,46	827.455,84	801.146,53	741.290,00	1.621.383,23	1.158.620,36	736.620,33	10.000.000,00
IPI-REF	2.004.002,38	1.991.641,37	3.065.418,59	2.958.737,11	2.149.224,34	2.193.771,59	2.314.086,26	2.246.635,51	2.068.595,92	2.203.006,13	2.088.557,59	2.091.557,21	26.500.000,00
I.S.S.	289.972,25	355.641,25	494.921,23	358.375,59	295.843,21	430.284,91	471.639,89	613.236,86	298.040,61	431.315,18	281.882,45	407.035,33	4.600.000,00
I.T.B.I.	1.502.943,67	538.462,26	135.335,28	140.301,26	114.153,58	96.344,82	77.773,70	68.173,83	60.314,77	54.336,21	94.201,90	636.105,81	3.519.636,99
Outras Receitas Tributárias	1.755.676,00	1.802.682,96	1.893.648,98	1.922.175,42	1.782.170,78	1.822.076,35	1.790.943,95	1.775.389,14	1.758.636,27	2.046.669,17	2.046.669,17	2.190.555,80	25.447.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	434.939,30	617.335,36	757.605,29	494.530,48	522.702,91	390.877,99	477.941,41	655.123,59	542.051,99	541.732,11	541.902,27	506.788,40	7.581.690,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.004.585,01	4.463.016,08	3.432.399,76	3.195.533,40	3.315.352,83	3.282.044,17	3.296.871,16	3.282.036,76	3.413.942,66	3.632.865,52	3.553.604,52	3.684.164,75	60.684.980,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.553.716,13	24.235.290,92	24.774.542,82	24.500.941,64	23.905.471,16	23.050.240,35	23.033.335,54	23.707.291,75	24.194.726,85	27.872.437,13	24.599.783,21	25.823.766,35	310.412.748,00
Cota-Parte do FPM	3.888.421,18	4.195.636,84	5.160.892,71	4.480.325,61	3.324.945,50	3.888.755,24	3.242.080,26	3.690.024,64	4.169.327,48	4.790.795,51	4.549.827,98	5.685.726,83	55.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	6.337.673,68	6.812.527,40	6.446.386,59	6.177.689,21	6.236.598,10	5.986.337,01	6.234.300,93	6.451.882,67	6.504.239,91	6.346.806,49	7.882.323,12	6.434.851,77	86.700.000,00
Cota-Parte do IPIVA	1.223.589,32	1.347.444,68	1.388.373,30	1.505.937,87	1.685.129,34	1.454.780,14	1.462.789,76	1.455.277,93	1.230.599,08	854.571,54	769.925,77	1.054.471,92	15.463.854,75
Cota-Parte do ITR	20.817,05	10.080,54	7.979,11	23.246,96	10.253,33	4.201,67	112.653,30	670.540,17	124.178,72	83.609,25	66.638,34	12.781,88	1.305.000,00
Outras Transferências Correntes	6.445.350,06	6.745.195,07	6.671.724,40	7.465.996,85	8.011.558,67	6.943.297,07	7.397.312,31	6.996.732,25	7.396.825,73	10.894.827,63	5.975.935,48	7.685.093,08	85.375.548,00
Transferências da LC 61/1989	88.223,91	90.304,70	101.873,81	97.034,91	89.389,79	95.070,86	94.561,49	103.723,18	102.229,69	98.970,69	123.797,06	95.609,86	1.247.200,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	107.894,30	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	27.469,19	27.469,19	391.400,00
Transferências do FUNDEB	4.551.626,93	4.925.207,29	4.970.546,83	4.722.745,06	4.521.679,96	4.647.821,29	4.432.672,42	4.703.144,84	4.645.390,17	4.783.336,85	5.203.862,27	4.822.782,82	62.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.454.097,42	1.646.927,47	1.647.045,92	1.844.909,43	2.555.856,85	2.618.384,02	2.625.639,68	2.468.617,59	2.172.738,18	2.287.526,64	1.530.201,74	1.795.959,86	26.755.842,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.199.123,11</b>	<b>3.430.583,38</b>	<b>3.560.908,98</b>	<b>3.454.621,13</b>	<b>3.087.161,88</b>	<b>3.068.140,67</b>	<b>3.042.484,75</b>	<b>3.291.188,28</b>	<b>3.233.224,88</b>	<b>4.048.219,68</b>	<b>3.746.398,70</b>	<b>3.956.022,44</b>	<b>41.142.434,88</b>
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	145.923,72	156.799,89	142.177,96	169.749,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500.000,00
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	741.853,90	757.812,04	792.176,96	820.631,93	806.972,67	806.313,51	801.814,63	810.105,63	802.716,94	1.607.325,42	1.054.002,08	1.283.381,56	11.085.106,97
Contribuição Pat. Serv. At. Saúde Coletiva-Organ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	2.311.345,79	2.512.971,45	2.626.454,06	2.464.239,69	2.271.646,21	2.291.827,16	2.240.670,12	2.461.082,85	2.493.507,94	2.440.894,26	2.883.999,62	2.654.161,65	32.162.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>31.637.023,64</b>	<b>38.564.773,17</b>	<b>33.836.099,61</b>	<b>32.466.047,96</b>	<b>32.744.366,95</b>	<b>31.873.903,35</b>	<b>32.105.860,00</b>	<b>32.444.226,03</b>	<b>32.087.374,64</b>	<b>37.474.247,26</b>	<b>32.297.415,74</b>	<b>34.091.118,62</b>	<b>418.583.119,96</b>

FONTE:

LAGES, 20/04/2016

ELZEU MATOS  
 Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
 Secretário de Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
 Controlador CRO/SC - 029909/0-3

## CONTAS PÚBLICAS Nº04

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.957.000,00	19.957.000,00	3.061.615,45	2.943.167,68
RECEITAS CORRENTES	19.957.000,00	19.957.000,00	3.061.615,45	2.943.167,68
Receita de Contribuições dos Segurados	10.497.000,00	10.497.000,00	2.337.383,64	1.407.499,41
Pessoal Civil	10.497.000,00	10.497.000,00	2.337.383,64	1.407.499,41
Ativo	10.035.000,00	10.035.000,00	2.233.072,44	1.342.311,88
Inativo	460.000,00	460.000,00	104.311,20	65.187,53
Pensionista	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	305.277,95
Receitas Imobiliárias	4.370.000,00	4.370.000,00	540.731,82	428.208,99
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.590.000,00	1.590.000,00	183.469,99	802.181,33
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	183.469,99	802.181,33
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	23.090.000,00	23.090.000,00	2.783.328,24	1.573.962,73
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>43.047.000,00</b>	<b>43.047.000,00</b>	<b>5.844.943,69</b>	<b>4.517.130,41</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	4.817.569,83
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	97.037,97
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	97.037,97
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	4.720.521,86
			26.926.973,24	
			<b>5.844.943,69</b>	<b>4.517.130,41</b>

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	26.926.973,24	0,00	4.720.521,96
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	26.926.973,24	0,00	4.720.521,96
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.520.430,56</b>	<b>0,00</b>	<b>4.817.559,93</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>43.047.000,00</b>	<b>43.047.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.844.943,69</b>	<b>(300.429,42)</b>

## APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

## PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Valor	0,00

## BENS E DIREITOS DO RPPS

Valor	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	169.395,51 19.845.523,68 0,00		63.201,09 19.422.371,52 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	23.090.000,00	23.090.000,00	2.783.328,24	1.573.962,73
RECEITAS CORRENTES (VIII)	23.090.000,00	23.090.000,00	2.783.328,24	1.573.962,73
Recarga de Contribuições Patronais	23.090.000,00	23.090.000,00	2.783.328,24	1.573.962,73
Pessoal Civil	23.090.000,00	23.090.000,00	2.783.328,24	1.573.962,73
Ativo	23.090.000,00	23.090.000,00	2.783.328,24	1.573.962,73
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>23.090.000,00</b>	<b>23.090.000,00</b>	<b>2.783.328,24</b>	<b>1.573.962,73</b>
<b>(XI) = (VIII + IX + X)</b>				

Continua 3/4

Município de LAGES - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LAGES, 20/04/2016

ELIZEU MATTOS	MATEUS LUNARDI	LUNARA NETO SOUZA
Prefeito Municipal	Secretário da Fazenda	Contadora CRC/SC - 029908/O-3



**CONTAS PÚBLICAS Nº05**

Município de LAGES - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Fev 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	65.365.954,07	65.365.954,07	64.218.762,25
DEDUÇÕES (II)	970.993,26	970.993,26	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.047.729,23	28.047.729,23	27.273.216,02
Demais Haveres Financeiros	27.599,87	27.599,87	36.811,10
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.104.335,84	27.104.335,84	27.515.172,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	64.394.960,81	64.394.960,81	64.218.762,25
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>64.394.960,81</b>	<b>64.394.960,81</b>	<b>64.218.762,25</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	<b>PERÍODO DE REFERÊNCIA</b>	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-176.198,56</b>	<b>-176.198,56</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	<b>VALOR CORRENTE</b>
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>16.725.380,00</b>

<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Fev 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	19.340.175,87	19.340.175,87	20.014.919,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.884,06	22.884,06	169.395,51
Investimentos	19.324.974,81	19.324.974,81	19.845.523,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	7.683,00	7.683,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-19.340.175,87	-19.340.175,87	-20.014.919,19
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-19.340.175,87</b>	<b>-19.340.175,87</b>	<b>-20.014.919,19</b>

FONTE:

LAGES , 28/04/2016

ELIZEU MATTOS  
 Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
 Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
 Contadora CRC/SC - 029908/O-3

**CONTAS PÚBLICAS Nº06**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	473.813.700,00	70.542.394,10	64.622.806,09		
Receita Tributária	54.959.750,00	7.531.549,43	7.032.778,79		
I.P.T.U.	10.000.000,00	36.626,66	11.335,72		
I.S.S.	26.500.000,00	4.180.114,80	4.193.775,43		
I.T.B.I.	4.600.000,00	688.917,78	645.344,30		
I.R.R.F.	10.000.000,00	1.895.582,58	1.685.660,45		
Outras Receitas Tributárias	3.859.750,00	730.307,61	496.662,89		
Receita de Contribuição	48.537.000,00	7.020.553,21	5.028.448,62		
Receitas Previdenciárias	37.087.000,00	5.120.711,88	3.286.740,09		
Outras Contribuições	11.450.000,00	1.899.841,33	1.741.708,53		
Receita Patrimonial Líquida	925.380,00	64.979,70	79.026,48		
Receita Patrimonial	7.581.680,00	1.048.690,67	955.853,49		
(-) Aplicações Financeiras	6.656.300,00	983.710,97	876.827,01		
Transferências Correntes	281.950.748,00	45.180.370,89	43.545.068,59		
F.P.M.	44.000.000,00	8.196.443,98	8.454.786,84		
I.P.V.A	12.955.000,00	1.459.521,51	1.327.692,12		
I.C.M.S.	71.340.000,00	11.453.740,09	10.719.682,10		
Convênios	209.000,00	38.279,34	30.000,00		
Outras Transferências Correntes	153.446.748,00	24.032.385,97	23.012.907,53		
Demais Receitas Correntes	87.440.822,00	10.744.940,87	8.937.483,61		
Dívida Ativa	12.446.580,00	1.321.546,23	1.100.437,31		
Diversas Receitas Correntes	74.994.242,00	9.423.394,64	7.837.046,30		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	47.530.000,00	302.711,86	1.991.285,35		
Operações de Crédito (III)	7.400.000,00	79.133,29	346.261,05		
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	250.000,00		
Transferências de Capital	40.130.000,00	223.578,57	1.395.024,30		
Convênios	40.120.000,00	84.925,34	1.268.785,49		
Outras Transferências de Capital	10.000,00	138.653,23	126.238,81		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	40.130.000,00	223.578,57	1.395.024,30		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	513.943.700,00	70.765.972,67	66.017.830,39		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	444.195.599,81	172.523.793,07	149.398.323,24	58.891.222,27	52.528.816,30
Pessoal e Encargos Sociais	211.993.690,00	30.273.769,90	28.684.116,65	30.269.499,04	28.383.062,42
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.500.000,00	2.265.644,73	1.586.500,00	607.967,23	275.447,68
Outras Despesas Correntes	229.701.909,81	139.984.378,44	119.127.706,59	28.013.756,00	23.870.306,20
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	441.695.599,81	170.258.148,34	147.811.823,24	58.283.255,04	52.253.368,62
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	99.429.138,98	41.629.270,21	33.671.297,10	8.959.774,05	2.677.773,09
Investimentos	84.929.138,98	27.580.553,23	25.541.162,84	7.293.217,07	1.291.987,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	14.500.000,00	14.048.716,98	8.130.134,26	1.666.556,98	1.385.785,30
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	84.929.138,98	27.580.553,23	25.541.162,84	7.293.217,07	1.291.987,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	28.300,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	526.653.038,79	197.838.701,57	173.352.986,08	65.576.472,11	53.545.356,41

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-12.709.338,79</b>	<b>-127.072.728,90</b>	<b>-107.335.155,69</b>	<b>5.189.500,56</b>	<b>12.472.473,98</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>2.770.351,98</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	2.770.351,98	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>9.746.200,00</b>

LAGES , 28/04/2016

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

## CONTAS PÚBLICAS Nº07

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RP	PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1,00							
		Inscritos		Pagos		Cancelados		Saldo (a)		Liquidados			Pagos		Cancelados		Saldo (b)		Saldo Total (a+b)
		En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015							En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015								
PODER/ÓRGÃO																			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		1.992.912,69	24.782.807,92	12.791.020,64	13.993.134,53	15.565,44	15.565,44	13.993.134,53	5.043.302,82	854.229,26	3.763.925,11	2.801.291,88	74.633,48	3.021.606,72	16.990.741,25				
EXECUTIVO		1.992.912,69	24.782.807,92	12.791.020,64	13.993.134,53	15.565,44	15.565,44	13.993.134,53	5.043.302,82	854.229,26	3.763.925,11	2.801.291,88	74.633,48	3.021.606,72	16.990.741,25				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		1.992.912,69	23.346.938,38	11.546.389,90	13.777.892,73	15.565,44	15.565,44	13.777.892,73	4.445.295,73	854.229,26	3.475.839,96	2.516.701,67	74.632,90	2.708.190,42	16.486.083,15				
AUDITORIA GERAL E CONTROLE INTERNO		56.050,00	19.513,57	7.604,35	67.959,22	0,00	0,00	67.959,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.959,22				
DEFESA CIVIL		20.152,00	39.598,50	21.923,68	37.816,82	0,00	0,00	37.816,82	1.256,65	0,00	1.256,65	0,00	0,00	0,00	37.816,82				
ENCARGOS GERAIS		0,00	216.555,93	83.804,94	117.195,55	0,00	0,00	117.195,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.195,55				
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES		0,00	269.448,91	177.596,95	91.881,96	0,00	0,00	91.881,96	48.411,78	14.430,60	18.158,13	14.430,60	0,00	34.981,18	117.195,55				
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAGES		0,00	356.021,63	117.519,89	238.501,74	0,00	0,00	238.501,74	26.810,38	12.621,14	12.621,14	12.621,14	0,00	14.189,24	128.683,14				
FUNDEMA - FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE		0,00	9.684,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.690,96				
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		29.875,19	791.508,21	489.319,37	322.064,03	0,00	0,00	322.064,03	160.613,97	109.018,19	109.018,19	87.127,82	1.672,08	71.814,07	393.878,10				
FUNDO DE REQUINTAMENTO CORPO DE BOMBEI		0,00	101.539,66	100.269,66	1.270,00	0,00	0,00	1.270,00	24.799,76	5.522,41	5.522,41	5.522,41	0,00	18.596,90	19.836,90				
FUNDO DE SANEAMENTO BASICO		0,00	446.792,73	446.792,73	0,00	0,00	0,00	0,00	177.406,07	76.591,99	69.465,99	69.465,99	80,00	107.859,08	107.859,08				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		19.075,00	5.200.701,90	3.144.146,95	2.075.629,95	0,00	0,00	2.075.629,95	2.021.532,39	1.536.508,36	1.536.508,36	1.366.902,43	53.774,78	600.855,18	2.676.485,13				
GABINETE DO PREFEITO		74.240,00	611.414,76	179.890,55	505.764,21	0,00	0,00	505.764,21	221.785,72	146.782,26	146.782,26	34.414,61	4.800,00	182.571,11	688.335,32				
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		375,00	62.203,04	41.993,04	20.595,00	0,00	0,00	20.595,00	187,45	187,45	187,45	187,45	0,00	0,00	20.595,00				
SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SERV. PÚBLICOS		141.507,49	0,00	7.920,87	133.596,62	0,00	0,00	133.596,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.596,62				
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		106.246,62	1.394.639,75	616.179,81	884.706,56	0,00	0,00	884.706,56	68.939,10	60.518,27	60.518,27	20.065,72	0,00	48.872,38	933.578,94				
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA		10.492,33	570.702,13	289.344,05	291.850,41	0,00	0,00	291.850,41	44.897,83	31.685,92	31.685,92	30.686,03	0,00	14.211,80	306.062,21				
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		98.728,73	3.673.520,56	2.165.032,50	1.607.216,79	0,00	0,00	1.607.216,79	415.620,72	319.344,63	319.344,63	265.235,81	6.145,60	145.474,13	1.752.690,92				
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - FUNED		45.390,60	0,00	0,00	45.390,60	0,00	0,00	45.390,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.390,60				
SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	1.723.713,08	465.733,79	1.227.979,29	0,00	0,00	1.227.979,29	311.975,50	307.385,14	307.385,14	138.961,53	0,00	173.013,97	1.400.993,26				
SECRETARIA DA HABITAÇÃO		12.198,55	647.314,49	91.012,95	568.500,09	0,00	0,00	568.500,09	4.157,25	1.737,51	1.737,51	2.419,74	0,00	2.419,74	570.919,83				
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		754.619,09	4.656.265,26	1.716.978,00	3.693.906,35	0,00	0,00	3.693.906,35	263.153,19	306.172,51	306.172,51	212.189,40	0,00	903.958,23	4.597.864,58				
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLIC.		0,00	456.705,17	435.901,85	20.804,32	0,00	0,00	20.804,32	313.887,86	283.394,01	283.394,01	94.599,42	690,00	218.638,44	239.442,76				
SECRETARIA DE TURISMO		456.690,00	798.606,02	318.299,72	897.027,30	0,00	0,00	897.027,30	168.570,11	148.470,12	148.470,12	66.565,20	6.799,99	95.203,92	992.231,22				
SECRETARIA DO DESENV. ECON. TRAB. E RENDA		0,00	70.775,06	54.180,06	16.595,00	0,00	0,00	16.595,00	2.698,19	83,87	83,87	83,87	0,00	2.574,32	19.169,32				
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS P.C.		167.312,09	1.169.004,64	486.091,91	850.224,82	0,00	0,00	850.224,82	165.281,17	109.410,98	109.410,98	94.204,71	0,00	71.056,46	921.281,28				
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO		0,00	100.705,38	39.249,28	61.456,10	0,00	0,00	61.456,10	2.370,64	990,42	990,42	440,37	0,00	1.930,27	63.366,37				
LAGESPREV-INSTITUTO DE PREV DO MUNIC. DE L		0,00	7.683,00	7.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
LAGESPREV-FUNDO FINANCEIRO		0,00	456.705,17	435.901,85	20.804,32	0,00	0,00	20.804,32	313.887,86	283.394,01	283.394,01	94.599,42	690,00	218.638,44	239.442,76				
SEMASA-SEC. MUNIC. DE AGUAS E SANEAMEN		0,00	1.428.189,54	1.236.947,74	191.241,80	0,00	0,00	191.241,80	598.007,09	288.065,15	288.065,15	284.590,21	0,58	313.416,30	504.658,10				
SEMASA - SEC. MUNIC. DE AGUAS E SANEAMEN		0,00	336.296,23	336.296,23	191.241,80	0,00	0,00	191.241,80	598.007,09	288.065,15	288.065,15	284.590,21	0,58	313.416,30	504.658,10				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
EXECUTIVO		0,00	336.296,23	336.296,23	0,00	0,00	0,00	0,00	131.061,18	0,00	0,00	0,00	0,00	131.061,18	131.061,18				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	336.296,23	336.296,23	0,00	0,00	0,00	0,00	131.061,18	0,00	0,00	0,00	0,00	131.061,18	131.061,18				
AUDITORIA GERAL E CONTROLE INTERNO		0,00	2.907,64	2.907,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES		0,00	6.472,57	6.472,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAGES		0,00	2.789,61	2.789,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	29.944,64	29.944,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	148.117,73	148.117,73	0,00	0,00	0,00	0,00	131.061,18	0,00	0,00	0,00	0,00	131.061,18	131.061,18				
GABINETE DO PREFEITO		0,00	9.127,33	9.127,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	7.149,60	7.149,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		0,00	7.062,71	7.062,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA		0,00	4.760,60	4.760,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	43.013,57	43.013,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SECRETARIA DA HABITAÇÃO		0,00	4.208,32	4.208,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	19.518,05	19.518,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLIC.		0,00	31.766,64	31.766,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SECRETARIA DE TURISMO		0,00	1.070,62	1.070,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SECRETARIA DO DESENV. ECON. TRAB. E RENDA		0,00	1.977,50	1.977,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO											
TOTAL (III) = (I + II):	1.992.912,69	25.119.106,15	13.127.318,87	15.565,44	13.988.134,53	854.239,26	5.174.364,00	3.763.925,11	2.801.291,88	74.633,48	3.152.667,90
											17.121.802,43

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

FONTE:

LAGES , 20/04/2016

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRCSC - 0298080-3



**CONTAS PÚBLICAS Nº08**

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	58.585.348,00	58.585.348,00	7.450.932,05	12,72
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	15.103.618,00	15.103.618,00	427.025,50	2,83
1.1.1- IPTU	10.000.000,00	10.000.000,00	36.626,66	0,37
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	56.118,00	56.118,00	117.696,98	209,73
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.970.000,00	3.970.000,00	265.730,60	6,69
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.077.500,00	1.077.500,00	6.971,26	0,65
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.600.000,00	4.600.000,00	688.917,78	14,98
1.2.1- ITBI	4.600.000,00	4.600.000,00	688.917,78	14,98
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.881.730,00	28.881.730,00	4.439.406,19	15,37
1.3.1- ISS	26.500.000,00	26.500.000,00	4.180.114,80	15,77
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	374.180,00	374.180,00	74.357,85	19,87
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.644.600,00	1.644.600,00	160.517,01	9,78
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	362.950,00	362.950,00	24.416,53	6,73
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000.000,00	10.000.000,00	1.895.582,58	18,98
1.4.1- IRRF	10.000.000,00	10.000.000,00	1.895.582,58	18,98
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	162.839.200,00	162.839.200,00	26.740.895,91	16,42
2.1- Cota-Parte FPM	55.000.000,00	55.000.000,00	10.245.554,81	18,63
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	55.000.000,00	55.000.000,00	10.245.554,81	18,63
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	88.700.000,00	88.700.000,00	14.317.174,89	16,14
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	391.400,00	391.400,00	54.938,38	14,04
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	1.247.800,00	1.247.800,00	219.405,92	17,58
2.5- Cota-Parte ITR	1.305.000,00	1.305.000,00	79.420,22	6,09
2.6- Cota-Parte IPVA	16.195.000,00	16.195.000,00	1.824.401,69	11,27
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	221.424.548,00	221.424.548,00	34.191.827,96	15,44
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	8.240.000,00	8.240.000,00	1.308.440,59	15,88
5.1- Transferências do Salário-Educação	6.050.000,00	6.050.000,00	1.307.548,13	21,61
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	2.120.000,00	2.120.000,00	792,46	0,04
5.4- Transferências Diretas - PNATE	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	209.000,00	209.000,00	38.279,34	18,32
6.1- Transferências de Convênios	209.000,00	209.000,00	38.279,34	18,32
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	5.585.100,00	5.585.100,00	289.441,05	5,18
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	14.034.100,00	14.034.100,00	1.636.160,98	11,66
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	32.192.000,00	32.192.000,00	5.348.178,67	16,61
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	11.000.000,00	11.000.000,00	2.049.110,83	18,63
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	17.360.000,00	17.360.000,00	2.863.434,80	16,49
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	72.000,00	72.000,00	10.987,66	15,26
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	260.000,00	260.000,00	43.881,17	16,88
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	260.000,00	260.000,00	15.884,03	6,11
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	3.240.000,00	3.240.000,00	364.880,18	11,26
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	62.200.000,00	62.200.000,00	10.126.625,09	16,28
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	62.200.000,00	62.200.000,00	10.126.625,09	16,28
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	30.008.000,00	30.008.000,00	4.778.446,42	15,92
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	54.495.000,00	54.495.000,00	8.637.160,24	15,85	8.637.160,24	15,85
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	54.495.000,00	54.495.000,00	8.637.160,24	15,85	8.637.160,24	15,85
14- OUTRAS DESPESAS	7.805.000,00	7.805.000,00	1.102.174,41	14,12	1.102.174,41	14,12
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	7.805.000,00	7.805.000,00	1.102.174,41	14,12	1.102.174,41	14,12
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	62.300.000,00	62.300.000,00	9.739.334,65	15,63	9.739.334,65	15,63
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						9.739.334,65
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						85,29
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						10,88
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						3,82
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	55.356.137,00		55.356.137,00	8.547.956,99	15,44	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.450.000,00	4.450.000,00	847.711,53	19,05	324.146,93	7,28
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	108.708.530,00	108.708.530,00	20.805.313,01	19,14	14.283.778,60	13,14
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	62.300.000,00	62.300.000,00	9.739.334,65	15,63	9.739.334,65	15,63
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	46.408.530,00	46.408.530,00	11.065.978,36	23,85	4.544.443,95	9,79
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	113.158.530,00	113.158.530,00	21.653.024,54	19,14	14.607.925,53	12,91
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						4.778.446,42
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						6.145,60
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						4.784.592,02
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						9.823.333,51
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS DE MDE <sup>5</sup> ((38) / (3) x 100) %						28,73
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.050.000,00	6.050.000,00	3.127.423,83	51,69	503.972,68	8,33
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.659.000,00	5.659.000,00	1.091.257,88	19,28	138.714,29	2,45
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	11.709.000,00	11.709.000,00	4.218.681,71	36,03	642.686,97	5,49
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	124.865.530,00	124.865.530,00	25.871.706,25	20,72	15.250.612,50	12,21

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.721.227,28	6.145,60	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	1.721.227,28	6.145,60	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		63.569,93	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		10.126.625,09	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		10.190.195,02	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		10.190.195,02	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00	0,00

LAGES , 20/04/2016

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

## CONTAS PÚBLICAS Nº09

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>		<b>7.400.000,00</b>	<b>79.133,29</b>	<b>7.320.866,71</b>	
DESPEAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPEAS EMPENHADAS (e)	DESPEAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPEAS DE CAPITAL	99.429.138,98	41.629.270,21	8.959.774,05	0,00	57.799.868,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>99.429.138,98</b>	<b>41.629.270,21</b>	<b>8.959.774,05</b>	<b>0,00</b>	<b>57.799.868,77</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-92.029.138,98</b>	<b>-41.550.136,92</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-50.479.002,06</b>

FONTE:

LAGES , 20/04/2016

ELIZEU MATTOS  
Prefeito MunicipalMATEUS LUNARDI  
Secretário da FazendaLUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

## CONTAS PÚBLICAS Nº10

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00				0,00	0,00

  

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

  

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)		SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00			0,00

FONTE:

LAGES , 20/04/2016

ELIZEU MATTOS  
Prefeito MunicipalMATEUS LUNARDI  
Secretário da FazendaLUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3



CONTAS PÚBLICAS Nº11

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

LAGES , 20/04/2016

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

**CONTAS PÚBLICAS Nº12**

Município de LAGES - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	528.000.000,00	
Previsão Atualizada		—	528.000.000,00	
Receitas Realizadas		71.828.816,93	71.828.816,93	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.770.351,98	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	528.000.000,00	
Créditos Adicionais		—	15.653.038,79	
Dotação Atualizada		—	543.653.038,79	
Despesas Empenhadas		214.153.063,28	214.153.063,28	
Despesas Liquidadas		67.850.996,32	67.850.996,32	
Superavit Orçamentário		—	3.977.820,61	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		214.153.063,28	214.153.063,28	
Despesas Liquidadas		67.850.996,32	67.850.996,32	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			401.588.419,96	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	5.844.943,69	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	5.844.943,69	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-176.198,56	0,00
Resultado Primário		0,00	5.189.500,56	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.897.532,08	74.633,48	2.801.291,88	3.021.606,72
EXECUTIVO	5.897.532,08	74.633,48	2.801.291,88	3.021.606,72
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.775.720,61	15.565,44	12.791.020,64	13.969.134,53
EXECUTIVO	26.775.720,61	15.565,44	12.791.020,64	13.969.134,53
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	131.061,18	0,00	0,00	131.061,18
EXECUTIVO	131.061,18	0,00	0,00	131.061,18
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	336.298,23	0,00	336.298,23	0,00
EXECUTIVO	336.298,23	0,00	336.298,23	0,00
TOTAL:	33.140.612,10	90.198,92	15.928.610,75	17.121.802,43
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		9.823.333,51	25%	28,73
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		8.637.160,24	60%	85,29
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		79.133,29	7.320.866,71	

Continua 1/2

Município de LAGES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL					Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida					8.959.774,05	90.469.364,93
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores		2016	2024			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00		0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00		0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					6.178.254,98	15,00
Liquidadas					0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					0,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)						0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAGES, 20/04/2016

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº13

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)						R\$ 1,00			
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes				116.733.568,00	118.600.965,84	58.023.652,24	48,92	15.394.246,38	12,98
				46.277.770,00	46.277.770,00	6.884.369,49	14,88	6.884.369,49	14,88
				70.455.798,00	72.323.195,84	51.139.282,75	70,71	8.509.876,89	11,77
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos				1.245.432,00	2.791.432,00	1.801.826,75	64,55	29.107,20	1,04
				1.245.432,00	2.791.432,00	1.801.826,75	64,55	29.107,20	1,04

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.245.432,00	2.791.432,00	1.801.826,75	64,55	29.107,20	1,04
Investimentos	1.245.432,00	2.791.432,00	1.801.826,75	64,55	29.107,20	1,04
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	117.979.000,00	121.392.397,84	59.825.478,99	49,28	15.423.353,58	12,71
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	68.514.318,00	71.927.715,84	47.814.553,31	79,92	9.245.098,60	59,94
Recurso de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	68.514.318,00	71.927.715,84	47.814.553,31	79,92	9.245.098,60	59,94
Recurso de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	68.514.318,00	71.927.715,84	47.814.553,31	79,92	9.245.098,60	59,94
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	49.464.682,00	49.464.682,00	12.010.925,68	20,08	6.178.254,98	40,06
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(I) - (15 x IIIb)/100]⁶						6.178.254,98

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2015	2.152.593,57	53.772,68	272.522,84	1.880.070,73		0,00
TOTAL	2.152.593,57	53.772,68	272.522,84	1.880.070,73		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Suporte Profilático e Terapêutico Vigilância Sanitária TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	64.981.472,00	66.627.472,00	15.681.002,86	26,21	8.341.350,72	54,08
	48.868.808,00	50.636.205,84	43.432.088,48	72,60	6.919.070,05	44,86
	3.218.000,00	3.218.000,00	646.484,02	1,08	134.118,73	0,87
931.720,00	931.720,00	65.903,63	0,11	28.814,08	0,19	
	118.000.000,00	121.413.397,84	59.825.478,99	100,00	15.423.353,58	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite atual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 A linha "Mínimo Bimestre não Atendido a Exigência P.A.R.A." (L.E. v. 108.611/2007)

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

O presente documento, se for utilizado a fórmula  $\frac{1}{100} \times 100$  - (10 x 100) / 100]

LAGES, 02/05/2016

ELIZEU MATTOS Prefeito Municipal	MATEUS LUNARDI Secretário da Fazenda	LUNARA NETO SOUZA Contadora CRC/SC - 029908
-------------------------------------	---	--

# Laguna

## PREFEITURA

### EDITAL CMAS Nº. 003/2016

Convocação para o Fórum de Eleição dos representantes do segmento dos usuários do SUAS, titulares e suplentes, da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, Gestão 2016-2018.

Considerando que a Assembleia de Eleição dos representantes da Sociedade Civil no CMAS aconteceu no dia 31 de março de 2016 e que não houve a participação de candidatos do segmento usuários do SUAS;

A Comissão Eleitoral instituída pela Resolução CMAS Nº 14/2015 e pela Resolução 01/2016, tendo por base a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS - alterada pela lei nº 12.435/2011, Lei Municipal nº 478/1996, CONVOCA os representantes da sociedade civil municipal, segmento USUÁRIOS DO SUAS para a Fórum de Eleição dos representantes do segmento usuários do SUAS, titulares e suplentes, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para a Gestão 2016/2018, que ocorrerá no dia 12 de maio de 2016, às 15h00min, na Sala de Reuniões da Secretaria de Assistência Social, localizada no Centro Administrativo Tordesilhas, 2º andar, Centro, Laguna/SC.

#### 1. Da Composição do Conselho:

O CMAS é composto de 12 (doze) membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I – Sendo (seis) representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes.

II – Sendo 6 (seis) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em Assembleia especialmente convocada para este fim:

- a) 2 (dois) representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, de acordo com a legislação.
- b) 2 (dois) representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social.
- c) 2 (dois) representantes de organizações de trabalhadores do setor.

#### 2. Do Processo de Habilitação:

2.1 Poderão habilitar-se ao processo eleitoral, exclusivamente, os representantes ou organização de usuários.

2.2 Serão considerados representantes e organizações de usuários que congregam as pessoas destinatárias da Política de Assistência Social, de acordo com a Resolução CMAS nº 24/2006:

a) representantes de usuários são as pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS, organizadas sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos. Reconhecem-se como legítimos: associações, movimentos sociais, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

b) organizações de usuários são aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação

efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

2.3 Serão consideradas de âmbito municipal os representantes ou organização de usuários, comprovadamente, desenvolvam suas atividades há no mínimo dois anos.

2.4 A habilitação dos representantes e organizações de usuários, para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como das postulantes a eleitora deverá fazer a inscrição até 10 (dez) minutos antes do início do Fórum de Eleição dos representantes do segmento usuários do SUAS, titulares e suplentes, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para a Gestão 2016/2018.

2.5 Para a habilitação dos representantes ou organizações de usuários, prevista no inciso I do § 1º, artigo 4º da Resolução CMAS nº 14/2015, a designarem candidato(a), deverão apresentar os seguintes documentos:

- a. Declaração de funcionamento, conforme Anexo II da Resolução CMAS nº 14/2015;
- b. requerimento de habilitação, conforme Anexo I da Resolução CMAS nº 14/2015, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a) (titular e suplente), no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato(a) e por qual segmento;
- c. endereço completo, telefone, e-mail da organização e outras informações importantes para contato em tempo hábil.
- d. formulário de designação da pessoa física a ser eleita conforme Anexo III da Resolução CMAS nº 14/2015;
- e. cópia da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de residência da pessoa física a ser eleita.

Para os representantes dos usuários da assistência social, prevista no inciso II do § 1º, artigo 4º da Resolução CMAS nº 14/2015:

- a. declaração de reconhecimento de existência e atuação, expedida por órgão gestor da assistência social municipal, devendo ser assinado por coordenador(a) de CRAS, CREAS, e Serviços de Alta Complexidade, conforme Anexo III da Resolução CMAS nº 14/2015.
- b. requerimento de habilitação, conforme Anexo I da Resolução CMAS nº 14/2015, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a) (titular e suplente), no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato(a) e por qual segmento;
- c. formulário de designação da pessoa física candidata na Assembleia de Eleição da Sociedade Civil, comprovando sua vinculação com este grupo, movimento ou fórum, conforme Anexo IV da Resolução CMAS nº 14/2015;
- d. cópia da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de residência da pessoa física a ser eleita.

#### 3. Da Comissão Eleitoral:

A Comissão Eleitoral instituída por meio da Resolução CMAS Nº 14 de 15 de outubro de 2015 é composta por três conselheiros representantes da sociedade civil, com apoio e assessoria técnica e administrativa do CMAS – Conselho Municipal de Assistência

Social e SMAS – Secretaria de Assistência Social, com as seguintes atribuições:

- a. Elaborar o Regimento Interno do Fórum de Eleição dos representantes do segmento usuários do SUAS, titulares e suplentes, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para a Gestão 2016/2018;
- b. Convidar o Ministério Público para participar da Assembleia Eleitoral;
- c. Verificar, com base nos termos da Resolução CMAS nº 14/2015, a documentação dos representantes ou organizações de usuários, postulantes à habilitação.
- d. Habilitar representantes ou organizações de usuários, postulantes à habilitação para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitora.
- e. Articular com a rede socioassistencial pública, governamental e não governamental, para mobilizar a participação e inscrição dos usuários no processo eleitoral;
- f. Elaborar instrumentais para preenchimento de cadastro de candidatura de usuários;
- h. Divulgar o processo na mídia e outros meios;
- i. Publicizar o processo eletivo junto às entidades e organizações de assistência social e organizações de usuários

4. Do Fórum de Eleição dos representantes do segmento usuários do SUAS, titulares e suplentes, do Conselho Municipal de Assistência Social:

4.1 Para a instalação do Fórum a Comissão Eleitoral terá como atribuições:

- I - apresentar os representantes ou organizações de usuários, habilitadas pela Comissão Eleitoral para designar candidato(a) para a participação no pleito, juntamente com a respectiva pessoa física a ser eleita;
- II - fazer a leitura e aprovação do Regimento Interno do Fórum de Eleição, elaborado pela Comissão Eleitoral e aprovado previamente pelo Pleno do Fórum de Eleição;
- III - proceder a votação, conforme Regimento Interno aprovado;
- IV - coordenar o processo de apuração;
- V - fazer a leitura e aprovação da Ata do Fórum de Eleição.
- VI- Decidir os casos omissos, considerando todos os dispositivos legais sobre a matéria.

4.2 Cada representante ou organização de usuários, habilitados pela Comissão Eleitoral para designar candidato(a), bem como as habilitadas enquanto eleitora para a participação no Fórum de Eleição, poderá votar no número de candidatos(as) correspondente à representação do seu segmento, sendo assim, 2 (dois) representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social.

4.3 Terminada o Fórum de Eleição, a Comissão Eleitoral proclamará o resultado e assinará a Ata aprovada, contendo a relação das pessoas físicas eleitas titulares e suplentes, constando, ainda a fiscalização do Ministério Público em todo o processo.

4.4 A Comissão Eleitoral entregará à Presidência do CMAS a relação dos representantes ou organizações de usuários, titulares e suplentes, para publicação no Diário Oficial.

4.5 Em caso de vacância, será convocado para ocupar a vaga o candidato sequencialmente mais votado no processo eleitoral e, no caso de empate de votos, prevalecerá o candidato com mais idade. Parágrafo único. O candidato que assumir a vaga completará o tempo remanescente do mandato do conselheiro que foi substituído.

4.6 A posse dos Conselheiros eleitos, titulares e suplentes, para o biênio 2016/2018, dar-se-á mediante Decreto Municipal.

4.7 Os(as) Conselheiros(as) eleitos(as) neste pleito assumirão os compromissos relacionados na Lei do CMAS e no Regimento Interno, comprometendo-se a participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e das Comissões de Trabalho do CMAS.

4.8 Os casos omissos serão dirimidos pela Plenária eletiva.

Laguna, 29 de abril de 2016.  
Andrea Prates Pacheco Luckina  
Comissão Eleitoral CMAS

Arlene Medeiros Nunes  
Comissão Eleitoral CMAS

Enivaldo Torres Ramos  
Comissão Eleitoral CMAS

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### **PORTARIA N. 106/2016 DE 02/05/2016 "REVOGA PORTARIA N.175/2014 DE 01/12/2014 QUE DESIGNOU SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONINHO BAGGIO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA n. 106/2016  
DE 02/05/2016

"REVOGA PORTARIA n.175/2014 DE 01/12/2014 QUE DESIGNOU SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONINHO BAGGIO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Art. 98, inc. II Letra "a" da Lei Orgânica Municipal

#### DECEDE:

Art. 1º - Revogar a Portaria n. 175/2014 de 01/12/2014 que designou o Servidor Público Municipal ANTONINHO BAGGIO, para o exercício da Função de Chefe de Serviço a Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Único – Com a revogação da função de confiança, o respectivo servidor retornará ao cargo de origem de Técnico em Administração.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

### **PORTARIA N. 097/2016 DE 02/05/2016 "EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEONICE DOA ANJOS, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA n. 097/2016  
DE 02/05/2016

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEONICE DOA ANJOS, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,  
E CONSIDERANDO o pedido da servidora.

#### DECEDE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Servidor Público Municipal CLEONICE DOS ANJOS, da função temporária de Auxiliar de Manutenção e Conservação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

### **PORTARIA N. 098/2016 DE 02/05/2016 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ANDREI DA SILVA PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA n. 098/2016  
DE 02/05/2016

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ANDREI DA SILVA PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0001/2016 e  
CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

#### DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, ANDREI DA SILVA, para o função de excepcional interesse público de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ACT, nível 17, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 02 de maio de 2016 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.



Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 02 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA N. 099/2016 DE 02/05/2016 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE NEREU MORAS PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE MOTORISTA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA n. 099/2016  
DE 02/05/2016

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE NEREU MORAS PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE MOTORISTA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0001/2014 e

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, NEREU MORAS, para o função de excepcional interesse público de Motorista, nível 26, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 02 de maio de 2016 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 02 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA N. 100/2016 DE 02/05/2016 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE FERNANDO MARINHO DE MELLO PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE OPERADOR DE MÁQUINA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FOMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA n. 100/2016  
DE 02/05/2016

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE FERNANDO MARINHO DE MELLO PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE OPERADOR DE MÁQUINA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FOMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0001/2014 e

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, FERNANDO MARINHO DE MELLO, para o função de excepcional interesse público de Operador de Máquinas, nível 32, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 02 de maio de 2016 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 02 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA N. 101/2016 DE 02/05/2016 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE WILLIAN BARANOSKI CHINELI PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE OPERADOR DE MÁQUINA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FOMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA n. 101/2016  
DE 02/05/2016

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE WILLIAN BARANOSKI CHINELI PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE

OPERADOR DE MÁQUINA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FOMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0001/2014 e

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, WILLIAN BARANOSKI CHINELI, para o função de excepcional interesse público de Operador de Máquinas, nível 32, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 02 de maio de 2016 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 02 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA N. 103/2016 DE 02/05/2016 "REVOGA PORTARIA N.121/2015 DE 11/06/2015 QUE DESIGNOU SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANESSA FRESCHI PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA n. 103/2016  
DE 02/05/2016

"REVOGA PORTARIA n.121/2015 DE 11/06/2015 QUE DESIGNOU SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANESSA FRESCHI PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Art. 98, inc. II Letra "a" da Lei Orgânica Municipal

D E C I D E:

Art. 1º - Revogar a Portaria n. 121/2015 de 12/06/2015 que designou o Servidor Público Municipal VANESSA FRESCHI, para o exercício da Função de Coordenador de Programas junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – Com a revogação da função de confiança, o

respectivo servidor retornará ao cargo de origem de Oficial Administrativo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA N. 104/2016 DE 02/05/2016 "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE VANESSA FRESCHI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA n. 104/2016  
De 02/05/2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE VANESSA FRESCHI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear VANESSA FRESCHI, para exercer o Cargo de Diretor de Departamento, Código do Cargo 06.14, junto a Secretaria Municipal de Saúde, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA N.096/2016 DE 29/04/2016 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS DO CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA n.096/2016  
DE 29/04/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS DO CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.  
e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

**D E C I D E:**

Art. 1º - Exonerar INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS, do cargo de Secretário Municipal, Código do Cargo 06.01, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – com a exoneração do Cargo em Comissão, o respectivo servidor retorna as atividades no cargo efetivo de Professor, junto a Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande- SC, em 29 de abril de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada.

**PORTARIA N.102/2016 DE 02/05/2016"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA n.102/2016  
DE 02/05/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS pelo prazo de 30 dias, de 02/05/2016 A 31/05/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de

fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2013.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA N.105/2016 DE 02/05/2016 "DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANESSA FRESCHI, GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".**

PORTARIA n.105/2016  
DE 02/05/2016

"DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANESSA FRESCHI, GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar, a Servidora Publica Municipal VANESSA FRESCHI, matrícula 241, CPF 007.991.589-25 gestora do FMS - Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º - O respectivo Servidor não perceberá qualquer tipo de remuneração, gratificação ou vencimento pela designação, nem será causa de acumulação de função.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria 003/2013 de 02/01/2013.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**CAMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE****DECRETO LEGISLATIVO N. 007/2016**

Decreto Legislativo n. 007/2016

De 14.04.2016

"PROMOVE A ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS DE VENCIMENTOS CONSTANTES DOS ANEXOS III E IV DA LEI COMPLEMENTAR N. 26/2013", ATUALIZA ANEXO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO PODER LEGISLATIVO, EM CONFORMIDADE COM AS ALTERAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 41/2016."

GILBERTO BIANCHI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal e disposições da Lei Municipal n. 41/2016,

**DECRETA:**

Art. 1º - Os anexos III e IV da Lei Complementar n. 26/2013, alterada pela Lei Complementar n. 41/2016, passam a ser atualizados de conformidade com os novos valores dos mesmos anexos constantes deste Decreto Legislativo, em cumprimento às disposições da Lei Municipal n. 41/2016, de 13 de abril de 2016, que promoveu a reclassificação de vencimentos.

Art. 2º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,  
em 14 de abril de 2016.

GILBERTO BIANCHI

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

RODRIGO BARELA

Primeiro Secretário

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 026/2013

ANEXO III – ALTERADO PELA LEI 570/2013

ANEXO III – ALTERADO PELA LEI 603/2014

ANEXO III – ALTERADO PELA LEI 631/2015

ANEXO III – ALTERADO PELA LEI 669/2016

**TABELA DE VENCIMENTOS – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Percentual de Reajuste - Lei 669/2016							12,00%
NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
Lei 631/2015	1.025,90						Auxiliar de Serviços Gerais.
1	1.149,01	1.160,50	1.171,99	1.183,48	1.194,97	1.206,46	
2	1.217,95	1.229,44	1.240,93	1.252,42	1.263,91	1.275,40	
3	1.286,89	1.298,38	1.309,87	1.321,36	1.332,85	1.344,34	
4	1.355,83	1.367,32	1.378,81	1.390,30	1.401,79	1.413,28	
5	1.424,77	1.436,26	1.447,75	1.459,24	1.470,73	1.482,22	
Lei 631/2015	809,92						Vigia.
6	907,11	916,18	925,25	934,32	943,39	952,47	
7	961,54	970,61	979,68	988,75	997,82	1.006,89	
8	1.015,96	1.025,03	1.034,11	1.043,18	1.052,25	1.061,32	
9	1.070,39	1.079,46	1.088,53	1.097,60	1.106,67	1.115,75	
10	1.124,82	1.133,89	1.142,96	1.152,03	1.161,10	1.170,17	
Lei 631/2015	1.369,35						Agente Administrativo.
11	1.533,67	1.549,01	1.564,35	1.579,68	1.595,02	1.610,36	
12	1.625,69	1.641,03	1.656,37	1.671,70	1.687,04	1.702,38	
13	1.717,71	1.733,05	1.748,39	1.763,72	1.779,06	1.794,40	
14	1.809,73	1.825,07	1.840,41	1.855,74	1.871,08	1.886,42	
15	1.901,75	1.917,09	1.932,43	1.947,76	1.963,10	1.978,44	

Lei 631/2015	2.733,72						Advogado/Contador.
16	3.061,77	3.092,38	3.123,00	3.153,62	3.184,24	3.214,85	
17	3.245,47	3.276,09	3.306,71	3.337,33	3.367,94	3.398,56	
18	3.429,18	3.459,80	3.490,41	3.521,03	3.551,65	3.582,27	
19	3.612,88	3.643,50	3.674,12	3.704,74	3.735,36	3.765,97	
20	3.796,59	3.827,21	3.857,83	3.888,44	3.919,06	3.949,68	
Lei 631/2015	999,06						Auxiliar Legislativo
21	1.118,95	1.130,14	1.141,33	1.152,52	1.163,71	1.174,89	
22	1.186,08	1.197,27	1.208,46	1.219,65	1.230,84	1.242,03	
23	1.253,22	1.264,41	1.275,60	1.286,79	1.297,98	1.309,17	
24	1.320,36	1.331,55	1.342,74	1.353,93	1.365,12	1.376,31	
25	1.387,49	1.398,68	1.409,87	1.421,06	1.432,25	1.443,44	

Lajeado Grande, 22 de março de 2016.

Gilberto Bianchi Presidente	Reinaldo Valentini Contador
--------------------------------	--------------------------------

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 026/2013  
 ANEXO IV – ALTERADO PELA LEI 570/2013  
 ANEXO IV – ALTERADO PELA LEI 603/2014  
 ANEXO IV – ALTERADO PELA LEI 631/2015  
 ANEXO IV – ALTERADO PELA LEI 669/2016

#### TABELA DE VENCIMENTOS – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Valor do Vencimento Base			Lei 026/2013	Lei 570/2013	Lei 603/2014	Lei 631/2015	Lei 669/2016
IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	PADRÃO	INICIAL	7,16%	5,66%	8,00%	12,00%
Secretário Executivo	01	C.C.	1.400,00	1.400,00	1.479,24	1.597,58	1.789,29
Assessor de Imprensa e Comunicação	01	C.C.	847,78	908,48	959,90	1.036,69	1.161,10
Assessor Parlamentar	01	C.C.	847,78	847,78	895,76	967,43	1.083,52

Lajeado Grande, 22 de março de 2016.

Gilberto Bianchi Presidente	Reinaldo Valentini Contador
--------------------------------	--------------------------------

#### EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N. 005/2016

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL n. 005/2016

De 03/05/2016

Dá nova redação ao artigo 58-A da Lei Orgânica do Município, dispondo sobre o envio, pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores, do Balanço Anual e dos Balancetes Mensais.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, nos termos do artigo 40 da própria Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a seguinte Emenda:

Art. 1º O artigo 58-A da Lei Orgânica do Município, dispondo sobre fiscalização contábil, financeira e orçamentária, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58-A. O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, até trinta dias subsequentes ao mês anterior, o Balancete Mensal e, até o final do mês de fevereiro do exercício seguinte, o Balanço Anual.

Parágrafo único. O Balancete Mensal deverá estar acompanhado das respectivas Notas de Empenho e da Folha de Pagamento do mês correspondente, cujos documentos poderão ser disponibilizados na forma digital, em arquivo de formato aberto.”

Art. 2º Esta emenda à Lei Orgânica entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande-SC em 03 de maio de 2016.

GILBERTO BIANCHI  
Presidente

Registrada e publicada na data supra e local de costume

RODRIGO BARELA  
Primeiro Secretário



# Lebon Régis

## PREFEITURA

### AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 007/2016

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 007/2016

"EXTINGUE O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinto o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família, criado pela Lei Municipal Nº 1290, de 06 de março de 2009.

Art. 2º As atribuições e competências atribuídas ao Conselho extinto passam a ser do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual a partir da presente data passa a vigorar como Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família, conforme Decreto de regulamentação a ser publicado em até 30 dias após a presente data.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 27 de abril de 2016.  
MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Presidente

DJALMA MARCO DA ROCHA  
1º Secretário

### AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 008/2016

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 008/2016

"ALTERA A ESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) constitui-se como instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Lebon Régis, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis é vinculado à estrutura do órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação da política de assistência social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

Art. 2º Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - deliberar sobre a Política Municipal de Assistência Social;
- II - fixar diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o Município de Lebon Régis, conforme deliberação da Conferência Municipal de Assistência Social;
- III - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada de assistência social;
- IV - regular critérios de funcionamento das entidades e organizações de assistência social;

V - fixar normas e efetuar o registro de entidades não-governamentais de assistência social;

VI - efetuar a inscrição e aprovar os programas de assistência social das organizações não governamentais - ONG's - e dos órgãos governamentais;

VII - fiscalizar as entidades e organizações de assistência social e exigir sua adequação às determinações da Lei Federal 8742/93, cabendo lhes aplicar sanções no caso de não cumprimento ou irregularidades em relação à lei vigente.

Parágrafo único. São medidas cabíveis às entidades e organizações de assistência social que descumprirem as obrigações constantes da Lei 8742/93 e atualizações, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos: Advertência, Suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas, Cancelamento do registro;

VIII - cancelar o registro das entidades assistenciais que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhe forem repassados pelos poderes públicos e não obedecerem aos princípios e diretrizes da Lei nº 8.472/93e demais legislações pertinentes;

IX - zelar pela efetivação do Sistema Municipal de Assistência Social - SMAS;

X - articular-se com as instâncias deliberativas do Município, tendo em vista a organicidade da Política de Assistência Social com as demais políticas setoriais e por seguimento para integração das ações;

XI - deliberar sobre o Fundo Municipal de Assistência Social;

XII - deliberar sobre a transferência de recursos financeiros às entidades não governamentais de assistência social;

XIII - emitir parecer sobre o orçamento municipal destinado à assistência social;

XIV - convocar, a cada dois anos ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, com objetivo de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SMAS;

XV - incentivar a realização de estudos e pesquisas na área, sugerindo medidas de prevenção, controle e avaliação;

XVI - elaborar e deliberar sobre o Regimento Interno;

XVII - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas por lei;

XVIII - Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as

ações de assistência social, tanto os recursos próprios, quanto os oriundos de

outras esferas de governo, que estiverem alocados no Fundo Municipal de

Assistência Social (FMAS).

XIX - Definir critérios para a celebração de contratos e convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

XX - Propor projetos de lei pertinentes à questão da Assistência Social, observadas as atribuições de iniciativa da Lei Orgânica do Município.

XXI - acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, no âmbito municipal;

XXII - acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA;

XXIII - acompanhar a oferta por parte da Administração Municipal dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;

XXIV - estimular a participação comunitária no controle da execução do PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, no âmbito municipal;

XXV - Aprovar critérios de concessão de benefícios eventuais a de prestação continuada, de acordo com a Lei 8742/93;

XXVI - Exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social será composto por doze membros titulares, conforme segue:

I – Seis representantes do poder público municipal, dentre os quais deve estar um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

II – Seis representantes da Sociedade Civil, (Organizações não Governamentais, Trabalhadores e Usuários da Assistência Social):

§ 1º Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º Os membros de CMAS poderão ser substituídos por membros da mesma área de atuação, mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

Art. 4º O funcionamento e as atividades dos membros do CMAS reger-se-ão por regimento interno que deverá ser elaborado num prazo de até 30 dias após a publicação desta lei.

Art. 5º Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) a política municipal de assistência social;
- b) o plano municipal de assistência social;
- c) o plano de ação;
- d) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;
- e) a prestação de contas ao final do exercício;
- f) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;
- g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;
- h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

- a) o estatuto social;
- b) o plano de trabalho;
- c) o relatório anual de execução; e
- d) os documentos contábeis.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a III, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

Art. 6º O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 7º Os membros titulares e respectivos suplentes exercerão

mandato de dois anos, admitindo-se uma única recondução, por igual período.

Art. 8º Cumpre ao Poder Executivo Municipal prover a infraestrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros. A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 9º Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I ☐ considerar-se colaboradoras do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários de serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;

II ☐ Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

III ☐ Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades-membros do CMAS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas na Lei 1.011/1999.

Lebon Régis, 27 de abril de 2016.

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Presidente

DJALMA MARCO DA ROCHA

1º Secretário

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 2781/2016

DECRETO N.º 2781/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016  
CONSTITUI E DESIGNA COMISSÃO PREPARATÓRIA DA CONFERÊNCIA DAS CIDADES – ETAPA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas Pela Lei Orgânica Municipal, especialmente na forma da Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Ministério das Cidades;

#### DECRETA

Art. 1º Fica constituída e designada a Comissão Preparatória Municipal da Conferência das Cidades no âmbito do Município de Lindóia do Sul, composta pelos seguintes membros:

- I – Valdecir José Missel – representante da Diretoria de Urbanismo
- II – Édna Cristina Kappke – representante do Departamento de Engenharia e Arquitetura
- III - Marinês Ribeiro Perondi – representante do Poder Executivo
- IV – Osvino Zuanazzi – representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- V - Alan Junior Pizzato – representante da Associação de Moradores do Centro
- VI – Loiri Rech – representante da Associação de Moradores dos Bairros

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 2.767/2016

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.  
Em 02 de maio de 2016

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### DECRETO 2782/2016

DECRETO N.º 2782/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016  
CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE LINDÓIA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas Pela Lei Orgânica Municipal, especialmente na forma da Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Ministério das Cidades;

#### DECRETA

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Lindóia do Sul, a se realizar no dia 14 de Junho de 2016, na Sala de reuniões da Câmara Municipal de Vereadores, sob a coordenação da Diretoria de Urbanismo.

Art. 2º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Lindóia do Sul, desenvolverá seus trabalhos a partir da temática "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e terá o lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Lindóia do Sul será presidida pelo Diretor de Urbanismo e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura.

Art. 4º A Comissão Municipal Preparatória da Conferência fará a elaboração do regimento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Lindóia do Sul.

Parágrafo único: O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Lindóia do Sul, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art. 5º As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Lindóia do Sul, correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 2.768/2016.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

Em 02 de maio de 2016

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

# Lontras

## PREFEITURA

**EDITAL N° 039/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

CREDENCIAMENTO N° 039/2016

OBJETO – Credenciamento para contratação de profissionais médicos especializados nas áreas de ortopedia, ginecologia, urologia e pediatria. Entrega e abertura dos envelopes: A partir das 08:00 horas do dia 02/05/2016. Maiores Informações e aquisição do edital junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 28 de abril de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

**EDITAL N° 040/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2016

OBJETO: Contratação de serviços de Assessoria Técnica para a Secretaria Municipal de Saúde. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas do dia 13/05/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 13/05/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br)– Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 02 de maio de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1 TERMO ADITIVO A ARP 036/15/FMS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC.

Aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e a empresa CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Uruguai nº 1123E, Bairro Maria Goretti na cidade de Chapecó/SC, CEP 89.801-431, inscrita no CNPJ sob o nº 02.756.441/0001-43, neste ato representada por seu procurador MARCELO ÁVILA, brasileiro, maior e capaz, casado, representante comercial, portador da cédula de identidade nº 12R 3.886.381e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.673659-84, denominado FORNECEDOR 2, classificada para a prestação de serviço descrita no Edital de Processo Licitatório nº 051/2015, Pregão Presencial nº 032/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO ACRÉSCIMO

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, a alteração do ARP PML nº 036/2015, acrescentando em 25% o quantitativo do item 08 (Agulha 40 x 12 descartável com bisel trifacetado, cânula silikonizada, tamanhos e calibres identificados por cores diferentes, com BPF (boas práticas de fabricação), em observância a Cláusula Sexta da supramencionada Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmados na Ata de o original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 02 de maio de 2016.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS CONTRATANTE	MARCELO ÁVILA CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA ME FORNECEDOR 2
---	---

#### TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 018/2016 - PP 011/2016 - VESTUÁRIOS - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 018/2016 - FMS

Pregão nº 011/2016 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 018/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição eventual e futura de vestuários, com amostra, destinados aos servidores e aos munícipes atendidos pelas Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e Conselho Tutelar de Luzerna, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* CLODOMIR BAHR JUNIOR – ME;

\* HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP

- Valor total: R\$ 22.930,50

Luzerna (SC), 2 de maio de 2016.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

Gestor do Fundo Municipal de Saúde



# Mafra

## PREFEITURA

### **HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2016**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2016.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, o RESULTADO do Processo Licitatório nº 155/2016 – Pregão Presencial – Registro de Preço nº 050/2016, referente à aquisição de veículos 0 km, destinados a Secretaria Municipal Agricultura e Interior.

Empresa vencedora: - SUPERAUTO MOTOR LTDA

CNPJ Nº: 72.297.468/0002-81

Valor Total: R\$ 90.200,00 (noventa mil e duzentos reais)

Mafra (SC), 02 de maio de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 33/2016

DECRETO Nº 33 DE 18 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E FIXA O ÍNDICE DE REVISÃO ANUAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE QUE TRATA O §2º DO ARTIGO 29 DA LEI MUNICIPAL Nº 985 DE 12 DE JUNHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O índice de revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos municipais, previstos na legislação municipal, extensivo aos inativos do regime próprio de previdência, aos agentes políticos, aos vereadores, aos secretários, aos diretores, aos chefes de departamentos e demais cargos comissionados constantes na estrutura administrativa do município, aos admitidos em caráter temporário, aos conselheiros tutelares e demais formas de remuneração prevista na legislação municipal, da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, de que trata o art. 29 da Lei Municipal nº 985 de 12 de junho de 2014 e o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a ser aplicado no mês de abril de 2016, compreendendo o período de 1º de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, conforme o § 2º do art. 29 da Lei Municipal nº 985 de 12 de junho de 2014, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado em 11,30% (onze inteiros e trinta centésimos por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2016.

Art. 3º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 18 de abril de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 18 de abril de 2016.

Valmir Carradore  
Secretaria de Administração

### DECRETO 36/2016

DECRETO Nº 36 DE 18 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA MEMBROS DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art.73, da Lei Orgânica do Município e o disposto na lei nº 950 de 26 de setembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme determina o art. 3º da lei nº 950 de 26/09/2013, os médicos abaixo relacionados, vinculados a empresa nomeada como Junta Médica Oficial, conforme o decreto nº 96/2015, para comporem a Junta Médica Oficial do Município de Maracajá:

I - Fernanda Knob Caldieraro (CRM 16.517)  
Médica Perita Chefe da Junta Médica Oficial

II – José Hudson Lamego da Silva (CRM 20.904)  
Médico Perito da Junta Médica Oficial

III – Renata Barros Souza (CRM 22.376)  
Médico Perito da Junta Médica Oficial

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 18 de Abril de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 18 de Abril de 2016.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**DECRETO 37/2016**

DECRETO Nº 37 DE 29 DE ABRIL DE 2016.

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, a homologação do resultado final do Concurso Público pelo Decreto nº 55 de 22 de junho de 2015;  
Considerando, a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;  
Considerando, o disposto no Edital de Concurso Público nº 01/2015;  
Considerando, que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para a convocação dos candidatos aprovados no certame;  
Considerando, o relevante interesse público,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam CONVOCADOS, em primeiro momento, os candidatos aprovados no concurso público, citados e relacionados no ANEXO I deste Decreto Municipal, fazendo parte integrante desta convocação, para comparecerem pessoalmente no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua convocação pessoal e/ou através do edital de convocação e de posse nº 09/2016, no horário das 14 h às 17 h, munido dos documentos necessários para a posse e dos exames médicos, cuja relação se encontra no Edital de Convocação e de Posse nº 09/2016, publicado na íntegra no Diário Oficial do Município de Maracajá e no site oficial cujo endereço eletrônico é: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br).  
Parágrafo único - Esta convocação pertence a nona chamada pública ao concurso público nº 01/2015.

Art. 2º Fica Homologado o Edital de Convocação e de Posse nº 09, anexo a este Decreto.

Art. 3º Todos os candidatos aqui chamados deverão estar munidos da documentação especificada no Edital de Convocação e de Posse nº 09, para a pretendida admissão.  
Parágrafo Único - Não serão admitidos os exames médicos exigidos, que tenham sido realizados há mais de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do presente Decreto e do Edital de Convocação e de Posse nº 09.

Art. 4º Se o candidato convocado não se apresentar para fazer a entrega de toda a documentação no prazo estabelecido, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 5º Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da posse.

Art. 6º Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de nomeação será revogada, ficando caracterizado a desistência do candidato.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de Abril de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 29 de Abril de 2016.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração**ANEXO I****RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO****ENSINO FUNDAMENTAL****FAXINEIRA/COPEIRA**

Inscrição	Nome	Classificação
76975	Rosalina Leal Darolt	5º

Maracajá/SC, 29 de Abril de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 09  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público de nº 001/2015 para Provimento de Cargos Efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Maracajá, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

**DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA**

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após sua convocação pessoal e/ou através deste edital depois de sua publicação, no horário das 14 h às 17 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II, exames relacionados no Anexo III deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Por ordem de chegada dos candidatos serão distribuídas senhas limitadas à capacidade de atendimento no período.

1.2 Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.2.1 Caso algum exame solicitado não fique pronto em tempo hábil, o candidato deverá apresentar justificativa escrita e protocolo ou comprovante de que o exame está agendado ou realizado, faltando somente o resultado, sendo que a apresentação do(s) exame(s) faltante(s) deverá(am) ocorrer antes da data agendada para a Perícia Médica.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente na perda do direito a nomeação ao cargo para o qual o candidato aprovado foi convocado.

**DOS EXAMES MÉDICOS**

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes no Anexo III deste Edital. Na apresentação dos documentos constantes no Anexo II e III, o Setor de Pessoal agendará dia e horário para a Avaliação pela Junta Médica Oficial do município de Maracajá.

2.1 Todos os documentos constantes nos Anexos II e III ficarão de posse do Setor de Recursos Humanos do Município que arquivará em pasta individual de cada candidato.

2.2 O custo para a realização dos exames solicitados no Anexo III deste edital são de responsabilidade do candidato e o Atestado Médico para admissão do novo servidor de responsabilidade do município.

**DA AVALIAÇÃO MÉDICA**

3. A avaliação da Junta Médica Oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

3.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial do Município de Maracajá, em local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, munidos dos exames constantes no Anexo III deste edital para submissão à referida avaliação.

3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

3.3 A não apresentação dos exames solicitados e a não avaliação pela junta médica, caracteriza renúncia tácita de direitos, ficando o Município de Maracajá devidamente autorizado a convocar outros classificados e aprovados no referido Concurso Público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

**DOS ATOS DE NOMEAÇÃO**

4. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria Municipal e será termo inicial para a posse do candidato, na forma da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) e da Lei Complementar nº 06/2003 do Município de Maracajá – SC, devidamente publicado no diário oficial do município de Maracajá.

**DA POSSE**

5. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, nos termos da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), Lei Complementar nº 06/2003 e da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) do Município de Maracajá – SC em data, horário e local definidos pela administração municipal e informado individualmente a cada candidato.

6. Empossado, o candidato terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar-se na Secretaria de Administração para receber instruções sobre o seu local de trabalho.

**DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO**

7. Salvo interesse do candidato em utilizar dos prazos legais, cumpridas todas as exigências do presente edital, poderá ser solicitado a apresentação do novo servidor para início das atividades conforme portaria individual de cada candidato, sendo que o ato oficial de nomeação ocorrerá em local, data e horário a ser informado a cada candidato.

Maracajá/SC, 29 de Abril de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

ANEXO I  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

#### RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO

##### ENSINO FUNDAMENTAL

##### MOTORISTA DE ÔNIBUS

Inscrição	Nome	Classificação
76975	Rosalina Leal Darolt	5º

Maracajá/SC, 29 de Abril de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

#### ANEXO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

#### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE

- 1) 01 (uma) Foto 3x4 recente e colorida;
- 2) Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (frente e verso);
- 3) Cópia do Pis/Pasep;
- 4) Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
  - 4.1 CPF;
  - 4.2 Identidade (RG);
  - 4.3 Título de Eleitor;
  - 4.4 Comprovante de quitação eleitoral;
  - 4.5 Certidão de casamento;
  - 4.6 Certidão de nascimento ou RG de filhos com até 21 (vinte e um) anos;
  - 4.7 Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
  - 4.8 Certificado de reservista para os homens;
  - 4.9 Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
  - 4.10 Comprovante de Residência atual;
  - 4.11 Carteira de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
  - 4.12 Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional.
- 5) Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
- 6) Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública ou que possui acumulação legal de cargos (modelos em anexo);
- 7) Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
- 8) Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico (cadastro de funcionário preenchido no momento da entrega dos documentos);
- 9) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública (modelo em anexo);
- 10) Abertura de conta no Banco do Brasil ou dados de conta existente (caso não possua conta no Banco do Brasil, solicitar junto ao Setor de Pessoal documento de autorização);



## DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, Apartamento ou Terreno			
Endereço	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Veículo				
Tipo	Ano	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Outros				

Fontes de Renda				

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA: Maracajá/SC, \_\_\_\_\_ de Abril de 2016.

Assinatura

## D E C L A R A Ç Ã O

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, declaro nos termos do artigo 37, incisos XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, não ocupar cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Maracajá/SC, \_\_\_\_\_ de Abril de 2016.

Assinatura do Candidato

## D E C L A R A Ç Ã O

(acumulação legal de cargos)

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, declaro ocupar legalmente outro cargo, emprego e/ou função pública, conforme o artigo 37, incisos XVI, XVII da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

Segue informações desse:

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão: \_\_\_\_\_

Carga Horária: \_\_\_\_\_

Declaro ainda, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Maracajá/SC, \_\_\_\_\_ de Abril de 2016.

Assinatura do Candidato

**TERMO DE INTERESSE NO CARGO**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o número ... \_\_\_\_\_ frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maracajá, confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de ... \_\_\_\_\_, nos termos da legislação municipal em vigor.

Maracajá/SC, ... \_\_\_\_\_ de Abril de 2016.

Assinatura do Candidato

**D E C L A R A Ç Ã O**

\_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.  
Maracajá/SC, \_\_\_\_ de Abril de 2016.

Assinatura do Candidato

ANEXO III  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

**RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS****1. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL (Todos os cargos):****1.1 EXAMES LABORATORIAIS:**

- 1.1.1 Hemograma
- 1.1.2 Glicose
- 1.1.3 Parcial de Urina

**1.2 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:**

- 1.2.1 Exames Laboratoriais descritos no item anterior
- 1.2.1 Colesterol
- 1.2.2 Triglicerídeos
- 1.2.3 Eletrocardiograma com laudo
- 1.2.4 Acuidade visual

**2. EXAMES ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO:****2.1 FAXINEIRA COPEIRA: Raio X Ombro Direito, Raio X Ombro Esquerdo, Rx Coluna Lombo Sacra..**

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

**EDITAL Nº 08/2016 - CONCURSO PÚBLICO**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 09  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público de nº 001/2015 para Provimento de Cargos Efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Maracajá, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

**DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA**

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após sua convocação pessoal e/ou através deste edital depois de sua publicação, no horário das 14 h às 17 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II, exames relacionados no Anexo III deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Por ordem de chegada dos candidatos serão distribuídas senhas limitadas à capacidade de atendimento no período.

1.2 Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.2.1 Caso algum exame solicitado não fique pronto em tempo hábil, o candidato deverá apresentar justificativa escrita e protocolo ou comprovante de que o exame está agendado ou realizado, faltando somente o resultado, sendo que a apresentação do(s) exame(s) faltante(s) deverá(am) ocorrer antes da data agendada para a Perícia Médica.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente na perda do direito a nomeação ao cargo para o qual o candidato aprovado foi convocado.

#### DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes no Anexo III deste Edital. Na apresentação dos documentos constantes no Anexo II e III, o Setor de Pessoal agendará dia e horário para a Avaliação pela Junta Médica Oficial do município de Maracajá.

2.1 Todos os documentos constantes nos Anexos II e III ficarão de posse do Setor de Recursos Humanos do Município que arquivará em pasta individual de cada candidato.

2.2 O custo para a realização dos exames solicitados no Anexo III deste edital são de responsabilidade do candidato e o Atestado Médico para admissão do novo servidor de responsabilidade do município.

#### DA AVALIAÇÃO MÉDICA

3. A avaliação da Junta Médica Oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

3.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial do Município de Maracajá, em local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, munidos dos exames constantes no Anexo III deste edital para submissão à referida avaliação.

3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

3.3 A não apresentação dos exames solicitados e a não avaliação pela junta médica, caracteriza renúncia tácita de direitos, ficando o Município de Maracajá devidamente autorizado a convocar outros classificados e aprovados no referido Concurso Público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

#### DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

4. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria Municipal e será termo inicial para a posse do candidato, na forma da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) e da Lei Complementar nº 06/2003 do Município de Maracajá – SC, devidamente publicado no diário oficial do município de Maracajá.

#### DA POSSE

5. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, nos termos da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), Lei Complementar nº 06/2003 e da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) do Município de Maracajá – SC em data, horário e local definidos pela administração municipal e informado individualmente a cada candidato.

6. Empossado, o candidato terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar-se na Secretaria de Administração para receber instruções sobre o seu local de trabalho.

#### DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

7. Salvo interesse do candidato em utilizar dos prazos legais, cumpridas todas as exigências do presente edital, poderá ser solicitado a apresentação do novo servidor para início das atividades conforme portaria individual de cada candidato, sendo que o ato oficial de nomeação ocorrerá em local, data e horário a ser informado a cada candidato.

Maracajá/SC, 29 de Abril de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

ANEXO I  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO

ENSINO FUNDAMENTAL

MOTORISTA DE ÔNIBUS

Inscrição	Nome	Classificação
76975	Rosalina Leal Darolt	5º

Maracajá/SC, 29 de Abril de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

ANEXO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE

- 1) 01 (uma) Foto 3x4 recente e colorida;
- 2) Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (frente e verso);
- 3) Cópia do Pis/Pasep;
- 4) Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
  - 4.1 CPF;
  - 4.2 Identidade (RG);
  - 4.3 Título de Eleitor;
  - 4.4 Comprovante de quitação eleitoral;
  - 4.5 Certidão de casamento;
  - 4.6 Certidão de nascimento ou RG de filhos com até 21 (vinte e um) anos;
  - 4.7 Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
  - 4.8 Certificado de reservista para os homens;
  - 4.9 Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
  - 4.10 Comprovante de Residência atual;
  - 4.11 Carteira de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
  - 4.12 Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional.
- 5) Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
- 6) Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública ou que possui acumulação legal de cargos (modelos em anexo);
- 7) Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
- 8) Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico (cadastro de funcionário preenchido no momento da entrega dos documentos);
- 9) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública (modelo em anexo);
- 10) Abertura de conta no Banco do Brasil ou dados de conta existente (caso não possua conta no Banco do Brasil, solicitar junto ao Setor de Pessoal documento de autorização);

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, Apartamento ou Terreno			
Endereço	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual


Veículo				
Tipo	Ano	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Outros				

Fontes de Renda				

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA: Maracajá/SC, \_\_\_\_\_ de Abril de 2016.

Assinatura

#### D E C L A R A Ç Ã O

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, declaro nos termos do artigo 37, incisos XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, não ocupar cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Maracajá/SC, \_\_\_\_\_ de Abril de 2016.

Assinatura do Candidato

#### D E C L A R A Ç Ã O (acumulação legal de cargos)

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, declaro ocupar legalmente outro cargo, emprego e/ou função pública, conforme o artigo 37, incisos XVI, XVII da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

Segue informações desse:

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão: \_\_\_\_\_

Carga Horária: \_\_\_\_\_

Declaro ainda, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Maracajá/SC, \_\_\_\_\_ de Abril de 2016.

Assinatura do Candidato

#### TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o número ... \_\_\_\_\_ frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maracajá, confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de ... \_\_\_\_\_, nos termos da legislação municipal em vigor.

Maracajá/SC, ... \_\_\_\_\_ de Abril de 2016.

Assinatura do Candidato



**D E C L A R A Ç Ã O**

\_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Maracajá/SC, \_\_\_\_ de Abril de 2016.

Assinatura do Candidato

ANEXO III  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

**RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS****1. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL (Todos os cargos):****1.1 EXAMES LABORATORIAIS:**

- 1.1.1 Hemograma
- 1.1.2 Glicose
- 1.1.3 Parcial de Urina

**1.2 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:**

- 1.2.1 Exames Laboratoriais descritos no item anterior
- 1.2.1 Colesterol
- 1.2.2 Triglicerídeos
- 1.2.3 Eletrocardiograma com laudo
- 1.2.4 Acuidade visual

**2. EXAMES ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO:**

- 2.1 FAXINEIRA COPEIRA: Raio X Ombro Direito, Raio X Ombro Esquerdo, Rx Coluna Lombo Sacra..

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

**PORTARIA 298/2016**

Portaria nº 298 de 1º de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV e de acordo com o Projeto de Lei nº 03/2014 (convênio APAE),

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear JOÃO MANOEL DE ALMEIDA, brasileiro, maior, nascido em 18 de março de 1991, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 078.996.349-38, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. MAG 80%, no período de 1º de abril de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na APAE de Maracajá.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de abril de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 299/2016**

Portaria nº 299 de 1º de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear MARIA APARECIDA LUIZ, brasileira, maior, nascida em 24 de outubro de 1960, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 480.045.459-04, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, no período de 1º de abril de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 300/2016**

PORTARIA Nº. 300 DE 1º DE ABRIL DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar Nº. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,  
**RESOLVE,**

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:  
Gerson Nazário, ocupante do Cargo de Administrador do Centro de Triagem, referente ao período aquisitivo de 1º/4/2014 a 31/3/2015, com gozo em 1º/4/2016 e término em 30/4/2016.  
Sílvia Aparecida Pereira Fontana, ocupante do Cargo de Enfermeiro, referente ao período aquisitivo de 4/2/2013 a 3/2/2014, com gozo em 30/4/2016 e término em 29/5/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 1º de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 301/2016**

PORTARIA Nº. 301 DE 1º DE ABRIL DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

**RESOLVE,**

Art. 1º Conceder férias a servidora Elizandra Bonfante Leandro, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 18/3/2015 à 17/3/2016, com gozo em 11/4/2016 e término em 20/4/2016.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015, fica convertido 20 (vinte) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 302/2016**

PORTARIA Nº 302 DE 1º DE ABRIL DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA SÍLVIA APARECIDA PEREIRA FONTANA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

Considerando e respeitando o direito adquirido pela servidora,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Sílvia Aparecida Pereira Fontana, referente ao período de 5/2/2010 à 4/2/2015.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 31/3/2016 à 29/4/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 31 de março de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 1º de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 303/2016**

Portaria nº 303 de 1º de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV e de acordo com o Projeto de Lei nº 03/2014 (convênio APAE),

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear DEBORA TEIXEIRA MOTA CUSTÓDIO, brasileira, maior, nascida em 7 de fevereiro de 1993, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 087.302.069-36, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. MAG 80%,

no período de 1º de abril de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na APAE de Maracajá.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de abril de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### **PORTARIA 304/2016**

Portaria nº 304 de 1º de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear MARIA REGINA RÉUS, brasileira, maior, nascida em 27 de abril de 1961, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 416.071.550-87, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, no período de 1º de abril de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de abril de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### **PORTARIA 305/2016**

Portaria nº 305 de 1º de abril de 2016.

ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA EFETIVA SIMONE AMANDA DIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 28 da Lei Complementar Nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Alterar temporariamente a carga horária de 20h (vinte horas) para 40h (quarenta horas) da professora efetiva Simone Amanda Dias, matrícula 2083, devido ao desdobramento de turma.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de abril de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 1º de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### **PORTARIA 306/2016**

Portaria nº 306 de 5 de abril de 2016.

NOMEIA DILNEI FAUSTO BORGES, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE TURISMO.

O Prefeito Wagner da Rosa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015 e o Art. 43 da Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015, resolve:

#### **NOMEAR**

Art. 1º DILNEI FAUSTO BORGES, brasileiro, maior, nascido em 9 de agosto de 1965, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 578.565.409-15, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Turismo do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, atribuindo-lhe a gratificação mensal de 80% (oitenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de abril de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 5 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### **PORTARIA 307/2016**

Portaria Nº 307, de 5 de abril de 2016.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 831 de 25 de fevereiro de 2011, e de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 1º de abril de 2016, a servidora pública nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola, SAMIRA FREITAS DE SOUZA, CPF 058.857.149-08, matrícula Nº 2103, nascida em 22 de fevereiro de 1987.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de abril de 2016.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 204/2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de abril de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 308/2016**

Portaria nº 308 de 5 de abril de 2016.

NOMEIA JÉSSICA LEANDRO, PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Wagner da Rosa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 24 de 9 de dezembro de 2010, e de conformidade com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, JÉSSICA LEANDRO, brasileira, maior, nascida em 26 de junho de 1995, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 084.947.069-26, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário de Turismo e Meio Ambiente do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 5 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 309/2016**

PORTARIA Nº. 309 DE 8 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar Nº. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015, RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor que se relaciona: Denner Lucas Casagrande, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Educação, referente ao período aquisitivo de 1º/3/2014 a 28/2/2015, com gozo em 11/4/2016 e término em 10/5/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá, em 8 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 8 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 310/2016**

Portaria nº 310 de 8 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear SAMIRA FREITAS DE SOUZA, brasileira, maior, nascida em 22 de fevereiro de 1987, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 058.857.149-08, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, no período de 4 de abril de 2016 podendo vigorar até 23 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 4 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 8 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 8 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 311/2016**

Portaria nº 311 de 8 de abril de 2016.

Nomeia Elinéia Acordi Dordet, para exercer o cargo em Comissão de Diretor de Escola.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 427 de 7 de outubro de 1997, em concordância com as Leis 831 de 25 de fevereiro de 2011 e 955 de 10 de outubro de 2013, resolve:

**Nomear**

Art. 1º Elinéia Acordi Dordet, brasileira, maior, nascida a 2 de julho de 1965, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 518.438.979-20, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola (Diretor do Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha), do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º O Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha conta nesta data com 197 (cento e noventa e sete alunos, dando então direito a gratificação mensal de 10% (dez por cento) sobre o vencimento do cargo em comissão de Diretor.

Parágrafo único. Fica sob a responsabilidade do Departamento de Educação o controle mensal do número de alunos regularmente matriculados na Unidade Escolar para efeito de alteração de gratificação mensal no vencimento do Diretor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 4 de abril de 2016.

Art. 4º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 8 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 8 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 312/2016**

PORTARIA Nº. 312 DE 13 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE ADICIONAL DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 1º da Lei Nº. 644 de 14/12/2005,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder adicional de alimentação aos servidores que se relacionam:

MATRÍCULA	NOME	CARGO
2119	Claudionor Candido	Motorista de Ambulância
2120	Laênio Luiz Rocha	Motorista de Ambulância
2158	Ari Zappe	Motorista de Automóvel

Por prestarem seus serviços ao Departamento de Saúde.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá, em 13 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 313/2016**

Portaria nº 313 de 13 de abril de 2016.

NOMEIA EDINEI PEDRO ROCHA, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESPORTES.

O Prefeito Wagner da Rosa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015 e o Art. 43 da Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015, resolve:

NOMEAR

Art. 1º EDINEI PEDRO ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 22 de abril de 1981, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 032.739.699-70, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Esportes do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, atribuindo-lhe a gratificação mensal de 60% (sessenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 4 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 13 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 13 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 314/2016**

PORTARIA Nº. 314 DE 13 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORES.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no Art. 123 da Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015,

RESOLVE

Art. 1º Conceder o adicional de insalubridade conforme LTCAT de 14 de agosto de 2015, aos servidores como segue abaixo:

MATR.	NOME	CARGO	PERCENTUAL DE INSALUBRIDADE	LOCAL DE TRABALHO
2016	Rosilane Dassoler da Silva Valério	Enfermeiro	20% Biológico	Cemasas
2129	Bruna Teixeira da Silva	Enfermeiro - ESF	20% Biológico	Cemasas
2131	Everton Santos Ferreira	Odontólogo - ESF	20% Biológico	Cemasas
2127	Silvana Bilésimo	Técnico em Enfermagem - ESF	20% Biológico	Cemasas



2128	Ana Elizia Jerônimo	Técnico em Enfermagem - ESF	20% Biológico	Cemasas
2023	Gilberto Pedro Ramos	Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais (Limpeza Rede Esgoto)	20% Biológico	Perímetro Urbano/Interior do Município
2025	Jaqueline Manoel da Silva	Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais	20% Biológico	Cemasas
2026	Edmilson João Ugioni	Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais (Limpeza Rede Esgoto)	20% Biológico	Perímetro Urbano/Interior do Município
2148	Vilson Gabriel de Lima	Borracheiro e Lubrificador	40% Químico	Garagem Prefeitura
2118	Ana Maria Martins Farias	Faxineira / Copeira	20% Biológico	Cemasas
2071	Flávia Suzeti Rocha	Gari / Separador de Resíduos Sólidos	40% Biológico	Centro de Triagem
2072	Aline Luci Cardozo Lopes	Gari / Separador de Resíduos Sólidos	40% Biológico	Centro de Triagem
2073	Marlene Mafioletti	Gari / Separador de Resíduos Sólidos	40% Biológico	Centro de Triagem
2074	Jorge Manoel Rocha	Gari / Separador de Resíduos Sólidos	40% Biológico	Centro de Triagem
2030	Adriano Zélio Pereira	Mecânico	40% Químico	Garagem Prefeitura
2119	Claudionor Candido	Motorista de Ambulância	20% Biológico	Cemasas
2120	Laenio Luiz Rocha	Motorista de Ambulância	20% Biológico	Cemasas
2064	Alex Moreira	Operador de Máquinas e Equipamentos	20% Físico	Agricultura
2065	André Zélio Pereira	Operador de Máquinas e Equipamentos	20% Físico	Agricultura
2066	Aristeu José Macedo	Operador de Tratores Agrícolas	20% Físico	Agricultura
2067	Adenir Luiz Padilha da Silva	Operador de Tratores Agrícolas	20% Físico	Agricultura

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá, em 13 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

## **PORTARIA 315/2016**

Portaria nº 315 de 19 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear MANOEL JOSÉ DA ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 7 de outubro de 1955, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 480.045.889-72, para exercer o cargo de Motorista de Ambulância - ACT, 40 horas, no período de 19 de abril de 2016 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de insalubridade, conforme LTCAT e adicional de alimentação conforme Lei nº 644/2005 ao servidor nomeado para o cargo de Motorista de Ambulância.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 316/2016**

Portaria nº 316 de 19 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear ENIO HENRIQUE, brasileiro, maior, nascido em 8 de julho de 1953, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 636.846.329-53, para exercer o cargo de Motorista de Automóvel - ACT, 40 horas, em substituição ao Motorista de Automóvel efetivo Dilnei Fausto Borges que se encontra ocupando cargo em comissão.

Art. 2º Fica concedido adicional de alimentação conforme Lei nº 644/2005 ao servidor nomeado para o cargo de Motorista de Automóvel, por prestar seus serviços junto ao Cemajas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 317/2016**

Portaria nº 317 de 19 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear MANOEL EUCLIDES DA ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 15 de setembro de 1961, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 558.513.479-53, para exercer o cargo de Motorista de Caminhão - ACT, 40 horas, no período de 19 de abril de 2016 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Motorista de Caminhão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 318/2016**

Portaria nº 319 de 19 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear PAULO AFONSO DAROLT, brasileiro, maior, nascido em 25 de janeiro de 1965, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 521.245.689-49, para exercer o cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 25 de abril de 2016 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais (Limpeza Rede Esgoto).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 320/2016**

Portaria nº 320 de 19 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear ANDRÉ DA SILVA, brasileiro, maior, nascido em 12 de janeiro de 1980, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 032.080.229-99, para exercer o cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 25 de abril de 2016 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais (Limpeza Rede Esgoto).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 321/2016**

Portaria nº 321 de 19 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO, brasileiro, maior, nascido em 22 de março de 1975, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 022.573.759-04, para exercer o cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 25 de abril de 2016 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais (Limpeza Rede Esgoto).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 322/2016**

Portaria nº 322 de 19 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear JUCILENE FERNANDES, brasileira, maior, nascida em 6 de agosto de 1978, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 074.088.649-54, para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos - ACT, 40 horas, no período de 25 de abril de 2016 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 323/2016**

Portaria nº 323 de 19 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear MARIA DE LOURDES PEREIRA, brasileira, maior, nascida em 17 de dezembro de 1974, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 845.918.979-15, para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos - ACT, 40 horas, no período de 25 de abril de 2016 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 324/2016**

Portaria nº 324 de 19 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear RAMON DA LUZ PEDROSO, brasileiro, maior, nascido em 20 de dezembro de 1992, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 087.143.649-30, para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos - ACT, 40 horas, no período de 25 de abril de 2016 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos, por atuar na Coleta de Lixo para o Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de abril de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 325/2016**

Portaria nº 325 de 19 de abril de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear AMANDIO SANTOS DE FREITAS, brasileiro, maior, nascido em 1º de abril de 1949, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 062.221.219-26, para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos - ACT, 40 horas, no período de 25 de abril de 2016 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de abril de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 326/2016**

Portaria Nº 326, de 27 de abril de 2016.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 27 de abril de 2016, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, FRANCIANE DA SILVA, CPF 078.348.129-20, matrícula Nº 1910, nascida em 5 de dezembro de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 057/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 27 de abril de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 27 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 327/2016**

PORTARIA Nº. 327 DE 26 DE ABRIL DE 2016.

ALTERA O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no Art. 123 da Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015 e no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE,**

Art. 1º Alterar a partir de 2 de maio de 2016, o percentual de 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade para 20% (vinte por cento) conforme LTCAT, ao servidor Gilmar Adão Gonçalves, ocupante do Cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços gerais, por passar a prestar seus serviços no Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos e estar efetuando a limpeza na rede de esgotos.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 26 de abril de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 26 de abril de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 332/2016**

Portaria nº 332 de 2 de maio de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear NIVALDO JOÃO MARTINS, brasileiro, maior, nascido em 10 de janeiro de 1971, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 845.911.539-91, para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos - ACT, 40 horas, no período de 2 de maio de 2016 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de maio de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de maio de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 333/2016**

Portaria N.º 333 de 2 de maio de 2016.

Nomeia José Adelino Waterkemper para exercer o cargo de Motorista de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 08 de 18 de abril de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 4 de maio de 2016, JOSÉ ADELINO WATERKEMPER, brasileiro, maior, nascido em 12 de setembro de 1966, portador da Cédula de Identidade nº. 1.977.754, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 591.520.609-34, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 2 de maio de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 2 de maio de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração



# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 455/2016

DECRETO Nº 455, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
06.01 – Departamento de Urbanismo  
15 – Urbanismo  
15.452 – Serviços Urbanos  
15.452.0011 – Serviços Urbanos  
15.452.0011.1.106 – CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
4.0.00.00 – Despesas de Capital  
4.4.00.00 – Investimentos  
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
06.01 – Departamento de Urbanismo  
15 – Urbanismo  
15.452 – Serviços Urbanos  
15.452.0011 – Serviços Urbanos  
15.452.0011.1.106 – CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de abril de 2016.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 456/2016

DECRETO Nº 456, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
07.01 – Fundo Mun. de Desenvolvimento Agropecuário  
20 - Agricultura  
20.606 – Extensão Rural  
20.606.0013 – Agricultura Fortalecida  
20.606.0013.2.115 – MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
4.0.00.00 – Despesas de Capital  
4.4.00.00 – Investimentos  
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
07.01 – Fundo Mun. de Desenvolvimento Agropecuário  
20 - Agricultura  
20.606 – Extensão Rural  
20.606.0013 – Agricultura Fortalecida  
20.606.0013.2.115 – MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de abril de 2016.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 457/2016**

DECRETO Nº 457, DE 2 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 243/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado por tempo determinado, pelo período de 2 de maio a 25 de julho de 2016, FERNANDO HENRIQUE KRUGER, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 070.225.479-71, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Esportes, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 458/2016**

DECRETO Nº 458, DE 2 DE MAIO DE 2016

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 35, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 19 de novembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal SÉRGIO BOURSCHIED, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, 40 horas semanais.

Parágrafo único. A rescisão dá-se em razão de aposentadoria por tempo de contribuição, benefício nº 168.227.274-2.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**EDITAL CLASSIFICAÇÃO SELETIVO Nº 002/2016**

PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 002/2016

A Prefeita Municipal de Maravilha/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados o Edital de Classificação Preliminar dos Aprovados no Processo Seletivo 002/2016 nos termos que seguem:

I – Para os CARGOS previstos no edital do Processo Seletivo nº 002/2016, conforme CAPÍTULO IV - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO (do Edital), foram aprovados os seguintes candidatos:

Nº.	Nome	Pontos
1	DANIELA BAGNARA	5
2	DIONATAN CASSIO WEHRMANN BERNHARD	1,5

Maravilha(SC), 29 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

PREFEITA MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 058/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 058/2016 – Modalidade de Tomada de Preços n. 007/2016.

Valor orçado da obra: R\$ 44.752,44

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 007/2016, a contratação de empresa especializada para execução de reforma e melhorias em praças públicas do Município de Maravilha, conforme projeto básico, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 18 horas do dia 19 de maio de 2016. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas, ocorrerá no dia 20 de maio de 2016, com início às 09 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 02 de maio de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ADITIVO QUANTITATIVO - LIC 43.2016 PP 27.2016 - DECORAÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITAMENTO

Processo Licitatório Nº 43/2016

Pregão Presencial Nº 27/2016

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 43/2016 - Pregão Presencial Nº 27/2016, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos a CONTRATAÇÃO DE PRESTADORA DE SERVIÇO INERENTE A DECORAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA DECORAÇÃO DOS PAVILHÕES DA 15ª FECARROZ.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PRESTADORA DE SERVIÇO INERENTE A DECORAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA DECORAÇÃO DOS PAVILHÕES DA 15ª FECARROZ.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTITATIVO

2.1 Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações, quantitativos aditados.

LOTE	NOME EMPRESA	DESCRIÇÃO	VALOR LICITADO	VALOR ADITIVADO
01	LILI FIORI LTDA - ME	FORNECIMENTO DA DECORAÇÃO PARA OS PAVILHÕES "C, D E PAVILHÃO DO GADO" E LOCAÇÃO DE PLAN-TAS ORNAMENTAIS		
1.1		DECORAÇÃO PAVILHÃO "C" - decoração com tnt em 3 cores ou mais no teto compreendendo uma área de 1.875 m², sendo tiras de 0,45 m e espaçamento entre elas de 0,50 m, dividida em 3 módulos de 25 x 25 m. o módulo central com formato de círculo, o módulo próximo ao palco em formato de meio círculo e o modulo do restaurante acompanhando a inclinação do telhado. - reforma de 2 arcos com flores na cor amarela e lâmpadas - 30 cortinas de tnt branco para as colunas PAVILHÃO "D" - decoração para colunas em formato de caule com malha na cor marrom e folhas artificiais verdes, inclusive com estrutura metálica. PAVILHÃO DO GADO - decoração do hall de entrada executando caminhos, com arvores, luzes e plantas totalizan-do 200,00 m² - forração com tnt da casa das antiguidades, luzes e plantas.	R\$ 19.400,00	R\$ 4.850,00
VALOR TOTAL ADITIVO			R\$ 4.850,00	

1.1. O valor estimado do aditivo é de R\$ 4.850,00 (QUATRO MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº 43/2016- Pregão Presencial Nº 27/2016, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo.

Massaranduba – SC	26	de	Março	de	2016
MARIO FERNANDO REINKE Prefeito					LILI FIORI LTDA - ME RODRIGO SPEZIA

**CO 35.2016 (FMS) JULIANA RANGHETTI LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA - ME**

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2016

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: JULIANA RANGHETTI LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS DE PATOLOGIA (LABORATÓRIOS) DO REFERIDO GRUPO, NA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS/SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

VALOR CONTRATADO: R\$ 546.366,72 (QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS).

SIMONE APARECIDA DE SOUZA - GESTORA

MASSARANDUBA, 02 DE MAIO DE 2016.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45.2016 PP 29.2016 (PMM) - PNEUS E OUTROS PARA FROTA MUNICIPAL**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES E SERVIÇOS DE RECAPAGENS PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 16/05/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 16/05/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 03 de maio de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO Nº 089/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: [cvm@netuno.com.br](mailto:cvm@netuno.com.br) site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº089/2016.

02/05/2016

Autoriza o Licenciamento ao Vereador José Osnir Ronchi pelo prazo de quinze (15) dias para tratar de assunto de interesse particular

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao Vereador José Osnir Ronchi, para tratar de assuntos de interesse particular pelo prazo de quinze (15) dias a contar do dia 1º ao dia 15 de maio de 2016.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, Parágrafo 1º do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 02 DE MAIO DE 2016.

Vanderlei Sasse

Presidente

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo.

# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 208/2016

PORTARIA n.º 208/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora DIANA MENEGON MEZARI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no CRAS, para exercer suas atividades no Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 209/2016

PORTARIA n.º 209/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

#### NOMEAR

Art. 1.º O Senhor JONAS FAGUNDES VIEIRA, para ocupar o cargo de auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2015, homologado em 29 de Janeiro de 2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 211/2016

PORTARIA n.º 211/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### EXONERAÇÃO

Art. 1.º O Senhor HENRIQUE MOTA TEIXEIRA, do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o Termo de Convênio nº 2002/2014, firmado entre a Prefeitura Municipal de Meleiro e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 29/04/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 212/2016

PORTARIA n.º 212/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora ZILDA CARBONI MIOT, da função de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



**PORTARIA Nº 213/2016**

PORTARIA n.º 213/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal SANDRO EFFTING, ocupante do cargo de Médico ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de Setembro de 2010 a 30 de Agosto de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/05/2016.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 214/2016**

PORTARIA n.º 214/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MÉDICO

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1.º A pedido, o Senhor SILVIO ROGERIO CALDAS, do cargo de Médico, para exercer suas atividades vinculada a Secretaria de Saúde, com carga horária de 10 (dez) partir da presente data.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 215/2016**

PORTARIA n.º 215/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MÉDICO - E.S.F .

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Leis Complementares n.º 027/2009, nº 032/2010 e nº 034/2011, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º O Senhor VINÍCIO MUCILLO NETO, do cargo de Médico – E.S.F, com suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Maio de 2016

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0139/2016

DECRETO Nº 0139/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ADRIANA PATRICIA PIROVANO, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO DE MODELO, EDITAL Nº 001/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.224/2015, 2.253/2016, em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2016 homologado pelo Decreto nº 097/2016 em 18.03.2016, do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir desta data, a Sra. ADRIANA PATRICIA PIROVANO, portadora do CPF nº 054.652.489-39, RG nº 5.198.932-8, aprovada no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2016, para o cargo de EDUCADOR SOCIAL, do Município de Modelo/SC, nível 45 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 horas semanais, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 02 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE Nº 020/2016 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2016  
REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 0139/2016  
CARGO: Educador Social

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu a Sra. ADRIANA PATRICIA PIROVANO, portadora do CPF nº 054.652.489-39, RG nº 5.198.932-8, nomeada a fim de tomar posse no cargo de EDUCADOR SOCIAL, conforme especificado pelo Decreto 0139/2016.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgado apto físico e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional

seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 02 de maio de 2016.  
ADRIANA PATRICIA PIROVANO  
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0140/2016

DECRETO Nº 0140/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ERIVANE DANIELA PIROVANO, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO DE MODELO, EDITAL Nº 001/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.248/2015, 2.253/2016, em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2016 homologado pelo Decreto nº 097/2016 em 18.03.2016, do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir desta data, a Sra. ERIVANE DANIELA PIROVANO, portadora do CPF nº 062.340.159-21, RG nº 5.177.033, aprovada no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2016, para o cargo de NUTRICIONISTA, do Município de Modelo/SC, nível 45 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 20 horas semanais, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 02 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**TERMO DE POSSE Nº 021/2016 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2016**

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 0140/2016

CARGO: Nutricionista

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu a Sra. ERIVANE DANIELA PIROVANO, portadora do CPF nº 062.340.159-21, RG nº 5.177.033, nomeada a fim de tomar posse no cargo de NUTRICIONISTA, conforme especificado pelo Decreto 0140/2016.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgado apto físico e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 02 de maio de 2016.

ERIVANE DANIELA PIROVANO

Servidora

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 0141/2016**

DECRETO Nº 0141/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, VERONICE STRAPAZZON BALDIN, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE MODELO, EDITAL Nº 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.110/2013, 2.253/2016 em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2015, do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a partir desta data, a Sra. VERONICE STRAPAZZON BALDIN, portadora do CPF nº 036.270.779-03, RG nº 3.437.144-3, aprovada no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2015, para o cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL, do Município de Modelo/SC, nível 13 referência “A” da Tabela de Isonomia de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 horas semanais, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 02 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

**TERMO DE POSSE Nº 022/2016 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2015**

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 0141/2016

CARGO: Auxiliar Educacional

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu a Sra. VERONICE STRAPAZZON BALDIN, portadora do CPF nº 036.270.779-03, RG nº 3.437.144-3, nomeada a fim de tomar posse no cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL, com lotação no Departamento Municipal de Educação, conforme especificado pelo Decreto nº 0141/2016.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 02 de maio de 2016.

VERONICE STRAPAZZON BALDIN

Servidora

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 0142/2016**

DECRETO Nº 0142/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ADILSON CESAR BRAUN PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado nesta data, o Sr. ADILSON CESAR BRAUN, portador do CPF nº 767.621.229-49, RG nº 2.162.794-0, para desempenho do cargo em comissão de DIRETOR MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com lotação na Diretoria Geral da Administração e Fazenda do município de Modelo/SC.

Art. 2º - O servidor nomeado através deste decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-10, do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,  
aos 02 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**TERMO DE POSSE 023/2016**

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0142/2016

Cargo em Comissão: Diretor

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu o Senhor ADILSON CESAR BRAUN, portador do CPF nº 767.621.229-49, RG nº 2.162.794-0, a fim de tomar posse no cargo de Diretor, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0142/2016, com lotação no Departamento Municipal de Administração e Fazenda de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgado apto físico e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 02 de maio de 2016.

ADILSON CESAR BRAUN  
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 0143/2016**

DECRETO Nº 0143/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANGELA NEU, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerada a partir desta data, a Servidora ELISANGELA NEU, do cargo comissionado de Assessora de Departamento, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 02 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

ELISANGELA NEU

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**DECRETO Nº 0144/2016**

DECRETO Nº 0144/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ELISANGELA NEU PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 03 de maio de 2016, a Sra. ELISANGELA NEU, portadora do CPF nº 986.637.559-53, RG nº 2.430.893, para desempenho do cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, com lotação no Departamento Municipal de Saúde do município de Modelo/SC.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-08, do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.



Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03.05.2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,  
aos 02 de maio de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE 024/2016  
REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0144/2016

Cargo em Comissão: Chefe de Departamento

Aos três dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora ELISANGELA NEU, portadora do CPF nº 986.637.559-53, RG nº 2.430.893, a fim de tomar posse no cargo de Chefe de Departamento, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0144/2016, com lotação no Departamento Municipal de Saúde de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 03 de maio de 2016.  
ELISANGELA NEU  
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### **ERRATA AO CONTRATO Nº 003/2016**

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº003/2016  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 313/2015  
PREGÃO N. 31/2015  
CONTRATO N. 003/2016  
CONTRATADA: ADEVAL BIKE PAPELARIA E BAZAR LTDA EPP  
VALOR: R\$ 14.534,59

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que o contrato supra citado com a Empresa vencedora do Processo Licitatório n. 313/2015, Pregão n. 31/2015, objeto: AQUISIÇÃO DE

MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, publicado em 16 de fevereiro de 2016 torna-se nulo por motivo de atualização de ata no item numero 43 e posteriormente feito novo contrato de numero 51/2016 e nova publicação.

Modelo (SC), 02 de maio de 2016.  
Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº51/2016**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/16  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.313/2015  
PREGÃO N. 31/2015  
CONTRATADA: ADEVAL BIKE PAPELARIA E BAZAR LTDA EPP  
VALOR: R\$17.756,59

O gestor do município de Modelo- SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC A integral do contrato está disponibilizado no site do município no endereço [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 02 de maio de 2016.  
Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 094/2016**

PORTARIA Nº 094/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA PATRICIA PIROVANO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal ADRIANA PATRICIA PIROVANO, nomeada pelo Decreto nº 0139/2016, o exercício das funções do cargo efetivo de Educador Social, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Assistência Social, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 02 de maio de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento



**PORTARIA Nº 095/2016**

PORTARIA Nº 095/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ERIVANE DANIELA PIROVANO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal ERIVANE DANIELA PIROVANO, nomeada pelo Decreto nº 0140/2016, o exercício das funções do cargo efetivo de Nutricionista, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Educação, e igualmente, no Departamento Municipal da Saúde com carga horária de 04 horas semanais, para atendimento das atividades e programas na área nutricional.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 02 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 096/2016**

PORTARIA Nº 096/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERONICE STRAPAZZON BALDIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal VERONICE STRAPAZZON BALDIN, nomeada pelo Decreto nº 0141/2016, o exercício das funções do cargo efetivo de Auxiliar Educacional, com lotação no Departamento Municipal de Educação e atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller do Município de Modelo/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 02 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

**EXTRATO CONTRATO Nº. 024/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: ACLARA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº. 025/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 3.760,00 (três mil, setecentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº. 026/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 3.312,00 (três mil, trezentos e doze reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº. 027/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: BS EQUIPAMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 3.124,00 (três mil, cento e vinte e quatro reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº. 028/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: COMPLEX TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 417,00 (quatrocentos e dezessete reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº. 029/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondai, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 15.447,00 (quinze mil, quatrocentos e quarenta e sete reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondai – SC, 29 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº. 030/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: DUCA MÓVEIS LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondai, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 2.289,74 (dois mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondai – SC, 29 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº. 031/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: ELETRO MÓVEIS BOM PREÇOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondai, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 3.855,90 (três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondai – SC, 29 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº. 032/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: EQUIPOS COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondai, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 7.757,00 (sete mil, setecentos e cinquenta e sete reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondai – SC, 29 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº. 033/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondai, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 1.384,00 (um mil, trezentos e oitenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondai – SC, 29 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº. 034/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: J.C.F MARANA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondai, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 2015OB849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 1.705,00 (um mil setecentos e cinco reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de abril de 2016.  
LENOIR DA ROCHA  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATO Nº. 035/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: JVS COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 20150B849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de abril de 2016.  
LENOIR DA ROCHA  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATO Nº. 036/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 20150B849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 9.499,99 (nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de abril de 2016.  
LENOIR DA ROCHA  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATO Nº. 037/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO

OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 20150B849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 3.518,00 (três mil, quinhentos e dezoito reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de abril de 2016.  
LENOIR DA ROCHA  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATO Nº. 038/2016 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: TELETRÔNICA PINHAL LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 20150B849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016.

VALOR: R\$ 10.945,00 (dez mil, novecentos e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de abril de 2016.  
LENOIR DA ROCHA  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 035/15**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ADEMAR MEURER

OBJETO: reajuste com base no IGPM referente ao período de março de 2015 a fevereiro de 2016, num percentual de 12,08% nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 032/2015.

VALOR: R\$ 1.304,64 (Um mil trezentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 28 de abril de 2016.  
LENOIR DA ROCHA  
Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 54/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 54/2016 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2016

1.1 OBJETO: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS MONOCROMÁTICAS PARA USO DOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, EEB MUNICIPAL ERCI DICK E EEB CARLOS PISANI E 2 ADMINISTRAÇÃO.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: a partir das 08:00 horas do dia 03/maio/2016 até as 13:45 horas do dia 13/maio/2016; ABERTURA: às 14:00 horas do dia 13/maio/2016.

TIPO MENOR PREÇO ☐ POR ITEM . INFORMAÇÕES E ENTREGA:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

d) e-Mail: [compras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:compras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 02 de Maio de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 55/2016 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

#### REGISTRO DE PREÇOS

1.1 OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de SERVIÇOS DE PINTOR, PEDREIRO, CARPINTEIRO, CALCETEIRO, SERRALHEIRO E OUTROS, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: a partir das 08:00 horas do dia 03/maio/2016 até as 14:45 horas do dia 13/maio/2016; ABERTURA: às 15:00 horas do dia 13/maio/2016.

TIPO MENOR PREÇO ☐ POR ITEM . INFORMAÇÕES E ENTREGA:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

d) e-Mail: [compras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:compras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 02 de Maio de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 008/2015

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 008/2015

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 008/2015, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

#### MÉDICO CLINICO GERAL

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
3º	Lucas Zaccaron Bertan
4º	Laira Kobarg Cercal Rogerio Gomes

Morro da Fumaça, de 02 de Maio de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### REGISTRO DE PREÇOS 055/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 049/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA TODA A PREFEITURA, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I. Data: 20/04/2016 às 12:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auxílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

# Navegantes

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 FUNREBOM --- REPUBLICADO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 FUMREBOM --- REPUBLICADO

---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO E MERGULHO, PARA USO NOS ATENDIMENTOS EM OCORRÊNCIAS QUE ENVOLVAM RESGATE DE PESSOAS E BENS PELOS MERGULHADORES DA 2ª COMPANHIA DO 7º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNREBOM. Data da entrega dos envelopes: 16/05/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 16/05/2016 às 09h00. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 03 de maio de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 14/2016 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS (AUTOMÓVEIS MODELO HATCH 0KM 4 PORTAS-MOTOR 1.0 - 75 À 82 CV (E), 73 À 75 CV (G) - TOTAL FLEX, COM PINTURA NA COR BRANCA), PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AOS AGENTES COMUNITÁRIOS EM COMBATE A DENGUE E AO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 16/05/2016 até às 13h50. Abertura envelopes: 16/05/2016 às 14h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 03 de maio de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### **AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO 13/2016 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 FMS

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA SUPRIR A DEMANDA NOS ATENDIMENTOS DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Navegantes, 02 de MAIO de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

### **DECRETO Nº 055 DE 02/05/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ: 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

DECRETO Nº 055 DE 02 DE MAIO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015:

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, até o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 33201 – Sup. Financeiro/Transf. de Convênios - União/Educação/BB-27.782-7  
13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
03 – Diretoria de Projetos Educacionais  
12.365.0007 – 2.040 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais - EI  
246– 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas  
R\$ 200.000,00

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de Maio de 2016.

Nádia Brás Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### 2º TERMO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 033/2016

PREFEITURA DE NOVA TRENTO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

### 2º TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 044/2016 – Pregão Presencial nº 033/2016

A Prefeitura de Nova Trento/SC, RETIFICA e RATIFICA, o Edital de Licitação nº 044/2016, na modalidade de Pregão Presencial 033/2016, alterando a redação dos itens 3, 4, 5 e 19 e incluindo o item 51. Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial dos Municípios. As demais cláusulas e condições deste Pregão permanecem inalteradas.

Nova Trento/SC, 02 de maio de 2016.  
Aprigio José Botameli  
Presidente Comissão de Licitações

### CONTRATO Nº 053/2016

CONTRATO Nº 053/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 034/2016, Credenciamento nº 002/2016. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, com sede em Nova Trento, Estado de Santa Catarina, sito a Praça Del Comune, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60. Contratada: CCDL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 24.244.514/0001-50, estabelecida na Rua 3300, nº 360, Sala 108 A-9, Centro, Balneário Camboriú/SC. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objetivo credenciar pessoas jurídicas para prestação de serviço de cirurgias de Ligamento Cruzado Anterior e Lesão Meniscal, sem caráter de exclusividade, nos quantitativos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou Deliberação CIB/SUS (se houver), e de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS, divulgada pelo Ministério da Saúde. Valor: O valor a ser pago pelo Município será mediante o encaminhamento por AIH mais complemento, por procedimento, até atingir o(s) valor(es) fixados no anexo I do edital de credenciamento. Vigência: 28/04/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 28 de abril de 2016.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº 055/2016

CONTRATO Nº 055/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 023/2016 – Chamada Pública Nº 001/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: WAGNER E SIMONE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA – ME, brasileira, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 17.261.317/0001-84 situada na Rua Estrada Geral Terra Nova, s/n, na cidade de Tijucas-SC. Objeto do Contrato: O objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública municipal, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente

de anexação ou transcrição. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Vigência: 24/03/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 24 de março de 2016.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### CONTRATO Nº 056/2016

CONTRATO Nº 056/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 023/2016 – Chamada Pública Nº 001/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: ALVES FRUTAS E POLPAS LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 23.994.632/0001-13, situada na Estrada Geral Oliveira, S/N, na cidade de Tijucas-SC. Objeto do Contrato: O objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública municipal, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Vigência: 24/03/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 24 de março de 2016.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### CONTRATO Nº 057/2016

CONTRATO Nº 057/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 023/2016 – Chamada Pública Nº 001/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: CASTELINHO DOS PRODUTOS COLONIAIS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 03.529.886/0001-53, situada na Estrada Geral Claraíba, cidade de Nova Trento. Objeto do Contrato: O objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública municipal, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Vigência: 24/03/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 24 de março de 2016.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

**CONTRATO Nº 058/2016****CONTRATO Nº 058/2016**

Origem: Processo Licitatório Nº 023/2016 – Chamada Pública Nº 001/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: MARCOS VENSKE, brasileiro, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 014.367.879-55 com sede na Rua Maria Menon Marcolla, Distrito de Claraíba, cidade de Nova Trento. Objeto do Contrato: O objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública municipal, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Vigência: 24/03/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 24 de março de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**CONTRATO Nº 059/2016****CONTRATO Nº 059/2016**

Origem: Processo Licitatório Nº 023/2016 – Chamada Pública Nº 001/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: GENÉSIO BERNARDO BATTISTI, brasileiro, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 095.872.849-68, situada na Estrada Geral Pitanga, cidade de Nova Trento. Objeto do Contrato: O objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública municipal, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Vigência: 24/03/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 24 de março de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**CONTRATO Nº 060/2016****CONTRATO Nº 060/2016**

Origem: Processo Licitatório Nº 023/2016 – Chamada Pública Nº 001/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: RICARDO TRAINOTTI, brasileiro, pessoa física, inscrito no CPF nº 079.753.699-00 com sede na Rua Nossa Senhora do Bom Socorro, cidade de Nova Trento. Objeto do Contrato: O objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública municipal, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente

de anexação ou transcrição. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Vigência: 24/03/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 24 de março de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**CONTRATO Nº 061/2016****CONTRATO Nº 061/2016**

Origem: Processo Licitatório Nº 023/2016 – Chamada Pública Nº 001/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: SONIA VENSKE KRAUZE, brasileira, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 029.006.239-01 com sede na Rua Guilherme Venske, nº 260, Distrito de Claraíba, cidade de Nova Trento. Objeto do Contrato: O objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública municipal, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Vigência: 24/03/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 24 de março de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**DECRETO Nº 134/2016 - NOMEIA APROVADOS NOS CONCURSOS PÚBLICOS Nº 002/2015 E 003/2015****DECRETO Nº 134/2016****NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.**

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados nos Concursos Públicos nº 002/2015 e 003/2015:

Edital nº	NOME	CARGO	C.H.
003/2015	Antoni Marchiori	Motorista I	40h/ Sem.
002/2015	Vili Francisco Giacomini	Motorista de Transporte Escolar	40h/ Sem.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 02 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 183/2016**

PORTARIA Nº 183/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 825/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 153/2015, SENATOR ECCHER, matrícula nº 6908, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de fevereiro de 2016 até a convocação pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SENATOR ECCHER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Valentim, s/n, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 069.910.169-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 17 de fevereiro de 2016 até a convocação pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Senator Eccher

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 184/2016**

PORTARIA Nº 184/ 2016

**Prorroga Portaria**

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

**PRORROGAR** a Portaria nº 827/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 155/2015, REGINALDO EDESIO SILVA, matrícula nº 6910, para exercer o cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de fevereiro de 2016 até a convocação pelo Concurso Público nº 003/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de fevereiro de 2016.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor REGINALDO EDESIO SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Marema, nº 97, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 037.004.089-94, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 22 de fevereiro de 2016 até a convocação pelo Concurso Público nº 003/2015.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini      Reginaldo Edesio Silva  
Prefeito Municipal              Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 194/2016 "A"**

PORTARIA Nº 194/ 2016 "A"

**Prorroga Portaria**

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

**PRORROGAR** a Portaria nº 848/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 155/2015, LAUZINHO LACERDA, matrícula nº 6920, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 28 de fevereiro de 2016 até a convocação pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LAUZINHO LACERDA, brasileiro, viúvo, residente e domiciliado na Est. Geral do Alto Pitanga, s/n, Bairro Alto Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 245.403.749-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 28 de fevereiro de 2016 até a convocação pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 28 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini      Lauzinho Lacerda  
Prefeito Municipal                      Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 28 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 195/2016 "B"**

PORTARIA Nº 195/ 2016 "B"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal JARDEL SGROTT NAGEL, matrícula nº 6959, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 256/2016 "A"**

PORTARIA Nº 256/ 2016 "A"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal LUCAS BUDKEWITZ, matrícula nº 6498, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 14 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de março de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 293/2016 "A"**

PORTARIA Nº 293/ 2016 "A"

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

NOMEAR a Servidora Pública Municipal VALERIA RAMOS DE OLIVEIRA MOURA, matrícula nº 7183, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

**PORTARIA Nº 369/2016**

PORTARIA Nº 369/ 2016

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

NOMEAR o Servidor Público Municipal LUCAS BUDKEWITZ, matrícula nº 7167, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Atendimento ao Cidadão, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 18 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 375/2016**

PORTARIA Nº 375/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 119/2016, de 15/04/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, DANIELLA CARINA SELLI RHODEN, matrícula nº 7170, no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 18 de abril de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 18 de abril de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 376/2016**

PORTARIA Nº 376/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 119/2016, de 15/04/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, LUCIMARI BRIZOLLA DE VARGAS MARQUES, matrícula nº 7171, no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 18 de abril de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 18 de abril de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 377/2016**

PORTARIA Nº 377/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 119/2016, de 15/04/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, ALVINA BUTTCHEWITS DALRI, matrícula nº 7172, no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 18 de abril de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Trinta Réis, a partir de 18 de abril de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 378/2016**

PORTARIA Nº 378/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 119/2016, de 15/04/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, VALDINEIA DOS SANTOS ROSA RAISER, matrícula nº 7173, no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 18 de abril de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 18 de abril de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 379/2016 "A"**

PORTARIA Nº 379/ 2016 "A"

## Prorroga Portaria

Moacir Antonio Facchini, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 106, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

## RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 041/2016, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal INÊS DE AGUIRRE TAMANINI, matrícula nº 11, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência E, (Ensino Fundamental – Inglês), com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 18 de abril de 2016 a 02 de maio de 2016, conforme resultado pericial datado de 19/04/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de abril de 2016.

Moacir Antonio Facchini  
Secretário Municipal de Educação, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 380/2016**

PORTARIA Nº 380/ 2016

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal JULIA CAROLINA VARGAS, matrícula nº 7175, para exercer o cargo de Provisório em Comissão de Secretário Adjunto de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 19 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de abril de 2016.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 381/2016 "A"**

PORTARIA Nº 381/ 2016 "A"

## Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

## RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 008/2016, de 14/04/2016, GELSON GONÇALVES CANDIDO, matrícula nº 7182, para exercer o cargo de Médico, com 30 (trinta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 15 de abril de 2016 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de abril de 2016.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Vilson Dalbosco  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

## CONTRATO SP//2016

## CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e o Senhor GELSON GONÇALVES CÂNDIDO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua San Martino, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 288.371.859-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico, com 30 (trinta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 6.950,16 (seis mil novecentos e



cinquenta reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 15 de abril de 2016 até a realização de Processo Seletivo, data da assinatura deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 05 (cinco) horas diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Gelson Gonçalves Candido  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de abril de 2016.

Vilson Dalbosco  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 382/2016

PORTARIA Nº 382/ 2016

Exonera Servidor

Moacir Antonio Facchini, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal ELIANE CRISTINA BRUMATO, matrícula nº 7145, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Língua Portuguesa), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a partir do dia 15 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de abril de 2016.

Moacir Antonio Facchini  
Secretário Municipal de Educação, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### PORTARIA Nº 383/2016

PORTARIA Nº 383/ 2016

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal RODRIGO MARQUES CADORIN, matrícula nº 7177, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Turismo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 25 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 384/2016**

PORTARIA Nº 384/ 2016

**Admissão em Caráter Temporário**

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 116/2016, SALOMÃO ALMEIDA SANTOS, matrícula nº 7178, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 25 de abril de 2016 a 24 de abril de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**CONTRATO SP//2015****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SALOMÃO ALMEIDA SANTOS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na RD SC 411, nº 2036, Bairro Morro da Onça, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 394.572.735-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento..

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Salomão Almeida Santos

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 385/2016**

PORTARIA Nº 385/ 2016

**Admissão em Caráter Temporário**

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 006/2016, de 04/04/2016, DAVID BORTOT RASPINI, matrícula nº 7181, para exercer o cargo de Médico Especialista - Ginecologista, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 19 de abril de 2016 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de abril de 2016.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor DAVID BORTOT RASPINI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Carlos Gracher, nº 22, Bairro Centro, Município de Brusque, portador do CPF nº 034.929.169-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Especialista - Ginecologista, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 4.964,40 (quatro mil novecentos

e sessenta e quatro reais e quarenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 19 de abril de 2016 até a realização de Processo Seletivo.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

David Bortot Raspini  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de abril de 2016.

Vilson Dalbosco  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 386/2016**

PORTARIA Nº 386/ 2016

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Abril/2016, ao Servidor Público Municipal EDUARDO FABRIS DA SILVA, matrícula nº 6830, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Supervisor Hospitalar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 17/08/2015 a 16/08/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**PORTARIA Nº 387/2016**

PORTARIA Nº 387/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 161/2016, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ANTONIO JACZCZAK, matrícula nº 54, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento (Coleta de Lixo), pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 10 de abril de 2016 a 08 de junho de 2016, conforme resultado pericial datado de 25/04/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 396/2016**

PORTARIA Nº 396/ 2016

Concede Readaptação

Moacir Antonio Facchini, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, de acordo com o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Readaptação à Servidora Pública Municipal GILMARA BERTOTTI, matrícula nº 272, concursada no cargo de Professora Nível IV, (Educação Infantil), Referência I, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 29 de abril de 2016 a 27 de junho de 2016, conforme resultado pericial datado de 29/04/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de abril de 2016.

Moacir Antonio Facchini  
Secretário Municipal de Educação, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 397/2016**

PORTARIA Nº 397/ 2016

Prorroga Portaria

Moacir Antonio Facchini, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 106, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 050/2016, que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal ANA MIRIA CIPRIANI MARCHI, matrícula nº 1041, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência N, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro e 20 (vinte) horas semanais (Pré Escolar) na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 23 de abril de 2016 a 21 de julho de 2016, conforme resultado pericial datado de 29/04/2016

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de abril de 2016.

Moacir Antonio Facchini  
Secretário Municipal de Educação, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### **AVISO DO RESULTADO DO PL FMS Nº 005/2016-PR Nº 004/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 005/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 004/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 004/2016 – que tem como objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital. Que na data de sua realização: Dia 02/05/2016 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes a saber: SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684), AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (1685), NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761), CLEBER TADEU BRIDI ME (1906). Sendo que a empresa SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684), foi vencedora dos itens 02,05,06,11,14,15,17,18,19,33,36,41,42,45,53,56,57,58,60,61,62,63,64,66,67,68,69,70,71,72,73,74,75,76,78 e 79, com valor global de R\$ 3.886,96 (Três mil oitocentos e oitenta seis reais e noventa e seis centavos). A empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (1685), foi vencedora dos itens 04,12,24,28,31,34 e 39, com valor global de R\$ 3.544,40 (Três mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos). A empresa NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761), foi vencedora dos itens 01,03,10,13,16,20,22,23,25,26,32,35,37,38,40,44,46,47,48,49,50,51,52,55,77 e 80, com valor global de R\$ 6.000,51 (Seis mil reais e cinquenta um centavos). A empresa CLEBER TADEU BRIDI ME (1906), foi vencedora dos itens 07,08,09,21,27,29,30,43,54,59 e 65 com valor global de R\$ 3.566,26 (Três mil quinhentos e sessenta e seis reais e vinte seis centavos), totalizando o valor de R\$ 16.998,13 (Dezesseis mil novecentos e noventa oito reais e treze centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedoras do Pregão Presencial FMS Nº 004/2016.

Novo Horizonte/SC, em 02 de Maio de 2.016.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

### **AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 017/16-PP Nº 009/16**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 009/2016 – Que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A RENOVAÇÃO DAS APÓLICES DE SEGUROS DOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, CONFORME ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTA EDITAL, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 29/04/2016 às

09:00 hs, que teve como única empresa participante: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. Sendo que a mesma foi vencedora dos itens 01,02,03,04,05 e 06, com valor global total R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 009/2016.

Novo Horizonte/SC, em 29 de Abril de 2.016.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

### **AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 018/16-PR 010/16**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 010/2016 – Que tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital. Que na data de sua realização: Dia 29/04/2016 às 14:00 hs, que teve como empresas participantes: R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (819), RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP (2427), ROTA & SUTILI RECAPADORA DE PNEUS LTDA - ME (2898). MODELO PNEUS LTDA(1385). Sendo que a empresa MODELO PNEUS LTDA(1385), foi vencedora do item 01, com valor de R\$ 11.520,00 (Onze mil quinhentos e vinte reais). A empresa R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (819), foi vencedora dos itens 03,04 e 05, com valor global de R\$ 21.562,00 (Vinte e um mil quinhentos e sessenta e dois reais). A empresa RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP (2427), foi vencedora dos itens 02 e 06, com valor global de R\$ 14.304,00 (Quatorze mil trezentos e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 47.386,00 (Quarenta e sete mil trezentos e oitenta seis reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 010/2016.

Novo Horizonte/SC, em 29 de Abril de 2.016.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro



## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

Número do Registro de Preços: 6/2016      Data do Registro: 29/04/2016      Válido até: 29/04/2017									
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E MÁQUINAS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	Pneu 1000 x 20, radial liso, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (01-01-25989)	UN	MODELO PNEU LTDA (1385)	FIRESTONE	0	1.440,0000	1		
2	Recapagem a quente de pneu borrachudo 1400 x 24 para motoniveladora, garra de recapagem de 3,5 cm de profundidade, borracha de 1ª linha de qualidade e registro no Inmetro. (01-01-26024)	SV	RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (2427)	BOREX	0	1.104,0000	1		
3	Recapagem de pneu radial borrachudo 1000 x 20 borracha de 1ª linha de qualidade e registro no Inmetro (01-01-26822)	SV	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (819)	BOREX	0	404,0000	1		
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (2427)	BOREX	0	504,0000	2		
4	Recapagem de pneu comum borrachudo 1000 x 20 borracha de 1ª linha de qualidade e registro no Inmetro (01-01-26823)	SV	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (819)	BOREX	0	425,0000	1		
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (2427)	BOREX	0	464,0000	2		
5	Recapagem de pneu comum borrachudo 750 x 16 borracha de 1ª linha de qualidade e registro no Inmetro (01-01-26824)	SV	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (819)	BOREX	0	288,0000	1		
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (2427)	BOREX	0	314,0000	2		

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

Número do Registro de Preços: 6/2016		Data do Registro: 29/04/2016		Válido até: 29/04/2017			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E MAQUINAS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Recapagem de pneu 17.5x25, garra de recapagem de 3.5cm de profundidade, borracha de 1º linha de qualidade e registro no Inmetro (01-01-26825)	SV	RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP (2427)	BOREX	0	1.368.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 6/2016		Data do Registro: 29/04/2016		Válido até: 29/04/2017			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E MÁQUINAS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2016  
PROCESSO Nº 18/2016

- (819) - R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME
- (1385) - MODELO PNEU LTDA
- (2427) - RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP

Novo Horizonte, 29 de Abril de 2016.

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016**

**Número do Registro de Preços: 6/2016      Data do Registro: 29/04/2016      Válido até: 29/04/2017**

**Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E MÁQUINAS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu 1000 x 20, radial liso, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (01-01-25989)	UN	MODELO PNEU LTDA (1385)	FIRESTONE	0	1.440.0000	1
2	Recapagem a quente de pneu borrachudo 1400 x 24 para motoniveladora, garra de recapagem de 3,5 cm de profundidade, borracha de 1ª linha de qualidade e registro no Inmetro. (01-01-26024)	SV	RECAPADORA MARRECA LTDA - EPP (2427)	BOREX	0	1.104.0000	1
3	Recapagem de pneu radial borrachudo 1000 x 20 borracha de 1ª linha de qualidade e registro no Inmetro (01-01-26822)	SV	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (819)	BOREX	0	404.0000	1
			RECAPADORA MARRECA LTDA - EPP (2427)	BOREX	0	504.0000	2
4	Recapagem de pneu comum borrachudo 1000 x 20 borracha de 1ª linha de qualidade e registro no Inmetro (01-01-26823)	SV	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (819)	BOREX	0	425.0000	1
			RECAPADORA MARRECA LTDA - EPP (2427)	BOREX	0	464.0000	2
5	Recapagem de pneu comum borrachudo 750 x 16 borracha de 1ª linha de qualidade e registro no Inmetro (01-01-26824)	SV	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (819)	BOREX	0	288.0000	1
			RECAPADORA MARRECA LTDA - EPP (2427)	BOREX	0	314.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

Número do Registro de Preços: 6/2016		Data do Registro: 29/04/2016		Válido até: 29/04/2017			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E MAQUINAS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Recapagem de pneu 17.5x25, garra de recapagem de 3.5cm de profundidade, borracha de 1º linha de qualidade e registro no Inmetro (01-01-26825)	SV	RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP (2427)	BOREX	0	1.368.0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 6/2016		Data do Registro: 29/04/2016		Válido até: 29/04/2017			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E MÁQUINAS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2016  
PROCESSO Nº 18/2016

- (819) - R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME
- (1385) - MODELO PNEU LTDA
- (2427) - RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP

Novo Horizonte, 29 de Abril de 2016.

# Orleans

## PREFEITURA

### PROCESSO 58/2016

PROCESSO Nº 58/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE RECAPE DE PNEUS PARA USO NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 24/05/2016 às 17h: 00min.

Abertura das Propostas: dia 24/05/2016, às 17h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 02 Maio de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

### PROCESSO 59/2016

PROCESSO Nº 59/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2016

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATÉRIA PRIMA E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ORLEANS, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016 TR00289, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO, ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADR/CR E O MUNICIPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes: até o dia 17/05/2016 às 17h: 00 min.

Abertura das Propostas: dia 17/05/2016, às 17h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 02 Maio de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

### SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 100/2014

TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 100/2014-7

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: PAIS E FILHOS TERRAPLANAGENS E TRANSPORTES ME

Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2016.

Orleans, 26 de Fevereiro de 2016.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

PAIS E FILHOS TERRAPLANAGENS E TRANSPORTES ME – P. CONTRATADA

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO 355

DECRETO Nº 355, DE 22 DE ABRIL DE 2016.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de maio de 2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de março de 2016, de 0,51% (cinquenta e um centésimos por cento),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,2488 (três inteiros e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de maio de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de maio de 2016.

Ouro-SC, 22 de abril de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0009/2016 E CONTRATO 041/2016

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0040/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0009/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA – EPP. Objeto: Implantação de Rede de Distribuição de Energia Elétrica. Fundamento legal: Lei 8.666/93, Art. 24, II e art. 26, III Vigência: Inicia-se em 02/05/2016 até 31/12/2016. Ouro, 02/05/2016, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Processo Licitatório n. 0040/2016,

Modalidade de Dispensa de Licitação n. 0009/2016

CONTRATO Nº 041/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP

Objeto: Objeto: Implantação de Rede de Distribuição de Energia Elétrica.

Vigência: 02/05/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 6.707,15 (seis mil setecentos e sete reais e quinze centavos).

Data de assinatura: 02/05/2016

### LEI 2.436

LEI Nº 2.436, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Inclui novas ações no Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017.

Art. 1º Ficam incluídas no Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, instituído pela Lei nº 2.362, de 13 de dezembro de 2013, as ações a seguir elencadas e com especificações conforme constam no Anexo Único desta Lei:

I - 0117. Manutenção do Programa Vereador Mirim, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

II - 0118. Construção de Creche Tipo C no Distrito de Santa Lúcia, no montante de R\$ 1.106.000,00 (um milhão, cento e seis mil reais);

III - 0119. Conclusão do Ginásio de Esportes do Bairro Kleinubing, no montante de R\$ 161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais);

IV - 0120. Construção de garagem para os veículos da saúde, no montante de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 29 de dezembro de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito

#### ANEXO ÚNICO

PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2014/2017					
Programa: 0001. GESTÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0117. Manutenção do Programa Vereador Mirim	exercício	unidade	2	40.000,00	00
Programa: 0004. A ESCOLA FORMANDO CIDADÃOS ATUANTES E PARTICIPATIVOS					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0118. Construção de Creche Tipo C no Distrito de Santa Lúcia	obra executada	m²	900,00	1.000,00	01
				1.105.000,00	32
Programa: 0006. ESPORTE QUALIDADE DE VIDA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0119. Conclusão do Ginásio de Esportes do Bairro Kleinubing	ginásio	unidade	1	1.000,00	00
				160.000,00	64
Programa: 0007. PROMOVENDO A SAÚDE					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0120. Construção de garagem para os veículos da saúde	obra executada	m²	200,00	1.000,00	02
				100.000,00	33

#### LEI 2.437

LEI Nº 2.437, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2016.

Art. 1º O orçamento do Município de Ouro, para o exercício de 2016, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

Art. 2º O orçamento da autarquia Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, parte integrante do orçamento do Município de Ouro, não comporá, para efeito de análise, as metas fiscais estabelecidas pela Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, em decorrência de que a consolidação das contas da autarquia vem sendo processada no Município de Capinzal.

#### I - DAS METAS FISCAIS

Art. 3º As metas fiscais de receita, despesa, resultado nominal e primário e montante da dívida pública para os exercícios de 2016 a 2018, de que trata o § 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão identificadas no Anexo I desta Lei.

#### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos I e II desta Lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas

estabelecidas nos Anexos I e II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

### III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por atividade, projeto ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Art. 7º A Lei Orçamentária para o exercício de 2016 evidenciará a receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no orçamento da receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos, identificando cada rubrica com o código de destinação de recurso; e a despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto ou atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, tudo em conformidade com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, com a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e com o Manual de Receita Pública editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, na forma dos seguintes Anexos:

I - Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;

II - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;

III - Demonstrativo da Evolução da Receita;

IV - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas;

V - Demonstrativo da Evolução da Despesa;

VI - Consolidação Geral da Despesa segundo a Natureza da Despesa;

VII - Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Função;

IX - Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa em conformidade com os Projetos, Atividades e Operações Especiais;

X - Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa conforme o vínculo com os Recursos;

XI - Programa de Trabalho;

XII - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa por Projetos, Atividades



e Operações Especiais;

XIII - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa conforme o vínculo com os Recursos;

XIV - Demonstrativo dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

§ 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, será fixado e alterado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I - demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2012 a 2014, previsão para 2015 e 2016, com justificativa da estimativa para 2016, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

II - demonstrativo da evolução da receita realizada por fontes, dos três últimos exercícios e da estimada para o exercício corrente;

III - demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

IV - demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados de 2009 a 2014, identificando o estoque da Dívida Ativa;

V - demonstrativo da evolução da despesa a nível de função e por grupo de natureza, dos exercícios de 2012 a 2014 e fixada para 2015 e 2016;

VI - demonstrativo da evolução da despesa realizada no mínimo por Categoria Econômica, dos três últimos exercícios e da fixada para o exercício corrente;

VII - demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

VIII - demonstrativo da evolução das receitas correntes líquidas, despesas com pessoal e seu grau de comprometimento;

IX - demonstrativo dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino;

X - demonstrativo dos recursos vinculados a ações públicas de saúde;

XI - demonstrativo da composição do ativo e passivo financeiro, posição em 30 de setembro de 2015;

XII - demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, nos exercícios de 2012 a 2014 e projetada para 2015 e 2016;

XIII - demonstrativo da origem e aplicação dos recursos oriundos de alienação de ativos, se for o caso.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º O Orçamento para o exercício de 2016 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 10. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central, definidos no art. 7º desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

Art. 11. As previsões de receita para o exercício de 2016, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no art. 2º, IV da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 12. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, observada a fonte de recursos, adotarão mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - redução de despesas com manutenção;

III - eliminação de despesas com horas extras;

IV - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 13. A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2016, a 20% (vinte por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2014.

Art. 14. O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2016 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas, ou orçadas a menor, e neste caso, mesmo que investimentos.

Art. 15. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 16. O Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma anual de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso, e o desdobramento das metas bimestrais de arrecadação.

Art. 17. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos oriundos de convênios, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

Art. 18. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Anexo I desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal.

Art. 20. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício de 2016, em cada evento, não excedam ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devidamente atualizado.

Art. 21. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 24. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016.

Art. 26. As destinações de recursos, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento por Decreto do Poder Executivo.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) da Receita Corrente Líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 29. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 27 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações, conforme estabelece esta Lei.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 30. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária.

Art. 31. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2014, acrescida de até 20% (vinte por cento), obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação das despesas com horas extras;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e

IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 34. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Ouro, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 36. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 37. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

## VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária ao Legislativo Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2015.

§ 1º O Legislativo Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 39. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 40. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 29 de dezembro de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito

## ANEXO I

## 1. METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE OURO

## 1.1. METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE OURO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)						R\$ 1,00			
Especificação	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIBx100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIBx100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIBx100)
Receita Total	34.846.660	32.995.606		25.156.800	22.641.346		25.834.700	22.130.118	
Receitas Primárias (I)	34.739.860	32.894.479		25.040.000	22.536.225		25.680.900	21.998.372	
Despesa Total	34.846.660	32.995.606		25.156.800	22.641.346		25.834.700	22.130.118	
Despesas Primárias (II)	34.404.840	32.577.255		24.790.800	22.311.943		25.468.700	21.816.600	
Resultado Primário (III)=(I-II)	335.020	317.223		249.200	224.282		212.200	181.771	
Resultado Nominal	-1.637.800	-1.550.800		-333.000	-299.703		-333.000	-285.249	
Dívida Pública Consolidada	1.000.000	946.880		667.000	600.306		334.000	286.105	
Dívida Consolidada Líquida	900.000	852.192		567.000	510.305		234.000	200.445	
VARIÁVEIS						2016	2017	2018	
IPCA - LDO 2016						5,61	5,21	5,07	

Nota: Variáveis extraídas do Projeto de Lei de LDO do Estado de Santa Catarina.

## 1.1.1. Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2016	2017	2018
valor corrente/1,0561	valor corrente/1,1111	valor corrente/1,1674

### 1.1.2. Memória e metodologia de cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública

#### 1.1.2.1. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas

As metas anuais de Receitas do Município de Ouro foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	2016	2017	2018
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>20.258.200,00</b>	<b>20.982.200,00</b>	<b>21.747.300,00</b>
Receita Tributária	1.076.000,00	1.193.000,00	1.313.000,00
Impostos	863.000,00	949.000,00	1.035.000,00
Taxas	168.000,00	184.000,00	203.000,00
Contribuição de Melhoria	45.000,00	60.000,00	75.000,00
Receita de Contribuições	261.200,00	281.200,00	311.200,00
Receita Patrimonial	115.800,00	127.800,00	166.800,00
Receita de Serviços	107.500,00	117.500,00	127.500,00
Transferências Correntes	18.609.700,00	19.173.700,00	19.738.800,00
Transferências Intergovernamentais	18.356.700,00	18.920.700,00	19.485.800,00
Transferências da União	7.698.600,00	7.926.600,00	8.155.700,00
Cota-Parte do FPM	6.300.000,00	6.500.000,00	6.700.000,00
Transferência de Recursos do SUS	493.500,00	495.500,00	497.600,00
Transferência de Recursos do FNAS	122.300,00	122.300,00	122.300,00
Transferência de Recursos do FNDE	331.800,00	346.800,00	362.800,00
Demais Transferências da União	121.000,00	122.000,00	123.000,00
Transferências dos Estados	8.458.100,00	8.694.100,00	8.930.100,00
Cota-Parte do ICMS	7.500.000,00	7.700.000,00	7.900.000,00
Cota-Parte do IPVA	760.000,00	790.000,00	820.000,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.000,00	105.000,00	110.000,00
Demais Transferências dos Estados	98.100,00	99.100,00	100.100,00
Transferências Multigovernamentais	2.200.000,00	2.300.000,00	2.400.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEF	2.200.000,00	2.300.000,00	2.400.000,00
Transferências de Instituições Privadas	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferências de Convênios	248.000,00	248.000,00	248.000,00
Transferências de Convênios dos Estados	248.000,00	248.000,00	248.000,00
Outras Receitas Correntes	88.000,00	89.000,00	90.000,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>17.526.660,00</b>	<b>7.200.000,00</b>	<b>7.200.000,00</b>
Transferências de Capital	17.526.660,00	7.200.000,00	7.200.000,00
Transferências Intergovernamentais	300.000,00	0,00	0,00
Transferências da União	300.000,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	17.226.660,00	7.200.000,00	7.200.000,00
Transferências de Convênios da União	14.161.660,00	6.000.000,00	6.000.000,00
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal	3.065.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-2.938.200,00</b>	<b>-3.025.400,00</b>	<b>-3.112.600,00</b>
Deduções das Receitas Correntes	-2.938.200,00	-3.025.400,00	-3.112.600,00
Dedução de receita para a formação do FUNDEB	-2.938.200,00	-3.025.400,00	-3.112.600,00
<b>TOTAL</b>	<b>34.846.660,00</b>	<b>25.156.800,00</b>	<b>25.834.700,00</b>

#### 1.1.2.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:

##### Receita Tributária

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	516.000,00	
2013	595.800,00	15,47%
2014	693.400,00	16,38%
2015	841.400,00	21,34%
2016	1.076.000,00	27,88%
2017	1.193.000,00	10,87%
2018	1.313.000,00	10,06%

##### Receitas de Contribuições

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	204.000,00	
2013	214.500,00	5,15%
2014	226.500,00	5,59%
2015	228.800,00	1,02%



2016	261.200,00	14,16%
2017	281.200,00	7,66%
2018	311.200,00	10,67%

## Receita Patrimonial

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	43.000,00	
2013	69.900,00	62,56%
2014	74.700,00	6,87%
2015	78.800,00	5,49%
2016	115.800,00	46,95%
2017	127.800,00	10,36%
2018	166.800,00	30,52%

## Receitas de Serviços

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	34.000,00	
2013	38.800,00	14,12%
2014	55.000,00	41,75%
2015	86.000,00	56,36%
2016	107.500,00	25,00%
2017	117.500,00	9,30%
2018	127.500,00	8,51%

## Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	4.400.000,00	
2013	4.800.000,00	9,09%
2014	5.200.000,00	8,33%
2015	5.600.000,00	7,69%
2016	6.630.000,00	18,39%
2017	6.840.000,00	3,17%
2018	7.050.000,00	3,07%

## Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	378.400,00	
2013	428.500,00	13,24%
2014	462.000,00	7,82%
2015	443.000,00	-4,11%
2016	493.500,00	11,40%
2017	495.500,00	0,41%
2018	497.600,00	0,42%

## Transferências de Recursos do FNDE

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	216.500,00	
2013	237.000,00	9,47%
2014	262.000,00	10,55%
2015	311.800,00	19,01%
2016	331.800,00	6,41%
2017	346.800,00	4,52%
2018	362.800,00	4,61%

## Cota-Parte do ICMS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	5.500.000,00	
2013	5.600.000,00	1,82%
2014	6.000.000,00	7,14%
2015	6.700.000,00	11,67%
2016	7.500.000,00	11,94%
2017	7.700.000,00	2,67%
2018	7.900.000,00	2,60%

## Cota-Parte do IPVA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	500.000,00	
2013	600.000,00	20,00%
2014	660.000,00	10,00%
2015	760.000,00	15,15%
2016	760.000,00	0,00%
2017	790.000,00	3,95%
2018	820.000,00	3,80%

## Cota-Parte do IPI sobre Exportação

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	96.000,00	
2013	87.000,00	-9,38%
2014	90.000,00	3,45%
2015	100.000,00	11,11%
2016	100.000,00	0,00%
2017	105.000,00	5,00%
2018	110.000,00	4,76%

## Transferências de Recursos do FUNDEB

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	1.368.000,00	
2013	1.440.000,00	5,26%
2014	1.700.000,00	18,06%
2015	2.100.000,00	23,53%
2016	2.200.000,00	4,76%
2017	2.300.000,00	4,55%
2018	2.400.000,00	4,35%

## Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	178.000,00	
2013	192.000,00	7,87%
2014	93.000,00	-51,56%
2015	61.700,00	-33,66%
2016	88.000,00	42,63%
2017	89.000,00	1,14%
2018	90.000,00	1,12%

## Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	7.021.100,00	
2013	2.017.000,00	-71,27%
2014	14.741.000,00	630,84%
2015	15.219.560,00	3,25%
2016	17.526.660,00	15,16%
2017	7.200.000,00	-58,92%
2018	7.200.000,00	0,00%

## 1.1.2.3. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

As metas anuais de Despesas do Município de Ouro foram calculadas a partir das despesas orçamentárias:

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES (I)	17.803.380,00	17.503.000,00	18.179.700,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.248.092,00	10.162.000,00	10.352.200,00
Juros e Encargos da Dívida	25.000,00	33.000,00	33.000,00
Outras Despesas Correntes	7.530.288,00	7.308.000,00	7.794.500,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	16.943.280,00	7.553.800,00	7.555.000,00
Investimentos	16.526.460,00	7.220.800,00	7.222.000,00
Amortização Financeira	416.820,00	333.000,00	333.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	100.000,00	100.000,00	100.000,00
TOTAL (IV)=(I+II+III)	34.846.660,00	25.156.800,00	25.834.700,00

## 1.1.2.4. Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas:

## Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	6.641.495,00	
2013	7.127.164,00	7,31%
2014	7.719.000,00	8,30%
2015	8.877.170,61	15,00%
2016	10.248.092,00	15,44%
2017	10.162.000,00	-0,84%
2018	10.352.200,00	1,87%

## Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	2.400,00	
2013	224.000,00	9.233,33%
2014	123.100,00	-45,04%
2015	93.220,00	-24,27%
2016	25.000,00	-73,18%
2017	33.000,00	32,00%
2018	33.000,00	0,00%

## Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	4.477.713,00	
2013	4.745.962,00	5,99%
2014	4.959.300,00	4,50%
2015	5.144.119,39	3,73%
2016	7.530.288,00	46,39%
2017	7.308.000,00	-2,95%
2018	7.794.500,00	6,66%

## Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	7.693.092,00	
2013	2.339.314,00	-69,59%
2014	14.945.700,00	538,89%
2015	15.614.660,00	4,48%
2016	16.526.460,00	5,84%
2017	7.220.800,00	-56,31%
2018	7.222.000,00	0,02%

## Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	5.700,00	
2013	173.500,00	2.943,86%
2014	635.900,00	266,51%
2015	590.890,00	-7,08%
2016	416.820,00	-29,46%
2017	333.000,00	-20,11%
2018	333.000,00	0,00%

## Reserva de Contingência

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2012	20.000,00	
2013	20.000,00	0,00%
2014	20.000,00	0,00%
2015	100.000,00	400,00%
2016	100.000,00	0,00%
2017	100.000,00	0,00%
2018	100.000,00	0,00%

## 1.1.2.5. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	12.612.940,00	13.662.000,00	15.200.500,00	17.320.000,00	17.956.800,00	18.634.700,00
Receita Tributária	595.800,00	693.400,00	841.400,00	1.076.000,00	1.193.000,00	1.313.000,00
Receita de Contribuição	214.500,00	226.500,00	228.800,00	261.200,00	281.200,00	311.200,00
Receita Patrimonial	69.900,00	74.700,00	78.800,00	115.800,00	127.800,00	166.800,00
Aplicações Financeiras (II)	68.900,00	68.700,00	71.800,00	106.800,00	116.800,00	153.800,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	6.000,00	7.000,00	9.000,00	11.000,00	13.000,00
Transferências Correntes	11.501.940,00	12.519.400,00	13.903.800,00	15.671.500,00	16.148.300,00	16.626.200,00
Demais Receitas Correntes	230.800,00	148.000,00	147.700,00	195.500,00	206.500,00	217.500,00
Receitas Fiscais Correntes (III)=(I-II)	12.544.040,00	13.593.300,00	15.128.700,00	17.213.500,00	17.840.000,00	18.480.900,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	2.017.000,00	14.741.000,00	15.219.560,00	17.526.660,00	7.200.000,00	7.200.000,00
Operações de Crédito (V)	608.000,00	150.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	138.000,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	1.409.000,00	14.453.000,00	12.972.060,00	17.526.660,00	7.200.000,00	7.200.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII)=(IV-V-VI-VII)	1.409.000,00	14.453.000,00	12.972.060,00	17.526.660,00	7.200.000,00	7.200.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	13.953.040,00	28.046.300,00	28.100.760,00	34.739.860,00	25.040.000,00	25.680.900,00
DESPESAS CORRENTES (X)	12.097.126,00	12.801.400,00	14.114.510,00	17.803.380,00	17.503.000,00	18.179.700,00
Pessoal e Encargos Sociais	7.127.164,00	7.719.000,00	8.877.170,61	10.248.092,00	10.162.000,00	10.352.200,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	224.000,00	123.100,00	93.220,00	25.000,00	33.000,00	33.000,00
Outras Despesas Correntes	4.745.962,00	4.959.300,00	5.144.119,39	7.530.288,00	7.308.000,00	7.794.500,00
Despesas Fiscais Correntes (XII)=(X-XI)	11.873.126,00	12.678.300,00	14.021.290,00	17.778.380,00	17.470.000,00	18.146.700,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	2.512.814,00	15.581.600,00	16.205.550,00	16.943.280,00	7.553.800,00	7.555.000,00
Investimentos	2.339.314,00	14.945.700,00	15.614.660,00	16.526.460,00	7.220.800,00	7.222.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	173.500,00	635.900,00	590.890,00	416.820,00	333.000,00	333.000,00
Despesas Fiscais de Capital (XV)=(XIII-XIV)	2.339.314,00	14.945.700,00	15.614.660,00	16.526.460,00	7.220.800,00	7.222.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	20.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
DESPESA PRIMÁRIA (XVII)=(XII+XV+XVI)	14.232.440,00	27.644.000,00	29.735.950,00	34.404.840,00	24.790.800,00	25.468.700,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	-279.400,00	402.300,00	-1.635.190,00	335.020,00	249.200,00	212.200,00

## 1.1.2.6. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2013 (b)	2014 (c)	2015 (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.592.200,00	1.157.800,00	2.637.800,00	1.000.000,00	667.000,00	334.000,00
DEDUÇÕES (II)	20.000,00	20.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Ativo Disponível	20.000,00	20.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	1.572.200,00	1.137.800,00	2.537.800,00	900.000,00	567.000,00	234.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	1.572.200,00	1.137.800,00	2.537.800,00	900.000,00	567.000,00	234.000,00
	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
RESULTADO NOMINAL	-379.800,00	-434.400,00	1.400.000,00	-1.637.800,00	-333.000,00	-333.000,00

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao exercício de 2013.

## 1.1.2.7. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.592.200,00	1.157.800,00	2.637.800,00	1.000.000,00	667.000,00	334.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.592.200,00	1.157.800,00	2.637.800,00	1.000.000,00	667.000,00	334.000,00
DEDUÇÕES (II)	20.000,00	20.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Ativo Disponível	20.000,00	20.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	1.572.200,00	1.137.800,00	2.537.800,00	900.000,00	567.000,00	234.000,00

## 1.2. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE OURO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)				R\$ 1.000,00		
Especificação	Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB Valor (c) = (b-a)	Variação % (c/a)x100	
Receita Total	28.403.000,00		18.595.126,77		-9.807.873,23	-34,53
Receitas Primárias (I)	28.046.300,00		18.343.113,90		-9.703.186,10	-34,60
Despesa Total	28.403.000,00		18.548.570,69		-9.854.429,31	-34,70
Despesas Primárias (II)	27.644.000,00		17.789.835,00		-9.854.165,00	-35,65
Resultado Primário (III)=(I-II)	402.300,00		553.278,90		150.978,90	37,53
Resultado Nominal	-434.400,00		-1.245.980,34		-811.580,34	186,83
Dívida Pública Consolidada	1.157.800,00		1.121.927,44		-35.872,56	-3,10
Dívida Consolidada Líquida	1.137.800,00		-2.086.612,62		-3.224.412,62	- 283,39

## 1.3. METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE OURO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2016

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)						R\$ 1,00					
Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	14.629.940	28.403.000	94,1	30.420.060	7,1	34.846.660	14,6	25.156.800	-27,8	25.834.700	2,7
Receitas Primárias (I)	13.953.040	28.046.300	101,0	28.100.760	0,2	34.739.860	23,6	25.040.000	-27,9	25.680.900	2,6
Despesa Total	14.629.940	28.403.000	94,1	30.420.060	7,1	34.846.660	14,6	25.156.800	-27,8	25.834.700	2,7
Despesas Primárias (II)	14.122.440	27.644.000	95,7	29.735.950	7,6	34.404.840	15,7	24.790.800	-27,9	25.468.700	2,7
Resultado Primário (I-II)	-169.400	402.300	-337,5	-1.635.190	-506,5	335.020	-120,5	249.200	-25,6	212.200	-14,8
Resultado Nominal	-379.800	-434.400	14,4	1.400.000	-422,3	-1.637.800	-217,0	-333.000	-79,7	-333.000	0,0
Dívida Pública Consolidada	1.592.200	1.157.800	-27,3	2.637.800	127,8	1.000.000	-62,1	667.000	-33,3	334.000	-49,9
Dívida Consolidada Líquida	1.572.200	1.137.800	-27,6	2.537.800	123,0	900.000	-64,5	567.000	-37,0	234.000	-58,7
Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	13.999.942	27.179.904	94,1	28.774.177	5,9	32.995.606	14,7	22.641.346	-31,4	22.130.118	-2,3
Receitas Primárias (I)	13.352.191	26.838.564	101,0	26.580.363	-1,0	32.894.479	23,8	22.536.225	-31,5	21.998.372	-2,4
Despesa Total	13.999.942	27.179.904	94,1	28.774.177	5,9	32.995.606	14,7	22.641.346	-31,4	22.130.118	-2,3
Despesas Primárias (II)	13.514.296	26.453.588	95,7	28.127.081	6,3	32.577.255	15,8	22.311.943	-31,5	21.816.600	-2,2
Resultado Primário (I-II)	-162.105	384.976	-337,5	-1.546.718	-501,8	317.223	-120,5	224.282	-29,3	181.771	-19,0
Resultado Nominal	-363.444	-415.694	14,4	1.324.253	-418,6	-1.550.800	-217,1	-299.703	-80,7	-285.249	-4,8
Dívida Pública Consolidada	1.523.636	1.107.942	-27,3	2.495.081	125,2	946.880	-62,1	600.306	-36,6	286.105	-52,3
Dívida Consolidada Líquida	1.504.497	1.088.804	-27,6	2.400.492	120,5	852.192	-64,5	510.305	-40,1	200.445	-60,7

## 1.4. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

MUNICÍPIO DE OURO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2016

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)				R\$ 1,00			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%	
Patrimônio/Capital	13.199.217,52	100,00	8.839.832,41	100,00	8.124.166,55	100,00	
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	13.199.217,52	100,00	8.839.832,41	100,00	8.124.166,55	100,00	

## 1.5. ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE OURO





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2016**

AMF- Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)		R\$ 1,00	
RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL -ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	57.800,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	57.800,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPEAS EXECUTADAS	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	9.477,34	40.242,52	0,00
DESPEAS DE CAPITAL	9.477,34	40.242,52	0,00
Investimentos	9.477,34	40.242,52	0,0
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPEAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(g)=[(Ia-IIb)+IIIh]	(h)=[(Ib-IIe)+IIIi]	(i)=[(Ic-IIf)]
VALOR (III)	8.080,14	17.557,48	0,00

**1.6. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

O Município de Ouro não possui Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

**1.7. ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

O Município de Ouro tem por princípio incentivar o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e suas taxas adicionais (Taxa de Coleta de Lixo, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Calçamento e Taxa de Expediente) em cota-única, concedendo um desconto de até 5% (cinco por cento). Na previsão da receita do referido tributo e taxas já foram excluídas a renúncia de receita, conforme previsão demonstrada no quadro a seguir:

Previsão do valor do IPTU e Taxas a serem lançados no exercício de 2016	R\$	253.600,00
Previsão de Pagamento em conta única de 56%	R\$	142.000,00
Desconto de 5% - Renúncia de Receita	R\$	7.100,00
Previsão de Arrecadação Líquida em 2016 (235.500,00 - 7.100,00)	R\$	228.400,00

**2. METAS FISCAIS DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO - SIMAE**

**2.1. META FISCAL DA RECEITA - LDO 2016**

Código	Especificação	Valor	DR
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	6.477.125,84	
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	69.940,30	
1110.00.00	IMPOSTOS	69.940,30	
1112.00.00	IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	69.940,30	
1112.04.00	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	69.940,30	
1112.04.31	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	69.940,30	00
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	174.931,94	
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	174.931,94	
1322.00.00	Dividendos	1.109,36	00
1325.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	173.822,58	
1325.02.00	Remuneração de Depósitos de Receitas não Vinculadas	173.822,58	00
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	5.890.365,65	
1600.13.00	Serviços Administrativos	3.731,99	
1600.13.99	Outros Serviços Administrativos	3.731,99	00
1600.41.00	Serviço de Captação, Adução, Tratamento, Reserva e Distribuição de Água	5.632.101,46	
1600.41.01	Tarifa de Água	5.543.383,46	00
1600.41.02	Ligação de Água	65.554,50	00
1600.41.99	Outros Serviços	23.163,50	00
1600.42.00	Serviço de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Esgotos	254.532,20	
1600.42.01	Tarifa de Esgoto	248.532,20	00
1600.42.02	Ligação de Esgoto	5.000,00	00
1600.42.99	Outros Serviços	1.000,00	00
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	341.887,95	

1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	87.075,01	
1915.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	5.570,51	
1915.99.01	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	5.570,51	00
1919.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	81.324,50	
1919.27.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	24.656,45	00
1919.99.00	Outras Multas	56.668,05	00
1920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	32.777,49	
1921.00.00	INDENIZAÇÕES	32.777,49	
1921.06.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	32.777,49	00
1930.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	203.444,50	
1932.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	203.444,50	
1932.99.00	Receita da Dívida Ativa não Tributária de Outras Receitas	203.444,50	
1932.99.01	Receita da Dívida Ativa não Tributária de Outras Receitas - Principal	203.444,50	00
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	18.590,95	
1990.99.00	Outras Receitas	18.509,95	00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	
2219.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	5.000,00	00
TOTAL DA RECEITA		6.482.125,84	

## ANEXO II

## 1. PRIORIDADES E METAS DO MUNICÍPIO DE OURO PARA O EXERCÍCIO DE 2016

PRIORIDADES E METAS PARA 2016					
Programa: 0001. GESTÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0001. Manutenção das atividades legislativas	exercício	unidade	1	890.000,00	00
0002. Conclusão da sede do Legislativo	obra executada	unidade	1	60.000,00	00
0003. Aquisição de mobiliários e equipamentos	equipamento	unidade	50	50.000,00	00
0117. Manutenção do Programa Vereador Mirim	exercício	unidade	1	20.000,00	00
Subtotal				1.020.000,00	
Programa: 0002. GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0004. Manutenção do Gabinete do Prefeito	exercício	unidade	1	233.000,00	00
0112. Manutenção da Casa da Cidadania	exercício	unidade	1	41.000,00	00
0113. Manutenção das atividades da Comissão Municipal de Defesa Civil	exercício	unidade	1	5.000,00	00
0006. Manutenção de Assessoria e Controle Interno	exercício	unidade	1	273.000,00	00
0007. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	exercício	unidade	1	86.000,00	00
Subtotal				638.000,00	
Programa: 0003. ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0008. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias	exercício	unidade	1	1.185.000,00	00
0009. Divulgação e publicação de atos oficiais	exercício	unidade	1	33.900,00	00
0010. Contribuições associativas	exercício	unidade	1	130.000,00	00
Subtotal				1.348.900,00	
Programa: 0004. A ESCOLA FORMANDO CIDADÃOS ATUANTES E PARTICIPATIVOS					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0011. Manutenção da Secretaria de Educação	exercício	unidade	1	192.000,00	00
0012. Merenda Escolar	criança/aluno	unidade	528	80.000,00	00
				19.000,00	36
				72.400,00	37
0013. Manutenção do Ensino Fundamental	aluno	unidade	328	721.000,00	01
				1.100.000,00	18
				25.000,00	32
0014. Manutenção do transporte escolar	criança/aluno	unidade	788	395.000,00	01
				200.000,00	36
				44.400,00	37
				248.500,00	62

0015. Reformas e melhorias dos espaços físicos das Escolas de Ensino Fundamental	escola	unidade	2	400.000,00	32
0016. Aquisição de mobiliários e equipamentos para as Escolas de Ensino Fundamental	equipamento	unidade	50	200.000,00	32
0017. Aquisição de veículos para as atividades da educação	veículo	unidade	1	80.000,00	32
0018. Aquisição de veículos para o transporte escolar	veículo	unidade	1	300.000,00	37
0019. Construção de unidade escolar	obra executada	m²	854	961.000,00	32
0114. Aquisição de terreno para implantação de escola municipal terreno		m²	4.000	400.000,00	32
0020. Apoio ao Ensino Profissionalizante	aluno	unidade	37	5.000,00	00
0021. Apoio ao Ensino Superior	acadêmico	unidade	40	60.000,00	00
0022. Manutenção da Educação Infantil	criança	unidade	351	946.392,00	01
				1.112.000,00	18
0023. Reformas e melhorias dos espaços físicos dos Centros de Educação Infantil	centro	unidade	1	110.000,00	32
0118. Construção de Creche Tipo C no Distrito de Santa Lúcia	obra executada	m²	900	1.105.000,00	32
0024. Educação para Jovens e Adultos	aluno	unidade	30	1.000,00	01
0025. Manutenção da Educação Especial	aluno	unidade	17	108.000,00	01
Subtotal				8.885.692,00	
Programa: 0005. INCENTIVO A CULTURA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0026. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal	exercício	unidade	1	132.500,00	00
0027. Manutenção da torre de retransmissão de TV	exercício	unidade	1	14.000,00	00
0028. Desenvolvimento de atividades artístico-culturais	exercício	unidade	1	75.346,00	00
Subtotal				221.846,00	
Programa: 0006. ESPORTE QUALIDADE DE VIDA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0031. Apoio ao esporte amador	atleta	unidade	3.000	197.000,00	00
				35.000,00	64
0032. Manutenção e melhorias dos ginásios de esportes	ginásio	unidade	1	500.000,00	34
0119. Conclusão do Ginásio de Esportes do Bairro Kleinubing	ginásio	unidade	1	160.000,00	64
Subtotal				892.000,00	
Programa: 0007. PROMOVENDO A SAÚDE					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0033. Manutenção das atividades gerais de saúde	exercício	unidade	1	1.275.000,00	02
0034. Manutenção do Programa Saúde da Família	família	unidade	2.440	199.000,00	02
				128.000,00	38
0035. Manutenção do Programa Agentes Comunitários	família	unidade	2.440	66.000,00	02
				92.300,00	38
				50.500,00	67
0036. Manutenção do Programa Saúde Bucal	procedimento	unidade	2.440	68.000,00	02
				26.800,00	38
0037. Manutenção do Programa Farmácia Básica	exercício	unidade	1	60.000,00	02
				41.200,00	38
				28.100,00	67
0038. Reforma da Unidade Sanitária Central	edificação	unidade	1	80.000,00	33
0039. Aquisição de veículos para as atividades de saúde	veículo	unidade	2	100.000,00	33
				100.000,00	63
0040. Aquisição de mobiliários e equipamentos	equipamento	unidade	10	248.000,00	33
0041. Construção de posto de saúde no Bairro Parque Jardim Ouro	obra executada	m²	400	100.000,00	02
0042. Construção de ponto de atendimento de saúde no Distrito de Santa Lúcia	obra executada	m²	100	100.000,00	33
0120. Construção de garagem para os veículos da saúde	obra executada	m²	200	100.000,00	33
0111. Programa Mais Médico	exercício	unidade	1	20.000,00	02
0044. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva	procedimento	unidade	15.000	871.502,00	02
				181.400,00	38
				15.500,00	67
0045. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária	visita	unidade	2.500	33.600,00	00
				38.000,00	02
				7.000,00	38

0046. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde	procedimento	unidade	600	2.000,00	02
				23.300,00	38
0047. Manutenção do Programa de Alimentação e Nutrição	procedimento	unidade	100	10.000,00	02
0048. Implantação do sistema de água e esgotamento sanitário	sistema	unidade	1	40.000,00	00
				457.100,00	34
Subtotal				4.562.302,00	
Programa: 0008. FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0049. Manutenção das estradas vicinais	exercício	unidade	1	707.000,00	00
				6.040,00	07
				79.300,00	39
				1.500.000,00	64
0050. Manutenção da garagem e oficina municipal	exercício	unidade	1	20.000,00	00
0051. Aquisição de veículos para as atividades de infraestrutura viária	equipamento	unidade	3	500.000,00	34
0052. Aquisição de máquinas e equipamentos	equipamento	unidade	3	1.200.000,00	34
0053. Construção de pontes em concreto	ponte	m²	50	1.000.000,00	64
0054. Construção da garagem municipal	obra executada	m²	500	500.000,00	34
0055. Pavimentação de estradas rurais	pavimentação	m²	1.000	1.000.000,00	34
Subtotal				6.512.340,00	
Programa: 0009. SEGURANÇA AO CIDADÃO					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0056. Manutenção da sinalização de trânsito	exercício	unidade	1	3.100,00	00
				13.720,00	12
0057. Manutenção de convênio com a Polícia Civil	exercício	unidade	1	8.290,00	11
0058. Manutenção de convênio com a Polícia Militar	exercício	unidade	1	8.290,00	10
0059. Manutenção de convênio com a Rádio Patrulha	exercício	unidade	1	12.000,00	00
Subtotal				45.400,00	
Programa: 0010. REVITALIZANDO O URBANISMO					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0060. Manutenção dos serviços urbanos	exercício	unidade	1	576.000,00	00
				65.000,00	34
0061. Manutenção da coleta de lixo	exercício	unidade	1	265.000,00	00
0062. Aquisição de veículos para os serviços urbanos	veículo	unidade	1	50.000,00	34
0063. Pavimentação de ruas	pavimentação	m²	3.500	1.200.000,00	34
				100.000,00	64
0064. Pavimentação e revitalização de passeios com acessibilidade	calçada	m²	1.000	500.000,00	34
0066. Infraestrutura e saneamento básico em área de expansão do perímetro urbano	obra executada	unidade	1	250.000,00	34
0067. Manutenção do Cemitério Municipal	exercício	unidade	1	15.000,00	00
				150.000,00	34
0071. Abertura de rua interligando os bairros Kleinubing, Navegantes e Caravaggio	rua	m²	1.000	500.000,00	34
0072. Revitalização das pontes Irineu Bornhausen e Mathias Michelizzi	ponte	unidade	1	100.000,00	34
0073. Manutenção da iluminação pública	exercício	unidade	1	261.000,00	08
0074. Implantação de iluminação pública entre os bairros Parque e Jardim Ouro e a comunidade Linha Caravaggio	obra executada	unidade	1	100.000,00	64
Subtotal				4.132.000,00	
Programa: 0011. MINHA CASA VALE OURO					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0075. Manutenção das atividades habitacionais	exercício	unidade	1	10.000,00	00
0076. Programas habitacionais nas áreas urbanas e rurais	exercício	unidade	1	75.000,00	34
0077. Infraestrutura para loteamentos de interesse social	exercício	unidade	1	195.000,00	34
0078. Programa Minha Casa Minha Vida	exercício	unidade	1	150.000,00	34
0079. Aquisição de terreno para implantação de núcleo habitacional	terreno	m²	6.000	300.000,00	34
Subtotal				730.000,00	
Programa: 0012. DESENVOLVENDO A AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTAVEL					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR

0080. Manutenção e promoção das atividades agrícolas	exercício	unidade	1	634.000,00	00
				65.000,00	34
				70.000,00	64
0081. Convênios para a prestação de serviços e assistência técnica	convênio	unidade	1	20.000,00	00
0083. Manutenção de programas de incentivos ao desenvolvimento da agricultura	exercício	unidade	1	53.000,00	00
0084. Aquisição de implementos agrícolas	implemento	unidade	8	100.000,00	34
0085. Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	máquina	unidade	12	1.000.000,00	34
Subtotal				1.942.000,00	
Programa: 0013. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO COM SUSTENTABILIDADE					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0086. Desenvolvimento econômico	exercício	unidade	1	99.000,00	00
0087. Manutenção das atividades turísticas	exercício	unidade	1	60.000,00	00
0088. Aquisição de terreno para instalação do Distrito Industrial	terreno	unidade	5.000	250.000,00	34
0115. Reforma do Centro de Eventos Caravaggio	obra executada	unidade	1	300.000,00	34
Subtotal				709.000,00	
Programa: 0014. CIDADÃO EM PRIMEIRO LUGAR					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0116. Apoio aos Grupos de Terceira Idade	exercício	unidade	1	26.200,00	00
0090. Manutenção do Conselho Tutelar	exercício	unidade	1	114.800,00	00
				35.000,00	31
0091. Transferência ao Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar	exercício	unidade	1	85.000,00	00
0092. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente	exercício	unidade	1	169.200,00	00
				36.500,00	35
0093. Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social	exercício	unidade	1	350.000,00	00
				78.600,00	35
0094. Manutenção da Assistência Social	exercício	unidade	1	281.200,00	00
0095. Aquisição de veículos para a Assistência Social	veículo	unidade	1	130.000,00	31
0097. Aquisição de terreno para construção do CRAS	terreno	unidade	1	280.000,00	31
0098. Construção do Centro de Referência da Assistência Social	obra executada	m²	400	400.560,00	31
0104. Manutenção do Programa Bolsa Família	exercício	unidade	1	8.800,00	35
0105. Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência	exercício	unidade	1	1.000,00	00
				5.100,00	09
Subtotal				2.001.960,00	
Programa: 0015. ENCARGOS ESPECIAIS					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0107. Amortização do Principal e Encargos da Dívida	contrato	unidade	2	441.820,00	00
0108. Manutenção dos Encargos com Inativos e Pensionistas.	pessoal	unidade	22	489.000,00	00
				1.200,00	03
0109. Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor.	exercício	unidade	1	172.340,00	00
				60,00	07
				800,00	39
Subtotal				1.105.220,00	
Programa: 0016. RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0110. Reserva de Contingência.	exercício	unidade	1	100.000,00	00
Subtotal				100.000,00	
TOTAL				34.846.660,00	

## 2. PRIORIDADES E METAS DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO - SIMAE PARA O EXERCÍCIO DE 2016

PRIORIDADES E METAS PARA 2016					
Programa: 8000. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
2091. Manutenção Administrativa dos Sistemas de Água e Esgoto	unidade gestora	unidade	1	1.471.644,42	00
1083. Ampliação e reforma da Sede Administrativa	edificação	m²	200	150.000,00	00
1084. Aquisição de bens móveis	equipamento	unidade	15	45.000,00	00
				5.000,00	89



2092. Manutenção e operação do sistema de abastecimento de água e esgoto	unidade gestora	unidade	1	3.315.775,06	00
2093. Transferências ao consórcio público CISAM Meio Oeste	exercício	unidade	1	18.779,77	00
2179. Manutenção dos serviços de Regulação Consórcio Público CISAM Meio Oeste	exercício	unidade	1	23.000,00	00
1085. Ampliação e automação da Estação de Tratamento de Água	equipamento	unidade	1	623.105,33	00
1086. Construção e ampliação de bens de natureza industrial	edificação	unidade	30	100.000,00	00
1088. Implantação redes e adutoras de água	rede	m	1.000	250.000,00	00
1089. Ampliação de redes de esgoto	rede	m	500	200.000,00	00
1091. Ampliação e manutenção sistema de macro e micro medidores.	equipamento	unidade	800	60.000,00	00
1092. Aquisição e substituição de painéis de comando	equipamento	unidade	1	25.000,00	00
1093. Aquisição e substituição de conjunto moto-bomba	equipamento	unidade	1	30.000,00	00
1094. Aquisição de veículos	veículo	unidade	2	40.000,00	00
1095. Aquisição de equipamentos	equipamento	unidade	6	40.000,00	00
1099. Aquisição de terrenos	terreno	m²	200	20.000,00	00
2094. Contribuição ao PASEP	contribuição	unidade	1	64.821,26	00
TOTAL				6.482.125,84	

## ANEXO III

RISCOS FISCAIS - LDO 2016	
Art. 4º, § 3º da LRF	
Identificação dos Eventos	2016
1. Riscos Fiscais	100.000,00
1.1. Intempéries	50.000,00
1.2. Demandas judiciais	50.000,00
TOTAL	100.000,00

**LEI 2.438**

LEI Nº 2.438, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Ouro para o exercício de 2016.

## DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Ouro para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 41.328.785,84 (quarenta e um milhões, trezentos e vinte e oito mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), sendo R\$ 35.261.623,84 (trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 6.067.162,00 (seis milhões, sessenta e sete mil, centos e sessenta e dois reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. O orçamento da autarquia Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, parte integrante do orçamento do Município de Ouro, não comporá, para efeito de análise, as metas fiscais estabelecidas pela Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, em decorrência de que a consolidação das contas da autarquia vem sendo processada no Município de Capinzal.

## DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo Municipal para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 34.846.660,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta reais) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo Municipal em R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais) e em R\$ 33.826.660,00 (trinta e três milhões, oitocentos e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta reais) a Despesa do Poder Executivo.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	20.258.200,00
1.1. Receita Tributária	R\$	1.076.000,00
1.2. Receita de Contribuições	R\$	261.200,00
1.3. Receita Patrimonial	R\$	115.800,00
1.4. Receita de Serviços	R\$	107.500,00
1.5. Transferências Correntes	R\$	18.609.700,00
1.6. Outras Receitas Correntes	R\$	88.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	17.526.660,00
2.1. Transferências de Capital	R\$	17.526.660,00
3. Deduções da Receita para formação do FUNDEB	R\$	-2.938.200,00

TOTAL	R\$	34.846.660,00
-------	-----	---------------

§ 2º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal serão realizadas segundo as discriminações a seguir, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL:

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores	R\$	1.020.000,00
02.01 - Gabinete do Prefeito	R\$	552.000,00
03.01 - Gabinete do Vice-Prefeito	R\$	86.000,00
04.01 - Sec. Mun. da Administração e Fazenda	R\$	1.348.900,00
04.02 - Encargos Gerais do Município	R\$	1.105.220,00
05.01 - Sec. Mun. da Educação, Cultura e Desporto	R\$	192.000,00
05.02 - Departamento de Educação	R\$	8.693.692,00
05.03 - Departamento de Cultura	R\$	221.846,00
05.04 - Departamento de Desporto	R\$	892.000,00
06.01 - Fundo Municipal de Saúde	R\$	4.562.302,00
07.01 - Sec. Mun. de Transportes	R\$	6.512.340,00
08.01 - Departamento de Urbanismo e Obras	R\$	4.177.400,00
08.02 - Fundo Municipal de Habitação	R\$	730.000,00
09.01 - Sec. Mun. da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	1.942.000,00
10.01 - Sec. Mun. da Indústria, Comércio e Turismo	R\$	709.000,00
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	1.995.860,00
11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$	6.100,00
99.99 - Reserva de Contingência	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	34.846.660,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$	1.020.000,00
04 - Administração	R\$	1.986.900,00
06 - Segurança Pública	R\$	45.400,00
08 - Assistência Social	R\$	2.001.960,00
10 - Saúde	R\$	4.065.202,00
12 - Educação	R\$	8.885.692,00
13 - Cultura	R\$	221.846,00
15 - Urbanismo	R\$	3.882.000,00
16 - Habitação	R\$	730.000,00
17 - Saneamento	R\$	747.100,00
20 - Agricultura	R\$	1.942.000,00
22 - Indústria	R\$	550.000,00
23 - Comércio e Serviços	R\$	159.000,00
26 - Transporte	R\$	6.512.340,00
27 - Desporto e Lazer	R\$	892.000,00
28 - Encargos Especiais	R\$	1.105.220,00
99 - Reserva de Contingência	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	34.846.660,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA:

0001 - Gestão das Atividades Legislativas	R\$	1.020.000,00
0002 - Gestão e Participação Cidadã	R\$	638.000,00
0003 - Administração Participativa	R\$	1.348.900,00
0004 - A Escola Formando Cidadãos Atuantes e Participativos	R\$	8.885.692,00
0005 - Incentivo a Cultura	R\$	221.846,00
0006 - Esporte Qualidade de Vida	R\$	892.000,00
0007 - Promovendo a Saúde	R\$	4.562.302,00
0008 - Fortalecimento da Infraestrutura Viária	R\$	6.512.340,00
0009 - Segurança ao Cidadão	R\$	45.400,00
0010 - Revitalizando o Urbanismo	R\$	4.132.000,00
0011 - Minha Casa Vale Ouro	R\$	730.000,00
0012 - Desenvolvendo a Agricultura Familiar Sustentável	R\$	1.942.000,00
0013 - Desenvolvimento Econômico com Sustentabilidade	R\$	709.000,00
0014 - Cidadão em Primeiro Lugar	R\$	2.001.960,00
0015 - Encargos Especiais	R\$	1.105.220,00
0016 - Reserva de Contingência	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	34.846.660,00

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:**

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	R\$	17.803.380,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	10.248.092,00
3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	106.500,00
3.1.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	10.141.592,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	R\$	25.000,00
3.2.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$	7.530.288,00
3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	291.000,00
3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	57.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	7.170.188,00
3.3.93.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	12.100,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$	16.943.280,00
4.4.00.00 - Investimentos	R\$	16.526.460,00
4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	19.800,00
4.4.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	16.506.660,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	R\$	416.820,00
4.6.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	416.820,00
9.0.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	34.846.660,00

**DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO**

Art. 3º O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 6.482.125,84 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

§ 1º A Receita do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	6.477.125,84
1.1. Receita Tributária	R\$	69.940,30
1.2. Receita Patrimonial	R\$	174.931,94
1.3. Receita de Serviços	R\$	5.890.365,65
1.4. Outras Receitas Correntes	R\$	341.887,95
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	5.000,00
2.1. Alienação de Bens	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	6.482.125,84

§ 2º A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE será realizada segundo as discriminações a seguir, obedecendo a funcional-programática e natureza econômica:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:**

04 - Administração	R\$	1.671.644,42
17 - Saneamento	R\$	4.745.660,16
28 - Encargos Especiais	R\$	64.821,26
TOTAL	R\$	6.482.125,84

**II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA:**

8000 - Água Potável e Saneamento	R\$	6.482.125,84
TOTAL	R\$	6.482.125,84

**III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:**

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	R\$	4.890.354,58
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	2.504.478,67
3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	8.262,18
3.1.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	2.496.216,49
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$	2.385.875,91
3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	6.851,66
3.3.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	2.356.024,25
3.3.93.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	23.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.591.771,26
4.4.00.00 - Investimentos	R\$	1.591.771,26
4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	3.665,93
4.4.90.00 - Aplicações Diretas	R\$	1.588.105,33
TOTAL	R\$	6.482.125,84

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes,

outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

I - Intempéries	R\$	50.000,00
II - Demandas judiciais	R\$	50.000,00
TOTAL	R\$	100.000,00

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto ou atividade ou operações especiais.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício;

II - superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 8º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320, de 1964, será realizada por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e no que estabelece a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas alterações posteriores.

Art. 9º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos arts. 8º, 42 e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e no que estabelece a Portaria Interministerial nº 163/2001.

Art. 10. Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 29 de dezembro de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

## LEI 2.447

LEI Nº 2.447 DE 29 DE ABRIL DE 2016.

Inclui ação na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2016; inclui atividade na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016; e abre crédito adicional especial e suplementar no orçamento vigente do Município de Ouro.

Art. 1º Fica incluída na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício 2016, instituída pela Lei 2.437, de 29 de dezembro de 2015, a ação: 1016. Implantação de academias ao ar livre, no montante de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), com as seguintes especificações:

LDO - PRIORIDADES E METAS PARA 2016					
Programa: 0007. PROMOVENDO A SAÚDE					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1016. Implantação de academias ao ar livre	Academia	unidade	1	25.000,00	00
				100.000,00	38

Art. 2º Fica incluída na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, instituída pela Lei nº 2.438, de 29 de dezembro de 2015, o projeto: 1016. Implantação de academias ao ar livre.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial, no valor de até R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), no orçamento vigente, na seguinte programação orçamentária:

**06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

**0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**10.301.0007.1016. Implantação de academias ao ar livre**

4.4.90.00.00.0.3.00000. Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
4.4.90.00.00.0.1.38604. Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
4.4.90.00.00.0.3.38604. Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
Total	R\$	125.000,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no valor de até R\$ 1.077.400,00 (um milhão, setenta e sete mil e quatrocentos reais), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

**08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO**

**0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS**

**15.452.0010.1024. Pavimentação de ruas**

4.4.90.00.00.0.1.64102. Aplicações Diretas	R\$	1.000.000,00
--	-----	--------------

**15.452.0010.1033. Implantação de iluminação pública entre os bairros Parque e Jardim Ouro e a comunidade Linha Caravaggio**

4.4.90.00.00.0.3.00000. Aplicações Diretas	R\$	25.500,00
4.4.90.00.00.0.3.08000. Aplicações Diretas	R\$	51.900,00
Total	R\$	1.077.400,00

Art. 5º Para dar cobertura ao crédito adicional especial e suplementar, abertos nos art. 3º e 4º, é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 122.400,00 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos reais), nas seguintes Destinações de Recursos:

00000. Recursos Ordinários	R\$	50.500,00
08000. Contribuição: COSIP	R\$	51.900,00
38604. Transferências SUS/União: INV/Academia Saúde	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	122.400,00

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 1.080.000,00 (um milhão, oitenta mil reais), na seguinte Destinação de Recurso:

38604. Transferências SUS/União: INV/Academia Saúde	R\$	80.000,00
64102. TC Estado/Outros: Pavimentação de Ruas	R\$	1.000.000,00
TOTAL	R\$	1.080.000,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 29 de Abril de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

**PREGÃO PRESENCIAL N. 0020/2016- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0036/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0020/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 038/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: SG TERRAPLENAGEM LTDA - EPP

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de horas de máquinas.

Vigência: 29/04/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 159.100,00 (cento e cinquenta e nove mil e cem reais)

Data de assinatura: 29/04/2016



# Paial

## PREFEITURA

### EXTRATOS CONTRATUAIS MÊS 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 26/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada...: PJ SERVICOS DE JARDINAGEM LTDA - ME  
Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 11/04/2026  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016  
Objeto.....: Concessãonãoremuneradadeincentivoseconômicos, através da Concessão do Direito Real de Uso de 02 (dois) Barracões Industriais, visando o desenvolvimento econômico e social do Município. Paial, 2 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 27/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada...: JANIA LUCIA DALA VALE - ME  
Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 11/04/2026  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016  
Objeto.....: Concessãonãoremuneradadeincentivoseconômicos, através da Concessão do Direito Real de Uso de 02 (dois) Barracões Industriais, visando o desenvolvimento econômico e social do Município. Paial, 2 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 28/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada...: GAMBATTO VEICULOS LTDA  
Valor ..... : 46.400,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 12/04/2016 Término: 11/07/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016  
Recursos.....: Dotação: 1.006.4.4.90.00.00.00.00(61) Saldo: 150.000,00  
Objeto.....: Aquisição de veículo novo, tipo pick-up destinado a Diretoria de Agricultura. Paial, 2 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 2ªTA ao Ctr92/15 - Contrato Nº: 92/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada...: NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME  
Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 24/05/2016  
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obrase Serv. Engenharia Nº.: 5/2015  
Objeto ..... : Contratação de empresa do ramo de engenharia para execução de obra de instalação de rede de energia elétrica com acréscimo de carga em parte das Ruas Mato Grosso com Avenida Júlio Bender e parte da Mato Grosso com a Sergipe. Paial, 2 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 6ªTA ao Ctr47/14 - Contrato Nº: 47/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada...: CONXAP CONSTRUTORA LTDA - EPP  
Vigência ..... : Início: 13/04/2016 Término: 17/05/2016  
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obrase Serv. Engenharia Nº.: 3/2014  
Objeto.....: Apresentação de licitação temporária para contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de quadra escolar poliesportiva coberta com vestiários conforme Projeto Básico. Paial, 2 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 29/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada...: MARISTELA F. M. FERNANDES - ME  
Valor ..... : 6.446,40 (seis mil quatrocentos e quarenta e seis reais e

quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 19/04/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compra de Serviços Nº.: 6/2016  
Recursos.....: Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00(32) Saldo: 35.036,00  
Objeto ..... : Contratação de empresa de transporte escolar para as crianças do município de Paial/SC, da localidade de Sede Irani. Paial, 2 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 30/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada...: Glademir Roque Espósito  
Valor ..... : 2.000,00 (dois mil reais)  
Vigência ..... : Início: 26/04/2016 Término: 31/12/2016  
Objeto ..... : O objeto do presente contrato é a exploração, de forma parcelada, de uma jazida de cascalho de aproximadamente 200 x 30 metros quadrados (seiscentos metros quadrados), para extração de aproximadamente 700 (setecentas) cargas de cascalho com 6m³ cada, que serão extraídas conforme necessidade da contratante para utilização nas obras de recuperação e cascalhamento de estradas e outros. Paial, 2 de Maio de 2016

# Palhoça

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA 046/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº046/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº 046/2016, no dia 02 de junho de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto da presente Licitação consiste na outorga de CONCESSÃO DE USO ONEROSA para exploração comercial, única e exclusivamente de Serviços referentes à impressão, reprodução, encadernação e afins, no espaço reservado da Faculdade Municipal, localizado na Rua João Pereira dos Santos, 305, Ponte do Imaruim – Palhoça SC. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 02 de maio de 2016. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

### PREGÃO PRESENCIAL 45/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 17 de maio de 2016, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de tanque e equipamento Hidrojateador combinado com Vácuo, incluindo montagem e instalação sobre chassi do caminhão fornecido pela Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE □ Palhoça, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 02 de maio de 2016. PREGOEIRA.

PUBLICAR POR 01 (UM) DIA EM 03/05//2016.

### REPUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO RP 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 10/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 13 de MAIO de 2016, às 09:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a reabertura do PREGÃO PRESENCIAL-REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2016, que tem por objeto a aquisição de aterro saibro a ser utilizado em várias obras do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 15 de fevereiro de 2016. CAMILONAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

### RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de equipamentos e ares condicionados para atender às necessidades dos programas do Fundo Municipal de Assistência Social e Corpo de Bombeiros do Município de Palhoça - SC, através de Registro de Preços, conforme discriminado no anexo I do edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

M.J.G.TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$4.167,00 (quatro mil e cento e sessenta e sete reais);  
KMA FABRICACAO E COMERCIO DE APARELHOS DE REFRIGERACAO LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 05, totalizando R\$21.710,00 (vinte e um mil e setecentos e dez reais);  
VENTISOL DA AMAZONIA IND DE APARELHOS ELETRICOS LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 03, totalizando R\$31.360,00 (trinta e um mil e trezentos e sessenta reais);  
PEIXER-COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA – ME ficou classificada em 1º lugar no item 02, totalizando R\$7.170,00 (sete mil e cento e setenta reais);  
TECNOFORTE EIRELI ficou classificada em 1º lugar no item 06, totalizando R\$15.000,00 (quinze mil reais);  
E&A REQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP ficou classificada em 1º lugar no item 04, totalizando R\$20.636,00 (vinte mil e seiscentos e trinta e seis reais).

Palhoça, 02 de maio de 2016.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 008/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 008/2016, PRIMEIRO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO À ATUAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS N.º 102/2015 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e pessoa jurídica DENTAL MEDSUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA. OBJETO: – Conforme reequilíbrio, o preço unitário do item 25 passa a ser R\$34,05. O item 28, R\$49,62. O item 205, R\$26,00 e o item 206, R\$25,73.

DATA: 29/02/2016.

# Palmitos

## PREFEITURA

**PROCESSO 53/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 53/2016. Modalidade: Tomada de Preço 11/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA VIDAL DE NEGREIROS, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 19/05/2016 até às 08:30 horas. Data da abertura: 19/05/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 02 de Maio de 2016. José Roberto Gomes – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de lubrificantes destinados aos veículos, máquinas da frota municipal. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 13 de maio de 2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 13/05/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 02 de maio de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

### **CONTRATO Nº 029/2016**

CONTRATO 029/2016

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, TRANS-DEZIO LTDA - EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 04.335.869/0001-48, com sede na Rua Tenente Ary Rau, 1649 - Bairro São Cristóvão - Papanduva/SC, neste ato representado pelo Sr. Jadson Frederico, residente e domiciliado em Papanduva/SC, inscrito no CPF sob N.º 007.252.279-82, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1 - Este contrato tem origem no saldo existente da Ata de Registro de Preços nº 020/2015, derivada do Pregão Presencial nº 027/2015, no qual a registrada se compromete a fazer prestação de serviço de transporte escolar de alunos da Educação Básica, para atendimento de linha socorro, a saber:

Item 02 - Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos da Educação Básica, para atendimento de linha socorro, quando os ônibus da Prefeitura encontrarem-se impedidos da execução durante o ano letivo (veículo com capacidade mínima de 44 passageiros). Saldo existente: 16.685 quilômetros. Saldo contratado: 16.685 quilômetros.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 - Os serviços deverão ser executados conforme a solicitação da secretaria requisitante por meio de requisição ou pré empenho.

2.2 - A Contratada deverá apresentar laudo atualizado de vistoria técnica do(s) veículo(s) de transporte intermunicipal realizado pelo INMETRO ao departamento municipal de trânsito - DETRANPV em até 20 (vinte) dias consecutivos após a homologação deste certame;

2.3 - Antes do início da execução do objeto, a empresa deverá apresentar laudo de vistoria técnica do(s) veículo(s) de transporte intermunicipal realizado por empresa credenciada pelo DENATRAN para vistoria veicular ao departamento municipal de trânsito - DETRANPV;

2.4 - O(s) veículo(s) que será(ao) utilizado(s) para o Transporte escolar deverá(ao) estar em conformidade com o CTB - Código Brasileiro de Trânsito e suas regulamentações;

2.5 - Além do laudo mencionado no item 2.2, a CONTRATADA deverá apresentar no departamento municipal de trânsito - DETRANPV em até 20 (vinte) dias consecutivos após a homologação deste certame os seguintes documentos:

a-) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte intermunicipal, comprovando a disponibilidade destes veículos que deverão estar no nome do contratado ou;  
b-) Quando os veículos não forem de propriedade do contratado apresentar contrato com firma reconhecida de cartório que comprove o direito deste utilizá-lo para execução do objeto deste Certame Licitatório;  
c-) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo do exercício vigente;

d-) Comprovante de pagamento do Seguro Obrigatório do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do objeto;

e-) A Contratada deverá apresentar os seguintes documentos do(s) motorista(s) do(s) veículo(s) de transporte intermunicipal:

I - Carteira Nacional de Habilitação dos motoristas com categoria mínima "D";

II - Comprovante de aprovação em Curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN;

III - Certidão negativa de registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores (retirada no FORUM);

IV - Comprovação de não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou reincidente em infrações média durante os 12 últimos meses (consulta a ser fornecida pelo responsável do CITRAN).

2.6 - Somente serão admitidos:

a) Para o(s) veículo(s) com capacidade de transporte mínima de 44 lugares o ano de fabricação deverá ser a partir de 2003, não sendo aceito veículo com ano de fabricação inferior.

2.8 - Caso a proponente vencedora precise, durante a execução do objeto, efetuar reparos em seus veículos, deverá disponibilizar veículos em iguais ou melhores condições aos que já efetuam a execução deste Contrato, pelo período em que os reparos estiverem sendo feitos;

2.9 - A licitante vencedora, no ato da assinatura deste contrato deverá apresentar declaração informando no mínimo um número de telefone fixo ou móvel para comunicações com a Prefeitura Municipal de Papanduva;

2.10 - Apólice de seguro particular dos veículos que executarão o objeto deste certame que deverão ter coberturas com os seguintes valores mínimos de APP:

a) morte de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa;  
b) invalidez de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa;  
c) despesas médico hospitalares R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por pessoa.



**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1 - As despesas decorrentes na execução da Ata de registro de preços relativo ao presente Edital correrão por conta do projeto atividades nº 2.017 – Manutenção do Transporte Escolar - elemento de despesa 3.3.90.00 – Aplicações Diretas do Orçamento Municipal, do exercício financeiro de 2016.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

4.1 - Os recursos financeiros são próprios do contratante e de convênio, do exercício financeiro de 2016.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 - O Valor global do presente contrato é de R\$ 85.927,75 (oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos), sendo que o valor do Km para o item 02 é de R\$ 5,15 (cinco reais e quinze centavos).

Parágrafo único: No valor já estão incluídas as despesas com viagens, incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada.

5.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) mensalmente, até o dia 12(doze), subsequente ao mês do serviço prestado, mediante a apresentação, por parte da contratada, da referida nota fiscal, acompanhada da folha de pagamento quitada dos empregados, e comprovante de recolhimento do INSS e FGTS quitada do período correspondente, respeitando-se as normas previdenciárias vigentes, referentes aos aspectos previdenciários.

5.3 - O Município pagará as viagens efetivamente realizadas no período.

**CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE**

6.1 - Nas prorrogações contratuais, poderão ocorrer atualizações dos preços contratados, com base na variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos doze meses anteriores à data das prorrogações, utilizando-se o substituto ou outro oficial na sua extinção.

**CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA**

7.1 - O período de vigência do referido contrato será a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016

**CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

8.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão de contrato por não cumprimento do mesmo;

8.3 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido pela contratante, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário quando conveniente à necessidade do Município;

8.4 - Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Intermunicipal;

8.5 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços registrados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução da presente ata, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste contrato;

8.6 - O presente instrumento não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviço;

8.7 - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente Contrato;

8.8 - A CONTRATADA sujeitar-se-á às determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

9.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

b) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

verificar constantemente o estado dos veículos usados no Transporte Intermunicipal através do Conselho Municipal de Trânsito e ou DE-TRANPV, podendo exigir vistoria por empresa credenciada pelo DENATRAN para vistoria veicular ou pelo INMETRO, conforme for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES**

10.1 - À CONTRATADA que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a - Advertência;

b - Multa de 10% sobre o valor Global do Contrato;

c - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e - Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à CONTRATADA.

10.2 - Além das penas acima citadas, a CONTRATADA que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a- 1% (um por cento) sobre o valor global do Contrato por dia em que o serviço solicitado não foi efetuado;

b- 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Contrato caso não seja efetuado o serviço solicitado, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

10.3 - As multas previstas nas letras "a" e "b" são independentes e serão aplicadas cumulativamente;

10.4 - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa;

10.5 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais;

10.6 – Não cumprimento do horário pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, acarretará no não pagamento da quilometragem efetuada no dia do ocorrido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1 - O presente Contrato terá validade até seu total cumprimento, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a CONTRATADA somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento;

11.2 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao Município o direito de rescindir a mesma, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 16, deste Edital;

11.3 - Presume-se culpa da CONTRATADA a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada;

11.4 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades:

I - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;

b) prestação dos serviços fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

j) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

11.5 - Caso o município adquira veículo para o transporte intermunicipal, poderá haver rescisão deste Contrato, unilateralmente, por parte do município, mediante notificação expressa com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

12 – Este Contrato está vinculado a Ata de Registro de Preços nº 020/2015, derivada do Pregão Presencial nº 027/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pela Contratada e aos termos da lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nº 1783 de 31 de maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

13.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

14.1 - O contratado se obriga manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

14.2 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecendo-se os limites legais permitidos.

14.3 - Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva/SC, 29 de abril de 2016.

Dario Schicovski  
PELA CONTRATANTE

Jadson Frederico  
PELA CONTRATADA

Testemunhas

Márcio Wisniewski  
Matricula: 50

Ricardo Zenfe  
Matricula: 2675

**LEI COMPLEMENTAR N° 065, DE 02.05.2016 - AUTORIZA TRANSMUTAR SERVIDORES MUNICIPAIS OCUPANTES DO CARGO PÚBLICO DE MÉDICO, DO REGIME JURÍDICO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, PARA O REGIME JURÍDICO ESTATUTÁRIO DO DIREITO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI COMPLEMENTAR N° 065, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Autoriza transmutar servidores municipais ocupantes do cargo público de médico, do Regime Jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para o Regime Jurídico Estatutário do Direito Administrativo e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Esta Lei Complementar autoriza a transmutar Servidores Municipais, ocupantes do cargo público de médico, do Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para o Regime Jurídico Estatutário do Direito Administrativo.

Art. 2º. Os Servidores Municipais efetivos ocupantes de Empregos Públicos de médico, atualmente pertencentes ao Regime Jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ficam transmutados e transferidos para o Regime Jurídico Estatutário do Direito Administrativo, de acordo com a Lei Complementar n° 008, de 03 de dezembro de 2003.

§ 1º. Os servidores municipais abrangidos pelas disposições deste artigo passarão a ter todos os benefícios e direitos concedidos pela Lei Complementar n° 008, de 03 de dezembro de 2003 e Lei n° 1831, de 19 de junho de 2008, a contar da data da mudança de regime.

§ 2º. Os servidores, do regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que já cumpriram o período correspondente ao estágio probatório, ficam dispensados do mesmo, no regime estatutário.

Art. 3º. Os salários dos ocupantes de Emprego Público, de que trata esta Lei Complementar, ficam transformados em vencimentos, sem qualquer forma de decesso.

Art. 4º. O Prefeito Municipal, mediante Ato Administrativo, declarará, para cada caso, as situações de transmutação e transferência do Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para o Regime Jurídico Estatutário do Direito Administrativo.

Art. 5º. O Regime Jurídico Administrativo e Disciplinar será o constante na Lei Complementar n° 008, de 03 de dezembro de 2003.

Art. 6º. Em face ao disposto nesta lei complementar, o Anexo I da Lei Complementar n° 061, de 03 de julho de 2015, passa a constar acrescido dos cargos constantes no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 7º. As despesas decorrentes com a aplicação desta lei complementar serão cobertas com recursos do orçamento municipal e os recursos transferidos, da área da saúde, ocorrentes em cada exercício.

Art. 8º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de maio de 2016.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de maio de 2016.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

Lei Complementar n° 065, de 18 de abril de 2016.

**ANEXO ÚNICO - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

NOME DO CARGO	TOTAL DE VAGAS	VAGAS OCUPADAS	VAGAS A LOTAR	VENCIMENTO INICIAL EM R\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Médico ESF	10	00	10	13.542,74	40 HS

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI N. 2098 DE 28 DE ABRIL DE 2016**

LEI N. 2098 DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Concede revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos Agentes Políticos, Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas, Empregados Públicos, Servidores das Autarquias Municipais e Conselheiros Tutelares, do Poder Executivo, e dá outras providências.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e ele, nos termos do artigo 46, § 8º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte.

**LEI**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, aos vencimentos e proventos de todos os Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas, Empregados Públicos, Agentes Políticos, Conselheiros Tutelares e Servidores das Autarquias Municipais.

§ 1º. O percentual de revisão referido neste artigo será de 3% (três por cento).

§ 2º. Não se aplica o disposto neste artigo aos Servidores Inativos que se aposentaram pelas regras do Art. 40, § 1º, Incisos I, II, e III, alíneas "a" e "b" e § 7º, Incisos I e II da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, uma vez que já foram abrangidos pelo reajuste do Governo Federal no montante de 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento), conforme Decreto Municipal nº 2593, de 13 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, além do disposto no art. 1º § 1º, percentual adicional de 6,50% nos vencimentos a fim de assegurar a reposição inflacionária conforme os índices oficiais.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no Orçamento Geral do Município, aprovado para o exercício financeiro de 2016.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de janeiro de 2016.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 28 de abril de 2016.

Girseliano Moreira da Silva  
Presidente

Esta lei foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski  
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz  
1º Secretário

Djana Paula Matioski  
2ª Secretária

# Paraíso

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO PÚBLICO 012016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PARAÍSO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE PARAÍSO, com base na Lei 11.947, resolução CND/FNDE nº 26 de 17/06/2013 e resolução CD/FNDE nº 25 de 04/07/2012, informa aos agricultores familiares do Município, interessados em fornecer produtos alimentícios, para o Programa Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, destinados a elaboração de merenda escolar, que estará efetuando cadastro dos interessados junto a Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal no dia 06 de Junho de 2016, as 09:00 horas

PÚBLICO ALVO: Agricultores Formais e Informais.

INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Educação do Município de Paraíso ou pelo fone (49) 3627 0077

Paraíso/SC, 02 DE Maio de 2016

ERNI GIACOMINI

Prefeitura Municipal de Paraíso/SC.

### DECRETO 1808/2016

DECRETO Nº 1808/2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 42.018,57, (quarenta e dois mil, dezoito reais e cinquenta e sete centavos), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECR.MUN.DA AGRIC.E MEIO AMBIENTE

09.03 – DIV.DA AGRIC.MEIO AMB.REC.NAT.RENOVAVEIS

09.03.20.650.61100.1.011 – Aquisição de Maq.e Eqto Agrícola

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0436 – Aplicações Diretas(134) ..... R\$ 42.018,57

Total da Adição ..... R\$ 42.018,57

(quarenta e dois mil, dezoito reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 2º Fica, autorizada a utilização como fonte de cobertura do Crédito ora instituído, os recursos do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com a LOA nº 1418/2015 e o disposto nos incisos I, do § 1º, do Art 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais concernentes à abertura do respectivo Crédito Autorizado

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 27 abril de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Secretário Municipal de Administração,

Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e

publicado na data supra

Paraíso (SC), 27 de abril de 2016.

Servidor Responsável



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DECRETO SUPLEMENTAÇÃO Nº 472016 FMS

DECRETO Nº. 047/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

“CRIANOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTADO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PAULO ROBERTO CORDEIRO, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso IV da Lei Municipal Nº 1016 de 02 de dezembro de 2015, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 - Lei Municipal Nº 1006/2015, em especial o contido no artigo 46;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Entidade: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES  
Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0103 – Recursos Vinculados Estaduais- Superávit Financeiro  
Código reduzido da despesa: 26

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0701 – Ações e Serviços Públicos de Saúde- Superávit Financeiro  
Código reduzido da despesa: 27

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 no montante de R\$ 21.596,39 (vinte e um mil quinhentos e noventa e seis reais e trinta e nove centavos), conforme abaixo especificado:

Entidade: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES  
Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Ativ. 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública  
Mod.de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.000103(26)-Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.022,70  
Mod.de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.000701(27)-Aplicações Diretas  
..... R\$ 6.573,69  
Total R\$ 21.596,39

Art. 3º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta do Superávit Financeiro, proveniente de Recursos Estaduais e Municipais.

Parágrafo Único: Os recursos de que trata o artigo 2º, estão creditados nas contas correntes nºs. 7.375-X, 36637-4, Banco do Brasil, Agência 53694SJS, correspondentes aos saldos financeiros em 31 de dezembro de 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres 04 de Abril de 2016.  
Paulo Roberto Cordeiro  
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de Abril de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2016

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação

Objeto: manutenção dos computadores e aquisição de peças para os mesmos.

Contratado: Open Computadores Ltda - Me CNPJ 19.156.301/0001-37

Processo Administrativo: 13/2016

Base Legal: art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93

Passo de Torres, 25 de abril de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

# Passos Maia

## PREFEITURA

**EDITAL N. 0044/2016**

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0044/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 0026/2016

REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0026/2016 – Objeto – Aquisição de 5 (cinco) veículos novos, 0Km, conforme especificações contidas no Anexo I deste edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até às 09:00h do dia 16 de maio de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 9:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:30hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 02 de maio de 2016

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

**DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 006/2016**

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 006/2016

“CONVOCA VEREADORA QUE ESPECÍFICA”

ROSANI DE FATIMA NERVIS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo Art. 269, § 1º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, DECRETA:

Art. 1º Considerando requerimento da Vereadora eleita pelo PSB, Sra. GENI MANTOVANI para retorno na vaga, de acordo com o Art. 269, § 1º, do Regimento Interno desta Casa;

Art. 2º Considerando que a requerente apresentou decreto de exoneração do cargo de Secretária Municipal de Educação e Esportes;

Art. 3º Considerando que a vaga encontra-se preenchida pela SUPLENTE DE VEREADORA CÉLIS REGINA DANIELI, e que a mesma de acordo com o DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 002/2016, está em licença, pelo período de 120 dias, e que o SUPLENTE DE VEREADOR OSVALDIR ALVES, assumiu pelo período anteriormente informado;

Art. 4º Convocar para assumir a vaga a Vereadora eleita GENI MANTOVANI, na data de 02 de maio de 2016;

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia – SC, Sala de Sessões, em 26 de abril de 2016.

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS

Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2016

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com as Leis Federais nº 10.520, 8.666/93 e Lei Complementar Federal 123/2006, objetivando o registro de preço para aquisição de coletor compactador de lixo com capacidade de 10m<sup>3</sup>. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 08h55min do dia 16/05/2016.

A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 16/05/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br).

Paulo Lopes, 02 de maio de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 07/2016

Ata nº 07/2016; Processos nº 026/2015; Objeto: Registro de preço aquisição de água e gás para atender as Secretarias deste Município. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratada: PEREIRA & RODRIGUES LTDA EPP, valor: R\$ 39.980,00 (trinta e novem mil e novecentos e oitenta reais). Data da Assinatura: 29/04/2016.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do contrato nº 12/2016 conforme Processo Licitatório nº 024/2016 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. Objeto: Contratação de empresa para executar Pavimentação Asfáltica e Drenagem de parte da Rua Amadeu Antônio Moisés, no Bairro Areias, município de Paulo Lopes. Valor do Contrato: R\$ R\$ 129.004,95 (cento e vinte e nove mil, quatro reais e noventa e cinco centavos). Vigência: 31/12/2016.

# Penha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2016- PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016-PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº14/2016-PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 – PMP

Aos 02 (dois) dias, do mês de Maio de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 11/2016 - PMP, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

GUARATUBA TRANSPORTE SEIRELIME, com sede na cidade de Blumenau/SC, no Bairro: Passo Manso, na Rua: Bernardo Reiter, nº 1844, no CEP: 89046-200, Telefone: (47)–3330-2307, inscrita sobre o CNPJ nº 13.781.925.0001-69. Banco do Bradesco, Agência nº 1190 e Conta Corrente nº 0009800-0.

#### 1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À LOCAÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E PARA PROJETO EXTRACURRICULARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 11/2016 - PMP, a que corresponde este pacto, assim especificados:

		Elemento de Despesas:			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT. UNITÁRIO	PREVISÃO DE CUSTO	
				GLOBAL	
1. 01	Locação de ônibus com 45 lugares para transporte exclusivo dos alunos da Escola Estadual Antônio Rocha de Andrade para a comunidade de São Miguel, no bairro Gravatá, percorrendo uma distância de 15km por viagem, num total de 02 viagens diárias.	Viagem	300	R\$ 73,6843	R\$ 22.105,28
2.	Locação de ônibus com 45 lugares para transporte exclusivo dos alunos da Escola Estadual Manoel Henrique de Assis, para os bairros São Cristóvão e São Nicolau, percorrendo uma distância de 30km por viagem, num total de 02 viagens diárias	Viagem	400	R\$ 73,6842	R\$ 29.473,68
3.	Locação de ônibus com 45 lugares para transporte exclusivo dos alunos do Grupo Escolar Municipal Antônio José Tiago, no bairro Nossa Senhora de Fátima, percorrendo uma distância de 15km por viagem, num total de 08 viagens diárias.	Viagem	800	R\$ 73,6842	R\$ 58.947,36
4.	Locação de ônibus com 45 lugares para transporte exclusivo dos alunos da Escola Básica Municipal Rubens João de Souza, para a comunidade da COHAB e Bairro Nossa Senhora de Fátima, percorrendo uma distância de 15 km por viagem, num total de 04 viagens diárias.	Viagem	400	R\$ 73,6842	R\$ 29.473,68
	TOTAL			R\$	140.000,00

· Valor estimado em R\$: 140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS)

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

#### 2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 11/2016 - PMP.

#### 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Educação, após contato através de telefone, e-mail ou fax.



#### 4 - DO PRAZO

4.1- Os serviços ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Educação, até sua totalidade no valor lícitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 - Os quantitativos dos serviços são estimativos com base na análise da Secretaria de Educação, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 - Os serviços deverão ser entregues na Secretaria de Educação com validade igual ou superior a 12 meses.

4.4- Os produtos adquiridos do presente deverão ser entregues e fornecidos pela empresa vencedora da licitação, mediante previa autorização do orçamento pela Secretaria de Educação.

#### 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A composição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

#### 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente às quantias solicitadas, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 11/2016 - PMP.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

#### 7 - RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da prestação de serviços, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos os quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os serviços, e efetue a entrega dos serviços solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

#### 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos serviços entregues;
- b) efetuar o pagamento dos serviços, na época de sua exigibilidade.

#### 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



**9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos serviços entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A licitante deverá prestar os serviços com um prazo de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os objetos entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou serviços impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8 - Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os serviços entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos serviços solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações da prestação dos serviços exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

**10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES**

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

**11 – PENALIDADES**

11.1 - A não entrega dos serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

**12 – RESCISÃO**

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

### 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

### 14 - TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

### 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

\_\_\_\_\_  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI ME  
CNPJ Nº 13.781.925.0001-69

### TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

### CH01/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - FMS

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016 - FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC DE ACORDO COM A TABELA CIS/AMFRI.

Abertura do Processo: 23/05/2015 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

A RETIRADA DO EDITAL E MAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47) 3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 02 de maio de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 32/2016 FMS**

CONTRATO Nº 32/2016 – RH/ FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 001/05, DECRETO Nº 103/02 E DECRETO Nº 017/06.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, nos termos da Lei Complementar nº 001/05, Decreto nº 103/02 e Decreto nº 017/06, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) MORAIMA MARIA DE FREITAS RIBAS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 289.547.340-49, residente e domiciliado(a) na Cidade de Balneário Camboriú/SC, na Rua 3250, nº 205, Apto 1002, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADO(A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Médico, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria da Saúde e Saneamento, Plantão Médico (HORISTA) – Pronto Atendimento, cujo plantão será definido pela Secretaria da Saúde e Saneamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por hora trabalhada de segunda-feira à sexta-feira e R\$ 90,00 (noventa reais) por hora trabalhada aos sábados e domingos, cujo cômputo se fará através da leitura do respectivo controle de frequência.

**CLÁUSULA QUARTA**

O presente instrumento tem validade de 29.04.2016 até 28.04.2017, cujo pagamento correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

20 – Fundo Municipal de Saúde  
01 – Fundo Municipal de Saúde  
10.301.0070.2.074 PAB FIXO – Ações Básicas de Saúde  
30 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas

**CLÁUSULA QUINTA**

Este contrato é executado, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

**CLÁUSULA SEXTA**

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 29 de abril de 2016.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITURA

MORAIMA MARIA DE FREITAS RIBAS  
CONTRATADO

**TESTEMUNHA**

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**CV02/2016 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016 - PMP

CARTA CONVITE Nº 02/2016 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de trator esteira com lâmina, peso mínimo de 9 toneladas, com fornecimento de óleo diesel, transporte e operador, conforme estabelecido neste Edital e no Anexo I.

Abertura do Processo: 10/05/2016 às 16h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

ARETIRADA DO EDITAL E DE MAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47) 3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 02 de maio de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO 31/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 31/2016.

Fica rescindido o Contrato nº 152/2016-PMP, firmado entre a Sra. LIGIA MARA EVARISTO e esta PREFEITURA, em 15 de fevereiro de 2016, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha, 29 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

~~CONTRATO~~

Contratado(a)

**TESTEMUNHAS:**

DANIELE S. DE SOUZA LUNGE  
Secretária de Administração

Z:\DOCUMENTOS2016\RESCISÃO\28-ADRIANAERBSLIVINALLI.docx

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE DISTRATO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 01/2015**

EXTRATODERECISÃOAMIGÁVELDOCONTRATONº01/2015. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: AMADEU LUÍZ BUZZI E HELENA MARTINS BUZZI. ASSINATURA: 29/04/2016.

Penha, 29 de abril de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

**PORTARIA Nº 19/2016**

PORTARIA Nº 19/2016

Nomeia gestora do contrato nº 09/2016 e seus aditivos, firmado entre a Câmara de Vereadores de Penha e Amadeu Luíz Buzzi e Helena Martins Buzzi

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente de Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 29, inciso XIX do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Zaira Cristina da Silva Hannemann, Recepcionista, servidora do quadro efetivo da Câmara de Vereadores de Penha, como gestora do Contrato nº 09/2016, firmado com Amadeu Luíz Buzzi e Helena Martins Buzzi.

Art. 2º Esta Portaria possui efeitos a partir de sua publicação.

Penha, 29 de abril de 2016.

Clóvis Bergamaschi
--------------------

Presidente
------------

# Peritiba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 37 2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 37/2016  
Processo de Licitação 18/2016 modalidade Pregão Presencial nº 10/2016  
Objeto: Gêneros alimentícios para confecção de Cestas Básicas para distribuição aos Servidores Municipais (lei 1906/2012)  
Contratado: ELOI FRANCISCO BERVIAN & CIA LTDA  
CNPJ nº 03.536.050/0001-86  
Valor do contrato: R\$ 2.206,06 (Dois mil duzentos e seis reais e sessenta centavos)  
Data de Vigência: 28/04/2016 à 05/10/2016  
Município de Peritiba – SC em 28 de Abril de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 38 2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 38/2016  
Processo de Licitação 18/2016 modalidade Pregão Presencial nº 10/2016  
Objeto: Gêneros alimentícios para confecção de Cestas Básicas para distribuição aos Servidores Municipais (lei 1906/2012)  
Contratado: MERCADO POLIANE LTDA  
CNPJ nº 00.070.364/0001-48  
Valor do contrato: R\$ 4.509,94 (Quatro mil quinhentos e nove reais e noventa e quatro centavos)  
Data de Vigência: 28/04/2016 à 05/10/2016  
Município de Peritiba – SC em 28 de Abril de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 39 2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 39/2016  
Processo de Licitação 18/2016 modalidade Pregão Presencial nº 10/2016  
Objeto: Gêneros alimentícios para confecção de Cestas Básicas para distribuição aos Servidores Municipais (lei 1906/2012) e aquisição de leite para concessão à famílias carentes por meio do Fundo Municipal de Assistência social – FMAS (mediante parecer social, amparado pelas leis 8.069/90, 10.741/03, 8.742/93 e lei municipal 1.732/09)  
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA  
CNPJ nº 83.573.212/0006-08  
Valor do contrato: R\$ 5.107,46 (Cinco mil cento e sete reais e quarenta e seis centavos)  
Data de Vigência: 28/04/2016 à 05/10/2016  
Município de Peritiba – SC em 28 de Abril de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 40 2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 40/2016  
Processo de Licitação 18/2016 modalidade Pregão Presencial nº 10/2016  
Objeto: Gêneros alimentícios para confecção de Cestas Básicas para distribuição aos Servidores Municipais (lei 1906/2012)  
Contratado: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME  
CNPJ nº 11.499.653/0001-83  
Valor do contrato: R\$ 3.829,58 (Três mil oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos)  
Data de Vigência: 28/04/2016 à 05/10/2016  
Município de Peritiba – SC em 28 de Abril de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 41 2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 41/2016  
Processo de Licitação 15/2016 modalidade Chamada Pública nº 01/2016  
Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino de Peritiba, a ser adquirido com recursos do FNDE/PNAE, para o 2º quadrimestre de 2016  
Contratado: COPAFAPER - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PERITIBA  
CNPJ nº 08.845.351/0001-05  
Valor do contrato: R\$ 15.515,30 (Quinze mil, quinhentos e quinze reais e trinta centavos)  
Data de Vigência: 29/04/2016 à 05/09/2016  
Município de Peritiba – SC em 29 de Abril de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 42 2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 42/2016  
Processo de Licitação 15/2016 modalidade Chamada Pública nº 01/2016  
Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino de Peritiba, a ser adquirido com recursos do FNDE/PNAE, para o 2º quadrimestre de 2016  
Contratado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGROINDUSTRIAIS DO MUNICÍPIO DE IPIRA - CPAMI  
CNPJ nº 07.224.044/0001-44  
Valor do contrato: R\$ 5.319,80 (Cinco mil, trezentos e dezenove reais e oitenta centavos)  
Data de Vigência: 29/04/2016 à 05/09/2016  
Município de Peritiba – SC em 29 de Abril de 2016.



NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 43 2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 43/2016  
Processo de Licitação nº 22/2016 - Inexigibilidade de Licitação nº 06/2016  
Objeto: Contratação da Banda Atração (Geferson Carli Schreiner – ME), para animação do 95º Kerbfest de Peritiba a ser realizado de 13 à 17 de maio de 2016. Incluindo estrutura de som e iluminação  
Contratado: GEFERSON CARLI SCHREINER – ME  
CNPJ nº 21.227.023/0001-03  
Valor do contrato: R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais)  
Data de Vigência: 29/04/2016 à 13/05/2016  
Município de Peritiba – SC em 29 de Abril de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 44 2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 44/2016  
Processo de Licitação nº 23/2016 - Inexigibilidade de Licitação nº 07/2016  
Objeto: Contratação da Banda CIA Musical, para animação do 95º kerbfest de Peritiba a ser realizado de 13 à 17 de maio de 2016, incluindo estrutura de som e iluminação.  
Contratado: ELORI PORT 34793631991  
CNPJ nº 18.793.024/0001-00  
Valor do contrato: R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais)  
Data de Vigência: 29/04/2016 à 16/05/2016  
Município de Peritiba – SC em 29 de Abril de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 45 2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 45/2016  
Processo de Licitação nº 24/2016 - Inexigibilidade de Licitação nº 08/2016  
Objeto: Contratação da Banda Choppão Some Eventos Ltda - ME, para animação do 95º KERB Fest de Peritiba a ser realizado de 13 à 17 de maio de 2016. Incluindo estrutura de som e iluminação  
Contratado: CHOPPAO SOM E EVENTOS LTDA – ME  
CNPJ nº 12.305.069/0001-02  
Valor do contrato: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)  
Data de Vigência: 29/04/2016 à 15/05/2016  
Município de Peritiba – SC em 29 de Abril de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 46 2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 46/2016  
Processo de Licitação nº 25/2016 - Inexigibilidade de Licitação nº 09/2016  
Objeto: Contratação da empresa LOTTI PROMOÇÕES DE EVENTOS MUSICAIS LTDA - ME (BANDA SILVER SOM), para animação do 95º KERB Fest de Peritiba a ser realizado de 13 à 17 de maio de 2016. Incluindo estrutura de som e iluminação  
Contratado: LOTTI PROMOÇÕES DE EVENTOS MUSICAIS LTDA - ME (BANDA SILVER SOM)  
CNPJ nº 10.201.429/0001-09  
Valor do contrato: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)  
Data de Vigência: 29/04/2016 à 17/05/2016  
Município de Peritiba – SC em 29 de Abril de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 18 2016 - PEÇAS E MÃO-DE-OBRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 24/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (TRANSPORTE ESCOLAR) E DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 08:30h no dia 17/05/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 03 de maio de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 19 2016 - FILTROS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 25/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE FILTROS, MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE PNEUS E DISCOS DE TACÓGRAFO PARA USOS NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (TRANSPORTE ESCOLAR). O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h no dia 18/05/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 04 de maio de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 133/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 133/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A LOCAÇÃO MENSAL DE MÓDULO DE CONTROLE INTERNO E AUDIÊNCIA PÚBLICA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, autorizado através do Processo nº 099/2016, Dispensa de Licitação nº. 0063/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

CNPJ n.º 07.753.029/0001-93

Endereço: Rua da Consolação, 317- Bairro Matinho

XANXERÊ - SC

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato: A locação de SISTEMA de informática, denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO; Prestação de serviços técnicos especializados de adequação, instalação e treinamento operacional do SISTEMA locado, conforme cronograma, ou de comum acordo entre as partes, na MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais) para o exercício, sendo o valor mensal de R\$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais) pela locação do Módulo Controle Interno e Audiência Pública. E pela implantação do módulo, no valor de R\$ 960,00 (Novecentos e sessenta reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento das mensalidades sempre no dia 10 do mês imediatamente posterior ao de referência, bem como o valor da Implantação do Módulo Audiência Pública.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj/Atividade...: MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

4.1 Pela supervisão, gerência e controle de utilização dos SISTEMAS,

incluindo:

4.2 Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos SISTEMAS;

4.3 Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha das máquinas; e

4.4 Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização dos equipamentos do MUNICÍPIO quando da visita técnica dos mesmos.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 Caberá à CONTRATADA:

5.2 Instalar os SISTEMAS objeto deste Contrato e treinar pessoal do MUNICÍPIO na utilização dos mesmos.

5.3 Prestar suporte por telefone, fax, ou Internet, durante a vigência contratual.

5.4 Manter informado o técnico do MUNICÍPIO encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhes as informações necessárias.

5.5 Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos SISTEMAS, causadas por problemas originados das fontes dos seus programas.

5.6 Tratar como confidenciais as informações e dados contidos nos SISTEMAS do MUNICÍPIO, guardando total sigilo perante a terceiros.

### CLÁUSULA SEXTA – DO TREINAMENTO:

6.1 A didática do treinamento de utilização do software ao usuário ficará à critério da CONTRATADA, devendo ser observados as seguintes condições básicas:

6.2 O MUNICÍPIO apresentará à CONTRATADA a relação de usuários diretos do Software, a serem treinados, sendo que não mais de dois representantes de cada uma das unidades interessadas.

6.3 O MUNICÍPIO apresentará à CONTRATADA a relação de responsáveis indiretos, cujo objetivo será de dar suporte direto do local de execução dos serviços públicos, sendo que não mais de dois representantes de cada uma das unidades interessadas.

6.4 Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA poderá realizar o treinamento, em uma única etapa, sem obrigações de repetição, sempre comprovadamente com relatório circunstanciado do treinamento.

6.5 O treinamento constará de apresentação geral dos SISTEMAS, acompanhamento de toda a documentação ao nível de usuário.

6.6 O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta, referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios, sua respectiva análise e finalidades.

### CLÁUSULA SETIMA – DA MANUTENÇÃO:

7.1 Entendida a manutenção como a obrigação da CONTRATADA manter os SISTEMAS de acordo com as especificações a seguir:

7.2 Corrigir eventuais falhas dos SISTEMAS, desde que originados por erros ou defeitos dos mesmos, transferindo versões e correções via internet.

7.3 Alterações de SISTEMAS em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação, desde que tais mudanças não influenciem na estrutura básica dos SISTEMAS.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DOS SISTEMAS:

8.1 As alterações dos SISTEMAS, não cobertas pela manutenção; entendendo-se por alterações:

8.2 Mudanças de qualquer natureza em programas já definidos e elaborados para atender as necessidades do MUNICÍPIO após a aceitação do termo de implantação.

8.3 Elaboração de novos programas solicitados pelo MUNICÍPIO para atender suas necessidades legais e operacionais.

8.4 Alterações dos SISTEMAS em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica dos mesmos.

8.5 Auxílio na recuperação dos SISTEMAS em possíveis problemas originados por erros de operação, queda de energia, falha dos equipamentos, desde que não existam backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança.

8.6 Treinamento de pessoal do MUNICÍPIO na operação ou utilização dos SISTEMAS, em função da substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos e outras ocorrências pertinentes.

8.7 Assessoria, consultoria ou elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos SISTEMAS após a implantação e utilização de cada uma das rotinas dos SISTEMAS.

8.8 Substituição dos sistemas por versões mais atualizadas, em função do aprimoramento técnico e/ou operacional.

8.9 As solicitações de manutenções ou alterações nos programas, serão enviadas pelo MUNICÍPIO, através de pessoa ou área responsável, à CONTRATADA em seu domicílio, via fax, correio eletrônico (E-mail), acompanhado de documentação comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução dos serviços, a CONTRATADA repassará o programa alterado em sua forma executável, via Internet, para os endereços pactuados do MUNICÍPIO, que deverá fazer os testes de conformidades, instalar e repassar aos usuários dos SISTEMAS.

#### CLÁUSULA NONA – DA MIGRAÇÃO DOS DADOS:

A migração dos SISTEMAS existentes para o sistema objeto deste contrato, será mediante arquivos em formato texto gerados pelo MUNICÍPIO, após a assinatura desde Instrumento contratual, desde que necessário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

10.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

10.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

10.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

10.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

10.4.1 a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

10.4.2 o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

10.4.3 o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

10.4.4 a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

10.4.5 a dissolução da empresa;

10.4.6 a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

10.4.7 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

10.4.8 a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

10.5 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

10.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 10.8. PENALIDADES

10.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem

prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

11.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

11.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 08 de Abril de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO

CONTRATADA  
FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

#### DECRETO Nº 4.389, DE 25 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 4.389, DE 25 DE ABRIL DE 2016  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELOS SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 231.816,00 (Duzentos e trinta e um mil, oitocentos e dezesseis reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo  
Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 15 – Urbanismo  
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana  
Programa: 14 – Urbanização de Vias  
Atividade: 1.3 – Obras de Infraestrutura Urbana  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90-0000  
Fonte 389

Total Suplementado ..... R\$ 231.816,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta C.E.F nº 1.833-1 – Alienação de Bens Imóveis).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 25 DE ABRIL DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### DECRETO Nº 4.390, DE 25 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 4.390, DE 25 DE ABRIL DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de Novembro de 2015; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação a proceder suplementação no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), vinculada a destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo  
Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 15 – Urbanismo  
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana  
Programa: 14 – Urbanização de Vias  
Atividade: 1.3 – Obras e infraestrutura urbana  
Modalidade de Aplicação: 4490-0000  
Fonte 164

Total Suplementado ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão a conta da Proposta de Transferência nº 16483/Programa de Transferência nº 2016004839 – CONSTRUÇÃO DE UMA PASSARELA ANEXO A PONTE HUMBERTO BRESOLIN, no Município de Pinheiro Preto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 25 DE ABRIL DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 4.391, DE 25 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 4.391, DE 25 DE ABRIL DE 2016  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELOS SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 55.650,00 (Cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais), nas dotações orçamentárias a seguir:



Órgão: 02 – Chefia do Executivo  
Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26 – Transporte  
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário  
Programa: 23 – Estradas Vicinais  
Atividade: 1.16 – Obras de Infraestrutura Rural  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90-0000  
Fonte 389

TotalSuplementado.....R\$  
55.650,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta B. Brasil 5.716-9 – Alienação de Bens Imóveis).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 25 DE ABRIL DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO 4546/2016

DECRETO Nº 4546/2016.

NOMEIA A SENHORA IDIANARAGOMES NICHTERWITZ PARA ATUAR EM CARATER TEMPORÁRIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLÍNIO DALLACORTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 050/2014, Processo seletivo nº. 01/2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada conforme o inciso VI do artigo 2º da lei Complementar nº 045/2013 e inciso II do artigo 4º da lei Complementar nº 050/2014 a Senhora IDIANARAGOMES NICHTERWITZ, para o cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no período de 02/05/2016 a 01/05/2018, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 02 de Maio de 2016.

PLÍNIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

# Pomerode

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 042 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 042 / 2016

Processo Administrativo n.º 021 / 2016.  
Pregão Presencial n.º 012 / 2016 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: NOAR TURISMO LTDA.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA, RESERVA, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, EMISSÃO, ENDOSO E ENTREGA DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS, CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE VIAGEM, RESERVA EM HOTÉIS (INCLUSIVE DIÁRIAS E ALIMENTAÇÃO) E TRASLADO, NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.  
Percentual de Desconto a ser aplicado sobre o valor estimado dos serviços ☐ 100% - Item 01.  
Previsão orçamentária anual de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/04/2017.

Pomerode / SC, 27 de Abril de 2016.  
ROLF NICOLDELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009 / 2016

Processo Administrativo n.º 026 / 2016.  
Dispensa de Licitação n.º 003 / 2016.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IoBV.  
Objeto: CELEBRAÇÃO DE CONTRATO COM INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM PROCESSOS DE SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, QUE TENHA POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.  
Base legal da Dispensa: Art. 24, Inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93.  
Valor Contratado – A remuneração da Contratada será através da arrecadação total das inscrições em até 1.000 candidatos. Acima desta quantidade 10% do valor será revertido ao Contratante.  
Valor das inscrições: Ensino Fundamental a alfabetizado R\$40,00; Ensino Médio R\$70,00; e Ensino Superior R\$100,00.  
Prazo de vigência: 90 dias – Prazo final: 24/07/2016.

Pomerode / SC, 20 de Abril de 2016.  
ROLF NICOLDELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - FUNDETUR  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002 / 2016

Processo Administrativo n.º 003 / 2016.  
Contratante: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE - FUNDETUR.  
Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS E FOLCLÓRICAS PARA DIVULGAÇÃO TURÍSTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE NA 17ª EDIÇÃO DA MAIFEST, FESTA DE TRADIÇÃO ALEMÃ REALIZADA NOS DIAS 14 E 15 DE MAIO DE 2016 NO BROOKLIN - SÃO PAULO/SP.  
Valor total contratado: R\$23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais).  
Data do Evento: Dias 14 e 15 de Maio de 2016.  
Base Legal: Artigo 25, III da Lei Federal n.º 8.666/93.  
Justificativa: As atividades turísticas e culturais são inviáveis de competição, pois exprimem a cultura da comunidade local, sendo esse o maior patrimônio do Município de Pomerode em suas festividades. Infere-se que o maior atrativo da festividade é o seu caráter cultural, ou seja, suas bandas, seus grupos folclóricos, suas competições típicas, que devidamente caracterizado como questões artísticas e culturais, vez que a tradição das festas se encontra consagrada aos olhos de todos, pela publicidade em função do lado cultural e turístico das atividades mencionadas.  
As bandas e grupos folclóricos selecionados são associados à AMUSPE e são conhecidos pela música e dança alemã que possuem em seu repertório. São bandas e grupos folclóricos reconhecidos no Vale do Itajaí e pela opinião pública do Município de Pomerode e possuem preços compatíveis com os praticados no mercado de shows e eventos.

Pomerode / SC, 02 de Maio de 2016.

MARCOS KÜSTER  
Secretário de Turismo e Cultura - SETUC

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE****1ª RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 07/2016**

RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
EDITAL DE LICITAÇÃO 008/2016  
PREGÃO PRESENCIAL 07/2016

Onde se Lê:

**3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

3.2 Para o LOTE 01 e LOTE 03, cópia do CERTIFICADO DE ACREDITAÇÃO do laboratório licitante, emitido pelo INMETRO, conforme requisitos especificados na norma ABNT NBR I.S.O./IEC 17025:2005, compreendendo parâmetros para as matrizes ambientais, constantes da Portaria MS 2.914/11, acompanhado do ESCOPO DE ACREDITAÇÃO.

3.2.1. Para o caso de Terceirização do LOTE 01 de parte dos ensaios analíticos contratados, o laboratório licitante deverá indicar na proposta, qual é o laboratório terceirizado e deverá apresentar obrigatoriamente o CERTIFICADO DE ACREDITAÇÃO emitido pelo INMETRO para a norma ABNT NBR I.S.O./IEC 17025:2005 compreendendo parâmetros para as matrizes ambientais, constantes na Portaria MS 2.914/11, acompanhado do ESCOPO DE ACREDITAÇÃO, referente ao laboratório terceirizado executor das análises.

3.2.2. O escopo de acreditação deve conter, no mínimo, 50% dos parâmetros dos itens 1.001 a 1.008, bem como as suas metodologias e limite de quantificação (LQ) de modo a atender à Portaria 2914/2011.

Leia- sê:

**3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

3.2 Cópia do Certificado de Acreditação do Laboratório Licitante, emitido pelo INMETRO, com relação à norma NBR ISO/IEC 17025:2005, de acordo com a determinação prevista no artigo 21, Seção V – Dos laboratórios de controle e vigilância, da portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde.

Permanecem inalteradas as demais condições

POMERODE/SC, 03 de Maio de 2016  
EDSON PISKE  
Presidente SAMAE

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 347/2016

DECRETO Nº 347/2016S, DE 04 DE ABRIL 2016

□DISPOESOBREAAABERTURADECRÉDITOADICIONALSUPLEMENTARE DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS□.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e art. 7º da Lei Municipal nº. 2.263, de 15 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 51.463,89 (Cinquenta e Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Três Reais e Oitenta e Nove Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

03.01 □ Departamento de Educação

13.392.1301.2.037 □ Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 00.0618

APLICAÇÕES DIRETAS - 94 R\$ 51.463,89

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 51.463,89 (Cinquenta e Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Três Reais e Oitenta e Nove Centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2015, da Fonte de Recurso 0618 FNDE recursos vinculados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE ABRIL DE 2016

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

### DECRETO 350/2016

DECRETO Nº 350/2016, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. ANILDO RIBEIRO DE MORAES, Matrícula 6287, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 07/04/2015 a 06/04/2016, para ser gozadas de 07/04/2016 a 06/05/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 370/2016

DECRETO Nº 370/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. LENIR DE FATIMA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Foi requerido pedido de prorrogação do benefício n. 6100276880, agendado para o dia 02 de maio de 2016, conforme comprovante em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 371/2016

DECRETO Nº 371/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. CLAUDIA BATISTA ALLEGRE GRINIMARTELLO, Matrícula 28, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 30 (trinta) dias, a contar do dia 14 de abril de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão



por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.  
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 372/2016

DECRETO Nº 372/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Função Pública Municipal Srª. TAISERECINA ACUNHAGOMES PEDROSO, Matrícula 1615, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 25 (vinte e cinco) dias, a contar do dia 04 de abril de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 373/2016

DECRETO Nº 373/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

“DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 800,00m², matrícula 8.824, CRI de Ponte Serrada, lote 09, da quadra 08, localizado na Esquina da Rua São Paulo com a Rua Sete de Setembro, Centro, da cidade de Ponte Serrada – SC, de propriedade do Sr Clevis Albino de Abreu e outros, conforme mapa e memorial anexo.

Art. 2º - Área remanescente, denominada de lote 9-A, da quadra 08, com área de 400,00m².

Art. 3º - Área desmembrada, denominado de lote 9-B, da quadra 08, com área de 400,00m².

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE

SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 375/2016

DECRETO Nº 376/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

“DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora GECI MALLMANN BORTOLAZZO, matrícula 6354, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SECTOR, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 377/2016

DECRETO Nº 377/2016 DE 19 DE ABRIL DE 2016

□ DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS □.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso I do art. 7º da Lei Municipal nº 2.263, de 15 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 224.648,26 (Duzentos e Vinte e Quatro Mil, Seiscentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte e Seis Centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

08 □ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801 □ Fundo Municipal de Saúde

08.301.1001.1.001 – Construção do Hospital Municipal

Modalidade de Aplicação: 449000000

APLICAÇÕES DIRETAS - 00.03.632 20 – R\$ 224.648,26

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do Superávit Financeiro no exercício de 2015 no valor de R\$ 224.648,26 (Duzentos e Vinte e Quatro Mil, Seiscentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte e Seis Centavos), Convênio Secretaria Saúde Construção Hospital..

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPALDEPONTESERRADA,ESTADODE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

### **DECRETO 378/2016**

DECRETO N.º 378/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIAEEMPOSSAMEMBROSODOCONSELHOMUNICIPALDEASSISTÊNCIA SOCIAL.

EDUARDO COPPINI, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 4º da Lei nº 1.529/98 de 16 de outubro de 1998.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados e empossados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Ponte Serrada, os membros a seguir:

A) REPRESENTANDESDASECRETARIAMUNICIPALDEASSISTÊNCIA SOCIAL:

SONIA COLETTI SPRANDEL – TITULAR

CIANA BERTÉ DE ABREU - SUPLENTE

B) REPRESENTANDESDASECRETARIAMUNICIPALDEEDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

GRAZIELI MELANIA ACUNHA - TITULAR

DENISE BARBOSA – SUPLENTE

C) REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE SAÚDE:

GILBERTO FRIGHETTO – TITULAR

ADRIANA PAIN TEIXEIRA – SUPLENTE

D) REPRESENTANDESDASECRETARIAMUNICIPALDEADMINISTRAÇÃO:

SIDIANE DE FÁTIMA FOGAÇA GUIDINI – TITULAR

RODRIGO PECINATTO GIRARDI – SUPLENTE

E) REPRESENTANDESDASECRETARIAMUNICIPALDEAGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE:

GENOIR BISATTO – TITULAR

JANICE DE FÁTIMA FARIAS – SUPLENTE

F) REPRESENTANDESDOSUSUÁRIOSDOPROGRAMABOLSAFAMÍLIA:

JOSEFINA GOMES – TITULAR

ROSELI GUEDES – SUPLENTE

G) REPRESENTANDESDOSTRABALHADORES DOSUAS(SISTEMAÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL):

LAÍSA DE LOURDES MENDES - TITULAR

JURACI LODI – SUPLENTE

H) REPRESENTANDESEENTIDADESEMFINSLUCRATIVOS(APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAÍSE AMIGOS DO EXCEPCIONAIS - PADRE ADRIANO TEMINK):

ROSMERI APARECIDA VICENSI – TITULAR

TANARA TEREZINHA FOGAÇA ZATTI – SUPLENTE

I) REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

DORILDE MAIER - TITULAR

MARIA HELENA CHITTO – SUPLENTE

J) REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO:

MARLI MODANESE – TITULAR

FRANCISCO CORTELLINI – SUPLENTE

Art. 2º - O trabalho dos membros nomeados e empossados, considerado de natureza relevante e notório comunitário e social, dar-se-á em regime gratuito, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 694/2013, de 23 de setembro de 2013.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPALDEPONTESERRADA,ESTADODE SANTA CATARINA, EM 19 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da Lei.

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 937/2016

DECRETO Nº 937, de 26 de abril de 2016.

Dispõe sobre retificação do Decreto nº 618, de 12 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1638, de 15 de dezembro de 2014, página 1170.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Ofício nº 034/2016 – IMPRESS, do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais, referente ao Ato de Pensão por Morte do Senhor Antonio Sergio Chaves,

#### DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto nº 618, de 12 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1638, de 15 de dezembro de 2014, página 1170:

#### Onde se lê:

"O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, devidamente combinado a Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005 e Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004,

#### DECRETA:

Art. 1º Concede PENSÃO POR MORTE, de natureza vitalícia à NADIR DA LUZ CRISTO CHAVES, e de natureza temporária a WILLIAN EDENILSON CHAVES, no percentual de 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos a cada um, pela morte do funcionário Sr. ANTONIO SERGIO CHAVES, portador da CI nº 28.820.869-9/SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 816.730.869-34, em 30 de outubro de 2014, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Esportes, no Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com ingresso no Serviço Público em 04 de maio de 1998, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes."

#### Leia-se:

"O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 40, § 7º, Inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, devidamente combinado a Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005 e Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004,

#### DECRETA:

Art. 1º Concede PENSÃO POR MORTE, de natureza vitalícia à NADIR DA LUZ CRISTO CHAVES, e de natureza temporária a WILLIAN EDENILSON CHAVES, no percentual de 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos a cada um, pela morte do funcionário Sr. ANTONIO SERGIO CHAVES, portador da CI nº 28.820.869-9/SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 816.730.869-34, em 30 de outubro de 2014, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Esportes, no Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, Matrícula nº 2102/II/R, com

ingresso no Serviço Público em 04 de maio de 1998, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 26 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA N.º 207/2016 - RH

PORTARIA Nº 207, de 08 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Florêncio de Mattos Leão, ocupante do cargo de Médico (Urologista), de 5h (cinco) horas semanais para 25h (vinte e cinco) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a crescente demanda dos serviços médicos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 08 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA N.º 208/2016 - RH

PORTARIA Nº 208, de 19 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 086/2014, de Eurides dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 04 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

#### **PORTARIA N.º 209/2016 - RH**

PORTARIA Nº 209, de 19 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho PSF nº 001/2016, de Jussara Neppel, que exerce o emprego público de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008, no período de 04 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

#### **PORTARIA N.º 210/2016 - RH**

PORTARIA Nº 210, de 19 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 079/2014, de Mariano Bordon Sosa, que exerce as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 01 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

#### **PORTARIA N.º 211/2016 - RH**

PORTARIA Nº 211, de 19 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 003/2016, de Luiza Aparecida de Assis Oliveira, que exerce as funções do cargo de Médico (Psiquiatra), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 04 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

#### **PORTARIA N.º 212/2016 - RH**

PORTARIA Nº 212, de 19 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 004/2016, de Nayana Riesemberg da Cunha Ribas, que exerce as funções do cargo de Médico (Anestesiologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 04 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 213/2016 - RH**

PORTARIA Nº 213, de 25 de abril de 2016.

OPREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Juliano Hassan, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 30h (trinta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a crescente demanda dos serviços médicos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 768, de 30 de outubro de 2015.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 25 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 214/2016 - RH**

PORTARIA Nº 214, de 25 de abril de 2016.

OPREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 04 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, Marcelle Portela Antoria, para o emprego público de Médico do PSF (Programa Saúde da Família), de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.949 de 30 de novembro de 2011, em razão da exoneração do Médico Hugo da Cunha Dias, para atender a demanda do sistema de saúde.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 25 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 215/2016 - RH**

PORTARIA Nº 215, de 25 de abril de 2016.

OPREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR APEDIDO, o contrato de trabalho de Adriano Saldanha Baran, do emprego público de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 25 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 217/2016 - RH**

PORTARIA Nº 217, de 29 de abril de 2016.

OPREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 104/2014, de Florêncio de Mattos Leão, que exerce as funções do cargo de Médico (Urologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, de 29 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte



**PORTARIA N.º 218/2016 - RH**

PORTARIA Nº 218, de 29 de abril de 2016.

OPREFEITOMUNICIPALDEPORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 093/2014, de Marli Terezinha Zanella Pleczak, que exerce as funções do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 29 de abril a 15 de junho de 2016, ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015. GABARITO DEFINITIVO****MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)**

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015,  
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.**

**GABARITO DEFINITIVO**

<b>AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS – NÍVEL 01</b>									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	D	N	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
N	D	C	A	D	C	C	D	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	A	B	D	B	A	A	C	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

<b>AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS – NÍVEL 02</b>									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	D	N	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
N	D	C	A	D	C	C	D	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	A	B	D	B	A	A	C	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

<b>AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA</b>									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 1/10



# MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



B	C	C	B	C	C	D	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	D	B	A	C	A	C	C	B	A

CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	C	B	C	C	D	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	D	N	B	A	C	A	C	C	N

ENFERMEIRO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	C	B	C	C	D	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	B	B	C	A	B	C	B	B	B

MÉDICO DO PSF									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 2/10



# MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



B	C	C	B	C	C	D	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	C	A	D	A	A	B	A	A

MÉDICO ORTOPEDISTA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	C	B	C	C	D	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	C	A	D	A	A	A	B	C

MÉDICO PEDIATRA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	C	B	C	C	D	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	C	A	D	A	B	B	A	B

MÉDICO PLANTONISTA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 3/10



# MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



B	C	C	B	C	C	D	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	C	A	D	A	A	B	A	A

MÉDICO PSIQUIATRA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	C	B	C	C	D	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	C	A	D	A	A	C	C	A

MÉDICO UROLOGISTA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	C	B	C	C	D	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	C	A	D	B	B	B	A	B

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	D	N	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
N	D	C	A	D	D	C	B	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	A	C	B	C	C	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 4/10





# MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	C	D	C	D	D	C	B	C	D

PROFESSOR PEDAGOGO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	D	C	B	D	C	D	C	C

PROFESSOR – 1º AO 5º ANOS INICIAIS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 5/10



# MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	D	C	B	D	C	D	C	C

## PROFESSOR – 6º AO 9º ANO - LÍNGUA PORTUGUESA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	D	C	D	D	N	A	D	D	C

## PROFESSOR – 6º AO 9º ANO - LÍNGUA INGLESA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	B	D	C	A	A	C	B	D

## PROFESSOR – 6º AO 9º ANO - MATEMÁTICA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 6/10



# MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
N	A	C	B	B	C	A	C	C	C

PROFESSOR – 6º AO 9º ANO GEOGRAFIA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	C	C	B	C	A	A	A	D	C

PROFESSOR – 6º AO 9º ANO HISTÓRIA – 01									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	B	C	D	D	B	A	B	C	D

PROFESSOR – 6º AO 9º ANO –ARTES									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 7/10



# MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	D	B	A	D	A	A	C	D

PROFESSOR – 6º AO 9º ANO –CIÊNCIAS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	C	C	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	D	C	A	C	B	D	D	A	C

PROFESSOR – 6º AO 9º ANO –EDUCAÇÃO FÍSICA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	D	A	A	A	C	C	C	A	B

PROFESSOR – 6º AO 9º ANO –MÚSICA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 8/10



# MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



A	C	A	C	A	B	C	B	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	B	C	C	C	A	D	C	D	C

PSICÓLOGO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	C	D	B	A	A	D	C	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	A	B	D	A	C	B	D	C

PSICÓLOGO COM ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	B	B	N	A	C	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	C	D	B	A	A	D	C	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	A	C	B	B	D	D	B	C

TÉCNICO EM INFORMÁTICA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
N	C	A	B	D	C	N	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
N	A	C	D	D	D	C	D	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	A	D	A	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 9/10



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



D	N	B	B	C	D	A	N	A	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	D	A	N	B	D	A	N	D

Porto União, SC 02 de MAIO de 2016.

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 10/10



# LISTA CLASSIFICATÓRIA PRELIMINAR, NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS, DE TÍTULOS E PRÁTICAS - EDITAL DE CONCURSO 01/2015



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015,  
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

### LISTA CLASSIFICATÓRIA PRELIMINAR, NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS, DE TÍTULOS E PRÁTICAS.

O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC), inscrito no CNPJ sob nº 83.102.541/0001-58, com sede administrativa na Rua Padre Anchietã, nº 126, Centro, Porto União (SC), CEP 89400-000, neste ato representado por seu Prefeito, senhor ANIZIO DE SOUZA, torna público a LISTA CLASSIFICATÓRIA PRELIMINAR, ao Edital de Concurso Público nº 001/2015.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS – NÍVEL 01											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
181	ALZIRA ROSA CASIRAGHI TANDLER	0,60	0,80	0,40	2,40	4,20	2,80	7,00	APROVADO(A)	1º	05/10/1971
1595	EDICLEIA APARECIDA DE LIMA	0,60	1,00	0,60	2,20	4,40	2,60	7,00	APROVADO(A)	2º	24/06/1993
1892	MARCELO DOS SANTOS LOPES	1,00	1,00	0,60	1,40	4,00	3,00	7,00	APROVADO(A)	3º	03/06/1990
845	TONIA CELINA PTAK	0,60	0,60	0,40	2,20	3,80	3,00	6,80	APROVADO(A)	4º	08/06/1981
590	CLAUDIA MARIA DOS SANTOS BUENO	0,40	1,00	0,40	2,00	3,80	3,00	6,80	APROVADO(A)	5º	22/02/1989
1474	ADAIANE FERREIRA	0,40	0,80	0,60	2,00	3,80	3,00	6,80	APROVADO(A)	6º	10/06/1988
1549	ALEXANDRA IWANCZUK	0,60	0,60	0,60	2,00	3,80	3,00	6,80	APROVADO(A)	7º	12/10/1966
1002	EDILENE MIELKE BAUER	0,60	1,00	0,40	1,80	3,80	3,00	6,80	APROVADO(A)	8º	30/12/1980
908	FERNANDA CRISTINE DE OLIVEIRA DE MORAIS	0,60	1,00	0,40	1,80	3,80	3,00	6,80	APROVADO(A)	9º	16/10/1986
150	TALIA FERNANDA KUKLA	0,60	1,00	0,40	1,80	3,80	3,00	6,80	APROVADO(A)	10º	18/04/1997
1110	MARIANE DE PAULA CORDEIRO	0,60	1,00	0,40	1,80	3,80	2,80	6,60	APROVADO(A)	11º	09/08/1989
217	BRUNA NATALI GAIEVICZ	0,80	1,00	0,60	1,80	4,20	2,40	6,60	APROVADO(A)	12º	24/10/1990
1844	DAIANE DOS SANTOS FAGUNDES	0,60	0,80	0,20	2,00	3,60	2,80	6,40	APROVADO(A)	13º	16/11/1985
1402	LUCIA PALUCH	0,60	1,00	0,20	1,80	3,60	2,60	6,20	APROVADO(A)	14º	14/06/1965
2054	LUANA CAROLINA BENONI	0,60	1,00	0,20	1,60	3,40	2,80	6,20	APROVADO(A)	15º	15/04/1994
1858	DAIANE ALVES	1,00	1,00	0,40	1,00	3,40	2,80	6,20	APROVADO(A)	16º	17/02/1994
870	EVELINE SOELI PICUR	0,20	0,80	0,20	2,00	3,20	2,80	6,00	APROVADO(A)	17º	20/10/1981
22	JEANARA GLÓRIA PACHECO	0,60	0,80	0,20	2,00	3,60	2,40	6,00	APROVADO(A)	18º	16/06/1989

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 1/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1763	ROSANY PCZYNNYS	0,40	0,80	0,60	1,80	3,60	2,40	6,00	APROVADO(A)	19º	22/06/1973
1026	JÉSSICA RAFAELA DOS SANTOS	0,20	0,80	0,40	1,80	3,20	2,80	6,00	APROVADO(A)	20º	18/05/1992
1059	JANETE STACHANIAK	0,60	0,60	0,40	1,80	3,40	2,60	6,00	APROVADO(A)	21º	17/11/1991
2109	ARICELI CRISTINA CHAGAS	0,40	0,80	0,40	1,60	3,20	2,80	6,00	APROVADO(A)	22º	27/09/1980
299	JUSSARA MARLENE FREISLEBEN	0,40	0,80	0,40	1,60	3,20	2,80	6,00	APROVADO(A)	23º	13/05/1987
686	NAISE MARINA DE PAULA CORDEIRO	0,60	0,80	0,60	1,40	3,40	2,60	6,00	APROVADO(A)	24º	22/12/1985
877	JESSICA CRISTINA MARTINS	0,40	1,00	0,60	1,20	3,20	2,80	6,00	APROVADO(A)	25º	17/09/1991
998	DIEGO LEANDRO CIUKAIO	0,60	0,80	0,80	1,20	3,40	2,60	6,00	APROVADO(A)	26º	19/07/1991
903	SIMONE LUCIANE VEZARO	0,80	0,80	0,40	1,20	3,20	2,80	6,00	APROVADO(A)	27º	06/12/1993
24	IRACELI REGINA FELIZ DOS SANTOS	0,80	0,80	0,00	1,80	3,40	2,40	5,80	APROVADO(A)	28º	18/09/1979
513	NEUSA LUBEJS JAK	0,40	0,80	0,00	1,80	3,00	2,80	5,80	APROVADO(A)	29º	01/03/1980
1724	ZORLEIDE DE FÁTIMA RODRIGUES	0,40	0,60	0,20	1,80	3,00	2,80	5,80	APROVADO(A)	30º	29/06/1977
238	VANESSA JANAYNA NICOLAK	0,80	0,80	0,00	1,60	3,20	2,60	5,80	APROVADO(A)	31º	06/05/1993
1855	VITORIA KUKUL	0,80	0,80	0,40	1,60	3,60	2,20	5,80	APROVADO(A)	32º	24/10/1995
475	TANIA FERREIRA DAS CHAGAS	0,80	0,80	0,20	1,40	3,20	2,60	5,80	APROVADO(A)	33º	01/08/1995
2045	JAQUELINE APARECIDA DE BAIRROS	0,20	0,80	0,40	2,20	3,60	2,00	5,60	APROVADO(A)	34º	27/06/1998
690	SUELI DE FÁTIMA RESENE DOS ANJOS	0,40	1,00	0,20	1,80	3,40	2,20	5,60	APROVADO(A)	35º	02/07/1989
547	VALERIA MARIANE WISNIEWSKY	0,20	1,00	0,40	1,80	3,40	2,20	5,60	APROVADO(A)	36º	18/06/1995
468	DENISE FAGUNDES DOS PASSOS	0,20	0,80	0,20	1,80	3,00	2,60	5,60	APROVADO(A)	37º	25/04/1980
1384	EDICLEA MARIA STACHERA DAMASCENO	0,60	0,80	0,40	1,80	3,60	2,00	5,60	APROVADO(A)	38º	24/05/1982
2004	CHARLES BARCELOS BOGUT	0,40	0,80	0,40	1,80	3,40	2,20	5,60	APROVADO(A)	39º	04/10/1983
1733	IZABEL CRISTINA DE MIRANDA	0,60	0,80	0,20	1,80	3,40	2,20	5,60	APROVADO(A)	40º	10/12/1988
1351	FRANCIELE GONÇALVES	0,80	0,80	0,00	1,80	3,40	2,20	5,60	APROVADO(A)	41º	20/02/1989
858	JOICE PATRICIA RODRIGUES	0,60	0,80	0,40	1,80	3,60	2,00	5,60	APROVADO(A)	42º	10/07/1989
429	GERTRYE JULIANA DE LIMA PAPROSKI	0,20	0,80	0,40	1,80	3,20	2,40	5,60	APROVADO(A)	43º	08/07/1991
1222	ADÃO EDSON DA SILVA	0,60	0,80	0,20	1,80	3,40	2,20	5,60	APROVADO(A)	44º	13/08/1992
983	MARLI FERRAREZ GLANER	0,40	1,00	0,20	1,60	3,20	2,40	5,60	APROVADO(A)	45º	09/03/1971
1922	ROSANGELA APARECIDA LITWINSKI	0,40	1,00	0,40	1,60	3,40	2,20	5,60	APROVADO(A)	46º	11/10/1979

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 2/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1073	ELENICE KARPINSKI	0,20	1,00	0,60	1,60	3,40	2,20	5,60	APROVADO(A)	47º	26/04/1983
1897	SIMONE SHEILA CHALUS	0,40	1,00	0,40	1,60	3,40	2,20	5,60	APROVADO(A)	48º	07/04/1988
178	AMANDA BEATRIZ KAWALES	0,40	1,00	0,00	1,60	3,00	2,60	5,60	APROVADO(A)	49º	21/04/1997
727	TATIANA ELINA VIEIRA LUCIO HOSTALACIO	0,80	0,80	0,40	1,60	3,60	2,00	5,60	APROVADO(A)	50º	06/09/1974
995	HELTON DOUDERA ZAVASKI	0,40	1,00	0,40	1,40	3,20	2,40	5,60	APROVADO(A)	51º	01/06/1993
1815	ALANA APARECIDA PACHECO	0,60	0,80	0,20	1,40	3,00	2,60	5,60	APROVADO(A)	52º	10/03/1994
1086	SCHEILA APARECIDA CORREA	0,60	0,80	0,40	1,20	3,00	2,60	5,60	APROVADO(A)	53º	23/10/1985
1681	LINDAMIR NEVES DE SOUZA	0,60	0,80	0,60	1,20	3,20	2,40	5,60	APROVADO(A)	54º	02/12/1989
1379	NEILA SILVANA STREGE	0,20	0,60	0,20	2,00	3,00	2,40	5,40	APROVADO(A)	55º	24/06/1958
1598	ELAINE APARECIDA CAMARGO STECKO	0,20	0,80	0,20	1,80	3,00	2,40	5,40	APROVADO(A)	56º	18/03/1995
1130	JAQUELINE APARECIDA SEMIANKO	0,20	1,00	0,40	1,60	3,20	2,20	5,40	APROVADO(A)	57º	19/02/1977
2058	TATIANE DE SOUZA	0,20	1,00	0,40	1,60	3,20	2,20	5,40	APROVADO(A)	58º	02/04/1993
938	MARIANE FARIAS DOS SANTOS	0,60	0,80	0,40	1,60	3,40	2,00	5,40	APROVADO(A)	59º	17/08/1987
1825	MARA RODRIGUES DEBRITO	0,40	0,60	0,60	1,40	3,00	2,40	5,40	APROVADO(A)	60º	07/11/1988
1230	SANDRA MICALICHEM BUDEK	0,60	1,00	0,40	1,20	3,20	2,20	5,40	APROVADO(A)	61º	01/08/1975
312	GISLAINE APARECIDA DE OLIVEIRA	0,80	0,80	0,20	1,20	3,00	2,40	5,40	APROVADO(A)	62º	04/01/1991
333	SILVANA APARECIDA MACHADO SCHMIDT	0,40	0,80	0,40	1,60	3,20	2,00	5,20	APROVADO(A)	63º	29/12/1978
1854	MATILDE KARAS	0,60	1,00	0,00	1,40	3,00	2,00	5,00	APROVADO(A)	64º	14/01/1978
923	MAIARA GREICE CHAGAS CAMARGO	0,20	1,00	0,40	1,40	3,00	2,00	5,00	APROVADO(A)	65º	30/11/1987
1289	PAULO HENRIQUE FERREIRA SANTOS	0,60	0,80	0,40	1,20	3,00	2,00	5,00	APROVADO(A)	66º	27/09/1993
1817	GABRIELA VICENTE PINTO	0,40	1,00	0,60	1,00	3,00	2,00	5,00	APROVADO(A)	67º	21/08/1994
433	DAYANE WINKLER	0,60	1,00	0,40	1,00	3,00	2,00	5,00	APROVADO(A)	68º	28/06/1996
2086	FRANCIELLI DAIVY DE ALMEIDA	0,60	0,80	0,60	1,00	3,00	2,00	5,00	APROVADO(A)	69º	18/11/1988
1684	JOAO TIAGO KRUL	0,80	0,80	0,40	2,00	4,00	1,60	5,60	REPROVADO(A)	--	30/09/1989
1280	EDERSON MARCELO FERREIRA SANTOS	0,60	0,80	0,80	1,60	3,80	1,60	5,40	REPROVADO(A)	--	27/12/1997
875	WALTER LUIS AZEREDO DA COSTA	0,60	0,80	0,60	1,60	3,60	1,60	5,20	REPROVADO(A)	--	24/07/1990
646	CLAUDIA SABINE BINDEMANN BUCHHOLZ	0,80	0,80	0,40	1,40	3,40	1,80	5,20	REPROVADO(A)	--	04/06/1966
1952	LUÍS FELIPE MACEDO	1,00	1,00	0,60	2,20	4,80	0,00	4,80	REPROVADO(A)	--	13/06/1984

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 3/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1935	ALCIONE DE LIMA	0,20	1,00	0,00	1,80	3,00	1,80	4,80	REPROVADO(A)	--	10/06/1971
1303	IVO KUCHINSKI	0,40	0,80	0,40	1,60	3,20	1,60	4,80	REPROVADO(A)	--	04/03/1955
3	INOEMA DE FÁTIMA ARBIGAUS	0,40	0,80	0,40	1,40	3,00	1,80	4,80	REPROVADO(A)	--	28/10/1968
1962	Danuza Regina da Silva	0,40	0,80	0,40	1,40	3,00	1,80	4,80	REPROVADO(A)	--	18/04/1989
1282	FABIO TIBES DE ALMEIDA	0,60	0,80	0,20	1,60	3,20	1,40	4,60	REPROVADO(A)	--	19/07/1997
16	SOLANGE FRAGOSO	0,80	1,00	0,40	1,40	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	28/09/1995
198	ROSENILDES SANTOS DE JESUS	0,60	0,80	0,20	1,80	3,40	0,00	3,40	REPROVADO(A)	--	25/10/1975
1857	AMANDA SHALLON MARTINS SILVA PINTO	0,60	0,80	0,20	1,80	3,40	0,00	3,40	REPROVADO(A)	--	26/01/1996
1896	CRISTIAN PATRIK GDAK	0,40	0,80	0,40	1,80	3,40	0,00	3,40	REPROVADO(A)	--	08/07/1997
782	RAFAELA FERREIRA DE SOUZA	0,60	1,00	0,60	1,20	3,40	0,00	3,40	REPROVADO(A)	--	25/07/1990
552	ANDRIELE APARECIDA LOPES	0,60	0,60	0,00	2,00	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	23/04/1995
859	JOSIANE CARLA MARTINS FRAGOSO	0,40	1,00	0,20	1,60	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	11/02/1985
830	MARIA LUCIA MOCHNACZ	0,60	0,80	0,40	1,40	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	09/05/1968
399	REGIANE GREGORIO	0,80	0,80	0,40	1,20	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	30/08/1987
837	REJANE FERREIRA DE SOUZA	0,20	0,60	0,60	1,60	3,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--	08/06/1975
1739	ADAILTON KLEYTON MARTINS DA SILVA	0,40	0,80	0,40	1,40	3,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--	15/01/1998
2017	SIMONE SOUZA DA CRUZ	0,20	0,80	0,60	2,20	3,80	0,00	3,80	REPROVADO(A)	--	14/12/1990
246	MARISA ANDRZEJEVSKI	0,00	0,80	0,00	2,00	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	10/01/1964
1843	LAURO ROBERTO STREMLIOW	0,40	0,40	0,00	2,00	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	20/04/1981
1399	MARIA SILMARA FERMINO IWANCZUK	0,40	0,40	0,20	1,80	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	04/12/1979
1869	JERONIMO PAULO CAMPOLIM DOS SANTOS	0,20	0,80	0,20	1,60	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	22/12/1969
30	JOAO CARLOS DE PAULA	0,20	0,80	0,20	1,60	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	15/05/1984
1016	CAMILA PINTO	0,00	0,80	0,40	1,60	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	06/10/1993
352	GIRLENE MARTINS VEZARO	0,40	0,60	0,20	1,60	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	05/09/1974
162	NEUSA SCHROH DOS SANTOS	0,20	0,60	0,40	1,60	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	18/09/1976
1389	SAMARA DE MORAIS DA SILVA	0,60	0,40	0,20	1,60	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	19/06/1994
373	MARLI TEREZINHA EMIDIO	0,40	1,00	0,00	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	08/07/1981
1239	LUCIANA DO CARMO LALIK	0,00	1,00	0,40	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	07/12/1985

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 4/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1427	ALINE GROSSL	0,40	0,80	0,20	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	13/08/1986
1203	VANESSA ADRIANA MONDINI	0,20	0,80	0,40	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	21/11/1987
1373	SILMARA FERNANDES FERREIRA	0,40	0,60	0,40	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	29/12/1974
930	NOELI APARECIDA VAN SAEZ	0,40	0,60	0,40	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	16/10/1983
219	CLAVIANA REISDORFER HEIMANN	0,60	0,60	0,20	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	08/12/1983
325	MARISA DE ASSIS	0,40	1,00	0,20	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	27/09/1960
324	ANAIR DO ROCIO SERAFIM	0,40	1,00	0,20	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	17/06/1985
171	LUCY VANIA BENAVENTUTI	0,40	0,80	0,40	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	12/07/1971
1385	AGNES JOELI DE MELO	0,60	0,80	0,20	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	28/06/1992
443	EVILYN NAIARA SIMOES DE SOUZA	0,60	0,80	0,20	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	18/10/1992
1157	ANA FLAVIA LUBANSKI	0,40	0,60	0,60	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	21/07/1984
761	ANA PAULA DE OLIVEIRA	0,40	0,60	0,60	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	12/11/1988
23	JHONY CASSIO DE OLIVEIRA	0,80	0,60	0,20	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	18/10/1995
37	MARIA ANDREIOV DO NASCIMENTO	0,20	0,60	0,00	1,80	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	07/07/1960
1926	IANA FRANCIELI PACHECO	0,20	0,60	0,20	1,60	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	24/08/1987
1014	CLAUDIA PINTO	0,20	0,60	0,20	1,60	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	18/02/1997
1656	EDNA MARTINS	0,20	0,80	0,20	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	09/11/1989
73	VERA GRUNDMANN DEBACKER	0,40	0,60	0,20	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	18/10/1965
1961	ANGELA MARIA CALISTRO	0,60	0,60	0,00	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	20/08/1979
2000	MARCIA TIBRE FERREIRA DOS SANTOS	0,20	1,00	0,20	1,20	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	19/03/1980
111	GISELE PATRICIA DE SOUZA	0,20	1,00	0,20	1,20	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	26/02/1983
711	EMILY LORRAINE DOS SANTOS GODOY	0,20	1,00	0,20	1,20	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	12/09/1996
1417	ENICE KEVELUK	0,40	0,80	0,20	1,20	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	03/03/1977
1127	RAFAELA DROSZAK	0,40	0,60	0,40	1,20	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	24/08/1987
2047	MARLENE CALISTRO DE LIMA	0,40	1,00	0,20	1,00	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	24/12/1969
1758	TERESINHA APARECIDA DE OLIVEIRA	0,40	1,00	0,20	1,00	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	18/08/1981
1141	ELIAN GUILHERME MARCHIZELI	0,40	1,00	0,20	1,00	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	15/09/1991
1042	ANA PAULA DA ROSA	0,40	0,80	0,40	1,00	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	25/04/1989



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



2090	JANAINA RODRIGUES	0,60	0,80	0,20	1,00	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	05/08/1997
1711	MARILENE CASTILHO PEREIRA	0,40	1,00	0,40	0,80	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	08/03/1984
1336	FERNANDA ALVES DE SOUZA CRUZ	0,60	1,00	0,20	0,80	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	05/09/1993
627	ANA CLAUDIA GLIXINSKI	0,80	0,80	0,20	0,80	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	12/08/1987
1555	ADRIANA APARECIDA ZBOJNOWICZ	0,80	0,80	0,40	0,60	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	07/10/1987
1395	VANESSA APARECIDA FRANCO GUIMARAES	0,40	0,40	0,00	1,60	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	09/06/1988
987	MARISETE CRISTINA SOTT	0,00	0,80	0,20	1,40	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	05/02/1977
1450	JEAN POOL GRUMMT	0,20	0,80	0,00	1,40	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	25/08/1988
1259	ADRIANE ELIZETE NACONIECNI DE MOURA	0,20	0,60	0,20	1,40	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	31/10/1977
762	JOLSIANE VELOSO MARTINS	0,40	0,60	0,00	1,40	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	16/05/1986
413	ANA MARIA CORDEIRO	0,40	0,40	0,20	1,40	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	09/02/1972
18	DAIANE APARECIDA MORAES	0,60	0,40	0,00	1,40	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	12/03/1987
860	SANDRA APARECIDA BONFANTI	0,00	1,00	0,20	1,20	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	19/11/1977
1990	CLAUDETE COSTA	0,40	0,80	0,00	1,20	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	07/04/1961
1233	MARIA SALETE MEDEIROS DA ROSA PORTELA	0,40	0,80	0,00	1,20	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	28/02/1970
165	ELZA FERREIRA DAS CHAGAS	0,40	0,80	0,00	1,20	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	29/11/1976
1437	ROGERIO AMAZONAS	0,20	0,60	0,40	1,20	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	04/08/1971
1347	ELIANE GONÇALVES	0,40	0,60	0,20	1,20	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	07/03/1980
1080	TATIANE DOS SANTOS	0,60	0,40	0,20	1,20	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	16/09/1995
1487	MONIQUE CARLA TOMACHEUSKI	0,20	1,00	0,20	1,00	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	21/08/1986
771	MARIA LUCIA GOLANOWSKI	0,40	0,80	0,20	1,00	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	30/12/1962
629	GILMARA STEFANES	0,40	0,80	0,20	1,00	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	21/06/1974
140	CRISTIANE APARECIDA DE JESUS DOS SANTOS	0,40	0,80	0,20	1,00	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	10/11/1978
2071	FRANCIELE FATIMA DE SOUZA SKIBINSKI	0,40	0,80	0,20	1,00	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	03/03/1992
719	ROBSON WESLEY DE JESUS	0,40	0,80	0,20	1,00	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	29/07/1994
2022	REGINALDO SEBASTIÃO ANTONIUTTI	0,60	0,60	0,20	1,00	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	01/02/1968
750	IRACILDA DOS SANTOS LIMA CORREA	0,60	0,60	0,20	1,00	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	08/04/1971





## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1015	DAIANE ZANELLA	0,40	1,00	0,20	0,80	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	17/09/1984
1246	SILMARA APARECIDA VANIN	0,60	1,00	0,00	0,80	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	08/10/1992
46	CARINE DE OLIVEIRA COUTO BUCHHORN	0,60	0,80	0,20	0,80	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	01/03/1988
80	MAIARA FRERES	0,40	0,60	0,60	0,80	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	20/08/1996
621	VILMA DE FATIMA PINTO DA SILVA	0,20	0,80	0,00	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	22/08/1970
967	LUCIMARI CORREA DARTICO	0,20	0,80	0,00	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	26/07/1989
1161	ADRIANA MARTINS DE SOUZA	0,20	0,60	0,20	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	19/10/1977
969	SANDRA APARECIDA MOREIRA	0,00	0,60	0,40	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	08/06/1981
1899	ANDREIA LOURENÇO DOS SANTOS	0,00	0,60	0,40	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	26/01/1986
391	LILIAN KELI DE SOUZA VIEIRA	0,40	0,60	0,00	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	13/11/1989
376	CHAIANE CRISTINA CHAVES	0,20	0,60	0,20	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	16/12/1992
737	JANETE LEVANDOSKI DOS SANTOS	0,40	0,40	0,20	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	05/12/1973
537	LUIZ MIGUEL CUNHA	0,20	0,40	0,40	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	05/02/1989
1312	JOCIELI DOS SANTOS	0,20	0,40	0,40	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	19/06/1990
1401	CARLA CRISTIANE DORNELIS TRINDADE RIBEIRO	0,00	1,00	0,20	1,00	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	09/09/1984
1278	LUCIANE FARIAS	0,40	0,80	0,00	1,00	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	29/07/1978
1017	ELIANDRO BUDINHAK GONCALVES	0,20	0,80	0,20	1,00	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	12/06/1987
454	JAQUELINE TEODORO DA CUNHA	0,20	0,80	0,20	1,00	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	04/08/1997
90	MARA DE FATIMA DAMASCENO	0,40	0,60	0,20	1,00	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	02/02/1964
2007	RODRIGO CORREA BUENO	0,40	0,60	0,20	1,00	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	28/01/1998
273	SIRLEI APARECIDA MENDES DE ARAUJO CARDOSO	0,60	0,80	0,00	0,80	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	21/09/1970
1982	NICE LOPES DE OLIVEIRA KIEUTIKA	0,60	0,80	0,00	0,80	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	01/04/1979
2023	JANINE DE FATIMA ALVES BARBOSA	0,20	0,80	0,40	0,80	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	12/08/1992
1575	EMIRENA DE FATIMA SALLA DOS SANTOS	0,40	0,60	0,40	0,80	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	03/01/1963
2087	FABIANA MOREIRA	0,20	0,60	0,60	0,80	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	14/03/1991
1682	KEITI LUANA CUNHA	0,40	0,40	0,60	0,80	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	27/02/1989
1221	ANA LU SOUZA	0,60	0,40	0,40	0,80	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	18/12/1989



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1816	DENISE CALDAS DA FONSECA	0,80	0,80	0,00	0,60	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	18/03/1989
1759	DERLI APARECIDA DE SOUZA	0,00	0,80	0,00	1,20	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	11/06/1974
1960	MARLI ABEL	0,20	0,60	0,00	1,20	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	19/10/1964
825	ROSIMARI FURLAN	0,20	0,60	0,00	1,20	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	11/03/1970
1554	FRANCIELI FERNANDES ZANKANAL	0,20	0,60	0,00	1,20	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	15/04/1997
660	LEONICE DO CARMO GEREMIAS DE LARA	0,20	0,40	0,20	1,20	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	07/10/1974
2057	SANDRA REGINA BENONI	0,20	0,40	0,20	1,20	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	22/10/1981
1984	LAYSA NUNES DOS SANTOS FERNANDES	0,40	0,40	0,00	1,20	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	17/09/1995
359	JOYCE THAIS LEANDRO	0,40	0,00	0,40	1,20	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	16/09/1996
1923	SANDRA BALDIN	0,00	1,00	0,00	1,00	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	08/07/1966
1452	BIANCA KARINE PACHECO	0,00	0,80	0,20	1,00	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	14/03/1995
1066	CARLA PINTO	0,20	0,80	0,00	1,00	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	18/02/1997
1532	ANTONIO AIRTON RIBEIRO	0,40	0,60	0,00	1,00	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	01/01/1958
1650	LUCIA MARA BARBOSA	0,40	0,60	0,00	1,00	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	12/11/1970
388	JULIANE CRISTINA DE SOUZA MELLO	0,40	0,60	0,00	1,00	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	18/05/1989
33	RODRIGO MENDES SCHEFFER	0,40	0,60	0,00	1,00	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	05/10/1993
2083	ADRIANA CRISTINA SCHIPANKI	0,20	0,40	0,40	1,00	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	28/07/1980
524	NELSON SOARES	0,20	0,80	0,20	0,80	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	27/06/1965
1322	JOCILEIA APARECIDA LUCAS FIGUEIRA	0,40	0,80	0,00	0,80	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	28/10/1965
2100	SUELI APARECIDA PIRES EVANGELISTA VEZARO	0,20	0,80	0,20	0,80	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	26/01/1973
819	SUSAMAR MAZEIKA	0,20	0,80	0,20	0,80	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	15/12/1982
1225	CRISTIANO NASCIMENTO POHL	0,40	0,80	0,00	0,80	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	01/05/1989
2010	LEONILDA FERREIRA DE SOUZA	0,60	0,60	0,00	0,80	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	05/10/1969
913	LETICIA FERNANDA MACHADO DA SILVA	0,20	1,00	0,20	0,60	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	27/11/1993
1411	PEDRO BREM NETO	0,20	1,00	0,20	0,60	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	12/02/1994
2037	SOLANGE VAZ LEMEGA	0,40	0,80	0,20	0,60	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	02/10/1961
14	ADRIANA SOARES DOS SANTOS	0,60	0,60	0,20	0,60	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	14/05/1980
1641	TATIANA MARIA SEROISKA	0,80	0,60	0,00	0,60	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	07/01/1982

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 8/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



201	MARGARETH APARECIDA MARQUES DE OLIVEIRA	0,20	0,40	0,00	1,20	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	10/01/1983
481	JANETE DA APARECIDA CARDOSO	0,00	0,80	0,00	1,00	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	09/03/1975
1980	ROSA ROCHA	0,20	0,40	0,20	1,00	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	21/08/1970
2092	CLEBERSON CARLOS FIDELIS RIBEIRO	0,20	0,40	0,20	1,00	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	28/07/1973
1277	ROSANGELA KINAL	0,40	0,40	0,00	1,00	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	06/01/1976
1903	ELIANE APARECIDA GASNHAR	0,20	0,80	0,20	0,60	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	30/01/1973
482	MARIA LUCIA MARQUES CORDEIRO MATULLE	0,40	0,60	0,20	0,60	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	22/06/1977
1904	IVONE TEREZINHA DOS SANTOS WOSNY	0,60	0,40	0,20	0,60	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	01/02/1967
104	MARIA APARECIDA CORDEIRO	0,40	1,00	0,00	0,40	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	29/04/1976
366	EUCLIDES BATISTA	0,60	0,60	0,20	0,40	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	06/07/1974
1185	NOELY TEREZINHA DROSZAK	0,00	0,20	0,20	1,20	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	17/08/1964
1807	JOCEMARA DA SILVA DOS SANTOS	0,00	0,20	0,20	1,20	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	06/08/1987
1011	MARIA CLEONICE OLIVEIRA BUENO	0,20	0,40	0,00	1,00	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	15/11/1973
375	DOURIVAL ALBIGAUS	0,40	0,20	0,00	1,00	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	21/09/1963
1891	MARIA MARLI BATISTA	0,20	0,60	0,00	0,80	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	18/06/1967
1392	MOACIR VIDAL DE SOUZA	0,20	0,40	0,40	0,60	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	23/01/1963
1852	ROSELI FURHMANN	0,60	0,80	0,00	0,20	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	06/09/1987
2048	ELIZABETE DE BAIRROS	0,00	0,40	0,00	1,00	1,40	0,00	1,40	REPROVADO(A)	--	04/02/1975
422	FLAVIA FIDELIS SOARES FRAGOSO	0,00	0,60	0,00	0,80	1,40	0,00	1,40	REPROVADO(A)	--	12/08/1988
1317	CILVETE VEZARO PEPPER	0,20	0,20	0,20	0,80	1,40	0,00	1,40	REPROVADO(A)	--	20/11/1970
421	MIRIAM DE LIMA	0,20	0,60	0,20	0,40	1,40	0,00	1,40	REPROVADO(A)	--	02/02/1985
1405	WILMA MARIA FRANCO	0,00	0,20	0,20	0,80	1,20	0,00	1,20	REPROVADO(A)	--	17/09/1969
1774	GILMAR RIBEIRO DA SILVA	0,20	0,20	0,20	0,60	1,20	0,00	1,20	REPROVADO(A)	--	20/08/1995
1704	MARCIA MAZEIKA	0,00	0,40	0,20	0,40	1,00	0,00	1,00	REPROVADO(A)	--	01/03/1984
327	THIAGO PEREIRA DA SILVA	0,20	0,40	0,20	0,20	1,00	0,00	1,00	REPROVADO(A)	--	17/01/1992
569	JOCELINA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS	0,00	0,00	0,00	0,60	0,60	0,00	0,60	REPROVADO(A)	--	05/11/1965
452	DÉBORA MIRANDA ILCHEHEN	0,00	0,00	0,00	0,60	0,60	0,00	0,60	REPROVADO(A)	--	22/07/1975

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 9/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1876	CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS SILVA	0,00	0,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,60	0,00	0,00	0,60	0,40	REPROVADO(A)	--	05/11/1977
1670	LINEI DE JESUS FERREIRA	0,00	0,00	0,20	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00	0,00	0,40	0,00	REPROVADO(A)	--	19/11/1979
514	IRACI MARIA FRAGOSO DE OLIVEIRA BUENO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	26/09/1955
779	VERA LUCIA DE SOUZA MESSERCHIMDIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	26/06/1960
745	ADILSON PAULO MACHADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/08/1960
1376	MARLI SOARES ANDREASSI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	06/09/1960
412	IRENE DREWENOSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/12/1960
2018	MARIA HELENA FERREIRA CUNHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/07/1961
895	GILMAR LIBINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	30/08/1966
508	LUCIA CRISTINA LUMIKOSKI ROTTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	26/03/1968
1212	ADIR KOCH CASTILHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/04/1969
1764	ROSILDA RODRIGUES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/02/1973
1647	SOLANGE ANDRADE DE FRANCA PINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/10/1974
32	SANDRA PRESTES SCHNEIDER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	18/01/1975
699	LUIZ CARLOS CORDEIRO DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	06/05/1975
1959	CILMAR SOARES DA SILVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	13/11/1975
2027	MARIA IZABEL MACIEL ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/01/1976
2003	FRANCISCO SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	21/02/1976
254	GISLEINE DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/08/1976
1986	OSMAR SIQUEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/01/1977
2068	JACIRA CARVALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/07/1977
1747	ROSANI TEREZINHA VIEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/08/1977
725	MARCIO ZASNIESKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/04/1978
1138	NIUZA APARECIDA DALPRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/07/1978
530	GISELE BUJAK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/02/1979
817	LEOCIR DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/08/1979
733	FABIANA DE FATIMA RODRIGUES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	13/10/1979
832	ANDERSON CARLOS DOMINGUES DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/06/1980

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 10/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)

132	JOSE TICHEVISKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/12/1980
28	ROSILEI VEZARO DE LARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	16/05/1981
635	ALGACIR ROBERTO STEIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	05/08/1984
544	IVONE POGOGELSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/04/1985
232	DAIANA APARECIDA DO NASCIMENTO MOREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/09/1985
1419	CRISTINA RODRIGUES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	14/03/1986
2029	EMANOELLI RICHTER DE MOURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/05/1986
1708	VALÉRIA DIVAIR FERREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/08/1986
1718	IZABEL PORN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/07/1987
611	RUY JOSE BARBOSA JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	18/07/1987
363	LUANA MARA BARBOSA MORAES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	19/04/1988
1761	ELISAMARA DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	01/06/1988
50	TAÍZI CRISTINIMILNITZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	01/07/1988
196	THAYS ARIANE REIS TEIXEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	26/02/1989
1403	ANA PAULA FERREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/08/1989
1412	ELIETE DE CASSIA DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/11/1989
134	CRISTIANO MACIEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/08/1990
1618	ANA PAULA LAU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	30/05/1992
1715	ERALDO BUENO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/01/1993
116	JESSICA LENCZUK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/05/1993
164	PAULA ALINE BENDLIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/03/1994
851	JUCELENE SCHMIDT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	16/06/1994
1913	EDENILSN VALMIR DE FARIA DE MELLO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/11/1994
1652	TAIS COUTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/02/1995
492	NAYARA THAIS STURMER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	31/07/1995
51	MIRIÃ SCHRAEGLE SOARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/11/1995
282	ARIANE FERREIRA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	28/11/1995
1851	JOAO EVANDRO VAZ DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	14/02/1996

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 11/59



9	ALINE MARIA FEITUK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	01/08/1996
1561	LUIS FELIPE SZNYCER DE MOURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/08/1996
1657	HELLEN NATALI GASNHAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/12/1996
1424	INDIAMARA CORREA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	06/05/1997
323	TALIA CARDOSO COUTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/07/1997
1646	LARISSA SOARES NACONIECNI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/01/1998
896	DIANA ROSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	16/03/1998
1674	THAMIRIS NICOLI DE CASTRO MIRANDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/04/1998
559	ENEAS ALEXANDRE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/08/1998

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
456	ALEXANDRE JORGE ANJOS DA SILVEIRA	0,60	1,00	0,60	1,80	4,00	3,00	7,00	APROVADO(A)	1º	28/03/1992
2062	MARCIO MEDEIROS DA ROSA	0,60	1,00	0,40	1,60	3,60	2,80	6,40	APROVADO(A)	2º	15/08/1978
42	ROSELI SALETE CASTILHO DE MORAIS	0,60	1,00	0,20	1,80	3,60	2,60	6,20	APROVADO(A)	3º	09/11/1969
1579	GIOVANI SERGIO DE SOUZA	0,20	1,00	0,20	1,80	3,20	3,00	6,20	APROVADO(A)	4º	27/05/1975
585	ALEXANDER SANTOS DE LIMA	0,60	0,80	0,60	1,60	3,60	2,60	6,20	APROVADO(A)	5º	08/02/1979
1459	EZEQUIEL DOS SANTOS	0,80	0,60	0,40	1,80	3,60	2,60	6,20	APROVADO(A)	6º	05/02/1982
2043	LUIZ RICARDO BENONI	0,40	1,00	0,60	1,00	3,00	3,20	6,20	APROVADO(A)	7º	01/08/1984
1901	LUIS GUSTAVO KEPP	0,40	0,60	0,40	1,80	3,20	3,00	6,20	APROVADO(A)	8º	11/12/1995
1286	AUGUSTO NOGUEIRA DE LIMA	0,60	0,80	0,60	2,00	4,00	2,00	6,00	APROVADO(A)	9º	09/05/1973
1779	SANDRO JOSE GROSE	0,40	0,60	0,00	2,20	3,20	2,80	6,00	APROVADO(A)	10º	07/11/1973
1912	CESAR GILNEI DALAVALLE	0,60	0,80	0,60	1,60	3,60	2,40	6,00	APROVADO(A)	11º	30/09/1987
869	MARCOS NELSON CÂNDIDO	0,60	0,80	0,20	1,80	3,40	2,40	5,80	APROVADO(A)	12º	28/06/1986
389	MARCIO DOS SANTOS	0,20	1,00	0,60	2,00	3,80	2,00	5,80	APROVADO(A)	13º	27/04/1987
563	MAURICIO IVAZ	0,40	1,00	0,40	1,80	3,60	2,00	5,60	APROVADO(A)	14º	23/11/1987
1094	EZEQUIEL LUIS DO AMARAL	0,40	0,80	0,40	1,60	3,20	2,40	5,60	APROVADO(A)	15º	13/02/1989

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 12/59





## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1340	ANDERSON MAICON FLEIT	0,40	1,00	0,40	1,60	3,40	2,20	5,60	APROVADO(A)	16º	03/05/1994
2079	CLAITONDAROSA	0,40	0,80	0,40	1,40	3,00	2,20	5,20	APROVADO(A)	17º	28/09/1979
500	VITOR MARCOS BILINIEC	0,40	1,00	0,40	1,40	3,20	2,00	5,20	APROVADO(A)	18º	08/02/1986
479	RICHARD JURASZEK	0,40	0,80	0,20	1,60	3,00	2,20	5,20	APROVADO(A)	19º	12/02/1996
166	NEUZA GUERELUS TCHUVAIFF	0,60	0,60	0,20	1,60	3,00	2,00	5,00	APROVADO(A)	20º	10/11/1968
1438	MARCOS CESAR DE PAULA	0,80	0,80	0,80	2,20	4,60	1,60	6,20	REPROVADO(A)	--	07/04/1974
1726	REGINALDO POFAHL DE ARAUJO	0,80	0,80	0,60	1,80	4,00	1,80	5,80	REPROVADO(A)	--	13/08/1983
831	JESSE PINTO	0,80	1,00	0,40	1,80	4,00	1,60	5,60	REPROVADO(A)	--	16/04/1981
243	DIEGO DA SILVA FERREIRA	0,60	0,80	0,60	1,80	3,80	1,80	5,60	REPROVADO(A)	--	18/07/1986
2074	GABRIEL ASSIS ANJOS DOS SANTOS	0,80	1,00	0,80	1,40	4,00	1,40	5,40	REPROVADO(A)	--	09/03/1996
1614	SERGIO KARVAT	0,40	0,60	0,80	1,60	3,40	1,80	5,20	REPROVADO(A)	--	20/12/1981
2020	EDSON JOSE CZYRIK	0,60	0,80	0,20	1,60	3,20	1,80	5,00	REPROVADO(A)	--	25/05/1965
1781	JERONIMO MOREIRA NETO	0,60	1,00	0,20	1,40	3,20	1,80	5,00	REPROVADO(A)	--	04/04/1973
1158	KELLY CENIRA PACHECO	0,60	1,00	0,40	2,00	4,00	1,00	5,00	REPROVADO(A)	--	08/12/1993
673	NOELI ESTER LEÃO	0,40	0,80	0,40	2,00	3,60	1,20	4,80	REPROVADO(A)	--	14/01/1980
526	JOSE JULIO STASIAK DE MOURA CAMARGO JUNIOR	0,80	0,80	0,60	1,40	3,60	1,20	4,80	REPROVADO(A)	--	17/07/1985
929	ANA CAROLINA RODRIGUES ALVES VIANA	0,40	1,00	0,20	1,40	3,00	1,80	4,80	REPROVADO(A)	--	16/08/1990
1623	RONEI PRASSA DE SOUZA	0,20	1,00	0,60	1,40	3,20	1,60	4,80	REPROVADO(A)	--	26/11/1990
338	FAGNER DE RAMOS	0,40	0,80	0,40	1,60	3,20	1,60	4,80	REPROVADO(A)	--	02/10/1993
498	SIDNEI MARIANO	0,60	0,60	0,60	1,60	3,40	1,20	4,60	REPROVADO(A)	--	24/01/1979
2066	SAULO VALENTIN GLAZA	0,60	0,60	0,60	1,40	3,20	1,40	4,60	REPROVADO(A)	--	22/12/1986
2084	VERIDIANA EMANUELY ROBERTO SCHUCK	0,40	0,80	0,80	1,40	3,40	1,20	4,60	REPROVADO(A)	--	11/03/1990
1051	JHONY MAICON WILKOS	0,80	0,60	0,40	1,60	3,40	1,20	4,60	REPROVADO(A)	--	10/05/1991
1453	JOÃO HORT NETO	0,60	0,80	0,60	1,20	3,20	1,40	4,60	REPROVADO(A)	--	13/03/1995
910	PAULO ROBERTO FERREIRA	0,20	1,00	0,20	1,80	3,20	1,20	4,40	REPROVADO(A)	--	06/11/1983
1462	ANDERSON DIEGO BORGES DOMINGUES	0,60	0,80	0,40	1,20	3,00	1,40	4,40	REPROVADO(A)	--	03/02/1990
476	CRISTIANO DEBACKER	0,40	0,80	0,40	1,40	3,00	1,40	4,40	REPROVADO(A)	--	08/02/1991
1140	JEFERSON CHRISTIAN ANJOS DA SILVEIRA	0,60	0,80	0,40	1,20	3,00	1,40	4,40	REPROVADO(A)	--	15/08/1993

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 13/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1915	VANDERLEIA CRISTIANE CORREA DE LIMA	0,60	1,00	0,20	1,20	3,00	1,20	4,20	REPROVADO(A)	--	01/07/1987
1827	ARON TIAGO SCHULZ	0,40	0,80	0,60	1,20	3,00	1,00	4,00	REPROVADO(A)	--	23/04/1993
2064	EDIVAN LUIS KERBER	0,60	0,80	0,00	2,20	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	07/08/1975
491	ISAMARIS BRAND	0,80	1,00	0,20	1,60	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	24/03/1990
887	CAMILA ANDRESSA VIEIRA	0,40	1,00	0,60	1,40	3,40	0,00	3,40	REPROVADO(A)	--	13/06/1988
1931	EVANDRO VIEIRA LOPES	0,40	0,80	0,20	1,80	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	31/03/1988
818	GUILHERME FELIPE REGERT	0,60	0,80	0,80	1,00	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	04/05/1994
1428	LUCAS JOSE MARINHO	0,60	1,00	0,20	1,40	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	27/05/1994
873	VANDERLEA SIMAO AMORIM MAZURECHEN	0,60	0,80	0,20	1,40	3,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--	26/04/1980
1748	CLEITON BUENO RUBIK	0,40	0,80	0,20	1,60	3,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--	27/11/1994
309	PAULO HIPÓLITO CHIARENTIN BIDA	0,60	0,80	0,60	1,00	3,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--	27/10/1995
1396	LURDES NOGA FERREIRA	0,60	0,80	0,40	1,00	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	07/06/1963
839	LAURO ANTÔNIO MICHESKI	0,40	0,80	0,40	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	23/10/1964
1924	ADILSON CHAVES	0,40	0,80	0,20	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	18/04/1971
548	JURACI APARECIDA DA ROCHA	0,20	1,00	0,20	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	15/06/1977
596	SARA LEODORO	0,40	1,00	0,20	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	12/05/1983
1967	ADEVILSON DE OLIVEIRA	0,40	0,80	0,20	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	09/01/1984
163	MARCELO RIBAS DA SILVA	0,80	0,60	0,20	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	15/02/1984
129	JEANCARLO SAVI MORAES	0,40	0,80	0,20	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	23/08/1984
562	ADILSON ROGERIO BARDELLA	0,40	1,00	0,00	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	23/03/1985
2019	MARCO ANTONIO ALVES	0,40	0,80	0,20	1,40	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	06/07/1985
92	NERY JOÃO SCHUCK	0,40	0,80	0,40	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	24/06/1987
1076	CLEVERTON FERREIRA	0,60	0,80	0,40	1,00	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	09/10/1996
1337	DENNIS KONART	0,20	0,80	0,20	1,60	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	02/03/1998
1721	JOSE SERGIO DE OLIVEIRA	0,40	0,60	0,20	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	18/12/1954
1750	LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA	0,60	0,60	0,40	1,00	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	01/06/1961
303	GILBERTO ANTONIO SOMENSI DEMORAES	0,60	0,60	0,00	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	21/01/1964
985	MARCIO ANTONIO DOMINGUES	0,20	1,00	0,20	1,20	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	03/05/1971

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 14/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



434	JOELTIBRE FERREIRA	0,40	0,80	0,00	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	19/09/1978
952	ADEMIRUDOLFO MIELKE	0,40	0,80	0,00	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	20/03/1980
2026	RAQUEL QUERLEA WELICZ STELMACH	0,40	0,80	0,20	1,20	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	25/02/1987
2050	ANA PAULABRUGNAGO	0,40	1,00	0,20	1,00	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	25/04/1987
2013	JEFERSON JOSE DA CRUZ	0,20	0,80	0,40	1,20	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	12/10/1987
857	ELTON DIEGO DE FRANÇA CARDOSO	0,40	0,60	0,40	1,20	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	04/01/1988
921	GIOVANE CARLOS CAMARGO	0,20	0,80	0,40	1,20	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	26/08/1993
1398	DAVID LUIS DFA SILVA	0,40	0,80	0,00	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	25/10/1993
350	JOSE ORACI RODRIGUES PEIXOTO NETO	0,40	0,80	0,00	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	07/12/1994
1556	EVERTON JOSÉ RIBEIRO DE ANDADE	0,40	0,80	0,00	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	01/02/1996
1762	LUIS ROBERTO ROCHA	0,40	0,60	0,20	1,20	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	24/09/1958
469	NATALICIO RODRIGUES DAS CHAGAS	0,40	0,40	0,40	1,20	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	25/12/1972
1587	LUIZ CARLOS OTTO	0,20	0,80	0,40	1,00	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	04/06/1980
523	ADEMAR FERNANDES DOS SANTOS	0,20	0,60	0,20	1,40	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	26/07/1980
1783	GIOVANE TIBRE FERREIRA	0,60	0,60	0,20	1,00	2,40	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	09/10/1986
321	RENILDO DOS SANTOS	0,20	0,60	0,40	1,00	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	28/07/1974
169	FÁBIO VEZARO	0,20	1,00	0,00	1,00	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	17/04/1977
387	ROBSON SALDANHA	0,60	0,60	0,00	1,00	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	26/04/1990
131	SANDRO JUNIOR OPAUTCHAK	0,20	0,80	0,00	1,20	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	07/09/1996
1824	EZEQUIEL DE SOUZA	0,00	0,40	0,20	1,40	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	11/06/1986
406	SILVIO DA LUZ	0,20	0,20	0,40	1,20	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	24/07/1988
2075	EMERSON NEVES	0,40	0,80	0,20	0,60	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	10/09/1990
167	ILDO FERNANDES	0,40	0,40	0,00	1,20	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	08/06/1991
1341	LUAN FERNANDO BORGES DE SOUZA	0,00	1,00	0,20	0,80	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	05/09/1996
1677	LEOMAR ROCHA	0,20	0,40	0,00	1,20	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	09/09/1980
349	PATRICK DOS SANTOS CLEVER	0,20	0,60	0,00	1,00	1,80	0,00	1,80	REPROVADO(A)	--	04/03/1997
1333	DIEGO PIMENTEL BAIRROS	0,00	0,80	0,00	0,80	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	12/12/1986
2012	LEANDRO DE SOUZA MICHAILIK	0,20	0,80	0,00	0,60	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	29/01/1995

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 15/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



606	CRISTIAN DE RAMOS	0,00	0,20	0,00	1,40	1,60	0,00	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	02/02/1995
361	JOSÉ FRANCISCO DE MATOS	0,20	0,60	0,20	0,60	1,60	0,00	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	31/10/1995
723	GILMAR DE SOUZA	0,20	0,40	0,00	0,80	1,40	0,00	1,40	0,00	1,40	REPROVADO(A)	--	14/04/1976
1098	LUCIANO MULLER VERZA	0,20	0,40	0,00	0,80	1,40	0,00	1,40	0,00	1,40	REPROVADO(A)	--	01/09/1986
2073	VALDECIR SILVEIRA	0,00	0,40	0,00	0,80	1,20	0,00	1,20	0,00	1,20	REPROVADO(A)	--	21/10/1988
2049	JEAN JOSE DE BAIROS	0,20	0,20	0,20	0,60	1,20	0,00	1,20	0,00	1,20	REPROVADO(A)	--	21/09/1994
1315	IVONETE DE FATIMA VIEIRA LUHMANN	0,20	0,40	0,00	0,20	0,80	0,00	0,80	0,00	0,80	REPROVADO(A)	--	03/12/1975
746	JACIR ANTONIO MACHADO	0,20	0,00	0,20	0,20	0,60	0,00	0,60	0,00	0,60	REPROVADO(A)	--	31/07/1977
1867	VILMAR DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	21/07/1963
1113	VALTER LUIZ POMPEU DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/05/1964
1873	JOSE LEOCADIO ZABOROVSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/08/1967
855	WILSON JARDIM DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	29/10/1967
1380	JOSE MAURICIO DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	19/06/1975
939	JOSÉ MARCELO GOMES RIBEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	13/08/1975
1663	LEINEL ROCHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/09/1978
984	JOSE NILSON DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	28/07/1979
1839	JORGE ALEXANDRE HOLOVATY	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	19/08/1980
1021	JULIO CESAR SOARES DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/09/1981
374	MARCELO ADRIANO DO PRADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/02/1982
652	ARIOVALDO HUERGO NETO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/11/1982
1771	PATRICIA DE LIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	18/12/1983
1078	FERNANDO FREDERICO TAUFENBACH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	05/08/1985
1793	ANDRE DE LIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/11/1985
1792	RAFAEL DONIZETE MORAES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	19/11/1985
364	JONATHAN MARCELO MATTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/08/1987
2102	JULIANA RIBEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	29/10/1988
2042	RAQUEL APARECIDA PEDROZO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/03/1989
173	CARLOS ALAN OLIVEIRA SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/06/1990



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



276	MIGUEL MARTINS DA CUNHA JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/07/1991
228	GIOVANI PODGURSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	05/08/1991
692	RAFAELA APARECIDA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/08/1991
1953	Paulo Eduardo Barbosa de Moraes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/10/1991
1374	JEFERSON WILKOSZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/07/1992
1321	EDVINO SZWED	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	21/08/1992
307	MAURICIO EDUARDO VARELA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	29/08/1992
1680	LUIZ FELIPE DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/12/1992
186	MATHEUS FERREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/05/1993
371	EDVINO JOSE VIER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/11/1994
1744	MATHEUS DIEGO SASS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/03/1995
2016	GUSTAVO ISAIAS CAUSTH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	06/04/1995
1090	BRUNO TIZON	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	13/04/1995
420	JOSE LUIS FURKM DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/11/1995
17	BRUNA DA SILVA CASTRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/01/1996
639	FLAVIO WILLIAN HETMAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/04/1996
1479	ADÃO AMAURI WOGINSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/04/1996
687	ADRIANO VALBERT ALVES DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	06/05/1996
1651	DARA HOFFMANN LOPES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	18/06/1996
1875	WELINTON BRUNO ZABOROVSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/10/1996
1660	ELIZA MAYARA LEMOS TOMCZYK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	16/01/1997
1821	LETICIA GREGORIO DE AMORIM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/03/1997

### AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1996	MICHELLE CRISTINE ROCHA RODRIGUES	1,80	1,20	1,00	2,20	6,20	6,20	APROVADO(A)	1º	12/11/1995
736	GISLAINE LEVANDOSKI DOS SANTOS	0,80	1,20	0,80	3,00	5,80	5,80	APROVADO(A)	2º	29/09/1977

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 17/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



2063	JESSICA CAROLINE DO AMARAL VIEIRA	1,60	1,00	1,40	1,60	5,60			5,60	APROVADO(A)	3º	14/01/1993
1077	CLEIDE ADRIANA CARVALHO	1,20	1,20	0,80	2,20	5,40			5,40	APROVADO(A)	4º	05/04/1981
56	MICHELI PAULA KINGERSKI	1,60	0,80	0,80	2,20	5,40			5,40	APROVADO(A)	5º	25/09/1982
379	DAIANE ROTTA	1,80	1,20	0,60	1,80	5,40			5,40	APROVADO(A)	6º	24/01/1992
658	PATRICIA APARECIDA VIEIRA	1,20	0,60	0,60	2,80	5,20			5,20	APROVADO(A)	7º	08/08/1991
79	PATRICIA ADRIANE POHLENZ	1,40	1,00	1,00	1,80	5,20			5,20	APROVADO(A)	8º	17/06/1996
438	NIVIA CRISTINA DOMBOROVSKI	1,40	0,80	0,20	2,60	5,00			5,00	APROVADO(A)	9º	28/05/1985
159	KATLEEN DAIANA BRAND	1,60	0,80	0,40	2,20	5,00			5,00	APROVADO(A)	10º	20/12/1991
257	ANDRESA DE LIMA	0,80	1,20	0,60	2,20	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	01/12/1994
75	MARLI TERESINHA ZANELLA PLECZAK	1,40	0,60	0,60	2,20	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	23/11/1977
52	LIDIA WALCZAK KLOCZ	1,20	1,20	0,40	2,00	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	02/12/1975
184	KATIA CRISTINA MOREIRA SEDOR	1,40	0,80	0,20	2,00	4,40			4,40	REPROVADO(A)	--	05/06/1978
940	FABIANA CAMARGO SULGER	1,20	1,00	0,60	1,60	4,40			4,40	REPROVADO(A)	--	02/09/1985
108	LUCILENE APARECIDA KIEC MATCKOSKI	1,00	0,80	0,40	2,00	4,20			4,20	REPROVADO(A)	--	15/06/1976
1027	FABIOLA LEMES GONÇALVES	1,00	1,20	0,80	1,20	4,20			4,20	REPROVADO(A)	--	06/07/1989
1375	MARCIA CASTRO BIGUMAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	05/04/1972
1714	FRANCIS AUGUSTO PORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	29/09/1983
594	JULLIE MARCELLY WODONOS SPINELLI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	02/06/1997

CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1192	CAMILA PRADO DAS NEVES	1,80	2,00	1,80	3,60	9,20		9,20	APROVADO(A)	1º	30/10/1990
1324	MARIANE TREVISAN DISSENHA	1,80	1,60	1,80	3,60	8,80		8,80	APROVADO(A)	2º	12/06/1981
1588	LEANDRO OLIVEIRA PINTO	2,00	1,60	2,00	3,00	8,60		8,60	APROVADO(A)	3º	19/03/1979
1773	JULIANO RAFAEL BUTTENDORF	2,00	1,80	1,40	3,20	8,40		8,40	APROVADO(A)	4º	27/03/1974
1501	CAMILA ZONIN	1,60	1,80	1,80	3,20	8,40		8,40	APROVADO(A)	5º	19/02/1990
789	KARISSA TREVISAN	1,60	1,80	1,60	3,20	8,20		8,20	APROVADO(A)	6º	22/10/1991

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 18/59





## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



244	CRISTIANE SCHMID	2,00	1,80	1,60	2,80	8,20			8,20	APROVADO(A)	7º	18/05/1984
1253	GRAZIELA MAYRA VIEIRA MEDAGLIA	2,00	1,60	1,60	2,80	8,00			8,00	APROVADO(A)	8º	11/09/1984
1167	RAFAEL BRESSANELLI	2,00	2,00	1,60	2,40	8,00			8,00	APROVADO(A)	9º	14/03/1991
1122	JESSICA MEIER	2,00	1,80	1,00	3,00	7,80			7,80	APROVADO(A)	10º	25/06/1991
576	FRANCELE CECCHIN	1,80	1,40	1,60	3,00	7,80			7,80	APROVADO(A)	11º	19/04/1984
354	FERNANDA WEBER MELLO	1,80	1,20	1,80	3,00	7,80			7,80	APROVADO(A)	12º	15/03/1993
1367	LUANA BEBER YOSHIZUMI	1,60	1,80	1,80	2,60	7,80			7,80	APROVADO(A)	13º	12/05/1991
1211	ERIVELTON JOFRE DE MATOS JUNIOR	2,00	1,20	1,40	3,00	7,60			7,60	APROVADO(A)	14º	10/03/1989
1772	CRISTINE NEVES BEZ	1,80	1,20	1,60	3,00	7,60			7,60	APROVADO(A)	15º	28/09/1992
1802	GUILHERME WALTER BIEZUS	1,80	1,20	1,80	2,80	7,60			7,60	APROVADO(A)	16º	23/01/1991
892	FLAVIO AUGUSTO VIDI	2,00	1,20	1,80	2,60	7,60			7,60	APROVADO(A)	17º	22/09/1992
1932	TAMIRIS DA SILVA TEIXEIRA	1,80	1,20	1,20	3,20	7,40			7,40	APROVADO(A)	18º	24/09/1990
715	PAULO ANDRÉ THURY MARTINS	1,80	1,80	1,00	2,80	7,40			7,40	APROVADO(A)	19º	19/07/1974
1936	DEBORA MIGUEL DE SOUSA	1,80	1,60	1,20	2,80	7,40			7,40	APROVADO(A)	20º	20/11/1981
2105	ROBERTO BURGUER NETO	1,80	1,20	1,80	2,60	7,40			7,40	APROVADO(A)	21º	27/07/1993
1079	HELENA JORGE DA COSTA	1,60	1,00	1,80	2,80	7,20			7,20	APROVADO(A)	22º	18/03/1992
1404	GUILHERME ONEDA	1,60	1,60	1,40	2,60	7,20			7,20	APROVADO(A)	23º	14/04/1990
1919	DAIANA JACOB LAZZAROTTO	1,40	1,40	1,80	2,60	7,20			7,20	APROVADO(A)	24º	28/05/1987
84	LUISA RECH GOMES GREGOL JAEGER	1,80	1,20	1,60	2,60	7,20			7,20	APROVADO(A)	25º	12/04/1982
1585	BRUNA LUNELLI	2,00	1,40	0,40	3,20	7,00			7,00	APROVADO(A)	26º	09/04/1991
1034	RENATA LETICIA DE SOUSA PEREIRA	1,40	1,40	1,20	3,00	7,00			7,00	APROVADO(A)	27º	25/03/1991
809	MARLON DIOGO BARBANA	1,80	0,80	1,40	3,00	7,00			7,00	APROVADO(A)	28º	17/06/1988
138	MARAHANE AYRES GUERIOS	1,60	1,40	1,20	2,80	7,00			7,00	APROVADO(A)	29º	19/06/1966
1981	RAFAEL STIZ	1,40	1,60	1,40	2,60	7,00			7,00	APROVADO(A)	30º	28/02/1983
1434	CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA	1,60	1,80	1,20	2,40	7,00			7,00	APROVADO(A)	31º	27/04/1982
1737	ANGÉLI FERNANDA NIEMIES	1,80	1,40	1,40	2,40	7,00			7,00	APROVADO(A)	32º	21/11/1989
1209	MARIANA OLBERTZ	1,60	1,40	1,00	2,80	6,80			6,80	APROVADO(A)	33º	16/03/1991
1421	SAULO BORDIN MARIA	1,60	1,20	1,40	2,60	6,80			6,80	APROVADO(A)	34º	16/11/1987

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 19/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



410	GIANNA MAYARA RIBAS ARTNER	1,80	1,60	1,00	2,40	6,80			6,80	APROVADO(A)	35º	13/10/1986
680	LUANA PAULA ALBERTON	1,40	1,40	1,00	2,80	6,60			6,60	APROVADO(A)	36º	05/07/1989
465	FLÁVIO MAGNO GONÇALVES	1,80	1,20	1,00	2,60	6,60			6,60	APROVADO(A)	37º	08/12/1993
1429	RODRIGO CAVASSIM	1,60	1,20	1,20	2,60	6,60			6,60	APROVADO(A)	38º	22/05/1980
1973	LEANDRO MARTINS LOPES	2,00	1,20	1,00	2,40	6,60			6,60	APROVADO(A)	39º	22/10/1984
1524	ALINE LOURENSETTI	1,60	1,20	1,40	2,40	6,60			6,60	APROVADO(A)	40º	22/10/1985
763	SOLANGE SCHROEDER CORRÊA	1,60	1,00	2,00	2,00	6,60			6,60	APROVADO(A)	41º	19/12/1987
1332	FRACIANE GOMES	1,60	1,40	0,80	2,60	6,40			6,40	APROVADO(A)	42º	26/03/1987
722	FLÁVIA PAOLA KREPSZ	1,40	1,20	1,20	2,60	6,40			6,40	APROVADO(A)	43º	01/04/1993
2051	CAROLINA FLORES SILVANO	1,80	1,40	0,60	2,40	6,20			6,20	APROVADO(A)	44º	29/06/1984
383	ALESSANDRA LAIS OTTO	1,20	1,60	1,40	2,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	45º	30/04/1992
701	JANAINA TAÍS WOJCIK	1,60	1,40	1,20	2,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	46º	07/03/1991
2106	FERNANDA SERRATO EVANGELISTA	1,80	1,00	1,40	2,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	47º	10/08/1981
1562	AMANDA GUIMARAES BRITO DE OLIVEIRA	1,60	0,80	1,00	2,60	6,00			6,00	APROVADO(A)	48º	20/04/1991
1541	ALESSANDRO YUSKE KUSSANO MORINO	1,60	1,20	0,80	2,40	6,00			6,00	APROVADO(A)	49º	08/04/1993
853	EDUARDO SANTANA BANASZESKI	1,80	1,00	0,80	2,40	6,00			6,00	APROVADO(A)	50º	07/02/1993
1414	CAROLINE STOCKER	1,20	0,80	0,40	3,40	5,80			5,80	APROVADO(A)	51º	31/08/1990
71	MAURICIO RANCKEL JUNIOR	1,80	1,00	0,40	2,60	5,80			5,80	APROVADO(A)	52º	30/08/1992
651	FELIPE ENGLER	1,40	1,00	0,80	2,60	5,80			5,80	APROVADO(A)	53º	16/01/1991
1604	RÚBIA ELISA LENZ	1,60	1,20	0,80	2,20	5,80			5,80	APROVADO(A)	54º	14/05/1992
786	JACQUELINE BALDINI	1,40	0,80	1,40	2,20	5,80			5,80	APROVADO(A)	55º	04/03/1986
1991	LUANA ZAGO	1,60	1,20	1,00	2,00	5,80			5,80	APROVADO(A)	56º	10/02/1986
83	ANTONIO FROEHNER	1,60	1,40	1,00	1,80	5,80			5,80	APROVADO(A)	57º	13/06/1965
602	MARJORIE BUENO DE CAMARGO	1,40	1,20	0,80	2,20	5,60			5,60	APROVADO(A)	58º	17/03/1994
1092	LUCIANE CIELUSINSKY	1,00	1,00	1,20	2,20	5,40			5,40	APROVADO(A)	59º	20/03/1986
416	KARINE LEVANDOVSKI	1,20	1,40	0,80	2,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	60º	11/01/1989
2069	VILMAR BUCH SCHINDLER	1,80	0,60	1,00	2,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	61º	26/01/1988
494	JANAISE LISIANE FRANCO	1,00	0,80	0,80	2,60	5,20			5,20	APROVADO(A)	62º	09/12/1987

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 20/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1847	SAMIRA FRANCINE WAGNER	1,20	0,60	0,80	2,60	5,20		5,20	APROVADO(A)	63º	31/05/1995
1887	OTAVIO MATHIAS KRAWCZIK	1,40	0,80	0,80	2,20	5,20		5,20	APROVADO(A)	64º	03/12/1995
1619	GABRIELLE COLITA PLATZ	1,40	1,20	0,60	2,00	5,20		5,20	APROVADO(A)	65º	29/06/1994
241	KELLYN ZANELLA	1,00	1,40	0,40	2,20	5,00		5,00	APROVADO(A)	66º	17/02/1993
1365	GABRIELLA CHIARADIA DE CAMARGO	1,00	0,60	0,80	2,20	4,60		4,60	REPROVADO(A)	--	01/11/1993
2115	EONICE GLAZA OWCZARZAK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	31/08/1961
1957	ADELIO DA SILVA LEMES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	11/06/1970
135	ADRIANO CARVALHO DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	30/09/1970
2025	LUCINEI PAZ TORQUATO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	06/06/1972
656	LUCIANO DE OLIVEIRA MAI PORZKY	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	12/09/1972
977	THAIS MARTIN MARTIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	22/04/1974
1998	LUCIANO SIQUEIRA BARBOZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	23/04/1974
1698	DIEGO ANSELMI PIRES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	22/01/1976
1220	JOÃO DIAS SOBRINHO FILHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	21/09/1978
1997	KAREN CORRÊA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	30/10/1979
1950	LIZIANE KLUG MADEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	07/08/1980
1169	DANIELE MARISSA PILAN NUNES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	23/01/1982
1306	FERNANDA LARA MULITERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	06/03/1982
1842	PAULA MAYRINK LEAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	02/06/1982
770	LUIZ ANTONIO LIMA BASSI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	21/03/1983
1001	EVANDRO HENZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	12/10/1983
1966	MARCELA BANISKI CAUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	08/02/1984
1607	LEONARDO JORGE IWANKO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	17/03/1984
1202	DANIELLE CECCHIN MARQUES KINGERSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	19/04/1984
1599	KELLY PEREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	29/11/1985
474	BIANCA CARLA BIANCO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	31/12/1985
1064	MICHAEL COUTINHO GRASSI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	24/01/1986
1992	BEATRIZ VERGUTZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	10/05/1987

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 21/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



2034	FABIO CARDOSO PEREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/11/1987
1037	MARCELO FEITOSA DE SOUSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	18/02/1988
1038	ANA CAROLINA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	06/06/1988
1301	THIAGO SEBEN DAL MAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	13/06/1988
398	HELOISA MARIA BASSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/07/1988
370	MAIKY MOCCELIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/08/1988
2038	CLAUDIA LOURENZON GRESSLER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/10/1988
1866	ANDRESSA MARIA DOMBROVSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/01/1989
1500	CAMILA MACHADO COSTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/06/1989
1930	CARINE MARIANE SUCHEK POLLI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/09/1989
1581	DIOGO LOPES ALVINO DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/09/1989
1856	FELIPE DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	21/10/1989
1035	POLIANA BATTISTI DAHMER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/12/1989
1216	EVERTON DIEGO PROVENSI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/12/1989
1460	SIMONE IENSEN BENETTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	03/05/1990
1383	GUSTAVO CARMINATTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/09/1990
1244	LAIANE CARLA PAWLAK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/10/1990
1182	RUBIA FERREIRA MUSSOI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	03/12/1990
1719	CAROLINE PIOLI LUZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	05/12/1990
334	CLAUDIA SCHAPPO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/02/1991
612	ANNA PAULA COLOMBELLI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/07/1991
1390	TALITA PIASSA MAFESSONI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/08/1991
1291	ELIS NGELA BATISTELLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/08/1991
1149	LUANA ANGELINA TEREINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/09/1991
773	MURILO FERNANDO ALVES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/01/1992
1391	EMANUELI SCOLARI ROSSETTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/02/1992
1013	ANNA CHRISTINA BALZAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	03/04/1992
900	MARIANE SCHMITZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/04/1992

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 22/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1686	SORAIA HOPFNER CANANI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	03/08/1992
1432	DIANE GAPARIN RÖRIG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/10/1992
1180	THAIS TIEPPO KOROLL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	21/11/1992
1846	JESSICA FERNANDA SANTIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/12/1992
794	NÁGILA GRANEMANN ADAMCHESKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	13/03/1993
1993	DANDARA BEDIM PUJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/03/1993
1578	WILLIAN WEBER BOMBASSARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	16/08/1993
2072	MATEUS BUCH SCHINDLER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/08/1993
1243	MARINA TREMÉA DOBROWOLSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	13/09/1993
1492	ISABELE ALVES BREDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/09/1993
2096	JULIACARELLI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	31/12/1993
1745	ANNY CAROLINE MENEGAZZO DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	29/06/1994
1988	GUSTAVO ARKATEN DE PAULO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	26/10/1994
1512	DOUGLAS ALBERTO FARIAS FILHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/03/1995
1430	KETLIN ELOISA SCALVI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	19/05/1995

ENFERMEIRO													
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.	
7	DAIANE RODRIGUES	1,60	1,20	1,00	3,20	7,00			7,00	APROVADO(A)	1º	27/10/1978	
993	DENISE WILHELMS	2,00	1,40	1,20	1,80	6,40			6,40	APROVADO(A)	2º	03/10/1979	
2077	CASSIANA GIARETA	1,60	1,00	1,40	2,20	6,20			6,20	APROVADO(A)	3º	16/12/1982	
843	JORDANA DEBORA BUGHAY	1,60	1,40	1,20	2,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	4º	28/05/1984	
724	GISELE CRISTINA BARTH	1,80	1,40	1,20	1,80	6,20			6,20	APROVADO(A)	5º	10/11/1981	
1206	DAIANE JACON	1,40	0,80	1,00	2,80	6,00			6,00	APROVADO(A)	6º	28/10/1980	
1208	VINICIUS KARPAVICIUS DA LUZ	1,60	1,20	1,00	2,20	6,00			6,00	APROVADO(A)	7º	19/08/1979	
640	SAN RAPHAEL COSTA DA LUZ	1,80	1,00	0,40	2,60	5,80			5,80	APROVADO(A)	8º	15/07/1981	
369	ADRIANA MOREIRA DE CASTILHO DOS	1,60	1,20	0,80	2,20	5,80			5,80	APROVADO(A)	9º	10/01/1981	

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 23/59

[illegible]

MÉDICO DO PSF										
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
954	KARINE ALDREY WOLF	1,60	1,60	1,60	2,80	7,60	7,60	APROVADO(A)	1º	27/08/1977
696	ALAN BUENO	1,80	1,20	1,80	2,80	7,60	7,60	APROVADO(A)	2º	13/09/1985

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 24/59





## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1784	LYVIA SOUSA GOMES DE VASCONCELOS	1,40	1,80	1,80	2,60	7,60			7,60	APROVADO(A)	3º	10/02/1980
1308	THANIS MEIER	1,60	1,40	1,80	2,60	7,40			7,40	APROVADO(A)	4º	05/12/1989
1162	Bruno Pigatto Clivatti	1,60	1,40	1,00	2,20	6,20			6,20	APROVADO(A)	5º	19/04/1986
63	RYTA DE CÁSSIA CORDEIRO DOS SANTOS BRANCO SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	21/02/1964
1361	SONIA REGINA GUZZONI DROZDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	08/12/1970
1489	FABIO FRANCA NISHIKAWA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	01/10/1975
1911	VITOR HUGO FELIPE KNOBLAUCH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	22/08/1977
306	CLARISSA DE PAULA ROCHA SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	10/06/1979
1470	FERNANDO SIQUEIRA KEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	26/10/1979
1271	NATALINO CEZAR CLAUSEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	24/12/1979
934	WESLEY SILVA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	04/01/1983
1179	JEFERSON DE SOUZA TAVARES NUNES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	25/06/1984
1976	JUSSARA NEPPEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	31/10/1987
1133	TIAGO FRANCISCO PAULA PADILHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	02/04/1988
1294	ALISON BRUNO BATISTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	05/06/1990
1293	JESSICA SAYURI KUMAGAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	10/10/1990

MÉDICO ORTOPEDISTA											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1527	LUCIANO TAVARES RABELLO	1,80	1,20	1,80	2,60	7,40		7,40	APROVADO(A)	1º	02/02/1972
1605	FERNANDO COGO CUBILLA	1,80	0,80	1,80	2,80	7,20		7,20	APROVADO(A)	2º	12/05/1975
667	ELIGIO RAMON COGO CUBILLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	08/01/1971
946	GISELLE MAYUMI HAYASHI MORTATI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	13/07/1980
965	RAFAEL BORGHI MORTATI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	15/08/1981
1314	ANDRE CEZAR DE ANDRADE DE MELLO E SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	08/11/1981
527	RODRIGO OLIVEIRA CHAHINI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	12/04/1982

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 25/59



648	LUCAS PINTO D'AMICO FAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/07/1982
216	ANDRE LUIS SEBBEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	05/04/1987

MÉDICO PEDIATRA										
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1539	JOSELAINY GALEAZZI	1,40	1,00	1,00	2,20	5,60	5,60	APROVADO(A)	1º	28/08/1976
1872	LENOIR TISSIANI JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/09/1977
937	FLÁVIA NATÁLIA MARQUES KINGERSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	05/09/1986

MÉDICO PLANTONISTA											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
265	CAMILA EDITH STACHERA STASIAK	1,80	1,60	1,80	3,20	8,40		8,40	APROVADO(A)	1º	16/02/1991
1972	CAMILA MARTINS LOPES	1,80	1,60	1,80	2,80	8,00		8,00	APROVADO(A)	2º	01/02/1992
1672	ANDRE LUIZ BATISTA	1,80	1,20	1,60	3,20	7,80		7,80	APROVADO(A)	3º	08/10/1992
777	HENRIQUE BITTENCOURT MAMCARZ	1,80	1,40	1,80	2,80	7,80		7,80	APROVADO(A)	4º	17/06/1988
455	UEBER PIMENTA E SILVA VICENTINI	1,80	1,20	1,40	3,00	7,40		7,40	APROVADO(A)	5º	03/08/1974
815	CARLOS AUGUSTO SACOMORI FERREIRA	1,80	1,40	1,20	2,80	7,20		7,20	APROVADO(A)	6º	10/05/1971
767	VANESSA ADRIANE FURLAN	1,40	1,40	1,20	2,60	6,60		6,60	APROVADO(A)	7º	16/02/1982
1369	LUIZA CAROLINA GRUHLKE	1,20	1,40	1,40	2,40	6,40		6,40	APROVADO(A)	8º	07/12/1988
1934	IRONDI BITTENCOURT MARTINS	1,80	1,20	0,60	2,40	6,00		6,00	APROVADO(A)	9º	21/02/1953
1144	FERNANDO BOGER	1,60	0,80	1,20	1,80	5,40		5,40	APROVADO(A)	10º	02/06/1959
418	EDIMBURGO DE LIMA MOURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	30/05/1953
2032	ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	13/11/1962
2095	IVAN COLERAUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	24/02/1978
751	JULIANA SUSSENBACH KRAUSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	20/02/1984
1496	DENISE CARDOSO DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	27/02/1985

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 26/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1236	NATALIA SATY KLIEMANN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/07/1985
497	JANDIR SANTOS SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	19/07/1986
1439	ADRIANO SALDANHA BARAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	06/01/1989
460	DANIELLI ALINE GIACOMINI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	03/07/1989

### MÉDICO PSQUIATRA

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1941	LUIZA APARECIDA DE ASSIS OLIVEIRA	1,60	1,60	0,80	2,40	6,40	6,40	APROVADO(A)	1º	21/06/1960

### MÉDICO UROLOGISTA

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
367	FLORENCIO DE MATTOS LEÃO	2,00	1,40	1,20	2,60	7,20	7,20	APROVADO(A)	1º	09/09/1965

### OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1978	ERICSON CLEMENTINO DA SILVA	0,80	1,00	0,60	2,40	4,80	3,20	8,00	APROVADO(A)	1º	27/11/1975
390	WILSON VICENTE PINTO GALM	0,60	1,00	0,40	2,20	4,20	3,40	7,60	APROVADO(A)	2º	01/02/1987
752	GILMAR DANIEL KURUTZ	0,80	0,80	0,80	1,80	4,20	3,20	7,40	APROVADO(A)	3º	04/09/1976
405	EDEGAR MIELKE	0,80	0,80	0,40	1,20	3,20	3,80	7,00	APROVADO(A)	4º	17/11/1979
1054	MARCOS ANTONELLI RIBAS	0,80	0,80	0,40	1,80	3,80	3,20	7,00	APROVADO(A)	5º	20/09/1985
743	GILMAR SCHMIDT	0,40	1,00	0,60	1,60	3,60	3,20	6,80	APROVADO(A)	6º	06/11/1973
824	ANDERSON SANTANA	0,60	1,00	0,60	2,20	4,40	2,40	6,80	APROVADO(A)	7º	11/06/1987
778	WILSON KOMOCHENA	0,80	0,80	0,80	2,20	4,60	2,00	6,60	APROVADO(A)	8º	02/12/1979
780	FABIANO FERNANDES GOMES	1,00	0,80	0,60	2,00	4,40	2,00	6,40	APROVADO(A)	9º	27/09/1979
747	JOSE OSMARI STACHERA	0,80	0,80	0,40	1,40	3,40	2,80	6,20	APROVADO(A)	10º	07/05/1969



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



829	VALMIR JOSÉ SILVEIRA	0,60	0,80	0,60	1,40	3,40	2,80	6,20	APROVADO(A)	11º	10/11/1983
1885	FERNANDO LUIS SMYK	0,60	0,80	0,60	1,80	3,80	2,40	6,20	APROVADO(A)	12º	03/05/1985
768	BRUNO GUILHERME RAUBER	0,80	1,00	0,40	1,20	3,40	2,80	6,20	APROVADO(A)	13º	13/04/1994
911	MARCELO STELMACH DA SILVA	0,80	0,80	0,60	1,60	3,80	2,20	6,00	APROVADO(A)	14º	04/04/1974
1353	ANDRE DA SILVA MOREIRA	0,40	0,80	0,20	2,20	3,60	2,20	5,80	APROVADO(A)	15º	07/04/1987
840	HÉLIO GUSTAVO BAHNERT OLIVEIRA	0,40	0,60	0,60	2,40	4,00	1,80	5,80	REPROVADO(A)	--	06/09/1995
247	ANDERSON LUIZ PADILHA DE MORAIS	0,60	1,00	0,80	1,20	3,60	1,20	4,80	REPROVADO(A)	--	09/09/1983
225	GUILHERME VINICIUS ALVES DOS SANTOS	0,40	1,00	0,80	2,40	4,60	0,00	4,60	REPROVADO(A)	--	19/12/1995
1617	PAULO SERGIO GAVASSO	0,60	1,00	0,60	2,20	4,40	0,00	4,40	REPROVADO(A)	--	01/11/1972
865	RICARDO SCZIBOR	1,00	1,00	0,80	1,60	4,40	0,00	4,40	REPROVADO(A)	--	22/03/1993
2114	MARCELO GREGORIO PASTERNAK	1,00	1,00	0,60	1,60	4,20	0,00	4,20	REPROVADO(A)	--	29/04/1981
1200	ROGER FAUSTINO MACHADO SOUZA	0,60	0,80	0,60	1,80	3,80	0,00	3,80	REPROVADO(A)	--	14/01/1984
1471	ADEMIR SOARES DOS SANTOS	0,80	0,60	0,20	1,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO(A)	--	06/09/1971
538	PAULO MARCELO DE BAIRROS	0,40	0,60	0,20	1,40	2,60	0,00	2,60	REPROVADO(A)	--	30/06/1980
521	LUIZ CAMILO RODRIGUES	0,40	0,80	0,40	0,60	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	11/07/1968
1920	SERGIO CHACHAROVSKI	0,40	0,60	0,20	1,00	2,20	0,00	2,20	REPROVADO(A)	--	20/07/1971
1732	JOÃO ANTONIO DA SILVA	0,40	0,80	0,20	0,60	2,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	26/08/1984
901	MILTON CHAVES	0,40	0,60	0,40	0,20	1,60	0,00	1,60	REPROVADO(A)	--	10/11/1961
996	EURIDES DOS SANTOS	0,20	0,60	0,20	0,40	1,40	0,00	1,40	REPROVADO(A)	--	29/08/1957
1668	SAULO NOVAK	0,60	1,00	0,80	1,80	4,20	0,00	4,20	REPROVADO(A)	--	27/07/1990
355	THIAGO LUIZ ROTTA	0,60	1,00	0,60	1,80	4,00	0,00	4,00	REPROVADO(A)	--	07/07/1984
1132	DIEGO DOS SANTOS	0,40	0,80	0,80	2,00	4,00	0,00	4,00	REPROVADO(A)	--	11/03/1992
1642	SERGIO LUIZ BRAGA	0,40	0,80	0,80	1,40	3,40	0,00	3,40	REPROVADO(A)	--	29/09/1979
331	GABRIEL ALVES SCHMIDT	0,60	0,60	0,20	2,00	3,40	0,00	3,40	REPROVADO(A)	--	05/07/1995
1526	ORLANDO DA LUZ	0,80	1,00	0,20	1,20	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	24/12/1944
402	ALERSON JOSÉ VAUDAN	0,40	0,80	0,40	1,60	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	23/10/1979
766	DALTON ALEXANDER SILVA DOS SANTOS	0,60	0,80	0,60	1,20	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	15/12/1988
1124	RENATO DANIEL	0,60	1,00	0,60	1,00	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	17/01/1990

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 28/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



313	EDILSON LUIZ BIANCHINI	0,60	0,60	0,20	1,60	3,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--	07/02/1969
1943	CLAUDINEI ANTONIO BRECHBULLER	0,20	0,80	0,40	1,60	3,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--	29/12/1980
918	EDER RODRIGUES DOS SANTOS	0,40	1,00	0,20	1,40	3,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--	08/06/1985
975	DIEGO RODRIGO AMAZONAS	0,60	1,00	0,40	1,00	3,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--	29/11/1990
291	LUIZ PAULO MACOHIM BIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	28/03/1964
966	IVANILDO MEIRELLES FINAMORE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/06/1966
505	SANDRO GAJDECZKA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	21/08/1973
1297	ALEKSON MARCELO SERPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/02/1979
749	ADEMIR JOSÉ DE SIQUEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/02/1980
1288	ADELIO JOSE MOREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/02/1981
1837	GEOVANE SZNICER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	01/06/1981
1671	CHARLEY JONATHAN RESCAROLLI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	05/11/1981
93	GILSON MARTINS DA MAIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/02/1983
297	PABLO LUY GOMES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	21/10/1983
343	ALEXANDRE GONZAGA DE MELO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/11/1983
1408	JACKSON SANTANA DE LIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/04/1988
1146	MARCIO MARTINS DE CARVALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/11/1988
982	JOILSON ROQUE MARQUES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	26/04/1989
300	OSÉIAS JOSÉ DA ROSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/10/1991
597	FELIPE SCHREINER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	21/04/1992
510	EDIVAN NILSEN RODRIGUES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/05/1992
1661	ANILDO JUNIOR FERREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	13/11/1992
229	ERIVELTON CLEVERSON SEPANHAKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	28/07/1993
601	EUGENIO BRACIAK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	31/07/1994
799	FERNANDO MARQUES DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/09/1994
1662	JOSÉ PEDRO DEINLING	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/04/1995



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL												
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.	
156	KARINA MAURER DE SOUSA PINTO	1,44	1,08	1,08	3,06	6,66	0,00	6,66	APROVADO(A)	1º	13/05/1987	
1433	MARIANE DE FREITAS	1,26	1,08	1,44	2,88	6,66	0,00	6,66	APROVADO(A)	2º	04/05/1990	
928	ANDREIA MAUREN CORRÊA	1,08	0,90	1,08	3,42	6,48	0,15	6,63	APROVADO(A)	3º	19/09/1990	
847	DANIELE DE OLIVEIRA	1,44	1,26	1,08	2,70	6,48	0,00	6,48	APROVADO(A)	4º	17/04/1986	
98	ANITA KOCAN	0,90	1,26	1,08	3,06	6,30	0,15	6,45	APROVADO(A)	5º	24/11/1982	
1004	BRUNA EDUARDA DIAS	1,44	1,26	0,90	2,70	6,30	0,00	6,30	APROVADO(A)	6º	21/10/1992	
484	SONIA VIERO STACECHEN	1,08	1,08	1,08	2,88	6,12	0,15	6,27	APROVADO(A)	7º	06/02/1973	
155	MARIÂNGELA APARECIDA BARBUSA SOARES	1,80	0,72	0,72	2,88	6,12	0,15	6,27	APROVADO(A)	8º	10/10/1981	
1355	JULIANE ROGOSKI HENIK	1,26	1,08	1,44	2,34	6,12	0,15	6,27	APROVADO(A)	9º	13/11/1989	
1005	SUZAN GAEDKE SAIS	1,26	1,08	0,90	2,88	6,12	0,00	6,12	APROVADO(A)	10º	24/10/1989	
224	DULCIMARA TOMKI DE LIMA	1,62	1,44	0,54	2,52	6,12	0,00	6,12	APROVADO(A)	11º	06/01/1980	
212	EVANILCE DOLINE	1,62	0,90	1,26	2,34	6,12	0,00	6,12	APROVADO(A)	12º	02/07/1987	
1994	PATRICIA APARECIDA MOREIRA RAUBES DOS SANTOS	1,44	1,26	1,26	2,16	6,12	0,00	6,12	APROVADO(A)	13º	10/05/1986	
1118	DIONÉIA APARECIDA CORDEIRO PINTO SCHIER	1,44	1,08	0,90	2,52	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	14º	10/12/1976	
800	LUANA PATRÍCIA KOCHAKI DOS SANTOS	1,26	1,08	1,44	2,16	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	15º	23/02/1985	
822	ANA CRISTINA DE OLIVEIRA CAMARGO	1,44	0,90	0,72	2,88	5,94	0,00	5,94	APROVADO(A)	16º	26/01/1993	
1999	PATRICIA GUIMARAES	1,44	1,08	1,08	2,34	5,94	0,00	5,94	APROVADO(A)	17º	22/02/1991	
384	DANIELA RENATA HOLOVATE	1,62	1,08	0,36	2,70	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	18º	01/06/1989	
1234	CATIA LUCIANE DA LUZ CARNEIRO	1,26	0,90	0,90	2,70	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	19º	19/04/1980	
1050	CARMEN LINDA GOMES	1,62	0,90	0,72	2,52	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	20º	06/04/1989	
1183	VILMA IRENO PAGESKI	1,44	1,08	0,90	2,34	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	21º	01/09/1977	
1023	ELIANE BERNARDI SCHEID	1,26	1,62	0,72	2,16	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	22º	11/03/1979	
666	PRISCILA CAROLINE GONCHO	1,44	1,26	1,62	1,44	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	23º	11/08/1978	
1249	ANA MARIA CUNHA	1,44	0,90	1,08	2,34	5,76	0,00	5,76	APROVADO(A)	24º	02/12/1986	





## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



989	BEATRIZ SCHIPANSKI	1,62	0,72	0,54	2,70	5,58		0,15	5,73	APROVADO(A)	25º	23/12/1977
852	DEISY JAQUELINE TANDLER	1,62	0,72	0,72	2,52	5,58		0,15	5,73	APROVADO(A)	26º	11/02/1988
1039	SUÉLI TAIANE VICENTIM	1,26	1,08	0,90	2,34	5,58		0,15	5,73	APROVADO(A)	27º	25/03/1988
872	SANDRA PLACHTA	1,62	0,72	1,26	1,98	5,58		0,15	5,73	APROVADO(A)	28º	22/02/1987
1189	CLAUDIA DA SILVA CARDOSO	1,62	1,26	0,90	1,80	5,58		0,15	5,73	APROVADO(A)	29º	27/03/1978
884	KALINE MARISA CABRAL	1,26	1,08	0,36	2,88	5,58		0,00	5,58	APROVADO(A)	30º	17/09/1983
1985	PATRICIA ROCHELLE AMARANTES	1,26	0,90	0,90	2,52	5,58		0,00	5,58	APROVADO(A)	31º	30/03/1983
971	ANA PAULA DOS SANTOS RAMOS	0,90	1,44	0,90	2,34	5,58		0,00	5,58	APROVADO(A)	32º	05/09/1987
718	BEATRIZ ADÉLIA VOLKMAN TONKIO	1,08	0,90	0,36	3,06	5,40		0,15	5,55	APROVADO(A)	33º	08/02/1982
360	DÉBORA RODRIGUES	1,26	0,90	0,72	2,52	5,40		0,15	5,55	APROVADO(A)	34º	13/03/1990
835	GEOVANA SCHULZ	1,44	1,08	0,54	2,34	5,40		0,15	5,55	APROVADO(A)	35º	16/12/1972
1123	DAIANA APARECIDA TELES VIEIRA	1,08	1,26	0,90	2,16	5,40		0,15	5,55	APROVADO(A)	36º	24/10/1984
1638	JÉSSICA COREIA DA LUZ AZEREDO	1,44	0,72	0,36	2,88	5,40		0,00	5,40	APROVADO(A)	37º	12/11/1991
1228	SIMONE DE FATIMA LALIK	1,26	1,26	0,72	2,16	5,40		0,00	5,40	APROVADO(A)	38º	12/02/1980
1283	ADRIANA ABILHOA	1,62	1,08	0,54	2,16	5,40		0,00	5,40	APROVADO(A)	39º	16/11/1978
964	JOSIELE REGIANE GROSSKLAUS	1,44	1,08	0,72	2,16	5,40		0,00	5,40	APROVADO(A)	40º	31/08/1985
841	LILIANE HOLUB RODRIGUES	1,44	0,90	1,08	1,98	5,40		0,00	5,40	APROVADO(A)	41º	03/08/1970
854	ÉLIDA PRISCILA FRANCO DE OLIVEIRA	1,08	0,90	0,90	2,34	5,22		0,15	5,37	APROVADO(A)	42º	21/04/1988
545	LEORNENI ANTONIA VIEIRA CARNEIRO	1,26	1,26	0,54	2,16	5,22		0,15	5,37	APROVADO(A)	43º	27/11/1961
1143	JÉSSICA CRISTINE SCHNEIDER DOS SANTOS	1,08	0,90	1,08	2,16	5,22		0,15	5,37	APROVADO(A)	44º	06/07/1991
121	JOSIANI APARECIDA VEZARO	1,44	1,08	0,72	1,98	5,22		0,15	5,37	APROVADO(A)	45º	15/10/1985
1070	ANA ROSA MARIA DE AGOSTINHO	1,62	1,08	0,72	1,80	5,22		0,15	5,37	APROVADO(A)	46º	14/12/1980
1756	ANA PAULA GUIESLER	1,08	1,44	0,36	2,34	5,22		0,00	5,22	APROVADO(A)	47º	26/09/1992
836	ROSANE APARECIDA NASCIMENTO	0,90	1,08	0,90	2,34	5,22		0,00	5,22	APROVADO(A)	48º	25/12/1990
1292	ELISETTE APARECIDA MIRANDA	1,26	1,08	0,72	2,16	5,22		0,00	5,22	APROVADO(A)	49º	24/01/1985
1325	ELENIR ROSSA	1,44	1,26	0,54	1,98	5,22		0,00	5,22	APROVADO(A)	50º	20/06/1979
148	MAGALI KATCHOROSKI	1,44	1,08	0,72	1,98	5,22		0,00	5,22	APROVADO(A)	51º	04/12/1993
1422	CARINE DOS SANTOS	1,44	0,90	0,90	1,98	5,22		0,00	5,22	APROVADO(A)	52º	05/07/1988

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 31/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1366	JAQUELINE DOS SANTOS LIMA CAON	1,08	0,72	1,44	1,98	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	53º	20/06/1974
1231	CARLA KELEN SOARES	1,62	0,90	1,26	1,44	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	54º	11/07/1991
176	CINTIA FERNANDA BONQUERNER BUDAL	0,90	0,90	0,36	2,88	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	55º	25/07/1973
515	ROSANE TOMASETTO	1,26	0,90	0,54	2,34	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	56º	26/10/1985
1290	ROSICLER FERREIRA DE ALCANTARA	1,08	1,26	0,54	2,16	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	57º	09/09/1985
567	IVONE OROSKI DE SOUZA KURITZA	1,08	0,90	0,90	2,16	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	58º	30/01/1973
1191	CATIA CAROLINA MULLER	1,44	0,90	0,72	1,98	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	59º	04/07/1988
874	SIMONE APARECIDA WITCHEMECHEN	1,44	1,26	0,72	1,62	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	60º	16/11/1979
2015	VIVIANE KARINA BANNACH	1,08	0,72	0,18	3,06	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	61º	14/07/1987
2031	CACIELE ZAMBONI VAZ DAUBERMANN	1,26	1,08	0,36	2,34	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	62º	22/04/1990
1235	JANAINE GONÇALVES	1,08	0,72	1,08	2,16	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	63º	13/12/1992
480	FERNANDA REGINA CALDAS	1,08	1,08	0,90	1,98	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	64º	05/09/1982
974	ANA CARLA FLISSAK WICTOR	1,08	0,54	0,72	2,52	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	07/12/1987
754	SOLANGE APARECIDA SOARES DOS SANTOS	0,54	1,44	0,72	2,16	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	07/05/1978
644	ALIANE LIPKA GRAEFF	1,26	0,90	0,90	1,80	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	13/04/1980
796	ALESSANDRA RIBEIRO DOS SANTOS SARAIVA	0,90	0,90	0,54	2,52	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	09/05/1990
1226	EMMANUELA DE CÁSSIA FREITAS SCHUMANN	1,26	1,08	0,36	2,16	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	25/08/1978
1046	TANIA COROSQUE	1,26	0,72	0,72	2,16	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	02/07/1989
1214	ALZIMARY DEKI	1,26	1,08	0,54	1,98	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	31/03/1979
145	THAIS FERNANDA DE CAMPOS	1,26	0,90	0,72	1,98	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	29/09/1991
160	JOSIANE VEZARO RAMOS	1,26	1,08	0,72	1,80	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	03/03/1985
726	DINA SARAIVA FINCK	1,62	0,90	0,54	1,80	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	09/01/1977
2044	SILVIA KRAWCZIK	1,08	0,90	1,08	1,80	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	27/01/1992
1273	MARCIA DOS SANTOS	0,90	0,72	0,36	2,70	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	02/08/1983
973	DENISE MARIA SOARES DOS SANTOS	0,72	0,72	0,72	2,52	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	25/09/1968
395	SILVANE WEBER	1,26	1,08	0,00	2,34	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	08/07/1972
151	MARIZETE DE FATIMA ROSA	1,08	0,72	0,54	2,34	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	31/08/1964

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 32/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



191	MARCIA REGINA DOS SANTOS	0,72	1,26	0,54	2,16	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	24/05/1973
599	SIMONE DE FATIMA HUPALO	1,26	1,08	0,18	2,16	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	15/07/1981
1074	SANDRA MADALENA PEREMIDA	1,44	0,90	0,36	1,98	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	13/12/1985
428	PATRICIA DE FÁTIMA REISDÖRFER	1,44	0,72	0,54	1,98	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	18/01/1982
268	KARLA APARECIDA FERREIRA	1,44	0,90	0,72	1,62	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	19/04/1977
235	JOELMA DA SILVA DE OLIVEIRA MEYER	1,08	1,08	0,18	2,34	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	05/02/1978
417	ELAINE ESTACIO DE PAULA	1,08	1,08	0,18	2,34	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	19/12/1987
478	FERNANDA CONCEIÇÃO MARTINS	0,90	0,90	0,72	2,16	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	05/07/1986
1477	ANA MARIA SAUSEN PIRES	0,72	1,26	0,72	1,98	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	10/09/1982
734	ROSANA DE OLIVEIRA CAMARGO	0,90	1,08	0,72	1,98	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	06/02/1973
586	LIDIANE REGINA SCHREINER	1,26	0,90	0,54	1,98	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	02/10/1987
1163	CARLA MARIA MAJOLO FEYH	1,26	1,26	0,36	1,80	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	05/08/1979
1455	PRICILA BISOGNIN	1,26	1,08	0,54	1,80	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	21/07/1991
1087	JOELMA MARTINS BRECHBULLER	1,08	1,08	0,72	1,80	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	03/09/1987
1484	MARLUCI RANKEL	1,08	1,44	0,54	1,62	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	28/01/1989
556	JAQUELINE TICIANA SCHERER	1,26	1,26	0,54	1,62	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	10/03/1993
755	EVA APARECIDA DA SILVA	1,08	0,90	0,18	2,34	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	24/09/1974
1219	NELSA MATILDE BRIXI DA SILVA	1,08	1,08	0,36	1,98	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	22/01/1975
396	KETHERIN LEITE	1,44	0,72	0,54	1,80	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	02/02/1988
382	JULIANA GREGÓRIO PASTERNAK SZEIKO	1,26	0,90	0,90	1,44	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	20/10/1984
2113	IOLE BENASSI CAPPELLARI	1,08	1,08	0,36	1,98	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	23/10/1987
936	ELIANE APARECIDA CALIXTRO	1,26	1,08	0,36	1,80	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	27/10/1981
1728	JOICE ELIANE DOS SANTOS	1,26	1,26	0,36	1,62	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	17/04/1982
1634	MARCIA MACHADO DOS SANTOS NAZARI	1,08	0,72	1,08	1,62	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	05/04/1984
568	YNDIARA PIRES DE LIMA BORTOLOSO	1,44	1,08	0,54	1,44	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	03/12/1980
283	LUCIANA KOVALHUK BORINI	0,72	0,90	0,36	2,34	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	16/11/1970
424	CACIA REGIANE CIUKAULO SCHRATZENSTALLER	1,26	0,72	0,18	2,16	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	19/09/1975
968	ADRIANA APARECIDA SILVA MOREIRA	1,08	0,90	0,72	1,62	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	31/08/1982

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 33/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1040	CÉLIA DA VEIGA GOLOMBIESKI	1,08	0,72	0,90	1,62	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	15/10/1957
981	REGINA RAMOS	1,26	0,54	0,90	1,62	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	13/03/1965
1178	MARIA CLAUDICÉIA BRAUN	1,44	1,08	0,36	1,44	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	26/09/1988
1168	ANA CAROLINE SZYMOWIAK	1,08	0,90	0,18	2,16	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	17/01/1988
846	GEORGIA ELISA ZIMOLONG	1,08	1,08	0,18	1,98	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	21/04/1995
1104	PATRICIA LAIANE BORUCH	1,08	1,08	0,36	1,80	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	17/06/1983
963	PATRICIA APARECIDA LUTES MICALICHEN	0,90	0,90	0,72	1,80	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	28/01/1989
319	JUCIELE DE FATIMA GALVÃO	0,90	1,08	0,90	1,44	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	04/08/1987
760	ROSANDE DE MORAES	0,90	1,08	0,00	2,16	4,14	0,15	4,29	REPROVADO(A)	--	07/10/1970
600	ALCIONE APARECIDA HUPALO	1,08	0,72	0,36	1,98	4,14	0,15	4,29	REPROVADO(A)	--	10/04/1974
634	CLAUDETE DE JESUS ALVES PEREIRA MITZCO	1,08	0,54	0,54	1,98	4,14	0,15	4,29	REPROVADO(A)	--	29/12/1979
436	CACIA BERLATO	0,90	0,72	0,36	2,16	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	14/03/1970
1400	ADRIANA DE LIMA	0,90	1,08	0,18	1,98	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	02/03/1983
1889	CLAUDECI ARAUJO RIBEIRO MARTINS	1,08	1,08	0,18	1,80	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	13/10/1978
179	VANESSA APARECIDA BECKER JACK	1,08	0,90	0,36	1,80	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	21/01/1987
2059	JANICE R OLEINIK	1,08	0,90	0,36	1,80	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	16/03/1990
698	TAIANE ALVES DO PRADO	0,90	1,44	0,18	1,62	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	07/03/1991
592	MARA CLEI MARSCHALK PUFF	1,26	1,08	0,18	1,62	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	09/02/1973
1170	SANDRA APARECIDA SZYMOWIAK	0,72	1,08	0,72	1,62	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	11/10/1976
1600	MARINA ANTUNES DOS SANTOS	1,08	1,08	0,90	1,08	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	18/04/1992
1198	KAREN ROBERTA CORDEIRO	1,26	1,08	0,90	0,90	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	22/08/1993
483	LEGIANE ADRIANA ZAPOTOCHINE	0,72	0,72	0,54	1,98	3,96	0,15	4,11	REPROVADO(A)	--	11/03/1978
920	DAISY CALDAS DA FONSECA	1,08	0,90	0,18	1,80	3,96	0,15	4,11	REPROVADO(A)	--	03/10/1979
1018	ROSELI DE FATIMA WENDT DUNSER	0,72	0,54	0,90	1,80	3,96	0,15	4,11	REPROVADO(A)	--	27/05/1977
793	MARIA LURDES KRIK	1,44	0,90	0,36	1,26	3,96	0,15	4,11	REPROVADO(A)	--	17/03/1980
1354	JOZIANE APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	0,90	0,90	0,18	1,98	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	14/12/1990
1096	ELIS REGINA SALES	1,08	0,90	0,18	1,80	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	15/09/1985
808	ANGÉLICA SABRINA FERREIRA	0,90	0,90	0,54	1,62	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	01/03/1989

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 34/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1363	TATIANE SCHROH SCHNEIDER	0,90	0,72	0,72	1,62	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	16/04/1991
795	IVONETE SALDANHA	0,90	0,72	0,72	1,80	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	06/09/1982
488	MARIA PATRICIA PRZYBYSZ	1,08	0,72	0,72	1,80	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	23/10/1990
1948	TEREZINHA DALPRA DA SILVA	0,72	0,72	0,54	1,80	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	02/02/1980
193	LUCIANA HERMAN	0,54	1,08	0,54	1,62	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	24/09/1981
758	MARTA GRAZIELA ROSA	0,72	0,90	0,54	1,62	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	28/11/1983
1175	FABIANA SLOMP SZYMKOWIAK	0,72	1,26	0,36	1,44	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	20/01/1995
1199	CLEOMARA APARECIDA BATISTA	1,26	0,72	0,36	1,44	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	20/02/1976
1368	TATIANE BORGES DOMINGUES	1,08	0,72	0,54	1,44	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	21/06/1991
189	ANA CLÁUDIA APARECIDA LINO	1,26	0,90	0,36	1,26	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	11/07/1990
1083	JULIANA VASILKO	0,90	0,90	0,36	1,44	3,60	0,15	3,75	REPROVADO(A)	--	03/05/1981
385	VANDRÉLI CRISTINA FLEITUX	0,90	0,90	0,36	1,44	3,60	0,15	3,75	REPROVADO(A)	--	25/12/1981
797	VALCI COLAÇO ADACHESKI	0,72	1,08	0,00	1,80	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	28/11/1971
1592	MARIA ISABEL SCISTOWSKI	1,26	0,36	0,18	1,80	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	10/09/1975
1028	SIRLEI JUNG SCHNEIDER	0,90	0,90	0,36	1,44	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	30/12/1980
1343	LUCI MARA DE SOUZA	1,08	0,54	0,54	1,44	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	27/07/1980
668	JENIFFER DA CANAL OLIVEIRA LIRIO	0,72	0,90	0,18	1,62	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	09/11/1991
112	ANDREA VERBANEK	1,08	0,72	0,18	1,44	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	21/07/1975
414	MISLEINE WOLF	0,90	0,72	0,36	1,44	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	07/11/1979
2076	FLAVIA APARECIDA DA CRUZ	1,08	1,08	0,18	1,08	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	15/10/1984
275	JOSINA OLIVEIRA SANTANA PASTERNAK	0,72	0,90	0,00	1,62	3,24	0,00	3,24	REPROVADO(A)	--	07/06/1977
1386	REGEANE ZATORSKI	0,54	0,54	0,72	1,44	3,24	0,00	3,24	REPROVADO(A)	--	09/02/1975
1147	SONIA DE JESUS BRAGA SAUER	0,54	0,90	0,72	1,08	3,24	0,00	3,24	REPROVADO(A)	--	07/11/1974
1601	ANA MARIA DA SILVA LIMA	0,54	0,18	0,36	1,98	3,06	0,15	3,21	REPROVADO(A)	--	23/06/1974
991	REGINA DE FARIAS BATISTA	0,90	1,08	0,36	0,72	3,06	0,00	3,06	REPROVADO(A)	--	07/04/1981
1041	DANIELE GOLOMBIESKI	1,08	0,36	0,54	0,90	2,88	0,00	2,88	REPROVADO(A)	--	18/03/1989
1436	EVELISE BARBOSA VIANA	0,72	0,54	0,36	1,08	2,70	0,00	2,70	REPROVADO(A)	--	20/01/1960
1302	ELOINA FERNANDES DOS SANTOS	0,72	0,72	0,36	0,90	2,70	0,00	2,70	REPROVADO(A)	--	24/02/1987

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 35/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



979	CIBELE CRISTINA FERREIRA	0,90	0,54	0,36	0,54	2,34	0,15	2,49	REPROVADO(A)	--	05/03/1968
2011	MARI TEREZINHA LEMES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	03/06/1962
1830	VERONICA MAZUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	30/05/1967
958	MARTA DOS SANTOS DE LIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/07/1973
133	DIRLAINE APARECIDA CASTILHO PAES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/08/1974
430	EUNICE SIEMIATKOSKI KOMONKA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/06/1979
826	SANDRA CRUZ RODRIGUES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/09/1980
949	JOSLAINE MARIA ANTON LITWINSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	30/05/1983
1298	DAIANA DANIEL DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	26/02/1984
1058	JULIANA PATRICIA DE LIMA BIGOSINSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/09/1984
1025	JUCIMARIA CASTANHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/12/1984
1210	EDNA CRISTINA KRUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/04/1985
1387	ANDRIELI LUMIKOSKI MAZEIKA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/08/1985
1201	JOCELIA DE ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/09/1985
1151	ROSELI BAUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/05/1988
1833	ANA PAULA MAZURECHEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/09/1988
490	VANUSA REGINA NEDILHA KOBROSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/11/1989
502	AYLA MAIARA BRUNO DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/12/1989
1240	AMANDA GROB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/03/1990
1667	ALINE LIMA DA ROCHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/03/1991
813	ANA PAULA SMYKALUK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/11/1991
1845	ISABELLE FERNANDA GRIM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/11/1991
1300	SIRLENE APARECIDA GROBER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	26/11/1991
814	ROSANE DENK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	18/05/1992
917	JESSICA MARGARIDA ZANELLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	05/11/1992
194	SUELIN MARIA FERREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/03/1993





## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



PROFESSOR PEDAGOGO											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
180	RAFAELA GESCHONKE	1,44	1,44	1,26	3,06	7,20	0,15	7,35	APROVADO(A)	1º	03/08/1987
756	ANDREIA HENIK DOS SANTOS	1,62	1,08	1,44	3,06	7,20	0,00	7,20	APROVADO(A)	2º	21/01/1991
630	DARLISE NEDOCETKO	1,26	1,44	1,26	2,34	6,30	0,15	6,45	APROVADO(A)	3º	09/10/1973
1267	WILCILENE MARIA KOWAL SCHRATZENSTALLER	1,26	1,44	0,72	2,52	5,94	0,35	6,29	APROVADO(A)	4º	01/05/1987
464	FLAVIA GREGORIO	1,26	1,26	1,08	2,52	6,12	0,15	6,27	APROVADO(A)	5º	28/07/1976
1069	DEIZI CARLA DROSODOSKI AMARO	1,08	1,44	1,26	2,34	6,12	0,15	6,27	APROVADO(A)	6º	03/03/1981
298	KATIA CORDEIRO RIBEIRO	0,90	1,26	0,90	2,88	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	7º	17/07/1988
685	KELLY CORDEIRO RIBEIRO	1,44	1,26	0,90	2,34	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	8º	18/09/1989
1045	KATIA ANDREA FERREIRA DE SOUZA DOMINO	1,26	1,44	0,72	2,34	5,76	0,00	5,76	APROVADO(A)	9º	21/12/1969
1949	ELIANE SOARES FERREIRA	1,44	0,90	0,54	2,70	5,58	0,00	5,58	APROVADO(A)	10º	20/10/1980
650	HELIANA SCUSSIATO FRANCO	1,08	1,08	0,90	2,52	5,58	0,00	5,58	APROVADO(A)	11º	04/04/1991
1126	ELEANA SALLES BUCH	1,44	0,72	0,54	2,70	5,40	0,15	5,55	APROVADO(A)	12º	04/11/1982
1029	LILIANE DE FATIMA CAMARGO KRZESIK	0,72	1,26	0,72	2,52	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	13º	26/09/1988
100	FABRICIA PALHANO	1,08	1,08	0,90	2,16	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	14º	07/11/1982
311	ROSEMERY ALVES CARDOZO MARINHO	1,26	0,90	0,72	2,34	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	15º	30/05/1977
962	DERLI DE FÁTIMA PINTO DE LIMA TEODORO	1,44	0,90	0,90	1,98	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	16º	20/01/1976
1071	ROSELI DE FATIMA DRAPALSKI	1,44	1,08	0,54	1,98	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	17º	26/12/1985
1217	ÂNGELA ANDRÉIA ROLINSKI	0,72	0,72	0,90	2,70	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	18º	02/10/1980
1989	CLÁUDIA BOLZAN	1,08	1,26	0,72	1,98	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	19º	11/10/1969
700	CAROLINE ELIZABEL BLASZKO	0,90	0,72	0,90	2,34	4,86	0,50	5,36	REPROVADO(A)	--	22/11/1984
1223	SHIRLEY REGEANE SZPUNAR OTTO	1,26	0,72	0,72	2,16	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	14/03/1978
580	ANA CARDOSO DZOVONIARKIEWICZ	1,62	0,90	0,54	1,80	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	23/09/1966
1350	DJESSICA LUANA ZAGO	1,44	0,54	1,08	1,80	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	08/01/1993
862	SONIA DE FATIMA DETOFANO DAMASCENO	1,26	0,90	0,54	1,98	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	29/01/1966

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 37/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1518	DALIANE FALK MOREIRA	1,26	1,08	0,54	1,80	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	05/06/1985
2040	NADIA BURTET	1,26	0,72	0,36	2,16	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	17/07/1967
588	JANETE PAULA E SILVA	1,08	0,72	0,54	2,16	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	05/03/1973
1084	CRISTIANE REGINA JUNG	1,08	1,08	0,54	1,80	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	16/04/1979
296	SILVANA TASCA	1,08	1,08	0,54	1,80	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	11/10/1978
1466	ELISABETH DE FÁTIMA ALVES DA SILVA	1,26	0,90	0,54	1,62	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	05/02/1963
1612	ROSI MARI MATORIZEN DE MATTOS	1,26	0,90	0,18	1,80	4,14	0,15	4,29	REPROVADO(A)	--	21/12/1970
1908	FABIANA SOARES FERREIRA	0,90	0,90	0,00	2,34	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	07/08/1982
106	GISLAINE RODRIGUES BIGAS	0,72	0,90	0,72	1,80	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	03/04/1977
1766	LORIZIANE ELVIRA MARCONDES DE ALBUQUERQUE	1,44	1,08	0,36	1,26	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	08/03/1963
1150	ANNA MARIA CUNHA	1,44	1,26	0,36	1,08	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	12/07/1959
400	EUNICE ZAKIA AYRES DOMIT	0,72	0,90	0,36	1,98	3,96	0,15	4,11	REPROVADO(A)	--	26/10/1963
177	SILVIA LAÍS CORDEIRO	0,90	1,08	0,36	1,44	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	17/10/1987
1052	PATRICIA ANDRÉIA MARTINAZZO PICCININ	0,90	0,72	0,18	1,80	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	03/04/1984
798	LUCIANE KRUG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/02/1970
546	IZABEL PXVOZNIKI DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/05/1972
2028	SIMONE CRISTINA SENFF BRAND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/01/1973
988	VANESSA CAMPOS DE LARA JAKIMIU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	21/11/1981
1323	DANIELI MACHADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/12/1982
864	DÉBORA GOLOMBIESKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	16/02/1986
1954	RENATO RONALDO GODOY	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	01/05/1990

### PROFESSOR – 1º AO 5º ANOS INICIAIS

Inscrição	Candidato	C. GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
893	MARISANE DA SILVA LEITE ZYTKOWSKI	1,62	1,44	1,26	2,52	6,84	0,00	6,84	APROVADO(A)	1º	16/04/1971
504	SINELI ISABEL PAZ DE HORA GAJDECZKA	1,26	1,26	1,44	2,70	6,66	0,00	6,66	APROVADO(A)	2º	26/04/1976

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 38/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



912	JOELY LEITE SCHAEFER	1,62	1,44	0,72	2,70	6,48		0,15	6,63	APROVADO(A)	3º	04/04/1988
125	CATIA APARECIDA PIALA MOSKVIK	1,62	1,08	1,08	2,52	6,30		0,15	6,45	APROVADO(A)	4º	02/05/1987
704	GISELE GAJDECZKA	1,08	1,44	1,26	2,52	6,30		0,00	6,30	APROVADO(A)	5º	30/03/1978
1256	VERIDIANA NOGA	1,44	1,62	1,44	1,80	6,30		0,00	6,30	APROVADO(A)	6º	01/04/1993
1335	TATIANE GULECZ	1,80	0,90	0,90	2,52	6,12		0,15	6,27	APROVADO(A)	7º	08/11/1988
119	ELISANGELA BAIK NOVICKI	1,80	1,26	0,72	2,34	6,12		0,15	6,27	APROVADO(A)	8º	07/11/1980
227	ANGELA APARECIDA CARNEIRO	1,26	1,26	0,90	2,70	6,12		0,00	6,12	APROVADO(A)	9º	17/10/1974
487	JANETE RIBAS DA SILVA GODOY	1,08	1,08	1,26	2,70	6,12		0,00	6,12	APROVADO(A)	10º	06/02/1977
657	ELISIANE DE PAULA FRANCA	1,80	0,90	0,54	2,70	5,94		0,15	6,09	APROVADO(A)	11º	11/03/1985
1007	ELOISE DE FATIMA BUNHAK	1,44	0,90	1,08	2,52	5,94		0,15	6,09	APROVADO(A)	12º	03/02/1984
1010	ELAINE MARIA BUNHAK	1,62	1,08	0,90	2,34	5,94		0,00	5,94	APROVADO(A)	13º	03/02/1984
1085	MARCIA ELIANE MULLER DIEDRICH	1,08	1,26	1,08	2,34	5,76		0,15	5,91	APROVADO(A)	14º	23/06/1980
1186	JULCIMARA CONCEIÇÃO GOMES DE CASTRO	1,26	1,08	0,72	2,70	5,76		0,00	5,76	APROVADO(A)	15º	08/12/1979
1012	ROZINEI ALVES CARDOZO KRANHOLDT	1,62	0,72	1,08	2,34	5,76		0,00	5,76	APROVADO(A)	16º	10/07/1975
618	SOELI ANDRUKIU KOCH	1,80	0,90	0,90	2,16	5,76		0,00	5,76	APROVADO(A)	17º	10/11/1970
270	SIRLEI DA ROCHA DOBLER	1,44	1,62	0,72	1,98	5,76		0,00	5,76	APROVADO(A)	18º	25/02/1982
1947	HELAYNE CÂNDIDO	1,80	0,72	0,72	2,34	5,58		0,15	5,73	APROVADO(A)	19º	23/10/1980
574	PATRICIA DOBLER	1,62	0,90	0,36	2,70	5,58		0,00	5,58	APROVADO(A)	20º	16/05/1988
956	GISELE DAMAS DA SILVEIRA	1,62	0,90	0,72	2,34	5,58		0,00	5,58	APROVADO(A)	21º	01/09/1979
1154	DENISE DELONZEK	1,26	1,26	0,90	2,16	5,58		0,00	5,58	APROVADO(A)	22º	02/05/1994
997	SANDRA MARA ALVES DO REMÉDIO DOS SANTOS	1,80	1,08	0,54	2,16	5,58		0,00	5,58	APROVADO(A)	23º	21/12/1977
732	JUCELENE APARECIDA CARDOSO DA SILVA	1,26	1,08	0,90	2,16	5,40		0,15	5,55	APROVADO(A)	24º	03/06/1968
322	TANIA DA SILVA	1,44	1,26	0,72	1,98	5,40		0,15	5,55	APROVADO(A)	25º	26/12/1985
919	LUCELIA MOREIRA DE LIMA	1,62	1,08	0,90	1,80	5,40		0,15	5,55	APROVADO(A)	26º	12/06/1978
775	ALINE GRACIELI VAUDAN BOTJUK	1,44	1,26	1,08	1,62	5,40		0,15	5,55	APROVADO(A)	27º	12/04/1982
1063	SILVANA APARECIDA CHAGAS	1,44	1,08	0,54	2,34	5,40		0,00	5,40	APROVADO(A)	28º	09/12/1977
848	JÉSSICA ANDRESSA LAROCA	1,44	0,72	0,54	2,52	5,22		0,15	5,37	APROVADO(A)	29º	01/03/1989

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 39/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1951	MARLENE TEREZINHA BAHNERT	1,26	0,90	0,90	2,16	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	30º	05/09/1971
885	REGINA JAK	1,44	1,08	0,72	1,98	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	31º	20/12/1985
566	LUCIA PAOLYCK	1,08	0,90	0,54	2,70	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	32º	05/05/1989
788	KARINE FÁTIMA FLEITUX MENDES	1,26	0,90	0,54	2,52	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	33º	18/03/1990
45	INES DE LIMA TOPOLSKI	1,26	1,08	0,90	1,98	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	34º	28/09/1966
113	VILSON MARSCHALK	1,08	1,08	1,26	1,80	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	35º	12/02/1974
289	REGIANE KONKEL	1,08	1,26	0,36	2,34	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	36º	04/02/1977
804	DÉBORA PATRICIA FERNANDES LOTEK	1,08	0,90	0,72	2,34	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	37º	20/07/1983
1679	MARILEIA LERNER RODRIGUES	1,08	1,26	0,54	2,16	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	38º	27/05/1979
458	LIGIA KATIA DOS SANTOS	1,44	1,26	0,36	1,98	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	39º	23/06/1972
676	VIVIANE MENDES DE MORAES	1,44	0,90	0,90	1,80	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	40º	08/10/1974
943	PATRICIAGLIXINSKI	0,90	1,26	0,90	1,98	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	41º	02/05/1989
1458	JOCIANE APARECIDA SILVA	1,08	1,08	1,08	1,80	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	42º	14/01/1983
1610	TATIANA DE LIMA	1,44	0,90	0,90	1,80	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	43º	13/12/1994
909	VALQUIRIA PYLEPKE BELENA	1,26	0,90	1,08	1,80	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	44º	07/06/1978
1285	NEUSA MARIA VIER	1,44	1,08	0,90	1,62	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	45º	06/04/1963
1082	MARINA SCHINDLER DA SILVEIRA	0,90	0,90	0,72	2,34	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	07/02/1979
1316	DULCIMARI NUNES DE SOUZA GROB	0,90	1,26	0,54	2,16	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	13/06/1972
1099	CARLA ROSANE FERSCH DA SILVA	1,08	1,08	0,72	1,98	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	17/06/1991
1093	FERNANDA DE FRANÇA	1,26	0,90	0,90	1,80	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	16/04/1982
1441	GRASIELA PEREIRA DA SILVA DE CASTILHOS	1,26	0,90	0,90	1,80	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	28/07/1982
288	ITALA MARA DE CAMARGO	1,26	0,72	0,54	2,34	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	06/02/1963
77	ROSICLÉIA MICHALSKI	0,90	0,72	0,90	2,34	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	11/11/1991
942	VIVIAN ELENA GRABOVSKI	1,26	1,08	0,54	1,98	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	11/10/1991
114	LÚCIA APARECIDA XAVIER	1,26	0,90	0,72	1,98	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	19/07/1976
1129	ARISLAINE MARIA POLIKA	1,26	1,44	0,72	1,44	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	01/03/1988
617	LAURA APARECIDA DREYER SCHNEIDER	1,08	0,90	0,54	2,16	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	19/05/1986
947	CÉLIA REGINA BANDASZEWSKI HLUSZKO	0,90	0,72	0,90	2,16	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	12/07/1976

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 40/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



462	PRICILA DE FÁTIMA BURGATH	1,44	1,08	0,18	1,98	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	14/04/1983
1136	JEANE PATRÍCIA REALI UNTERSTELL	1,44	1,44	0,36	1,44	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	27/04/1977
802	HEDY STÉFANI GONÇALVES DA SILVA	1,08	0,72	0,54	2,34	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	03/02/1990
516	LOIVA DREYER WACHTEL	1,26	1,08	0,18	2,16	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	21/07/1988
5	LURDES FERNANDA LAUTERIO MORANDI	1,26	0,90	0,36	2,16	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	04/04/1979
427	GRAZIELI TATIANA WOLLMANN	1,08	1,08	0,54	1,98	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	13/05/1991
264	IARA APARECIDA SIMÕES STEIN	1,26	1,08	0,54	1,80	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	23/11/1981
1176	VALDIANE VARMEILING	1,26	0,90	0,72	1,80	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	11/04/1983
1925	CLAUDINÉIA WAWRZYNIAK KRYSZYSHYN	1,08	0,90	0,90	1,62	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	08/08/1988
1072	CLAUDETE RODRIGUES VIEIRA	1,44	0,72	0,36	1,98	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	15/12/1973
1264	JULIANO DILKIN	1,08	1,08	0,54	1,80	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	31/12/1988
69	JOSIANE APARECIDA SOARES IUCKER	1,26	1,08	0,54	1,62	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	29/12/1972
1577	DAYANA DAMBROSKI DE LIMA	0,90	0,90	1,08	1,62	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	28/12/1986
60	DANIELI MARIA LACHOWSKI	1,26	0,72	0,90	1,62	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	31/07/1991
927	GISELLA ARRUDA DE OLIVEIRA	1,44	1,08	0,00	1,80	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	18/07/1976
1068	TATIANE ALVES DO PRADO	1,26	0,72	0,54	1,80	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	28/10/1985
625	MARCIA APARECIDA PEREIRA	1,08	0,72	0,72	1,80	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	15/07/1969
1593	ADRIANA MARIA DA SILVA	0,72	1,08	0,72	1,80	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	09/09/1977
1860	NATALIA DA APARECIDA DA SILVA	0,90	0,90	0,18	2,16	4,14	0,15	4,29	REPROVADO(A)	--	26/12/1978
67	JANETE ALVES DE ASSUNÇÃO	1,08	0,72	0,54	1,80	4,14	0,15	4,29	REPROVADO(A)	--	24/12/1978
353	SILMARA LINDAMIR SOARES DOS SANTOS	1,26	0,72	0,54	1,62	4,14	0,15	4,29	REPROVADO(A)	--	25/07/1981
642	ANGELA MORESCHI	1,44	0,72	0,72	1,26	4,14	0,15	4,29	REPROVADO(A)	--	08/08/1978
1946	ERSOLI DE CÁSSIA QUIRINO GROB	0,72	0,90	0,54	1,98	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	09/11/1972
1485	JULIANA KAZIUK MOREIRA MARIANO	0,90	0,90	0,54	1,62	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	16/09/1991
154	SELMA MARIA SALDANHA	1,26	0,72	0,72	1,08	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	16/08/1983
305	ALINE NATALY WOLF	1,44	0,90	0,36	1,08	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	17/03/1991
720	REGIANE SOARES	1,62	0,72	0,36	1,08	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	20/02/1979
29	FRANCIELE MARQUES KUKLA	0,90	1,08	0,36	1,26	3,60	0,15	3,75	REPROVADO(A)	--	31/07/1981

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 41/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1964	Raquel Luiza Michilini Wahl	1,08	0,90	0,54	1,08	3,60	0,15	3,75	REPROVADO(A)	--	25/01/1960
1287	ADRIANA LEVANDOSKI	1,08	0,72	0,18	1,62	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	06/03/1978
532	IVONETE APARECIDA ALVES DE ASSUNÇÃO	1,08	0,54	0,54	1,44	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	22/03/1970
672	ANDREA ARLETE SCHERAMP MARTINS	0,90	0,72	0,54	1,26	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	23/12/1971
1152	ZENILDA PASZKO BERNARDI	1,26	0,54	0,54	1,08	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	14/04/1978
693	DEBORA CRISTIANE VENCE	0,72	0,72	0,36	1,44	3,24	0,00	3,24	REPROVADO(A)	--	13/10/1980
1705	CARINA ESTÁCIO DE PAULA	0,90	0,54	0,36	1,44	3,24	0,00	3,24	REPROVADO(A)	--	03/12/1991
1318	ELENICE LARA	1,26	0,72	0,18	1,08	3,24	0,00	3,24	REPROVADO(A)	--	25/01/1983
1024	CLEUSA CORREIA	1,08	0,72	0,18	0,72	2,70	0,00	2,70	REPROVADO(A)	--	23/09/1980
1849	TEREZINHA DALPRA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15	0,15	AUSENTE	--	02/02/1980
792	NOELI TEREZINHA VAUDAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	04/01/1968
1195	FERNANDA CRISTINA KOWALCZUK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/06/1982
986	CARLA CRISTINA PEPPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	06/03/1983
426	ADRIANE DE FÁTIMA TEODORO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/03/1986
1111	CAMILA DIAS DE MOURA AGUIAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/04/1991
1112	KARINE DOOPIATI SAUTHIER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/08/1994

### PROFESSOR – 6º AO 9º ANO – LÍNGUA PORTUGUESA

Inscrição	Candidato	C. GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T. P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
647	MARCIANE GULECZ	1,80	1,44	1,26	2,70	7,20	0,00	7,20	APROVADO(A)	1º	27/02/1992
1808	VALÉRIA DE NOVAIS SANTIAGO	1,08	1,62	0,90	3,06	6,66	0,15	6,81	APROVADO(A)	2º	26/08/1975
425	TATIANE JASKIU DA SILVA	1,62	1,26	0,90	2,88	6,66	0,00	6,66	APROVADO(A)	3º	28/05/1991
1702	ISABEL CRISTINA NOGA	1,62	1,80	0,90	2,34	6,66	0,00	6,66	APROVADO(A)	4º	13/06/1993
1640	JUCIMARA GONÇALVES MEIRA VERGOPOLAM	1,44	1,44	1,26	2,34	6,48	0,15	6,63	APROVADO(A)	5º	07/07/1979
1360	REGINA JAREMKO	1,26	1,44	1,08	2,70	6,48	0,00	6,48	APROVADO(A)	6º	02/09/1991
477	FLAVIA YAGNYCZ	1,26	1,62	1,44	2,16	6,48	0,00	6,48	APROVADO(A)	7º	12/01/1987
1591	DAIANA TURKOT	1,44	1,26	0,72	2,88	6,30	0,15	6,45	APROVADO(A)	8º	31/08/1991

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 42/59





## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1778	KARINE BUENO COSTA	1,62	1,44	1,08	1,98	6,12		0,15	6,27	APROVADO(A)	9º	30/05/1988
1906	CARLOS JAKUBIU	1,44	1,62	1,26	1,80	6,12		0,00	6,12	APROVADO(A)	10º	08/09/1983
959	ZENILDA VICENTE RIBEIRO DA SILVA	1,62	1,08	0,72	2,52	5,94		0,15	6,09	APROVADO(A)	11º	12/06/1974
263	MARIA LUCIA MÜLLER SCHEIDEMANTEL	1,62	1,44	0,72	2,16	5,94		0,15	6,09	APROVADO(A)	12º	19/04/1962
1065	WILLIAN ANDERSON ROSALIINO	1,44	1,26	1,08	2,16	5,94		0,00	5,94	APROVADO(A)	13º	22/05/1988
1020	JOSILDE TUSSET	1,26	1,26	0,54	2,70	5,76		0,15	5,91	APROVADO(A)	14º	13/03/1965
899	ANELISE LOURDES GLAAB	1,62	0,72	1,26	2,16	5,76		0,00	5,76	APROVADO(A)	15º	14/04/1987
663	MARIA LUCIANA STECKO	1,44	1,44	0,72	1,98	5,58		0,00	5,58	APROVADO(A)	16º	06/10/1975
695	LEILA DE PAULA ZULKIEWICZ VALPERES	1,44	1,26	0,90	1,80	5,40		0,15	5,55	APROVADO(A)	17º	25/07/1982
110	FRANCIELE DA SILVA	1,26	1,44	0,54	2,16	5,40		0,00	5,40	APROVADO(A)	18º	21/10/1991
1519	NAELI RAMTHUN	1,44	0,90	0,72	2,16	5,22		0,15	5,37	APROVADO(A)	19º	02/07/1966
1193	SONIA GONÇALVES THIBES DA LUZ	1,08	1,08	0,72	2,34	5,22		0,00	5,22	APROVADO(A)	20º	05/12/1983
926	JESSICA BATISTA DOS SANTOS	1,44	1,08	0,90	1,80	5,22		0,00	5,22	APROVADO(A)	21º	26/03/1991
1097	GINA ADRIANE DOLINSKI	1,08	1,08	0,54	2,34	5,04		0,15	5,19	APROVADO(A)	22º	10/01/1968
1177	LEILA MARIA DE ALMEIDA	1,44	1,08	0,18	2,34	5,04		0,00	5,04	APROVADO(A)	23º	16/11/1991
522	JUDITE BASE LOPES	1,26	1,44	0,54	1,80	5,04		0,00	5,04	APROVADO(A)	24º	13/06/1975
888	ELIANE ISABEL MARINHUK	1,62	0,90	0,72	1,80	5,04		0,00	5,04	APROVADO(A)	25º	06/02/1983
881	EMANUELE WEGMANN	1,44	1,08	1,08	1,44	5,04		0,00	5,04	APROVADO(A)	26º	11/04/1991
945	FABIANE KARIN DE SOUZA MIROWSKI	1,62	1,26	0,00	1,98	4,86		0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	03/03/1987
1190	ROSANA SOARES MARGARIDA KOERNER	1,08	1,26	0,54	1,98	4,86		0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	08/11/1965
564	MADELAINE EVA WIELEWSKI	1,62	1,08	0,54	1,62	4,86		0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	06/04/1989
661	ISOLETE DA LUZ DA CUNHA DO NASCIMENTO	1,44	0,90	0,54	1,98	4,86		0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	09/09/1965
915	CLAUDIA CARVALHO	1,26	1,26	0,54	1,80	4,86		0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	16/07/1972
137	MÁURI LILIANE LOGINSKI	1,08	1,08	0,90	1,62	4,68		0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	28/12/1986
1494	AMÓS RIBEIRO	1,62	0,90	0,72	1,44	4,68		0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	14/04/1986
679	ELENICE BATISTA SANCHES	1,26	1,08	0,36	1,80	4,50		0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	25/12/1984
1359	SILVIA DE FÁTIMA DA SILVA MOREIRA	0,90	1,08	0,72	1,80	4,50		0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	10/02/1985
1003	GUSTAVO ADOLFO PASOLD	0,90	1,08	0,90	1,62	4,50		0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	24/01/1950

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 43/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1905	ITAMARA FERREIRA	1,62	0,72	0,00	2,16	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	15/09/1985
1055	LUIZIANE CAROLINE DA SILVA DA CUNHA	0,90	1,26	0,90	1,44	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	29/04/1989
671	CLEONIR TEREZINHA PEREIRA BUDIN	1,08	0,90	0,72	1,62	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	02/11/1960
10	LEANDRA DE JESUS ARAUJO	1,08	0,90	0,72	1,62	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	16/08/1980
955	JOSIANE DE OLIVEIRA RODRIGUES	1,44	0,72	0,72	1,44	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	01/01/1989
579	LUANA DZOVONIARKIEWICZ	1,26	1,26	0,54	1,26	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	06/12/1991
1488	FRANCIELLI GIOTTO	1,26	0,72	0,36	1,80	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	02/10/1984
1440	GISLAINE WOLSKI MARTINS	1,08	1,08	0,72	1,26	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	15/08/1983
810	VIVIANE NORONHA DA SILVA	1,08	0,90	0,54	1,44	3,96	0,15	4,11	REPROVADO(A)	--	09/04/1984
953	AMANDA APARECIDA BAPTISTA LOPES	1,44	0,72	0,54	1,26	3,96	0,15	4,11	REPROVADO(A)	--	06/02/1985
2039	CEILA JACINTA DENIZ PINTO VAZ	0,90	1,08	0,36	1,62	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	12/06/1968
811	MÔNICA TAMIRES PIANTA	0,90	0,90	0,72	1,44	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	12/07/1993
1196	NARLI JANKOSKI	0,90	1,08	0,72	1,26	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	06/06/1990
598	JULIANA SAVI	1,08	0,90	0,18	1,62	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	20/07/1990
1870	ELIZANE ENI LEMES DE OLIVEIRA	1,26	0,90	0,36	1,26	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	01/01/1982
1047	ROSANA MARIA SANTANNA	1,26	1,26	0,18	1,08	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	10/08/1981
1227	CINTIA MARQUES DE MORAES	1,08	0,54	0,36	1,44	3,42	0,15	3,57	REPROVADO(A)	--	05/01/1979
1166	DAIANE FRANÇA FELICIO	0,90	0,72	0,54	1,26	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	27/12/1981
653	MARIA ODETE WITCHEMECHEN	1,08	0,90	0,54	0,72	3,24	0,00	3,24	REPROVADO(A)	--	22/05/1973
2052	ANGELA CRISTIANE LELLI GONZALEZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/01/1974
190	LENISE CATARINA GELLER CARPES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	29/05/1977
1331	CARMEN REGINA MARTINS FERREIRA GODOI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/03/1978
1900	VIVIANE APARECIDA FERREIRA PINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/10/1985
20	ELISÂNGELA APARECIDA ZABOROSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/06/1986
286	VALQUIRIA AMANDA CORDEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/08/1993
220	LUANA THAÍSA PORTELLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/07/1994



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



PROFESSOR – 6º AO 9º ANO – LÍNGUA INGLESA											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
740	MARIA IVONETE RODRIGUES	1,44	1,26	0,90	2,52	6,12	0,15	6,27	APROVADO(A)	1º	21/04/1983
1898	ANA PAULA MIZVUA	1,80	0,90	1,26	2,16	6,12	0,15	6,27	APROVADO(A)	2º	31/10/1990
533	FLAVIA SIEPKO SLIWINSKI	1,44	1,44	1,44	1,62	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	3º	19/05/1987
1798	ALESSANDRA TONIA KINGERSKI	1,44	1,44	1,08	1,80	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	4º	13/06/1987
1493	JÉSSICA ORTH DA SILVA	1,62	1,26	1,08	1,80	5,76	0,00	5,76	APROVADO(A)	5º	07/12/1991
1531	MARIANE GOMES	1,26	1,44	1,26	1,62	5,58	0,00	5,58	APROVADO(A)	6º	29/01/1991
738	FLÁVIA NATASHYA CORRÊA	1,44	1,26	0,72	1,98	5,40	0,00	5,40	APROVADO(A)	7º	29/03/1992
655	ROSANA GRACIELE MUXFELDT GIACOMINI FERREIRA	0,90	1,44	1,08	1,80	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	8º	22/12/1983
924	CRISTIANE JUNG	1,08	1,26	0,72	1,98	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	9º	03/01/1981
739	VANIA CRISTINA DA SILVA	1,08	1,26	0,90	1,80	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	10º	12/11/1975
314	JOANA LUIZA WOHL	1,26	1,26	0,90	1,62	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	11º	16/03/1991
932	ANDREIA CRISTINA DA SILVA PONTES	1,08	1,44	0,54	1,80	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	25/04/1978
883	MARÍLIA APARECIDA DE PAULA KORMAN	1,08	1,62	0,54	1,44	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	15/10/1987
287	JACINTO CESAR TARACHUK	1,62	1,08	0,36	1,44	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	03/07/1967
415	MICHELLE RANCKEL	1,08	1,44	0,36	1,26	4,14	0,50	4,64	REPROVADO(A)	--	25/11/1978
820	FABIANE CARLA GOMES	1,26	0,90	1,08	1,26	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	14/02/1988
1418	TANIA DE LIMA	1,26	1,26	0,54	0,90	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	16/05/1986
1791	ANGELINA FERREIRA CASTILHO SARTURI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	30/04/1968
1902	LUCIANA KUROSKI DE CASTILHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/12/1972
897	ANDRIELI APARECIDA DENK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/11/1992

PROFESSOR – 6º AO 9º ANO – MATEMÁTICA

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 45/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
769	JEAN RODRIGO ADACHESKI	1,80	1,08	1,62	3,42	7,92	0,15	8,07	APROVADO(A)	1º	28/05/1985
329	DALLAN MARCELO GREGÓRIO	1,80	1,62	1,62	2,70	7,74	0,15	7,89	APROVADO(A)	2º	15/07/1979
708	MARCOS BARON	1,62	1,26	1,62	3,06	7,56	0,15	7,71	APROVADO(A)	3º	13/09/1963
1274	DANIEL BONADIMAN BERTOL	1,80	1,26	1,62	2,52	7,20	0,15	7,35	APROVADO(A)	4º	28/07/1984
1787	IVONETE FÜRST	1,44	1,26	1,44	2,88	7,02	0,15	7,17	APROVADO(A)	5º	28/01/1985
615	DEBORAH MARIA SATÓRSKI CAETANO DE SOUZA	1,44	1,08	1,62	2,88	7,02	0,15	7,17	APROVADO(A)	6º	09/11/1986
1939	JOAIDE DE FÁTIMA COLAÇO SILVEIRA BUGHAY	1,44	1,26	1,62	2,70	7,02	0,15	7,17	APROVADO(A)	7º	15/01/1992
1033	CELSO DA SILVA	1,44	1,26	1,44	2,52	6,66	0,15	6,81	APROVADO(A)	8º	26/08/1980
466	KEITI LUANA FIDUNIV BECKER	1,26	1,26	1,62	2,52	6,66	0,15	6,81	APROVADO(A)	9º	29/09/1990
1803	NORBERTO JOSE POLSIN JUNIOR	1,26	1,26	1,62	2,52	6,66	0,00	6,66	APROVADO(A)	10º	03/01/1995
633	ELOISA ELENA BOCCA	1,62	0,90	1,80	2,34	6,66	0,00	6,66	APROVADO(A)	11º	19/09/1976
757	EVELISE DE FATIMA SONNENSTRAHL	1,26	1,08	1,62	2,34	6,30	0,15	6,45	APROVADO(A)	12º	01/06/1984
1848	FERNANDO PEREIRA DA SILVA	1,44	0,90	1,26	2,52	6,12	0,15	6,27	APROVADO(A)	13º	23/04/1981
717	NATALI ANGELA FELIPE	1,08	1,08	1,08	2,88	6,12	0,00	6,12	APROVADO(A)	14º	24/06/1993
730	IZOLDE NEUMANN LIMA	1,44	1,08	1,26	2,34	6,12	0,00	6,12	APROVADO(A)	15º	14/08/1977
336	jorge antonio de souza	1,26	0,72	1,08	2,88	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	16º	13/03/1959
278	DAIANA APARECIDA DE SOUZA	1,26	1,08	1,08	2,52	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	17º	12/07/1988
907	MARCIO CENDRON	1,44	1,08	1,08	2,34	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	18º	12/09/1982
2098	CRISLAINE TARRABAIKA SILVA	1,08	0,90	1,62	2,16	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	19º	15/07/1985
1942	VANESSA VERBANEK	0,72	1,26	0,90	2,52	5,40	0,15	5,55	APROVADO(A)	20º	09/02/1991
803	MARCELINO DERSON PEREIRA	1,08	0,72	1,08	2,34	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	21º	09/06/1973
902	MÔNICA FRAGOSO DE ALMEIDA	1,08	0,90	1,08	2,16	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	22º	16/09/1982
1103	SIRLEI ROSANE MARIANO SEPANHAKI	1,08	1,08	0,54	2,16	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	06/05/1967
1431	ANDREA VLADCOVSKI BORILE	1,26	1,08	0,90	1,62	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	04/01/1979
765	KEITY ALESANDRA KOCHAN	0,90	0,90	0,72	1,08	3,60	0,15	3,75	REPROVADO(A)	--	30/04/1990
1877	SUELEN FERNANDA HEIMOVISKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/02/1990

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 46/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



577	MAUREN LUCILA MARQUES DE MORAIS MICALICHEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/10/1991
-----	---	------	------	------	------	------	------	------	---------	----	------------

PROFESSOR – 6º AO 9º ANO GEOGRAFIA											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
64	FELIPE WAGNER KUKLA	1,80	1,26	1,26	2,16	6,48	0,15	6,63	APROVADO(A)	1º	06/08/1992
38	ELIO CESAR GURALH	1,62	1,26	0,90	2,70	6,48	0,00	6,48	APROVADO(A)	2º	10/06/1987
587	DAIANE VOLLMMANN	1,80	1,08	1,26	2,34	6,48	0,00	6,48	APROVADO(A)	3º	06/05/1994
81	ANDERSON SOARES DA SILVA	1,62	1,08	1,44	1,98	6,12	0,15	6,27	APROVADO(A)	4º	05/06/1988
141	RITA MARCIA TWARDOWSKI	1,44	1,08	0,90	2,70	6,12	0,00	6,12	APROVADO(A)	5º	04/02/1988
706	ALEXANDRE BRITO PINHEIRO	1,80	1,08	1,08	2,16	6,12	0,00	6,12	APROVADO(A)	6º	01/08/1990
1407	ROBSON JOSE CASTILHO GREGORIO	1,44	1,26	1,08	2,16	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	7º	14/02/1983
1895	LEANDRO BIANCHINI	1,26	1,08	1,08	2,34	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	8º	04/02/1991
641	ELAINE DAIANE MARINHUK	1,44	1,08	1,08	2,16	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	9º	09/11/1989
821	ADRANO GABIEC	1,62	0,90	0,54	2,52	5,58	0,15	5,73	APROVADO(A)	10º	20/02/1989
239	Alexandre Matos	1,44	0,72	0,90	2,52	5,58	0,15	5,73	APROVADO(A)	11º	05/05/1985
1067	VALQUIRIA WEBER	1,62	0,90	0,90	2,16	5,58	0,15	5,73	APROVADO(A)	12º	29/12/1987
1248	DINARA IZABEL GUEDES	1,44	1,26	1,44	1,44	5,58	0,00	5,58	APROVADO(A)	13º	19/03/1990
849	ALISSON SANTANA WASCOSNIK	1,62	1,08	0,90	1,80	5,40	0,00	5,40	APROVADO(A)	14º	10/03/1990
1139	MAURICIO SCHEID	1,62	1,08	0,72	1,80	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	15º	14/04/1988
891	ANELISE SUELI BAIK	1,26	1,26	0,36	2,34	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	16º	22/08/1991
95	CARLA ADRIANA BERDNACHUK	1,62	1,26	0,54	1,80	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	17º	15/11/1994
1299	ARNALDO LUCAS FINK	1,62	0,72	0,36	2,16	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	21/04/1984
554	ARTHUR JOSE CAROLESKI	1,62	0,90	0,54	1,80	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	14/06/1984
1075	ALAN JUNG	1,62	0,54	1,08	1,44	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	21/02/1989
1275	JOELMA CRISTINA BATISTA NAKALSKI	1,08	1,26	0,72	1,44	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	17/10/1984
1116	SÉRGIO DE ALENCAR NOBRE	1,62	1,08	0,72	1,08	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	23/09/1964
1281	ORENE MIGUEL DA SILVA	0,72	0,72	1,44	1,62	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	26/09/1977

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 47/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



649	FLAVIA DANIELA DOHOPIATI	1,08	1,08	0,72	1,44	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	28/07/1991
88	SILVIA DANIELI PCHENEZUK	1,44	0,72	0,72	1,44	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	16/06/1983
1835	ANA CLAUDIA CHARAVARA	1,08	1,08	0,90	1,08	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	23/01/1991
182	LURDES MADALENA BECKERS	1,62	1,08	0,36	0,90	3,96	0,15	4,11	REPROVADO(A)	--	15/06/1972
1194	TATIANE LITKA	1,26	0,72	0,54	1,44	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	14/01/1993
2005	RAFAEL SCHIMANSKI	1,26	1,08	0,72	0,90	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	30/12/1985
245	CRISTIANE GRUDRSZ	1,44	0,72	0,18	1,44	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	09/01/1992
607	LILIANE APARECIDA TELLES HOLUB	1,08	1,26	0,18	1,26	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	22/11/1981
1789	LUCIANE ZAPOTOCZNY	1,26	0,54	0,54	1,44	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	08/02/1987
948	EDIANE APARECIDA CANOTH	1,08	1,08	0,54	1,08	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	04/10/1990
423	MARIA SOLANGE OLENICK SIDOLI	0,54	1,08	0,72	0,90	3,24	0,15	3,39	REPROVADO(A)	--	03/06/1975
1109	JOANA MARINICE CHASTALO DOS SANTOS	0,90	0,72	0,18	1,26	3,06	0,00	3,06	REPROVADO(A)	--	10/02/1955
1775	MIGUEL ALBINO DA ROSA	0,90	0,18	0,36	0,90	2,34	0,15	2,49	REPROVADO(A)	--	29/05/1950
1061	SÔNIA MARIA FEDEROVICZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	26/05/1968
801	WILSON DE JESUS ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	05/12/1978
1060	SILVANA DE MATIAS KAMPMANN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/11/1993
1263	CAMILA CAMPOS DE LARA JAKIMIU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	23/12/1994

### PROFESSOR – 6º AO 9º ANO HISTÓRIA –

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1207	THIAGO LIURES PIRES	1,26	1,44	1,44	2,16	6,30	0,00	6,30	APROVADO(A)	1º	14/11/1988
807	CÉLIO ROBERTO PEREIRA	1,62	1,08	1,26	1,98	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	2º	02/11/1986
442	CRISTIANE BRAND DE PAULA GOUVEIA	1,44	1,44	0,72	2,34	5,94	0,00	5,94	APROVADO(A)	3º	04/04/1991
806	GECIELE CARLA GOMES CORDEIRO	1,62	1,08	0,72	2,34	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	4º	10/08/1984
1362	EVERTON SCHWARTZ DA SILVA	1,44	1,08	1,08	2,16	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	5º	05/07/1981
951	ANA PAULA ARAÚJO	1,62	1,26	0,90	1,98	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	6º	23/06/1984
1410	VIVIANE REGINA ÁRCEGA DE SOUZA	1,62	1,08	0,90	2,16	5,76	0,00	5,76	APROVADO(A)	7º	05/11/1976

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 48/59





## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1089	ITAMARA CRIS MARCHI CORDEIRO	1,44	1,26	0,72	2,16	5,58	0,15	5,73	APROVADO(A)	8º	17/01/1986
1338	BRUNA LETICIA COLITA	1,80	0,90	1,26	1,62	5,58	0,15	5,73	APROVADO(A)	9º	07/01/1989
654	JOSE ROBERTO WOSGRAU	1,62	1,08	0,54	2,34	5,58	0,00	5,58	APROVADO(A)	10º	07/09/1976
1356	ITACIR RODRIGUES	1,80	0,72	1,26	1,80	5,58	0,00	5,58	APROVADO(A)	11º	30/05/1988
1279	NELSON BRZOSOWSKI	1,62	0,72	0,90	2,16	5,40	0,15	5,55	APROVADO(A)	12º	13/08/1977
659	CARLOS ALMIR MATIAS	1,62	0,90	0,90	1,98	5,40	0,15	5,55	APROVADO(A)	13º	09/03/1986
791	JANE RIBEIRO DIDEK SANTOS	1,80	0,54	1,26	1,80	5,40	0,00	5,40	APROVADO(A)	14º	10/03/1985
267	LILIAM BEATRIS KINGERSKI	1,44	0,90	0,72	2,16	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	15º	11/11/1983
631	JOSE ADILSON DOS SANTOS	0,90	1,26	0,72	2,34	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	16º	23/01/1974
1245	JOÃO PAULO DALMAS	1,62	0,72	0,54	1,98	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	14/01/1979
509	JAQUELINE MARIA CARDOSO	1,08	1,08	1,08	1,62	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	21/07/1989
783	IARA MORAES SAGAZ	1,08	1,26	0,90	1,44	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	11/06/1993
922	CLEUNICE FERREIRA DE SOUZA	0,90	1,26	0,90	1,26	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	04/10/1976
1608	LUANA LOCATELLI	1,44	0,90	0,54	1,26	4,14	0,00	4,14	REPROVADO(A)	--	23/04/1989
281	JACQUELINE DE OLIVEIRA JORGE	0,90	0,72	0,36	1,80	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	28/09/1963
741	CAMILA VERGOPOLAN SCHNEIDER	1,08	1,08	0,72	0,90	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	08/08/1988
2009	HELEN MARIA CALDAS	1,08	0,54	0,72	1,26	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	02/09/1991
879	KAROLINE FIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/07/1989
1261	JESSICA CAROLINE DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	20/03/1991

PROFESSOR – 6º AO 9º ANO – ARTES											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1142	ROSELEI SCHREINER	1,62	1,08	0,36	2,70	5,76	0,00	5,76	APROVADO(A)	1º	03/02/1984
1810	JULIANA MIRIANE STURMER	1,26	0,72	0,36	2,88	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	2º	02/01/1993
980	FOLWE LUZIA ANDRUKIU MIRANDA	1,08	1,26	0,18	1,80	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	13/01/1987
2024	DIONETE ALVES DO AMARAL	1,44	1,08	0,36	1,44	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	14/09/1986
528	ENEAS ELTON SOARES	1,44	1,26	0,54	1,08	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	23/06/1989
933	GESLIANE FÁTIMA DE BRITO	1,08	0,72	0,36	1,62	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	19/09/1972

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 49/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1456	JUSSARA LARZEN JUSZCZAK	1,08	1,26	0,36	1,08	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	22/05/1969
1106	DENIZE DROSOSKI MALAT	1,26	0,72	0,18	1,26	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	01/12/1989
1031	NILCILEI APARECIDA PEREIRA PERDUN	1,08	0,72	0,00	1,26	3,06	0,15	3,21	REPROVADO(A)	--	29/04/1978
1394	GISLAINE SANDERS	0,72	0,54	0,36	1,08	2,70	0,00	2,70	REPROVADO(A)	--	25/04/1972
1790	JULLIE SELAU KOPPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	11/04/1982
2035	JOANA LETICIA ARAUJO VOGEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/01/1989

### PROFESSOR – 6º AO 9º ANO – CIÊNCIAS

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
308	ALEXANDRE STENTZLER GARCIA DE LIMA	1,44	1,44	0,90	2,34	6,12	0,00	6,12	APROVADO(A)	1º	24/09/1992
1174	RENATA RODRIGUES MELLO	1,26	1,26	1,26	2,16	5,94	0,00	5,94	APROVADO(A)	2º	13/05/1988
894	ANDREIA APARECIDA KRUL	1,44	1,26	0,90	2,16	5,76	0,15	5,91	APROVADO(A)	3º	01/06/1989
1339	MIRIAN APARECIDA CIOZEK	1,44	1,26	0,90	2,16	5,76	0,00	5,76	APROVADO(A)	4º	11/10/1982
519	ANDRESSA VERDUM GROSS	1,62	1,62	0,72	1,80	5,76	0,00	5,76	APROVADO(A)	5º	12/11/1990
772	GABRIELLE GAN	1,62	1,26	1,26	1,62	5,76	0,00	5,76	APROVADO(A)	6º	20/04/1995
339	ROSANE REGINA DE MATTOS	1,62	0,90	1,26	1,80	5,58	0,15	5,73	APROVADO(A)	7º	07/10/1978
144	FRANCIELI LANDO	1,26	0,90	0,72	2,34	5,22	0,50	5,72	APROVADO(A)	8º	09/05/1985
623	PRISCILA SIMÕES FRANÇA	1,44	1,26	1,08	1,80	5,58	0,00	5,58	APROVADO(A)	9º	30/06/1993
206	DANIELY APARECIDA ROCHA DOS PASSOS	1,62	1,08	0,90	1,80	5,40	0,15	5,55	APROVADO(A)	10º	26/08/1984
787	ALESSANDRA BORGES BARBOZA	1,08	0,90	0,90	2,52	5,40	0,00	5,40	APROVADO(A)	11º	02/12/1993
709	SUELI PEREIRA DOS SANTOS	1,44	0,72	0,54	2,52	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	12º	21/06/1974
1242	ELIZA FABIOLA BUSCH	1,26	0,90	0,90	2,16	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	13º	01/10/1987
89	DAYANA CRISTINA DE ASSIS MENDES FERREIRA	0,90	1,62	0,72	1,98	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	14º	22/04/1989
94	SUSANA FERREIRA DOS SANTOS	1,44	1,26	0,54	1,98	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	15º	20/02/1983
833	NILCE SVARCZ JUNGLES DE CAMARGO	1,26	1,08	0,72	1,98	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	16º	11/11/1985
1311	SUNAH JESSIE MAKIOLKI	1,26	1,26	0,54	1,98	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	17º	11/01/1989
143	DANIELLY MARIA JUKA	1,44	1,08	0,54	1,98	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	18º	08/09/1994

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 50/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



202	PRISCILA FOROSTECKY DA ROCHA	0,90	1,08	0,90	1,98	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	18/09/1987
1415	VANESSA POLIANA WEIWANKO	1,44	1,08	0,90	1,44	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	13/03/1987
906	JAMILE FERNANDA DOMINGUES	1,26	1,08	0,54	1,98	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	01/08/1992
1309	CINTIA TEREZINHA VEZARO	0,90	1,08	0,54	2,16	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	06/07/1991
437	CELINA TEREZINHA BATISTA	1,08	1,08	0,54	1,98	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	28/09/1987
118	CAROLINE BACIL	1,08	0,90	0,72	1,98	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	23/04/1995
781	NELCI SCHNEIDER	0,90	0,90	0,90	1,80	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	11/04/1976
1968	DALITH DAMMANN DE OLIVEIRA	1,62	1,08	0,18	1,62	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	05/08/1980
1371	MARIA JOCINETE FÜRST	1,08	1,08	0,90	1,44	4,50	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--	18/05/1987
1344	PAOLA ARIELY DOMINGUES	0,72	1,26	0,18	2,16	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	27/08/1992
486	KELI MARIA BORASKI	1,44	0,72	0,54	1,62	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	19/03/1981
252	PÂMELA CRISTIANE TEIXEIRA CALDAS	0,72	0,90	0,54	1,62	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	02/09/1983
850	ALINE SCHORR	0,72	1,08	0,18	1,44	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	17/12/1995
403	LUZA MARA VALPERES SCHWEBEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	03/07/1969
1101	SANDRO DANIEL DROSOSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/08/1986
1559	NELSON JOÃO GROB JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	01/02/1993
1102	JENNEFER BORTOLUZZI PEREIRA DROSOSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	03/05/1993
292	ALINE TOMACHEUSKI DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	21/03/1994

PROFESSOR – 6º AO 9º ANO – EDUCAÇÃO FÍSICA											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
823	ANGELICA CARDOSO LIMA	1,62	1,08	1,44	2,70	6,84	0,15	6,99	APROVADO(A)	1º	11/10/1977
1120	RUBEM ALESSANDRO KOTVISKY	1,62	1,08	1,44	2,52	6,66	0,15	6,81	APROVADO(A)	2º	08/01/1988
1251	VINICIUS MOYSES DE SOUZA	1,62	1,26	1,08	2,34	6,30	0,00	6,30	APROVADO(A)	3º	17/02/1992
748	UNÁ MARIANA MANFREDINI DE CAMPOS	1,44	1,08	1,26	2,34	6,12	0,00	6,12	APROVADO(A)	4º	04/07/1994
1372	GIOVANI DE CRISTO BADE	1,62	0,90	1,08	2,34	5,94	0,15	6,09	APROVADO(A)	5º	06/01/1969
358	RICARDO BURTET	1,26	1,26	1,08	2,16	5,76	0,00	5,76	APROVADO(A)	6º	19/02/1986

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 51/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1009	TAMARA TATIANE STACIAKI GHIDINI FERREIRA	1,62	0,72	0,72	2,16	5,22	0,15	5,37	APROVADO(A)	7º	03/06/1987
87	RUBENS IENTZ JUNIOR	0,90	1,08	1,26	1,98	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	8º	12/10/1988
689	SAMIR ALVES	1,08	1,26	1,08	1,80	5,22	0,00	5,22	APROVADO(A)	9º	10/10/1974
1117	SELMA CRISTINAE CHIMANGOSEWSKI FURST	1,08	1,08	0,90	1,98	5,04	0,15	5,19	APROVADO(A)	10º	01/04/1982
1229	ELISANGELA FERREIRA DE OLIVEIRA	1,08	1,08	0,72	2,16	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	11º	16/08/1983
1349	JESSE MARCELO GUVIAZDECKI	1,44	1,08	0,90	1,62	5,04	0,00	5,04	APROVADO(A)	12º	29/11/1986
328	ELIZETE JANKOSKI NOGATZ	1,62	1,08	0,54	1,62	4,86	0,15	5,01	REPROVADO(A)	--	21/07/1986
1480	THAÍS APARECIDA DE LIMA	1,26	0,90	0,54	2,16	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	22/06/1994
1958	LEANDRO PIMENTEL	1,44	0,90	0,54	1,98	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	03/05/1983
262	ANDRÉ LUDKA	1,62	0,90	0,90	1,44	4,86	0,00	4,86	REPROVADO(A)	--	09/06/1995
1128	ADILSON JOSÉ NAZÁRIO	1,80	1,26	0,00	1,62	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	22/07/1977
1788	SAYONÁRA SENFF MIRANDA	0,90	1,08	1,08	1,62	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	10/06/1993
249	PATRICIA SOTT GASPERIN	1,44	1,26	0,54	1,44	4,68	0,15	4,83	REPROVADO(A)	--	25/09/1989
6	CARLOS CESAR OPICZH	1,26	0,72	0,72	1,98	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	17/03/1989
1706	THIAGO DOS SANTOS KOSTEK	0,90	1,08	0,90	1,80	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	06/02/1990
233	TEREZINHA ELIANE DA CRUZ RABUSKE	1,44	0,90	0,54	1,80	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	20/09/1962
999	IGOR SOARES OPICZH	1,08	1,26	0,90	1,44	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	21/03/1996
1481	ANDERSON GERMANO VOLMANN	1,62	0,72	0,90	1,44	4,68	0,00	4,68	REPROVADO(A)	--	09/03/1989
1148	LAIS DE FATIMA DA SILVA	1,26	1,08	0,54	1,62	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	30/11/1990
1420	TATIANY SCHILIGA	1,26	0,72	0,90	1,62	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	26/01/1988
868	RAFAEL IRIAN PRESZNHUK	1,44	0,54	0,90	1,62	4,50	0,15	4,65	REPROVADO(A)	--	28/09/1983
944	KARINE FÁTIMA DE SOUZA	1,26	1,08	0,36	1,62	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	01/08/1993
1091	BEATRIZ SCHENA ROTTA	1,26	0,90	0,54	1,62	4,32	0,15	4,47	REPROVADO(A)	--	25/03/1992
925	FRANÇOIS ARTHUR LOPES PEREIRA DE BRITO	0,90	0,90	0,72	1,80	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	07/03/1994
1861	IVAN ELOIR OLIVETTE	1,62	1,08	0,18	1,44	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	14/04/1973
444	CRISLAINE VANESSA DA CRUZ	0,90	0,90	1,08	1,44	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--	22/07/1994
261	LEONARDO VASILKO	1,26	0,90	0,54	1,44	4,14	0,15	4,29	REPROVADO(A)	--	06/02/1988

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 52/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



994	ANDERSON LUIS KAMINSKI	0,72	0,72	0,90	1,62	3,96	0,15	4,11	REPROVADO(A)	--	29/10/1982
2006	TATIANA MENDES DA SILVA DE SOUZA	0,72	0,90	0,54	1,80	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	08/03/1983
1187	MARIZE LUSECHEN GERALDO	1,08	1,08	0,18	1,62	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	30/11/1981
1482	ELIDIANE KARLIM MARCHIZELI	0,90	0,90	0,54	1,62	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	12/06/1990
632	ELISABETE SILVEIRA	1,08	1,08	0,36	1,44	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	31/10/1979
1823	PRISCILA BERTON RAMOS	1,44	0,72	0,36	1,44	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	02/05/1992
1125	CAROLINE APARECIDA STANKIEVICZ	1,08	0,90	0,72	1,26	3,96	0,00	3,96	REPROVADO(A)	--	26/10/1996
1370	GISLAINE KARPINSKI	1,26	0,90	0,36	1,26	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	31/07/1989
604	CAMILA DE BARROS	1,26	0,90	0,72	0,90	3,78	0,15	3,93	REPROVADO(A)	--	07/07/1989
1160	ERILDE KREUZBERG	0,36	1,08	0,90	1,44	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	14/03/1971
1320	ALTAIR RIBEIRO	1,62	0,90	0,54	0,72	3,78	0,00	3,78	REPROVADO(A)	--	05/11/1963
2036	VANESSA DE BARROS	1,62	0,54	0,00	1,44	3,60	0,15	3,75	REPROVADO(A)	--	14/03/1989
565	MARIA ANGELITA KONKOL	0,90	0,90	0,54	1,26	3,60	0,15	3,75	REPROVADO(A)	--	29/04/1984
570	KARLA LUCIANE DRANCKA	1,08	0,54	0,72	1,26	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	02/06/1996
1569	EDILSON SCHLOSSER	1,26	1,26	0,54	0,54	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--	26/09/1980
12	ROSANA APARECIDA RUBBO	0,90	1,26	0,18	1,08	3,42	0,15	3,57	REPROVADO(A)	--	10/11/1977
609	GERALDO BLASKOWSKI	1,62	0,54	0,54	0,72	3,42	0,15	3,57	REPROVADO(A)	--	10/11/1974
941	JOSÉ LEANDRO BALDUINO	0,90	1,26	0,36	0,90	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	16/11/1970
957	PRISCILA DHAIANNE FEIJO	0,72	1,26	0,54	0,90	3,42	0,00	3,42	REPROVADO(A)	--	07/06/1982
805	JOSE CLAUDIO WALKIU	0,90	0,36	0,54	1,44	3,24	0,00	3,24	REPROVADO(A)	--	05/12/1971
236	FELIPE CARLOS BRIXI	0,90	1,08	0,36	0,90	3,24	0,00	3,24	REPROVADO(A)	--	14/03/1994
1049	AMARILDO JULIO RIBAS GOMES	0,90	0,36	0,18	1,44	2,88	0,00	2,88	REPROVADO(A)	--	21/08/1965
1381	FRANCISCO AUGUSTO KÜRTEN JUNG	0,72	0,54	0,36	0,90	2,52	0,15	2,67	REPROVADO(A)	--	12/02/1983
1831	RENATA APARECIDA ANGREGWSKI	0,36	0,90	0,36	0,72	2,34	0,00	2,34	REPROVADO(A)	--	26/07/1990
1517	JULIANA DE FÁTIMA NEHLS	0,54	0,72	0,36	0,72	2,34	0,00	2,34	REPROVADO(A)	--	03/10/1978
1247	ADRIELE RENATA PEREIRA	0,54	0,54	0,18	0,90	2,16	0,00	2,16	REPROVADO(A)	--	29/07/1987
2041	NILTON DAVI DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	16/07/1960
2094	MARCOS GONÇALVES DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	18/02/1973

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 53/59







## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



PSICÓLOGO											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
812	ROSA AUGUSTA HAUSEN	2,00	1,40	1,20	2,20	6,80		6,80	APROVADO(A)	1º	10/08/1959
346	SUELEN MAGALHÃES GAEBLER	1,40	1,20	1,00	2,40	6,00		6,00	APROVADO(A)	2º	25/10/1993
1159	MARCIA ISABEL GAN	1,80	1,20	1,00	2,00	6,00		6,00	APROVADO(A)	3º	16/11/1975
1777	SABRINA MAXIMILIANO FALK	1,40	1,20	1,40	2,00	6,00		6,00	APROVADO(A)	4º	01/12/1984
950	PAULA DAIANE VIANA	1,40	0,80	1,00	2,60	5,80		5,80	APROVADO(A)	5º	19/06/1990
467	SILVIA WISNIEWSKI	1,40	1,00	1,00	2,40	5,80		5,80	APROVADO(A)	6º	07/03/1993
44	FERNANDA SILVA DA COSTA	1,80	1,00	1,20	1,80	5,80		5,80	APROVADO(A)	7º	13/02/1985
1464	CAROLINE PUCCI	1,60	1,40	0,80	1,80	5,60		5,60	APROVADO(A)	8º	30/08/1991
1974	JULIA CAROLINE CORDEIRO DA SILVA	1,60	1,40	1,20	1,40	5,60		5,60	APROVADO(A)	9º	06/09/1994
1594	LINA GONÇALVES LOPES	1,60	1,00	0,80	1,80	5,20		5,20	APROVADO(A)	10º	26/06/1992
1352	CAROL MALTAURO WECHORKOWSKI	1,40	1,40	0,20	2,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	11º	25/03/1986
742	EMERSON AUGUSTO MIGUEL PADILHA VAZ	1,60	1,40	0,80	1,20	5,00		5,00	APROVADO(A)	12º	17/08/1990
1008	LUCINEIA DE SOUZA ANTUNES	1,20	1,20	0,60	1,80	4,80		4,80	REPROVADO(A)	--	20/05/1984
1000	VANDERLEI WOYTOWICZ	1,20	1,20	0,80	1,60	4,80		4,80	REPROVADO(A)	--	20/05/1993
551	PATRICIA DA SILVA	1,40	0,80	1,20	1,40	4,80		4,80	REPROVADO(A)	--	19/12/1993
1768	CAROLINE CITADIN	1,00	1,40	0,40	1,80	4,60		4,60	REPROVADO(A)	--	21/02/1993
682	PAMULA VERGOPOLAN	1,80	1,00	0,40	1,40	4,60		4,60	REPROVADO(A)	--	01/02/1988
1326	GUIDIE ELLEINE NEDOCHETKO RUCINSKI	1,60	1,20	0,40	1,20	4,40		4,40	REPROVADO(A)	--	08/02/1978
1358	DAIANE CRISTINA MALI	1,40	1,00	0,80	1,20	4,40		4,40	REPROVADO(A)	--	01/06/1988
643	NATALIE DE CASTRO ALMEIDA	1,00	1,00	1,20	1,20	4,40		4,40	REPROVADO(A)	--	29/06/1986
714	AUREA CRISTINA OLENKA ALEXAL	1,00	1,00	0,80	1,40	4,20		4,20	REPROVADO(A)	--	24/07/1991
1795	PRISCILLA WISNIESKI MEIRA	1,20	1,40	0,60	1,00	4,20		4,20	REPROVADO(A)	--	28/12/1989
1520	PAOLA CARDOSO	0,80	1,20	0,20	1,80	4,00		4,00	REPROVADO(A)	--	29/10/1988
62	VINÍCIOS TIAGO MEDEIROS	1,20	1,20	0,40	1,20	4,00		4,00	REPROVADO(A)	--	18/12/1989
827	ANA CAROLINE BARCZAK	1,40	1,00	0,40	1,20	4,00		4,00	REPROVADO(A)	--	05/01/1990
175	JULIANA MARIA FILIPPI	1,40	0,80	0,80	1,00	4,00		4,00	REPROVADO(A)	--	06/06/1985

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 55/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



187	SUSANE MARIA KLEIN	1,00	1,00	0,80	1,00	3,80			3,80	REPROVADO(A)	--	07/09/1976
1463	JAINAINA APARECIDA VERGOPOLAN	1,00	0,80	1,00	0,80	3,60			3,60	REPROVADO(A)	--	05/09/1985
1944	JÉSSICA NATHANA DUTRA LEMOS	1,40	1,40	0,20	0,60	3,60			3,60	REPROVADO(A)	--	09/02/1990
27	ROBERTA VERAN STROBINO	1,00	0,60	0,20	1,60	3,40			3,40	REPROVADO(A)	--	24/03/1984
1048	JAQUIELI DA SILVA CASTANHO	1,00	1,00	0,40	1,00	3,40			3,40	REPROVADO(A)	--	19/03/1990
493	ANDRESSA KARINE VETTERLEIN	1,20	0,80	0,60	0,80	3,40			3,40	REPROVADO(A)	--	29/03/1991
342	CELINA PAULA MOY	1,20	0,60	0,40	1,00	3,20			3,20	REPROVADO(A)	--	06/10/1984
904	NARIEL MAURIAN FERREIRA DA FONSECA KRUG	1,20	0,60	0,20	1,00	3,00			3,00	REPROVADO(A)	--	28/04/1990
408	ISOLDE KOZOWSKI	1,00	0,60	0,40	1,00	3,00			3,00	REPROVADO(A)	--	30/09/1974
1606	ANDREA MAIA DE ALMEIDA ALVES DE BRITTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	25/06/1974
1262	JOSSIANE FROHLICH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	05/12/1978
2089	MOACIR FLAVIO PERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	24/10/1980
1165	RICARDO BATTISTINI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	15/06/1981
774	SUELI BEHRENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	22/06/1983
1265	ALLAN PAULO NAUMANN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	22/11/1984
1357	GUILHERME JOSE SILVA DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	16/10/1987
2117	PATRICIA ULRICH PINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	02/01/1991
86	FERNANDA DE FREITAS DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	28/11/1991

PSICÓLOGO COM ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1095	JULIANA SAN MARTIM PORTES	2,00	1,40	1,20	2,60	7,20		7,20	APROVADO(A)	1º	30/11/1988
1135	PATRICIA LASCH SANTOS	1,80	1,00	1,20	1,40	5,40		5,40	APROVADO(A)	2º	21/11/1984
473	CRISTIANE PINTO MOREIRA FUJIMURA	1,60	1,40	1,20	1,20	5,40		5,40	APROVADO(A)	3º	28/03/1975
1602	ANDRESSA CACIANE MIRANDA	0,80	1,40	1,20	1,00	4,40		4,40	REPROVADO(A)	--	26/12/1992
1461	DENIZE PARECIDA TEIXEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	04/05/1981

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 56/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



TÉCNICO EM INFORMÁTICA											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
684	ALGUERTH HERIS ROLLWAGEN	1,60	1,80	2,00	3,40	8,80		8,80	APROVADO(A)	1º	23/05/1993
1305	SANDRO MARCELO WOITOWIKI	1,40	1,60	1,60	4,00	8,60		8,60	APROVADO(A)	2º	01/10/1981
871	HENRIQUE GASINO DE CARVALHO	1,80	1,80	1,40	3,60	8,60		8,60	APROVADO(A)	3º	01/07/1992
1272	VALÉRIA CORRÊA	1,60	1,80	1,80	3,40	8,60		8,60	APROVADO(A)	4º	08/07/1997
1232	JOELSON RENE RUCINSKI	1,80	1,60	1,60	3,40	8,40		8,40	APROVADO(A)	5º	17/03/1987
472	RICARDO FERNANDO MARTINS	1,60	1,60	1,20	3,80	8,20		8,20	APROVADO(A)	6º	02/10/1987
1204	GABRIEL ROGER HOLOVATE	1,60	1,80	0,80	3,80	8,00		8,00	APROVADO(A)	7º	18/05/1995
1006	RAFAEL ALLAN HINKA	1,80	1,40	1,20	3,60	8,00		8,00	APROVADO(A)	8º	19/09/1991
485	MARCOS CIESLAK	1,60	1,60	1,60	3,20	8,00		8,00	APROVADO(A)	9º	28/10/1983
2	DOUGLAS JUNIOR CORDEIRO	1,80	1,60	0,80	3,60	7,80		7,80	APROVADO(A)	10º	24/08/1994
70	BRUNO CÂNDIDO DE OLIVEIRA	1,60	1,80	1,00	3,40	7,80		7,80	APROVADO(A)	11º	18/03/1997
1703	WILLIAN HENRIQUE AGOSTINHO	1,60	1,40	1,60	3,20	7,80		7,80	APROVADO(A)	12º	23/12/1995
664	ALISSON KOMONKA	1,60	1,80	1,40	3,00	7,80		7,80	APROVADO(A)	13º	25/09/1996
1515	ALINOR URBANEK NETO	1,60	1,60	1,60	3,00	7,80		7,80	APROVADO(A)	14º	13/05/1998
1624	THIAGO CAINÃ CREVELIM WECZORKOSKI	1,80	2,00	1,20	2,80	7,80		7,80	APROVADO(A)	15º	26/01/1995
1032	VINICIUS WILLIAM FORSTNER	1,60	1,40	1,00	3,60	7,60		7,60	APROVADO(A)	16º	10/01/1990
1406	FABIO SECCO TRINDADE	1,80	1,80	0,60	3,40	7,60		7,60	APROVADO(A)	17º	04/07/1987
1062	WANDERSON FRANKOWSKI	1,60	1,80	0,80	3,40	7,60		7,60	APROVADO(A)	18º	26/12/1991
575	RAFAEL MICALICHEN	1,40	1,60	1,00	3,40	7,40		7,40	APROVADO(A)	19º	13/04/1991
1107	CARLOS EDUARDO MALAT	0,80	1,60	1,00	3,60	7,00		7,00	APROVADO(A)	20º	16/12/1989
1378	JEAN MIGUEL BACHINSKI	1,60	1,40	1,00	3,00	7,00		7,00	APROVADO(A)	21º	24/11/1974
272	KLEBER LUCAS SKUBISZ	1,00	1,40	1,20	3,20	6,80		6,80	APROVADO(A)	22º	25/06/1987
1364	FELIPE MICHAEL DA FONSECA	1,80	1,60	0,60	2,80	6,80		6,80	APROVADO(A)	23º	18/10/1992
972	WESLEY SCHELBAUER MINATTI	1,60	1,20	1,20	2,80	6,80		6,80	APROVADO(A)	24º	07/07/1998

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 57/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



1328	JEAN CESAR CHAGAS JUNIOR	1,40	1,40	0,40	3,40	6,60			6,60	APROVADO(A)	25º	30/12/1991
1616	ADILSON ALVES SANTOS	1,40	1,40	0,60	2,80	6,60			6,60	APROVADO(A)	26º	18/10/1971
1755	THIAGO HENRIQUE PADILHA DE MORAIS	0,80	1,40	1,00	3,20	6,40			6,40	APROVADO(A)	27º	22/02/1988
377	RICHARD MACKENZI SCHAPIESKI	1,40	1,20	0,60	3,20	6,40			6,40	APROVADO(A)	28º	01/03/1992
1327	MARIO FABIANO RUCINSKI	1,20	1,40	1,00	2,80	6,40			6,40	APROVADO(A)	29º	24/12/1979
1448	ANGELO RITLER CORRÊA	1,20	1,40	1,00	2,60	6,20			6,20	APROVADO(A)	30º	10/07/1977
863	BÁRBARA ELAINE KARAS	1,20	1,20	0,60	2,80	5,80			5,80	APROVADO(A)	31º	08/03/1997
1156	VANESSA CRISTINA GUIMARÃES	1,40	1,40	0,60	2,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	32º	14/10/1993
844	LUIZ FRANCISCO SLOBODA	0,80	1,20	0,40	2,80	5,20			5,20	APROVADO(A)	33º	27/03/1985
1820	PEDRO PUDLA	1,60	1,00	0,00	2,60	5,20			5,20	APROVADO(A)	34º	05/04/1968
1250	SILVIO CHIMENKA DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	19/08/1974
916	JOSE ADAIR FABRICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	11/03/1978
161	LEANDRO BERTON	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	15/11/1985
1416	Everson	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	20/05/1989
2101	ROBERTO CONSENTINS TORMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	04/07/1989
1753	AUGUSTO RENE GONZALEZ MARTINEZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	09/09/1989
669	AUGUSTO SERGIO WEIGERT DE CASTILHOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	19/10/1991
1805	RAFAEL CAETANO DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	18/03/1992
380	DIEGO RICARDO WILLE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	07/02/1994
670	GUILHERME PACHESSEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	02/06/1995
1521	LUAN VINICIUS BARBOSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	08/07/1997
1609	EMANUELE ADAM PEREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	31/07/1997
215	ANDRÉ STACHERA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	27/10/1997

Porto União (SC), 02 de maio de 2016.

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 58/59



## MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)



ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito de Porto União

Edital de Concurso Público nº 001/2015 – fls. 59/59

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 39/2016

DECRETO N.º 39/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

REAJUSTA TAXA DE UTILIZAÇÃO BEM IMÓVEL MUNICIPAL COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o § 1º do art. 3.º da Lei Municipal 1485/2015 de 21 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o índice IPC-FIPE acumulado dos últimos doze (doze) meses fica reajustado o preço público para utilização do Centro Social João Voltolini em 10,74% (dez vírgula setenta e quatro por cento).

Art. 2º - A tabela para utilização das instalações do Centro Social João Voltolini passa a vigorar como os seguintes valores:

TIPO EVENTO	VALOR PREÇO PÚBLICO POR DIA EM R\$
EVENTOS DE FINS LUCRATIVOS: bailes, festas em geral, apresentações em geral, qualquer outro tipo de evento com fins lucrativos:	R\$ 610,18 (seiscentos e dez reais e dezoito centavos)
EVENTOS SEM FINS LUCRATIVOS: casamentos, aniversários, encontros de famílias, eucaristia, crisma, demais eventos sem fins lucrativos.	R\$ 199,33 (cento e noventa e nove reais, trinta e três centavos).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 02 de maio de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

### ERRATA AO EDITAL 10/2016 - NUTRICIONISTA

ERRATA DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE NUTRICIONISTA PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ATENDIMENTO A PACIENTES DA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Onde se lê: com data de abertura no dia 09 de maio de 2016 e horário 09:00 horas.

Lê-se: com data de abertura no dia 13 de maio de 2016 e horário 14:00 horas.

Motivo: Alterações no edital

Presidente Nereu, 02 de maio de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Multientidade Nº 10/2016 de Participação de Micro Pequenas e EPPs  
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Multientidade nº 10/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto 8538/2015 e demais exigências deste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE NUTRICIONISTA PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ATENDIMENTO A PACIENTES DA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, destinados a PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

#### 2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Os quantitativos



indicados na relação anexa deverão ser entregues pelo licitante adjudicado na PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, mediante requisição prévia do setor competente.

### 3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada lote cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo I do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido lote.

### 4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 13/05/2016 às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados.

### 5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

#### 5.5 Da participação de Micro Empresa

5.5.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

5.5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurada, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.5.4 Na licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.5.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.5.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

5.5.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.5.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.5.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.5.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação de pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a

reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

## 6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

- do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;
- do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos II e IV;
- de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto. (Anexo III)
- Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo.

## 7. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

- Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
- Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

## 8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e
- Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 10 / 2016

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº: .....

Lote(s) nº: (informar o(s) lote(s) para os quais a empresa está concorrendo) Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 10 / 2016

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: ..... 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- Termo de Proposta relacionando itens cotados para cada lote proposto, conforme descrito no termo de Referência, Anexo I, do presente Edital;
- Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- Especificações do material de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas e marca dos produtos ofertados;
- Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, para o item ofertado, em real, expresso sem algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- Garantia de que os materiais serão substituídos, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;
- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

## 9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida

pelo Pregoeiro, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

9.2. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

9.3. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo II).

9.4. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520.

9.5. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.

10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo I – Termo de referência serão Desclassificadas.

10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentado proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pelo Pregoeiro o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

## 11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

10.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

10.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

### 10.1.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.
- e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);
- f) Cópia de Certificado de Conclusão de Curso e da Carteira de Registro Profissional.

### 11.2.2. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRS, EMITIDA PELA Caixa Econômica Federal – CEF;
- b) Certidão Negativa de Débitos – CND, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa,

comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.

f) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

h) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

i) Cópia de Certificado de Conclusão de Curso e da Carteira de Registro Profissional.

#### 11.2.3 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO FÍSICA:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.

b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.

d) Cópia de Certificado de Conclusão de Curso e da Carteira de Registro Profissional.

e) Declarações que constam em anexo a este edital.

#### 11.2.3 AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.5. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

11.5.1 Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;

11.5.2 Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;

11.5.3 A Entidade de Licitação reserva-se o direito de cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade.

11.6 Os documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão.

11.7 A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção.

11.8 Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente.

11.9 Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

#### 11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

#### 13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

#### 14. DAS PENALIDADES

14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto nº 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras comissões legais.

#### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.



15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados até 10 (dez) úteis dias do mês subsequente a prestação do serviço, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

## 17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº

00083	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
05	DEPTO DE EDUCACAO
001	DEPTO DE EDUCACAO
0012	EDUCACAO
0365	EDUCACAO INFANTIL
1501	CRIANÇA NA ESCOLA
2020	Manutenção do Ensino Pré-Escolar
33903606000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
00083	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
05	DEPTO DE EDUCACAO
001	DEPTO DE EDUCACAO
0012	EDUCACAO
0365	EDUCACAO INFANTIL
1501	CRIANÇA NA ESCOLA
2020	Manutenção do Ensino Pré-Escolar
33903905000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
00379	FUNDO DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903606000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
00379	FUNDO DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903905000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01020000	Receitas de Impostos - Saúde

## 18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

19.2 O material deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades.

19.3 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

19.4 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

19.5 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

19.6 Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados.

19.7 Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a

abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

19.8 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

19.9 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública.

19.10 A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ao) responsável(eis) por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a entrega dos materiais, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

19.11 A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, até 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos, dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação. Solicitar consultas para o seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina  
Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108

## 20. DO FORO

20.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 25 de abril de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazemo Município de PRESIDENTE NEREU-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU-SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU-SC, inscrita no CPF 311.191.829-72 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, ..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ..... com sede ..... Neste ato representado pelo Sr. .... residente e domiciliado em ..... inscrito no CPF sob N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE NUTRICIONISTA PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ATENDIMENTO A PACIENTES DA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

00083
05
001
0012
0365
1501
2020
33903606000000
01190000
00083
05
001
0012
0365
1501
2020
33903905000000
01190000



00379
10
001
0010
0301
1601
2022
33903606000000
01020000
00379
10
001
0010
0301
1601
2022
33903905000000
01020000

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

**CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

- a) Executar os objetos solicitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;  
c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;  
d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.  
\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 10/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico  
OAB/SC

#### ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

#### DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa)-----, inscrita no CNPJ nº.-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a):-----  
-----, portador (a) da Carteira de Identidade nº.-----CPF nº.-----DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....  
DATA

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
CARIMBO DA EMPRESA

#### ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

#### CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a)-----, portador(a) da Cédula de Identidade nº.-----, e CPF sob nº.-----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de.....(SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. ..../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa-----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20 .....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

## ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. .../20...

## DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. .... /20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. .../20....

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. .... /20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. .../20....

## DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa..... (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. .../20 .....

## DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa....., CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço n°. .../20....  
Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. .../20....

## TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_ Nº. \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ FONE: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta para visando o REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE NUTRICIONISTA PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ATENDIMENTO A PACIENTES DA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. ..../20 ..... , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTD. UNID. DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX. VL. UNIT. VL. TOTAL

1	8,00	MES	SERVICOS PROFISSIONAIS DE NUTRICIONISTA PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS.	13.280,0000		
2	8,00	MES	SERVICOS PROFISSIONAIS DE NUTRICIONISTA PARA ATENDER A PACIENTES DA UNIDADE BASICA DE SAUDE COM CARGA HORARIA DE 20 HORAS SEMANAIS.	13.280,0000		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA E CARIMBO

**SEGUNDA ERRATA AO PREGÃO 04/2016 - NUTRICIONISTA**

SEGUNDA ERRATA DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGO PARA O CRAS COM CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS.

Onde se lê: com data de abertura no dia 04 de maio de 2016

Lê-se: com data de abertura no dia 13 de maio de 2016

Motivo: Alterações no edital.

Presidente Nereu, 02 de maio de 2016.

CLAUDELICE BELEGANTE

Gestora Fundo de Assistência Social

EDITAL Pregão Nº 04/2016 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs

CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 04/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto 8538/2015 e demais exigências deste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a aquisição de CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGO PARA O CRAS COM CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS. destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

## 2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Os quantitativos indicados na relação anexa deverão ser entregues pelo licitante adjudicado no Fundo Municipal de Assistência Social de Presidente Nereu, mediante requisição prévia do setor competente.

### 3. DO VALOR E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A proposta a ser apresentada para cada lote cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo I do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido item.

3.2 - Prestar serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) tais como: acolhimento, acompanhamento em serviços socioeducativos e de convivência ou por ações Socioassistenciais, encaminhamentos para a rede de proteção social existente no lugar onde vivem e para os demais serviços das outras políticas sociais, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania e de convivência familiar e comunitária.

- Também atuar na prevenção de situações de risco no território onde vivem famílias em situação de vulnerabilidade social apoiando famílias e indivíduos em suas demandas sociais, inserindo-os na rede de proteção social e promovendo os meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania.

- Aproximando da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais e a importância presença de políticas sociais para reduzir essas desigualdades, pois previnem situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificam e estimulam as potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias que vivem nessas localidades.

- Prestar outros serviços conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009):

- A Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) tipifica os Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. No nível de Proteção Social Básica, estão os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Na Média Complexidade, são encaixados a Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social, Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Na Alta Complexidade estão os serviços de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva; de Acolhimento em República; de Acolhimento em Família Acolhedora; e de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência.

- A prestação dos serviços deverá ser realizada na Sede do CRAS do município de Presidente Nereu, em uma carga horária de 40 horas semanais.

### 4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 13/05/2016 às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados.

### 5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.2.1 Se encontrarem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

### 5.5 DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUANO PORTE

5.5.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

5.5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de

Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.5.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.5.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.5.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

5.5.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.5.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.5.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.5.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

## 6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

a) do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;

b) do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos II e IV;

c) de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto. (Anexo III)

d) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo.

## 7. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

6.1. Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

6.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

6.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

## 8. A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e

b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 4 / 2016

Razão Social do Proponente:



CNPJ nº: .....

Lote(s) nº: (informar o(s) lote(s) para os quais a empresa está concorrendo) Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 4 / 2016

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: ..... 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando itens cotados para cada lote proposto, conforme descrito no termo de Referência, Anexo I, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do material de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas e marca dos produtos ofertados;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, para o item ofertado, em real, expresso em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Garantia de que os materiais serão substituídos, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;
- i) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

## 9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pela Pregoeira, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

9.2. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

9.3. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo II).

9.4. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520.

9.5. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pela Pregoeira e pelos participantes que o desejarem.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.

10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo I – Termo de referência serão Desclassificadas.

10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, a Pregoeira e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentado proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pela Pregoeira o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subseqüente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e seu resultado final, deverá ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

## 11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

10.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

10.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

### 10.1.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.
- e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);
- f) Certificado de Nivel Superior na área e Registro no devido órgão competente.

### 11.2.2. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRS, EMITIDA PELA Caixa Econômica Federal – CEF;
- b) Certidão Negativa de Débitos – CND, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.
- f) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.
- g) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal (Alvará de Saúde) em vigor.
- h) Comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela Secretaria Nacional da Vigilância Sanitária em nome da licitante que participa da licitação.
- i) Certificado de regularidade do Conselho Regional de Farmácia, em vigor e com indicação do responsável técnico da empresa.
- j) Certificado de Nivel Superior na área e Registro no devido órgão competente.

### 11.2.3 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO FÍSICA:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.
- d) Cópia de Certificado de Conclusão de Curso e da Carteira de Registro Profissional.
- e) Declarações que constam em anexo a este edital.

## AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.5. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

11.5.1 Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;

11.5.2 Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;

11.5.3 A Entidade de Licitação reserva-se o direito de cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade.

11.6 Os documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão.

11.7 A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção.

11.8 Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente.

11.9 Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

### 14. DAS PENALIDADES

14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto nº 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras comissões legais.

### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

### 16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação do serviço, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

### 17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

### 18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

### 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

19.2 O material deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades.

19.3 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

19.4 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

19.5 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

19.6 Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados.

19.7 Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

19.8 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

19.9 É facultada a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato da sessão pública. 19. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) responsável(is) por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a entrega dos materiais, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

19.10A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos poderá retirá-lo no site do Município, no link licitações ou Diário Oficial dos Município de Santa Catarina ou ainda junto ao setor de licitações deste Município.

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina  
Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108  
E-Mail: compras@presidentenereu.sc.gov.br

## 20. DO FORO

20.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 13 de abril de 2016.

CLAUDELICE BELEGANTE  
GESTORA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

Anexo I – Termo de Referência

C. Item Qtde Un. Descrição VI. Unit.

1	8,00	MES	SERVICOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGO EM CARGA HORARIA DE 40 HORAS SEMANAIS.	2.492,06
---	------	-----	--	----------

ANEXO II  
DECLARAÇÃO  
(Exigida pelo Art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520)  
Edital do Pregão nº: \_\_ /2016

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu

Prezados Senhores,

A(O) \_\_ (Razão Social) \_\_, CNPJ/MF nº \_\_ sediada \_\_, Tendo examinado o Edital, nós, abaixo-assinados, declaramos junto a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no Pregão de nº. \_\_/2016, que realizar-se-á no dia 02/05/2016 às 09:00 horas.

Presidente Nereu, \_\_ de \_\_\_\_ de 2016.

## ANEXO III

### CREDENCIAMENTO

Edital do Pregão nº: \_\_ /2016

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu

Prezados Senhores,

Pela presente, credenciamos o Senhor \_\_, portador da Cédula de Identidade sob nº \_\_ e CPF nº \_\_, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão público.

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_ outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de recurso.

Presidente Nereu, \_\_ de \_\_\_\_ de 200\_\_.

(Assinatura)

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Edital do Pregão nº: \_\_ /2016

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu

Prezados Senhores,

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Carimbo do CNPJ

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Repres. Legal da Empresa)

Nome: \_\_\_\_\_

☐

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal na Lei nº. 9.854 de 27/10/99, regulamentado pelo Decreto nº 4.358 de 05/09/02)

Edital do Pregão nº: \_\_\_\_/2016

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu

Prezados Senhores,

A(O) \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_ sediada \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Presidente Nereu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_\_.

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### EXTRADO DE CONCESSÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

CONCESSÃO Nº 01/2016 - PMRA de 29 de Abril de 2016.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS - SC

CONCESSIONÁRIA: FUNERÁRIA RIO DAS ANTAS LTDA ME – CNPJ 13.241.705/0001-42

OBJETO: CONCESSÃO no Município de Rio das Antas, para exploração dos serviços funerários, conforme Concessão de nº 01/2016 – PMRA, lei Municipal nº 1.709/2012 e demais legislações vigente. A exploração dos serviços funerários, objeto da CONCESSÃO, será pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período. A presente Permissão iniciará em 02 de Maio de 2016 com Término previsto para 02 de Maio de 2026. Rio das Antas (SC), 29 de Abril de 2016. ALCIR JOSE BODANESE – Prefeito Municipal



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 11/04/2016

Aos onze dias do mês de abril de 2016, na Sala de Reuniões da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Fiscal Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda: José Luiz do Nascimento; II – Advogado da Procuradoria Geral do Município: Jaison Fernando de Souza; III – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal da Fazenda: Patricia Soares; IV – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; V – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda: Jonny Schmidt; VI – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Ana Paula Nunes. Aberta a audiência, a Secretária fez a leitura da ata da Reunião anterior, a qual foi aprovada em unanimidade pelos membros. Em ato contínuo, os Relatores iniciaram a leitura dos Processos de Isenção, apresentando seus votos e, para os quais, os demais membros deveriam analisar e votar. Assim, os demais membros acompanharam o voto do Relator, tanto para os Processos DEFERIDOS, quanto para os Processos INDEFERIDOS, vejamos:

Nº DO PROCESSO	BENEFICIADO	PROCURADOR	RELATOR	VOTO
2132/2016	Terezinha Bruder		Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2031/2016	Vanusa Aparecida Vieira		Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2776/2016	Marlene Marchi da Paz		Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2404/2016	Maria Salete Dalcanale		Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2433/2016	Maria Orandi de Moura		Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2445/2016	Iracema Dias		Ana Paula Nunes	INDEFERIDO
2160/2016	Jacir Amorim		Ana Paula Nunes	INDEFERIDO
2560/2016	José Dias		Ana Paula Nunes	INDEFERIDO
2917/2016	Mauro de Oliveira		Jaison Fernando de Souza	INDEFERIDO
2671/2016	Hilda Spindola Carneiro		Jonny Schmidt	INDEFERIDO
2977/2016	Marilene Machado da Silva		Jonny Schmidt	INDEFERIDO
2142/2016	Ladislau Berk		Jonny Schmidt	INDEFERIDO
2861/2016	Terezinha Fernande Kreich		Jonny Schmidt	DEFERIDO
2186/2016	Roseli Caetano		Jonny Schmidt	DEFERIDO
2131/2016	Luiz Marcilio		Jonny Schmidt	DEFERIDO
2642/2016	Gregório Ferreira		Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
2452/2016	Álvaro Bridi		Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
2465/2016	Anita Wessner		Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
2570/2016	Jairo Lopes		Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
2539/2016	Kátia Regina Depine		Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
2450/2016	José Henrique Kuhnen		Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
2000/2016	Maria Dinora Lucini		Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
2927/2016	Enedi Petters Pereira		Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
1808/2016	Melita Benetti Grinke		Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
2886/2016	Nilza Barbosa Velho		Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
7120/2016	Hadwiga Da Silva		Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
7077/2016	Izaltina França		Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
2940/2016	Angelica Hoffmann		Jonny Schmidt	DEFERIDO
2980/2016	Lidia Spindola Jacinto		Jonny Schmidt	INDEFERIDO
2081/2016	Laudelino Belchior de Oliveira		Jonny Schmidt	DEFERIDO
2523/2016	Helena Cristina Darossi		Jonny Schmidt	INDEFERIDO
2372/2016	Paula Faria		Jonny Schmidt	INDEFERIDO
2007/2016	Jose Bridi		Jonny Schmidt	DEFERIDO

Findo a leitura dos Processos, o Presidente solicitou que a Secretária providencie a Notificação dos Processos Indeferidos. Na sequência, houve a entrega de novos Processos de Isenção, por parte dos Relatores, à Secretária, restando ao Presidente agendar uma Reunião para Julgamento desses novos Processos, ficando a mesma, marcada para o dia 28 de abril de 2016, às 9h, na Sala da Procuradoria Municipal. Os Processos entregues nesta data foram:

Nº DO PROCESSO	BENEFICIADO	RELATOR
2146/2016	Joaquina Dias	Ana Paula Nunes
2049/2016	Getulio Feiber	Ana Paula Nunes
2455/2016	Joao Barbosa	Ana Paula Nunes
2147/2016	Teresa Dias Da Silva	Ana Paula Nunes

2396/2016	Volney Gardelin	Ana Paula Nunes
2648/2016	Irineu Korb	Ana Paula Nunes
2399/2016	Neusa Terezinha Zunino	Ana Paula Nunes
4294/2016	Sueli Bilk	Ana Paula Nunes
2599/2016	Celia Moraes	Ana Paula Nunes
3135/2016	Lori Rodolfo Jung	Ana Paula Nunes
3136/2016	Nilson Jung	Ana Paula Nunes
2711/2016	Ivo Guckert	Ronaldo Da Rocha
1918/2016	Sirlene Dos Santos	Ronaldo Da Rocha
1210/2016	Leandro Da Costa	Ronaldo Da Rocha
593/2016	Vileman Schroeder	Ronaldo Da Rocha
7062/2016	Paulo Depine	Ronaldo Da Rocha
1544/2016	Nair Luzia De Mello	Ronaldo Da Rocha
1254/2016	Zuleide Simplicio	Ronaldo Da Rocha
1267/2016	Alzira Ponticelli	Ronaldo Da Rocha
597/2016	Geni Machado	Jonny Schmidt
7042/2016	Albertina De Melo Correa	Jonny Schmidt
638/2016	Irene Finardi	Jonny Schmidt
826/2016	Nilberto Da Silva	Jonny Schmidt
2675/2016	Elaine Cristina De Oliveira	Jonny Schmidt
2567/2016	Edeltraut Guckert Severin	Jonny Schmidt
2901/2016	Nair Cardoso	Jonny Schmidt
3945/2016	Frida Bruning	Jonny Schmidt
3063/2016	Lauri Silveira Ramos	Jaison Fernando De Souza
2334/2016	Emilia Assing Xavier De Liz	Jaison Fernando De Souza
2854/2016	Maria De Lourdes Airoso	Jaison Fernando De Souza
2022/2016	Leandro Cerutti	Jaison Fernando De Souza
2411/2016	Ademar Raul	Jaison Fernando De Souza
6940/2016	Valeria Will	Jaison Fernando De Souza
1457/2016	Ambrosio Gregorio Da Rocha	Jaison Fernando De Souza
1508/2016	Maria De Ourdes Neves	Jaison Fernando De Souza
1517/2016	Ari Hafemann	Jaison Fernando De Souza
2709/2016	Julita Ferreira Leite	Jaison Fernando De Souza
2347/2016	Amarildo Agostini	Jaison Fernando De Souza
2383/2016	Renita Starosky	Jaison Fernando De Souza

Após a entrega dos processos de isenção, houve a entrega dos Protocolos Municipais, das Notificações efetuadas via Ofício Circular nº 001/2016, datado de 18 de fevereiro de 2016, dos Processos Indeferidos em Reunião de Julgamento do dia 15 de fevereiro de 2016, quais sejam:

PROTOCOLO	REQUERENTE	ISENÇÃO	RELATOR
158672/2016	Madalena De Fatima Ribeiro	2872	Jonny Schmidt
158371/2016	Normelina Bruner	2746	Ana Paula Nunes
158711/2016	Nadir Dilsen	2842	Ana Paula Nunes
158357/2016	Mafalda Stedile	2730	Ana Paula Nunes
158498/2016	Terezinha Matilde Klitzke	2848	Ana Paula Nunes
158466/2016	Osvaldina Meriz	3098	Ana Paula Nunes

Após a entrega dos Protocolos à Secretária, o Presidente solicitou à mesma, que providenciasse o agendamento de Reunião para julgamento desses processos e, ainda que, oficiasse os Requerentes. O Membro Jaison solicitou que se procedesse uma orientação, aos servidores responsáveis pelo atendimento dos Contribuintes que, solicitam isenção, no sentido de esclarecer o trabalho da Comissão e contribuir na melhoria do atendimento prestado ao cidadão, dando mais veracidade aos documentos e às informações recolhidas. O Membro Luiz, sugeriu a confecção de um relatório, o qual deverá ser feito através do banco de dados do Sistema IPM, dos Contribuintes tanto pessoas físicas, quanto as jurídicas, de forma a identificar com mais facilidade, o cadastro de Pessoas e/ou Empresas, com o mesmo endereço relacionado no cadastro do Requerimento de Isenção. Encerrada a sessão.

Ronaldo da Rocha  
Presidente da Comissão

**DECRETO Nº 5276, DE 29 DE ABRIL DE 2016.**

DECRETO Nº 5276, de 29 de abril de 2016.

"NOMEIA JAMES OCACIO PRUST".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208, de 28/10/2010.

DECRETA:

Art. 1º-	Nomear JAMES OCACIO PRUST, para a partir de 02/05/2016, exercer o cargo de Secretário Municipal a Fazenda.
----------	--

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.

29 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/16.**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAMOS CONTRIBUINDO ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FASE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Luis Fronza	xxx.424.069-xx	156362
Paulino Rossetti	xxx.392.039-xx	157724
Giovani Barbosa	xxx.812.669-xx	152729

Rio do Sul, 02 de Maio de 2016

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

JAMES OCÁCIO PRUST

Secretário Municipal da Fazenda

**PAUTA DE JULGAMENTO COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 31/05/2016**

PAUTA DE JULGAMENTO

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –

LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 31/05/2016

HORA DA SESSÃO: 9 HORAS

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN,

SITUAÇÃO PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NACIDADE DE RIOSUL – SC – SALA 15 – PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.

PROTOCOLO	REQUERENTE	ISENÇÃO
158672/2016	Madalena De Fatima Ribeiro	2872/2016
158371/2016	Normelina Bruner	2746/2016
158711/2016	Nadir Dilsen	2842/2016
158357/2016	Mafalda Stedile	2730/2016
158498/2016	Terezinha Matilde Klitzke	2848/2016
158466/2016	Osvaldina Meriz	3098/2016

Ronaldo da Rocha

Presidente da Comissão

Rio do Sul, 28 de abril de 2016.

**PORTARIA Nº 0492/RH**

PORTARIA Nº. 0492/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, o servidor JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO, portador do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, do cargo de Agente Político - Secretário Municipal da Fazenda, sendo 28/04/2016, o seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Nomear, o servidor JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, para a partir de 29/04/2016, exercer a função comissionada de Diretor Departamento Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Csvf

**RESUMO DO ADITIVO 038/2016**

5º TERMO ADITIVO Nº 038/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 117/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DO TERMINAL URBANO, LOCALIZADO NAS RUAS SANTOS DUMONT, CENTRO EM RIOSUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Aos dezanove (19) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezesesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., estabelecida na rua Duque de Caxias, 78, Sala 03, 1º andar, Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-123 inscrito no CNPJ sob nº 14.629.988/0001-67, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor, Sr. Gustavo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições

firmadas pela Dispensa nº 094/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 117, datado de 13 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 24 de julho de 2016, conforme justificativa através do memorando nº 017/2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

. Sr. Gustavo Aragão Silva

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO – RP Nº 52/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE MATERIAL DE DESGASTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão – RP Nº 52/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE MATERIAL DE DESGASTE, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 12/05/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 12/05/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 03 de maio de 2016.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO – RP Nº 53/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E PEÇAS DE DESGASTE PARA ROÇADEIRAS E MOTOSERRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão – RP Nº 53/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E PEÇAS DE DESGASTE PARA ROÇADEIRAS E MOTOSERRAS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 12/05/2016 - Hora: 13:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 12/05/2016 - Hora: 14:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 03 de maio de 2016.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal em Exercício



# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### RESULTADO LIC 2015 CONTRATO 08 CONCURSUL

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC  
RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 048/2015  
EDITAL DE CONVITE Nº 07/2015  
OBJETO: Contratação de empresa especializada para assessoria na elaboração de Concurso Público e Processo Seletivo.  
VENCEDOR: CONCURSUL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.  
VALOR LICITADO: R\$ 34.800,00.  
DATA DA SESSÃO: 22/12/2015.  
Rio Fortuna/SC, 22 de dezembro de 2015.  
LOURIVALDO SCHUELTER  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2016  
OBJETO: Contratação de empresa especializada para assessoria na elaboração de Concurso Público e Processo Seletivo.  
EMPRESA CONTRATADA: CONCURSUL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA..  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 34.800,00.  
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.  
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 048/2015-CVnº 07/2015.  
Rio Fortuna/SC, 04 de janeiro de 2016.  
LOURIVALDO SCHUELTER  
Prefeito Municipal

### RESULTADO LIC 2015 CONTRATO 09 TROPEIRO

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC  
RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 036/2015  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015  
OBJETO: Prestação de serviços para coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares urbanos e rurais do Município de Rio Fortuna. VENCEDOR: TROPEIRO TRANSPORTES LTDA ME.  
VALOR LICITADO: R\$ 15.000,00.  
DATA DA SESSÃO: 23/12/2015.  
Rio Fortuna/SC, 23 de dezembro de 2015.  
LOURIVALDO SCHUELTER  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016  
OBJETO: Prestação de serviços para coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares urbanos e rurais do Município de Rio Fortuna.  
EMPRESA CONTRATADA: TROPEIRO TRANSPORTES LTDA ME.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.000,00.  
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.  
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 036/2015-TPnº 02/2015.  
Rio Fortuna/SC, 27 de janeiro de 2016.  
LOURIVALDO SCHUELTER  
Prefeito Municipal

### RESULTADO LIC 2015 CONTRATOS 01 A 04

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC  
RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 044/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015  
OBJETO: Prestador de serviços temporários (Oficineiros para Creche) pessoa física ou jurídica através da Secretaria de Assistência Social.  
VENCEDORES: GRAZIELA DUESSMANN; ERONI NICOSKI RICKEN;

CRISTINA MARIA SCHMOELLER e DRIELLI SAMARA DUESMANN.  
VALOR LICITADO: R\$ 5.522,00.  
DATA DA SESSÃO: 08/12/2015.  
Rio Fortuna/SC, 08 de dezembro de 2015.  
LOURIVALDO SCHUELTER  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016  
OBJETO: Prestador de serviços temporários (Oficineiros para Creche) pessoa física ou jurídica através da Secretaria de Assistência Social.  
EMPRESA CONTRATADA: GRAZIELA DUESSMANN.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.485,00.  
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 04 de janeiro de 2016 à 05 de fevereiro de 2016.  
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 044/2015-PRnº 029/2015.  
Rio Fortuna/SC, 04 de janeiro de 2016.  
LOURIVALDO SCHUELTER  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016  
OBJETO: Prestador de serviços temporários (Oficineiros para Creche) pessoa física ou jurídica através da Secretaria de Assistência Social.  
EMPRESA CONTRATADA: ERONI NICOSKI RICKEN.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.470,00.  
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 04 de janeiro de 2016 à 05 de fevereiro de 2016.  
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 044/2015-PRnº 029/2015.  
Rio Fortuna/SC, 04 de janeiro de 2016.  
LOURIVALDO SCHUELTER  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2016  
OBJETO: Prestador de serviços temporários (Oficineiros para Creche) pessoa física ou jurídica através da Secretaria de Assistência Social.  
EMPRESA CONTRATADA: CRISTINA MARIA SCHMOELLER.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.289,95.  
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 04 de janeiro de 2016 à 05 de fevereiro de 2016.  
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 044/2015-PRnº 029/2015.  
Rio Fortuna/SC, 04 de janeiro de 2016.  
LOURIVALDO SCHUELTER  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2016  
OBJETO: Prestador de serviços temporários (Oficineiros para Creche) pessoa física ou jurídica através da Secretaria de Assistência Social.  
EMPRESA CONTRATADA: DRIELLI SAMARA DUESMANN.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.277,05.  
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 04 de janeiro de 2016 à 05 de fevereiro de 2016.  
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 044/2015-PRnº 029/2015.  
Rio Fortuna/SC, 04 de janeiro de 2016.  
LOURIVALDO SCHUELTER  
Prefeito Municipal



**RESULTADO LIC 2015 CONTRATOS 05 A 07  
COMBUSTÍVEL**

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 046/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

OBJETO: Aquisição de Combustível para os caminhões e máquinas da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

VENCEDORES: POSTOTUANELTDAME; OENNINGECIALTDAePOSTO RICKEN LTDA.

VALOR LICITADO: R\$ 751.000,00.

DATA DA SESSÃO: 17/12/2015.

Rio Fortuna/SC, 17 de dezembro de 2015.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2016

OBJETO: Aquisição de Combustível, sendo 25.000 litros de gasolina.

EMPRESA CONTRATADA: POSTO TUANE LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 92.500,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 046/2015 – PR nº 031/2015.

Rio Fortuna/SC, 04 de janeiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2016

OBJETO: Aquisição de Combustível, sendo 130.000 litros de óleo diesel.

EMPRESA CONTRATADA: POSTO RICKEN LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 382.200,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 046/2015 – PR nº 031/2015.

Rio Fortuna/SC, 04 de janeiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2016

OBJETO: Aquisição de Combustível, sendo 90.000 litros de óleo diesel S10.

EMPRESA CONTRATADA: OENNING &amp; CIA LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 376.300,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 046/2015 – PR nº 031/2015.

Rio Fortuna/SC, 04 de janeiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### EXTRATO 1097

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA  
PROCESSO LICITATÓRIO 1097/2016  
Pregão Registro de Preço - 17 / 2016

O Município de Romelândia/SC realizará licitação na modalidade Pregão Registro de Preço, para aquisição de pneus novos. Tudo em conformidade com a Lei Federal 10.520/02 e, subsidiariamente, lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (49) 3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 09h00min do dia 16/05/2016. Romelândia/SC, 02/05/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

### GABARITO PRELIMINAR 01

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA  
PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016 GABARITO PRELIMINAR

O Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, Sr. Valdocí Saul, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o Gabarito Preliminar referente ao Processo Seletivo n.º 001/2016, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo o Gabarito Preliminar da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo n.º 001/2016, do Município de Romelândia (SC), conforme segue:

Alfabetizado Língua Portuguesa  
Matemática

04 – C	05 – A	06 – B
--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

07 – A	08 – D	09 – B	10 – C
--------	--------	--------	--------

Auxiliar de Serviços Gerais

11 – B	12 – D	13 – A	14 – C	15 – B	16 – C	17 – A	18 – D	19 – A	20 – B
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Motorista

11 – A	12 – D	13 – D	14 – A	15 – C	16 – C	17 – B	18 – B	19 – D	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Operador de Máquinas

11 – A	12 – D	13 – D	14 – A	15 – C	16 – C	17 – B	18 – B	19 – D	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Ensino Médio Língua Portuguesa  
Matemática

04 – D	05 – A	06 – C
--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

07 – A	08 – D	09 – B	10 – C
--------	--------	--------	--------

Auxiliar de Dentista

11 – B	12 – B	13 – D	14 – A	15 – B	16 – B	17 – C	18 – D	19 – A	20 – B
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA

Ensino Superior Língua Portuguesa  
Matemática

04 – D	05 – C	06 – D
--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

07 – A	08 – D	09 – B	10 – C
--------	--------	--------	--------

Fisioterapeuta - NASF

11 – A	12 – C	13 – B	14 – B	15 – D	16 – A	17 – C	18 – D	19 – A	20 – B
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor de Educação Infantil

11 – A	12 – B	13 – C	14 – D	15 – B	16 – D	17 – A	18 – A	19 – C	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

2. É facultado aos candidatos interpor recurso contra as questões da prova escrita/objetiva à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), no prazo de 03 e 04 de maio de 2016, conforme Formulário de Recurso constante no Anexo V, com estrita observância ao disposto no Capítulo 10 do Edital, em especial ao item 10.2.

3. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

4. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Romelândia (SC), 02 de maio de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### DECRETO LEGISLATIVO 001/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2016 DE 26 DE ABRIL DE 2016.

“DISPÕESOBREASCONTASDAPREFEITURAMUNICIPALDESANTACECÍLIADOEXERCÍCIOFINANCEIRODE2014EDÁOUTRASPROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Ficam Aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, relativas ao Exercício Financeiro de 2014, para todos os jurídicos e legais efeitos de acordo com o Parecer Prévio emitido sobre o Processo PCP-15/00293498, pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Fica o Presidente da Câmara Municipal de Santa Cecília, autorizado a comunicar ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o resultado da decisão contida neste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Cecília, 26 de Abril de 2016.

JOÃO WILSON NAIRNI  
PRESIDENTE

AMILTON ANTONIO DA COSTA  
1º SECRETÁRIO

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2016 CONCURSO PÚBLICO (ESTATUTÁRIO)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO | SC

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 (ESTATUTÁRIO)

O município de Santa Terezinha do Progresso/SC, por sua Secretaria Municipal de Administração, tendo em vista a homologação do resultado do resultado do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal efetivo do município, homologado pelo Decreto Municipal Nº 098/2015, de 21 de Maio de 2015.

#### RESOLVE:

1 – Convocar os candidatos relacionados no item '7' deste para, no prazo de 05 dias corridos a contar da publicação do presente edital, comparecerem perante o departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, Centro – horário das 07h30 às 11h30 e das 13h30 até 17h00 fone (49) 3657-0001 munidos da documentação relacionada no item '6' do presente.

2 – O não pronunciamento do convocado no prazo referido ocasionará a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

3 – A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no prazo de até 30 dias, contado da publicação da nomeação do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM).

4 – Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer neste prazo, bem como, não serem apresentados todos os documentos solicitados pelo município de Santa Terezinha do Progresso/SC, ocasionando a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

5 – Os documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados em duas (02) vias ou autenticadas, ou em cópias a serem autenticadas pela Secretaria Municipal de Administração, mediante apresentação conjunta dos originais.

6 – Documentos a serem apresentados: o candidato nomeado deverá apresentar cópia dos seguintes documentos como condição para sua posse: Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); Cédula de Identidade; Certidão de Nascimento ou Casamento; PIS/PASEP; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral; Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino); última declaração do imposto de renda apresentada a Secretaria de

Receita Federal, com as devidas atualizações e/ou complementação e, no caso nomeado, não ser declarante, declaração firmada por ele próprio, nos termos da Lei Nº 8.429/92, duas fotografias 3/4 recentes (colorida com fundo branco); declaração de não acúmulo de cargo público assinado pelo servidor; certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; carteira do conselho da categoria profissional (se for o caso); comprovante de curso técnico profissionalizante na área específica, com registro no conselho de classe específico para os cargos que exigido; comprovante de Carteira Nacional de habilitação (CNH) de acordo com a categoria exigida para o respectivo cargo; comprovante de endereço atualizado (água, luz, telefone, etc); certificado de residência médica (quando for o caso); comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo, conforme os requisitos especificados no edital; certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais; certidão de antecedentes criminais; certidão de negativas de débitos trabalhistas; certidão negativa de tributos federais; certidão negativa de tributos estaduais;

certidão negativa de tributos municipais; dados bancários (conta corrente); declaração de bens; atestado de saúde ocupacional comprovando que o candidato está apto a ocupar o cargo e declaração por escrito se aceita ou não tomar posse do cargo para o qual concorreu no Concurso Público 001/2015.

#### 7 – RELAÇÃO DE CONVOCADOS:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Nome do candidato: NEIDE SALINI

Ciência do candidato: \_\_\_\_\_

ERONI ALLEBRANDT

Secretário Municipal de Administração

Santa Terezinha do Progresso | SC, 02 de Maio de 2016.

### PORTARIA Nº 106 /2016

PORTARIA Nº 106/2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada licença para tratamento de saúde do servidor Leandro de Paula, Matrícula 12700/01, até 15 de Junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Maio de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº

### PORTARIA Nº 108/2016

PORTARIA Nº 108/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Concede licença prêmio de 03 (três) meses a funcionária JULIANA DALL MAGO, matrículas nº 10936/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICOLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, iniciando-se em 02 de Maio de 2016 e terminando em 30 de Julho de 2016, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 02 de Maio de 2016.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

#### **PORTARIA Nº 110/2016**

PORTARIA Nº 110/2016  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EDÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor ARNO ADELIR ARNT, matr. 7978/01 lotado na secretaria municipal de Assistência Social. Período aquisitivo de 03/03/2014 a 02/03/2015, período de gozo de férias de 02/05/2016 a 31/05/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Maio 2016.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

#### **PORTARIA Nº 111/2016**

PORTARIA Nº 111/2016  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EDÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor VOLMIR Infraestrutura Social. Período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2014, período de gozo de férias de 02/05/2016 a 31/05/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Maio 2016.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

#### **PORTARIA Nº 113/2016**

PORTARIA Nº 113/2016  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EDÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido 15 dias de férias, ao servidor público municipal, senhor TIAGO POSSENTIO, matr. 12181/01, lotado na secretaria municipal de Administração. Período aquisitivo de 10/06/2013 a 09/06/2014, período de gozo de férias de 02/05/2016 a 16/05/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Maio 2016.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 102/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2016

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 18 de maio de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS, PARA ATENDER OS PROGRAMAS E OFICINAS OFERECIDOS NA GESTÃO ACESSUASE BOLSA FAMÍLIA, CONSELHO TUTELAR, SEMAS, FAMÍLIAS DE APOIO, CREAS, CRAS, CASA ABRIGO, PARA O PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO. CONFORME ANEXO I.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 27 de abril de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

### LEI Nº 3658/2016

LEI Nº 3658, DE 03 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O PADRÃO ARQUITETÔNICO DAS EDIFICAÇÕES CONSTRuíDAS NA ZONA COMERCIAL HISTÓRICA (ZCH) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As edificações a serem construídas na Zona Comercial Histórica de São Bento do Sul (ZCH – conforme o Código Municipal de Zoneamento) deverão, previamente, apresentar projeto de construção, ou reforma, com padrão arquitetônico compatível com as edificações municipais tombadas pelo poder público ou demais relacionadas com a cultura e a história local.

Art. 2º O Conselho da Cidade (Concidade) emitirá parecer sobre a compatibilidade arquitetônica histórico-cultural de que trata o art. 1º desta lei.

§ 1º Não será autorizada a construção ou reforma de edificações quando o parecer sobre o projeto arquitetônico for contrário a compatibilidade histórico-cultural.

§ 2º As construções ou reformas realizadas pelo Poder Público sujeitar-se-ão ao mesmo procedimento estabelecido por esta lei.

Art. 3º Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bento do Sul, 03 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3659/2016

LEI Nº 3659, DE 03 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ILÁRIO MILCEVSKI KNOPIK - NESTE MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficado denominado CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ILÁRIO MILCEVSKI KNOPIK, instalado na Rua Amandus Jurgensen – ao lado do terminal urbano - Bairro Centenário, neste município.

Art. 2º Cumpre ao Poder Executivo dar publicidade e conhecimento à população da referida denominação, bem como providenciar a placa de identificação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### TERMO DE REVELIA - PROCESSO Nº 686/2016

TERMO DE REVELIA

Processo nº 686/2016

Na qualidade de Presidente da Comissão Processante Especial, designada pela Portaria nº 10965 de 16 de fevereiro de 2016, publicado no DOM nº 1937 do dia 22/02/2016, tendo em vista o disposto no § 1º do Art. 174 da Lei Municipal nº 228/2001 e o que consta do processo administrativo disciplinar nº 686/2016, declaro a REVELIA da servidora Luzia Aparecida Moreira Matos, auxiliar de serviços, matrícula nº 42928, indiciada no supracitado processo administrativo disciplinar, por ter sido regularmente citada em 18/04/2016, conforme comprova o documento de folha nº 74 dos autos e não ter apresentado defesa no prazo legal e nem nomeado procurador para fazê-la.

São Bento do Sul/SC, 02 de maio de 2016.

Neiva Maria Rosa

Presidente da Comissão Processante Especial

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 075 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 075 de 28 de abril de 2016.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor JOEL PIRES DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "C".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de março de 2016.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 077 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 077 de 28 de abril de 2016.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor JOSELI APARECIDA RODRIGUES MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços gerais, Grupo Ocupacional 01, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "C".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2015.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 078 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 078 de 28 de abril de 2016.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor CRISTIANO TEIXEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "C".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**CONTRATO Nº 29/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 21/2015

Contrato Nº: 29/2016 – 1º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Continental Empreiteira de Mão de Obra Ltda

Vigência: Início: 22/04/2016 - Término: 22/10/2017

Recursos: Dotação:

37 3.3.90.37.04.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.

63 3.3.90.37.04.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente.

Objeto: Locação de mão de obra de 3 auxiliares de operações para implantação de redes de abastecimento de água.

Valor: R\$ 7.217,28 (Quatro Mil, Duzentos e Dezesete Reais e Vinte e Oito Centavos) por funcionário/mês.

São Bento do Sul, 02 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 12/2016

Contrato Nº: 17/2016

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: Sanesi Engenharia e Saneamento Ltda

Vigência: Início: 19/04/2016 - Término: 19/10/2016

Recursos: Dotação:

(36) 3.3.90.39.05.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – EXERCÍCIO VIGENTE.

Objeto: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA DE VAZAMENTOS, COM OBJETIVO DE LOCALIZAR VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

Valor: R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) valor total.

São Bento do Sul, 02 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83, DE 02 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83, de 02 de maio de 2016.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10.º, Parágrafo Único da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

Considerando o que determina o artigo 1º, § 1º, da Lei n.º 101 de 04 de maio de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam reajustados os valores das tabelas de tarifas de Água e Esgoto do SAMAE, de conformidade com os anexos: I, II, III, IV, V e VI, apensados, para as contas vencíveis a partir de 1º de junho de 2016.

São Bento do Sul, 02 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

## ANEXO I

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC.  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83 DE 02/05/2016

## LIGAÇÕES DE ÁGUA

Até 25 mm

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À Vista	-	276,19
03 pgts.	93,89	281,67
06 pgts	47,66	285,96

OBS.:

1. Ligações com diâmetro acima de 25 mm será cobrado de acordo com orçamento prévio, conforme diâmetro a instalar.

## LIGAÇÕES DE ESGOTO:

Até 100 mm

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À Vista	-	184,13
03 pgts.	62,57	187,71
06 pgts.	31,76	190,56

OBS.:

1. Ligações com diâmetro acima de 100 mm será cobrado de acordo com orçamento prévio, conforme diâmetro a instalar.

2. O PAGAMENTO DA LIGAÇÃO DE ÁGUA OU DE ESGOTO SERÁ COBRADO NA PRIMEIRA FATURA DE TARIFA DE ÁGUA E OU ESGOTO.

São Bento do Sul, 02 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

ANEXO II

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83 DE 02/05/2016

## TARIFAS DE ÁGUA

## CATEGORIA "A"

Residencial, Poderes Públicos e Pequenos Empreendimentos sem limitador de consumo.

## FAIXAS DE CONSUMO VALORES TARIFÁRIOS

até 10m³ .....	R\$	29,55				
de 11 a 15m³ .....	R\$	29,55	+	R\$	4,21	p/m³ excedente de 10m³
de 16 a 20m³ .....	R\$	50,60	+	R\$	4,63	p/m³ excedente de 15m³
de 21 a 25m³ .....	R\$	73,75	+	R\$	4,79	p/m³ excedente de 20m³
de 26 a 50m³ .....	R\$	97,70	+	R\$	5,12	p/m³ excedente de 25m³
acima de 50m³ .....	R\$	225,70	+	R\$	5,33	p/m³ excedente de 50m³

## CATEGORIA "B"

Comercial, Industrial.

## FAIXAS DE CONSUMO VALORES TARIFÁRIOS

até 10m³ .....	R\$	53,69				
de 11 a 30m³ .....	R\$	53,69	+	R\$	6,82	p/m³ excedente de 10m³
de 31 a 100m³ .....	R\$	190,09	+	R\$	8,27	p/m³ excedente de 30m³
acima de 100 m³ .....	R\$	768,99	+	R\$	9,38	p/m³ excedente de 100m³

## OBSERVAÇÕES:

1. A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá a 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, res-salvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, na falta de condições de medição, será aplicado o sistema de estimativa de acordo com o modelo estabelecido pelo ANEXO IV.

2. Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições e similares, equiparam-se às da Categoria Comercial.

São Bento do Sul, 02 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

### ANEXO III

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC

ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83 DE 02/05/2016

OUTROS SERVIÇOS	VALOR	
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:		
- No cavalete por falta de pagamento .....	R\$	38,76
- No cavalete por falta de pagamento com lacre violado .....	R\$	181,47
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO:		
- Por solicitação do usuário, até ¾" .....	R\$	43,36
DESLIGAÇÃO:		
- Por solicitação do usuário - temporária (Art. 72, Inciso VII) .....	R\$	38,76
- Por solicitação do usuário - definitiva .....	R\$	38,76
VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:		
- Por solicitação do usuário até 02 (dois) pavimentos .....	R\$	211,11
- Por solicitação do usuário por pavimento excedente a 02 (dois) .....	R\$	8,86
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS:		
- Custo fixo de consumo até 15 (quinze) dias .....	R\$	401,77
- Custo fixo mensal período superior a 15 dias .....	R\$	682,00
CUSTO POR HORA DE MÃO-DE-OBRA:		
- De encanador .....	R\$	22,78
- De auxiliar .....	R\$	14,21
DESLOCAMENTO DO CAVALETE:		
* - Por solicitação do usuário .....	R\$	174,58
(acrescido 5,00 por metro linear de pavimento no passeio e rua)		
AVISO DE CORTE:		
- (Art.72, § 1º. Letra I, § 3) .....	R\$	2,72
EXPEDIENTE:		
- Emissão de 2ª. Via, extrato, alteração cadastral e outros .....	R\$	2,72
ANÁLISES DE ÁGUA:		
- Alcalinidade Total .....	R\$	8,43
- Alumínio Residual .....	R\$	39,80
- Bactérias Heterotróficas .....	R\$	28,49

### ANEXO III (continuação)

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC

ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83 DE 02/05/2016

- Cloretos .....	R\$	17,24
- Cloro Residual .....	R\$	13,81

- Coliformes Totais .....	R\$	33,62
- Cor Aparente .....	R\$	4,92
- Dureza Total .....	R\$	23,43
- Escherichia Coli .....	R\$	35,21
- Ferro Total .....	R\$	24,67
- Fluoreto .....	R\$	32,77
- Manganês .....	R\$	29,57
-Oxigênio Dissolvido .....	R\$	11,95
- pH .....	R\$	7,05
- Temperatura .....	R\$	4,21
- Turbidez .....	R\$	5,62
ANÁLISES DE EFLUENTES:		
- Ácidos Voláteis .....	R\$	12,67
- Alcalinidade Total .....	R\$	12,67
- Cor Aparente .....	R\$	9,87
- DBO 5 .....	R\$	53,55
- DQO .....	R\$	39,45
- Nitrogênio Total .....	R\$	41,17
- Oxigênio Dissolvido .....	R\$	11,95
- pH .....	R\$	7,05
- Sólidos Totais .....	R\$	31,01
- Sólidos Totais Voláteis .....	R\$	34,90
- Sólidos Totais Fixos .....	R\$	34,90
- Temperatura .....	R\$	4,21
- Turbidez .....	R\$	5,62
HORA TÉCNICA DE COLETA (Fora do Município):	R\$	15,63
DESLOCAMENTO PARA COLETA (Fora do Município, por km rodado):	R\$	1,25

## ANEXO III (continuação)

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83 DE 02/05/2016

HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO:		
* - (Valor das peças empregadas, mais taxas de aferição) .....	R\$	195,37
HIDRÔMETRO ROUBADO:		
* - .....	R\$	*
* PREÇO DO METRO DE TUBO EXCEDENTE, EMPREGADO EM LIGAÇÕES DE ÁGUA ATÉ 25mm (Art. 22) .....	R\$	2,73

\* Valor a ser cobrado conforme orçamento.

ATUALIZAÇÃO DO PADRÃO DE LIGAÇÃO



CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À Vista	-	120,85
03 pgts.	41,09	123,27
06 pgts.	20,84	125,04

## DESLOCAMENTO DE CAVALETE

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À Vista	-	174,58
03 pgts.	59,36	178,08
06 pgts.	30,13	180,78

São Bento do Sul, 02 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

## ANEXO IV

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC

ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83 DE 02/05/2016

## SERVIÇO NÃO MEDIDO

CATEGORIA	CONSUMO ESTIMADO m³	VALOR R\$
RESIDENCIAL:		
R1	10	31,53
R2	20	99,14
R3	30	144,54
R4	40	250,89
COMERCIAL E PÚBLICA:		
C1	10	53,69
C2	30	198,29
INDUSTRIAL:		
I1	10	227,97
I2	50	431,29

R1 - Com área até 40m²

R2 - Com área de 41 a 80 m²

R3 - Com área de 81 a 120 m²

R4 - Com área acima de 120 m²

C1 – Pequeno Comércio – Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos somente para fins higiênicos.

C2 – Grande Comércio – Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos para outros fins que não somente os higiênicos.

I1 – Pequena Indústria – Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais somente para fins higiênicos.

I2 – Grande Indústria – Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais para outros fins que não somente os higiênicos.

São Bento do Sul, 02 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

## ANEXO V

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC

ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83 DE 02/05/2016

ÍTEM	MULTAS	VALOR (R\$)
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto..	181,47
02	Ligações clandestinas .....	362,67
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo .....	241,69
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água de outra procedência.....	651,09
05	Utilização da ligação de água e esgoto para servente de outra economia.....	181,47
06	Ligação de bomba ou ejetores na rede de distribuidor ou no ramal predial.....	181,47
07	Lançamento de água pluviais na instalação de esgotos do prédio....	362,58
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exija tratamento prévio.....	1.330,59
09	Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE .....	1.330,59
10	Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamento ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE .....	1.330,59

11	Inobservância das normas e/ou instalações do SAMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto.....	532,26
----	--	--------

São Bento do Sul, 02 de maio de 2016.  
OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

#### ANEXO VI

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC.  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83 DE 02/05/2016

#### TARIFA SOCIAL

#### FAIXAS DE CONSUMO VALORES TARIFÁRIOS

Até 10 m³ .....	R\$	9,85				
De 11 a 20m³ .....	R\$	9,85	+	R\$	2,70	p/m³ excedente de 10m³
De 21 a 25m³ .....	R\$	36,85	+	R\$	4,79	p/m³ excedente de 20m³
De 26 a 50m³ .....	R\$	60,80	+	R\$	5,12	p/m³ excedente de 25m³
Acima de 50m³ .....	R\$	188,80	+	R\$	5,33	p/m³ excedente de 50m³

Obs: As condições para enquadramento na tarifa social estão contidas na lei municipal nº 738 de 14 de novembro de 2003.

São Bento do Sul, 02 de maio de 2016.  
OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

#### PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 072 DE 28 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 072 de 28 de abril de 2016.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor ALDO MARCOS DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "E".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de março de 2016.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

#### PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 073 DE 28 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 073 de 28 de abril de 2016.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor GENESIO ALCINDO KOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Restaurador de Pavimentos, Grupo Ocupacional 02, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "C".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 074 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 074 de 28 de abril de 2016.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor GABRIEL BENJAMIN DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Manutenção, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe “C”.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 076 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 076 de 28 de abril de 2016.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor ARNALDO DZIEDZIC JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe “E”.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de fevereiro de 2016.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 079 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 079 de 28 de abril de 2016.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor RENATO JOSÉ QUOST, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, Grupo Ocupacional 02, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe “G”.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de março de 2016.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 080 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 080 de 28 de abril de 2016.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº

41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor VALDECIR RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, Grupo Ocupacional 04, com a carga horária de 36 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "G".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 081 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 081 de 28 de abril de 2016.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor LIBINO ANTONIO DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "G".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 082 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 082 de 28 de abril de 2016.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL  
POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor MARCOS ANTONIO LEITHOLD, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Eletricista, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "D".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

### **PRORROGA PRAZO DE ABERTURA PROC N.05/2016FMS**

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS – SC

AVISO DE LICITAÇÃO-PRORROGA PRAZO DE ABERTURA E ALTERA EDITAL

Processo Adm. Nº.05/2016

Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 05/2016

Tipo : Menor preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Entrega dos Envelopes ;08:00 horas –dia 19 de maio de 2016

Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia19 de maio de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Demetrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800

SAO CARLOS, 02 DE MAIO DE 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

# São Domingos

## PREFEITURA

### EDITAL-011-2016-CONVOCAÇÃO-PROVA PRÁTICA-EMPREGO-PUBLICO (1)

EDITAL Nº 011/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

A IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., no uso de suas atribuições, nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2016 e com acompanhamento da Comissão Especial designada pela Administração Municipal, CONVOCA OS CANDIDATOS HABILITADOS NA PROVA ESCRITA, PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA, conforme listagem nominal indicada no ANEXO I deste edital, e de acordo com as normas e condições já estabelecidas no Edital de Processo Seletivo Público supra indicado e também nas condições a seguir definidas:

#### 1. DA PROVA PRÁTICA

1.1 Fica antecipado a aplicação da prova prática, em virtude de haver somente um candidato aprovado, em comum acordo com o candidato e estabelecido novo cronograma de data e horário de início para aplicação da prova prática ao candidato aprovado na prova escrita, conforme tabela abaixo:

EMPREGO	DATA	HORÁRIO DE INÍCIO
Monitor de Programas Sociais-Informática	03/05/2016 ter	09:00

1.2 Do Local: Os candidatos convocados deverão comparecer na Prefeitura Municipal de São Domingos, localizada a Rua: Rua Getúlio Vargas, nº 750, Centro, Município de São Domingos SC.

1.3 O candidato aprovado na prova escrita conforme ANEXO I, deverá comparecer na data e local indicado no subitem 1.1 e 1.2 respectivamente, do presente Edital de Convocação com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido de início, munido de documento de identificação com foto.

1.4 O candidato que não comparecer até data e horário previsto no subitem 1.1 desde edital, será automaticamente excluído da prova prática e atribuído nota zero.

1.5 Os equipamentos a serem utilizados pelo candidato na prova prática é um microcomputador (PC) com sistema operacional Windows com os softwares da Microsoft Word e Excel já instalados.

#### 2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 Não será permitido ingresso de candidatos no local de realização da Prova Prática após o horário fixado para o seu início (subitem 1.1 desde edital), bem como de candidato cujo nome não conste na listagem nominal indicada no ANEXO I do presente Edital de Convocação.

2.2 Não será permitida, no dia da realização da Prova Prática, entrada de candidato portando armas.

2.3 Não haverá segunda chamada para a Prova Prática. O não comparecimento implicará na eliminação automática do candidato. Chapecó/SC, 02 de maio de 2016.

IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda.

#### ANEXO I

Monitor de Programas Sociais-Informática   Nível de Ensino Nível Médio com Prova Prática			
Sequência	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1	316243	04/11/1997	Mauricio Assis De Jesus

### EDITAL-014-2016-CLASSIFICAÇÃO-PROVISÓRIA-PRÁTICA-CONCURSO PÚBLICO (1)

EDITAL Nº 014/2016

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA E NOTA DA PROVA PRÁTICA

AOS CARGO DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS

A IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., no uso de suas atribuições, nos termos do Edital de Concurso Público Nº 001/2016 e com acompanhamento da Comissão Especial designada pela Administração Municipal, após processamento eletrônico das notas, gabarito oficial de finitivo e realização da prova prática, DIVULGA a Classificação Provisória dos candidatos aprovados, reprovados, ausentes e não habilitados na prova prática, listados em ordem de cargo conforme segue:

1. Lista dos classificados e reprovados por cargo dos candidatos que prestaram a prova prática com suas respectivas notas:

Motorista   Nível de Ensino Alfabetizado com Prova Prática
--



Posição	NºINSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		C. Gerais		C. Específicos		Nota teórica	Prática	Nota final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	315448	14/07/1993	Darlan Cezar Da Silva Severgnini	5	10,00	5	5,00	9	45,00	18,00	68,25	86,25	Aprovado
2	318851	18/07/1985	Michel Guzzo	6	12,00	2	2,00	9	45,00	17,70	59,85	77,55	Aprovado
3	308601	01/12/1989	Marcelo Balena	5	10,00	4	4,00	5	25,00	11,70	64,75	76,45	Aprovado
4	313869	15/12/1995	Fabricio Guidini De Andrade	3	6,00	3	3,00	8	40,00	14,70	61,25	75,95	Aprovado
5	308860	11/08/1967	Paulo Kissel	5	10,00	2	2,00	7	35,00	14,10	59,50	73,60	Aprovado
6	319985	10/02/1983	Marcos AntonioGalvao	3	6,00	3	3,00	4	20,00	8,70	64,75	73,45	Aprovado
7	307222	14/05/1994	Michel Cassol De Oliveira	5	10,00	3	3,00	12	60,00	21,90	50,75	72,65	Aprovado
8	310420	13/08/1959	Ademar Luiz De Andrade	1	2,00	2	2,00	3	15,00	5,70	66,50	72,20	Aprovado
9	315099	25/06/1996	Joao Paulo Maas	5	10,00	2	2,00	7	35,00	14,10	54,25	68,35	Aprovado
10	319765	01/11/1989	Gilson Dos Santos	4	8,00	4	4,00	9	45,00	17,10	50,75	67,85	Aprovado
11	311615	23/09/1966	Edilson Carlos Lourenco	3	6,00	2	2,00	4	20,00	8,40	57,75	66,15	Aprovado
12	312950	03/06/1984	Claudecir Valgoi	7	14,00	4	4,00	9	45,00	18,90	47,25	66,15	Aprovado
13	319667	03/07/1984	Denilson Da Silva	5	10,00	1	1,00	7	35,00	13,80	47,25	61,05	Aprovado
14	319716	10/04/1986	Volnei Leopoldo Romani	5	10,00	2	2,00	9	45,00	17,10	43,75	60,85	Aprovado
15	308602	29/10/1974	Paulo Cezar Comim Ribeiro	4	8,00	3	3,00	8	40,00	15,30	45,50	60,80	Aprovado
16	311341	09/02/1991	Renato Fonseca	4	8,00	4	4,00	7	35,00	14,10	45,50	59,60	Aprovado
17	314802	11/08/1990	Diego Adilar De Paulaa	5	10,00	1	1,00	7	35,00	13,80	42,00	55,80	Aprovado
18	312029	18/08/1992	ClevisOrlandi	6	12,00	3	3,00	7	35,00	15,00	38,50	53,50	Aprovado
19	313283	30/08/1972	Ivanir Jose Pagliarini	4	8,00	3	3,00	9	45,00	16,80	33,25	50,05	Aprovado
20	313020	15/03/1979	IvanorTonello	4	8,00	4	4,00	4	20,00	9,60	40,25	49,85	Reprovado
21	312195	26/03/1974	ClaudinorGeremia	5	10,00	1	1,00	5	25,00	10,80	38,50	49,30	Reprovado
22	313093	13/09/1970	Sidnei Rodrigues	4	8,00	2	2,00	5	25,00	10,50	36,75	47,25	Reprovado
23	317814	04/06/1959	JacirPantano	4	8,00	2	2,00	4	20,00	9,00	35,00	44,00	Reprovado
24	307790	16/02/1979	Eduardo Jose Buss	3	6,00	2	2,00	5	25,00	9,90	26,25	36,15	Reprovado
25	318947	17/03/1962	Claudio LuisTonatto	2	4,00	0	0,00	4	20,00	7,20	24,50	31,70	Reprovado
26	318473	28/05/1973	Valdecir Da Silva	6	12,00	3	3,00	5	25,00	12,00	5,25	17,25	Reprovado
27	311865	18/05/1995	Ideomar Lorentz	7	14,00	4	4,00	8	40,00	17,40	Nãohabil.	17,40	Reprovado
28	311617	23/02/1983	Elizete De Oliveira	6	12,00	5	5,00	8	40,00	17,10	Ausente	17,10	Reprovado
29	313939	04/10/1978	Andrea Aparecida Fonseca Mitkus	6	12,00	4	4,00	7	35,00	15,30	S/ Nota	15,30	Reprovado
30	316368	01/06/1977	Paulo Cesar Alexandre Rosa	5	10,00	3	3,00	7	35,00	14,40	Ausente	14,40	Reprovado
31	318687	09/08/1971	Claudir De Souza	4	8,00	4	4,00	7	35,00	14,10	Ausente	14,10	Reprovado
32	313057	09/09/1989	Maicon De Oliveira	6	12,00	4	4,00	6	30,00	13,80	Ausente	13,80	Reprovado
33	311797	02/12/1966	Paulo GenirMarafon	4	8,00	2	2,00	7	35,00	13,50	S/ Nota	13,50	Reprovado
34	312179	14/12/1984	Thiago Iurck Borges	5	10,00	4	4,00	6	30,00	13,20	S/ Nota	13,20	Reprovado
35	311628	11/10/1953	Adao Ari Carvalho	5	10,00	4	4,00	5	25,00	11,70	Ausente	11,70	Reprovado
36	313202	16/10/1961	Otavio Romano Zaremski	2	4,00	4	4,00	6	30,00	11,40	S/ Nota	11,40	Reprovado
37	312224	29/08/1984	Lucas Szczygel	4	8,00	4	4,00	5	25,00	11,10	S/ Nota	11,10	Reprovado
38	312874	11/11/1971	Gilmar Belatto	5	10,00	4	4,00	4	20,00	10,20	Ausente	10,20	Reprovado
39	316374	05/10/1984	Francisco Machado	5	10,00	4	4,00	4	20,00	10,20	Ausente	10,20	Reprovado
40	316740	31/12/1976	Paulo Roberto Guidini	3	6,00	2	2,00	5	25,00	9,90	S/ Nota	9,90	Reprovado
41	317536	20/07/1975	Ducler Ortiz	5	10,00	3	3,00	4	20,00	9,90	Ausente	9,90	Reprovado
42	311174	04/01/1985	Miguel Silva Correia	3	6,00	1	1,00	5	25,00	9,60	Nãohabil.	9,60	Reprovado
43	312188	24/07/1979	Edenilson Goncalves Tibes	2	4,00	2	2,00	5	25,00	9,30	CNHvenc.	9,30	Reprovado
44	313234	29/07/1963	Fiorelo Luiz Bolzan	3	6,00	4	4,00	3	15,00	7,50	S/ Nota	7,50	Reprovado

## Operador de Máquinas | Nível de Ensino Alfabetizado com Prova Prática

Posição	NºINSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		C. Gerais		C. Específicos		Nota teórica	Prática	Nota final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	313095	23/01/1980	Marcio Dos Santos	5	10,00	4	4,00	8	40,00	16,20	63,00	79,20	Aprovado
2	310679	09/02/1993	Pablo Luciano Sordi	6	12,00	4	4,00	9	45,00	18,30	59,85	78,15	Aprovado
3	315761	22/05/1986	Andrei Schvans	6	12,00	4	4,00	11	55,00	21,30	56,00	77,30	Aprovado
4	310754	21/05/1983	SilmarPiccini	7	14,00	5	5,00	10	50,00	20,70	56,00	76,70	Aprovado

5	309557	20/10/1984	Joel Lemes Trindade	5	10,00	3	3,00	5	25,00	11,40	63,00	74,40	Aprovado
6	318786	15/10/1973	Fernande Alberto Camera	4	8,00	4	4,00	6	30,00	12,60	61,25	73,85	Aprovado
7	319841	03/12/1958	Germano Luiz Lorentz	1	2,00	2	2,00	2	10,00	4,20	68,25	72,45	Aprovado
8	313073	29/06/1987	Claudinei Pedro Sutil	3	6,00	3	3,00	10	50,00	17,70	54,25	71,95	Aprovado
9	309680	15/02/1987	Adilson Maicon Capelaro	2	4,00	3	3,00	4	20,00	8,10	63,00	71,10	Aprovado
10	309822	25/03/1993	Marcelo StempczynskiZaremski	4	8,00	4	4,00	8	40,00	15,60	54,25	69,85	Aprovado
11	308501	17/04/1987	Cleimar Ferreira De Lima	6	12,00	3	3,00	6	30,00	13,50	54,25	67,75	Aprovado
12	306980	10/11/1987	Rogério Galetti	3	6,00	2	2,00	4	20,00	8,40	57,75	66,15	Aprovado
13	312961	13/06/1988	Valdinei AntonioDonadello	6	12,00	4	4,00	6	30,00	13,80	49,00	62,80	Aprovado
14	316221	18/01/1983	Cleiber Modesto Latreille	3	6,00	1	1,00	5	25,00	9,60	43,75	53,35	Aprovado
15	311353	16/01/1981	Ari Jose De Oliveira	4	8,00	4	4,00	6	30,00	12,60	35,00	47,60	Reprovado
16	313178	02/03/1992	Kelvin Antunes Gomes De Oliveira	3	6,00	3	3,00	9	45,00	16,20	22,75	38,95	Reprovado
17	318097	10/03/1998	Bruno Diego Geremia	4	8,00	3	3,00	5	25,00	10,80	Ausente	10,80	Reprovado
18	308521	23/08/1977	Vanderlei Ferreira	4	8,00	4	4,00	4	20,00	9,60	Nãohabil.	9,60	Reprovado

1.1. Os empates na nota final, foram aplicados para o desempate os critérios conforme itens "9.3." e seus subitens, do edital de concurso público nº 001/2016.

2. Não houve candidatos aprovados com necessidades especiais.

3. Serão admitidos recursos em face da classificação provisória quanto as notas das disciplinas, que poderão ser interpostos na modalidade on-line em nosso site na área do candidato no prazo até 3(três) dias úteis, após a publicação do presente edital.

Chapecó/SC, 02 de maio de 2016.

IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO & CONSULTORIA LTDA.

# São João do Oeste

## PREFEITURA

**CONTRATO 02/2016-FMAS**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO 02/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Maria Wiggers MEI

ORIGEM: Pregão presencial nº 004/2016

OBJETO: "Contratação de empresa para ministrar oficinas de artesanato para as famílias integrantes do CRAS do município de São João do Oeste."

VALOR TOTAL: 22.400,00

VIGÊNCIA: 01.04.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 01 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen – Prefeito Municipal.

**PP 38/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016 – Exclusivo para empresas MPEs

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de conjunto de lixeiras para o setor de urbanismo no município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 17 de maio de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 03 de maio de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

# São Joaquim

## PREFEITURA

**PROCESSO 96/2016 PMSJ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 96/2016

Pregão Presencial Nº 30/2016

Objeto: Locação de estrutura para o 12º SENAFRUT

Tipo: Menor preço global – Registro de Preço

Abertura: 13/05/2016 – 09h30min

Valor estimado: R\$ 81.812,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo conteúdo do edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 02 de maio de 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### **ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016**

#### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRA Nº 054/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016.

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para reforma e revitalização da praça FORQUILHINHAS, no bairro FORQUILHINHAS, são josé/sc.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

#### EMPRESAS LICITANTES:

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME;
- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- VINICIUS GOEDERT ME.

Apenas o representante da empresa DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME esteve presente na sessão pública. Ato contínuo, as propostas apresentadas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representante presente.

É o relatório.

#### 1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade nas propostas apresentadas pelas empresas participantes.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

#### CLASSIFICAR AS EMPRESAS:

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME;
- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- VINICIUS GOEDERT ME.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

- 1ª Classificada: MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME – R\$ 193.086,30 (cento e noventa e três mil, oitenta e seis reais e trinta centavos);
- 2ª Classificada: PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 3ª Classificada: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME – R\$ 213.624,86 (duzentos e treze mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos);
- 4ª Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA – R\$ 215.721,94 (duzentos e quinze mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos);
- 5ª Classificada: VINICIUS GOEDERT ME – R\$ 250.023,78 (duzentos e cinquenta mil, vinte e três reais e setenta e oito centavos);
- 6ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA – R\$ 250.739,83 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 03/05/2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 02 de maio de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Rejane Magali dos S. Medeiros	Adriana Pacheco Pedro	
Membro da CPL	Membro da CPL	
Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL		

## ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRA Nº 055/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA ADRIANO DE FARIAS, NO BAIRRO FORQUILHINHAS, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

#### EMPRESAS HABILITADAS:

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME;
- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- VINÍCIUS GOEDERT ME.

É o relatório.

#### ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações constatou irregularidade em relação à proposta da empresa Vinicius Goedert ME. A empresa descumpriu o item 12, subitem 12.4 do edital, que solicita:

"12.4 - O licitante deverá apresentar a composição analítica da Bonificação e Despesas Indiretas - BDI utilizados na sua proposta, que não poderá ser superior a 20,34% (vinte vírgula trinta e quatro por cento)." (grifo nosso)

Sendo assim, como o Edital determina, sem exceção, a apresentação da composição analítica da bonificação e despesas indiretas; e que tal composição não poderá ser superior a 20,34%, o descumprimento dessa exigência, conforme pode ser averiguado as folhas 499 dos autos, incorre em violação ao instrumento convocatório, tornando a proposta da empresa desclassificada.

Em vista das irregularidades na proposta apresentada, por todo o exposto acima, à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

#### DECLASSIFICAR A PROPOSTA DA EMPRESA

- VINICIUS GOEDERT ME e

#### CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME;
- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME: R\$ 338.855,95 (trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

2ª Classificada: PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP: R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

3ª Classificada: MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME: R\$ 353.012,41 (trezentos e cinqüenta e três mil, doze reais e quarenta e um centavos).

4ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA: R\$ 387.216,69 (trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 03/05/2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.



São José, 02 de maio de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Rejane Magali dos S. Medeiros	Adriana Pacheco Pedro	
Membro da CPL	Membro da CPL	
Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL		

## ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP Nº 006/2016

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRAS Nº 108/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO RESIDENCIAL LISBOA, NO BAIRRO FORQUILHINHAS, PARA LIGAÇÃO COM O LOTEAMENTO SANTA FELICIDADE, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

#### EMPRESAS LICITANTES

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- TRANSPEREIRA CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA;
- VECOM CONSTRUÇÕES EPP;
- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- VINÍCIUS GOEDERT ME.

É o relatório.

Os representantes das empresas DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME, VINÍCIUS GOEDERT ME, TRANSPEREIRA CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, e VECOM CONSTRUÇÕES EPP não estiveram presentes na sessão pública. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes.

#### 1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das empresas participantes.

No que se refere a empresa VINÍCIUS GOEDERT ME, apresentou "Certidão de Débitos relativos aos tributos municipais" (documento de regularidade fiscal, conforme art. 29, III da Lei nº 8.666/1993) com prazo de validade vencido desde o dia 30/11/2015, porém, como se trata de MICROEMPRESA a Lei Complementar nº 123/2006 em seu artigo 43, §2º assegura o direito de reapresentar – no prazo de 5 (cinco) dias úteis – documentos de regularidade fiscal que estejam com restrição. Nesse sentido, a empresa poderá apresentar novamente a CND Municipal ao final do processo, se posteriormente for declarada vencedora.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

#### HABILITAR AS EMPRESAS

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- TRANSPEREIRA CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA;
- VECOM CONSTRUÇÕES EPP;
- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- VINÍCIUS GOEDERT ME.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 03/05/2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 11/05/2016, às 16h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 29 de abril de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	

Rejane Magali dos S. Medeiros	Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL	Membro da CPL		
Adriana Pacheco Pedro			
Membro da CPL			

**DECRETO Nº 6159/2016**

DECRETO Nº 6159/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JANAINA APARECIDA GARCIA do cargo de Assessor III Administrativo – CCM4, com lotação no Gabinete do Vice-Prefeito.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6160/2016**

DECRETO Nº 6160/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MARIA HELENA DE SOUZA CESCNETO do cargo de Supervisor de Gabinete – CCM6, com lotação no Gabinete do Vice-Prefeito.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6161/2016**

DECRETO Nº 6161/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ADRIANO TORMENA do cargo de Coordenador de Gabinete – CCM5, com lotação no Gabinete do Vice-Prefeito.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6165/2016**

DECRETO Nº 6165/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ADRIANO TORMENA para o cargo em comissão de Coordenador de Licenciamento – CCM 5, com lotação na Secretaria da Segurança, Defesa Social e Trânsito, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6166/2016**

DECRETO Nº 6166/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada JANAINA APARECIDA GARCIA para o cargo em comissão de Assessor III administrativo – CCM 4, com lotação na Secretaria de Governo, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6167/2016**

DECRETO Nº 6167/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada MARIA HELENA DE SOUZA ESCONETO para o cargo em comissão de Supervisor de Fiscalização Urbana – CCM 6, com lotação na Secretaria de Infraestrutura, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6186/2016**

DECRETO Nº 6186/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado MARCOS DE SOUZA para exercer o cargo de Assessor II Administrativo – CCM 2, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6195/2016**

DECRETO Nº 6195/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado ALBENEIR JOSÉ FRANCISCO KONS para exercer o cargo de COORDENADOR – DE GINÁSIO – CCM5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6215/2016**

DECRETO Nº 6215/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada MONIQUE DA SILVA para exercer o cargo de Coordenador de Análise Técnica – CCM5, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6219/2016**

DECRETO Nº 6219/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MARIA EDUARDA ZANINI PEDRO BON do cargo de Coordenadora da Criança e Adolescente – CCM5, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6221/2016**

DECRETO Nº 6221/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada MARIA EDUARDA ZANINI PEDRO BON para o cargo em comissão de Assessor VII Administrativo – CCM7, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6224/2016**

DECRETO Nº 6224/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Concede ao servidor GUILHERMESCHNEIDER MACHADO, matrícula Nº 41.790-4, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6278/2016**

DECRETO Nº 6278/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado IVANIR RODRIGUES para exercer o cargo de Assessor I – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6279/2016**

DECRETO Nº 6279/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado DILMOMIRANDA para exercer o cargo de Assessor II Administrativo – CCM2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6280/2016**

DECRETO Nº 6280/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada PAULA REGINA DOSS. DA ROSA para o cargo em comissão de Assessor Técnico em Desenvolvimento Econômico – CCM 8, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6287/2016**

DECRETO Nº 6287/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6059/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência do servidor em tomar posse no cargo no qual foi nomeado por meio do decreto 6059/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6059/2016 de 28 de março de 2016, que nomeou o Sr. RODRIGO LAUTERTE para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6288/2016**

DECRETO Nº 6288/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MICHELE PINTO ANGILLO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO N° 6291/2016**

DECRETO N° 6291/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. LEONARDO PAMPLONAROSA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO N° 6292/2016**

DECRETO N° 6292/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. TEREZINHA MAZZUCCOVINTER para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO N° 6293/2016**

DECRETO N° 6293/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público

referente ao Edital N.º 002/2014;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MARISTELA ALESSANDRA PAULA VIEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO N° 6322/2016**

DECRETO N° 6322/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada CEULI TEREZINHA DA SILVA para exercer o cargo de Assessor II Administrativo – CCM2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO N° 6323/2016**

DECRETO N° 6323/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada RENATA DA SILVA MATEUS para o cargo em comissão de Assessor I – CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO N° 6324/2016**

DECRETO N° 6324/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada BEATRIZ DA CUNHA PORTO para o cargo em comissão de Assessor I – CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.



Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 6325/2016**

DECRETO Nº 6325/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º-Fica nomeada PRISCILA DOSSANTOS PACHECO para o cargo em comissão de Assessor I – CCM1, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 6333/2016**

DECRETO Nº 6333/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder à servidora RUGÊNIA MARIA DUARTE, matrícula Nº 41.315-1, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 6345/2016**

DECRETO Nº 6345/2016

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora PHÂMELLA GUESSER NAZÁRIO do cargo de Coordenador de Imunização – CCM5, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº 1.058 DE 27 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº 1.058 de 27 de abril de 2016

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATOS DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;  
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, em que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;  
-E o disposto no Art. 10º, da Lei 4.670/2008, em seu inciso VII, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 10.551/2016, relativo a ato disciplinar da servidora SA..M.O.B, e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Juliana Cristina dos Santos Prudêncio e Tânia Regina Janesch Wolf para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José (SC), 27 de abril de 2016

Daniela da Silva Fraga  
Secretária Municipal da Educação

### **PORTARIA - SA - N.º 375/2016**

P O R T A R I A - SA - N.º 375/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) NELIANE JUNKES GAMBA, matrícula n.º 1842-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 04.04.2016 à 03.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 376/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 376/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/cart. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I- Conceder ao(a) servidor(a) Sr(a) CHRISTIANE ADRIANO, matrícula n.º 35836-3, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 17 (dezessete) dias, de 01.04.2016 à 17.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 377/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 377/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/cart. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I- Conceder ao(a) servidor(a) Sr(a) DAYSE MARIA MARTINS DACRUZ, matrícula n.º 13959-3, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 12.12.2015 à 10.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 378/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 378/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/cart. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I- Conceder ao(a) servidor(a) Sr(a) DAYSE MARIA MARTINS DACRUZ, matrícula n.º 13959-3, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, Licença para Tratamento de Saúde por 50 (cinquenta) dias, de 11.03.2016 à 29.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 379/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 379/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/cart. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ROSANE MACHADO, matrícula n.º 25833-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 29.03.2016 à 27.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 380/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 380/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/cart. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I- Conceder ao(a) servidor(a) Sr(a) HELEN PATRICIA CANDIDO DE CAMPOS, matrícula n.º 10815-4, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 04.04.2016 à 03.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 381/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 381/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I- Conceder à servidora Sra. MIRIA RODRIGUES MARTINS BONGIOLO, matrícula n.º 30611-8, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeira, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 29.03.2016 a 24.09.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 382/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 382/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I- Conceder à servidora Sra. CARLA KNUST BASTOS, matrícula n.º 39600-1, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Médica, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 03.04.2016 a 29.09.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 383/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 383/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I- Conceder à servidora Sra. TAISSILVARACHADEL, matrícula n.º 32574-0, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 11.04.2016 a 07.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 384/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 384/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder à servidora Sra. FERNANDA TOMASI DIAS, matrícula n.º 30592-8, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Assistente Social, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 28.03.2016 a 23.09.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 385/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 385/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 102 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

## RESOLVE:

I- Conceder à servidora Sra. GRASIELA MARTINS WILL NOBRE, matrícula n.º 42087-5, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 04.04.2016 à 30.09.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Março de 2016

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 386/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 386/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

## RESOLVE:

I- Conceder ao(a) servidor(a) Sr(a). LEANDRA VIEIRA VIDAL PEREIRA, matrícula n.º 13607-7, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 15.04.2016 à 12.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 387/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 387/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

## RESOLVE:

I- Conceder ao(a) servidor(a) Sr(a). ADRIANA BRANDO DE SOUZA, matrícula n.º 13504-6, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 30 (trinta) dias, de 15.04.2016 à 14.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 388/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 388/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

## RESOLVE:

I- Conceder ao(a) servidor(a) Sr(a). GISELE OSTROSKI SOUZA FERREIRA, matrícula n.º 39822-5, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 30 (trinta) dias, de 18.04.2016 à 17.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 389/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 389/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

## RESOLVE:

I- Conceder ao(a) servidor(a) Sr(a). JANE APARECIDA MATOS, matrícula n.º 1317-0, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 30 (trinta) dias, de 19.04.2016 à 18.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 390/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 390/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I- Conceder ao(a) servidor(a) Sr(a). OLGAMARIABITTENCOURT SOARES, matrícula n.º 2780-4, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 19.04.2016 à 16.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 391/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 391/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I- Conceder ao(a) servidor(a) Sr.(a) VERA LUCIA FERNANDES RODRIGUES SILVA, matrícula n.º 29458-0, lotado(a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 15.04.2016 a 13.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 392/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 392/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 98, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Que o(a) servidor(a) Sr(a). NEIDE JUSSARA SIMÃO, matrícula n.º 2783-9, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, está apto para exercer suas atividades laborativas a partir de 19.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 19 de Abril de 2016.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 393/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 393/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 98, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I- Que o(a) servidor(a) Sr(a). DORACI APARECIDA BECKER, matrícula n.º 1006-5, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, está apto para exercer suas atividades laborativas a partir de 20.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 20 de Abril de 2016.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 394/2016**

PORTARIA- SA - N.º 394/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 03 (três) meses ao(a) servidor(a) Sr.(a) ALEXANDRE MADALENA, matrícula nº 1402-8, lotado(a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1990/1995.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Abril de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração



**PORTARIA - SA - N.º 395/2016**

PORTARIA- SA - Nº 395/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor(a) Sr. (a) JOSENAILDODASILVEIRA, matrícula nº 1942-9, lotado(a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Vigia, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2001/2006.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Abril de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 27 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 396/2016**

PORTARIA- SA - Nº 396/2016

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

I – Transferir o(a) servidor(a) Sr.(a) ALANEDER PEREIRA, matrícula nº 23111-8, lotado(a) na Secretaria de Receita, no cargo de Agente Operacional, para a Fundação de Esportes e Lazer.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Abril de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 29 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 397/2016**

PORTARIA- SA - Nº 397/2016

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

I – Transferir o(a) servidor(a) Sr.(a) EDMILSON DOSSANTOS, matrícula nº 23090-1, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, para a Secretaria de Administração.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Abril de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 29 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 398/2016**

PORTARIA- SA - Nº 398/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 114 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 9541/16 de 13.04.2016.

**RESOLVE:**

I – Conceder licenças em vencimentos, ao(a) servidor(a) Sr.(a) TUYANA CORREA DE CASTRO FARIA, matrícula nº 30751-3, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, para tratar de assuntos particulares, a partir de 27.04.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Abril de 2016.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de Abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 399/2016**

P O R T A R I A - SA - N.º 399/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando decisão exarada no processo nº 0302570-83.2016.8.24.0064,

**RESOLVE:**

I – Conceder ao(a) servidor(a) Sr.(a). VANDERLEI MARTINS, matrícula n.º 22092-2, lotado(a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 120 (cento e vinte) dias, de 16.03.2016 à 13.06.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Março de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 02 de Maio de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração



**PORTARIA Nº 034/2016**

PORTARIA Nº 034/2016

REVOGA PORTARIA Nº 031/2016/SMS/SJ QUE ALTEROU LOTAÇÃO DA SERVIDORA EMMELINE CLAYRE VIEIRA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/1990, no parágrafo único do art. 66, inciso II,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 031/2016/SMS/SJ que alterou lotação da servidora Emmeline Clayre Vieira, matrícula nº 355135 da Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC para o Conselho Municipal de Saúde do Município de São José/SC a qual exercerá suas funções de técnica administrativa junto a este MM. Conselho.

Art. 2º - Fica a servidora acima mencionada com sua lotação originária a partir de 02 maio de 2016, devendo cumprir sua carga horária integralmente na SMS/SJ.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 02 de maio de 2016.

Sinara Regina Landt Simioni  
Secretária Municipal da Saúde

**REPUBLICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO 008/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REPUBLICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO 008/2016 – Processo nº 137/2016-Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA ATENDER O SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até às 14h00min do dia 18 de maio de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 15h00min do dia 18 de maio de 2016.

Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 - Processo nº 045/2016. Fornecedor: BACKES CONFECÇÕES LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE FARDAMENTOS OPERACIONAIS destinadas aos BOMBEIROS COMUNITÁRIOS da 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 26.799,00 – vinte e seis mil, setecentos e noventa e nove reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 - Processo nº 071/2016. Fornecedor: RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA - LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, DESTINADOS AOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 274.000,00 – duzentos e setenta e quatro mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 005/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015**

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 005/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: EMPRESA AD SERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Prestação de serviços terceirizados na Câmara Municipal de São José. Reequilíbrio econômico-financeiro e alteração quantitativa do objeto contratual. Considerando os efeitos incidentes ao Contrato n.º 005/2015 pela determinação contida no Termo de Ajuste de Conduta n.º 27/2013, celebrado entre Câmara Municipal de São José e o Ministério Público do Trabalho, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região, em 27 de março de 2014, especialmente a possibilidade de aplicação de multa diária ao gestor em caso de descumprimento, de comum acordo, as partes decidem alterar quantitativamente os postos de trabalho contratados, a contar de 1º de abril de 2016, repercutindo na redução de R\$ 628.284,76 (seiscentos e vinte e oito mil, duzentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos), que representam uma diminuição de aproximadamente 53,99% do valor contratual reajustado, fundamentada na permissão do §2º, inciso II, do artigo 65, da lei n.º 8.666/1993. Valor global reajustado: R\$ 535.293,00 (quinhentos e trinta e cinco mil duzentos e noventa e três reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.34.00.00.00.00 0103 (13)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2016 - NOTA DE ESCLARECIMENTO**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2016

EDITAL DO PREGÃO N.º 001/2016

NOTA DE ESCLARECIMENTO

1 – Diante da divergência existente entre os itens 3.c e 3.d do Termo de Referência – Anexo II, por apresentar erro formal, o item 3.d deve ser considerado, prevalecendo o disposto no item 3.c: 3.c) Cobertura 3G em pelo menos 50% do estado de Santa Catarina. Permanecerá mantida a data da sessão pública da licitação, por não refletir em alteração das propostas.

São José/SC, 02 de maio de 2016.

GABRIEL NIENCHOTTER  
PREGOEIRO

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2016 - RESPOSTA**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2016

Resposta ao pedido de esclarecimentos ao Pregão Presencial n.º 001/2016, subscrito pela Sra. Fabiana Campagna, em nome da empresa Telefônica Brasil S/A.

Em 29 de abril de 2016, sob o n.º 362, foi protocolizado pedido de esclarecimentos ao Pregão Presencial n.º 001/2016, sem para tanto dele constar documentos pessoais da Requerente, bem documentos que comprovem juridicamente a representatividade legal da Sra. Fabiana Campagna.

O edital de maneira clara e objetiva no item 2.2 dispõe: 2.2 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Diante disso, vez que não cumpre as exigências específicas para sua eficácia, tal requerimento não poderá ser conhecido, por não estar em conformidade com o exigido no edital do Pregão Presencial n.º 001/2016.

São José/SC, 02 de maio de 2016.

GABRIEL NIENCHOTTER  
PREGOEIRO

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57.2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº57/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº57/2016, Edital de Pregão Nº57/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto, a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLA E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 13/05/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br). Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 004/2016 - ICSL**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

INSTITUTO CULTURAL SÃO LOURENÇO

OMUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, através do INSTITUTO CULTURAL SÃO LOURENÇO, por intermédio do Sr. PRESIDENTE, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, EMISSORAS DE RÁDIOS AM OU FM, PARA TRANSMISSÃO DO EVENTO, FLIC – FESTIVAL LOURENCIANO DA INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO, DE FORMA NÃO REMUNERADA, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2016, a partir das 07:30 horas do dia 04/05/2016, até às 15:00 horas do dia 01/07/2016, no Centro Administrativo Municipal, sito a, Rua Duque de Caxias, 789, Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de maio de 2016.

EVERTON LUIZ LOVERA

Presidente da Autarquia do ICSL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2016 - PR Nº 053/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

OMUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/05/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2016. MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA ESMERALDA EM LEIVA, COM PLANTIO E

PREPARAÇÃO DE SOLO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC NO ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 03 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 006, DE 02 DE MAIO DE 2016.**

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 006, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Origem: Art. 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica do Município, no Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.170, de 26 de junho de 2014 e 2.272, de 15 de abril de 2016. Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ nº 80.622.376/0001-77.

Objeto: Repasse de auxílio financeiro do Concedente à Conveniente, para o custeio das despesas com a manutenção das atividades e demais investimentos na entidade.

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Pagamento: Em 05 (cinco) parcelas no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada, no período de maio a setembro de 2016 e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no mês de outubro deste ano, com vencimento até o dia 30 de cada mês.

Dotação Orçamentária: 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.50.00.00.00.00 (D 123/2016).

Data da assinatura: 02/05/2016.

Vigência: de 02/05/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e Zilde Mônica Suzin Echer, Presidente da Conveniada.

## CÂMARA MUNICIPAL

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 702/2016**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 702, 02 DE MAIO DE 2016.

Aprova o Parecer Prévio nº 0103/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente ao Processo nº TCE-PCP - 15/00079143, relativo às contas do exercício de 2014 da Prefeitura de São Lourenço do Oeste - SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o Parecer Prévio nº 0103/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que recomenda a APROVAÇÃO das contas do exercício de 2014 da Prefeitura de São Lourenço do Oeste - SC, responsável Prefeito Geraldino Cardoso, processo nº TCE-PCP - 15/00079143.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de maio de 2016.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância e locação de cadeiras a serem realizados nos eventos da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 16 de maio de 2016.

Abertura: às 09 horas do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 02 de maio de 2016.

CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

Presidente da Fundação

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 61/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016  
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para instalação de cerca e execução de viga em concreto na Escola do Ensino Fundamental EMEIEF Amália Daltoé Agostini, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 24 de maio de 2016.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 02 de maio de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

**DECRETO N°056/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO N°056/2016**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1.017/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

05.02.08.243.7-2.036 – Func. e Manut. da Assistência Social R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0051 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de abril de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal



# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2016-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2016-FMS

PROCESSO Nº. 30/2016-FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de maio de 2016 às 14h.

Abertura das Propostas: 18 de maio de 2016 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 03 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 009/2016 - PROCON**

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 009/2016

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder/SC, através da sua Diretora, Nadiete Albino Marcilio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 024/2016, tendo como Auristela de Santana Ribeiro, inscrito no CPF sob nº 352.471.693-87 e MEGA VENDA ONLINE EIRELI- MEGAZINET, inscrito(a) no CNPJ sob nº 19.304.719/0001-44. Nos termos do artigo 29, §2º do Decreto Municipal 2139/10, por este Edital fica INTIMADA a reclamada MEGA VENDA ONLINE EIRELI- MEGAZINET para: no dia 13/05/2016, às 16h00min, comparecer na Audiência de Conciliação na Sede do PROCON onde, frustrada a conciliação e sendo do interesse da reclamada, apresentar defesa na forma do artigo 44 do Decreto Federal 8.078/90 e artigo 33 do Decreto Municipal 2139/10. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e Nadiete Albino Marcilio, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 02 de maio de 2016.

Nadiete Albino Marcilio

PROCON – Schroeder/SC

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 56/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 56/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 23/2016-PMS - Processo nº. 81/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-525.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de fogão industrial para atender a demanda da E.M. Profª. Clarice Lange Jacobi da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS, 40X40 CM, SEM FORNO, BAIXA PRESSÃO, COM PINTURA EPÓXI. Confeccionado em chapa aço carbono com pintura epóxi. Grelhas em ferro fundido, com dimensão 40x40 cm, em formato redondo de 8 dedos. Queimadores simples, duplos ou triplos, em ferro fundido. Com bandeja coletora de resíduos e porta-panels. Registro tipo Torneira. Dimensões aproximadas do fogão: 800x1490x1120mm (AxLxP).	01	Unid.	1.500,00	1.500,00
TOTAL R\$					1.500,00

Valor do contrato: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 02/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 46/2016 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 46/2016 - PMS

Chamada Pública nº. 03/2016 – PMS - Processo nº. 59/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CRISTIANO GOTTHILFERN, inscrito no CPF sob nº 854.310.879-91, residente na Rua Otto Hackbarth nº. 358, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº 01/2016-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
CRISTIANO GOT-THILF ERN	854.310.879-91	SDW0854310879910610140527	02 - ALFACE (Tipo lisa, crespa, americana ou roxa) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	2.000 (peça)	2,25	4.500,00
			14 - COUVE FOLHA - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	500 (maço)	2,85	1.425,00
			VALOR TOTAL R\$			

Data da Assinatura: 02/05/2015 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 47/2016 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 47/2016 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2016 - PMS - Processo nº. 59/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ENIO ELDO SCHEIDT, inscrito no CPF sob nº. 384.331.099-87, residente na Rua 25 de Julho, nº. 449, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 01/2016-PMS, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/ Unidade	Preço Proposto	Valor Total
ENIO ELDO SCHEIDT	384.331.099-87	SC42174020301022800000119	02 - ALFACE (Tipo lisa, crespa, americana ou roxa) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	1.000 (peça)	2,25	2.250,00
			7- BETERRABA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	2.000 (kg)	2,59	5.180,00
			15- ESPINAFRE - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	150 (maço)	3,28	492,00
			18- PEPINO MÉDIO PARA SALADA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	1.500 (kg)	2,85	4.275,00
			24- VAGEM - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	400 (kg)	4,98	1.992,00
			VALOR TOTAL R\$			

Data da Assinatura: 02/05/2015 - Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 48/2016 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 48/2016 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2016 - PMS - Processo nº. 59/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: IVONETE CAMPREGHER, inscrita no CPF nº 907.756.359-87, portadora da carteira de identidade nº. 1089640864, residente na Estrada Geral Serra dos Alves, na cidade de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, CEP: 88420-000.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 01/2016-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/ Unidade	Preço Proposto	Valor Total
IVONETE CAMPREGHER	907.756.359-87	SDW090775639870307120936	11- CHÁ ORGÂNICO (ERVAS E FRUTAS) - produto desidratado e embalado hermeticamente, com data de validade. Deverá apresentar odor característico, não deverá apresentar perfurações, nem fungos.	40 (kg)	281,67	11.266,80
VALOR TOTAL R\$						11.266,80

Data da Assinatura: 02/05/2015 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 49/2016 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 49/2016 - PMS

Chamada Pública nº. 03/2016 – PMS - Processo nº. 59/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOÃO LUIS BRUMULLER, inscrito no CPF sob nº. 928.655.269-68, residente na Tifa Silvado, no Município Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 01/2016-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/ Unidade	Preço Proposto	Valor Total
JOÃO LUIS BRUMULLER	928.655.269-68	SDW09286555269682207140212	3- BANANA CATURRA - produto CLIMATIZADO, de boa qualidade e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	11.000 (kg)	1,76	19.360,00
VALOR TOTAL R\$						19.360,00

Data da Assinatura: 02/05/2015 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 50/2016 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 50/2016 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2016 – PMS - Processo nº. 59/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MARGARETE BRAND inscrito no CPF sob nº. 573.530.349-04, residente na Rua Otto Hackbarths nº, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 01/2016-PMS, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/ Unidade	Preço Proposto	Valor Total
MARGARETE BRAND	573.530.349-04	SDW0947783029150203150859	9- CEBOLINHA (TEMPERO) – maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	700 (maço)	2,41	1.687,00
			14-COUVEFOLHA - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	200 (maço)	2,85	570,00
			15- ESPINAFRE - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	150 (maço)	3,28	492,00
			21- SALSINHA (TEMPERO) - maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	700 (maço)	2,41	1.687,00
			VALOR TOTAL R\$			

Data da Assinatura: 02/05/2015 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 51/2016 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 51/2016 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2016 – PMS - Processo nº. 59/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SELMADRAEGER, inscrita no CPF sob nº. 824.371.819-20, residente na Rua 25 de Julho, nº. 57, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 01/2016-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/ Unidade	Preço Proposto	Valor Total
SELMA DRAEGER.	824.371.819-20	SSDW0824371819202704161030	1- AIPIM DESCASCADO CONGELADO – tipo branco, grau normal de evolução no tamanho, cor própria, sem fermentos, não fibroso, descascado, lavado, congelado e embalado em plástico transparente com identificação: nome do produto, data de fabricação e data de validade. Embalagens de 1 ou 5 kg.	2.500 (kg)	3,41	8.525,00
VALOR TOTAL R\$						8.525,00

Data da Assinatura: 02/05/2015 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 52/2016 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 52/2016 - PMS

Chamada Pública nº. 03/2016 – PMS - Processo nº. 59/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SIDINEIJAIRSTREIT, inscrita no CPF sob nº. 986.563.849-53, residente na Rua Gustavo Streit, nº. 1545, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 01/2016-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/ Unidade	Preço Proposto	Valor Total
SIDINEIJAIRSTREIT	986.563.849-53	SDW0986563849532503140437	19- POLPA DE FRUTA CONCENTRADA DIVERSOS SABORES – produto congelado, para confecção de suco. Sem resíduos de impurezas, e sem sabor amargo. Embalado em plástico transparente com identificação: nome do produto, data de fabricação e data de validade. Embalagens de 1 kg.	1.150 (kg)	17,37	19.975,50
VALOR TOTAL R\$						19.975,50

Data da Assinatura: 02/05/2015 – Vigência: 31/12/2016



OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 53/2016 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 53/2016 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2016 – PMS - Processo nº. 59/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VALDINOSIEVERS, inscrita no CPF sob nº. 690.423.069-04, residente na Rua Duas Mamas, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 01/2016-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/ Unidade	Preço Proposto	Valor Total		
VALDINOSIEVERS	690.423.069-04	SSDW0690423069042503140147	6- BATATA DOCE - produto fresco, de boa qualidade, tamanho uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	200 (KG)	2,87	574,00		
			8- BROCÓLIS - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	1.000 (PEÇA)	4,43	4.430,00		
			12- CHUCHU - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	300 (KG)	2,84	852,00		
			13- COUVE FLOR - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	1.000 (PEÇA)	4,88	4.880,00		
			16- MILHO VERDE EM ESPIGA (DESCASCADO) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, grãos sem ferimentos, firmes, sem manchas. Espiga intacta, sem parasitas.	8.370 (ESPIGA)	1,00	8.370,00		
			VALOR TOTAL R\$					19.106,00

Data da Assinatura: 02/05/2015 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 54/2016 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 54/2016 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2016 - PMS - Processo nº. 59/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VALFRIDO PEDRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob nº. 619.393.159-72, portador da carteira de identidade nº. 1.587.401-SSP-SC, residente na Rua Presidente Costa e Silva, nº 2643, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 01/2016-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
VALFRIDO PEDRO DOS SANTOS	619.393.159-72	SDW0619393159722609120922	4- BANANA CATURRA ORGANICA - produto CLIMATIZADO, de boa qualidade e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	6.640 (kg)	3,01	19.986,40
VALOR TOTAL R\$						19.986,40

Data da Assinatura: 02/05/2015 - Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº. 55/2016 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento Contrato nº. 55/2016 - PMS

Chamada Publica nº. 03/2016 - PMS - Processo nº. 59/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: WELYNTON DOS SANTOS, inscrito no CPF sob nº. 092.346.859-54, portador da carteira de identidade nº. 5.073.091-SSP-SC, residente na Rua Presidente Costa e Silva, nº 2643, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 01/2016-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade/Unidade	Preço Proposto	Valor Total
-----------------------------	-----	-----	---------	--------------------	----------------	-------------

WELYNTON DOS SANTOS	092.346.859-54	SDW0092346859541504161104	5- BANANA PRATA ORGANICA - produto CLIMATIZADO, de boa qualidade e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	6.345 (kg)	3,15	19.986,75
VALOR TOTAL R\$						19.986,75

Data da Assinatura: 02/05/2015 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 6.520/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.520/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Samuel Corrêa, do cargo comissionado de Assessor de Assistência Social, com efeitos retroativos a partir de 1º de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK

DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF

Prefeito Municipal

Diretora de Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.521/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.521/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Samuel Corrêa, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 1º de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.522/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.522/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela servidora Sra. Jaqueline Heloise Modrock, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. Jaqueline Heloise Modrock, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 1º de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.523/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.523/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por Licença Maternidade da servidora, Sra. Fabiani Muller em 11 de abril de 2016;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.363/2015, de 1º de julho de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Rosangela Almeida Paz, para exercer o cargo de Professora A, subárea Ensino Fundamental Anos Iniciais, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.524/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.524/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Maria Elane Souza Mendes em 18 de abril de 2016;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.506/2015, de 02 de dezembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Odete Aparecida Silveira, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 002/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 30/2016-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 02/05/2016 Válido até: 02/05/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Co

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CONTRATAÇÃO DE MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 28 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte. Possuir garagem no município ( para facilitar o acesso imediato. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado à contratada substituir qualquer veículo ( ônibus ) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratos para outra empresa, que não seja a citada e homologada em contrato.	KM	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	4,7600	1
2	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 43 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte. Possuir garagem no município ( para facilitar o acesso imediato. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado à contratada substituir qualquer veículo ( ônibus ) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratos para outra empresa, que não seja a citada e homologada em contrato.	KM	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	4,7900	1



Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 02/05/2016		Válido até: 02/05/2017			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Co							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 45 LUGARES, para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte. Possuir garagem no município ( para facilitar o acesso imediato. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado a contratada substituir qualquer veículo ( ônibus ) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratados para outra empresa, que não seja a citada e homologada em contrato.	KM	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	4,7800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 02/05/2016		Válido até: 02/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Co							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2016  
PROCESSO N° 57/2016  
(7257) - TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA

Schroeder, 2 de Maio de 2016.

**DISPENSA Nº 23/2016-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 23/2016 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 81/2016  
**Data:** 02/05/2016

Folha: 1/2

**Fornecedor:** COMERCIAL VITORIA LTDA - ME  
**Endereço:** R WALLY EMILIA MOHR,60 - SALA 02  
**Cidade:** JARAGUA DO SUL - SC  
**CNPJ:** 18.138.763/0001-69**Código:** 12658**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de fogão industrial para atender a demanda da E.M. Profª. Clarice Lange Jacobi da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS, 40X40 CM, SEM FORNO, BAIXA PRESSÃO, COM PINTURA EPÓXI. Confeccionado em chapa aço carbono com pintura epóxi. Grelhas em ferro fundido, com dimensão 40x40 com, em formato redondo de 8 dedos. Queimadores simples, duplos ou triplos, em ferro fundido. Com bandeja coletora de resíduos e porta-panelas. Registro tipo Torneira. Dimensões aproximadas do fogão: 800x1490x1120mm (AxLxP)	UN	1.500,00	1.500,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**II -** para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Atender a necessidade do aumento da demanda de alunos matriculados na unidade escolar e respeitar o cardápio escolar. O fogão industrial foi solicitado pela unidade escolar após o processo de licitação (Processo nº 242/2015-PMS) estar concluído, não prevendo este local.

Schroeder, 2 de Maio de 2016

-----  
**OSVALDO JURCK**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> Nr.: 23/2016 - DL
	Processo Nr.: 81/2016 Data: 02/05/2016
	Folha: 2/2

30/4/2016

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 30 de Abril de 2016

**Valor da Despesa:**

1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 063/2016

DECRETO Nº 063/2016 DE 25 DE ABRIL DE 2016.

"DISPÕESOBREACOMPOSIÇÃOODASDESTINAÇÕESDERECURSOSSESEUSDETALHAMENTOS,ORIUNDASDOSUPERÁVITFINANCEIRODE2015EDÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e na forma do inciso II do Art. 5º da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1050/2015 DE 10/12/2015)

DECRETA :

Art. 1º - A composição do Superávit Financeiro apurado no Balanço Anual de 2015, obedecerá os valores de acordo com as Destinações de Recursos e seus respectivos Detalhamentos de acordo com a relação abaixo:

Nº CONTA BANCÁRIA – RECURSOS ORDINÁRIOS	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 11.175-9 – IPI	0.3.00	4.280,11
BCO BRASIL – CTA 30.140-X – ITR	0.3.00	24,98
BCO BRASIL – CTA 134.000-X – FPM	0.3.00	179.183,25
BCO BRASIL – CTA 14.034-1 – CEX	0.3.00	6.978,22
BCO BRASIL – CTA 19.228-7 – SIMPLES NAC.	0.3.00	4.078,13
BCO BRASIL – CTA 21.519-8 – IPVA	0.3.00	2.659,29
BCO BRASIL – CTA 21.562-7 – ICMS	0.3.00	59.109,75
BCO BRASIL – CTA 283.145-7 – ICMS DESONERAÇÃO	0.3.00	1.227,46
BCO BRASIL – CTA 33-7 – MOVIMENTO	0.3.00	50.318,00
BCO BRASIL – CTA 43.808-1 – CONCURSO PÚBLICO	0.3.00	16.486,59
BCO BRASIL – CTA 42.720-9 – FIA	0.3.00	8.640,96
BCO BRASIL – CTA 46.114-8 – RADIOPATROLHA	0.3.00	5.048,54
CEF – CTA 48-1 – HABITAÇÃO	0.3.00	2.644,60
CEF – CTA 57-0 – MOVIMENTO	0.3.00	33.623,50
CEF – CTA 53-8 – PROVISÃO 13º SALÁRIO	0.3.00	18.143,25
SICOOB – CTA 10.440-0 – MOVIMENTO	0.3.00	67.917,36
TOTAL DA FONTE ORDINÁRIA		460.363,99
- Restos a Pagar - Recursos ordinários		30.851,91
- Superávit – Recursos Ordinários		429.512,08
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 06	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 14.484-3 - CIDE	0.3.06	701,86
- Superávit – Fonte 06		701,86
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 07	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 50.723-7 - COSIP	0.3.07	15.231,60
- Superávit – Fonte 07		15.231,60
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 10	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 6.374-6 – MANUTENÇÃO CRECHE/FNDE	0.3.10	65.873,79
- Superávit – Fonte 10		65.873,79
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 12	DR P/ 2016	VALOR R\$
CEF – CTA 647.138-9 – RETROESCAVADEIRA	0.3.12	201.504,17
BCO BRASIL – CTA 6.702-4 – CARRETA MOTORIZADA	0.3.12	5.005,49
- Superávit – Fonte 12		206.509,66
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 15	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 23.961-5 – FUNDO ESPECIAL	0.3.15	5.744,05
- Superávit – Fonte 15		5.744,05
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 16	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 58.210-7 – FUNREBOM	0.3.16	6.120,53
- Superávit – Fonte 16		6.120,53

Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 22	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 6.051-8 – FNAS-FBFI	0.3.22	13.690,38
BCO BRASIL – CTA 6.050-X – FNAS-IGD-SUAS	0.3.22	2.624,75
BCO BRASIL – CTA 6.049-6 – FNAS-IGD	0.3.22	11.639,29
BCO BRASIL – CTA 6.089-5 – FNAS-SCFV	0.3.22	2.200,57
BCO BRASIL – CTA 5.987-0 – FEAS-CUSTEIO	0.3.22	11.884,20
BCO BRASIL – CTA 5.988-9 – FEAS-INVESTIMENTO	0.3.22	16,86
BCO BRASIL – CTA 5.986-2 – FEAS-BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0.3.22	14,02
BCO BRASIL – CTA 6.687-7 – PMSPS BASICA	0.3.22	13.141,74
- Restos a Pagar Fonte 22		737,00
- Superávit – Fonte 22		54.474,81
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 24	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – 7.704-6 – POLÍCIA MILITAR	0.3.24	2.214,71
- Superávit – Fonte 24		2.214,71
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 25	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – 7.690-2 – POLÍCIA CIVIL	0.3.25	11.239,95
- Superávit – Fonte 25		11.239,95
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 26	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – 8.077-2 – CONVÊNIO TRÂNSITO	0.3.26	13.220,60
- Superávit – Fonte 26		13.220,60
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 28	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – 13.961-0 – QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO	0.3.28	49.509,14
- Superávit – Fonte 27		49.509,14
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 30	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – 21.624-0 - PNAE	0.3.30	6.985,32
- Superávit – Fonte 30		6.985,32
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 44	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – 84-1 – BADESC CIDADES	0.3.44	14.237,48
- Superávit – Fonte 44		14.237,48
Nº DA CTA BANCÁRIA – FONTE 50	DR P/ 2016	VALOR R\$
BCO BRASIL – 45.878-3 – ALIENAÇÃO DE BENS	0.3.50	807,38
- Superávit – Fonte 50		807,38
COMPOSIÇÃO DO SUPERÁVIT		VALOR R\$
TOTAL DE RECURSOS ORDINÁRIOS		460.363,99
- Restos a Pagar – Recursos Ordinários		(30.851,91)
TOTAL DE SUPERÁVIT ORDINÁRIO		429.512,08
TOTAL DE RECURSOS VINCULADO		453.607,88
- Restos a Pagar – Recursos Vinculados		(737,00)
TOTAL DE SUPERÁVIT VINCULADOS		452.870,88
TOTAL DO SUPERÁVIT		882.382,96

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE  
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 015/2016

Audiência Pública para a Construção da Casa Mortuária.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso das atribuições legais TORNA PÚBLICO o presente Edital que CONVOCA a comunidade Serraltense e Entidades legalmente constituídas para a AUDIÊNCIA PÚBLICA onde serão tratados assuntos relativos a CONSTRUÇÃO DE UMA CASA MORTUÁRIA em nossa cidade, ficando agendada para:

DATA: 03/05/2016 – Terça-Feira;

HORÁRIO: 19h30min;

LOCAL: Auditório do Centro Municipal de Educação (Rua Sete de Setembro, 530, centro).

Ficando assim convocados todos os representantes dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

Será imprescindível a presença de todos.

Serra Alta, SC, 02 de maio de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE  
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 016/2016

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS PARA O LOTEAMENTO SÃO MIGUEL, TRECHO DA RUA JOSÉ CERIZOLLI, TRECHO DA RUA MANOEL DANOBRAGA E TRECHO DA RUA DOM JOÃO VI.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, cumprindo o estabelecido no Código Tributário Municipal Lei Complementar nº. 017/2014 torna público que, a Audiência Pública, para a Contribuição de Melhoria das Obras de Pavimentação Asfáltica para os trechos das Ruas mencionados na relação conforme quadras e lotes, ficando agendada para:

DATA: 04/05/2016 – Quarta-Feira;

HORÁRIO: 19h30min;

LOCAL: Auditório do Centro Municipal de Educação (Rua Sete de Setembro, 530, centro).

Relação dos contribuintes diretamente beneficiados pela obra:

Contribuinte	Rua	Quadra	Lote
MUNICÍPIO	RUA ALMIRANTE BARROSO	-	-
NEURO CERIZOLLI	RUA ALMIRANTE BARROSO	-	-
ACIR CERIZOLLI	RUA ALMIRANTE BARROSO	-	-
JAIME CERIZOLLI	RUA ALMIRANTE BARROSO	-	-
MUNICÍPIO	RUA ALMIRANTE BARROSO	-	-
LUIZ BAESSO	RUA ALMIRANTE BARROSO	-	-
ACIR CERIZOLLI	RUA ALMIRANTE BARROSO	-	-
ÂNGELO CERIZOLLI	RUA ALMIRANTE BARROSO	-	-
JORGE VEIDERBERG	RUA FORTUNATO SARTORI	63	01
VALINHO BREITENBACH	RUA FORTUNATO SARTORI	63	16
IVAN C. REOLON	RUA FORTUNATO SARTORI	63	15
MÁRIO FELDKIRCHER	RUA FORTUNATO SARTORI	63	14
RODRIGO BÃO	RUA FORTUNATO SARTORI	63	13
ANGELO TONET	RUA FORTUNATO SARTORI	63	12
LUIZ R. DA SILVA	RUA FORTUNATO SARTORI	63	11
IVALDINO GALIAZZI	RUA FORTUNATO SARTORI	63	10
ROBERSON SARTORI	RUA FORTUNATO SARTORI	68	01
ROBERSON SARTORI	RUA FORTUNATO SARTORI	68	13
OLIDES SILVEIRA	RUA FORTUNATO SARTORI	68	12
VALDENIR A. PRIOR	RUA FORTUNATO SARTORI	68	11
DAIANE WESCHENFELDER	RUA FORTUNATO SARTORI	68	10
IVO M. DREIFKE	RUA FORTUNATO SARTORI	68	09A
AMAURO NEMERSKI	RUA FORTUNATO SARTORI	68	09
JEFERSON MARTINI	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	63	02
JOVINO TAUFFER DOS SANTOS	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	63	03

ELISETE SCHOSKI	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	63	04
VOLNEI FUHR	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	63	05
ARTENIO CARLOTTO	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	63	06
JONATAN TONET	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	63	07
JOÃO M. GONÇALVES DA SILVA	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	63	08
ADAIR SILVEIRA	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	63	09
AMAUARI NEMERSKI	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	68	02
AMAUARI NEMERSKI	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	68	03
ENIDIO BERNARD	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	68	04
DANIEL BERNARD	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	68	05
INÊS BARROS	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	68	06
ALEX BARROS	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	68	07
LUIZ PICOLLI	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	68	08
ROSINEI SOARES DE PAULA	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	64	01
VOLNEI J.FUHR	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	64	14
JARDELINO ANTUNES	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	64	13
GEONA DALL AGNOL	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	64	12
TEODORO EICH	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	64	11
LEVIS PAGHIOCHI	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	64	10
EDELVAN DE CARLI	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	64	09
EDELVAN DE CARLI	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	64	08
MARILDO GIARETTA	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	67	01
PEDRO M. ZIMER	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	67	14
SILVIO BLANGER	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	67	13
ELSON P. REZEL	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	67	12
MARILDO GIARETTA	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	67	11
ADÃO F. SIQUEIRA	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	67	10
AMILTON MOCELIN	RUA AQUILINO PAGHIOCHI	67	09
DANIEL DE CARLI	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	64	03
DENOIR ZAMPIERON	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	64	04
NILTON F. DA SILVA	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	64	05
FRANKLIN D. LONGO	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	64	06
LAURO STEFENS	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	64	07
TIAGO GAMBA	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	67	02
ELIAS C. DALL AGNOL	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	67	03
INÊS BARROS	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	67	04
REINALDO ZIMER MANN	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	67	05
ADEMIR SCHIMTZ	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	67	06
ALFREDO FUHR	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	67	07
IRINEU FUHR	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	67	08
EVANY DORNHAUSER	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	65	06
TIAGO TOMAZELLI	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	65	05
CARLOS BERNADI	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	65	04
CLAUDIR MOSSMANN	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	66	01
ADIRLEI SENHOR	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	66	02
MAURO MARCA	RUA LINDOIA SANTOS NECKEL	66	03
IVALDINO GALIAZZI	RUA LEONÓRIO GIRELLI	63	10
ADAIR SILVEIRA	RUA LEONÓRIO GIRELLI	63	09
EDELVAN DE CARLI	RUA LEONÓRIO GIRELLI	64	08
LAURO STEFENS	RUA LEONÓRIO GIRELLI	64	07
CARLOS BERNARDI	RUA LEONÓRIO GIRELLI	65	04
ADÃO DE ANDRADE	RUA LEONÓRIO GIRELLI	65	03
DORIANA FLORES	RUA LEONÓRIO GIRELLI	65	02
PAULO S. CECATTO	RUA LEONÓRIO GIRELLI	65	01
ROBERSON SARTORI	RUA LEONÓRIO GIRELLI	68	01
AMAUARI NEMERSKI	RUA LEONÓRIO GIRELLI	68	02
MARILDO GIARETTA	RUA LEONÓRIO GIRELLI	67	01
TIAGO GAMBA	RUA LEONÓRIO GIRELLI	67	02
CLAUDIR MOSSMANN	RUA LEONÓRIO GIRELLI	66	01
NIRTO SENHOR	RUA DOM JOÃO VI	42	05
MAURO J. ESCHLER	RUA DOM JOÃO VI	42	06
EDERSON CERIZOLI	RUA DOM JOÃO VI	72	13
CLAUDINEI PAULETTO	RUA DOM JOÃO VI	72	12
DARCI JOHANN	RUA MANOEL DA NOBREGA	42	01

ROSANE GIARETTA	RUA MANOEL DA NOBREGA	42	12
ELENIR J. DAMO	RUA MANOEL DA NOBREGA	42	11
VALTER STADLOBER	RUA MANOEL DA NOBREGA	42	10
DELCIR CEREZOLLI	RUA MANOEL DA NOBREGA	58	01
DELCIR CEREZOLLI	RUA MANOEL DA NOBREGA	58	12
PIERINA REGINATTO	RUA MANOEL DA NOBREGA	58	11
EUSÉBIO DONIDA	RUA MANOEL DA NOBREGA	58	10
VALDIR Fucks	RUA MANOEL DA NOBREGA	43	06
LUCIANA VOGEL	RUA MANOEL DA NOBREGA	43	07
IVANIA DREIHER	RUA MANOEL DA NOBREGA	43	08
ANTONIO GRIEBLER	RUA MANOEL DA NOBREGA	43	09
IVO CIEPLACK	RUA MANOEL DA NOBREGA	59	03
ELOIR DOS SANTOS	RUA MANOEL DA NOBREGA	59	04
JOÃO J. CORRÊA	RUA MANOEL DA NOBREGA	59	05
ALTAIR REGINATTO	RUA MANOEL DA NOBREGA	59	06
ILÁVIA JUNG	RUA MANOEL DA NOBREGA	59	07
DEONILDO PERREIRA	RUA MANOEL DA NOBREGA	59	08
ARTEMIO CARLOTTO	RUA MANOEL DA NOBREGA	59	09
MAURO J. ESCHLER	RUA JOSE CERIZOLLI	42	08
EUFILIA CERIZOLLI	RUA JOSE CERIZOLLI	42	07
ILÁRIO CERIZOLLI	RUA JOSE CERIZOLLI	42	06
VOLNEI RECH	RUA JOSE CERIZOLLI	42	05
VALTER STADLOBER	RUA JOSE CERIZOLLI	42	04
ANTONIO GRIEBLER	RUA JOSE CERIZOLLI	43	09
CERSAR E MOACIR BARRO	RUA JOSE CERIZOLLI	43	10
VALMIR SENHOR	RUA JOSE CERIZOLLI	58	03
ALDERI NAZARI	RUA JOSE CERIZOLLI	58	02
DELCIR CERIZOLLI	RUA JOSE CERIZOLLI	58	01
IVO CIEPLACK	RUA JOSE CERIZOLLI	58	03
JORGE EBERHART	RUA JOSE CERIZOLLI	58	02
IVANIR BIOLCHI	RUA JOSE CERIZOLLI	58	01

Ficando assim convocados todos os contribuintes diretamente beneficiados com a obra acima mencionada, representantes dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

Será imprescindível a presença de todos.

Serra Alta, SC, 02 de maio de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

# Siderópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO FMS COMPETÊNCIA 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 30/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: INFOWAY - COMERCIO DE INFORMATICA E TELECOMUNICACA  
Valor ..... : 2.100,00 (dois mil e cem reais)  
Vigência ..... : Início: 08/04/2016 Término: 09/01/2017  
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Comprase Serviços Nº.: 1/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (8)  
Objeto.....: Contratação de operadora de comunicação, devidamente licenciada, para instalação e manutenção de acesso à internet através de rádio em 03 pontos distribuídos nas Unidades de Saúde do município de Siderópolis e em conformidade com as especificações do edital e seus anexos.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016  
Contrato Nº.: 31/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: GRÁFICA E PAPELARIA FRASSETTO LTDA ME  
Valor.....: 38.239,00 (trinta e oito mil duzentos e trinta e nove reais)  
Vigência ..... : Início: 18/04/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (17), 2.029.3.1.90.00.00.00.00.00 (27), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (40)  
Objeto ..... : Aquisição de materiais gráficos para atendimento as Unidades de Saúde do município, durante o exercício de 2016.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016

### EXTRATO DO CONTRATO PMS COMPETÊNCIA 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 23/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: CARMINATTI MAT.DE CONSTRUCAO LTDA  
Valor.....: 62.977,85 (sessenta e dois mil novecentos e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 01/04/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (98)  
Objeto.....: Aquisição de forma parcelada de materiais de construção e artigos diversos para a Manutenção da Secretaria de Obras e serviços municipais, durante o exercício de 2016.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016  
Contrato Nº.: 26/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: GPS PNEUS E SERVICOS EIRELI - ME

Valor.....: 69.250,00 (sessenta e nove mil duzentos e cinqüenta reais)  
Vigência ..... : Início: 01/04/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (98)  
Objeto ..... : Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras e protetores para manutenção dos veículos pertencentes à frota do município durante o exercício de 2016.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016  
Aditivo Nº ..... : 5-77/2014 - Contrato Nº: 77/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 09/09/2016  
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica em 18 ruas, do município de Siderópolis/SC, numa extensão de 2.609,88 m., conforme convênio nº 2542/2012-9, entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016  
Aditivo Nº ..... : 5-73/2014 - Contrato Nº: 73/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 08/09/2016  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade ALTORIO MAINA no município de Siderópolis, numa extensão de 1700,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016  
Aditivo Nº ..... : 6-72/2014 - Contrato Nº: 72/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 09/08/2016  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da RUA OITENTA E NOVE no município de Siderópolis, numa extensão de 70,13m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016  
Aditivo Nº ..... : 6-71/2014 - Contrato Nº: 71/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 09/08/2016  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2014  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade SANTO ANTONIO no município de Siderópolis, numa extensão de 441,99m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 6-70/2014 - Contrato Nº: 70/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 09/08/2016

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da RUA QUATRO no município de Siderópolis, numa extensão de 380,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 6-68/2014 - Contrato Nº: 68/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 09/08/2016

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade ESTRADA GERAL RIO MANIN no município de Siderópolis, numa extensão de 640,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 6-67/2014 - Contrato Nº: 67/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 09/08/2016

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade RIO KUNTZ (2ª etapa) no município de Siderópolis, numa extensão de 1.060,93m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 6-66/2014 - Contrato Nº: 66/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 11/04/2016 Término: 09/08/2016

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da rua DR. LUIZ DA FONSECA GIRON no município de Siderópolis, numa extensão de 344,099m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 29/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: INFOWAY-COM. DE INFORMATICA E

TELECOMUNICAÇÃO LTDA

Valor ..... : 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 08/04/2016 Término: 09/01/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.50.00.00.00.00 (8)

Objeto.....: Contratação de operadora de comunicação, devidamente

licenciada, para instalação e manutenção de acesso à internet através de rádio em 11 pontos distribuídos nas repartições públicas do município de Siderópolis e em conformidade com as especificações do edital e seus anexos.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 11-89/2014 - Contrato Nº: 89/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: VC CONSTRUÇÕES ME

Valor ..... : 22.838,40 (vinte e dois mil e oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 12/04/2016 Término: 28/07/2016

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2014

Recursos ..... : Dotação: 1.001.4.4.90.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : Construção de Unidade Escolar com 06 salas de aula - Projeto Padrão FNDE, conforme Termo de Compromisso PAR nº 19843/2013 entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o

Município de Siderópolis.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 9-59/2014 - Contrato Nº: 59/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: CCA CONSTRUTORA LTDA - ME

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 14/04/2016 Término: 13/05/2016

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de cobertura de quadra poliesportiva, destinada à escola Aurora Péterle no Bairro Alto Rio Maina/Siderópolis, medindo 19x33=627,00m², proveniente do TERMO DE COMPROMISSO PAC 208350/2014 entre o município de Siderópolis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 2-51/2014 - Contrato Nº: 51/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA-ME

Valor ..... : 44.867,25 (quarenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 18/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (25)

Objeto.....: Contratação de serviços técnicos especializados de gestão

contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da

Prefeitura Municipal, que inclui, dentre outros, suporte aos sistemas de contabilidade, compras e recursos humanos, E-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do TCE-SC.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016



Contrato Nº.: 30/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: MACOFER-MAT.DE COSTR.FERNANDES LTDA  
Valor ..... : 74.120,00 (setenta e quatro mil cento e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 26/04/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2016  
Recursos ..... : Dotação: 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (87)  
Objeto.....:Contrataçãodeempresaespecializadaemfornecimento de concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q), para melhorias no acesso às vias públicas municipais.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016  
Contrato Nº.: 31/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: NYCE PAPELARIA E INFORMÁTICA  
Valor .....:45.352,97(quarentaeincomiltrezentosecinquentaedois reais e noventa e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 28/04/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9)  
Objeto.....:Aquisiçãodeformaparceladademateriaisesuprimentos de informática e serviços de manutenção durante o exercício de 2016.

Siderópolis, 2 de Maio de 2016  
Contrato Nº.: 32/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: JANIO VENTURINI - ME  
Valor.....:20.549,65(vintemilquinhentosequarentaenoveeais sessenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 28/04/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42)  
Objeto ..... : Aquisição de forma parcelada de materiais esportivos para atendimento aos programas de esporte instituído no município, durante o exercício de 2016

Siderópolis, 2 de Maio de 2016  
Contrato Nº.: 33/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: PATRICIA FRITZEN - ME  
Valor.....:19.530,05(dezenovemilquinhentosetrintaereaiscinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 28/04/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42)  
Objeto ..... : Aquisição de forma parcelada de materiais esportivos para atendimento aos programas de esporte instituído no município, durante o exercício de 2016

Siderópolis, 2 de Maio de 2016  
Contrato Nº.: 35/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: MARLON ROSSA-ME  
Valor ..... : 38.072,00 (trinta e oito mil e setenta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 29/04/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (65), 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (98)  
Objeto.....:Contrataçãodeempresa(s),paraforneçimentodeforma parcelada, de refeições (marmitta), para atender os funcionários da Secretaria Municipal de Obras e Departamento de Esporte, do município de Siderópolis, durante o exercício de 2016.



# Sombrio

## PREFEITURA

### DEC. 154/2016

DECRETO Nº 154, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ABRECRÉDITOSUPLEMENTARAOORÇAMENTOFISCALDAPREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.03 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS  
2.008 - Fiscalização e Sinalização de Trânsito  
4.4.90.00.00.00.00.00.0061(35) Aplicações Diretas.....R\$ 5.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 61.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de abril de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DEC. 155/2016

DECRETO Nº 155, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

ABRECRÉDITOSUPLEMENTARAOORÇAMENTOFISCALDAPREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 592.213,58 (quinhentos e noventa e dois mil, duzentos e treze reais e cinquenta e oito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS  
1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas  
4.4.90.00.00.00.00.00.00623(239)- Aplicações Diretas.....R\$ 92.213,58  
4.4.90.00.00.00.00.00.00622(240)- Aplicações Diretas.....R\$ 500.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 622 e 623

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 04 de abril de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DEC. 156/2016

DECRETO Nº 156, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

ABRECRÉDITOSUPLEMENTARAOORÇAMENTOFISCALDAPREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 17.292,70 (dezesete mil, duzentos e noventa e dois reais e setenta centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS  
1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas  
4.4.90.00.00.00.00.00.3091(232)- Aplicações Diretas.....R\$ 17.292,70

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte 3091.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 04 de abril de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### PORT. 085/2016

PORTARIA Nº 085 DE 29 DE ABRIL DE 2016.  
EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO POR APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

#### RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 29/04/2016, a Senhora ELIETE SANTANA BARBOSA, matrícula nº 62, admitida em 25

demaio de 1982, para o Cargo de Técnico em Contabilidade, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 29 de abril de 2016.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **PORT. 086/2016**

PORTARIA Nº 086 DE 29 DE ABRIL DE 2016.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO POR APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OPREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 29/04/2016, a Senhora MARLETERIBEIRO, matrícula nº 1032, admitida através da Portaria nº 122, de 18 de fevereiro de 1994, para o Cargo de Servente/Merendeira, com carga horária de 40 horas semanais.

Fica revogada a Portaria nº 122, de 18 de fevereiro de 1994, e demais disposições em contrário.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 29 de abril de 2016.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **PORT. 087/2016**

PORTARIA Nº 087 DE 29 DE ABRIL DE 2016.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO POR APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OPREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 29/04/2016, o Senhor REMIDA SILVA SCHEFFER, matrícula nº 217, admitida em 01 de novembro de 1982, para o Cargo de Contador, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 29 de abril de 2016.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **PORT. 088/2016**

PORTARIA Nº 088 DE 29 DE ABRIL DE 2016.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO POR APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OPREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 29/04/2016, a Senhora EVA ALVES BRATTI, matrícula nº 73, admitida em 13 de setembro de 1982, para o Cargo de Servente/Merendeira, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 29 de abril de 2016.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 112/2016

PORTARIA Nº. 112/2016.

DISPÕESOBREREDUÇÃOAPEDIDODACARGAHORÁRIADOSERVIDOR MUNICIPALSR. GILNEIJOSÉDEBASTIANI, COMFUNDAMENTONOARTIGO57DALEICOMPLEMENTARNº14/2010EDÁOUTRASPROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Art. 1º - REDUZIR a Carga Horária do Servidor Público Municipal Sr. GILNEI JOSÉ DE BASTIANI, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, de 20 (vinte) horas semanais para 10 (dez) horas semanais, a partir de 02 de Maio de 2016, com fundamento no Art. 57 da Lei Municipal Complementar nº 014/2010 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério do Município de Tigrinhos/SC:

“Art. 57. Para atender necessidades emergenciais a administração municipal pode promover a Alteração Temporária Transitória, dos profissionais efetivos no quadro de carreira do Magistério Público Municipal de Tigrinhos, até o limite de 40 horas semanais.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 044/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MAIO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de maio de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos

### PORTARIA 113/2016

PORTARIA Nº. 113/2016. DISPÕESOBREADESIGNAÇÃODESERVIDOR MUNICIPALPARACUMPRIOENCARGODAPRESTAÇÃODESOBREAVISO, FORADOHORÁRIONORMALDETRABALHONOCONSELHOTUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e conforme a Lei Complementar Municipal 036/2015 de 03 de Novembro de 2015.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Designado o Servidor Municipal Sr. VANIRSTIELER, ocupante do cargo de MOTORISTA, matrícula nº 504/01, a cumprir o encargo da PRESTAÇÃO DE SOBREAVISO, fora do horário normal de trabalho, permanecendo em seu domicílio ou em local por ele escolhido e previamente comunicado a Administração Municipal, aguardando, a qualquer momento, chamado para prestação de serviços no CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS.

Art. 2º. A remuneração do sobreaviso dar-se-á mediante relatório elaborado pela Secretaria Municipal à qual o servidor se encontre vinculado, que deverá informar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o nome do servidor que prestou sobreaviso, a quantidade de dias trabalhados.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MAIO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de maio de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos.

### PORTARIA 114/2016

PORTARIA Nº. 114/2016.

ALTERACARGAHORÁRIATEMPORARIAMENTEDESERVIDORAMUNICIPALPARAATENDERNECESSIDADEDEEXCEPCIONALINTERESSEPÚBLICO, COMFUNDAMENTONOARTIGO57DALEICOMPLEMENTARNº14/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica Alterada a Carga Horária da Servidora Pública Municipal Sra. MARAISA DE VARGAS, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de Maio de 2016, com fundamento no Art. 57 da Lei Municipal Complementar nº 014/2010 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério do Município de Tigrinhos/SC,

“Art. 57. Para atender necessidades emergenciais a administração municipal pode promover a Alteração Temporária Transitória, dos profissionais efetivos no quadro de carreira do Magistério Público Municipal de Tigrinhos, até o limite de 40 horas semanais.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MAIO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de maio de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos.

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 29/2016

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 29/2016  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: José Paulo Polla 04207380965  
Objeto: Prestação de serviço de ginástica laboral para as crianças e jovens do município inseridos no Programa Bolsa Família e no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Peti),  
Valor: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensal  
Vigência: de 11/04/2016 a 31/10/2016

### EXTRATO DO CONTRATO 30/2016

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 30/2016  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: Rafael Silverio 05166487990  
Objeto: Prestação de serviço de monitor de capoeira para desenvolver o Projeto Educacional de Capoeira Educa-Ginga para as crianças e jovens do município inseridos no Programa Bolsa Família e no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Peti).  
Valor: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensal  
Vigência: de 11/04/2016 a 31/10/2016

### EXTRATO DO CONTRATO 31/2016

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 31/2016  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: Taymon Rodrigues Fabris 07566951980  
Objeto: Prestação de serviço de monitor de oficina de violão e da oficina da fanfarra para desenvolver o Projeto Batidas e Acordes de um Sonho para as crianças e jovens do município inseridos no Programa Bolsa Família e no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Peti).  
Valor: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensal  
Vigência: de 11/04/2016 a 31/10/2016

### EXTRATO DO CONTRATO 32/2016

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 32/2016  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: Rede de Comunicação Amorim Ltda EPP  
Objeto: Contratação de agência de publicidade/propaganda para prestação de serviços na distribuição e veiculação de avisos/comunicados e campanhas promocionais e institucionais desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.  
Valor: R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos) por cm/coluna  
Vigência: de 27/04/2016 a 31/12/2016

### LEI Nº 1.792/2016; ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

LEI Nº 1.792 DE 08 DE MARÇO DE 2016.  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2.007 – Programa de Alimentação Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.00.0087(40) – Aplicações Diretas.....  
..... R\$ 3.500,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes de anulação nas seguintes dotações vigentes:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2.006 – Manutenção do Ensino Básico  
3.3.90.00.00.00.00.00.0087(36) – Aplicações Diretas.....  
..... R\$ 3.500,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 08 de março de 2016.  
Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 37/2016; DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE TESOUREIRO

PORTARIA Nº 37, 20 DE ABRIL DE 2016.  
DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE TESOUREIRO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal 899/96 e alterações que dispõem sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado para exercer as funções de Tesoureiro Municipal, o Senhor Luis Henrique Bernhardt, CPF nº 089.776.509-50 e RG 5.628.566, Diretor do Departamento de Tesouraria, matrícula nº 3115, nomeado através do Decreto nº 59/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 20 de Abril de 2016.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 38/2016; DESIGNA RESPONSÁVEL POR OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

PORTARIA Nº 38, 20 DE ABRIL DE 2016.

DESIGNA RESPONSÁVEL POR OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

Eclair Alves Coelho Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 633/92 de 26/06/1992, Art. 3º;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica designada como responsável pela movimentação das contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, estando autorizada à realizar todas as operações financeiras necessárias, a Senhora Suza Mara Crepaldi, Secretária de Saúde do Município de Timbé do Sul, matrícula nº 3122.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 20 de Abril de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças



# Timbó

## PREFEITURA

### ATA CONVOCAÇÃO ABERTURA PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇO N.º 19 2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES  
02- PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇO Nº 19/2016 - PMT

Às oito horas, do segundo dia, do mês de maio de dois mil e dezesseis, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço nº 19/2016 – PMT.

Tendo em vista que, o prazo estabelecido na Ata de Julgamento de Habilitação publicada em 20/04/2016 no DOM/SC, transcorreu sem a interposição de recursos, a Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 – Propostas de Preços das empresas habilitadas: PACOPEDRAPAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA E PPAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, se realizará no dia 05 de maio de 2016, às 09 horas na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

### ATA CREDENCIAMENTO N.º 01 2016 FMAS - ABELAM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016 - FMAS

Às quatorze horas, do segundo dia do mês de maio de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº 01/2016 – FMAS.

Entregou, tempestivamente, os documentos de habilitação a empresa COMERCIAL ABELAM LTDA (CNPJ nº 00.205.532/0001-65). Em análise aos documentos verificou-se que os mesmos atendem as condições exigidas no Edital, restando a empresa habilitada.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

### ATA INEXIGIBILIDADE N.º 23 2016 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2016 - PMT

Às quatorze horas e trinta minutos, do segundo dia, do mês de maio de dois mil e dezesseis, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 23/2016.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa apresentados pela empresa VP PAVIMENTAÇÃO EIRELI – ME:

Ato constitutivo e 1ª Alteração Contratual	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Cópia do Contrato de Credenciamento nº 2015/23-01 – Proveniente do Credenciamento de Empresas para pavimentação de vias-processo licitatório nº 23/2015	
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Positiva de Débitos Estaduais com efeito de Negativa	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro



**ATA INEXIGIBILIDADE Nº 26 2016 - PMT**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ**  
**ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2016 - PMT**

Às quinze horas, do segundo dia, do mês de maio de dois mil e dezesesseis, nas salas de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 26/2016.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa apresentados pela empresa VPAPAVIMENTAÇÃO EIRELI – ME:

Atto constitutivo e 1ª Alteração Contratual	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Cópia do Contrato de Credenciamento nº 2015/23-01 – Proveniente do Credenciamento de Empresas para pavimentação de vias-processo solicitatório nº 23/2015	
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Positiva de Débitos Estaduais com efeito de Negativa	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER  
 Presidente  
 BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
 Membro  
 LOURDES MOSER  
 Membro

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 05 2016 SAMAE**  
**- MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
 AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 05/2016 SAMAE  
 OBJETO: registro de preços para contratação de mão de obra especializada em eletro eletrônica, manutenção de bombas, serviços de torno, solda, serralheria, e manutenção técnica em geral, com fornecimento de peças, destinada aos setores da Manutenção e Estação de Tratamento de Água. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 16 de maio de 2016. ABERTURA: dia 16 de maio de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 02/05/2016

WALDIR GIRARDI  
 Diretor Presidente do SAMAE

**AVISO PRORROGAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº. 03 2013 FMS - PRÓTESES ODONTOLÓGICAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
 AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇOS DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS N.º 03 2013 FMS

O Fundo Municipal de Saúde informa que o prazo do credenciamento de laboratórios interessados em prestar serviços de confecção e fornecimento personalizado de prótese odontológica foi prorrogado até 08/04/2017. ENTREGA DO ENVELOPE: contendo os documentos de Habilitação e o termo de aceitação dos preços poderá ser feita durante o período de vigência (até 08/04/2017). Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), link de Licitações.

Timbó, 02 de maio de 2016  
 ALFREDO JOÃO BERRI  
 Secretário Municipal de Saúde

**LEI Nº 2830, DE 03 DE MAIO DE 2016**

LEI Nº 2830, DE 03 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a realização do evento comemorativo ao "Dia do Colono", que integra o Programa Social de Desenvolvimento Rural.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a promover despesas para a realização do evento comemorativo ao "Dia do Colono", a realizar-se no próximo dia 24 de julho de 2016, no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo único. A organização do evento ficará sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, devendo apresentar prestação de contas até 30 dias após sua realização, junto à Contabilidade deste Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta do Orçamento-Programa 2016, conforme segue:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
 003- DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MUNICIPAL  
 2072- MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA  
 33000000- OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 33900000- APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº TIMBOPREV-141, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº TIMBOPREV-141, DE 20 DE ABRIL DE 2016  
Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal Odila Stolf.

ADIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, nos das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art. 17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal ODILA STOLF, brasileira, solteira, nascida em 28 de março de 1956, portadora do CPF sob nº 401.724.909-44, RG nº 755.315, residente na rua Tirolese nº, Bairro Tirolese, em Rio dos Cedros-SC, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Referência Salarial SP-28, matrícula nº 126110-00, lotada na Secretaria Municipal de Saúde com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, sem direito à paridade remuneratória, de conformidade com o art. 40, § 1º, inciso III, letra "b" da Constituição Federal, no valor de R\$ 1.131,54 (um mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 017/2016, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de abril de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**PORTARIA Nº TIMBOPREV-142, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº TIMBOPREV-142, DE 20 DE ABRIL DE 2016  
Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal Mirtes Maria Cristelli.

ADIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, nos das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art. 17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal MIRTES MARIA CRISTELLI, brasileira, solteira, nascida em 24 de março de 1956, portadora do CPF sob nº 400.212.629-34, RG nº 758.189, residente na rua Pomeranos Central nº 18, Bairro Dolorata, em Rio dos Cedros-SC, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-12, matrícula nº 664669-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, elevados ao Salário Mínimo Nacional, no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), sem direito à paridade remuneratória, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, letra "b" da Constituição Federal, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 019/2016, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de abril de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64 2015 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de gramatipose sempre verde para manutenção do jardim e canteiros do Pavilhão de Eventos Henry Paul.

EMPRESA FORNECEDORA: Disk Grama Comercial Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/07/2016

Timbó, 31/07/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

MÁRCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### LEI 1901

LEI MUNICIPAL Nº. 1.901 DE 20 DE ABRIL DE 2016.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS PARA FAZER FRENTE AO PAGAMENTO DA PREMIAÇÃO DO CONCURSO LEITEIRO A SER REALIZADO DURANTE A IV EXPOTÍLIAS 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS faz saber a todos os habitantes deste município, no uso das atribuições legais facultadas pela Lei Orgânica, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesa no valor R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para fazer frente ao pagamento da premiação do tradicional concurso leiteiro que será levado a efeito durante a IV Expotílias 2016, a ser realizada de 22 a 24 de abril de 2016, no Centro de Eventos de Treze Tílias – Rodovia SC 465 – Km 51.

Art. 2º. A premiação será distribuída em 04 categorias para os primeiros colocados, em valores respectivos de R\$ 1.000,00 (mil reais), R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Agricultura

01. Extensão Rural

Projeto/Atividade – 2048 – Realização da Feira Agropecuária e Expotílias

33.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
em 20 de abril de 2016.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### LEI 1902

LEI MUNICIPAL Nº. 1.902 DE 27 DE ABRIL DE 2016.  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS SUPLEMENTAR, ANULAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, faço saber aos habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar a dotação orçamentária a seguir indicada, abrindo crédito suplementar no valor de R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais):

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos

Projeto/Atividade: 2.001

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00.00.00 ..... R\$ 168,00

Art. 2º Por conta da suplementação acima mencionada, anula-se a seguinte dotação:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 – Manutenção da Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 2.001

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 ..... R\$ 168,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
em 27 de abril de 2016.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### PORTARIA 083/2016

PORTARIA Nº 083/16 DE 02 DE MAIO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER à pedido, a partir do dia 1º de maio de 2016, "licença para tratar de interesses particulares" a Sra. MATILDE ZUFFO, conforme prevê o capítulo VI, Art. 135 e Art. 159 da Lei Complementar nº 40/2011.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE MAIO DE 2016.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 084/2016**

PORTARIA Nº 084/16 DE 02 DE MAIO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - ALTERAR/SUBSTITUIR o servidor Matheus José Brandalise pela servidora Gabriela Rugere de Oliveira Jorge junto a COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES, a partir desta data, com a finalidade específica de receber, analisar e julgar as propostas para fornecimento de materiais e serviços.

A partir desta data fica a Comissão assim constituída:

Presidente e pregoeiro: Vinícius Schirmann Mendes

Membros: Werydiana Falchetti

Gabriela Rugere de Oliveira Jorge

Liana Lucietti Holzmann

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE MAIO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 14/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 14/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 14/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:30h. do dia 13 de maio de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: [licita@trombudocentral.sc.gov.br](mailto:licita@trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 02 de maio de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 31/2016 PMTC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 31/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 31/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO, OBRAS, AGRICULTURA E CULTURA DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 13 de maio de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: [licita@trombudocentral.sc.gov.br](mailto:licita@trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 02 de maio de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 72/2016**

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 72/2016. Chamada Publica

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 26/05/2016, cujo objeto é Chamada Pública para adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar por intermédio de organizações econômicas - cooperativas e associações (ou agricultores) para atendimento a merenda escolar municipal.

onde se lê: "A recepção da documentação para Habilitação e a entrega dos projetos da venda e a abertura dos envelopes acontecerá no dia 16 de Maio de 2016, às 08h00min no setor de compras e licitações.

leia-se: A recepção da documentação para Habilitação e a entrega dos projetos da venda e a abertura dos envelopes acontecerá no dia 24 de Maio de 2016, às 08h00min no setor de compras e licitações

"Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493) 632-11-22, Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 02 de maio de 2016.

ENOI SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL



# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 16/2016

DECRETO Nº 016/16, de 29 de Abril de 2016.  
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.265/15 (Lei Orçamentária Anual), de 08/12/2015.  
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 130.000,00 (cem e trinta mil reais), assim classificados:  
07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS 15.452.0043.2.018 – MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(080) – Aplicações Diretas.....  
. R\$ 130.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 130.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 29 de abril de 2016.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 140/2016

PORTARIA Nº 140/16, de 02 de Maio de 2016.  
NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016 - SME, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAL NA ÁREA DE LIBRAS.

OPREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação vigente,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear ROBERTO CARLOS PATEL, CPF nº 652.650.099-49, ROSANGELA TEIXEIRA, CPF nº 967.181.299-68 e SUSANA BARBOSA DE OLIVEIRA BARDINI, CPF nº 961.352.989-68, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para supervisionar o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016 - SME, para contratação em caráter temporário de profissional na área de Libras, os membros nomeados para esta comissão não serão remunerados para o desempenho das atividades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de maio de 2016.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 141/2016

PORTARIA Nº 141/16, de 02 de Maio de 2016.  
NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

OPREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 005/2015 - PMT, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF  
Zenaide Indalencio 067.248.289-45  
Lorete Maria Pinheiro Felisberto 063.996.589-00

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 02 de Maio de 2016 e encerrará em 16 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de maio de 2016.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 142/2016

PORTARIA Nº 142/16, de 02 de Maio de 2016.  
FAZ CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

OPREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Designar a Servidora Anadir Miranda Bardini, CPF nº 486.238.909-06, matriculada nº 1250, para exercer função gratificada no nível FG-20, junto a Secretaria de Administração e Finanças, na função de Encarregada de Seção.

Art. 2º - Designar a Servidora Rosa Maria Miranda Brovedam, CPF nº 652.645.259-00, matriculada nº 0348, para exercer função gratificada no nível FG-30, junto a Secretaria de Administração e Finanças, na função de Encarregada de Serviço.

Art. 3º - Designar a Servidora Jerusa Feltrin Bardini, CPF nº 026.562.719-24, matriculada nº 1249, para exercer função gratificada no nível FG-30, junto a Secretaria de Administração e Finanças, na função de Encarregada de Serviço.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de maio de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 143/2016**

PORTARIA Nº 143/16, de 02 de Maio de 2016.

EXONERA A PEDIDO AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NAREDEMUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 004/15 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME CPF MATRICULA

Elisiane Londero Cadorn 966.600.829-72 3676

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de maio de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 31/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL VIA Internet

Edital nº 31/2016

Pregão Presencial nº 31/2016

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF Nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para Contato: \_\_\_\_\_

Recebemos, através do acesso à página da Prefeitura Municipal de União do Oeste:

www.uniaodoeste.sc.gov.br no ícone Licitações, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, que tem como objetivo a montagem de PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADO SE OU CEDIDOS LEGALMENTE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS. de acordo com as necessidades e conveniência da Administração, à várias Secretarias, em conformidade com o Anexo IV - Termo de Referência, que integra o Edital, independentemente de sua transcrição.

Local e Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

(nome e assinatura)

Obs: Encaminhar o recibo pelo email: [compras@uniaodoeste.sc.gov.br](mailto:compras@uniaodoeste.sc.gov.br)

Anão remessa deste recibo, exime a Comissão Permanente de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE  
Depto de Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 31/2016  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 31/2016

#### 1 - DA LICITAÇÃO

OMUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Avenida São Luiz, 531, através de seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO e do Pregoeiro designado pelo Decreto nº 3.071/2016, comunica os interessados que está realizando o Processo Licitatório de nº 31/2016 na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, do tipo menor preço, por item, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal n. 206/2007, recebendo os envelopes nº 01 contendo os documentos para proposta e envelope nº 02 para habilitação, até o dia 16 de abril de 2016, às 14:00 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 16 de abril de 2016 às 14:15 horas, no Centro Administrativo Municipal, situado a Avenida São Luiz, 531, Centro – União do Oeste/SC.

#### 2 - DO OBJETO

2.1. A presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADO SE OU CEDIDOS LEGALMENTE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, descritos no Anexo I do presente edital.

#### 3. DA CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO, APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Em respeito ao art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 esta licitação destina-se exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte, as quais deverão apresentar Contrato Social, Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Certidão da Junta Comercial ou do Registro de Pessoas Jurídicas comprovando a qualidade de Microempresa ou Empresa de Pequeno

Porte em original ou cópia autenticada.

3.2. Os licitantes não enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte poderão ofertar propostas, as quais serão consideradas, apenas em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo neste caso, consideradas todas as propostas apresentadas.

3.3. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.4. O credenciamento dos participantes deverá ser feito mediante:

- apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes com firma reconhecida em Cartório (Anexo II);
- cópia autenticada em cartório ou por servidor designado da Prefeitura Municipal de União do Oeste, do contrato social ou documento constitutivo do licitante e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto).

3.4.1. Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante.

3.5. A não apresentação dos documentos para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.6. Cada representante poderá representar um único licitante.

#### 4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados ou manuscrita de forma legível, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 01

DA: (EMPRESA):

AO: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

PROCESSO Nº.: \_\_\_\_/\_\_\_\_ - LICITAÇÃO Nº.: \_\_\_\_/\_\_\_\_

ABERTURA: às \_\_\_\_ HORAS DO DIA \_\_\_\_\_

ENVELOPE "PROPOSTA"

4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais, conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital.

4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 12 Meses, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

4.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

4.5. O preço deverá ser cotado em moeda nacional, em até três casas decimais após a vírgula.

4.6. O preço ofertado será líquido, já incluso todos os impostos, fretes, embalagem e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

4.8. Deverá ser indicada a marca, e outros elementos necessários, à perfeita identificação do Objeto licitado.

#### 5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

5.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT (perante a Justiça do Trabalho);
- g) Certidão Negativa de Falência ou Concordata (recuperação judicial), expedida pelo Distribuidor da sede Licitante, com data de emissão de até 60 (sessenta) dias antes da data para protocolo dos envelopes;
- h) Declaração do licitante de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei, constante do Anexo V.
- i) Alvará de licença da vigilância sanitária do Município, relativa ao Município da sede do licitante.
- j) A habilitação dos licitantes fica condicionada ainda, a consulta efetuada pela Administração Pública Municipal no Cadastro Nacional de Empresas

InidôneaseSuspensas(CEIS),ressaltandoqueemcasodetersido declarada inidônea em outros entes públicos, referida empresa não estará habilitada para participar da licitação (art. 23, Lei Anticorrupção).

5.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

5.2.1. em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo;

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.2.2. Os documentos relativos à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, ou cópia acompanhada do original para autenticação por membro da Comissão Permanente de Licitações, ou servidor designado da Prefeitura Municipal de União do Oeste, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

5.2.3. Os documentos para habilitação deverão, de preferência, ser entregues numerados, sequencialmente, e na ordem indicada, a fim de permitir maior rapidez na conferência e exame correspondentes.

5.2.4. As empresas licitantes interessadas que não apresentarem os documentos exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou em desacordo com o exigido, ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamento em partes essenciais sem a devida ressalva, não serão habilitadas.

5.3. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 02

DA: (EMPRESA)

À:

PROCESSO Nº.: \_\_\_\_/\_\_\_\_ - LICITAÇÃO Nº.: \_\_\_\_/\_\_\_\_

ABERTURA: às \_\_\_\_ HORAS DO DIA \_\_\_\_

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

5.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

## 6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Declarada a abertura da Seção pelo Pregoeiro e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, estes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital e da Lei Complementar n.º 123/2006, artigos 3º, 42 a 45, se for o caso (ANEXO III).

6.1.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte tenha os documentos de regularidade fiscal irregulares, deve na declaração fazer a correspondente ressalva.

6.1.3. A referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02.

6.1.4. Em seguida proceder-se-á ao encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, a fim de que constatem a inviolabilidade dos mesmos, para posterior abertura.

6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

6.2.1. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

6.2.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos de mercado admitidos por item.

6.3. Será classificada a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, para a etapa de lances verbais.

6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5. No curso da sessão pública, o Pregoeiro dará abertura à etapa de lances, e convidará individualmente os participantes classificados, de forma seqüencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e a ordem seqüencial para esses lances será definida por meio de sorteio.

6.7. A oferta de lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada

sua oferta com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8. O pregoeiro poderá no início da sessão:

- definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;
- estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;
- permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá de dar novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo em caso de inabilitação do licitante vencedor vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Após a manifestada intenção dos participantes em encerrar a oferta de lances verbais, o Pregoeiro dará direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme obriga a Lei Complementar n.º 123/2006.

6.13.1. O direito de preferência será exercido da seguinte maneira:

- A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, poderá oferecer lance inferior a esta proposta, de forma verbal, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após ter-lhe sido dado o direito de preferência, sob pena de preclusão;
- Ocorrendo a oferta de lance inferior, o objeto licitado será adjudicado em seu favor;
- Não ocorrendo a manifestação de lance pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma acima descrita, serão convocadas as remanescentes que estejam próximas da melhor proposta em 5% (cinco por cento), na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.
- No caso de empate dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que estejam no raio de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- Na hipótese de não oferecimento de lances nos termos acima previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- O direito de preferência somente se aplicará quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- A microempresa ou empresa de pequeno porte que não estiver presente à sessão do pregão perderá o direito de preferência, uma vez que o mesmo é exercido de forma oral e na presença dos demais participantes.

6.14. Encerrada então a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com o valor de mercado, decidindo motivadamente, a respeito.

6.15. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.16. Na hipótese de a documentação de regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte participante do certame e declarada vencedora apresentar irregularidades, sua habilitação ficará suspensa até a regularização, nos moldes do item 6.19, não ficando esta habilitada e nem inabilitada, até apreciação dos documentos definitivos.

6.16.1. Mesmo que os documentos de regularidade fiscal apresentem restrição, deverão as microempresas e empresas de pequeno porte, no envelope da documentação de habilitação, apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal do item 5 deste Edital.

6.17. Se o licitante, que não esteja sob o benefício do Estatuto da Micro e Pequena Empresa, desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta deste não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.18. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante.

6.18.1. A intenção de recorrer e os motivos apresentados pelo recorrente deverão ser registrados na ata da Sessão Pública.

6.18.2. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.19. Sendo vencedora micro ou pequena empresa, sob os efeitos dos benefícios do Estatuto da Micro e Pequena Empresa e havendo alguma



restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.19.1. A sessão será suspensa e ficará registrado em ata dia e horário para apresentação dos documentos e reabertura da sessão, quando se dará continuidade ao procedimento licitatório, com interposição de recurso motivado e imediato, nos termos do item 7 deste Edital, sob pena de decadência do direito.

6.19.2. O benefício deste item se aplica apenas aos documentos de regularidade fiscal, não sendo válido para os demais.

6.19.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, bem como em cancelamento da declaração de vencedor.

6.20. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

6.20.1. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## 7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

7.1.1. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e ao encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O(s) recurso(s) será(ão) encaminhado(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

## 8. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a licitação será homologada.

8.2. Após, determinará a convocação dos vencedores para a assinatura da Ata de Registro de Preços, que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições ali estabelecidas.

8.3. A Ata de Registro de Preços será formalizada pela autoridade competente, e assinada pelas partes.

8.4. O licitante convocado para assinar a ata e deixar de fazê-lo no prazo fixado, será excluído do certame.

8.5. Colhida a assinatura, será providenciada a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promove a exclusão de que trata o subitem 8.4.

## 9. DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A contar da data de sua assinatura e publicação, a Ata de Registro de Preços terá validade até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 Meses.

9.2. O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas seguintes hipóteses:

9.2.1. Quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - existirem razões de interesse público.

§ 1º O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

## 10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Os fornecedores incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

10.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

10.3. Havendo necessidade de contratação, a Administração convocará o fornecedor, cuja proposta esteja consignada na ata de registro de preços, para celebrar instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

10.4. Após a convocação, para instruir a contratação o fornecedor deverá renovar a apresentação das certidões contidas no item 5 deste edital, devidamente atualizadas.

10.5. Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem no prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado de renová-las.

10.6. No prazo de 5 (cinco) dias corridos da convocação o fornecedor deverá comparecer ao órgão contratante para assinar o termo de contrato ou retirar instrumento equivalente.

10.7. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade do registro, não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, será convocado o licitante subsequente na ordem de classificação para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.8. Os produtos somente serão adquiridos mediante a necessidade dos mesmos, sendo que após o recebimento da autorização de fornecimento o fornecedor deverá entregar os mesmos em até 10 dias.

## 11 - DO PAGAMENTO

11.1. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE se compromete a efetuar o pagamento em até 30 dias após cada aquisição, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Município.

11.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão - 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS  
Proj. Atividade – 2.045 – MANUT. DPTO. TRANSPORTES E OBRAS  
Cód. Red. 102 - Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

## 12 - DA INEXECUÇÃO e RESCISÃO

12.1. Ocorrendo outras hipóteses que impliquem em rescisão obrigacional, unilateral ou amigável, a Lei 8.666/93 se aplica subsidiariamente ao presente certame, sem prejuízo ao já disposto neste Edital.

## 13 - PENALIDADES

13.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada ou conjuntamente:

- 13.1.1. Advertência;
- 13.1.2. Multa de 10% sobre o valor contratado;
- 13.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- 13.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.
- 13.1.5. Rescisão do instrumento contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à licitante.

13.2. Se o licitante, convocado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços, não celebrar instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

## 14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal N.º 206/2007.

14.4. Faz parte integrante deste Edital:

14.4.1. ANEXO I – Lista de Itens

14.4.2. ANEXO II – Minuta de Carta de Credenciamento;

14.4.3. ANEXO III – Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação.

14.4.4. ANEXO IV – Termo de Referência.

14.4.5. ANEXO V – Modelo de Declaração de Inidoneidade.

14.4.6. ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços.

14.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

14.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

14.7. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de União do Oeste, na Avenida São Luiz – 531, de Segunda a Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo telefone nº 49 3348 1202.

UNIÃO DO OESTE (SC), 02 de maio de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

ANEXO I

lista de itens

Licitação N.º 31/2016

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto...: REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

\*\*\*Os valores deverão ser cotados por preços unitários\*\*\*

Item	Quant	Und.	Especificação	Marca	Valor Unt.	Valor Total
01	12	UN.	SOLUPAM CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 200 LT			
02	12	UN.	INTERCAP CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 200 LT			
03	12	UN.	SHAMPOO CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 200 LT			

Valor total da empresa proponente R\$ \_\_\_\_\_

( \_\_\_\_\_ ).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigação trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, alimentação e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

A VALIDADE DA PROPOSTA: 12 Meses

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_  
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO II

## CARTA DE CREDENCIAMENTO

## PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

ABERTURA DIA: 16/05/2016

A \_\_\_\_\_ (nome do licitante) \_\_\_\_\_, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, credenciado como seu representante Sr. \_\_\_\_\_ (nome e qualificação) \_\_\_\_\_, para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2016.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

## PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

A \_\_\_\_\_ (nome do licitante) \_\_\_\_\_, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

Declara, também, que conhece os benefícios dos artigos 42 a 45, da Lei Complementar n.º 123/2006 (Estatuto da Micro e Pequena Empresa), preenchendo os requisitos para concessão dos mesmos. (A ser declarado apenas pelo participante que se enquadra no referido estatuto e pretende usufruir dos benefícios).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2016.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

## ANEXO IV

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório Nº 31/2016

DADOS DO SOLICITANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

ENDEREÇO: Avenida São Luiz, 531 - Centro

FONE: 49 3348 1202

## OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

Atendimento aos princípios da economicidade e eficiência no registro de preços REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, através da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo licitatório, cujo fator preponderante é o "Menor Preço por Item".

## OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

## VALOR MÁXIMO ESTIMADO:

O valor máximo para aquisição dos produtos são os constantes na tabela abaixo:

Item	Quant.	Und.	Especificação	Valor Unt. R\$
01	12	UN.	SOLUPAM CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 200 LT	420,00
02	12	UN.	INTERCAP CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 200 LT	420,00
03	12	UN.	SHAMPOO CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 200 LT	420,00

**LOCAL, DATA, HORA ABERTURA DA LICITAÇÃO:**

Serão recebidos os envelopes de proposta e habilitação, referente ao processo, até as 14:00 horas do dia 16 de Maio de 2016, na Secretaria de Administração do município de União do Oeste.

UNIÃO DO OESTE/SC, em 02 de maio de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de União do Oeste/SC que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**PROponente****ANEXO VI**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Minuta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .....

PROCESSO Nº 31/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2015, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos....., o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob nº 078.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal nº 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa....., de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADO SE OU CEDIDOS LEGALMENTE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

**2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

**3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

#### 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa....., a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os produtos, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os produtos requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os produtos somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

#### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão - 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS  
Proj. Atividade – 2.045 – MANUT. DPTO. TRANSPORTES E OBRAS  
Cód. Red. 102 - Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os produtos quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 31/2016.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos produtos;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 31/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:



- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os produtos no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios -(DOM).

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 31/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

CONTRATADA  
Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_ 02. \_\_\_\_\_

# Videira

## PREFEITURA

### ATA Nº 016/16

ATA 016/2016/CMS – Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 19h, nas dependências da Associação Municipal Alto Vale Rio Peixe - AMARP, situada na Avenida Manoel Roque n. 99, nesse Município, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Saúde com seguinte pauta: 1. Cirurgias eletivas; 2. Doação de veículo TFD; 3. Campanha de vacinação; e, 4. Assuntos Gerais. Instalado o quórum, conforme o art. 4º, do Regimento Interno, iniciou-se a reunião e foram cumprimentados todos os presentes. Após, foi realizada a leitura da Ata 015/2016/CMS, a qual foi aprovada pelos Conselheiros presentes, e apresentada a pauta. Repassada, então, a palavra à Presidente do CMS, Sra. Maria Eneida Furlin Dresch, tratando-se das cirurgias eletivas, informou-se ao Conselho que houve suspensão dos incentivos federais e estaduais para o corrente ano, assim como de AIH e APAC. Diante da restrição desse recurso, haverá somente 213 AIH para o Município, sendo que já há demanda acumulada de 209 cirurgias. A prestação dos serviços, embora mantida, fica prejudicada diante do não repasse desses recursos e as cirurgias eletivas serão realizadas conforme a disponibilidade das AIH. A reivindicação do recurso ocorre, porém o repasse está comprometido em diversas localidades. Informou-se ao Conselho, também, que com a criação do incentivo próprio nos Municípios do CISAMARP, já foram realizadas 243 cirurgias. Em seguida, com as devidas discussões acerca dos percentuais de internamento hospitalar no município, dos custos de manutenção com a saúde e acerca do programa de atenção básica, decidiu-se em plenário que será trazida equipe de ESF para exposição ao Conselho do trabalho realizado. Em sequência à pauta, acerca da campanha de vacinação, informou-se que seu início se deu no dia 25/04 e vai até o dia 20/5, que a vacinação ocorre no PAM e nos ESFs e que no dia 30/4 haverá o dia D da campanha. Já foram aplicadas 3.106 doses. Acerca da questão suspensão da vacinação realizada pelo SESI, informou-se ao CMS que deverão ser atendidos requisitos para que ocorra a vacinação e que o SESI possui sala habilitada para vacinação dos trabalhadores da indústria e dependentes, mas não da população em geral no Município. Dessa forma, considerando que houve conflito de interpretação da legislação quanto aos requisitos para a sala, haverá adequação para continuidade da vacinação. Após, em continuidade à pauta, informou-se ao Conselho que haverá doação de veículo pelo Estado para o TFD, o que contribuirá para a melhora do atendimento dos pacientes. Ao final, cientificou-se ao Conselho que está programada a reforma do Posto de Saúde do Bairro Floresta e do Bairro De Carli. Encerradas as discussões, às 20h30min, e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMS agradeceu a presença de todos e convidou os Conselheiros para que, querendo, visitem as Dependências da Secretaria Municipal de Saúde. Eu, Sabrina Surdi \_\_\_\_\_, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei e assino esta Ata. Eu, Maria Eneida Furlin Dresch \_\_\_\_\_, Presidente do CMS, após a leitura e aprovação da redação, assino esta Ata, a qual será apresentada ao Conselho na próxima reunião.

### DECRETO Nº 12.914/16

DECRETO N.º 12.914/16, DE 27 DE ABRIL DE 2016.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 15.628/15, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Jacir Augustinho Kunzler;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

Considerando que o Desmembramento aprovado pelo Decreto nº 12.414/2015, resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade;

Considerando a Comunicação Interna nº 053/16, da Secretaria Municipal de Planejamento, solicitando a renovação do respectivo desmembramento e remembramento, conforme Processo Administrativo nº 15.628/2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 210,34 m<sup>2</sup> (duzentos e dez metros e trinta e quatro décimos quadrados), de propriedade de Jacir Augustinho Kunzler, constante da matrícula nº 28.774, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 1.345,13 m<sup>2</sup> (um mil, trezentos e quarenta e cinco metros treze décimos quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 15.628/15.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 210,34 m<sup>2</sup> (duzentos e dez metros e trinta e quatro décimos quadrados), área desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Jacir Augustinho Kunzler, constante da matrícula nº 33.954 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 2.217,60 m<sup>2</sup> (dois mil, duzentos e dezessete metros e sessenta décimos quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 27 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.915/16**

DECRETO Nº 12.915/16, DE 27 DE ABRIL DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.558/16, de 27 de abril de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.039 – Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	5.600.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	400.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>6.000.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação  
03 – Departamento de Ensino Infantil  
2.039 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 - Aplicações Diretas 5.800.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0011 - Aplicações Diretas 200.000,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO 6.000.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.916/16**

DECRETO Nº 12.916/16, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.250/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7802/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.250/15, que nomeou RODRIGO NELSON DALLAZEM, para exercer o cargo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.917/16**

DECRETO Nº 12.917/16, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7679/2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 30 de abril de 2016, HELY DE FREITAS E SILVA, Superintendente, símbolo DAS-1, com exercício na Fundação Municipal de Esportes, nomeado pelo Decreto nº 10.547/13.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de abril de 2016.

Videira, 28 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.918/16**

DECRETO Nº 12.918/16, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de abril de 2016, SÉRGIO PERETTI, Diretor Geral da Fundação Municipal de Esportes, símbolo DAS-4, símbolo DAS-4, com exercício na Fundação Municipal de Esportes, nomeado pela Portaria 0531/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de abril de 2016.

Videira, 28 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.919/16**

DECRETO Nº 12.919/16, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia Superintendente

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 001/93 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SERGIO PERETTI, para exercer o cargo comissionado de Superintendente, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 001/93 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.920/16**

DECRETO Nº 12.920/16, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LENNON FELLIPE DIAS NUNES tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.921/16**

DECRETO Nº 12.921/16, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.274.960,20 (Um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e sessenta reais e vinte centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
1.017 – Terminal Urbano	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 – Aplicações Diretas	1.274.960,20

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.274.960,20
--------------------------	--------------

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de recursos próprios do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.924/16

DECRETO Nº 12.924/16, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	50.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Ações de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.17 – Aplicações Diretas	50.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.065 – Vigilância Epidemiológica	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	120.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015 e excesso de arrecadação de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração



**EXTRATO DO CONTRATO N. 0104/16**

Extrato do Contrato n. 0104/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KELLY ADRYANA GREEF DOS SANTOS

CPF: 056.019.069-71

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATENDIMENTO DE RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2016 a 06 de maio de 2016

FUNÇÃO: AGENTE SOCIAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0129/16**

Extrato do Contrato n. 0129/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SOLANGE RISSARDI ZARPELON

CPF: 695.158.329-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATENDER CRIANÇA COM NECESSIDADE ESPECIAIS

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 31 de julho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0135/16**

Extrato do Contrato n. 0135/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELE APARECIDA BRESSAN

CPF: 006.600.799-25

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – AUMENTO DA DEMANDA DE CRIANÇAS QUE NÃO HÁ MAIS

CARGOS EM VACÂNCIA - ATÉ QUE OCORRA A CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 31 de maio de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0137/16**

Extrato do Contrato n. 0137/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NILSEIA COSSUL EPELING

CPF: 031.981.489-01

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – AUMENTO DA DEMANDA DE CRIANÇAS QUE NÃO HÁ MAIS

CARGOS EM VACÂNCIA - ATÉ QUE OCORRA A CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0139/16**

Extrato do Contrato n. 0139/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ISABELA LARISSA DE OLIVEIRA SPECART LINS

CPF: 097.419.339-50

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ALDETE MARIA DONDONI DE OLIVEIRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 20 de abril de 2016  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0140/16**

Extrato do Contrato n. 0140/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ITAMARA ZILDA BENTO BRUNETO  
CPF: 949.639.599-68  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 21 de dezembro de 2016  
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0144/16**

Extrato do Contrato n. 0144/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: PATRICIA BILHALVA  
CPF: 933.515.699-04  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – IMPLANTAÇÃO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 06 de dezembro de 2016  
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0146/16**

Extrato do Contrato n. 0146/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JOECELI DE SOUZA  
CPF: 042.693.399-00  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TERESINHA RISSATI ANDREANI EM GOZO DE LICENÇA PREMIO  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 29 de abril de 2016  
FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0148/16**

Extrato do Contrato n. 0148/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CLEONICE DE OLIVEIRA GONÇALVES  
CPF: 022.534.489-07  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA WILMAIRA AUXILIADOR APONTES CAMPOS AFASTADA PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 21 de dezembro de 2016  
FUNÇÃO: PROFESSOR – Artes Ensino Infantil e Fundamental  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 35 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.161,97 (dois mil, cento e sessenta e um reais e noventa e sete centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0149/16**

Extrato do Contrato n. 0149/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JANICE LIRA

CPF: 004.887.859-60

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – IMPLANTAÇÃO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 06 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0152/16**

Extrato do Contrato n. 0152/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSANGELA RAUBER SOARES

CPF: 502.866.760-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATUAR COMO SEGUNDO PROFESSOR

VIGÊNCIA: de 07 de março de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0153/16**

Extrato do Contrato n. 0153/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA

CPF: 092.648.579-23

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IEDAMARI ACESCOMIOZZO AFASTADA PARA EXERCER A ATIVIDADE DE ASSESSOR DE ATIVIDADE SÓCIO PEDAGÓGICA

VIGÊNCIA: de 07 de março de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.235,41 (um mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0163/16**

Extrato do Contrato n. 0163/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGEL ELLEN LOOF PEZOLATO

CPF: 088.540.149-23

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSELI VIVAN EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 18 de março de 2016 a 14 de abril de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0044/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0044/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0059/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EVANILDE MARIA MONTOANI CONTE

CPF: 814.002.929-72

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 06 de abril de 2016.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0045/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0045/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0389/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LUCAS PADILHA

CPF: 094.908.729-70

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 11 de abril de 2016.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0048/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0048/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0091/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIZANDRA DE FATIMA DOS SANTOS

CPF: 098.032.609-52

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 11 de abril de 2016.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0049/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0049/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0324/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELE ALVES DOS SANTOS

CPF: 096.120.749-33

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 15 de abril de 2016.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0050/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0050/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0101/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEIZE ELOIZE PRESTES GOUVEIA

CPF: 437.566.629-34

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 18 de abril de 2016.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0051/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0051/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0423/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LORECI APARECIDA MUNARI

CPF: 022.570.529-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 18 de abril de 2016.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0052/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0052/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0459/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: RAFAEL LUIZ DE MELLO

CPF: 055.957.129-10

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 25 de abril de 2016.

**JULGAMENTO DO RECURSO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016-FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DO RECURSO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016-FMAS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º, da Lei nº 8.666/93, torna público o julgamento do recurso interposto pela empresa Felipe Bruschi Engenharia Ltda. - EPP no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA DO CENTRO DE MÚLTIPLO USO PARA UTILIZAÇÃO DO CRAS, LOCALIZADO NO BAIRRO AMARANTE, PELA SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, o qual foi conhecido e, no mérito, julgado PROCEDENTE, sendo o resultado final: INABILITADA a empresa Fundamento Construtora Ltda., por descumprir exigências editalícias, e HABILITADAS as empresas Felipe Bruschi Engenharia Ltda. - ME, Femaks Construtora e Incorporadora Ltda., Mendese Suckow Engenheiro e Construção Ltda., Construpec Construção Ltda. - ME e Palazzo Construção Ltda. - ME. Torna público, ainda, que a data para abertura e julgamento dos envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados será dia 03 de maio de 2016, às 09h. Videira, 02 de maio de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**LEI Nº 3.354/16**

LEI Nº 3.354/16, DE 27 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre Criação e Denominação da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL GABRIEL BOGONI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a "ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL GABRIEL BOGONI", localizada na Rua Anita Garibaldi, Bairro Carelli, com objetivo de atender crianças do referido bairro e adjacências.

Art. 2º Fica a Escola de Educação Básica Municipal acima citada, denominado de "ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL GABRIEL BOGONI", correspondente à área de edificação de 1.299,20m² (um mil, duzentos e noventa e nove metros e vinte decímetros quadrados) e área do imóvel de 14.375,00m² (quatorze mil, trezentos e setenta e cinco metros quadrados), com as seguintes confrontações: ao NORTE, com 72,73 metros com o lote de área institucional; ao SUL, com 59,00 metros com a Rua Anita Garibaldi e 24,98 metros com lote de Lourdes Schaitel; ao LESTE, com 128,68 metros com o lote de Luiz Carlos Pasqual e 25,05 com o lote de Lourdes Schaitel; ao OESTE, com 130,26 metros com o lote de Luiz Tafarel.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**LEI Nº 3.355/16**

LEI Nº 3.355/16, DE 27 DE ABRIL DE 2016

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, o bem imóvel, de propriedade de Justino Luiz Ascari e outros, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 7.647, com a seguinte descrição:

“Um terreno urbano, com área de 831,23 m<sup>2</sup> (oitocentos e trinta e um metros e vinte e três decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 9.864,75 m<sup>2</sup> (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro metros e setenta e cinco decímetros quadrados), situada do lado ímpar da Rua Luiz Argenta, na antiga linha bonita nesta cidade, 2º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da comarca de Videira sob o nº 7.647, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se 51,88 metros com a área 01, com; ao Sul, confronta-se 52,02 metros com Área 02; ao Leste confronta-se 23,09 metros com a Avenida Marginal Sul e ao Oeste confronta-se 22,98 metros com a Avenida Marginal Sul ”

Art. 2º A doação, a que se refere o art. 1º desta Lei, será feita com o encargo de ser destinado à adequação da Avenida Marginal Sul, a ser mantida pela donatária, devendo ser formalizadas através da competente Escritura Pública.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **LEI Nº 3.356/16**

LEI N.º 3.356/16, DE 27 DE ABRIL DE 2016

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, o bem imóvel, de propriedade de Pedro Olderi Novello, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 32.954, com a seguinte descrição:

“Um terreno urbano, sem benfeitoria, com 99,00 m<sup>2</sup> (noventa e nove metros quadrados), denominada “Servidão Perpétua”, situada na Rua José Chaves, Bairro Farroupilha, nesta cidade e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 32.954, com as seguintes confrontações: ao Nordeste, confronta-se com 3,03 metros com lote 27 de Andrei Nesi; ao Sudoeste, confronta-se com 3,00 metros com a Rua José Chaves; ao Noroeste, confronta-se com 32,91 metros com área remanescente de Claudécir Jacinto de Oliveira; ao Sudoeste, confronta-se com 33,00 metros com Videcar Ltda”

Art. 2º A doação, a que se refere o art. 1º desta Lei, será feita com o encargo de ser destinada à adequação das José Chaves e da Servidão Perpétua, a ser mantido pela donatária, devendo ser formalizadas através da competente Escritura Pública.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **LEI Nº 3.357/16**

LEI N.º 3.357/16, DE 27 DE ABRIL DE 2016

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, o bem imóvel, de propriedade de Transportes e Comércio Anzanello Ltda e outros,



matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 3.416, com a seguinte descrição:

“Um terreno urbano, com área de 1.648,60 m<sup>2</sup> (um mil, seiscentos e quarenta e oito metros e sessenta décimos quadrados), parte integrante de uma área maior com 13.732,05 m<sup>2</sup> (treze mil, setecentos e trinta e dois metros e cinco décimos quadrados), situada no Bairro Superbom, do lado par da Rua Ricardo Brandalise nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da comarca de Videira sob o nº 3.416, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se em vários alinhamentos com a área 01 e em linha reta com Jose Ferreira de Freitas; ao Sul, confronta-se em vários alinhamentos com a área 03, em linha reta com Leandrina de Almeida e em vários alinhamentos com a área 02; ao Leste confronta-se em linha reta com a Rua Ernesto Pontin; e ao Oeste confronta-se em linha reata com a Rua Ernesto Pontin.”

Art. 2º A doação, a que se refere o art. 1º desta Lei, será feita com o encargo de ser destinado à adequação da Rua Ernesto Pontin, a ser mantida pela donatária, devendo ser formalizadas através da competente Escritura Pública.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **LEI Nº 3.358/16**

LEI Nº 3.358/16, DE 27 DE ABRIL DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.039 – Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	5.600.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	400.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>6.000.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação  
03 – Departamento de Ensino Infantil  
2.039 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 - Aplicações Diretas 5.800.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0011 - Aplicações Diretas 200.000,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO 6.000.000,00**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0348/16**

PORTARIA nº 0348/16

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados pelos órgãos abaixo relacionados, os seguintes servidores:

**I - Representantes da Procuradoria Jurídica:**

PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO  
MARIO PEDRO FONTANELLA  
RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA  
RODOLFO PIRES FILHO  
TATIANE PIOVESAN

**II - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:**

CARLISE PIERDONA  
SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT  
CLEMIR BERTOTTO ERDMANN  
CRISTINA KLOCK  
LUCÉLIA GRUTZMACHER

**III - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:**

POLIANA CARLA HAAS  
IZABEL APARECIDA BALBINOTT  
DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
MARILDA GERALDINA BELLOZUPKO  
MÁRCIA REGINA VANZ  
WELINTON CENTOFANTE PEREIRA  
VALCIR JOSÉ RIGO

**IV - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:**

ARNALDO POSANSKE  
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI  
VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS OLTRAMARI  
MIGUEL ALBERTO VIECELLI  
LUIS HENRIQUE FREITAS MACHADO  
FERNANDA VIEIRA

**V - Representantes da Fundação Municipal de Esportes:**

SÉRGIO PERETTI  
ADELMO ALBIERO  
SÉRGIO ANTONIO OZELAMI  
ROSANA APARECIDA DAMBROSO

**VI - Representantes do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID:**

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA  
MARIA CRISTINA DE SOUZA  
LACI ANA CESARIO ADRIANO

**VII - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação:**

LEONARDO BOM GUSE  
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI  
JANAINA CORREA COUTO  
ELISANDRA MARA BARETTA

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e

do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0100/16.

Videira, 26 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0355/16**

PORTARIA nº 0355/16  
Concede Licença Prêmio

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7459/2016.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARIA MARGARIDA RAMBO, Atendente de Creche, a partir de 13 de junho de 2016 até 13 de setembro de 2016, referente ao quinquênio de 16 de março de 2010 até 15 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 13 de junho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0356/16**

PORTARIA nº 0356/16  
Concede Licença Prêmio

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7458/2016.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora VANOLDA BATISTA DE ALMEIDA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 1º de junho de 2016 até 1º de setembro de 2016, referente ao quinquênio de 02 de dezembro de 2007 até 1º de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0357/16**

PORTARIA nº 0357/16

Concede Licença Maternidade

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, nouse suas atribuições legais com fundamento no art. 216, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 041/16DEPLD.

Considerando a Certidão de Natimorto, Matrícula nº 10794601552016500002029000018961,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora ROSENIR CORSO, Assistente Social, a partir do dia 22 de abril de 2016 até 19 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0358/16**

PORTARIA nº 0358/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, nouse suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 048/2016 da Secretaria Municipal de Planejamento.

**RESOLVE**

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 26 de abril de 2016 até 03 de maio de 2016, o gozo de férias da servidora FERNANDA VIEIRA, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 04 de abril de 2015 até 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 26 de abril de 2016.

Videira, 28 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2016 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 18/2016 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO CORRETIVA COM MATERIALE MÃO DE OBRA NO VEÍCULO AMBULÂNCIA FIAT DUCATO MAXI CARGO, PLACA SMIA 1823, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DO SELO ENVELOPE E CREDENCIAMENTO: até às 14h00min do dia 20/05/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 02 de maio 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL N° 45/2016 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL N° 45/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 45/2016 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DA CAIXA DE CÂMBIO E DO SETOR DE FREIO DA MOTONIVELADORA HUBER-WARCO FG 140 M SÉRIE 10000, MOTOR MERCEDEZ BENZ 352, ANO 1988, FROTA 170, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DO SELO ENVELOPE E CREDENCIAMENTO: até às 16h00min do dia 18/05/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 16h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 02 de maio 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 021/2016

Processo de Licitação 021/2016

Modalidade: Pregão 012/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEDRABICA CORRIDA COM ENTREGA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, CONFORME CONVENIO 2016 TR000529, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 13 de maio de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 03 de maio de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 076/2016

PORTARIA Nº. 076/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CLAUDINEIA WATRAS

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 02 de maio de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 02 DE MAIO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.



# Xanxerê

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADIT. CONVÊNIO Nº 003/2016

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC

Extrato 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 003/2016

Conveniente: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Conveniada: Associação Educacional e Caritativa – Hospital Regional São Paulo.

Objeto: Repasse de recursos financeiros a fim de viabilizar a realização de cirurgias eletivas represadas no Município de Xanxerê, nas áreas de cirurgia geral, vascular, ortopédica e ginecológica. Fica aditado o prazo de vigência do convênio de 05/05/2015 até 04/08/2016.

Xanxerê-SC, 02/05/2016.

Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 02 de maio de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AJG 086/2016

DECRETO Nº AJG 086/2016

DETERMINA NOVO HORÁRIO DE TRABALHO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E NA GARAGEM, EDÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado novo horário de trabalho na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e na Garagem, no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h30m às 17h30min, a partir do dia 03 de maio de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 02 de maio de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0044/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0044/2016, tendo como objeto a Contratação de empresa capacitada para Fornecimento de licença de uso de sistema de gestão da Assistência Social; hospedagem dos sistemas em servidor virtual "datacenter"; conversão de dados de sistema atualmente utilizado; treinamento dos usuários; suporte técnico e demais serviços/características descritos no Anexo I, destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 17 de maio de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 02 de maio de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AJG 085/2016

DECRETO Nº AJG 085/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL, EDÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Professor no Concurso Público Municipal nº 01/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº AJG 078/2015, de 08/04/15;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Glaucia Pasini, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 083.853.149-03, portadora da Cédula de Identidade 5.373.087, expedida pela SSP/SC, para o cargo de PROFESSORA NÍVEL 1 - INGLÊS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº BLB 3375/2011 de 23 de novembro de 2011, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Vista Alegre, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

### EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0154/2014

Extrato 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 0154/2014

Contratante: Município de Xanxerê

Contratada: Édipo Fernando Gaio

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na Linha 36.

Fica aditado a quilometragem da Linha 36, passando de 78 km ao dia para 86 km ao dia, conforme Ofício e Parecer Jurídico em Anexo. Xanxerê-SC, 02 de Maio de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 0038/2016

Extrato de Contrato nº 0038/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: TELEFONICA BRASIL S.A

Objeto: de Empresa Especializada em Telecomunicações para prestação de serviços de telefonia Móvel 3G ou superior, incluindo o fornecimento em regime de comodato de no mínimo 10 (dez) SMARTPHONES para atendimento das atividades de comunicação interna do Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê.

Valor estimado: R\$ 2.069,32 mensal, totalizando R\$ 24.831,84 anualmente.

Prazo de vigência: 12 meses a contar da publicação.

Xanxerê-SC, 20 de abril de 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 0041/2016**

Extrato de Contrato nº 0041/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: TALILA GRACIELI VIEIRA ME

Objeto: Prestação de Serviços para Assentamento de Tubos de Concreto e Execução de Proteção de Bueiro com Enrocamento de Pedras de mão armada destinados a Recuperação e Melhorias das Estradas Vicinais Rurais do Município de Xanxerê.

Valor: R\$37.514,45. (trinta e sete mil quinhentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).

Prazo de vigência: Da publicação até 31 de dezembro de 2016.

Xanxerê-SC, 26 de abril de 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 125/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 125/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 01.04.2016 a 30.04.2016 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Agenor Fernandes, Ana Kosloski, Carlos Alberto De Oliveira Velasco, Claudia Bruna Dazzi, Dayane Dalla Gasperina Berlatto, Dirlei Koserski de Saibro, Francisco Coradi, Gilbrair Paulo de Carvalho, Ivania Alves da Luz, Ivonete Terezinha de Cezaro, Jacson Luis Furlanetto, Janice Graciele Garghetti de Lima, Jeferson Luiz Nunes de Lima, Joice de Fátima dos Santos, Joseandra Putrich, Josiane Oliveira Mallman Casagrande, Juliana Aparecida Pasetti, Maria Luiza Baggio, Natalia Siqueira Maciel Romero, Raquel Madalena Martins Ugolini, Rodrigo Wustro, Ronaldo Luzzi, Rosa Maria Brazzo Vaseak, Rosane Marcia Mettler, Rosane Vaz, Salete F Kosloski Lazzari, Sonia Dal Molin Neckel, Suzana Veloso, Tenille Toazza Comachio, Vanessa Colling, Willian Scaratti Fantinelli e Wilson Eleuterio Telles.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar as férias a partir de 01.04.2016

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 29 de Abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 126/2016**

PORTARIA Nº RH-AJG 126/2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER o pedido de Licença Prêmio por assiduidade por um

período de 30 (trinta) dias a partir de 04.05.2016 até 02.06.2016 ao Servidor Público Municipal Sr. RODRIGO WUSTRO, Brasileiro, solteiro, portador da CI nº 2.724.718, CPF nº 949.674.749-34 e CRMV/SC nº 04190. Residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - SC. Nomeado conforme Decreto BLB 150/10 no cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuária.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 01629/2016. Datado de 02.05.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 05.04.2010 a 04.04.2013: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 02 de maio de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 127/2016**

PORTARIA Nº RH-AJG 127/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 27.04.2016 a 27.05.2016 a Servidora Pública Municipal, a Sra. SUELIPADILHA DOS SANTOS GOTTARDI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 14/C1.780.470 e CPF nº 400.569.029-72 nomeada conforme Decreto nº JB 270/94 no cargo de ENFERMEIRA PADRÃO, com quarenta (40) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 001657/2016 datado de 02.05.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 08.06.2012 a 07.06.2015: 30 (trinta) dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 27.04.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 02 de Maio de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO ALTERAÇÃO EDITAL LEILÃO Nº 0001/2016**

1ª Alteração Leilão 0001  
"PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE EDITAL"

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO nº 0001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2016

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83 009 860/0001-13, com sede à Rua Dr. José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, CEP 89820-000, telefone (49) 3441-8542, FAZ SABER, para conhecimento dos interessados, que realizará Leilão Público na modalidade Presencial e on-line para Alienação de Bens inseríveis do Município, autorizados pelo DECRETO AJG 231/2015 e AJG 084/2016, com critério de julgamento de MAIOR LANCE, igual ou superior ao valor da avaliação do bem, de conformidade com a Lei Federal n. 8.666/93 e legislação complementar em vigor, na forma e condições a seguir fixadas:

A sessão pública será conduzida pelo Leiloeiro Público Oficial Eduardo Antônio Sausen, regularmente matriculado na JUCESC sob nº AARC 328, em cumprimento ao Processo Licitatório nº 0022/2016 – Credenciamento nº 0002/2016.

**DA ALTERAÇÃO:**

FICA INCLUIDO NO ITEM 4.1.2 DO EDITAL O SEGUINTE LOTE:  
LOTE 17 – 01 AUTOMÓVEL FIAT PALIO ESSENCE 1.6 FLEX, Ano/Modelo 2011, PLACA MIP 2415, RENAVAM 336938101, CHASSI 9BD17177EB5776797, combustível Álcool/gasolina, cor branca. LANCE INICIAL: R\$ 6.000,00

4.2.2. MAQUINÁRIOS - LOTES 01 à 13 e LOTE 17: PÁTIO DA GARAGEM MUNICIPAL DE OBRAS, localizado à Rua Araguaia, nº 749, Bairro Colatto, Xanxerê, SC (informações através do telefone 49 3441-8500 – Prefeitura) no período útil compreendido entre os dias 11 de ABRIL e 18 de MAIO de 2016, das 07h 00min às 13h 00min e, no dia 19 de MAIO, até 09h 30min, início do leilão (10h 00min).

FICA MANTIDA A DATA DO LEILÃO, ou seja dia 19 de MAIO de 2016, às 10h 00min no seguinte local: AUDITÓRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – 3º PISO – ANEXO À PREFEITURA, Rua Dr. José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê, SC.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Edital acima citado.

Xanxerê-SC, 29 de abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARI

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 127/2016**

PORTARIA Nº RH-AJG 127/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 27.04.2016 a 26.05.2016 a Servidora Pública Municipal, a Sra. SUELIPADILHA DOS SANTOS GOTTARDI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do CInº 14/C 1.780.470 e CPF nº 400.569.029-72 nomeada conforme Decreto nº JB 270/94 no cargo de ENFERMEIRA PADRÃO, com quarenta (40) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 001657/2016 datado de 02.05.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:  
08.06.2012 a 07.06.2015: 30 (trinta) dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 27.04.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 02 de Maio de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARI

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### ATA PP 026-2016 PMXV - 3ª SESSÃO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 026/2016 PMXV. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE MICROE/OU PEQUENA EMPRESA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO, NITROGÊNIO E MATERIAIS DE USO VETERINÁRIO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTA EDITAL.

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às dezesseis horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Joselino Luiz Naissinger e sua Equipe de Apoio constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Taciane Caon e Alex Lorenzet, designada pelo Decreto 004/2016, com a finalidade de efetuar o recebimento das contrarrazões das CAMPESTRE VET COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA ME e COGENT BRASIL LTDA EPP. Após percorrido o prazo, nenhuma das licitantes apresentou contrarrazões com relação ao recurso apresentado pela Licitante NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP. Assim o Pregoeiro e a Equipe de Apoio encaminham o Processo Licitatório para apreciação e emissão de Parecer do Departamento Jurídico do Município de Xavantina quanto ao recurso apresentado pela Licitante NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio.

Joselino Luiz Naissinger Pregoeiro	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio
Alex Lorenzet Membro da Equipe de Apoio	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio

### CANCELA PP 028-2016 PMXV

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2016 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 028/2016 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2016 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 028/2016 PMXV, sendo que o referido Processo Licitatório não obteve propostas e foi declarado DESERTO.

Xavantina/SC, em 02 de maio de 2016.  
MAURO JUNES POLETTTO,  
Prefeito Municipal.

### PP 030/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresa objetivando a aquisição de baterias para uso em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina, Fundo municipal de Saúde e demais Fundos, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital. Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 17/05/2016.

Abertura: dia 17/05/2016, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 03 de maio de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO,  
Prefeito Municipal.

# Consórcios

## ARIS

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2016

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2016

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de reforma das cadeiras do auditório da sede da ARIS.

CONTRATADA: SUSANI DE FATIMA SIQUEIRA ME

CNPJ: 19.881.466/0001-71

VALOR: R\$ 7.095,00 (sete mil e noventa e cinco reais).

Florianópolis, 29 de março de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral

## CIGA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 03/2016 - PROCESSO Nº 08/2016 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016 - REGISTRO DE PREÇOS

Aviso de Licitação nº 03/2016

Processo nº 08/2016 - Pregão Eletrônico nº 02/2016 – Registro de Preços

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, n.º 02/2016/ CIGA.

OBJETO: efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de equipamentos de informática, conforme especificações contidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do Acolhimento das Propostas: 05/05/2016 às 8 horas.
- Data de Abertura das Propostas: 13/05/2016 às 10 horas.
- Data da Sessão do Pregão e horário da disputa: 13/05/2016 às 13 horas e 30 minutos.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br).

BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais federais.

Florianópolis, 03 de maio de 2016.

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA

Técnico em T.I. do CIGA

Pregoeiro do CIGA

PROCESSO N.º 08/2016/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2016/CIGA

#### 1. PREÂMBULO

1.1 O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinada ao recebimento de propostas para REGISTRO DE PREÇOS, com base no disposto nas Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

1.2.1 Anexo I - Objeto Detalhado;

1.2.2 Anexo II - Termo de Credenciamento para participação – Nomeação de Representante;

1.2.3 Anexo III - Formulário da Proposta de Preços; e

1.2.4 Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.



## 2. CRONOGRAMA

2.1 Início do acolhimento das Propostas: 05/05/2016 às 8 horas.

2.2 Data de Abertura das Propostas: 13/05/2016 às 10 horas.

2.3 Data da sessão do Pregão e horário da disputa: 13/05/2016 às 13 horas e 30 minutos.

## 3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 Quaisquer questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br) até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas.

3.2 Os questionamentos serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, e os eventuais esclarecimentos, de interesse geral, serão divulgados no portal [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br), na página referente à 'transparência', 'licitações'.

3.3 Os interessados deverão consultar o sítio do CIGA – <http://www.ciga.sc.gov.br> – para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

3.4. O início do acolhimento das propostas que trata o subitem 2.1 dar-se-á exclusivamente por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, na página [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), opção "Acesso ao Sistema", na opção Pregão Eletrônico, no item Proposta, prosseguindo o certame de acordo com os procedimentos estabelecidos nos itens 9 e 10 deste edital.

3.5 Remessa de Documentos: Fax: (48) 3221-8800 ou pelo e-mail [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br), caso o licitante tenha a disponibilidade de digitalizar os documentos.

3.6 Entrega de documentos originais/cópias autenticadas: Comissão de Licitação do CIGA – Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP. 88.070-800.

3.7 Todas as referências de tempo destacadas no edital, avisos, bem como informações de tempo durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF, sendo desta forma registradas no sistema eletrônico.

3.8 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº. 10.520/2002.

## 4. DO OBJETO

4.1 Efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de equipamentos de informática, conforme especificações contidas neste edital.

## 5. DO PREÇO MÁXIMO

5.1 O preço máximo do objeto está estipulado no Anexo I – Objeto Detalhado.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar deste certame, licitantes que estejam legalmente constituídos e atendam as especificações contidas neste edital.

6.2 É vedada a participação de pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CIGA, ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93), ou que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou membros do CIGA, bem como de licitantes em situação de falência, recuperação judicial ou insolvência.

6.3 É vedada a participação de licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação.

6.4 É vedada a participação de licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n.º 12.846/2013:

6.4.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata o item 6.5 será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link

<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seame junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link> [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

## 7. DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, § 2º, da LC 123/2006).



7.2 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances.

7.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do artigo 44, § 2º, da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4 A oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados da convocação automática, logo após o encerramento dos lances, pelo sistema eletrônico da BLL, sob pena de preclusão (art. 45, § 2º e § 3º, da LC 123/2006).

7.5 As disposições deste item somente serão aplicadas quando a proposta melhor classificada ao final da etapa de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (artigo 45, § 2º, da LC 123/2006).

7.6 Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta última apresente alguma restrição (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.7 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prazo este prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.8 A documentação fiscal regularizada deverá ser entregue ao Pregoeiro ou à Comissão de Licitação no endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, dentro do prazo estipulado no item anterior:

7.8.1 No caso de remessa postal da documentação, deverá ser enviado o Recibo de Postagem da E.C.T ou Código de Rastreamento Postal, por fax ou e-mail, para o endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no mesmo prazo do item 7.7.

7.9 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme estipulado neste edital.

## 8. DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

8.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 3.5 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para sessão do pregão:

8.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.5 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

8.2 O pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Comissão de Licitação, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

8.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

8.4 Devido à política de segurança virtual implantada no âmbito do CIGA, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicadas nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade de quem impugna confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (48) 8406-1060.

## 9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil para a formulação de proposta no sistema e participação da sessão pública.

9.2 O credenciamento dar-se-á pela nomeação por meio do instrumento de mandato (Anexo II – Termo de Credenciamento para participação – Nomeação de Representante), com firma reconhecida, de operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou à própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

5.2. A participação do licitante no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de corretora contratada para representá-lo, ou diretamente pela BLL, que deverá manifestar em campo próprio do sistema pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente dar-se-á mediante prévia definição de senha privativa;

5.4. A chave de identificação e a senha dos operadores (pessoal e intransferível) poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

9.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e na

presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item próprio deste edital.

9.4 O uso da senha de acesso pelo licitante para efetuar qualquer transação diretamente ou por intermédio do seu representante será de sua exclusiva responsabilidade, pelo que assumirá como firme e verdadeira sua proposta, assim como seus lances, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao CIGA qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha do licitante, ainda que por terceiros.

## 10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

10.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível concedida ao licitante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou diretamente do licitante) no Sistema de Licitação Eletrônica da BLL e envio da proposta de preços por meio do sistema eletrônico, observados a data e o horário-limite estabelecidos no CRONOGRAMA.

10.2 O envio da proposta pelo licitante, por meio do sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das condições estabelecidas neste edital, em especial no tocante à documentação de habilitação e às especificações previstas no Anexo I - Objeto Detalhado.

10.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico.

10.4 O preço ofertado pelo licitante deverá ser cotado em REAL, com até duas casas decimais após a vírgula, incluindo todas as despesas incidentes sobre a execução do objeto da licitação.

10.5 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 6º, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002), tendo por termo inicial a data da sessão.

10.6 Qualquer esclarecimento em relação ao acesso no sistema operacional pode ser feito pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3042-9909, e-mail: contato@bll.org.br, ou por meio de uma corretora de mercadorias associada.

10.7 Ao apresentar sua proposta é imprescindível que o licitante registre expressamente, sem se identificar, a marca e modelo do objeto cotado, sob pena de desclassificação de sua proposta.

10.8 Serão desclassificadas as propostas que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do licitante.

10.9 Os licitantes deverão informar no campo "VALOR TOTAL" o preço total, para com este participar da disputa de lances.

10.10 O licitante que se utilizar da base de cálculo do ICMS reduzida deverá informar na sua Proposta de Preço a incidência do benefício fiscal, sob pena de não poder usufruí-lo.

## 11. DO ANEXO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

11.1 Imediatamente após a inserção das informações da proposta eletrônica, deverá, obrigatoriamente, ser inserido o Anexo III – Formulário da Proposta de Preço, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema, sem qualquer dado que possibilite a sua identificação, pois qualquer informação que identifique o proponente (como telefone, endereço, logo da empresa, etc) implicará DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA:

11.1.1 Qualquer documento anexado será analisado após a fase de lances, e, havendo divergência entre as informações constantes é facultada a realização de diligências pelo Pregoeiro, não podendo haver, entretanto, alteração da marca e modelo e/ou referência informados.

## 12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 Recebidas as propostas apresentadas no endereço [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e encerrado o prazo para sua apresentação, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, ocasião em que serão divulgadas as propostas recebidas em perfeito atendimento às especificações e condições previstas neste edital.

12.2 Serão desclassificadas as propostas:

12.2.1 Que não atendam às exigências formais e materiais previstas neste edital;

12.2.2 Inexequíveis, ou seja, aquelas que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto (art. 48, inc. II, da Lei nº 8.666/93); e

12.2.3 Que apresentarem, após superadas a disputa de lances e a negociação, preço superior ao máximo informado no Anexo I – Objeto Detalhado.

12.3 A decisão motivada de desclassificação será proferida e registrada no sistema em tempo real.

12.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.5 O critério de julgamento e de aceitabilidade dos preços da presente licitação será o de menor preço por item.

12.6 A etapa competitiva ocorrerá no dia e hora marcados no CRONOGRAMA e terá o tempo de duração definido a critério do Pregoeiro, durante o

qual os licitantes poderão encaminhar seus lances pelo sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do seu lance e valor, com o respectivo horário de registro no sistema.

12.6.1 O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

12.7 Durante a sessão pública do pregão eletrônico, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

12.7.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

12.8 Esgotado o tempo inicial da fase de lances, o Pregoeiro anunciará o encerramento desta fase, momento no qual o sistema eletrônico da BLL encaminhará aviso de tempo randômico (período de até 30 minutos, aleatoriamente determinado) para fechamento da etapa de lances.

12.9 Ao final do tempo randômico de que trata o subitem anterior, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

12.10 Caso não haja oferta de lances será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço lançada no sistema e o preço máximo do item da licitação, observando-se sempre o atendimento das especificações técnicas do objeto.

12.11 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico da BLL, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, com vistas a obter melhor proposta, observado o critério de julgamento e mantidas as condições estipuladas neste edital.

12.12 A negociação prevista no subitem anterior poderá ser utilizada também nos casos em que não houver formulação de lances.

12.13 Depois de encerrada a etapa de lances e negociada a redução de preço, se for o caso, e ainda, após constatada a compatibilidade da proposta classificada em primeiro lugar com as condições e preços estabelecidos para a contratação, o Pregoeiro anunciará, em decisão motivada, a razão de sua aceitabilidade e passará à verificação da habilitação e das exigências para cumprimento do objeto, nos termos deste edital, do licitante cuja proposta tenha sido a primeira classificada.

12.14 Constatado o atendimento das exigências habilitatórias pelo licitante que ofertou a melhor proposta, será este declarado vencedor da licitação.

12.14.1 O licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da Sessão Pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o preço unitário e total por itens, conforme descrição apresentada no Objeto Detalhado e no Formulário da Proposta de Preços (Anexos I e III), sendo que este preço não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido para os itens, bem como não poderá em hipótese alguma, ser superior ao preço apresentado na proposta inicial (Anexo III – Formulário da Proposta de Preços);

12.14.2 Caso não seja possível a imediata recomposição dos preços resultantes dos lances, o Pregoeiro estabelecerá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente nova proposta à Comissão de Licitação, no endereço citado no item 3 do Edital, em original assinado, ou envie para e-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br) assinada e digitalizada, sob pena de desclassificação.

12.15 Se a melhor proposta não for aceita ou, ainda, se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando sua exequibilidade, na ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda às disposições do edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.16 Na hipótese de haver desconexão apenas com o Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico da BLL permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos já realizados.

12.17 Quando a desconexão com o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagem eletrônica no mesmo endereço eletrônico utilizado para a divulgação da licitação, ocasião em que serão anunciadas a data e a hora da reabertura da sessão.

12.18 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, sendo o único responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, ou de sua própria desconexão, inclusive no que tange às disposições do subitem anterior.

### 13. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

13.1 Encerrada a disputa de lances, o licitante detentor da proposta melhor classificada poderá enviar para análise prévia cópia dos documentos de habilitação elencados abaixo, via fac-símile para o telefonen.º (48) 3221-8800 ou, digitalizadas, para o e-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br) a fim de que sejam identificadas eventuais falhas:

13.1.1 Tal procedimento é facultativo e não substitui a documentação de habilitação original ou cópia autenticada, que deverá ser entregue ou remetida ao Pregoeiro ou à Comissão de Licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data da sessão, na forma prevista no item 3.6 do edital.

13.1.2 No caso de remessa postal da documentação de habilitação original, ou cópia autenticada, esta deverá ser comprovada mediante o envio do Recibo de Postagem ou Código de Rastreamento Postal, da E.C.T, por fax ou e-mail, em até 3 (três) dias úteis contados da data da sessão, aos cuidados do Pregoeiro ou à Comissão de Licitação.

13.2 A DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO deverá contemplar os documentos abaixo relacionados:

13.2.1 Habilitação Jurídica:

13.2.1.1 Ato constitutivo do licitante:

13.2.1.1.1 Quando se tratar de Empresário, deverá ser apresentado documento comprobatório de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial do local de sua sede;

13.2.1.1.2 Quando se tratar de Sociedade Simples, deverá ser apresentado Contrato acompanhado das modificações averbadas, tudo devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede;

13.2.1.1.3 Quando se tratar de Sociedade Empresária, deverá ser apresentado o Estatuto ou o Contrato Social (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações) tudo devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial do local de sua sede.

13.2.1.2 As Sociedades por Ações também deverão apresentar cópia da ata da eleição de seus administradores, registrada na Junta Comercial.

13.2.1.3 As Sociedades Estrangeiras em funcionamento no País deverão apresentar o respectivo decreto de autorização e, quando a atividade exigir, o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

13.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

13.2.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.2.2.2 Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Prova de regularidade relativa à seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND com o INSS), demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições sociais, de acordo com a Lei n. 8.212, de 24-7-1991;

13.2.2.3 Certificado de regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

13.2.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Fazenda Estadual:

13.2.2.4.1 Para os municípios que emitem Prova de Regularidade para com a Fazenda em separado, os licitantes deverão apresentar duas certidões, comprovando sua situação regular referente aos tributos Mobiliários e Imobiliários;

13.2.2.4.1.1 Na impossibilidade da apresentação da certidão referente aos tributos Imobiliários, será admitido outro documento que comprove a regularidade, ou, na falta deste, declaração do próprio licitante de que não é contribuinte de tributos Imobiliários.

13.2.2.4.2 Para comprovação da Regularidade para com a Fazenda estadual, deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos emitida pelo órgão fazendário do Estado em que a empresa possui domicílio ou sede, abrangendo os débitos fiscais inscritos e não inscritos na dívida ativa;

13.2.2.4.2.1 Caso a unidade fiscal dispense, para fins de habilitação em licitação ou contratação direta, a prova de regularidade notocante aos débitos não inscritos na dívida ativa, caberá ao licitante comprovar essa informação;

13.2.2.4.2.2 Empresa sediada em outro Estado da Federação deverá apresentar também Certidão Negativa de Débitos do Estado de Santa Catarina.

13.2.2.5 Prova de regularidade trabalhista, mediante comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei n. 12.440, de 7/7/2011;

13.2.2.6 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

13.2.3 Qualificação Econômico-Financeira:

13.2.3.1 Quando se tratar de pessoa jurídica ou empresário, deverá apresentar certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor do foro da comarca em que está sediado o licitante;

13.3 O licitante inscrito no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina poderá apresentar o certificado de registro cadastral em substituição aos documentos de habilitação de que tratam os subitens 13.2.2 e 13.2.3, desde que estes constem nos respectivos cadastros e estejam dentro do prazo de validade.

13.4 Outros Documentos:

13.4.1 Deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação, Formulário da Proposta de Preços – modelo sugerido no Anexo III do Edital, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal do licitante vencedor, conforme indicado no próprio formulário (obrigatoriamente em original).

13.5 Forma de apresentação e regras de aceitação da documentação de habilitação:

13.5.1 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou, ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelo Pregoeiro ou pela Comissão de Licitação no ato da apresentação da documentação de habilitação, caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais.

13.5.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo licitante, quando obtidos via Internet, serão validados pelo Pregoeiro após verificação de sua autenticidade no site da entidade que os emitiu:

13.5.2.1 Na hipótese de divergência de informações entre o documento apresentado e as constantes no site da entidade que o emitiu, prevalecerão estas em relação àquelas.

13.5.3 Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação.

13.5.4 Os documentos de habilitação que não possuírem prazo de validade deverão conter data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias contados da data da sessão, exceto para os documentos de qualificação jurídica, de qualificação técnica, CPF e CNPJ.

13.5.5 O licitante que optar em participar mediante apresentação de proposta elaborada por uma de suas filiais, deverá apresentar todos os documentos exigidos para habilitação, referentes à matriz, acrescidos, especificamente em relação à filial, das provas de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal:

13.5.5.1 Quando a matriz for sediada no estrangeiro, também deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial da filial.

#### 14. DO PROCEDIMENTO PARA SANAR FALHAS ESCUSÁVEIS

14.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

#### 15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, em até 24 (vinte e quatro) horas e motivadamente, em campo próprio do sistema de licitações da BLL, a intenção de recorrer, a partir de quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, por meio de formulário específico do sistema.

15.1.1 Apresentadas as razões de recurso, será disponibilizada a todos os participantes, ficando os demais licitantes, nessa data, intimados para apresentar contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias, pelo meio indicado no item anterior, sendo-lhes assegurada vista dos autos no endereço constante no item 3.6 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

15.2 A falta de manifestação no prazo determinado no item 15.1 importará decadência do direito de recurso.

15.3 Sempre que for interposto recurso, deverão ser juntados aos autos os documentos, porventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

15.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis:

15.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

15.5 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pelo indeferimento ou provimento do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Presidente do CIGA que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

15.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 16. DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 Declarado o vencedor da licitação e não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o processo será remetido ao Presidente do CIGA para homologação.

16.2 No caso de interposição de recurso, a homologação ocorrerá após seu julgamento.

#### 17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ATA DE RP) é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para eventual e futura contratação, na qual se registra o(s) licitante(s) classificado(s) e o(s) item(ns) com os respectivo(s) preço(s) unitário(s).

17.2 O prazo de validade da ATA DE RP será de 12 (doze) meses, conforme Minuta da Ata de Registro de Preços, ficando o seu detentor obrigado a manter o seu preço registrado por igual período.

17.3 Após a homologação do resultado deste pregão, o CIGA, respeitada a ordem de classificação, poderá convocar o(s) licitante(s) habilitado(s), para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



17.3.1 A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação via correio (carta registrada com aviso de recebimento - AR), prorrogável apenas uma vez a critério do CIGA, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas;

17.3.2 Ao assinar a ATADERP, o licitante habilitado passará à denominação de DETENTOR DA ATA, comprometendo-se a cumprir todas as condições a serem praticadas, determinadas neste edital e na proposta apresentada.

17.4 Na hipótese do licitante convocado não se apresentar para assinar a ATA DE RP, observado o subitem 17.3, ficará sujeito, mediante processo administrativo, à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado para a contratação, obtido por meio da aplicação do valor unitário do(s) item(ns) sobre a quantidade máxima estimada para os 12 (doze) meses de registro:

17.4.1 Ocorrendo a situação prevista no subitem anterior, o CIGA emitirá NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ao licitante convocado, que deverá fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, no prazo definido no respectivo Processo Administrativo;

17.5. Ocorrendo a situação prevista no item 17.4, o CIGA poderá convocar, para habilitação, os demais licitantes classificados, segundo a ordem de classificação na etapa de lances, observado o procedimento e os prazos estabelecidos no subitem 17.3.1, e, após habilitado, para assinar a ATADERP, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

17.6 No caso de inexecução do objeto, por qualquer motivo, durante a vigência da ATA DE RP, o CIGA poderá, mediante processo administrativo, cancelar seu registro, inclusive em caso fortuito ou de força maior, e convocar os demais licitantes classificados, segundo a ordem de classificação na etapa de lances, observado o procedimento e os prazos estabelecidos no subitem 17.3.1, e, após habilitado, para assinar a ATA DE RP pelo quantitativo e prazo remanescentes, e nas mesmas condições da ATA DE RP anterior.

## 18. DA REVISÃO DE PREÇOS

18.1 O preço pactuado pelas partes para fornecimento do(s) objeto(s) da presente licitação poderá ser revisado a fim de se manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, sempre que for verificada alteração substancial e prejudicial a qualquer delas na relação entre os encargos do DETENTOR DA ATA e a retribuição financeira do CIGA para justa remuneração do fornecedor.

18.1.1. O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que não esteja pendente a entrega de objeto ou a execução de serviço de Autorização de Fornecimento/Serviço já expedida;

18.1.2 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, no endereço: Rua Santos Saraiva, n.º 1.546, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, Florianópolis/SC, CEP. 88.010-070, com identificação do número da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, ou ainda, por e-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br);

18.1.3 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro sofrido.

18.2 Constatado que o preço registrado na ATA DE RP está superior ao praticado pelo mercado, o CIGA poderá convocar o DETENTOR DA ATA para, no processo da licitação, negociar a redução do preço registrado:

18.2.1 Na hipótese de a negociação não resultar satisfatória, o CIGA poderá convocar os demais licitantes classificados, observado o procedimento estabelecido no subitem 18.3.1, para, no processo de licitação, e segundo a ordem de classificação nas etapas de lances, negociar com estes a redução do preço registrado;

18.2.2 Sendo exitosa a negociação para redução do preço, nova ordem de classificação deverá ser estabelecida entre os preços registrados;

18.2.3 O licitante melhor classificado, após a negociação de preço, será convocado, observado o procedimento e o prazo estabelecido no subitem 17.3.1, para habilitação e, após habilitado, para assinatura da ATA de RP, para o prazo remanescente da Ata de Registro de Preço anterior.

18.3 Quando o DETENTOR DA ATA demonstrar que o preço de mercado é superior ao registrado e que não pode cumprir o compromisso, o CIGA poderá liberá-lo do compromisso sem a aplicação de penalidade. Nesta hipótese, o CIGA poderá negociar o preço com os demais licitantes classificados, respeitada a média do preço de mercado, obedecido ao procedimento disposto nos itens 18.2.1, 18.2.2 e 18.2.3.

## 19. DO FORNECIMENTO

19.1 A formalização do PEDIDO DE ENTREGA, objeto desta licitação, dar-se-á via correio (carta registrada com aviso de recebimento – AR) ou por e-mail pelo instrumento denominado Autorização de Fornecimento, conforme modelo que consta no Anexo V deste edital, a qual, após expedida, terá a força de contrato entre a Administração e o Detentor da Ata de RP.

19.2 O recebimento da carta registrada com aviso de recebimento obriga o CONTRATADO a efetuar a entrega dos objetos pelo preço registrado, e nas quantidades estipuladas na Autorização de Fornecimento.

19.3 A partir do 1º dia útil após o recebimento do telegrama, conforme disposto no item 19.1, iniciará para o CONTRATADO o prazo para a entrega dos objetos.

19.4 O quantitativo expresso no Objeto Detalhado é estimado e representa a previsão do CIGA para as aquisições durante o período de 12 (doze) meses.



19.5 O CIGA não está obrigado a adquirir o produto especificado no Anexo I – Objeto Detalhado, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e o momento da aquisição.

19.6 Durante o prazo de validade da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, seu DETENTOR fica obrigado a fornecer o objeto ofertado, nas quantidades indicadas pelo CIGA em cada Autorização de Fornecimento.

19.7 A existência do preço registrado não obriga o CIGA a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao DETENTOR DA ATA a preferência em igualdade de condições.

19.8 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento do registro do DETENTOR DA ATA, sujeitando-se este às sanções administrativas pertinentes.

## 20. DA RESPONSABILIDADE DO DETENTOR DA ATA E DO CONTRATADO

20.1 O DETENTOR DA ATA tem o dever de:

20.1.1 Fornecer os objetos nas condições, no preço, nas quantidades, e no prazo estipulados na proposta e na Autorização de Fornecimento – AF;

20.1.2 Manter, durante o prazo de validade do registro, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.2 Impossibilitado de cumprir o(s) prazo(s) de entrega, o CONTRATADO deverá adotar os seguintes procedimentos:

20.2.1 Protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data limite para entrega, junto à Gerência Administrativa do CIGA, no endereço: Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP. 88.070-800, ou ainda, pelo e-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br), devendo, no mínimo, constar:

20.2.1.1 Identificação do objeto, número do pregão e da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

20.2.1.2 Justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;

20.2.1.3 Documentação comprobatória; e

20.2.1.4 Indicação do novo prazo a ser cumprido.

20.2.2 O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do CIGA seu deferimento;

20.2.3 Caso o CIGA conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

20.2.4 Caso o CIGA não conceda a prorrogação do prazo, o CONTRATADO estará sujeito às sanções administrativas pertinentes;

20.2.5 Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega; e

20.2.6 O não cumprimento do disposto nos incisos anteriores facultará ao CIGA a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo o DETENTOR DA ATA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

## 21. DA RESPONSABILIDADE DO CIGA

21.1 O CIGA tem o dever de:

21.1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços, obedecendo à ordem de classificação;

21.1.2 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

21.1.3 Acompanhar a entrega dos objetos, verificando o cumprimento dos prazos, notificando ao CONTRATADO quaisquer reclamações ou solicitações havidas;

21.1.4 Aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado nesta licitação;

21.1.5 Empenhar os recursos necessários garantindo o pagamento das Notas Fiscais em dia;

21.1.6 Publicar o extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e de seus aditivos, bem como cada Autorização de Fornecimento para a referida ATA, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

## 22. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

22.1 O recebimento do objeto da licitação está vinculado às necessidades do CIGA, às condições do item 19 do edital.

22.2 A entrega dos objetos deverá ocorrer no período de até 20 (vinte) dias consecutivos contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento da notificação via correio (carta registrada com aviso de recebimento - AR), informando que a Autorização de Fornecimento já está disponível para ser retirada na Gerência Administrativa do CIGA. Caso necessário, a referida Autorização poderá ser enviada via fax ou e-mail, desde que isto seja solicitado por e-mail.

22.3 O CONTRATADO deverá comunicar à Gerência Administrativa, pelo e-mail [contabilidade@ciga.sc.gov.br](mailto:contabilidade@ciga.sc.gov.br), e à Comissão de Licitação, pelo e-mail [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br), com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, a data da entrega dos objetos.

22.4 As entregas dos objetos deverão ser realizadas na Gerência Administrativa, situada na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP. 88.070-800, em dias de expediente do CIGA, das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas.

22.5 O aceite na(s) nota(s) fiscal(is) e posterior envio para pagamento será efetuado pela Gerência Administrativa, após parecer emitido no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, caso estejam em conformidade com o solicitado no edital e com a proposta da empresa.

22.6 Caso a Gerência Administrativa, com base em seu parecer, recuse os objetos, o CONTRATADO ficará obrigado a substituí-los, de modo a atender integralmente o especificado no edital e à proposta da empresa.

22.7 O CONTRATADO não receberá o aceite na Nota Fiscal enquanto não regularizar a entrega definitiva dos objetos.

22.8 Após a HOMOLOGAÇÃO, qualquer questão técnica ou sobre a entrega, suscitada pelo CONTRATADO deverá ser encaminhada à Gerência Administrativa, para o e-mail [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br).

22.9 Os objetos não poderão ser substituídos por outros de marcas diversas.

22.9.1 Excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada por escrito, e desde que os objetos substituídos sejam de qualidade comprovadamente igual ou superior, obedecidos os mesmos trâmites previstos para o pedido de prorrogação descrito no item 19.2, o CIGA poderá autorizar a troca de marca.

## 23. DA NATUREZA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do CIGA, de acordo com a Atividade nº 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio, nos elementos de despesa nº 4.4.90.52 e com a Atividade nº 2002 – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI, no elemento de despesa nº 4.4.90.52 para o exercício de 2016 e, para o exercício seguinte, créditos próprios de igual natureza.

## 24. DO PAGAMENTO

24.1 O pagamento será efetuado pelo CIGA, por intermédio do Banco do Brasil, Agência 3174-7, Setor Público, na conta corrente indicada pelo CONTRATADO, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data do aceite do material na(s) nota(s) fiscal(is) apresentada(s) pela matriz ou filial do CONTRATADO, na forma do item 22 do edital, ou via boleto bancário:

24.1.1 O CONTRATADO que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.

24.1.2 A conta corrente indicada pelo CONTRATADO deverá ser obrigatoriamente referente ao CNPJ do licitante vencedor.

24.2 O CIGA só efetuará o pagamento mediante a apresentação de nota fiscal emitida de forma correta, razão pela qual os licitantes deverão observar os casos em que é obrigatório emitir nota fiscal eletrônica.

24.3 A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao CONTRATADO para retificação e reapresentação, acrescendo-se ao prazo fixado no subitem 23.1 os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

24.4 A devolução da nota fiscal não aprovada pelo CIGA em hipótese alguma servirá de pretexto para que o CONTRATADO suspenda a entrega.

24.5 O CIGA procederá ao pagamento apenas dos fornecimentos efetivamente recebidos, única e exclusivamente por meio de sua Gerência Administrativa.

## 25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 O atraso injustificado na execução do contrato, por culpa do CONTRATADO, o sujeitará ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

25.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do contrato;

25.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CIGA;

25.1.3 No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

25.1.4 Os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

25.1.4.1 Na hipótese da aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando o CONTRATADO às demais implicações legais.

25.2 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o CIGA poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas neste edital, as seguintes sanções:

25.2.1 Advertência por escrito, quando o CONTRATADO deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou entrega dos bens;

25.2.2 Multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

25.2.3 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CIGA por prazo não superior a 5 (cinco) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando o CONTRATADO, convocado dentro do prazo de validade da proposta: deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

25.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

25.3 A multa deverá ser recolhida na Gerência Administrativa do CIGA, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis após a respectiva notificação via correio (carta registrada com aviso de recebimento - AR). Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela descontada pelo CIGA dos créditos existentes em nome do CONTRATADO ou, não havendo esses ou sendo ela maior do que o crédito, cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

25.4 As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CIGA.

## 26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos licitantes implicará a aceitação de todas as disposições do presente edital.

26.2 Assegura-se ao CIGA o direito de:

26.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);

26.2.2 Revogar a presente licitação por razões de interesse público (art. 49, caput, da Lei n.º 8.666/93), decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovado; e

26.2.3 Adiar a data da sessão.

26.3 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

26.4 O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

26.5 As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança do certame.

26.6 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

26.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

26.8 Só se iniciam e vencem prazos em dias em que houver expediente no CIGA.

26.9 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

26.10 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos de forma amigável.

Florianópolis, 03 de maio de 2016.

LUDOVINO LABAS  
 Prefeito de Lebon Régis  
 Presidente do CIGA

## ANEXO I – OBJETO DETALHADO

OBJETO: Efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de equipamentos de informática, conforme especificações mínimas a seguir:

Item	Descrição Mínima	Quantidade	Preço Unitário Máximo (R\$)
1	<p>Notebook</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Processador com pontuação CPU Passmark superior a3500 (<a href="https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php">https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php</a>)</li> <li>· Memória RAM 8GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior</li> <li>· HDD de 500GB ou SSD de 120GB ou superiores</li> <li>· Tela mínima de 11.6 polegadas e máxima de 14 polegadas</li> <li>· Resolução da tela integrada mínima de 1366x768</li> <li>· Saída HDMI (não será válido mini HDMI)</li> <li>· Mínimo de 2 portas USB 2.0</li> <li>· Ethernet com conector RJ45</li> <li>· Wifi integrado 802.11bgn</li> <li>· WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos</li> <li>· Conector para fone e microfones externos</li> <li>· 1 ano de garantia do fabricante com atendimento em domicílio em até 24h</li> <li>· Teclado padrão ABNT2</li> <li>· Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136)</li> <li>· Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro</li> <li>· Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria</li> <li>· Cor predominante preta ou tons de cinza</li> <li>· Peso máximo de 2.2Kg</li> <li>· Ser totalmente compatível com o sistema operacional Ubuntu 16.04 LTS</li> </ul>	5	3.200,00
2	<p>Notebook</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Processador com pontuação CPU Passmark superior a 2400 (<a href="https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php">https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php</a>)</li> <li>· Memória RAM 4GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior</li> <li>· HDD de 500GB</li> <li>· Tela de 14 polegadas</li> <li>· Resolução da tela integrada mínima de 1366x768</li> <li>· Saída HDMI (não será válido mini HDMI)</li> <li>· Mínimo de 2 portas USB 2.0</li> <li>· Ethernet com conector RJ45</li> <li>· Wifi integrado 802.11bgn</li> <li>· WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos</li> <li>· Conector para fone e microfones externos</li> <li>· 1 ano de garantia do fabricante com atendimento em domicílio em até 24h</li> <li>· Teclado padrão ABNT2</li> <li>· Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136)</li> <li>· Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro</li> <li>· Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria</li> <li>· Cor predominante preta ou tons de cinza</li> <li>· Peso máximo de 2.2Kg</li> <li>· Ser totalmente compatível com o sistema operacional Ubuntu 16.04 LTS</li> </ul>	5	2.200,00
Valor Total Máximo (R\$) *			27.000,00

\* Preço máximo para o objeto desta licitação, em conformidade com a estimativa de custos realizada a partir de cotações de empresas/fornecedores

distintos, bem como da pesquisa na internet, para a obtenção de orçamentos de empresas fornecedoras dos itens em tela.

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. O CONTRATADO responsabilizar-se-á pela carga e descarga dos objetos no local de entrega especificado no item 22.4 do edital.
2. Os objetos devem ser entregues na embalagem original e lacrada.
3. Não serão aceitos produtos reconicionados ou remanufaturados.
4. Não serão aceitos produtos piratas vendidos como se fossem originais, promovendo-se em caso de comprovação a devida ação penal, uma vez que é crime e estando o autor sujeito as penas legais, conforme estabelece o art.96 da Lei 8.666/93.

#### ANEXO II – TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE

#### TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)
Nome: (Razão Social)
Endereço:
Complemento
Cidade:
CEP:
Inscrição estadual:
Telefone comercial:
Celular:
Representante legal:
Cargo:
Ramo de Atividade:

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
  - I. tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
  - II. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
  - III. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
  - IV. designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo Único deste Termo, e pagar a taxa pela sua utilização;
3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;
4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões;
5. (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:
  - I. declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
  - II. apresentar lance de preço;
  - II. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
  - IV. solicitar informações via sistema eletrônico;
  - V. interpor recursos contra atos do pregoeiro;
  - VI. apresentar e retirar documentos;
  - VII. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
  - VIII. assinar documentos relativos às propostas;
  - IX. emitir e firmar o fechamento da operação; e
  - X. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6. O presente Termo de Adesão é válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: \_\_\_\_\_

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

Anexo Único ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (Licitante direto)  
Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:
2	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:
	RESPONSÁVEL FINANCEIRO
3	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:

O Licitante reconhece que:

I. a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

II. o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

III. perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data: \_\_\_\_\_

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO III – FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ CNPJ/N.º \_\_\_\_\_

Telefone/Fax: \_\_\_\_\_

Dados Bancários:

Banco N.º: \_\_\_\_\_ Agência N.º: \_\_\_\_\_ Conta Corrente N.º: \_\_\_\_\_

\* DADOS ADICIONAIS:

Responsável pela Assinatura da Ata de Registro de Preço:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função \_\_\_\_\_ Telefone/Fax \_\_\_\_\_

Estado civil \_\_\_\_\_ RG n.º: \_\_\_\_\_

CPF n.º \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

\* Preenchimento facultativo

A presente proposta destina-se ao Registro de Preços dos itens abaixo discriminados, para eventuais e futuros fornecimentos, de acordo com as especificações constantes do presente edital.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade Estimada	Marca	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Valor Total						R\$

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ .



(Nome e assinatura do responsável)

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_/2016/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2016/CIGA

PROCESSO N.º 08/2016/CIGA

Por este instrumento, de um lado o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP. 88.070-800, CNPJ 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Presidente do CIGA, Senhor Ludovino Labas, brasileiro, \_\_\_\_\_ (estado civil), Prefeito de Lebon Régis, Presidente do CIGA, portador da Cédula de Identidade RG n.º \_\_\_\_\_, e do CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, e de outro lado \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, e CNPJ \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (cargo), portador da Cédula de Identidade RG n.º \_\_\_\_\_, acordam proceder, nos termos do Processo n.º 08/2016, referente ao Pregão Eletrônico n.º 02/2016, aberto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016 e homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016, mediante sujeição ao que dispõe as Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

Item	Especificação	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Valor Total					R\$

Fica consignado que o preço registrado nesta ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses contados do dia --/--/201- até o dia --/--/201-. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Obs.: O responsável pela assinatura da Ata deverá ter poderes para exercer tal ato, constado no Contrato Social da empresa ou mediante Procuração.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201x.

PRESIDENTE DO CIGA	DETENTOR DA ATA
--------------------	-----------------

#### RESOLUÇÃO CIGA Nº 104, DE 02 DE MAIO DE 2016

Resolução CIGA nº 104, de 02 de maio de 2016

Nomeia os membros da Comissão Permanente de Licitação, o Pregoeiro e os Membros da Equipe de Apoio.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações,

Resolve:

Art. 1º Nomear os seguintes empregados para exercício das funções de Comissão de Licitação, Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

I - Comissão de Licitação: Morgana Arent Michels Bagini, na condição de Presidente, Marcus Vinicius da Silveira, Guilherme da Rocha Koehler e Renato Furtado Goudel, todos empregados do CIGA;

II - Pregoeiro: Marcus Vinicius da Silveira;

III - Equipe de Apoio: Guilherme da Rocha Koehler e Renato Furtado Goudel.

Art. 2º É facultada a nomeação de demais empregados do CIGA para atuarem em comissões especiais de licitação na condição de pregoeiro ou na condição de membro da equipe de apoio, nos termos do instrumento convocatório da respectiva licitação pública.

Art. 3º Esta Resolução revoga a Resolução nº 86/2015.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 02 de maio de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito de Lebon Régis

Presidente do CIGA

**CIMVI****LICITAÇÃO Nº 001/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO****TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

LICITAÇÃO: 001/2016

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 001/2016, consoante ata de julgamento.

Timbó, 03 de maio de 2016.

Hartwig Persuhn

Presidente

Ciente da adjudicação

LUIZ CLÁUDIO KADES

Advogado

OAB/SC nº 17.692

**LICITAÇÃO Nº 001/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

LICITAÇÃO: 001/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 143/2016,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da carta convite nº 001/2016, o participante:

BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME	R\$ 151.876,83
---	----------------

Timbó, 03 de maio de 2016.

Hartwig Persuhn

Presidente

**CIS/AMAUC****PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SEARA, XAVANTINA E ARVOREDO**

PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SEARA, XAVANTINA E ARVOREDO PARA CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 11.107/2005 E O DECRETO Nº 6.017/2007, QUE DISPÕE SOBRE NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.

Os municípios de Seara, Xavantina e Arvoredo, representados pelos seus respectivos Prefeitos Municipais, resolvem firmar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir um Consórcio Intermunicipal, em conformidade com a Lei nº 11.107/2007 e o Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, conforme segue:

**I - Da Denominação**

O Consórcio de Municípios denominará de CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL, e terá a denominação fantasia ABRIGO INSTITUCIONAL.

**II - Da finalidade, dos objetivos, dos princípios e das obrigações.**

O Consórcio terá por finalidade a instituição do Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes, constituindo-se em acolhimento institucional para atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, negligência, destituição do poder familiar, ameaça e violação de seus direitos fundamentais, conforme estabelece os artigos 90, 92, 93 e 101 de Estatuto da Criança e do Adolescente.

A colocação de criança e adolescente no Abrigo Institucional deverá ser medida provisória e excepcional, utilizável como uma forma de transição

para colocação em família substituta ou retorno para sua família de origem, não implicando privação de liberdade, conforme o parágrafo 101 da lei 8.069/90.

O Consórcio terá por objetivo a execução do Serviço de Acolhimento Institucional, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo os seguintes:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III – atendimento personalizado em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não-desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Para o cumprimento de sua finalidade e objetivos, o Consórcio deverá atender às obrigações previstas nas orientações técnicas dos serviços de acolhimento, conforme segue:

- I – oferecer uma alternativa de moradia provisória para crianças e adolescentes violados em seus direitos;
- II – proporcionar ambiente sadio de convivência;
- III – oportunizar condições de socialização;
- IV – oferecer atendimento médico, odontológico, social, moral e/ou orientações;
- V – oportunizar a frequência da criança e do adolescente à escola e à profissionalização;
- VI – garantir a aplicação dos princípios constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- VII – prestar assistência integral às crianças e adolescentes preservando sua segurança física e emocional.

Para o cumprimento das obrigações antes referidas, o Consórcio utilizará, preferencialmente, os recursos da comunidade.

Em caráter excepcional e de urgência, poderá abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo a comunicação do fato até o segundo dia útil imediato.

### III – Da capacidade de atendimento

O contingente de crianças e adolescentes acolhidos no Acolhimento Institucional, é constituído por crianças e adolescentes de 0 (zero) à 18 (dezoito) anos, conforme previsto no art. 101 do ECA, cujos direitos estejam violados ou se encontre em situação de risco social.

A capacidade de atendimento é para até 10 (dez) crianças e adolescentes, garantido com isso a individualização e acompanhamento da vida cotidiana de cada um.

Somente dará entrada no Abrigo Institucional crianças ou adolescentes encaminhados pelo Sistema de Garantia de Direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público ou Poder Judiciário) mediante documento. Em caso de encaminhamento pelo Conselho Tutelar, este deverá fazer a comunicação do fato até o segundo dia útil imediato.

O tempo de permanência na Casa Lar será de acordo com a determinação judicial.

### III – Da equipe técnica

O Consórcio do Abrigo Institucional será responsável pela contratação da equipe técnica, cuidador e cuidadora auxiliar conforme prevê as orientações técnicas do serviço de acolhimento institucional buscando a garantia de atendimento das crianças e adolescentes em acolhimento.

A equipe técnica será composta por:

- a) Assistente Social
- b) Psicólogo
- c) Coordenador

### IV - Do prazo de duração

O Prazo de duração do ABRIGO INSTITUCIONAL será por tempo indeterminado.

### V – Da sede e foro

A sede do Abrigo e o foro será no Município de Seara, Estado de Santa Catarina.

### VI – Da identificação dos entes da Federação que integram o Consórcio

O CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL será constituído pelos Municípios de Seara, Xavantina e Arvoredo, Estado de Santa Catarina.

#### VII - Da possibilidade da inclusão de novos associados

É vedada a admissão de novos sócios.

#### VIII – Da área de atuação

A área de atuação do Consórcio será formada pela totalidade das superfícies dos municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para a finalidade a que se propõe.

#### IX – Da personalidade jurídica

Será constituído como uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.

#### X - Dos Estatutos

O CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL será organizado por Estatuto Social cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas previstas no protocolo de intenções e do contrato constitutivo.

O Estatuto Social será aprovado pela Assembleia Geral.

O Estatuto Social somente poderá ser alterado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

O Estatuto Social e suas alterações produzirão seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial, podendo ser de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

#### XI– Dos critérios para a representatividade do Consórcio perante outras esferas de governo

Ao Presidente do Consórcio competirá representar os municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad iudicia”, mediante decisão da Assembleia Geral.

#### XII – Das normas de convocação e funcionamento da Assembleia Geral, inclusive para elaboração, aprovação e modificação do estatuto.

Os municípios que integram o CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL terão direito a um membro titular e um suplente na Assembleia Geral, que terão voto desde que quites com seus compromissos financeiros com o Consórcio e demais obrigações estatutárias. O membro titular é o Prefeito Municipal e, o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

Poderão participar da Assembleia Geral, sem direito a voto, representantes das Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados, representantes de outros entes da federação e da sociedade civil, desde que convidados pela Diretoria do Consórcio.

A Assembleia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente do Consórcio, sempre que houver pauta para deliberação e extraordinariamente para tratar de assunto específico. A reunião ordinária deverá ser convocada com antecedência de no mínimo 3 (três) dias úteis, e a reunião extraordinária com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, e publicada em jornal de circulação regional.

A Assembleia Geral será a instância máxima de decisão do Consórcio, sendo que o voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no Consórcio. Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação. As decisões serão tomadas por maioria simples dos municípios associados presentes, com exceção das previstas no neste protocolo e no Estatuto Social.

#### XIII - Da Diretoria, eleição e duração do mandato

O Consórcio será dirigido por uma Diretoria, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos em Assembleia Geral, por escrutínio secreto para o mandato de 1 (um) ano, sendo permitida re-eleição. Havendo uma única chapa a eleição poderá ocorrer por aclamação. No caso de empate será declarado eleita a chapa que tiver como Presidente o Prefeito mais idoso.

A eleição da primeira diretoria será realizada na primeira Assembleia Geral após a aprovação do Protocolo de Intenções pelas respectivas Câmaras de Vereadores e, as seguintes serão realizadas no mês de dezembro de cada ano, para o exercício seguinte, assumindo automaticamente em 1º de janeiro.

Os membros da Diretoria não receberão remuneração a qualquer título pelo exercício do cargo.

#### XIV - Do número, das formas de provimento e da remuneração dos empregados do Consórcio e dos casos de contratação temporária.

Para atender as finalidades e objetivos do Consórcio, o quadro de pessoal e remuneração será o constante nos anexos I e II, deste Protocolo de Intenções.

A revisão dos salários dos empregados do Consórcio será anual, mediante aprovação da Assembleia Geral.

A contratação dos empregados do Consórcio far-se-á mediante concurso público, exceto para o cargo de coordenador social, considerado cargo de confiança, de livre escolha da Diretoria.

O regime de trabalho dos empregados do Consórcio será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Os municípios consorciados poderão ceder ou transferir servidores do quadro permanente para atuarem no Abrigo Institucional, na forma e condições da legislação de cada um.

Na hipótese do município consorciado assumir o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

A Diretoria estabelecerá através de Resolução, os casos de excepcional interesse público para contratação de pessoal por tempo determinado objetivando atender às necessidades temporárias, como por exemplo, a execução de estudos, projetos específicos, atendimento às obrigações assumidas por força de convênios, Ajustes de Condutas, termos, acordos, bem como substituições temporárias.

XV – Do contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviço público

O CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo da Diretoria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade. Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos consorciados.

XVI – Dos direitos e obrigações dos consorciados

Além dos direitos dos consorciados já previstos no Estatuto Social, os municípios adimplentes com suas obrigações poderão exigir dos demais integrantes o pleno cumprimento das cláusulas do contrato estabelecidas no Estatuto e nos contratos firmados.

O município poderá se retirar da sociedade com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal e desde que participe sua intenção com prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias.

Fica a cargo da Assembleia Geral acertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante.

Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da Assembleia Geral.

XVII - Do regime contábil e financeiro e da publicidade do atos

A execução das receitas e das despesas do consórcio deverá obedecer às normas de direito administrativo e financeiro aplicáveis às entidades públicas.

O CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado, para apreciar as contas de seu representante legal, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os municípios consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

O Consórcio obedecerá ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo que qualquer do povo tenha acesso às suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

XVIII - Do contrato de Consórcio Público

O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do presente protocolo de intenções, sendo que a recusa ou demora na ratificação não poderá ser penalizada.

A ratificação pode ser realizada com reserva que deverá ser clara e objetiva, preferencialmente vinculada à vigência de cláusula, parágrafo, inciso ou alínea do protocolo de intenções, ou que imponha condições para a vigência de qualquer desses dispositivos.

Caso a lei do município preveja reservas, a admissão do município no consórcio dependerá da aprovação pela Assembleia Geral.

O Contrato do Consórcio só poderá ser celebrado mediante apresentação da ratificação do Protocolo de Intenção pelas Câmaras de Vereadores de todos os municípios consorciados.

XIX - Da Gestão do CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL

Para cumprimento de suas finalidades, o CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL poderá:

I - ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação;

II - firmar convênio em nome dos Municípios consorciados, como Governo Estadual, Governo Federal, Empresas Públicas, de Economia Mista, Autarquias, Secretarias de Estado, Ministérios e organismos internacionais;

III - mediante previsão em contrato de programa, promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

No caso de contratação de operação de crédito, o Consórcio se sujeita aos limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 52, inciso VII, da Constituição Federal.

XX - Do Contrato de Rateio

Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito



financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

A eventual impossibilidade do município consorciado cumprir as obrigações orçamentária e financeira estabelecidas em contrato de rateio obriga o Consórcio a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, o CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL deverá fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### XX - Da Contratação do ABRIGO INSTITUCIONAL por Município

O Consórcio poderá ser contratado por município consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei no 11.107 de 2005.

O Contrato, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado município consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

#### XXI - Das Licitações Compartilhadas

O CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### XXII - Da Exclusão de Município Consorciado

A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa.

Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio, ou tornar-se inadimplente.

A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o município consorciado poderá se reabilitar.

A exclusão de consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

#### XXIII - Da extinção do Consórcio.

A extinção do Consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados, sendo que em caso de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

III - o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

IV - O Município de Seara, sede do Consórcio, indenizará os demais municípios pelas edificações e bens móveis adquiridos em conjunto durante a existência do Consórcio, após avaliação feita em comum acordo entre os consorciados, na mesma proporção em que foram adquiridos e dentro das condições financeiras do Município de Seara.

#### XXIV - Do local e das condições para construção do imóvel destinado ao funcionamento do CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL e da aquisição dos bens móveis.

O terreno onde será construído o imóvel destinado ao funcionamento do Consórcio é de propriedade do Município de Seara e será cedido ao CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL por meio de termo de comodato que terá validade no período de duração do Consórcio.

As despesas para a construção do imóvel, bem como a aquisição dos bens móveis necessários ao funcionamento do Consórcio, serão rateadas entre os municípios consorciados, por meio de contrato de rateio, em igual proporção.

#### XXV - Das disposições gerais

Nenhum município poderá ser obrigado a se consorciar ou a permanecer consorciado, sendo que a retirada do município do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, na forma previamente disciplinada por Estatuto Social.

Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de consórcio público ou do instrumento de transferência ou de alienação.

A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

#### XXVI - Das disposições transitórias

Os controles administrativo e financeiro, os procedimentos licitatórios e de pessoal, enquanto o Consórcio não contar com estrutura adequada para tal finalidade, serão executados por servidores do quadro de pessoal do Município de Seara.

Após a ratificação do presente Protocolo de Intenções pelos municípios signatários, através de Lei específica, o mesmo se transformará em Contrato de Consórcio, e será elaborado o Estatuto Social, submetido à assembleia especialmente designada para tal finalidade.

Este protocolo de intenções será publicado na imprensa oficial, podendo ser de forma reduzida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet em que se poderá obter seu texto integral.

Seara-SC, 11 de novembro de 2014.

Prefeita Municipal de Seara Prefeito em Exercício do Município de Xavantina

Laci Grigolo José Dalbosco



Prefeita Municipal de Arvoredo  
Janete Paravizi Bianchin

Visto:

**ANEXO I**  
**QUADRO DE PESSOAL**

GRUPO	CARGO	NÍVEL	N.º DE VAGAS	Vencimento R\$	Carga Horária Semanal
1- SERVIÇOS GERAIS (SEG)	Auxiliar de cuidador	III	06	941,10	40 horas
3-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	cuidador	II	02	1.057,50	40 horas
	Coordenador Social	I	01	2.142,29	CC
5-TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)	Assistente Social	IV	01	1.668,00	20 horas
	Psicólogo	IV	01	1.668,00	20 horas

**ANEXO II**  
**DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES**

CARGO: AUXILIAR DE CUIDADOR	
REQUISITOS	ALFABETIZADO
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Realizar atividades de limpeza geral;</li> <li>· Lavar e passar roupas;</li> <li>· Manter local limpo e arejado;</li> <li>· Realizar todas as refeições conforme cardápio da instituição;</li> <li>· Servir a alimentação aos abrigados;</li> <li>· Auxiliar os monitores, equipe técnica e coordenador quando necessário;</li> <li>· Realizar outras tarefas correlatas à função.</li> </ul>
CARGO: CUIDADOR	
REQUISITOS	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir, através de sua ação, a proteção à criança e ao adolescente que tiverem seus direitos básicos violados e ou ameaçados, respeitando os preceitos do ECA;</li> <li>Acolher as crianças e adolescentes com procedimentos que minimizem a situação de fragilidade em que eles (as) se encontram, articulando todos os atendimentos necessários para garantir a proteção integral;</li> <li>Produzir relatórios contendo informações sobre os atendimentos prestados às crianças e aos adolescentes abrigados;</li> <li>Garantir a privacidade das informações e repassá-las à coordenação da Casa Lar, tendo em vista que as referidas se constituem na história de vida das crianças e adolescentes atendidos;</li> <li>Habilidade nos cuidados com crianças e adolescentes;</li> <li>Realizar toda e qualquer atividade relacionada às crianças e adolescentes abrigadas, tais como cuidados com higiene, frequência escolar, atividades escolares;</li> <li>Levar e acompanhar as crianças e adolescentes aos atendimentos médico, psicológico e demais relacionados a crianças e adolescentes abrigados;</li> <li>Responsabilizar pelo desenvolvimento físico, moral e social dos infantes abrigados;</li> <li>Auxiliar nas atividades domésticas como na elaboração da alimentação, limpeza e cuidados com o espaço físico;</li> <li>Proporcionar momentos de recreação e discussão sobre a realidade do Abrigo Institucional.</li> <li>Relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente.</li> <li>Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente).</li> <li>Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade.</li> <li>Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida.</li> <li>Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social);</li> <li>Realizar outras tarefas correlatas à função.</li> </ul>
CARGO	COORDENADOR SOCIAL
REQUISITOS	ENSINO SUPERIOR COMPLETO
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenar as atividades e ações desenvolvidas no abrigo com disponibilidades semi-integral;</li> <li>Gestão da entidade;</li> <li>Coordenação financeira, administrativa e logística;</li> <li>Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço;</li> <li>Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;</li> <li>Articulação com a rede de serviços;</li> <li>Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos;</li> <li>Levar as crianças e adolescentes ao médico sempre que necessário acompanhado do cuidador;</li> <li>Planejar atividades culturais e recreativas;</li> <li>Analisar e verificar as ações realizadas pelos monitores;</li> <li>Elaborar escala de trabalho para a instituição;</li> <li>Verificar se os funcionários do abrigo estão realizando suas atividades conforme estabelecido;</li> <li>Verificar e solicitar a lista de alimentos sempre que necessário;</li> <li>Agendar os encaminhamentos necessários às crianças e adolescentes;</li> <li>Manter contato semanal com equipe multiprofissional;</li> <li>Manter atualizado o banco de dados do abrigo com o CEJA/SC e enviar mensalmente os dados necessários;</li> <li>Manter arquivo com documentos dos abrigados;</li> <li>Realizar outras tarefas correlatas à função.</li> </ul>
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL	
REQUISITOS	CURSO SUPERIOR COMPLETO
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço.</li> <li>Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;</li> <li>Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários;</li> <li>Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários;</li> <li>Encaminhamento e discussão/planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;</li> <li>Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios periódicos sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;</li> <li>Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência);</li> <li>Mediação, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.</li> </ul>
CARGO: PSICÓLOGO	
REQUISITOS	CURSO SUPERIOR COMPLETO, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão;

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço.</li> <li>· Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;</li> <li>· Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários;</li> <li>· Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários;</li> <li>· Encaminhamento e discussão/planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;</li> <li>· Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios periódicos sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;</li> <li>· Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência);</li> <li>· Mediação, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.</li> </ul>
-----------------------------------	--

## CIS/AMMVI

### ATA DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO – 19/04/2016

PROCESSODEINEXIGIBILIDADEDELICITAÇÃO–CREDENCIAMENTONº 001/2016

#### ATA DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO – 19/04/2016

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sede do CISAMVI, reuniu-se a Comissão de Licitações do exercício de 2016, designada pela Resolução nº 112, de 15/02/2016, para análise da documentação apresentada pelas empresas: PRIME DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA – ME, CARDIOPRIMES/S (CINTILUS – MEDICINA NUCLEAR), LABORATÓRIO DE PESQUISAS CLÍNICAS SEBIO LÓGICAS SANTO ANTÔNIO LTDA – EPP, LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR GERMANO HOFFMANN FILHO – EPP (LABORATÓRIO HOFFMANN DE ANÁLISES CLÍNICAS), ECOMAX – CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA (ECOMAX DIAGNÓSTICO POR IMAGEM) e ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBO (HOSPITAL OASE), visando o credenciamento no Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016.

Analisando a documentação apresentada pela PRIME DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA – ME foi verificado que a empresa apresentou Alvará Sanitário (Item 3.1, I, do Edital) vencido em 30/03/2016, Certificado de Regularidade do Estabelecimento (Registro ou inscrição da pessoa jurídica) junto ao Conselho Regional de Classe (CREMESC, COREN, CREFITO, etc) que também faz a Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe (Item 3.1, II, a e b do Edital) vencido em 17/04/2016, Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela CEF (Item 3.1, III, do Edital) vencida em 15/03/2016, Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual (Item 3.1, III, do Edital) vencida em 02/04/2016 e Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante (Item 3.1, III, e do Edital) vencida em 12/04/2016.

Quanto a CARDIOPRIMES/S (CINTILUS – MEDICINA NUCLEAR) apresentou a Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela CEF (Item 3.1, III, do Edital) vencida em 28/03/2016.

O LABORATÓRIO DE PESQUISAS CLÍNICAS SEBIO LÓGICAS SANTO ANTÔNIO LTDA – EPP apresentou a Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela CEF, vencida em 02/04/2016.

O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR GERMANO HOFFMANN FILHO – EPP (LABORATÓRIO HOFFMANN DE ANÁLISES CLÍNICAS) apresentou o Certificado de Regularidade do Estabelecimento (Registro ou inscrição da pessoa jurídica) junto ao Conselho Regional de Classe (CREMESC, COREN, CREFITO, etc) que também faz a Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe (Item 3.1, II, a e b do Edital), vencido em 31/03/2016, porém a empresa apresentou o comprovante de pagamento da renovação e o

documento foi aceito pela comissão da licitação. O laboratório apresentou a Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante vencida em 15/04/2016, porém no dia 18/04/2016 encaminhou nova Certidão Negativa de Débito com vencimento em 18/05/2016.

A ECOMAX – CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA (ECOMAX DIAGNÓSTICO POR IMAGEM) apresentou o Certificado de Regularidade do Estabelecimento (Registro ou inscrição da pessoa jurídica) junto ao Conselho Regional de Classe (CREMESC, COREN, CREFITO, etc) que também faz a Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe (Item 3.1, II, a e b do Edital), vencido em 15/03/2016, porém a empresa apresentou o pedido de renovação comprovando que todas as etapas estão concluídas e o documento foi aceito pela comissão da licitação.

A ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBO (HOSPITAL OASE) apresentou a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal (Item 3.1, III, b do Edital), vencida em 11/04/2016 e a empresa deixou de apresentar o Certificado de Regularidade do Estabelecimento (Registro ou inscrição da pessoa jurídica) junto ao Conselho Regional de Classe (CREMESC, COREN, CREFITO, etc) que também faz a Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe (Item 3.1, II, a e b do Edital). Os demais documentos não citados acima e exigidos pelo do Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento Nº 001/2016 (Item 3 - DA DOCUMENTAÇÃO) foram apresentados dentro de sua validade e aceitos pela Comissão de Licitações.

Considerando que é possível a administração emitir as certidões negativas de débitos, tornando mais rápido o credenciamento dos interessados.

Considerando que o objeto do credenciamento compreende a realização de serviço de saúde, e que o aumento no número de credenciados garantirá um melhor acesso a população, diminuindo a espera no atendimento;

DECIDE a Comissão de Licitações emitir as certidões negativas de débitos vencidas ou faltantes das empresas elencadas acima, devendo estarem acostadas aos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento Nº 001/2016.

Assim, foram emitidas as certidões negativas de débitos das seguintes empresas:

- PRIME DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA – ME foi emitida Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela CEF (Item 3.1, III, c do Edital) com vencimento em 06/05/2016 e Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual (Item 3.1, III, d do Edital) vencida em 06/06/2016.

- CARDIOPRIMES/S (CINTILUS – MEDICINA NUCLEAR) foi emitida Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela CEF (Item 3.1, III, c do Edital) com vencimento em 08/05/2016.

-LABORATÓRIODEPESQUISASCLÍNICA SEBIOLOGICASSANTOANTÔNIO LTDA – EPP foi emitida Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela CEF, com vencimento em 10/05/2016.

-ORDEMAUXILIADORADASSENHORASEVANGÉLICASDETIMBO(HOSPITAL OASE) foi emitido Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal (Item 3.1, III, b do Edital) com vencimento em 14/06/2016.

Dessa forma, considerando que não foram sanadas todas as pendências das empresas PRIME DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA – ME e ORDEMAUXILIADORADASSENHORASEVANGÉLICASDETIMBO(HOSPITAL OASE), para proceder o credenciamento, as empresas deverão apresentar a seguinte documentação:

-PRIME DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA – ME: Alvará Sanitário (Item 3.1, I, do Edital), Certificado de Regularidade do Estabelecimento (Registro ou inscrição da pessoa jurídica) junto ao Conselho Regional de Classe (CREMESC, COREN, CREFITO, etc) que também faça Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe (Item 3.1, II, a e b do Edital) e Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante (Item 3.1, III, e do Edital).

- ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBO

(HOSPITAL OASE): Certificado de Regularidade do Estabelecimento (Registro ou inscrição da pessoa jurídica) junto ao Conselho Regional de Classe (CREMESC, COREN, CREFITO, etc) que também faça Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe (Item 3.1, II, a e b do Edital).

Por fim, verificou-se que as empresas ECOMAX – CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA (ECOMAX DIAGNOSTICO POR IMAGEM), CARDIOPRIMES/S (CINTILUS – MEDICINA NUCLEAR), LABORATÓRIODE PESQUISASCLÍNICA SEBIOLOGICASSANTOANTÔNIO LTDA – EPP e LABORATÓRIODEANALISESCLÍNICASDR GERMANOHOFFMANN FILHO – EPP (LABORATORIOHOFFMANNDEANALISESCLÍNICAS) apresentaram toda a documentação de acordo com o Edital, estando desta forma, habilitadas para a prestação de serviços. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão presentes.

Blumenau, 19 de abril de 2016.

Carlos Cesar da Silva

Presidente

Marcos da Rocha

Membro

## CIS/AMOSC

### EXTRATO TERMO ADITIVO 29-04

EXTRATO TERMO ADITIVO 02/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDOR DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 04.071.245/0001-60

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e VANESSA PORTO DA SILVA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 03/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 94.894.169/0001-86

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 09/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 00.802.002/0001-02

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 03.652.030/0001-70

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e EDIVARSZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 06/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES



LTDA.

CNPJ: 03.652.030/0001-70

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e EDIVARSZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 03/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 12.889.035/0001-02

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SEDINEIR. STIEVENS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 07/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 04.889.315/0001-92

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.

CNPJ: 05.531.725/0001-20

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e GILSON LUIS DALMAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 06/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 05.201.539/0001-22

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ SULCHINSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 08/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: A. G. KIENEN E CIA LTDA.

CNPJ: 82.225.947/0001-65

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RICARDO A. G. CALDART, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 12.889.035/0001-02

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SEDINEIR. STIEVENS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 06/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.

CNPJ: 67.729.178/0004-91

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 01/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 11.011.226/0001-04

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MANUELLA SAMONEK HAAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 07/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 03.652.030/0001-70

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e EDIVARSZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 02/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 02.520.829/0001-40

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e GLEISON SACHET, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 08/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 04.889.315/0001-92

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 10/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 00.802.002/0001-02

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.brLink: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR.



## Editais de Notificação

### ÁGUA DOCE

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 860/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 860/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CDE4158	54996423E	21/01/2016	51851	167	127.69
MMC7452	54996404E	03/01/2016	55416	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EVARISTA BERNARDETE TRENTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 512/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 512/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAO5525	8774084966	10/01/2016	74710	218 * III	574.61
AEW3634	8774084831	30/12/2015	74550	218 * I	85.13
AFD7779	8774085317	27/01/2016	74550	218 * I	85.13
APY2764	8774085598	14/02/2016	74550	218 * I	85.13
AWM6832	8774084578	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
AXR6006	8774085488	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
AYC8219	8774085382	04/02/2016	74550	218 * I	85.13
BPK1047	54089176N	18/12/2015	50020	257 8\$	85.13
DCX6301	8774085535	13/02/2016	74630	218 * II	127.69
DCX6301	8774085539	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
DMT8751	8774085313	26/01/2016	74550	218 * I	85.13
GWD2333	8774085469	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
HRZ6803	8774085266	28/01/2016	74550	218 * I	85.13
LWX4376	8774085544	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
LZK7037	8774084618	22/12/2015	74550	218 * I	85.13
MAR0835	8774084877	01/01/2016	74550	218 * I	85.13
MAS0439	8774084859	03/01/2016	74550	218 * I	85.13
MBZ2552	54109325N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MCB8901	8774084775	28/12/2015	74550	218 * I	85.13
MCH5877	8774084669	26/12/2015	74550	218 * I	85.13
MCZ4744	54109323N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MDF3119	8774084658	25/12/2015	74550	218 * I	85.13
MDS4675	54091434N	29/12/2015	50020	257 8\$	85.13
MDV1765	8774084807	31/12/2015	74550	218 * I	85.13
MDZ9901	8774085342	31/01/2016	74550	218 * I	85.13
MEB9819	8774084723	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
MFM1622	8774084590	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
MHV6661	8774084597	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
MHX5180	8774084813	28/12/2015	74550	218 * I	85.13
MJA1914	8774084595	20/12/2015	74630	218 * II	127.69
MJC0759	8774084874	03/01/2016	74550	218 * I	85.13
MJL8045	54109327N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MJX3636	8774085529	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
MKD4880	8774084609	22/12/2015	74550	218 * I	85.13
MKK1386	54109333N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MKV2080	8774085043	11/01/2016	74550	218 * I	85.13
MKX5662	8774085563	14/02/2016	74550	218 * I	85.13
MKX5662	8774085603	14/02/2016	74550	218 * I	85.13
MLT5415	54109328N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MLU9398	54109329N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MLU9398	8774085527	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
MMI7386	8774085537	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
MMJ4701	54109331N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MMK7294	54109332N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MPZ6833	8774085277	30/01/2016	74550	218 * I	85.13
OKG3828	8774084520	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
QHT3721	8774085245	26/01/2016	74550	218 * I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EVARISTA BERNADETE TRENTTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 859/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 859/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBC6556	P013K00009	18/04/2016	51851	167
MJZ7730	54127141N	19/04/2016	50020	257 8S
QHT1291	54127140N	19/04/2016	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EVARISTA BERNARDETE TRENTTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 511/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 511/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ASS7051	8774086275	27/03/2016	74550	218 * I
AYI0810	8774086269	26/03/2016	74550	218 * I
EKT1766	8774086272	27/03/2016	74630	218 * II
EKT1766	8774086238	27/03/2016	74550	218 * I
LZT4341	8774086460	06/04/2016	74550	218 * I
MBI3661	8774086139	20/03/2016	74550	218 * I
MCC2519	8774086146	14/03/2016	74550	218 * I
MDF8461	8774086413	09/04/2016	74550	218 * I
MES2743	8774086464	04/04/2016	74550	218 * I
MFS4680	8774085957	07/03/2016	74550	218 * I
MHP3835	54127104N	19/04/2016	50020	257 8\$
MHZ7463	8774086128	19/03/2016	74550	218 * I
MHZ8958	54127103N	19/04/2016	50020	257 8\$
MIR9074	8774086400	07/04/2016	74550	218 * I
MIR9074	8774086462	10/04/2016	74550	218 * I
MIR9074	8774086416	09/04/2016	74710	218 * III
MIR9074	8774086417	09/04/2016	74630	218 * II
MJK5075	8774086102	17/03/2016	74550	218 * I
MJN1434	8774086126	19/03/2016	74550	218 * I
MKP3904	8774086411	08/04/2016	74550	218 * I
MKQ0336	8774086117	18/03/2016	74550	218 * I
MMA9149	54127101N	19/04/2016	50020	257 8\$
MMF9515	8774086182	20/03/2016	74550	218 * I
NEP9050	8774086430	10/04/2016	74550	218 * I
NEP9050	8774086415	09/04/2016	74550	218 * I
QHD1214	54127106N	19/04/2016	50020	257 8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EVARISTA BERNADETE TRENTTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**ALTO BELA VISTA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8657 200/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8657 200/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEA4403	55903308E	25/02/2016	65992	230 * V	191.54
MEW5149	55903372E	28/12/2015	65992	230 * V	191.54
MEW5149	55903373E	28/12/2015	65561	230 * I	191.54
MEW5149	55903374E	28/12/2015	66371	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALTO BELA VISTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**ANCHIETA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 564/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 564/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IXT0033	54594858F	17/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LXC1187	55878732D	28/02/2016	51851	167	127.69
MAB6037	55878703D	04/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
MAB6037	55878704D	04/02/2016	70301	244 * I	191.54
MET1682	55869575D	16/12/2015	65992	230 * V	191.54
MET1682	55869577D	16/12/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 563/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 563/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAQ0666	55878861D	20/03/2016	54440	181 * VII
AGI8843	55878806D	20/03/2016	54440	181 * VII
AOJ9940	55878792D	19/03/2016	54440	181 * VII
AZK6279	55855729D	20/03/2016	54440	181 * VII
CAG2785	54594870F	20/03/2016	54440	181 * VII
CJS6296	55878764D	19/03/2016	54440	181 * VII
CRK0463	55855902D	19/03/2016	54440	181 * VII
DKF5384	55878766D	19/03/2016	54440	181 * VII
ELL5963	55878804D	20/03/2016	54440	181 * VII
IBH6444	55878871D	20/03/2016	54440	181 * VII



LXE4406	55878796D	19/03/2016	54440	181	*	VII
LYP2114	55878772D	19/03/2016	54440	181	*	VII
MDS7186	55878780D	20/03/2016	54440	181	*	VII
MED4430	55878769D	19/03/2016	54440	181	*	VII
MEK0803	54594876F	20/03/2016	54440	181	*	VII
MFE0584	54594871F	20/03/2016	54440	181	*	VII
MFP1228	54594867F	20/03/2016	54440	181	*	VII
MHX3487	55878794D	19/03/2016	54440	181	*	VII
MID5610	55878872D	20/03/2016	54440	181	*	VII
MIQ2862	55855900D	19/03/2016	54440	181	*	VII
MJM6138	55878795D	19/03/2016	54440	181	*	VII
MJQ6293	55878744D	19/03/2016	54440	181	*	VII
MKZ0058	55878750D	19/03/2016	54440	181	*	VII
MLV6557	55878789D	23/03/2016	51851	167		
MXL8081	55878773D	19/03/2016	54440	181	*	VII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

### ARROIO TRINTA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 425/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 425/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZN1862	54336944F	22/12/2015	67692	230 * XXII	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 423/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 423/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCS0212	54337153F	15/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MCS0212	54337152F	15/03/2016	50100	162 * I
MCS0212	54337001F	15/03/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 424/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 424/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHO7960	55783448D	17/03/2016	72340	250 * I * a
MLX7089	54336996F	10/03/2016	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOAO MARCOS FERRONATO  
DIRETOR DE TRANSITO

---

**ASCURRA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 792/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 792/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZX0732	54272931F	22/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69

MBA1022	54272938F	24/02/2016	51851	167		127.69
MBF8305	54272740F	28/12/2015	51851	167		127.69
MIB7202	54272929F	19/02/2016	50100	162	* I	574.61
MIB7202	54272930F	19/02/2016	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MIE6620	54272846F	19/12/2015	57380	186	* II	191.54

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 791/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 791/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBF5724	54272968F	17/04/2016	55500	181 * XVIII
MKF9378	54272972F	17/04/2016	55500	181 * XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

---

**ATALANTA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 398/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 398/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJP0951	54590643F	28/12/2015	67691	230 * XXII	85.13
IFL0520	54590770F	28/12/2015	51851	167	127.69
KNO8535	54590950F	12/02/2016	65992	230 * V	191.54
MAL5404	54590641F	27/12/2015	52741	175	1915.38
MDH8501	54590645F	31/12/2015	51851	167	127.69
MDM6259	54590764F	24/12/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 397/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 397/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXD7385	55501905F	08/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
LXD7385	55501904F	08/04/2016	50100	162 * I
LZU0232	55501856F	28/03/2016	66102	230 * VII
LZU0232	55501855F	28/03/2016	50450	162 * V
MCA3199	55501746F	11/03/2016	65992	230 * V
MEL0333	55501840F	04/04/2016	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### AURORA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 314/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 314/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL3309	54614773F	24/12/2015	65992	230 * V	191.54
MBW3258	54614837F	13/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL GARCIA  
DELEGADO DE POLICIA

### BARRA VELHA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1304/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1304/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABU9060	54902904F	10/02/2016	50100	162 * I	574.61
ABU9060	54902905F	10/02/2016	65992	230 * V	191.54
AER0301	54520944E	08/02/2016	66700	230 * XIII	127.69
LXV1500	54260248F	01/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXW1534	54902702F	07/02/2016	75790	277	1915.38
MBD1504	54902768F	11/02/2016	50100	162 * I	574.61
MBD1504	54902769F	11/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBR6203	54259863F	09/01/2016	50100	162 * I	574.61
MBR6203	54259864F	09/01/2016	65992	230 * V	191.54
MBR6203	54259865F	09/01/2016	65561	230 * I	191.54
MBR6203	54259866F	09/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBR8023	54259873F	19/02/2016	69120	232	53.20
MDK2966	54902094F	08/02/2016	69120	232	53.20
MDK2966	54902095F	08/02/2016	50100	162 * I	574.61
MDK2966	54902096F	08/02/2016	66372	230 * IX	127.69
MDK2966	54902097F	08/02/2016	73400	252 * IV	85.13
MFI1772	54259950F	06/02/2016	65992	230 * V	191.54
MFI1772	54259982F	06/02/2016	50100	162 * I	574.61
MKI3343	54261691F	09/02/2016	65992	230 * V	191.54
MLE2766	54902229F	09/02/2016	50100	162 * I	574.61
MLE2766	54902230F	09/02/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

WILSON MASSON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1305/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1305/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AYR0102	54259939F	15/01/2016	51851	167	127.69
EMK8369	54902751F	08/02/2016	51851	167	127.69
HOD6424	54902218F	23/01/2016	51851	167	127.69
IRA5799	54902770F	11/02/2016	51851	167	127.69
MDG2006	54902754F	08/02/2016	51851	167	127.69
MEO0852	54902861F	13/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MEU2890	54261563F	11/01/2016	51851	167	127.69
MHX9922	54259979F	29/01/2016	54523	181 * VIII	127.69
MIK4632	54259685F	20/12/2015	55500	181 * XVIII	85.13
MKG4416	54259983F	06/02/2016	51852	167	127.69
MLH4093	54902765F	10/02/2016	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOSUE CESARIO DA LUZ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1302/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1302/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDX8592	54901963F	03/03/2016	65992	230 * V
MDX8592	54901964F	03/03/2016	67261	230 * XVIII
MDX8592	54901967F	03/03/2016	66371	230 * IX
MDX8592	54901968F	03/03/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

WILSON MASSON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1303/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1303/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

DHQ7526	54260269F	28/02/2016	54523	181 * VIII
LYY4569	54901999F	06/04/2016	53800	181 * I
MDX8592	54901965F	03/03/2016	58350	195
MDX8592	54901966F	03/03/2016	57200	186 * I
MEG4652	54902645F	18/04/2016	55500	181 * XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOSUE CESARIO DA LUZ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**BENEDITO NOVO**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 650/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 650/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

LZV8111	54576475E	05/12/2015	66102	230 * VII	127.69
MFY2966	54576489E	19/01/2016	69120	232	53.20
MGB0121	54576239E	03/02/2016	50100	162 * I	574.61
MGB0121	54576240E	03/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADODE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 649/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 649/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYC8363	54576388E	15/04/2016	67690	230 * XXII
LZO3328	55076452F	15/04/2016	50531	162 * VI
MAE2203	54576248E	09/04/2016	65992	230 * V
MAF9087	54576390E	18/04/2016	50450	162 * V
MBV1144	54576274E	15/04/2016	50450	162 * V
MBV1144	P00WL0002F	15/04/2016	67690	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADODE POLICIA

**BIGUAÇU****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1770/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1770/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEZ8630	55007839E	16/01/2016	65992	230 * V	191.54
MGW2878	54848540E	24/01/2016	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUAÇU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1771/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1771/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------



KKW8422	54846615E	17/11/2015	55411	181 * XVII	53.20
MAC0020	54855628E	29/02/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
MBM7029	54853393E	10/02/2016	56221	182 * VI	53.20
MDA3857	54855658E	01/03/2016	55680	181 * XIX	127.69
MED0857	54853420E	03/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
MMM1739	54853447E	15/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1768/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1768/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IHQ3660	54842536E	08/04/2016	69120	232
LYB0476	54846575E	16/04/2016	65561	230 * I
LYU9406	54855678E	15/04/2016	65992	230 * V
LYU9406	54855679E	15/04/2016	50100	162 * I
MER0004	54855676E	10/04/2016	66372	230 * IX
MHJ5681	54842541E	08/04/2016	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1769/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1769/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFM6540	54855803E	21/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
CMB1008	55012838E	18/04/2016	55250	181 * XV
MFS0053	54855945E	16/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHJ5681	54842540E	08/04/2016	58350	195
MLD7638	54127185N	19/04/2016	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**BLUMENAU****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 142/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 142/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHA0603	8801045891	02/03/2016	74550	218 * I	85.13
AIX3819	8801044989	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
AJF7362	8801043158	03/02/2016	74550	218 * I	85.13
AJT4210	8801041639	19/01/2016	74550	218 * I	85.13
ALR3103	8801044761	21/02/2016	74550	218 * I	85.13
ALT8120	8801039371	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
AMK9053	8801045051	22/02/2016	74550	218 * I	85.13
AMS8471	8801044699	21/02/2016	74550	218 * I	85.13
ARS0333	8801045104	22/02/2016	74550	218 * I	85.13
AVE9101	8801038944	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
AVQ2503	8801039096	22/12/2015	74550	218 * I	85.13
AXP4984	8801045082	22/02/2016	74550	218 * I	85.13
BAF2569	8801043381	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
BBB6080	8801041340	16/01/2016	74550	218 * I	85.13
BFC3740	8801044468	16/02/2016	74550	218 * I	85.13
BFE9450	8801039354	24/12/2015	74550	218 * I	85.13
BGT8538	8801044797	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
BMF5730	54113964N	08/03/2016	50020	257 8S	85.13
BPV8105	8801043959	11/02/2016	74550	218 * I	85.13
BQJ2063	8801038860	19/12/2015	74710	218 * III	574.61
BRJ6074	8801043944	11/02/2016	74550	218 * I	85.13
CEK3468	8801044842	21/02/2016	74630	218 * II	127.69
CSP3131	8801044606	18/02/2016	74550	218 * I	85.13
DBN3757	54109133N	23/02/2016	50020	257 8S	85.13
EJU0550	8801044652	18/02/2016	74630	218 * II	127.69
HBM8104	8801039082	21/12/2015	74550	218 * I	85.13
HBM8104	8801038913	19/12/2015	74550	218 * I	85.13
HBM8104	8801038902	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
HEI3284	8801044624	18/02/2016	74550	218 * I	85.13
HNF5398	8801041823	21/01/2016	74550	218 * I	85.13
HPD1182	8801044855	19/02/2016	74550	218 * I	85.13
HVX9876	8801039493	26/12/2015	74550	218 * I	85.13
IEK4890	8801042062	23/01/2016	74550	218 * I	85.13
IJC6902	8801044654	18/02/2016	74550	218 * I	85.13
ILH7785	8801044138	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
IOT3143	8801039248	24/12/2015	74550	218 * I	85.13
IUM1690	8801043711	09/02/2016	74550	218 * I	85.13
LNE3199	8801044448	17/02/2016	74550	218 * I	85.13
LWY6233	8801044820	21/02/2016	74550	218 * I	85.13
LXC3338	8801039510	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
LXG4869	8801038879	20/12/2015	74550	218 * I	85.13

LXJ3409	8801044831	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXW0938	8801044471	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXZ9319	8801037915	11/12/2015	74550	218	*	I	85.13
LYG5432	8801043810	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LZG2230	8801044876	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LZG6287	8801044088	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LZK5384	8801043509	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LZT6223	8801039302	25/12/2015	74550	218	*	I	85.13
LZX4831	8801040533	06/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MAJ6373	8801038674	19/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MAM2157	8801044735	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MAQ0896	8801039755	25/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MAY5465	8801044877	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MAY5465	8801044889	20/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MAY9896	8801038706	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MBM6152	8801039550	27/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MBN4996	8801044605	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBR2967	8801043211	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBV5558	8801039825	28/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MBW4283	8801044870	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBW6744	8801039802	28/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MBX7673	8801039686	26/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MCG7114	8801044869	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCH2673	8801044679	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCP8485	8801044770	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCQ7663	8801045387	25/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCT5482	8801041372	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCU0634	54109158N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MCV3538	8801044626	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCW5362	8801038136	11/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MCX4613	54109157N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MDA4645	8801044600	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDB8425	8801044793	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDG8782	8801042723	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDH2224	8801044613	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDK1675	8801039364	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MDM6961	8801038758	20/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MDV3797	8801044663	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDW2165	8801042780	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEA8968	8801044881	21/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MEB2114	8801039519	24/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MEJ8078	8801043729	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEM2917	8801039346	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MEN5785	8801044599	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEN6654	8801044728	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MER1526	8801043967	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MES5323	8801043333	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MES8890	8801044635	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MES8890	8801044887	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MET7807	8801045003	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEV5376	8801044667	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFB5564	8801041839	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFD1659	8801038923	18/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFE8060	8801043736	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFF4576	54109153N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MFG3381	8801039709	27/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFK2572	8801045081	22/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFK3433	8801038545	17/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFM3430	8801039865	28/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFM6691	8801045171	23/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFM7157	8801039834	28/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFN8393	8801044789	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFR5590	8801039603	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13

MFU3629	8801044610	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFV1719	8801039451	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFZ5276	8801041985	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGA2573	8801045400	27/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGB5019	8801044711	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGC2562	8801044773	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGM8439	8801038829	18/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGN0672	8801044690	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGP9588	8801044513	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGV1667	54109134N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MGV9296	8801039320	24/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGZ9031	8801045108	22/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHD9627	8801042185	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHH3109	54109138N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MHJ4728	54109146N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MHL9395	8801040929	11/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHM6633	8801038891	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MHN0199	8801044787	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHN6662	8801043300	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHO0946	54102903N	01/02/2016	50020	257	8\$		127.69
MHS8734	54109143N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MHT0020	8801044924	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHT9117	8801039327	25/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MHZ0988	8801041245	14/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MIB6973	54109136N	23/02/2016	50020	257	8\$		127.69
MIC6702	8801044767	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MID2941	8801042124	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIJ0463	8801042144	23/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MIJ0463	8801041943	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIK1881	8801043144	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIK6716	8801040060	31/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIK6716	8801039564	24/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIN9785	54109150N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MIO7295	8801045994	03/03/2016	74550	218	*	I	85.13
MIP3201	8801042089	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIQ3256	8801040421	05/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIT0413	8801039721	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIY2181	8801039067	21/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MJB6652	8801039460	24/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJR1544	8801038760	19/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJR4027	8801038325	15/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MJR8723	8801043975	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJX1838	8801042486	27/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MJY4964	8801040291	02/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJY4982	8801044602	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJY8200	8801040002	30/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJY9159	8801044874	20/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKC0144	54093203N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MKC0144	8801039050	21/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKM5791	54109148N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MKM7863	8801044704	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKW7913	8801044852	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKW8359	8801039294	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLB6199	8801040234	01/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLF7500	54109154N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MLG6616	8801044808	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLI1444	8801044762	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLJ2885	8801039223	27/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLL5442	8801039469	25/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLM0355	8801045080	22/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLR5985	8801044438	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLS2696	8801039362	27/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLV2247	8801039182	22/12/2015	74630	218	*	II	127.69

MMC0701	8801044790	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMD0905	54098843N	15/01/2016	50020	257	8\$		85.13
MMJ1640	8801044888	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMJ5665	54109151N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MMK9464	8801044774	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMM2199	8801043142	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MQN5439	54093211N	05/01/2016	50020	257	8\$		127.69
NBQ9211	8801038926	18/12/2015	74550	218	*	I	85.13
OFV8985	54109145N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
QHG3357	54109137N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
QHG4424	8801039670	26/12/2015	74550	218	*	I	85.13
QHH9692	8801041693	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHI0016	54109139N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
QHI9081	54109141N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
QHO1728	54109155N	23/02/2016	50020	257	8\$		127.69
QHP0488	8801039301	24/12/2015	74550	218	*	I	85.13
QHW2970	8801043843	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHX2480	8801044990	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QII5900	8801038101	13/12/2015	74630	218	*	II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CESAR LUIZ DALRI  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 141/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 141/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAD6296	8801047679	20/03/2016	74550	218 * I
AGA2043	8801050657	15/04/2016	74630	218 * II



ALD5042	8801047590	19/03/2016	74550	218	*	I
AOD9120	8801047852	19/03/2016	74550	218	*	I
AOJ0704	8801047520	20/03/2016	74550	218	*	I
AUJ3983	8801048331	22/03/2016	74550	218	*	I
AVZ3623	54126789N	19/04/2016	50020	257	8\$	
AZT9149	8801048979	31/03/2016	74630	218	*	II
BAB9981	8801050038	11/04/2016	74630	218	*	II
BAC0779	8801050789	18/04/2016	74550	218	*	I
BAC0779	8801050759	18/04/2016	74550	218	*	I
BCT0066	8801048098	24/03/2016	74550	218	*	I
BPV8105	8801049975	10/04/2016	74550	218	*	I
COY7995	8801050625	17/04/2016	74550	218	*	I
CRL6003	8801050870	19/04/2016	74550	218	*	I
CUB9992	54126784N	19/04/2016	50020	257	8\$	
CVC7765	8801047931	21/03/2016	74550	218	*	I
CYJ0993	8801050793	18/04/2016	74630	218	*	II
DRK8662	8801047966	21/03/2016	74630	218	*	II
DTU7474	8801049965	10/04/2016	74630	218	*	II
EJC6514	8801050784	18/04/2016	74550	218	*	I
ENM8622	54126780N	19/04/2016	50020	257	8\$	
GVT1301	8801050369	14/04/2016	74630	218	*	II
HIO3113	8801046215	04/03/2016	74550	218	*	I
HLB2127	8801047033	13/03/2016	74550	218	*	I
ILH7785	8801050340	14/04/2016	74550	218	*	I
IWT2247	8801050592	15/04/2016	74550	218	*	I
JNO9230	8801047570	20/03/2016	74550	218	*	I
JQQ4667	8801050791	18/04/2016	74630	218	*	II
KIO3195	8801047877	20/03/2016	74630	218	*	II
KPB1028	8801047924	21/03/2016	74550	218	*	I
LXM9481	8801047607	20/03/2016	74710	218	*	III
LXW9877	8801050450	15/04/2016	74550	218	*	I
LXZ2156	8801047707	20/03/2016	74550	218	*	I
LYL2604	8801050423	17/04/2016	74630	218	*	II
LYL2604	8801050627	17/04/2016	74550	218	*	I
LYU0998	8801047404	16/03/2016	74550	218	*	I
LYV4709	8801047511	18/03/2016	74550	218	*	I
LYY8498	8801047934	21/03/2016	74550	218	*	I
LZC6968	8801047052	13/03/2016	74630	218	*	II
LZU7917	8801050306	14/04/2016	74630	218	*	II
LZZ2699	8801047827	20/03/2016	74550	218	*	I
MAD9525	8801047912	21/03/2016	74550	218	*	I
MAQ2369	8801050908	19/04/2016	74550	218	*	I
MBG9996	8801050456	17/04/2016	74550	218	*	I
MBH9576	8801047049	13/03/2016	74550	218	*	I
MBI5410	8801047635	18/03/2016	74550	218	*	I
MBS5814	8801050329	14/04/2016	74550	218	*	I
MCC6032	8801047750	18/03/2016	74550	218	*	I
MCE4596	8801047514	19/03/2016	74550	218	*	I
MCP6114	8801050787	18/04/2016	74550	218	*	I
MCT1588	8801050533	17/04/2016	74550	218	*	I
MCU5925	8801050798	18/04/2016	74630	218	*	II
MDK0237	8801050656	15/04/2016	74550	218	*	I
MDK0237	8801050662	15/04/2016	74550	218	*	I
MDT9556	8801050678	17/04/2016	74550	218	*	I
MDT9556	8801050449	17/04/2016	74550	218	*	I
MDW2165	8801046762	11/03/2016	74550	218	*	I
MDW2165	8801046951	11/03/2016	74630	218	*	II
MDY1065	8801050347	14/04/2016	74550	218	*	I
MEA9684	8801050526	16/04/2016	74550	218	*	I
MEB7059	8801050537	17/04/2016	74630	218	*	II
MEL6224	8801050771	18/04/2016	74550	218	*	I
MET7807	8801050343	14/04/2016	74550	218	*	I
MEX8956	8801050334	14/04/2016	74550	218	*	I

MFJ7506	8801050855	19/04/2016	74550	218	*	I
MFY2901	8801047686	18/03/2016	74550	218	*	I
MGE6990	8801046765	12/03/2016	74550	218	*	I
MGG5105	8801047309	15/03/2016	74550	218	*	I
MGJ2320	8801050655	15/04/2016	74550	218	*	I
MGM5961	8801047786	20/03/2016	74550	218	*	I
MGN0566	8801050630	17/04/2016	74550	218	*	I
MGQ7469	8801050899	19/04/2016	74550	218	*	I
MGS2303	8801047789	20/03/2016	74630	218	*	II
MGS2303	8801047626	20/03/2016	74550	218	*	I
MGW1921	8801050303	14/04/2016	74550	218	*	I
MGY2695	54126781N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MGY8767	8801046211	06/03/2016	74550	218	*	I
MHA4503	8801047508	18/03/2016	74550	218	*	I
MHF8986	8801050739	18/04/2016	74550	218	*	I
MHN6321	8801047623	19/03/2016	74550	218	*	I
MHR4468	8801047696	19/03/2016	74630	218	*	II
MHR7800	8801046435	07/03/2016	74550	218	*	I
MHS4176	8801047226	15/03/2016	74550	218	*	I
MHU9138	8801047782	19/03/2016	74550	218	*	I
MIA0239	8801047842	19/03/2016	74550	218	*	I
MIA1489	8801047940	21/03/2016	74550	218	*	I
MIP0503	8801050566	15/04/2016	74550	218	*	I
MIQ7416	8801046986	11/03/2016	74630	218	*	II
MIU5542	8801047821	19/03/2016	74630	218	*	II
MIW9690	8801047730	20/03/2016	74550	218	*	I
MIY4600	8801047870	19/03/2016	74550	218	*	I
MIZ2798	8801050381	15/04/2016	74550	218	*	I
MJF0435	8801047846	18/03/2016	74550	218	*	I
MJG5565	8801050670	16/04/2016	74550	218	*	I
MJK5797	8801047539	20/03/2016	74550	218	*	I
MJN7582	8801050042	11/04/2016	74550	218	*	I
MJQ7477	8801047580	18/03/2016	74550	218	*	I
MKB9341	8801050848	19/04/2016	74630	218	*	II
MKH8769	8801050697	16/04/2016	74550	218	*	I
MKJ4586	8801050852	19/04/2016	74550	218	*	I
MKP2493	8801050645	17/04/2016	74550	218	*	I
MKP4580	8801047536	19/03/2016	74550	218	*	I
MKQ0717	8801047628	20/03/2016	74550	218	*	I
MKQ5744	8801047436	17/03/2016	74550	218	*	I
MKX8434	8801047410	16/03/2016	74550	218	*	I
MKZ3458	8801050556	16/04/2016	74550	218	*	I
MLA6099	54126787N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MLH2892	54126779N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MLH6249	8801050554	16/04/2016	74550	218	*	I
MLI0708	8801047742	18/03/2016	74550	218	*	I
MLM0875	8801050790	18/04/2016	74550	218	*	I
MLS7135	8801050404	16/04/2016	74550	218	*	I
MLS7976	8801047871	19/03/2016	74550	218	*	I
MLS8008	8801050315	14/04/2016	74550	218	*	I
MMC0456	8801047608	20/03/2016	74550	218	*	I
MME6660	54126794N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MMF1312	8801050716	17/04/2016	74550	218	*	I
OKE2040	54126791N	19/04/2016	50020	257	8\$	
OKE6221	8801048378	24/03/2016	74550	218	*	I
OPZ3568	8801047593	20/03/2016	74550	218	*	I
PUC9714	8801047785	20/03/2016	74550	218	*	I
QFN3630	8801046420	07/03/2016	74630	218	*	II
QHF4825	8801047806	20/03/2016	74550	218	*	I
QHG3064	8801050590	15/04/2016	74630	218	*	II
QHI2240	8801047769	19/03/2016	74550	218	*	I
QHN0339	8801050260	13/04/2016	74550	218	*	I
QHO5431	8801046531	08/03/2016	74630	218	*	II

QH2486	8801050841	19/04/2016	74550	218 * I
QHT8581	54117837N	22/03/2016	50020	257 8\$
QIA2290	8801046702	10/03/2016	74630	218 * II
QIO1004	8801047748	18/03/2016	74550	218 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CESAR LUIZ DALRI  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 141/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 141/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACQ2864	8800063772	13/01/2016	74550	218 * I	85.13
ADO4013	8800071711	08/03/2016	74550	218 * I	85.13
ADP0293	8800069589	18/02/2016	74710	218 * III	574.61
AIF7163	8800068117	10/02/2016	74630	218 * II	127.69
AII8849	8800069627	18/02/2016	74630	218 * II	127.69
AKG1107	8800062872	17/12/2015	74550	218 * I	85.13
AKJ7492	8800069081	16/02/2016	74550	218 * I	85.13
ANF8026	8800070606	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
ANL5055	8800069553	18/02/2016	74550	218 * I	85.13
AQI4418	8800069835	18/02/2016	74630	218 * II	127.69
AQL3433	8800070652	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
ARI0896	8800070604	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
ARV8579	8800070953	22/02/2016	74630	218 * II	127.69
ASJ0578	8800070497	19/02/2016	74630	218 * II	127.69
ATV4042	8800063236	22/12/2015	74550	218 * I	85.13
BEN0264	8800069772	18/02/2016	74550	218 * I	85.13
BET1733	8800069323	17/02/2016	74710	218 * III	574.61
BUA3176	8800065254	21/01/2016	74550	218 * I	85.13
CNA4770	8800071708	08/03/2016	74550	218 * I	85.13
CYI6113	8800065262	21/01/2016	74550	218 * I	85.13

DAR1112	8800066121	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DEB7372	8800063256	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
DTL0339	54109094N	23/02/2016	50020	257	8\$		127.69
DYD6124	8800069886	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EAE2880	8800070571	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
FNF2457	8800064869	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
FYK8226	8800068104	10/02/2016	74710	218	*	III	574.61
HPH2206	8800069110	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
HRE5432	8800069014	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
HTQ3357	8800063551	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
HWH8072	8800067535	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
INT8237	8800069563	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
IOP3625	8800064577	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
ITB7007	8800069766	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IZY7070	8800063123	22/12/2015	74630	218	*	II	127.69
JPP1903	8800069617	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
KFG2965	8800064263	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
KGA6608	8800065422	22/01/2016	74630	218	*	II	127.69
KJU8266	8800064511	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LRP6042	8800067391	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LWV8363	8800069800	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LWW4659	8800069652	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXE1620	8800071506	07/03/2016	74630	218	*	II	127.69
LXK3038	8800070107	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXQ1959	8800069726	18/02/2016	74710	218	*	III	574.61
LXS0906	8800065378	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LXU5019	8800069607	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXY2535	8800070984	22/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LYH4032	8800068950	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LYS3190	8800070610	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LYW7185	8800069947	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LYY3177	8800067976	10/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LYZ7866	8800069214	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LZF3080	8800071364	07/03/2016	74550	218	*	I	85.13
LZF7492	8800070585	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LZJ2431	8800068159	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LZS0332	8800069667	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LZU7506	54092879N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
LZV3099	8800065474	22/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MAJ5393	8800069337	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MAL7025	8800069620	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MAM2157	8800069308	17/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MAO0725	8800063313	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MAR1743	8800070488	18/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MAS1550	8800069450	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MAX5980	8800069489	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBE8996	8800065424	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBG0743	8800070692	21/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MBK9960	8800071591	07/03/2016	74550	218	*	I	85.13
MBO2685	8800069754	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBP7646	8800070619	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBQ6522	8800068925	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBR8311	8800069734	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MBR8499	8800069675	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MBS6497	8800070600	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCA0580	8800067159	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCC6410	8800068591	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCH2832	8800071010	22/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCK5113	8800070067	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCM5650	8800069651	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCS8571	8800069847	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MCX3045	8800069718	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MCX9404	8800069217	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13

MCZ8122	8800069105	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCZ8866	8800069850	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDA7565	8800070650	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDI9679	8800069725	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDM6539	8800067762	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDO2339	8800066995	03/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MDO5377	8800069502	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDS3377	8800067213	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDS5901	8800069586	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MDV6408	8800068744	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDX8254	8800069662	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MED8365	8800068532	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEF2002	8800070641	20/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MEF2135	8800070110	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEF2874	8800068565	11/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MEP1506	8800069808	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MES0764	54109087N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MES6917	8800070527	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEU9381	8800068866	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEV6321	8800070624	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEX5828	8800070543	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEX8936	8800065831	26/01/2016	74710	218	*	III	574.61
MFB1226	8800068309	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFH9919	8800067901	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFO0745	8800063247	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFQ8293	8800067449	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFU1153	8800070078	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFU5908	8800062990	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFY5933	8800069507	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFY5742	8800071790	08/03/2016	74550	218	*	I	85.13
MGI3315	8800067419	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGM9060	8800071144	25/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MGN5287	8800067735	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGO3840	8800069690	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MGP6662	8800069732	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGQ3822	8800069751	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MGS2849	8800069646	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGT3678	8800063974	14/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGT4037	8800071156	25/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGV6105	8800061986	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGY0749	8800063104	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGZ4838	8800069632	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGZ6219	8800071356	07/03/2016	74550	218	*	I	85.13
MGZ7499	8800069787	18/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MHA8196	8800069692	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MHD8127	54098667N	15/01/2016	50020	257	8\$		85.13
MHD8610	8800071908	09/03/2016	74550	218	*	I	85.13
MHE3861	8800069908	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHH6307	8800070608	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHI0593	54103008N	01/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MHJ3848	8800069478	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHL7450	8800070596	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHP8114	8800069790	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MHQ2865	8800067005	03/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MHQ7411	8800068753	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHS8229	54110262N	26/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MHT7234	8800070560	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHU2496	8800063536	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MHX1593	8800066817	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHX5262	8800067829	10/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MIE9462	8800069789	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MIK5838	8800066961	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIR6224	8800070930	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13



MIS8976	8800063855	13/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MIT3213	8800070557	20/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MIZ4803	8800065178	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIZ6173	8800070575	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJA7807	8800069929	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJB5050	54092849N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MJB5933	8800070419	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJE6091	8800063339	23/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MJE7199	54113353N	07/03/2016	50020	257	8\$		85.13
MJF2172	8800070380	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJG1304	54109097N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MJG2751	8800066940	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJH2754	8800069416	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MJI1223	8800068836	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJI6336	8800063168	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJL5144	54093095N	04/01/2016	50020	257	8\$		85.13
MJO3037	8800071153	25/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJP5672	8800066727	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJP8725	54109079N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MJR6935	8800064955	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJR9764	8800070605	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJS7416	8800069130	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJT2196	54109099N	23/02/2016	50020	257	8\$		127.69
MJT8626	8800069488	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJV0374	8800067627	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJV0782	8800063150	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJV8961	8800071199	25/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MJW0288	8800062696	17/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJY4123	8800068357	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJZ7104	8800063057	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKB5822	8800070529	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKD0806	8800068860	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKD9123	8800070927	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKE1742	8800067492	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKE2664	8800070896	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKF7204	8800065181	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKG7914	54102943N	01/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MKH6580	8800069511	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKI9888	54109093N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MKL5040	8800069439	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKO5970	8800069402	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKP4415	8800066722	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKR3198	8800069621	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKT1060	8800063864	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKV7086	8800068074	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKW9057	8800068901	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKY7405	8800063232	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLB8461	8800068028	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLD7188	8800069744	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MLH4972	8800070446	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLJ2485	8800067308	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLQ1348	8800063038	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLQ2337	8800065162	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLU9115	8800069592	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MLW5266	54109083N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MLX3099	8800069898	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLY3099	8800066917	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMB9123	8800069697	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMD7879	8800067619	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMH9604	8800070643	20/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MMK7732	8800069500	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMK7732	8800069527	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MML8251	8800071658	08/03/2016	74550	218	*	I	85.13



MMM4362	8800069545	18/02/2016	74630	218	*	II	127.69
OKG4401	8800063274	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
OKH3057	8800064200	15/01/2016	74550	218	*	I	85.13
OWN4738	8800071168	25/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHE5177	8800067186	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHG4705	54111916N	01/03/2016	50020	257		8\$	127.69
QHH0308	8800069532	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHH4093	8800063334	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
QHI7002	54109098N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
QHK4476	54109092N	23/02/2016	50020	257		8\$	127.69
QHK6842	8800063537	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
QHN0395	8800070648	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHN5090	8800069706	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHN5597	8800068827	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHO5626	8800063302	22/12/2015	74630	218	*	II	127.69
QHQ6330	8800067718	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
QHR6786	8800069413	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHX6551	8800070659	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QII7269	8800070239	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QIJ0003	8800071663	08/03/2016	74550	218	*	I	85.13
QIW9890	8800069372	17/02/2016	74630	218	*	II	127.69
QJE6300	8800068085	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CESAR LUIZ DALRI  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 140/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 140/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento

AKF7700	8800072770	21/03/2016	74630	218	*	II
AKY3492	8800072809	21/03/2016	74550	218	*	I
APR4555	8800074136	05/04/2016	74550	218	*	I
ARM2297	8800074344	13/04/2016	74550	218	*	I
AVK4310	8800074611	19/04/2016	74550	218	*	I
AWN0087	8800074446	19/04/2016	74550	218	*	I
DAP7390	8800074364	13/04/2016	74550	218	*	I
DAY3273	8800074668	20/04/2016	74550	218	*	I
DYD5621	8800074415	19/04/2016	74550	218	*	I
HNI4081	8800072776	21/03/2016	74630	218	*	II
IMK6342	8800072947	23/03/2016	74550	218	*	I
IOQ1736	8800072935	23/03/2016	74550	218	*	I
JTW6271	8800072980	23/03/2016	74550	218	*	I
LRB0823	8800072637	21/03/2016	74550	218	*	I
LYD8198	8800073015	23/03/2016	74550	218	*	I
LYL3202	8800074663	20/04/2016	74550	218	*	I
LYV0590	8800074528	19/04/2016	74550	218	*	I
LZB5374	8800074464	19/04/2016	74550	218	*	I
MAG6907	8800072751	21/03/2016	74630	218	*	II
MAK9484	8800072742	21/03/2016	74550	218	*	I
MAZ6093	8800074764	20/04/2016	74550	218	*	I
MCJ7376	54126733N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MCS1536	8800072738	21/03/2016	74550	218	*	I
MDM2888	8800072829	21/03/2016	74550	218	*	I
MES7199	8800072802	21/03/2016	74550	218	*	I
MEW9133	8800072804	21/03/2016	74550	218	*	I
MFJ7832	8800073301	29/03/2016	74630	218	*	II
MGG3688	8800072784	21/03/2016	74630	218	*	II
MHE2232	8800074550	19/04/2016	74550	218	*	I
MHR8841	8800073069	23/03/2016	74550	218	*	I
MIE6010	8800072974	23/03/2016	74550	218	*	I
MIL5462	8800074396	19/04/2016	74550	218	*	I
MIP3424	8800072701	21/03/2016	74630	218	*	II
MIT6130	8800072681	21/03/2016	74630	218	*	II
MIW1372	8800074634	20/04/2016	74550	218	*	I
MIW9946	8800074601	19/04/2016	74550	218	*	I
MJC7911	54126746N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MJF4400	8800072659	21/03/2016	74550	218	*	I
MJQ8221	8800073161	24/03/2016	74550	218	*	I
MJV2222	8800072691	21/03/2016	74550	218	*	I
MKF3348	8800073194	24/03/2016	74550	218	*	I
MKG4488	8800072810	21/03/2016	74550	218	*	I
MKM0712	8800073333	29/03/2016	74550	218	*	I
MKQ7732	8800072666	21/03/2016	74550	218	*	I
MKX7019	8800074455	19/04/2016	74550	218	*	I
MKY0461	8800073034	23/03/2016	74550	218	*	I
MLF9272	8800072712	21/03/2016	74550	218	*	I
MMJ0364	54126737N	19/04/2016	50020	257	8\$	
QIB0660	8800073265	24/03/2016	74550	218	*	I
QJG1119	54126736N	19/04/2016	50020	257	8\$	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CESAR LUIZ DALRI  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2285/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2285/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAA2387	54085275F	03/02/2016	73661	252 * VI	85.13
AAW4748	54085601F	04/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
ABA6726	54088752F	23/02/2016	58196	193	574.61
ADO6467	54085194F	20/02/2016	51851	167	127.69
AEP9776	55022478F	22/02/2016	51851	167	127.69
AHV9578	55523412F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AIB4354	54085483F	10/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
AIO2743	55523162F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AJM9838	54089055F	25/02/2016	58350	195	127.69
AJM9838	54089056F	25/02/2016	69800	239	191.54
AJM9838	54089057F	25/02/2016	52070	169	53.20
AJY5201	55523431F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ALA1693	55523310F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ALJ8272	55520434F	18/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
ALR4937	55687119E	01/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
AMD0419	55687570E	09/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
AND0531	55523556F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
APW9432	54085907F	11/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
ARX1481	55523479F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ARZ1974	55521814F	19/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ATE1510	55022305F	03/03/2016	60501	208	191.54
ATV4042	55688050E	14/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
AZH7229	54084330F	12/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13
BBP2929	55523690F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
BNX8603	55522436F	25/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
BOD1011	54084223F	01/02/2016	52152	170	191.54
BRO2412	55523511F	06/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CHP6088	55523463F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CHP6088	55523476F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CIW3439	55521028F	08/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CYD3112	55687443E	07/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
DCM1311	55022409F	03/02/2016	73662	252 * VI	85.13
DCQ7955	55523450F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DDD6249	55522359F	23/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DGP6895	55523184F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69

DHK9420	55523237F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DIR0240	55523620F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DVS6129	54088807F	25/02/2016	51851	167	127.69
EBV5573	55522342F	22/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
EFF6732	54088512F	18/02/2016	52070	169	53.20
EPF9374	54085397F	19/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
HBM8104	55687885E	11/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
HEF1674	55523612F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
IDE4077	54085192F	20/02/2016	51851	167	127.69
IDV0382	55522976F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
IEA3923	55687728E	10/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
IFD1147	55523594F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
IHM1817	55523086F	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
IJO8508	55520714F	05/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
IKI8869	55687497E	08/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
IKS2182	54081554F	21/12/2015	60501	208	191.54
ILP2109	55687739E	10/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
ILV8798	55521911F	19/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
INW8717	55688079E	14/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
IQC9390	55523291F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ISG6913	55524007F	13/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ISK3563	55687428E	07/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
JCR0040	54084414F	21/01/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
JPD4513	54085185F	18/02/2016	51851	167	127.69
KHJ5000	55687606E	09/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
KHJ5000	55687216E	02/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
KIR5584	55021954F	20/01/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
KNT7071	55522779F	26/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LNE3199	54088751F	23/02/2016	58196	193	574.61
LNL2847	55523399F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LOI5308	55022603F	11/02/2016	73662	252 * VI	85.13
LUV1675	55523633F	24/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LWS8031	55523472F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LWS8031	55523614F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LWX0012	55523615F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LXE2290	55022256F	11/02/2016	51851	167	127.69
LXE7120	55523608F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LXP4984	55687763E	10/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
LXT4144	55523638F	25/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LXT4144	55523410F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LXV5305	55688225E	15/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
LXZ9448	54084753F	25/01/2016	73662	252 * VI	85.13
LYC1509	55022259F	13/02/2016	51851	167	127.69
LYC1509	55022260F	13/02/2016	73662	252 * VI	85.13
LYC1509	55022261F	13/02/2016	58191	193	574.61
LYN7864	55522329F	22/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LYP7847	54088293F	22/02/2016	58511	197	85.13
LYV1893	54788624E	24/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
LYY3578	55687360E	07/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
LZC5968	54081430F	25/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13
LZD9887	55687835E	10/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
LZF9028	54084742F	22/02/2016	73662	252 * VI	85.13
LZF9028	54088288F	22/02/2016	73662	252 * VI	85.13
LZG0055	55022354F	18/02/2016	73662	252 * VI	85.13
LZI3058	55687510E	08/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
LZJ4341	54084140F	31/12/2015	55500	181 * XVIII	85.13
LZV4352	54088341F	22/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MAG3587	55523652F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MAK6887	55521817F	19/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MAO1984	55523712F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MAQ9143	55523135F	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MAQ9664	55022489F	24/02/2016	52311	172	85.13
MAR9363	54082076F	15/02/2016	58512	197	85.13

MAW1632	55523424F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBC2462	55021983F	28/01/2016	51851	167	127.69
MBC3641	55523563F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBD7054	55523422F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBG3724	55523266F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBH1270	55522211F	21/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBI8626	54088268F	16/02/2016	57463	187 * I	85.13
MBM0347	54084808F	25/01/2016	60501	208	191.54
MBO1008	55521904F	19/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBP4842	55524225F	17/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBR8662	54085214F	29/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MBS6380	54082405F	05/02/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
MBT1707	55685886E	13/11/2015	55412	181 * XVII	53.20
MBT8021	55522539F	25/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBV2775	55523586F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBV7303	54090756N	29/12/2015	50020	257 8\$	53.20
MBW2322	54083529F	04/01/2016	55417	181 * XVII	53.20
MCA0241	55521906F	19/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCB6678	54089425F	02/03/2016	60502	208	191.54
MCF7075	55687363E	07/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MCK0807	55523425F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCK0807	55523202F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCK0807	54085389F	17/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCK6248	54086013F	16/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MCK6248	55522334F	22/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCL1742	55020205F	22/12/2015	58350	195	127.69
MCL2604	55523342F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCR4000	55522456F	25/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCS1733	55523333F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCU8950	55687888E	11/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MCX7431	55687193E	02/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MDA3371	54085583F	20/02/2016	70301	244 * I	191.54
MDC2635	55522223F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDD1027	55520536F	13/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDE0239	54084115F	29/12/2015	55416	181 * XVII	53.20
MDE5825	55687488E	08/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MDE8240	55523278F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDF0962	55523419F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDG1753	54085913F	19/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MDG3627	54088336F	22/02/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
MDH0822	55522279F	22/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDO4881	54084692F	19/02/2016	51851	167	127.69
MDO5118	55022487F	24/02/2016	52070	169	53.20
MDO7313	55523294F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDQ0353	54095822N	08/01/2016	50020	257 8\$	85.13
MDR7865	54082597F	22/02/2016	51851	167	127.69
MDR8497	55687558E	08/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MDT0627	54082422F	15/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MDU1866	55523651F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDU5577	55022491F	24/02/2016	52070	169	53.20
MDU6183	55521061F	08/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDU8606	55520838F	06/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDZ1002	54088354F	06/02/2016	59591	203 * IV	957.69
MDZ1002	54088355F	06/02/2016	58350	195	127.69
MDZ1002	54088356F	06/02/2016	60501	208	191.54
MDZ1002	54088357F	06/02/2016	59670	203 * V	957.69
MDZ1002	54088358F	06/02/2016	61490	214 * III	191.54
MDZ1002	54088359F	06/02/2016	57970	191	1915.38
MDZ1002	54088360F	06/02/2016	58350	195	127.69
MDZ1002	54088361F	06/02/2016	58191	193	574.61
MDZ1002	54088363F	06/02/2016	70991	244 * V II	127.69
MDZ1002	54088364F	06/02/2016	52070	169	53.20
MDZ1002	54088365F	06/02/2016	52151	170	191.54



MEA7167	54088555F	22/02/2016	75870	ART. 184 III	191.54
MED0763	55687546E	08/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MEG4711	54085180F	17/02/2016	51851	167	127.69
MEN7909	55523400F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MEP1802	55021295F	17/01/2016	51851	167	127.69
MEP4750	54085402F	02/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MEP4750	54085403F	02/02/2016	58350	195	127.69
MEQ1839	55524139F	16/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MEQ4288	55687956E	11/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MER5987	54088299F	23/02/2016	52070	169	53.20
MES4189	55523784F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MET7807	54084532F	11/02/2016	52070	169	53.20
MEZ0601	54085189F	19/02/2016	51851	167	127.69
MEZ0601	54085190F	19/02/2016	51852	167	127.69
MEZ2937	55523565F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFD6162	55687342E	07/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MFF8169	54082216F	24/02/2016	58512	197	85.13
MFF8754	55522118F	21/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFG7420	54083527F	01/01/2016	55680	181 * XIX	127.69
MFH5577	55687607E	09/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MFM3973	55523456F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFM3973	55523518F	06/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFM3973	55523245F	02/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFM3973	55522601F	25/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFM3973	55522645F	26/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFM3973	55522825F	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFP3439	55522433F	25/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFR8255	55523068F	13/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFT8915	54089403F	29/02/2016	51851	167	127.69
MFW3523	54089435F	07/03/2016	60501	208	191.54
MFY6333	54082169F	21/02/2016	60501	208	191.54
MGA3855	55523495F	06/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGC9844	55522239F	22/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGD2812	55933083D	21/01/2016	73662	252 * VI	85.13
MGF7700	54085338F	04/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MGF8899	55521155F	11/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGK5599	55521022F	08/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGM2069	55521893F	19/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGS6787	55521816F	19/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGU0495	55523521F	06/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGY2979	55524235F	17/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGZ0990	55687292E	05/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MGZ2059	54320217F	10/02/2016	59670	203 * V	957.69
MHA4076	55523163F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHA4815	55523571F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHB5162	55522672F	26/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHB5162	55522637F	26/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHB5945	55523307F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHE7555	55522242F	22/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHE8847	55522364F	23/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHL1124	54085199F	23/02/2016	51852	167	127.69
MHL7008	55523603F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHL7008	55523528F	06/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHL9684	55687452E	08/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHP6523	55523501F	06/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHR3724	54088473F	22/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MHR3724	54088474F	22/02/2016	51851	167	127.69
MHU0951	55523508F	06/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHU8644	55687313E	05/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHV8568	54086019F	17/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MHX7428	55522084F	21/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIB0823	55023101F	04/03/2016	52070	169	53.20
MII5210	54088298F	23/02/2016	52070	169	53.20



MIM5739	55688183E	15/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MIN8829	55687268E	05/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MIT7268	55522875F	28/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIW3503	54085962F	18/02/2016	51851	167	127.69
MIZ6848	54088325F	18/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MJA9006	54080863F	16/12/2015	73662	252 * VI	85.13
MJB5050	54082126F	18/12/2015	58433	196	127.69
MJB9696	54625899C	02/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MJC1857	55522498F	25/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJC3428	55523438F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJD4781	54084055F	22/12/2015	73070	251 * II	85.13
MJE6091	55036838E	23/12/2015	59670	203 * V	957.69
MJH9149	54085177F	17/02/2016	51851	167	127.69
MJI3801	55523336F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJN7131	54676213E	13/02/2016	55413	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJS6888	55687805E	10/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MJT0136	55022302F	10/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MJX1856	54088286F	22/02/2016	58197	193	574.61
MJZ5525	54084117F	29/12/2015	55416	181 * XVII	53.20
MKF5576	54088620F	23/02/2016	58196	193	574.61
MKH5061	54081223F	15/12/2015	54600	181 * IX	85.13
MKI6735	54083724F	29/12/2015	52070	169	53.20
MKJ7226	54098694N	15/01/2016	50020	257 8\$	127.69
MKJ7684	54086003F	11/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKL9159	54084738F	22/02/2016	57030	185 * I	85.13
MKL9330	54082590F	19/02/2016	60412	207	127.69
MKO3038	54678897E	22/12/2015	59670	203 * V	957.69
MKO5470	55687274E	05/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MKQ1289	54083530F	04/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MKQ5876	54083451F	14/12/2015	55415	181 * XVII	53.20
MKR1966	55524348F	18/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKU1884	54792294E	27/02/2016	60501	208	191.54
MKU1884	54792295E	27/02/2016	59910	206 * I	191.54
MKV5865	55688165E	15/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MKW0680	55523244F	02/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKX0875	54086008F	15/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MKX1242	55523348F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKY7887	55687487E	08/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MLA0509	54625894C	02/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MLA3622	54083684F	01/03/2016	55090	181 * XIII	85.13
MLB9211	54088560F	23/02/2016	58196	193	574.61
MLC2333	55523367F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLE3850	55522037F	20/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLF4008	54089359F	29/02/2016	52070	169	53.20
MLH6363	55687361E	07/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MLJ1498	55522249F	22/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLL9892	55687864E	11/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MLL9892	55687870E	11/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MLM3989	55687658E	09/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MLM5052	54088766F	24/02/2016	52070	169	53.20
MLP4693	55022494F	24/02/2016	52070	169	53.20
MLQ2337	55524053F	15/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLT2142	55687986E	12/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MLV7473	55687169E	01/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MLY3717	55523421F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MMC2153	54083781F	23/12/2015	54526	181 * VIII	127.69
MMD0039	55522944F	28/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MMI9889	55687725E	10/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MMK6597	54089665F	11/03/2016	59670	203 * V	957.69
MMM7669	55523372F	19/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
NGO1152	55522775F	26/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
OKE4569	55523375F	19/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
OKE7510	55523406F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69

PUP8939	54085305F	02/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
QDO2371	55520779F	05/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
QHA7618	55523953F	12/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
QHF1523	55520296F	17/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
QHF2043	54084565F	09/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
QHJ0376	55687894E	11/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
QHK1962	54111190N	29/02/2016	50020	257 8\$	53.20
QHM2321	55687559E	08/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
QHM9049	55687735E	10/12/2015	55412	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CESAR LUIZ DALRI  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2284/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2284/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACD8724	54080254F	02/02/2016	65992	230 * V	191.54
AEN2490	55226893E	19/02/2016	65992	230 * V	191.54
AEP9776	55022479F	22/02/2016	65992	230 * V	191.54
AEP9776	55022480F	22/02/2016	69120	232	53.20
AIH1725	54323823F	23/01/2016	50292	162 * II	957.69
AJS8483	55020803F	31/12/2015	65992	230 * V	191.54
ANF8577	54088510F	18/02/2016	66531	230 * XI	127.69
BXQ4679	54088545F	25/02/2016	66531	230 * XI	127.69
CZU4889	55019999F	01/01/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
CZU4889	55020000F	01/01/2016	67261	230 * XVIII	127.69
DFG6976	54085873F	14/02/2016	50292	162 * II	957.69
EFF6732	54088511F	18/02/2016	73580	252 * V	85.13
HOP6999	54083416F	19/01/2016	65992	230 * V	191.54
HWH8072	55021662F	14/01/2016	50100	162 * I	574.61
IEQ6087	55021831F	11/02/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54

IMU8028	54085526F	10/02/2016	73400	252	*	IV	85.13
LWU9879	55363023D	23/12/2015	65561	230	*	I	191.54
LWY7730	54792278E	16/12/2015	65992	230	*	V	191.54
LXV6346	54678231E	10/02/2016	66700	230	*	XIII	127.69
LYE2028	54088825F	25/02/2016	50292	162	*	II	957.69
LYE2028	54088826F	25/02/2016	51691	165			1915.38
LYE2028	54088827F	25/02/2016	73400	252	*	IV	85.13
LYE2028	54088828F	25/02/2016	67690	230	*	XXII	85.13
LYE2028	54088830F	25/02/2016	69120	232			53.20
LZC0500	54082330F	18/02/2016	65992	230	*	V	191.54
LZP8882	54082204F	20/02/2016	67261	230	*	XVIII	127.69
LZX9552	54323734F	25/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MAH5360	54078531F	11/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MAK4492	55039430E	22/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MAN4292	55021056F	09/12/2015	73400	252	*	IV	85.13
MBB9696	54089072F	04/03/2016	51691	165			1915.38
MBB9696	54089073F	04/03/2016	50100	162	*	I	574.61
MBE3843	54088515F	18/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MBE3843	54088516F	18/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MBE3843	54088517F	18/02/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MBH3153	54088258F	16/02/2016	73400	252	*	IV	85.13
MBJ5734	54088856F	25/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MBJ5734	54088857F	25/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MBJ5734	54088858F	25/02/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MBV8017	54081776F	27/01/2016	66371	230	*	IX	127.69
MCD5836	54788634E	08/03/2016	50100	162	*	I	574.61
MCD5836	54788635E	08/03/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MCD5836	54788636E	08/03/2016	67261	230	*	XVIII	127.69
MCD9448	54082205F	16/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MCD9448	54082206F	16/02/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MCF6775	54324799F	22/12/2015	65992	230	*	V	191.54
MCF6775	54324800F	22/12/2015	50100	162	*	I	574.61
MCL5728	54088292F	23/02/2016	64080	221			85.13
MCL5728	54082566F	18/02/2016	67261	230	*	XVIII	127.69
MCM4685	54088271F	17/02/2016	66531	230	*	XI	127.69
MCM5541	54084691F	19/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MCW8866	54085262F	01/02/2016	66700	230	*	XIII	127.69
MCZ6192	55021164F	29/12/2015	50100	162	*	I	574.61
MCZ6192	55021165F	29/12/2015	73400	252	*	IV	85.13
MCZ6192	55021166F	29/12/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MDA3371	54085584F	20/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MDA3371	54085586F	20/02/2016	51691	165			1915.38
MDO5118	55022488F	24/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MDY9027	54324910F	21/12/2015	65992	230	*	V	191.54
MDZ1002	54088362F	06/02/2016	66531	230	*	XI	127.69
MDZ1002	54088366F	06/02/2016	67691	230	*	XXII	85.13
MDZ1002	54088367F	06/02/2016	73400	252	*	IV	85.13
MDZ1002	54088368F	06/02/2016	66371	230	*	IX	127.69
MDZ1002	54088369F	06/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MEB4097	54088822F	25/02/2016	66372	230	*	IX	127.69
MEC2552	54088525F	25/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MEN2217	54082152F	13/01/2016	50100	162	*	I	574.61
MEN2217	54082153F	13/01/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MES9716	55022903F	23/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MFQ0333	54082559F	17/02/2016	69120	232			53.20
MFQ0333	54082561F	17/02/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MFQ0333	54082582F	17/02/2016	65561	230	*	I	191.54
MFY6333	54082170F	21/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MGD0118	54083196F	01/02/2016	67261	230	*	XVIII	127.69
MGD0118	54083197F	01/02/2016	73400	252	*	IV	85.13
MGH1918	54085092F	04/02/2016	66700	230	*	XIII	127.69
MGJ3020	55020992F	20/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MGJ3020	55020993F	20/01/2016	50100	162	*	I	574.61

MGJ3020	55020994F	20/01/2016	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MGN0027	54088615F	18/02/2016	50450	162	* V	191.54
MGS6787	54083798F	18/01/2016	73400	252	* IV	85.13
MHA3589	54088817F	25/02/2016	65992	230	* V	191.54
MHJ4845	55022277F	20/02/2016	65992	230	* V	191.54
MHJ4845	55022278F	20/02/2016	69120	232		53.20
MHV0400	54083136F	18/02/2016	65992	230	* V	191.54
MHW4100	54322011F	20/02/2016	50450	162	* V	191.54
MHW4100	54322010F	20/02/2016	65992	230	* V	191.54
MIB0823	55023102F	04/03/2016	73400	252	* IV	85.13
MIN3915	54084798F	02/02/2016	73400	252	* IV	85.13
MIN3915	54084800F	02/02/2016	66020	230	* VI	191.54
MIS1613	54082327F	17/02/2016	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MIS3910	55022469F	19/02/2016	65992	230	* V	191.54
MJX8081	54324614F	18/01/2016	69120	232		53.20
MKI6735	54083723F	29/12/2015	73400	252	* IV	85.13
MKI6735	54083732F	29/12/2015	52741	175		1915.38
MLY3717	54085556F	09/02/2016	66531	230	* XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2283/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2283/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACO0782	55022235F	20/03/2016	55500	181 * XVIII
AEB1129	55025022F	18/04/2016	51851	167
AFA3897	55527713F	01/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146

AIS1507	54092327F	15/04/2016	60501	208
AIT1435	55527728F	01/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIZ5149	55524691F	22/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AJD7132	55524685F	22/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AJP1853	55525462F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKF7700	55525618F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ALJ5186	54086320F	16/03/2016	73662	252 * VI
ALJ5186	54086321F	16/03/2016	72340	250 * I * a
ANQ9101	55527573F	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
APQ2175	54091858F	12/04/2016	55090	181 * XIII
APR5211	55525565F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
APU2386	55527889F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ARV8579	55527811F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ATV4042	55525614F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AUN2718	54092326F	15/04/2016	60501	208
AUN2718	55025061F	15/04/2016	51851	167
AWO6314	55525746F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AYK8104	55527399F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AZR8788	54092129F	14/04/2016	54522	181 * VIII
BBX1919	55525398F	03/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BCZ0072	55527521F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BHI0055	54091932F	15/04/2016	51851	167
BJG0137	55525782F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BLW5792	55525492F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BMK4784	55525480F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BUK7457	54127022N	19/04/2016	50020	257 8\$
BUW2174	54091930F	14/04/2016	63941	220 * XIV
CDE7290	55527893F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
COB1217	55021250F	21/03/2016	51851	167
CRP1996	54091306F	15/04/2016	51930	168
CTA6965	55524924F	25/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CVC8031	54086811F	19/03/2016	51851	167
CWP4515	55025070F	18/04/2016	51851	167
DIR7695	54086808F	19/03/2016	51851	167
DNO3558	54082098F	14/03/2016	75870	ART. 184 III
DPS2248	54091727F	13/04/2016	73662	252 * VI
EAU7132	55527727F	01/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
EAX5116	54091939F	15/04/2016	51851	167
EBJ8493	54082773F	23/03/2016	57200	186 * I
ECM9664	54091859F	12/04/2016	60501	208
GKX5117	55525708F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
HJW5443	54089335F	18/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
HPR5916	55525453F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IJA4084	55525701F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IJA5365	55527507F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IKI8869	55022008F	17/03/2016	57461	187 * I
IKI8869	55022009F	17/03/2016	58350	195
IKI8869	55022010F	17/03/2016	52070	169
ILK7250	55022600F	20/03/2016	54523	181 * VIII
IUW4476	54086111F	11/03/2016	54521	181 * VIII
KOL9190	54681819E	05/04/2016	59670	203 * V
LWU4195	54092256F	14/04/2016	55415	181*XVII c/ Lei13146
LWU4195	55936519D	16/04/2016	51851	167
LXD6888	55021243F	18/03/2016	51851	167
LXF3036	55525400F	03/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXM9012	55525556F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXN9692	54091934F	15/04/2016	51852	167
LXN9692	54091935F	15/04/2016	51930	168
LXT0753	55023206F	16/04/2016	51852	167
LXT3045	55525771F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXX3387	54089790F	28/03/2016	52070	169
LYL9404	55525515F	21/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYM5900	55021247F	21/03/2016	51851	167



LYO1390	55527785F	02/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYO6170	55524828F	24/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYQ9204	55527798F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYR6194	55525734F	08/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYU7228	54086162F	17/03/2016	55500	181 * XVIII	
LYV1097	55525459F	04/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYV3545	55023955F	22/03/2016	52070	169	
LYW1753	54086323F	17/03/2016	51851	167	
LYW8912	55023035F	14/04/2016	60412	207	
LZI5188	54088425F	14/04/2016	54523	181 * VIII	
MAF4460	54127005N	19/04/2016	50020	257 8\$	
MAJ7238	55527477F	30/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAJ7644	55527470F	30/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAN1535	54676023E	16/04/2016	54600	181 * IX	
MAR7413	54092126F	14/04/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MAW4792	55525499F	04/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAZ0596	55368137D	14/04/2016	58350	195	
MAZ0596	55368139D	14/04/2016	60501	208	
MBB6352	54086807F	19/03/2016	57380	186 * II	
MBH1270	55525543F	22/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBL2335	55525707F	08/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBQ4218	55527880F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBZ0916	55525297F	01/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBZ3094	55527884F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCE4743	55527903F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCE5874	55527805F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCL1945	55527417F	14/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCM0961	54087731F	16/04/2016	51851	167	
MCO4983	54088888F	21/03/2016	51851	167	
MCS2090	54090024F	16/03/2016	51851	167	
MCW8876	55525582F	07/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCZ8851	55525706F	08/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDB9625	54086689F	18/03/2016	73662	252 * VI	
MDD9121	54089640F	15/03/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MDI3791	55527461F	30/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDI8039	54083859F	20/03/2016	54600	181 * IX	
MDK5684	55525468F	04/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDK6334	55525610F	07/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDL2008	55527472F	30/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDL6758	54087362F	11/04/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MDO5331	54127007N	19/04/2016	50020	257 8\$	
MDO9527	54326571F	17/04/2016	58350	195	
MDO9527	54326572F	17/04/2016	60501	208	
MDQ8601	55023619F	18/03/2016	68580	231 * VII	
MDQ8601	55023620F	18/03/2016	51930	168	
MDS3115	55021245F	18/03/2016	51851	167	
MDV0689	55527445F	30/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDV8009	55525665F	07/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDX1967	55525466F	04/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEB7036	55527485F	30/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEB7059	55527642F	31/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEC9862	55023268F	18/03/2016	73662	252 * VI	
MEE7419	55527891F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEF8713	54082771F	23/03/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MEJ8529	54091809F	17/04/2016	54600	181 * IX	
MEN3402	55525740F	08/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEP7513	55527414F	13/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MER6272	54092014F	14/04/2016	51851	167	
MET1703	55527426F	14/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEU2177	54091940F	17/04/2016	51851	167	
MEU8928	55527691F	01/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEV7146	55527892F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEV7146	54082700F	18/03/2016	51851	167	



MEW5147	54086690F	18/03/2016	73662	252 * VI
MEZ4566	54092310F	12/04/2016	51851	167
MEZ7043	55525489F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFA5278	55526154F	14/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFE9953	54086953F	23/03/2016	73662	252 * VI
MFE9953	54086954F	23/03/2016	51851	167
MFF6284	54089989F	14/04/2016	73662	252 * VI
MFI6369	55525668F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFI6743	55527457F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFJ7422	54091803F	13/04/2016	73662	252 * VI
MFO4294	55525997F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFP0280	54092365F	18/04/2016	55500	181 * XVIII
MFT5643	55525694F	23/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFU8646	55524701F	22/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFY5017	54091929F	14/04/2016	51851	167
MFY7814	55525585F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFY9133	55525452F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGB1347	54086694F	18/03/2016	73662	252 * VI
MGC6415	55527643F	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGD8682	54086641F	29/03/2016	59910	206 * I
MGF1837	55525718F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGH8039	55527606F	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGH9251	55525579F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGI9015	54086325F	18/03/2016	55500	181 * XVIII
MGJ0310	55525773F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGK2857	54092069F	13/04/2016	56222	182 * VI
MGL1025	55525357F	02/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGL8264	54082918F	16/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGN4695	54086751F	18/03/2016	55500	181 * XVIII
MGP5898	55525731F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGQ3001	55525395F	19/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGQ3758	55527800F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGR1240	55525449F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGS2383	55525407F	03/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGT2512	55525647F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGU5158	55525606F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGW1325	54086851F	22/03/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146
MGW7430	54127010N	19/04/2016	50020	257 8\$
MGX1008	54086119F	17/03/2016	51851	167
MGX4081	55525390F	18/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHD1184	54082763F	15/03/2016	54523	181 * VIII
MHG3429	55525586F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHH3109	55527717F	01/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHK0923	55021383F	21/03/2016	54600	181 * IX
MHO7181	54092145F	14/04/2016	73662	252 * VI
MHP2976	55527361F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHT0524	55525558F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHV8861	55527449F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHW6613	55368143D	15/04/2016	52070	169
MHY1394	55527721F	01/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHZ9536	55527441F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIB0911	55527358F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIB6503	55022597F	20/03/2016	54523	181 * VIII
MID5888	54089444F	10/03/2016	60412	207
MIE2345	55021380F	21/03/2016	54600	181 * IX
MIF3940	54086166F	21/03/2016	73662	252 * VI
MII6834	55024636F	15/04/2016	58350	195
MIK1156	55525725F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIK2867	54083876F	22/03/2016	58350	195
MIK7405	55527451F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIL2511	55025037F	20/04/2016	51851	167
MIL6098	55527076F	24/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIM7008	54086969F	26/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146

MIM9953	54089489F	09/03/2016	51851	167
MIQ4348	55023288F	28/03/2016	73662	252 * VI
MIR4523	55526158F	14/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIT9434	55525721F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIU4024	55525735F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIX7942	54089273F	22/03/2016	59670	203 * V
MIZ0928	54676233E	16/04/2016	55500	181 * XVIII
MIZ7732	54086344F	22/03/2016	73662	252 * VI
MJB1606	54127028N	19/04/2016	50020	257 8\$
MJD2385	55525693F	23/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJG8006	55525762F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJK1661	54086345F	23/03/2016	57380	186 * II
MJK5511	55527780F	02/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJL5850	54082397F	26/03/2016	54600	181 * IX
MJL7561	54127019N	19/04/2016	50020	257 8\$
MJO0741	54087742F	18/04/2016	73662	252 * VI
MJV2222	55525631F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJV5468	55525493F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJZ0916	55527758F	02/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKF0990	54086812F	19/03/2016	51851	167
MKF9088	54087773F	14/04/2016	56300	182 * VII
MKG9611	55525622F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKI0072	54086813F	20/03/2016	51851	167
MKL3034	55525557F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKL4015	55022885F	25/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKO2347	54077568F	15/04/2016	52070	169
MKR7060	54127020N	19/04/2016	50020	257 8\$
MKR8247	54086876F	13/04/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146
MKV0720	55525785F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKV4849	54092324F	15/04/2016	73662	252 * VI
MKZ9171	55525591F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLC3701	54086332F	21/03/2016	58511	197
MLD6952	54127014N	19/04/2016	50020	257 8\$
MLF4993	55527303F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLG1213	55525429F	03/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLH7271	55527478F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLI1219	54089649F	18/03/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146
MLI5858	55527885F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLI8189	54086617F	18/03/2016	60412	207
MLK8162	54087746F	19/04/2016	59670	203 * V
MLL8566	55527580F	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLM3989	55525745F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLN1334	55525475F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLN6661	54082697F	18/03/2016	51851	167
MLS8287	55527532F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLV8253	55525778F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMA1754	54080269F	22/03/2016	55500	181 * XVIII
MMA6300	54092015F	14/04/2016	51851	167
MMC1537	55527525F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMH9513	55023034F	14/04/2016	73662	252 * VI
MMJ2815	54089706F	08/03/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146
MML6115	54082768F	22/03/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146
NDP9728	55527542F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
NUD6651	54092320F	14/04/2016	75870	ART. 184 III
NUG8034	54082282F	08/03/2016	59670	203 * V
OKE9421	55525431F	03/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
OKH9907	54127013N	19/04/2016	50020	257 8\$
OMH4283	55525571F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
OPV3831	54117276N	21/03/2016	50020	257 8\$
OQQ1558	54087733F	17/04/2016	51851	167
QHA5874	55525850F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHD0212	55525469F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHG0809	55525439F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146

QHH4382	54082870F	16/03/2016	58192	193
QHO9413	54082394F	20/03/2016	55500	181 * XVIII
QIM0703	55022370F	21/03/2016	51851	167
QJG1119	55025080F	20/04/2016	51852	167
QJK2008	54082755F	16/03/2016	55417	181*VII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CESAR LUIZ DALRI  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2282/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2282/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABH1057	55023664F	18/03/2016	66102	230 * VII
ADP4375	55025808F	20/04/2016	50450	162 * V
AJA1836	55021579F	19/03/2016	69120	232
AKU4041	54676236E	16/04/2016	50100	162 * I
ANZ2647	55368132D	14/04/2016	65992	230 * V
CGF9578	55024861F	18/04/2016	50100	162 * I
CGF9578	55024862F	18/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
CWP4515	55025071F	18/04/2016	50531	162 * VI
CXX5488	54089983F	11/04/2016	69120	232
DAP7390	54082245F	14/04/2016	65992	230 * V
DAP7390	54082246F	14/04/2016	50100	162 * I
DRM3110	55023665F	18/03/2016	50292	162 * II
DRM3110	55023666F	18/03/2016	50702	163 c/c 162 * II
ICD2029	54083842F	15/04/2016	50450	162 * V
IEQ1008	55024378F	10/04/2016	65992	230 * V
IKI8869	55022011F	17/03/2016	73400	252 * IV

IMK5291	54087230F	18/04/2016	69120	232	
IMV7318	55021240F	18/03/2016	67000	230	* XVI
KMP6973	54087221F	14/04/2016	50100	162	* I
KMP6973	54087222F	14/04/2016	51180	164	c/c 162 * I
LWU4195	55936520D	16/04/2016	50450	162	* V
LWV0482	54092332F	16/04/2016	69120	232	
LWV0482	54092334F	16/04/2016	51180	164	c/c 162 * I
LWV0482	54092335F	16/04/2016	50100	162	* I
LXD6888	55021242F	18/03/2016	50100	162	* I
LXD6888	55021244F	18/03/2016	69120	232	
LXS9709	55023818F	14/04/2016	66700	230	* XIII
LXT4413	54091373F	15/04/2016	66531	230	* XI
LYV9052	55023210F	19/04/2016	65561	230	* I
LZD0205	55022299F	15/04/2016	51691	165	
LZD0205	55022300F	15/04/2016	50100	162	* I
LZD0205	55022023F	15/04/2016	52741	175	
MAA9239	55023817F	14/04/2016	65992	230	* V
MAB9539	55023348F	17/03/2016	50100	162	* I
MAG8857	55024779F	19/04/2016	69120	232	
MAR9609	55025013F	12/04/2016	65992	230	* V
MAU0009	55024901F	14/04/2016	67261	230	* XVIII
MAX6211	55024745F	15/04/2016	50100	162	* I
MAX6211	55024746F	15/04/2016	51180	164	c/c 162 * I
MAX6211	55024747F	15/04/2016	65992	230	* V
MAZ0596	55368138D	14/04/2016	65992	230	* V
MAZ0596	55368140D	14/04/2016	73400	252	* IV
MAZ0596	55368141D	14/04/2016	52741	175	
MBE9599	55024706F	06/04/2016	65992	230	* V
MBI8426	55025034F	20/04/2016	66372	230	* IX
MBL2530	54092465F	15/04/2016	65992	230	* V
MBL2530	54092466F	15/04/2016	69120	232	
MBM1588	55022135F	15/04/2016	66531	230	* XI
MBO0180	55023676F	21/03/2016	69120	232	
MBO6341	54087895F	15/04/2016	51420	164	c/c 162 * V
MBZ3713	55025651F	15/04/2016	50100	162	* I
MBZ3713	55025653F	15/04/2016	50610	163	c/c 162 * I
MBZ3713	55025654F	15/04/2016	65992	230	* V
MCA1760	54087893F	14/04/2016	65992	230	* V
MCA4606	54083844F	15/04/2016	66020	230	* VI
MCC7081	55022296F	15/04/2016	65992	230	* V
MCP0884	54082806F	20/03/2016	65992	230	* V
MCT4622	54319956F	16/04/2016	50450	162	* V
MDE5733	55023019F	21/03/2016	65992	230	* V
MDG6461	55025803F	19/04/2016	65992	230	* V
MDJ5335	54676024E	15/04/2016	66700	230	* XIII
MDM8725	55025062F	15/04/2016	69120	232	
MDM8725	55025063F	15/04/2016	65992	230	* V
MDO9527	54326569F	17/04/2016	50100	162	* I
MDS5111	55925649D	15/04/2016	50100	162	* I
MDS5111	55925650D	15/04/2016	65992	230	* V
MDW7429	54092331F	16/04/2016	66531	230	* XI
MEC4365	54092356F	16/04/2016	51691	165	
MEI7104	54092352F	15/04/2016	66531	230	* XI
MEI7104	54092353F	15/04/2016	64080	221	
MEJ3069	55025302F	14/04/2016	65992	230	* V
MEJ3069	55025303F	14/04/2016	66102	230	* VII
MET7003	55025064F	16/04/2016	51691	165	
MEY3808	55936514D	15/04/2016	73400	252	* IV
MFA7308	54085835F	18/03/2016	65992	230	* V
MFG5131	54092073F	15/04/2016	65992	230	* V
MFH3589	55039441E	17/03/2016	50100	162	* I
MFH3589	55039442E	17/03/2016	51180	164	c/c 162 * I
MFJ3392	54091302F	15/04/2016	67690	230	* XXII

MFN5464	55024742F	14/04/2016	65561	230	*	I
MFN5464	55024743F	14/04/2016	69120	232		
MFQ7741	55025706F	15/04/2016	50450	162	*	V
MFQ7741	55025707F	15/04/2016	65992	230	*	V
MGJ2320	54092463F	15/04/2016	69120	232		
MGQ8781	54089043F	24/03/2016	66020	230	*	VI
MHG4657	55023173F	22/03/2016	64080	221		
MHG4657	55023174F	22/03/2016	69120	232		
MHJ2008	55024772F	18/04/2016	67261	230	*	XVIII
MHK8174	55023018F	21/03/2016	64080	221		
MHR9211	55024902F	17/04/2016	65992	230	*	V
MHR9211	55024903F	17/04/2016	66531	230	*	XI
MHR9211	55024904F	17/04/2016	66371	230	*	IX
MHR9211	55024905F	17/04/2016	67261	230	*	XVIII
MIC6702	55023827F	15/04/2016	67261	230	*	XVIII
MJA7190	54091318F	19/04/2016	67261	230	*	XVIII
MJK5596	54082277F	17/03/2016	69120	232		
MJZ9732	55024906F	17/04/2016	50100	162	*	I
MKB9341	55936510D	14/04/2016	73400	252	*	IV
MKL0009	55022297F	15/04/2016	50100	162	*	I
MKS8567	55186888E	18/04/2016	50450	162	*	V
MLA6823	55021615F	17/04/2016	65561	230	*	I
MLT5329	55022022F	15/04/2016	51691	165		
MMD2121	55024749F	16/04/2016	65992	230	*	V
MUT3241	55931597D	14/04/2016	65992	230	*	V
OKH1780	54787248E	15/04/2016	50100	162	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

### BOM JESUS DO OESTE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 248/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 248/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.



INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADI7914	55867741D	16/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ADI7914	55867699D	16/02/2016	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 247/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 247/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APA6783	55867752D	19/03/2016	69120	232
MDG2654	55867751D	19/03/2016	65992	230 * V
MDG2654	55867750D	19/03/2016	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



BOM JESUS DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**Bom RETIRO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8470 622/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8470 622/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYG1203	54590856E	13/04/2016	50100	162 * I
LYG1203	54590855E	13/04/2016	65992	230 * V
MJI2910	54124986N	11/04/2016	50020	257 8\$
MJI2910	54124987N	11/04/2016	50020	257 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM RETIRO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

VAL RIO LUIZ DE FARIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**BOTUVERÁ****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 534/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 534/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGN7168	54585704E	21/03/2016	50100	162 * I
MGN7168	54585705E	21/03/2016	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

**BRAÇO DO TROMBUDO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 192/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 192/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCT9174	55229908E	25/12/2015	73400	252 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

MARCOS ITO OKUMA  
DELEGADO DE POLICIA

### BRUSQUE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2239/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2239/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFH1239	55921452E	09/02/2016	50100	162 * I	574.61
AFH1239	55921453E	09/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
AWM5460	55477866F	23/01/2016	50100	162 * I	574.61
CAQ2497	55916491E	13/02/2016	65992	230 * V	191.54
KKC5643	55916487E	12/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
LXD9797	55517451F	23/02/2016	50100	162 * I	574.61
LXJ9425	55914990E	22/12/2015	69120	232	53.20
LXJ9425	55914991E	22/12/2015	66102	230 * VII	127.69
LXK0105	55478445F	16/02/2016	73400	252 * IV	85.13
LYM3197	55921525E	13/02/2016	65992	230 * V	191.54
LYM3197	55921526E	13/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LYM3197	55921524E	13/02/2016	50100	162 * I	574.61
LYR6752	55921721E	20/12/2015	50100	162 * I	574.61
LYR6752	55921723E	20/12/2015	52741	175	1915.38

LYT8612	55479263F	16/02/2016	65992	230	*	V	191.54
LZQ9139	55478513F	16/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MAE9746	55921184E	13/02/2016	50450	162	*	V	191.54
MAE9746	55921185E	13/02/2016	51420	164	c/c	162 * V	191.54
MAE9746	55921186E	13/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MAE9746	55921187E	13/02/2016	66531	230	*	XI	127.69
MAN2057	55914835E	10/02/2016	65561	230	*	I	191.54
MAN2057	55914836E	10/02/2016	66372	230	*	IX	127.69
MAN2057	55914837E	10/02/2016	69120	232			53.20
MAW6253	55914834E	09/02/2016	69120	232			53.20
MDA6954	55914071E	14/12/2015	65992	230	*	V	191.54
MDV1422	55921126E	27/12/2015	65992	230	*	V	191.54
MDV1422	55921128E	27/12/2015	50450	162	*	V	191.54
MDV1422	55921130E	27/12/2015	51420	164	c/c	162 * V	191.54
MDV1422	55921131E	27/12/2015	67691	230	*	XXII	85.13
MDV1422	55921127E	27/12/2015	69120	232			53.20
MEI5925	55914839E	10/02/2016	65561	230	*	I	191.54
MEI5925	55914840E	10/02/2016	67261	230	*	XVIII	127.69
MET2135	55479535F	18/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MFY7501	55921611E	22/02/2016	75790	277			1915.38
MGX7485	55479205F	14/02/2016	69120	232			53.20
MHO7446	55916486E	09/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MHP4322	55921457E	12/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MIH1857	55479203F	12/02/2016	73232	252	*	II	85.13
MIS1344	55917279E	09/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MLW1977	55478517F	18/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MMK1155	55913145E	11/02/2016	66372	230	*	IX	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2240/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2240/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABN6642	55479258F	16/02/2016	51851	167	127.69
ADV0229	55479384F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AEX4428	55921877E	17/12/2015	51852	167	127.69
AFH7166	55517254F	08/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AHO0397	55478564F	17/02/2016	58000	192	127.69
AJB9308	55477528F	09/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
AJB9308	55477527F	09/02/2016	54600	181 * IX	85.13
AKV3566	55479390F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AXF6089	55479029F	15/02/2016	60501	208	191.54
BPQ0009	55479344F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CCH8767	55914306E	03/10/2015	60501	208	191.54
COY2221	55911364E	11/02/2016	52070	169	53.20
DKC3952	55479373F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DXF8745	55479392F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DXF8745	55479303F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
EAL5751	55479374F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
EAL5751	55477526F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
IDT0054	55478557F	15/02/2016	51851	167	127.69
IKO9188	55478558F	15/02/2016	61300	214 * II	191.54
JGC8537	55921726E	22/12/2015	60501	208	191.54
LVP4796	55479717F	24/02/2016	51930	168	191.54
LXD9797	55517452F	23/02/2016	52070	169	53.20
LYA6917	55478839F	25/02/2016	51851	167	127.69
LYR6752	55921722E	20/12/2015	58350	195	127.69
LYR6752	55921724E	20/12/2015	59670	203 * V	957.69
LYR6752	55921725E	20/12/2015	57970	191	1915.38
LZB6301	55921765E	20/12/2015	51851	167	127.69
MAH2613	55479421F	23/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MAU9404	55911365E	11/02/2016	60412	207	127.69
MBG5057	55479310F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBG7473	55479517F	18/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBI4631	55479961F	16/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBQ0256	55478852F	20/01/2016	51851	167	127.69
MBQ0631	55479349F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBX3202	55479528F	18/02/2016	51851	167	127.69
MBY7004	55479341F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCB9314	55478658F	16/02/2016	51851	167	127.69
MCG6352	55479391F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCI2016	55477963F	01/01/2016	51851	167	127.69
MCK9487	55477591F	18/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MCT1908	55479338F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCT1908	55479382F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCW3355	55479339F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDC3448	55478661F	16/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDI1179	55479997F	17/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDI8329	55477676F	03/01/2016	51851	167	127.69
MDK0030	55479387F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDQ5356	55479395F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDR4809	55479532F	18/02/2016	51851	167	127.69
MDT3773	55479501F	18/02/2016	51851	167	127.69
MDV1422	55921158E	27/12/2015	57970	191	1915.38
MDV1422	55921129E	27/12/2015	52070	169	53.20
MDV1422	55921132E	27/12/2015	58350	195	127.69
MDV1422	55921133E	27/12/2015	52152	170	191.54
MDZ0101	55478659F	16/02/2016	54526	181 * VIII	127.69
MEB3740	55479325F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MEC3304	55921878E	17/12/2015	51852	167	127.69
MEH6889	55478826F	17/02/2016	61220	214 * I	191.54
MEI5925	55914838E	10/02/2016	58350	195	127.69
MFE0526	55478990F	15/02/2016	73662	252 * VI	85.13

MFE1056	55479605F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFJ0674	55479123F	15/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGE3664	55479963F	16/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGE5049	55478512F	16/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MGI8340	55479024F	13/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGS6027	55916393E	24/01/2016	60501	208	191.54
MGV9665	54354750F	17/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MGX7485	55479204F	14/02/2016	51930	168	191.54
MHI6342	55914100E	17/12/2015	51851	167	127.69
MHL3447	55479329F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHP4322	55479376F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHQ2734	55479404F	17/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MHV0695	55479308F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHV6354	55923659E	21/11/2014	52070	169	53.20
MIG8319	55921183E	13/02/2016	60501	208	191.54
MIH1857	55479202F	12/02/2016	58350	195	127.69
MIH1857	55479393F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIU2183	55479322F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJV0546	55477535F	17/02/2016	55415	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJW4357	55478829F	17/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MJY2048	55478950F	15/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MJY8144	55478462F	12/02/2016	54870	181 * XI	127.69
MJY9914	55479377F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKI2999	55921179E	09/02/2016	51851	167	127.69
MKN2216	55478515F	18/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MKO4009	55478560F	15/02/2016	51851	167	127.69
MKO6300	55479147F	18/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKR3333	54109183N	23/02/2016	50020	257 8\$	127.69
MLC4512	55480061F	18/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLM7714	55479304F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLR3910	55479521F	18/02/2016	51851	167	127.69
MLT2170	54109192N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MLU1462	54109194N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MLV7339	55479328F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLV9247	55916490E	12/02/2016	52070	169	53.20
MLW1977	55478516F	18/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MMH4180	55479399F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MUV0606	55479389F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
NZZ4703	55479396F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
QHZ0900	55479343F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

BRUNO KNIHS  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2237/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2237/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAU9086	55516986F	09/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
AAU9086	55516985F	09/04/2016	50100	162 * I
AQG0003	55517659F	09/04/2016	65992	230 * V
AQG0003	55517660F	09/04/2016	50100	162 * I
AQG0003	55517661F	09/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
AQG0003	55517662F	09/04/2016	67261	230 * XVIII
BQZ0151	55517115F	09/04/2016	65561	230 * I
LXD6041	55517586F	08/04/2016	69120	232
LXD6041	55517585F	08/04/2016	67261	230 * XVIII
MAR7161	55517521F	13/03/2016	66102	230 * VII
MDC5759	55517382F	09/04/2016	75790	277
MFG6921	55516541F	01/04/2016	65992	230 * V
MFL1410	55479793F	31/03/2016	65992	230 * V
MFN9201	55517549F	04/04/2016	65992	230 * V
MLC0168	55480918F	31/03/2016	65992	230 * V
QHL5804	55517057F	09/04/2016	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2238/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2238/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAU9086	55516987F	09/04/2016	51851	167
ALZ6521	55482133F	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BAR1033	55482361F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BPQ0009	55482125F	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BQZ0151	55517114F	09/04/2016	72340	250 * I * a
DAQ5370	55478793F	31/03/2016	51851	167
DCF4325	54126770N	19/04/2016	50020	257 8\$
DZH7134	55482123F	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
HII9879	55482358F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ICW0018	55480726F	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
KKE2069	55480891F	31/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
KUY9803	55481227F	31/03/2016	51851	167
LXR1559	55481459F	01/04/2016	51851	167
LYK2702	55482114F	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZL2990	55480899F	29/03/2016	51851	167
LZN9831	55481456F	01/04/2016	51930	168
MAK1481	55480233F	16/03/2016	60501	208
MAX8416	55482355F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBN0893	55481166F	01/04/2016	51851	167
MCH6315	55478600F	02/03/2016	51930	168
MCM9005	55482117F	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCO9643	55517487F	02/04/2016	51852	167
MDC5759	55517383F	09/04/2016	60501	208
MDL7954	55481354F	01/04/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146
MDQ8389	55516542F	01/04/2016	73662	252 * VI
MDR0255	55482372F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDR0255	55482373F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDY0871	55921899E	07/03/2016	58350	195
MEI2773	55482105F	24/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEU2759	55482146F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFC4016	54351027F	09/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGH8331	55482354F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHN4269	54118658N	29/03/2016	50020	257 8\$
MHS3927	55479457F	01/04/2016	58350	195
MHS8241	55480625F	31/03/2016	51851	167
MHS9949	55482363F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHV7180	54351019F	07/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIC7451	55480556F	08/03/2016	73662	252 * VI
MIL2517	55517381F	05/04/2016	60501	208
MIN8238	55482122F	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIQ7094	54126767N	19/04/2016	50020	257 8\$
MIS1903	55482137F	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIZ1197	55482104F	24/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJB6495	55916221E	14/03/2016	70561	244 * III
MJD9537	54126766N	19/04/2016	50020	257 8\$
MJK6321	54126762N	19/04/2016	50020	257 8\$

MJQ5305	55482387F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJY9914	55482148F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJY9914	55482103F	24/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKG5298	55482385F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKI8001	54115464N	15/03/2016	50020	257 8\$
MKJ2768	55482381F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLB9147	55479758F	06/03/2016	51930	168
MLC0168	55480917F	31/03/2016	51851	167
MLM7714	54126763N	19/04/2016	50020	257 8\$
MLP1524	54126764N	19/04/2016	50020	257 8\$
MLX4779	55481551F	31/03/2016	54522	181 * VIII
MLY3038	54126768N	19/04/2016	50020	257 8\$
MLZ2122	55479446F	08/03/2016	73662	252 * VI
OKE7802	55480759F	31/03/2016	51851	167
OWN3361	55482136F	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHB0968	54126765N	19/04/2016	50020	257 8\$
QHI1756	55482374F	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHL5804	55517058F	09/04/2016	52070	169
QHM3834	54083631D	08/04/2016	52070	169
QHO7274	55480106F	04/03/2016	60501	208
QHP9656	55481232F	31/03/2016	73662	252 * VI
QHZ0900	55482147F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
QID2800	54126769N	19/04/2016	50020	257 8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

BRUNO KNIHS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### CAÇADOR

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2206/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2206/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AQE1723	55703743D	20/02/2016	69120	232	53.20
BVU4337	55886627E	11/02/2016	50100	162 * I	574.61
IGA5954	55890107E	05/01/2016	50450	162 * V	191.54
IKE0864	55695025D	18/02/2016	66102	230 * VII	127.69
LXM5967	55888229E	30/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXM5967	55888227E	30/12/2015	50100	162 * I	574.61
LXM5967	55888226E	30/12/2015	65992	230 * V	191.54
MBL6691	55888439E	07/03/2016	50100	162 * I	574.61
MBL6691	55888441E	07/03/2016	66102	230 * VII	127.69
MBL6691	55888440E	07/03/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBR8639	55886637E	14/02/2016	50100	162 * I	574.61
MBR8639	55886636E	14/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBR8639	55886635E	14/02/2016	65992	230 * V	191.54
MCQ2232	55694998D	29/02/2016	50292	162 * II	957.69
MIT0061	55703619D	28/01/2016	50100	162 * I	574.61
MLP1752	55890195E	24/02/2016	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2207/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2207/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASG9680	55887826E	24/12/2015	55416	181 * XVII	53.20
AVE1445	55703620D	19/02/2016	54522	181 * VIII	127.69
BVU4337	55886626E	11/02/2016	54600	181 * IX	85.13
DFT5235	55887292E	15/02/2016	52070	169	53.20
FDO8259	55890103E	28/12/2015	54600	181 * IX	85.13
GYS3129	55886625E	10/02/2016	54600	181 * IX	85.13

MFC8685	55693589D	16/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFT1370	55887892E	20/12/2015	55411	181 * XVII	53.20
MIV7814	55888676E	04/02/2016	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALLEX ATOLINI SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2204/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2204/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGL1360	55891003E	18/04/2016	69120	232
AGW3749	55888683E	18/04/2016	67000	230 * XVI
AJS7017	55888491E	15/04/2016	66372	230 * IX
AKB3315	55702093D	27/03/2016	75790	277
CHI9979	55889459E	19/04/2016	65992	230 * V
HYU0287	55135227E	04/04/2016	50100	162 * I
HYU0287	55135228E	04/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
IBK3628	55891747E	17/04/2016	51691	165
IGR6941	55134334E	11/04/2016	65992	230 * V
LWU6763	55891001E	18/04/2016	65561	230 * I
LXA4251	55891004E	18/04/2016	65992	230 * V
LXA4251	55891005E	18/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
LXA4251	55891006E	18/04/2016	50100	162 * I
LXL0738	55135223E	04/04/2016	65992	230 * V
LXY3618	55134551E	09/04/2016	65992	230 * V
LYI9968	55702087D	20/03/2016	67261	230 * XVIII
LYO1660	55891739E	16/04/2016	65992	230 * V
LYO1660	55891738E	16/04/2016	51180	164 c/c 162 * I

LYO1660	55891737E	16/04/2016	50100	162	*	I
MAX6227	55891735E	14/04/2016	51180	164	c/c	162 * I
MAX6227	55891734E	14/04/2016	50100	162	*	I
MEL0476	55890225E	23/03/2016	50100	162	*	I
MEL0476	55890226E	23/03/2016	51180	164	c/c	162 * I
MEV3237	55886643E	20/03/2016	51691	165		
MGD0012	55889457E	19/04/2016	65992	230	*	V
MGP1417	55891743E	16/04/2016	50610	163	c/c	162 * I
MGP1417	55891742E	16/04/2016	50100	162	*	I
MJC4221	55891732E	12/04/2016	65992	230	*	V
MJF5910	55888247E	15/04/2016	50100	162	*	I
MJL9541	55891002E	18/04/2016	69120	232		
MKX4521	55702010D	14/04/2016	51180	164	c/c	162 * I
MKX4521	55702009D	14/04/2016	50100	162	*	I
MLW5928	55891768E	18/04/2016	50100	162	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2205/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2205/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALO5863	55134561E	10/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
LXA1610	55133999E	07/04/2016	60681	209
LZZ1027	55703635D	22/03/2016	61220	214 * I
MCL6125	55135201E	17/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
MEV3237	55886644E	20/03/2016	57200	186 * I
MGF4161	55134456E	07/04/2016	57970	191



MGM1706	55134418E	13/04/2016	51851	167	
MHM2780	55132322E	15/04/2016	61300	214	* II
MHQ9436	54126281N	18/04/2016	50020	257	8\$
MHQ9436	54126282N	18/04/2016	50020	257	8\$
MIV3454	55134454E	07/04/2016	55411	181	*XVII c/ Lei13146
MJB0954	55132316E	05/04/2016	51930	168	
MJI0231	55135240E	16/04/2016	55412	181	*XVII c/ Lei13146
MJL2682	55136396E	08/03/2016	73740	253	
MKL3389	55133988E	19/03/2016	54521	181	* VIII
MLW5928	55891769E	18/04/2016	71021	244	* VIII
QHA9752	55134332E	11/04/2016	57380	186	* II
QHI9806	55134142E	17/04/2016	55680	181	* XIX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALEX ATOLINI SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### CAMBORIÚ

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1577/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1577/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALK1208	P00200003M	06/03/2016	50100	162 * I	574.61
ALK1208	P00200003N	06/03/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61
IVE1877	P00290002Q	20/02/2016	73400	252 * IV	85.13
MDO8379	P00260002O	23/01/2016	50100	162 * I	574.61
MEB0528	P00080003H	26/02/2016	66372	230 * IX	127.69
MEB0528	P00080003L	26/02/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MHB0872	54505200F	12/02/2016	50292	162 * II	957.69
NCW6774	54505030F	30/01/2016	50100	162 * I	574.61
QHR3956	P00290002Y	24/02/2016	51691	165	1915.38

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1578/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1578/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IVI1102	P002C0001E	19/01/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MEB0528	P00080003I	26/02/2016	70561	244 * III	191.54
MGN9448	P00260004Y	29/01/2016	59401	203 * III	957.69
MJD2895	P002C00053	24/02/2016	51851	167	127.69
MKQ1658	54505290F	23/02/2016	60501	208	191.54
MMD2081	54505101F	22/02/2016	58194	193	574.61
MMD2081	54505102F	22/02/2016	70482	244 * II	191.54

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1575/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1575/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYG3470	P002900067	04/04/2016	50100	162 * I
MCR6102	P000800040	23/03/2016	66372	230 * IX
MCR6102	P00080004R	23/03/2016	65564	230 * I
MGB7276	P00M400055	20/04/2016	65992	230 * V
MIZ6416	P002300084	17/04/2016	66372	230 * IX
MIZ6416	P002300086	17/04/2016	69120	232
MKJ6304	P00M400045	13/04/2016	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1576/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1576/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALB5055	P00M400052	20/04/2016	51851	167
DHZ0103	P00M40003K	13/04/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
ELK2103	P00M40003W	13/04/2016	54870	181 * XI
HPH1684	P00M40003G	05/04/2016	51851	167
MAE1765	P000400038	09/04/2016	55680	181 * XIX
MDS7723	P002300080	17/04/2016	60501	208
MGB7276	P00M400054	20/04/2016	70481	244 * II
MHF7827	P00200003W	18/03/2016	55500	181 * XVIII
MIN9248	P00220003P	18/04/2016	60501	208
MIX6999	P00M400050	20/04/2016	51851	167
MIZ6416	P002300085	17/04/2016	70301	244 * I
MKC6452	P00M40004V	19/04/2016	59670	203 * V
MLG1099	P002A0005F	20/04/2016	55415	181*VII c/ Lei13146
NWS6621	P002A0005E	20/04/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
QHE5986	P002A0004T	19/04/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
QHL0014	P002A0004L	19/04/2016	55415	181*VII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

### CAMPO ALEGRE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 574/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 574/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JPK5668	55141700C	02/02/2016	50100	162 * I	574.61
LWU4681	54291579F	23/02/2016	58350	195	127.69
LWU4681	54291580F	23/02/2016	70302	244 * I	191.54
LWU4681	54291581F	23/02/2016	57200	186 * I	127.69
LWU4681	54291582F	23/02/2016	65992	230 * V	191.54
LWU4681	54291531F	23/02/2016	58433	196	127.69
LWU4681	54291532F	23/02/2016	60502	208	191.54
LWU4681	54291533F	23/02/2016	52741	175	1915.38
MBG1637	54291441F	06/02/2016	65300	228	127.69
MDX4585	54291464F	12/02/2016	50100	162 * I	574.61
MDX4585	54291465F	12/02/2016	65992	230 * V	191.54
MDX4585	54291467F	12/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
MHN2840	54291703F	13/02/2016	54100	181 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 573/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 573/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACI0307	54291588F	20/03/2016	53800	181 * I
HTQ8918	54291838F	17/04/2016	65992	230 * V
HTQ8918	54291840F	17/04/2016	51420	164 c/c 162 * V

HTQ8918	54291839F	17/04/2016	50450	162	*	V
JEZ8492	54290967F	14/04/2016	67261	230	*	XVIII
JEZ8492	54290966F	14/04/2016	66371	230	*	IX
JEZ8492	54290965F	14/04/2016	55250	181	*	XV
LWU4681	54291824F	09/04/2016	65992	230	*	V
LWU4681	54291825F	09/04/2016	50100	162	*	I
LWU4681	54291826F	09/04/2016	51180	164	c/c	162 * I
LWU4681	54291827F	09/04/2016	57200	186	*	I
LWU4681	54291828F	09/04/2016	58350	195		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO DE POLICIA

---

### CAMPO ERÊ

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 851/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 851/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARC0673	54600612F	19/02/2016	60502	208	191.54

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



CAMPO ERE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 850/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 850/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOQ7720	54600665F	18/03/2016	65992	230 * V
DFV8452	55872985D	10/04/2016	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

**CAMPOS NOVOS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1408/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1408/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH2425	P00Y90000D	04/03/2016	65992	230 * V	191.54
LXH2425	P00Y90000E	05/03/2016	66372	230 * IX	127.69
LXH2425	P00Y90000F	05/03/2016	53200	176 * V	957.69
MBS2547	54989055F	18/02/2016	65992	230 * V	191.54
MGZ4962	54220179F	25/12/2015	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS  
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1409/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1409/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCQ0532	54989127F	04/02/2016	51851	167	127.69
MCQ0532	54989128F	04/02/2016	51852	167	127.69
MEW5568	54988234F	03/02/2016	61220	214 * I	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GERALDO MAFIOLETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1406/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1406/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAY4483	P00Y900030	09/04/2016	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS  
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1407/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1407/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AFW4539	P00Y90001E	23/03/2016	51851	167
HKV0409	P00Y90002G	02/04/2016	51851	167
MGC3956	P00Y80003K	17/04/2016	51851	167
MGU4066	P00Y900019	23/03/2016	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GERALDO MAFIOLETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

-----  
**CANOINHAS**  
-----

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1842/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1842/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
AFM1834 55549485E 20/02/2016 65992 230 \* V 191.54  
-----

AFM1834	55549486E	20/02/2016	50100	162	*	I	574.61
AFM1834	55549488E	20/02/2016	66371	230	*	IX	127.69
LBA0914	55550196E	27/03/2016	66102	230	*	VII	127.69
LNP2029	55548911E	02/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MBQ1128	55548831E	23/01/2016	66372	230	*	IX	127.69
MFT9755	55548748E	18/02/2016	50371	162	*	III	574.61
MI19199	55615508F	06/03/2016	75790	277			1915.38
MMK1993	55548929E	19/02/2016	69120	232			53.20
MMK1993	55615452F	19/02/2016	66102	230	*	VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1843/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1843/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFM1834	55549487E	20/02/2016	51851	167	127.69
LNP2029	55548914E	02/02/2016	57380	186 * II	191.54
MAA9682	54522278F	24/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBC1282	54522354F	19/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MEL8497	54522190F	04/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MEP1737	55548750E	18/02/2016	60501	208	191.54
MHC8251	55615454F	20/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
MHS3591	55548921E	03/02/2016	55090	181 * XIII	85.13
MIP9566	54522092F	14/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MJC8532	54109424N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MMC4082	54522230F	17/12/2015	55415	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LORIVAL SCHIPTOSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1840/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1840/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFI6610	55614452F	16/03/2016	65992	230 * V
AMH6866	55614739F	13/04/2016	67261	230 * XVIII
MCO9741	55614418F	15/03/2016	64080	221
MCO9741	55614419F	15/03/2016	67690	230 * XXII
MCO9741	55614420F	15/03/2016	66372	230 * IX
MEU5990	55550435E	11/04/2016	65992	230 * V
MFN1925	55614381F	14/04/2016	50450	162 * V
MGH7002	55549056E	16/04/2016	50610	163 c/c 162 * I
MGH7002	55549057E	16/04/2016	50100	162 * I
MGH7002	55549059E	16/04/2016	66372	230 * IX
MGH7002	55549060E	16/04/2016	67690	230 * XXII
MIQ2237	55545535E	19/03/2016	69120	232
MIQ2237	55545534E	19/03/2016	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



CANOINHAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1841/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1841/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQF8658	55615494F	19/03/2016	58433	196
AQF8658	55615493F	19/03/2016	52070	169
AQF8658	55614673F	19/03/2016	73662	252 * VI
AQF8658	55614672F	19/03/2016	51852	167
AQF8658	55614674F	19/03/2016	72340	250 * I * a
AQF8658	55614671F	19/03/2016	51851	167
MBQ9637	55615405F	09/04/2016	55415	181*VII c/ Lei13146
MDO9308	55614693F	06/04/2016	54525	181 * VIII
MFE8799	55614440F	19/03/2016	52070	169
MGH7002	55549058E	16/04/2016	52070	169
MID7693	55614324F	09/04/2016	56142	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LORIVAL SCHIPTOSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**CAPINZAL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1634/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1634/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IAW6961	P00VE0003T	26/02/2016	66102	230 * VII	127.69
MHY1558	54501317F	10/12/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1635/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1635/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LZG8564	P00VD00036	27/02/2016	58433	196	127.69
MDX1047	P00VD0002W	23/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RAFAEL EDGAR TONIAL  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1632/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1632/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CJV6418	P00VD00061	22/03/2016	65992	230 * V
LXD2763	P00VD0007Z	16/04/2016	51691	165
LXD2763	P00VD00082	16/04/2016	69120	232
LXD2763	P00VD00083	16/04/2016	51770	166
MAW8131	P00VD0006D	27/03/2016	66700	230 * XIII
MBB6409	P00VD0007V	15/04/2016	65992	230 * V
MDJ6191	P00VD00069	27/03/2016	50100	162 * I
MDJ6191	P00VD0006A	27/03/2016	51180	164 c/c 162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1633/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1633/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXD2763	P00VD00080	16/04/2016	57970	191
MIY9131	P00VD00060	22/03/2016	51851	167
MJL7408	P00VD00064	26/03/2016	60412	207
MLM7972	P00VD0005Z	22/03/2016	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RAFAEL EDGAR TONIAL  
DIRETOR DE TRANSITO

**CATANDUVAS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 733/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 733/2016



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGH9145	P00Y00002P	18/04/2016	57200	186 * I
ILE9987	P00Y00002K	16/04/2016	50100	162 * I
ILE9987	P00Y00002L	17/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MBR4327	P00Y00002Q	18/04/2016	65992	230 * V
MCN3298	P00Y000017	26/03/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

### CHAPECÓ

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2284/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2284/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOE4510	54263830F	17/02/2016	65992	230 * V	191.54
BOI6018	55075673F	19/02/2016	65992	230 * V	191.54

BOI6018	55075675F	19/02/2016	66371	230	*	IX	127.69
BSQ2408	55072889F	15/01/2016	51691	165			1915.38
CBA7613	55075455F	21/02/2016	65561	230	*	I	191.54
CCG9675	55960200E	20/02/2016	66102	230	*	VII	127.69
CCG9675	55960199E	20/02/2016	65992	230	*	V	191.54
CCG9675	54617339F	20/02/2016	73400	252	*	IV	85.13
DAG8531	55075277F	12/02/2016	65561	230	*	I	191.54
DAG8531	55075276F	12/02/2016	50100	162	*	I	574.61
DIV3326	54263843F	22/02/2016	67261	230	*	XVIII	127.69
GZF0278	55074920F	13/02/2016	52741	175			1915.38
IAZ4608	54967463E	31/01/2016	50100	162	*	I	574.61
IKS1346	55074815F	18/02/2016	69120	232			53.20
INN5395	55075106F	12/02/2016	50100	162	*	I	574.61
IUV0413	55074525F	18/02/2016	66532	230	*	XI	127.69
LXK1953	54263844F	22/02/2016	50450	162	*	V	191.54
LXK1953	54263845F	22/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MAK5812	55502208F	08/02/2016	51691	165			1915.38
MAS0723	54263835F	17/02/2016	69120	232			53.20
MAS0723	54263834F	17/02/2016	50450	162	*	V	191.54
MBD9825	54263829F	17/02/2016	65561	230	*	I	191.54
MDN5796	54619044F	29/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MDY7393	55074521F	18/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MEJ2162	55075522F	19/02/2016	50450	162	*	V	191.54
MET3463	55502289F	18/02/2016	73400	252	*	IV	85.13
MEX9112	55073389F	19/02/2016	69120	232			53.20
MEZ3269	55502291F	18/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MFD1378	55101098E	09/12/2015	50100	162	*	I	574.61
MFJ1879	55075624F	18/02/2016	69120	232			53.20
MFJ1879	55075623F	18/02/2016	66700	230	*	XIII	127.69
MFT7799	54620137F	17/02/2016	69120	232			53.20
MGF4583	55074408F	20/02/2016	66372	230	*	IX	127.69
MGW9911	55075414F	03/03/2016	65992	230	*	V	191.54
MHF6290	54617333F	22/01/2016	50100	162	*	I	574.61
MHF6290	55072177F	22/01/2016	52741	175			1915.38
MHF6290	54617334F	22/01/2016	73400	252	*	IV	85.13
MIT9015	55502608F	20/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MIT9015	55502607F	20/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MJY9135	54616109F	18/02/2016	69120	232			53.20
MKT6909	55502262F	06/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MLB7703	54263846F	28/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MLB7703	55074933F	28/02/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61
QHR0121	55075110F	18/02/2016	50100	162	*	I	574.61
QHU8891	54263838F	21/02/2016	73400	252	*	IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2285/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2285/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APT0016	55075880F	15/12/2015	73662	252 * VI	85.13
BVQ7144	55072021F	23/02/2016	58191	193	574.61
COB8818	55074171F	31/01/2016	55680	181 * XIX	127.69
DIV3326	54263841F	22/02/2016	51852	167	127.69
DIV3326	54263840F	22/02/2016	51851	167	127.69
GZF0278	55074921F	13/02/2016	51851	167	127.69
MAR6649	55075198F	17/02/2016	51851	167	127.69
MBZ3625	54099513N	18/01/2016	50020	257 8\$	85.13
MCU7346	55075552F	20/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
MDF6382	55074274F	18/02/2016	70481	244 * II	191.54
MGT4046	54616112F	18/02/2016	51851	167	127.69
MGT9441	55074523F	18/02/2016	70481	244 * II	191.54
MHE1745	55075201F	17/02/2016	51851	167	127.69
MHF6290	54617335F	22/01/2016	58350	195	127.69
MIR9838	55074069F	05/02/2016	51930	168	191.54
MLB7703	55074934F	28/02/2016	70561	244 * III	191.54
MLB7703	54263848F	28/02/2016	58350	195	127.69
NQB3285	54263028F	24/02/2016	53470	178	85.13
QHU8891	54263837F	21/02/2016	70561	244 * III	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1775/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1775/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AI17882	55128962F	10/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
AMB1119	55129017F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
AMO4896	55129195F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
APC1250	55129053F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
AUJ6437	55129598F	18/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
AVG6201	55128248F	01/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
AXJ2012	55126507F	08/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
AXJ2012	55126855F	14/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
CBE6467	55129255F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
CCG6410	55129350F	16/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
CJC9824	55128913F	10/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
CWF0270	55129189F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
CYP6949	55129244F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
DLZ7028	55865829E	16/02/2016	55415	181*XVII c/	Lei13146 127.69
DMI3099	55129068F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
DMI3099	55129080F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
DML3319	55127154F	18/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
DQB2779	55120487F	27/10/2015	55412	181 * XVII	53.20
DQC9572	55128909F	08/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
DSF1188	55129827F	20/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
DXV0729	55127753F	26/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
DYA3473	55129147F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
DZG8800	55129416F	16/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
EEO3885	55128092F	29/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
EEV0784	55128930F	10/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
EFB5858	55129209F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
EIB6725	55129142F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
EJE5423	55129334F	16/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
EJL0811	55129049F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
EJL0811	55129018F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
ELG8458	55129001F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
ENT6262	55126601F	11/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
ERO7966	55129214F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
ETP1318	55129420F	16/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
EYJ8160	55129159F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
EYT3740	55128157F	30/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
FAD4614	55129127F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
FBA7044	55123964F	07/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
FMH0011	55129580F	18/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
GLT7241	55127650F	25/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
GRZ6176	55129107F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
HEW1868	55127990F	28/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
HEW1868	55128443F	02/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
HFP7797	55129066F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
HFR6358	55128717F	05/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
HLB5964	55127902F	27/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
HPX2615	55129381F	16/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
IEJ0587	55129188F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69
IEJ0587	55128967F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146 127.69

IEJ0587	55128917F	10/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
IHV2791	55129205F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
IKA5400	55129124F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
IKC3841	55129353F	16/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
ILP0991	55127940F	28/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
ILP0991	55127970F	28/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
ILS2779	55127808F	26/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
IMD0770	55130211F	25/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
IMO3615	55129004F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
IOS7695	55124203F	09/12/2015	55412	181 * XVII		53.20
IRJ7217	55865840E	17/02/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146	127.69
IRR9458	55130075F	24/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
IUB3216	55129262F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
IWS3377	55124663F	15/12/2015	55412	181 * XVII		53.20
JLR7831	55129385F	16/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
JVW5419	55127245F	19/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
JZR5557	55128437F	02/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
KDO6324	55129299F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
KDO6324	55129277F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
KND5447	55129154F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
KOD8601	55123965F	07/12/2015	55412	181 * XVII		53.20
KZX9109	55129155F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LBH8324	55128008F	28/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LBH8324	55128023F	28/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LPN1662	55127012F	15/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LVC7272	55124362F	11/12/2015	55412	181 * XVII		53.20
LXC7987	55128966F	10/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LXR4142	55128984F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LXW5420	55128991F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LXW5420	55129064F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LYM9014	55129845F	22/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LYY9610	55129238F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LZA8627	55128242F	01/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
LZM8099	55129145F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MAB0554	55126943F	14/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MAL0434	55127862F	27/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MBF1076	55130169F	24/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MBH6568	55128922F	10/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MBO0133	55128964F	10/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MBS0963	55129294F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MBY0558	55863417E	13/02/2016	55415	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MCB4289	55129063F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MCG1546	55128493F	03/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MCP6119	55127899F	27/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MCY2314	55129169F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MDH1423	55127066F	16/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MEB6032	55129391F	16/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MEM2838	55129040F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MEV1403	55123960F	07/12/2015	55412	181 * XVII		53.20
MEV9728	55126957F	15/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MEY4432	55127818F	27/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MEY4432	55129026F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MEY9189	55128401F	02/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MEY9189	55129275F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MEZ7572	55129253F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MFB5444	55129176F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MFB5444	55129193F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MFG7990	55129136F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MFH9793	55129220F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MFQ2110	55129057F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MFS7721	55866367E	09/02/2016	60681	209		127.69
MFT8289	55866264E	16/01/2016	53800	181 * I		85.13
MFW5019	55129776F	20/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69

MGA2565	55124137F	09/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MGA2565	55124151F	09/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MGC4849	55128277F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGE1984	55128960F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGI7947	55127010F	15/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGN9236	55128835F	08/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGP3872	55130000F	23/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGR2058	55128957F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGR7357	55129804F	20/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGS5776	55128563F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGT1378	55129304F	15/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGY6591	55128965F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHB1944	55866318E	10/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHF3309	55124146F	09/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHJ4286	55127780F	26/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHL5152	55128892F	08/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHL9544	55128999F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHS5695	55127933F	28/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHS8390	55128627F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHT4266	55129172F	13/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHU4646	55129378F	16/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHV6949	55128972F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHX2698	55129952F	22/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHX5411	55128587F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHX5411	55128325F	02/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHY8998	55127893F	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIC4582	55127138F	18/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MID8040	55129119F	12/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MII4510	55128403F	02/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MII4510	55128292F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MII4510	55128458F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MII4510	55128549F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MII4510	55128939F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIJ1336	55129003F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIM8617	55129811F	20/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIM8762	54111089N	29/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MIO2390	55129290F	15/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIO2390	55129243F	15/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIQ6388	55128905F	08/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJA7691	55129045F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJE8772	54107910N	10/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MJH7345	55129153F	12/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJJ4045	55129007F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJM2684	55128771F	06/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJM6564	55127867F	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJN6081	55129192F	13/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJO8389	55865830E	16/02/2016	55415	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJS9438	55129723F	19/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJV3762	55129037F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJV8956	55126982F	15/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJW8474	55860948E	06/02/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJW9676	55130195F	25/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKG5560	55130276F	25/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKL8217	55127036F	15/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKM9049	55129182F	13/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKS5041	55129175F	13/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKS6932	55128994F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKT8833	55129030F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKU4787	55127906F	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKV5184	54109882N	25/02/2016	50020	257 8\$	127.69
MKW0802	55129235F	15/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKW0802	55129096F	12/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKW2502	55128543F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69



MKY0064	55128517F	03/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MKZ4909	55128916F	10/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MKZ6560	55129186F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLB3185	55867736E	18/01/2016	55090	181 * XIII		85.13
MLB4433	55128050F	29/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLD6629	55129201F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLE1852	54112893N	04/03/2016	50020	257 8\$		127.69
MLG1105	55128952F	10/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLG7384	55129010F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLM2923	55129297F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLM2923	55129280F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLO1102	55129281F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLO1102	55129257F	15/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLO1772	55129382F	16/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLO5347	55127760F	26/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLO9382	55129052F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLS0289	55128885F	08/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLS6668	55130193F	25/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLV4078	55128760F	05/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MLW6360	55130141F	24/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MMC3140	55128658F	04/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MMD8592	55128400F	02/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MMD9475	55129377F	16/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MMD9475	55129199F	13/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MMJ8191	55863537E	04/02/2016	55415	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MMK8439	55127583F	23/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MML0659	55130266F	25/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MML2847	55128520F	03/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MML3028	55126386F	07/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MPZ2092	55127804F	26/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MWA0095	55129782F	20/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
OKE6861	55860946E	04/02/2016	55415	181*XVII c/	Lei13146	127.69
QHF2975	55129031F	11/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
QHF9964	55126630F	11/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
QHJ9515	55129081F	12/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
QHN5957	55127911F	27/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
QHO1626	55129715F	19/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
QHO1626	55129866F	22/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
QHO1626	55130102F	24/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
QHO1626	55129697F	19/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
QHO7941	55124141F	09/12/2015	55412	181 * XVII		53.20
QHQ0545	55127909F	27/01/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
QHS7563	54112189N	01/03/2016	50020	257 8\$		127.69
QJC1201	55128548F	03/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 819/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 819/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABW6994	8745498841	14/02/2016	74550	218 * I	85.13
ABX5875	8745497073	04/02/2016	74550	218 * I	85.13
ACV2646	8745496286	03/02/2016	74630	218 * II	127.69
ADX1966	8745497498	06/02/2016	74630	218 * II	127.69
AE33695	8745497592	05/02/2016	74550	218 * I	85.13
AEP7310	8745497631	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
AFG0266	8745500537	15/02/2016	56732	183	85.13
AFI5365	8745497405	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
AFS5029	8745497431	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
AFT2118	8745496305	05/02/2016	60503	208	191.54
AHU8029	54110952N	29/02/2016	50020	257 8\$	85.13
AHW4774	8745489109	13/01/2016	74550	218 * I	85.13
AIC2713	8745499569	14/02/2016	74550	218 * I	85.13
AI17882	8745495599	03/02/2016	74550	218 * I	85.13
AIP9314	8745499846	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
AJS8872	8745497697	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
AKJ3733	8745496840	05/02/2016	74550	218 * I	85.13
AKK1371	8745497359	04/02/2016	74550	218 * I	85.13
AKK6148	8745496477	05/02/2016	60503	208	191.54
ALS2286	8745504102	28/02/2016	74550	218 * I	85.13
ALZ6567	8745497216	03/02/2016	74550	218 * I	85.13
AMD5841	8745499217	11/02/2016	74550	218 * I	85.13
AMQ9086	8745498164	12/02/2016	56732	183	85.13
AMT2891	8745499661	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
AND2982	8745498076	12/02/2016	74630	218 * II	127.69
AOF8936	8745497729	04/02/2016	74550	218 * I	85.13
AOH7263	8745498244	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
AOO7351	8745498327	12/02/2016	60503	208	191.54
APA0426	8745496174	02/02/2016	74550	218 * I	85.13
APA9887	8745498622	13/02/2016	56732	183	85.13
APK1900	8745498316	11/02/2016	56732	183	85.13
APQ3754	8745494937	30/01/2016	74550	218 * I	85.13
APU2909	8745481016	27/12/2015	74550	218 * I	85.13
APU2909	8745481326	27/12/2015	74550	218 * I	85.13
APU4106	8745495780	04/02/2016	60503	208	191.54
AQA5492	8745497456	01/02/2016	74550	218 * I	85.13
AQA5492	8745496704	01/02/2016	74630	218 * II	127.69
AQC9461	8745498532	09/02/2016	56732	183	85.13
ASF8925	8745491339	22/01/2016	74550	218 * I	85.13
ASH9350	8745495190	25/01/2016	74550	218 * I	85.13
ASP9713	8745492034	24/01/2016	74550	218 * I	85.13
ATD2962	8745498522	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
ATF1202	8745493274	23/01/2016	74630	218 * II	127.69
ATV9567	8745498666	08/02/2016	74550	218 * I	85.13



AUV4166	8745499511	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
AUX5902	8745493639	30/01/2016	56732	183			85.13
AVH3661	8745499714	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
AVK1479	8745491236	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
AVK1479	8745491420	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
AVM8088	8745493664	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
AWJ2169	8745499109	13/02/2016	74710	218	*	III	574.61
AWK5872	8745496972	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
AYL6982	8745497859	09/02/2016	60503	208			191.54
AYR1063	8745485601	01/01/2016	74550	218	*	I	85.13
AYS6811	8745468787	20/11/2015	74550	218	*	I	85.13
AZD8036	8745486831	05/01/2016	56732	183			85.13
BJT3275	8745493353	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
BNW6462	8745499098	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
BOC5370	8745497984	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
BTJ2779	8745496808	04/02/2016	74630	218	*	II	127.69
BXM8298	8745497894	13/02/2016	60503	208			191.54
BYO3754	8745498301	10/02/2016	56732	183			85.13
BZH6365	8745496881	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
BZN7166	8745499127	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
BZN7166	8745499812	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CEY1424	8745494734	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
CEZ0138	8745498830	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CFY8004	8745497757	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CHO6785	8745496368	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CHQ2866	8745497380	05/02/2016	74630	218	*	II	127.69
CHS4633	8745494243	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
CHY6794	8745498283	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CIJ0497	8745494238	29/01/2016	74630	218	*	II	127.69
CJM3543	8745475718	13/12/2015	74550	218	*	I	85.13
CMX2477	8745499015	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CMX2477	8745499454	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CNY5491	8745492317	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
CQX4748	8745499270	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CQY5422	54112013N	01/03/2016	50020	257	8\$		85.13
CRB5313	8745489125	14/01/2016	74550	218	*	I	85.13
CRB5313	8745489254	14/01/2016	74550	218	*	I	85.13
CRI6056	8745498925	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CRO1782	8745499019	11/02/2016	74630	218	*	II	127.69
CRO1782	8745496820	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CSK1135	8745494588	31/01/2016	74630	218	*	II	127.69
CVY5501	8745498064	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CWY9930	8745497323	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CXY4795	8745498363	14/02/2016	56732	183			85.13
CYB0248	8745502059	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CYX1606	8745498946	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CZY9006	8745498770	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DBW2637	8745496256	05/02/2016	56732	183			85.13
DDA4305	8745496928	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
DEL9886	8745494040	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DIC6677	8745498759	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DIR4472	8745496702	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DLG1676	8745475763	10/12/2015	56732	183			85.13
DMI2023	8745496360	05/02/2016	60503	208			191.54
DUG1721	8745493665	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DVI3322	8745499824	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DWB9217	8745495956	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DXF8385	8745475113	06/12/2015	74550	218	*	I	85.13
DXT2220	8745499969	12/02/2016	74710	218	*	III	574.61
DYB4762	8745496884	06/02/2016	74630	218	*	II	127.69
DYW0467	8745499834	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
EAK1043	8745497768	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EAK1043	8745498361	14/02/2016	60503	208			191.54

EFB7605	8745498112	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EFR1261	8745499417	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EFW4439	8745498893	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
EID3163	8745495974	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EID3163	8745493562	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
EID3163	8745493600	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
EJQ0718	8745499124	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EJS2386	8745497873	10/02/2016	60503	208			191.54
EJU6062	8745496658	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EKO6518	8745497500	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EMV7001	8745496689	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EPI7453	8745495645	06/02/2016	74630	218	*	II	127.69
EPR1575	8745494946	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
EPR4922	8745499423	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ERL6380	8745497547	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ETT0135	8745497952	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EUX7205	8745492229	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
EYS8141	8745497844	09/02/2016	60503	208			191.54
EZS8073	8745498619	12/02/2016	56732	183			85.13
FCB7573	8745492445	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
FHY4077	8745498779	12/02/2016	60503	208			191.54
FHY4077	8745500021	14/02/2016	74630	218	*	II	127.69
FQA9573	8745492343	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
GPQ3434	8745496318	06/02/2016	56732	183			85.13
GRZ6176	8745499660	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
GRZ6176	8745499665	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
GRZ6176	8745497549	06/02/2016	74630	218	*	II	127.69
GRZ6176	8745497539	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
GWH6950	8745498715	09/02/2016	60503	208			191.54
GXU8167	8745498692	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
GXU8167	8745498435	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
GXU8167	8745498440	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
GZE7876	8745498853	08/02/2016	60503	208			191.54
HBM4266	8745496632	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
HBZ1037	8745497691	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
HCY8785	8745496993	07/02/2016	74710	218	*	III	574.61
HFR6358	8745496295	04/02/2016	60503	208			191.54
HJJ0146	8745497516	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
HJK2542	8745499001	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
HMW5683	8745494393	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
HRJ2074	8745487117	07/01/2016	74550	218	*	I	85.13
HSF8084	8745472414	28/11/2015	74630	218	*	II	127.69
IBJ7096	8745497822	08/02/2016	60503	208			191.54
IBV4355	8745496708	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ICD0641	8745488696	09/01/2016	74550	218	*	I	85.13
ICR4231	8745498826	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IEH5452	8745498863	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IEH5452	8745499654	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IFQ4894	8745496158	07/02/2016	60503	208			191.54
IFQ4894	8745495852	07/02/2016	60503	208			191.54
IGI5748	8745496421	02/02/2016	60503	208			191.54
IHE1742	8745499062	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IHE1742	8745496830	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IJJ6626	8745499547	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IKC2936	8745496785	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IKT4094	8745495830	07/02/2016	60503	208			191.54
IKW4053	8745481024	27/12/2015	74550	218	*	I	85.13
ILJ4764	8745496845	05/02/2016	74630	218	*	II	127.69
ILQ8290	8745501145	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ILT7170	54108687N	22/02/2016	50020	257	8S		85.13
IMF5873	8745497661	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IMT4913	8745493444	31/01/2016	60503	208			191.54
IMT7588	8745486528	02/01/2016	74550	218	*	I	85.13

IMU4724	8745491927	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
INH5473	8745497457	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
INP3543	8745496455	04/02/2016	60503	208			191.54
IOI3007	8745498451	12/02/2016	60503	208			191.54
IOY5104	8745496885	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IPQ1651	8745496456	04/02/2016	60503	208			191.54
IQX6248	8745485245	01/01/2016	74550	218	*	I	85.13
IRA7127	8745498557	10/02/2016	60503	208			191.54
ITA1225	8745497501	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ITO5290	8745502717	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ITT7245	8745494117	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
IUA1726	8745497169	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IUD0268	8745493458	29/01/2016	56732	183			85.13
IUO6851	8745492674	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
IUT3551	8745496314	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IVJ3628	8745493006	24/01/2016	74630	218	*	II	127.69
IVN2479	8745496863	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IVO2342	8745462421	02/11/2015	74550	218	*	I	85.13
IVZ7092	8745484231	03/01/2016	74550	218	*	I	85.13
IVZ9408	8745498745	11/02/2016	60503	208			191.54
IWK4801	8745501123	17/02/2016	60503	208			191.54
IWS3377	8745493695	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
IZI9898	8745492076	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
JFF2055	8745499641	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
JGF6559	8745496599	04/02/2016	74630	218	*	II	127.69
JGL0403	8745499585	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
JGL9978	8745498286	13/02/2016	74630	218	*	II	127.69
JND7893	8745497304	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
JQW1142	8745496409	02/02/2016	56732	183			85.13
JSR7153	8745497441	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
JUO5937	8745499777	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
JWW6433	8745500204	21/02/2016	60503	208			191.54
JWW6433	8745501259	21/02/2016	60503	208			191.54
KAU6676	8745496726	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
KBV0192	8745499948	12/02/2016	74630	218	*	II	127.69
KIP3646	8745478409	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
KJK3201	8745489764	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
KLF4455	8745487048	04/01/2016	74550	218	*	I	85.13
KLK4744	8745499933	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LBX7430	8745499970	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LND0069	8745498643	13/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LNE7029	8745486662	31/12/2015	74550	218	*	I	85.13
LON5877	8745499367	13/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LUG0933	8745498454	12/02/2016	56732	183			85.13
LWW5722	8745497243	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LWX3635	8745496025	03/02/2016	60503	208			191.54
LXA9097	8745495886	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXE7600	8745497397	06/02/2016	74710	218	*	III	574.61
LXE7600	8745497799	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXF7746	8745500009	13/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LXG1399	8745498825	14/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LXI1872	8745500040	14/02/2016	60503	208			191.54
LXJ4977	8745495292	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LXJ8809	8745496595	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXK7170	8745499626	11/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LXQ3485	8745499982	12/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LXQ3485	8745498478	02/02/2016	60503	208			191.54
LXR4142	8745498222	10/02/2016	60503	208			191.54
LXR4142	8745497632	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXR4142	8745497573	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXR4142	8745497252	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXR4142	8745496645	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXR4142	8745499287	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13

LXU3544	8745496664	07/02/2016	56732	183		85.13
LXV5476	8745491632	19/01/2016	74550	218	* I	85.13
LXW3537	8745499190	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
LXW8206	8745495182	31/01/2016	74550	218	* I	85.13
LYB3717	8745497667	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
LYP9513	8745497633	07/02/2016	74630	218	* II	127.69
LYT0351	8745490162	16/01/2016	74550	218	* I	85.13
LYU2579	8745500855	18/02/2016	56732	183		85.13
LYV1163	8745498449	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
LYV1163	8745493913	31/01/2016	74630	218	* II	127.69
LYY8425	8745498781	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZA1396	8745497836	09/02/2016	60503	208		191.54
LZB2598	8745499606	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZC7376	8745497214	03/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZE2926	8745499416	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZF1958	8745498657	08/02/2016	56732	183		85.13
LZI3090	8745497575	02/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZI6136	8745499179	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZJ3489	8745497399	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZM3321	8745460565	26/10/2015	74550	218	* I	85.13
LZO4512	8745498432	14/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZR0522	8745499283	14/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZR2890	8745498521	08/02/2016	60503	208		191.54
LZV7420	8745496478	05/02/2016	60503	208		191.54
LZW4505	8745495787	05/02/2016	60503	208		191.54
LZZ2806	8745496418	02/02/2016	60503	208		191.54
MAA2462	8745498127	14/02/2016	60503	208		191.54
MAA2462	8745498192	14/02/2016	60503	208		191.54
MAA2462	8745497391	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAA2462	8745499648	13/02/2016	74710	218	* III	574.61
MAA2462	8745499651	13/02/2016	74710	218	* III	574.61
MAA2462	8745499652	13/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAA8115	8745496534	07/02/2016	56732	183		85.13
MAB0554	8745493859	30/01/2016	56732	183		85.13
MAB7785	8745496857	05/02/2016	74630	218	* II	127.69
MAD4432	8745498750	11/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAF2396	8745497117	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAL6031	8745499134	14/02/2016	74630	218	* II	127.69
MAM5924	8745483799	31/12/2015	56732	183		85.13
MAN5322	8745499394	14/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAN5322	8745499738	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAO4235	8745497470	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAP8529	8745497502	06/02/2016	74630	218	* II	127.69
MAT6430	8745498615	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAV0627	8745499653	13/02/2016	74630	218	* II	127.69
MAV3644	8745489698	17/01/2016	74550	218	* I	85.13
MAW6012	8745499476	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAX8967	8745499528	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
MBC6451	8745499111	14/02/2016	74630	218	* II	127.69
MBC6451	8745501741	21/02/2016	60503	208		191.54
MBC7256	8745495100	27/01/2016	74550	218	* I	85.13
MBC9843	8745485600	01/01/2016	74550	218	* I	85.13
MBD3925	8745498775	12/02/2016	56732	183		85.13
MBD8681	8745497254	05/02/2016	74630	218	* II	127.69
MBD8681	8745497135	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MBD8681	8745499034	11/02/2016	60503	208		191.54
MBF2936	8745481268	26/12/2015	74550	218	* I	85.13
MBG8964	8745498686	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
MBJ8059	8745497832	08/02/2016	56732	183		85.13
MBL5752	8745499927	13/02/2016	74630	218	* II	127.69
MBQ0386	8745492028	24/01/2016	74550	218	* I	85.13
MBR1932	8745499210	11/02/2016	74550	218	* I	85.13
MBR4966	8745502026	18/02/2016	74550	218	* I	85.13



MBR9383	8745498761	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBS8294	8745496584	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBT2378	8745485950	29/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MBT8107	8745499474	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBT8736	8745494391	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCF0377	8745499850	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCK4646	8745491737	23/01/2016	60503	208			191.54
MCL6464	8745490127	15/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MCM2330	8745494746	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCQ3323	8745499413	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCQ3323	8745499239	12/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MCQ3978	8745498954	10/02/2016	60503	208			191.54
MCR0052	8745499122	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCR3666	8745497053	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCR5571	8745499392	14/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MCS4641	8745499780	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCS4641	8745499923	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCS4641	8745497670	05/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MCU2141	8745499826	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCU7172	8745499635	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCU7346	8745497917	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCU7346	8745498072	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCU7346	8745498046	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCU7346	8745495972	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCU9251	8745498355	14/02/2016	60503	208			191.54
MCZ9074	8745501326	17/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MDB0170	8745499545	13/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MDB0170	8745499546	13/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MDB0170	8745499350	13/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MDB0170	8745498758	11/02/2016	60503	208			191.54
MDB2295	8745498895	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDB4558	8745498578	11/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MDG7897	8745499320	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDG8089	8745499085	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDG8089	8745497329	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDM0594	8745493582	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDN5796	8745499059	12/02/2016	60503	208			191.54
MDN7172	8745495412	28/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MDR7702	8745503134	26/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDS6526	8745498792	13/02/2016	60503	208			191.54
MDU9711	8745501504	16/02/2016	60503	208			191.54
MDY7062	8745495572	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDZ3341	8745498633	13/02/2016	60503	208			191.54
MEA3194	8745497477	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEC8064	8745500928	16/02/2016	60503	208			191.54
MED0718	8745498656	08/02/2016	60503	208			191.54
MEE2572	8745499187	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEG7998	8745482345	27/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MEH2087	8745499209	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEI1173	8745499907	13/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MEI2300	8745497641	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEI2972	8745498105	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEI2972	8745498086	13/02/2016	60503	208			191.54
MEJ3496	8745498952	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEK7054	8745498857	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEN8220	8745497079	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEO5561	8745496688	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MER0519	8745485630	01/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MET6919	8745497093	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEU7535	8745496806	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEW0642	8745497394	06/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MEX9422	8745499986	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEY5153	8745496396	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13

MEY7866	8745499549	13/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MEY9589	8745496831	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEZ3271	8745498908	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MEZ8921	8745493696	27/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFA1618	8745499028	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFA2271	8745493957	25/01/2016	60503	208			191.54
MFC1751	8745499819	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFC2019	8745498673	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFC7591	8745496932	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFC7591	8745496977	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFD5112	8745496481	06/02/2016	56732	183			85.13
MFE0769	8745498990	11/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFG1618	8745499578	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFK3787	8745496786	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFN8741	8745494902	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFO1175	8745497443	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFO1175	8745497803	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFO2525	8745494858	28/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MFO5487	8745496010	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFO6595	8745500008	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFQ9983	8745497521	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFR8315	8745497722	03/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFR8315	8745497689	06/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFR8315	8745499781	10/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MFR8315	8745499786	10/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MFR8315	8745499802	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFR8315	8745499779	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFU0196	8745498502	04/02/2016	56732	183			85.13
MFV8449	8745495987	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFV9967	8745489688	16/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MFY2975	8745496990	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFZ2099	8745496921	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFZ3059	8745488802	09/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MFZ6924	8745498540	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFZ6924	8745498534	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MGA7806	8745498544	09/02/2016	56732	183			85.13
MGB6452	8745499197	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGC2928	8745499818	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGC3491	8745497173	01/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MGC3987	8745498264	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGD2111	8745499805	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGE2781	8745496888	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGE4107	8745498972	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGF9398	8745499774	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGJ2128	8745498419	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGK7965	8745499827	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGK8094	8745481375	25/12/2015	60503	208			191.54
MGL9596	8745503738	24/02/2016	60503	208			191.54
MGP1209	54110953N	29/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MGP6673	8745494927	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGP9241	8745499886	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGR5669	8745498329	12/02/2016	56732	183			85.13
MGS9379	8745498255	14/02/2016	56732	183			85.13
MGU8071	8745497982	08/02/2016	56732	183			85.13
MGV0165	8745492342	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGV1231	8745498892	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGV1231	8745498905	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGV4281	8745499670	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGV9602	8745496079	01/02/2016	56732	183			85.13
MGW6061	8745498268	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGX0860	8745494412	28/01/2016	60503	208			191.54
MGY8108	8745498897	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGZ1803	8745499632	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13



MGZ4820	8745494167	25/01/2016	60503	208		191.54
MGZ5094	8745502706	22/02/2016	74550	218	* I	85.13
MGZ8161	8745499785	10/02/2016	74710	218	* III	574.61
MGZ8161	8745499383	13/02/2016	74710	218	* III	574.61
MGZ8161	8745498261	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MGZ8161	8745497266	05/02/2016	74710	218	* III	574.61
MGZ8161	8745494042	28/01/2016	60503	208		191.54
MGZ8161	8745494699	28/01/2016	74630	218	* II	127.69
MHB9095	8745496301	04/02/2016	60503	208		191.54
MHB9095	8745499875	13/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHB9963	8745495957	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHD2617	8745499519	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHD8184	8745499246	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHF8096	8745488849	06/01/2016	74550	218	* I	85.13
MHG3553	8745498855	08/02/2016	60503	208		191.54
MHG5633	54099435N	18/01/2016	50020	257	8S	85.13
MHI1342	8745496814	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHJ5078	8745498948	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHK6893	8745499552	13/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHK6893	8745499512	12/02/2016	74630	218	* II	127.69
MHK7141	8745496633	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHK7201	8745475223	30/11/2015	74550	218	* I	85.13
MHL5791	8745493888	26/01/2016	56732	183		85.13
MHL6071	8745500047	14/02/2016	60503	208		191.54
MHL6071	8745498821	14/02/2016	60503	208		191.54
MHL6071	8745498822	14/02/2016	60503	208		191.54
MHM2623	8745498494	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHN5616	8745498511	08/02/2016	60503	208		191.54
MHN8319	8745497818	08/02/2016	56732	183		85.13
MHN9093	8745500010	13/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHP7064	8745497634	07/02/2016	74630	218	* II	127.69
MHQ3496	8745503983	24/02/2016	60503	208		191.54
MHQ7036	8745497523	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHQ8368	8745499718	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHR9686	8745497490	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHS9356	8745497378	05/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHT2579	8745498455	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHT7290	8745498874	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHV2134	8745497730	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHV3685	8745496852	05/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHV4728	8745499740	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHW9605	8745475593	10/12/2015	74550	218	* I	85.13
MHY3461	8745497339	03/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHZ2447	8745498527	09/02/2016	60503	208		191.54
MIA4043	8745499921	14/02/2016	74550	218	* I	85.13
MIC0392	8745499188	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
MID5196	8745502253	21/02/2016	74630	218	* II	127.69
MIE1106	8745499843	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
MIF0349	8745498305	10/02/2016	56732	183		85.13
MIF3959	8745499443	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
MIG3694	8745497468	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
MIH1263	8745498918	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
MIH3693	8745496453	04/02/2016	60503	208		191.54
MIH3962	8745496539	01/02/2016	74550	218	* I	85.13
MIH3962	8745496398	01/02/2016	56732	183		85.13
MIH3962	8745496684	07/02/2016	60503	208		191.54
MIH3962	8745498614	12/02/2016	56732	183		85.13
MIH3962	8745498538	09/02/2016	56732	183		85.13
MIH3962	8745498542	09/02/2016	74630	218	* II	127.69
MIH6631	8745497358	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
MIH9367	8745497009	01/02/2016	74550	218	* I	85.13
MIH9367	8745499459	10/02/2016	74630	218	* II	127.69
MIJ2679	8745500863	19/02/2016	60503	208		191.54

MIL3155	8745496731	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIL9568	8745487580	08/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIM1547	8745499597	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIM5012	8745497298	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIN9157	8745499728	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIP0208	8745496777	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIP1875	8745498214	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIP5638	54088320N	17/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MIQ0933	8745496185	04/02/2016	60503	208			191.54
MIQ9806	8745494400	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIR0224	8745498018	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIR9111	8745495416	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIS1195	8745499004	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIS3473	8745500014	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIS5863	8745485471	29/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIT9015	8745498183	13/02/2016	60503	208			191.54
MIV6026	8745499859	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIV9879	8745497327	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIW4317	8745498765	12/02/2016	56732	183			85.13
MIX2744	8745494584	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIX8025	8745499830	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIY1829	8745488360	07/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIY7649	8745498688	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJA4352	8745499722	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJA6549	8745496576	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJA7658	8745498995	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJB0270	8745500023	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJB4014	8745487124	07/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJC8828	8745498921	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJD2605	8745498799	13/02/2016	60503	208			191.54
MJD2605	8745498650	13/02/2016	60503	208			191.54
MJE4939	8745499038	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJG5699	8745499052	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJJ5715	8745499178	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJJ7151	8745478879	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJL1338	8745498881	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJL4540	8745498732	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJL7379	8745498824	14/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MJN6116	8745493380	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJP3253	8745498575	11/02/2016	60503	208			191.54
MJP8030	8745499671	10/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MJP9424	8745487109	07/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MJP9424	8745487138	08/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJP9424	8745498095	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJP9424	8745494664	27/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJQ2089	8745502729	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJR2064	8745496536	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJS9672	8745499465	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJV6472	8745495828	07/02/2016	60503	208			191.54
MJW5560	8745497184	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJX3452	8745499862	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJX7135	8745498788	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJY1020	8745495598	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJZ1471	8745486116	29/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKA2689	8745496666	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKA5528	8745492548	23/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MKA9566	8745498347	13/02/2016	56732	183			85.13
MKB5741	8745497724	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKC8461	8745499985	11/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MKD1670	8745498756	11/02/2016	60503	208			191.54
MKE9421	8745487039	04/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKF1512	8745496981	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKF3326	8745478028	08/12/2015	74550	218	*	I	85.13

MKF7260	8745499044	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKG1068	8745496685	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKG9680	8745498837	14/02/2016	56732	183			85.13
MKH3340	8745496439	03/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKH3502	8745496143	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKH5628	8745498292	10/02/2016	56732	183			85.13
MKH8618	8745476234	13/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKJ5035	8745487579	08/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKK2854	8745499724	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKL7554	8745494773	25/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MKL8217	8745495641	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKM8211	8745499128	14/02/2016	60503	208			191.54
MKM8211	8745498200	14/02/2016	60503	208			191.54
MKO6261	8745496544	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKP0025	8745493448	31/01/2016	60503	208			191.54
MKP3721	8745499232	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKP9854	8745499999	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKQ8380	8745498339	13/02/2016	56732	183			85.13
MKR3419	8745498699	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKR7802	8745497542	04/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKS2568	8745475560	09/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKS3907	8745497750	06/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKU6422	8745496137	05/02/2016	56732	183			85.13
MKU7576	8745497953	14/02/2016	56732	183			85.13
MKX3317	8745497971	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKX8016	8745496675	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKX8345	8745488452	04/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKY2438	8745499448	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKZ1792	8745496442	03/02/2016	60503	208			191.54
MKZ3489	8745497871	10/02/2016	60503	208			191.54
MLA3901	8745497753	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLB4449	8745499104	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLB5485	8745498992	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLB6434	8745499705	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLC7292	8745496505	06/02/2016	56732	183			85.13
MLD4519	8745498422	13/02/2016	56732	183			85.13
MLG0134	8745499033	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLG0134	8745499012	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLG8416	8745502668	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLG8828	8745496835	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLG8833	8745495738	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLH9779	8745501475	15/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MLJ3908	8745499385	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLL1856	8745497678	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLM8164	8745498978	10/02/2016	60503	208			191.54
MLN3517	8745496618	05/02/2016	60503	208			191.54
MLO1164	54099308N	18/01/2016	50020	257	8\$		85.13
MLP1343	8745496866	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLP1481	8745498784	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLR1500	8745497315	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLR5600	8745491571	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLS6545	8745500003	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLT3227	8745498628	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLT5062	8745461654	27/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MLU3013	8745496792	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLV0832	8745499449	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLW3555	54110745N	29/02/2016	50020	257	8\$		127.69
MLW6929	8745504784	27/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLX8993	8745497895	13/02/2016	56732	183			85.13
MLY1607	8745498472	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLZ1157	8745499542	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMA1686	8745497945	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMA1686	8745498082	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13

MMA3646	8745502680	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMA9145	8745496046	05/02/2016	56732	183			85.13
MMC0829	8745499046	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMC2350	8745498367	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMD1258	8745497533	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMD3100	8745498678	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMF6192	8745498539	09/02/2016	60503	208			191.54
MMH2755	8745498790	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMH6292	8745487554	07/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MMK5444	8745498281	13/02/2016	60503	208			191.54
MMK6623	8745496422	02/02/2016	60503	208			191.54
MML2847	8745498250	14/02/2016	60503	208			191.54
MML2847	8745498126	14/02/2016	60503	208			191.54
MML4929	8745500894	21/02/2016	56732	183			85.13
MMM1814	8745499655	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMM3848	8745498239	12/02/2016	60503	208			191.54
MMM4737	54088426N	17/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MMM6488	54110124N	25/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MSR9691	8745502082	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MST6460	8745496080	01/02/2016	60503	208			191.54
MUE5421	8745497611	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MUO8203	8745498100	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
NDD6822	8745496906	06/02/2016	74710	218	*	III	574.61
NEE1899	8745491657	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
NJF6352	8745487737	07/01/2016	74550	218	*	I	85.13
NKA3650	8745490342	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
NKX3625	8745495043	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
NMZ2788	8745498840	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
NTX6216	8745497186	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
OBE1000	8745489703	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
OBL4846	8745498267	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
OBL4846	8745496177	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
OBS7280	8745499223	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
OKE4650	8745498387	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
OKE4650	8745497002	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
OKE6901	8745498671	08/02/2016	60503	208			191.54
OKH0835	8745496647	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
OKH3085	8745496874	06/02/2016	60503	208			191.54
OKH7375	8745498780	12/02/2016	60503	208			191.54
OKH7375	8745498406	12/02/2016	60503	208			191.54
OKH7842	8745498489	03/02/2016	60503	208			191.54
OKH9150	8745498482	03/02/2016	56732	183			85.13
OVE4689	8745499428	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
PEF9039	8745496978	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QBC3807	8745497020	02/02/2016	74630	218	*	II	127.69
QBC3807	8745495577	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHA2104	8745498293	10/02/2016	56732	183			85.13
QHA6410	8745497958	14/02/2016	60503	208			191.54
QHA6410	8745498659	08/02/2016	60503	208			191.54
QHA6410	8745498748	11/02/2016	60503	208			191.54
QHA6410	8745496662	07/02/2016	60503	208			191.54
QHA6410	8745499249	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHA9483	54099403N	18/01/2016	50020	257	8\$		85.13
QHC2290	8745487160	09/01/2016	74630	218	*	II	127.69
QHD9834	8745497827	08/02/2016	56732	183			85.13
QHE3597	8745496999	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHE5654	8745498467	14/02/2016	60503	208			191.54
QHE5654	8745498118	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHF2139	8745496799	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHF4364	8745493698	27/01/2016	60503	208			191.54
QHF9261	8745497199	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHF9261	8745497172	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHG1803	8745499938	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13

QHG4393	8745502077	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHG6313	8745489300	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHI8918	8745496291	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHI9851	8745487655	04/01/2016	60503	208			191.54
QHN7253	8745496028	03/02/2016	60503	208			191.54
QHU1941	8745494339	25/01/2016	60503	208			191.54
QHU1941	8745499292	10/02/2016	74630	218	*	II	127.69
QHU3980	8745495228	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHX3280	8745497179	01/02/2016	74630	218	*	II	127.69
QIA0250	8745500326	21/02/2016	56732	183			85.13
QIQ3790	8745496298	04/02/2016	60503	208			191.54
QIR3800	8745504062	27/02/2016	60503	208			191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2282/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2282/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMC6112	55959995E	24/03/2016	65561	230 * I
BOM5281	55503849F	12/04/2016	69120	232
DDI4030	55072227F	11/03/2016	50100	162 * I
DGA0696	54357599F	05/04/2016	75790	277
DRY8349	55503424F	16/03/2016	69120	232
HPJ8446	55072030F	14/04/2016	69120	232
HPJ8446	55072169F	14/04/2016	50450	162 * V
HPJ8446	55072188F	14/04/2016	65992	230 * V
HPJ8446	55072031F	14/04/2016	66372	230 * IX



HRT2082	55074287F	18/03/2016	73400	252	*	IV
IGB3018	55074982F	22/03/2016	50100	162	*	I
IMA3471	55504623F	13/04/2016	65992	230	*	V
IMA3471	55504622F	13/04/2016	50100	162	*	I
INI6872	55959976E	22/03/2016	66610	230	*	XII
INI6872	55959975E	22/03/2016	50100	162	*	I
LXL8307	55504661F	16/04/2016	69120	232		
LYN1676	55503413F	16/03/2016	65561	230	*	I
LYW8167	55503216F	08/04/2016	69120	232		
LZC4640	55504155F	28/03/2016	65992	230	*	V
LZC4640	55504154F	28/03/2016	50450	162	*	V
LZJ1394	55503412F	16/03/2016	50100	162	*	I
LZT5769	55959989E	24/03/2016	50100	162	*	I
MBF3516	55503660F	15/04/2016	69120	232		
MBI5445	55502887F	14/04/2016	50450	162	*	V
MBI5445	55502886F	14/04/2016	65992	230	*	V
MBJ5970	55503537F	13/04/2016	65992	230	*	V
MBV7515	55503020F	27/03/2016	50100	162	*	I
MCT6627	55075298F	13/04/2016	69120	232		
MCT7670	55073924F	26/03/2016	50100	162	*	I
MCT7670	55073927F	26/03/2016	65992	230	*	V
MCX0204	54616765F	16/04/2016	50100	162	*	I
MCX0204	54616764F	16/04/2016	65992	230	*	V
MDF6093	55502911F	25/03/2016	65561	230	*	I
MDF6093	55502910F	25/03/2016	66102	230	*	VII
MDF6093	55502909F	25/03/2016	65992	230	*	V
MDF6093	55502908F	25/03/2016	50100	162	*	I
MDJ6961	55504166F	29/03/2016	50100	162	*	I
MEY2785	55503427F	29/03/2016	50100	162	*	I
MEY2785	55503429F	29/03/2016	50610	163	c/c	162 * I
MFV1341	55504175F	29/03/2016	50100	162	*	I
MFV8527	55504275F	29/03/2016	65992	230	*	V
MGQ3232	55502884F	10/04/2016	50100	162	*	I
MGS8672	55503532F	12/04/2016	52741	175		
MGS8672	55503534F	12/04/2016	65992	230	*	V
MGX1254	55503543F	13/04/2016	66372	230	*	IX
MHO1705	55075738F	23/03/2016	50100	162	*	I
MHQ0316	54617133F	16/03/2016	69120	232		
MHT5260	55502375F	14/04/2016	65992	230	*	V
MHT5260	55502376F	14/04/2016	50100	162	*	I
MIR4776	54263999F	01/04/2016	52741	175		
MKR9852	55503548F	16/04/2016	52741	175		
MKS5343	55568090E	13/03/2016	51691	165		
MKW6960	55075636F	21/03/2016	65992	230	*	V
MLU2556	55503842F	12/04/2016	65992	230	*	V
OKG8646	55503606F	17/03/2016	65992	230	*	V
OKG8646	55503608F	17/03/2016	69120	232		
OKG8646	55503609F	17/03/2016	69710	238		
QHE7435	54357034F	08/04/2016	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.



RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADA REGIONAL - 12º DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2283/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2283/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGN9041	55502211F	17/03/2016	54010	181 * III
ALO8786	55073938F	17/04/2016	51930	168
ALP9462	55075563F	09/03/2016	61220	214 * I
DDT2033	55075729F	18/03/2016	73662	252 * VI
IOP5823	55502858F	04/03/2016	58191	193
IUD1824	55503357F	08/04/2016	54521	181 * VIII
LXR4142	55074285F	15/03/2016	54281	181 * V
MBF3516	55503661F	15/04/2016	58350	195
MCP2201	54616759F	12/04/2016	73662	252 * VI
MDY4713	55074943F	08/03/2016	55413	181*XVII c/ Lei13146
MGG1146	54075349F	29/03/2016	51851	167
MGS8672	55503530F	12/04/2016	60760	210
MGS8672	55503531F	12/04/2016	58350	195
MHQ0231	55502857F	04/03/2016	60501	208
MHT0563	55502854F	29/02/2016	58191	193
MJT9177	55502628F	08/03/2016	60501	208
MKL9472	55075342F	09/03/2016	54600	181 * IX
MKR9852	55503549F	16/04/2016	52070	169
MKR9852	55503547F	16/04/2016	58350	195
MKR9852	55503550F	16/04/2016	52152	170
MKR9852	55503545F	16/04/2016	51851	167
MKR9852	55503546F	16/04/2016	51852	167
MKR9852	55503544F	16/04/2016	52311	172
OKG8646	55503607F	17/03/2016	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8655 1773/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1773/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHE0212 55858825E 21/03/2016 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADA REGIONAL 12; DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8655 1774/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1774/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABK0305	55131413F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ABK0305	55131440F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ACB1888	55132155F	15/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ADI7779	55134457F	07/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIZ2115	55132067F	14/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AJE6185	55134081F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKY8622	55134170F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ALG2729	55134012F	02/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AMO6888	55131915F	12/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AMR2263	55134229F	05/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ANK8904	55131782F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ANL4072	55131771F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ANO7444	55134138F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AOA1483	55133085F	23/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AOL6128	55134635F	08/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AQB1667	55131859F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AQK1184	55134256F	05/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASL8948	55134128F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ATL0708	55134216F	05/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ATM7686	55865856E	25/02/2016	73662	252 * VI
ATW6339	55134239F	05/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AUS9492	55134060F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AVL1867	55131768F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AWZ9381	55131430F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AWZ9381	55131361F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AWZ9381	55131391F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BHS1610	55132175F	15/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BOV4601	55132040F	14/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BRJ9216	55133946F	01/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CDM2908	55134026F	02/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CSB5404	55134257F	05/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CWV4667	55865821E	21/03/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146
DAS2150	55131622F	10/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DDW8379	55134091F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DGL0283	55860131E	22/03/2016	58350	195
DHS5899	55132203F	15/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DLA2089	55134050F	02/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DMP5827	55134397F	06/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DNB2124	55868200E	13/04/2016	55500	181 * XVIII
DXT5808	55134133F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DYB8225	55131699F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DYB8225	55131729F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DYB8225	55131756F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
EAX2625	55133957F	01/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ECT7762	54117687N	22/03/2016	50020	257 8\$
EEL5992	55131005F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
EGT0976	55134019F	02/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
EMC2010	55131439F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
EUD8068	55131500F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
EVT9219	55131998F	14/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
EZC1198	55131854F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
FWQ7874	55131965F	14/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
HFR6358	55134287F	05/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
HGE6633	55131911F	12/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
HQU6247	55131929F	12/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
HUA3355	55134177F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IYY3688	55860126E	22/03/2016	58350	195

IKD9010	55132162F	15/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ILP0991	55133775F	31/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ILP0991	55133843F	31/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ILW3414	55132114F	15/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
INX9106	55132026F	14/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IOI2031	55134228F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IRF9656	55134099F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IRK2007	55131966F	14/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IVM0767	55131554F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IVP5271	55131968F	14/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JMQ2853	55134196F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JOM3724	55131358F	08/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KCD2336	55133782F	31/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LOY5950	55131614F	10/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXK7170	55134308F	06/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXR4142	55131355F	08/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXR4142	55131642F	10/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYL9793	55131575F	10/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYP8191	55868183E	08/04/2016	54522	181 * VIII		
LYU2579	55134192F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYV9785	55132106F	15/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZH4096	55134414F	07/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZT7422	55134269F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAC1829	55134063F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBF9525	55131852F	11/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBH6568	55134077F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBM0977	55861140E	13/04/2016	54521	181 * VIII		
MBM5679	55131877F	12/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBR6818	55134147F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBS5968	55133979F	01/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBT1435	55131345F	08/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBT1435	55134146F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBV6834	55134172F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCD1930	55860176E	28/03/2016	54521	181 * VIII		
MCF6701	55861067E	23/03/2016	55680	181 * XIX		
MCU5639	55134265F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCV3908	55134083F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCV3908	55134109F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCV3908	55133991F	02/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDV0540	55131767F	11/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDY1215	55131551F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEE2572	55134101F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEK4700	55130924F	03/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MET2291	55860128E	22/03/2016	58350	195		
MEU9164	55131507F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEY4516	55134195F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEZ1071	55133955F	01/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFK7117	55134207F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFL7901	55134258F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFQ4060	55134283F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFS0166	55131883F	12/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFS0166	55131933F	12/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFU6204	55131324F	08/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGA2927	55130928F	03/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGE6199	55131264F	07/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ5559	55131847F	11/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ5559	55131779F	11/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGK8094	55131760F	11/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGN6284	55132212F	15/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGP3366	55134208F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGR7357	55134029F	02/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGV1622	55861053E	22/03/2016	55680	181 * XIX		
MGW6986	55134250F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MHC6305	55131946F	12/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHE0212	55858824E	21/03/2016	55416	181*VII c/	Lei13146
MHE0267	55131790F	11/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHE1745	55134262F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHE1745	55134214F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHE1745	55134236F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHG7005	55131470F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHH0646	55132099F	15/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHH0983	55134125F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHN4876	55868180E	08/04/2016	54790	181 * X	
MHT2083	55131726F	11/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHY8998	54117096N	18/03/2016	50020	257 8\$	
MHZ2319	55134076F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHZ2382	55134014F	02/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHZ5811	55131237F	07/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIC5003	55131476F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MID2132	55131983F	14/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MID2335	55131666F	10/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIE9383	55134022F	02/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIG6694	55131532F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIH1664	55131999F	14/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIL1280	55134263F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIW7611	55134286F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIY7362	55861041E	08/04/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MJA6744	55134285F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJA8757	55131433F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJA8757	55131799F	11/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJD0729	55131367F	08/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJD1839	55131545F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJH8872	55131951F	12/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJN3869	55131676F	10/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJN6922	55860987E	08/03/2016	54600	181 * IX	
MJO7080	55134191F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJQ0776	55131952F	12/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJQ3717	55868158E	12/04/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MJW2059	55134555F	08/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJX3980	55134356F	06/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJX7135	55134071F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJX7256	55131455F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJY4992	55134112F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKA6549	55865863E	02/03/2016	61220	214 * I	
MKG2604	55131628F	10/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKG4657	55134095F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKG7747	54126839N	19/04/2016	50020	257 8\$	
MKH5661	55131658F	10/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKK9124	55134677F	09/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKM6695	55131708F	11/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKM7899	55131432F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKP8098	55134282F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKQ3736	55134171F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKQ7978	55134131F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKT8833	55134132F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKW0666	55131505F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKW6960	55131808F	11/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKZ3895	55131930F	12/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKZ7996	55134174F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLB1458	55131956F	12/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLC0323	55134267F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLI2630	55132008F	14/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLJ2987	55131481F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLN3468	55132172F	15/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLO1888	55131844F	11/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLO5347	55131398F	08/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146



MLQ0104	55134159F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLQ6169	55131701F	11/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLR7671	55134231F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLT9390	55131988F	14/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLU6774	55868186E	09/04/2016	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MMB8173	55131577F	10/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMC0281	55131855F	11/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMC7239	55131630F	10/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMH1625	55134253F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMH1785	55131891F	12/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMH6932	55134670F	09/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMI2401	54118302N	28/03/2016	50020	257 8\$	
MMJ5872	55134052F	02/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMJ8008	55131635F	10/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MML2505	55134264F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMM4228	55134218F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
NHQ3932	55134224F	05/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
OMI0848	55133646F	30/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
OYT1523	55131938F	12/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHB2311	55134161F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHB4253	55132083F	14/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHF9989	55858813E	18/03/2016	55416	181*XVII	c/ Lei13146
QHG4354	55134588F	08/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHH8248	55134674F	09/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHI2044	55131348F	08/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHK9296	55131603F	10/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHO8944	55868160E	12/04/2016	55415	181*XVII	c/ Lei13146
QIB7010	55134152F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 818/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 818/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-



FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AAU8541	8745516856	04/04/2016	74630	218 * II
AAU8541	8745517244	04/04/2016	74550	218 * I
ABM9631	8745510507	27/03/2016	56732	183
ABM9631	8745510673	27/03/2016	74550	218 * I
AIX4952	8745509559	12/03/2016	74550	218 * I
AJL8584	8745516972	09/04/2016	74550	218 * I
AJP2391	8745517570	07/04/2016	74550	218 * I
AKQ0718	8745509371	09/03/2016	74550	218 * I
AKS0051	8745515094	30/03/2016	74550	218 * I
AMG6178	8745509250	12/03/2016	74630	218 * II
AMO6888	8745509350	07/03/2016	74550	218 * I
ANP0297	8745517856	05/04/2016	74550	218 * I
AQX6514	8745515989	08/04/2016	60503	208
ARE5235	8745508951	12/03/2016	74550	218 * I
ARL1137	8745514661	31/03/2016	74550	218 * I
ARX7802	8745510004	17/03/2016	74550	218 * I
ASC0754	8745517280	07/04/2016	74550	218 * I
ASR4365	8745516704	07/04/2016	74630	218 * II
ASS0133	8745516145	08/04/2016	74550	218 * I
ASS0133	8745516164	09/04/2016	74550	218 * I
ASU5734	8745509716	11/03/2016	74550	218 * I
ATJ9976	8745508223	07/03/2016	60503	208
ATS5628	8745517751	05/04/2016	74550	218 * I
AUE6420	8745517635	06/04/2016	74550	218 * I
AUU6864	8745508458	10/03/2016	60503	208
AVQ6153	8745509981	16/03/2016	74550	218 * I
AVW0359	8745511829	16/03/2016	74550	218 * I
AXV2913	8745505601	04/03/2016	60503	208
AXZ5581	8745516437	10/04/2016	74550	218 * I
AYB6149	8745508188	10/03/2016	60503	208
AYW2329	8745513424	16/03/2016	74630	218 * II
AZU4648	8745516260	07/04/2016	60503	208
AZY2997	8745513457	18/03/2016	74550	218 * I
BOE0728	8745510352	18/03/2016	56732	183
BOY2297	8745509408	11/03/2016	74550	218 * I
BTG0897	8745516787	09/04/2016	74550	218 * I
CAE7630	8745515059	28/03/2016	74550	218 * I
CBJ8404	8745517783	06/04/2016	74550	218 * I
CEX3673	8745509302	08/03/2016	74550	218 * I
CFH5430	8745507296	06/03/2016	74550	218 * I
CFR8904	8745510245	16/03/2016	60503	208
CHN4395	8745509881	19/03/2016	74550	218 * I
CLG7900	8745508982	13/03/2016	74550	218 * I
COB1456	8745515960	06/04/2016	60503	208
COB8818	8745517312	08/04/2016	74550	218 * I
COV3498	8745516658	05/04/2016	74630	218 * II
CPY9012	8745516390	07/04/2016	60503	208
CRK2583	8745510539	22/03/2016	74550	218 * I
CTJ8074	8745516272	09/04/2016	60503	208
CUC9596	8745507957	08/03/2016	74550	218 * I
CYU8949	8745508831	07/03/2016	74550	218 * I
DAH1004	8745508242	08/03/2016	60503	208
DCG2559	8745516624	04/04/2016	74550	218 * I
DJA6504	8745516681	06/04/2016	74550	218 * I
DLA2089	8745516047	10/04/2016	74550	218 * I
DPA3206	8745516965	09/04/2016	74550	218 * I

DPA3206	8745517206	09/04/2016	74550	218	*	I
DPB1842	8745516317	07/04/2016	60503	208		
DPB1842	8745515901	07/04/2016	60503	208		
DPB1842	8745515904	07/04/2016	60503	208		
DRC5127	8745509549	11/03/2016	74550	218	*	I
DSF7192	8745508723	11/03/2016	74550	218	*	I
DVH2731	8745509023	08/03/2016	74550	218	*	I
DXC0028	8745516459	06/04/2016	56732	183		
DZH4191	54126641N	19/04/2016	50020	257	8\$	
EJS8493	8745509511	12/03/2016	74550	218	*	I
EKZ3769	8745517544	05/04/2016	74550	218	*	I
EMM4304	8745515665	03/04/2016	74550	218	*	I
EMQ4631	8745515651	02/04/2016	74550	218	*	I
EMX0246	8745508445	09/03/2016	60503	208		
ENX3574	8745516983	09/04/2016	74550	218	*	I
EQF9461	8745509351	07/03/2016	74630	218	*	II
EVB7398	8745508780	12/03/2016	74550	218	*	I
EYR9240	8745516470	06/04/2016	56732	183		
FGK7513	8745509436	12/03/2016	74630	218	*	II
FHJ7791	8745517640	04/04/2016	74550	218	*	I
FHY5715	8745508552	13/03/2016	60503	208		
FTE5454	8745516590	09/04/2016	60503	208		
HHY5716	8745516650	05/04/2016	74550	218	*	I
HLX0155	8745517604	09/04/2016	74550	218	*	I
HPH1660	8745517651	05/04/2016	74550	218	*	I
HPX2856	8745508597	07/03/2016	74550	218	*	I
IAY1631	8745509188	07/03/2016	74630	218	*	II
IBD0099	8745517186	09/04/2016	74630	218	*	II
IDG5844	8745516384	06/04/2016	60503	208		
IDV9405	8745515917	09/04/2016	74550	218	*	I
IEH5452	8745516687	06/04/2016	74550	218	*	I
IEV8305	8745509349	07/03/2016	74550	218	*	I
IGR1066	8745508179	08/03/2016	60503	208		
IGR2363	8745508815	13/03/2016	74550	218	*	I
IHL6645	8745503243	24/02/2016	56732	183		
IHN4058	8745509329	12/03/2016	74550	218	*	I
IIC4161	8745516945	08/04/2016	74710	218	*	III
IIX3121	8745517181	09/04/2016	74550	218	*	I
IIX3121	8745517264	06/04/2016	74710	218	*	III
IJJ6017	8745510553	23/03/2016	74630	218	*	II
IJQ1100	8745506273	02/03/2016	56732	183		
IJW2761	8745509344	07/03/2016	74550	218	*	I
IJZ6511	8745516751	08/04/2016	74630	218	*	II
IKC2677	8745516774	09/04/2016	74550	218	*	I
IKC2677	8745516692	06/04/2016	60503	208		
IKE4800	8745516763	08/04/2016	74550	218	*	I
IKN0337	8745508744	12/03/2016	60503	208		
IKS8243	8745509111	11/03/2016	74550	218	*	I
IKS8243	8745508931	11/03/2016	74630	218	*	II
IKS8243	8745509099	11/03/2016	74550	218	*	I
IKV6087	8745508499	12/03/2016	60503	208		
ILL9560	8745517003	04/04/2016	74550	218	*	I
ILN5003	8745516261	07/04/2016	56732	183		
ILW3414	8745510233	15/03/2016	60503	208		
IMM9657	8745513462	18/03/2016	74550	218	*	I
INI6872	8745509974	16/03/2016	74550	218	*	I
INU4574	8745508467	10/03/2016	74550	218	*	I
INW8521	8745505658	01/03/2016	74550	218	*	I
INW8521	8745505723	05/03/2016	74550	218	*	I
IOJ0651	8745515025	03/04/2016	74550	218	*	I
IOS8751	8745516807	09/04/2016	74550	218	*	I
IOY2181	8745516988	10/04/2016	74550	218	*	I
IPB7316	8745509235	12/03/2016	74550	218	*	I

IRP2295	8745506614	05/03/2016	74630	218	*	II
IRP7953	8745517860	06/04/2016	74550	218	*	I
ITS4697	8745515431	01/04/2016	74630	218	*	II
IVH7661	8745509077	10/03/2016	74550	218	*	I
IVT5465	8745516020	09/04/2016	74550	218	*	I
IVV4927	8745515643	01/04/2016	74550	218	*	I
IVX8380	8745517517	09/04/2016	74550	218	*	I
IVX8380	8745517442	05/04/2016	74710	218	*	III
IVX8380	8745517469	09/04/2016	74550	218	*	I
IVX8380	8745517488	05/04/2016	74630	218	*	II
JBB5005	8745510179	17/03/2016	74550	218	*	I
JPJ3157	8745505059	28/02/2016	74550	218	*	I
JPJ3157	8745505146	25/02/2016	74550	218	*	I
JRO4211	8745516593	10/04/2016	74630	218	*	II
JYB3954	8745517760	10/04/2016	74550	218	*	I
JZP2436	8745516365	04/04/2016	74550	218	*	I
JZS7087	8745506865	03/03/2016	74550	218	*	I
KAU5682	8745509643	07/03/2016	74550	218	*	I
KCD2336	8745515876	30/03/2016	74550	218	*	I
KGK0309	8745509961	15/03/2016	74550	218	*	I
KKP7995	8745516698	06/04/2016	74550	218	*	I
KMP7747	8745516805	09/04/2016	60503	208		
KQI3068	8745510331	15/03/2016	60503	208		
LND2574	8745509118	12/03/2016	74550	218	*	I
LNO2214	8745509530	07/03/2016	74550	218	*	I
LWT7109	8745508476	10/03/2016	60503	208		
LXB5751	8745516957	09/04/2016	74630	218	*	II
LXQ1881	8745510163	16/03/2016	60503	208		
LXR2464	8745507893	10/03/2016	60503	208		
LXR9244	8745516680	06/04/2016	74550	218	*	I
LXT7454	8745517075	06/04/2016	74550	218	*	I
LXV4097	8745517791	07/04/2016	74550	218	*	I
LXX4747	8745516098	05/04/2016	74550	218	*	I
LXY8433	8745515972	07/04/2016	74550	218	*	I
LYA5250	8745517800	09/04/2016	74550	218	*	I
LYE4708	54114659N	14/03/2016	50020	257	8\$	
LYG4299	8745517704	04/04/2016	74550	218	*	I
LYY4006	54118192N	28/03/2016	50020	257	8\$	
LZB6447	8745507758	13/03/2016	74550	218	*	I
LZN4089	8745516534	09/04/2016	74550	218	*	I
LZP4886	8745516768	08/04/2016	60503	208		
LZR4945	8745516694	06/04/2016	74550	218	*	I
LZV8699	8745508451	09/03/2016	74550	218	*	I
LZW4576	8745517583	07/04/2016	74630	218	*	II
LZY7339	8745516732	07/04/2016	74550	218	*	I
MAB5155	8745517803	10/04/2016	74550	218	*	I
MAB7844	8745507039	06/03/2016	74550	218	*	I
MAG3750	8745509829	16/03/2016	74550	218	*	I
MAL5350	8745516551	04/04/2016	60503	208		
MAM8893	8745509127	12/03/2016	74550	218	*	I
MAR1116	8745516591	09/04/2016	60503	208		
MAR1116	8745517125	07/04/2016	74630	218	*	II
MAR1516	8745505523	06/03/2016	60503	208		
MAR1516	8745507153	02/03/2016	74550	218	*	I
MAT5124	8745516723	07/04/2016	60503	208		
MAU3955	8745509334	13/03/2016	74550	218	*	I
MAU8260	8745509625	07/03/2016	74550	218	*	I
MAV4769	8745516982	09/04/2016	74630	218	*	II
MBA4557	8745516736	07/04/2016	74550	218	*	I
MBA4557	8745516754	08/04/2016	74550	218	*	I
MBD6241	8745515270	01/04/2016	74550	218	*	I
MBF3516	8745517769	09/04/2016	74550	218	*	I
MBF8073	8745516331	07/04/2016	60503	208		

MBL2203	8745509596	12/03/2016	74550	218	*	I
MBO4642	8745516758	08/04/2016	74550	218	*	I
MBO6625	8745517187	09/04/2016	74550	218	*	I
MBS3889	8745517799	09/04/2016	74550	218	*	I
MBT4848	8745509513	12/03/2016	74550	218	*	I
MBY6519	8745506576	05/03/2016	74550	218	*	I
MCB0120	8745509641	13/03/2016	74550	218	*	I
MCC1571	8745509309	10/03/2016	74630	218	*	II
MCE9121	8745516408	09/04/2016	60503	208		
MCG2218	8745509100	11/03/2016	74630	218	*	II
MCJ1425	8745509529	07/03/2016	74550	218	*	I
MCK6128	8745517162	08/04/2016	74550	218	*	I
MCK7094	8745508037	08/03/2016	60503	208		
MCL2259	8745510343	17/03/2016	56732	183		
MCL2424	8745506067	01/03/2016	74550	218	*	I
MCL2424	8745506355	05/03/2016	74550	218	*	I
MCM7904	8745516790	09/04/2016	74550	218	*	I
MCO7093	8745517550	05/04/2016	74630	218	*	II
MCR5357	8745509332	12/03/2016	74550	218	*	I
MCT7957	8745508102	07/03/2016	60503	208		
MCU0314	8745509568	13/03/2016	74630	218	*	II
MCW6357	8745509910	20/03/2016	74630	218	*	II
MCX0287	8745508446	09/03/2016	74550	218	*	I
MCY3996	8745517171	09/04/2016	74550	218	*	I
MCZ2507	8745510321	14/03/2016	60503	208		
MDE2919	8745516188	10/04/2016	74550	218	*	I
MDE9961	8745510099	17/03/2016	56732	183		
MDF8560	8745509253	12/03/2016	74630	218	*	II
MDG8089	8745516753	08/04/2016	74550	218	*	I
MDG8089	8745516719	07/04/2016	74550	218	*	I
MDJ6555	8745517771	09/04/2016	74550	218	*	I
MDK7697	8745516503	05/04/2016	60503	208		
MDK8787	8745517743	10/04/2016	74550	218	*	I
MDM0905	8745509373	09/03/2016	74550	218	*	I
MDR3399	8745517738	09/04/2016	74550	218	*	I
MDT6418	8745510347	17/03/2016	56732	183		
MDW1676	8745509355	07/03/2016	74550	218	*	I
MDY5779	8745517878	10/04/2016	74550	218	*	I
MDZ4053	8745517648	04/04/2016	74550	218	*	I
MDZ4216	8745509438	12/03/2016	74630	218	*	II
MDZ6465	8745517164	08/04/2016	74550	218	*	I
MEC5475	8745517073	06/04/2016	74550	218	*	I
MEI0964	8745517666	07/04/2016	74550	218	*	I
MEI0964	8745516443	04/04/2016	56732	183		
MEK8302	8745516998	04/04/2016	74550	218	*	I
MEK9079	8745516721	07/04/2016	60503	208		
MEL4889	8745509391	10/03/2016	74550	218	*	I
MEQ7679	8745506173	04/03/2016	60503	208		
MES6467	8745516342	08/04/2016	60503	208		
MEV2416	8745517687	09/04/2016	74550	218	*	I
MEX6118	8745515669	03/04/2016	74550	218	*	I
MEY7475	8745508441	09/03/2016	60503	208		
MEZ2439	8745514971	01/04/2016	74550	218	*	I
MFC3015	8745516775	09/04/2016	60503	208		
MFD6706	8745516432	10/04/2016	74550	218	*	I
MFE0299	8745206516	21/07/2014	60503	208		
MFH1018	8745516473	07/04/2016	56732	183		
MFL1281	8745508470	10/03/2016	56732	183		
MFM2053	8745511544	23/03/2016	74550	218	*	I
MFO6286	8745508252	08/03/2016	60503	208		
MFO7903	8745515246	31/03/2016	74550	218	*	I
MFQ2088	8745510015	18/03/2016	74550	218	*	I
MFR6016	8745516035	10/04/2016	74550	218	*	I

MFS2894	8745514821	28/03/2016	74550	218	*	I
MFW7654	54114661N	14/03/2016	50020	257	8\$	
MFY5380	8745517136	08/04/2016	74550	218	*	I
MFY6027	8745516510	06/04/2016	60503	208		
MFY8646	8745517729	09/04/2016	74710	218	*	III
MFY8646	8745517734	09/04/2016	74550	218	*	I
MGA8434	8745508475	10/03/2016	60503	208		
MGC4447	8745517415	10/04/2016	74550	218	*	I
MGC9472	8745516082	05/04/2016	74550	218	*	I
MGE0067	8745516772	09/04/2016	74550	218	*	I
MGF2665	8745517847	08/04/2016	74550	218	*	I
MGI8102	8745517175	09/04/2016	74550	218	*	I
MGK5018	8745516980	09/04/2016	74550	218	*	I
MGK5191	8745509697	11/03/2016	74630	218	*	II
MGN0911	8745508459	10/03/2016	60503	208		
MGP7655	8745508572	07/03/2016	74630	218	*	II
MGQ4948	8745516456	06/04/2016	56732	183		
MGR4735	8745517023	04/04/2016	74550	218	*	I
MGT5275	8745508669	09/03/2016	74550	218	*	I
MGU7565	8745508863	08/03/2016	74550	218	*	I
MGV9077	8745509471	13/03/2016	74550	218	*	I
MGX0860	8745508238	07/03/2016	60503	208		
MGY1095	8745508727	11/03/2016	74550	218	*	I
MGZ8161	8745517179	09/04/2016	74550	218	*	I
MGZ8161	8745517195	09/04/2016	74710	218	*	III
MGZ8161	8745517133	08/04/2016	74710	218	*	III
MGZ8161	8745517167	09/04/2016	74710	218	*	III
MGZ8161	8745517113	07/04/2016	74710	218	*	III
MGZ8161	8745517017	04/04/2016	74710	218	*	III
MGZ8161	8745516996	04/04/2016	74710	218	*	III
MGZ8161	8745516598	10/04/2016	60503	208		
MGZ8161	8745516509	06/04/2016	60503	208		
MGZ8161	8745516524	07/04/2016	74550	218	*	I
MGZ8161	8745516023	09/04/2016	74710	218	*	III
MGZ8161	8745515918	09/04/2016	60503	208		
MHA1877	8745509240	12/03/2016	74630	218	*	II
MHB5949	8745508168	13/03/2016	74630	218	*	II
MHF2107	8745508456	10/03/2016	74550	218	*	I
MHG1721	8745516708	07/04/2016	74630	218	*	II
MHG3670	8745517690	09/04/2016	74550	218	*	I
MHG6851	8745508258	09/03/2016	74550	218	*	I
MHH4498	8745509048	09/03/2016	74630	218	*	II
MHH6915	8745516262	08/04/2016	56732	183		
MHI5508	8745516669	05/04/2016	74630	218	*	II
MHK2258	8745516570	07/04/2016	74550	218	*	I
MHL2691	8745510256	17/03/2016	74550	218	*	I
MHT0188	8745508072	12/03/2016	56732	183		
MHT6899	8745509160	13/03/2016	74550	218	*	I
MHT9727	8745508760	12/03/2016	74550	218	*	I
MHV2788	8745508268	09/03/2016	60503	208		
MHZ9382	8745509639	12/03/2016	74550	218	*	I
MIA8436	8745506845	02/03/2016	74550	218	*	I
MID9184	8745509865	18/03/2016	60503	208		
MIE8250	8745515597	29/03/2016	74550	218	*	I
MIF8204	8745508318	12/03/2016	60503	208		
MIG4218	8745517792	08/04/2016	74630	218	*	II
MIG7379	8745517189	09/04/2016	74630	218	*	II
MII6987	8745515421	01/04/2016	74630	218	*	II
MIK2470	8745516697	06/04/2016	74550	218	*	I
MIK2983	8745517170	09/04/2016	74630	218	*	II
MIL0010	8745517884	11/04/2016	74550	218	*	I
MIM3778	8745508349	12/03/2016	56732	183		
MIN9475	8745508008	07/03/2016	56732	183		



MIO5258	8745517844	10/04/2016	74550	218	*	I
MIP8159	8745510238	16/03/2016	60503	208		
MIR9714	54126633N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MIX8025	8745517757	07/04/2016	74630	218	*	II
MIX9955	8745517137	08/04/2016	74550	218	*	I
MIZ0128	8745516962	09/04/2016	74550	218	*	I
MJA4352	8745517713	06/04/2016	74550	218	*	I
MJC5806	8745510153	15/03/2016	60503	208		
MJE5467	8745517083	06/04/2016	74550	218	*	I
MJF1872	8745516584	09/04/2016	74550	218	*	I
MJH3587	8745508596	07/03/2016	74550	218	*	I
MJH4557	8745516791	09/04/2016	74550	218	*	I
MJI4288	8745508738	12/03/2016	74550	218	*	I
MJI4288	8745508769	12/03/2016	74630	218	*	II
MJI7310	8745517146	08/04/2016	74630	218	*	II
MJJ2732	8745510005	17/03/2016	74550	218	*	I
MJJ2732	8745509853	17/03/2016	74550	218	*	I
MJK5864	8745514709	29/03/2016	74550	218	*	I
MJL5565	8745517085	06/04/2016	74550	218	*	I
MJM4961	8745508088	13/03/2016	56732	183		
MJM9584	8745508319	12/03/2016	74550	218	*	I
MJM9584	8745509126	12/03/2016	74550	218	*	I
MJN4103	8745510136	15/03/2016	56732	183		
MJN9626	8745516004	08/04/2016	74550	218	*	I
MJP9474	8745516115	06/04/2016	74550	218	*	I
MJR2742	8745504412	28/02/2016	60503	208		
MJS4334	54126632N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MJT5877	8745508570	07/03/2016	74550	218	*	I
MJU5176	8745508182	09/03/2016	56732	183		
MJV8256	8745517034	05/04/2016	74550	218	*	I
MKA7636	8745517157	08/04/2016	74550	218	*	I
MKB5544	8745510117	20/03/2016	56732	183		
MKC0197	8745510372	19/03/2016	56732	183		
MKC4103	8745517203	09/04/2016	74550	218	*	I
MKG4793	8745508065	11/03/2016	60503	208		
MKG4793	8745507953	08/03/2016	60503	208		
MKJ6434	8745514870	30/03/2016	74630	218	*	II
MKJ9748	8745516091	05/04/2016	74550	218	*	I
MKL7101	8745516389	07/04/2016	60503	208		
MKM7899	8745509560	12/03/2016	74550	218	*	I
MKO3242	8745508577	07/03/2016	74630	218	*	II
MKO3242	8745509496	08/03/2016	74550	218	*	I
MKO4293	8745508838	07/03/2016	74550	218	*	I
MKP0298	8745516150	08/04/2016	74550	218	*	I
MKP8684	8745516620	04/04/2016	74550	218	*	I
MKU1291	8745508767	12/03/2016	60503	208		
MKV7471	8745517867	08/04/2016	74550	218	*	I
MKW6960	8745509522	08/03/2016	74550	218	*	I
MKY6690	8745506898	05/03/2016	74550	218	*	I
MKY8097	8745516665	05/04/2016	74550	218	*	I
MKZ5788	8745508622	08/03/2016	74550	218	*	I
MLA9491	8745509481	13/03/2016	74550	218	*	I
MLC7156	8745508551	13/03/2016	60503	208		
MLE6054	8745507230	06/03/2016	74550	218	*	I
MLE6363	8745514157	31/03/2016	56732	183		
MLE9069	8745516964	09/04/2016	74630	218	*	II
MLE9069	8745517200	09/04/2016	74630	218	*	II
MLF4363	8745509177	13/03/2016	74550	218	*	I
MLF9180	8745509259	13/03/2016	74550	218	*	I
MLG1693	8745515968	07/04/2016	60503	208		
MLG5588	8745508725	11/03/2016	74630	218	*	II
MLJ1398	8745517786	07/04/2016	74550	218	*	I
MLJ4730	8745508888	10/03/2016	74550	218	*	I



MLO0571	8745507754	13/03/2016	74550	218	*	I
MLO4404	8745508010	07/03/2016	56732	183		
MLP7451	8745510177	17/03/2016	60503	208		
MLS1296	8745506688	01/03/2016	74550	218	*	I
MLS3094	8745508298	11/03/2016	56732	183		
MLX5279	8745509800	14/03/2016	60503	208		
MLZ7828	8745514727	01/04/2016	74550	218	*	I
MLZ9406	8745509178	07/03/2016	74550	218	*	I
MMA1096	8745510348	18/03/2016	56732	183		
MMA1105	8745517857	05/04/2016	74550	218	*	I
MMD1044	8745508555	13/03/2016	74550	218	*	I
MMD5967	8745516122	07/04/2016	74550	218	*	I
MMF4063	8745506524	03/03/2016	74550	218	*	I
MMF4594	8745517579	07/04/2016	74550	218	*	I
MMF6900	8745508195	10/03/2016	60503	208		
MMI8696	8745516950	08/04/2016	74550	218	*	I
MMK2852	8745508064	11/03/2016	56732	183		
MML6234	8745516786	09/04/2016	74550	218	*	I
MML8539	8745508009	07/03/2016	56732	183		
MML9968	8745506316	03/03/2016	74550	218	*	I
MRG6567	8745516517	07/04/2016	60503	208		
MUW3366	8745515978	07/04/2016	74550	218	*	I
MYD6925	8745508452	09/03/2016	74550	218	*	I
NJG1795	8745509325	12/03/2016	74550	218	*	I
NLP0467	8745517169	09/04/2016	74550	218	*	I
NZV1644	8745508645	08/03/2016	60503	208		
OBK0404	8745510053	20/03/2016	74550	218	*	I
OKF1804	8745510019	18/03/2016	74630	218	*	II
OKF9943	54116987N	18/03/2016	50020	257	8\$	
OKG5090	8745508306	11/03/2016	56732	183		
OKG7959	8745516958	09/04/2016	74550	218	*	I
OKH2508	8745509617	11/03/2016	74550	218	*	I
OKH4626	8745514728	01/04/2016	60503	208		
OKH5426	8745517510	09/04/2016	74630	218	*	II
QHA0090	8745516426	09/04/2016	60503	208		
QHA4842	8745508921	11/03/2016	74550	218	*	I
QHA8059	8745509942	14/03/2016	74550	218	*	I
QHC0505	8745516112	06/04/2016	74550	218	*	I
QHC0830	8745509075	10/03/2016	74550	218	*	I
QHC1825	8745517108	07/04/2016	74550	218	*	I
QHE7435	8745516595	10/04/2016	74550	218	*	I
QHE8387	8745517139	08/04/2016	74550	218	*	I
QHG8737	8745510113	19/03/2016	56732	183		
QHJ3292	8745508664	09/03/2016	74550	218	*	I
QHK3507	8745517097	06/04/2016	74550	218	*	I
QHL4340	8745508720	11/03/2016	74550	218	*	I
QHM4931	8745517032	05/04/2016	74550	218	*	I
QHN6055	8745517806	11/04/2016	74630	218	*	II
QHW9511	8745507101	06/03/2016	74630	218	*	II
QJE2502	8745515463	02/04/2016	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### Cocal do Sul

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1045/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1045/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CME4375	55000751F	20/02/2016	60412	207	127.69
DVL1077	55000268F	30/12/2015	72340	250 * I * a	85.13
EZL2909	55000231F	15/12/2015	73662	252 * VI	85.13
LYL2281	55000663F	16/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
LYL3750	55531250E	18/02/2016	51851	167	127.69
LZW3451	55000428F	20/01/2016	65561	230 * I	191.54
MBW9701	55000603F	13/02/2016	59670	203 * V	957.69
MCA5708	55000349F	27/01/2016	73400	252 * IV	85.13
MCL2663	55000271F	03/01/2016	54521	181 * VIII	127.69
MCZ7907	55000367F	21/12/2015	61220	214 * I	191.54
MEM2665	55000658F	16/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
MFA7910	55000260F	15/12/2015	73400	252 * IV	85.13
MFV0378	55000609F	15/02/2016	73400	252 * IV	85.13
MHH5015	55000248F	24/02/2016	60412	207	127.69
MHI6178	55531984E	19/01/2016	65992	230 * V	191.54
MHI6178	55531985E	19/01/2016	50450	162 * V	191.54
MHS5753	55000240F	16/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MIK2430	55531244E	12/02/2016	60412	207	127.69
MIV1501	55000462F	12/01/2016	51851	167	127.69
MJE3759	55000223F	14/12/2015	55411	181 * XVII	53.20
MKD9714	55000572F	13/02/2016	72340	250 * I * a	85.13
MLV8033	55530328E	14/02/2016	51851	167	127.69
QHA9909	55000239F	16/02/2016	60412	207	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1044/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1044/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JHF5107	54127129N	19/04/2016	50020	257 8S
JHJ3663	P00PA00060	20/04/2016	51851	167
MDG9159	P00PA0005V	20/04/2016	51851	167
MDV3736	P00PA0005Z	20/04/2016	73400	252 * IV
MEV9677	P00PA0004G	14/04/2016	65992	230 * V
MEV9677	P00PA0004H	14/04/2016	69120	232
MGA4486	55000860F	22/03/2016	73662	252 * VI
MGD4062	55001074F	15/04/2016	73400	252 * IV
MKX3934	55000496F	10/03/2016	51851	167
MKZ7676	55000923F	12/04/2016	60412	207
MLZ5381	54127130N	19/04/2016	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADO DE POLICIA

**CONCÓRDIA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2143/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2143/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAD4703	54071977F	15/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
EBB9030	54068130F	17/02/2016	50450	162 * V	191.54
IGM2139	55576651F	24/02/2016	50371	162 * III	574.61
JWU7994	54628079E	17/02/2016	65992	230 * V	191.54
JWU7994	54628080E	17/02/2016	69120	232	53.20
KJD8339	55576358F	18/02/2016	50100	162 * I	574.61
KJD8339	55576357F	18/02/2016	65992	230 * V	191.54
LYF5874	54066899F	23/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
LYG6204	55544478E	29/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LYG6204	54068632F	29/12/2015	50100	162 * I	574.61
LYG6204	54068633F	29/12/2015	65561	230 * I	191.54
LYK0080	54068122F	12/02/2016	65992	230 * V	191.54
LYV7235	54068193F	20/02/2016	66532	230 * XI	127.69
LZG4642	54071985F	19/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
MCA4596	54068091F	18/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCG3485	55576365F	22/02/2016	65992	230 * V	191.54
MFG0747	54068160F	30/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFG0747	54068159F	30/12/2015	50100	162 * I	574.61
MFG0747	54068158F	30/12/2015	65992	230 * V	191.54
MGK0281	55544469E	24/12/2015	66372	230 * IX	127.69
MJQ6743	54071233F	04/02/2016	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2144/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2144/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALJ8059	55534153E	17/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
AND3416	55534041E	15/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
BAD7800	55534590E	16/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
BUA3303	55533896E	08/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
CNA4847	55534585E	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CVA4286	55534078E	22/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
CVC2925	54069276F	11/12/2015	73662	252 * VI	85.13
CYH8392	55533933E	18/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
EMP8665	55534163E	18/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
ITQ8871	55576569F	17/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
JXP4428	54109430N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
LYP8834	54066444F	24/02/2016	51851	167	127.69
MBC0574	55533975E	15/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MBL6600	55533898E	09/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MDE8225	55534030E	09/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MDH2415	55534593E	16/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDZ0706	54066893F	18/01/2016	73662	252 * VI	85.13
MGM0510	55534152E	17/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MGP8738	55534070E	18/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHL4801	54066943F	20/02/2016	58350	195	127.69
MHL4801	54066473F	20/02/2016	57970	191	1915.38
MHM5757	54066433F	23/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MID9543	54066432F	23/02/2016	51852	167	127.69
MIV7352	55533892E	08/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MJQ6743	54091385N	29/12/2015	50020	257 8\$	53.20
MJY0218	55534369E	12/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJZ6749	55534158E	17/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MKA0315	55534036E	11/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MKF5669	55534166E	19/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MLN2433	55533949E	22/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MMA6675	55534599E	19/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MOV7940	54068132F	20/02/2016	57970	191	1915.38
MSI4029	55534477E	13/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
QHD8560	55534471E	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
QHJ9356	55533991E	22/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
QHN3561	55534315E	08/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ELMO ANTONIO RICHARDI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 680/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 680/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APB2079	8763056967	31/01/2016	74550	218 * I	85.13
ATE7333	54109269N	23/02/2016	50020	257 8S	85.13
CBI3079	8763056206	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
CCO9964	8763057279	09/02/2016	74550	218 * I	85.13
CCQ2282	8763057151	03/02/2016	74550	218 * I	85.13
COU1400	8763057518	25/02/2016	74550	218 * I	85.13
DAU3240	54094701N	05/01/2016	50020	257 8S	85.13
EVM7228	8763057227	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
GZN2762	8763056222	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
HRG2991	8763055984	19/12/2015	74550	218 * I	85.13
IJJ3765	8763056096	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
IMY5476	8763057175	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
IRR1058	8763057361	15/02/2016	74550	218 * I	85.13
JZW5336	8763057244	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
KBH3132	8763056094	20/12/2015	74630	218 * II	127.69
LBP1972	8763056938	28/01/2016	74550	218 * I	85.13
LBP1972	8763057034	27/01/2016	74630	218 * II	127.69
LUB2549	8763056228	25/12/2015	74550	218 * I	85.13
LXF0888	8763055946	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
LXH2121	8763056589	07/01/2016	74550	218 * I	85.13
LZA9536	8763057329	13/02/2016	74630	218 * II	127.69
LZX5186	8763056611	11/01/2016	74550	218 * I	85.13
MBF3492	8763055965	14/12/2015	74550	218 * I	85.13
MBW4598	8763056127	21/12/2015	74550	218 * I	85.13
MCB1418	8763056343	29/12/2015	74550	218 * I	85.13
MCH0874	8763057418	19/02/2016	74550	218 * I	85.13
MCJ7635	8763056223	24/12/2015	74550	218 * I	85.13
MCK9556	8763056756	23/01/2016	74630	218 * II	127.69
MCP0742	8763056517	06/01/2016	74550	218 * I	85.13
MCU8543	8763056212	26/12/2015	74550	218 * I	85.13
MCV4362	8763057019	30/01/2016	74550	218 * I	85.13
MDB5143	8763055961	16/12/2015	74550	218 * I	85.13



MDJ0642	8763056913	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDK6778	8763056896	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDZ0416	8763056086	19/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MEB9217	8763056130	22/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MEG5498	8763057359	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEH1166	8763057059	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEW8647	8763056011	17/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFK2824	8763056490	05/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGH2617	8763057500	21/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MHC4793	8763057232	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHK0747	8763056808	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHL4801	8763057376	20/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MHT4868	8763057396	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIB3847	8763057084	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIW7115	8763056246	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIY7243	8763057210	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIZ7600	8763056236	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJA1524	8763057424	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJB1912	8763056190	26/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJC5057	8763056193	26/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKN5888	8763055983	19/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKQ4158	54098725N	15/01/2016	50020	257		8\$	85.13
MKW6314	8763056791	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKX5977	54109272N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MKX7114	8763056036	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLA1212	8763057402	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLM7561	8763056173	21/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLQ7750	8763057446	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLS5334	8763055878	13/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLT9870	8763055958	20/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MLV8597	8763056258	21/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLW5037	54109261N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MMB3152	8763055828	07/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MMC1942	8763056181	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MMD3174	8763057133	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
NJC8277	8763057328	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
NJD1416	8763056575	08/01/2016	74550	218	*	I	85.13
NNM4668	54109263N	23/02/2016	50020	257		8\$	127.69
NSN3301	8763056245	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
QBI9741	8763056732	12/01/2016	74630	218	*	II	127.69
QHD2476	8763055989	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
QHD8560	8763057090	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHS2065	54090832N	29/12/2015	50020	257		8\$	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ELMO ANTONIO RICHARDI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2141/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2141/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IMA5182	55543632E	16/03/2016	50100	162 * I
IMA5182	55543633E	16/03/2016	67261	230 * XVIII
IMA5182	55576851F	16/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
IMA5182	55576852F	16/03/2016	69120	232
LNK5180	55578426F	11/03/2016	65992	230 * V
MFJ0385	55576753F	11/04/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2142/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2142/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BYF4837	55534515E	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IBN9871	55534906E	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IKO4381	55534774E	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ILJ1299	55534902E	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYV3203	54068643F	17/03/2016	52152	170
MBK6057	55578202F	10/03/2016	54281	181 * v
MBO1523	54119562N	29/03/2016	50020	257 8\$
MFM2427	55534907E	01/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFS1863	55534514E	10/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGK2522	55534749E	10/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGV2975	55577668F	14/03/2016	51851	167
MJO7949	55577953F	17/03/2016	51851	167
MJQ6743	54119565N	29/03/2016	50020	257 8\$
MLM0089	54119557N	29/03/2016	50020	257 8\$
MMF5069	54119560N	29/03/2016	50020	257 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ELMO ANTONIO RICHARDI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 679/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 679/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AHL0611	8763058042	15/03/2016	74550	218	*	I
AKG0958	8763057872	06/03/2016	74630	218	*	II
AKL2241	8763057870	06/03/2016	74550	218	*	I
CWF7830	8763057750	05/03/2016	74550	218	*	I
CXB7913	8763057830	07/03/2016	74550	218	*	I
DED5254	8763057810	08/03/2016	74550	218	*	I
DIM3092	8763057835	10/03/2016	74550	218	*	I
ITB8328	8763058342	08/04/2016	74550	218	*	I
IWK5520	8763058344	09/04/2016	74630	218	*	II
KNT0758	8763057796	08/03/2016	74550	218	*	I
KPM3162	8763057782	06/03/2016	74550	218	*	I
KQO3606	8763057777	11/03/2016	74550	218	*	I
MBS5594	8763057832	09/03/2016	74550	218	*	I
MFN3547	8763057821	09/03/2016	74550	218	*	I
MFR6699	8763057798	09/03/2016	74550	218	*	I
MFY1809	8763057794	05/03/2016	74550	218	*	I
MFZ1574	8763057820	07/03/2016	74550	218	*	I
MGE3133	8763057797	09/03/2016	74550	218	*	I
MHG8181	8763057764	06/03/2016	74710	218	*	III
MHQ0987	8763057742	08/03/2016	74550	218	*	I
MHS4128	8763057844	05/03/2016	74550	218	*	I
MIN0623	54119405N	29/03/2016	50020	257		8\$
MIW3649	8763057770	08/03/2016	74550	218	*	I
MJA2973	8763057776	11/03/2016	74550	218	*	I
MJA6191	8763057862	08/03/2016	74550	218	*	I
MJF0233	8763057740	06/03/2016	74550	218	*	I
MKG5670	8763057774	10/03/2016	74550	218	*	I
MKU4028	8763057812	10/03/2016	74550	218	*	I
MMJ9594	8763057842	05/03/2016	74550	218	*	I
MZW4586	8763058228	31/03/2016	74550	218	*	I
QHO1392	8763057763	06/03/2016	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ELMO ANTONIO RICHARDI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**CORONEL FREITAS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8306 527/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8306 527/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BSI7950	54253957F	17/03/2016	65992	230 * V
LZB9746	54254076F	18/03/2016	51691	165
LZB9746	54254077F	18/03/2016	65992	230 * V
LZB9746	54254078F	18/03/2016	50100	162 * I
LZB9746	54254079F	18/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
LZB9746	54254080F	18/03/2016	67261	230 * XVIII
MAK5080	54254092F	19/04/2016	69120	232
MAK5080	54254094F	19/04/2016	52741	175
MAK5080	54254095F	19/04/2016	72340	250 * I * a
MEO5431	54254090F	30/03/2016	51691	165
MEO5431	54254091F	30/03/2016	50100	162 * I
MGV2093	54254007F	04/03/2016	55172	181 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**CORREIA PINTO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 875/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 875/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IVU0808	54988304E	15/12/2015	55416	181 * XVII	53.20
LBD7410	54989224E	10/02/2016	60412	207	127.69
LXG0808	54988481E	05/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
MBR6240	54988453E	24/12/2015	66371	230 * IX	127.69
MBR6240	54988452E	24/12/2015	65992	230 * V	191.54
MBR6240	54988148E	24/12/2015	50100	162 * I	574.61
MBR6240	54988147E	24/12/2015	58350	195	127.69
MBR6240	54988146E	24/12/2015	51691	165	1915.38
MBR6240	54988406E	24/12/2015	69120	232	53.20
MBR6240	54988405E	24/12/2015	52741	175	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 874/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 874/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	
ANB9406	54989245E	26/03/2016	59910	206 * I	
HOO9117	54988705E	17/04/2016	54284	181 * V	
LWW5979	54988906E	10/04/2016	72340	250 * I * a	
LYT2864	54988807E	17/04/2016	69120	232	
LYT2864	54988806E	17/04/2016	50100	162 * I	
LYT2864	54988498E	10/04/2016	52741	175	



LYT2864	54988805E	10/04/2016	57200	186	* I
LYT2864	54988804E	10/04/2016	58350	195	
LYT2864	54988909E	17/04/2016	58350	195	
LYT2864	54988910E	17/04/2016	52741	175	
LYT2864	54988911E	17/04/2016	75790	277	
MAA2132	P00SU000C0	31/03/2016	50450	162	* V
MHW1604	54988905E	13/04/2016	54522	181	* VIII
MMA4045	54119737N	29/03/2016	50020	257	8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT  
DELEGADO DE POLICIA

---

### CORUPÁ

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 727/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 727/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DBI3370	P00XG0000E	06/03/2016	51852	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 726/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 726/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXK0905	P00XH00018	15/04/2016	51851	167
MAT5032	P00XG00027	16/04/2016	51851	167
MBP4872	P00RB0004F	25/03/2016	50100	162 * I
MBP4872	P00RB0004G	25/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MEO6514	P00XG0002S	20/04/2016	51851	167
MGV8628	P00XG0002E	16/04/2016	51930	168
MIU5398	P00XH0001D	15/04/2016	51851	167
MLM8251	54303053F	07/03/2016	60501	208
QHM9269	P00XH0001B	15/04/2016	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

**CURITIBANOS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1640/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1640/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGC0135	54531880E	02/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
AGC0135	54532001E	02/02/2016	64080	221	85.13
IOV7493	55570728D	28/02/2016	69120	232	53.20
IOV7493	55570729D	28/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXB5623	54531423E	08/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXB5623	54531424E	08/02/2016	50100	162 * I	574.61
LYO6675	54532505E	13/02/2016	50100	162 * I	574.61
LYO6675	54532506E	13/02/2016	51691	165	1915.38
LZD0658	55006330E	13/02/2016	50100	162 * I	574.61
MAP8899	54531432E	13/02/2016	65992	230 * V	191.54
MXH6739	54528287E	28/07/2014	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1641/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1641/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BYB7099	54531877E	15/12/2015	51851	167	127.69
BYB7099	54531878E	15/12/2015	58350	195	127.69
BYB7099	54531879E	15/12/2015	60760	210	191.54
ISH0532	55578859F	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBJ2592	55002681E	08/12/2015	57380	186 * II	191.54
MBL6006	55578858F	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MID7416	55578898F	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIJ2088	54532053E	07/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
MIY7681	55578909F	02/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJB7723	55006274E	20/01/2016	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

HERCILIO BEPPLER  
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1638/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1638/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARK4322	54532717E	04/04/2016	50100	162 * I
DKT4650	55005294E	15/04/2016	64080	221

GMQ6155	55005215E	12/04/2016	50100	162	* I
GMQ6155	55005216E	12/04/2016	51180	164	c/c 162 * I
LOJ1174	54532526E	04/04/2016	50450	162	* V
LXF6121	55005275E	04/04/2016	65992	230	* V
MFF3982	54998281E	09/04/2016	50100	162	* I
MGE9739	54531225E	16/03/2016	65992	230	* V
OQB2692	55005285E	08/04/2016	66102	230	* VII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1639/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1639/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHY1739	55579603F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIY3454	55580266F	26/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ARK4322	54532718E	04/04/2016	51851	167
ASL8063	55579737F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASL8063	55579748F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CQH8338	55579704F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
HWC6701	54532657E	17/03/2016	51851	167
ISH0532	55579666F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXQ2314	55005113E	12/04/2016	51851	167
LYV7681	55579423F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZE8370	55579345F	02/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZE9942	55580398F	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAD6555	55579034F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAG2328	55580335F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146

MAY6883	55003044E	07/04/2016	51851	167	
MBV2264	55580377F	30/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MCF9629	55579713F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MCH0504	55005295E	15/04/2016	51851	167	
MCQ0295	55580268F	26/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MCQ7096	55580338F	29/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MDT6608	55579731F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MDT8171	55003438E	30/03/2016	51851	167	
MEV4175	55580342F	29/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFQ7285	55579631F	08/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFU9628	55579459F	04/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFW3520	55580319F	29/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGD1235	55580390F	30/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGE8157	55580363F	30/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGF2392	55579726F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGK7559	55580312F	28/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHQ4175	55580385F	30/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHX5052	55580373F	30/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIF1153	55579479F	04/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIP7180	55579612F	08/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJO7686	54532298E	18/04/2016	51851	167	
MKD6879	54127116N	19/04/2016	50020	257 8\$	
MKM7309	55579721F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKS9134	55580382F	30/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKS9969	55579686F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLE2165	55579674F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLH3539	55579700F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLL2573	55580401F	31/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLQ3664	55579660F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLR1514	55580400F	31/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLX6677	55580360F	29/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLX6677	55580337F	29/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMD9075	55579712F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMH3867	55580306F	28/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMK6002	55579671F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
OGX4741	55580204F	23/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
OKG9885	54532668E	13/04/2016	70303	244 * I	
QHN8809	55579795F	10/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

HERCILIO BEPLER  
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS



**DIONISIO CERQUEIRA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 891/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 891/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACQ6165	55868918D	18/02/2016	66102	230 * VII	127.69
ACQ6165	55868919D	18/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
CFS2488	55868372D	20/12/2015	65992	230 * V	191.54
MCY6362	55868726D	18/02/2016	64080	221	85.13
MGG0321	55868948D	16/01/2016	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 890/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 890/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALA5525	55869052D	09/04/2016	50100	162 * I
ALA5525	55869053D	09/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
ALA5525	55868950D	09/04/2016	65992	230 * V
AOT7636	55869085D	11/04/2016	65992	230 * V
AUB3150	55868770D	07/04/2016	65992	230 * V
AUB3150	55868772D	07/04/2016	50292	162 * II
ILV0321	55869101D	23/03/2016	65992	230 * V
ISC8839	55868685D	10/04/2016	54600	181 * IX
MAT6840	55868858D	02/04/2016	50450	162 * V
MEX2040	55869081D	08/04/2016	50100	162 * I
MEX2040	55869083D	08/04/2016	65992	230 * V
MGT4725	55869010D	09/04/2016	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**ERVAL VELHO**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 378/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 378/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYS6091	55709659D	26/01/2016	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

---

### FAXINAL DOS GUEDES

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 815/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 815/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EKX7990	54455894D	27/12/2015	65992	230 * V	191.54
MMM7643	54455699D	19/12/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 814/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 814/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

OEWE2184 54456315D 12/03/2016 50292 162 \* II  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

**FORQUILHINHA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1037/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1037/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJG4412	54292551F	22/02/2016	50100	162 * I	574.61
AJG4412	54292552F	22/02/2016	65992	230 * V	191.54
AJG4412	54292553F	22/02/2016	66372	230 * IX	127.69
AJG4412	54292554F	22/02/2016	51851	167	127.69
CAT6490	54292369F	24/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
CYG6228	54292245F	23/01/2016	67000	230 * XVI	127.69
MAO7297	54292510F	01/02/2016	51691	165	1915.38
MCF9922	54292032F	17/02/2016	59910	206 * I	191.54
MDA6575	54292171F	06/02/2016	50100	162 * I	574.61
MDE3341	54292141F	03/03/2016	66102	230 * VII	127.69
MFK3326	54292125F	27/01/2016	65992	230 * V	191.54
MGJ1252	54292417F	19/02/2016	66372	230 * IX	127.69
MID4276	54292094F	17/02/2016	50450	162 * V	191.54
MIV7644	54292096F	23/02/2016	65992	230 * V	191.54
MKV1097	54292296F	19/12/2015	59670	203 * V	957.69
MKX3185	54292477F	22/12/2015	73662	252 * VI	85.13
MMK6634	54109432N	23/02/2016	50020	257 8S	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1036/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1036/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBA5810	54292149F	24/03/2016	65992	230 * V
MBA5810	54292150F	24/03/2016	50100	162 * I

MGO2926 54292574F 26/03/2016 70561 244 \* III  
 MGO2926 54292575F 26/03/2016 69120 232  
 MGO2926 54292576F 26/03/2016 66372 230 \* IX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH  
 DELEGADO DE POLICIA

### FRAIBURGO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1916/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1916/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DOG5345	55027229E	16/02/2016	66102	230 * VII	127.69
HDJ5295	55026728E	10/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXA8941	55026875E	06/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXA8941	55026876E	06/02/2016	51770	166	191.54
LXA8941	55026877E	06/02/2016	69120	232	53.20
LXA8941	55026879E	06/02/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
LXG0908	55026492E	30/01/2016	51691	165	1915.38
LXG0908	55026493E	30/01/2016	51770	166	191.54
LXG0908	55027011E	30/01/2016	50450	162 * V	191.54
MAT4614	55026018E	07/12/2015	50100	162 * I	574.61
MCM7788	55027105E	30/01/2016	50100	162 * I	574.61
MCM7788	55027106E	30/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDC7373	55026856E	15/12/2015	50450	162 * V	191.54
MGB3880	55026019E	12/12/2015	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-



LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1917/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1917/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU2945	55027075E	08/02/2016	68232	231 * IV	127.69
MDF8262	55025955E	16/01/2016	54523	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ELTON LUIZ BORRACHINI  
PRESIDENTE DO ORTFRAI

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1914/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

## DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1914/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIP1986	55026660E	01/04/2016	51691	165
HKT0520	55026663E	04/04/2016	50100	162 * I
HKT0520	55026664E	04/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
HKT0520	55026665E	04/04/2016	67261	230 * XVIII
IAV0580	55027138E	10/03/2016	50100	162 * I
IAV0580	55027139E	10/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
IAV0580	55027250E	10/03/2016	67261	230 * XVIII
IAV0580	55027140E	10/03/2016	66371	230 * IX
LZC2557	55027100E	01/04/2016	65992	230 * V
LZC2557	55057951F	01/04/2016	50100	162 * I
LZC2557	55057952F	01/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
LZD4289	55026577E	13/03/2016	51691	165
LZD4289	55026578E	13/03/2016	64080	221
LZH9705	55057874F	04/04/2016	65992	230 * V
LZH9705	55057875F	04/04/2016	67261	230 * XVIII
LZH9705	55057878F	04/04/2016	66371	230 * IX
LZH9705	55057880F	04/04/2016	65561	230 * I
LZH9705	55057881F	04/04/2016	69120	232
MAQ1092	55057910F	01/04/2016	50100	162 * I
MAQ1092	55027042E	01/04/2016	67261	230 * XVIII
MAQ1092	55027040E	01/04/2016	51770	166
MAQ1092	55057912F	01/04/2016	65992	230 * V
MAQ1092	55057913F	01/04/2016	51691	165
MAQ1092	55057915F	01/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MLI3189	55025495E	10/03/2016	50450	162 * V
MLI3189	55027023E	10/03/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1915/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1915/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZD4289	55057731F	13/03/2016	58350	195
LZT3591	55057873F	04/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHE6462	55026890E	11/03/2016	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ELTON LUIZ BORRACHINI  
PRESIDENTE DO ORTFRAI

**GAROPABA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1189/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1189/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYA3381	54165935F	11/12/2015	69120	232	53.20
MCP6158	54167082F	17/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDO9018	54168454F	26/01/2016	50100	162 * I	574.61
MDO9018	54168455F	26/01/2016	66371	230 * IX	127.69
MFG2467	54165523F	30/11/2015	65992	230 * V	191.54
MGD9232	54168881F	08/02/2016	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1190/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1190/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APH0712	54167390F	07/02/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
AQG3668	54168325F	17/01/2016	53800	181 * I	85.13
CYD4550	54168494F	30/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DIV0962	54168817F	07/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
JDA8467	54167388F	07/02/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
JQF9738	54168736F	14/02/2016	57380	186 * II	191.54
KMX8694	54168648F	06/02/2016	55250	181 * XV	85.13
KWG4912	54168432F	08/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
LXR0152	54169154F	18/02/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
MFD7595	54168442F	12/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
MFM3187	54168464F	29/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJE4126	54168870F	07/02/2016	53800	181 * I	85.13
MJL5989	54168873F	07/02/2016	54522	181 * VIII	127.69
MJN2984	54168541F	01/02/2016	57380	186 * II	191.54

MLG3112	54168531F	01/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
NJM6991	54168471F	29/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
NVE1389	54168231F	26/01/2016	51851	167	127.69
OKF7235	54168431F	08/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
QHN4348	54167564F	05/12/2015	54600	181 * IX	85.13
QHV6321	54168185F	09/02/2016	53800	181 * I	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1188/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1188/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ISW2230	54168152F	04/01/2016	55250	181 * XV
ITY7269	54167889F	22/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MEZ0882	54167888F	22/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO  
DIRETORA DE TRANSITO

---

**GARUVA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 456/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 456/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
NGL7268	55982709D	15/03/2016	75790	277
NGL7268	55982710D	15/03/2016	65992	230 * V
NGL7268	55982712D	15/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
NGL7268	55982713D	15/03/2016	50100	162 * I
QHS5243	55983121D	26/03/2016	66102	230 * VII
QHS5243	55983122D	26/03/2016	66531	230 * XI
QHS5243	55983123D	26/03/2016	58350	195
QHS5243	55983124D	26/03/2016	52151	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA



**GASPAR****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2076/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2076/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BFC2853	54636043F	20/02/2016	65992	230 * V	191.54
CDE6797	54540439E	03/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXU0506	54636048F	23/02/2016	65992	230 * V	191.54
MBG3929	54636033F	28/01/2016	50100	162 * I	574.61
MBG3929	54636032F	28/01/2016	65992	230 * V	191.54
MBG3929	54636034F	28/01/2016	69120	232	53.20
MCF9536	54635785F	21/02/2016	51691	165	1915.38
MJE6401	54636031F	28/01/2016	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2077/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2077/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAA7290	54636045F	21/02/2016	54523	181 * VIII	127.69
ACJ9430	54636857F	25/02/2016	58350	195	127.69
ACJ9430	54636858F	25/02/2016	57970	191	1915.38
CRL9530	54832804E	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LXU0506	54636047F	23/02/2016	54600	181 * IX	85.13
MAZ6779	54636853F	10/02/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCF4877	54540846E	15/02/2016	55250	181 * XV	85.13
MFM5161	54636662F	01/02/2016	52070	169	53.20
MGZ5360	54832746E	14/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHE1728	54091446N	29/12/2015	50020	257 8\$	85.13
MHL1244	54636145F	22/02/2016	52070	169	53.20
MHM1410	54832857E	29/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJY2034	54540849E	15/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
MMI4711	54832763E	17/12/2015	55412	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOSE LORIVAL LANA  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1064/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1064/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACS3095	8590094247	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
AGB9705	8590094064	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
AHT9800	8590093182	30/01/2016	74630	218 * II	127.69
AJP6537	8590096024	22/02/2016	74550	218 * I	85.13

AKD5509	8590092701	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
AKX9577	8590091541	18/01/2016	74710	218	*	III	574.61
ALB9170	8590088944	03/01/2016	74550	218	*	I	85.13
ALJ2557	8590091871	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
ALK0765	8590094723	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
AOT5865	8590088929	03/01/2016	74630	218	*	II	127.69
APC8546	8590088676	02/01/2016	74550	218	*	I	85.13
APV4590	8590092425	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
APX9137	8590094467	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ASW5031	8590090156	11/01/2016	74550	218	*	I	85.13
AVK4918	8590085373	18/12/2015	74550	218	*	I	85.13
AXI9405	54106135N	11/02/2016	50020	257	8S		85.13
AXP5912	8590091929	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
AZC5644	8590092905	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
CAK6455	8590093925	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CBS6321	8590094606	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CCF0406	8590084765	13/12/2015	74550	218	*	I	85.13
CHI5262	8590092061	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
CXB5033	8590085512	19/12/2015	74550	218	*	I	85.13
CZZ9752	8590094173	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DET0644	8590093851	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DFJ5263	8590092943	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DFJ5263	8590093060	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DQW2940	8590092562	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DTE8413	8590094410	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
EMS0540	8590094176	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EYB9457	8590094640	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
GUV8100	8590088025	30/12/2015	74630	218	*	II	127.69
HAR8324	8590089668	07/01/2016	74550	218	*	I	85.13
HBM1661	8590094122	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
HFI0205	8590091574	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
HGF7787	8590091506	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
HIF9663	8590085161	17/12/2015	74550	218	*	I	85.13
HJE3577	8590090043	10/01/2016	74630	218	*	II	127.69
HPM4103	8590093674	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ICA9725	8590093761	04/02/2016	74630	218	*	II	127.69
IJF8486	8590094008	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ILW1445	8590086645	25/12/2015	74550	218	*	I	85.13
INC2514	8590094101	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IQS4396	8590090000	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
IQT2511	8590090596	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
IRB5633	8590091632	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
ISA8588	8590093992	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
JHO1644	8590092444	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
JKS7593	8590095610	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
JNO7964	8590094399	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LCF8229	8590094212	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LUZ5610	8590093798	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LWX0774	8590093860	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXB5306	8590088699	02/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LXG4869	8590085607	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
LYE4588	8590094462	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LYF1816	8590085389	18/12/2015	74550	218	*	I	85.13
LYG7423	8590093768	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LYK4875	8590094508	10/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LYX5040	8590091208	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LYY1859	8590089177	04/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LZD0741	8590091590	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LZH2942	8590092148	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LZR5487	8590085043	16/12/2015	74550	218	*	I	85.13
LZT3575	8590094436	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
LZZ6479	8590093865	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MAB0266	8590091947	21/01/2016	74710	218	*	III	574.61

MAB6158	8590084813	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MAH5786	8590093980	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MAM8764	8590092308	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MAZ7372	8590094252	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MBA7925	8590095850	21/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MBB1430	8590089091	04/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBC1201	54109361N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MBD7845	8590094230	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MBF5975	8590096028	22/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBG4946	8590086789	25/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MBN3856	8590094736	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBN4835	8590092257	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBO5016	8590089357	05/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBO6869	8590094594	11/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MBS6152	8590094218	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBW7122	8590092045	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBZ5183	8590094190	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBZ5191	8590094181	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MCE2689	8590085269	18/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MCI7164	8590096282	24/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCJ2882	8590094713	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCQ2897	8590092551	24/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MCQ9708	8590092078	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCR0652	8590095887	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCR2554	8590094196	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MCR7839	8590093711	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCT6668	8590094264	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCU0634	54109369N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MCU2224	8590095773	19/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MCW8321	54109341N	23/02/2016	50020	257		8\$	127.69
MCX8375	8590093682	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDC9288	8590094519	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDG1466	8590089481	09/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDG1753	8590093993	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDM2907	8590093967	06/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MDP0254	8590092654	25/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MDP5846	8590094313	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MDR5654	8590094456	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDW7153	8590093683	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDY2675	8590084974	15/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MED3943	8590085915	21/12/2015	74710	218	*	III	574.61
MEE6562	8590091123	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEI4693	8590093785	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEM6664	54109338N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MEN2346	8590094507	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEP7149	8590092348	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MES2666	8590094651	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEU2418	8590085706	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MEV1507	8590094620	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEX7238	8590094358	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEY6772	8590094220	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEY8716	8590090337	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFF4576	54109367N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MFG3424	54109347N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MFH0982	54109370N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MFI6834	8590085492	19/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MFY0406	8590093756	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFY6392	8590094124	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGA0608	8590093917	06/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MGB3359	8590093856	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGC3619	8590094597	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGC4579	8590089487	09/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGD5845	8590094389	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69

MGD5845	8590092857	27/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGG0775	8590085658	20/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MGH9475	8590092344	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGI3653	8590085968	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGI4270	8590092221	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGJ0935	8590089023	03/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGL6675	8590084454	08/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGS6554	8590084894	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGT8076	8590090047	10/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MGT8469	8590093749	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGU6703	8590094359	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGU7905	8590090110	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGV1658	54109365N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MGV2392	8590085662	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGX9668	8590096335	25/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHA8809	8590090078	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHB9016	8590091453	18/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MHC9822	8590089214	05/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHD3417	8590094234	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHD4776	8590093736	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHE6630	8590089817	06/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHG7675	8590085545	19/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MHH6172	8590092698	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHK9680	8590093777	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHL5293	8590088954	03/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHM1473	8590094615	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHN4505	8590094243	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHP9938	8590091001	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHP9966	8590088622	01/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHQ8080	8590093760	04/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MHR4850	8590090562	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHS4447	8590084840	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MHU8375	8590094355	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHY3905	54109352N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MHY8602	8590093714	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHZ7943	8590090167	11/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIG2177	8590089523	09/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIK4455	54109353N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MIK4455	54109362N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MIO4241	8590084601	13/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIQ9006	8590094051	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIU3057	8590094611	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIV2862	8590094053	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIW5223	8590090495	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIX0385	8590085776	20/12/2015	74710	218	*	III	574.61
MIX4039	8590085482	19/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MJA8019	8590084856	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJB8539	8590093710	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJD4007	8590094027	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJD9499	8590093708	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJF0402	8590090369	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJG1401	8590092271	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJL5549	8590093750	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJL8488	8590092229	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJM8920	54109351N	23/02/2016	50020	257		8\$	574.61
MJT0739	8590094067	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJT7474	8590095708	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJV5845	8590094043	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJY8415	8590089026	03/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJY9025	8590092105	23/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MJZ1019	8590091716	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKC7580	54109358N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MKD2292	8590084521	10/12/2015	74550	218	*	I	85.13



MKG0154	54109357N	23/02/2016	50020	257	8\$	127.69
MKG2436	8590091768	20/01/2016	74550	218	* I	85.13
MKG9611	8590084933	15/12/2015	74630	218	* II	127.69
MKH7410	8590084533	10/12/2015	74550	218	* I	85.13
MKK0846	8590093876	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MKM3807	8590093691	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
MKM5639	8590094548	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
MKN3071	8590094266	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MKO3169	8590086559	24/12/2015	74550	218	* I	85.13
MKP6033	8590096077	22/02/2016	74550	218	* I	85.13
MKP7447	8590093812	05/02/2016	74630	218	* II	127.69
MKQ4084	8590094254	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MKT0565	54109356N	23/02/2016	50020	257	8\$	127.69
MKT0589	54109350N	23/02/2016	50020	257	8\$	127.69
MKT6838	8590085251	17/12/2015	74550	218	* I	85.13
MKV7858	8590092040	22/01/2016	74550	218	* I	85.13
MKW2508	8590096308	25/02/2016	74550	218	* I	85.13
MKX0559	8590090451	13/01/2016	74550	218	* I	85.13
MKY7151	54109340N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MKY9501	8590085340	18/12/2015	74550	218	* I	85.13
MLB5352	8590092070	23/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLC7224	8590094350	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLE9413	8590095895	21/02/2016	74630	218	* II	127.69
MLG7078	8590085859	20/12/2015	74550	218	* I	85.13
MLI5684	8590091841	20/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLJ0770	8590096113	22/02/2016	74630	218	* II	127.69
MLN5580	54109371N	23/02/2016	50020	257	8\$	127.69
MLP6542	8590085375	18/12/2015	74550	218	* I	85.13
MLR4407	8590094443	09/02/2016	74630	218	* II	127.69
MLR5104	8590093699	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLS4777	8590093842	05/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLT4836	8590096027	22/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLV8424	8590094028	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLW4856	8590093874	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLX9741	8590094699	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLZ5045	8590090836	15/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLZ9465	8590092668	25/01/2016	74550	218	* I	85.13
MMA7866	8590092620	24/01/2016	74550	218	* I	85.13
MMC1075	8590085182	17/12/2015	74550	218	* I	85.13
MMF5080	8590094411	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
MMI2704	8590094587	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
MMI9889	8590091128	17/01/2016	74550	218	* I	85.13
MML1267	8590086371	24/12/2015	74550	218	* I	85.13
MML6741	8590094619	11/02/2016	74550	218	* I	85.13
MWR0118	8590092527	24/01/2016	74550	218	* I	85.13
NJJ4380	8590092455	23/01/2016	74550	218	* I	85.13
NOO2998	8590095076	14/02/2016	74630	218	* II	127.69
NQM4795	8590093712	04/02/2016	74630	218	* II	127.69
NSZ1651	8590094380	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
OLT2430	8590092738	26/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHA0124	8590094689	12/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHA1735	8590092390	25/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHB0917	8590094085	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHB2686	8590095892	21/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHB9231	8590094478	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHC7959	8590092173	23/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHD4180	8590092534	24/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHG1544	8590089015	03/01/2016	74630	218	* II	127.69
QHH4076	8590094406	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHJ0472	8590092299	24/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHM4396	8590094918	13/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHM5304	8590093983	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHO8300	8590096116	22/02/2016	74550	218	* I	85.13



QHP5773	54109359N	23/02/2016	50020	257	8\$	127.69
QHU2521	8590092509	23/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHV1571	8590094564	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHW5250	8590093929	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
QIO2710	8590094339	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
QJA5550	8590092012	22/01/2016	74630	218	* II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOSE LORIVAL LANA  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2074/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2074/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
COH7212	54637054F	11/04/2016	69120	232
DGD5513	P00Z10000B	22/03/2016	65480	229
LXS2718	P00Z00000B	17/03/2016	65992	230 * V
MBV9481	P012700009	14/04/2016	69120	232
MCA6857	P00Z400008	25/03/2016	50450	162 * V
MGE3114	54637057F	11/04/2016	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2075/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2075/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BZC3594	8147012120	04/04/2016	74630	218 * II
CBF9728	54832943E	02/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CJQ9916	8147012213	04/04/2016	74550	218 * I
FGH8797	8147012163	04/04/2016	74550	218 * I
HTV3286	54832936E	06/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
JKW6933	8147012146	04/04/2016	74550	218 * I
MCM5637	8147012124	04/04/2016	74630	218 * II
MDP4002	8147012149	04/04/2016	74630	218 * II
MEE8589	54540930E	09/03/2016	53980	181 * II
MFO3402	P00Z000011	08/04/2016	58197	193
MGV0770	P00Z000013	08/04/2016	58197	193
MHG7328	P00Z000012	08/04/2016	58197	193
MHZ9044	P00Z00000I	21/03/2016	60412	207
MIP7087	8147012241	04/04/2016	74550	218 * I
MIP7087	8147012261	04/04/2016	74550	218 * I
MJD1112	54832941E	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJT4980	8147012126	04/04/2016	74710	218 * III
MKJ6373	8147012197	04/04/2016	74550	218 * I
MLA1454	8147012108	04/04/2016	74550	218 * I
MLQ2919	54540933E	24/03/2016	55415	181*VII c/ Lei13146
MLV1890	54832931E	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLX1988	8147012180	04/04/2016	74630	218 * II
MMK4401	P00Z000015	08/04/2016	58197	193
QHR0466	P00Z00000M	21/03/2016	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOSE LORIVAL LANA  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1063/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1063/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AFF8391	8590102153	03/04/2016	74630	218 * II
AGB9705	8590101869	02/04/2016	74630	218 * II
AHS7440	8590101033	27/03/2016	74550	218 * I
AJW9517	8590102244	03/04/2016	74550	218 * I
AKP2845	8590098165	09/03/2016	74550	218 * I
ALA9174	8590102553	06/04/2016	74550	218 * I
AMQ8942	8590101443	30/03/2016	74550	218 * I
AOP3434	8590101897	02/04/2016	74550	218 * I
AOP3434	8590102456	05/04/2016	74550	218 * I
APS3696	8590098291	10/03/2016	74550	218 * I
AQJ4141	8590102589	06/04/2016	74550	218 * I
AQL4306	8590101863	02/04/2016	74550	218 * I
ARP0561	8590097716	06/03/2016	74550	218 * I
ATM2938	8590102527	06/04/2016	74550	218 * I
ATP8920	8590102126	03/04/2016	74550	218 * I
AUF7563	8590099048	14/03/2016	74550	218 * I
AUN2718	8590101903	02/04/2016	74630	218 * II
AVN6369	8590100869	27/03/2016	74550	218 * I
AVQ2059	8590098202	10/03/2016	74630	218 * II
AVX9645	8590102007	02/04/2016	74550	218 * I
AXP6349	8590101953	02/04/2016	74550	218 * I
AZH7229	8590101199	28/03/2016	74550	218 * I
BAD9611	8590102368	04/04/2016	74550	218 * I
BEG5505	8590098547	13/03/2016	74550	218 * I
CAJ1894	8590101959	02/04/2016	74550	218 * I
CKH6858	8590100682	26/03/2016	74550	218 * I
CLG2650	8590097960	07/03/2016	74630	218 * II
CRC5386	8590101554	31/03/2016	74630	218 * II
CSC5447	8590097626	06/03/2016	74550	218 * I

CWO3217	8590097748	06/03/2016	74550	218	*	I
DCW6055	8590097936	07/03/2016	74630	218	*	II
DCX5280	8590099517	17/03/2016	74550	218	*	I
DMI4088	8590097787	06/03/2016	74630	218	*	II
DNB9808	8590098188	10/03/2016	74550	218	*	I
DPN0475	8590099627	18/03/2016	74550	218	*	I
EAE1111	8590102472	05/04/2016	74550	218	*	I
ETF9039	8590099304	15/03/2016	74550	218	*	I
EVE6388	8590098187	10/03/2016	74550	218	*	I
EXT4273	8590101583	31/03/2016	74630	218	*	II
FSM0522	8590102328	04/04/2016	74550	218	*	I
HJT0246	8590097880	07/03/2016	74550	218	*	I
ICE4393	8590098010	08/03/2016	74550	218	*	I
ICP7869	8590102538	06/04/2016	74550	218	*	I
IEM7272	8590101500	31/03/2016	74550	218	*	I
IKK8572	8590102149	03/04/2016	74550	218	*	I
IKQ8954	8590097539	06/03/2016	74550	218	*	I
IMQ7018	8590102133	03/04/2016	74630	218	*	II
IOQ0084	8590097650	06/03/2016	74630	218	*	II
IOS2224	8590102370	04/04/2016	74550	218	*	I
IPR8146	8590102463	05/04/2016	74630	218	*	II
ITA2530	54116316N	15/03/2016	50020	257	8\$	
IWK8541	8590097073	03/03/2016	74550	218	*	I
JKX2700	8590097706	06/03/2016	74630	218	*	II
JNA5835	8590097623	06/03/2016	74550	218	*	I
JXE8617	8590099355	16/03/2016	74550	218	*	I
KJN1001	8590102197	03/04/2016	74550	218	*	I
KNG6000	8590102032	02/04/2016	74550	218	*	I
LCQ8822	8590096768	28/02/2016	74550	218	*	I
LWU6406	8590099501	17/03/2016	74550	218	*	I
LXA7027	8590097842	06/03/2016	74630	218	*	II
LXA9648	8590097613	06/03/2016	74550	218	*	I
LXH5888	8590101966	02/04/2016	74550	218	*	I
LXJ8099	8590101987	02/04/2016	74630	218	*	II
LXK4989	8590102503	06/04/2016	74550	218	*	I
LXO1643	8590102406	05/04/2016	74550	218	*	I
LXP7943	8590098100	09/03/2016	74550	218	*	I
LXP9555	8590102086	02/04/2016	74630	218	*	II
LXV1932	8590101955	02/04/2016	74550	218	*	I
LXX2033	8590098419	14/03/2016	74550	218	*	I
LXY3438	8590102536	06/04/2016	74550	218	*	I
LXY8960	8590102549	06/04/2016	74550	218	*	I
LYM1102	8590102160	03/04/2016	74550	218	*	I
LYP2492	8590101749	01/04/2016	74550	218	*	I
LYQ1652	8590098047	08/03/2016	74550	218	*	I
LYT6784	8590099102	20/03/2016	74630	218	*	II
LZA7276	8590099300	15/03/2016	74550	218	*	I
LZB2590	8590098392	13/03/2016	74630	218	*	II
LZB2590	8590099001	13/03/2016	74550	218	*	I
LZD3536	8590101968	02/04/2016	74630	218	*	II
LZH4493	8590102383	05/04/2016	74550	218	*	I
LZJ7188	8590099818	19/03/2016	74550	218	*	I
LZK8802	8590102367	04/04/2016	74550	218	*	I
MAH1275	8590097723	06/03/2016	74550	218	*	I
MAL6350	8590102227	03/04/2016	74550	218	*	I
MAO2663	8590102378	05/04/2016	74550	218	*	I
MAO6748	8590101929	02/04/2016	74550	218	*	I
MAO8472	8590102348	04/04/2016	74550	218	*	I
MAR4987	8590102235	03/04/2016	74550	218	*	I
MBC0723	8590102180	03/04/2016	74630	218	*	II
MBC9105	8590102116	03/04/2016	74550	218	*	I
MBD5272	8590097863	06/03/2016	74630	218	*	II
MBG0425	8590102349	04/04/2016	74550	218	*	I

MBH9052	8590101952	02/04/2016	74550	218	*	I
MBI4681	8590098698	19/03/2016	74550	218	*	I
MBI8392	8590102557	06/04/2016	74550	218	*	I
MBK0484	8590097805	06/03/2016	74630	218	*	II
MBP1737	8590098034	08/03/2016	74550	218	*	I
MBQ8742	8590102509	06/04/2016	74550	218	*	I
MBS2752	8590101932	02/04/2016	74630	218	*	II
MCC9592	8590102041	02/04/2016	74710	218	*	III
MCC9592	8590102439	05/04/2016	74550	218	*	I
MCF3817	8590101510	31/03/2016	74630	218	*	II
MCJ5365	54126568N	19/04/2016	50020	257	8S	
MCL4377	8590098185	10/03/2016	74550	218	*	I
MCO6285	8590097551	07/03/2016	74630	218	*	II
MCP6518	8590102193	03/04/2016	74550	218	*	I
MCR0021	8590102080	02/04/2016	74550	218	*	I
MCR3745	8590102566	06/04/2016	74550	218	*	I
MCV1890	8590101928	02/04/2016	74550	218	*	I
MDA6051	8590098281	10/03/2016	74550	218	*	I
MDE8647	8590102413	05/04/2016	74550	218	*	I
MDO2654	8590102327	04/04/2016	74550	218	*	I
MDP2190	8590102082	02/04/2016	74550	218	*	I
MEB9953	8590102298	03/04/2016	74550	218	*	I
MED4087	8590098045	08/03/2016	74550	218	*	I
MEF9887	8590102287	03/04/2016	74550	218	*	I
MEI6318	8590098180	10/03/2016	74550	218	*	I
MEJ4652	8590102437	05/04/2016	74550	218	*	I
MEJ9161	8590097965	07/03/2016	74550	218	*	I
MEO1908	8590098204	10/03/2016	74630	218	*	II
MER9498	8590097799	06/03/2016	74550	218	*	I
MET0295	8590102571	06/04/2016	74550	218	*	I
MET3008	8590101908	02/04/2016	74550	218	*	I
MFA1385	8590102207	03/04/2016	74550	218	*	I
MFB8676	8590102033	02/04/2016	74550	218	*	I
MFE4782	8590096905	01/03/2016	74630	218	*	II
MFE5652	8590102382	05/04/2016	74550	218	*	I
MFJ7939	8590102312	03/04/2016	74550	218	*	I
MFL2789	8590097300	05/03/2016	74550	218	*	I
MFP1008	8590097359	04/03/2016	74550	218	*	I
MFP4895	8590102423	05/04/2016	74550	218	*	I
MFT8229	8590102427	05/04/2016	74550	218	*	I
MFT8229	8590097771	06/03/2016	74550	218	*	I
MFU9790	8590095352	17/02/2016	74550	218	*	I
MFU9889	8590097534	06/03/2016	74550	218	*	I
MFV2046	8590102147	03/04/2016	74550	218	*	I
MFW9679	8590102482	06/04/2016	74630	218	*	II
MFZ6181	8590101909	02/04/2016	74630	218	*	II
MGB5979	8590102157	03/04/2016	74550	218	*	I
MGD2334	8590097172	05/03/2016	74630	218	*	II
MGF0237	8590102233	03/04/2016	74550	218	*	I
MGG7656	8590102602	06/04/2016	74630	218	*	II
MGG7842	8590102385	05/04/2016	74550	218	*	I
MGH3033	8590097770	06/03/2016	74550	218	*	I
MGH5063	8590099410	16/03/2016	74550	218	*	I
MGL6750	8590097602	06/03/2016	74550	218	*	I
MGP2536	8590097878	06/03/2016	74630	218	*	II
MGS8886	8590102323	03/04/2016	74550	218	*	I
MGT5664	8590098330	10/03/2016	74550	218	*	I
MGU1594	8590102464	05/04/2016	74630	218	*	II
MGU3483	8590102297	03/04/2016	74630	218	*	II
MGW0081	8590098080	08/03/2016	74550	218	*	I
MGX5378	8590102130	03/04/2016	74550	218	*	I
MGX9997	8590099359	16/03/2016	74550	218	*	I
MGY1416	8590102337	04/04/2016	74550	218	*	I



MGY3197	8590095550	19/02/2016	74550	218	*	I
MGY7871	8590099453	16/03/2016	74550	218	*	I
MHB8269	54116298N	15/03/2016	50020	257	8\$	
MHE9678	8590098105	09/03/2016	74550	218	*	I
MHG1022	8590101862	02/04/2016	74550	218	*	I
MHL3667	8590100854	26/03/2016	74630	218	*	II
MHM1473	54126567N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MHO2859	8590096931	02/03/2016	74550	218	*	I
MHO9190	8590099030	13/03/2016	74550	218	*	I
MHP3061	8590098084	09/03/2016	74550	218	*	I
MHQ5125	8590097591	08/03/2016	74630	218	*	II
MHQ7510	8590097891	07/03/2016	74630	218	*	II
MHZ0505	8590102112	03/04/2016	74550	218	*	I
MIF6987	54116350N	17/03/2016	50020	257	8\$	
MIG9699	54119048N	29/03/2016	50020	257	8\$	
MIH0985	8590102379	05/04/2016	74550	218	*	I
MII3287	8590102352	04/04/2016	74550	218	*	I
MIK4455	8590102407	05/04/2016	74550	218	*	I
MIL5792	8590102075	02/04/2016	74550	218	*	I
MIL8896	54126563N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MIQ5496	8590102414	05/04/2016	74630	218	*	II
MIS0310	8590102554	06/04/2016	74550	218	*	I
MIU4842	8590098190	10/03/2016	74550	218	*	I
MIU5319	8590098242	10/03/2016	74710	218	*	III
MIX3656	8590098306	10/03/2016	74550	218	*	I
MJE7186	8590102263	03/04/2016	74630	218	*	II
MJF3620	8590097689	06/03/2016	74550	218	*	I
MJG0803	8590102015	02/04/2016	74550	218	*	I
MJG8529	8590097085	03/03/2016	74550	218	*	I
MJH2233	8590102569	06/04/2016	74630	218	*	II
MJI7327	8590098146	09/03/2016	74550	218	*	I
MJK4678	8590098334	10/03/2016	74630	218	*	II
MJQ5004	8590097660	06/03/2016	74550	218	*	I
MJS7972	8590102170	03/04/2016	74550	218	*	I
MJY0087	8590102054	02/04/2016	74550	218	*	I
MKB0639	8590098685	19/03/2016	74550	218	*	I
MKD4252	8590102215	03/04/2016	74550	218	*	I
MKF0676	8590097013	05/03/2016	74550	218	*	I
MKF9449	8590097547	06/03/2016	74630	218	*	II
MKG1768	8590097690	06/03/2016	74550	218	*	I
MKH8543	8590101458	30/03/2016	74550	218	*	I
MKJ8184	54126566N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MKK0175	8590102221	03/04/2016	74550	218	*	I
MKL6866	8590098726	20/03/2016	74550	218	*	I
MKL8893	8590097930	07/03/2016	74630	218	*	II
MKS3917	8590102492	06/04/2016	74630	218	*	II
MKS4673	8590096923	02/03/2016	74550	218	*	I
MKT0713	8590097640	06/03/2016	74550	218	*	I
MKU9605	54119049N	29/03/2016	50020	257	8\$	
MKU9605	54119050N	29/03/2016	50020	257	8\$	
MKV8400	8590102389	05/04/2016	74550	218	*	I
MKX6021	8590102316	03/04/2016	74630	218	*	II
MKY6037	8590102285	03/04/2016	74550	218	*	I
MLA1634	8590098545	13/03/2016	74550	218	*	I
MLB1272	8590102200	03/04/2016	74550	218	*	I
MLD2177	8590099864	19/03/2016	74550	218	*	I
MLF4587	8590102336	04/04/2016	74550	218	*	I
MLG6616	8590102358	04/04/2016	74550	218	*	I
MLG6616	8590098007	08/03/2016	74550	218	*	I
MLK8481	8590096337	25/02/2016	74550	218	*	I
MLK8481	8590095389	17/02/2016	74550	218	*	I
MLN1609	8590102377	05/04/2016	74630	218	*	II
MLO1412	8590102539	06/04/2016	74550	218	*	I



MLO7429	8590102362	04/04/2016	74550	218	*	I
MLO8199	8590097622	06/03/2016	74550	218	*	I
MLP7032	8590098262	10/03/2016	74550	218	*	I
MLR1765	8590102028	02/04/2016	74550	218	*	I
MLR3862	8590098223	10/03/2016	74550	218	*	I
MLR6323	8590097696	06/03/2016	74550	218	*	I
MLS4063	8590101889	02/04/2016	74630	218	*	II
MLS5867	8590102163	03/04/2016	74550	218	*	I
MLV7349	8590097694	06/03/2016	74630	218	*	II
MLW5834	8590099326	15/03/2016	74550	218	*	I
MLW6635	8590100502	25/03/2016	74550	218	*	I
MLW8102	8590099753	19/03/2016	74550	218	*	I
MLY0790	8590102471	05/04/2016	74550	218	*	I
MLY8843	8590099094	20/03/2016	74630	218	*	II
MMB7940	8590096904	01/03/2016	74550	218	*	I
MMC0113	8590099418	16/03/2016	74550	218	*	I
MMC0177	8590102119	03/04/2016	74550	218	*	I
MMC0177	8590102264	03/04/2016	74630	218	*	II
MMC6143	8590102257	03/04/2016	74550	218	*	I
MMD5756	8590099071	14/03/2016	74550	218	*	I
MMF4760	8590101460	30/03/2016	74550	218	*	I
MML4085	8590102247	03/04/2016	74550	218	*	I
MOW0840	8590097656	06/03/2016	74630	218	*	II
MUV4474	8590098017	08/03/2016	74550	218	*	I
MXF8290	8590102445	05/04/2016	74550	218	*	I
NST6448	8590100964	27/03/2016	74550	218	*	I
OKE1868	8590097994	07/03/2016	74550	218	*	I
OKG1804	8590097957	07/03/2016	74630	218	*	II
OKG1804	8590098268	10/03/2016	74550	218	*	I
OKG7075	8590101957	02/04/2016	74550	218	*	I
OKG9750	8590102129	03/04/2016	74630	218	*	II
OKH1245	54119046N	29/03/2016	50020	257	8\$	
ORJ9415	8590098168	09/03/2016	74550	218	*	I
QHC3543	8590097449	01/03/2016	74550	218	*	I
QHD5637	54119041N	29/03/2016	50020	257	8\$	
QHD5637	8590099174	12/03/2016	74630	218	*	II
QHD8672	8590097847	06/03/2016	74550	218	*	I
QHD9754	8590102094	03/04/2016	74550	218	*	I
QHF2210	8590098902	13/03/2016	74550	218	*	I
QHF4335	8590102246	03/04/2016	74550	218	*	I
QHG3115	8590102450	05/04/2016	74550	218	*	I
QHG3751	8590098015	08/03/2016	74550	218	*	I
QHI0393	8590097672	06/03/2016	74550	218	*	I
QHI4514	8590098071	08/03/2016	74550	218	*	I
QHJ1196	8590098735	20/03/2016	74550	218	*	I
QHL0839	8590102365	04/04/2016	74550	218	*	I
QHL9196	8590099669	18/03/2016	74550	218	*	I
QHO2674	8590097993	07/03/2016	74550	218	*	I
QHQ5462	8590097553	07/03/2016	74550	218	*	I
QHS4671	8590097707	06/03/2016	74630	218	*	II
QHV3340	8590102501	06/04/2016	74630	218	*	II
QIH0405	8590101871	02/04/2016	74710	218	*	III
QJC7070	8590102292	03/04/2016	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOSE LORIVAL LANA  
DIRETOR DE TRANSITO

---

**GOVERNADOR CELSO RAMOS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 770/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 770/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFW1851	54531311F	13/02/2016	65992	230 * V	191.54
AFW1851	54531310F	13/02/2016	50100	162 * I	574.61
BZH0815	54531295F	08/02/2016	54527	181 * VIII	127.69
CCO8855	54531721F	17/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DVL0599	54530827F	14/02/2016	54525	181 * VIII	127.69
MAW9079	54530830F	14/02/2016	54525	181 * VIII	127.69
MEB6230	54531352F	17/01/2016	53800	181 * I	85.13
MFJ8370	54531294F	08/02/2016	54527	181 * VIII	127.69
MFK9887	54531299F	12/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFN0466	55647900D	21/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFV3549	55647296D	25/12/2015	54522	181 * VIII	127.69
MGG1034	54530831F	14/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
MGL0306	54530792F	14/12/2015	69120	232	53.20
MHG4173	54109502N	23/02/2016	50020	257 8\$	127.69
MIO4474	54531691F	17/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJE6237	54531501F	07/01/2016	67000	230 * XVI	127.69
MJK4497	54530727F	18/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
MLO3894	54531300F	12/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
QHD1707	54530580F	13/12/2015	54521	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 769/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 769/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCX8598 54531806F 12/03/2016 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**Grão Pará**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 550/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 550/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYI3382 54030135F 08/04/2016 50450 162 \* V  
MIN3005 54030134F 02/04/2016 75790 277  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDRE LUIZ BERMUDEZ PEREIRA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

---

**GUARAMIRIM**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1125/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1125/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
LYW5449 P00QY00005 22/02/2016 65992 230 \* V 191.54  
LYW5449 P00QY00006 22/02/2016 50100 162 \* I 574.61  
LYW5449 P00QY00008 22/02/2016 67261 230 \* XVIII 127.69  
MBL9965 P00Q20002Y 26/02/2016 65992 230 \* V 191.54  
MBL9965 P00Q20002Z 26/02/2016 69120 232 53.20  
MCJ9342 P00QR0002B 20/02/2016 51180 164 c/c 162 \* I 574.61  
MDA5437 54335430F 16/12/2015 66371 230 \* IX 127.69  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1126/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1126/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJW8560	54955900E	21/12/2015	54600	181 * IX	85.13
DPG2510	P00QR00001	16/01/2016	55250	181 * XV	85.13
LWT1349	P00QQ00011	08/02/2016	61732	215 * I * a	127.69
LXQ6087	P00QD0000X	23/01/2016	54522	181 * VIII	127.69
LYD1901	P00Q20003B	27/02/2016	54281	181 * V	191.54
MCY8594	P00Q200028	07/02/2016	72340	250 * I * a	85.13
MER8524	54335221F	19/12/2015	54521	181 * VIII	127.69
MGC2480	P00Q200033	26/02/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
MJN3376	P00Q20002T	22/02/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1123/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1123/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALH7076	P00QQ0002R	16/03/2016	50450	162 * V
MBG1383	P00QT0008T	18/04/2016	73400	252 * IV
MBN1174	P00QT0002J	09/03/2016	65992	230 * V
MBN1174	P00QT0002I	09/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MBN1174	P00QT0002H	09/03/2016	50100	162 * I
MEH8994	P00Q20005O	23/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MEH8994	P00Q20005P	23/03/2016	72850	250 * III
MEJ1717	P00QQ00033	20/03/2016	66532	230 * XI
MEO7627	P00Q20005U	25/03/2016	65561	230 * I
MEO7627	P00Q200061	25/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MEO7627	P00Q200062	25/03/2016	50100	162 * I
MEO7627	P00Q200063	25/03/2016	66531	230 * XI
MEO7627	P00Q200064	25/03/2016	66102	230 * VII
MEO7627	P00Q200065	25/03/2016	65561	230 * I
MEO7627	P00Q200066	25/03/2016	52741	175
MEW0641	P00QT00058	26/03/2016	66372	230 * IX
MFS5934	P00QT0008J	16/04/2016	51691	165
MGH4861	P00QQ00032	19/03/2016	51691	165
MHW6780	P00QQ0003L	26/03/2016	73580	252 * V
MKV2353	P00QT0003P	17/03/2016	73400	252 * IV
MLS7717	P00QT00050	23/03/2016	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1124/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1124/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHB7545	P00SF0001M	21/03/2016	73662	252 * VI
ECH5580	P00QT00085	15/04/2016	52070	169
MAN1730	P00QQ0005B	18/04/2016	51851	167
MBH4467	P00QT0003Y	17/03/2016	61220	214 * I
MEH8994	P00Q20005M	23/03/2016	58350	195
MEO7627	P00Q200060	25/03/2016	58350	195
MFE3245	P00Q20005D	23/03/2016	54600	181 * IX
MFS5934	P00QT0008K	16/04/2016	57380	186 * II
MFJ3172	P00Q200085	16/04/2016	54870	181 * XI
MGJ9600	P00Q20006R	29/03/2016	51851	167
MGK9913	P00QT00040	21/03/2016	51851	167
MHY7251	P00QT0004Q	21/03/2016	55415	181*VII c/ Lei13146
MIN0489	P00Q20005Q	24/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIX7253	P00QQ0003B	23/03/2016	51851	167
MKY7227	P00QT0004H	21/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLJ3711	P00QQ0003I	25/03/2016	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

**HERVAL D'OESTE****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1235/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1235/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGR7473	55645532E	23/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
AGR7473	55645531E	23/12/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1236/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1236/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

JTR1561 54621941F 17/02/2016 51851 167 127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GILBERTO JOSE DURIGON  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1234/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1234/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJM6817	P00ZN0004Z	18/04/2016	50100	162 * I
MJM6817	P00ZN00050	18/04/2016	51180	164 c/c 162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**IBIAM****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8580 207/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM - ORTRAM - 209200

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8580 207/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDM0926	55956019C	13/02/2016	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIAM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ELCIR ANTONIO BARTH DA COSTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**ILHOTA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 815/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 815/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZU8509	54299095F	20/02/2016	65992	230 * V	191.54
MBN2733	54299084F	12/02/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
MBN2733	54299085F	12/02/2016	73400	252 * IV	85.13
MDQ8505	54298984F	12/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MEE7757	54298750F	19/12/2015	50100	162 * I	574.61
MER6043	54299354F	20/02/2016	50450	162 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 814/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 814/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAV6674	54299322F	04/03/2016	70301	244 * I
MAV6674	54299323F	04/03/2016	58350	195
MAV6674	54299325F	04/03/2016	58191	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO  
DELEGADO DE POLICIA

### IMBITUBA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2058/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2058/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABK9149	54063066F	24/12/2015	65992	230 * V	191.54
BOL3016	55667252F	19/02/2016	50450	162 * V	191.54
DTR2858	54060163F	07/02/2016	75790	277	1915.38
IPR3941	54060469F	17/02/2016	66372	230 * IX	127.69
LXC7007	55667503F	15/02/2016	50100	162 * I	574.61
LXC7007	55667505F	15/02/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZP7249	54063140F	13/02/2016	50100	162 * I	574.61
MAJ9621	54063041F	12/02/2016	66372	230 * IX	127.69
MAJ9621	54063040F	12/02/2016	50100	162 * I	574.61
MCK7013	54658477C	05/02/2016	50100	162 * I	574.61
MET8752	54059969F	09/01/2016	52741	175	1915.38
MFZ5428	54063339F	08/01/2016	50100	162 * I	574.61
MFZ5428	54063343F	08/01/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MFZ5428	54063342F	08/01/2016	52741	175	1915.38
MHG2888	54062112F	26/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MHT2411	54060657F	25/12/2015	65992	230 * V	191.54
MMH0395	54059979F	16/01/2016	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.



RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2059/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2059/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALQ1409	54062936F	19/12/2015	55500	181 * XVIII	85.13
AWW9524	54062940F	14/01/2016	73662	252 * VI	85.13
CYJ4514	54060412F	24/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DBZ9133	54063435F	29/12/2015	54100	181 * IV	85.13
IQC9216	55667721F	13/02/2016	53800	181 * I	85.13
ITG6385	55796620D	19/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ITP3393	54063287F	31/01/2016	51851	167	127.69
LXT2540	54096035N	08/01/2016	50020	257 8\$	53.20
MCM9173	54061441F	24/12/2015	55414	181 * XVII	53.20
MDE2828	54063098F	15/01/2016	51851	167	127.69
MDV0292	54062477F	11/02/2016	55250	181 * XV	85.13
MFD7595	55032168E	11/02/2016	55250	181 * XV	85.13
MFO2026	54706638E	21/12/2015	58194	193	574.61
MFZ5428	54063341F	08/01/2016	70561	244 * III	191.54
MGY9147	54062730F	26/12/2015	55411	181 * XVII	53.20
MHG2888	54062109F	26/12/2015	52583	174	1915.38
MIM2644	54062928F	19/12/2015	55500	181 * XVIII	85.13
MIQ5166	54060713F	22/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIV2999	54706637E	21/12/2015	55414	181 * XVII	53.20
MJA7718	54062991F	16/12/2015	55250	181 * XV	85.13
MKG8431	55699876E	18/12/2015	51851	167	127.69
MKN2896	54061238F	13/01/2016	54100	181 * IV	85.13
MKU8395	54105942N	10/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MLL0246	54061729F	08/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLQ8857	54062673F	02/02/2016	55414	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MWJ5888	54062930F	19/12/2015	55500	181 * XVIII	85.13
NFU2800	54061646F	26/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
OQX0060	55032178E	12/02/2016	55250	181 * XV	85.13
QHB3310	54060446F	06/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 426/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - ZONA AZUL - 28143

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 426/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFW9864	54639874F	16/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
MIB5026	54640269F	20/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLB6937	54639872F	15/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2056/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2056/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGW7597	55667631F	10/04/2016	73580	252 * V
CDL9044	54063916F	22/03/2016	50292	162 * II
IOI7298	55667399F	20/03/2016	66102	230 * VII
LWY6135	54062695F	23/03/2016	67261	230 * XVIII
LWY6135	54062694F	23/03/2016	66371	230 * IX
MCE8019	55030292E	07/03/2016	66372	230 * IX
MFJ0058	55667256F	23/03/2016	50100	162 * I
MKF5408	54062674F	20/02/2016	65992	230 * V
QHF4458	55667858F	13/04/2016	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2057/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2057/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGW7597	55667630F	10/04/2016	58350	195

AGW7597	55667629F	10/04/2016	51851	167
DSS5621	55667903F	24/03/2016	55500	181 * XVIII
KAB2212	54127087N	19/04/2016	50020	257 8\$
LNU0685	55667557F	22/03/2016	51851	167
LWR6700	55667439F	25/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MBV7260	55667438F	25/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGZ5033	55699097E	14/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJM0994	55667972F	10/04/2016	56570	182 * IX
MJZ2299	54127086N	19/04/2016	50020	257 8\$
MKG6471	54061376F	19/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKI9320	54062768F	13/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLW1064	55667621F	21/03/2016	55500	181 * XVIII
QHH9520	55667614F	21/03/2016	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 425/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - ZONA AZUL - 28143

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 425/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AVV9649	54639930F	14/04/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
IDU3170	54640389F	17/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
ILF1833	54640384F	16/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
IOE9976	54640355F	08/03/2016	55413	181*XVII c/ Lei13146
MAJ3532	54640315F	17/03/2016	51851	167
MKA3504	54640392F	18/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
MMH1332	54639833F	02/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
QHB6222	54640370F	11/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### INDAIAL

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 1846/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 1846/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEC6121	55489201E	08/01/2016	50100	162 * I	574.61
AFL4630	55724201E	22/01/2016	65992	230 * V	191.54
AFO0106	55489115E	18/12/2015	65992	230 * V	191.54
AGH2175	55723673E	26/12/2015	65992	230 * V	191.54
ASS4477	55722800E	29/01/2016	65992	230 * V	191.54
CIA7014	55724276E	30/01/2016	65992	230 * V	191.54
CIA7014	55724278E	30/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
CVX7779	55722009E	05/01/2016	65992	230 * V	191.54
CVX7779	55722010E	05/01/2016	50450	162 * V	191.54
ICE4247	55724263E	24/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ICE4247	55724259E	24/01/2016	51691	165	1915.38
ICE4247	55724260E	24/01/2016	50100	162 * I	574.61
ICE4247	55724261E	24/01/2016	65992	230 * V	191.54
IOA8386	55724081E	24/01/2016	50450	162 * V	191.54
IOP0950	55489080E	16/12/2015	69120	232	53.20
LXF3197	55722011E	17/01/2016	65992	230 * V	191.54
LYD8722	55724367E	29/02/2016	66102	230 * VII	127.69
LYD8722	55724379E	29/02/2016	66700	230 * XIII	127.69
LYD8722	55724381E	29/02/2016	66610	230 * XII	127.69
LYT1642	55489298E	15/02/2016	69120	232	53.20
MAT9344	55724208E	28/01/2016	69120	232	53.20

MAT9344	55724207E	28/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MAV4631	55724158E	26/01/2016	50100	162	*	I	574.61
MAV4631	55724162E	26/01/2016	67261	230	*	XVIII	127.69
MAV4631	55724163E	26/01/2016	52741	175			1915.38
MAV4631	55724166E	26/01/2016	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MAV8526	55724022E	10/01/2016	50450	162	*	V	191.54
MAZ8002	55724145E	17/02/2016	66102	230	*	VII	127.69
MBB2711	55724094E	14/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MBT0274	55724351E	04/02/2016	66102	230	*	VII	127.69
MCD0146	55724218E	09/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MCS6357	55488933E	25/01/2016	50100	162	*	I	574.61
MCS6357	55488934E	25/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MDK1634	55723925E	05/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MDK1634	55723926E	05/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MDK9994	55724364E	16/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MDL5602	55722797E	27/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MEA5488	55724124E	03/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MEA5488	55724126E	03/02/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MEB8767	55723763E	14/11/2015	65992	230	*	V	191.54
MEB8767	55723310E	25/11/2015	66531	230	*	XI	127.69
MEH7199	55724105E	28/01/2016	50100	162	*	I	574.61
MEH7199	55724106E	28/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MEH7199	55724107E	28/01/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MEH7199	55724111E	28/01/2016	67691	230	*	XXII	85.13
MEK6160	55724209E	28/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MEW5153	55724267E	28/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MEW5153	55724269E	28/01/2016	69120	232			53.20
MFM5511	55489256E	28/01/2016	73400	252	*	IV	85.13
MGE2162	55723953E	12/12/2015	50450	162	*	V	191.54
MGE2162	55723954E	12/12/2015	52741	175			1915.38
MHW3924	55489242E	23/01/2016	50100	162	*	I	574.61
MHW3924	55723798E	29/01/2016	50100	162	*	I	574.61
MIA6509	55724133E	03/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MIA6509	55724134E	03/02/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MJD5893	55721921E	22/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MJD5893	55721919E	22/01/2016	50450	162	*	V	191.54
MJM8920	55722473E	16/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MLG3064	55724211E	03/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MLZ3816	55724295E	09/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MPI4463	55723387E	20/01/2016	50450	162	*	V	191.54
MPI4463	55723386E	20/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MPI4463	55723788E	20/01/2016	51691	165			1915.38
MPI4463	55723789E	20/01/2016	69120	232			53.20
MPK8531	55724033E	22/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MPK8531	55724034E	22/01/2016	50100	162	*	I	574.61
QHI2706	55724366E	16/02/2016	73400	252	*	IV	85.13
QHJ4893	55724202E	23/01/2016	50100	162	*	I	574.61
QHJ4893	55724080E	24/01/2016	51180	164	c/c	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.



JOSE KLOCK  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 1847/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 1847/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFO0106	55489114E	18/12/2015	51851	167	127.69
ANW5399	55724103E	23/01/2016	55250	181 * XV	85.13
CZR0060	55488872E	03/11/2015	55411	181 * XVII	53.20
DQZ6071	55721918E	16/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13
ICE4247	55724262E	24/01/2016	52152	170	191.54
ICE4247	55724264E	24/01/2016	60760	210	191.54
ICE4247	55724258E	24/01/2016	58350	195	127.69
IEJ2112	55489307E	28/01/2016	51851	167	127.69
IEJ2112	55489308E	28/01/2016	51930	168	191.54
JHX0678	55724377E	28/02/2016	55250	181 * XV	85.13
LAZ0925	55489238E	22/01/2016	59670	203 * V	957.69
LYT1642	55489297E	15/02/2016	70640	244 * IV	191.54
MAV4631	55724159E	26/01/2016	58350	195	127.69
MAV4631	55724160E	26/01/2016	52070	169	53.20
MAV4631	55724164E	26/01/2016	52152	170	191.54
MAV4631	55724165E	26/01/2016	58197	193	574.61
MBC1809	55489031E	11/12/2015	51851	167	127.69
MCS6357	55489248E	25/01/2016	58194	193	574.61
MCS6357	55489249E	25/01/2016	60502	208	191.54
MDK1634	55723927E	05/02/2016	52070	169	53.20
MDP3753	55489296E	15/02/2016	70721	244 * V	191.54
MEA5488	55724127E	03/02/2016	52152	170	191.54
MEA5488	55724129E	03/02/2016	59401	203 * III	957.69
MEA5488	55724131E	03/02/2016	58350	195	127.69
MEH7199	55724108E	28/01/2016	59401	203 * III	957.69
MEH7199	55724109E	28/01/2016	52152	170	191.54
MEH7199	55724110E	28/01/2016	52151	170	191.54
MEK7017	55489280E	10/02/2016	55250	181 * XV	85.13
MFE8135	55489033E	11/12/2015	51851	167	127.69
MFO3811	55489294E	13/02/2016	70640	244 * IV	191.54
MFS2258	55489290E	13/02/2016	51851	167	127.69
MGO6197	55723992E	06/01/2016	56141	182 * V	127.69
MGP1903	55489278E	06/02/2016	70640	244 * IV	191.54
MHD0087	55489209E	16/01/2016	51930	168	191.54
MHW3924	55489241E	23/01/2016	52070	169	53.20
MJM1110	55489142E	23/12/2015	51851	167	127.69
MJQ6063	55721917E	16/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MKG5689	55724027E	18/01/2016	60501	208	191.54
MLB7812	55489266E	02/02/2016	54521	181 * VIII	127.69

MMK2565	55489283E	11/02/2016	59670	203 * V	957.69
MVX6983	55724374E	28/02/2016	55250	181 * XV	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JAISON CARDOSO DE AGUIAR  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8789 347/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - ELETRONICO - 281470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8789 347/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAA5072	8789057396	21/12/2015	74550	218 * I	85.13
AFY0446	8789058341	12/01/2016	74550	218 * I	85.13
AGE2255	8789059193	28/01/2016	74550	218 * I	85.13
AIH0829	8789058563	16/01/2016	74550	218 * I	85.13
AIH0829	8789058565	16/01/2016	74550	218 * I	85.13
AJV2011	8789058246	09/01/2016	74550	218 * I	85.13
AKR1633	8789057154	17/12/2015	74550	218 * I	85.13
ALI8497	8789058374	13/01/2016	74550	218 * I	85.13
ANH0189	8789059396	05/02/2016	74550	218 * I	85.13
ANH0189	8789059384	04/02/2016	74630	218 * II	127.69
ANH0189	8789059392	04/02/2016	74550	218 * I	85.13
AVF9402	8789055740	09/11/2015	74550	218 * I	85.13
AWT5697	8789058590	11/01/2016	74550	218 * I	85.13
AWY1871	8789058408	14/01/2016	74630	218 * II	127.69
AZR8788	8789058658	01/02/2016	74550	218 * I	85.13
BQK6678	8789059142	26/01/2016	74630	218 * II	127.69
BRD5392	8789059041	24/01/2016	74550	218 * I	85.13
BUA3176	8789056393	25/11/2015	74550	218 * I	85.13
BYN4620	8789058381	13/01/2016	74550	218 * I	85.13
CFL9076	8789059351	03/02/2016	74550	218 * I	85.13
CFT4375	8789058507	16/01/2016	74630	218 * II	127.69
CIG1010	8789058240	09/01/2016	74550	218 * I	85.13

CRE0973	8789057415	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
CSB7594	8789059359	03/02/2016	74710	218	*	III	574.61
CVU9641	8789059297	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
CZL1141	8789058245	09/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DEB0774	8789058411	14/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DFY5049	8789058657	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DYY4931	8789058602	14/01/2016	74550	218	*	I	85.13
ECT4230	8789058869	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
EGM1684	8789058649	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
EID1966	8789058258	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
EJU1853	8789058596	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
FLA6450	8789058355	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
GFG6633	8789057021	14/12/2015	74630	218	*	II	127.69
HAQ1400	8789055946	14/11/2015	74550	218	*	I	85.13
HFZ9827	8789057962	03/01/2016	74550	218	*	I	85.13
HLJ3843	8789059038	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
HWD3009	8789057722	28/12/2015	74550	218	*	I	85.13
HXH7098	8789059233	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
HXH7098	8789059234	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
IEK4890	8789058274	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
IEP3542	8789057718	28/12/2015	74550	218	*	I	85.13
IJX1189	8789059235	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
JEV3108	8789059134	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
JNJ7136	8789059049	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
JNJ7136	8789058798	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
JTQ5491	8789058963	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
KQJ4578	8789057384	21/12/2015	74550	218	*	I	85.13
LWW3641	8789057504	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
LXG5258	8789057986	04/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LXQ1489	8789058730	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LXS2041	8789058962	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LXT4138	8789058352	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LXT8572	8789059089	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LXU7220	8789059569	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LYD6018	8789058280	11/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LYI9661	8789058443	14/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LYI9661	8789059126	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LYL1229	8789059391	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LYL1229	8789059517	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LYN1276	8789058207	08/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LYO8080	8789059021	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LYO8080	8789059022	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LYO8080	8789059023	24/01/2016	74630	218	*	II	127.69
LYR8316	8789059258	30/01/2016	74630	218	*	II	127.69
LYV6600	8789059047	24/01/2016	74630	218	*	II	127.69
LYY7900	8789058753	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LZA4056	8789058837	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LZA8557	8789058688	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LZG5522	8789058376	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LZH2042	8789058267	10/01/2016	74630	218	*	II	127.69
LZK5721	8789058913	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LZL2216	8789058279	11/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LZL3143	8789058961	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LZZ7986	8789059187	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MAH9214	8789058354	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MAJ7960	8789057876	31/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MAJ7960	8789057565	25/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MAN9053	8789058711	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MAR2270	8789058847	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MAR3038	8789058742	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBD0083	8789059543	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBE1295	8789058579	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBI6026	8789057432	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13

MBJ3512	8789059253	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBL3062	8789057969	03/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBL4314	8789056535	02/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MBM3779	8789058402	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBO5411	8789057461	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MBR0452	8789058261	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBR6608	8789059462	09/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MBR6608	8789059461	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MBW1365	8789059133	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCA5745	8789058787	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCC6261	8789058514	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCC9416	8789058936	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCC9416	8789058935	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCD4703	8789057037	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MCE9023	8789056469	30/11/2015	74550	218	*	I	85.13
MCJ1479	8789058670	15/01/2016	74710	218	*	III	574.61
MCM0346	8789059031	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCM0536	8789059034	24/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MCM6031	8789058530	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDC0505	8789059221	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDD8794	8789057252	18/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MDJ1447	8789058539	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDL8632	8789059474	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDM3074	8789059321	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDP6415	8789058335	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDS0404	8789059487	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDY2045	8789059568	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDY7646	8789057664	27/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MEA7517	8789059087	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEG4733	8789056983	13/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MEH7199	8789059165	27/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MEH7199	8789059164	27/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MEJ5868	8789058523	16/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MEL9562	8789058317	11/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEN5182	8789058586	09/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEN6757	8789058568	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEO4855	8789058550	16/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MEO9624	8789056365	24/11/2015	74550	218	*	I	85.13
MES2829	8789059229	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MES9449	8789058444	14/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEV2250	8789055470	30/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MEZ3293	8789058243	09/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFA7416	8789055555	01/11/2015	74550	218	*	I	85.13
MFC0748	8789059214	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFC7323	8789057520	24/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFD6872	8789058827	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFE1418	8789058474	15/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFE2564	8789058574	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFE4787	8789059451	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFH7146	8789058276	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFH7146	8789058263	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFK3368	8789058108	06/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFQ1025	8789058480	15/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFR7444	54102200N	25/01/2016	50020	257	8\$		85.13
MFS1164	8789059237	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGB7082	8789055521	31/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MGC5796	8789057688	27/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGE8958	8789058741	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGG0551	8789057394	21/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGI2628	8789058254	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGI4789	8789058888	21/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MGO7446	8789058876	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGO7446	8789059526	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13

MGS4997	8789058468	15/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGT7389	8789059207	29/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MGU2729	8789058915	22/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MGU5498	8789059378	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGV9994	8789059299	31/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MGW2861	8789059518	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHB3164	8789058456	15/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHC0760	8789058707	17/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MHC4094	8789058861	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHE8621	8789059267	30/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MHK2232	8789059331	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHL3863	8789057766	29/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MHM3736	8789058361	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHP1872	8789059316	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHT8379	8789058420	14/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MHU1717	8789059261	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHW2285	8789055672	06/11/2015	74550	218	*	I	85.13
MHW6613	8789058835	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHW9029	8789058886	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIB8248	8789059040	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIC2575	8789058222	09/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MID6077	8789058325	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIG2462	8789057708	28/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIL5792	8789057899	01/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIN4556	8789057160	17/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MIS7817	8789058178	08/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIT1342	8789058755	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIU8370	8789059180	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIX9597	8789058687	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIZ2798	8789058466	15/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJB4808	54105240N	02/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MJB8233	8789058890	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJC4035	8789058356	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJG0388	8789058814	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJG1534	8789058818	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJJ4784	8789059375	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJO6006	8789059407	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJO9723	8789056028	16/11/2015	74550	218	*	I	85.13
MJQ6993	8789059538	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJQ9810	8789058909	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJR2127	8789059509	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJU0215	54105228N	02/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MJV9988	8789058808	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKC6632	8789058175	08/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKD0091	8789059325	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKD1090	8789059203	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKG0206	54105235N	02/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MKH1700	8789058784	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKH8824	8789059305	31/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MKI9643	8789057433	22/12/2015	74710	218	*	III	574.61
MKJ3211	8789058839	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKK5814	8789057287	19/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKL2232	8789055139	18/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MKL2829	8789056856	11/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKP6950	8789057574	25/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKP9935	8789058956	23/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MKQ1025	8789058731	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKQ8681	8789056565	04/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKR2961	8789058862	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKS1717	8789058148	07/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLD4135	8789057276	19/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLD4467	8789059448	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MLF4874	8789058237	09/01/2016	74550	218	*	I	85.13



MLJ0407	8789057956	03/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLJ2824	8789058487	15/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MLO4878	8789059085	25/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MLP1818	8789057108	16/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLV8098	54105239N	02/02/2016	50020	257		8\$	127.69
MLV8850	8789058447	15/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLX0345	8789058524	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLY8855	8789058710	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MMA6494	8789058911	22/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MMA6494	8789058300	11/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MMB8200	8789057050	15/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MMC8864	8789057972	04/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MMC9027	8789059356	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMD1424	8789059082	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MMF6655	8789055573	02/11/2015	74630	218	*	II	127.69
MMH4726	8789058255	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MMI9552	8789059442	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMJ9059	54105234N	02/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MMM1341	8789059288	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
NRJ7133	8789059473	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
OKF6286	8789058850	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
OXE8231	8789055595	03/11/2015	74550	218	*	I	85.13
QHD6919	8789059109	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHE0082	8789058940	23/01/2016	74630	218	*	II	127.69
QHF9191	8789059188	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHG3754	8789058112	06/01/2016	74710	218	*	III	574.61
QHI1984	8789058817	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHR1720	8789058764	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QIS5588	8789056201	28/11/2015	74550	218	*	I	85.13
QJH0705	8789058304	11/01/2016	74630	218	*	II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JAISON CARDOSO DE AGUIAR  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 1844/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 1844/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,



CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADK9789	55724334E	18/03/2016	65992	230 * V
AGA2043	55724561E	13/04/2016	50100	162 * I
ASO2858	55724562E	15/04/2016	66372	230 * IX
BKN5601	55724729E	07/04/2016	65992	230 * V
HNE6431	55724559E	10/04/2016	50450	162 * V
HNE6431	55724558E	10/04/2016	65992	230 * V
IJR7821	55724343E	17/04/2016	66531	230 * XI
LWY4243	55721931E	16/03/2016	66371	230 * IX
LZA1469	55724731E	12/04/2016	50100	162 * I
MAT4421	55724463E	15/04/2016	50100	162 * I
MAT4421	55724464E	15/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MAT4421	55724467E	15/04/2016	65992	230 * V
MBM8919	55724741E	17/04/2016	65992	230 * V
MFG5693	55721925E	01/03/2016	50100	162 * I
MFG5693	55721924E	01/03/2016	66020	230 * VI
MGD1211	55724462E	05/04/2016	65992	230 * V
MIK7558	55721929E	08/03/2016	65992	230 * V
MJW3347	55489876E	13/04/2016	64080	221
MMB0631	55721927E	04/03/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOSE KLOCK  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 1845/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 1845/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

FBN4426	55724730E	07/04/2016	73662	252 * VI
LZD2088	55488745E	15/04/2016	51851	167
LZE6940	55489878E	14/04/2016	59670	203 * V
MAT4421	55724465E	15/04/2016	57200	186 * I
MAT4421	55724466E	15/04/2016	58350	195
MAT4421	55724468E	15/04/2016	52070	169
MBL4314	55724632E	18/03/2016	62700	220 * II
MBL4314	55724633E	18/03/2016	52070	169
MDM1606	55724564E	15/04/2016	68580	231 * VII
MIG2491	55489884E	15/04/2016	51851	167
MIU6070	55489427E	15/03/2016	54521	181 * VIII
MIZ5561	55489868E	13/04/2016	51851	167
MKH1700	55489870E	13/04/2016	54521	181 * VIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JAISON CARDOSO DE AGUIAR  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8789 346/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - ELETRONICO - 281470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8789 346/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,  
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,  
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-  
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIN4556	54114537N	14/03/2016	50020	257 8S
---------	-----------	------------	-------	--------

MLB5074 54116598N 17/03/2016 50020 257 8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JAISON CARDOSO DE AGUIAR  
DIRETOR DE TRANSITO

---

**IPUMIRIM**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 518/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 518/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CNQ1328	54028886F	19/02/2016	66102	230 * VII	127.69
MCS4688	54028916F	22/02/2016	65561	230 * I	191.54
MFN6469	54028875F	21/12/2015	65992	230 * V	191.54
MFN6469	54028874F	21/12/2015	50100	162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

**IRINEÓPOLIS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8428 399/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8428 399/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJH1964	55354068D	23/12/2015	57200	186 * I	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRINEOPOLIS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**Itá****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8338 685/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8338 685/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGY8468	54970969F	31/12/2015	51851	167	127.69
AMD8579	54971061F	25/12/2015	51851	167	127.69
IBJ8362	54970971F	31/12/2015	51851	167	127.69
MXA1032	54970963F	31/12/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

### ITAIÓPOLIS

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1059/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1059/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADN0748	54960995E	16/01/2016	69120	232	53.20
ADN0748	54960994E	16/01/2016	65992	230 * V	191.54
AJL0029	54960832E	18/12/2015	65992	230 * V	191.54
AJL0029	54960833E	18/12/2015	56141	182 * V	127.69
MEF7974	54588207F	01/02/2016	65300	228	127.69
MEY2239	54960941E	19/01/2016	65992	230 * V	191.54
MKD4981	54960940E	19/01/2016	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LAURO LANGER JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1058/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1058/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GPC4612	54588322F	20/03/2016	50100	162 * I
GPC4612	54588323F	20/03/2016	69120	232
IPT5220	54588670F	23/03/2016	65992	230 * V
IPT5220	54588669F	23/03/2016	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LAURO LANGER JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA



**ITAPIRANGA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 773/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 773/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AES5164	55875855D	19/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJE4357	54595573F	14/02/2016	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 772/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 772/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFA5741	54595720F	06/04/2016	65992	230 * V
MHP1189	54595313F	21/03/2016	54790	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### ITAPOÁ

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 727/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 727/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABZ7866	54965902F	21/01/2016	51851	167	127.69
AJL3483	54963756F	20/01/2016	51851	167	127.69
AKI0299	54962955F	31/12/2015	54100	181 * IV	85.13
AMF5131	54963481E	02/02/2016	65992	230 * V	191.54
AQI5581	54962956F	31/12/2015	54100	181 * IV	85.13
ARE1840	54965763F	29/01/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
ARR8038	P00P100032	24/01/2016	69120	232	53.20
ARX5768	54963355F	06/02/2016	50371	162 * III	574.61
ARX5768	54963357F	06/02/2016	69120	232	53.20
ARY5768	54963356F	06/02/2016	65992	230 * V	191.54
BAJ4050	P00P10004V	21/02/2016	54790	181 * X	85.13
BCA0507	54964446F	31/12/2015	55411	181 * XVII	53.20
CWA9808	54965813F	30/01/2016	73400	252 * IV	85.13
DSS2287	54963917F	30/12/2015	51851	167	127.69
DXO7582	54965809F	29/01/2016	65992	230 * V	191.54
DXO7582	54965808F	29/01/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61

EQD7146	54962234F	02/02/2016	50100	162	*	I	574.61
HFD5461	54964140E	24/01/2016	55250	181	*	XV	85.13
LYS8196	P00P10004M	20/02/2016	55500	181	*	XVIII	85.13
MAJ3620	54962240F	12/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MBV8240	54965559F	21/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MEY9214	54963892F	03/01/2016	51691	165			1915.38
MFK2591	P00P10002Z	22/01/2016	65992	230	*	V	191.54
MFS3406	54964456E	20/12/2015	65480	229			85.13
QHH2585	54963459F	24/12/2015	51851	167			127.69
QHH9094	54964327F	12/02/2016	50610	163	c/c	162 * I	574.61
QHH9094	54964322F	12/02/2016	50100	162	*	I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 726/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 726/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCQ6793	P00P100066	13/04/2016	50100	162 * I
MCQ6793	P00P100067	13/04/2016	65992	230 * V
MER1103	P00Y40000G	27/03/2016	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA

### ITUPORANGA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1662/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1662/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ6622	54192524F	31/12/2015	65561	230 * I	191.54
LZQ6622	54192523F	31/12/2015	50100	162 * I	574.61
MIB5243	54192638F	27/12/2015	50100	162 * I	574.61
MJZ9726	54192525F	31/12/2015	50100	162 * I	574.61
OKG9326	54192640F	02/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
OKG9326	54192639F	02/01/2016	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1663/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1663/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OKG9326	54192641F	02/01/2016	52152	170	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

arno alex zimermann filho  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8566 1059/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1059/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADC7775	8566030381	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
AFF5950	8566031269	18/02/2016	57200	186 * I	127.69
AID5645	8566031092	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
AMH3763	8566031117	11/02/2016	60503	208	191.54
AXH1898	8566031211	20/02/2016	60503	208	191.54
BZS1029	8566031228	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
CPO0386	8566030644	10/01/2016	60503	208	191.54
DDG9799	8566030980	07/02/2016	60503	208	191.54
DXT0072	8566030277	19/12/2015	74550	218 * I	85.13
EBH6644	8566029993	29/11/2015	60503	208	191.54

EBH6644	8566030304	25/12/2015	60503	208		191.54
EMI7834	8566031185	15/02/2016	74550	218	* I	85.13
FYF1919	8566030264	14/12/2015	74550	218	* I	85.13
ITU3465	8566030538	03/01/2016	74550	218	* I	85.13
JTE3615	8566031107	12/02/2016	60503	208		191.54
LWT4458	8566030899	26/01/2016	74630	218	* II	127.69
LWT4458	8566030951	26/01/2016	74550	218	* I	85.13
LXE3087	8566029973	06/12/2015	74550	218	* I	85.13
LXR2879	8566030377	25/12/2015	74550	218	* I	85.13
LYB4952	8566031022	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
LYD8301	8566030246	15/12/2015	74710	218	* III	574.61
LYD8301	8566030356	26/12/2015	74550	218	* I	85.13
LYE0430	8566030415	24/12/2015	74550	218	* I	85.13
LYM6429	8566030222	15/12/2015	74710	218	* III	574.61
LYM6429	8566030224	15/12/2015	74630	218	* II	127.69
LYS4303	8566030342	25/12/2015	60503	208		191.54
LZA4078	8566030196	16/12/2015	74550	218	* I	85.13
LZD7788	8566030923	31/01/2016	74550	218	* I	85.13
LZK6662	8566030871	27/01/2016	74550	218	* I	85.13
LZS8111	8566030307	25/12/2015	60503	208		191.54
LZW2766	8566030237	17/12/2015	74550	218	* I	85.13
MBB8858	8566030310	25/12/2015	74550	218	* I	85.13
MBK8907	8566030242	13/12/2015	74630	218	* II	127.69
MBL5241	8566030391	19/12/2015	74550	218	* I	85.13
MBS2036	8566030383	23/12/2015	74550	218	* I	85.13
MBT6779	8566030614	09/01/2016	74550	218	* I	85.13
MBV4008	8566030786	21/01/2016	74550	218	* I	85.13
MBZ9308	8566030389	26/12/2015	74550	218	* I	85.13
MCZ5729	8566030145	09/12/2015	74550	218	* I	85.13
MDC8948	8566031205	16/02/2016	60503	208		191.54
MDI6233	8566030281	21/12/2015	74550	218	* I	85.13
MDJ5480	8566030824	22/01/2016	57200	186	* I	127.69
MDS0797	8566030392	20/12/2015	74550	218	* I	85.13
MDS0797	8566030369	20/12/2015	74550	218	* I	85.13
MET0591	8566030345	20/12/2015	60503	208		191.54
MFD0538	8566030317	26/12/2015	74550	218	* I	85.13
MFK7448	8566030318	26/12/2015	60503	208		191.54
MFV4685	8566030175	13/12/2015	74710	218	* III	574.61
MFW0674	8566030877	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
MFY2207	8566030280	19/12/2015	74550	218	* I	85.13
MFY6569	8566030205	18/12/2015	60503	208		191.54
MGH5207	8566031178	19/02/2016	74550	218	* I	85.13
MGV8562	8566031284	20/02/2016	74550	218	* I	85.13
MGX4192	8566030379	20/12/2015	74550	218	* I	85.13
MHE6095	8566031270	18/02/2016	57200	186	* I	127.69
MHG9168	8566030926	27/01/2016	74550	218	* I	85.13
MHM4579	8566031067	13/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHM4579	8566031081	13/02/2016	60503	208		191.54
MHU6984	8566030285	19/12/2015	60503	208		191.54
MHY0452	8566031054	01/02/2016	74550	218	* I	85.13
MHZ0150	8566031086	14/02/2016	74550	218	* I	85.13
MIB6916	8566030185	15/12/2015	74550	218	* I	85.13
MIC3522	8566030418	25/12/2015	74550	218	* I	85.13
MIL0604	8566030360	22/12/2015	74550	218	* I	85.13
MIS3409	8566030711	12/01/2016	57200	186	* I	127.69
MIW2241	8566030338	21/12/2015	60503	208		191.54
MIW2241	8566030347	20/12/2015	60503	208		191.54
MIY9082	8566030375	24/12/2015	74550	218	* I	85.13
MJC4544	8566031236	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
MJD3277	54109437N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MJM0965	8566030374	23/12/2015	74550	218	* I	85.13
MJR4286	8566031144	09/02/2016	57200	186	* I	127.69
MKY1505	54109435N	23/02/2016	50020	257	8\$	127.69



MKY1505	54109436N	23/02/2016	50020	257	8\$	127.69
MLO5304	8566031160	20/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLQ8798	8566030396	26/12/2015	74550	218	* I	85.13
MMK9976	8566031287	20/02/2016	74550	218	* I	85.13
MMM4918	8566030580	07/01/2016	74630	218	* II	127.69
MNA4644	8566030413	22/12/2015	74550	218	* I	85.13
OKE1143	8566030097	11/12/2015	74550	218	* I	85.13
QHE3668	8566030327	23/12/2015	60503	208		191.54
QHF8142	8566030349	23/12/2015	60503	208		191.54
QHI3203	8566030027	27/11/2015	74550	218	* I	85.13
QHN3213	8566030358	20/12/2015	74630	218	* II	127.69
QHP4694	8566031352	21/02/2016	57200	186	* I	127.69
QHP4694	8566031212	15/02/2016	74630	218	* II	127.69
QIA0008	8566030136	08/12/2015	74550	218	* I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1660/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1660/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGG7520	54191710F	27/03/2016	65561	230 * I
IGG7520	54192498F	27/03/2016	65992	230 * V
LYM8499	54192381F	26/03/2016	50100	162 * I
MGZ1889	54193604F	24/03/2016	66532	230 * XI
MIF2525	54192359F	20/03/2016	66372	230 * IX
MIR3017	54193594F	12/03/2016	50292	162 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1661/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1661/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGG7520	54192499F	27/03/2016	70301	244 * I
MEH7334	55166634E	22/02/2016	54522	181 * VIII
MGZ1889	54193603F	24/03/2016	58350	195
MGZ1889	54193605F	24/03/2016	52152	170
MIR3017	54193599F	12/03/2016	52152	170
QHF2310	54192410F	22/03/2016	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

arno alex zimermann filho  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1058/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1058/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
 -----

AMW1227	8566031610	13/03/2016	74630	218 * II
BMV6784	8566031659	18/03/2016	74550	218 * I
CHV9221	8566031697	17/03/2016	57200	186 * I
CJJ9149	8566031636	19/03/2016	60503	208
CJT2363	8566031624	18/03/2016	74550	218 * I
CSA1892	8566031713	13/03/2016	74550	218 * I
CSA1892	8566031725	18/03/2016	74550	218 * I
DGO6534	8566031605	12/03/2016	60503	208
EVM5912	8566031726	19/03/2016	74550	218 * I
IBU3669	8566031551	09/03/2016	74550	218 * I
ICK5772	8566031602	12/03/2016	56732	183
INP1943	8566031932	06/04/2016	60503	208
IUU9048	8566031628	12/03/2016	74550	218 * I
JNQ3259	8566031669	15/03/2016	74550	218 * I
KKL2956	8566031989	08/04/2016	74550	218 * I
LYM5397	8566031959	08/04/2016	74550	218 * I
LZI8658	8566031645	14/03/2016	60503	208
LZJ9999	8566031665	12/03/2016	74550	218 * I
MAF7358	8566031701	19/03/2016	57200	186 * I
MBD7016	8566031694	12/03/2016	57200	186 * I
MBS8013	8566031723	17/03/2016	74550	218 * I
MCA9985	8566031686	19/03/2016	74550	218 * I
MCM4366	8566031620	16/03/2016	74550	218 * I
MCY3707	8566031639	16/03/2016	60503	208
MCY3707	8566031703	13/03/2016	74550	218 * I
MCY3707	8566031706	13/03/2016	74550	218 * I
MDU7950	8566031962	05/04/2016	74630	218 * II
MEE7730	8566031704	17/03/2016	74550	218 * I
MEY5831	8566031720	15/03/2016	74550	218 * I
MFG2487	8566031696	15/03/2016	57200	186 * I
MFY8914	8566031644	14/03/2016	60503	208
MGN6308	8566031909	03/04/2016	60503	208
MIL6032	8566031590	07/03/2016	74550	218 * I
MIP9596	8566031626	18/03/2016	74550	218 * I
MJC1544	8566031658	17/03/2016	74630	218 * II
MJD1030	8566031684	15/03/2016	74550	218 * I
MKF6524	8566031450	01/03/2016	74550	218 * I
MKG0991	8566031719	14/03/2016	74550	218 * I
MKT4048	8566031690	17/03/2016	74550	218 * I
MKW0777	8566031493	06/03/2016	60503	208
MLH7637	8566031510	05/03/2016	74630	218 * II

MLX5170	8566031672	18/03/2016	74550	218	*	I
MMF7595	8566031662	17/03/2016	74550	218	*	I
QHF7088	8566031929	03/04/2016	60503	208		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

**JACINTO MACHADO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 735/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 735/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKD6655	54050587F	23/12/2015	66102	230 * VII	127.69
IKD6655	54050588F	23/12/2015	65480	229	85.13
IKD6655	54050589F	23/12/2015	66450	230 * X	127.69
IKY0261	54049455F	23/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MEU4310	54050627F	20/12/2015	65992	230 * V	191.54
MHQ8711	54050634F	04/01/2016	50100	162 * I	574.61
MHQ8711	54050635F	04/01/2016	65992	230 * V	191.54
MHQ8711	54050636F	04/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MJM5266	54050631F	03/01/2016	50100	162 * I	574.61
MJM5266	54050599F	03/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MLE0455	54050662F	04/02/2016	69120	232	53.20
MMJ1364	54050661F	04/02/2016	69120	232	53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 734/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 734/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IRK6060	54050693F	26/03/2016	51851	167
MDJ9186	54050763F	27/03/2016	50100	162 * I
MDM3532	54050802F	15/04/2016	50100	162 * I
MDM3532	54050803F	15/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MDM3532	54050805F	15/04/2016	65992	230 * V
MGE6534	54050712F	23/03/2016	65992	230 * V
MGE6534	54050711F	23/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MGE6534	54050710F	23/03/2016	50450	162 * V
MGY2328	54049458F	28/03/2016	58350	195
MGY2328	54049457F	28/03/2016	65992	230 * V
MGZ6705	54050729F	16/04/2016	65992	230 * V
MGZ6705	54050728F	16/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MGZ6705	54050727F	16/04/2016	50100	162 * I
MHR4487	54049475F	19/04/2016	51420	164 c/c 162 * V
MHR4487	54049474F	19/04/2016	50450	162 * V
MJO3154	54050762F	22/03/2016	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### JARAGUÁ DO SUL

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2322/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2322/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIH6494	54131806F	27/07/2015	50100	162 * I	574.61
AIH6494	54735337E	27/07/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AOU8525	P00RB0001P	21/02/2016	65480	229	85.13
AWG3310	55603565E	26/04/2015	50450	162 * V	191.53
FOM0101	54128552F	25/04/2015	50450	162 * V	191.53
FOM0101	54127213F	25/04/2015	69120	232	53.20
GWG2466	54002653D	07/05/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
GWG2466	54002654D	07/05/2015	50100	162 * I	574.61
HRP8243	54136480F	02/10/2015	50100	162 * I	574.61
JGF6566	54133921F	21/08/2015	66700	230 * XIII	127.69
LYM4302	P00R9000A7	20/02/2016	53200	176 * V	957.69
LZF5560	P00R900050	01/02/2016	50100	162 * I	574.61
LZF5560	P00R900051	01/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZV7134	P00QX0007K	27/02/2016	65992	230 * V	191.54
LZV7134	P00QX0007L	27/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZV7134	P00QX0007M	27/02/2016	66532	230 * XI	127.69
MAN8711	54002718D	12/05/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MAN8711	54002719D	12/05/2015	67691	230 * XXII	85.12
MBD1426	54130431F	02/08/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBD1426	55603586E	02/08/2015	50100	162 * I	574.61
MCB5741	P00QX0006L	17/02/2016	66102	230 * VII	127.69
MCG2213	P00QX0006M	21/02/2016	65992	230 * V	191.54
MCP2215	54137094F	06/10/2015	65992	230 * V	191.54
MDC6125	P00RB0001L	20/02/2016	65992	230 * V	191.54
MDP7353	P00R9000AC	22/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
MDP7353	P00R9000AD	22/02/2016	69120	232	53.20
MEA7706	54135318F	14/09/2015	50450	162 * V	191.54
MEA7706	54135319F	14/09/2015	65992	230 * V	191.54
MEK9665	54132477F	29/09/2015	65992	230 * V	191.54
MEL6754	54002317D	31/07/2015	65992	230 * V	191.54
MFT5908	P00RE00095	27/02/2016	75790	277	1915.38
MGC3452	54138426F	22/10/2015	51420	164 c/c 162 * V	191.54



MGC3452	54133483F	22/10/2015	50450	162	*	V	191.54
MGC3452	54133613F	22/08/2015	52820	176	*	I	957.69
MGC3452	54133615F	22/08/2015	65992	230	*	V	191.54
MGC3452	54133616F	22/08/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MIF7013	54135713F	14/09/2015	65992	230	*	V	191.54
MJC9814	54128655F	28/04/2015	67691	230	*	XXII	85.12
MJY2478	P00RE0001T	28/01/2016	69120	232			53.20
MLS9851	54129539F	18/05/2015	69120	232			53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2323/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2323/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABA0702	P00KC0007E	23/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
ADL8687	55573948F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AGO8239	54133357F	17/08/2015	55680	181 * XIX	127.69
AGY2608	P00KC0006Q	22/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
AHI6355	P00Q30007E	24/02/2016	54522	181 * VIII	127.69
AJF7887	54138958F	16/10/2015	54521	181 * VIII	127.69
AJN5191	54136168F	20/09/2015	55416	181 * XVII	53.20
AJP2641	54134978F	04/09/2015	51852	167	127.69
AKL1663	55573577F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AKN9894	54002320D	31/07/2015	51851	167	127.69
ALF5612	P00Q30007F	24/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ALH2506	P00QX0006Q	23/02/2016	54523	181 * VIII	127.69
AMQ1142	54313763F	03/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
ANB3543	P00R00001K	12/01/2016	55250	181 * XV	85.13
ANX1618	54312945F	04/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
APC3793	P00Q300029	02/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69

APL7695	54134800F	04/09/2015	52070	169	53.20
AQA4380	54316646F	31/10/2015	55412	181 * XVII	53.20
AQH2919	54316293F	23/10/2015	55412	181 * XVII	53.20
AQR2106	P00KC0006Z	22/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
ATH6893	P00QP000AT	25/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
AWG3310	55603566E	26/04/2015	51851	167	127.69
AWG3310	55603567E	26/04/2015	51852	167	127.69
AWP2961	55574217F	20/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AXE3504	54137901F	09/11/2015	54523	181 * VIII	127.69
BBI1314	54314359F	22/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
BJN2341	54313658F	29/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
BJN2341	54313995F	10/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
BJN2341	54314154F	15/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
BJN2341	54314196F	17/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
CCQ3514	54109038N	23/02/2016	50020	257 8\$	127.69
COI5409	55573767F	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CVC9130	P00QV0006V	28/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CYW5928	54129271F	24/07/2015	54600	181 * IX	85.13
DFN8100	P00KC0003E	06/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
DFR4648	55573950F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DFR4648	55573953F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DFS0943	54140303F	06/11/2015	55412	181 * XVII	53.20
EPD3730	P00Q300070	21/02/2016	57380	186 * II	191.54
EPN2213	54319292F	19/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
EPN2213	P00QP00049	22/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
FJW1357	55574417F	27/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
IBZ7904	P00RE0003Q	07/02/2016	51851	167	127.69
IDE9728	54134735F	02/09/2015	54600	181 * IX	85.13
IHG2420	P00Q30006W	19/02/2016	73662	252 * VI	85.13
ITG9967	55573996F	12/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
JQR0331	55574479F	29/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
JVH9981	P00QP0007G	16/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
KJB5449	P00R000075	18/02/2016	51851	167	127.69
KQN7373	54314869F	10/09/2015	55412	181 * XVII	53.20
LKM9511	P00R900038	25/01/2016	51851	167	127.69
LWS3005	P00QX0006O	23/02/2016	57200	186 * I	127.69
LXD1177	P00R000088	24/02/2016	59670	203 * V	957.69
LXQ0603	54319302F	20/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LYH7515	54132047F	28/07/2015	55680	181 * XIX	127.69
LYM4302	P00R9000A8	20/02/2016	53470	178	85.13
LYN0500	P00SF0000C	05/03/2016	51851	167	127.69
LYN0838	P00QV000BK	22/02/2016	57703	189	191.54
LYN1710	55573607F	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LYT1652	P00R9000AO	26/02/2016	73662	252 * VI	85.13
LYZ8778	54319159F	15/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MAM8274	54109026N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MAS7804	54130121F	16/10/2015	55680	181 * XIX	127.69
MAY1590	P00Q30007Q	24/02/2016	53800	181 * I	85.13
MBT2276	55573937F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCC9911	P00QP000A9	25/02/2016	55250	181 * XV	85.13
MCM6063	P00KC0007Z	26/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MCP5889	P00Q30006M	18/02/2016	60501	208	191.54
MCW1219	54313979F	10/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
MDN4129	P00RE0003M	07/02/2016	51851	167	127.69
MDO6638	P00Q300075	24/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
MDP7353	P00R9000AB	22/02/2016	51930	168	191.54
MDR9136	54319140F	14/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDS1553	54132860F	13/08/2015	57703	189	191.54
MDS8624	54138489F	19/10/2015	54600	181 * IX	85.13
MDS8624	54315877F	13/10/2015	55412	181 * XVII	53.20
MDS8624	54316020F	16/10/2015	55412	181 * XVII	53.20
MDU5376	54132250F	25/08/2015	59670	203 * V	957.69
MDW8593	P00QV000BC	20/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69

MEA6875	55573926F	11/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MEB5663	P00Q30002S	03/02/2016	51851	167	127.69
MEB9635	P00Q300089	25/02/2016	52152	170	191.54
MED9881	54109040N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MEH9309	P00KC0006O	22/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MEK9665	54132478F	29/09/2015	52070	169	53.20
MEP5519	P00R9000AJ	23/02/2016	59670	203 * V	957.69
MEQ9764	P00QV000BB	20/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MES7453	55573557F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MET9178	P00RB0002L	27/02/2016	69471	235	127.69
MEV2545	54109045N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MEX0916	P00Q30006Y	20/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MEZ3206	54314214F	18/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
MFA1591	54316377F	24/10/2015	55412	181 * XVII	53.20
MFF2434	54109051N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MFH1709	P00R00007V	19/02/2016	51851	167	127.69
MFH8074	P00QP000AZ	26/02/2016	58192	193	574.61
MFI2466	54124875F	28/04/2015	60175	206 * III	191.53
MFI4463	P00QZ0003U	14/02/2016	52070	169	53.20
MFN6667	P00KC0006B	17/02/2016	52070	169	53.20
MFS5934	P00QV000BD	21/02/2016	60501	208	191.54
MFV1187	54137327F	14/10/2015	55416	181 * XVII	53.20
MFZ5124	54131548F	29/09/2015	55680	181 * XIX	127.69
MGA5648	54137855F	06/10/2015	59910	206 * I	191.54
MGB3432	P00R00009I	27/02/2016	60175	206 * III	191.54
MGB7507	P00R90005R	01/02/2016	51851	167	127.69
MGC2774	54134054F	29/08/2015	55411	181 * XVII	53.20
MGC3452	54138428F	22/10/2015	52070	169	53.20
MGC3452	54133484F	22/10/2015	70481	244 * II	191.54
MGE8917	P00QP00091	21/02/2016	54523	181 * VIII	127.69
MGF4950	54137953F	12/02/2016	51851	167	127.69
MGF4950	54137955F	12/02/2016	52311	172	85.13
MGH4562	55573884F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGM1433	54132183F	31/07/2015	55413	181 * XVII	53.20
MGO6997	55573900F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGP3896	54133248F	04/09/2015	54600	181 * IX	85.13
MGP3896	54134280F	04/09/2015	55250	181 * XV	85.13
MGQ9631	P00QV000D4	03/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MGW3530	54131569F	03/08/2015	54600	181 * IX	85.13
MGW9482	55574125F	18/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHC0894	55573653F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHC4927	54138170F	29/10/2015	55680	181 * XIX	127.69
MHI9373	54109016N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MHJ1966	P00Q30005O	15/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHK4155	P00RE0003P	07/02/2016	54600	181 * IX	85.13
MHQ3848	55573528F	28/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIB1029	54319211F	16/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIB1985	54137735F	10/10/2015	55411	181 * XVII	53.20
MIF7013	54135088F	05/09/2015	52070	169	53.20
MIM1707	54132914F	15/08/2015	58000	192	127.69
MIT9356	P00RE0003G	04/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MJA2409	54319083F	12/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJF4071	54315611F	05/10/2015	55412	181 * XVII	53.20
MJL5522	54135805F	18/09/2015	58000	192	127.69
MJL7174	54314622F	01/09/2015	55412	181 * XVII	53.20
MJT5720	54319330F	20/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJU0402	P00S80000G	05/03/2016	54523	181 * VIII	127.69
MJV2772	P00KC0006L	22/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MJY2478	P00RE0001R	28/01/2016	57463	187 * I	85.13
MKD7607	P00KC0006H	18/02/2016	57380	186 * II	191.54
MKD7857	54316365F	24/10/2015	55412	181 * XVII	53.20
MKE9091	55573393F	23/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKG3626	54109048N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20

MKN7867	54319175F	15/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MKP7118	P00KC00035	06/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MKP9543	P00R0000CO	04/03/2016	55090	181 * XIII	85.13
MKV5959	P00RB00034	03/03/2016	64910	227 * II	53.20
MKW0881	P00QP0007C	16/02/2016	53800	181 * I	85.13
MKY0791	P00R00008Q	27/02/2016	54281	181 * V	191.54
MLC5486	55574006F	13/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLG5358	54109020N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MLH1463	54137903F	13/10/2015	55500	181 * XVIII	85.13
MLH3160	54109023N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MLN8563	P00RB0002C	27/02/2016	51851	167	127.69
MLP1675	P00KC0007G	23/02/2016	51851	167	127.69
MLP5260	54131632F	24/07/2015	54600	181 * IX	85.13
MLQ1499	P00QV000BX	25/02/2016	60501	208	191.54
MLW9381	54313465F	23/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
MLY2336	P00KC0006U	22/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
MMA1834	54109039N	23/02/2016	50020	257 8\$	127.69
MMA1834	54109041N	23/02/2016	50020	257 8\$	127.69
MMA3577	54139607F	27/10/2015	54600	181 * IX	85.13
MMF1529	54319020F	11/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MMI9281	P00R00009E	27/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MMJ1329	54319041F	11/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MMJ3160	54109050N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MMM9255	55573629F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
NBZ6464	55573487F	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
OKE2373	54061432N	31/07/2015	50020	257 8\$	53.20
QHB5911	54109056N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
QHB5911	54109047N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
QHE8376	P00Q30009Z	07/03/2016	51851	167	127.69
QHH1957	54001427D	24/04/2015	51851	167	127.69
QJE0407	54109035N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ROGERIO LUIZ KUMLEHN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1169/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1169/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AA7475	8588239754	03/02/2016	74550	218 * I	85.13
ACF0956	8588239786	06/02/2016	60503	208	191.54
ADE9058	8588240166	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
AGE6694	8588239579	31/01/2016	60503	208	191.54
AGY3573	54108886N	23/02/2016	50020	257 8\$	191.54
AGY3573	54108889N	23/02/2016	50020	257 8\$	191.54
AHP5893	8588239599	31/01/2016	74550	218 * I	85.13
AIH3223	8588238648	16/01/2016	74550	218 * I	85.13
AIV7778	8588239667	01/02/2016	60503	208	191.54
AIY3990	8588235859	18/12/2015	60503	208	191.54
AJI2871	8588237931	13/01/2016	74550	218 * I	85.13
AKJ6291	8588239362	27/01/2016	74550	218 * I	85.13
ALG3494	8588239746	02/02/2016	60503	208	191.54
ALV2655	8588239695	02/02/2016	60503	208	191.54
ALY9325	8588239635	31/01/2016	74550	218 * I	85.13
AMV3535	8588240131	12/02/2016	60503	208	191.54
ANB5132	8588239568	31/01/2016	60503	208	191.54
AND4384	8588239844	05/02/2016	60503	208	191.54
AQB5615	8588239852	04/02/2016	60503	208	191.54
ARD0840	54108916N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
ASQ1215	8588239736	03/02/2016	60503	208	191.54
ATJ0077	8588239317	26/01/2016	60503	208	191.54
ATO4233	8588213735	22/04/2015	74550	218 * I	85.12
AUX3205	54108907N	23/02/2016	50020	257 8\$	191.54
CCA6021	8588240213	11/02/2016	60503	208	191.54
CHM9756	8588239804	06/02/2016	60503	208	191.54
CLL8034	8588238527	16/01/2016	74550	218 * I	85.13
CXL7452	8588240905	19/02/2016	60503	208	191.54
CYK7845	8588240209	10/02/2016	60503	208	191.54
DMK0608	8588236894	29/12/2015	74630	218 * II	127.69
EIX3325	8588239092	24/01/2016	60503	208	191.54
EZI7385	8588239655	01/02/2016	60503	208	191.54
FHK6395	8588237852	14/01/2016	60503	208	191.54
FVD1972	8588239623	30/01/2016	60503	208	191.54
HAV8566	8588240051	09/02/2016	60503	208	191.54
HAY4815	8588239188	25/01/2016	60503	208	191.54
HAY8970	8588239944	07/02/2016	60503	208	191.54
HMO6651	8588239612	31/01/2016	74550	218 * I	85.13
HQE7666	54108920N	23/02/2016	50020	257 8\$	191.54
HSC6696	8588239452	29/01/2016	60503	208	191.54
IDL3775	8588239629	31/01/2016	60503	208	191.54
KIY7027	8588239781	04/02/2016	60503	208	191.54
LWV1584	8588239656	01/02/2016	60503	208	191.54
LWV3136	8588240065	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
LWX0125	54108911N	23/02/2016	50020	257 8\$	191.54
LXE3004	8588240246	10/02/2016	60503	208	191.54
LXU7273	8588239394	28/01/2016	60503	208	191.54
LXW7945	8588237372	06/01/2016	60503	208	191.54
LXX3431	8588239528	30/01/2016	74630	218 * II	127.69
LYB4337	8588239976	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
LYH1503	54108929N	23/02/2016	50020	257 8\$	191.54
LYH9265	8588239328	26/01/2016	60503	208	191.54
LYH9843	8588239840	04/02/2016	60503	208	191.54
LYN2532	8588240126	12/02/2016	60503	208	191.54
LZY2107	54113438N	07/03/2016	50020	257 8\$	85.13
MAA9766	8588214526	01/05/2015	60503	208	191.53



MAJ8882	8588239401	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MAQ2755	8588239311	27/01/2016	60503	208			191.54
MAR2123	8588239732	03/02/2016	60503	208			191.54
MAS0107	8588239922	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MAS6091	8588239550	31/01/2016	60503	208			191.54
MAW8219	8588240737	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MAX1694	8588240094	11/02/2016	60503	208			191.54
MBL5589	8588239538	29/01/2016	60503	208			191.54
MBQ4947	8588239446	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBV1160	8588239545	30/01/2016	60503	208			191.54
MBW3328	8588240070	07/02/2016	60503	208			191.54
MBW5582	8588239849	06/02/2016	60503	208			191.54
MBZ9181	8588239801	05/02/2016	60503	208			191.54
MCC2165	8588239281	27/01/2016	60503	208			191.54
MCE9057	8588240864	20/02/2016	60503	208			191.54
MCF3370	8588239663	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCG3285	54108899N	23/02/2016	50020	257		8\$	191.54
MCH8395	8588214042	25/04/2015	60503	208			191.53
MCJ3145	54108882N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MCQ6071	8588239284	26/01/2016	60503	208			191.54
MDD9640	8588239293	27/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDH0643	8588239484	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MDI6834	8588239403	28/01/2016	60503	208			191.54
MDJ8079	8588214351	30/04/2015	60503	208			191.53
MDO8234	8588239294	26/01/2016	60503	208			191.54
MDP7353	8588239641	01/02/2016	60503	208			191.54
MDQ5850	8588240129	12/02/2016	60503	208			191.54
MEI5991	8588239729	02/02/2016	60503	208			191.54
MEI5991	8588239534	30/01/2016	60503	208			191.54
MEM2646	8588239290	26/01/2016	60503	208			191.54
MEM8105	8588240217	10/02/2016	60503	208			191.54
MEX3337	8588240039	07/02/2016	60503	208			191.54
MEY1757	54108905N	23/02/2016	50020	257		8\$	191.54
MFG8181	8588240333	13/02/2016	60503	208			191.54
MFP3291	54108880N	23/02/2016	50020	257		8\$	191.54
MFP4120	8588240140	12/02/2016	60503	208			191.54
MFS5807	8588238757	20/01/2016	60503	208			191.54
MFU2682	8588240234	12/02/2016	60503	208			191.54
MFU6373	54108894N	23/02/2016	50020	257		8\$	191.54
MFW4245	8588237996	14/01/2016	60503	208			191.54
MFZ1466	8588239866	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGB2091	8588239440	29/01/2016	60503	208			191.54
MGC7167	54103747N	19/01/2016	50020	257		8\$	191.54
MGG5979	8588239331	26/01/2016	60503	208			191.54
MGI1708	54108924N	23/02/2016	50020	257		8\$	191.54
MGI1715	8588239334	27/01/2016	60503	208			191.54
MGL7417	8588239553	29/01/2016	60503	208			191.54
MGQ0589	8588239591	30/01/2016	60503	208			191.54
MGX3045	8588240089	12/02/2016	60503	208			191.54
MGY3899	8588239671	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGZ4898	8588239848	06/02/2016	60503	208			191.54
MHD2315	8588239347	26/01/2016	60503	208			191.54
MHE2110	8588239423	28/01/2016	60503	208			191.54
MHF8270	8588239341	27/01/2016	60503	208			191.54
MHG4042	54108895N	23/02/2016	50020	257		8\$	191.54
MHL2225	54108897N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MHN6022	8588239459	30/01/2016	60503	208			191.54
MHO6666	8588239845	05/02/2016	60503	208			191.54
MHS7296	8588239758	02/02/2016	60503	208			191.54
MHT9507	8588239277	27/01/2016	60503	208			191.54
MIE4253	54113423N	07/03/2016	50020	257		8\$	85.13
MIF2248	8588239467	29/01/2016	60503	208			191.54
MII2051	8588239652	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13



MIM9888	8588239890	04/02/2016	60503	208		191.54
MIO8116	54108914N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MIO8922	54108925N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MIQ4872	8588239677	01/02/2016	60503	208		191.54
MIW4671	8588239789	05/02/2016	60503	208		191.54
MIX0222	8588239842	05/02/2016	60503	208		191.54
MIX1775	8588239586	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
MIY3415	8588239953	09/02/2016	60503	208		191.54
MIZ0173	54108872N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MIZ0982	8588239949	08/02/2016	60503	208		191.54
MIZ6935	54108926N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MJA9208	8588239407	28/01/2016	60503	208		191.54
MJB9454	8588238700	18/01/2016	60503	208		191.54
MJC1188	8588238437	17/01/2016	74550	218	* I	85.13
MJJ6688	54108892N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MJK2732	54108917N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MJL2902	8588239633	31/01/2016	60503	208		191.54
MJN2453	8588239417	28/01/2016	60503	208		191.54
MJN6743	54108901N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MJO8250	8588240222	11/02/2016	60503	208		191.54
MJP7417	8588239846	06/02/2016	60503	208		191.54
MJQ0628	8588240124	11/02/2016	60503	208		191.54
MJQ1169	54108912N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MJS1115	8588236632	29/12/2015	74550	218	* I	85.13
MKB4526	54108898N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MKM3326	8588239749	03/02/2016	60503	208		191.54
MKN0071	8588235981	20/12/2015	60503	208		191.54
MKS7201	8588239826	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
MKW2475	54108876N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MKW2475	8588239189	25/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLB8946	8588240270	11/02/2016	60503	208		191.54
MLC2486	8588239547	31/01/2016	60503	208		191.54
MLD2691	8588238677	17/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLD9444	8588240183	11/02/2016	60503	208		191.54
MLE1485	8588239582	29/01/2016	60503	208		191.54
MLM6079	8588239757	02/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLR6397	8588214387	30/04/2015	74550	218	* I	85.12
MLS3165	8588237431	09/01/2016	60503	208		191.54
MLV5612	54108918N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MMA1834	54108923N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MMB3146	54108884N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MMH0979	8588237921	11/01/2016	74550	218	* I	85.13
MML8149	8588239950	08/02/2016	60503	208		191.54
MMM1057	8588239327	26/01/2016	60503	208		191.54
NMA3367	8588239336	27/01/2016	60503	208		191.54
OKE2192	54108904N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
OKE5514	8588239901	05/02/2016	60503	208		191.54
OKF8657	8588239480	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
OKG3117	8588240134	11/02/2016	60503	208		191.54
OKG4686	54108927N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
OPT0207	8588238531	17/01/2016	60503	208		191.54
QHG1313	54108900N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ROGERIO LUIZ KUMLEHN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8589 1176/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - LE - 281750

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8589 1176/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABL0353	8589229936	17/01/2016	74630	218 * II	127.69
ADE9058	8589233327	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
ADL8687	8589232801	04/02/2016	74550	218 * I	85.13
ADX4307	8589231934	29/01/2016	74550	218 * I	85.13
AEI1044	8589229439	14/01/2016	74550	218 * I	85.13
AET3438	8589232780	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
AHL9548	8589232175	30/01/2016	74550	218 * I	85.13
AJN9696	8589232269	01/02/2016	74550	218 * I	85.13
AKN1417	8589232817	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
AKY4983	8589232701	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
ALE5903	8589232932	09/02/2016	74550	218 * I	85.13
ALM8840	8589233406	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
AMA3267	8589232343	03/02/2016	74550	218 * I	85.13
AOF6593	8589232114	29/01/2016	74550	218 * I	85.13
AOZ0061	8589232979	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
APP7890	8589232103	29/01/2016	74550	218 * I	85.13
APV5834	8589231753	30/01/2016	74550	218 * I	85.13
AQU0481	8589231893	31/01/2016	74550	218 * I	85.13
AQV9480	8589232237	01/02/2016	74550	218 * I	85.13
ARC0289	8589229581	13/01/2016	74550	218 * I	85.13
ARH0389	8589195736	05/04/2015	74550	218 * I	85.12
ASC3012	8589232206	01/02/2016	74550	218 * I	85.13
ATN7492	8589232072	31/01/2016	74550	218 * I	85.13
AUT0117	8589233884	13/02/2016	74630	218 * II	127.69
AUX3205	8589232725	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
AWT7026	8589231920	29/01/2016	74550	218 * I	85.13
AWU4309	8589231990	31/01/2016	74550	218 * I	85.13
AWV4302	8589230414	18/01/2016	74550	218 * I	85.13
AXA0135	8589232069	30/01/2016	74630	218 * II	127.69
AXI2700	8589231000	23/01/2016	74550	218 * I	85.13
AZE6170	8589231674	28/01/2016	74550	218 * I	85.13
BHD8884	8589233156	08/02/2016	74630	218 * II	127.69
BHD8884	8589233193	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
BOB9796	8589233480	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
BOR3409	8589233418	10/02/2016	74550	218 * I	85.13

BYG0272	8589232794	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CED3818	8589233123	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
CMN9775	8589231749	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
CRN0104	8589231566	27/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DAP9145	8589231861	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DAP9145	8589232168	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DEL4096	8589232781	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DGA8665	8589232043	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DIK7957	8589232241	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DMF0226	8589233136	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
DMQ6196	8589230500	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
DRT1060	8589233216	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
EDS9577	8589231732	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
EEW2695	8589231926	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
EIC3050	8589233428	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EKS3536	8589231764	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
EMV0180	8589232383	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EUK4037	8589233372	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
EVY6402	8589232703	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
FIR1663	8589234001	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
FLB9599	8589231443	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
FOJ3899	8589232804	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
GNB7916	8589232274	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
GNJ7748	8589232256	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
HEJ6483	8589232507	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
HPU4767	8589231456	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
IBS0808	8589232714	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ILX5078	8589232668	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IMO7574	8589232728	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
INF7481	8589232130	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
INF7481	8589232137	31/01/2016	74630	218	*	II	127.69
IOI9094	8589232515	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
IPN0129	8589216604	19/09/2015	74550	218	*	I	85.13
JPG9163	8589231968	30/01/2016	74630	218	*	II	127.69
KAJ3117	8589230736	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
KED3122	8589231460	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
KET5043	8589231349	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
KOZ6423	8589232173	31/01/2016	74630	218	*	II	127.69
LWX0125	54108808N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
LXE5959	8589232236	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXS2493	8589232306	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LXX3431	8589232497	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LYI2575	8589231954	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LYJ4755	54108849N	23/02/2016	50020	257	8\$		127.69
LYM9860	8589231936	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LYV3783	8589231871	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LYW2285	8589196554	05/04/2015	74550	218	*	I	85.12
LYX0849	8589232070	30/01/2016	74630	218	*	II	127.69
LYY0798	8589233539	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LZR7709	8589232059	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MAM8116	54108787N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MAO3871	8589231710	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBH0312	8589232593	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBH9308	8589231885	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBI7457	8589232309	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBK3525	8589231398	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBO3822	8589231774	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBR9221	8589233080	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MBS1831	8589233562	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBV8240	8589230194	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBW6562	8589232341	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBX4991	8589232071	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBY4879	54108812N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13

MBY5362	8589231721	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCA7133	8589232811	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCD4326	8589232440	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCG5648	8589232974	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCI0795	8589232503	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCJ5847	8589231963	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCK5762	8589232761	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCK6425	8589232775	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCP1077	54104106N	19/01/2016	50020	257	8\$		85.13
MCQ0966	8589232344	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCS0999	8589232209	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDC8753	8589232965	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDE3487	8589231918	29/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MDF0990	8589232006	31/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MDF5096	8589233006	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDJ8045	8589232246	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDL6818	8589233568	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDP4864	54108813N	23/02/2016	50020	257	8\$		127.69
MDP7353	8589232224	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDT9949	8589232501	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDV3702	8589233165	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDX9825	8589233009	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDY0037	8589231862	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEB3304	8589231892	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEE1705	8589232737	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEG4929	8589232454	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEI7950	8589232745	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEJ9080	8589232215	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEM0481	8589232186	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEN5427	8589232458	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEZ8356	8589232324	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFG5936	54108817N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MFH9919	8589232666	04/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFI1479	8589232582	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFI2535	8589231867	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFJ3579	8589232567	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFK6112	8589232758	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFK8228	54108816N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MFL9721	8589232531	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFM7380	8589232900	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFO7372	8589232413	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFO9068	8589233520	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFQ2303	8589232125	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFU4340	8589232028	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFY1462	8589232524	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFZ5967	8589232759	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGF3899	8589233292	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGG7377	8589233487	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGI1708	54108818N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MGO0945	8589232769	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGO4555	8589233030	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGP9190	8589232937	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGS8143	54108834N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MGU0714	8589232332	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGW4445	54108833N	23/02/2016	50020	257	8\$		127.69
MGX1089	8589231781	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGZ7550	8589230516	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHB6322	8589232366	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHH0231	8589232476	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHI6276	8589232200	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHL4955	8589232549	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHL8464	8589228781	07/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHM6881	8589232228	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13

MHN6437	8589230286	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHO6666	8589232350	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHO8293	8589233325	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHO8674	8589232537	06/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MHO8990	8589231791	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHR5587	8589233197	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHS9057	8589233485	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHS9057	8589233540	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHS9949	8589232837	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHU0343	8589232290	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHU8052	8589230649	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHV7004	8589231831	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHW7817	8589231979	31/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MHW8806	8589232134	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHW9013	8589233328	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHW9988	8589231902	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHX0035	54108821N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MHX9206	8589232260	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHZ1573	54108864N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MIF2414	8589232739	04/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MIF3645	8589233859	15/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIF6952	8589231743	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIF7385	54108854N	23/02/2016	50020	257		8\$	127.69
MIG1748	8589199804	29/04/2015	74550	218	*	I	85.12
MIG9188	54108857N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MIL7085	8589232777	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIP0180	8589232570	04/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MIQ1209	8589229246	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIU7826	8589231640	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIW0353	54108803N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MIX0071	8589232731	04/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIX1775	8589232541	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJA8809	8589232268	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJB8653	8589232694	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJC4041	54108822N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MJC4404	54108848N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MJC5232	8589232398	02/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJF4287	8589231839	30/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MJG6737	54108811N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MJM5196	8589232240	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJP0090	8589232057	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJQ7996	54108841N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MJR2276	8589231946	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJR3220	8589234142	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJR5044	8589229002	06/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJS7755	8589231694	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJT6327	8589231843	31/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MJW1019	8589232810	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJW4260	8589232433	03/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJX2557	8589233443	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJX8344	8589231612	28/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MKE6362	54108856N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MKF7921	54108847N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MKG7746	54108825N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
MKI6216	8589231980	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKK5777	8589232165	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKQ1948	8589232906	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKR1239	8589232621	05/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKU1868	8589229285	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKV6839	8589232543	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKW1214	8589231848	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKW2475	8589232159	29/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MKW2475	8589232166	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13



MKY1075	54108830N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MKZ4244	8589232395	03/02/2016	74630	218	* II	127.69
MLA3820	54108853N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MLA6831	8589233199	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLA8971	8589231930	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLC7748	8589229849	18/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLE1415	8589195961	04/04/2015	74550	218	* I	85.12
MLF3828	54108862N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MLH0855	54108860N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MLK5126	8589232536	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLL3663	8589231850	29/01/2016	74630	218	* II	127.69
MLO4885	8589231798	30/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLO9659	8589230826	22/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLR5104	8589232213	01/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLR8851	8589231942	30/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLT5559	8589232768	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLV0245	54108852N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MLW2701	8589232157	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLX4618	8589231899	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLY9930	8589229991	20/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLZ2219	8589233223	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLZ7719	8589231728	31/01/2016	74550	218	* I	85.13
MMA0349	54108837N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MMA0349	54108863N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MMA8968	54103988N	19/01/2016	50020	257	8\$	85.13
MMB1468	54108828N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MMD0768	8589232732	04/02/2016	74550	218	* I	85.13
MMD4930	8589231849	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
MMH0449	54108810N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MMH4379	8589233073	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MMK8652	8589232382	02/02/2016	74630	218	* II	127.69
MML0903	54108819N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MMM5318	8589232226	01/02/2016	74550	218	* I	85.13
MOC1995	8589232288	02/02/2016	74550	218	* I	85.13
MUX4907	8589232836	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
NMF4604	8589232138	31/01/2016	74550	218	* I	85.13
NTC9292	54108851N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
OGW1247	8589232444	05/02/2016	74550	218	* I	85.13
OZT5437	8589232035	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHC2858	8589230834	22/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHD0815	8589229250	12/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHG2570	54108832N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
QHH0301	8589232859	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHH3236	8589231736	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHH7753	8589232638	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHI2661	8589229970	19/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHL4080	8589233084	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHM8654	8589232950	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
QHN1976	8589231371	25/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHP1975	54108838N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
QII9300	8589231618	28/01/2016	74550	218	* I	85.13
QIQ0049	54108809N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
QIQ5777	8589228883	07/01/2016	74550	218	* I	85.13
QIS7001	8589232110	29/01/2016	74550	218	* I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



JARAGUA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ROGERIO LUIZ KUMLEHN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8776 445/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - RADAR MOVEL -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8776 445/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYV3385	8776030623	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
MFY7393	8776030613	08/02/2016	74710	218 * III	574.61
MGF2314	54109314N	23/02/2016	50020	257 8S	85.13
MKY6592	54109313N	23/02/2016	50020	257 8S	85.13
OKE5505	8776030543	12/01/2016	74550	218 * I	85.13
QHB2016	8776030743	19/02/2016	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ROGERIO LUIZ KUMLEHN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2320/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2320/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADI3252	P00S500006	18/03/2016	66531	230 * XI
AGO8239	P00QX000EN	26/03/2016	65992	230 * V
AGO8239	P00QX000EO	26/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
AHG6419	P00QW0000U	23/03/2016	67000	230 * XVI
ALM7508	P00QP000E6	18/04/2016	50100	162 * I
ASJ5682	P00KC000A5	23/03/2016	66102	230 * VII
ILL3126	P00QP000E4	14/04/2016	66372	230 * IX
IOA2299	P00S90002T	06/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
IOA2299	P00S90002U	06/04/2016	66102	230 * VII
IOA2299	P00S90002W	06/04/2016	50100	162 * I
MAH6750	P00R9000ET	21/03/2016	69120	232
MAH6750	P00Q3000CQ	21/03/2016	65991	230 * V
MAH6750	P00R9000EV	21/03/2016	51420	164 c/c 162 * V
MBK0277	P00RE000AI	17/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MBT9533	P00SI0000X	29/03/2016	50450	162 * V
MCL5693	P00SG00044	19/04/2016	50610	163 c/c 162 * I
MCL5693	P00SG00045	19/04/2016	65992	230 * V
MEC5431	P00S500007	18/03/2016	65561	230 * I
MEQ1019	P00SB0000K	16/03/2016	69120	232
MFB4375	P00SD00035	17/03/2016	65992	230 * V
MFO9068	P00PZ0005H	20/04/2016	75790	277
MHB9870	P00QW0000F	15/03/2016	73400	252 * IV
MHN4818	P00SF0001F	16/03/2016	69120	232
MHN4818	P00SF0001H	16/03/2016	65992	230 * V
MLK0412	P00RE000B0	21/03/2016	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2321/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2321/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAA6530	P00QX000DU	19/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
AGH5021	P00SK00034	17/04/2016	57380	186 * II
AGH5021	P00SK00035	17/04/2016	60250	206 * IV
AHM6761	P00SB0000T	18/03/2016	55500	181 * XVIII
AHN0384	P00S900038	13/04/2016	51851	167
AJE1274	P00S70003F	08/04/2016	54523	181 * VIII
AJJ3661	55575613F	06/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AJP7379	55575596F	05/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ALC7527	55575463F	01/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ALF5612	55575554F	04/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ANC8911	55575369F	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ANW5726	P00QX000FK	08/04/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146
APJ4637	P00SB00027	16/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
ARN4284	P00SB00010	21/03/2016	51930	168
ATS3275	55575754F	11/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AWU1295	P00S90003O	15/04/2016	54521	181 * VIII
AZP0667	55574759F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BEM1890	55575589F	05/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BKK4277	55575726F	09/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
BUA8728	P00S70000X	23/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
CHR1310	P00SL0000U	21/03/2016	55415	181*XVII c/ Lei13146
CNB8830	55575760F	11/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CSX5046	55575684F	08/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CWO5663	P00KC000A9	24/03/2016	73662	252 * VI
CYY2394	P00SG0001C	22/03/2016	53980	181 * II
DBF4909	55575678F	08/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DHP9315	55575300F	24/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DSO0563	P00SI00038	15/04/2016	51851	167
GXM2483	P00SG0001T	22/03/2016	57380	186 * II
GYZ4638	P00SB0003A	16/04/2016	55415	181*XVII c/ Lei13146
IMQ9007	55575223F	23/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
INQ6137	55575597F	05/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IQQ1869	55575630F	06/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IQX0708	55574571F	03/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IQZ9832	P00R0000D5	23/03/2016	57380	186 * II
KIW5765	P00SB0002V	16/04/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146
KPU0837	55574811F	09/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
KQN7373	54126701N	19/04/2016	50020	257 8\$
KZZ0029	P00SD0003D	21/03/2016	51851	167
LWZ9697	55575688F	08/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXR0225	55575624F	06/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYL8904	P00SG0001B	22/03/2016	60501	208
LZA9939	55575065F	17/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZE7648	P00QX000DY	23/03/2016	55680	181 * XIX
LZL4162	55575041F	17/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZQ7513	55575634F	06/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAX1776	P00SB0002X	16/04/2016	55416	181*XVII c/ Lei13146

MBA9830	55575595F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBG4786	55575071F	17/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBH9633	55575756F	11/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBL6569	55575532F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBT3379	55575694F	08/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBT3379	55575585F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBT3379	55575800F	12/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBT6676	P00S500021	18/04/2016	59670	203 * V	
MBT6676	P00S500022	18/04/2016	52070	169	
MBZ8744	55575663F	07/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCK3960	55574495F	01/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCM0002	P00SB0002J	16/04/2016	55680	181 * XIX	
MCP1855	55575767F	12/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCY1111	P00RB00041	22/03/2016	55680	181 * XIX	
MDB7792	55575809F	13/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDE8185	55575502F	02/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDJ4429	P00S70001J	26/03/2016	55680	181 * XIX	
MDP9898	54126709N	19/04/2016	50020	257 8\$	
MDQ9592	55575643F	07/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDW2840	55575786F	12/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDX3409	P00SF0003O	11/04/2016	55416	181*XVII c/	Lei13146
MEC3022	55574699F	07/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEK2998	55575714F	09/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEM9027	55575702F	08/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEM9027	55575705F	08/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEM9075	P00S700012	23/03/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MEV3820	55575813F	13/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEY5719	55575539F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFC7159	P00R9000GU	18/04/2016	59670	203 * V	
MFF1271	55575605F	06/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFG3907	55575752F	11/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFH1425	P00RE000B5	27/03/2016	60501	208	
MFH6496	P00SB0002Z	16/04/2016	55416	181*XVII c/	Lei13146
MFM7127	55574795F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFN6653	55574549F	02/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFO4659	55575664F	07/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFS3845	P00SF00042	11/04/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MFT7837	P00S90003P	15/04/2016	54521	181 * VIII	
MFU0095	P00S70000Z	23/03/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MFV4337	55575602F	06/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFY5859	55575534F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGF7896	55575578F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGM5445	54126718N	19/04/2016	50020	257 8\$	
MGM6076	55575594F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGR5178	P00R9000E8	18/03/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MGT0520	55575709F	08/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGU6425	55575544F	04/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGY0371	54118018N	22/03/2016	50020	257 8\$	
MGY6592	55574686F	07/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGZ1635	55574489F	01/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHG9658	55575666F	07/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHM9007	P00S20000H	18/03/2016	60501	208	
MHN4818	P00SF0001G	16/03/2016	58350	195	
MHO2899	P00QX000DM	19/03/2016	55416	181*XVII c/	Lei13146
MHS3803	P00SB0002H	16/04/2016	53800	181 * I	
MHX2086	55574695F	07/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHY4555	55575572F	05/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIA4615	55575610F	06/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIC0795	P00SB00022	16/04/2016	55250	181 * XV	
MIH4192	P00SC0005K	18/04/2016	54523	181 * VIII	
MII4895	54126713N	19/04/2016	50020	257 8\$	
MIQ2377	P00SB0002W	16/04/2016	55411	181*XVII c/	Lei13146
MIS1350	P00KC0009Y	20/03/2016	52070	169	

MIS5972	55574633F	04/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIS7851	55575798F	12/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIV3521	55575789F	12/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIZ1502	P00R0000D2	23/03/2016	57380	186 *	II
MJA6562	55574807F	09/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJA6562	P00SD00020	14/03/2016	73662	252 *	VI
MJB6257	P00SF0003Z	11/04/2016	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MJC1201	55575814F	13/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJC1201	55575816F	13/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJD9312	P00RB0004B	22/03/2016	59670	203 *	V
MJE2148	P00SB00038	16/04/2016	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MJF9237	55575571F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJK8010	P00RB00042	22/03/2016	55680	181 *	XIX
MJW7650	P00SB0000X	20/03/2016	56141	182 *	V
MKA8169	55575644F	07/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKC0599	P00KC0009D	15/03/2016	73661	252 *	VI
MKD7607	54123877N	11/04/2016	50020	257	8\$
MKF0388	55575489F	01/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKF3122	P00SB0003B	16/04/2016	55415	181*XVII	c/ Lei13146
MKM6675	55575606F	06/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKN0039	55574519F	01/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKO8710	P00SF0004C	11/04/2016	55415	181*XVII	c/ Lei13146
MKS0587	55575627F	06/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKY5919	55575542F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKZ0008	P00SG0000T	17/03/2016	58433	196	
MLC5486	55575639F	06/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLC5486	55575776F	12/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLN0303	P00SB00026	16/04/2016	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MLN8295	P00SF00041	11/04/2016	55416	181*XVII	c/ Lei13146
MLQ2432	55575526F	02/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLU7754	55575243F	23/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLX9697	55575297F	24/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLY4151	P00SC0004K	28/03/2016	55680	181 *	XIX
MMA0253	55575781F	12/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMB4431	55575470F	01/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMD5113	P00S20001B	19/04/2016	55680	181 *	XIX
MMF0045	P00SG0001N	22/03/2016	53800	181 *	I
MMH6106	P00RE000AV	21/03/2016	57380	186 *	II
MMI1196	55574873F	11/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMI1741	55575548F	04/04/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMK6936	54118540N	28/03/2016	50020	257	8\$
OOB9761	55575339F	26/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHB5018	P00SL0000V	21/03/2016	55415	181*XVII	c/ Lei13146
QHI6020	55574884F	11/03/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QIF0808	P00SB0000V	18/03/2016	61220	214 *	I
QIJ8088	54118537N	28/03/2016	50020	257	8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ROGERIO LUIZ KUMLEHN  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1168/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1168/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
 -----

AAW0509	8588242535	08/03/2016	60503	208	
AAX9206	8588242053	05/03/2016	60503	208	
ABO5348	8588243508	18/03/2016	60503	208	
AEO8579	8588242180	05/03/2016	60503	208	
AGE2255	8588241434	27/02/2016	74550	218	* I
AID3376	8588243271	14/03/2016	60503	208	
AKU6543	8588243707	21/03/2016	60503	208	
ALO8850	54126986N	19/04/2016	50020	257	8\$
ALS2814	8588242306	06/03/2016	60503	208	
AMG7460	54126990N	19/04/2016	50020	257	8\$
AMJ0997	8588241519	28/02/2016	74550	218	* I
AQM5746	8588241170	22/02/2016	60503	208	
AQY5228	8588241955	03/03/2016	60503	208	
ARM2102	8588244531	31/03/2016	60503	208	
ARU7182	8588243518	19/03/2016	74550	218	* I
ARU7182	8588243504	19/03/2016	74550	218	* I
ATA0816	8588244520	30/03/2016	60503	208	
ATV2609	8588242297	05/03/2016	60503	208	
AWW0787	8588242127	05/03/2016	74550	218	* I
AWZ5587	8588242027	03/03/2016	60503	208	
BAM1288	8588242014	03/03/2016	74550	218	* I
BAU4545	8588241990	04/03/2016	60503	208	
BEV0177	8588242099	05/03/2016	60503	208	
CEG4019	8588241344	26/02/2016	60503	208	
COO2116	8588242467	07/03/2016	60503	208	
COO2116	8588242612	07/03/2016	60503	208	
CXL3011	8588242067	05/03/2016	60503	208	
DED2833	8588244359	26/03/2016	60503	208	
DKN2034	8588242082	05/03/2016	60503	208	
DZW0385	8588241989	04/03/2016	60503	208	
EQL6052	8588243494	18/03/2016	60503	208	
FQH3397	8588244381	30/03/2016	60503	208	
HHH1199	8588244654	01/04/2016	60503	208	
HPQ0669	8588241979	03/03/2016	60503	208	
HYT8691	8588241808	01/03/2016	60503	208	
IDN0662	8588241804	02/03/2016	60503	208	
IPH4719	8588244681	01/04/2016	60503	208	
JPX5950	8588242274	05/03/2016	74550	218	* I
KXN6559	8588241693	29/02/2016	74550	218	* I
KZD2409	8588243751	20/03/2016	60503	208	
LLP1055	8588242153	05/03/2016	60503	208	



LWS8589	8588241618	01/03/2016	60503	208	
LXC1338	8588241872	03/03/2016	60503	208	
LXL7486	8588244327	31/03/2016	60503	208	
LXP6299	8588242447	07/03/2016	60503	208	
LXX6025	8588241931	04/03/2016	74550	218	* I
LYS2752	8588242048	06/03/2016	60503	208	
LYV4195	8588242293	05/03/2016	60503	208	
LYX9795	8588244141	26/03/2016	60503	208	
LZY0571	54117371N	21/03/2016	50020	257	8\$
MAH7916	8588243262	15/03/2016	74550	218	* I
MAR1468	8588241756	29/02/2016	60503	208	
MBF7721	8588241727	01/03/2016	74550	218	* I
MBH5126	8588242529	07/03/2016	60503	208	
MBM4608	8588242276	06/03/2016	74630	218	* II
MBP7918	8588241289	24/02/2016	74550	218	* I
MCP3425	8588241309	27/02/2016	60503	208	
MCU6477	8588243159	14/03/2016	60503	208	
MCY6414	8588242047	06/03/2016	60503	208	
MDG6843	8588241975	04/03/2016	74550	218	* I
MDJ4384	8588241002	21/02/2016	74550	218	* I
MDM0385	8588241526	28/02/2016	74550	218	* I
MEI6869	8588241620	01/03/2016	60503	208	
MEK6999	8588244271	30/03/2016	60503	208	
MEU5315	8588242587	07/03/2016	74550	218	* I
MEU5409	54116756N	18/03/2016	50020	257	8\$
MEZ2053	8588241597	01/03/2016	60503	208	
MFB7134	8588241961	04/03/2016	60503	208	
MFJ0500	8588244623	01/04/2016	60503	208	
MFR1377	8588241696	01/03/2016	74550	218	* I
MFU1043	8588244162	30/03/2016	60503	208	
MFW8974	8588242089	05/03/2016	60503	208	
MGG6967	8588244675	01/04/2016	60503	208	
MGK6516	8588241706	01/03/2016	60503	208	
MGO2516	8588241248	21/02/2016	60503	208	
MGQ3883	8588242482	07/03/2016	60503	208	
MGS4925	8588240923	22/02/2016	60503	208	
MGS8336	8588242313	06/03/2016	60503	208	
MGW0693	8588241493	26/02/2016	60503	208	
MGY6437	8588244617	01/04/2016	74550	218	* I
MHA3321	54117378N	21/03/2016	50020	257	8\$
MHC9355	8588241728	01/03/2016	60503	208	
MHF5887	8588241774	02/03/2016	60503	208	
MHO8083	8588241746	29/02/2016	74550	218	* I
MHQ1980	8588242361	07/03/2016	60503	208	
MIA9378	54126987N	19/04/2016	50020	257	8\$
MIC9483	8588241777	29/02/2016	60503	208	
MID4596	8588242123	06/03/2016	74550	218	* I
MIH6804	8588241654	29/02/2016	60503	208	
MII2439	8588242367	09/03/2016	60503	208	
MIJ2736	8588241925	04/03/2016	74550	218	* I
MIL2660	8588242033	04/03/2016	74550	218	* I
MIP6749	8588241878	03/03/2016	60503	208	
MIV0433	8588241630	01/03/2016	60503	208	
MJA6562	8588241167	23/02/2016	60503	208	
MJB5576	8588244663	01/04/2016	60503	208	
MJG4550	8588241825	01/03/2016	74550	218	* I
MJG6335	8588241458	26/02/2016	60503	208	
MJM1603	8588241585	28/02/2016	74550	218	* I
MJN5357	8588244620	01/04/2016	74550	218	* I
MJO3795	8588241875	04/03/2016	60503	208	
MJO6193	8588241644	29/02/2016	60503	208	
MJP5765	8588244669	01/04/2016	60503	208	
MJQ2616	8588241670	29/02/2016	60503	208	

MJR1648	8588240766	19/02/2016	74550	218	*	I
MJR1648	8588240911	19/02/2016	74550	218	*	I
MJV3770	8588244655	01/04/2016	60503	208		
MJW4260	54126989N	19/04/2016	50020	257		8\$
MJZ2286	8588241632	02/03/2016	60503	208		
MKA4775	8588241866	04/03/2016	60503	208		
MKB9583	8588241856	03/03/2016	74550	218	*	I
MKD1572	8588241845	02/03/2016	74550	218	*	I
MKH3956	8588241021	22/02/2016	60503	208		
MKH5181	8588242342	08/03/2016	60503	208		
MKI3281	8588242002	04/03/2016	60503	208		
MKM9879	8588244644	01/04/2016	60503	208		
MKO3241	8588242228	05/03/2016	60503	208		
MKO3477	8588244500	27/03/2016	74630	218	*	II
MKQ2614	8588242092	05/03/2016	74550	218	*	I
MKR0343	8588241963	03/03/2016	60503	208		
MKS1234	8588242316	06/03/2016	74550	218	*	I
MKZ1909	54116759N	18/03/2016	50020	257		8\$
MLA6384	8588244334	28/03/2016	60503	208		
MLC8856	8588241674	29/02/2016	74550	218	*	I
MLD1382	8588242310	06/03/2016	60503	208		
MLI5218	54126167N	18/04/2016	50020	257		8\$
MLO2250	8588241840	01/03/2016	60503	208		
MLS2392	8588241934	03/03/2016	60503	208		
MLU6019	54126992N	19/04/2016	50020	257		8\$
MLU7559	8588241373	27/02/2016	74550	218	*	I
MLW7933	8588241996	04/03/2016	60503	208		
MMB2901	8588244611	01/04/2016	60503	208		
MOV8027	8588242381	09/03/2016	60503	208		
OKF5446	8588241783	01/03/2016	60503	208		
QHJ1483	8588241784	01/03/2016	60503	208		
QHQ0720	8588242094	05/03/2016	74550	218	*	I
QIN0016	8588241794	29/02/2016	60503	208		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ROGERIO LUIZ KUMLEHN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8589 1175/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - LE - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8589 1175/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ADL4523	8589235707	01/03/2016	74630	218 * II
AFC9679	8589237611	17/03/2016	74550	218 * I
AFH2169	8589235822	02/03/2016	74550	218 * I
AHA9336	8589234917	24/02/2016	74550	218 * I
AJV1805	8589236072	04/03/2016	74550	218 * I
ALL8501	8589235646	29/02/2016	74550	218 * I
ALP6121	8589236152	05/03/2016	74550	218 * I
ANI7985	8589236006	03/03/2016	74550	218 * I
AOJ0169	8589236126	05/03/2016	74550	218 * I
APQ6102	8589235933	04/03/2016	74630	218 * II
APZ6494	8589238715	27/03/2016	74550	218 * I
AQA3305	8589236070	03/03/2016	74550	218 * I
ARL7007	8589236279	06/03/2016	74550	218 * I
ASC4069	8589234725	23/02/2016	74550	218 * I
ASO6693	8589235525	28/02/2016	74550	218 * I
AST1121	8589236146	05/03/2016	74550	218 * I
ATD2680	8589237383	15/03/2016	74550	218 * I
AUJ8755	8589236679	11/03/2016	74550	218 * I
AVH8217	8589235954	03/03/2016	74550	218 * I
AYN0109	8589237335	14/03/2016	74550	218 * I
AZP5328	8589234229	19/02/2016	74550	218 * I
BBG2011	8589235696	29/02/2016	74550	218 * I
CBF3625	8589236136	06/03/2016	74550	218 * I
CGG3710	8589236275	05/03/2016	74550	218 * I
CJP3131	8589236075	04/03/2016	74550	218 * I
CWK3615	8589238352	23/03/2016	74550	218 * I
DCM1311	8589235902	29/02/2016	74550	218 * I
DEA6406	8589239310	01/04/2016	74550	218 * I
DHS3135	8589238426	24/03/2016	74550	218 * I
DHS3135	8589238065	20/03/2016	74550	218 * I
DHX8694	8589236027	03/03/2016	74550	218 * I
DID3776	8589239158	29/03/2016	74550	218 * I
DIF8708	8589236385	07/03/2016	74550	218 * I
DRP9608	8589239285	01/04/2016	74550	218 * I
DVJ0350	8589234685	23/02/2016	74550	218 * I
DVJ3228	8589236945	12/03/2016	74550	218 * I
EIJ2028	8589235245	26/02/2016	74550	218 * I
EIT6829	8589238701	26/03/2016	74550	218 * I
ELR6468	8589237661	17/03/2016	74550	218 * I
FGP2486	8589235012	24/02/2016	74550	218 * I
GMA5041	8589236087	05/03/2016	74550	218 * I
GZN0504	8589236197	05/03/2016	74550	218 * I
HAY4815	8589238768	30/03/2016	74550	218 * I
HBM5473	8589239282	01/04/2016	74550	218 * I
HHS9761	8589235860	02/03/2016	74550	218 * I
IFP5948	8589238873	30/03/2016	74550	218 * I
IGM3146	8589235980	03/03/2016	74550	218 * I
IGM3146	8589235984	04/03/2016	74630	218 * II
IOB0457	8589239225	01/04/2016	74550	218 * I
KKU2495	8589235738	01/03/2016	74550	218 * I
KUW3535	8589236010	03/03/2016	74550	218 * I

LCK7778	8589238553	31/03/2016	74550	218	*	I
LPV0160	8589238962	29/03/2016	74550	218	*	I
LWT1995	8589238532	26/03/2016	74550	218	*	I
LXC9111	8589236190	05/03/2016	74630	218	*	II
LXV7225	54126589N	19/04/2016	50020	257	8\$	
LYI6976	8589236296	06/03/2016	74550	218	*	I
LYI8403	54126583N	19/04/2016	50020	257	8\$	
LYJ2705	8589236249	06/03/2016	74550	218	*	I
LYN4784	8589236022	04/03/2016	74550	218	*	I
LYO3910	8589235405	27/02/2016	74550	218	*	I
LYS7965	8589236016	04/03/2016	74550	218	*	I
LYZ8778	8589235703	29/02/2016	74550	218	*	I
LZF1087	8589236331	08/03/2016	74550	218	*	I
LZV9120	8589235893	01/03/2016	74550	218	*	I
MAS6227	54126582N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MAT9402	8589235701	29/02/2016	74630	218	*	II
MAY1016	8589236134	05/03/2016	74550	218	*	I
MBE8766	8589238770	30/03/2016	74550	218	*	I
MBI7457	8589237690	19/03/2016	74550	218	*	I
MBI9773	8589235682	01/03/2016	74630	218	*	II
MBL1517	8589239074	27/03/2016	74550	218	*	I
MBM1969	8589235327	27/02/2016	74550	218	*	I
MBO9972	8589239229	01/04/2016	74550	218	*	I
MBP5112	54116713N	18/03/2016	50020	257	8\$	
MBZ2886	8589236245	06/03/2016	74550	218	*	I
MCE5697	8589235774	29/02/2016	74550	218	*	I
MCT7060	8589239251	01/04/2016	74630	218	*	II
MCW1100	8589238590	26/03/2016	74550	218	*	I
MCW8014	8589235287	26/02/2016	74550	218	*	I
MCY0087	8589235828	02/03/2016	74630	218	*	II
MDE1397	8589238050	20/03/2016	74550	218	*	I
MDL7764	8589235896	02/03/2016	74550	218	*	I
MDM3268	8589235693	02/03/2016	74550	218	*	I
MDS8999	8589239279	01/04/2016	74550	218	*	I
MDT7935	8589235899	29/02/2016	74550	218	*	I
MEB9287	54126187N	18/04/2016	50020	257	8\$	
MEE1267	8589238859	29/03/2016	74550	218	*	I
MEE2170	8589236133	05/03/2016	74550	218	*	I
MEE3644	8589236174	06/03/2016	74550	218	*	I
MEF4293	8589239152	30/03/2016	74550	218	*	I
MEH9058	8589236541	09/03/2016	74550	218	*	I
MEJ0874	8589236065	04/03/2016	74550	218	*	I
MEP0252	8589239297	01/04/2016	74550	218	*	I
MER2318	8589234796	21/02/2016	74550	218	*	I
MET4755	8589239227	01/04/2016	74550	218	*	I
MFA3471	8589235965	04/03/2016	74630	218	*	II
MFF4873	8589234697	21/02/2016	74550	218	*	I
MFJ0299	8589235233	27/02/2016	74550	218	*	I
MFN4298	8589238529	31/03/2016	74550	218	*	I
MFS5897	8589236019	04/03/2016	74550	218	*	I
MFT8872	8589234501	19/02/2016	74550	218	*	I
MFZ9277	8589236515	07/03/2016	74550	218	*	I
MGA5898	8589235851	01/03/2016	74550	218	*	I
MGL1222	8589236216	05/03/2016	74550	218	*	I
MGN9410	8589235126	25/02/2016	74550	218	*	I
MGO8295	8589236082	06/03/2016	74550	218	*	I
MGU0768	8589235549	28/02/2016	74550	218	*	I
MGW1164	8589235689	02/03/2016	74550	218	*	I
MGW9061	8589235960	04/03/2016	74550	218	*	I
MHJ2397	8589239271	01/04/2016	74550	218	*	I
MHK2178	8589234227	19/02/2016	74550	218	*	I
MHK9024	8589236232	06/03/2016	74630	218	*	II
MHL2406	8589235249	26/02/2016	74550	218	*	I

MHM5561	8589235520	28/02/2016	74550	218	*	I
MHP0857	8589235983	04/03/2016	74550	218	*	I
MHQ5125	8589234436	20/02/2016	74550	218	*	I
MHT6634	8589235918	03/03/2016	74550	218	*	I
MHZ5848	8589235599	01/03/2016	74550	218	*	I
MIA4615	8589235708	01/03/2016	74630	218	*	II
MIB1106	8589234965	21/02/2016	74630	218	*	II
MIB7064	8589236362	08/03/2016	74630	218	*	II
MIF9409	8589235512	28/02/2016	74630	218	*	II
MIG6854	8589235253	26/02/2016	74550	218	*	I
MIJ2736	8589235493	28/02/2016	74550	218	*	I
MIL6549	8589234336	18/02/2016	74550	218	*	I
MIN7318	54126580N	19/04/2016	50020	257		8\$
MIO4782	8589235417	27/02/2016	74630	218	*	II
MIP0954	8589235620	01/03/2016	74630	218	*	II
MJC8529	8589235665	29/02/2016	74550	218	*	I
MJL7501	8589235904	01/03/2016	74550	218	*	I
MJP7774	8589236322	06/03/2016	74550	218	*	I
MJQ5972	8589236047	03/03/2016	74550	218	*	I
MJQ7090	54126588N	19/04/2016	50020	257		8\$
MJT2972	8589235608	29/02/2016	74550	218	*	I
MJV6524	8589235938	03/03/2016	74550	218	*	I
MJW4260	54126593N	19/04/2016	50020	257		8\$
MJW8319	8589235797	01/03/2016	74550	218	*	I
MJX2988	8589235922	03/03/2016	74550	218	*	I
MJY5447	8589236184	06/03/2016	74550	218	*	I
MKA6287	8589236340	08/03/2016	74550	218	*	I
MKA9120	8589236304	06/03/2016	74550	218	*	I
MKE5288	8589235972	04/03/2016	74550	218	*	I
MKK5567	8589235827	02/03/2016	74550	218	*	I
MKL5497	8589236308	05/03/2016	74550	218	*	I
MKR0104	8589236222	05/03/2016	74550	218	*	I
MKS0587	54126587N	19/04/2016	50020	257		8\$
MKT5300	54126579N	19/04/2016	50020	257		8\$
MKT7878	8589235812	02/03/2016	74550	218	*	I
MKW0672	8589236154	05/03/2016	74550	218	*	I
MKX8434	8589235687	02/03/2016	74550	218	*	I
MLA3841	8589235678	01/03/2016	74550	218	*	I
MLB2132	8589236000	03/03/2016	74550	218	*	I
MLB5742	8589236191	05/03/2016	74550	218	*	I
MLB8937	8589239302	01/04/2016	74550	218	*	I
MLC2143	8589236086	05/03/2016	74550	218	*	I
MLC4541	8589239221	01/04/2016	74550	218	*	I
MLC6418	8589235862	02/03/2016	74550	218	*	I
MLI8629	54126585N	19/04/2016	50020	257		8\$
MLJ7592	8589235619	29/02/2016	74550	218	*	I
MLL4244	8589235656	02/03/2016	74550	218	*	I
MLL6577	8589236144	05/03/2016	74550	218	*	I
MLP5430	8589235985	04/03/2016	74550	218	*	I
MLQ2798	8589235832	29/02/2016	74550	218	*	I
MLQ7090	8589234735	24/02/2016	74550	218	*	I
MLT0285	8589236318	05/03/2016	74550	218	*	I
MLY9609	8589235338	27/02/2016	74630	218	*	II
MMA0638	8589234079	16/02/2016	74630	218	*	II
MMB2684	54126169N	18/04/2016	50020	257		8\$
MMF3292	8589234368	20/02/2016	74550	218	*	I
MMH7685	54116716N	18/03/2016	50020	257		8\$
MMJ6688	8589239321	01/04/2016	74550	218	*	I
MMK6435	8589239295	01/04/2016	74550	218	*	I
MMM3253	8589235906	02/03/2016	74550	218	*	I
NTC9292	8589239273	01/04/2016	74550	218	*	I
OCF8457	8589235526	28/02/2016	74550	218	*	I
QHC4585	8589236140	05/03/2016	74550	218	*	I



QHC7992	8589236338	10/03/2016	74550	218	*	I
QHD8023	8589235565	28/02/2016	74550	218	*	I
QHE1668	8589238822	30/03/2016	74550	218	*	I
QHF2567	54120016N	29/03/2016	50020	257		8\$
QHM3250	8589234540	20/02/2016	74550	218	*	I
QHM6937	8589239299	01/04/2016	74550	218	*	I
QIL1630	8589236379	07/03/2016	74550	218	*	I
QIS1550	8589235760	02/03/2016	74550	218	*	I
QJJ1077	54126592N	19/04/2016	50020	257		8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ROGERIO LUIZ KUMLEHN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8776 444/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - RADAR MOVEL -

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8776 444/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ITM9685	8776030796	02/03/2016	74630	218 * II
MBX1816	8776031121	01/04/2016	74550	218 * I
MGR9490	8776031144	01/04/2016	74630	218 * II
MIC3054	8776031013	24/03/2016	74550	218 * I
MIH0229	8776031137	01/04/2016	74550	218 * I
MKR3639	8776030835	10/03/2016	74550	218 * I
MKU1813	54127138N	19/04/2016	50020	257 8\$
MLC5486	54127139N	19/04/2016	50020	257 8\$
MLT8768	8776031124	01/04/2016	74550	218 * I
QIN0071	8776031132	01/04/2016	74550	218 * I

-----



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ROGERIO LUIZ KUMLEHN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### JOAÇABA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1990/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1990/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BNP8840	54033762F	27/01/2016	66371	230 * IX	127.69
BNP8840	54033856F	27/01/2016	50100	162 * I	574.61
BNP8840	54033857F	27/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCC7713	54033268F	19/02/2016	51691	165	1915.38
MDS8900	54034051F	17/02/2016	65992	230 * V	191.54
MDS8900	54034053F	17/02/2016	50292	162 * II	957.69
MDS8900	54034054F	17/02/2016	51262	164 c/c 162 * II	957.69
MML4251	54034137F	19/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1991/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1991/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IUU0100	54015474E	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBQ0889	54033173F	26/12/2015	51851	167	127.69
MCU5883	54033768F	19/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
MGC1761	54033365F	18/12/2015	54522	181 * VIII	127.69
MGC1761	54033366F	18/12/2015	53800	181 * I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 1010/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - ELETRONICO - 28177

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 1010/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIB9341	8560044457	19/02/2016	74550	218 * I	85.13
AJT4804	8560042615	25/12/2015	74550	218 * I	85.13
AND8416	8560044068	05/02/2016	74550	218 * I	85.13
ARJ1800	8560044534	17/02/2016	74550	218 * I	85.13
AVU1990	54109453N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
AVX3618	8560044302	09/02/2016	74550	218 * I	85.13
CXX3056	8560042595	23/12/2015	74630	218 * II	127.69
DMT0950	8560044460	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
DRM3574	8560044412	17/02/2016	74550	218 * I	85.13
EQG6163	8560044312	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
FDS0355	8560044483	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
IEV2218	8560044219	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
IIX5468	8560044221	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
IIX5468	8560044225	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
IIX5468	8560044226	13/02/2016	74630	218 * II	127.69
IPD1254	8560044502	16/02/2016	74550	218 * I	85.13
KJR8890	8560043860	31/01/2016	74630	218 * II	127.69
LCG1192	8560042431	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
LWW1141	8560042598	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
LYQ2812	8560044438	16/02/2016	74550	218 * I	85.13
LZR4864	8560044545	19/02/2016	74550	218 * I	85.13
MAI4223	8560044419	15/02/2016	74550	218 * I	85.13
MAM6096	8560042049	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
MAM6096	8560042057	19/12/2015	74630	218 * II	127.69
MAQ7700	8560042064	19/12/2015	74630	218 * II	127.69
MDD0747	8560044401	18/02/2016	74550	218 * I	85.13
MDE9302	8560044481	19/02/2016	74550	218 * I	85.13
MDF4030	8560044500	16/02/2016	74550	218 * I	85.13
MDK7246	8560044530	16/02/2016	74550	218 * I	85.13
MDQ0686	8560042397	21/12/2015	74550	218 * I	85.13
MEC1758	8560042401	21/12/2015	74630	218 * II	127.69
MEH0475	8560044524	15/02/2016	74550	218 * I	85.13
MEN8971	8560044541	18/02/2016	74550	218 * I	85.13
MFR5388	54094697N	05/01/2016	50020	257 8\$	85.13
MFR6641	8560042350	21/12/2015	74550	218 * I	85.13
MFZ7045	8560044145	05/02/2016	74550	218 * I	85.13
MGC1761	8560041999	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
MGC8905	8560044389	15/02/2016	74550	218 * I	85.13
MGZ0824	8560044522	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
MGZ6615	8560044036	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
MHC3263	8560044363	11/02/2016	74550	218 * I	85.13
MHD3349	8560042341	26/12/2015	74550	218 * I	85.13
MHF2446	8560042224	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
MHH8490	54109454N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MHL1308	8560044447	17/02/2016	74550	218 * I	85.13
MHL2856	8560044111	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
MHO5999	54109449N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MHS3652	8560042497	25/12/2015	74550	218 * I	85.13
MHT1425	8560043910	29/01/2016	74550	218 * I	85.13
MHV8975	8560044425	15/02/2016	74550	218 * I	85.13
MHX8963	54109446N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MHY7569	8560042286	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
MIH3081	8560043276	17/01/2016	74550	218 * I	85.13
MIN5355	8560044464	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
MIT9147	8560042553	20/12/2015	74630	218 * II	127.69
MJA1914	8560042328	20/12/2015	74630	218 * II	127.69
MJC7226	54109451N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MJN1798	54109448N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MJP3933	8560044433	15/02/2016	74550	218 * I	85.13

MJU5484	8560042592	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJZ6838	54109450N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MKL6153	54109452N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MKR4461	8560044525	15/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKV4867	8560044437	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKY1920	8560042159	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLC9279	8560044047	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MLD5622	8560044471	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLM8538	8560044484	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLP8498	8560044404	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLY6641	8560043546	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MMC2102	8560042603	23/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MMC9786	8560044508	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMH5552	8560044413	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHC6003	8560042621	25/12/2015	74550	218	*	I	85.13
QHF6256	8560042253	15/12/2015	74550	218	*	I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1988/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1988/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOU5066	P00ZP0002R	17/04/2016	50100	162 * I
AOU5066	P00ZP0002S	17/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
AOU5066	P00ZP0002T	17/04/2016	64080	221
MAH6666	P00ZO0000L	24/03/2016	64080	221
MAI4223	P00ZP00035	20/04/2016	51691	165

MCN3298	P00Y000018	27/03/2016	51691	165
MCN3298	P00Y000019	27/03/2016	69120	232
MIC0109	P00ZQ0002M	17/04/2016	51692	165
MLK5747	P00ZN0004W	16/04/2016	50100	162 * I
MLK5747	P00ZN0004X	16/04/2016	51180	164 c/c 162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1989/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1989/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQK7112	P00ZQ0000E	15/03/2016	54600	181 * IX
BDR0034	P00ZP0000D	15/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
EQB0511	P00ZN0002N	27/03/2016	51851	167
MAX6324	P00ZQ0000S	19/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBU6775	P00ZP0000C	15/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDT0279	P00ZQ0000W	19/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MGB0239	P00ZN00054	18/04/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MMH3157	P00ZO0000S	28/03/2016	60844	211

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

JOACABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 1009/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - ELETRONICO - 28177

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 1009/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AFG3966	8560045125	10/03/2016	74630	218 * II
AGS6685	54119546N	29/03/2016	50020	257 8S
AHL4224	8560045040	07/03/2016	74550	218 * I
ASD5690	8560044996	06/03/2016	74550	218 * I
ATT6266	8560045217	12/03/2016	74550	218 * I
DUH0638	8560045401	12/03/2016	74630	218 * II
IBN0758	8560045102	08/03/2016	74550	218 * I
ILG1629	8560045308	19/03/2016	74550	218 * I
IOW2558	8560045676	26/03/2016	74550	218 * I
IQQ4379	8560045372	15/03/2016	74550	218 * I
LXA1726	8560045399	12/03/2016	74550	218 * I
MAK3733	8560045253	14/03/2016	74630	218 * II
MAX6430	8560045493	19/03/2016	74550	218 * I
MBO9377	8560045193	11/03/2016	74550	218 * I
MBX2828	8560045375	16/03/2016	74630	218 * II
MBX2828	8560045379	16/03/2016	74710	218 * III
MDE4169	8560045288	17/03/2016	74630	218 * II
MEG6625	8560045123	09/03/2016	74630	218 * II
MEP2793	8560045409	13/03/2016	74550	218 * I
MES2399	8560045448	17/03/2016	74550	218 * I
MEX1796	8560045095	06/03/2016	74550	218 * I
MEZ2549	8560045352	12/03/2016	74550	218 * I
MFA9237	8560045320	12/03/2016	74550	218 * I
MFR3333	8560045004	10/03/2016	74550	218 * I
MGC1761	8560045415	14/03/2016	74550	218 * I
MGF4777	8560045455	18/03/2016	74550	218 * I
MGW2050	8560045148	05/03/2016	74550	218 * I
MHH2716	8560045370	15/03/2016	74550	218 * I
MIM9828	8560045410	14/03/2016	74550	218 * I



MIS5455	8560045560	24/03/2016	74550	218	*	I
MJC7226	54127092N	19/04/2016	50020	257		8\$
MJF9352	8560045074	09/03/2016	74630	218	*	II
MJL1504	8560045323	16/03/2016	74550	218	*	I
MJL2726	8560045275	16/03/2016	74630	218	*	II
MJS6522	8560045016	10/03/2016	74550	218	*	I
MJY1833	8560045145	05/03/2016	74550	218	*	I
MKH0565	8560045292	18/03/2016	74550	218	*	I
MKP1785	54126227N	18/04/2016	50020	257		8\$
MKQ7570	8560045068	10/03/2016	74630	218	*	II
MKQ8965	8560044885	28/02/2016	74550	218	*	I
MKU1143	8560045173	09/03/2016	74550	218	*	I
MKZ3876	8560045473	12/03/2016	74630	218	*	II
MLD1961	8560045170	09/03/2016	74550	218	*	I
MLG6566	8560045250	13/03/2016	74630	218	*	II
MLH5526	8560045333	16/03/2016	74550	218	*	I
MLI3291	8560045165	08/03/2016	74550	218	*	I
MLN0689	8560045387	18/03/2016	74550	218	*	I
MMC6579	8560045155	06/03/2016	74550	218	*	I
MMJ0079	8560045160	06/03/2016	74550	218	*	I
OKG4609	8560045311	14/03/2016	74550	218	*	I
QHI5574	8560045305	13/03/2016	74550	218	*	I
QHO3938	8560045105	05/03/2016	74550	218	*	I
QHR6283	8560045143	05/03/2016	74630	218	*	II
QHS4595	8560045235	15/03/2016	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**José Boiteux**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 393/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 393/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AEZ0194	54978336E	24/03/2016	51851	167
CMF5345	54978337E	29/03/2016	59670	203 * V
IBW5049	54978341E	16/04/2016	51851	167
LZW0839	54978334E	21/03/2016	51851	167
LZW0839	54978335E	21/03/2016	51852	167
MBB9033	54978339E	06/04/2016	58000	192

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

---

### LACERDÓPOLIS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8312 248/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8312 248/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCA9788	54945459C	15/03/2016	61220	214 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

### LAGES

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2314/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2314/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHD9579	54626600F	22/02/2016	65992	230 * V	191.54
ALL0909	P00SZ00033	21/02/2016	65992	230 * V	191.54
BMJ1005	P00ST0002S	26/02/2016	50100	162 * I	574.61
CBN4486	54627815F	20/02/2016	51691	165	1915.38
CBN4486	54627817F	20/02/2016	50100	162 * I	574.61
DGJ4750	P00SV0001P	24/02/2016	50100	162 * I	574.61
DKB9440	55691898E	08/02/2016	50100	162 * I	574.61
DKB9440	55691899E	08/02/2016	66371	230 * IX	127.69
DKB9440	55691900E	08/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXI7482	54624193F	22/12/2015	66371	230 * IX	127.69
LXI7482	54624192F	22/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXI7482	54624191F	22/12/2015	50100	162 * I	574.61
LXZ5679	P00ST0000N	02/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXZ5679	P00ST0000P	02/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBM4118	54628664F	24/11/2015	65992	230 * V	191.54
MBO3540	55384815F	14/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBO3540	55384814F	14/02/2016	50100	162 * I	574.61
MBV2940	55196873E	16/01/2016	50100	162 * I	574.61
MBV8136	P00SX00032	18/03/2016	69120	232	53.20
MBV8136	P00SX00033	18/03/2016	51691	165	1915.38
MDQ0197	54627697F	11/02/2016	66020	230 * VI	191.54
MDQ0197	54627696F	11/02/2016	65992	230 * V	191.54
MDQ2785	55386256F	11/02/2016	69120	232	53.20
MEE0894	P00SZ00031	20/02/2016	50100	162 * I	574.61
MEE0894	P00SZ00032	20/02/2016	65992	230 * V	191.54

MFI1608	P00SY00060	19/02/2016	69120	232		53.20
MHU1821	P00SU0005U	01/03/2016	65992	230 * V		191.54

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2315/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2315/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEN0457	P00SU0004G	23/02/2016	51851	167	127.69
ARI3732	55196726E	16/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DIN6780	P00SZ00077	07/03/2016	51851	167	127.69
DKB9440	55383303F	08/02/2016	52151	170	191.54
DKB9440	55383302F	08/02/2016	58350	195	127.69
IJO5435	54623966F	10/12/2015	54521	181 * VIII	127.69
IKZ2937	P00SU0003Y	23/02/2016	51851	167	127.69
ILX8252	55386412F	07/01/2016	51851	167	127.69
IOM2230	55199806E	14/12/2015	73662	252 * VI	85.13
LXA1344	55386379F	15/01/2016	51851	167	127.69
LXC4458	54624335F	05/12/2015	51930	168	191.54
LXM6388	54627671F	06/12/2015	54600	181 * IX	85.13
LXP1039	55203600E	22/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LYA9589	P00SU00046	23/02/2016	51851	167	127.69
LYN4533	55504721F	17/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
LYX3072	P00SY0000Q	27/01/2016	51851	167	127.69
MAF8865	54109237N	23/02/2016	50020	257 8S	191.54
MAU3142	55505028F	18/02/2016	59910	206 * I	191.54
MBA6810	55196753E	22/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBF3371	55199792E	24/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBM4118	54628665F	24/11/2015	54600	181 * IX	85.13
MBP2432	55504737F	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69

MBU6203	55504720F	17/02/2016	55680	181	*	XIX	127.69
MCA7589	P00SY00066	19/02/2016	51851	167			127.69
MCC0053	P00SU0004J	23/02/2016	51851	167			127.69
MCC0053	P00SU0004K	23/02/2016	51852	167			127.69
MCD7318	P00SZ0001W	10/02/2016	51851	167			127.69
MDA3085	P00SU0004Q	23/02/2016	51851	167			127.69
MDN9269	55196400E	18/02/2016	73662	252	*	VI	85.13
MDX3439	55196256E	15/12/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MED6040	55198665E	03/03/2016	56144	182	*	V	127.69
MES0226	55200472E	15/01/2016	55680	181	*	XIX	127.69
MFF4664	55386303F	14/01/2016	51851	167			127.69
MFH6602	P00SX0001T	21/02/2016	60501	208			191.54
MFI1608	P00SY00061	19/02/2016	52311	172			85.13
MFL2386	P00SU0005G	24/02/2016	51851	167			127.69
MFL5059	55201175E	16/02/2016	55415	181	*	VII c/ Lei13146	127.69
MFO9760	54625506F	06/12/2015	51851	167			127.69
MFR0109	55505018F	15/02/2016	58270	194			127.69
MFR0109	55505016F	15/02/2016	60502	208			191.54
MGJ4414	55203298E	26/12/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MGK8918	P00SY00062	19/02/2016	58194	193			574.61
MGR2317	P00SY00065	19/02/2016	51851	167			127.69
MGX6846	55200996E	12/12/2015	51851	167			127.69
MHL7854	54288297F	07/12/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MII8373	54109231N	23/02/2016	50020	257		8\$	53.20
MIO4350	P00SU0003U	23/02/2016	51851	167			127.69
MIY1247	55196783E	18/02/2016	60502	208			191.54
MJJ4065	55196684E	28/01/2016	55680	181	*	XIX	127.69
MJW0451	55504886F	18/02/2016	55412	181	*	XVII c/ Lei13146	127.69
MJW0891	55197336E	16/02/2016	55416	181	*	VII c/ Lei13146	127.69
MKP9429	54109234N	23/02/2016	50020	257		8\$	127.69
MLR9584	54625528F	27/01/2016	73662	252	*	VI	85.13
MMI2166	55386384F	15/01/2016	51851	167			127.69
MMI4284	55197201E	26/02/2016	55412	181	*	XVII c/ Lei13146	127.69
MXC9673	55504756F	10/02/2016	55250	181	*	XV	85.13
MYR0703	55196587E	11/01/2016	55414	181	*	VII c/ Lei13146	127.69
NGO7090	54131787D	19/01/2016	51930	168			191.54
QHI0404	55809043D	20/02/2016	73662	252	*	VI	85.13
QHO4861	54109238N	23/02/2016	50020	257		8\$	85.13
QIM1880	55505025F	18/02/2016	55411	181	*	XVII c/ Lei13146	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GUSTAVO AUGUSTO DE OLIVEIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 915/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 915/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAJ4398	8663147717	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
ABD8205	8663138668	19/12/2015	74550	218 * I	85.13
ABM6047	8663147317	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
ACQ3236	8663147927	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
AFC4077	8663147450	07/02/2016	74630	218 * II	127.69
AFC4077	8663147540	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
AHO4298	8663147655	08/02/2016	60503	208	191.54
AIC8785	8663139957	25/12/2015	74630	218 * II	127.69
AIK4896	8663147098	05/02/2016	60503	208	191.54
AJE2261	8663137945	16/12/2015	74630	218 * II	127.69
AJL8173	54108977N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
AKS6792	8663142376	09/01/2016	74550	218 * I	85.13
AMA3208	8663139984	25/12/2015	74550	218 * I	85.13
AME9637	8663147579	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
AMH5641	8663147685	08/02/2016	60503	208	191.54
AMZ2269	8663147512	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
ANX6515	8663147454	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
AOE2758	8663139730	24/12/2015	74550	218 * I	85.13
APC7076	8663128576	26/10/2015	74550	218 * I	85.13
AQH5794	8663143885	16/01/2016	74550	218 * I	85.13
ARW4269	54108968N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
ARW4269	54108976N	23/02/2016	50020	257 8\$	191.54
ATK5109	8663147974	10/02/2016	60503	208	191.54
AXB1628	8663146158	29/01/2016	60503	208	191.54
BBV3005	8663142348	09/01/2016	74630	218 * II	127.69
BUF7202	8663130319	06/11/2015	74550	218 * I	85.13
BVY9283	8663147267	06/02/2016	74630	218 * II	127.69
CDL0363	8663142461	10/01/2016	74550	218 * I	85.13
CMJ2044	8663149780	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
CPX2411	8663139956	25/12/2015	74550	218 * I	85.13
DAM4403	8663147630	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
DAQ5554	8663137744	15/12/2015	74550	218 * I	85.13
DCA8036	8663147379	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
DCW4639	8663144120	18/01/2016	74550	218 * I	85.13
DDM1429	8663148173	11/02/2016	74550	218 * I	85.13
DDP4430	8663137174	12/12/2015	74630	218 * II	127.69
DEC4907	8663137338	13/12/2015	74550	218 * I	85.13
DGA4380	8663147386	06/02/2016	74630	218 * II	127.69
DID7112	8663143762	16/01/2016	74550	218 * I	85.13
DID7112	8663143763	16/01/2016	74550	218 * I	85.13
DJE3186	8663136739	11/12/2015	74550	218 * I	85.13
DPL1366	8663138983	21/12/2015	60503	208	191.54
DSJ0038	8663147242	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
DUP0156	8663139783	24/12/2015	74630	218 * II	127.69



DXS4004	8663147333	06/02/2016	60503	208		191.54
ELQ6728	8663143306	14/01/2016	60503	208		191.54
ELQ6728	8663143378	14/01/2016	60503	208		191.54
EQZ8699	8663149280	17/02/2016	60503	208		191.54
GRX3538	8663147541	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
GXC5327	8663147275	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
HFG6676	8663147417	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
HJG1709	8663147617	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
HRZ6350	8663126009	07/10/2015	74550	218	* I	85.13
HVZ0774	8663138648	19/12/2015	74550	218	* I	85.13
ICU2048	8663147545	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
ICU2048	8663147480	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
ICU2048	8663147409	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
IGV0567	8663137706	15/12/2015	74550	218	* I	85.13
IHM1178	8663146627	01/02/2016	74550	218	* I	85.13
IIG8007	8663138631	19/12/2015	74710	218	* III	574.61
IIG8007	8663138632	19/12/2015	74710	218	* III	574.61
IIG8007	8663138636	19/12/2015	74710	218	* III	574.61
IJM3270	54101536N	22/01/2016	50020	257	8\$	85.13
IJN0295	54109944N	25/02/2016	50020	257	8\$	85.13
IJZ8344	54108955N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
IJZ8344	54108966N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
IJZ8344	54108967N	23/02/2016	50020	257	8\$	127.69
IJZ8344	54108975N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
IJZ8344	54108932N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
IJZ8344	54108933N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
IPB7979	8663138163	17/12/2015	74550	218	* I	85.13
IPE0074	8663150514	25/02/2016	60503	208		191.54
IPL1489	8663147525	07/02/2016	74630	218	* II	127.69
IPL1489	8663147626	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
IQS9814	8663141290	02/01/2016	74550	218	* I	85.13
IRQ0778	8663146793	03/02/2016	60503	208		191.54
ISY9368	8663144489	19/01/2016	74550	218	* I	85.13
IWG3289	8663143930	17/01/2016	74550	218	* I	85.13
JBF1210	8663147638	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
JLK4687	8663149947	21/02/2016	74550	218	* I	85.13
JUA7540	8663144696	21/01/2016	74710	218	* III	574.61
JUA7540	8663144793	21/01/2016	74550	218	* I	85.13
JXZ6900	8663148994	15/02/2016	60503	208		191.54
LCO2666	8663147483	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
LNO2142	8663148052	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
LRI9557	8663146180	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
LWW6877	8663147460	07/02/2016	60503	208		191.54
LWW6877	8663147476	07/02/2016	74630	218	* II	127.69
LWW6877	8663147543	07/02/2016	60503	208		191.54
LWW6877	8663147544	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
LXF3239	8663138594	19/12/2015	74550	218	* I	85.13
LXJ6759	8663136873	11/12/2015	74550	218	* I	85.13
LXN4902	8663150305	23/02/2016	74630	218	* II	127.69
LXP0723	8663147518	07/02/2016	74550	218	* I	85.13
LXR0593	8663144113	18/01/2016	74550	218	* I	85.13
LXW7439	8663138012	17/12/2015	74630	218	* II	127.69
LYA0545	8663147727	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
LYL4454	8663148103	11/02/2016	74550	218	* I	85.13
LYL4454	8663147231	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
LYO0551	8663147407	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
LYP5519	8663150288	23/02/2016	74550	218	* I	85.13
LYW7040	8663146824	03/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZD8109	8663147671	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
LZE9915	8663150392	24/02/2016	60503	208		191.54
LZE9915	8663150393	24/02/2016	74630	218	* II	127.69
LZI4460	8663135900	02/12/2015	74550	218	* I	85.13
LZW7649	8663147457	07/02/2016	60503	208		191.54

MAF8865	54108973N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MAF8865	54108983N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MAJ8191	8663147547	07/02/2016	74630	218	* II	127.69
MAO0686	8663149424	18/02/2016	60503	208		191.54
MAO0686	8663150295	23/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAR9473	8663147661	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MAY4705	8663139290	22/12/2015	60503	208		191.54
MBD7612	8663136569	10/12/2015	74630	218	* II	127.69
MBE2091	8663150447	25/02/2016	74710	218	* III	574.61
MBJ2701	8663150742	26/02/2016	74550	218	* I	85.13
MBK9535	8663147346	06/02/2016	74630	218	* II	127.69
MBL8242	8663147709	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MBM3720	8663143740	16/01/2016	74550	218	* I	85.13
MBN0896	8663147963	10/02/2016	60503	208		191.54
MBO5919	8663144704	21/01/2016	74550	218	* I	85.13
MBO6923	8663147411	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MBP3673	8663147835	09/02/2016	60503	208		191.54
MBQ4939	8663139638	23/12/2015	74630	218	* II	127.69
MBU7586	8663147314	06/02/2016	74550	218	* I	85.13
MBY7246	54108979N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MCE7817	8663137316	13/12/2015	74550	218	* I	85.13
MCJ1084	8663147332	06/02/2016	60503	208		191.54
MCN0920	8663147653	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MCN4787	8663147108	05/02/2016	60503	208		191.54
MCO8068	8663138424	19/12/2015	74550	218	* I	85.13
MCU9599	8663149428	18/02/2016	60503	208		191.54
MDA7460	8663148783	14/02/2016	74550	218	* I	85.13
MDA7460	8663148575	13/02/2016	74550	218	* I	85.13
MDA7460	8663148581	13/02/2016	74550	218	* I	85.13
MDB1869	8663136257	08/12/2015	74550	218	* I	85.13
MDB1869	8663136288	08/12/2015	74550	218	* I	85.13
MDC1004	8663143636	15/01/2016	74630	218	* II	127.69
MDC2034	8663150135	22/02/2016	74550	218	* I	85.13
MDC9383	8663150463	25/02/2016	74550	218	* I	85.13
MDE8369	8663130286	06/11/2015	74550	218	* I	85.13
MDF1720	8663147840	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
MDG4665	8663138975	21/12/2015	74550	218	* I	85.13
MDH0323	8663138227	18/12/2015	74550	218	* I	85.13
MDH4770	54108980N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MDO5082	8663148084	10/02/2016	74550	218	* I	85.13
MDP9222	8663148119	11/02/2016	60503	208		191.54
MDP9222	8663148120	11/02/2016	74550	218	* I	85.13
MDQ1585	8663147252	06/02/2016	60503	208		191.54
MDQ1585	8663147704	08/02/2016	60503	208		191.54
MDS2400	8663147513	07/02/2016	74630	218	* II	127.69
MDU8415	8663147802	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
MDZ4198	8663148218	11/02/2016	74550	218	* I	85.13
MEE3105	8663136124	08/12/2015	60503	208		191.54
MEL8634	54108963N	23/02/2016	50020	257	8\$	191.54
MEM5393	8663148780	14/02/2016	74550	218	* I	85.13
MEN1637	8663137559	14/12/2015	74550	218	* I	85.13
MEN1849	8663150088	22/02/2016	60503	208		191.54
MES4430	8663140744	29/12/2015	74550	218	* I	85.13
MES9833	8663138051	17/12/2015	74550	218	* I	85.13
MEU6484	8663150048	22/02/2016	74550	218	* I	85.13
MEW3718	8663145470	24/01/2016	74630	218	* II	127.69
MFB0496	8663147771	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MFB3570	8663136856	11/12/2015	74550	218	* I	85.13
MFK2852	8663150177	22/02/2016	74550	218	* I	85.13
MFK4513	54108953N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MFL8569	8663147348	06/02/2016	60503	208		191.54
MFN6217	8663147686	08/02/2016	74550	218	* I	85.13
MFP2152	8663147659	08/02/2016	74550	218	* I	85.13

MFP2152	8663147652	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFP2686	8663149267	17/02/2016	60503	208			191.54
MFT0026	54108981N	23/02/2016	50020	257	8\$		191.54
MFV7864	8663143553	15/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGA1471	8663138947	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGB2329	8663148195	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGD6343	8663133430	22/11/2015	60503	208			191.54
MGF4126	8663143194	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGH8530	8663139213	21/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGK1212	54108952N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MGM5288	8663150017	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGM5288	8663143843	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGO8818	8663134466	29/11/2015	74550	218	*	I	85.13
MGP1366	8663138246	18/12/2015	60503	208			191.54
MGQ4551	8663147313	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGR3596	8663144106	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGW1311	8663148896	15/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGW5282	8663143654	15/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MGY6814	8663147866	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHA6298	8663138690	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MHB7074	54095916N	08/01/2016	50020	257	8\$		85.13
MHG2712	8663143830	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHG6214	8663138446	19/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MHN4036	8663147571	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHQ3289	8663142923	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHR1173	54108949N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MHY4945	8663139395	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MHY6419	8663147367	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHY9508	8663149717	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHZ3668	8663138610	19/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MHZ6456	8663137208	13/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIB0867	8663143912	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIE4900	8663140043	26/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MII6214	8663150234	23/02/2016	60503	208			191.54
MIJ6931	54108956N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MIJ6931	54108971N	23/02/2016	50020	257	8\$		191.54
MIM3912	54108938N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MIN0315	8663149756	20/02/2016	60503	208			191.54
MIP5150	8663147950	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIS1860	8663147827	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIY0339	8663131387	13/11/2015	74630	218	*	II	127.69
MIY2768	8663147321	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIZ2981	8663133712	24/11/2015	74550	218	*	I	85.13
MIZ2987	8663147874	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIZ9046	8663147250	06/02/2016	60503	208			191.54
MIZ9326	54093328N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MJA5432	8663138162	17/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJB8596	8663144702	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJC9531	8663144294	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJF5512	8663147293	06/02/2016	60503	208			191.54
MJG6249	54109946N	25/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MJH3252	54108950N	23/02/2016	50020	257	8\$		191.54
MJI4536	8663150650	26/02/2016	60503	208			191.54
MJJ2307	8663138186	03/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJM5124	54108960N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MJP2849	8663138615	19/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MJV4892	8663132594	19/11/2015	74550	218	*	I	85.13
MJW8609	8663147676	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJX7291	8663150081	22/02/2016	60503	208			191.54
MKC1625	8663138105	17/12/2015	60503	208			191.54
MKC5145	8663149590	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKD2980	8663146071	28/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MKE6263	8663147957	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13

MKF2162	8663139195	21/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKG1938	8663147607	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKI5462	8663149560	19/02/2016	60503	208			191.54
MKK2795	8663147498	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKK9689	8663146657	02/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKL6392	8663148238	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKL6548	8663147980	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKM9617	8663147715	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKN2827	8663139257	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKN5630	8663144012	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKO5520	8663137970	16/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKR4391	54108969N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MKS8005	8663145397	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKU7626	54112389N	03/03/2016	50020	257	8\$		85.13
MKW1284	8663143628	15/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MX0255	8663148051	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKY5473	54108957N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MLB4047	8663149938	21/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MLC6593	8663139452	22/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLD0134	8663144100	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLF0134	8663139042	21/12/2015	60503	208			191.54
MLI5840	54093334N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MLI5840	54093335N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MLI5840	54093337N	29/12/2015	50020	257	8\$		574.61
MLI5840	54093338N	29/12/2015	50020	257	8\$		574.61
MLI5840	54093339N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MLI5840	54093340N	29/12/2015	50020	257	8\$		574.61
MLJ7918	54093341N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MLJ7918	54093331N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MLJ8481	54108959N	23/02/2016	50020	257	8\$		191.54
MLN1597	8663145816	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLN5580	54108986N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MLO6684	8663145705	25/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MLS6779	8663149453	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLT7428	8663144011	17/01/2016	60503	208			191.54
MLX7879	54108961N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MMF4514	8663136006	05/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MMF4760	8663143090	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MMF4974	8663145674	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MQX8754	8663147533	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ODJ0964	8663148175	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
OFK8084	8663146162	29/01/2016	60503	208			191.54
OKE6955	8663148065	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ONK6193	8663146967	04/02/2016	74630	218	*	II	127.69
OPQ5771	8663141127	01/01/2016	74630	218	*	II	127.69
QHD7302	8663149986	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHG6906	8663148244	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHH6041	8663138367	18/12/2015	74550	218	*	I	85.13
QHH9450	8663149624	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHI1383	8663145272	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHK0614	54108962N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
QHK4045	8663143467	14/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHK4045	8663143254	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHO1858	8663149814	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHP1478	8663145488	24/01/2016	74710	218	*	III	574.61
QHS5251	8663147812	09/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHU4010	8663150321	24/02/2016	60503	208			191.54
QIQ2009	54108984N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GUSTAVO AUGUSTO OLIVEIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2312/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2312/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADC5143	55504935F	10/04/2016	52741	175
BPM0692	P00ZU0003Y	23/03/2016	67261	230 * XVIII
BPM0692	P00ZU0003Z	23/03/2016	69120	232
BPM0692	P00ZU00040	23/03/2016	66371	230 * IX
ITY3075	54624516F	15/04/2016	51691	165
LYB7602	P00ZT00004	16/04/2016	69120	232
LYB7602	P00ZT00005	17/04/2016	50100	162 * I
LYB7602	P00ZT00006	17/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MCN0529	P00ZU0006I	17/04/2016	65992	230 * V
MCN0529	P00ZU0006J	17/04/2016	50450	162 * V
MDG0755	54625129F	08/04/2016	65992	230 * V
MDN5249	P00SV00056	19/04/2016	66371	230 * IX
MFL4710	55507072F	10/04/2016	52741	175
MFL4710	55507071F	10/04/2016	65992	230 * V
MGB3766	55507103F	10/04/2016	65992	230 * V
MGB7448	P00SV0004Z	19/04/2016	66020	230 * VI
MJV6229	P00SY0006R	05/03/2016	50450	162 * V
MMC8177	55385194F	12/04/2016	66020	230 * VI
MMF8141	54625143F	12/04/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.



OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2313/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2313/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAV9909	55505265F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ADC5143	55504939F	10/04/2016	60501	208
AHI6893	P00ZU00027	22/03/2016	51851	167
AHI6893	P00ZU00028	22/03/2016	51852	167
AHT7921	55507187F	07/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKE6481	55508568F	10/04/2016	51851	167
ANB8898	55507778F	07/04/2016	55417	181*VII c/ Lei13146
AUK5050	P00SV00066	19/04/2016	51851	167
AUK5050	P00SV00067	19/04/2016	51852	167
AUK5050	P00SV00060	19/04/2016	51851	167
BEY0106	55384107F	05/04/2016	55250	181 * XV
CRG0107	P00SV0005F	19/04/2016	51851	167
HRZ3090	55197076E	04/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
IFL2258	55385192F	12/04/2016	51851	167
IFL2258	55385193F	12/04/2016	51852	167
IOE7953	55386618F	04/03/2016	55500	181 * XVIII
IPP8393	P00SZ00065	06/03/2016	51851	167
LRV0541	55506850F	08/04/2016	73662	252 * VI
LWT5018	55197498E	08/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXT5363	P00SU000FY	12/04/2016	51851	167
LYV7575	55385166F	07/04/2016	51851	167
LZK2172	P00SV0005R	19/04/2016	51851	167
LZW2453	55506705F	22/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAX1245	55508569F	10/04/2016	51851	167
MCF6681	55506730F	09/04/2016	51851	167
MCW4597	P00SV0004P	19/04/2016	51851	167
MDG5229	P00SV0002H	10/03/2016	51851	167
MDL4121	55384924F	07/04/2016	51851	167



MDL8088	P00SV0006J	19/04/2016	51852	167
MDN5249	P00SV00055	19/04/2016	52070	169
MDO3917	55507895F	17/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEU0630	55198673E	07/04/2016	51851	167
MFK3111	55197379E	04/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFL4710	55507074F	10/04/2016	60501	208
MFL4710	55507076F	10/04/2016	60501	208
MFL9167	P00SZ00072	07/03/2016	51851	167
MGB7448	P00SV0004Y	19/04/2016	73662	252 * VI
MGD3220	55504930F	07/04/2016	73662	252 * VI
MGG1784	55197380E	04/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MGL5505	55504941F	10/04/2016	54521	181 * VIII
MHJ5798	P00SX00043	26/03/2016	51851	167
MHL7854	P00SZ00070	07/03/2016	51851	167
MHW0321	P00SV0006S	19/04/2016	51851	167
MHZ1872	55197397E	16/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MID4901	55203737E	08/04/2016	73662	252 * VI
MIE6566	P00SV0006Q	19/04/2016	51851	167
MIE6566	P00SV0006R	19/04/2016	51852	167
MIH5599	55507814F	14/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MII2505	P00SV0004O	19/04/2016	51851	167
MIM8847	55507060F	07/04/2016	55250	181 * XV
MIO4802	P00SV0005Q	19/04/2016	51930	168
MIP2214	P00SV0005O	19/04/2016	51851	167
MIP9926	55505242F	14/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIQ8466	55507200F	07/04/2016	51851	167
MIR1231	55507068F	07/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIT7677	54127163N	19/04/2016	50020	257 8\$
MIW0908	55385190F	07/04/2016	51851	167
MJH3252	54127164N	19/04/2016	50020	257 8\$
MJJ8797	55504846F	02/03/2016	55250	181 * XV
MJQ0525	55507170F	07/04/2016	51851	167
MKM5755	P00SX0003P	26/03/2016	51851	167
MKS6515	55201191E	17/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKS8858	P00SV0004T	19/04/2016	51851	167
MKY8694	55505528F	22/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLG1205	P00SV0006X	19/04/2016	51851	167
MLM2019	55505483F	22/03/2016	55680	181 * XIX
MLP1432	55507929F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLR5470	55508585F	10/04/2016	55680	181 * XIX
MML6315	55505247F	14/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
NCL9400	P00ZU00029	22/03/2016	51851	167
NHF5792	55508071F	13/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
NTD3393	55507891F	17/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
OXB3574	54627932F	07/04/2016	54521	181 * VIII
QJI0150	55508584F	10/04/2016	54521	181 * VIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GUSTAVO AUGUSTO DE OLIVEIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 914/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 914/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
 -----

ADN7056	8663157255	03/04/2016	74550	218	* I
AEA4442	8663151921	05/03/2016	74550	218	* I
AFV1300	8663157287	03/04/2016	74550	218	* I
AGP0199	8663157485	04/04/2016	74550	218	* I
AIN0014	8663153580	13/03/2016	74550	218	* I
AKQ5577	8663152157	06/03/2016	74550	218	* I
AKQ5577	8663152191	06/03/2016	60503	208	
AKQ5577	8663152334	06/03/2016	74550	218	* I
ANR0689	8663150057	22/02/2016	74550	218	* I
ANX6515	8663157204	03/04/2016	74550	218	* I
AUD2160	8663156124	27/03/2016	74630	218	* II
AVE2804	8663153063	11/03/2016	74550	218	* I
AWK3745	54127073N	19/04/2016	50020	257	8\$
AXV2361	8663150727	26/02/2016	74550	218	* I
AZY9990	8663157294	03/04/2016	74550	218	* I
AZY9990	8663157261	03/04/2016	60503	208	
BBM6677	8663150831	27/02/2016	74550	218	* I
BMC6487	8663154275	17/03/2016	74630	218	* II
BMJ1005	54127072N	19/04/2016	50020	257	8\$
BMJ1005	54127070N	19/04/2016	50020	257	8\$
BOA3153	8663153795	14/03/2016	74630	218	* II
BOC6678	8663157276	03/04/2016	74550	218	* I
BRF5079	8663151871	04/03/2016	74630	218	* II
CRW4051	8663156671	31/03/2016	74550	218	* I
DIH3517	8663150701	26/02/2016	74550	218	* I
DMZ4607	8663152971	10/03/2016	74550	218	* I
DSI2851	8663153032	11/03/2016	74550	218	* I
EAP0610	8663157361	03/04/2016	74550	218	* I
EFW0591	8663157171	03/04/2016	74550	218	* I
ELF6173	8663157537	05/04/2016	74550	218	* I
ETJ7048	8663156483	30/03/2016	74550	218	* I
FHL0666	8663157268	03/04/2016	60503	208	
FSR0017	8663151738	04/03/2016	74550	218	* I
GNM8357	8663151465	02/03/2016	74550	218	* I
GNM8357	8663151609	03/03/2016	74550	218	* I
GNM8357	8663151057	28/02/2016	74550	218	* I
GNM8357	8663152571	08/03/2016	74550	218	* I
HRY0919	8663157197	03/04/2016	74630	218	* II
ICU2048	8663151931	05/03/2016	60503	208	
ICU2048	8663151960	05/03/2016	60503	208	
ICU2048	8663152001	05/03/2016	60503	208	

ICU2048	8663151162	29/02/2016	74630	218	*	II
IDT1673	8663150945	27/02/2016	74550	218	*	I
IEC3276	8663157538	05/04/2016	74550	218	*	I
IEK6322	8663150480	25/02/2016	60503	208		
IHY0272	8663150216	23/02/2016	60503	208		
IKJ4590	8663157226	03/04/2016	74550	218	*	I
ILH8237	8663157167	03/04/2016	74550	218	*	I
IME9276	8663157506	05/04/2016	60503	208		
ING1431	8663154048	16/03/2016	60503	208		
INI1620	8663151712	03/03/2016	74550	218	*	I
IOL4076	8663151968	05/03/2016	74550	218	*	I
IPD3536	8663151938	05/03/2016	56732	183		
IQJ4402	8663154185	17/03/2016	60503	208		
IUR1899	8663156536	30/03/2016	74550	218	*	I
JCG1008	8663153002	10/03/2016	74550	218	*	I
JOL3429	54127061N	19/04/2016	50020	257		8\$
JPD9322	8663153264	12/03/2016	74710	218	*	III
KEK7212	8663150475	25/02/2016	60503	208		
KFY6911	8663153327	12/03/2016	60503	208		
LTO0564	8663151463	02/03/2016	74630	218	*	II
LWZ9317	8663151099	28/02/2016	60503	208		
LWZ9317	8663152093	05/03/2016	74550	218	*	I
LXG1725	8663157706	06/04/2016	74630	218	*	II
LXI8252	8663151962	05/03/2016	74630	218	*	II
LXR0593	8663151760	04/03/2016	60503	208		
LXX2158	8663149655	19/02/2016	74550	218	*	I
LYA9709	8663157426	04/04/2016	60503	208		
LYC5989	54127074N	19/04/2016	50020	257		8\$
LYH5202	8663153220	12/03/2016	74550	218	*	I
LYH9364	8663157362	03/04/2016	74630	218	*	II
LYX2407	8663157325	03/04/2016	74630	218	*	II
LZB9619	8663157710	06/04/2016	74550	218	*	I
LZI9838	8663150528	25/02/2016	74550	218	*	I
LZJ5592	8663150241	23/02/2016	74630	218	*	II
LZQ7982	8663150363	24/02/2016	60503	208		
LZT7227	8663153038	11/03/2016	56732	183		
MAA9496	8663151966	05/03/2016	74550	218	*	I
MAF4766	8663150434	24/02/2016	74550	218	*	I
MAJ0327	8663157564	05/04/2016	74550	218	*	I
MAK8877	54127080N	19/04/2016	50020	257		8\$
MAL2895	8663152303	06/03/2016	74550	218	*	I
MAL3866	8663157578	05/04/2016	74550	218	*	I
MAM8221	8663152312	06/03/2016	74550	218	*	I
MAM8221	54115386N	15/03/2016	50020	257		8\$
MAN0855	8663157427	04/04/2016	60503	208		
MAN0855	8663157428	04/04/2016	74630	218	*	II
MAN0855	8663157309	03/04/2016	60503	208		
MAX6944	8663150618	26/02/2016	60503	208		
MAY2696	8663149977	21/02/2016	74550	218	*	I
MAZ5137	8663157252	03/04/2016	74550	218	*	I
MBA8302	8663157422	04/04/2016	74550	218	*	I
MBB7212	8663152902	10/03/2016	60503	208		
MBG7601	8663150570	25/02/2016	74550	218	*	I
MBH8086	8663153520	13/03/2016	60503	208		
MBK3952	8663157324	03/04/2016	74550	218	*	I
MBV1744	8663156694	31/03/2016	60503	208		
MBV3086	8663152936	10/03/2016	74550	218	*	I
MCD8712	8663150333	24/02/2016	74630	218	*	II
MCL1101	54127077N	19/04/2016	50020	257		8\$
MCL9354	8663153407	12/03/2016	74550	218	*	I
MCO8406	8663150646	26/02/2016	60503	208		
MCS7885	8663150383	24/02/2016	74550	218	*	I
MCU1614	8663157663	06/04/2016	60503	208		

MCU9417	8663152925	10/03/2016	74550	218	*	I
MCU9417	8663152762	09/03/2016	60503	208		
MCZ7559	8663157385	04/04/2016	60503	208		
MDA7883	8663153998	16/03/2016	74550	218	*	I
MDP8676	8663157295	03/04/2016	74550	218	*	I
MDZ4238	8663153686	14/03/2016	60503	208		
MEE7468	8663151322	01/03/2016	74710	218	*	III
MEG8595	8663153967	15/03/2016	74550	218	*	I
MEK3687	8663153828	15/03/2016	74630	218	*	II
MEM4063	8663151342	01/03/2016	74550	218	*	I
MEO7117	54127068N	19/04/2016	50020	257		8\$
MEQ8733	8663152433	07/03/2016	60503	208		
MEV7374	8663157471	04/04/2016	74550	218	*	I
MEW7207	8663150421	24/02/2016	74550	218	*	I
MFD3469	54127066N	19/04/2016	50020	257		8\$
MFD8346	8663157328	03/04/2016	74550	218	*	I
MFI9849	8663157464	04/04/2016	74550	218	*	I
MFK6882	8663150473	25/02/2016	60503	208		
MFL1396	8663152546	07/03/2016	74550	218	*	I
MFL1396	8663151711	03/03/2016	74550	218	*	I
MFM7055	8663157177	03/04/2016	74630	218	*	II
MFW1484	8663157392	04/04/2016	74710	218	*	III
MFY1941	8663157415	04/04/2016	74550	218	*	I
MFZ7619	54118960N	29/03/2016	50020	257		8\$
MGB2337	8663154140	17/03/2016	74550	218	*	I
MGB7883	8663153116	11/03/2016	74550	218	*	I
MGG6324	8663153664	14/03/2016	74550	218	*	I
MGR8554	8663152733	09/03/2016	74550	218	*	I
MGR8554	8663152862	10/03/2016	74550	218	*	I
MGR8554	8663152930	10/03/2016	74550	218	*	I
MGU2417	8663153744	14/03/2016	74550	218	*	I
MGW4927	8663153249	12/03/2016	74550	218	*	I
MGX6846	8663150435	24/02/2016	74550	218	*	I
MGY2563	8663152612	08/03/2016	60503	208		
MGZ8960	8663150657	26/02/2016	74550	218	*	I
MHA0413	8663153372	12/03/2016	74550	218	*	I
MHA1912	8663157176	03/04/2016	74550	218	*	I
MHA6382	8663151863	04/03/2016	74550	218	*	I
MHA8000	8663154461	18/03/2016	74550	218	*	I
MHC1178	8663152216	06/03/2016	74550	218	*	I
MHG6664	8663150330	24/02/2016	74550	218	*	I
MHH7773	8663153074	11/03/2016	60503	208		
MHI3786	8663157613	06/04/2016	60503	208		
MHQ8241	54127065N	19/04/2016	50020	257		8\$
MHR8710	8663157728	06/04/2016	74550	218	*	I
MHT1626	8663153346	12/03/2016	74550	218	*	I
MHT1847	8663152395	07/03/2016	74550	218	*	I
MHT6112	8663154418	18/03/2016	74630	218	*	II
MHU0070	8663149954	21/02/2016	74550	218	*	I
MIA0237	8663147823	09/02/2016	60503	208		
MIB1423	8663151323	01/03/2016	74550	218	*	I
MIC1827	8663153182	11/03/2016	74550	218	*	I
MIE6743	8663153959	15/03/2016	74550	218	*	I
MIH8290	8663151217	29/02/2016	60503	208		
MII3771	8663150432	24/02/2016	74550	218	*	I
MIO9041	8663154180	17/03/2016	60503	208		
MIO9041	8663154198	17/03/2016	74550	218	*	I
MIP9926	8663153789	14/03/2016	74550	218	*	I
MIR9223	8663152205	06/03/2016	74630	218	*	II
MIT0901	8663157674	06/04/2016	60503	208		
MIV2975	8663152701	08/03/2016	74550	218	*	I
MIV2975	8663152704	08/03/2016	74550	218	*	I
MIY1579	8663150626	26/02/2016	74550	218	*	I

MJC6018	8663153133	11/03/2016	74550	218	*	I
MJD3908	8663151851	04/03/2016	74630	218	*	II
MJE3390	8663150668	26/02/2016	60503	208		
MJL7424	8663150681	26/02/2016	74630	218	*	II
MJN0780	8663151635	03/03/2016	60503	208		
MJP3648	8663157479	04/04/2016	74550	218	*	I
MJQ9596	54127067N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MJR2874	8663153040	11/03/2016	74550	218	*	I
MJT2952	8663150516	25/02/2016	60503	208		
MJU1348	8663152922	10/03/2016	74630	218	*	II
MJV2414	8663153689	14/03/2016	74550	218	*	I
MJV6879	8663150694	26/02/2016	56732	183		
MJX3644	8663151251	29/02/2016	74550	218	*	I
MKA2254	8663144340	19/01/2016	60503	208		
MKC6100	8663157550	05/04/2016	60503	208		
MKC8709	8663154104	16/03/2016	74550	218	*	I
MKH9827	8663153064	11/03/2016	60503	208		
MKH9827	8663153103	11/03/2016	60503	208		
MKH9827	8663153130	11/03/2016	74550	218	*	I
MKK6964	8663153367	12/03/2016	74550	218	*	I
MKO5465	8663151280	29/02/2016	74550	218	*	I
MKU7626	8663157698	06/04/2016	74550	218	*	I
MKV2644	8663157545	05/04/2016	74550	218	*	I
MKW5793	8663151197	29/02/2016	60503	208		
MKW5795	8663152934	10/03/2016	74550	218	*	I
MKZ7402	8663157566	05/04/2016	74550	218	*	I
MLD9207	8663153955	15/03/2016	74550	218	*	I
MLE2467	8663150711	26/02/2016	74550	218	*	I
MLF0795	8663154460	18/03/2016	74630	218	*	II
MLH7030	8663152455	07/03/2016	74550	218	*	I
MLH7817	54118958N	29/03/2016	50020	257	8\$	
MLJ0744	8663153736	14/03/2016	74630	218	*	II
MLJ2720	8663157266	03/04/2016	56732	183		
MLJ4053	54127071N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MLJ5719	8663153086	11/03/2016	74550	218	*	I
MLM8066	8663150486	25/02/2016	60503	208		
MLN1114	8663153404	12/03/2016	74550	218	*	I
MLO0484	8663148965	15/02/2016	74550	218	*	I
MLQ4497	8663153806	14/03/2016	74550	218	*	I
MLU9743	54127075N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MLW3691	54127064N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MLW3691	54127062N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MLY1581	8663154178	17/03/2016	60503	208		
MLZ8851	8663157474	04/04/2016	74550	218	*	I
MMA2989	54127060N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MMC3506	54118961N	29/03/2016	50020	257	8\$	
MMC3506	8663153590	13/03/2016	74630	218	*	II
MMI3005	8663157229	03/04/2016	74550	218	*	I
MMI4386	8663150402	24/02/2016	60503	208		
MMK1615	8663156868	01/04/2016	74550	218	*	I
MMM6260	54127063N	19/04/2016	50020	257	8\$	
MMM7600	8663157246	03/04/2016	74550	218	*	I
MMY5878	8663151714	03/03/2016	74550	218	*	I
MQL2951	8663152285	06/03/2016	74550	218	*	I
NHQ5587	8663157387	04/04/2016	74550	218	*	I
OKF4248	8663153896	15/03/2016	74550	218	*	I
OKG2869	8663153135	11/03/2016	74550	218	*	I
OKH1510	8663157690	06/04/2016	74550	218	*	I
OOU5500	8663157409	04/04/2016	74550	218	*	I
OXB3574	8663157612	06/04/2016	60503	208		
QHC3274	8663153704	14/03/2016	60503	208		
QHF4081	8663152104	05/03/2016	74550	218	*	I
QHG2771	8663157662	06/04/2016	60503	208		



QHH0219	8663151812	04/03/2016	74550	218	*	I
QHH7511	8663150391	24/02/2016	60503	208		
QHI7811	8663157178	03/04/2016	74550	218	*	I
QHI8060	8663153482	13/03/2016	74550	218	*	I
QHI8060	8663153510	13/03/2016	74550	218	*	I
QHI9248	8663152712	08/03/2016	74630	218	*	II
QHM0858	8663150688	26/02/2016	74550	218	*	I
QHM2118	8663150584	25/02/2016	74550	218	*	I
QHO0388	8663156612	30/03/2016	74630	218	*	II
QHS2201	8663151497	02/03/2016	60503	208		
QIC5442	8663157702	06/04/2016	74630	218	*	II
QID2270	8663152873	10/03/2016	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GUSTAVO AUGUSTO OLIVEIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### LAGUNA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2076/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2076/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEN7010	55008378F	23/02/2016	65992	230 * V	191.54
IMD8472	55009643F	15/01/2016	50100	162 * I	574.61
IMD8472	55009644F	15/01/2016	65992	230 * V	191.54
JZO4647	55008465F	01/02/2016	50450	162 * V	191.54
LZC5018	55885696E	02/02/2016	69120	232	53.20
LZU2129	55008235F	21/02/2016	51691	165	1915.38
MAG2277	55056823F	19/02/2016	50100	162 * I	574.61
MAG2277	55056824F	19/02/2016	65992	230 * V	191.54
MAG2277	55056825F	19/02/2016	65564	230 * I	191.54



MAG2277	55056827F	19/02/2016	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MAG2277	55056828F	19/02/2016	73400	252	* IV	85.13
MCB2314	55056830F	19/02/2016	50100	162	* I	574.61
MCB2314	55056831F	19/02/2016	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MCB2314	55056832F	19/02/2016	65992	230	* V	191.54
MCB2314	55056833F	19/02/2016	52741	175		1915.38
MCB2314	55056834F	19/02/2016	65564	230	* I	191.54
MCB2314	55056835F	19/02/2016	65561	230	* I	191.54
MCB2314	55056836F	19/02/2016	69120	232		53.20
MDI2026	55009654F	20/02/2016	65992	230	* V	191.54
MDS9371	55056839F	22/02/2016	73400	252	* IV	85.13
MDS9371	55056840F	22/02/2016	65564	230	* I	191.54
MDS9371	55056841F	22/02/2016	52741	175		1915.38
MDS9371	55056843F	22/02/2016	69120	232		53.20
MER5745	55883936E	28/12/2015	66531	230	* XI	127.69
MHP1845	55884584E	18/12/2015	50100	162	* I	574.61
MHP1845	55884585E	18/12/2015	65992	230	* V	191.54
MHP1845	55884586E	18/12/2015	65564	230	* I	191.54
MKX8872	55008361F	23/12/2015	65992	230	* V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOSE DAVID MACHADO  
DELEGADO POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2077/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2077/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AME9273	54452598E	13/02/2016	51851	167	127.69
AYZ0579	54254558F	17/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CLS5357	54457693E	22/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
DCF5303	54254561F	17/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
IVZ1188	54254453F	11/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69

LCW1678	55008525F	13/12/2015	54525	181	*	VIII	127.69
MAG2277	55056829F	19/02/2016	52070	169			53.20
MBG1114	55008522F	13/12/2015	54525	181	*	VIII	127.69
MCH6651	55008521F	13/12/2015	54525	181	*	VIII	127.69
MCH8612	55885440E	16/12/2015	58350	195			127.69
MCS4834	54457689E	16/12/2015	55417	181	*	XVII	53.20
MDS9371	55056842F	22/02/2016	70301	244	*	I	191.54
MDS9371	55056844F	22/02/2016	60502	208			191.54
MDS9371	55056845F	22/02/2016	52232	171			85.13
MFB2085	54725633E	26/12/2015	55250	181	*	XV	85.13
MFI3036	54453944E	29/12/2015	70301	244	*	I	191.54
MHG6044	54255571F	05/01/2016	55412	181	*	XVII c/ Lei13146	127.69
MID1353	55008234F	20/02/2016	55415	181	*	VII c/ Lei13146	127.69
MIK7850	55884390E	07/02/2016	54100	181	*	IV	85.13
MIS7764	55008410F	14/02/2016	60501	208			191.54
MIX1974	55008493F	12/02/2016	55415	181	*	VII c/ Lei13146	127.69
MJH3024	54255048F	27/01/2016	55412	181	*	XVII c/ Lei13146	127.69
MKX8872	55008362F	23/12/2015	70301	244	*	I	191.54
MLA2662	55884143E	30/01/2016	51851	167			127.69
MLH1639	54255256F	23/12/2015	55412	181	*	XVII	53.20
NJW7787	55008474F	04/02/2016	55416	181	*	VII c/ Lei13146	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOCEMAR OTAVIO LAUREANO  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2074/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2074/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

BUP6447	55057161F	20/03/2016	69120	232	
CNW0400	55008315F	19/03/2016	65992	230	* V
LBX5616	55885444E	15/03/2016	65992	230	* V
LYQ4566	55009557F	07/04/2016	65992	230	* V
LYQ4566	55009558F	07/04/2016	50100	162	* I
MAK0935	55884597E	16/04/2016	50100	162	* I
MAV7064	55009043F	28/03/2016	67000	230	* XVI
MBE6335	55057162F	24/03/2016	51180	164	c/c 162 * I
MBE6335	55009317F	24/03/2016	50100	162	* I
MBQ9296	55009044F	28/03/2016	67000	230	* XVI
MBQ9296	55009046F	28/03/2016	69120	232	
MCQ4103	55056964F	02/04/2016	50100	162	* I
MEE4933	55057481F	15/04/2016	50100	162	* I
MEE4933	55057482F	15/04/2016	65564	230	* I
MEE4933	55057483F	15/04/2016	51180	164	c/c 162 * I
MEE4933	55057484F	15/04/2016	66372	230	* IX
MEQ9909	55008762F	24/03/2016	65992	230	* V
MGF0699	55057485F	15/04/2016	50100	162	* I
MGF0699	55057486F	15/04/2016	65992	230	* V
MGF0699	55057487F	15/04/2016	69120	232	
MGR9619	55056925F	14/03/2016	66372	230	* IX
MGY9252	55057456F	01/04/2016	53200	176	* V
MIK3932	55884882E	21/03/2016	50450	162	* V
MJK8728	55057160F	20/03/2016	66372	230	* IX
MKY9983	55056926F	14/03/2016	50100	162	* I
MKY9983	55056927F	14/03/2016	51180	164	c/c 162 * I
MLA1659	55008439F	27/03/2016	66372	230	* IX
MML9171	55008313F	14/03/2016	69120	232	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOSE DAVID MACHADO  
DELEGADO POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2075/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2075/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXA9495	54256322F	17/03/2016	55500	181 * XVIII
LZH6308	55008906F	19/03/2016	69471	235
LZH6308	55008907F	19/03/2016	58350	195
MBN6834	55009040F	22/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFU4999	55057182F	11/04/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MGG2383	54255249F	17/03/2016	55415	181*VII c/ Lei13146
MHY6533	54127159N	19/04/2016	50020	257 8\$
MJV1476	54255247F	17/03/2016	55500	181 * XVIII
MLI1662	55884400E	14/03/2016	57380	186 * II
NCY4834	55057187F	11/04/2016	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOCEMAR OTAVIO LAUREANO  
DIRETOR DE TRANSITO

**LAURO MULLER**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 988/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 988/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMJ8738	55107294E	16/07/2015	66020	230 * VI	191.53
AMJ8738	55107295E	16/07/2015	59401	203 * III	957.69
ECQ1246	54952315F	10/02/2016	65992	230 * V	191.54
HFG1765	54952361F	21/02/2016	51851	167	127.69

LYK3791	54952326F	19/02/2016	66102	230	*	VII	127.69
LYK3791	54952327F	19/02/2016	50100	162	*	I	574.61
LYS0589	55108439E	05/02/2016	66102	230	*	VII	127.69
LYS0589	55108438E	05/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MAU7819	55107693E	21/01/2016	50100	162	*	I	574.61
MAV3275	54952328F	19/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MBU3853	54952318F	11/02/2016	73400	252	*	IV	85.13
MDL8256	55108307E	22/12/2015	58350	195			127.69
MEJ8932	54952178F	25/12/2015	50100	162	*	I	574.61
MHL6028	54952159F	21/12/2015	53800	181	*	I	85.13
MIE3795	54952169F	24/12/2015	53800	181	*	I	85.13
MJF0533	54094712N	05/01/2016	50020	257		8\$	85.13
MLD5781	54952278F	08/02/2016	55411	181	*	XVII c/ Lei13146	127.69
MLF2401	54952181F	28/12/2015	53800	181	*	I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 987/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 987/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADU6077	54952430F	22/03/2016	50100	162 * I
ALY0297	54952554F	15/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
GXZ4543	54952392F	27/03/2016	50100	162 * I
MAB5358	54952504F	19/03/2016	65992	230 * V
MBU2659	54952012F	03/03/2016	53800	181 * I
MHC7348	54952399F	13/04/2016	73662	252 * VI
MJE2345	55106945E	23/03/2016	57380	186 * II

MMC2823 54952438F 15/04/2016 54281 181 \* V  
QHH2489 54952010F 03/03/2016 55500 181 \* XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### LEBON REGIS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 528/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 528/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JTJ2313	55881403E	02/01/2016	65992	230 * V	191.54
LYY9376	55881404E	02/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LYY9376	55881401E	02/01/2016	65992	230 * V	191.54
LYY9376	55881402E	02/01/2016	50100	162 * I	574.61
LZD6693	55881382E	25/12/2015	50100	162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.



FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**LEOBERTO LEAL**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 229/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 229/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MFJ2985	55755611F	21/03/2016	57200	186 * I
MHO0076	55755656F	26/03/2016	65480	229

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**LINDÓIA DO SUL**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8340 400/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8340 400/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAM6336	54589523F	17/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13
IHW8778	54602985E	18/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MLY1952	54589545F	16/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LINDOIA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8340 399/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8340 399/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXO1144	54589572F	02/04/2016	51851	167
LYV0287	54602998E	15/04/2016	50100	162 * I
LYV0287	54602999E	15/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
LYV0287	54589583F	15/04/2016	65992	230 * V
MAU5825	54589561F	21/03/2016	55500	181 * XVIII
MDY7538	54602185E	11/04/2016	50100	162 * I
MHK7384	54589604F	18/04/2016	73400	252 * IV
MHO0640	54602992E	11/04/2016	50450	162 * V
MJU9863	54589563F	21/03/2016	55500	181 * XVIII

MKC6845 54589562F 21/03/2016 55500 181 \* XVIII  
MML8691 54589590F 15/04/2016 69120 232

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LINDOIA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

---

**LUZERNA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 377/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 377/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACY5270	55222816E	26/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
AQM7269	55222739E	27/02/2016	53800	181 * I	85.13
AQM7269	55222737E	27/02/2016	54522	181 * VIII	127.69
MKN7467	55222883E	23/02/2016	55250	181 * XV	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

---

**MACIEIRA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8697 124/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8697 124/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

MAU1322 55942002E 13/03/2016 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MACIEIRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

---

**MAFRA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1362/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1362/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARP1454	55855614E	15/12/2015	50450	162 * V	191.54
ARP1454	55855615E	15/12/2015	65992	230 * V	191.54
BFM5615	55853937E	31/12/2015	51691	165	1915.38
BFM5615	55853938E	31/12/2015	50100	162 * I	574.61
BFM5615	55855104E	31/12/2015	51770	166	191.54
BFM5615	55855105E	31/12/2015	66371	230 * IX	127.69
ICR2039	55836899E	04/01/2016	65992	230 * V	191.54
LOW3749	55855571E	23/12/2015	69120	232	53.20
LWU9975	55855125E	19/02/2016	65992	230 * V	191.54
LWU9975	55855126E	19/02/2016	50292	162 * II	957.69
LXI3922	55853869E	19/02/2016	50100	162 * I	574.61
MBF3184	55838081E	19/02/2016	50100	162 * I	574.61
MEP2618	55855015E	26/12/2015	65992	230 * V	191.54
MHS7219	55855155E	20/01/2016	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RAFFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1363/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1363/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LOW3749	55855569E	23/12/2015	73662	252 * VI	85.13

LOW3749	55855570E	23/12/2015	58350	195		127.69
MGM3858	55854960E	12/12/2015	54521	181 * VIII		127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOAO ALFREDO FERREIRA  
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1360/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1360/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE04267	55854906E	26/03/2016	69120	232
AHL2231	55854278E	17/04/2016	69120	232
AKF8296	55854782E	26/03/2016	66371	230 * IX
ALA6358	55854402E	26/03/2016	65992	230 * V
ALA6358	55854404E	26/03/2016	50292	162 * II
APC7577	54971947E	13/04/2016	65992	230 * V
DDW0661	55854318E	02/04/2016	65992	230 * V
LQS1184	54971944E	21/03/2016	50100	162 * I
LQS1184	54971945E	21/03/2016	50610	163 c/c 162 * I
LWV5691	55854275E	13/04/2016	65992	230 * V
LXK3390	55854475E	16/04/2016	65992	230 * V
LYO5189	55838189E	15/04/2016	51691	165
LZT8952	55854326E	17/04/2016	51691	165
MAG0840	55854986E	17/04/2016	65992	230 * V
MCI0746	55854470E	14/04/2016	69120	232
MGX8191	55854153E	16/04/2016	65992	230 * V
MHS8549	55837146E	26/03/2016	50450	162 * V
MHS8549	55837147E	26/03/2016	51420	164 c/c 162 * V

-----



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RAFFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1361/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1361/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFQ2030	55854154E	17/04/2016	54284	181 * V
AKF8296	55854781E	26/03/2016	51930	168
ALA6358	55853879E	26/03/2016	58350	195
ALA6358	55854403E	26/03/2016	51930	168
EUN3179	55854504E	14/04/2016	57030	185 * I
LZT8952	55854325E	17/04/2016	58350	195
MGJ6650	54453235D	25/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLV1830	55854313E	23/03/2016	57030	185 * I
MLW0512	55854577E	18/04/2016	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOAO ALFREDO FERREIRA  
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

---

**MARACAJÁ**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 636/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 636/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LCB8585	55021467E	18/10/2014	65992	230 * V	191.53
LCB8585	55021468E	18/10/2014	51691	165	1915.38
LCB8585	55021469E	18/10/2014	65800	230 * IV	191.53
LCB8585	55021471E	18/10/2014	57200	186 * I	127.69
LZH8618	55021483E	08/11/2014	65992	230 * V	191.53
LZH8618	55021484E	08/11/2014	50100	162 * I	574.61
MFO8017	55022242E	28/01/2016	50100	162 * I	574.61
MFO8017	55022244E	28/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 635/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

## DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 635/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJV2096	55022079E	31/03/2016	51691	165
MGG6315	55022085E	06/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MIJ2106	55022083E	02/04/2016	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**MARAVILHA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1615/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1615/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EJQ0716	55871518D	26/12/2015	50100	162 * I	574.61
EJQ0716	55871528D	26/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
JFW6644	55871573D	01/01/2016	65992	230 * V	191.54

-----  
MGI1481 55871565D 21/01/2016 50100 162 \* I 574.61  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1616/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1616/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
DVN2125 55871502D 02/01/2016 51851 167 127.69  
EAR2451 55871638D 30/01/2016 60250 206 \* IV 191.54  
GXI5337 P00OL0003C 18/01/2016 52312 172 85.13  
MBI7605 55871692D 06/02/2016 55414 181\*VII c/ Lei13146 127.69  
MBL6851 P00OL00032 12/01/2016 52070 169 53.20  
MJM2454 55871605D 06/02/2016 52312 172 85.13  
MKR4011 55871465D 25/12/2015 59670 203 \* V 957.69  
MMC3017 54105428N 10/02/2016 50020 257 8\$ 53.20  
MMI5643 55871711D 06/02/2016 55414 181\*VII c/ Lei13146 127.69  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1613/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1613/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALS9213	P000L0005Y	27/03/2016	51691	165
CNT3217	P000L0005Z	27/03/2016	50100	162 * I
CNT3217	P000L00060	27/03/2016	51691	165
MCO5198	55871721D	07/03/2016	50100	162 * I
MDU9494	P000L00067	29/03/2016	50100	162 * I
MDU9494	P000L00068	29/03/2016	65992	230 * V
MIJ1646	P000L00051	17/03/2016	50100	162 * I
MIQ6544	P013500006	14/04/2016	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1614/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1614/2016



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

DDO8511	P00OL0005P	21/03/2016	55090	181 * XIII
MIQ6544	P013500005	14/04/2016	52070	169
QHL1832	P00OL0005D	19/03/2016	73662	252 * VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### MASSARANDUBA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 824/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 824/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

DBF3881	P00QO0000J	09/02/2016	73662	252 * VI	85.13
IKT0297	54296182F	29/12/2015	51851	167	127.69
MCR7846	P00QN0001G	21/02/2016	51852	167	127.69
MEA9694	P00QO0000Y	19/02/2016	51851	167	127.69

-----



MEA9694	P00QO0000Z	19/02/2016	51852	167	127.69
MLW2701	P00QN0001M	22/02/2016	55250	181 * XV	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 823/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 823/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJL8149	P00QN00041	21/03/2016	51851	167
AJL8149	P00QN00042	21/03/2016	51852	167
APX2710	P00QM00023	28/03/2016	51851	167
DEE5170	P00QM0000S	16/03/2016	54522	181 * VIII
FFF2205	P00QN0004J	24/03/2016	51851	167
HDK2583	P00QN0004K	24/03/2016	51851	167
KOB1902	P00QM00021	28/03/2016	51851	167
MEU2936	P00QM00022	28/03/2016	51851	167
MFY2503	P00QM0001Y	28/03/2016	51851	167
MGV8068	P00QN0004F	24/03/2016	51852	167
MIS7010	P00QN0004N	24/03/2016	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

---

**MELEIRO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 562/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 562/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFC9236	55675312D	06/02/2016	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGDO DE POLICIA

**MODELO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8434 424/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8434 424/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJN9497	55869902D	04/03/2016	65992	230 * V	191.54
CEJ5730	55869672D	22/02/2016	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MODELO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8434 423/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8434 423/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAF5075	55869715D	16/04/2016	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MODELO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

### MONTE CARLO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 807/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO - 255610

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 807/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANT5121	55046683D	01/01/2016	60502	208	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

**MORRO DA FUMAÇA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 982/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 982/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFG4290	55052381F	09/01/2016	51930	168	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 981/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 981/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBJ2632	P00PA0005M	19/04/2016	51851	167
MIV1719	54118173N	22/03/2016	50020	257 8\$
MJL5027	P00PA0005N	19/04/2016	51851	167
MJV2800	P00PA0005E	19/04/2016	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADO DE POLICIA

### NAVEGANTES

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1890/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1890/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AML5239	55934525E	19/02/2016	65992	230 * V	191.54
AML5239	55934524E	19/02/2016	69120	232	53.20
AML5239	55934522E	19/02/2016	65561	230 * I	191.54
ASU7624	55934600E	02/02/2016	65992	230 * V	191.54
EEE6633	55576488C	02/01/2016	50450	162 * V	191.54
MBZ8495	55935805E	27/01/2016	73400	252 * IV	85.13
MDE1986	55933193E	04/03/2016	65480	229	85.13
MDJ1026	54994959E	29/12/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MDJ1026	54994955E	29/12/2015	50100	162 * I	574.61
MDJ1026	54994956E	29/12/2015	65992	230 * V	191.54
MDJ1026	54994957E	29/12/2015	52820	176 * I	957.69
MEM6606	55934897E	24/01/2016	67261	230 * XVIII	127.69
MEN9176	55577581C	12/09/2014	65992	230 * V	191.53
MEN9176	55577582C	12/09/2014	65561	230 * I	191.53
MFE5107	55934958E	21/01/2016	67000	230 * XVI	127.69



MFL3622	55935817E	28/01/2016	67261	230	*	XVIII	127.69
MGF2578	55934858E	20/01/2016	50100	162	*	I	574.61
MGX4098	54993910E	29/03/2014	51691	165			1915.38
MHG6322	55579418C	31/08/2014	66020	230	*	VI	191.53
MJB3677	55934829E	03/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MJB3677	55934830E	03/02/2016	64080	221			85.13
MJB3955	55935780E	01/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MJB3955	55935781E	01/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MJB3955	55935782E	01/02/2016	69120	232			53.20
MKI4903	55575190C	24/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MKO4870	55579264C	13/09/2014	51691	165			1915.38
MMI3828	55934064E	21/12/2015	69120	232			53.20
NRL5414	55934622E	15/02/2016	51691	165			1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1891/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1891/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AML5239	55934523E	19/02/2016	70301	244 * I	191.54
AUF2212	55581700C	30/12/2015	55680	181 * XIX	127.69
AWG9897	55934623E	17/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
EGT6222	55585956C	12/02/2016	60412	207	127.69
EUS6728	55581909C	19/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13
GWV9258	55935853E	29/01/2016	54521	181 * VIII	127.69
GWV9258	55935854E	29/01/2016	55250	181 * XV	85.13
HTI6868	55585616C	17/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
IMS7523	54993158E	05/10/2014	56222	182 * VI	53.20
IMS7523	54993163E	05/10/2014	51930	168	191.53
IMS7523	54993162E	05/10/2014	51851	167	127.69

IMS7523	54993161E	05/10/2014	58350	195		127.69
IMS7523	54993159E	05/10/2014	58270	194		127.69
IMS7523	54993164E	05/10/2014	52151	170		191.53
ITC7733	55585980C	22/02/2016	58191	193		574.61
ITC7733	55585977C	22/02/2016	60681	209		127.69
KZT2554	55585646C	19/02/2016	55680	181	* XIX	127.69
LWS4361	55581552C	04/01/2016	55680	181	* XIX	127.69
MAC3394	55935754E	27/01/2016	51930	168		191.54
MBU3511	55585647C	19/02/2016	55500	181	* XVIII	85.13
MCP1904	55581891C	20/01/2016	60681	209		127.69
MCQ1255	55581895C	20/01/2016	60681	209		127.69
MCZ2922	55935816E	28/01/2016	52070	169		53.20
MDR9419	55581897C	20/01/2016	60681	209		127.69
MEV7958	55581713C	25/01/2016	55500	181	* XVIII	85.13
MFP8807	55581457C	23/12/2015	54526	181	* VIII	127.69
MFY6345	55933927E	25/01/2016	52070	169		53.20
MIM1846	55581688C	28/12/2015	55680	181	* XIX	127.69
MIO5899	54103475N	01/02/2016	50020	257	8\$	127.69
MJV5706	55934618E	01/02/2016	55680	181	* XIX	127.69
MKF8855	55934595E	01/02/2016	52070	169		53.20
MKG4238	55581883C	19/01/2016	55680	181	* XIX	127.69
MLF8421	55934922E	29/01/2016	52070	169		53.20
MLM3865	55581672C	24/12/2015	55500	181	* XVIII	85.13
MML8519	55581737C	28/01/2016	55500	181	* XVIII	85.13
QHN4952	55581896C	20/01/2016	60681	209		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOAB BEZERRA DUARTE FILHO  
SUPERINTENDENTE

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1888/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1888/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BME6040	55940727E	17/04/2016	51691	165
IPT6862	55934796E	25/03/2016	50100	162 * I
IPT6862	55934797E	25/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MBU2658	55934540E	20/03/2016	69120	232
MBU2658	55934539E	20/03/2016	50610	163 c/c 162 * I
MBU2658	55934538E	20/03/2016	50100	162 * I
MCM5963	55937305E	15/04/2016	65561	230 * I
MCM5963	55937306E	15/04/2016	65992	230 * V
MDJ1026	55934791E	18/03/2016	50100	162 * I
MFA8576	55937555E	17/04/2016	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1889/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRA - 282210

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1889/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQX2850	55585670C	14/03/2016	58191	193
CMY1062	55585526C	26/02/2016	55680	181 * XIX
HOG9114	55585659C	04/03/2016	51852	167
HOG9114	55585658C	04/03/2016	60681	209
LYJ2490	55585525C	25/02/2016	55250	181 * XV
MBT9414	55585513C	25/02/2016	55680	181 * XIX
MBU2658	55934537E	20/03/2016	60501	208

MCD8306	54115316N	15/03/2016	50020	257	8\$
MER4087	55585660C	04/03/2016	51851	167	
MFA7166	55940726E	16/03/2016	68580	231	* VII
MFA8576	55937554E	17/04/2016	57380	186	* II
MFU1262	55585675C	15/03/2016	55500	181	* XVIII
MHE1728	55585593C	21/03/2016	51851	167	
MHP8837	55584386C	08/03/2016	54522	181	* VIII
MJG9709	55585534C	29/02/2016	51851	167	
MJJ5834	55585538C	29/02/2016	51851	167	
MJM7059	55585512C	25/02/2016	55500	181	* XVIII
MLO7212	55585579C	21/03/2016	51851	167	
MLX6022	55585667C	14/03/2016	60681	209	
MMJ0921	55585686C	15/03/2016	55500	181	* XVIII
QIA0941	55585502C	24/02/2016	73662	252	* VI
QIU8088	54118023N	22/03/2016	50020	257	8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOAB BEZERRA DUARTE FILHO  
SUPERINTENDENTE

### NOVA TRENTO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1024/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEO7145	55458608F	23/02/2016	57380	186 * II	191.54
AFG7668	55458558F	05/02/2016	65992	230 * V	191.54
AWB3951	55458609F	02/03/2016	57380	186 * II	191.54
MBK9207	54276987F	26/12/2015	55500	181 * XVIII	85.13
MCY3616	54277143F	25/12/2015	55680	181 * XIX	127.69
MFW1508	55458231F	20/02/2016	65992	230 * V	191.54

MGU8379	54277050F	13/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MGU8379	55458602F	13/02/2016	66371	230	*	IX	127.69
MGU8379	55458588F	13/02/2016	50100	162	*	I	574.61
MGU8379	55458589F	13/02/2016	66531	230	*	XI	127.69
MHJ8403	55458227F	07/02/2016	55680	181	*	XIX	127.69
MHV4821	54277012F	02/01/2016	55500	181	*	XVIII	85.13
NFI2304	54277047F	07/02/2016	55680	181	*	XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1023/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1023/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWY2728	55588805F	17/04/2016	55500	181 * XVIII
MBA9783	55458595F	22/03/2016	51851	167
MFJ8349	55588656F	24/03/2016	51851	167
MHP1986	55458592F	22/03/2016	51851	167
MIG1137	55588807F	17/04/2016	55680	181 * XIX
MIV9253	55588715F	10/04/2016	54600	181 * IX
MLE4116	55458617F	26/03/2016	55500	181 * XVIII
MMK5921	55588601F	20/03/2016	51851	167
QHS0472	55458431F	17/04/2016	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

---

**ORLEANS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1398/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1398/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALU3995	54161116F	03/01/2016	65992	230 * V	191.54
ALU3995	54161117F	03/01/2016	50100	162 * I	574.61
LZL9850	54161066F	05/01/2016	65992	230 * V	191.54
MDR3715	54163761F	02/01/2016	50100	162 * I	574.61
MEE6532	54161199F	05/01/2016	66020	230 * VI	191.54
MKS1880	54161112F	31/12/2015	65992	230 * V	191.54
MKY3918	54164125F	10/02/2016	66372	230 * IX	127.69
MKY3918	54160892F	06/02/2016	66531	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1399/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1399/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DCH7588	54161044F	25/11/2015	53800	181 * I	85.13
ERF4331	54164129F	18/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
EXI0086	54163713F	24/02/2016	51851	167	127.69
HET9837	54161108F	29/12/2015	54870	181 * XI	127.69
LXY9448	54161215F	22/12/2015	51851	167	127.69
MAT4575	54161210F	22/12/2015	51851	167	127.69
MHH4649	54161217F	22/12/2015	51851	167	127.69
MHH4649	54161218F	22/12/2015	51851	167	127.69
MIJ6175	54160784F	18/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MIU7911	54163777F	18/02/2016	56222	182 * VI	53.20
MIW3578	54163781F	22/02/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
MJQ5506	54161114F	03/01/2016	54600	181 * IX	85.13
MKY3918	54160893F	06/02/2016	63944	220 * XIV	191.54
MLL5000	54091443N	29/12/2015	50020	257 8\$	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1396/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1396/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAC9916	54159797F	14/04/2016	50100	162 * I
ICZ4605	55382256F	14/04/2016	50610	163 c/c 162 * I
ICZ4605	54159799F	14/04/2016	50100	162 * I
ICZ4605	54159800F	14/04/2016	65992	230 * V
LXM2765	55382805F	25/03/2016	65992	230 * V
MBX9185	55383111F	13/03/2016	66371	230 * IX
MCE7962	55381930F	23/03/2016	66371	230 * IX
MCO2458	55383110F	13/03/2016	65992	230 * V
MEL9897	55382442F	14/04/2016	50100	162 * I
MEL9897	55383121F	06/04/2016	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1397/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1397/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AGX8158	55381685F	23/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
ARV2077	55381017F	16/04/2016	54100	181 * IV
JNZ5778	55382051F	22/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MBX2559	55381007F	16/04/2016	52070	169
MCE7962	55381931F	23/03/2016	57200	186 * I
MCE7962	55381932F	23/03/2016	59080	202 * I
MCE7962	55381929F	23/03/2016	52070	169
MEL9897	54159795F	06/04/2016	55500	181 * XVIII
MEP2436	55382441F	07/04/2016	55500	181 * XVIII
MGJ6251	55382428F	26/03/2016	52070	169
MGS2419	54159600F	22/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MGS8518	54163548F	14/04/2016	54522	181 * VIII
MGY9684	55383118F	06/04/2016	53800	181 * I
MHP6674	55382213F	22/03/2016	54522	181 * VIII
MIJ3246	55382426F	21/03/2016	52070	169
MIY5325	55381005F	16/04/2016	51851	167
MJM0543	55382427F	26/03/2016	52070	169
MJM9567	55383128F	10/04/2016	54870	181 * XI
MKZ6699	55382801F	24/03/2016	55415	181*VII c/ Lei13146
MLJ9304	55381917F	08/03/2016	54522	181 * VIII
MLO2870	55381018F	16/04/2016	52070	169
MMH3787	55381909F	07/03/2016	53800	181 * I
MVY8866	54159776F	24/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
OCA0439	54159778F	24/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
OKG5465	55382809F	28/03/2016	73662	252 * VI
OLS5676	55382802F	24/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

### Ouro

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 624/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 624/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCP3990	P00VD0002Q	21/02/2016	52741	175	1915.38
MEX5172	54944143C	21/12/2015	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 625/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 625/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IES1128	P00VE00035	23/02/2016	55250	181 * XV	85.13
MCP3990	P00VD0002S	21/02/2016	51852	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 623/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 623/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MGN6913	P00VD0007J	09/04/2016	50100	162 * I
MJV7760	P00VD0006J	27/03/2016	66700	230 * XIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**OURO VERDE**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8744 195/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8744 195/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLU1488	54979709F	12/02/2016	65992	230 * V	191.54
MLU1488	54979710F	12/02/2016	69120	232	53.20
MLU1488	54979711F	12/02/2016	51852	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO VERDE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8744 194/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8744 194/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTJ5323	54979775F	16/04/2016	65992	230 * V
CTJ5323	54979776F	16/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
CTJ5323	54979777F	16/04/2016	50100	162 * I
CTJ5323	54979778F	16/04/2016	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)



DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO VERDE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

### PALHOÇA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2159/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2159/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFI3174	54362715F	19/08/2015	52741	175	1915.38
AFO6133	54365872F	22/02/2016	65992	230 * V	191.54
AFO6133	54365873F	22/02/2016	50100	162 * I	574.61
AFO6133	54365874F	22/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
AFO6133	54365875F	22/02/2016	65800	230 * IV	191.54
BPN3300	54367881F	23/12/2015	65992	230 * V	191.54
CVR5009	54363798F	14/02/2016	50450	162 * V	191.54
DAE6946	54873548E	15/06/2015	67000	230 * XVI	127.69
DFH1967	54370424F	22/02/2016	50100	162 * I	574.61
DFH1967	54370425F	22/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
DKE8728	54361611F	22/07/2015	67000	230 * XVI	127.69
DLL8618	54368876F	01/02/2016	69120	232	53.20
HNG7056	54370946F	05/03/2016	50100	162 * I	574.61
KQU5974	54370447F	06/02/2016	50100	162 * I	574.61
LXG2348	54370814F	22/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXG2348	54370815F	22/02/2016	69120	232	53.20
LXG2348	54370816F	22/02/2016	64080	221	85.13
LXY1388	54367264F	24/12/2015	65992	230 * V	191.54
LXY1388	54367265F	24/12/2015	50100	162 * I	574.61
LXY1388	54367266F	24/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LYE5591	54363960F	15/09/2015	50100	162 * I	574.61
LYP3096	54370748F	22/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZM9111	54370951F	05/03/2016	66102	230 * VII	127.69
LZS2743	54369113F	18/02/2016	50100	162 * I	574.61
MAL1496	54370849F	22/02/2016	69120	232	53.20
MAR6868	54369117F	29/02/2016	65992	230 * V	191.54
MAS4354	54361137F	11/07/2015	50372	162 * III	574.61

MAS4354	54361136F	11/07/2015	69120	232			53.20
MBP0715	54370940F	03/03/2016	51180	164	c/c 162 * I		574.61
MDB2049	54366328F	05/11/2015	67000	230	* XVI		127.69
MDE6696	54371154F	24/02/2016	65992	230	* V		191.54
MDM3990	54370645F	19/02/2016	65992	230	* V		191.54
MEL1232	54371252F	28/02/2016	51180	164	c/c 162 * I		574.61
MEL1232	54371253F	28/02/2016	50100	162	* I		574.61
MEL1232	54371254F	28/02/2016	66531	230	* XI		127.69
MEV3266	54875842E	19/07/2015	51262	164	c/c 162 * II		957.69
MEV3266	54875841E	19/07/2015	50292	162	* II		957.69
MEY1550	54873990E	13/01/2016	65992	230	* V		191.54
MEY1550	54873991E	13/01/2016	50100	162	* I		574.61
MEY1550	54873992E	13/01/2016	51180	164	c/c 162 * I		574.61
MFH0490	54366145F	18/01/2016	51180	164	c/c 162 * I		574.61
MFH0490	54366146F	18/01/2016	50100	162	* I		574.61
MHB1561	54370848F	22/02/2016	73400	252	* IV		85.13
MHL1678	54369528F	19/01/2016	67000	230	* XVI		127.69
MHW4225	54365363F	08/10/2015	67000	230	* XVI		127.69
MIY9234	54370824F	22/02/2016	66102	230	* VII		127.69
MJA6711	54370850F	22/02/2016	50100	162	* I		574.61
MJA6711	54370851F	22/02/2016	51180	164	c/c 162 * I		574.61
MJA6711	54370743F	22/02/2016	65992	230	* V		191.54
MKB8819	54370394F	22/02/2016	50450	162	* V		191.54
MKB8819	54370395F	22/02/2016	51420	164	c/c 162 * V		191.54
MLL2604	54361586F	05/09/2015	51180	164	c/c 162 * I		574.61
MLU9226	54367734F	19/12/2015	65992	230	* V		191.54
MMF8346	54874543E	31/05/2015	65800	230	* IV		191.53
MMJ7033	54369534F	23/01/2016	67000	230	* XVI		127.69
MWZ8720	54366869F	18/02/2016	52741	175			1915.38
MWZ8720	54366092F	18/02/2016	65992	230	* V		191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS  
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2160/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2160/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFI3174	54362716F	19/08/2015	58350	195	127.69
AFI3174	54362713F	19/08/2015	51851	167	127.69
AHT5129	54870075E	15/02/2016	73662	252 * VI	85.13
AKO6737	54368500F	04/01/2016	55680	181 * XIX	127.69
BOI3918	54370183F	02/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
CVB4020	54369142F	18/01/2016	55680	181 * XIX	127.69
FKZ7925	54369177F	15/01/2016	55680	181 * XIX	127.69
HCQ4847	54370202F	20/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
HIP4279	54367672F	18/02/2016	58196	193	574.61
IFO3440	54368285F	27/12/2015	55680	181 * XIX	127.69
IHV0313	54370509F	22/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
IST0983	54368145F	24/01/2016	54523	181 * VIII	127.69
IWN1911	54370635F	15/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
JAM1309	54364489F	23/12/2015	54521	181 * VIII	127.69
KLV5279	54368407F	03/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13
LZH4178	54367262F	20/12/2015	55680	181 * XIX	127.69
MAY2325	54367918F	04/01/2016	73662	252 * VI	85.13
MBD2952	54368028F	23/12/2015	55680	181 * XIX	127.69
MBS2889	54369707F	24/01/2016	55680	181 * XIX	127.69
MDP7255	54369481F	16/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MDQ1194	54370597F	18/02/2016	58196	193	574.61
MEQ1098	54870072E	15/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
MEY9561	54368084F	15/01/2016	55680	181 * XIX	127.69
MFQ1286	54367310F	19/12/2015	55680	181 * XIX	127.69
MFT2903	54090851N	29/12/2015	50020	257 8\$	85.13
MGG2094	54874019E	21/05/2015	73662	252 * VI	85.12
MIE5486	54370510F	22/02/2016	61220	214 * I	191.54
MIS9556	54369882F	23/01/2016	55680	181 * XIX	127.69
MIU7247	54113787N	29/02/2016	50020	257 8\$	127.69
MKA9751	54367671F	18/02/2016	58196	193	574.61
MKI7415	54367673F	18/02/2016	58196	193	574.61
MLJ0115	54368223F	17/01/2016	55680	181 * XIX	127.69
MLZ8786	54367938F	26/12/2015	55680	181 * XIX	127.69
MOW6050	54367950F	26/12/2015	55680	181 * XIX	127.69
QHC7007	54870573E	27/03/2015	70481	244 * II	191.53
QHG6592	54368079F	15/01/2016	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO FRECCIA  
AUTORIDADE MUNICIPAL

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2157/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2157/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEW2483	54371644F	19/03/2016	65992	230 * V
AEW2483	54371645F	19/03/2016	67261	230 * XVIII
CPK2638	54370567F	18/03/2016	65992	230 * V
CPK2638	54370568F	18/03/2016	50100	162 * I
CPK2638	54370569F	18/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
DBQ9120	54372797F	18/04/2016	50100	162 * I
DBQ9120	54372798F	18/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
DBQ9120	54372799F	18/04/2016	65992	230 * V
DBT1959	54368546F	14/04/2016	65992	230 * V
EGR8479	54372684F	14/04/2016	50100	162 * I
EGR8479	54372685F	14/04/2016	65992	230 * V
EGR8479	54372686F	14/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
IDI3933	54371936F	19/03/2016	66102	230 * VII
ILF4140	54372813F	18/04/2016	65992	230 * V
LYC0568	54372183F	17/04/2016	50450	162 * V
LYC3756	54372022F	16/04/2016	73400	252 * IV
MAH8431	54370570F	19/03/2016	65992	230 * V
MAH8431	54370571F	19/03/2016	50100	162 * I
MBO2833	54372699F	16/04/2016	65992	230 * V
MBO2833	54372700F	16/04/2016	50100	162 * I
MBO2833	54372701F	16/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MBT3821	54372703F	14/04/2016	65992	230 * V
MBT3821	54372704F	14/04/2016	66372	230 * IX
MBT3821	54372705F	14/04/2016	67261	230 * XVIII
MCC2378	54364415F	10/04/2016	69120	232
MCL2388	54372696F	16/04/2016	50100	162 * I
MCL2388	54372697F	16/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MCL2388	54372250F	16/04/2016	65992	230 * V
MCL2388	54372251F	16/04/2016	69120	232
MCM2953	54371640F	19/03/2016	50450	162 * V
MCM2953	54371641F	19/03/2016	51420	164 c/c 162 * V
MCU6841	54364536F	16/04/2016	65992	230 * V
MDJ5453	54372165F	16/04/2016	65561	230 * I
MDJ5453	54372167F	16/04/2016	66372	230 * IX
MDK3761	54372677F	14/04/2016	69120	232
MEI4531	54371778F	18/03/2016	66371	230 * IX
MFT1328	54372280F	16/04/2016	50100	162 * I
MFT1328	54372281F	16/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MGA1879	54372681F	14/04/2016	65992	230 * V
MGS5882	54371680F	15/03/2016	65992	230 * V
MGZ6749	54372695F	14/04/2016	65992	230 * V

MHF8474	54372279F	16/04/2016	66372	230	*	IX
MHN5096	54372355F	14/04/2016	50450	162	*	V
MHY1013	54370998F	27/03/2016	65992	230	*	V
MIS5764	54366997F	14/04/2016	67261	230	*	XVIII
MKN4784	54371697F	19/03/2016	64080	221		
MKN4784	54371698F	19/03/2016	73400	252	*	IV
MKW2939	54372680F	14/04/2016	65992	230	*	V
MKY3156	54372679F	14/04/2016	65992	230	*	V
MLP0773	54371520F	19/03/2016	65992	230	*	V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS  
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2158/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2158/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CXV1794	54371095F	06/03/2016	55680	181 * XIX
DGR8431	54371562F	18/03/2016	54523	181 * VIII
JPJ4015	54371727F	14/03/2016	55500	181 * XVIII
LPH0530	54372087F	17/04/2016	55250	181 * XV
LXT8964	54371526F	21/03/2016	54526	181 * VIII
LZF7191	54371990F	21/03/2016	57380	186 * II
LZM6822	54370092F	18/03/2016	54521	181 * VIII
MDD8478	54371888F	20/03/2016	55680	181 * XIX
MDJ5453	54372168F	16/04/2016	52070	169
MEF9795	54370099F	11/04/2016	54521	181 * VIII
MEL1116	54370149F	12/04/2016	55680	181 * XIX
MEP5032	54371287F	28/02/2016	55680	181 * XIX

-----

MGG2036	54371568F	22/03/2016	54523	181	*	VIII
MHC7243	54370269F	26/03/2016	55680	181	*	XIX
MHN0485	54371563F	18/03/2016	54523	181	*	VIII
MJP4348	54371101F	06/03/2016	55680	181	*	XIX
MLG6233	54371524F	21/03/2016	54526	181	*	VIII
MLT4750	54372939F	19/04/2016	51851	167		
MLV4342	54372420F	06/04/2016	54790	181	*	X
OKF0391	54370098F	11/04/2016	54521	181	*	VIII
OPT2131	54371559F	18/03/2016	54521	181	*	VIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO FRECCIA  
AUTORIDADE MUNICIPAL

---

### PALMITOS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1081/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1081/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKO3215	55490721E	01/01/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
HQV9788	55491146E	31/12/2015	65992	230 * V	191.54

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



PALMITOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1079/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1079/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADX0378	55491334E	28/03/2016	50100	162 * I
ADX0378	55491335E	28/03/2016	65992	230 * V
DLF9798	55491291E	14/04/2016	50292	162 * II
DRR1084	55491404E	19/03/2016	65992	230 * V
IMB3287	55491237E	16/04/2016	73400	252 * IV
MAA6125	55491374E	28/03/2016	65992	230 * V
MDI2770	55491279E	25/03/2016	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1080/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS - 282370

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



## DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1080/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOP7255	55490522E	14/04/2016	51851	167
LXR6745	55491337E	28/03/2016	54522	181 * VIII
MDI2770	55491280E	25/03/2016	51851	167
OKE3157	55491375E	28/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
QHJ4395	55491365E	16/03/2016	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PALMITOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

AIRTON COSTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**PAPANDUVA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1173/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1173/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCV2837	55020783E	28/01/2016	65992	230 * V	191.54

MCV2837	55020784E	28/01/2016	51180	164	c/c	162	*	I	574.61
MKD6698	55020901E	01/03/2016	50100	162	*		*	I	574.61
MKD6698	55020905E	01/03/2016	52741	175					1915.38

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RUI ORESTES KUCHNIR  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1174/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1174/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKD6698	55020902E	01/03/2016	58350	195	127.69
MKD6698	55020903E	01/03/2016	70301	244 * I	191.54
MKD6698	55020904E	01/03/2016	70481	244 * II	191.54

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALINE MARIA SCHADECK  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1172/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1172/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATH3131	55020923E	12/04/2016	50100	162 * I
ATH3131	55020924E	12/04/2016	65992	230 * V
ATH3131	55020925E	12/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MMC4857	55020853E	18/04/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RUI ORESTES KUCHNIR  
DELEGADO DE POLICIA

**PASSO DE TORRES****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 681/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 681/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMO8493	55370144F	21/02/2016	66102	230 * VII	127.69
IBC7904	55370303F	28/02/2016	65992	230 * V	191.54
IBC7904	55370304F	28/02/2016	50100	162 * I	574.61
IBC7904	55370305F	28/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
IET6919	55370118F	09/02/2016	66102	230 * VII	127.69
IJM3645	55369713F	25/12/2015	69120	232	53.20
IJT9409	54639639F	12/01/2016	65992	230 * V	191.54
ILB2144	55369974F	25/01/2016	52741	175	1915.38
MHD0077	54639565F	27/12/2015	66102	230 * VII	127.69
MHD0077	54639564F	27/12/2015	50100	162 * I	574.61
MIW4794	54639631F	03/01/2016	65992	230 * V	191.54
MMA7572	55370079F	21/02/2016	51691	165	1915.38
ODZ4307	55370134F	16/02/2016	73662	252 * VI	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 680/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 680/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJB5650	55370368F	17/03/2016	65992	230 * V
ITB7711	55370261F	26/03/2016	50100	162 * I
MBY2653	55370365F	17/03/2016	50100	162 * I

MBY2653 55370366F 17/03/2016 51180 164 c/c 162 \* I  
MBY2653 55370367F 17/03/2016 65561 230 \* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### PASSOS MAIA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8554 309/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8554 309/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBV5575	54486850D	17/12/2015	50450	162 * V	191.54
MBV5575	54486651D	17/12/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MBV5575	54486652D	17/12/2015	58350	195	127.69
MBV5575	54486653D	17/12/2015	69710	238	191.54
MGE4779	54486848D	17/12/2015	50100	162 * I	574.61
MGE4779	54486849D	17/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSOS MAIA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.



ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**PENHA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1766/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1766/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFO2922	54172045F	31/01/2016	50450	162 * V	191.54
AHD2990	54175337F	06/01/2016	50100	162 * I	574.61
AHD2990	54175338F	06/01/2016	65992	230 * V	191.54
AHD2990	54175339F	06/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
AOI1685	54175484F	25/02/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AOI1685	54175483F	25/02/2016	50100	162 * I	574.61
DHU3527	54175766F	25/01/2016	65992	230 * V	191.54
DOA1748	54174931F	28/01/2016	65992	230 * V	191.54
LYO0179	54175602F	12/01/2016	65992	230 * V	191.54
MCD5096	54175739F	19/01/2016	50100	162 * I	574.61
MCD5096	54175740F	19/01/2016	65992	230 * V	191.54
MEF6009	54176005F	01/02/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
MEF6009	54176004F	01/02/2016	50450	162 * V	191.54
MEF6009	54176003F	01/02/2016	69120	232	53.20
MEF6009	54176002F	01/02/2016	65992	230 * V	191.54
MEQ1542	54175962F	23/01/2016	50100	162 * I	574.61
MFA7166	54175732F	19/01/2016	66372	230 * IX	127.69
MGQ1054	54175427F	06/01/2016	69120	232	53.20
MLE3715	54175420F	06/01/2016	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

PROCOPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1767/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1767/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIA9551	54172042F	25/01/2016	51851	167	127.69
AJW4573	54175645F	17/01/2016	68580	231 * VII	85.13
BBU4000	54176007F	09/02/2016	54522	181 * VIII	127.69
EAY3790	54174514F	13/12/2015	65640	230 * II	191.54
ENF4911	54175528F	06/02/2016	54523	181 * VIII	127.69
FFE3785	54174978F	24/01/2016	54521	181 * VIII	127.69
HQS0372	54086037E	13/12/2015	54523	181 * VIII	127.69
KZZ5235	54176019F	09/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MDE1746	54175849F	21/02/2016	52070	169	53.20
MDO1891	54175573F	03/02/2016	54523	181 * VIII	127.69
MED6724	54175057F	26/12/2015	55411	181 * XVII	53.20
MEF6009	54176001F	01/02/2016	57380	186 * II	191.54
MEM6184	54175108F	01/01/2016	51851	167	127.69
MEM6184	54175109F	01/01/2016	73662	252 * VI	85.13
MLJ4886	54175524F	02/02/2016	61220	214 * I	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

VALMIR CAMILO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1764/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



## DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1764/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APJ7729	54176129F	08/03/2016	51420	164 c/c 162 * V
APJ7729	54176130F	08/03/2016	69120	232
APJ7729	54176127F	08/03/2016	50450	162 * V
ASS0589	54176318F	03/04/2016	69120	232
ASS0589	54176320F	03/04/2016	66102	230 * VII
ASS0589	54176321F	03/04/2016	66372	230 * IX
CRE1408	54176184F	01/04/2016	65992	230 * V
LXQ5669	54176324F	03/04/2016	65561	230 * I
LXQ5669	54176329F	03/04/2016	66372	230 * IX
MHT3150	54174997F	26/02/2016	50100	162 * I
MHT3150	54174998F	26/02/2016	65992	230 * V
MHT3150	54174999F	26/02/2016	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

PROCOPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1765/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1765/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CRE1408	54176183F	01/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLZ4876	54176357F	02/04/2016	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

VALMIR CAMILO  
DIRETOR DE TRANSITO

#### PERITIBA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8400 266/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8400 266/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKU6013	54587928F	14/02/2016	73662	252 * VI	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

---

**PETROLÂNDIA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8143 542/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8143 542/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEP8716	55307079D	01/01/2016	65480	229	85.13
MFL0920	55358380F	18/01/2016	65992	230 * V	191.54
MFL0920	55358381F	18/01/2016	50100	162 * I	574.61
MID7105	55307081D	03/01/2016	50100	162 * I	574.61
MID7105	55307082D	03/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PETROLANDIA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

---

**PINHEIRO PRETO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 457/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 457/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MMA2251 P00X00000I 21/03/2016 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**POMERODE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1858/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1858/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
AMV1669 55904354E 09/01/2016 69120 232 53.20  
HAQ1400 55904404E 13/12/2015 51420 164 c/c 162 \* V 191.54  
JEV3108 55903843E 18/02/2016 65992 230 \* V 191.54  
JEV3108 55903844E 18/02/2016 50450 162 \* V 191.54  
JEV3108 55903845E 18/02/2016 69120 232 53.20  
JEV3108 55903846E 18/02/2016 51420 164 c/c 162 \* V 191.54  
KHO2206 55904479E 12/02/2016 65992 230 \* V 191.54  
-----



MAL6276	55904457E	24/12/2015	65992	230	*	V	191.54
MEK3435	55904327E	12/02/2016	65992	230	*	V	191.54
MEK3435	55904328E	12/02/2016	66371	230	*	IX	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1859/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1859/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GPQ0297	54109318N	23/02/2016	50020	257 8S	191.54
IJN3567	54483394F	02/12/2015	51851	167	127.69
MAJ9384	54483777F	16/01/2016	51851	167	127.69
MDD3411	54483652F	10/12/2015	55416	181 * XVII	53.20
MGW2634	54484018F	05/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
MHI2463	54483951F	17/01/2016	55680	181 * XIX	127.69
MJZ7072	54483559F	05/12/2015	55680	181 * XIX	127.69
MKJ1960	54483711F	27/12/2015	55500	181 * XVIII	85.13
QHA5760	54091398N	29/12/2015	50020	257 8S	85.13
QHQ5535	54109315N	23/02/2016	50020	257 8S	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 584/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 584/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFT3732	8762059762	27/12/2015	60503	208	191.54
AIV3944	8762060250	17/01/2016	60503	208	191.54
AJW4221	8762061057	22/02/2016	74630	218 * II	127.69
ALT5656	8762059423	14/12/2015	56732	183	85.13
AMW2906	8762060548	31/01/2016	74550	218 * I	85.13
API3702	8762060569	31/01/2016	74550	218 * I	85.13
ASC3742	8762060748	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
BCL0283	8762060786	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
CWJ0008	8762059661	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
CWJ0008	8762059662	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
GTZ9141	8762059766	27/12/2015	56732	183	85.13
HOG1871	8762060051	10/01/2016	74550	218 * I	85.13
IKL7894	8762060779	11/02/2016	60503	208	191.54
KZH1960	8762060694	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
LOR6834	8762060979	19/02/2016	74710	218 * III	574.61
LXA2541	8762060827	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
LXE3399	8762060947	18/02/2016	74550	218 * I	85.13
LYN0412	8762060991	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
LYT7259	8762059634	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
LYV6092	8762060865	14/02/2016	74630	218 * II	127.69
LYY1765	8762059437	14/12/2015	74550	218 * I	85.13
LZL5129	8762059857	31/12/2015	74550	218 * I	85.13
LZT4530	8762060772	11/02/2016	74550	218 * I	85.13
MBE2000	8762060334	21/01/2016	60503	208	191.54
MBH5451	8762059621	22/12/2015	74550	218 * I	85.13
MBR2319	8762060024	09/01/2016	56732	183	85.13
MBZ2488	8762060913	17/02/2016	74550	218 * I	85.13
MCD2282	8762060707	08/02/2016	56732	183	85.13
MCG0307	8762060823	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
MCH0778	8762060790	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
MCN6588	8762060804	12/02/2016	60503	208	191.54
MCW7372	8762060698	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
MDD3781	8762060990	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
MDH9006	8762060709	08/02/2016	56732	183	85.13
MEM8105	8762061026	21/02/2016	74550	218 * I	85.13

MEO2789	8762059573	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MEW3876	8762060816	13/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFO3166	8762060290	19/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFQ8152	8762060727	09/02/2016	60503	208			191.54
MFS9399	8762060777	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFZ4745	8762060232	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGA5525	8762061072	23/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGJ4853	8762059149	03/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MGJ4853	8762059150	03/12/2015	74710	218	*	III	574.61
MGT1123	8762060880	15/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGU8825	8762060916	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHH0231	8762061016	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHH0231	8762061017	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHL2225	54109230N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MHW9791	8762060745	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIA7556	8762060812	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIM5724	8762059551	19/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIR9951	8762059943	06/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIS0511	8762060058	10/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIV3139	8762060797	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJH0908	8762060200	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKC6501	8762060103	12/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MKO2049	8762061041	22/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKW0073	8762060866	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKW0073	8762060712	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLN2838	8762060096	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLN5703	8762061000	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLO5766	8762060892	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLV3058	8762059667	24/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLZ5595	8762060245	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MMA8531	8762060858	14/02/2016	56732	183			85.13
MMC6624	8762060856	14/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MMH3443	54109220N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MMH3443	54109221N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MMM0881	8762060938	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
NLL2005	8762060756	10/02/2016	56732	183			85.13
OHJ8159	8762060201	16/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHB1512	8762061061	23/02/2016	60503	208			191.54
QHI7158	8762060314	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1856/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1856/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

BSC1149 55903747E 22/03/2016 50450 162 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8126 1857/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1857/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

KIA9261 54484341F 22/03/2016 55680 181 \* XIX  
LXN5183 55904484E 24/02/2016 51852 167  
LXU7581 54484090F 09/03/2016 54521 181 \* VIII  
MIB0747 54120649N 29/03/2016 50020 257 8S  
-----

MJJ1511	54484094F	12/03/2016	60411	207
MJQ8943	54484264F	06/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MLB9677	54484228F	15/03/2016	73662	252 * VI
MMM7133	54483944F	28/02/2016	55500	181 * XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 583/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 583/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

ABK9099	8762062197	05/04/2016	74550	218 * I
AHB5145	8762061571	13/03/2016	56732	183
AIJ8844	8762062262	07/04/2016	74630	218 * II
AJT2016	8762062131	02/04/2016	74550	218 * I
AMR2178	8762061471	11/03/2016	74550	218 * I
APA6503	8762061623	16/03/2016	74550	218 * I
APN5254	8762062532	18/04/2016	74550	218 * I
ARP9359	8762061503	12/03/2016	74550	218 * I
AYE9193	8762061486	11/03/2016	74550	218 * I
BAQ0606	8762061340	06/03/2016	74550	218 * I
CGQ6252	8762061451	10/03/2016	74550	218 * I
CMN1259	8762062234	06/04/2016	74550	218 * I
DMK3453	8762062466	16/04/2016	60503	208
DPE1158	8762062178	04/04/2016	74550	218 * I
DRS7184	8762062074	31/03/2016	74550	218 * I
DTQ9145	8762062252	07/04/2016	56732	183
EQW9827	8762062084	30/03/2016	74550	218 * I

FKH0110	8762062243	07/04/2016	74710	218	*	III
FNU3289	8762062306	09/04/2016	74550	218	*	I
GVF0429	8762061400	08/03/2016	56732	183		
HNJ9977	8762062292	09/04/2016	74550	218	*	I
HOJ5733	8762061619	16/03/2016	74550	218	*	I
ITX4819	8762061443	10/03/2016	74550	218	*	I
KCO1821	8762062151	03/04/2016	74550	218	*	I
LLO4758	8762062092	01/04/2016	74550	218	*	I
LXA1092	8762062253	07/04/2016	74550	218	*	I
LXX2053	8762061475	11/03/2016	74630	218	*	II
LYL3519	8762062255	07/04/2016	74550	218	*	I
LYZ5936	8762061415	08/03/2016	74550	218	*	I
LZI3031	8762062019	29/03/2016	74550	218	*	I
LZU9674	8762062225	06/04/2016	74550	218	*	I
LZY0960	8762062295	09/04/2016	74550	218	*	I
MAB6487	8762062400	13/04/2016	74550	218	*	I
MAP0562	8762061439	10/03/2016	60503	208		
MAR1743	8762062230	06/04/2016	74550	218	*	I
MAR8223	8762061700	19/03/2016	74550	218	*	I
MAS6549	8762062187	04/04/2016	74630	218	*	II
MAZ6038	8762062156	03/04/2016	74550	218	*	I
MBD3392	8762062157	03/04/2016	74550	218	*	I
MBN1819	8762062114	02/04/2016	74550	218	*	I
MBV0659	8762061406	08/03/2016	60503	208		
MBV4036	8762062256	07/04/2016	74550	218	*	I
MCC1133	8762061297	04/03/2016	60503	208		
MCD1198	8762061342	06/03/2016	74550	218	*	I
MCE4612	8762062472	16/04/2016	74550	218	*	I
MCF4939	8762062418	14/04/2016	74550	218	*	I
MCH3536	8762061462	10/03/2016	60503	208		
MCK9962	8762061433	10/03/2016	74550	218	*	I
MCN2627	8762061423	09/03/2016	56732	183		
MCO6361	8762062513	18/04/2016	56732	183		
MCP8766	8762061534	12/03/2016	74550	218	*	I
MCR1412	8762061339	05/03/2016	74550	218	*	I
MCT1163	8762062373	12/04/2016	74550	218	*	I
MCZ0718	8762061589	14/03/2016	74550	218	*	I
MDI9117	8762062410	14/04/2016	56732	183		
MDW0661	8762062201	05/04/2016	74550	218	*	I
MDX6408	8762061343	06/03/2016	74550	218	*	I
MDZ1775	8762061733	20/03/2016	74550	218	*	I
MDZ3338	8762062358	11/04/2016	74630	218	*	II
MEV1346	8762061614	15/03/2016	74550	218	*	I
MFK3351	8762062025	29/03/2016	74550	218	*	I
MGP3078	8762061392	07/03/2016	60503	208		
MGR4602	8762061500	12/03/2016	74550	218	*	I
MGV8039	8762062078	31/03/2016	74550	218	*	I
MHE6470	8762061426	09/03/2016	74630	218	*	II
MIB8535	8762061362	06/03/2016	74550	218	*	I
MII1356	8762062113	02/04/2016	74550	218	*	I
MII7702	8762061418	09/03/2016	74550	218	*	I
MIL5646	8762061464	11/03/2016	74550	218	*	I
MIY0905	8762061519	12/03/2016	74550	218	*	I
MJC7999	8762062190	05/04/2016	74550	218	*	I
MJC8075	8762062304	09/04/2016	74550	218	*	I
MJN2345	8762061380	07/03/2016	74550	218	*	I
MJN5477	8762061558	13/03/2016	74550	218	*	I
MJO0741	8762062442	15/04/2016	74550	218	*	I
MJQ0250	8762062271	08/04/2016	74550	218	*	I
MJQ8942	8762061676	18/03/2016	74550	218	*	I
MKF1300	8762061312	04/03/2016	74550	218	*	I
MKF7113	8762062470	16/04/2016	74550	218	*	I
MKL5866	8762062496	17/04/2016	60503	208		



MLH9458	8762062251	07/04/2016	74550	218	*	I
MLP1740	8762062064	31/03/2016	56732	183		
MLX4650	8762062052	30/03/2016	74550	218	*	I
MMA1834	8762062399	13/04/2016	74550	218	*	I
MMB0075	8762062487	17/04/2016	74630	218	*	II
MMF2251	8762061361	06/03/2016	74550	218	*	I
MMF3838	8762061331	05/03/2016	74550	218	*	I
OKE6783	8762061710	19/03/2016	74550	218	*	I
OKH5186	8762062525	18/04/2016	74550	218	*	I
QHD8672	8762061425	09/03/2016	74550	218	*	I
QHI7158	8762061727	20/03/2016	74550	218	*	I
QHL1316	8762061316	04/03/2016	56732	183		
QHL9781	8762062008	28/03/2016	74550	218	*	I
QII8380	8762062488	17/04/2016	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### PONTE SERRADA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 909/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 909/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BFB0918	54264601F	18/02/2016	50100	162 * I	574.61
BFB0918	54264602F	18/02/2016	65992	230 * V	191.54
BFB0918	54264603F	18/02/2016	51691	165	1915.38
BFB0918	54264604F	18/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
BFB0918	54264605F	18/02/2016	75790	277	1915.38
BFB0918	54264606F	18/02/2016	52741	175	1915.38
MBO9012	54264664F	11/12/2015	50100	162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**PORTO BELO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1196/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1196/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEL0468	54278473F	03/02/2016	65992	230 * V	191.54
MEL0468	54278475F	03/02/2016	69120	232	53.20
MEN5289	55069451F	12/02/2016	65992	230 * V	191.54
MEN5289	55069452F	12/02/2016	50100	162 * I	574.61
MEN5289	55069453F	12/02/2016	64080	221	85.13
MEN5289	55069454F	12/02/2016	66372	230 * IX	127.69
MHJ7875	54278017F	15/12/2015	50450	162 * V	191.54

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1197/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1197/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMH7557	55069784F	02/01/2016	57380	186 * II	191.54
AUX2922	55069786F	02/01/2016	57380	186 * II	191.54
JAC9105	55070440F	07/01/2016	57380	186 * II	191.54
LZI5451	55069382F	02/02/2016	55250	181 * XV	85.13
MAH7342	55069734F	10/02/2016	59670	203 * V	957.69
MCG7821	55069542F	07/01/2016	51851	167	127.69
MCK2095	55069173F	07/01/2016	57380	186 * II	191.54
MDY9871	55069169E	24/01/2016	64910	227 * II	53.20
MEN5289	55069455F	12/02/2016	53710	180	85.13
MFC3895	55069138F	14/12/2015	57380	186 * II	191.54
MHV6065	54109167N	23/02/2016	50020	257 8S	1915.38
MLO1321	54109169N	23/02/2016	50020	257 8S	85.13
OKE0966	54109170N	23/02/2016	50020	257 8S	85.13
QBQ6435	55069348F	25/01/2016	54521	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1194/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1194/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AJX8419	55070857F	28/02/2016	67000	230	* XVI
AQQ8077	55068740E	15/02/2016	51691	165	
AQQ8077	55068739E	15/02/2016	50100	162	* I
AQQ8077	55068736E	15/02/2016	64080	221	
AQQ8077	55068738E	15/02/2016	51691	165	
MCU6879	55069385F	17/02/2016	65992	230	* V
MEJ0862	55070337F	09/03/2016	50100	162	* I
MEJ0862	55070336F	09/03/2016	65992	230	* V
MJI8117	55070674F	29/02/2016	69120	232	
MLA3799	55070350F	30/03/2016	65992	230	* V
MLA3799	55070261F	30/03/2016	50100	162	* I
MLH0596	55070978F	05/04/2016	66102	230	* VII
MLH0596	55070979F	05/04/2016	73400	252	* IV

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1195/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1195/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACC3119	55070265F	02/04/2016	54523	181 * VIII
AQQ8077	55068737E	15/02/2016	61220	214 * I
CSE0861	55070269F	04/04/2016	73662	252 * VI
ITB6269	55069487F	03/04/2016	64830	227 * I
KWY1327	55069491F	06/04/2016	73662	252 * VI
MGW2484	55069948F	05/04/2016	55680	181 * XIX
MIP2212	55069695F	28/03/2016	73662	252 * VI
MJY8162	55069494F	06/04/2016	59670	203 * V
MLQ4761	55069726F	10/02/2016	59670	203 * V
QHD5592	55069940F	25/02/2016	57970	191

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN  
DIRETOR DE TRANSITO

**PORTO UNIÃO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1553/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1553/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABO1760	54332029E	19/02/2016	50100	162 * I	574.61
ABO1760	54332030E	19/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ABO1760	54332031E	19/02/2016	65992	230 * V	191.54
AHE5078	55563907F	17/02/2016	50100	162 * I	574.61
AHE5078	55563908F	17/02/2016	65992	230 * V	191.54
AHE5078	55563909F	17/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ANE3127	55563423F	14/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ANH8532	55063824F	06/12/2015	69120	232	53.20
APZ4661	55563385F	16/01/2016	65992	230 * V	191.54
BCH0017	55563880F	27/02/2016	65992	230 * V	191.54
CAM2735	55563596F	08/02/2016	50100	162 * I	574.61
CAM2735	55563597F	08/02/2016	65992	230 * V	191.54
CBB8862	55063894F	22/12/2015	65992	230 * V	191.54
CBB8862	55063895F	22/12/2015	50100	162 * I	574.61
CLS0065	55063081F	21/12/2015	65561	230 * I	191.54
CLS0065	54619444C	23/12/2015	67691	230 * XXII	85.13
EBF1625	55563572F	01/02/2016	65992	230 * V	191.54
HCS5102	55063755F	22/12/2015	65992	230 * V	191.54
KWK2360	55063929F	12/01/2016	65992	230 * V	191.54
MCJ8779	55563682F	18/02/2016	50100	162 * I	574.61
MEY8622	55563639F	08/02/2016	51770	166	191.54
MEY8622	55563638F	08/02/2016	52741	175	1915.38
MFK9476	55063316F	15/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFK9476	55063315F	15/02/2016	64080	221	85.13
MFK9476	55063314F	15/02/2016	50100	162 * I	574.61
MFK9476	55063313F	15/02/2016	65992	230 * V	191.54
MGH2817	55563657F	04/02/2016	65992	230 * V	191.54
MGH2817	55563658F	04/02/2016	50450	162 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1554/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1554/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABV4292	00007466A	02/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ACS2558	00007068A	09/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
AGP2185	55563410F	13/01/2016	51851	167	127.69
AKL5898	00007465A	02/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AOE3816	00007481A	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AQJ4631	00007006A	04/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
AWP6435	54329943E	18/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
BDL2710	55063719F	22/12/2015	51851	167	127.69
BEM5686	00007495A	05/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DEX6283	00007544A	12/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LCU8569	00007264A	05/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCA2424	00007375A	19/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCA2424	00007392A	20/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MHI2313	00007463A	02/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MID6786	00007527A	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIO1516	55062951F	31/10/2015	60760	210	191.54
MMA0129	00007454A	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU  
DIRETOR DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1551/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1551/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFJ3541	55564266F	15/04/2016	65992	230 * V
AFJ3541	55564267F	15/04/2016	66371	230 * IX
AFJ3541	55564269F	15/04/2016	69120	232
AIG5047	55564369F	03/04/2016	50531	162 * VI
AIY6108	55564263F	15/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
AIY6108	55564262F	15/04/2016	50100	162 * I
AMK7125	55564383F	11/04/2016	67261	230 * XVIII
AMM0623	55563825F	12/04/2016	65992	230 * V
AMM0623	55563826F	12/04/2016	66371	230 * IX
AVK2570	55063168F	31/03/2016	65561	230 * I
AVK2570	55063272F	31/03/2016	65992	230 * V
AWR0017	55564473F	16/04/2016	75790	277
BTO1845	55063664F	29/03/2016	65992	230 * V
EDN0527	54331546E	13/04/2016	64080	221
HTU1507	55564259F	14/04/2016	67261	230 * XVIII
JUG8749	55564453F	01/04/2016	67261	230 * XVIII
MAB2144	55564411F	06/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MAB2144	55564410F	06/04/2016	50100	162 * I
MAB2144	55564409F	06/04/2016	65992	230 * V
MBN6758	55564212F	13/04/2016	50450	162 * V
MBV2101	55564465F	10/04/2016	65992	230 * V
MBV2101	55564466F	10/04/2016	50450	162 * V
MBV4639	55563932F	15/03/2016	50450	162 * V
MCA4846	55563774F	10/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MCA4846	55563772F	10/03/2016	50100	162 * I
MCA4846	55563773F	10/03/2016	65992	230 * V
MEA5374	54332676E	01/04/2016	65992	230 * V
MEA5374	54332677E	01/04/2016	50100	162 * I
MEA5374	54332678E	01/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MIE6046	54332777E	12/03/2016	75790	277
MIE6046	54331490E	12/03/2016	69120	232
MLT2064	55563820F	31/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MLT2064	55563819F	31/03/2016	50100	162 * I
MLT2064	55563821F	31/03/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1552/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1552/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AA4025	00007935A	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ADN6782	54326660E	08/04/2016	61220	214 * I
AET2539	00007887A	26/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AFJ3541	55564268F	15/04/2016	51851	167
AMD3204	55563777F	14/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
AVK2570	55063167F	31/03/2016	57200	186 * I
BEF1509	00007939A	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CJI3226	00007912A	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DEX6283	00007943A	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
JXF3847	00007851A	23/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCA6544	00007908A	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHI2709	00007924A	29/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIW7610	00007901A	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIZ1450	00007911A	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJO1337	00007946A	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMA5599	00007888A	26/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
NLF6949	00007930A	30/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
NZQ5698	54119569N	29/03/2016	50020	257 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU  
DIRETOR DE TRANSITO

**PRESIDENTE CASTELLO BRANCO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8386 161/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8386 161/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AME5205	55372116D	03/01/2016	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8386 160/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8386 160/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBH8358	55372259D	22/03/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICA

### Rio do Sul

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2277/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2277/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANX8020	55329341D	19/12/2015	65992	230 * V	191.54
BON1955	54699718E	13/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
LWV5808	55294911D	10/02/2016	65992	230 * V	191.54
MBJ1168	54698189E	19/01/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MBJ1168	54698188E	19/01/2016	50100	162 * I	574.61
MBS0258	54699350E	28/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBS0258	54699349E	28/12/2015	50100	162 * I	574.61
MBS0258	54699348E	28/12/2015	65561	230 * I	191.54
MBS0258	54699347E	28/12/2015	65992	230 * V	191.54
MDM5393	54699368E	08/01/2016	65992	230 * V	191.54
MEK5813	54699813E	05/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MEM3896	P00VG00007	06/03/2016	50100	162 * I	574.61
MEM3896	P00VG00008	06/03/2016	65992	230 * V	191.54
MEM3896	P00VG00009	07/03/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFM4832	54699822E	11/02/2016	50100	162 * I	574.61
MFM4832	54699824E	11/02/2016	65992	230 * V	191.54
MFM4832	54699828E	11/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFP9195	55294914D	15/02/2016	51691	165	1915.38
MGX5008	54699248E	04/01/2016	66532	230 * XI	127.69
MIH4932	P00VC00005	05/03/2016	69120	232	53.20
QHB5618	54699815E	05/02/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
QHB5618	54699814E	05/02/2016	50450	162 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2278/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2278/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIA4496	55298562D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AIL7111	55298593D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ANJ4534	55298626D	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DET8150	55298528D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
DGB3041	55298527D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
FIT1535	54699653E	10/01/2016	60501	208	191.54
IKO3221	55298629D	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LYB3775	P00VC00007	06/03/2016	53800	181 * I	85.13
MBS4670	55298573D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCH4887	55298602D	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDH8218	55294907D	10/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MEF0645	55298506D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFC7457	55298641D	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFL0413	55298633D	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFL0413	55298564D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MFR6947	55298529D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGU3626	54699644E	18/01/2016	53800	181 * I	85.13
MHP3836	55298611D	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIH3161	55298592D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJE9508	55298643D	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJI9773	55298531D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJR3358	55298591D	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MJR4346	54109411N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MLV0028	55298610D	30/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
QHM8004	55296410D	17/02/2016	58434	196	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-



AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA  
DIRETOR DO DETURS

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8043 2275/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2275/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,  
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,  
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-  
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HJB8231	P00VC00028	11/04/2016	50450	162 * V
LZY3242	P00VG0002P	18/04/2016	65992	230 * V
MAZ5212	P00VG00027	16/04/2016	65561	230 * I
MAZ5212	P00VG00028	16/04/2016	69120	232
MCJ4602	P00VG00012	19/03/2016	69120	232
MCJ4602	P00VG00014	19/03/2016	50100	162 * I
MEB3106	54695336E	10/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MEB3106	54695334E	10/04/2016	50100	162 * I
MEB3106	54698450E	10/04/2016	65992	230 * V
MGG5851	55296442D	15/04/2016	65992	230 * V
MGZ9576	54699725E	02/04/2016	65992	230 * V
MHW3843	P00VC0002E	17/04/2016	69120	232
MIR0826	P00VC0002A	13/04/2016	50292	162 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2276/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2276/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAU5704	55297426D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AAU5704	55297430D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CHW0651	55297302D	29/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DDP4037	55294991D	18/04/2016	55680	181 * XIX
DET8150	55299419D	17/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DRA6943	55297365D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
DVL9965	55299465D	17/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
EBS9090	55297383D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IJJ9502	55299479D	18/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
IOE4319	55299547D	19/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LOJ7407	55297454D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXD9508	55297416D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXX2033	55295708D	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYD0108	55299252D	15/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYL3432	55297458D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYS5032	55297488D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYY1919	55297422D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZI2988	55299460D	17/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAT3354	55299448D	17/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBX3717	55297401D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCC2099	55297362D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCH1510	55297486D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCJ0344	55297321D	29/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDB8255	55297313D	29/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDT3755	55299470D	18/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDU0625	55297391D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEC9794	55297309D	29/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MED2279	55299521D	18/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEV9708	55295506D	18/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MEW0986	55299472D	18/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFP6788	55297489D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHD9363	55297415D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHE0587	55295742D	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHF2208	55297495D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHH2083	55297387D	01/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHI5725	55297285D	29/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146

MHJ7861	55298882D	01/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHV8360	55299497D	18/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIJ8903	55297494D	01/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIU3646	55299471D	18/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJA5165	55298954D	16/02/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJB2292	55299501D	18/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJI8744	55297320D	29/02/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJM4287	55297360D	01/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKF1788	55299467D	17/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKV7789	55299473D	18/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1597	55295557D	29/03/2016	60502	208		
MLO1597	55295556D	29/03/2016	57463	187	*	I
MLQ9891	55295813D	08/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLY4750	55299469D	17/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMD2991	55297462D	01/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKH0573	55297301D	29/02/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OPQ2831	55299453D	17/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHC6172	55297346D	29/02/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI1406	55299483D	18/03/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA  
DIRETOR DO DETURS

### RIO DOS CEDROS

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 708/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 708/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYH1329	54591105E	18/12/2015	51852	167	127.69
LYJ0823	54591826E	17/01/2016	51851	167	127.69



LYN9394	54591824E	13/12/2015	50100	162	* I	574.61
LZO3389	54591932E	14/12/2015	51851	167		127.69
MAC4319	54591106E	18/12/2015	51851	167		127.69
MAC4319	54591107E	18/12/2015	51852	167		127.69
MAC4352	54591049E	14/12/2015	73400	252	* IV	85.13
MBO3979	54591144E	08/01/2016	51851	167		127.69
MCX2890	54591156E	06/02/2016	50100	162	* I	574.61
MGL0878	54591205E	04/02/2016	67261	230	* XVIII	127.69
MHJ2596	54591707E	11/12/2015	50450	162	* V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 707/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 707/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AWA1823	54591209E	28/03/2016	58350	195
AWA1823	54591210E	28/03/2016	51851	167
MBL6186	54591364E	02/03/2016	67261	230 * XVIII
MBL6186	54591363E	02/03/2016	73400	252 * IV
MKR5534	54591327E	05/03/2016	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**SALTO VELOSO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 303/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 303/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHB3889	54472957D	02/04/2016	51691	165
AHB3889	54472958D	02/04/2016	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

**SANTA ROSA DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 569/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 569/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKS9244	55743071E	04/02/2016	73662	252 * VI	85.13
IML6378	55743036E	27/12/2015	58350	195	127.69
MBR4460	55742814E	02/02/2016	65992	230 * V	191.54
MBR4460	55742817E	02/02/2016	69120	232	53.20
MBX9367	55742840E	05/03/2016	51851	167	127.69
MDI4212	55742830E	22/02/2016	50100	162 * I	574.61
MDI4212	55742831E	22/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDI4212	55742832E	22/02/2016	65992	230 * V	191.54
MGL9467	55743070E	04/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MKQ5306	55742736E	22/12/2015	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 568/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 568/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILI7948	55742998E	23/03/2016	50100	162 * I
LYL6194	55743229E	27/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
LYL6194	55743228E	27/03/2016	50100	162 * I
LYN0544	55743193E	19/04/2016	67690	230 * XXII
MAG9800	55743224E	22/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MAG9800	55743223E	22/03/2016	50100	162 * I
MCB4873	55742999E	27/03/2016	50100	162 * I
MDT3673	55743089E	28/03/2016	73400	252 * IV
MEB9974	55743088E	28/03/2016	50100	162 * I
MEE4837	55754953F	16/04/2016	51691	165
MEL3881	55754803F	26/03/2016	57200	186 * I
MIB6122	55743175E	26/03/2016	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

### SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 280/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 280/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CRV5447	55854755D	29/12/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 279/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 279/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIA7319	55854936D	08/03/2016	65992	230 * V
AIA7319	55854935D	08/03/2016	66372	230 * IX
AIA7319	55854934D	08/03/2016	58350	195
CPM6215	54598861F	21/03/2016	51851	167
ISW9876	54127190N	19/04/2016	50020	257 8S
LZV5702	55854933D	08/03/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

### SÃO BENTO DO SUL

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2246/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2246/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEO3115	55910578E	23/01/2016	69120	232	53.20
ARB3009	55910389E	16/02/2016	66290	230 * VIII	127.69
ARB3009	55910388E	16/02/2016	50292	162 * II	957.69
ARB3009	55910387E	16/02/2016	65992	230 * V	191.54
ATY6306	54490460F	13/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ATY6306	54490459F	13/02/2016	50100	162 * I	574.61
CIY5830	54491162F	20/02/2016	50100	162 * I	574.61
DMQ0520	55909878E	04/02/2016	69120	232	53.20
DMQ0520	55909877E	04/02/2016	50450	162 * V	191.54
DON9920	55910272E	14/01/2016	65992	230 * V	191.54
LXG0906	55910583E	14/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
LXG0906	54490745F	14/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXG0906	54490744F	14/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXG0906	54490743F	14/02/2016	50100	162 * I	574.61
LXI2658	54490834F	24/01/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
LXI2658	54490832F	24/01/2016	65992	230 * V	191.54
LYZ7340	54490637F	17/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCS8959	54490912F	16/02/2016	50292	162 * II	957.69
MDF2553	55908399E	19/12/2015	69120	232	53.20
MDF2553	55908398E	19/12/2015	64080	221	85.13
MDI5913	54490907F	29/01/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
MDQ2389	55910284E	16/02/2016	65992	230 * V	191.54
MEE1267	54490910F	13/02/2016	66102	230 * VII	127.69
MEE1267	54490911F	13/02/2016	69120	232	53.20
MEJ6329	54490854F	17/02/2016	51691	165	1915.38
MEM1624	54490463F	20/02/2016	75790	277	1915.38
MFA7468	54491202F	18/02/2016	69120	232	53.20
MFA7468	54491203F	18/02/2016	66372	230 * IX	127.69
MFA7468	54491204F	18/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
MIR3052	55909940E	14/02/2016	51501	164 c/c 162 * VI	191.54
MIR3052	55909939E	14/02/2016	50531	162 * VI	191.54
MKQ4635	54490747F	17/02/2016	65992	230 * V	191.54

QHJ5711 55909817E 29/01/2016 69120 232 53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO REGIONAL

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2247/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2247/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADY2858	54283486F	22/02/2016	51851	167	127.69
AON1675	54283652F	19/02/2016	55413	181*XVII c/ Lei13146	127.69
BPJ3550	54283305F	20/01/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
KEI8051	55909985E	20/01/2016	51851	167	127.69
LXG0906	55910582E	14/02/2016	68580	231 * VII	85.13
MAV8956	54283666F	09/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBM3746	54283489F	24/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MBP4105	54491207F	18/02/2016	51852	167	127.69
MBT5328	54283082F	24/12/2015	54526	181 * VIII	127.69
MDO0783	54283307F	21/01/2016	51930	168	191.54
MEM1624	54490462F	20/02/2016	51851	167	127.69
MEZ5068	55910374E	30/12/2015	59670	203 * V	957.69
MFR4353	54283517F	23/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MGC2001	54282982F	04/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MIR1966	54491155F	12/02/2016	51852	167	127.69
MIR3052	55909941E	14/02/2016	51930	168	191.54
MJS9100	54090817N	29/12/2015	50020	257 8\$	85.13
MJW7495	54283671F	26/02/2016	55415	181*VII c/ Lei13146	127.69
MJY2185	54283236F	27/01/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MLY4814	54283607F	10/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLY4814	54109418N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
OKH1133	54109416N	23/02/2016	50020	257 8\$	127.69
QHK4855	55910953E	18/02/2016	72340	250 * I * a	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CASSYO LUIZ ZSCHOERPER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 1085/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - ELETRONIC

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 1085/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHT8068	8492076226	17/02/2016	60503	208	191.54
AOX7074	8492074972	14/12/2015	74550	218 * I	85.13
AQG3668	8492076277	19/02/2016	74550	218 * I	85.13
ASP1233	8492075793	21/01/2016	74550	218 * I	85.13
CTA1096	8492076361	23/02/2016	74550	218 * I	85.13
FGU6715	8492074893	14/12/2015	74550	218 * I	85.13
JGE7772	8492076035	04/02/2016	74550	218 * I	85.13
LXC0810	8492076105	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
LXG0906	8492076085	12/02/2016	74630	218 * II	127.69
LXG0906	8492076168	12/02/2016	74630	218 * II	127.69
LXG0906	8492076174	12/02/2016	74630	218 * II	127.69
LXG0906	8492076176	13/02/2016	74630	218 * II	127.69
LYF2000	8492075466	06/01/2016	74550	218 * I	85.13
LZR1213	8492075746	23/01/2016	74550	218 * I	85.13
MAM4106	8492076225	15/02/2016	60503	208	191.54
MBI3886	8492076106	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
MBN7414	8492076253	17/02/2016	74550	218 * I	85.13
MCF1200	8492075044	10/12/2015	74630	218 * II	127.69
MCI7820	8492076260	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
MEE1267	8492076206	20/02/2016	74550	218 * I	85.13
MFM0236	8492076222	20/02/2016	60503	208	191.54
MFN9435	8492076326	21/02/2016	74550	218 * I	85.13
MHQ8176	8492075377	28/12/2015	56732	183	85.13
MHY1168	8492076372	25/02/2016	74550	218 * I	85.13

MJQ1560	8492075025	16/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJV2032	8492075693	17/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKI4447	8492076258	19/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLX4207	8492075733	23/01/2016	56732	183			85.13
MLY4280	8492076255	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMA3037	8492075717	20/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MMK2768	54109209N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MMM1552	8492075808	22/01/2016	74630	218	*	II	127.69
ORC3832	8492076301	22/02/2016	74550	218	*	I	85.13
ORC3832	8492076320	22/02/2016	74550	218	*	I	85.13
QHL1911	8492075772	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2244/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2244/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJJ6494	54491484F	12/04/2016	69120	232
DBO0333	55906339E	13/03/2016	51691	165
DBO0333	55906341E	13/03/2016	50291	162 * II
LXD0928	54491054F	06/04/2016	65992	230 * V
MDR7588	54491042F	11/04/2016	65992	230 * V
MDR7588	54491043F	11/04/2016	66372	230 * IX
MDZ8737	54490963F	02/04/2016	50100	162 * I
MES1179	54491722F	12/04/2016	50450	162 * V



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO REGIONAL

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2245/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2245/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADD6152	54283628F	16/03/2016	55415	181*VII c/ Lei13146
AJI8310	54116457N	17/03/2016	50020	257 8S
APQ8302	54491581F	13/04/2016	51851	167
BQL5827	55598850F	05/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
CRR0037	54283776F	15/03/2016	73662	252 * VI
GYG6858	54283569F	14/03/2016	54600	181 * IX
MDR8015	54491910F	17/04/2016	52070	169
MEH5098	55598661F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MES1179	54491713F	12/04/2016	70301	244 * I
MES1179	54491720F	12/04/2016	63943	220 * XIV
MES1179	54491721F	12/04/2016	59670	203 * V
MES1179	54491771F	12/04/2016	60502	208
MES1179	54491770F	12/04/2016	59670	203 * V
MES1179	54491769F	12/04/2016	63941	220 * XIV
MES1179	54491714F	12/04/2016	60502	208
MES1179	54491764F	12/04/2016	52151	170
MES1179	54491718F	12/04/2016	63943	220 * XIV
MES1179	54491719F	12/04/2016	63190	220 * VI
MES1179	54491768F	12/04/2016	63941	220 * XIV
MES1179	54491767F	12/04/2016	52152	170
MES1179	54491763F	12/04/2016	58350	195
MES1179	54491715F	12/04/2016	58433	196
MES1179	54491765F	12/04/2016	58191	193

MES1179	54491766F	12/04/2016	58433	196
MET1020	55598788F	18/04/2016	51851	167
MFN5776	54283790F	21/03/2016	73662	252 * VI
MFW0253	54127180N	19/04/2016	50020	257 8\$
MGG3477	55598738F	13/04/2016	73662	252 * VI
MHD5999	54491592F	17/04/2016	51851	167
MHI4297	55598563F	12/03/2016	55415	181*VII c/ Lei13146
MHP6532	54491909F	15/04/2016	52070	169
MJB9822	55598695F	18/04/2016	73662	252 * VI
MKC7489	54283550F	27/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKH4492	54283826F	11/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKW3678	54283551F	29/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLB5302	55598580F	22/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
MLZ2263	54491702F	04/04/2016	55680	181 * XIX
NRU8574	55598825F	08/04/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
OXA1562	55598826F	08/04/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
QHR5023	54127181N	19/04/2016	50020	257 8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CASSYO LUIZ ZSCHOERPER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 1084/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - ELETRONIC

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 1084/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFC5569	8492076571	05/03/2016	74550	218 * I
AFC5569	8492076634	10/03/2016	74550	218 * I
AFC5569	8492076637	11/03/2016	74550	218 * I
AHL2121	8492077116	12/04/2016	74550	218 * I

AMP7805	8492077124	10/04/2016	74550	218	*	I
AOA7796	8492076995	03/04/2016	74550	218	*	I
APT6647	8492077132	09/04/2016	74550	218	*	I
AWP0633	8492076652	14/03/2016	74550	218	*	I
BGU6477	8492077015	07/04/2016	74550	218	*	I
COQ9579	8492077005	03/04/2016	74550	218	*	I
COQ9579	8492077000	02/04/2016	74550	218	*	I
DFY1249	8492076589	06/03/2016	74550	218	*	I
DGO4532	8492076948	30/03/2016	74550	218	*	I
EBE0476	8492077008	03/04/2016	74550	218	*	I
EQI8745	8492076952	02/04/2016	74550	218	*	I
IGT1796	8492076951	02/04/2016	74550	218	*	I
IGT1796	8492076990	02/04/2016	74550	218	*	I
IRC8140	8492077069	09/04/2016	74550	218	*	I
JBA1000	8492077009	04/04/2016	74550	218	*	I
KLC7627	8492076801	22/03/2016	56732	183		
LSD3704	8492077003	02/04/2016	74550	218	*	I
LYS1619	8492076764	12/03/2016	74550	218	*	I
LZJ1198	8492076565	07/03/2016	56732	183		
LZR2352	8492077031	04/04/2016	74550	218	*	I
MBI1395	8492077090	10/04/2016	74630	218	*	II
MBI1395	8492077093	10/04/2016	74630	218	*	II
MCN4492	8492077109	13/04/2016	74550	218	*	I
MDK5459	8492077105	10/04/2016	74550	218	*	I
MDQ3619	8492077037	03/04/2016	74550	218	*	I
MEL4674	8492077045	11/04/2016	74550	218	*	I
MEL4674	8492077002	02/04/2016	74550	218	*	I
MEZ2736	8492077016	08/04/2016	74710	218	*	III
MFB1934	8492076999	02/04/2016	74550	218	*	I
MFH5834	8492077021	04/04/2016	74550	218	*	I
MGB5813	8492077067	12/04/2016	56732	183		
MGG7323	8492077114	11/04/2016	74550	218	*	I
MHC1234	8492076606	06/03/2016	74550	218	*	I
MHS2717	8492077074	10/04/2016	74550	218	*	I
MHX3589	8492076755	18/03/2016	74550	218	*	I
MIC2666	8492077017	08/04/2016	74550	218	*	I
MIT3498	8492076964	05/04/2016	74550	218	*	I
MKO0223	8492076987	03/04/2016	74630	218	*	II
MKY2235	8492077110	13/04/2016	74550	218	*	I
MKZ1648	8492076462	28/02/2016	74550	218	*	I
MMM1552	8492077097	13/04/2016	74550	218	*	I
OKE2224	8492076581	11/03/2016	74550	218	*	I
QHD7273	8492076688	18/03/2016	60503	208		
QHH1894	8492077029	08/04/2016	74550	218	*	I
QHP1543	8492076747	17/03/2016	74550	218	*	I
QHU2283	8492077071	10/04/2016	74550	218	*	I
QHY4300	8492076983	08/04/2016	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**SÃO CARLOS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 759/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 759/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBF2950	55616798C	11/02/2016	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 758/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 758/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
NNP8500	55617086C	17/03/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

VOLNEI MUMBER  
DIRETOR DE TRANSITO

### São Domingos

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8336 669/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8336 669/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BRP0673	54940661D	05/02/2016	52741	175	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO DOMINGOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

MAIKO FRANK VIVI  
DELEGADO DE POLICIA

**São João do Oeste****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 409/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 409/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CCH8959	55867920D	17/01/2016	51851	167	127.69
MGD1518	55867961D	27/12/2015	69120	232	53.20
MKT5960	55867939D	21/12/2015	73400	252 * IV	85.13
MLX9442	55867962D	31/12/2015	55090	181 * XIII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 408/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 408/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-



DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATR0189	55868041D	15/04/2016	58350	195
ATR0189	55868042D	15/04/2016	62700	220 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### São João do Sul

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 582/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 582/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OKF0375	54360373F	10/02/2016	73400	252 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 581/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 581/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIG1423	54360300F	24/03/2016	50100	162 * I
IEH9523	54360310F	26/03/2016	50100	162 * I
IEH9523	54360311F	26/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
IEH9523	54360312F	26/03/2016	75790	277
IOJ4043	54360096F	26/03/2016	75790	277
LZF4868	54360084F	22/03/2016	65992	230 * V
LZK5115	54360423F	14/03/2016	50100	162 * I
LZK5115	54360424F	14/03/2016	52742	175
LZK5115	54360425F	14/03/2016	75790	277
LZK5115	54360426F	14/03/2016	66531	230 * XI
LZK5115	54360427F	14/03/2016	64080	221
LZK5115	54360428F	14/03/2016	58350	195
LZK5115	54360429F	14/03/2016	57200	186 * I
LZK5115	54360431F	14/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MED9912	54360293F	04/03/2016	51420	164 c/c 162 * V
MED9912	54360292F	04/03/2016	65992	230 * V
MEG7668	55519755F	30/03/2016	65992	230 * V
MEG7668	55519756F	30/03/2016	50100	162 * I
MEG7668	55519757F	30/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MEG7668	55519758F	30/03/2016	69120	232
MEI2742	55519703F	02/04/2016	67690	230 * XXII
MEX6903	54360067F	07/03/2016	65992	230 * V
MQO7977	55519809F	17/04/2016	50100	162 * I
MQO7977	55519810F	17/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MQO7977	55519811F	17/04/2016	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

### São Joaquim

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1321/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1321/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BYC8150	54091677E	17/02/2016	50100	162 * I	574.61
BYC8150	54091678E	17/02/2016	65992	230 * V	191.54
BYC8150	54091679E	17/02/2016	69120	232	53.20
HQL8087	55032375F	16/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
HQL8087	55032376F	16/02/2016	64080	221	85.13
MAM7987	55032277F	25/12/2015	65992	230 * V	191.54
MAM7987	55032278F	25/12/2015	50100	162 * I	574.61
MAM7987	55032279F	25/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAM7987	55032280F	25/12/2015	69120	232	53.20
MAM7987	55032281F	25/12/2015	73400	252 * IV	85.13
MAM7987	55032282F	25/12/2015	67692	230 * XXII	85.13
MEN8423	55032355F	18/12/2015	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA  
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1322/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1322/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BZH0445	55032505F	16/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MEO5451	55032365F	19/01/2016	73662	252 * VI	85.13
MEQ3874	55032293F	13/01/2016	54521	181 * VIII	127.69
MFK1358	55032502F	12/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MKB1090	55032284F	25/12/2015	54521	181 * VIII	127.69
MLL5010	54090830N	29/12/2015	50020	257 8\$	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1319/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1319/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARC8880	55032655F	12/04/2016	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA  
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1320/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1320/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AWR5108	55032705F	14/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MBR7907	55032396F	04/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKZ8269	54092497E	07/03/2016	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**São José****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2213/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2213/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGV1557	54984795F	19/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
AMR0402	54984577F	19/01/2016	67261	230 * XVIII	127.69
ARD6363	54986105F	22/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
ARM6177	54986025F	15/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
ARM6177	54986026F	15/02/2016	66102	230 * VII	127.69
ASX1720	54446947E	28/01/2016	65992	230 * V	191.54
AUI0900	54981921F	19/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
AUI0900	54981926F	19/02/2016	66531	230 * XI	127.69
AUQ7469	54983390F	05/01/2016	69120	232	53.20
AWZ1300	54985977F	17/02/2016	65992	230 * V	191.54
AWZ1300	54985978F	17/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
COJ3759	55942618E	12/02/2016	65992	230 * V	191.54
DCB9234	54984167F	12/02/2016	65992	230 * V	191.54
HHD6411	54985184F	10/02/2016	50371	162 * III	574.61
IBN3901	54985564F	18/02/2016	66102	230 * VII	127.69
IDD7719	54985559F	18/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
IMY4872	54986006F	15/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
JLJ7703	54985447F	13/02/2016	69120	232	53.20
JPP1590	54985399F	15/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXB3782	54986015F	15/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXB3782	54986016F	15/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
LZV9704	54985076F	14/02/2016	50100	162 * I	574.61
LZV9704	54985077F	14/02/2016	65992	230 * V	191.54
LZV9704	54985078F	14/02/2016	65564	230 * I	191.54
MAJ5090	54985554F	18/02/2016	69120	232	53.20
MAJ5090	54985555F	18/02/2016	65564	230 * I	191.54
MBL7668	54984809F	26/01/2016	65992	230 * V	191.54
MBW4783	54985969F	17/02/2016	50100	162 * I	574.61
MBW4783	54985970F	17/02/2016	69120	232	53.20
MCH1151	54984968F	23/01/2016	50292	162 * II	957.69
MCK6777	54984794F	19/02/2016	65992	230 * V	191.54
MCZ0219	55942627E	12/02/2016	50100	162 * I	574.61
MDC5076	54986104F	22/02/2016	65992	230 * V	191.54
MDI3807	54984889F	22/01/2016	66372	230 * IX	127.69



MDY5912	55948799E	15/02/2016	69120	232		53.20
MDY5912	55948798E	15/02/2016	66372	230	* IX	127.69
MDY5912	55948797E	15/02/2016	50100	162	* I	574.61
MED6709	54984372F	15/01/2016	66372	230	* IX	127.69
MED6709	54984371F	15/01/2016	50100	162	* I	574.61
MEJ5422	54986017F	15/02/2016	67261	230	* XVIII	127.69
MEL1143	55947174E	01/02/2016	65992	230	* V	191.54
MFA0350	54984687F	29/01/2016	65992	230	* V	191.54
MFD2314	54985594F	19/02/2016	69120	232		53.20
MFH4055	54985958F	15/02/2016	66102	230	* VII	127.69
MFH4055	54985959F	15/02/2016	67000	230	* XVI	127.69
MFH4055	54985960F	15/02/2016	64160	221	Unico	85.13
MFH4055	54985961F	15/02/2016	50450	162	* V	191.54
MFQ0289	54984850F	13/02/2016	50450	162	* V	191.54
MFU5878	54985115F	02/02/2016	69120	232		53.20
MFV5402	54985728F	19/02/2016	69120	232		53.20
MFZ3099	54986088F	27/02/2016	65992	230	* V	191.54
MGN5892	55948288E	19/02/2016	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MGN5892	55948286E	19/02/2016	65992	230	* V	191.54
MGZ9872	54983600F	26/01/2016	50100	162	* I	574.61
MGZ9872	54983599F	26/01/2016	65992	230	* V	191.54
MHR1796	54985575F	18/02/2016	65992	230	* V	191.54
MHZ9814	54986036F	19/02/2016	65992	230	* V	191.54
MIO8749	54984823F	01/02/2016	65992	230	* V	191.54
MIY7505	54981941F	20/02/2016	69120	232		53.20
MJG2348	54981505F	15/02/2016	50100	162	* I	574.61
MJP0576	54984682F	27/01/2016	67261	230	* XVIII	127.69
MJV2163	55948429E	17/01/2016	65992	230	* V	191.54
MJV2163	55948430E	17/01/2016	65561	230	* I	191.54
MJZ5173	54985566F	18/02/2016	65992	230	* V	191.54
MKQ4920	54982181F	03/02/2016	65992	230	* V	191.54
MKS8350	55085894E	02/02/2016	65992	230	* V	191.54
MUY6095	54985592F	19/02/2016	67261	230	* XVIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2214/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2214/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEG2273	54985720F	16/02/2016	61220	214 * I	191.54
MEG2273	54985721F	16/02/2016	58350	195	127.69
MIP8686	54983807F	23/01/2016	58191	193	574.61
MIY7505	54981942F	20/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
OAP6262	54983524F	08/01/2016	55500	181 * XVIII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1721/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1721/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFX5051	54908030F	24/02/2016	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1722/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1722/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHJ1994	54907490F	17/02/2016	53800	181 * I	85.13
ALN6185	54909512F	20/02/2016	73662	252 * VI	85.13
BAB1203	55671998C	16/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
CEG4577	54909516F	20/02/2016	51851	167	127.69
CNW3666	54908864F	17/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
CSC5811	54908647F	24/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
DQC7643	54909514F	20/02/2016	51851	167	127.69
DSK5676	54909532F	20/02/2016	51851	167	127.69
JEE2675	55660534C	07/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
JFB4142	54908640F	16/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
LBX3815	54909571F	24/02/2016	51851	167	127.69
MBE5381	54909521F	20/02/2016	51851	167	127.69
MDB2234	54906827F	05/01/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDF2045	54909517F	20/02/2016	51851	167	127.69
MDN8755	55676562C	24/02/2016	54521	181 * VIII	127.69
MDP5199	54909912F	03/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
MDQ3934	54908863F	12/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MED8967	54909575F	24/02/2016	51851	167	127.69
MEF0931	54909580F	24/02/2016	51851	167	127.69
MEI8961	54906841F	18/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
MFF4281	55675230C	09/12/2015	55414	181 * XVII	53.20
MFQ2305	54909567F	24/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MFS8416	54909935F	07/03/2016	55680	181 * XIX	127.69
MFW8310	54909504F	16/02/2016	51851	167	127.69
MF5051	54908028F	24/02/2016	57380	186 * II	191.54
MGC0343	54909589F	24/02/2016	57200	186 * I	127.69
MGC0343	54909590F	24/02/2016	51851	167	127.69
MGF9102	54909735F	24/02/2016	51851	167	127.69
MGG7670	54908637F	16/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MGJ6128	54909952F	07/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
MGN5253	54909527F	20/02/2016	51851	167	127.69
MGQ5191	54908732F	14/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGR6705	54909462F	12/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MHO7266	54908913F	01/03/2016	73661	252 * VI	85.13
MJM4391	54909954F	07/03/2016	55680	181 * XIX	127.69

MKS0374	55671999C	16/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MLL0216	54907280F	18/12/2015	55414	181 * XVII	53.20
MLR2798	54908983F	16/02/2016	55090	181 * XIII	85.13
MLU9953	54909459F	12/02/2016	51851	167	127.69
OKH5608	55648538C	10/03/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
QHD4512	55675235C	02/03/2016	61220	214 * I	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2211/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2211/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHZ6051	54987650F	15/04/2016	69120	232
AMA5660	55951193E	16/04/2016	65992	230 * V
ANM1526	54987539F	14/04/2016	67261	230 * XVIII
ANM1526	54987540F	14/04/2016	50371	162 * III
AOA5030	54980998F	13/04/2016	50450	162 * V
AQJ5130	54986284F	17/03/2016	66102	230 * VII
ARN2508	54986413F	18/03/2016	64160	221 Unico
ARN2508	54986412F	18/03/2016	66102	230 * VII
CFS8442	54984295F	21/03/2016	69120	232
CFS8442	54984296F	21/03/2016	50100	162 * I
DKO2699	54987498F	21/03/2016	65992	230 * V
DPA9070	55946579E	13/03/2016	67000	230 * XVI
IAU9611	54987537F	14/04/2016	67261	230 * XVIII
IAU9611	54987538F	14/04/2016	65992	230 * V
IFX2979	54980475F	22/03/2016	65992	230 * V

IFX2979	54980476F	22/03/2016	69120	232	
IGA0224	54569344C	15/04/2016	66102	230	* VII
JFJ6676	54986906F	15/03/2016	65992	230	* V
LXF4146	54987541F	14/04/2016	50100	162	* I
LXL8432	54985673F	20/03/2016	65992	230	* V
LXO4953	54986558F	11/03/2016	50100	162	* I
LYG2946	54987047F	14/03/2016	50292	162	* II
LZY3639	55826836E	19/04/2016	67261	230	* XVIII
LZY3639	55826837E	19/04/2016	65561	230	* I
MBF2546	54987058F	15/03/2016	67261	230	* XVIII
MBG7838	54986289F	17/03/2016	67261	230	* XVIII
MBG9907	55946580E	19/03/2016	50450	162	* V
MBG9907	55946581E	19/03/2016	67261	230	* XVIII
MBG9907	55946583E	19/03/2016	52741	175	
MCB0418	55824150E	16/03/2016	67261	230	* XVIII
MCB0418	54986275F	16/03/2016	69120	232	
MCE9117	54987485F	21/03/2016	50450	162	* V
MCG1029	54984342F	12/04/2016	65992	230	* V
MCG1029	54984343F	12/04/2016	67261	230	* XVIII
MCJ3251	54984510F	14/04/2016	50100	162	* I
MCJ3251	54984511F	14/04/2016	66102	230	* VII
MCL3774	54985841F	17/03/2016	50100	162	* I
MCM3324	55951190E	12/04/2016	69120	232	
MCM4511	54987641F	15/04/2016	69120	232	
MCU1665	54982288F	06/03/2016	50100	162	* I
MCV4449	54984528F	14/04/2016	65992	230	* V
MDD4676	55826817E	18/04/2016	50450	162	* V
MDO7267	54987543F	14/04/2016	50100	162	* I
MDU3998	54987658F	14/04/2016	64080	221	
MEB8068	54984350F	12/04/2016	65992	230	* V
MEC8028	54987545F	14/04/2016	69120	232	
MEF7670	55951189E	06/04/2016	67261	230	* XVIII
MEG1977	54984283F	21/03/2016	65992	230	* V
MEG1977	54984284F	21/03/2016	67261	230	* XVIII
MEL9917	55946582E	19/03/2016	66371	230	* IX
MEL9917	55946584E	19/03/2016	66372	230	* IX
MEX7381	54984344F	12/04/2016	67261	230	* XVIII
MEX7381	54984345F	12/04/2016	66020	230	* VI
MEX8398	54986948F	13/04/2016	67261	230	* XVIII
MFY3002	54987410F	06/04/2016	50100	162	* I
MGL0621	54986571F	17/03/2016	50100	162	* I
MGL0621	54986572F	17/03/2016	65992	230	* V
MGL8157	54569350C	15/04/2016	67000	230	* XVI
MGY2366	54984327F	11/04/2016	66372	230	* IX
MHR7527	54984516F	14/04/2016	67261	230	* XVIII
MHR7527	54984517F	14/04/2016	66102	230	* VII
MIA3024	54984547F	18/04/2016	66102	230	* VII
MII2766	54980974F	22/03/2016	67261	230	* XVIII
MII2766	54980976F	22/03/2016	65992	230	* V
MIM7358	54986283F	17/03/2016	50100	162	* I
MIS7629	55824139E	16/03/2016	67000	230	* XVI
MIV4875	54986274F	14/03/2016	73400	252	* IV
MIX2966	54987279F	12/04/2016	65992	230	* V
MIZ9834	54569341C	13/04/2016	64160	221	Unico
MJS2595	55824137E	16/03/2016	69120	232	
MKA2057	55826820E	18/04/2016	67261	230	* XVIII
MKU2478	54984190F	16/03/2016	65992	230	* V
MKU2478	54984191F	16/03/2016	50100	162	* I
MKU9809	54986401F	17/03/2016	52741	175	
MKU9809	54985838F	17/03/2016	67000	230	* XVI
MKZ7930	54987634F	15/04/2016	65992	230	* V
MLE7836	54446647E	17/03/2016	65992	230	* V
MLU8324	55540200E	13/04/2016	50100	162	* I

MLX4321 55826811E 08/04/2016 50100 162 \* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2212/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2212/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXL8432	54985674F	20/03/2016	57380	186 * II
MAU2495	55951263E	17/03/2016	73662	252 * VI
MFB2103	54982294F	20/03/2016	55500	181 * XVIII
MFD4923	54986574F	17/03/2016	54527	181 * VIII
MFK2985	55951297E	12/04/2016	51851	167
MFZ8360	54982290F	19/03/2016	51851	167
MGL0621	54986573F	17/03/2016	70481	244 * II
MIA7146	54982295F	20/03/2016	55500	181 * XVIII
MIC7706	54986579F	17/03/2016	55500	181 * XVIII
MLB0916	54987504F	17/03/2016	73662	252 * VI
OKF3257	55951289E	11/04/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
QHH1852	55951292E	12/04/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
QHV2243	55158838C	14/04/2016	54521	181 * VIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.



OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1719/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1719/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCJ2973	54911265F	12/04/2016	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1720/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1720/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFO0953	54911337F	16/04/2016	60501	208
AJW2431	54910291F	11/03/2016	73662	252 * VI
AMT4632	54911224F	16/04/2016	60501	208
AOX5698	54910253F	11/03/2016	54521	181 * VIII
AVU9362	54910413F	02/04/2016	55500	181 * XVIII
CBF6413	54911205F	12/04/2016	51851	167
CGS6267	54911246F	20/04/2016	51851	167
DFQ6433	54911268F	12/04/2016	55500	181 * XVIII
DIP5353	55677863C	14/04/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
DVK6581	54910420F	14/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
EBI1673	54911201F	12/04/2016	60501	208
FGH8756	54908287F	16/03/2016	57200	186 * I
GWZ3819	54911044F	12/04/2016	55417	181*VII c/ Lei13146
HIO3191	54910710F	12/04/2016	54521	181 * VIII
HJK7706	54908435F	08/04/2016	58196	193
HNA6984	54910304F	15/03/2016	51851	167
HPD0736	54910647F	12/04/2016	55500	181 * XVIII
IKY4954	54910578F	11/04/2016	55680	181 * XIX
IRA0123	54911326F	16/04/2016	73662	252 * VI
ISK6739	54911212F	12/04/2016	58196	193
KMX6974	54910303F	15/03/2016	51851	167
KPM8558	54911301F	12/04/2016	54600	181 * IX
KQB0621	54910644F	12/04/2016	55090	181 * XIII
MAK3378	54911180F	16/04/2016	60501	208
MBS9282	54911234F	16/04/2016	51851	167
MBZ0875	54909678F	15/03/2016	61220	214 * I
MCX0738	54910637F	12/04/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MDA6783	54910035F	07/03/2016	57030	185 * I
MDX7763	54911284F	12/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MEA2116	54908180F	10/04/2016	54600	181 * IX
MEG2565	54910598F	15/04/2016	51851	167
MEM2923	54911179F	16/04/2016	60501	208
MEV5328	54908881F	08/04/2016	55416	181*VII c/ Lei13146
MFG4714	55648542C	14/03/2016	73662	252 * VI
MFO0317	54909991F	15/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MGC3296	55678039C	09/03/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MGG9398	54127135N	19/04/2016	50020	257 8\$
MGS4766	54127133N	19/04/2016	50020	257 8\$
MGW5208	54911335F	16/04/2016	51851	167
MHB6339	54911177F	16/04/2016	60175	206 * III
MHD9838	54911347F	16/04/2016	54521	181 * VIII
MHE9526	54910814F	14/04/2016	61300	214 * II
MHN4125	54911266F	12/04/2016	55500	181 * XVIII
MHN4125	54911273F	12/04/2016	54521	181 * VIII
MHR6567	54911251F	12/04/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
MHT0501	54911336F	16/04/2016	54521	181 * VIII
MHU3656	54910538F	15/04/2016	73662	252 * VI
MHX0221	54911282F	12/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIG6977	54910305F	15/03/2016	51851	167

MIM0083	54908046F	19/03/2016	73662	252 * VI
MIS8679	54910257F	13/03/2016	51851	167
MIU8728	54911321F	16/04/2016	73662	252 * VI
MJA3255	54907783F	11/03/2016	51851	167
MJA9585	54911262F	12/04/2016	55417	181*VII c/ Lei13146
MJK5088	54911232F	16/04/2016	58191	193
MJP7609	54127131N	19/04/2016	50020	257 8\$
MKB0539	54908562F	02/04/2016	54600	181 * IX
MKF7458	54910863F	15/04/2016	73662	252 * VI
MKK3224	54909805F	17/03/2016	54521	181 * VIII
MKU7865	55676385C	17/03/2016	55680	181 * XIX
MKW3628	54911156F	12/04/2016	55500	181 * XVIII
MLA2615	54908433F	08/04/2016	58196	193
MMC2908	54910108F	17/03/2016	55680	181 * XIX
MMI1083	54127132N	19/04/2016	50020	257 8\$
NHF6792	54910203F	15/04/2016	73662	252 * VI
QHF5859	54910643F	12/04/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
QHP4112	54911049F	12/04/2016	54521	181 * VIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### São José do Cedro

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 813/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 813/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BZO5713	54598509F	21/02/2016	65565	230 * I	191.54
HYL0964	54598433F	24/12/2015	73662	252 * VI	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 812/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 812/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHA7651	54598599F	16/04/2016	51851	167
DCD5785	54598694F	15/04/2016	73400	252 * IV
MCY4262	54598512F	28/03/2016	51851	167
MGV4737	54598714F	15/04/2016	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**SÃO LOURENÇO DO OESTE****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1326/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1326/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKG8019	54247690E	18/02/2016	65992	230 * V	191.54
CEC3072	54249145E	25/02/2016	69120	232	53.20
CEC3072	54249144E	25/02/2016	51691	165	1915.38
LYR5562	54249161E	18/02/2016	50100	162 * I	574.61
MAJ1883	54248458E	16/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAJ1883	54248457E	16/02/2016	69120	232	53.20
MAJ1883	54248456E	16/02/2016	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI  
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1327/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO D'OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1327/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDR8703	54248097E	24/12/2015	60501	208	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ADILSON SPERANCA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8490 126/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8490 126/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZY9612	55860747D	02/12/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.



RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

**SÃO MIGUEL DO OESTE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2005/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2005/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADA4912	55877479D	18/02/2016	65992	230 * V	191.54
ADA4912	54597854F	18/02/2016	50100	162 * I	574.61
ADA4912	54597855F	18/02/2016	64080	221	85.13
AOI5303	54597889F	13/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
AOI5303	54597888F	13/01/2016	69120	232	53.20
ARB5313	54597939F	04/02/2016	50100	162 * I	574.61
DFN0678	54597575F	05/02/2016	64080	221	85.13
DFN0678	54597574F	05/02/2016	65992	230 * V	191.54
HRD8427	54597804F	28/12/2015	65992	230 * V	191.54
LWS9333	54597621F	20/12/2015	69120	232	53.20
LZH3892	54598014F	06/02/2016	65992	230 * V	191.54
LZX6977	55877427D	21/12/2015	50450	162 * V	191.54
MCF3734	54596901F	03/01/2016	67261	230 * XVIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2006/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2006/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOI5303	54597890F	13/01/2016	58350	195	127.69
CHR9455	54597782F	03/01/2016	51852	167	127.69
EBV2862	54597861F	18/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBP9246	54597616F	16/12/2015	55414	181 * XVII	53.20
MCR6169	54598162F	02/02/2016	54522	181 * VIII	127.69
MLT9686	54598085F	14/02/2016	60681	209	127.69
MLT9686	54598086F	14/02/2016	57200	186 * I	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOAO CARLOS VALAR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 832/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 832/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABC8177	8750246209	19/12/2015	60503	208	191.54
ABC8177	8750246503	25/12/2015	74630	218 * II	127.69
ABG9977	8750251089	14/01/2016	74550	218 * I	85.13
ADM1806	8750246533	25/12/2015	74550	218 * I	85.13
AEQ6023	8750252905	30/01/2016	74550	218 * I	85.13
AEV1158	8750246157	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
AGF0518	8750245908	16/12/2015	74630	218 * II	127.69
AGO1250	8750246938	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
AIE1107	8750251854	20/01/2016	74550	218 * I	85.13
AIV5462	8750253676	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
AJU9987	8750253820	14/02/2016	60503	208	191.54
ALZ9476	8750250961	16/01/2016	74550	218 * I	85.13
AQN3834	8750253221	30/01/2016	60503	208	191.54
AWH9739	8750253156	30/01/2016	56732	183	85.13
AXR2151	8750249790	10/01/2016	60503	208	191.54
AZB0001	8750246298	17/12/2015	74550	218 * I	85.13
AZN2954	8750253268	26/01/2016	56732	183	85.13
BSU3309	8750245754	17/12/2015	74630	218 * II	127.69
CCB5125	8750253590	01/02/2016	56732	183	85.13
CCJ0777	8750247521	29/12/2015	74550	218 * I	85.13
CIP3179	8750253797	10/02/2016	60503	208	191.54
CJC9313	8750253690	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
CVL3362	8750245847	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
CWC3188	8750253812	14/02/2016	60503	208	191.54
DDM6730	8750245671	16/12/2015	74550	218 * I	85.13
DFY7621	8750253689	14/02/2016	74550	218 * I	85.13
DIH6411	8750245636	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
DOE8230	8750252594	29/01/2016	74630	218 * II	127.69
DRD2063	8750250595	14/01/2016	74550	218 * I	85.13
DUL1221	8750252597	29/01/2016	74550	218 * I	85.13
DZG9215	8750253461	03/02/2016	74550	218 * I	85.13
EFB4536	8750248747	06/01/2016	74550	218 * I	85.13
EJC1936	8750253387	30/01/2016	74550	218 * I	85.13
FHQ6250	8750247915	27/12/2015	74550	218 * I	85.13
FHQ6250	8750248274	25/12/2015	74550	218 * I	85.13
GZT2500	8750245619	19/12/2015	74550	218 * I	85.13
HJB7207	8750246890	25/12/2015	74550	218 * I	85.13
HRI5134	8750253756	14/02/2016	74550	218 * I	85.13
HTF9959	8750248609	03/01/2016	74630	218 * II	127.69
IBV5963	8750245905	16/12/2015	74550	218 * I	85.13
ICT3522	8750247747	29/12/2015	74550	218 * I	85.13
IDM1156	8750246977	21/12/2015	74550	218 * I	85.13
IDP5062	8750253778	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
IGP3212	8750252607	25/01/2016	74550	218 * I	85.13
IIH3638	8750245660	15/12/2015	74630	218 * II	127.69
IIP5942	8750245816	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
IIP5942	8750245965	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
IJH5362	8750246135	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
IKK8388	8750253064	27/01/2016	74550	218 * I	85.13
ILM7813	8750246483	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
IMK9596	8750252840	28/01/2016	74550	218 * I	85.13
IMZ8135	8750251874	23/01/2016	56732	183	85.13
INN4468	8750252693	28/01/2016	74550	218 * I	85.13
IOM0769	54093763N	29/12/2015	50020	257 8S	191.54
IOS0274	8750249476	12/01/2016	74550	218 * I	85.13
IPI1696	8750245822	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
IPN3349	8750251908	22/01/2016	60503	208	191.54
IRI3209	8750243573	17/11/2015	74550	218 * I	85.13
IRN8170	8750246793	22/12/2015	74550	218 * I	85.13
ITO7588	8750249249	04/01/2016	74550	218 * I	85.13
ITZ3742	8750251703	22/01/2016	74630	218 * II	127.69

ITZ3742	8750251733	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
JMI3834	54108636N	22/02/2016	50020	257	8\$		85.13
JPk6977	8750245666	15/12/2015	74550	218	*	I	85.13
KAW8696	8750252880	30/01/2016	74630	218	*	II	127.69
KAW8696	8750253083	30/01/2016	74630	218	*	II	127.69
KTP8590	8750253142	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
LCD9468	8750246970	26/12/2015	74550	218	*	I	85.13
LXG5119	8750253586	06/02/2016	56732	183			85.13
LXH8913	8750245915	17/12/2015	74550	218	*	I	85.13
LXY4025	54109287N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
LYS7939	8750246204	19/12/2015	60503	208			191.54
LZL6465	8750250891	17/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MAM8982	8750245819	20/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MAU7512	8750246075	20/12/2015	60503	208			191.54
MBS2511	8750252906	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBU0994	8750252956	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBV5317	8750247051	21/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MCC5361	8750253720	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCM5721	8750248459	05/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MCR0395	8750252023	19/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MCU7279	54109299N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MDB3673	54109291N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MDH5654	54109294N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MDV1239	8750252786	27/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEA1324	8750246902	22/12/2015	60503	208			191.54
MEA6877	54109296N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MEF7004	8750253482	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEI9615	54093769N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MEJ7561	8750251297	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MEO3060	8750246789	21/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MEP4826	8750251134	15/01/2016	60503	208			191.54
MEQ8754	8750253302	31/01/2016	60503	208			191.54
MET5897	8750245637	18/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MEV6304	8750253740	12/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFA6512	8750247123	25/12/2015	60503	208			191.54
MFD2394	8750245603	16/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFF5528	8750246150	16/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFR0493	8750247536	31/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MFV8788	8750201682	26/11/2014	74550	218	*	I	85.12
MFx6694	8750246036	15/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGH6056	8750246534	25/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MGK8094	8750249745	13/01/2016	60503	208			191.54
MGK8094	8750249754	13/01/2016	60503	208			191.54
MGN6005	8750249409	11/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGO5898	54109288N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MGP6664	8750246313	16/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGT3533	8750253726	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGV1622	54093767N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MHB5365	54112422N	03/03/2016	50020	257	8\$		85.13
MHG3858	8750252962	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHZ5702	8750253799	10/02/2016	60503	208			191.54
MIV0275	8750246600	22/12/2015	74710	218	*	III	574.61
MJI3162	54109293N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MJS7601	8750249457	12/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJY4170	8750252766	26/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKF1256	8750252899	30/01/2016	74710	218	*	III	574.61
MKF3068	8750247030	25/12/2015	60503	208			191.54
MKF3076	8750253330	27/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MKN1772	8750246007	17/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKQ7472	54109297N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MKS9232	8750251926	24/01/2016	60503	208			191.54
MKZ8879	8750253869	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLK9111	8750246867	25/12/2015	74550	218	*	I	85.13

MLN4354	54109298N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MLO0701	8750253710	09/02/2016	74550	218	* I	85.13
MLT3704	8750253240	31/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLV0925	54093774N	05/01/2016	50020	257	8\$	85.13
MLX1325	8750253015	30/01/2016	74550	218	* I	85.13
MLX8335	54109290N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MMB8729	54093761N	29/12/2015	50020	257	8\$	127.69
MMH3786	8750246509	22/12/2015	74550	218	* I	85.13
MMH3786	8750247053	22/12/2015	74630	218	* II	127.69
NJD1416	8750250975	17/01/2016	74550	218	* I	85.13
NJD1416	8750251293	17/01/2016	74630	218	* II	127.69
NJH2918	8750251910	22/01/2016	74550	218	* I	85.13
NLP6289	8750245964	20/12/2015	74550	218	* I	85.13
NRH1003	8750248594	03/01/2016	74550	218	* I	85.13
NWA7959	8750246012	20/12/2015	74550	218	* I	85.13
OAY1659	8750253204	27/01/2016	74550	218	* I	85.13
OBC3415	8750253114	31/01/2016	56732	183		85.13
OBO8430	8750248638	05/01/2016	60503	208		191.54
OMQ6989	8750249379	10/01/2016	74550	218	* I	85.13
OOG7102	8750249770	12/01/2016	74550	218	* I	85.13
QBC4244	8750252014	19/01/2016	74630	218	* II	127.69
QBP0095	8750253331	27/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHD5025	54109289N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
QHN2385	8750252613	29/01/2016	74550	218	* I	85.13
QHT1853	54093764N	29/12/2015	50020	257	8\$	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOAO CARLOS VALAR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2003/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHQ1760	54601742F	28/03/2016	65992	230 * V
MCJ9249	54598254F	08/03/2016	50100	162 * I
MEB0713	54598225F	12/03/2016	75790	277

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2004/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2004/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BBD2727	54598257F	13/03/2016	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.



JOAO CARLOS VALAR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 831/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 831/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EMQ3574	54119513N	29/03/2016	50020	257 8S
IJY6572	8750251946	23/01/2016	60503	208
IJY6572	8750253260	28/01/2016	60503	208
IVL5300	54119489N	29/03/2016	50020	257 8S
JIJ0152	54119491N	29/03/2016	50020	257 8S
KUT7362	54118440N	28/03/2016	50020	257 8S
OKG2489	54119490N	29/03/2016	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JOAO CARLOS VALAR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 215/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100



EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 215/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBK6113	54833125C	19/02/2016	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 214/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 214/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDX1778	54832719C	14/03/2016	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA  
DELEGADA DE POLICIA

**SCHROEDER**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 822/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 822/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JWU2963	P00Q10004I	19/02/2016	65992	230 * V	191.54
LYK7591	54171509F	07/11/2015	51691	165	1915.38
MBF0876	P00Q00000I	27/01/2016	65992	230 * V	191.54
MBZ6193	P00Q00002J	07/03/2016	59670	203 * V	957.69
MDP5971	P00Q00002I	23/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
MDX9141	P00Q00001U	20/02/2016	50100	162 * I	574.61
MDX9141	P00Q00001V	20/02/2016	66102	230 * VII	127.69
MDX9141	P00Q00001W	20/02/2016	72850	250 * III	85.13
MEK9432	P00Q10003H	07/02/2016	60501	208	191.54
MEK9432	P00Q10003L	07/02/2016	63190	220 * VI	127.69
MSK8316	54171029F	31/08/2015	67261	230 * XVIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 821/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 821/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

BVY1584	P00Q00004R	26/03/2016	75790	277
BVY1584	P00Q00004Q	26/03/2016	50100	162 * I
MAN3501	P00Q000066	19/04/2016	65992	230 * V
MAR8243	P00Q10008V	11/04/2016	55250	181 * XV
MDP3772	P00Q10008Z	11/04/2016	50100	162 * I
MEB6232	P00Q10006Y	19/03/2016	65992	230 * V
MEB6232	P00Q10006X	19/03/2016	50100	162 * I
MEB6232	P00Q100076	19/03/2016	50100	162 * I
MGO4547	P00Q100092	15/04/2016	75790	277
MGO4547	P00Q100093	16/04/2016	58350	195
MIH4670	P00Q00004O	26/03/2016	58350	195
MIH4670	P00Q00004N	26/03/2016	51691	165
MIX7429	P00Q00004K	22/03/2016	65992	230 * V
MIX8548	P00Q00004S	26/03/2016	55250	181 * XV
MJB0046	P00Q00004L	22/03/2016	60501	208

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**SEARA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1451/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1451/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AER3021	55174651E	16/02/2016	65992	230 * V	191.54
MDQ4901	55174656E	16/02/2016	65992	230 * V	191.54
MJD6940	55174083E	29/01/2016	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1452/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1452/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LWW2134	55174559E	19/02/2016	72340	250	*	I	*	a	85.13
MDQ4901	55174657E	16/02/2016	58350	195					127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1449/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1449/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBM8039	55173883E	12/03/2016	50100	162 * I
IBM8039	55173884E	12/03/2016	69120	232
MBK6384	55174317E	14/03/2016	50100	162 * I
MCB5400	55174506E	03/04/2016	50100	162 * I
MCB5400	55174507E	03/04/2016	75790	277
MCB5400	55174508E	03/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MEX1507	55173318E	05/04/2016	69120	232
MFX1396	55174265E	01/04/2016	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



SEARA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1450/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1450/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIG0920	55174199E	01/04/2016	55414	181*VII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**SERRA ALTA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 283/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 283/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EAA2123	55616659C	14/02/2016	65480	229	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 282/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 282/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDI7302	54119555N	29/03/2016	50020	257 8\$
MFM4805	55616664C	17/03/2016	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

### SIDERÓPOLIS

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 836/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 836/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU1911	55307829D	27/12/2015	65992	230 * V	191.54
LXE8669	55114857F	06/02/2016	66371	230 * IX	127.69
LXE8669	55114858F	06/02/2016	66372	230 * IX	127.69
LXI1199	55114725F	13/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXI1199	55114726F	13/02/2016	50450	162 * V	191.54
LXT7670	55114689E	16/02/2016	66020	230 * VI	191.54
MAZ7910	55114876F	20/02/2016	66372	230 * IX	127.69
MAZ7910	55114878F	20/02/2016	66371	230 * IX	127.69
MAZ7910	55114880F	20/02/2016	64080	221	85.13
MAZ7910	55114881F	20/02/2016	51851	167	127.69
MEE4770	55307830D	27/12/2015	65992	230 * V	191.54
MPX8776	55114852F	06/02/2016	50450	162 * V	191.54
MHW8025	55114884F	24/02/2016	54522	181 * VIII	127.69
MI19524	55114699E	23/02/2016	73580	252 * V	85.13
QHA0148	55114868F	16/02/2016	54100	181 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 835/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 835/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIG0108	55115007F	12/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
CME3150	55114983F	15/04/2016	65561	230 * I
CME3150	55114984F	15/04/2016	51691	165
CYH6182	55307834D	14/04/2016	51691	165
CYH6182	55307835D	14/04/2016	50100	162 * I
MGL8384	55114838F	22/03/2016	50450	162 * V
MGL8384	55114839F	22/03/2016	69120	232
MHC1571	55114986F	16/04/2016	65992	230 * V
MHC1571	55114990F	16/04/2016	50100	162 * I
QHF7276	55114980F	14/04/2016	55250	181 * XV
QHF7276	55114981F	14/04/2016	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

**SOMBRIÓ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1180/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1180/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTES DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKK7679	55038508F	20/12/2015	50371	162 * III	574.61
AKK7679	55038509F	20/12/2015	51341	164 c/c 162 * III	574.61
AOH9452	55038605F	01/02/2016	55250	181 * XV	85.13
AOL2020	54109174N	23/02/2016	50020	257 8S	127.69
BNA3600	55039007F	19/02/2016	55680	181 * XIX	127.69
CBR0806	55038063F	23/12/2015	54522	181 * VIII	127.69
COG5200	55039271F	23/02/2016	51851	167	127.69
EIU3893	54257293F	19/02/2016	73662	252 * VI	85.13
ILR0375	55039273F	24/02/2016	73662	252 * VI	85.13
IVR2096	55039128F	24/02/2016	54870	181 * XI	127.69
JHW4834	55039260F	23/02/2016	51852	167	127.69
JHW4834	55039259F	23/02/2016	51851	167	127.69
KLD3076	55038575F	22/02/2016	50100	162 * I	574.61
KLD3076	55038576F	22/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
KLD3076	55038577F	22/02/2016	65992	230 * V	191.54
LXA9935	55038087F	29/01/2016	50450	162 * V	191.54
LXA9935	55038088F	29/01/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
LXA9935	55038089F	29/01/2016	65992	230 * V	191.54
LXA9935	55038090F	29/01/2016	69120	232	53.20
LXJ6142	55038504F	20/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXW0510	55038500F	20/12/2015	65992	230 * V	191.54
LXX4215	54560130E	27/10/2014	65992	230 * V	191.53
LYU3340	55039122F	20/02/2016	66102	230 * VII	127.69
LZF1181	54560514E	25/10/2014	65992	230 * V	191.53
LZF1181	54560513E	25/10/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZF1181	54560512E	25/10/2014	50100	162 * I	574.61
MAU8273	55096110E	11/11/2014	55411	181 * XVII	53.20
MED3311	55038915F	25/01/2016	50371	162 * III	574.61
MEG6008	55038715F	12/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MEG8806	54259283F	23/01/2016	65992	230 * V	191.54
MEH4117	55038511F	20/12/2015	66102	230 * VII	127.69
MEL1569	55039614F	23/02/2016	58350	195	127.69
MFN0982	55038744F	05/03/2016	66102	230 * VII	127.69
MFY0541	55039269F	23/02/2016	51851	167	127.69
MGW7316	55038067F	23/12/2015	54522	181 * VIII	127.69
MHA1664	54257294F	19/02/2016	51851	167	127.69
MHE1606	55037892F	30/12/2015	54870	181 * XI	127.69
MHL7097	54257296F	22/02/2016	51851	167	127.69
MHL7097	54257295F	22/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MIB7810	55038882F	09/03/2016	75790	277	1915.38
MID2002	55039252F	22/02/2016	51851	167	127.69

MIE5595	54560131E	15/11/2014	50100	162	* I	574.61
MJK2598	55038736F	01/03/2016	52151	170		191.54
MKH0873	55096180E	14/11/2014	55414	181	* XVII	53.20
MLF0471	54109173N	23/02/2016	50020	257	8\$	85.13
MLR2438	55039177F	03/03/2016	73662	252	* VI	85.13
NCD5789	55096254E	11/11/2014	66102	230	* VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1179/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1179/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IQG4052	55039368F	17/03/2016	54522	181 * VIII
LWT0920	55038988F	09/04/2016	51691	165
MAW5275	55038375F	14/04/2016	50100	162 * I
MDJ6007	55038376F	14/04/2016	65992	230 * V
MEA6569	55039491F	12/04/2016	50100	162 * I
MEA6569	55039492F	12/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
MED9237	55039071F	13/04/2016	50450	162 * V
MED9237	55039072F	13/04/2016	51420	164 c/c 162 * V
MGF1567	55769651F	13/04/2016	51851	167
MGW2798	55769600F	09/04/2016	55250	181 * XV
MHT4688	55039489F	12/04/2016	65992	230 * V
MII0940	55039074F	13/04/2016	65992	230 * V
MII0940	55039073F	13/04/2016	50100	162 * I
MJS9853	54127096N	19/04/2016	50020	257 8\$
MLF1244	55769598F	09/04/2016	65992	230 * V



-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRIIO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### TIGRINHOS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8781 118/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8781 118/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

JXX1800	55863261D	25/03/2016	69120	232
JXX1800	55863260D	25/03/2016	50100	162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIGRINHOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO DE POLICIA

**TIMBÉ DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 496/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 496/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IMJ6079	54926474F	16/11/2015	52741	175	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 495/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 495/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYV8765	54926501F	22/03/2016	65992	230 * V
LYV8765	54926502F	22/03/2016	69120	232
MAY6364	54926445F	14/04/2016	55250	181 * XV
MCN4243	54926601F	18/04/2016	67690	230 * XXII
MCN4243	54926602F	18/04/2016	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**Timbó**

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2048/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2048/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AES5925	54966622F	18/02/2016	50450	162 * V	191.54
APV8435	54966451F	18/02/2016	69120	232	53.20
IOM7730	55700931E	12/02/2016	50100	162 * I	574.61
IOM7730	55700932E	12/02/2016	51261	164 c/c 162 * II	957.69
LXO2552	54966718F	18/02/2016	67690	230 * XXII	85.13
MAO3085	P00WM00003	20/02/2016	50100	162 * I	574.61
MAO3085	P00WM00005	20/02/2016	69120	232	53.20
MBK6414	54966444F	17/02/2016	65992	230 * V	191.54
MBO9200	55700923E	31/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBO9200	55700924E	31/01/2016	50100	162 * I	574.61
MBO9200	55700925E	31/01/2016	69120	232	53.20
MDE6519	55701007E	15/12/2015	65992	230 * V	191.54
MDL7742	55701911E	05/02/2016	50100	162 * I	574.61
MDL7742	55701912E	05/02/2016	65992	230 * V	191.54

MDL7742	55701913E	05/02/2016	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MDV0043	55700920E	26/01/2016	64080	221		85.13
MEP1867	54966715F	18/02/2016	73400	252	* IV	85.13
MEP3962	55701814E	12/02/2016	66531	230	* XI	127.69
MGP8952	P00WM00007	24/02/2016	64080	221		85.13
MGQ4397	54966583F	10/02/2016	73400	252	* IV	85.13
MGU5976	55701956E	05/02/2016	65992	230	* V	191.54
MGU5976	55701957E	05/02/2016	50100	162	* I	574.61
MGU5976	55701958E	05/02/2016	65561	230	* I	191.54
MHF9896	55700954E	15/01/2016	65992	230	* V	191.54
MHN6070	54965988F	20/12/2015	50100	162	* I	574.61
MIA7102	55701813E	12/02/2016	65992	230	* V	191.54
MIL4495	P00WL00009	23/02/2016	50100	162	* I	574.61
MIL4495	P00WL0000A	23/02/2016	65992	230	* V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2049/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2049/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
COB0001	54966362F	01/02/2016	60502	208	191.54
LYY6673	54966588F	10/02/2016	53630	179 * II	53.20
LYY6673	54966587F	10/02/2016	54523	181 * VIII	127.69
MAA1857	54966706F	16/02/2016	57200	186 * I	127.69
MBO9200	55700926E	31/01/2016	51851	167	127.69
MDR4176	54966600F	11/02/2016	51851	167	127.69
MIA7102	55701811E	12/02/2016	60501	208	191.54
MIQ0384	54966582F	10/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLB9138	54966513F	16/02/2016	57380	186 * II	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 694/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 694/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHF4572	8756070776	10/02/2016	60503	208	191.54
AKJ9226	8756070159	02/02/2016	74550	218 * I	85.13
ALE0359	8756067171	16/12/2015	74550	218 * I	85.13
AOA2426	8756071022	15/02/2016	74550	218 * I	85.13
ATO0553	8756071199	20/02/2016	56732	183	85.13
BOW5276	8756071092	16/02/2016	74550	218 * I	85.13
CCF6471	8756070494	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
DEV8468	8756070859	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
DIN3245	8756067050	08/12/2015	74550	218 * I	85.13
EDB8491	8756067177	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
FHA7601	54109247N	23/02/2016	50020	257 8S	85.13
FTW5900	8756071426	20/02/2016	74630	218 * II	127.69
JGM1083	8756070552	14/02/2016	74550	218 * I	85.13
LCG3641	8756067252	18/12/2015	74550	218 * I	85.13
LWZ9824	8756067395	19/12/2015	60503	208	191.54
LXB5306	8756067070	12/12/2015	60503	208	191.54
LXI0471	8756070588	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
LXM0259	8756070780	10/02/2016	60503	208	191.54
LXM2979	8756070773	10/02/2016	60503	208	191.54
LXN4537	8756067150	13/12/2015	74550	218 * I	85.13
LXR8794	8756067038	08/12/2015	74550	218 * I	85.13
LYI9661	8756071322	18/02/2016	60503	208	191.54
LYP7509	8756071278	17/02/2016	60503	208	191.54
LYU3255	8756068329	31/12/2015	74550	218 * I	85.13
LYW5272	8756071300	17/02/2016	60503	208	191.54

LZC9131	8756071223	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
LZE5649	8756071214	21/02/2016	56732	183			85.13
LZS9023	8756070846	13/02/2016	60503	208			191.54
MAC1646	8756067159	09/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MAL1149	8756070874	14/02/2016	60503	208			191.54
MAR7161	54091419N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
MBB1716	8756071546	22/02/2016	56732	183			85.13
MBB7146	8756069425	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MBJ3512	8756069505	24/01/2016	60503	208			191.54
MBO9200	8756070474	01/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBR3642	8756070849	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MBX5043	8756070713	08/02/2016	60503	208			191.54
MCA5131	8756067119	07/12/2015	60503	208			191.54
MCF3774	8756071920	29/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MCR6298	8756070227	05/02/2016	60503	208			191.54
MCX8381	8756070532	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDB4139	8756067780	24/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MDC7957	8756071823	27/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MDS2027	8756071272	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEG6384	8756071427	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEG6388	8756067195	18/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MEH5519	8756066987	11/12/2015	60503	208			191.54
MEI9381	8756067057	08/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MEN6182	8756067473	15/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MET3590	8756070685	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MEV3811	8756071453	20/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MEV4432	8756070535	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFB4120	8756071398	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFE5041	8756070774	10/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFJ8687	8756071828	27/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFN7921	8756070930	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFN7921	8756070931	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MFR6171	8756071415	21/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFY4055	8756070818	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MFZ9847	8756067539	17/12/2015	60503	208			191.54
MGD1211	8756071183	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGL2335	8756071674	28/02/2016	56732	183			85.13
MGP8529	8756070891	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGQ4733	8756070540	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGU0442	8756067645	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MGV5306	8756069279	23/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHM8962	8756067432	20/12/2015	60503	208			191.54
MHP1076	8756071878	22/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHU6148	8756070917	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHX2821	8756069510	24/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIA0971	8756071248	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIC7894	8756067141	13/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MIG1784	8756071115	17/02/2016	56732	183			85.13
MIK2661	8756070723	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIP3740	8756071316	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIQ6688	8756070572	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJQ0749	8756070505	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJQ0749	8756071013	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJQ0749	8756071117	17/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MJQ0749	8756071134	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJQ1849	8756070885	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJQ2478	8756069068	14/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJY8740	8756070426	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKA9439	8756071326	18/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKC6644	8756068710	07/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKF3456	8756068259	31/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MKF3456	8756069460	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKH0888	8756070904	08/02/2016	74550	218	*	I	85.13



MKH9964	8756068451	01/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKH9964	8756068537	03/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MLB9437	8756071369	20/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLE0337	8756067004	11/12/2015	60503	208			191.54
MLJ1154	8756071130	17/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLS6994	8756070523	14/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLV6964	8756071700	23/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLV6964	8756071753	25/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLZ1361	8756070851	13/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MMD4089	8756071077	15/02/2016	56732	183			85.13
MMF4293	8756067123	13/12/2015	74550	218	*	I	85.13
OKF1045	8756067146	13/12/2015	74550	218	*	I	85.13
PUK0366	8756071315	18/02/2016	60503	208			191.54
QHP2465	8756068876	05/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHP2465	8756069144	13/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QIB7330	8756071457	16/02/2016	74550	218	*	I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2046/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2046/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BLS1799	P00WM0000M	15/04/2016	64080	221
CDH7940	P00YI00008	20/03/2016	65992	230 * V
CFT7263	P00YI0000X	31/03/2016	50450	162 * V
LYA5141	P00YI0001B	02/04/2016	69120	232
LZL2937	54966804F	04/03/2016	66020	230 * VI

MAU2281	P00YI00000	27/03/2016	65992	230	* V
MAU2281	P00YI0000N	27/03/2016	69120	232	
MCK6512	P00WN0000Z	23/03/2016	65992	230	* V
MGJ0414	P00WN00013	30/03/2016	50450	162	* V
MGO1634	P00YI0000T	27/03/2016	51691	165	
MHS4669	54966617F	16/02/2016	65992	230	* V
MHS4669	54966618F	16/02/2016	73400	252	* IV

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2047/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2047/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQZ7198	54966829F	02/04/2016	57704	189
LZT0953	P00YI0000B	20/03/2016	51851	167
MEO2420	54724344E	01/04/2016	58191	193
MIQ0305	54966730F	10/03/2016	54521	181 * VIII
MJV2182	P00YI0000I	26/03/2016	55413	181*XVII c/ Lei13146
MKD7400	54966733F	12/03/2016	59670	203 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 693/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 693/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AFB8928	8756073039	15/03/2016	60503	208	
AUO6264	8756073109	18/03/2016	74550	218	* I
BZT1947	8756072845	20/03/2016	74550	218	* I
DKP3565	8756070983	21/02/2016	74550	218	* I
DKW9681	8756072360	12/03/2016	74550	218	* I
HAC3333	8756074219	03/04/2016	74550	218	* I
IQA4751	8756072576	08/03/2016	60503	208	
KLL4033	8756074157	02/04/2016	74550	218	* I
LXH6698	8756072633	11/03/2016	60503	208	
LXJ5539	8756073154	19/03/2016	60503	208	
LXS1209	8756072842	20/03/2016	74550	218	* I
LYI6582	8756072672	12/03/2016	60503	208	
LZN8252	8756072727	13/03/2016	60503	208	
MAL7563	8756072799	18/03/2016	74550	218	* I
MAR7161	8756073250	17/03/2016	74550	218	* I
MCW9853	8756073176	20/03/2016	60503	208	
MCZ0718	8756072788	15/03/2016	74630	218	* II
MCZ6650	8756072820	14/03/2016	74550	218	* I
MDJ7710	8756072655	12/03/2016	60503	208	
MDQ8551	8756072610	10/03/2016	74550	218	* I
MEB4655	8756073260	19/03/2016	74550	218	* I
MEK6014	8756072625	10/03/2016	60503	208	
MEN2727	8756072812	16/03/2016	74550	218	* I
MEN2727	8756073221	16/03/2016	74550	218	* I
MEN6182	8756072588	09/03/2016	74630	218	* II
MFL7482	8756073103	17/03/2016	60503	208	
MFL7482	8756072427	07/03/2016	56732	183	
MFZ8843	8756073110	18/03/2016	74550	218	* I
MGO3833	8756072262	05/03/2016	56732	183	
MGT0123	8756072745	08/03/2016	74550	218	* I
MHZ2906	8756072516	11/03/2016	56732	183	

MIA6224	8756072998	14/03/2016	74550	218	*	I
MIH9385	8756072558	07/03/2016	74550	218	*	I
MIY4600	8756072928	18/03/2016	74550	218	*	I
MIY4600	8756072931	18/03/2016	74550	218	*	I
MJF8888	8756071452	20/02/2016	74550	218	*	I
MJG2091	8756072771	12/03/2016	74550	218	*	I
MKN5877	8756072584	09/03/2016	74550	218	*	I
MLD6952	54127123N	19/04/2016	50020	257		8\$
MMB0683	54117362N	21/03/2016	50020	257		8\$
NEK1234	8756072398	09/03/2016	74550	218	*	I
QHW5141	8756073180	20/03/2016	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### TIMBÓ GRANDE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 383/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 383/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJL2379	55620248D	14/02/2016	52583	174	1915.38
MJN8024	55620250D	28/02/2016	52583	174	1915.38
MLU2206	55620251D	08/12/2015	52583	174	1915.38
MLU2206	55620253D	08/12/2015	52070	169	53.20
MLU2206	55620254D	08/12/2015	73400	252 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 382/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 382/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATT8637	55619846D	12/03/2016	52583	174
ATT8637	55619847D	12/03/2016	50100	162 * I
ATT8637	55619848D	12/03/2016	50610	163 c/c 162 * I
QHF1850	55620136D	05/03/2016	57200	186 * I
QHF1850	55620137D	05/03/2016	70562	244 * III c/c 1S
QHF1850	55620138D	05/03/2016	52583	174
QHF1850	55620139D	13/03/2016	52583	174
QHF1850	55620140D	13/03/2016	70562	244 * III c/c 1S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**Três Barras****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 760/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 760/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFT8443	55560204F	03/03/2016	65992	230 * V	191.54
AFT8443	55560205F	03/03/2016	66371	230 * IX	127.69
IJO9133	55552364E	01/01/2016	50100	162 * I	574.61
LXA1550	55551950E	02/01/2016	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 759/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 759/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-



DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACL8874	55560374F	07/04/2016	64080	221
ARJ1139	55560467F	12/04/2016	73400	252 * IV
IAQ8815	55551805E	21/03/2016	50100	162 * I
MBO7982	55560470F	16/04/2016	67000	230 * XVI
MHW1283	55560390F	19/04/2016	66102	230 * VII
MKX5200	55560468F	12/04/2016	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### TREZE TÍLIAS

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 629/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 629/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIX8690	55192558E	25/02/2016	51851	167	127.69
MZB3525	55192569E	25/02/2016	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 814/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 814/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEL2895	8731039413	25/01/2016	74550	218 * I	85.13
AFB3956	8731039465	29/01/2016	74550	218 * I	85.13
AGO4772	8731040398	23/02/2016	74550	218 * I	85.13
AJV0839	8731040060	18/02/2016	74550	218 * I	85.13
AKH6171	8731039779	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
ANR8531	8731038453	21/12/2015	74550	218 * I	85.13
AOY9653	8731039753	07/02/2016	74630	218 * II	127.69
APA9887	8731039986	13/02/2016	74550	218 * I	85.13
APF9111	8731039758	02/02/2016	74550	218 * I	85.13
ASS1804	8731039949	13/02/2016	74630	218 * II	127.69
CCM7439	8731039879	08/02/2016	74630	218 * II	127.69
CRO5238	8731039840	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
CRO5238	8731039867	13/02/2016	74630	218 * II	127.69
CRO5238	8731039973	11/02/2016	74550	218 * I	85.13
CRO5238	8731039809	08/02/2016	74630	218 * II	127.69
CRY9010	8731039732	07/02/2016	74630	218 * II	127.69
CRY9010	8731039727	07/02/2016	74550	218 * I	85.13
CXD3464	8731038486	21/12/2015	74550	218 * I	85.13
EBG3410	8731039951	14/02/2016	74550	218 * I	85.13
HRE2163	8731039638	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
HYA5500	8731040238	27/02/2016	74550	218 * I	85.13
IBR7939	8731038932	13/01/2016	74630	218 * II	127.69
IQO5125	8731038369	23/12/2015	74550	218 * I	85.13
LOE0465	8731038302	20/12/2015	74550	218 * I	85.13
LXF7750	8731039824	08/02/2016	74550	218 * I	85.13
LYP7414	8731038284	19/12/2015	74630	218 * II	127.69
LZU3449	8731039839	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
MBI1215	8731039223	20/01/2016	74550	218 * I	85.13
MBO9377	8731038415	27/12/2015	74550	218 * I	85.13
MBT4123	8731039737	07/02/2016	74630	218 * II	127.69
MCG3600	8731039677	06/02/2016	74550	218 * I	85.13
MCJ3521	8731039712	06/02/2016	74550	218 * I	85.13

MCO7845	8731038528	26/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MDK5659	8731039226	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFG3554	8731039229	21/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFJ4231	8731039235	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFJ4231	8731039300	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFO0458	8731039417	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFO0458	8731039492	25/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MFO0643	8731039959	14/02/2016	74710	218	*	III	574.61
MFT9658	8731039471	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MGS9338	54109308N	23/02/2016	50020	257	8\$		85.13
MGT8157	8731039767	05/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MGV9226	8731039237	22/01/2016	74630	218	*	II	127.69
MHC5016	8731039814	12/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MHC8645	8731039474	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHK0806	8731039180	18/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MHO2629	8731038505	22/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MHT4147	8731038239	18/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIA2420	8731040342	24/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIA2420	8731040345	24/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MID7204	8731039752	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MII6867	8731038254	15/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MII6867	8731038255	15/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MII6867	8731038457	24/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MIS7031	8731039923	11/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MIT7757	8731038836	05/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIW0642	8731039467	30/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MIZ7833	8731038249	15/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJH2399	8731039529	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MJH8091	8731038226	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MJH8091	8731038227	14/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MJM5205	8731039877	08/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MJQ9175	8731039715	06/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MJU9824	8731039536	30/01/2016	74710	218	*	III	574.61
MJZ5675	8731039475	31/01/2016	74550	218	*	I	85.13
MKA5072	8731039838	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKA5072	8731039899	09/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MKC8887	8731040277	26/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKC8887	8731040287	26/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MKS1758	8731038207	20/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MKZ9558	8731038244	14/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLG6124	8731038229	16/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLM2189	8731038237	18/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLM2189	8731038330	18/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MLV8372	8731040292	27/02/2016	74550	218	*	I	85.13
MLX8845	8731038276	18/12/2015	74630	218	*	II	127.69
MLX8845	8731038410	27/12/2015	74550	218	*	I	85.13
MLX8845	8731038476	23/12/2015	74710	218	*	III	574.61
MMB0936	8731039718	06/02/2016	74630	218	*	II	127.69
MYT1502	8731039748	07/02/2016	74550	218	*	I	85.13
NNI7169	8731039455	28/01/2016	74550	218	*	I	85.13
NZH2344	8731038256	16/12/2015	74550	218	*	I	85.13
OAP0583	8731039488	25/01/2016	74630	218	*	II	127.69
OKG9500	8731039749	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
QHF3524	8731039429	29/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHG6552	8731038473	23/12/2015	74550	218	*	I	85.13
QHI4039	8731039177	22/01/2016	74550	218	*	I	85.13
QHJ6485	54091405N	29/12/2015	50020	257	8\$		85.13
QHL2350	8731038402	27/12/2015	74550	218	*	I	85.13
QHP2451	8731039730	07/02/2016	74630	218	*	II	127.69
QHT3891	8731040275	25/02/2016	74550	218	*	I	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 813/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 813/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

ADW1583	8731040667	08/03/2016	74550	218 * I
ADW1583	8731040789	07/03/2016	74550	218 * I
ADW1583	8731040792	08/03/2016	74630	218 * II
AEP0961	8731041076	15/03/2016	74630	218 * II
DYF6078	8731041035	15/03/2016	74550	218 * I
GBN5838	8731041044	17/03/2016	74550	218 * I
ILG1629	8731041152	19/03/2016	74630	218 * II
IWC9134	8731040810	10/03/2016	74550	218 * I
JHJ0149	8731040782	07/03/2016	74550	218 * I
LZD3129	8731041060	19/03/2016	74550	218 * I
MAB9946	8731041259	22/03/2016	74710	218 * III
MAU4164	8731041064	20/03/2016	74550	218 * I
MCI7699	8731040902	08/03/2016	74550	218 * I
MCZ5749	8731040797	08/03/2016	74550	218 * I
MDO6041	8731041139	15/03/2016	74550	218 * I
MDQ1199	8731041034	15/03/2016	74630	218 * II
MER9657	8731041051	18/03/2016	74550	218 * I
MFZ6234	54119731N	29/03/2016	50020	257 8S
MGJ0252	8731040622	12/03/2016	74550	218 * I
MGN8297	8731040728	12/03/2016	74710	218 * III
MII6867	8731041135	14/03/2016	74550	218 * I
MIX9075	8731041150	18/03/2016	74550	218 * I
MJC3022	8731040736	12/03/2016	74550	218 * I
MJF4597	8731041072	14/03/2016	74550	218 * I

MJL0469	8731041063	20/03/2016	74550	218	*	I
MJN4179	8731041077	15/03/2016	74550	218	*	I
MJQ9759	8731041068	14/03/2016	74550	218	*	I
MKB8889	8731040424	06/03/2016	74550	218	*	I
MKO0217	8731041101	17/03/2016	74550	218	*	I
MKS3620	8731040700	09/03/2016	74550	218	*	I
MLH5474	8731040831	12/03/2016	74550	218	*	I
MMM8935	8731040568	05/03/2016	74630	218	*	II
NVQ5739	8731041114	19/03/2016	74630	218	*	II
QHH1537	8731041160	20/03/2016	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

---

### TUNÁPOLIS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 371/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 371/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZE4665	55606912C	24/12/2015	66102	230 * VII	127.69
MCG1536	55606911C	20/12/2015	50100	162 * I	574.61
MGC1318	P00UI00002	04/02/2016	70561	244 * III	191.54
MGC1318	P00UI00005	06/02/2016	69120	232	53.20
MGC1318	P00UI00006	06/02/2016	73400	252 * IV	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 370/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 370/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARK2213	P00UI0001N	13/04/2016	51851	167
DCV2681	P00UI0000R	21/03/2016	51851	167
ESR2121	P00UI00014	27/03/2016	66102	230 * VII
GOL2103	P00UI0001R	15/04/2016	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP



**TURVO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 908/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 908/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACR2477	54017499F	21/12/2015	50100	162 * I	574.61
ACR2477	54019214F	06/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ACR2477	54019216F	06/01/2016	72850	250 * III	85.13
ACR2477	54019217F	06/01/2016	67691	230 * XXII	85.13
HSD5531	54019204F	22/12/2015	50450	162 * V	191.54
LXY0160	54017570F	23/12/2015	65992	230 * V	191.54
LYU5167	54953601E	13/09/2014	51851	167	127.69
MAM1782	54017563F	21/12/2015	73662	252 * VI	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 907/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 907/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MAJ4162	54019313F	21/03/2016	66371	230 * IX
MAJ4162	54019312F	21/03/2016	66102	230 * VII
MAW6615	54019317F	23/03/2016	69120	232
MAW6615	54019318F	23/03/2016	67690	230 * XXII
MCH9565	54019314F	22/03/2016	50100	162 * I
MCH9565	54019315F	22/03/2016	66102	230 * VII
MCH9565	54019316F	22/03/2016	66020	230 * VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TURVO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### UNIÃO DO OESTE

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 241/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 241/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
KQP3331 54447798D 11/12/2015 51851 167 127.69  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

### URUSSANGA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1126/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1126/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CMH2055	54759799E	11/02/2016	57461	187 * I	85.13
LYJ6712	54518968F	06/02/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDL5050	54517988F	18/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
MFT5454	54518966F	06/02/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
MHK2788	54759797E	08/02/2016	57461	187 * I	85.13
MIV6838	54109494N	23/02/2016	50020	257 8\$	85.13
MKQ5999	54759786E	26/01/2016	57461	187 * I	85.13
MLJ8896	54518544F	11/12/2015	54521	181 * VIII	127.69
MLZ4641	54517982F	08/01/2016	55414	181*VII c/ Lei13146	127.69
OKH7452	54756828E	15/02/2016	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADA DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1125/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1125/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGE9947	54519059F	24/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MAL1504	54518475F	24/03/2016	54522	181 * VIII
MBU5684	54518046F	18/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MEE9085	54759526E	15/04/2016	55500	181 * XVIII
MEQ0020	54518305F	26/03/2016	52070	169
MEQ0020	54518306F	26/03/2016	51851	167
MEQ0020	54518307F	26/03/2016	51852	167
MEQ0020	54518308F	26/03/2016	57461	187 * I
MES7424	54519123F	18/04/2016	58350	195
MES7424	54519122F	18/04/2016	66371	230 * IX
MES7424	54519121F	18/04/2016	52741	175
MES7424	54519120F	18/04/2016	52070	169
MFK3736	54518927F	14/04/2016	51851	167
MFK8605	54518329F	16/04/2016	57461	187 * I
MFM2083	54519045F	13/03/2016	67690	230 * XXII
MHQ5148	54519153F	09/04/2016	51851	167
MIA4010	54518477F	24/03/2016	51851	167
MJA3381	54519052F	24/03/2016	55250	181 * XV
MJT7479	54519125F	18/04/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKP2460	54518044F	18/04/2016	60501	208
MKP2460	54518043F	18/04/2016	52741	175
MKP2460	54518042F	18/04/2016	52070	169
MLW4095	54518928F	15/04/2016	55414	181*VII c/ Lei13146
OKE2695	54518039F	14/04/2016	55172	181 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADA DE POLICIA

---

**VARGEÃO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 305/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 305/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGF8073	54484403D	19/02/2016	58350	195	127.69
AGF8073	54484404D	19/02/2016	60760	210	191.54
LXC0265	54484354D	25/12/2015	50100	162 * I	574.61
LXC0265	54484355D	25/12/2015	65992	230 * V	191.54
LXC0265	54484356D	25/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEAO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 304/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 304/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MAE6362 54484409D 10/03/2016 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEAO/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**VARGEM BONITA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 235/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 235/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

GQB1043	55227979A	29/12/2015	65992	230 * V	191.54
GQB1043	55227980A	29/12/2015	50100	162 * I	574.61
MAX5613	55227981A	29/12/2015	50100	162 * I	574.61
MAX5613	55227982A	29/12/2015	66102	230 * VII	127.69
MAX5613	55227983A	29/12/2015	52070	169	53.20
MCS4680	55229204A	28/12/2015	65992	230 * V	191.54



MGQ2829 55227998A 28/01/2016 65992 230 \* V 191.54

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

---

**VIDAL RAMOS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 347/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 347/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFZ5065	54097751F	30/01/2016	51691	165	1915.38
MFZ5065	54097752F	30/01/2016	50292	162 * II	957.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**VIDEIRA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2092/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2092/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIV4226	P00PE0007F	20/02/2016	66372	230 * IX	127.69
AKS1275	55079511F	19/12/2015	66102	230 * VII	127.69
ASR0700	P00PD0003E	15/02/2016	50450	162 * V	191.54
ASR0700	P00PD0003F	15/02/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
AYB7491	55079954F	15/01/2016	69120	232	53.20
ESE6504	55077653F	25/01/2016	50100	162 * I	574.61
ESE6504	55077654F	25/01/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ESE6504	55077656F	25/01/2016	69120	232	53.20
HOV5680	55078392F	11/01/2016	66371	230 * IX	127.69
HOV5680	55078391F	11/01/2016	65992	230 * V	191.54
LXK3532	P00PE0000K	21/01/2016	66102	230 * VII	127.69
LYA6958	55080798F	05/02/2016	50100	162 * I	574.61
LYA6958	55080799F	05/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZM0430	P00PE0008B	26/02/2016	50100	162 * I	574.61
LZM0430	P00PE0008C	26/02/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZM0430	P00PE0008E	26/02/2016	69120	232	53.20
MAN0840	55077740F	31/12/2015	65992	230 * V	191.54
MAN0840	55077741F	31/12/2015	67691	230 * XXII	85.13
MCC9368	P00PD0004W	24/02/2016	73400	252 * IV	85.13
MCR4937	55080759F	29/01/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCR4937	55080760F	29/01/2016	50100	162 * I	574.61
MFJ4231	P00PD0004I	22/02/2016	69120	232	53.20
MFM1738	55080453F	01/03/2016	50100	162 * I	574.61
MFM1738	55077448F	01/03/2016	67261	230 * XVIII	127.69
MLJ0244	P00PE0007Y	25/02/2016	50100	162 * I	574.61
MLJ0244	P00PE0007Z	25/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MMB0558	P00PD0002E	06/02/2016	73400	252 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2093/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2093/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DEB4598	55080872F	12/02/2016	74550	218 * I	85.13
DRD9017	P00PD0002A	06/02/2016	55090	181 * XIII	85.13
IIN9982	P00PE0007G	20/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
LVF5858	P00PD0004V	24/02/2016	51851	167	127.69
MEQ6490	P00PE0001O	25/01/2016	51851	167	127.69
MEW3475	P00PE0007O	22/02/2016	56060	182 * IV	53.20
MFR5064	55078498F	19/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MGQ5018	P00PD0004X	24/02/2016	55500	181 * XVIII	85.13
MGQ5018	P00PD0004Y	24/02/2016	72930	251 * I	85.13
MIB8686	P00PE00081	25/02/2016	59670	203 * V	957.69
MJS2219	P00PE0003T	29/01/2016	51851	167	127.69
MLA8126	55080830F	10/02/2016	74550	218 * I	85.13
MLJ0244	P00PE00080	25/02/2016	51851	167	127.69
MLP9892	P00PE0005Z	06/02/2016	52070	169	53.20
MLV2453	P00PE00061	06/02/2016	51851	167	127.69
MMB5711	55080888F	11/02/2016	74630	218 * II	127.69
OQV6210	P00PE0001V	25/01/2016	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GILBERTO LUIZ BOSCHETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2090/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2090/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGX3034	P00PD000EF	19/04/2016	50100	162 * I
AGX3034	P00PD000EG	19/04/2016	51180	164 c/c 162 * I
AGX3034	P00PD000EH	19/04/2016	67261	230 * XVIII
AJK1720	P00PD000AB	29/03/2016	50450	162 * V
ASR0700	55081081F	09/04/2016	51420	164 c/c 162 * V
ASR0700	55081080F	03/04/2016	50450	162 * V
IJB0151	P00PD00080	17/03/2016	66102	230 * VII
KFO8777	P00PE000B7	15/03/2016	67261	230 * XVIII
LYG5872	P012X0000H	19/04/2016	65992	230 * V
LZM0430	P00PE000I8	19/04/2016	67261	230 * XVIII
LZN8941	54905724F	14/03/2016	50100	162 * I
LZN8941	54905725F	14/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MES2437	55080609F	11/04/2016	69120	232
MFD5594	55081091F	18/04/2016	69120	232
MGA1767	P00PD000DV	18/04/2016	69120	232
MGA1767	P00PD000DU	18/04/2016	67261	230 * XVIII
MID3016	P00PE000FD	02/04/2016	50292	162 * II
MJP8490	P00PE000CO	21/03/2016	65992	230 * V
MJP8490	P00PE000CQ	21/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
MKL8390	P00PE000CA	20/03/2016	65992	230 * V
MKL8390	P00PE000CB	20/03/2016	65561	230 * I
MLI4723	P00PD000A8	29/03/2016	65992	230 * V
MLI4723	P00PD000A9	29/03/2016	50371	162 * III
MLI4723	P00PD000AA	29/03/2016	51341	164 c/c 162 * III
NER2516	P00PD0009D	24/03/2016	65992	230 * V
NER2516	P00PD0009E	24/03/2016	50100	162 * I
NER2516	P00PD0009F	24/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
QHD6414	P00PE000IC	19/04/2016	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2091/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2091/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

AAA1517	55080952F	18/03/2016	74550	218 * I
ABK8466	P00PE000HZ	15/04/2016	55500	181 * XVIII
AUH6614	55081048F	29/03/2016	74550	218 * I
BOQ8241	55080967F	22/03/2016	74630	218 * II
LWZ8595	P01300001A	19/04/2016	74550	218 * I
LXM4967	55080291F	18/03/2016	74550	218 * I
LXQ7627	P00PE000BQ	18/03/2016	54600	181 * IX
MAV4572	55080966F	22/03/2016	74710	218 * III
MBX5470	P00PD000E9	18/04/2016	73662	252 * VI
MDC7224	P01300001Q	20/04/2016	74550	218 * I
MDL7763	55081092F	09/04/2016	73662	252 * VI
MDX8489	P00PD0009Q	26/03/2016	73662	252 * VI
MEO9957	55080962F	22/03/2016	74550	218 * I
MFD5594	55081089F	18/04/2016	60501	208
MFH3728	P01300000J	18/04/2016	74630	218 * II
MGA1767	P00PD000DW	18/04/2016	52070	169
MHS2934	P013000013	19/04/2016	74550	218 * I
MHT7893	55080272F	18/03/2016	74550	218 * I
MHU9533	55080339F	14/03/2016	74550	218 * I
MIR4559	P00PE000BR	18/03/2016	51851	167
MIV5707	55080424F	21/03/2016	51851	167
MJS3630	P01300001O	20/04/2016	74550	218 * I
MKG3035	55080612F	11/04/2016	73662	252 * VI
MLL7542	55080313F	14/03/2016	74550	218 * I
MLO5302	P00PE000B8	16/03/2016	61220	214 * I
MLU5231	P00PE000E8	29/03/2016	51851	167
OKG5525	55080344F	16/03/2016	74630	218 * II
OKG5693	P01300001W	20/04/2016	74550	218 * I
OKH1734	P00PE000D5	25/03/2016	54600	181 * IX
QHC0567	P00PE000EG	29/03/2016	51851	167
QHE8229	P00PE000BW	18/03/2016	51851	167
QHJ6796	55080608F	07/04/2016	54522	181 * VIII
QHJ9356	55080965F	22/03/2016	74550	218 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

GILBERTO LUIZ BOSCHETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**VITOR MEIRELES**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 438/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 438/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATA2760	54989253F	19/12/2015	51851	167	127.69
ATA2760	54989254F	19/12/2015	58433	196	127.69
LZZ7548	54989270F	22/12/2015	65992	230 * V	191.54
MAX9448	54989262F	20/12/2015	51851	167	127.69
MAX9448	54989263F	20/12/2015	73662	252 * VI	85.13
MBU6413	54989261F	20/12/2015	51851	167	127.69
MCA8855	54989283F	23/12/2015	73400	252 * IV	85.13
MCA8855	54989284F	23/12/2015	52070	169	53.20
MCT1588	54989387F	13/02/2016	73662	252 * VI	85.13
MCY6419	54113544N	07/03/2016	50020	257 8\$	127.69
MCY6419	54113545N	07/03/2016	50020	257 8\$	191.54
MED0023	54989266F	20/12/2015	51851	167	127.69
MFL6863	54989292F	05/01/2016	50100	162 * I	574.61
MHV4544	54989385F	13/02/2016	51851	167	127.69
MIE6919	54989290F	28/12/2015	51851	167	127.69
MIK4648	54989361F	02/02/2016	73400	252 * IV	85.13
MIK4648	54989362F	02/02/2016	52070	169	53.20
MIK4648	54989363F	02/02/2016	70640	244 * IV	191.54
MIK4648	54989364F	05/02/2016	73400	252 * IV	85.13
MIK4648	54989365F	05/02/2016	52070	169	53.20
MIR7788	54989285F	23/12/2015	51851	167	127.69
MLL8560	54989269F	22/12/2015	69120	232	53.20



-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**XANXERÊ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2030/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2030/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKJ7843	55009917F	26/12/2015	50100	162 * I	574.61
AKJ7843	55009920F	26/12/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
APJ0873	55012572F	17/02/2016	65992	230 * V	191.54
APJ0873	55012570F	17/02/2016	50100	162 * I	574.61
APJ0873	55012571F	17/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
CLV7035	55010841F	20/01/2016	50100	162 * I	574.61
DMM8187	55011177F	18/02/2016	69120	232	53.20
LXY9655	55012208F	29/01/2016	51691	165	1915.38
LXY9655	55012209F	29/01/2016	50100	162 * I	574.61
LXY9655	55012207F	29/01/2016	69120	232	53.20
LYJ0358	55012529F	21/02/2016	50100	162 * I	574.61
MBZ0770	55010228F	23/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBZ0770	55010225F	23/02/2016	51691	165	1915.38
MDD8249	55715485E	29/01/2016	69120	232	53.20
MEO3237	55718216E	22/01/2016	50450	162 * V	191.54
MEO3237	55718217E	22/01/2016	50960	163 c/c 162 * V	191.54
MEP0559	55011182F	21/02/2016	50100	162 * I	574.61
MEP0559	55011183F	21/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MEP0559	55011184F	21/02/2016	69120	232	53.20
MGE8936	55009911F	20/12/2015	50100	162 * I	574.61
MGE8936	55009912F	20/12/2015	64080	221	85.13

MGE8936	55009915F	20/12/2015	66102	230 * VII	127.69
MLR4483	55012637F	23/02/2016	67000	230 * XVI	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2031/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2031/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEC1748	55015099F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AEK9000	55010627F	24/12/2015	51851	167	127.69
AHT8134	55015019F	29/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
ANE3108	55011938F	14/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
ANK1848	55010214F	28/12/2015	55411	181 * XVII	53.20
ANV4094	55015101F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CJL8099	55015094F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
CLV7035	55010843F	20/01/2016	51851	167	127.69
IBG5445	55014902F	19/02/2016	54600	181 * IX	85.13
ITE3416	55015039F	02/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
IUU7762	55010773F	29/12/2015	51851	167	127.69
JAF5555	54109277N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
KEM8565	55015053F	02/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LXL0688	55015051F	04/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
LXT3703	55011187F	24/02/2016	54522	181 * VIII	127.69
LZW3739	55015076F	03/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MBK3567	55013926F	16/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCJ4714	55015037F	02/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCW7086	55011793F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCW7086	55014817F	27/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCW7086	55011770F	26/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MCW7086	55014837F	26/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69

MDB2353	55010229F	24/02/2016	55250	181 * XV	85.13
MDM1089	55011974F	23/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MDU9195	55014729F	21/02/2016	51851	167	127.69
MEA5506	54109278N	23/02/2016	50020	257 8\$	53.20
MEE7619	55011973F	23/01/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MGE8936	55009914F	20/12/2015	62970	220 * IV	127.69
MGE8936	55009913F	20/12/2015	58350	195	127.69
MGY2234	55013979F	15/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIV5421	55015031F	01/02/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MIW1561	55014955F	19/02/2016	51851	167	127.69
MKB3937	55718544E	11/12/2015	55412	181 * XVII	53.20
MKE6136	54109276N	23/02/2016	50020	257 8\$	127.69
MKK3871	55010737F	25/02/2016	55416	181*VII c/ Lei13146	127.69
MMK2488	54093911N	05/01/2016	50020	257 8\$	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2028/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2028/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOY9555	55012597F	26/03/2016	69120	232
AOY9555	55012909F	26/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
AOY9555	55012908F	26/03/2016	50100	162 * I
IAZ3325	55014331F	16/04/2016	50292	162 * II
IAZ3325	55014330F	16/04/2016	51691	165
KGJ5363	55013625F	14/04/2016	65992	230 * V
KLX6641	55016202F	14/04/2016	65992	230 * V

LYZ8368	55012014F	08/04/2016	65800	230	*	IV
MAL9234	55720095E	22/03/2016	65992	230	*	V
MBI9325	55013013F	20/03/2016	66102	230	*	VII
MFY9883	55015194F	13/04/2016	65992	230	*	V
MFY9883	55015192F	13/04/2016	51180	164	c/c	162 * I
MFY9883	55015191F	13/04/2016	50100	162	*	I
MIE0524	55013015F	20/03/2016	69120	232		
MJZ8310	55718664E	23/03/2016	50100	162	*	I
MKF2638	55012066F	18/03/2016	65992	230	*	V
MLC4689	55718231E	15/04/2016	50372	162	*	III
MLC4689	55718230E	15/04/2016	50450	162	*	V
MLC4689	55718229E	15/04/2016	65992	230	*	V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2029/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2029/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEZ4862	55016332F	02/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AFE5763	55016302F	31/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKL1639	55720090E	14/03/2016	73662	252 * VI
ALZ2157	55015663F	28/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
ANI5548	55015471F	23/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AOY9555	55012596F	26/03/2016	58350	195
AOY9555	55012598F	26/03/2016	52152	170
AQD4366	55014629F	08/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
AQR5581	55012948F	17/04/2016	51851	167

AXS8088	55015655F	28/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
AXS8088	55015485F	23/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
CWX0057	55013658F	16/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
CWX0057	55013666F	16/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
CXX5488	55015434F	22/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
DGX7990	55015620F	24/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
DIJ7776	55011832F	24/03/2016	51851	167	
ELL7148	55015493F	23/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
GMS9381	55015179F	01/04/2016	73662	252 * VI	
HBU3951	55014266F	03/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
HYN0643	55015614F	26/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
ICL1523	55010034F	21/03/2016	51852	167	
ICL1523	55010033F	21/03/2016	51851	167	
JDB1308	55014208F	21/03/2016	51851	167	
JFQ7667	55011822F	17/03/2016	51851	167	
KEM8565	55015453F	21/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
LCA1362	55009942F	24/03/2016	55413	181*XVII c/	Lei13146
LXE2898	55014472F	05/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXE5057	55015490F	23/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXS7560	55016334F	02/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZY9736	55016293F	29/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAD6991	55013138F	29/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAD6991	55014252F	03/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAU2497	55014321F	27/03/2016	54525	181 * VIII	
MBF7030	55014289F	04/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBG7278	55014499F	08/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBP9386	55014568F	07/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCD0030	55015256F	15/04/2016	54440	181 * VII	
MCF2432	55013187F	02/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCG5028	55012477F	13/04/2016	55090	181 * XIII	
MCI9156	55015688F	30/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCW7086	55013180F	02/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MCW7086	55013103F	29/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDH3046	55015464F	23/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDH4834	55014463F	04/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDJ3013	55016280F	29/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDP6997	55014652F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDU1011	55014539F	27/03/2016	54521	181 * VIII	
MEK8965	55014465F	04/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEN9251	55016255F	30/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFF4820	55014631F	08/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFO5899	55013009F	20/03/2016	51851	167	
MFP5902	55014210F	22/03/2016	51851	167	
MGB9793	55015606F	26/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGE1224	55013130F	29/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGL9367	55015635F	24/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGO2105	55014408F	12/04/2016	55415	181*XVII c/	Lei13146
MGR0364	55014596F	09/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGY5790	55014213F	22/03/2016	51851	167	
MHO6976	55016350F	01/04/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHR9375	55013102F	29/02/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIF2939	55013095F	01/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIF2939	55013143F	01/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MII3552	55012474F	13/04/2016	55090	181 * XIII	
MIT2033	55015198F	13/04/2016	54521	181 * VIII	
MIW3733	55013192F	03/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJK4543	55014257F	03/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJQ5756	55014461F	04/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJR2961	55014611F	08/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJU6628	55016296F	29/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJU6628	55016279F	29/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJU6628	55016278F	29/03/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJX7541	55014224F	22/03/2016	51851	167	

MJY2023	55016371F	01/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKM1310	55016338F	02/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKU9013	55014592F	07/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKW5135	55010027F	21/03/2016	51852	167
MLW6929	55016345F	02/04/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMJ2384	55014218F	22/03/2016	51851	167
OKG9894	55012875F	14/03/2016	51852	167
QHN0013	55015605F	26/03/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

---

### XAVANTINA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8452 292/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8452 292/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEG3845	55779288D	24/12/2015	51851	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.



MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

---

**XAXIM**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1444/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1444/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZM6239	55707730E	05/02/2016	67261	230 * XVIII	127.69
LZM6239	55707727E	05/02/2016	65992	230 * V	191.54
MEZ4521	54485893D	13/02/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MEZ4521	54485892D	13/02/2016	50100	162 * I	574.61
MLX6014	55707101E	12/02/2016	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1445/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1445/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALQ6000	55707019E	20/12/2015	51851	167	127.69
APR5418	55707927E	12/02/2016	53980	181 * II	53.20
BYO1388	55731770E	05/03/2016	51852	167	127.69
LZM6239	55707731E	05/02/2016	61810	215 * II	127.69
MLX6014	55707102E	12/02/2016	57380	186 * II	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL TONIAZZO  
DIRETOR DE TRANSITO E RODOV

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1442/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1442/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAP0383	55707180E	19/03/2016	51180	164 c/c 162 * I
CAP0383	55707179E	19/03/2016	50100	162 * I
CAP0383	55707178E	19/03/2016	65992	230 * V
MAD5832	55733889E	13/04/2016	50100	162 * I
MAU0371	55708246E	18/03/2016	65992	230 * V
MAU0371	55708245E	18/03/2016	50450	162 * V

MBF5071	55708241E	17/03/2016	50100	162	* I
MBF5071	55708239E	17/03/2016	65992	230	* V
MBF5071	55708242E	17/03/2016	51180	164	c/c 162 * I
MCV9688	55707872E	05/04/2016	73400	252	* IV
MCV9688	55707873E	05/04/2016	67261	230	* XVIII
MCV9688	55707871E	05/04/2016	69120	232	
MDL6095	55707229E	23/03/2016	66532	230	* XI
MDL6095	55707230E	23/03/2016	50100	162	* I
MHG2890	55707224E	23/03/2016	50450	162	* V
MIN7100	55733888E	09/04/2016	51691	165	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1443/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1443/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MBF5071	55708240E	17/03/2016	70301	244 * I
MIC0265	P00Y20000N	23/03/2016	73662	252 * VI
MOM5994	P00Y200011	20/04/2016	55250	181 * XV

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

XAXIM/SC, 30 DE ABRIL DE 2016.

DANIEL TONIAZZO  
DIRETOR DE TRANSITO E RODOV